



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 024

TERÇA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

1 – ATA DA 29ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 9 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada e assinada.

III – Leitura do Expediente

ADYLSON MOTTA – Questão de ordem sobre verificação de quorum para prosseguimento da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

PRESIDENTE – Esclarecimentos ao Plenário sobre entendimentos desenvolvidos pela Presidência junto às lideranças partidárias para compatibilização do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte com o do Congresso Nacional.

JOSÉ LOURENÇO – Questão de ordem sobre apoio da bancada do PFL à tese do entendimento suprapartidário para compatibilização do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte com o do Congresso Nacional.

LUIZ HENRIQUE – Questão de ordem sobre empenho da Liderança do PMDB em prol do entendimento suprapartidário para aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Aspiração popular de aprovação rápida do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte em face dos problemas sócio-econômicos vividos pelo País.

GASTONE RIGHI – Questão de ordem sobre o funcionamento, ainda que simbólico da Câmara dos Deputados, constitucionalmente previsto para a partir de 1º de março de cada ano.

ALDO ARANTES – Questão de ordem sobre posição do PC do B em relação ao entendimento suprapartidário para aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional.

Constituinte, com preservação da soberania da Assembléia com referência à eliminação das normas autoritárias vigentes na atual Constituição.

JOSÉ GENOINO – Questão de ordem sobre reiteração do posicionamento do PT favorável à soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Receptividade do partido a entendimentos suprapartidários para disciplinação do funcionamento do Congresso Nacional.

BRANDÃO MONTEIRO – Questão de ordem sobre inegociabilidade da soberania da Assembléia Nacional Constituinte nos entendimentos suprapartidários para aprovação do Regimento Interno.

ADOLFO OLIVEIRA – Questão de ordem sobre apoio do PL aos entendimentos suprapartidários desenvolvidos para o encaminhamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Legitimidade do acompanhamento, pelo Presidente da República, dos trabalhos legislativos.

JAMIL HADDAD – Questão de ordem sobre posição do PSB favorável à rápida aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, preservada sua soberania.

AMARAL NETTO – Questão de ordem sobre apoio do PDS ao funcionamento do Congresso Nacional. Renúncia dos parlamentares defensores da soberania da Assembléia Nacional Constituinte após a promulgação da nova Constituição.

FERNANDO SANTANA – Questão de ordem sobre contrariedade do PCB à redação do § 7º do art. 57 do Projeto de Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que dispõe sobre os projetos de decisão.

SIQUEIRA CAMPOS – Questão de ordem sobre responsabilidade da maioria governista pela demora na aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte

IV – Comunicações

BETHAZIZE – Prioridade, nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte, da crise sócio-econômica vivida pelo País.

ALUÍZIO CAMPOS – Falecimento do ex-Deputado Federal Raymundo Asfora, Vice-Governador eleito do Estado da Paraíba.

PRESIDENTE – Solidariedade da Presidência da Assembléia Nacional Constituinte às homenagens prestadas à memória do ex-Deputado Federal Raymundo Asfora.

ADYLSON MOTTA – Posição favorável do orador à exclusividade da Assembléia Nacional Constituinte. Agilização dos seus trabalhos. Inconformidade do orador com interferências do Poder Executivo no funcionamento da Assembléia.

ELIEL RODRIGUES – Oportunidade da campanha de esclarecimentos sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS. Inscrição na Constituição de princípios coibitivos da prática do homossexualismo e do sexo livre.

MAURO BORGES – "Dia Nacional da Mobilização por uma Política Agrícola". Ineficácia da atual política agrícola nacional. Apuração de irregularidades ocorridas na importação de alimentos pelo Brasil.

FERNANDO SANTANA: – Necessidade de estabelecimento de unidade interna para enfrentamento da questão da dívida externa.

DEL BOSCO AMARAL – Independência do orador na votação de matérias controversas dentro do programa do PMDB. Agilização dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte através de entendimentos suprapartidários.

VILSON SOUZA – Tentativa de transformação da Assembléia Nacional Constituinte

em instrumento para a permanência das elites no poder.

EDIMILSON VALENTIM – Tratamento dispensado pelas empresas de navegação aos trabalhadores marítimos.

SIQUEIRA CAMPOS – Centésimo setuagésimo oitavo aniversário de instalação da Comarca do Norte, Estado de Goiás.

ALDO ARANTES – Repercussões da suspensão, pelo Brasil, do pagamento dos juros da dívida externa. Imprescindibilidade da realização de auditoria para exame da natureza da dívida.

ASSIS CANUTO – Conteúdo das futuras explicações do Ministro Dílson Funaro, da Fazenda, sobre o resultado das negociações sobre a dívida externa brasileira no Japão.

MOZARILDO CAVALCANTI – Adoção de modelo federativo mais ajustado à realidade amazônica.

MAGUITO VILELA – Revisão da cobrança das taxas de serviços bancários. Tabelamento dos juros.

JOSÉ THOMAZ NONÔ – Assinatura de contrato para construção da Usina Hidrelétrica de Xingó.

AMARAL NETTO – Agressão, por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ao Vereador Pedro Celestino de Freitas. Líder do PDS na Câmara Municipal de São José dos Campos.

STÉLIO DIAS – Críticas da imprensa nacional aos Constituintes em face da morosidade dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

NILSON GIBSON – Dia Internacional da Mulher.

FERNANDO BEZERRA COELHO – Restabelecimento das condições para revigoramento da política de assistência creditícia e técnica do Banco do Nordeste à Região.

OSVALDO BENDER – II Congresso da Mulher Ruralista, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

AMAURY MÜLLER – Soberania da Assembléia Nacional Constituinte e a duração do mandato do Presidente José Sarney. Urgência na eliminação da política de subsídios governamentais.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Problemas do sertão pernambucano.

FERNANDO GASPARIAN – Responsabilidade do PMDB no resgate dos compromissos

assumidos em consciência e em praça pública. Aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

DAVI ALVES SILVA – Asfaltamento de ruas em Imperatriz, Estado do Maranhão.

V – Horário de liderança

AMARAL NETTO – Funcionamento do Congresso Nacional para discussão da crise econômico-financeira vivida pelo País. O Imposto de Renda como fator de agravamento da situação da classe média brasileira.

HAROLDOLIMA – Intervenção da Marinha de Guerra brasileira em movimentos grevistas de portuários. As Forças Armadas e a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

AUGUSTO CARVALHO – Solidariedade do Comitê Central do PCB aos trabalhadores portuários em greve. Encontro Nacional dos Bancários Brasileiros em São Paulo, Estado de São Paulo. Legitimidade de movimento grevista dos bancários.

VI – Encerramento

Ata da 29ª Sessão, em 9 de março de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães; Presidente; Humberto Souto, Secretário

ÀS 14:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Ulysses Guimarães
Humberto Souto

Acival Gomes – PMDB; Adolfo Oliveira – PL Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alarico Abib – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcelos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto – PTB; Carlos Chiarelli – PFL Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa

Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Dional Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes PDS; Francisco Küster PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão

– PFL; Humberto Lucena – PMDB; Iberê Ferreira – PFL; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Santana – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PT; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lourenço – PFL; José Melo – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Viana – PMDB; Júlio Campos – PFL Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Lezio Sathier – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Labor – PMDB; Manuel Viana – PMDB;

Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moisés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Rober – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raul Ferraz – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Tadeu França – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornélas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 135 Senhores Constituintes.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. HUMBERTO SOUTO: – procede à leitura da ata da sessão antecedente, que é aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há Expediente a ser lido.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, com base no § 4º do Art. 7º Regimento Interno, solicito a V. Ex.^a que proceda, através da chamada nominal, à verificação de quorum, para ver se podem ter andamento os trabalhos da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa suspende à sessão por 30 minutos para aguardar quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Havendo número legal, está aberta a sessão.

Os entendimentos com as Lideranças prosseguirão ainda à tarde, no sentido de se compatibilizar o funcionamento da Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e do Congresso Nacional com a atividade preeminente que nos trouxe ao Parlamento brasileiro, tendo entre as Lideranças, dos quais participa o Presidente exercendo sua função de coordenador, ainda não chegaram a um fim. Deveremos também entrar em entendimento no sentido de que, entre outras providências, sejam realizadas sessões às segundas-feiras. Como todos sabem, se aprovada a proposta do Regimento, não haverá sessões da Constituinte às sextas-feiras. Além disso, haverá o credenciamento da Presidência para convocação de sessões extraordinárias, quando justificadas com matérias urgentes e de relevante interesse público. Outras providências estão sendo aventadas, inclusive o não-funcionamento das comissões permanentes, mistas e técnicas.

Este é um esforço que se faz também junto ao Senado da República. Inicialmente porque se assim não ocorrer, não haverá condições físicas para as trinta e tantas comissões e subcomissões, além de outros serviços essenciais à Assembléia Nacional Constituinte, possam exercer suas atividades. Depois, é fácil verificar que os Deputados, os Senadores, os Constituintes, enfim, participando das mesmas comissões e subcomissões da Constituinte, no Senado e na Câmara, os trabalhos das Constituintes teriam de apresentar, sem dúvida alguma, dificuldades óbvias.

Está sendo feito esforço no sentido de que, ultimando-se esses e outros entendimentos, possamos, a partir de amanhã, votar o Regimento definitivo, isto é, aquele que vigorará na fase de elaboração da Constituinte do País.

Eram estes os esclarecimentos que desejava trazer ao conhecimento da Casa.

O SR. JOSÉ LOURENÇO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL-BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. V. Ex.^a, realmente, cumpre a Constituição em vigor em nosso País e dá mais um passo em direção à democracia, mantendo-se, como sempre, no respeito à lei e às exigências constitucionais.

Sabe o meu partido, como toda a Casa, que, através de entendimentos interpartidários, deveremos encontrar soluções para fazer, dentro da expectativa nacional, uma Constituição que represente a vontade da Nação, mas, ao mesmo tempo, obedecendo aos termos da Constituição vigente, e para tanto não impedindo o normal funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Da nossa parte, encontrará V. Ex.^a o nosso apoio na busca do entendimento e do respeito à lei. É esta a posição do meu partido. Queremos privilegiar a Constituinte, mas entendemos que

deveremos encontrar, pelo entendimento, momentos e horas para que a Câmara possa também funcionar.

O SR. LUIZ HENRIQUE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB-SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Sras. e Srs. Constituintes, chegamos a um momento importante de entendimento nesta Casa. Dedicamos todo este final de semana a conversas, diálogos. Podemos, pela superação das arestas e divergências, que hoje são tão pequenas, fazer, amanhã, no plenário desta Constituinte, uma verdadeira festa cívica, aprovando o substitutivo do Senador Fernando Henrique. E, superado o impasse regimental, poderemos dedicar-nos rapidamente à elaboração da nova Carta.

Trago das minhas bases eleitorais, onde estive durante o carnaval, o sentimento popular de que não podemos mais retardar esta obra regimental, num momento tão grave para a Nação, com sérios problemas econômicos e sociais. Desse modo, não poderemos deter-nos em entraves de ordem semântica para aprovação deste Regimento.

Sr. Presidente, quero desta tribuna homenagear todos os líderes com assento nesta Casa. Senti em todos a máxima boa vontade, o melhor entendimento, no sentido de superarmos o impasse que vivemos na semana que antecedeu o carnaval.

Eram estas as considerações que gostaria de fazer. Tenho a esperança de que amanhã poderemos aprovar um Regimento que atenda medianamente aos interesses de todos os partidos e, acima de tudo, aos interesses soberanos da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB-SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, inicialmente desejo registrar a posição do PTB junto às outras Lideranças e sob a coordenação de V. Ex.^a Estamos procurando encontrar uma solução que traga em seu bojo o respeito às normas constitucionais vigentes e, ao mesmo tempo, possibilite à Constituinte desenvolver os seus trabalhos, produzindo aquilo que dela se espera: uma nova Constituição.

Mas, Sr. Presidente, alguma coisa não ficou perfeitamente clara para mim. A Constituição em vigor – que temos de obedecer – estabelece para hoje a instalação da Câmara e seu funcionamento. Pelo que entendi, V. Ex.^a abriu os trabalhos da Constituinte e não os da Câmara.

Ora, a Constituinte não tem norma constitucional a obrigar o seu funcionamento hoje, nos moldes estabelecidos pela Carta Magna, mas a sessão da Câmara é obrigatória. Na verdade, seria uma forma de ferir o texto constitucional vigente não se instalar a Câmara hoje, ou seja, não se abrir esta sessão que está prevista em nossa Carta Maior.

Portanto, Sr. Presidente, apesar do esclarecimento prestado por V. Ex.^a à Casa no início dos trabalhos, este nos faz induzir que, na realidade, estamos realizando, neste momento, uma sessão da Câmara, cumprindo o preceito constitucional. Mas nada se materializou. Não se formalizou, em verdade, a abertura da sessão da Câmara.

ra. Peço a V. Ex.^a que o faça, ainda que simbolicamente, até que possamos aprovar ato da Mesa que discipline em definitivo, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, a atuação permanente da Câmara dos Deputados.

O Sr. Aldo Arantes

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido Comunista do Brasil, queria aqui reiterar algumas declarações feitas por líderes de outros partidos quanto à urgência para aprovamos o Regimento Interno. Na verdade, o Regimento Interno é uma preliminar, e se demorarmos na aprovação desta preliminar é claro que estaremos retardando o trabalho substantivo da Assembléia Nacional Constituinte. Estamos abertos ao entendimento e ao diálogo. Estaremos presentes à reunião convocada pelo Líder do PMDB e V. Ex.^a para darmos nossas contribuições, para que cheguemos a um entendimento que corresponda aos interesses do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, o que está em jogo nesta discussão são algumas preliminares de grande importância para o futuro da Constituinte. Na verdade os setores conservadores e de direita desta Casa tentam fazer um Regimento Interno que coloca de lado a soberania da Constituinte. Tentam fazer um Regimento Interno em que não haja a participação popular.

Estamos abertos ao diálogo e ao entendimento, mas não podemos abrir mão dos nossos princípios, a pretexto de que é necessário chegarmos a um entendimento. Temos a convicção de que chegaremos; porque há questões graves e importantes a serem resolvidas. A posição de cada partido e sobretudo de cada Constituinte é que vai, em última instância, decidir essas questões. E hora de abordarmos o problema da Reforma Agrária, a dívida externa, do papel dos capitais estrangeiros no Brasil.

Gostariamos de dizer a V. Ex.^a e aos nossos companheiros Constituintes que já tivemos algumas informações acerca do processo de negociação envolvendo a questão da soberania. Consideramos que a emenda apresentada pelo Deputado Maurílio Ferreira Lima, restringindo a formulação original do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, não atende ao posicionamento do nosso partido, o que significa; em última instância, abrir mão da soberania da Constituinte. Não se trata do fato de a Constituinte exercer a sua soberania para sobrestar medidas contra o seu funcionamento. Não vamos aguardar que as tropas federais cerquem a Assembléia Constituinte para que, nessa situação, ela tome medidas em sua defesa. Pelo contrário, o que está em jogo é a soberania e o poder da Assembléia Constituinte para alterar a atual Constituição.

No **Jornal do Brasil** de ontem, em sua coluna Castello Branco dizia expressamente que "o Palácio do Planalto já colocou, claramente a questão: não admite que a Assembléia Constituinte tenha poderes para mudar a atual Constituição". E é isso que esta Assembléia tem que decidir: se pode ou não mudar a atual Constituição. Na nossa opinião – e acho que na opinião daqueles que defendem a soberania da Constituinte – ela tem poderes para acabar de uma vez por todas com o entulho autoritário, compromisso assumido pelas forças democrática desta Casa. Nesse sentido, queremos dizer que estamos abertos ao entendi-

mento, ao diálogo, mas não temos condições de abrir mão de questões de princípios, porque elas vão envolver, inevitavelmente, as regras do jogo que ou vão favorecer as forças democráticas e populares ou as forças conservadoras desta Casa.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a Liderança do Partido dos Trabalhadores foi procurada ontem pela Liderança do PMDB – num esforço para diálogo – com o objetivo de tratarmos da aprovação do Regimento Interno da Constituinte. Hoje, vice-Liderança foi novamente convocada para uma reunião, no final da tarde. E vamos a essa reunião com a finalidade de discutir e viabilizar a aprovação do Regimento Interno da Constituinte.

Mas, Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos deixar claro alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, a discussão sobre o Regimento Interno da Constituinte envolve questões de conteúdo da maior importância. Tenho dito que 50% dos resultados da futura Constituição estarão sendo decididos na ocasião da formulação do Regimento interno da própria Constituinte. Se tivermos um Regimento Interno mais democrático, teremos um resultado; se esse Regimento for menos democrático, haverá outro resultado.

Por outro lado, Sr. Presidente, a questão dos poderes da Constituinte é assunto da maior importância. A Constituinte não pode abrir mão dos seus poderes. Discutiremos com as demais lideranças esse ponto crucial, que foi objeto de um impasse, de uma batalha político-parlamentar da maior importância. E nós, do Partido dos Trabalhadores, não aceitamos, de maneira alguma, Sr. Presidente, e deixamos nossa posição bem clara para todas as lideranças, os fatos que presenciemos nesta Casa naquela quarta-feira à tarde, quando houve uma intromissão direta do Poder Executivo com relação ao andamento dos trabalhos da Constituinte, seja através do Líder do Governo na Constituinte, seja através de funcionários graduados do Palácio do Planalto. Não aceitamos as insinuações do Poder Executivo sobre a Constituinte. A questão da soberania da Constituinte é muito cara e preciosa, deve ser tratada com a maior boa vontade, mas com muita simplicidade.

Podemos até, Sr. Presidente, encaminhar o processo de votação do Regimento Interno da maneira mais rápida possível, resguardando a cada partido a explicitação de suas posições para que, através do voto e dos encaminhamentos de votações, as posições sobre problemas que dizem respeito ao futuro da própria Constituinte e da Constituição fiquem cristalinamente registradas nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, no que diz respeito ao funcionamento da Câmara e do Senado, nós, que sempre defendemos uma Constituinte exclusiva no seu ato convocatório, apresentamos proposta no sentido de que a Câmara e o Senado possam funcionar, desde que convocados pela Mesa da Constituinte, ouvido o Plenário da própria Assembléia Constituinte.

Vamos examinar a sugestão apresentada agora por V. Ex.^a, Sr. Presidente. Podemos expressar até, num exame mais apurado, uma discordância em relação a essa questão, porque ela envolve a soberania da Constituinte. Se isso ocorrer, então pode-

remos decidir através da votação, explicitando, assim, as posições dos diversos partidos.

Em suma, Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores demonstrou inúmeras vezes, durante o funcionamento da Constituinte, que está aberta ao diálogo e à discussão, e o fez com atos, com posições concretas. No nosso entendimento, Sr. Presidente, a questão dos poderes da Constituinte, repito, é muito preciosa, muito cara, e precisamos negociá-la através de um grande acordo.

Vamos examinar essas propostas, e só poderemos optar pelo caminho do voto, pelas explicitações das posições políticas no plenário da própria Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nós, do PDT, somos testemunhas do esforço de V. Ex.^a, Líder do PMDB, no sentido de buscar uma fórmula para superar aquilo que já ficou claro para o povo brasileiro sobre o que se determina chamar de impasse da votação do Regimento.

Sr. Presidente, consideramos a questão do Regimento, como já o dissemos em outras oportunidades, fundamental e básica para a própria definição e característica desta Assembléia Nacional Constituinte. Quando vejo alguns partidos e algumas personalidades declararem à imprensa que é necessário adotarmos uma posição que mantenha intocável a Constituição de 1967, não me surpreendo, porque muitas dessas lideranças ajudaram a fazer a Constituição de 1967. Por isso, não ficamos de alguma forma estupefatos diante dessa posição.

Tenho ouvido nesta Casa lições sobre direito de constitucionalistas novos que me fazem corar, quando volto aos meus tempos de universidade e faculdade de Direito, a respeito do percurso da Constituição vigente e da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, talvez muitos queiram sobrestar posições que nos poderão atingir amanhã. Talvez essa expressão seja muito própria de hoje, quando verificamos, a cada dia, uma crescente intervenção das forças militares e da Polícia Federal não só no que se refere à greve dos marítimos, mas também no que diz respeito à intervenção no Banerj, no Rio de Janeiro, e à perseguição que se estabelece em vários pontos do País cada vez que o movimento sindical entra em greve, como aconteceu por ocasião da greve nacional da CUT. Talvez precisemos de medidas que possam sobrestar a violência, porque a cada hora nos preocupa a crescente intervenção das Forças Armadas em quaisquer situações, as menores possíveis, como se estivéssemos nos tempos antigos do autoritarismo.

Estamos abertos para o entendimento. Acreditamos que a questão levantada por V. Ex.^a, sobre o funcionamento da Câmara, não é um ponto fundamental para nós, e certamente apoiaremos a posição a nós trazida por V. Ex.^a Mas para nós é Fundamental a defesa da soberania da Constituinte. Quem se colocar contra terá que assumir historicamente esse papel perante a opinião pública do País. Não estamos aqui somente para escrever uma Constituição ou para ser uma comissão constitucional, como, aliás, foi feito em 1967: o Presidente da República baixou um ato e o Congresso, que não tinha forças, a ele se submeteu

e se transformou numa comissão constitucional para apreciar um projeto de ilustres constitucionalistas que tinham, naquela oportunidade, nada mais nada menos que o tanque, a força e sobretudo estrelas para determinar que tipo de Constituição se faria no País.

Esta é a nossa posição. Estaremos na reunião para dizer que um ponto para nós é inegociável a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. ADOLFO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o Partido Liberal, contando nesta Casa com uma bancada numericamente pequena, tem tido o propósito – e V. Ex.^a mesmo poderá testemunhar – de colaborar em todos os entendimentos visando ao início do nosso trabalho principal, a elaboração da Constituição. Por isso mesmo, ao participarmos agora de entendimentos dos quais muito nos honramos, queremos dizer, Sr. Presidente, que a simples presença de V. Ex.^a, trazendo autoridade no seu mérito e no seu passado para ensinar aquilo que todos desejamos, o início, afinal, do trabalho constituinte, representa uma garantia de que a solução será elevada e a melhor para este País.

Por outro lado, o Partido Liberal deseja assinalar que, na prática da democracia, nenhum inconveniente se poderá apontar no interesse legítimo do Presidente da República em acompanhar o que se passa na Assembléia Nacional Constituinte ou no Congresso Nacional. Todos os presidentes da República, governadores e prefeitos sempre necessitaram de respaldo e base para seu trabalho no Legislativo. Esta é uma tradição que, bem praticada, só vem engrandecer o funcionamento do regime democrático.

Finalmente, desejamos trazer a palavra de toda aquela legião de eleitores que, só nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, nas eleições proporcionais, nos deu mais de um milhão e duzentos mil votos. A expectativa desses eleitos é a de que a Constituição comece a ser elaborada. Vamos iniciar nossos trabalhos. Não podemos perder muito tempo com as filigranas que cercam a Carta moribunda de 1969.

Voltarei a esta tribuna em outra oportunidade para estabelecer nitidamente o que foi trabalho do então Movimento Democrático Brasileiro, sua luta durante todo o período da ditadura militar, para conseguir o melhor para este País, a fim de que a situação voltasse a ser digna de ser vivida.

Sr. Presidente, registramos os aplausos do Partido Liberal ao entendimento para que iniciemos, de uma vez por todas, o trabalho maior da Constituinte, a feitura da nova Carta Magna.

O SR. JAMIL HADDAD: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre deputado.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em nome do Partido Socialista Brasileiro quero deixar bem clara a nossa posição. Sabemos que no regime democrático impasses políticos ocorrem e entendimentos são feitos com o fim de se chegar a um consenso. Nossa posição é muito clara e já a esposamos várias vezes desta

tribuna: desejamos, o mais prontamente possível, iniciar os trabalhos de feitura da nova Carta Magna do País, mas não abrimos mão das nossas posições ideológicas de respeito à soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Aachamos que num regime democrático pleno há independência e autonomia dos três poderes. Temos lido e ouvido diuturnamente que o impasse que ocorre neste momento, em torno da aprovação do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, verifica-se em função do tempo de duração do mandato do Presidente José Sarney.

Sr. Presidente, é preciso que as cartas sejam colocadas na mesa. Temos interesse em decidir soberanamente sobre os destinos da Assembléia Constituinte. Somos minoria e a maioria impõe a sua vontade no regime democrático. Mas cabe-nos defender nossos pontos de vista, esposar nossos pensamentos e ser derrotados nas votações que ocorrerão nesta Casa.

Esperamos que na reunião a realizar-se hoje, às 17h, possamos, dentro de um consenso, chegar a um denominador comum no sentido de partirmos, o mais prontamente possível, para a aprovação do Regimento e o conseqüente funcionamento das comissões que elaborarão a nova Carta.

O SR. AMARAL NETTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, falo a V. Ex.^a em nome da bancada do PDS, que tem hoje nesta Casa 32 dos 37 membros favoráveis ao funcionamento da Câmara e do Senado.

Gostaria também de dizer que determinados noticiários colocaram tanto a mim, Líder do PDS, quanto o Deputado José Lourenço, Líder do PFL, em condições de lançar desafios ou ultimatoss a V. Ex.^a Todos sabem, porém, que isso seria impossível, pois V. Ex.^a não é homem a quem se desafie e muito menos se faça ultimatoss.

Sr. Presidente por um falso conceito de soberania quer-se impedir o cumprimento da lei em vigor que determina o funcionamento da Câmara e do Senado.

Aceitamos a justificativa de V. Ex.^a e temos certeza de que na próxima segunda-feira haverá sessão da Câmara. Ao mesmo tempo quero deixar bem claro que estamos prontos para todo e qualquer entendimento, porque política é entendimento, principalmente neste momento tão grave da vida nacional.

Repito o que tenho dito constantemente lá fora: o povo está passando o "diabo". Estamos sendo vítimas da maior crise internacional que este País já enfrentou. Observamos o que está acontecendo com o povo brasileiro, que tem diante de si o Imposto de Renda, que hoje cai como um peso bruto na cabeça das pessoas da classe média.

Portanto, Sr. Presidente, o funcionamento da Câmara é necessário e, indiscutivelmente, V. Ex.^a há de convocá-la.

Ao mesmo tempo, a todos os meus colegas que defendem a soberania da Constituinte digo com muito respeito que acredito nela e na boa fé de S. Ex.^{as}, se assinarem hoje a renúncia a seus mandatos a partir do dia da promulgação da Constituição. Se isto acontecer, acreditarei na boa fé – repito – dos Constituintes que querem essa soberania. Assinem hoje um documento nos seguintes termos: "No dia da promulgação da Constituição brasileira renuncio ao meu mandato, por-

que fui eleito só para isso". Então, volto a dizer, acreditarei na boa fé desses Constituintes. Fora isso, não creio.

Não me venham fazer como na época do Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, quando V. Ex.^a inclusive chegou a ser Presidente da Casa, época em que, para se importar automóveis, votou-se uma lei que privilegiava os Deputados. Conheci muitos companheiros da velha UDN que falavam contra o projeto e, no fim diziam: "Eu confio no patriotismo do PDS" – para aprovar a lei e importar seu carro também.

Quero saber, Sr. Presidente, se os que defendem essa soberania vão renunciar no dia em que for promulgada a Constituição, porque quem quer soberania fica até a promulgação; quem espera para depois está mentindo e agindo de má fé.

O SR. FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estamos dispostos a dialogar, como sempre estivemos, e às 17h, estaremos no gabinete de V. Ex.^a para continuar as conversações em torno dessa tempestade num copo d'água.

Sr. Presidente, o § 7º do art. 57, que simbolicamente criava a figura da soberania desta Assembléia, a nosso ver era uma simples colocação para atender, talvez, à vontade de alguns Srs. Constituintes. Mas, na prática, o § 7º não funcionaria. E não funcionaria simplesmente porque há a exigência de 193 assinaturas e a submissão desse projeto de decisão à chamada Comissão de Sistematização, que poderia arquivá-lo, se desse parecer contra, ou se o parecer fosse favorável, voltaria a plenário para ser discutido e aprovado em dois turnos, com 281 votos, porque a maioria absoluta é 281, e não 280 votos.

Sr. Presidente, esse dispositivo era a única coisa que dava a esse nosso Regimento alguma cara de Assembléia Nacional Constituinte, porque todos os demais são comuns a qualquer Câmara de Vereadores a qualquer Câmara dos Deputados.

Pois bem, Sr. Presidente, vamos discutir, e queremos dizer a V. Ex.^a que nunca houve oportunidade tão maravilhosa para que os brasileiros em geral discutissem conosco as questões adjetivas e abandonassem a imprensa, os jornais, as rádios, todos a falar desse § 7º do art. 57, enquanto o problema fundamental, substantivo, que é o da dívida externa, provocou silêncio absoluto, porque passamos a discutir a questão adjetiva do § 7º do art. 57. E a Nação inteira deixou de tomar conhecimento de uma medida que é da maior importância: a suspensão do pagamento dos juros, a nosso ver essencial para se chegar a uma verdadeira moratória.

Sr. Presidente, a imprensa, os Deputados, todos deram graças a Deus, porque se achou um assunto adjetivo, sem maior importância, para ficarmos discutindo a vida inteira, deixando as questões fundamentais do País passarem ao léu, ao longo da barra, muito distantes da praia.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Democrata Cristão,

com a moral de quem tem o diálogo como prática permanente e vem reiteradamente conclamando as forças políticas a um amplo e sólido acordo nacional, adverte os líderes da maioria governista quanto à sua responsabilidade no agravamento da crise econômica e social que castiga o povo brasileiro, tão duramente atingido pelas recentes medidas governamentais.

A Constituinte foi paralisada num momento cercado de grandes esperanças, quando todo o povo aguardava a aprovação de seu Regimento Interno. No entanto, mais uma vez foram frustradas as expectativas da Nação, agora por inteira responsabilidade de parcela da maioria governista da Aliança Democrática.

Após repetidas reuniões de todas as lideranças partidárias, chegou-se a um acordo, embora à custa de sérios prejuízos para os pequenos partidos. Posteriormente, o PMDB e o PFL reunidos os seus líderes sem a presença dos representantes das pequenas agremiações, fecharam novo acordo, no qual estatuíram normas discricionárias, autoritárias, calando a voz e impedindo a participação de mais de 60% dos componentes da Assembléia Nacional Constituinte. Apesar dos riscos de uma ação à base do rolo compressor dos integrantes do PMDB, PFL e PTB, os pequenos partidos resolveram utilizar o pouco que lhes permitem as normas preliminares, apresentando emendas aperfeiçoadoras ao segundo substitutivo formulado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, relator da matéria.

Qual não foi nossa surpresa, porém, quando vimos alguns líderes governistas tumultuarem os trabalhos e impedirem a votação do Regimento Interno da Constituinte, malogrando, mais uma vez, as expectativas do País. O pretexto, por incrível que pareça, foram as normas relativas aos projetos de decisão e à Comissão de Sistematização, que a própria maioria governista introduziu no segundo substitutivo do relator.

O Partido Democrata Cristão tem o testemunho dos Anais da Constituinte de que advertiu reiteradas vezes à maioria sobre os perigos de um afastamento da legalidade.

Alguns líderes governistas, no entanto, fizeram ouvidos moucos, não dando qualquer atenção às nossas advertências, desvirginando, pois, a ordem legal em várias decisões. Por questão de justiça, aliás, devo ressaltar terem sido V. Ex.^a, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, e os líderes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique as honrosas exceções em todos esses episódios.

Rompida a ordem jurídica de que deriva a atual Assembléia Nacional Constituinte, aquela deixa de limitar nossa ação para que esta atinja toda a plenitude em soberania e poder. Nisto contamos com a cumplicidade entusiástica da Nação, que viu restauradas, em cada homem e em cada mulher, todas as suas esperanças. Por quê? Porque, diante de um quadro dramático de desemprego, fome e miséria, emoldurado com juros de 30% ao mês, o povo brasileiro viu, agradavelmente surpreso, surgir a possibilidade de solução imediata para muitos dos seus problemas, pelo poder conferido à Assembléia Nacional Constituinte.

Não podemos, portanto, de forma alguma, frustrar essas esperanças, tentando enfraquecer a Assembléia Nacional Constituinte. O Partido Democrata Cristão, que não esteve, não está e não estará a reboque de ninguém, porque é força da vanguarda, deplora tais acontecimentos e faz instantâneo apelo às forças da maioria governista para que reexaminem suas posições e atuem harmonicamente, a fim de, aprovando-se o mais rapidamente possível o projeto de Regimento Interno,

restaurar-se a confiança do povo na classe política.

Aprovar o Regimento Interno na forma do segundo substitutivo, com alguns aperfeiçoamentos, é decidir pela convocação feita pelo PDC, no sentido de um amplo e sólido acordo de todas as forças políticas, tendo em vista a necessidade de mudança do regime e de instalação de um governo parlamentarista de união e congraçamento nacionais.

Nossa responsabilidade é grande. O PDC confia no Presidente da Constituinte, nos líderes do diversos partidos e, sobretudo, nos componentes desta Assembléia, que deve ser livre e soberana, sobre tudo e sobre todos, abaixo de Deus.

Não podemos faltar ao povo brasileiro.

Assim pensa o Partido Democrata Cristão.

IV – O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães): – Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

Tem a palavra o Sra. Beth Azize.

A SRA. BETH AZIZE (PSB – AM. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem foi o Dia Internacional da Mulher.

Eu já havia prometido a mim mesma não mais voltar à tribuna desta Assembléia, porque entendo que, forças ainda não definidas estão levando as nossas discussões para um caminho completamente diverso daquele que a opinião pública e a Nação brasileira esperam de todos nós.

Aproveitando a semana posterior à instalação do Congresso, no dia 1º de março, depois de passar todo o mês de fevereiro em Brasília, sem visitar a minha família, decidi voltar ao Amazonas, minha terra, cujo povo já me concedeu quatro mandatos. Voltei e tive, no exato momento em que o povo brasileiro canalizava as suas amarguras e as angústias nas fantasias e nas máscaras carnavalescas, a oportunidade de constatar uma verdade que me angustiou profundamente.

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher reformulei a promessa que havia feito a mim mesma de não mais vir à tribuna desta Assembléia até que começássemos a discutir o grande projeto que a Nação brasileira espera de todos nós, que é a feitura da nova Constituição do Brasil. Mas ao mesmo tempo em que reformulava este conceito e esta promessa determinei a mim mesma e a todos aqueles que me procuraram, independentemente dos festejos carnavalescos, voltar aqui para desabafar esta angústia que me está tomando conta do corpo e da alma nestes dias que aqui passamos. E, em respeito ao povo brasileiro, em respeito à mulher brasileira, que representa a maioria do Colégio Eleitoral desta Nação, venho hoje à tribuna cobrar desta Assembléia e de mim mesma uma postura mais audaciosa, mais crítica mais combativa, porque o povo lá fora não quer mais ouvir falar nem de Constituinte nem de normas regimentais. O povo quer uma resposta mais próxima da sua vida que também está mais próxima da sua morte. O povo quer saber por que a Constituinte não discute a política econômica e financeira do País, que está matando de miséria os brasileiros. A Nação brasileira quer saber por que a Assembléia Nacional Constituinte se perde nas questões do varejo do seu Regimento e se esquece do atacado, dos grandes problemas deste País, como dos juros bancários.

No Estado do Amazonas, Srs. Constituintes, tive uma cruel informação e a sua constatação, ao ver concedidas em menos de um mês, centenas e centenas de pedidos de concordatas preventivas e falências de pequenos empresários Agricultores estão empregando mulheres e filhos para pagar

os juros bancários dos seus financiamentos. Tudo isso me amargou numa profundidade tal que eu, que havia prometido não mais vir a esta tribuna, não tive outro caminho senão voltar, hoje, para dizer que esta minha angústia não é resultado de uma revolta pela falta de trabalho de todos nós. Não. Sei que é importante discutirmos as normas regimentais, mas entendo que muito mais importante é avançarmos já na grande discussão que a Nação espera de todos nós.

A minha inexperiência, aqui, talvez não me autorizasse a fazê-lo, porém, a minha sensibilidade de mulher dá-me o direito de dizer que não é o fato de uma maior ou menor soberania que está preocupando o Presidente da República. A grande verdade é que S. Ex.^a não quer que esta Assembléia Nacional Constituinte trabalhe antes de ter S. Ex.^a a garantia do seu mandato presidencial. Pergunto: será que diminuindo a soberania desta Constituinte, ou eliminando-a totalmente, estará S. Ex.^a assegurando o seu tempo de mandato e o apoio popular de que hoje não mais dispõe?

Questões como essa precisam ser transmitidas através desta tribuna. É a oportunidade que temos de falar à Nação brasileira, que está esperando de todos nós uma decisão corajosa e enérgica para que o País possa começar, agora, a sua caminhada, após tantos anos de ditadura.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, pedi a palavra para fazer uma triste comunicação a esta Assembléia: sexta-feira passada o Vice-Governador eleito de nosso Estado, a Paraíba, deixou voluntariamente a vida terrena.

Foi S. Ex.^a, algumas vezes Deputado Federal e ainda na Legislatura passada ocupou muitas vezes esta tribuna, revelando-se um dos grandes oradores parlamentares da Casa. Faltavam apenas dez dias para que tomasse posse no cargo para o qual fora eleito a 15 de novembro quando as amarguras da vida o conduziram ao gesto que o levou à perda final da vida. Durante a campanha pelas eleições diretas, pela redemocratização deste País, e com atuante brilho na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, foi S. Ex.^a responsável por importantes pareceres, que lhe eram distribuídos em virtude da sua cultura de professor universitário e de político hábil.

Mas não foi apenas pelo seu saber e pelo seu talento que ele conquistou o respeito desta Casa; foi sobretudo pela sua capacidade de relacionamento pessoal. Conhecia pelo nome todos os Congressistas, sabendo a sua origem, sigla partidária e posições políticas, tornando-se, por isso mesmo, um dos companheiros mais estimados de quantos exerceram mandato na última Legislatura.

Sábado passado, o seu amado povo de Campina Grande, tangido pela perplexidade, o acompanhou, em silêncio, à última morada, chorando a prematura perda no acalanto das músicas de Villa Lobos. A cidade inteira palmilhou o seu derradeiro rastro, como dantes tantas vezes a maioria do povo se deixaria conduzir pelo fulgor do seu verbo em campanhas políticas memoráveis. Toda Campina Grande o acompanhou na última e silenciosa caminhada para demonstrar publicamente que preferia os vivos reencontros.

Nos instantes finais, Raymundo Asfora parece haver tentado o salmo da salvação. Mas o sufoco da angústia o fez tombar sobre a Bíblia aberta,

a cuja leitura recorreu na madrugada fatal. Foi mais forte o cântico de Mefistófeles:

"Neste mar,
neste mar tempestuoso
do viver e do atuar,
subo, desço, não repouso
vou e venho sem cessar,
neste mar.
Morredouras vidas,
Mortes resnascidas,
em fogosas lidas,
Sem jamais parar."

Este torvelinho certamente desesperou o nosso Asfora, mergulhando-o no caminho da eternidade.

Na Câmara dos Deputados dedicaremos sessão especial à sua memória, nos termos do Regimento Interno da Casa, a fim de destacar todos os atributos da sua cativante figura humana como poeta, orador, professor universitário e político honrado.

Mas agora, Sr. Presidente, sei que represento o sentimento suprapartidário da Paraíba ao registrar a morte de uma das mais brilhantes expressões do nosso PMDB. Por isso requero a V. Ex.^a se digne submeter ao Plenário desta Assembléia Nacional Constituinte o pedido de voto de pesar que ora lhe encaminho, subscrito também por outros Constituintes.

Solicito ainda seja a nossa homenagem comunicada à família de Raymundo Asfora.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa se associa às palavras fraternas e justas de homenagem e solidariedade a um grande paraibano e prestante brasileiro. Tive a fortuna de conhecê-lo de perto nas minhas andanças pelo Brasil, notadamente pelo seu Estado. O que disse o Constituinte Aluizio Campos tem o testemunho daqueles que aqui se encontram e da opinião pública, principalmente do seu Estado: grande orador, lastreado por uma sólida cultura e uma generosidade que cativou todos aqueles que tiveram a ventura de com ele privar na Legislatura passada.

Neste instante, a exemplo do que aconteceu com o orador que acabamos de ouvir, estou certo de que interpreto o sentido da homenagem desta Casa do povo brasileiro agradecendo o exemplo, as lições, a dedicação do Raymundo Asfora à causa pública deste País.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, parece que se estabeleceu nesta Casa grande confusão entre soberania e exclusividade. E, quando se propugnava pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, dividiam-se as opiniões daqueles que a queriam exclusiva – dentre os quais eu me alinhava – e dos que a desejavam congressual. Mas o importante, Sr. Presidente, é que em um caso, como em outro, seria garantida a sua soberania. Não será o fato de funcionarem paralelamente, Câmara e Senado que haverá de macular ou comprometer a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, hoje pretendia fazer um discurso nesta Casa para enfatizar o que já vaticinei em pronunciamento anterior: minha preocupação com a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, gostaria de pedir maior objetividade nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que, se de um lado faz reuniões à tarde, à noite e pela manhã, de outro entra em recesso durante dez dias, no momento em que o povo brasileiro está a exigir de nós esforço concentrado, para que possamos

votar definitivamente o Regimento Interno e dar curso àquilo que é a nossa grande função nesta Casa: a elaboração da Constituição.

Mas, Sr. Presidente, saí deste plenário preocupado e contristado após a última reunião da Assembléia Nacional Constituinte quando da instalação da 48ª Legislatura.

Está acontecendo aquilo que mais temia fosse ocorrer nesta Casa. Na hora em que todo o mundo aqui proclama e defende, com retórica e com todo tipo de manifestações, a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, estamos aceitando, silentes, passivos, sem uma palavra do Presidente da Assembléia Nacional, a interferência abusada e indevida do Poder Executivo no processo da Assembléia Nacional Constituinte.

É sabido, Sr. Presidente, que o Presidente da República quer participar, ou melhor, interferir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte; é sabido que estão vindo recados do Palácio do Planalto para esvaziar este plenário; é sabido que vieram inclusive cupinchas do Presidente da República para tirar Constituintes do plenário, para não dar número, no dia em que aqui se deveria votar o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Ora, no momento em que se fala tão alto em termos de soberania, creio ser a oportunidade adequada para o Presidente desta Casa colocar um basta nesse tipo de interferência, nesse tipo de tutela que se quer estabelecer em cima da Assembléia Nacional Constituinte.

É sabido, Sr. Presidente, que ao poder estatal cabe apenas instrumentalizar a vontade popular quando convoca a Constituinte. Sob este aspecto, o ato do Governo que restituiu ao povo referido poder é sempre legítimo. Não pode, porém, o poder estatal ir além do estabelecimento do lugar, tempo e formação da Assembléia Constituinte. Se o fizer, estará usurpando prerrogativas que pertencem ao povo, atuando em distonia com os princípios democráticos.

Sr. Presidente, como Constituinte, dirijo apelo a V. Ex.^a, no sentido de que, através de manifestação pública, o Presidente titular desta Assembléia repudie o tipo de interferência que está tendo a Assembléia Nacional Constituinte, que está sendo tutelada pelo Palácio do Planalto. Hoje, desmoralizados perante a opinião pública, temos de recobrar a nossa imagem, temos de construir outra imagem mais airosa e dignificante do Poder Legislativo. Mas, a continuar esse quadro a que tristemente vimos assistindo, vamos transformar-nos sem fantoches manipulados pelo Palácio do Planalto. Por isso, quero deixar aqui registrados a minha inconformidade e o meu protesto, ao mesmo tempo em que apelo no sentido de que nosso ilustre Presidente, fazendo uso de suas prerrogativas, denuncie à Nação esse tipo de abuso, de interferência descabida e inoportuna que quer estabelecer o Poder Executivo, pondo cobro, assim, a tal situação.

Durante o discurso do Sr. Adylson Motta, O Sr. (Ulysses Guimarães) – Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. (Humberto Souto) – Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Tem a palavra o Sr. Eliel Rodrigues (Pausa.)

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Ceio, sinceramente, que estamos todos empenhados na solução dos diversos problemas que se abatem sobre a nossa querida Pátria.

Um deles, bem recente é relativo à AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), doença

ainda sem cura, que já registrou mais de 1.300 casos no Brasil, a partir de 1982.

Governo e população estão unidos numa ampla campanha nacional de esclarecimento sobre esse mal, que está prejudicando, também, tantos inocentes, justificando-se essa medida por considerar-se que o povo precisa ser convenientemente informado, o que contribuirá para que o País não venha a ter incrementado o contingente de portadores da mencionada síndrome.

Como ainda não há vacinas que neutralizem seus efeitos, é necessário que esse tipo de informação penetre em todas as camadas sociais, a fim de que todos saibam como a AIDS se propaga e quais os meios para evitá-la.

Assim sendo, é dos mais louváveis e oportuno o propósito do Ministério da Saúde, em combater esse flagelo, numa luta sem fronteiras, ao qual todos devemos unir-nos.

Achamos, contudo, que, como cristãos devemos ter uma palavra que aborde mais profundamente o assunto, buscando seu fundamento e raízes, para erradicá-lo. Com isso estaremos contribuindo em benefício da população brasileira, trazendo-lhe ao conhecimento que a origem dessa enfermidade resulta de um inteiro desvirtuamento dos princípios naturais e salutar, estabelecidos por Deus, para o relacionamento sexual da raça humana.

Tão sério é esse desvio do comportamento normal humano, em suas origens, que Deus, já nos primórdios da História, teve de intervir, destruindo, entre outras, as cidades de Sodoma e Gomorra, por suas extremadas devassidões.

É, portanto, com sobeja razão que, divinamente inspirado, o apóstolo São Paulo, escrevendo sua epístola aos cristãos romanos, assim se expressa:

"Porque do céu se manifesta a ira de Deus sobre toda a impiedade e injustiça dos Homens, que detêm a verdade em injustiça.

Porquanto o que de Deus se pode colhecer neles se manifesta, porque Deus lho manifestou;

Porque as coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder como a sua divindade, se entendem, e claramente se vêem pelas coisas que estão criadas, para que eles fiquem inescusáveis;

Porquanto, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças, antes em seus discursos se desvaneceram e o seu coração insensato se obscureceu.

Pelo que também Deus os entregou às concupiscências de seus corações, à imundícia, para desonrarem seus corpos entre si;

Pois mudaram a verdade de Deus em mentira e honraram mais a criatura do que o Criador, que é bendito eternamente. Amém.

Pelo que Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural no contrário à natureza.

E, semelhantemente, também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão, comentendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro.

E, como eles se não importaram de ter conhecimento de Deus, assim Deus os entregou a um sentimento perverso, para fazerem coisas que não convêm.

Os quais, conhecendo a justiça de Deus (que são dignos de morte os que tal coisa

praticam), não somente as fazem, mas também consentem aos que as fazem."

É meu intuito, portanto, ao ocupar novamente a tribuna desta assembléia, conchamar os ilustres constituintes para que, ao elaborarmos nossa Carta Magna, busquemos dotá-la de princípios morais, não tolerando a prática do homossexualismo e do sexo livre, pelos males que trazem em seu bojo, entre eles a terrível AIDS.

Creio que; neste pronunciamento, Sr. Presidente, estamos representando o sentimento e a consciência de milhões de cristãos brasileiros, inclusive presentes e representados neste plenário, num sincero brado de alerta, de amor fraternal, de brasilidade e de temor de Deus, porque admitimos que somente um retorno aos princípios sagrados, por Ele (Deus) outorgados, podem, definitivamente, destruir esse mal que assola a humanidade, uma vez que, apesar de sua etiologia biológica, essa doença degenerativa tem conotação maligna.

Infelizmente se caracteriza ela como um mal necessário, um mal de reparação moral, um castigo da própria natureza vilipendiada, pois tudo que alguém semear também colherá.

Deus não se deixa escarnecer, nem é levado por respeitos humanos. Este é um princípio universal.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO BORGES (PDC - GO. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, o momento é de Constituinte, de Regimento Interno. Entretanto, amanhã, dia 10 de março - data que precisa ser mencionada neste momento - é o Dia Nacional da Mobilização por uma Política Agrícola. Desse movimento, coordenado pela Organização das Cooperativas do Brasil, fazem parte todos os agricultores, todos os pecuaristas. Assim, amanhã, nesta Capital e em todo o Brasil, haverá ampla movimentação, repetindo o que foi feito no dia 9 de fevereiro, data do primeiro alerta do campo à Nação.

Isto deve ser visto sem medo e com entusiasmo. Revela o espírito de mobilização dos setores produtivos da agricultura neste País. A falta de representação tem gerado os maiores abusos, os maiores absurdos. A agricultura e a pecuária têm representatividade - e muito - mas não tem uma representação adequada. Portanto, devemos ver com bons olhos e estimular tal mobilização e não desestimulá-la. O movimento a ser realizado amanhã não tem o nome de protesto, mas na verdade representa um protesto contra a situação por que passa a agricultura brasileira. É um protesto sobretudo contra atos praticados que muito prejuízo trouxeram. É o caso, por exemplo, da importação de 600 mil toneladas de carne velha que abarrotava os frigoríficos da Europa, muitas vezes contaminada, com os ossos cheios de vírus de aftosa, que custaram um preço absurdo - mais de 600 milhões de dólares para a Nação - com prejuízo para nosso rebanho.

Houve também a importação de cerca de 300 milhões de dólares de leite contaminado pela radiação de Chernobyl. Ninguém da Europa quis esse leite, mas ele veio para o nosso povo, tido como subdesenvolvido, que pode comer ou beber qualquer coisa, por pior qualidade que tenha... Isto é um absurdo. Esses 300 milhões de dólares seriam suficientes para a instalação de uma ampla indústria de leite em pó neste País.

Mas não parou aí. Importamos quantidades enormes de arroz, já beneficiado, sujeito a deterio-

ração rápida. Então, tem de ser rebeneficiado a todo momento, para não se perder. Foi um crime contra os interesses do povo brasileiro.

Ainda mais: o Ministério da Agricultura autorizou a importação de vinho sem as qualidades sanitárias exigidas pelos padrões estabelecidos. Houve ainda a compra, a liberação da importação de agrotóxicos de alto poder residual, organoclorados, organofosforados, verdadeiro crime contra a ecologia, contra a natureza deste País. Pois bem, abriram-se as portas dos armazéns deste País que foram abarrotados de agrotóxicos que nenhum país adiantado do mundo usa mais.

Houve também a importação do anabolizante, hormônio para engorda de gado, que é cancerígeno e proibido em muitos países, sobretudo nos Estados Unidos. E nós o importamos.

São verdadeiros desastros que se praticam contra a saúde do povo brasileiro; são contrários ao interesse nacional, contra o produtor nacional. No entanto, não se pode dizer que tudo está ruim, que não há nada de bom. Recentemente, algumas nuvens de esperança apareceram: houve uma melhoria nos preços mínimos para a maioria dos produtos agrícolas do Brasil; houve a criação da caderneta de poupança para a agricultura, que está dando resultados significativos já há uma boa quantidade de dinheiro nessas cadernetas, que vai servir à agricultura.

Mas isso não é nada, é o arremedo daquilo que pode ser. Precisamos criar uma política agrícola que seja respeitada e respeitável a longo prazo, que não mude de vinte e quatro em vinte e quatro horas.

O mais importante nisto tudo é a preocupação do Governo quanto à suspeita de corrupção. Passo a ler o que saiu no "jornal do Brasil", do dia 7 de março:

"O Ministro da Casa Civil, Marco Maciel, assinará, na próxima semana, portaria criando uma comissão encarregada de investigar denúncias de irregularidades na importação de alimentos, na qual foram gastos nada menos de um e meio bilhão de dólares."

A comissão, formada por ordem do Presidente José Sarney, será constituída por um representante da Procuradoria Geral, um da Consultoria Geral, o Ouvidor-Geral, Fernando César Mesquita, e pelo Presidente da Cobal."

Isto é um fato auspicioso. Alguém está interessado em apurar os possíveis responsáveis pelos absurdos cometidos.

O meu apelo ao Presidente José Sarney é para que não faça isto apenas quanto às importações de alimentos, mas que investigue também a autorização para importação de agrotóxicos de alto poder residual, a importação do hormônios para a engorda forçada de gado e outros fatos que preocupam a Nação. Só assim a credibilidade voltará aos meios agropecuários do nosso País.

Amanhã, haverá uma movimentação nova em todo o Brasil. Os produtores agrícolas e pastores manifestarão sua desesperança, sua inconformidade com a falta de uma política agrícola. Sem política agrícola, nem se pode pensar em reforma agrária. Reforma agrária para quê, se não se sabe o que se faz com a agricultura?

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB - BA. Sem revisão do orador.): - SR. Presidente, Srs. Constituintes, não há dúvida de que qualquer país no mundo, hoje, enfrenta problemas muito sérios. A propósito, gostaríamos de trazer algumas reflexões a esta Casa, sobretudo sobre o que conside-

ramos um tempo excessivamente longo e praticamente perdido. A partir da declaração da suspensão do pagamento dos juros, permanecemos até hoje, discutindo, nesta Casa, problemas de Regimento Interno, especificamente o § 7º do art. 57. Contudo, mesmo que fosse aprovado nesta Casa, o § 7º não ensinaria oportunidade a qualquer manifestação que não aquela amplamente apoiada pelos partidos majoritários e também pelo próprio Governo.

Isto, tendo em vista os condicionamentos a que foi submetido o § 7º, inclusive com a exigência, para apresentação de qualquer projeto de decisão, de assinatura de 193 Srs. Constituintes, e, além disso, a necessidade de a proposição ser submetida ao crivo da Comissão de Sistematização. Se contrário o parecer desta, o projeto será arquivado; se favorável, porém, o projeto virá a plenário, onde necessitará de 281 votos favoráveis para ser aprovado. Neste ponto, Sr. Presidente, pergunto à Casa: que projeto de decisão que não seja do interesse geral dos chamados partidos majoritários, enfim, do próprio Governo, poderá ser aprovado com tal número de votos?

Ficamos, pois, a fazer tempestade em copo d'água, discutindo fórmulas que deverão substituir outras, para que esta Assembléia tenha, simbolicamente, o que se chama de soberania. O § 7º é um símbolo apenas. Evidentemente, na prática, ele não surte, a nosso ver, nenhum efeito, o mesmo ocorrendo com as fórmulas que vêm sendo negociadas com os demais partidos políticos.

Sr. Presidente, acreditamos que todo esse tempo gasto na discussão de um assunto, a nosso ver, adjetivo - como de hábito, aliás, os brasileiros, em geral, discutem os problemas adjetivos e abandonam as questões substantivas, os problemas reais - deveria ser utilizado na busca de solução para o problema maior que deveríamos estar discutindo: a dívida externa.

Chegamos à conclusão, Sr. Presidente, de que, dado o perfil da nossa dívida externa, considerando-se os prazos de pagamento e as taxas de juros, não se poderá pagá-la. Aliás, nenhum país do Terceiro Mundo, principalmente da América Latina, poderá fazê-lo. O Brasil chegou a pagar cerca de 20% ao ano, por volta de 1931. Já tivemos situações difíceis, iguais à que se verificou em 1983, quando foram suspensos os pagamentos do principal, sendo que, a partir de julho, também não se pagaram juros. Na verdade, portanto, em 1983 houve uma verdadeira moratória, que simplesmente não foi declarada, mas que de fato existia pois não pagamos nem o principal nem os juros.

Enfrentar o problema da dívida externa é da maior importância para o desenvolvimento e para a independência deste País. Evidentemente, a dívida externa não constitui o único ponto de estrangulamento de nossa economia. Há outros. Por conseguinte, é preciso discutir o assunto. E melhor oportunidade do que esta não teríamos, Sr. Presidente, para debatê-lo com todas as correntes de pensamento existentes nesta Casa e transmitir à opinião pública a posição da Assembléia Nacional Constituinte relativamente a esse problema. Infelizmente, porém, perdemos todos esses dias discutindo o sexo dos anjos, fazendo tempestade em copo d'água. Na realidade, não tratamos de problema substancial de fato interesse ao povo brasileiro.

Creio, Sr. Presidente, que ainda é tempo. Desde 1983, bradamos desta tribuna quanto à neces-

sidade de se estabelecer uma grande unidade interna, para que este País possa dispor de condições para agir no plano internacional. Nenhum país dividido internamente tem soberania para lutar no plano internacional. Não é difícil conquistar a unidade interna. Basta que o Governo decida adotar políticas que correspondam realmente aos interesses do povo, eis que não há contradição entre interesse do povo e interesse da Nação.

Por isso, Sr. Presidente, pedimos aos Srs. Constituintes que meditem sobre o gravíssimo problema que estamos vivendo e para o qual é necessário, acima de tudo, unidade nacional, a fim de que o Governo encontre a melhor solução.

Muito obrigado.

O SR. DEL. BOSCO AMARAL (PMDB - SP. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando da votação do Regimento, não só permaneci em plenário, como iria votar contra, especialmente pela forma como o problema está colocado.

Sou do PMDB. Mas este não é o único paitido da Constituinte. Aliás, na Constituinte nós, peemedebistas, vamos divergir muito e democraticamente quanto a temas como o aborto, a pena de morte e outros correlatos, quando chegarem a este plenário ou às comissões. Assim, estranho que desejem transformar em matéria partidária aquilo que também uma minoria legítima dentro do PMDB, nas suas reuniões noturnas ou diurnas, resolve estabelecer e inserir no Regimento Interno, que, segundo o orador que me antecedeu, é o sexo dos anjos.

Aliás, é por meio do sexo que se gera uma nova vida, enquanto este Regimento vai dar o arcabouço para que seja gerada uma nova Constituição. No art. 57 há uma previsão que possibilita um pedido de plebiscito a cada dia, mas dizem que todos têm bom senso e que ninguém fará isso, como ninguém insistirá em realizar eleições diretas imediatas, ontem ou já, porque todos têm bom senso.

Ora, a partir do momento em que existe a norma regimental, ela faculta a quem quiser pedir, num projeto de decisão, por exemplo, a realização de um plebiscito para cada ato da Constituinte.

Dessa forma, iria votar contra e, se amanhã o projeto permanecer como está, também votarei desta forma. E para isso não é preciso se fazer obstrução, porque qualquer matéria na Constituinte só pode ser aprovada pelo voto de 280 Constituintes.

Desta forma, o PFL, através do seu fogoso e irrequieto Líder, fez uma manobra, um jogo de cena, para aparecer. Ausentou-se. Aliás, está trabalhando mal o Líder do PFL, ao menos nessa última semana, devido, talvez, a um impulso carnavalesco: quando não compreendeu que o PFL não tem aliados no PMDB. Somente as boas idéias têm aliados no nosso partido. E S. Ex.^a está afastando a possibilidade nas matérias difíceis, de aqueles peemedebistas que não estão convencidos votarem juntamente com companheiros de outros segmentos partidários. Não é agredindo nem tentando jogar um companheiro de partido contra o próprio partido que se faz política.

O Constituinte José Lourenço, meu fraternal amigo, pecou demais neste carnaval ao tentar aviltar o PMDB, que constitui um patrimônio histórico desta Nação, que é inclusive a razão de o PFL estar existindo e seus membros falando; que é o motivo pelo qual, hoje, o Constituinte Amaral Netto, do PDS, pode dizer coisas que os peemedebistas, no tempo da ditadura, não podiam falar, sob pena de terem seus mandatos cassados imediatamente. E não defendo a volta à ditadura.

Vamos, pois, respeitar o PMDB, sem prejuízo de que os peemedebistas, que não são "xiitas" - esta é uma denominação dada pela imprensa, com a qual não concordo - mais de esquerda ou de direita, possam - aqueles que têm suas idéias próprias, que não são conduzidos - votar de forma que a orientação seja de suas próprias consciências.

Assim, quero salientar que continuo no PMDB; sou um emedebista fundador, combati a ditadura e a corrupção, amarguei o cárcere e estou à vontade para votar fora de minha bancada na Constituinte, quando sentir que existem interesses antinacionais, para não usar a expressão "subalternos," sobre qualquer dispositivo regimental ou de mérito.

Apelaria para os Srs. Líderes no sentido de que, aparecesse menos nos jornais, nas rádios e na televisão, procurassem composições que servissem - como disse o orador que me antecedeu - para deslanchar os trabalhos desta Constituinte. Desta forma, declaro-me um Constituinte independente dentro do programa do meu partido, o PMDB.

O SR. VILSON DE SOUZA (PMDB - SC Pronuncia o seguinte discurso): - Sr. Presidente, Srs. constituintes, já se passaram 40 dias de instalação desta Assembléia Constituinte sem que os trabalhos tenham progredido satisfatoriamente, ao menos nos níveis desejados pela maioria da população brasileira.

Estratégias e expedientes utilizados por forças da reação e do atraso têm impedido que concretizem nossas propostas e compromissos assumidos em praça pública, de dotar o País de uma Constituição moderna, progressista e profundamente democrática.

Sempre tivemos dúvidas quanto às reais possibilidades de uma Constituinte convocada sem a participação popular e organizada sem ruptura com a ordem estabelecida pela ditadura, e que os falsos democratas não querem alterar.

Os detentores de parcelas consideráveis do poder e frutos da própria ditadura, em aliança com forças democráticas, muitos iludidos, usaram o apelo do futuro, fundados nas pretensas alterações com a Constituinte, tão-somente como instância retórica para obter a adesão da sociedade ao seu projeto real: a permanência na denominação e exploração da Nação brasileira, mediante alterações superficiais do sistema.

Fala-se em transição democrática, quando, em verdade houve uma transação entre as elites para a manutenção do poder - e a presença da Frente Liberal no comando de ministérios que controlam mais de 2/3 do Orçamento Nacional bem demonstra isto. Mesmo os avanços concedidos à sociedade já foram deteriorados pela retomada do processo inflacionário, pela ciranda financeira, pelo descontrole da economia. Os indicadores sociais e econômicos aí estão para demonstrar a incapacidade e mesmo a falta de seriedade do Governo para com a imensa maioria da população brasileira.

Fomos eleitos para mudar este quadro. Ao menos eu, e tenho certeza de que muitos outros colegas Constituintes também pensam assim.

Mas, infelizmente, um grupo de Constituintes, falsos representantes da Nação e arautos do autoritarismo, porque nascidos das entranhas da ditadura militar, a serviço de interesses escusos, tentam impedir os avanços e as conquistas que se fazem necessárias à reinstitucionalização do País, e, a serviço do rei e da ordem por ele representada, mantida e sustentada na desordem das classes populares, buscam impedir o funcionamento nor-

mal, livre e soberano desta Assembléia, e os últimos quarenta dias são a prova irrefutável desses designios.

Sabíamos desde o início que, pela própria forma de transição e pelos interesses em jogo, sustentados pelo excessivo grau de fisiologismo de grande parte da classe política, a Constituinte pregada pelas forças populares nas praças, nos comícios e nos palanques, e que constam dos partidos progressistas, teria dificuldades irremovíveis de nascer.

E assim, a transição, ao invés de nos dar uma Assembléia Constituinte exclusiva, que pudesse livre e soberanamente decidir sobre o futuro da Nação, deu-nos este progresso adjetivado de Constituinte, organizado nos mesmos moldes dos Congressos que serviram à ditadura como fachada democrática do arbítrio e que aí está, oscilando entre as forças do passado e o espírito da transformação progressista, levando a crer que sua verdadeira missão seria a de realizar uma grande emenda à Carta dos Militares.

Esta lógica conservadora, representada nas diversas bancadas dos partidos conservadores, não só está presente aqui dentro como se assanha em todos os órgãos e aparelhos de Estado, especialmente nos demais poderes da União.

No embate de forças entre as demandas da sociedade que quer recuperar o controle dos seus destinos e passar a agente da história e às elites econômicas e políticas ancoradas no aparelho de Estado, evidencia-se com nitidez, uma vez mais, a vitória, ainda que provisória, daqueles que nada querem mudar.

A história política brasileira é pródiga em exemplos de transições que, como esta, concluídas por acordo de cúpulas, converteram-se, e convertem-se em transação das elites no poder para continuidade da dominação.

A independência, barbaramente massacrada com os inconfindentes, foi concedida pelo Príncipe como forma de manter-se no poder, organizado o Estado então livre segundo os interesses das elites agrárias que o apoiavam, estas mesmas elites que, introduzindo princípios da democracia liberal convíviam confortavelmente com a escravidão. E após concederem a libertação aos escravos, quando já não haviam propriamente escravos a serem libertados, aliaram-se com os marechais e generais de plantão para implantarem a República no golpe militar de 15 de novembro de 1889. O Estado daí resultante não passou de uma modernização das instituições políticas para que os velhos caciques e coronéis continuassem a sua dominação. A crise desse bloco no poder, acentuada pelo novo golpe de 1930, importou numa nova rearrumação do Estado, com a cooptação de forças populares pelo populismo autoritário de Vargas e seu Estado-Novo. E a sua deposição, em 1945, com a reconstitucionalização do País, uma vez mais se fez nos limites impostos pelo regime anterior, já que tanto o PSD como o PTB nasceram das entranhas do regime e do ditador. O seu falso liberalismo durou até 1947, quando por um ato de força cassaram os partidos comunistas.

Em 1964 o capital internacional, aliado a grupos nacionais, colocou as Forças Armadas na rua e passou a organizar um modelo de Estado autoritário e burocrático voltado aos interesses dos oligopólios, cartéis e bancos nacionais e internacionais para a exploração das nossas riquezas, do trabalho dos brasileiros e para a concentração absurda da renda. O resultado aí está, e muitos não querem alterá-lo.

A esse quadro as forças populares se opunham e se opõem, defendendo sua alteração pela via pacífica da Constituinte, buscando organizar instituições que possam acolher as principais demandas da sociedade. E a Constituinte que aqui temos não é aquela que pregamos e defendemos, e, sim, a Constituinte do poder, da ordem estabelecida, das forças que pouco querem conceder. É fruto dessa transição pelo alto, determinada pela crise de legitimação do próprio regime, que, para se manter, adapta e redefine as demandas e teses progressistas, para negar em essência o seu conteúdo. Temos a Constituinte, mas não temos a substância de renovação e transformação que eram iminentes à nossa proposta. O que temos é esse Congresso limitado, condicionado e subordinado a esses interesses servis, vinculados ao sistema passado e escravos de determinações menores, que em nosso meio agem como freios às mudanças e entulhos obstruidores das demandas de transformação originadas da sociedade.

Já prevíamos isso, tanto que não é preciso nenhum exercício de futurologia para perceber-se o grande engodo que se armava sobre a Nação, num expediente iníquo para submetê-la a controle e a exploração, não se apercebendo os donos do poder de que o "velho está morrendo e que o novo deve nascer", mesmo contra sua vontade.

O jogo de pressões dessa ordem, que nada quer mudar, evidencia-se nitidamente nesse quadro pela indevida e ilegítima intromissão do Executivo nas decisões de Plenário, quando representantes do fisiologismo, comandados por falsos líderes, obstruíram os trabalhos da Assembléia. Autoritários, sequer aceitaram as regras do jogo democrático para submeter as divergências ao voto. Bombardearam o próprio processo de decisão.

Nessa linha ainda, que tem por princípio tático confundir para dividir, desastrosa e descaradamente colocam o mandato do chefe do Executivo em discussão, quando em verdade esta questão deve ser precedida da forma de Governo a ser livre e soberanamente estabelecida pela Constituinte.

Não bastassem esses expedientes passam a anunciar aos quatros ventos da República a ameaça e pressão a diversos Constituintes sobre cargos e funções nos órgãos do Estado, acenando aos mais títu-beantes com esses despojos, e aos mais renitentes com demissões, com o que exibem uma das partes mais sórdidas do sistema em que seus interesses são sustentados pelo fisiologismo desses cargos, diminuindo a função política e corrompendo a natureza da representação, querendo transformá-las em meras agenciadoras de empregos.

A soberania e independência desta Assembléia corre o risco ainda das pressões que já se fazem sentir de alguns governadores que, envoltos em crônicas crises orçamentárias, no afã de obterem concessões do poder central, atuam sobre as suas bancadas, visando a torná-los dóceis às determinações palacianas.

E, assim, de concessão em concessão, de retrocesso em retrocesso, a força da ordem estabelecida se faz presente em plenário pela atuação desses cúmplices servis do sistema, pela morosidade do caminhar dos nossos trabalhos, pelo desvio das discussões e, principalmente, pela inação de muitos dos novos Constituintes que, atônitos e desarticulados, ainda não familiarizados com as praxes parlamentares, vêem-se impotentes para alterar esta situação.

A própria Mesa, mesmo sem perceber, contribuiu para o agravamento deste quadro, ao estabe-

lecer a reabertura de prazos para a apresentação de emendas ao Substitutivo do Projeto de Regimento, contra o Regimento Provisório anteriormente aprovado.

Chegou o momento de se colocar um basta a todos estes procedimentos. O Substitutivo do Substitutivo já foi apresentado ao plenário, já realizamos mais sessões de discussão que as previstas nas normas provisórias, e o que deve a Mesa agora, em respeito à decisão desta Assembléia, é colocá-lo em votação, independentemente desses pseudos acordos de lideranças, para que livremente os Constituintes deliberem sobre o seu conteúdo, pois é chegado o momento da sociedade brasileira conhecer os verdadeiros democratas e distingui-los daqueles que só estão na vida pública para perseguir interesses privados.

Muito obrigado.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Srs.^{as} Constituintes, há alguns dias subi a esta tribuna para denunciar a injustiça que se cometia contra os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista, a Cosipa. Como operário e como membro dessa Assembléia Constituinte, volto agora a denunciar novas injustiças contra os trabalhadores. É um absurdo a maneira com que as empresas de navegação, tanto as privadas como as estatais, estão tratando os trabalhadores marítimos.

Eu conheço o quanto sofrem esses trabalhadores. E sei também o quanto são ridículos os salários que recebem os companheiros dessas categorias profissionais. Basta dizer que um comandante de um navio mercante, com toda a responsabilidade que o cargo impõe, ganha pouco mais de 8 mil cruzados. Por aí se pode medir os demais salários. Se um comandante ganha isso, dá para se ter uma idéia de quanto é o salário de um taifeiro, de um electricista, de um mecânico e assim por diante.

Todo o País sabe que há dez dias os trabalhadores marítimos estão em greve. É uma greve mais do que justa. E devido à posição irredutível do Governo e dos armadores, é uma greve inevitável, pois esses trabalhadores vivem numa situação de penúria, há muito tempo. É uma situação de desespero. Os marítimos, agregados em quase duas dezenas de sindicatos, só tomaram o caminho da greve diante dessa posição irredutível.

Estudos feitos pelo DIEESE demonstraram que, se compararmos a situação salarial dos marítimos com outras categorias, fica evidente a defasagem. Apenas para citar um exemplo: a DOCE-NAVE, que é subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, paga menos da metade do que a Vale paga para as mesmas funções. No setor privado, a situação não é diferente.

Na última sexta-feira, o Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima teve a petulância de divulgar matéria paga nos jornais com informações mentirosas. O Sindarma chama de "irracional" o movimento dos marítimos. Irracional, Srs. e Srs.^{as} Constituintes, é a política salarial dessas empresas. Diz a nota que a greve é "altamente prejudicial ao País". Os trabalhadores sabem que são grandes os prejuízos causados pela greve. Claro que sabem. Mas é importante que todos os brasileiros saibam – e isso os armadores não dizem na nota – que a greve é apenas uma resposta à posição irredutível e arrogante do Governo e dos armadores. Os patrões é que se recusam a negociar.

O mais grave é que o governo, ao invés de se empenhar na abertura do diálogo, usa a linguagem do cassetete e do fuzil. É inadmissível a pre-

sença dos fuzileiros navais nos portos, na prática, os marítimos embarcados estão sendo mantidos em prisão domiciliar e impedidos de receber mantimentos. Eu quero registrar aqui meu veemente protesto contra a presença dessas tropas nos portos. Quero registrar, também, minha indignação com o uso de uma legislação fascista, uma peça do entulho autoritário, para decretar a ilegalidade da greve. Como operário e como membro do Partido Comunista do Brasil, considero essa decisão como uma agressão a todos os trabalhadores.

É mais um fato que nos leva a meditar sobre o nosso papel aqui na Assembléia Constituinte. Se não estivermos aqui para operarmos mudanças no estado atual de coisas, estaremos traindo o nosso povo. Fomos eleitos para mudar. Fomos eleitos para mudar inclusive a legislação trabalhista. Os trabalhadores precisam ter o direito à greve, pois este muitos vezes é o único caminho para se acabar com situações de gravidade, como é a em que vivem os trabalhadores marítimos.

Conclamo meus companheiros e companheiras constituintes para que entrem nessa luta desde já. Os que são do partido do Governo precisam interceder para que as injustiças que estão sendo cometidas sejam corrigidas. Ao invés de colocar os fuzileiros nos portos, o Governo deveria fazer com que as empresas estatais do setor sentassem para negociar com os trabalhadores. Devia demonstrar a todo o povo que as empresas privadas de navegação vivem às custas do dinheiro público, do favorecimento de calotes no BNDES e na SUNAMAM.

Em nome dos operários e trabalhadores em geral, quero dizer que são atitudes como essas que fazem os brasileiros sentirem-se traídos. Não era esse o discurso do Governo antes das eleições. É preciso que o governo corrija seu erro e force o início das negociações dos marítimos com os patrões. E mais do que depressa, que as tropas de fuzileiros saiam dos portos.

Para terminar. Sr. Presidente, desejo acrescentar que estamos encaminhando à Presidência da República um telegrama, a pedido dos marítimos, assinado por mais de trinta Constituintes que estiveram presentes nesta sessão, no sentido de que o Presidente e os Ministros relacionados com a greve abram negociação com os marítimos. Este é um pedido feito também aos demais companheiros da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado.

Telegrama a que se refere o orador.

PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Nós, abaixo assinados, Deputados Federais e Senadores, preocupados com a situação de penúria dos trabalhadores marítimos brasileiros, e os prejuízos causados à população brasileira pela falta de diálogo durante a greve nacional dos marítimos, vimos solicitar, em nome dos compromissos com a democracia assumidos em praça pública, a abertura imediata das negociações buscando uma solução que contemple as justas reivindicações sociais dos trabalhadores e os interesses de toda nação brasileira, que acreditamos são interesses de todos nós.

Edmilson Valentim, Olívio Dutra, Paulo Ramos, Haroldo Lima, Lídice da Matta, Eduardo Bonfim, Aldo Arantes, Célio de Castro.

(Seguem-se assinaturas.)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o povo nortense de Goiás comemora hoje a passagem do 178º aniversário da instalação da Comarca do Norte, fato aconte-

cido com a posse do Desembargador Joaquim Teotônio Segurado, seu primeiro titular, a 9 de março de 1809.

As comemorações, este ano, ganham um novo colorido, em razão de todos considerarmos ser 1987 o ano de criação do Estado do Tocantins, cuja luta teve início exatamente naquele belo e extraordinário momento em que Joaquim Teotônio Segurado tomava posse como Ouvidor-Geral do Norte/Nordeste de Goiás.

O povo nortense de Goiás, Sr. Presidente, pela voz deste seu representante, homenageia a memória do patrono do futuro Estado do Tocantins, Joaquim Teotônio Segurado, primeiro Ouvidor-Geral do Norte/Nordeste de Goiás e Presidente do "Governo Autônomo do Tocantins", instalado a 15 de setembro de 1821.

A riquíssima e bela história da minha gente e do meu futuro Estado do Tocantins tem em Joaquim Teotônio Segurado a sua maior e mais excelsa figura.

Eis por que, perante esta augusta Assembléia Nacional Constituinte, faço ouvir as estridentes e poderosas vozes da ativa frente morena que habita as belas paragens do Araguaia e Tocantins, para fazê-la ecoar por toda a Nação, em homenagem ao grande e majestoso vulto da história tocaninense.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B - GO. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Srs. Congressistas, continua repercutindo, externa e internamente, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. O jornal "The New York Times" diz que banqueiros e economistas esperam que este País aceite um pacote de reformas similares a um programa econômico do Fundo Monetário Internacional. Não bastassem as pressões dos banqueiros internacionais, da grande imprensa imperialista, também aqui levaram-se vozes a favor da ida do Brasil ao Fundo Monetário Internacional.

O Presidente da FIESP, Sr. Mário Amato, afirmou que o Brasil terá mesmo de recorrer ao FMI se não encontrar outra saída para a crise. Também o Presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletrônica, Sr. Aldo Lorenzetti, diz que o caminho provavelmente será o Fundo Monetário Internacional.

Srs. Constituintes, o caminho do Fundo Monetário Internacional já conhecemos qual é: da recessão, dos baixos salários, da fome, da miséria, da desnacionalização da economia brasileira. Esta Assembléia Nacional Constituinte não pode admitir isto passivamente, não pode deixar de se manifestar de forma enérgica em defesa da soberania nacional.

Nós integrantes do Partido Comunista do Brasil. Consideramos que a posição adotada pelo Governo José Sarney representou um avanço em relação à política da ditadura militar, adotada por vários anos. No entanto, consideramo-la insuficiente.

Srs. Constituintes, a mera suspensão do pagamento dos juros ou a renegociação da dívida externa em novas bases não são medidas suficientes. É necessário, na verdade, colocar-se em discussão a natureza da dívida. A imprensa tem noticiado que o Ministro da Fazenda determinou ao Banco Central a realização de uma auditoria para constatar a existência de irregularidades na contratação da dívida externa. Membro da CPI da Dívida Externa, tive oportunidade de ouvir depoimentos, como os referentes ao famoso Relatório Saraiva, que envolvem inclusive integrantes desta Casa na contratação da dívida externa. Uma tal auditoria deve ser não somente técnica e contábil,

mas sobretudo política, em que analisemos o perfil da dívida e as razões que levaram o País a estar hoje a dever 110 bilhões de dólares, se nos últimos cinco anos, pagamos só de juros 55 bilhões de dólares. A CPI da Dívida Externa chegou à conclusão de que parte ponderável da dívida externa é ilegítima. O próprio Presidente Sarney veio a público dizer que, nos últimos cinco anos, o Brasil pagou, só de juros, 55 bilhões de dólares, praticamente dobrando, neste lustro, o volume da dívida externa. Então, é inaceitável que o Brasil continue a pagar e renegocie a dívida no seu montante atual. O povo brasileiro tem o direito de conhecer os mecanismos que levaram o País a chegar hoje a uma dívida impagável. Vemos, com clareza, que foram as decisões unilaterais dos banqueiros internacionais, na alteração das taxas de juros, que provocam o atual quadro. Durante cem anos permaneceram estáveis, entre 6 e 8% ao ano, mas, de uma hora para outra, passaram para mais de 20%.

Portanto aqui venho propor aos Constituintes, sobretudo ao Governo Federal, que se instaure uma auditoria, não meramente técnica ou contábil, mas política, integrada por todos os partidos políticos com assento na Assembléia Nacional Constituinte, para o exame da matéria. Com efeito, da solução da questão da dívida externa, da solução justa e correta do problema depende a solução da crise econômica brasileira e a saída deste País para um modelo de desenvolvimento econômico independente.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL - RO. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acredito que hoje, configurado o acerto entre as lideranças é possível ter dados completos para afirmar que o Regimento Interno da Constituinte será aprovado na próxima sessão.

No entanto, não estamos realmente preocupados com a pura e simples aprovação de um Regimento Interno da Constituinte, porque a Nação lá fora nem se lembra mais que existe nesta Casa um debate, acirrado, por sinal, com relação à sua aprovação. Ela já nem respira, porque os nossos problemas cotidianos estão de longe a superar este outro, conjuntural, da aprovação do Regimento Interno de uma Constituinte. É necessário que, *pari passu* aos trabalhos de elaboração da nova Constituição, possa esta Casa encontrar tempo, energia, espaço e disposição para trazer ao debate os angustiantes problemas que estão no dia-a-dia a comover a vida do brasileiro.

Nosso Ministro da Fazenda encontra-se hoje no Japão. Em que louve o seu esforço, o dispêndio de suas energias, presumo que S. Ex.^a retornará ao País, amanhã ou depois, sem qualquer solução, sem perspectivas para o equacionamento da nossa dívida externa. Com efeito, as soluções para o problema não estão lá fora, mas aqui dentro. Já que o Brasil, o Governo brasileiro teve a coragem de decretar uma moratória, que tenha a coragem de ir mais fundo nessa questão, a fim de ditar as regras para equacionar o nosso endividamento, porque de lá de fora, tenho certeza, não virão as soluções que melhor se adequem à nossa realidade. Mas, se para tomar essa medida o Governo se encheu de coragem, de muito mais coragem precisará agora para levar em frente essa aventura. Somos daqueles que pensam e acreditam que, para pagar os compromissos de nossa dívida externa, não podemos levar a Nação ao sacrifício e a uma situação de penúria. Acreditamos que ainda haveria etapas a serem queimadas para que pudéssemos, realmente, ao ditar uma moratória; fazê-lo sabendo o que iria acontecer no dia seguinte.

Sabemos que partiu para a Europa, para o Oriente Médio e para a América do Norte o nosso Ministro da Fazenda, e, pelas notícias que temos, publicadas na imprensa nacional e da internacional, retorna S. Ex.^a sem qualquer esperança, sem nada equacionado. Quero ver, agora, na televisão, sua expressão facial ao explicar o sucesso ou insucesso de sua viagem. Quero ver se esse povo, que foi vítima da maior piada política deste País, pois votou no PMDB a troco de quimeras, haverá ainda de encarar, com confiança, o nosso Ministro da Fazenda. No momento em que pisar em chão brasileiro, em sua primeira entrevista, quero ver sua primeira expressão facial perante o público, para verificar se realmente S. Ex.^a vai dizer a verdade, porque, para sabermos se uma autoridade, um político diz a verdade, basta apenas que olhemos de frente, firmemente, em seus olhos. Todos aqui somos políticos e sabemos que não é possível enganar os eleitores, como dizem que os políticos fazem. O eleitor está sempre a nos olhar de frente e nós sempre fazemos o mesmo, com os olhos bem abertos para interpretar seus pensamentos. É a isso que conclamo os nossos companheiros do PMDB e seus eleitores: encarem de frente o Ministro da Fazenda, para ver se S. Ex.^a traz pelo menos uma palavra de esperança e de confiança para os brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estes assuntos estão hoje muito mais a merecer a atenção do nosso povo do que o problema de aprovação de um regimento, com mais ou menos casuismos, ou com casuismos que interessem ao PMDB. O PMDB fez o jogo, e nós, infelizmente, os outros partidos, entramos nele. O PMDB fez uma encenação e vai continuar encenando, porque precisa continuar enganando o povo até a aprovação da Constituição, para ver se aparece, ao final, uma luz no túnel, que nos tire dessa problemática em que fomos jogados. Como disse muito bem aqui expressivo líder desta Casa, o PMDB usou de todos os artifícios, inclusive de um estelionato eleitoral para ganhar na política.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, Srs. Deputados, dar uma nova feição ao Brasil, principalmente pela estruturação de uma Federação mais justa, é, sem qualquer dúvida, um dos papéis prioritários da Constituinte. Eliminar as profundas e desumanas desigualdades regionais, de um lado pela maior representatividade das unidades federadas mais pobres e de outro pelo tratamento privilegiado às regiões mais carentes é o caminho a ser percorrido para se obter um desenvolvimento seguro e socialmente justo.

A Amazônia precisa ser encarada dentro de um enfoque desenvolvimentista racional, sem excessos, quer de romantismo, quer da devastação desvairada. Assim como o Nordeste, a região tem condições de oferecer soluções para os angustiantes problemas nacionais, desde que seja adotada uma postura realista, eficaz, sem as discriminações de que tem sido vítima ao longo das últimas décadas.

A Amazônia tem servido mais para atender aos interesses alienígenas do que para servir ao progresso do País. E, internamente, a tecnoburocracia e os grandes grupos econômicos têm-se aproveitado dos incentivos que são dados à região, sem deixar efetivamente nada de proveitoso, de benéfico à grande massa de trabalhadores que sofre obstinadamente para poder sobreviver.

A agricultura, o extrativismo, a pecuária e a mineração têm beneficiado uma elite, marginalizando os trabalhadores, que gastam a vida no labor diário, enfrentando as adversidades, as doenças e sem nenhum lucro efetivo pelo suor que derramam.

A nova Constituição deve estabelecer os rumos para que a legislação complementar e ordinária possa resgatar essas injustiças que hoje são praticadas.

O contexto da Federação deve começar por considerar importantes todas as unidades federadas, dando-lhes peso político mais equilibrado, mas, acima de tudo garantindo um desenvolvimento econômico e social harmônico, distribuindo de maneira mais generosa os recursos financeiros para aquelas mais carentes, menos desenvolvidas.

E o meu pensamento.

O SR MAGUIUO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, volto a esta tribuna para falar sobre assunto da maior relevância para a sociedade brasileira: as exorbitantes taxas de juros que assolam nosso País.

Sei que esse assunto é motivo de grande apreensão para pequenos e médios produtores, comerciantes, empresários e para os consumidores.

Neste sentido, gostaria de lembrar a todos como era a ciranda financeira antes da Nova República. Durante a República fascista, o sistema financeiro viveu momentos de lucros exorbitantes, oriundos de uma enorme massa de dinheiro retida por dias e dias, produto da arrecadação tributária e dos depósitos à vista, realimentado pela correção monetária, que proporcionava o crescimento desses bancos.

A história econômica do nosso País foi marcada pelo advento do Plano Cruzado. Durante esse período, tentou-se valorizar o trabalho em detrimento da especulação financeira.

No entanto, Sr^s e Srs. Constituintes, observamos que, a partir de então, os especuladores tornaram-se os grandes inimigos deste País, tentando de todas as formas desestruturar o Plano Cruzado.

Um dos setores que não aceitaram diminuir seus lucros foi o bancário. Esse refee sua estrutura perante a nova conjuntura.

Como?

1) Demitiram mais de 80 mil bancários em todo o País.

2) Mais de 75 agências foram fechadas.

3) Passaram, com autorização do Banco Central, a cobrar taxas sobre serviços, sobre usuários, bem como do próprio Governo. É, senhores, esses conglomerados mantiveram sua margem de lucro mesmo que para isso correspondessem problemas sociais.

E agora? Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, estamos observando que o navio nem naufragou e os tubarões já o estão cercando. As taxas de juros emergiram novamente a patamares insuportáveis, o trabalho dá lugar à especulação, novamente.

O País não pode vacilar neste momento. Estamos aqui não para proteger uma minoria, mas sim a maioria do nosso povo. Temos uma responsabilidade histórica para com ela.

Neste sentido, peço ao Sr. Presidente da Constituinte que, munido de sua autoridade, encaminhe ao Presidente da República, o Sr. José Sarney, uma nota de repúdio desta Casa referente a esse fato, bem como a uma revisão na concessão de cobrança de taxas de serviços dos bancos e tam-

bém ao tabelamento dos furos bancários. Ou tomamos uma decisão, agora e já, ou veremos uma falência generalizada neste País, o que será, sem dúvida, uma injustiça que estaremos cometendo com o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é inequivocamente constrangido que usamos este horário – que entendíamos devia ser dedicado única e exclusivamente às discussões dos temas constitucionais – para tratar de problemas de natureza outra. Entretanto, dada a inexistência de fórum próprio, como a Câmara, para discutir estes temas, vimos hoje a esta tribuna para trazer ao conhecimento da Nação fato auspicioso. E é importante que, ao menos uma vez na vida, alguém traga para o Nordeste uma notícia auspiciosa, à vista de tantos e tão grandes dissabores e infortúnios existentes, do qual comungam a Região e o País.

Hoje, às 11h30min, no Gabinete do Ministro Aureliano Chaves, foram assinados os contratos concenentes à feitura da hidrelétrica de Xingó. Xingó foi, na legislatura passada, o objetivo maior da minha atuação parlamentar. Neste sentido, envidamos todos os esforços, contando aqui com o apoio de todos os Deputados do Norte e Nordeste, de todos os partidos, subscrevendo memorandos ao Presidente da República, ao Ministro Aureliano Chaves, enfim, a todos os que direta ou indiretamente pudessem concorrer para que o Nordeste visse realmente um fato marcante na sua luta pela emancipação energética. A hidrelétrica de Xingó vai trazer 1.000kw ao preço de treze centavos de dólar, o que significa metade do custo de qualquer outra usina hidrelétrica brasileira na produção de quilowatt-hora. Xingó traz de imediato de 9.500 a 10.000 empregos diretos, mão-de-obra desqualificada para alagoanos e sergipanos que dividem o rio São Francisco no local onde será erguida a barragem. É importante também notar que todas as previsões da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, do Ministério das Minas e Energia, do DNAEE, enfim, de todas as entidades direta ou indiretamente vinculadas à questão, apontam que já em 1991 o Nordeste terá carência de energia elétrica. Então, a nossa região, que já foi diretamente penalizada com mais de três anos de atraso no cronograma das obras de Itaparica, e com as dificuldades que aconteceram até bem pouco tempo em Sobradinho, vai ser gratificada com a implementação dessa obra.

Queremos dar os nossos parabéns ao Presidente da República, pela firme determinação em fazer a obra, e ao Ministro Aureliano Chaves, e dizer alto e bom som que todos os cidadãos ribeirinhos do baixo São Francisco – alagoanos e sergipanos – comungam da imensa satisfação de hoje ver essa obra dar o seu passo inicial. Envidaremos todos os esforços, independentemente de partidos, de religião, de ser alagoano, sergipano, pernambucano ou baiano, para ver a hidrelétrica inaugurar as suas duas primeiras turbinas em 1993.

Era isso o que tínhamos a comunicar à Casa, Sr. Presidente.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, quero registrar desta tribuna fato lamentável ocorrido no último dia 3 de março de 1987, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, quando elementos da Polícia Militar agrediram covardemente o Vereador Pedro Celes-

tino de Freitas, Líder do PDS na Câmara Municipal daquela cidade, e seu filho.

De maneira estúpida, o Vereador Pedro Celestino, mesmo depois de se identificar, foi agredido, algemado e colocado no camburão, numa violência injustificável.

Recebi telegrama, assinado por 18 Vereadores de São José dos Campos de todas as agremiações partidárias, exigindo rigorosa apuração dos fatos.

Dando conhecimento à Nação de tão desagradáveis acontecimentos, requeiro a transcrição nos Anais da mensagem por mim recebida.

Minha solidariedade ao Vereador Pedro Celestino e à Câmara Municipal de São José dos Campos, informando a esta Casa que encaminharei, como Líder da Minoria, com assento no Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, ainda hoje, pedido de urgente apuração de tais acontecimentos.

É a seguinte a mensagem por mim recebida:

Exm^o Sr.
Dep. Amaral Netto
DD. Líder do PDS na Assembléia Nacional Constituinte
Brasília – DF

A Câmara Municipal de São José dos Campos – SP, interpretando o sentimento de indignação e revolta dos quatrocentos e cinquenta mil habitantes do município, vem perante vossa excelência manifestar o mais veemente repúdio às agressões perpetradas por elementos da Polícia Militar contra o Vereador Pedro Celestino de Freitas (Líder do PDS) e seu filho, em praça pública, durante os festejos carnavalescos no dia 3 de março último, o Vereador Pedro Celestino foi covardemente agredido, algemado e colocado no camburão, violentaram, assim, os policiais militares, este próprio Poder Legislativo, na pessoa de um de seus integrantes, exigimos rigorosa apuração dos fatos e exemplar punição dos responsáveis para que fatos como esses jamais tornem a acontecer.

Ver. Antônio Alwan (PMDB)
Ver. Antônio Celso Escada (PMDB)
Ver. Benedito Siqueira (PMDB)
Ver. Bêrgamo Pedrosa (PT)
Ver. Braz Cândido (PT)
Ver. Ernesto Gradella (PT)
Ver. Fernando Delgado (PMDB)
Ver. Fernando Biruel (PMDB)
Ver. Jairo Pintos (PTB)
Ver. João Bosco (PC do B)
Ver. José Clementino (PMDB)
Ver. José Guido (PMDB)
Ver. Luiz Paulo (PSB)
Ver. Nadin Rahal (PMDB)
Ver. Riosaku Sanefuji (PMDB)
Ver. Roberti Costa
Ver. Takishi Torita
Ver. Tereza Degasperí (PSB)

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o jornal **Folha de S. Paulo**, edição de ontem, em matéria editorial sob o título "Fiasco dos Constituintes", tece contundentes críticas à maneira como os trabalhos desta Casa estão transcorrendo:

"A atuação do Congresso Constituinte já desencanta. O processo de elaboração de suas normas regimentais é a demonstração mais cristalina de sua impotência. Depois de um mês, não há articulação política para a fixação das regras do jogo. Não há, sequer, prazos estabelecidos, o que seria o mínimo.

Parece não saber a que veio. Parece desconhecer a tarefa especial que dele se espera" – afirma o respeitável órgão de imprensa paulistano, acrescentando: "o Congresso foi convocado da maneira que foi segundo regras preservadas ou criadas pela legislatura anterior. E há graves indícios de uma reedição do fiasco parlamentar do ano passado. Se o plenário era deserto de propósitos e de pessoas, hoje ele está repleto de incongruências e hesitação. Com o tempo, pode esvaziar-se e o resultado seria o mesmo: nenhum".

No mesmo diapasão, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, outros jornais têm dirigido críticas ao comportamento desta Casa.

Não podemos deixar de lhes creditar boa dose de razão.

Transcorridos quase trinta dias de sua instalação, esta Assembléia ainda não votou as suas normas internas de funcionamento, perdendo-se, ora em debates estéreis sobre questões de somenos importância, ora ingressando por caminhos incompatíveis às precisas atribuições da instituição, como a descabida tentativa de avocar à Constituinte poderes absolutos sobre a Nação.

Os debates em torno da soberania cuidaram apenas da obviedade de uma prerrogativa – que poderemos chamar de independência da Assembléia – inerente ao poder aqui constituído e que deriva do conceito clássico ensinado pelos mestres do Direito Constitucional, segundo o qual ela dispõe da outorga, de um poder originário, pela sociedade. Uma tarefa atribuída a parlamentares com inviolabilidade do mandato por suas palavras, opinião e voto.

A soberania, quer queiram quer não os exegetas do poder constituinte absolutista, tem limites impostos pela lógica e pelo bom senso.

Atados ao cordão umbilical da Emenda nº 26, que o convocou, o Congresso recebeu a missão de escrever uma nova Constituição para o Brasil. Esta limitação parte da existência de um Estado de Direito a reger a vida nacional, apesar das descaracterizações sofridas pela Carta Magna vigente ao longo dos últimos anos e que justificam amplamente a sua substituição por um diploma contemporâneo que consulte os anseios da Nação.

O momento histórico que o Brasil vive em nossos dias não coincide com o da Convenção Revolucionária Francesa de 1789, nem com a Revolução de 1930, que depôs Washington Luiz e inaugurou o regime de Vargas e, tampouco com o golpe de Estado que, em 1945, derrubava o ditador e trazia o advento da redemocratização com a promulgação da Carta de 1946.

Mesmo sem termos iniciado os trabalhos constitucionais propriamente ditos, já que nos arrastamos na discussão de futilidades regimentais, nada nos impede tratar com o maior vigor dos temas mais angustiantes para o povo brasileiro. Em torno deles haver uma tomada de posição, indispensável para produzir ressonância junto à opinião pública e desta colher a melhor inspiração à nossa tarefa.

Tem a pior repercussão lá fora a tentativa de se tutelar o trabalho de comissões, de cercar a atividade jornalística ou de se criarem super-constituintes com poder de veto sobre a iniciativa de seus pares.

Tais excessos se revelam de inequívoca incoerência, quando praticados por ardorosos defensores da filosofia do poder constituinte absolutista.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, na hora grave por que atravessa o País, com uma crise econômico-

ca-financeira sem precedentes e que decorre de brutal dívida externa contraída pela insensatez dos governantes do passado e pela insensatez de muitos ambiciosos e com o povo atribulado pelos terríveis problemas do cotidiano, esta Assembléia Constituinte está no dever de resgatar, com a máxima urgência, o compromisso solene contraído nas umas de 15 de novembro de 1986, oferecendo à Nação uma Carta que seja o marco inicial das verdadeiras e justas reformas sociais que o Brasil reclama.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, presto, inicialmente, minhas homenagens às mulheres Constituintes eleitas para redigirem a nova Carta política a ser aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte. Realmente, a história de luta das mulheres consagrou o dia 8 de março como Dia Internacional da Mulher. No dia 8 de março de 1857, operárias da indústria têxtil de Nova Iorque, reivindicando melhores salários e jornada de 12 horas de trabalho, marcharam pela cidade e foram reprimidas pela violência policial, que provocou ferimentos e prisões. A 9 de março de 1908, novamente, operárias de Nova Iorque saem às ruas para lutar por reivindicações econômicas, denunciando as precárias condições de trabalho, exigindo legislação trabalhista, defendendo os direitos de cidadania com participação nas decisões políticas e o direito de voto das mulheres.

A luta pelo sufrágio feminino foi difícil e prolongado, durou sete décadas na Inglaterra e nos Estados Unidos, com amplos movimentos de massa feminina, e, no Brasil iniciou na Constituinte de 1891.

Nos Estados Unidos, só em 1920 foi conquistado o direito de voto das mulheres; na Inglaterra, em 1928. No Brasil, em 1910, Deolinda Daltro funda no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino, a fim de defender o direito de voto para a mulher. Em 1919, a Liga pela Emancipação Intelectual da mulher, sob a liderança de Bertha Luiz, prosseguiu na luta pelo sufrágio feminino. O direito de voto da mulher foi conquistado inicialmente no Rio Grande do Norte, em 1927; a nível nacional, em 1932, por decreto-lei de Getúlio Vargas.

Após o reconhecimento da cidadania feminina conquistada pelo direito da mulher de votar e ser votada, houve um refluxo das lutas feministas, acentuado pela repressão do nazi-fascismo. Após a guerra, com o retorno dos homens das frentes de batalha, as mulheres voltam a ser ameaçadas na ocupação do espaço de trabalho masculino. Desenvolve-se, novamente, a ideologia de valorização da mulher pelas suas qualidades domésticas de esposa, mãe, dona-de-casa, e reacende, de forma acentuada, a discriminação no trabalho.

Todavia, deixando de lado os acontecimentos históricos da luta pela libertação da mulher, registro que as conhecidas minorias brasileiras nunca estiveram tão ativas politicamente. Mulheres (tratadas como minoria, do ponto de vista político), negros, índios, paraplégicos, homossexuais, idosos, grupos ecológicos e esotéricos das mais diferentes linhas estão mobilizados suprapartidariamente para trazer suas contribuições à Constituinte.

Em comum, esses setores trarão à Assembléia Nacional Constituinte sugestões pela quais lutarão: o fim das classificações discriminatórias e o princípio da igualdade entre todos os brasileiros. De específico, as mulheres pedem a plena igualdade entre os conjugues no que diz respeito à vida conjugal; os negros exigem o fim do racismo

introjeto; os índios querem terras; os homossexuais, liberdade de opção sexual; os paraplégicos, o direito ao trabalho e à garantia individual.

O setor que mais se preparou para atuar na Constituinte, sem dúvida, foi o das mulheres. Desde que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi fundado, no início do Governo José Sarney, os diversos grupos de mulheres espalhados pelo País discutem de forma organizada sua participação na Constituinte, principalmente orientados por vinte e seis mulheres Constituintes. Destaco que as Constituintes vêm tendo excelente atuação nos trabalhos iniciais. Fundamentadas em uma declaração da norte-americana Abigail Adams, que em 1976 escreveu uma carta ao seu marido, John Adams, então deputado constituinte pelos Estados Unidos ("se não for dada a devida atenção às mulheres, estamos decididas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos obrigadas a cumprir leis para as quais não tivemos voz nem representação"), as mulheres brasileiras aprovaram um documento "Constituinte pra valer tem que ter a palavra da mulher". As mulheres, que são mais da metade da população brasileira, afirmam que não podem mais aceitar situações de preconceitos e discriminações. As mulheres, ligadas ao "Conselho da Mulher" e que militam em partidos diferentes, defendem uma nova legislação civil reivindicando, além da plena igualdade entre os cônjuges, tratamento idêntico em relação aos filhos, não importando o vínculo matrimonial existente entre os pais, proteção à família, seja ela constituída civil ou naturalmente, além do acesso das mulheres do campo à titularidade de terra.

Não podia deixar de fazer um registro especial neste pronunciamento concernente ao trabalho e luta de uma mulher que há bastante tempo batalha pelo aprimoramento do rol de legislações resguardativas da maternidade, mas sem impedir à mulher o exercício de atividade, para que o propósito de proteger não se torne discriminatório, impondo uma proteção desnecessária e não desejada. O mesmo com o casamento, que não deve constituir-se em obstáculo ao trabalho da mulher. Trata-se da Dr^a Maria Alice Silva, Secretária Adjunto do Ministério do Trabalho, que, em 1932, proferiu excelente palestra na OIT sobre Normas Internacionais do Trabalho. Concluiu a representante brasileira em sua conferência que, aos poucos, o quadro de inter-relacionamento social está mudando: as mulheres jovens de nossos dias, favorecidas com melhor instrução que suas mães, já tendem a assumir uma carreira profissional normal e contínua. E disse: "Nós, mulheres, somos seres iguais, sedentas de realização plena no campo familiar, cultural e na sociedade".

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, a nova Carta política deve expressar princípios referentes à obrigação do Estado de garantir à mulher condições efetivas da cidadania, isto é, de desenvolvimento educacional, profissional, político e cultural.

Registro, neste 8 de março de 1987, perante a Assembléia Nacional Constituinte, que a ordem jurídica tem de fazer jus à mulher que floresce na maturidade da sua consciência de ser. A nova mulher está acontecendo, fruto de todas as mudanças que vêm ocorrendo na história social do feminismo.

Parabéns, mulheres Constituintes, pela sua data.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Banco do Nordeste vem, há trinta e cinco anos, planejando

e executando a política creditícia, em sintonia com as peculiaridades regionais, em benefício crescente da região, atendendo à promoção dos investimentos e a estudos qualificados de aproveitamento dos recursos regionais, com programas pioneiros, inclusive para a qualificação de mão-de-obra, de elevado proveito regional.

Essa atuação vêm demonstrar o êxito das realizações governamentais do Nordeste. E, se mais não realizou, isso decorre de vários golpes que afetaram a estrutura financeira no último decênio, dentre eles:

a) a supressão, pela Carta de 1967, dos recursos regulamentados pela Lei nº 1.004, de 1949;

b) a pulverização, entre outras regiões e outras finalidades, como a pesca, o reflorestamento, o turismo, o PIN e o Proterra, dos recursos dos incentivos fiscais, antes exclusivos do Nordeste;

c) o não-cumprimento, desde 1976, da decisão do CDE, destinando ao BNB oito por cento do total arrecadado pelo Imposto sobre Operações em todo o País.

Esse conjunto de fatores negativos conduz à demonstração de que a região deixou de receber, a preços atualizados, cerca de cento e oitenta bilhões de cruzados, obrigando o BNB, depositário dessas verbas, a procurar outras fontes onerosas de recursos, prejudicando a continuidade da solução de vários problemas nordestinos.

É preciso, aproveitando o ensejo da reforma constitucional, restabelecer condições para que o Banco do Nordeste possa continuar emprestando à região aquela assistência creditícia e técnica, que se reduziu a partir de 1970.

Para reduzir as disparidades, o fosso econômico entre o Nordeste e o Sul do País, é indispensável elevar o total desses recursos – o que é financeiramente factível para o País e é do interesse nacional – estabelecendo-se, por outro lado, através de mecanismos jurídicos duradouros, instrumentos que garantam, de fato, prioridade ao Nordeste.

Aqui na Assembléia Nacional Constituinte, buscaremos a conscientização de todos quanto à necessidade de um tratamento condigno para a região e suas agências de desenvolvimento, em especial o Banco do Nordeste e a SUDENE.

Neste sentido, chamamos a atenção dos Srs. Constituintes para a necessidade de que venham a ser estabelecidas como competência da União, quando da redação da nova Carta Constitucional, ações que visem a:

a) organizar a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente a seca e as inundações;

b) reduzir as disparidades econômico-sociais interregionais, determinando a aplicação atual de recursos orçamentários em programas específicos destinados à melhoria das condições de vida das populações carentes. Na execução desses programas, além da dotação orçamentária, o Governo da União poderá emitir bônus visando a angariar recursos a serem aplicados em iniciativas voltadas para a geração de empregos, produção de bens essenciais ao mercado interno e melhoria dos programas de assistência às populações carentes do Nordeste.

Nossa região não deixará escapar esta oportunidade histórica, ímpar, que se lhe apresenta para corrigir as injustiças que foram praticadas ao longo das duas últimas décadas: a realização da Assembléia Nacional Constituinte, coincidindo com a presença do eminente nordestino, o Presidente José Sarney, à frente do Governo brasileiro.

É chegada a hora de recuperar o tempo perdido.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS.

Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes, ontem transcorreu o Dia Internacional da Mulher. Para comemorar a data houve manifestações e concentrações na maioria dos municípios dos País. Tive a satisfação de participar, por exemplo, do II Congresso da Mulher Ruralista, realizado em Porto Alegre, em que a programação foi intensa. Lá estavam mais de 20 mil mulheres reunidas e, no final da concentração, foi elaborado um documento com suas reivindicações, o qual será remetido aos Constituintes. Suas principais solicitações são: aposentadoria para a mulher do campo, educação apropriada para o meio rural, uma política agrícola que estabeleça preços justos para os produtos agrícolas, financiamento subsidiado e assistência médica e hospitalar.

Quero parabenizar as participantes do II Congresso da Mulher Ruralista e dizer-lhes, desta tribuna, que aqui seremos, na qualidade de Constituinte, sua voz, para que na nova Constituição a mulher possa ver atendidos todos os seus pleitos. Conclamo todas as mulheres brasileiras a prosseguirem na luta, em busca de seus direitos. Meu desejo é o de que homens e mulheres andem lado a lado, juntas, para construir a grandeza da Pátria, sem ódio e sem vingança, sem rivalidade e sem brigas, eis que só juntos eles se completam, um depende do outro. Ademais, acredito que somente o amor constrói.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS.

Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o neopopulismo sincrético, que o Governo da Nova República procura levar às últimas conseqüências, vai entrar, cedo ou tarde, em rota de colisão com o processo histórico.

A sociedade civil organizada já não aceita nem tolera pruridos personalistas, ainda que dissimulados por artifícios jurídicos ou sutilezas políticas. Hoje, passados quarenta dias da instalação formal da Assembléia Nacional Constituinte, nenhum avanço foi registrado no sentido das profundas e urgentes mudanças que a Nação e o povo reclamam.

Enquanto se adensa a perspectiva de uma indesejável recessão econômica, com reflexos imprevisíveis no plano social, os partidos que dão sustentação ao Governo dissipam suas energias em um interminável diálogo de surdos, levado à exacerbação pela falsa capilaridade dos respectivos canais de comunicação e sobretudo pela sofreguidão com que prestam vassalagem ao Palácio do Planalto.

Afinal, o que impede a aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte?

Em que medida a soberania do processo de elaboração constitucional pode arranhar os desígnios subalternos do grupo palaciano?

É possível reordenar jurídica e politicamente o País ou propor as linhas fundamentais de um novo modelo econômico-social sob o guante de Instrumentos autoritários, embutidos na Carta outorgada de 1967?

Se o poder soberano do colégio constituinte tudo pode, não há como impedir a revogação do arsenal ditatorial que ainda remanesce. Por outro lado, seria deslavado cinismo supor que o poder constituinte, ao exercitar plenamente sua soberania, fosse incapaz de autolimitar-se.

Assim, o fulcro da questão reside no temor infundado de que o mandato do Sr. José Sarney possa ser atomizado e reduzido a um par de anos ou a alguns meses.

Ora, democracia não se constrói à base do medo.

Para o PDT o mandato presidencial é transitório e marcadamente ilegítimo. De minha parte, não cometeria a ingenuidade de fixá-lo agora, emprestando-lhe a legitimidade de que não se reveste. A definição, portanto, deve ser remetida às Disposições Transitórias e Gerais da futura Constituição.

Superado o problema, cabe aprovar imediatamente o Regimento Interno, a fim de instrumentalizar os parlamentares constituintes e permitir-lhes a elaboração de um texto que sintetize os anseios e os direitos da sociedade brasileira.

Se essas questões, que são de conteúdo e não apenas de forma, forem levadas a sério, certamente o neopopulismo sincrético do Governo colidirá com a dramática realidade nacional, obrigando-o a resgatar os compromissos assumidos com o povo e que até agora não foram honrados.

Fixo-me em um dos três pontos que o Presidente José Sarney mencionou em sua última e teatral aparição nos meios de comunicação do País – a eliminação dos subsídios. A conta trigo, por exemplo, representou, ano passado, uma sangria de 23 bilhões de cruzados aos cofres públicos. Esse valor, desde que racionalmente aplicado, permitiria hoje a instalação de equipamentos suficientes para a irrigação de um milhão de hectares, área capaz de produzir mais de seis milhões de toneladas de alimentos.

O impacto da retirada do subsídio no orçamento das camadas mais pobres da população, entretanto, seria quase insignificante, representando pouco mais de 1% (um por cento) em suas despesas normais.

Mais grave, porém, é o estranho subsídio que o Governo concede a empresas multinacionais que registram forte demanda de energia elétrica industrial. Só a Alumar e a Alunorte consomem, aproximadamente, 50% da energia elétrica gerada em Tucuruí, recebendo um subsídio de três bilhões de dólares por ano, ou seja, algo como 60 bilhões de cruzados ao câmbio oficial atual.

Há, ainda, o subsídio concedido ao açúcar e ao álcool, que, na verdade, engorda a fortuna do latifúndio e onera o contribuinte, sem trazer quaisquer benefícios palpáveis à população.

Por isso, cumpre erradicar já e agora toda e qualquer divergência regimental, a fim de detonar o processo de elaboração constitucional e exigir que o Governo honre a palavra empenhada.

Assim e apenas assim será possível corresponder à confiança popular.

Era o que tinha a dizer.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE.

Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acabamos de retornar do sertão de Pernambuco, onde vários problemas afligem os conterrâneos sertanejos, acreditando que o mesmo acontece em outros Estados do Nordeste. Se não bastasse o grave problema da indefinição do inverno, com chuvas irregulares, já tendo em alguns municípios, os agricultores e produtores rurais perdido duas plantações, alguns outros casos proporcionam sérios estrangimentos aos conterrâneos sertanejos.

Em segundo lugar, o racionamento de energia, já em vigor a partir do dia primeiro do corrente, acarretará graves conseqüências à pobre economia regional, sobretudo no que diz respeito ao comércio, à agricultura irrigada, à indústria etc. O racionamento de energia será catastrófico para a região, pois haverá uma diminuição na produção de cerca de 15 a 20%. Será igual a uma seca regional.

O terceiro problema diz respeito ao crédito agrícola, pois existe falta de recursos. Além de uma política de juros subsidiados na proporção desejada e exequível, desde que a produtividade agrícola da região é muito baixa em relação à de outras regiões mais produtivas. Além do mais, o VBC está sendo anunciado fora de época; perdendo os agricultores a oportunidade do financiamento. Enfim, está faltando uma política agrícola efetiva e diferenciada para o Nordeste.

Outro assunto relaciona-se com o Ministério da Previdência e Assistência Social, através do INAMPS, pois foram municipalizados cerca de 57 hospitais interioranos, que recebem o pagamento dos serviços prestados aos segurados, dependentes e beneficiários da Previdência Social pelo AIS – Ações Integradas de Saúde. Estão muitos deles com cerca de 8 meses de atraso de pagamento, sobretudo os da 6ª Região de Saúde do nosso Estado, causando enormes prejuízos aos municípios, que por dispor de pequeno orçamento, não têm condições de financiar os serviços de saúde por período tão longo.

Ainda outro problema relaciona-se à carência de água, em alguns municípios, para abastecimento das populações e dos rebanhos, como o Município de Itaíba, sem liberação, por parte do Governo, de caminhões-pipa, sendo a Prefeitura Municipal obrigada a contratar esses serviços, já o Município de Venturosa conta com apenas dois caminhões-pipa liberados pelo Governo, mas tem o problema de atraso no pagamento.

Verifica-se, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que estes são graves problemas que acometem a nossa pobre região, fazendo-se necessárias, providências imediatas e urgentes do Governo Federal, dos diferentes Ministérios e órgãos ligados aos respectivos setores em crise, visando a solucionar os assuntos, para, assim, minorar o drama dos sofridos irmãos sertanejos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FERNANDO GASPARIAN (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sofremos muito e enfrentamos desafios terríveis, ao longo das últimas três décadas, até chegarmos à tribuna de um parlamento livre, num país em pleno processo de redemocratização. O meu mandato tem as marcas das lutas que travamos para permanecer fiel às convicções nacionalistas. Portanto, não é de mim, nem por mim, que falo, mas em nome da longa, dolorosa e cruel provação histórica a que este País foi submetido por obra do arbítrio e da violência. Divisor de águas – assim o vejo – este Plenário só se justificará na medida em que o povo nos identificar atuando como oficina de soluções para o Brasil e não como laboratório de impasses.

Esta é uma Casa que precisa impor-se, reabilitando perante a opinião pública o Poder Legislativo. De um lado, como sombra projetada do passado recente, herdamos a imagem de um Congresso submetido à força despótica do Executivo e comprazendo-se, sob o protesto impotente das oposições, com as deformações de toda a vida pública brasileira. De outro lado, como luz projetada para o futuro, temos a obrigação de criar balizamentos firmes para uma democracia estável e, tanto no espírito como na letra, verdadeiramente democrática na Assembléia Nacional Constituinte, bem como no Congresso Nacional.

Como fundador do MDB e do PMDB, sinto que é sobre o nosso partido que recaem tantos censuras como as esperanças da Nação. O PMDB tornou-se, por sua resistência à selvageria do regime autoritário, não apenas o símbolo, mas o nome

da necessidade de mudanças. O resultado das últimas eleições é a prova mais completa de que o povo brasileiro confiou ao PMDB a missão de operar as mudanças que a nossa realidade econômica e social reclama. É natural que sucesso tão evidente provoque em nossos adversários necessidade, tão determinada quanto maquiavelmente conduzida, para dividir os nossos quadros e, através dessa divisão, levar-nos à perplexidade e à paralisia de nossos propósitos. Como fruto dessas manobras, tenta-se projetar sobre a opinião pública a idéia de que o PMDB não consegue unir-se nem está preparado para governar. Não somos, evidentemente, um partido de unanimidades cegas. A uniformidade subserviente nunca foi o nosso estilo e, muito menos, a nossa vocação.

Nos idos de 1974, quando era mais dura e mais pesada a mão da ditadura, muitos companheiros preferiam ver o partido dissolvido, demitindo-se da vida pública, a ter que compactuar, pela simples existência, com os desmandos do regime. No entanto, sobreviver, naqueles tempos, já era um ato radical de desafio e, reunido, o partido colheu nas urnas uma de suas mais memoráveis vitórias eleitorais. Também quando Ulysses Guimarães, em hora de abençoada inspiração, ergueu o estandarte da anticandidatura, que era a verdadeira candidatura do Brasil no seu exílio interno, houve companheiros que dissentiram. Mas foi unido que o PMDB inventou e utilizou esse formidável instrumento de diálogo direto com a opinião pública que foi a anticampanha presidencial de Ulysses Guimarães.

Quer dizer, então, do trauma interno que foi a viagem do partido para o Colégio Eleitoral que consagrou a transição pacífica do regime, com a eleição de Tancredo Neves e de José Sarney? No entanto, foi unido que o PMDB chegou ao umbral da Nova República e o transpôs. Pois é minha convicção que precisamente "unir" e "unir-se" é que tem sido a característica maior do partido ao longo de sua existência. Uniu-se para sobreviver à ditadura e soube unir para a travessia do Estado de Arbítrio para o Estado de Direito. Só unido e unindo-se em torno do que é mudança, isto é, em torno do que é fundamental para o País e para o povo brasileiro, o PMDB conseguirá resgatar os compromissos assumidos em consciência e em praça pública. Mas o PMDB, estou certo, estou seguro, conseguirá resgatar todos os seus compromissos programáticos, porque nunca faltará visão histórica a um partido que conta, em seus quadros, com homens como Ulysses Guimarães, Waldir Pires, Miguel Arraes, Pedro Simon, Álvaro Dias, Hélio Garcia, Franco Montoro e, neste Parlamento, com expressões da altura de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Henrique, Carlos Sant'Anna, Mário Covas, José Richa, Severo Gomes e tantos outros que a falta de tempo não me permite declinar.

Do outro lado deste Casa o povo nos vigia. Guerrilhas internas, agenciadas e aplaudidas por nossos adversários, não nos conseguirão levar a impasses vergonhosamente retóricos ou falsamente ideológicos, do tipo que pretende opor lideranças contra lideranças ou criar conflitos entre o Governo e o Partido, de cujo programa ele procura alimentar-se. Neste exato momento, por exemplo, seria deservir à Nação deixar crer que o Governo, que ousou suspender o pagamento dos juros da dívida externa, está sendo acuado pelo PMDB, e dentro deste Parlamento Constituinte. Não quero e não posso pensar que o meu partido, o PMDB, vire as costas aos desafios tão grandes que a História nos lança, reclamando respostas diretas já. Não nos acometerá, confio,

aquele tipo de insanidade que atacou um revolucionário a **outrance**, o poeta Antonin Artaud, de quem se disse que se transformara numa locomotiva que, tendo queimado todo o carvão disponível, passou a queimar também os seus próprios vagões e a carga que eles conduziam. A nossa carga é a esperança e o nosso caminho foi traçado pelo sofrimento e pela angústia do povo brasileiro.

Srs. Constituintes, o PMDB, por tudo que representa na vida pública deste País, não tem tempo nem o direito de falhar. Por não ter tempo nem direito de falhar, é inconcebível que esta Casa não tenha, escoado mais de um mês de sua instalação, aprovado sequer o Regimento Interno de seu funcionamento como Poder Constituinte. Deve parecer, e de fato o é muito estranho que adieemos a elaboração de um texto constitucional, novo e íntegro, voltado ao futuro, e nos debruçemos sobre o passado, na tentativa de melhorar detalhes de uma Constituição repudiada por todos e da qual só se deve louvar a iniciativa, inspirada por nosso partido, de enterrá-la para sempre na vala comum das indigências do espírito.

Deve parecer estranho, também, que estejamos a discutir a duração do mandato presidencial, enquanto o País se pergunta, aflito, quanto tempo durará ainda a asfixia dos setores produtivos da economia provocada pelas exorbitantes taxas de juros bancários. Como num arco diabólico, repetem os banqueiros nacionais a mesma política de terra arrasada que nos oferecem os banqueiros internacionais.

Srs. Constituintes, os nossos problemas têm pressa, o povo tem fome, a Nação tem inimigos internos e externos. É em função desses problemas, desse povo e desta Nação que precisamos sair imediatamente deste injustificável imobilismo parlamentar, votando e aprovando amanhã, enfim, o Regimento Interno desta Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA Pronuncia o seguinte discurso.):

– Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, minha intenção, ao fazer este pequeno pronunciamento, é solicitar-lhe, Sr. Presidente, que encaminhe um pedido de informações ao Exmº Sr. Presidente da República, no sentido de possibilitar a conclusão do asfaltamento da Vila Nova, Vila Lobão, Bacuri, Nova Imperatriz, Santa Rita, Vila Davi e outros bairros da cidade de Imperatriz, com recursos do Ministério dos Transportes e outros fundos federais voltados para o desenvolvimento urbano e social, bem como o asfaltamento da estrada que liga Imperatriz ao 1º Cocal, passando por São Pedro da Água Branca.

Era o que tinha a dizer.

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma prevista na alínea "f" do art 26, combinado com o seu parágrafo único, da Resolução nº 1, requiro a Vossa Excelência sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Informações oficiais

A respeito da possibilidade de ser concluído o restante do asfaltamento da Vila Nova, Vila Lobão, Bacuri, Nova Imperatriz, Santa Rita, Vila Davi e outros bairros da cidade de Imperatriz, com recursos do Ministério dos Transportes e outros fundos federais voltados para o desenvolvimento urbano e social, bem como o asfaltamento da

estrada que liga Imperatriz ao 1º Cocal passando por São Pedro da Água Branca.

O problema urbano de Imperatriz vem deixando de existir, isto porque o seu Governo está presente.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 1987. – **Davi Alves Silva.**

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Está findo o tempo destinado as comunicações.

Vai-se passar ao horário de liderança.

O SR. AMARAL NETTO – Líder PDS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a cada dia que passa ficamos mais convictos da necessidade de convocação da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional, porque os problemas nacionais se avolumam e a Constituinte não é o fórum para resolvê-los.

Vamos dar um exemplo, lembrando o que foi a votação, em dezembro de 1985, neste plenário do célebre pacote fiscal.

A Lei nº 7.450 introduziu o sistema de bases correntes na tributação das pessoas físicas. Por este método o contribuinte chega à declaração anual do Imposto de Renda em dia com o fisco: ele não deve nada, nem a Receita tem o que restituir, ao contrário do que vinha ocorrendo. Mas não é isso que vai acontecer neste ano. "Na utilização da lei, descobriu-se que, no tocante à tabela do IR retido na fonte, houve um erro matemático, que prejudicou o sistema de bases correntes, e a pessoa física chegará à declaração com muito imposto a pagar".

Mas, talvez nem todos estejam a par do que está acontecendo, principalmente a classe média.

Uma das modificações introduzidas pela Lei nº 7.450 está gerando a principal dúvida dos contribuintes neste ano, segundo ela. Trata-se da restituição do IR de 1985, quando foi votada, que pela lei foi dividida em quatro parcelas anuais consecutivas, as três primeiras de 15 OTN e a última correspondente ao valor restante. A pergunta feita com maior freqüência é: "Posso compensar o que o fisco me deve com o que tenho a pagar?" Tecnicamente, a resposta é não".

Esta é a verdade do que está-se passando. Em nome do PDS, que me fez vir a esta tribuna para dar mais uma vez a palavra do meu partido e da minha bancada sobre este miserável Imposto de Renda, quero dar a V. Ex.ªs uma idéia do que foi dezembro de 1985 nesta Casa. Ali está, à minha frente, o Deputado Moysés Pimentel, do PMDB, que lutou conosco para impedir essa infâmia. Aquela época, Srs. Constituintes, assomei à tribuna – e não era Líder do PDS – para tentar obstruir, de qualquer forma, a votação do pacote fiscal. Disse eu, então: quem que aqueles que vão votar este pacote hoje, dezembro de 1985, venham a público, em março de 1987, para que lhes seja perguntado se agiram bem e para que o povo lhes pergunte se votaram com ele ou contra ele. Esta é a verdade. O PDS previu as consequências da aprovação deste pacote fiscal e pediu ao PMDB que pensasse que não era apenas um rolo compressor que iria resolver os problemas do País. Mas não houve jeito. Com algumas exceções, como o Deputado Moysés Pimentel, o PMDB votou maciçamente a favor do pacote fiscal, que agora assalta a família brasileira, principalmente a classe média. Da mesma forma, ainda

restam os compulsórios, que não têm mais motivo para sobreviver.

Sr. Presidente, há 15 dias enviei a todos os líderes dos partidos um pedido para que assinem a convocação do Congresso, conforme entendimento com o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena, para que possamos examinar e votar o decreto-lei que criou os compulsórios. Até agora somente o Líder Siqueira Campos após sua assinatura à proposta. Gostaria de saber se todos têm conhecimento de que este povo escorchado e assaltado ainda paga os compulsórios que não têm mais razão de existir, diante do que está acontecendo com o Imposto de Renda.

Aí está a posição do PDS, partido que diziam ser contra o povo. Em dezembro de 1985, desta mesma tribuna reclamávamos uma posição do PMDB e do Governo contra a miséria que se ia impor a toda a classe média, principalmente a partir de março de 1987. Março está aí e 1987 também. Está acontecendo aquilo que prevíamos: assaltaram o povo a longo prazo e agora ele está morrendo por causa disso.

O SR. HAROLDO LIMA – Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. HAROLDO UMA (PC do B – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a Nação, atônita, presenciou, através dos canais de televisão, a transmissão de uma interferência insólita e brutal da Marinha de Guerra brasileira em uma greve de portuários. Foi uma verdadeira operação de guerra. Empregavam-se vasos de guerra, tropas de elite, coisas que lembravam um movimento de 1963, quando, identicamente, uma greve foi reprimida.

Na minha opinião, Sr. Presidente, o significado mais profundo do que está acontecendo de três dias para cá é a reafirmação da presença militar na vida do País. Tudo parece indicar, tudo parece querer salientar que, depois de um interregno de pouco mais de um ano, as Forças Armadas estão de volta, deixando muito claro que o seu papel é ostensivamente de repressão, e que só conseguem ver o povo brasileiro como um inimigo interno. As Forças Armadas estão de novo atuando politicamente.

Isto ocorre no mesmo instante em que esta Casa debate a questão da soberania da Constituinte. Cria-se uma falsa idéia de que tal soberania está exclusivamente ligada à questão da duração do mandato do Presidente Sarney. Em nossa opinião, Sr. Presidente, essa soberania seria amesquinhada se estivesse exclusivamente relacionada com a verificação da duração do mandato do Presidente Sarney, se deveria ser de quatro, cinco, ou seis anos. A soberania da Constituinte é um preceito aprovado e votado pelo povo brasileiro, que não se atém apenas a este item específico. Hoje procura-se fazer um acordo nesta Casa, pelo qual se entende que a soberania deveria ter um mecanismo que, desde que fosse diretamente ameaçada por um ato concreto, poderia sobrestar esse ato.

Ora, Sr. Presidente, sabemos que se algum ato concreto de força for efetivado pelas Forças Armadas – como ocorreu durante muitas décadas em nosso País – contra a Constituinte, esta não terá força para sobrestá-lo.

Nós, do PC do B, consideramos absolutamente inarredável que a Constituinte afirme a sua soberania para revogar, e não para reformar. A soberania

em nossa opinião, não é para reformar preceito constitucional em vigor, mas, sim, para revogar.

O SR. AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaríamos de comunicar aos nobres constituintes que o Comitê Central do Partido Comunista Brasileira, reunido em São Paulo neste final de semana, decidiu aprovar moção de solidariedade aos trabalhadores portuários por esse movimento legítimo, no sentido de que sejam reabertas, imediatamente, as negociações, visando ao atendimento das aspirações daquela categoria.

Por outro lado, gostaríamos igualmente de comunicar ao Plenário a realização iminente do Encontro Nacional dos Bancários Brasileiros nesse próximo final de semana, em São Paulo, quando deverá ser desencadeado movimento para o atendimento às reivindicações dos bancários. Conforme sabemos, e aqui neste plenário tem sido dito isso dlutamente, todos os setores da população brasileira têm sido esmagados pelas taxas de juros escorchantes cobradas pelo capital financeiro. É preciso dizer, Sr. Presidente, que a nossa categoria, 700 mil bancários no País inteiro, tem sido esfolada pura e simplesmente por uma política salarial criminosa, praticada pelos agiotas, uma minoria de parasitas que dominam, hoje, o setor financeiro do País. Para tanto, contamos com a solidariedade de todos os constituintes para a decretação iminente de uma greve geral dos bancários, no sentido do atendimento das reivindicações de melhores salários e melhores condições de trabalho, haja vista, inclusive, a crescente deterioração salarial dos funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e demais instituições bancárias. Fica, assim, o alerta do nosso partido e o chamamento à solidariedade dos Srs. constituintes, a fim de que, no momento do enfrentamento o Governo da Nova República não acione novamente os mecanismos repressivos que existem ainda incrustados na legislação antiga em vigor. É preciso que a greve seja encarada como um fator absolutamente normal numa sociedade que se queira construir democrática.

Expressamos aqui nossa solidariedade, conclamando a união de todos os democratas, de todos os progressistas, para que o setor financeiro venha dar o seu quinhão, tanto no que se refere ao atendimento das justas reivindicações da categoria dos bancários quanto, enfim, de toda a população, no sentido do rebaixamento e tabelamento das taxas de juros até que tenhamos uma verdadeira reforma bancária que aponte para a estatização definitiva do setor financeiro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

VI – O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Levanto a sessão, designando para amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES.

Abigail Feitosa – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Aécio

Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Abérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Alvaro Dias – PMDB; Alvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amílcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antônio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Asdrubal Bentos – PMDB; Atila Lira – PFL; Benedita da Silva – PT; Bete Mendes – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Tutu Quadros – PSC; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Eduardo Jorge – PT; Eliézer Moreira – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Velasco – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gil César – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jayme Paliarin – PTB; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias Murad – PTB; José Freire – PMDB; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Lins – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Koyu Iha – PMDB; Lélvio Souza – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Marcos Queiroz – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PDT; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Mauricio Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Mussa Demeas – PFL; Myrian Portella – PDS; Nelson Carneiro – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elisio – PMDB; Olívio Dutra – PT; Orlando Pacheco – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto Cunha – PDC; Pedro Ceolin – PFL; Plínio Arruda Sampaio – PT; Prisco Viana – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Capberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tidei de Lima – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Trovão – PFL; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buaz – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

IX – Levanta-se a Sessão às 16 horas e 43 minutos.



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 005

QUARTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

1 – Ata da 30ª Sessão da Assembléia Nacional Constituinte, em 10 de março de 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada e assinada.

III – Leitura do Expediente

ADYLSON MOTTA – Questão de ordem sobre verificação de quorum para realização da sessão.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

PRESIDENTE – Sobre existência de quorum para reabrir a sessão.

COMUNICAÇÕES

FRANCISCO KUSTER – Desapropriação de glebas de terras nos Municípios de Três Barras e Papanduva, Santa Catarina, para instalação de campo de manobras militares.

VIRGÍLIO GALASSI – Movimento da classe rural: II Alerta do Campo.

ANTÔNIO DE JESUS – Artigo do jornalista Gilberto Amaral, do Correio Braziliense, sobre a importância da ação da Igreja, através de seus representantes na Assembléia Nacional Constituinte. Ausência de representação de entidades religiosas no Conselho de Censura do Ministério da Justiça. Má influência dos programas de televisão nos fundamentos morais e éticos da família.

OSVALDO BENDER – Esperanças do povo brasileiro nas reformas a serem introduzidas pela nova Constituição, em particular na obrigatoriedade de inclusão de ensino religioso no currículo escolar do 1º grau.

RICARDO IZAR – Inconveniência do estabelecido em artigos do Regimento Interno da Constituinte concernentes à participação popular na elaboração da nova Carta.

JOSÉ FERNANDES – Condução da política econômico-financeira do País pelo atual Governo. Situação de subdesenvolvimento da Região Amazônica. Enchente no Vale do Juruá.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS: – Soberania da Assembléia Nacional Constituinte e prioridade ou exclusividade da elaboração constitucional. Telegrama da Câmara Municipal de Joinville, Santa Catarina, sobre precariedade de condições da estrada BR-101.

MAURO SAMPAIO – Homenagem à memória do político cearense Plácido Hederaldo Castello, com outorga da Medalha da Abolição, e pronunciamento do jornalista Dário Macedo, na oportunidade.

CELSO DOURADO – Protesto contra repressão policial a manifestação de agricultores, comerciantes e trabalhadores rurais de Irecê, Bahia, contra a alta de juros bancários.

JOSÉ GENOÍNO – Apoio a comissão de portuários de Santos, São Paulo, que reivindica readmissão de grevistas. Soberania da Assembléia Nacional Constituinte e desacordo do orador com referência à Emenda Maurílio Ferreira Lima ao Projeto de Resolução nº 2R, de 1987.

CRISTINA TAVARES – Crise de energia elétrica. Requerimento de Informações ao Ministro Dilson Funaro sobre empréstimo da Caixa Econômica Federal à empresa "Jornal do Comércio", de Pernambuco.

DASO COIMBRA – Igualdade de condições entre os Constituintes.

SAMIR ACHÔA – Posicionamento de Constituintes diante de atitudes assumidas pelo Executivo à revelia da Assembléia Nacional Constituinte. Necessidade de convocação de sessão extraordinária do Congresso Nacional.

ADROALDO STREACK – Sugestão no sentido de que sejam suspensos temporariamente os debates em torno da nova Constituição, para exame da economia nacional.

ONOFRE CORRER – Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida – AIDS.

IVO VANDERLINDE – Dia Nacional de Alerta do Campo.

DOMINGOS LEONELLI – Soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

ANTÔNIO BRITTO – Apreciação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

GENEBALDO CORREIA – Posição do PMDB nas negociações políticas para início de atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

JORGE VIANNA – Telegrama dirigido pela Frente Ampla da Agropecuária Brasileira à Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, a propósito do Dia de Mobilização por uma nova Política Agrícola.

CARDOSO ALVES – "Crônica dos Cinco Minutos", de Mário Mazagão, manifesto dos empresários do Vale do Paraíba.

DAVID ALVES SILVA – Desempenho da atual Diretoria da Associação Comercial e In-

dustrial de Imperatriz, Maranhão. Proposta à Assembléia Nacional Constituinte no sentido da criação do Estado de Carajás.

EDUARDO BONFIM – Solicitação do Governador de Alagoas, Fernando Collor, no sentido do encaminhamento, pela Procuradoria-Geral da República, ao Supremo Tribunal Federal, de arguição de inconstitucionalidade de leis que garantem altos salários a funcionários públicos de Fundações naquele Estado.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, do complexo CHESF.

JORGE ARBAGE – Atuação do Sr. Jair Bernardino de Souza como Diretor-Presidente do Grupo Belauto, de Belém, Estado do Pará.

LAEL VARELLA – Duração do mandato do Presidente José Sarney.

NILSON GIBSON – Encontro na Confederação Nacional dos Pescadores. Sugestão de lançamento da Caderneta de Poupança Azul do Pescador.

SIQUEIRA CAMPOS – Mensagens dirigidas pelo orador aos Ministros da Agricultura, Iris Resende, e do Interior, Ronaldo Costa Couto, e ao Diretor do Crédito Rural, Hélio Ribeiro de Oliveira, no sentido do atendimento de reivindicações de agricultores atingidos pela seca na região norte-nordeste de Goiás.

MAURO BENEVIDES – Reivindicações do setor pesqueiro do Ceará.

DIONÍSIO HAGE – Ação da Marinha do Brasil no episódio da greve dos marítimos.

VIVALDO BARBOSA – Matéria publicada na "Folha de S. Paulo" sobre o projeto educacional CIEPS–Centros Integrados de Educação Pública, do Governador Leonel Brizolla, Estado do Rio de Janeiro.

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE – Esclarecimentos ao Plenário sobre votação do substitutivo do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

LUIZ HENRIQUE – Questão de ordem sobre pedido de preferência à base de requerimentos de destaques referentes ao § 7º do art. 57 do substitutivo ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

GERSON PERES – Questão de ordem sobre arquivamento ou não de proposições sobrestadas para serem decididas após a aprovação do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gerson Peres.

BRANDÃO MONTEIRO – Questão de ordem sobre solicitação de verificação de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Brandão Monteiro.

GASTONE RIGHI – Questão de ordem sobre matéria posta em votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Gastone Righi.

BRANDÃO MONTEIRO – Questão de ordem sobre solicitação de votação nominal.

HAROLDO LIMA – Questão de ordem sobre matéria votada e sobre necessidade de encaminhamento, pelos líderes de partido, da votação da matéria.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Haroldo Lima.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre necessidade de encaminhamento, pelos líderes de partido, da votação da Emenda Maurílio Ferreira Lima ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

BRANDÃO MONTEIRO – Questão de ordem sobre retirada de requerimento de verificação de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Brandão Monteiro.

PRESIDENTE – Prorrogação da sessão até às 19 horas e convocação de sessão para às 21 horas.

HAROLDO LIMA, JAMIL HADDAD – Encaminhamento de votação do destaque à Emenda nº 535 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

MÁRIO COVAS – Questão de ordem sobre votação simbólica da Emenda nº 535 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Mário Covas.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre concessão da palavra, alternadamente, às lideranças favoráveis e contrárias à Emenda nº 535 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

MAURÍCIO FERREIRA LIMA – Prestação de esclarecimentos a propósito da apresentação da Emenda nº 535 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JOSÉ GENOÍNO – Intervenção do Poder Executivo na soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Posição do PT contrária à Emenda nº 535 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA, JOSÉ GENOÍNO, ADOLFO OLIVEIRA, JOSE LOURENÇO, GASTONE RIGHI, BRANDÃO MONTEIRO, SIQUEIRA CAMPOS, ROBERTO FREIRE, LUIZ HENRIQUE – Encaminhamento de votação do destaque à Emenda nº 535 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

CRISTINA TAVARES – Questão de ordem sobre ineficácia da Emenda nº 535 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre ausências justificadas de Constituintes do Partido dos Trabalhadores.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre votação do destaque de autoria do orador concernente ao § 7º do art. 57 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

LUIZ HENRIQUE – Questão de ordem sobre esclarecimento a respeito do destaque à Emenda nº 422 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luiz Henrique.

SIQUEIRA CAMPOS – Questão de ordem sobre destaque para discussão e votação das Emendas nºs. 14 e 15 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Siqueira Campos.

LUIZ HENRIQUE – Questão de ordem sobre esclarecimento a propósito da Emenda nº 30 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luiz Henrique.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre a Emenda nº 31 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 30 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

LYSÂNEAS MACIEL – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 31 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre a Emenda nº 31 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 31 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

LYSÂNEAS MACIEL – Questão de ordem sobre voto do autor da Emenda nº 31 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Lysâneas Maciel.

HAROLDO LIMA – Questão de ordem sobre prevalectimento do voto de Liderança.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Haroldo Lima.

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Questão de ordem sobre número da emenda em votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adhemar de Barros Filho.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 45 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

LUIZ HENRIQUE: – Questão de ordem sobre manifestação do voto simbólico em plenário.

PRESIDENTE: – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luiz Henrique.

LYSÂNEAS MACIEL – Questão de ordem sobre processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Lysâneas Maciel.

CÉSAR CALS NETO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 289-A ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 89 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JOSE MARIA EYMAEL – Questão de ordem sobre número da emenda em votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Maria Eymael.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 56 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento de requerimento de destaque para votação do art. 23, § 2º, do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 121 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FARABULINI JÚNIOR – Questão de ordem sobre objeto do pedido de destaque à Emenda nº 121 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Farabulini Júnior.

F A R A B U L I N I J Ú N I O R – Encaminhamento da votação e retirada do destaque ao § 10 do art. 13 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Questão de ordem sobre procedimento da Mesa quanto à seqüência para votação dos destaques.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Antônio Carlos Konder Reis.

ADEMIR ANDRADE – Questão de ordem sobre processo de votação dos destaques e prorrogação da sessão.

LUIZ HENRIQUE – Questão de ordem sobre falta de audiência no enunciado das emendas pela Presidência.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luiz Henrique.

ADEMIR ANDRADE – Questão de ordem sobre omissão dos destaques aos §§ 8º e do art 13 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Ademir Andrade.

JORGE HAGE – Questão de ordem sobre omissão dos destaques à Emendas nºs 164 e 184 ao art 14 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Jorge Hage.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 36 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ADEMIR ANDRADE, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 127 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

LUIZ SALOMÃO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 154 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Ineficácia do pedido de destaque para a Emenda nº 162 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 187 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JORGE HAGE – Questão de ordem sobre omissão dos destaques às Emendas nºs 164 e 184 ao art. 14 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

LUIZ HENRIQUE – Questão de ordem sobre ordenamento no plenário para votação dos destaques.

JOÃO NATAL – Questão de ordem sobre processo de votação simbólica.

JORGE HAGE, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 164 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JORGE HAGE, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 184 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

CUNHA BUENO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 371 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

GASTONE RIGHI, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 232 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

NELSON SEIXAS, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 237 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FARABULINI JÚNIOR – Questão de ordem sobre omissão do destaque à Emenda nº 551.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Farabulini Júnior.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do desta-

que à Emenda nº 254 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

IVALDO GONÇALVES – Questão de ordem sobre verificação de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Evaldo Gonçalves.

ARNALDO FARIA DE SÁ, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 385 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Questão de ordem sobre votação do destaque à Emenda nº 279 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 279 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 289 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 305 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JOÃO NATAL – Questão de ordem sobre retirada de destaque para a Emenda nº 37 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação da Emenda nº 317 ao Projeto de Resolução nº 2 de 1987.

MESSIAS GÓIS – Questão de ordem sobre votação em bloco de emendas coincidentes.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Messias Góis.

PRESIDENTE – Ineficácia do destaque à Emenda nº 347 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Questão de ordem sobre retirada da Emenda nº 379 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação da emenda de rejeição do § 2º do art. 24 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ALUÍZIO CAMPOS, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 399 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ALUÍZIO CAMPOS – Questão de ordem sobre redação da Emenda nº 399 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ALUÍZIO CAMPOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da vo-

tação do destaque à Emenda nº 421 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Questão de ordem sobre quantidade de destaques a serem votados.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

LUIZ HENRIQUE – Questão de ordem sobre conveniência de a Presidência consultar os autores sobre retirada de destaques.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Luiz Henrique.

JORGE HAGE – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 466, ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre o parecer do Relator à Emenda nº 466 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JORGE HAGE – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 467 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ADHEMAR DE BARROS FILHO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 520 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre retirada do pedido de destaque para a Emenda nº 930.

VIVALDO BARBOSA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 561 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

LYS ÂNEAS MACIEL – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 684 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 588 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ALUÍZIO CAMPOS, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da

tação do destaque à Emenda nº 563 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

LUIZ HENRIQUE – Questão de ordem sobre retirada do pedido de destaque da letra b do § 2º do art. 60 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

POMPEU DE SOUSA – Questão de ordem sobre retirada da Emenda nº 572 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

CÉSAR CALS NETO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 432 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ADEMIR ANDRADE, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 573 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 596 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

VIVALDO BARBOSA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento de votação do destaque à Emenda nº 605 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ALUÍZIO CAMPOS – Questão de ordem sobre retirada da emenda apresentada a o § 4º do art. 62 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JOSÉ ELIAS MURAD FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 612 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ALUÍZIO CAMPOS – Questão de ordem sobre retirada da emenda apresentada ao art 68 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Aluizio Campos.

CHICO HUMBERTO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 642 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

OCTÁVIO DUTRA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 643 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Esclarecimentos sobre acolhimento da Emenda nº 643 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

JORGE HAGE, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 646 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

AMAURY MÜLLER, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação dos destaques às Emendas nºs 674 e 676 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

CÉSAR CALS NETO, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 681 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

ANTÔNIO DE JESUS, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Encaminhamento da votação do destaque à Emenda nº 682 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Exaço com que se houveram os Constituintes na votação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ALUÍZIO CAMPOS – Questão de ordem sobre redação de emenda de autoria do orador apresentada ao art 60 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Aluizio Campos.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Questão de ordem sobre redação de emenda de autoria do Constituinte Aluizio Campos apresentada ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

ENCERRAMENTO

Ata da 30ª Sessão, em 10 de março de 1987

Presidência dos Srs. Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Secretário.

ÀS 14:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico A b i b

– PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Alvaro Antônio – PMDB; Alvaro Dias – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barce-

llos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Porosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Atila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basí-

lio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bete Mendes – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Calí – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dáton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edimilson Valentim – PC do B; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Luce-
na – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Melo Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Giovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Loureberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luis Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luis Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – P M D B ; M á r c i o
Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurillo Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Morazildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmando Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PDMB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuzza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedei – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tidei de Lima – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira

da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaziz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 337 Senhores Constituintes.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente que é aprovada e assinada

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS)

Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Com base no § 4º, do art. 7º, das Normas Provisórias do Regimento Interno, solicito a V. Exª verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Sendo evidente a falta de quorum, suspendo os trabalhos pelo espaço de 30 minutos, fazendo acionar as campanhas para que os Srs. Constituintes se desloquem dos seus gabinetes para o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Constatada pela Secretaria a existência de quorum, está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

Tem a palavra o Sr. Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PMDB – SC): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Venho à tribuna, nesta tarde, para tratar de assunto que se por um lado se restringe ao universo do meu Estado, o Estado de Santa Catarina, por outro, em face do envolvimento de uma instituição nacional, no caso o Exército Brasileiro, é importante que este assunto seja debatido e trazido a esta Casa do povo.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, por volta dos anos de 1953/54, o Exército Nacional, pretendendo instalar um campo de manobras militares em território catarinense, realizou levantamento de vasta área de terras no então Município de Canoinhas-SC, área essa atualmente pertencente aos Municípios de Três Barras-SC e Papanduva-SC, decidindo-se pela mesma em razão de que a União já possuía no local cerca de 1.700ha, que haviam sido incorporados da Empresa multinacional Southern Brazil Lumber Colonization Co, e, também, ainda, em face das excelentes condições de acesso e proximidade.

Identificada a área, promoveu a União Federal, através do Decreto nº 40570, de 18 de dezembro de 1956, a declaração de utilidade pública de 89 glebas de terra, com a área de 7.614 ha., atingindo 41 proprietários, os quais constituíam-se, em sua grande maioria, de minifundiários, cujos meios de sobrevivência eram baseados exclusivamente no trabalho agropastoril. A região atingida pelo citado decreto era densamente povoada, rica em madeira, ervais nativos e sua conformação geográfica (topografia plana) a tornava apropriada ao desenvolvimento de uma agricultura sofisticada, pois seria facilmente mecanizável. Hoje, a julgar pelas rendosas lavouras de milho, arroz, feijão, batata, soja etc. que se desenvolvem nas terras limítrofes, tem-se a certeza do quanto aquela imensidão de terreno estaria produzindo em termos de alimentação, bem-estar de seus proprietários e na promoção e enriquecimento dos Municípios de Três Barras e Papanduva.

Concomitante à edição do decreto expropriatório, o órgão responsável realizou a avaliação das propriedades abrangidas, informando aos proprietários os montantes e exigindo que os mesmos efetuassem a entrega da documentação pertinente às suas áreas, o que foi atendido na maioria dos casos.

De 1956 até 1961, o poder público omitiu-se de qualquer ato capaz de dar a entender que o processo prosseguia, emudecendo-se por completo com relação ao destino do decreto e das pessoas por ele atingidas, fazendo alastrar-se entre os desapropriados o entendimento de que os planos haviam sido abandonados e que não mais ocorreria a instalação do campo de manobras naquela região. Contudo, no final do ano de 1961, a União partiu para a via judicial, ajuizando as Ações Desapropriatórias, necessárias para concretização das suas pretensões, o que foi feito individualmente contra cada um dos proprietários.

Somente a partir de 1962, portanto, mais de 5 anos após a edição do Decreto nº 40.570, é que os proprietários começaram a ser citados, para que, no prazo legal, oferecessem sua contestação nos Autos. Ocorrendo, porém, que muitos proprietários, por falta de conhecimento, uma vez que se trata de gente simples, deixaram de ser regularmente citados, ficando alheios a tudo que se passava.

Os montantes oferecidos em depósitos a título de indenização, no entanto, foram aqueles levantados por ocasião da edição do decreto e causaram o descontentamento geral, pois, encontravam-se totalmente defasados e que não mais possibilitavam a aquisição sequer de 3% das áreas de que estavam sendo despojados, em razão da desenfreada inflação que já se verificava naquela época.

O ano de 1963 ficou marcado na memória de todos aqueles que direta ou indiretamente achavam-se envolvidos pelos fatos, como o da ocorrência mais traumatizante e deplorável de todo o processo. Isto porque, num espaço de 48 horas, os desapropriados foram obrigados a abandonar suas propriedades, em face do mandado de imissão de posse expedido em favor da União.

Como se sabe, tratava-se, em sua maioria, de pequenos proprietários, simples e dedicados ao ofício de lavrar a terra e dela tirar o seu sustento, situação esta que lhes tomava incapazes de enfrentar e resistir aos desafios que a vida longe da lavoura lhes reservava, porém, nem que isso fosse levado em consideração, foram despejados

de suas propriedades e, em muitos casos, retirados violentamente.

Com esse despejo repentino, a maioria dos desapropriados, não possuindo outras terras e nem condições para adquiri-las, viu-se obrigada a desfazer-se de seus rebanhos, a preços vis, ou então, a pagar pelo arrendamento de suas próprias terras ao Exército.

Sr. Presidente, quero num improviso rápido a todos os que nos ouvem – meu caro Presidente, pedindo a tolerância de V. Exª – dizer que isto é uma das maiores injustiças que se pratica neste País e, lamentavelmente, se enxovalha uma das instituições que deveria ser estimada por todos os catarinenses, que é o Exército Brasileiro.

Por força da truculência do Comandante da região, Coronel José Nilton Romeiro, conflitos vêm ocorrendo constantemente. Recentemente, numa tentativa de invasão dos herdeiros, um número de aproximadamente dois mil, tentaram entrar e foram repelidos violentamente pelo Batalhão que lá se encontra. E mais recentemente, na semana próxima passada, foi preso um jovem, que está detido na cadeia pública de Rio Negro, sem que nenhuma acusação contra ele fosse feita. Está detido a mando do Batalhão lá situado.

Já estivemos em audiência com Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, com o Ministro do Exército, com o Ministro da Reforma Agrária e o Comandante da 5ª Região e outras autoridades e, até então, não conseguimos sensibiliza-los, numa demonstração que envergonha e enxovalha o cidadão e o homem público e denigre a imagem do Exército Brasileiro por força e teimosia de uns poucos comandantes militares.

Exploraram a terra, o campo, a erva-mate, arrendaram a terra aos seus proprietários sem que nada fosse feito contra esse arbítrio, esse uso abusivo do poder. Por isso faço um apelo para que os Srs. Constituintes de Santa Catarina encontrem uma solução. Queremos entendimento, queremos, Sr. Presidente, a solução desse caso o mais rapidamente possível. É incompatível persistirmos nessa situação por teimosia de uma meia-dúzia de oficiais do Exército. (Muito bem!)

O SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS – MG) – Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Hoje, dia 10 de março de 1987, a classe rural, em quase todo o País, se movimenta na direção das sedes urbanas dos municípios, onde se localizam suas propriedades, para realizar o prometido "II Alerta do Campo".

O objetivo é mostrar ao Povo e ao Governo as enormes dificuldades que afligem o ruralismo brasileiro.

Não obstante a disposição e o interesse das autoridades governamentais em reajustar os preços dos produtos agropecuários, persiste um profundo desequilíbrio entre essas cifras e a inevitável e necessária valorização da mão-de-obra, bem como os sucessivos aumentos de preço dos insumos.

A classe rural, patrões e empregados, é ordeira e trabalhadora. Com o "II Alerta do Campo", pretende ela demonstrar que deseja unicamente a tranquilidade para produzir e a justa remuneração para o produto de seu trabalho, a fim de que possa subsistir condignamente e servir à Nação.

É importante que se diga que para a compra de um trator médio, cujo valor de referência é de quatrocentos mil cruzados, são necessários mais de oitenta e cinco mil litros de leite, ou dois mil e duzentos sacos de arroz, ou três mil, seiscentos e cinquenta sacos de milho.

Uma indumentária de serviço – uma calça, por exemplo, custa o equivalente a três sacos de soja. Um simples par de calçado, sessenta litros de leite. Dez litros de água mineral, um saco de soja.

O café estava cotado a mais de quatro mil cruzados a saca. Atualmente, no mercado livre, ela custa mais ou menos mil e quinhentos cruzados, mas o consumidor continua pagando noventa cruzados por quilo.

Neste quadro predomina a desesperança e a incerteza. As altas taxas de juros e a falta de recursos para a comercialização desestimulam os produtores. O estado psicológico da classe é tão negativo que mesmo em setores como o do leite, cujo preço atual está próximo da realidade, presenciamos em um leilão realizado no dia 8 de março do corrente a venda de rebanhos leiteiros por preços inferiores a um terço aos anteriormente praticados.

Vivemos momentos em que se faz necessário, agora mais do que nunca, um apelo à compreensão e ao bom senso. O País tem que repensar a sua política econômica e social. Decisões patrióticas se impõem. Quando a classe rural se levanta de forma ordeira, obstinada e plena de civismo contra a situação em que vive, é porque estamos realmente nos limites do suportável, e deve significar para todos nós, Constituintes do novo Brasil, a necessidade de uma nova mensagem: rever o discurso, honrar os novos compromissos, reconquistar a confiança dos que trabalham e constroem a grandeza do País.

Qualquer tentativa de dividir as lideranças rurais pode ser negativa e propiciar o surgimento de manifestações descontroladas e a serviço da agitação. O Governo pode e deve manter as esperanças do setor agropecuário. Ele se debate nas grandes dificuldades do momento e se sente perplexo ante o futuro.

Façamos uma autocrítica profunda e definitiva, capaz de convencer-nos de que, acima de tudo e de todos, se encontra o bem nacional. (Muito bem!)

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes:

Li no jornal o **Correio Brasileiro** notícia em que o jornalista Gilberto Amaral analisa a importância da ação da Igreja por intermédio de seus lídimos integrantes, representantes do povo que aqui a representam, e que nesta Assembléia Nacional Constituinte lutara pela manutenção dos mais sagrados princípios do Cristianismo. Não se trata, evidentemente, neste momento, de realçarmos uma posição de integrante de uma religião em particular. Entretanto, compete evidenciar – por ser oportuno – a necessidade que todos temos de refletir sobre o nosso próprio destino, sem esquecer ensinamentos passados, legados pelos nossos pais, homens e mulheres que souberam, na simplicidade de suas existências, no respeito ao préstimo e na confiança em Deus, trazer à luz, ao mundo, os ensinamentos práticos contidos na Bíblia e, por intermédio da Igreja, legados agora à posteridade.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, gostaria, ao mesmo tempo, de registrar que, nesse mesmo jornal, li matéria que noticiava que o Sr. Ministro da Justiça dava curso à instalação do Conselho de Censura, sob nova estruturação, sem contudo manter a representatividade, que anteriormente havia, de entidades religiosas.

Estranho, Sr. Presidente, é aqui da tribuna faço conhecida minha posição, o fato de não existir a representação dessas entidades junto ao Conse-

lho de Censura do Ministério da Justiça. Gostaria de lembrar que, recentemente, recebi uma carta de certa mãe preocupada com uma notícia trazida no jornal **O Estado de São Paulo**, edição de 5-2-87, cujo título é "Xuxa na cola de Pelé". E reportava-se a afirmar que, após dez dias do lançamento, o vídeo Amor, estranho amor, já vendera três mil unidades. O destaque fica por conta de cenas de amor com um garoto de dez anos. Coisa terrível.

Ora, Sr. Presidente, será que nós Constituintes não teríamos que nos preocupar, também, com assuntos relativos aos bons costumes? Embora saiba ser hoje uma palavra rejeitada, triste e lamentável, posso até recordar Rui Barbosa quando, certa feita, discar que de tanto crescer as injustiças, de tanto triunfar as novidades, de tanto agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chegou a rir-se da sua própria honra, desanimar-se da sua virtude e ter vergonha de ser honesto.

Creio que cada um de nós aqui veio não para brincar de Constituinte, viemos, inclusive, para denunciar aquilo que tem prejudicado a família brasileira e os bons costumes da nossa Nação. Quero que nos revistamos de ânimo duplicado, a fim de não compactuarmos com aquilo que seja errado; sob pena de custar até a nossa própria vida, defendamos o bom direito, o dever de cada cidadão brasileiro, pois para isso fomos votados e aqui estamos.

Sr. Presidente, gostaria de continuar o meu pronunciamento, que inspirou-me para sair até da escrita para dizer algo a mais do que sinto neste momento, impulsionado pelo poder da responsabilidade que me é imposta, dizendo que, ainda que seja rejeitada esta palavra de moral, de bons costumes, ainda que não queira particularizar o assunto, desejo dizer algo sobre os meios de comunicação. E por que não particularizar a televisão, este grande meio de ensino, que está a trazer a modificação dos costumes para pior, posto que vem liberando cenas de sexo e nudismo e difundindo práticas que são de todo incompatíveis com as nossas raízes cristãs?

Srs. Constituintes, tenhamos a coragem, a hombridade, de dizer aquilo que, realmente, o povo precisa ouvir e não somente o que o povo gostaria de ouvir.

Neste instante, Sr. Presidente, continuando, o Brasil nasceu sobre a égide da cruz de Cristo, e o cristianismo bem maior da família brasileira, portanto, agora, compete a nós, Constituintes zelarmos para que os fundamentos morais e éticos da família não sejam deturpados de uma maneira indecorosa e desrespeitosa, sobretudo quando se percebe a utilização do sexo como panacéia e engodo para inúmeras pessoas, e que tem sido usado de maneira deletéria.

Sr. Presidente, não somos contra o sexo, mas a maneira como o tem deturpado é incompreensível. Não apenas a deturpação através das chamadas revistas masculinas e dos demais veículos de comunicação, mas igualmente agora, através da utilização de menores, como este caso de uma criança de dez anos. É uma incoerência dos meios de comunicação, que, a um tempo, conclamam Srs. Constituintes, o respeito aos assuntos fundamentais do cristianismo, que regem o povo brasileiro, e de outra forma, difundem os apelos mais ousados, deturpando o bom senso e princípios morais. Agora, como se não bastasse, o Ministério da Justiça exclui setores que pela sua formação e responsabilidade perante significativas parcelas das comunidades brasileiras, como é o caso das

igrejas, não poderiam deixar de integrar esse Conselho Superior de Censura.

Deixo aqui, Sr. Presidente, o meu apelo ao Sr. Ministro da Justiça, Dr. Paulo Brossard, para que reconsidere esta sua decisão. E me coloco à disposição de S. Ex^a para uma discussão mais aprofundada deste tema de tamanha importância para a vida da sociedade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. OSWALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes.

Desde que aqui chegamos, vimos e assistimos a passagem por esta tribuna de um grande número de oradores. Tivemos o imenso prazer de ouvir aqui os mais brilhantes tribunos, uma vez que desta Assembléia participam as maiores expressões culturais, intelectuais e políticas do País.

Sinto-me feliz em fazer parte desta Casa, mesmo como um dos seus membros mais modestos, e por ter o privilégio de usufruir da sabedoria, da grande capacidade das Sras. e Srs. Constituintes, enriquecendo-me com os seus conhecimentos e suas virtudes.

Como não poderia ser diferente, a Constituinte sempre é o grande tema. A palavra Constituinte, inegavelmente foi, no último ano, a palavra mais pronunciada.

Quanta esperança para o povo sofrido, quantos sonhos em cima da palavra constituinte, esperança de riquezas, de dividir os bens, quanto ódio semeado, em cima da demagogia barata, onde os problemas do povo desapareciam como mágica.

O ser humano é insaciável materialmente; quanto mais tem, mais quer. Por vezes, não se satisfaz apenas com bens materiais; quer mais, quer dominar seus irmãos, vai em busca de poder, investido numa pequenina e frágil autoridade. Empreende perante os homens tão fantástica missão, que faz, no céu, os anjos chorarem. Somos todos orgulhosos vaidosos, iluminados pela ganância dos que querem dominar, devorar, massacrar os que dependem de nós. Este é o perfil do ser humano: sem alma, sem coração, sem fé em Deus.

Assim como aqui estamos elaborando uma nova Constituição, com esperanças de leis mais justas e mais humanas, também o foi há milhares de anos quando os homens ainda não tinham uma constituição, nos tempos primitivos, quando, no lugar das leis, prevalecia a força, o olho por olho, o dente por dente. Foi, então, que Deus, através de Moisés, deu aos homens uma Constituição, para que, dessa forma, pudessem ter uma vida longa, na face da terra. Uma vida mais feliz, mais fraterna e mais humana, onde pudesse reinar a paz. Essa constituição tinha apenas dez artigos, tão verdadeiros como eternos, tanto que, até hoje, é a Lei de todas as leis, os chamados Dez Mandamentos.

Por isto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a nossa preocupação é grande para que a nova lei possa trazer as reformas tão almejadas pelo povo, embora nos pareça que quase tudo o que foi tratado até aqui girou em torno de materialismo, desde a maioria dos pronunciamentos até às aspirações do próprio povo. Claro que todos desejamos melhores condições materiais para a nossa gente. Gostaríamos que todos pudessem ter em abundância tudo do melhor, que jamais faltasse o pão, que os bens pudessem ser divididos e cada um saciado os seus desejos materiais. Agora pergunto às Sras. e Srs. Constituintes; será que somente as coisas materiais irão resolver os problemas? Se a parte material, sozinha, pudesse

satisfazer o coração humano, não teríamos ricos infelizes, vivendo frios e indiferentes, sem alma, sem sentimentos e com os corações petrificados.

As leis, sozinhas, não vão trazer a justiça social, jamais; as leis, por si, são frias, e por isso mesmo, na grande maioria das vezes, manipuladas ou fraudadas.

Por esta razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, além das reformas que se fazem necessárias, não podemos deixar de preservar, na nova Constituição, aquilo que os nossos antepassados nos delegaram, com suor e lágrimas, que é o temor a Deus, a fé e a voz da consciência. Não podemos negar o direito às crianças de conhecerem Deus, de conhecerem avido e os mistérios de Jesus Cristo, o qual veio para nos livrar da morte e, pela primeira vez, pregar o amor entre os homens.

A humanidade, por todos os tempos, através dos séculos, sempre teve e continua tendo, como maior obstáculo, a morte. Ninguém quer morrer, todos queremos viver eternamente. E isto só conseguiremos através da fé; é claro, como a luz do dia, que somos imortais pelo espírito, pela alma, pois somos um pedaço do próprio Deus.

Quando e onde começa a voz da consciência? Na família. A família ainda é a célula mater da sociedade. Na família começa a primeira educação, quando a criança está nos braços da mãe, quando a mãe e o pai tanto falam ao coraçãozinho meigo e delicado, almejando que ao crescer seja um filho querido, que saiba conviver com a sua família, com a sua comunidade e com a sua Pátria, não se tornando um marginal ou um criminoso, depois dessa primeira educação, vem a escola, que é a extensão do próprio lar, onde, através de bons mestres, é dada continuidade desses sadios princípios.

Por este motivo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é dever nosso garantir, através da nova Constituição, o direito a todas as crianças de aprenderem na escola, um pouco sobre os mistérios de Deus; precisamos incluir, no currículo escolar do primeiro grau, a obrigatoriedade do ensino religioso, com liberdade de todas as religiões.

Se fôssemos analisar aqui o porquê do grande índice de criminalidade nos grandes centros, de tanta violência, chegaremos ao ponto de quando quisermos passear tranquilos em qualquer cidade maior do País ou no mundo inteiro, temer o nosso irmão como se ele fosse um lobo, um leão a nos assaltar, a nos devorar, a nos matar. Somos obrigados a nos esconder atrás das esquinas com medo de sermos mortos ou assaltados.

Os assaltantes e os marginais se tornam assim porque são seres humanos sem alma, sem consciência e sem Deus. Por vezes, nós mesmos, afetados pelo mundo materialista que nos cerca, deixamos nossa consciência adormecer, ao redor de nosso coração se via uma casca, o coração fica petrificado. Muitas vezes passamos anos assim indiferentes e frios, mas, no fundo do nosso coração, está aquela pequenina semente que as nossas mães com muito amor ali colocaram. Até que, de repente, ouvimos uma doce e suave canção natalina ou o badalar de um sino, num domingo de manhã ensolarada, ou quando subitamente Deus chama a pessoa mais querida de nossa família para a sua morada. Então, quando menos esperamos, essa casca se quebra e o nosso coração outra vez se torna mole, se derrete como um pedaço de gelo quando colocado sobre uma mesa, fazendo-nos sentir uma grande dor no peito, uma sensação da presença de um mistério, que nos acalenta, nos conforta, que mexe conosco,

ao ponto de umedecer as nossas pálpebras e, sem saber como e por que, sentimos correr pela nossa face uma rasa lágrima.

Desejo, Sr. Presidente, Sr^s e Srs Constituintes, que a nossa gente, que o nosso povo, além de se realizar materialmente, possa viver feliz e sentir-se em paz consigo mesmo e com os irmãos que nos rodeiam.

Infelizes os falsos líderes que andam soltos, pregando e envenenando principalmente os nossos jovens. A vida é curta demais para vivermos recalçados e com os corações envenenados.

Enganam-se aqueles que acham que tudo estaria resolvido se fôssemos ricos e tivéssemos bens materiais em abundância. Poderíamos ter o mundo inteiro aos nossos pés, de nada adiantaria se não tivéssemos paz no nosso coração ou tranquilidade na nossa consciência.

Queremos unir o útil ao agradável, tudo que podemos desejar para o nosso conforto material aliado à voz da consciência, da fé, do respeito e da dignidade da pessoa humana, para vivermos em harmonia.

Portanto, conclamo atadas as Sr^s e Srs Constituintes que seja incluído como matéria obrigatória, no currículo escolar, o ensino religioso às crianças, pois elas não podem optar e nós temos que fazer isto por elas.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. (Muito bem! Palmas.)

O SR. RICARDO IZAR (PFL-SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Depois de 40 dias, aproximadamente, de debates, deveremos votar o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. E depois de 40 dias de trabalho, de luta, de empenho, alguns absurdos ainda continuam, dentro do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, e um deles é o art 23. E eu não poderia, de forma alguma, Srs. Constituintes, deixar de fazer uso da palavra, neste instante, para comentar o art 23, que exige as trinta mil assinaturas para que a nossa comunidade fosse representada na Assembléia Nacional Constituinte. Esse artigo penso tem apenas demagogia, esse artigo não pode ser executado. Ninguém é capaz de trazer à Assembléia Nacional Constituinte 30.000 mil assinaturas com o nome completo, com endereço com o documento de identidade, com o Título de eleitor. Isto é uma mentira, isto não existe, não há possibilidade e não vamos poder nem conferir isto.

Além do mais Srs. Constituintes não abro mão da minha representatividade neste Congresso e na Assembléia Nacional Constituinte, porque a representação do povo somos nós que estamos representando esta comunidade. Na realidade, não há necessidade destas assinaturas. Não abro mão dos meus 56 mil votos.

Na realidade, também, outros artigos – arts. 13 e 14 dão condição para que a comunidade, para que o povo possa participar. Pelo art. 13 as Assembléias Legislativas, as Câmaras Municipais, os Tribunais, as associações de bairro poderão trazer a esta Assembléia suas sugestões.

Esta é a realidade. Votarei contra este artigo, apesar de o meu Partido, reunido hoje de manhã ter decidido não votar contra o destaque. Alguns deputados do meu Partido votarão sim, contra esse artigo, Não podemos admitir que no Regimento de uma Assembléia Nacional Constituinte haja uma demagogia tão grande e tão mentirosa. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT – AM. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs Constituintes:

Os trabalhos deveriam ater-se à discussão dos assuntos referentes à futura Carta Constitucional do País. Entretanto, o que se observa, ao procurar voltar às bases que nos elegeram, para aqui sermos representantes junto à Assembléia Nacional Constituinte, verifica-se que o povo brasileiro está muito mais angustiado, muito mais sofrido, muito mais penalizado, no que diz respeito aos aspectos econômicos e às consequências da crise que se agravam a cada dia.

Embora reconhecendo que devamos acelerar a elaboração da nova Carta Constitucional, como representante popular, não podemos descurar de discutir as incongruências, têm sido constituídas no problema de condução da política econômica e, também da política financeira do Governo atual.

Durante esse período carnavalesco, voltei ao Amazonas e andei no interior do Estado, e lá o que vimos? É que, antes de pedir e solicitar qualquer coisa em relação à Nova Constituição, havia muito mais uma preocupação com o achatamento salarial. Há, inclusive, uma expectativa os dias em que houve um consumo desenfreado da poupança nacional, já se apresenta agora um período de crise, um período que se assemelha, inclusive, com a passagem bíblica das sete vacas gordas e, em seguida das sete vacas magras. Este período de dificuldades para a minha Amazônia Ocidental, para o meu Estado do Amazonas, é, sobre tudo, um período que traz lembranças de diversas políticas tentadas para o desenvolvimento da área, e que, diante de responsabilidades momentâneas, diante de dificuldades geradas por aqueles que não conhecem a Amazônia, voltou aquela Região a situações de dificuldade, a refrear o seu desenvolvimento e, às vezes, até de abortar projetos que reconhecidamente poderiam propiciar melhoria para a área.

É velha e antiga a tese de que a Amazônia deve ser desenvolvida. Data, naturalmente, dos primeiros esforços do período colonial, das iniciativas de Pombal de ali constituir uma sesmaria com alguns donatários do Reino. Também é antigo o inimigo, o adversário que, sempre quando a região começa a tomar algum impulso, parece que o resto do Brasil quer guardá-la subdesenvolvida como é.

Quando no Governo Hermes da Fonseca fez-se nova tentativa de desenvolvimento, logo em 1911, a Amazônia começou a regredir. Naquela altura, o veículo natural, o projeto principal era exatamente o aproveitamento dos recursos gerados pela exportação da borracha. Depois, veio a SPVEA. e, recentemente, veio a Zona Franca, que, inclusive, teve sua legislação espalhada por toda a Amazônia Ocidental. O que vemos hoje? Qualquer dificuldade que o País tem logo a Zona Franca começa a sofrer. É a primeira que apresenta os sinais de sofrimento. Na hora, dos benefícios talvez, é, a última que se apresenta, é a última que é lembrada, a Amazônia Ocidental é a primeira a ser chamada ao sofrimento.

Gostaríamos só de alterar, Sr. Presidente, antes de encerrar nosso pronunciamento, que hoje, no Vale do Juruá, numa região que já foi próspera, que hoje continua lá para dizer que é Brasil, a enchente, o rio, avassaladoramente, começa a destruir as esperanças do povo daquela área e não vemos o Governo Federal nem propiciar à SUDAM nem mover o Ministério do Interior para começar a se preparar para as dificuldades que teremos na ocasião da vazante dos rios.

Fazemos um apelo, aqui, à SUDAM e ao Ministério do Interior, para que comecem a traçar um plano, para que não ocorra no Vale do Juruá, com a enchente do presente ano, o que sempre ocorreu, ficando aquela população sem nenhuma atenção da parte do Governo Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ANTONIO CARLOS KONDER REIS (PDS – SC Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Formalmente esta e as sessões que se realizaram neste plenário, a partir de 1º de fevereiro, foram sessões da Assembléia Nacional Constituinte. Aqui discutiu-se longa, e eu diria mesmo penosamente, o tema da soberania desta Assembléia.

Na sessão de ontem o Deputado Adylson Motta, com precisão e oportunidade, chamou a atenção da Casa para a distinção entre soberania e exclusividade.

De fato, Sr. Presidente, seja pelos termos do ato convocatório, a Emenda nº 26, de 1985, seja pela realidade que estamos vivendo, se a Assembléia Nacional Constituinte deve ter prioridade, não há como o Congresso Nacional, Poder Legislativo, fugir ao dever de abordar, enfrentar, equacionar e tentar resolver os problemas que o povo encaminha a esta Assembléia, problemas não direto e imediatamente ligados ao trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, mas problemas importantes, urgentes, que o povo coloca perante os seus Representantes na busca de uma solução capaz.

Tenho ocupado esta tribuna com a preocupação de ater-me a assuntos da Assembléia Nacional Constituinte, especialmente no que se refere à elaboração do seu Regimento Interno. Hoje, não sem algum constrangimento, devo ocupar a atenção da Casa para questões que dizem de perto ao interesse do povo catarinense. O fato de essas questões serem encaminhadas não só a mim como a todos os Srs. Deputados e Senadores Constituintes, é a demonstração mais viva e mais forte de que, se nos ativermos exclusivamente à tarefa de elaboração da Constituição, que deve ter prioridade, mas não exclusividade, estaremos dentre em pouco, vivendo neste plenário um clima surrealista. O povo não terá resposta às questões que legitimamente coloca, através dos seus Representantes, à consideração e à deliberação desta Casa do Senado da República – e desta Casa, quando assim me refiro, falo na Câmara dos Deputados, cujo recinto a Assembléia Nacional Constituinte ocupa – ao Congresso Nacional, sem prejuízo dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Srs. e Sras. Constituintes, não quero aqui fazer um exercício de futurologia, mas não de viver, constituídas as Comissões temáticas, organizada a Comissão de Sistematização, voltado o trabalho de elaboração da Constituição para esses órgãos técnicos, os Srs. Constituintes e as Sras. Constituintes vão viver aqui, no plenário, um clima singular. O Poder Legislativo vai-se esvaziar, se não tivermos a oportunidade, nas sessões da Câmara, nas sessões do Senado, nas sessões do Congresso Nacional, sem prejuízo das reuniões da Assembléia Nacional Constituinte, a hora e a vez de cuidar dos assuntos de interesse nacional e de interesse regional, que são da nossa responsabilidade e da nossa obrigação trazer ao conhecimento do Poder Legislativo.

Hoje, Sr. Presidente, peço a atenção do Governo da República, especialmente do Sr. Ministro dos

Transportes, para a questão da BR-101, especialmente nos 465 Km que cortam o litoral de Santa Catarina.

A primeira estrada federal pavimentada que atendeu ao Estado de Santa Catarina foi a BR-116, na década de 40. Nos inícios da década de 50, começaram as obras de construção da BR-101, a estrada mais importante de Santa Catarina. Só na década de 70 foram concluídas as transversais, as estradas no sentido leste-oeste: BR-470 – BR-Dona Francisca – e BR-282. Hoje, a BR-101, conforme telegrama que recebo da Câmara Municipal de Joinville, vive um quadro dramático. São 465 km com um tráfego médio de veículos-dia da ordem de 9.209. Em 1986 ocorreram, nesse trecho da BR-101, 3.307 acidentes, 9 acidentes por dia. Esses acidentes envolveram 5.809 veículos. Ocorreram nos locais dos acidentes 335 mortes. A estimativa de morte nos hospitais, nos prontos-socorros, decorrentes desses acidentes, alcança a percentagem de 20%. Assim, tivemos mais de um acidente fatal por dia na BR-101, trecho de Santa Catarina. Os feridos alcançaram o número de 2.962, 8 vítimas por dia.

Com esse quadro, Sr. Presidente, a comunidade catarinense, especialmente a região do litoral, vive momentos de insegurança, de intranquilidade e diria mesmo de perplexidade.

A BR-116, no trecho Rio de Janeiro-São Paulo-Curitiba, já é dotada de duas vias: a Estrada Curitiba-Joinville atende ao tráfego de demanda ao Sul do Brasil, e Rio Grande do Sul, é servido por uma estrada de primeira qualidade, a Via Expressa Osório-Porto Alegre. O trecho catarinense hoje se constitui num ponto de estrangulamento, com mais de uma vítima fatal por dia, com um movimento de cerca de 10 mil veículos/dia e com um número de acidentes que está beirando a casa dos 4 mil.

É indispensável que o Governo da União transforme em ação as promessas, as lembranças, os acenos, no sentido de dar pronta e completa solução a esse problema, problema que não diz diretamente à Assembléia Nacional Constituinte, à elaboração da Constituição, mas é dever do Representante do povo catarinense que ocupa a atenção da Casa colocá-lo perante a Nação e o Governo, para que tenha pronta e cabal solução.

É o apelo que desta tribuna, Sr. Presidente, dirijo ao Governo da República. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS NO SEU DISCURSO:

Joinville 17 de fevereiro de 1987

Da: Câmara de Vereadores de Joinville (SC)

Para: Exmº. Sr.

Deputado Federal Antônio Carlos Konder Reis (PDS)

Câmara dos Deputados

Brasília – DF.

Apraz-me transmitir a Vossa Excelência o teor da Moção n. 10-87.

De autoria do Vereador Alsione Gomes de Oliveira (PDS).

Na íntegra está assim concebida:

"Considerando que o excessivo número de veículos pesados que trafegam pela BR-101. Estão contribuindo para torná-la a campeã de acidentes a nível nacional, considerando que algumas medidas deverão ser adotadas para reverter essa triste realidade, a Câmara de Vereadores de Joinville (SC), acatando proposição do Vereador Alsione Gomes de Oliveira (PDS), propõem que seja cria-

do alguns incentivos, objetivando motivar parte dos motoristas a utilizarem a BR-116 para atravessar o território catarinense, dentre as medidas, tomamos a liberdade de sugerir duas. A primeira consistiria na criação de um bônus especial no preço do óleo combustível a segunda, implantação de restaurante e postos de serviços, com preços especiais para caminhoneiros, as margens da BR-116, tais medidas evidentemente viriam beneficiar os caminhoneiros que optasse trafegar pela BR-116 a fim de descongestionar a BR-101, a criação desses mecanismo de incentivo, sem dúvida, implicariam em estudos e composições, entendemos, no entanto, que face a terrível realidade que estamos enfrentando quase que diariamente, com um número de vítimas fatais cada vez mais assustador, é preciso criar mecanismo para contornar esses problemas. Nossas proposições, longe de serem inviáveis, poderão diminuir a legião descomunal de órfãos e viúvas que a BR-101 está produzindo com apetite cada vez mais voraz, João Pessoa Machado, Presidente em exercício."

O SR. MAURO SAMPAIO – (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

O Governo do Estado do Ceará prestou uma homenagem à memória do grande Líder cearense que foi Plácido Hederlaldo Castello, outorgando-lhe a "Medalha da Abolição", a mais alta condecoração do Estado do Ceará.

Plácido Castello foi um homem que exerceu atividades em diversos setores da nossa sociedade, destacando-se, em todas elas, pelo seu equilíbrio, pela sua inteligência e pela maneira sábia com que se conduzia. Foi homem de letras, professor universitário, historiador, fez parte do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras; Escritor, produziu, entre outras obras, a do "Barão de São Leonardo" e "História do Ensino Normal do Ceará".

Talvez a sua primeira função pública tenha sido a de Juiz da cidade de Juazeiro do Norte. Lá, identificou-se com a população da comunidade, ajudando-a em diversos setores, tendo, inclusive, fundado a primeira instituição financeira do município, o ex-Banco de Juazeiro do Norte. Também preocupado com o ensino, lá fez fundar a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte.

Em 1934, ingressou na política, elegendo-se Deputado Estadual e na política teve também atuação das mais destacadas, exercendo diversas funções no nosso Estado. Foi Secretário da Agricultura e da Fazenda; fundou o Instituto de Previdência do Estado do Ceará – IPEC, e o Instituto do Algodão; foi Deputado por diversas vezes; Governador do Estado, teve também uma obra administrativa do maior reconhecimento do povo cearense, tendo construído, dentre outras obras, a Estrada do Algodão, que corta todo o sertão cearense, a Estrada da Unha do Gato; humanizou a Penitenciária, mando o Instituto Penal Paulo Sarasate.

Foi um homem, Sr. Presidente, de grandes obras, todas construídas no silêncio da tranquilidade de seu comportamento. Recebeu com o AI-5 a redução brusca das rendas do Estado, quando o Fundo de Participação dos Estados e Municípios foi reduzido em 50%.

Pai de numerosos filhos, todos eles honrados e dignos, com função destacadas na nossa sociedade, não quis aproveitar o poder para fazer deles um político ou para exercerem funções importantes na vida pública. Sempre resguardou os interesses do Estado acima de tudo.

Foi, Sr. Presidente, homem de um comportamento político invejável, sempre trilhando pela mesma linha política do seu grande amigo que foi Olavo Oliveira

Foi, portanto, sábia a decisão do Governador Luiz de Gonzaga Fonseca Mota ao conceder a Plácido Castello a "Medalha da Abolição", fato que destaca a sua personalidade, na sua inteligência, a sabedoria nas decisões, lealdade com seus princípios e com seus amigos, qualidades que identificam a personalidade marcante que foi Plácido Castello no Estado do Ceará.

Lá estavam presentes à homenagem sua família, os seus amigos e o povo cearense, todos aplaudindo a homenagem sincera que o Governador prestava à memória desse insigne cearense. Em agradecimento àquela homenagem, o jornalista Dário Macedo, que foi seu Secretário na Casa Civil, pronunciou belo discurso, que passo a ler para que faça parte dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Diz Dário Macedo.

Num dos mais belos monólogos da dramaturgia universal, que é ao mesmo tempo um monumento à insensatez humana, Shakespeare colocou na exortação de Marco Antônio aos romanos essa sentença terrível e muitas vezes verdadeira. "O mal que os homens fazem, vive depois deles; o bem é muitas vezes enterrado com os seus ossos".

Graças à generosidade do eminente e prezado amigo Governador Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, num gesto que certamente merece o aplauso de tantos de seus conterrâneos, aqui nos reunimos, não para exaltar a memória do Governador Plácido Castello, mas para mostrar que as mais lúcidas e mais definitivas das sentenças, mesmo quando exaradas pelos gênios da raça humana como Shakespeare, nem sempre são justas nem definitivas. É por isso que, como o grande romano posso parodiar a imortal exortação para afirmar que este ato é a demonstração de que "o bem que os homens fazem consegue viver depois deles".

E se isso é verdade era relação a quantos espalharam o bem, justiça social com muito mais razão é verdadeira em relação a um dos mais insígnies homens públicos que o Ceará já produziu, entre tantas expressões de relevo nacional. O bem que Plácido Castello fez em vida, Sr. Governador, vive depois dele. É vive, sobretudo, porque sua vocação jamais admitiu que, deliberadamente, jamais fizesse o mal. Vive, Sr. Governador, no reconhecimento que Vossa Excelência, com esse gesto de magnanimidade, presta à sua memória, outorgando-lhe "Pos-Mortem", a mais alta distinção do Estado, a Medalha da Abolição.

Decidiu nossa sempre querida Dona Netinha, em escolha a que me envaidece orgulhar e emociona, de que eu procedesse o agradecimento em nome da família Companheira, fascinante, amiga leal e dedicada de Plácido Castello, Dona Netinha o ajudou nos momentos mais difíceis, dando-se às mãos às mesmas causas, que ele abraçou, sendo permanente e belo o exemplo por suas virtudes, fibra e doçura. Foi sem dúvida Plácido Castello aquele ponto de apoio sem o qual dificilmente se permite ao homem o desfrutar da paz de espírito, indispensável aos desafios de sua luta. Como primeira dama do Estado do Ceará semeou o bem, devotando como devotava Plácido, sua afeição pelos humildes. Balzac no hino de exaltação às mulheres es-

creveu "sentir, amar, sofrer, devotar-se será sempre o teste das mulheres". A ela nossa sincera e comovida homenagem.

É, portanto, em seu nome, de seus filhos, genros, noras, netos, todos familiares enfim, que falo nesta hora.

A família do Dr. Plácido Castello, a que me agreguei na qualidade de genro e de seu auxiliar direto como Chefe da Casa Civil, e amigo, sabe, sente e sofre mas também se rejubila e se orgulha de seu edificante exemplo que foi a marca registrada de toda a sua permanência entre nós. Sabe que esta homenagem é justa no reconhecimento de suas qualidades humanas. Sente o calor da solidariedade de quantos o conheceram em vida, e sofre com a sua ausência jamais apagada nos fastos de sua vasta e fecunda descendência.

Se é verdade que os nomes expressam o sentido de cada vida humana, nenhum seria mais próprio para exprimir esse exemplo de devotamento à vida pública, do que o de Plácido Castello, na homenagem que lhe prestou a Câmara dos Deputados, ao ensejo de seu falecimento, seus ex-auxiliares, seus colegas de representação e algumas das mais expressivas figuras da vida política brasileira, todos unanimemente ressaltaram que sua mais evidente e reconhecida virtude foi a humildade. Virtude que, em vida, representou a ponderação de seus atos, a serenidade de seu comportamento e o equilíbrio em todas as atividades. Placidez de estadista, serenidade de espírito e equilíbrio de atuação, Sr. Governador, dão virtudes cívicas e humanas cada vez mais raras entre nós. Elas foram, ao panágio de sua existência de homem público e foram, ao mesmo tempo, o maior ornamento de sua vida provada. Essa serenidade, essa placidez, no entanto, jamais significaram renúncia ao exercício de sua autoridade. Muito ao contrário: moveram-lhe para uma ação construtiva que se iniciaria na cidade de Juazeiro do Norte – onde o filho de Mombaça – que descrevia como romantismo dos puros a travessia em busca da mãe-terra – domando o vigor das águas do Banabuiú – às conquistas que se seguiram como Juiz de Direito, Parlamentar, de desbravador – de que é exemplo a Escolha Normal Rural de Juazeiro do Norte – A fundação do IPEC, do Instituto do Algodão, do Banco de Juazeiro até a magnífica obra que marcou indelevelmente sua passagem pelo governo do Ceará. Seria impossível, cansativo até, que me debruçasse na citação de suas obras de cunho material, ou se me entendesse ao que fez ele no campo da energia elétrica da educação, saúde pública, rodovias, cultura, agricultura, na construção deste palácio –, obra iniciada pelo saudoso governador Parsifal Barroso na humanização do sistema penitenciário. Um seu ex-secretário, o Sr. Marcelo Linhares dizia-me – "o governo do Dr. Plácido Castello foi um período de lutas, mas de grandes satisfações pessoais. Trabalhar sob o seu comando era um prazer, pois via sempre nele a luta pelo bem comum". Ou como acentuou outro auxiliar. Dr. Mauro Sampaio – "Governa como fez Plácido Castello foi uma paixão. E ao supervisionar os superiores escalões administrativos do Ceará, num ciclo revolucionário, não omitiu, em qualquer instante, sua índole eminentemente pacifista".

Era ela assim, usava as medidas que medem os valores e alcançava as áreas morais

onde a fauna humana desenvolve a sua marcha. E enfrentava o delírio próprio daqueles tempos.

Como membro dos Três Poderes do Estado, quer na Magistratura, quer na representação do Legislativo, quer como Secretário, Prefeito de Fortaleza e Governador do Estado, ou como intelectual-jornalista, fundador de **A Farpa**, com Paulo Sarasate e Perboyre Silva, integrando o Instituto Histórico do Ceará e a Academia Cearense de Letras foi sobre tudo justo, humano, honrado e inatacável na sua devoção às causas que abraçou. Homem de iniciativa e estadista de visão, ele serviu antes de mais nada ao bem comum com o mesmo rigor com que deu exemplos à sua bem formada família.

Todas essas razões, Senhoras e Senhores, dizem bem da dimensão do ato que hoje aqui se materializa e exprimem o sentido do seu gesto que é, ao mesmo tempo, de grandeza e de gratidão a quem deu a vida a seu povo e o melhor de seus esforços a sua gente. Plácido Castello se mantém, por toda sua existência e na vocação que desde cedo revelou para o exercício do **munus** público, uma personalidade excepcionalmente dotada, na medida em que jamais negou o pleno exercício de suas reconhecidas virtudes, fossem quais fossem as circunstâncias, até mesmo na adversidade.

O preito de homenagem que lhe rende o Governo do Estado é a melhor demonstração de que seus exemplos frutificaram e de que os frutos que colheu na vida, continuam a servir às novas gerações para que possam perpetuar o seu inesquecível legado.

O bem que os homens, fazem. Sr. Governador, vive depois deles. E o bem que Plácido Castello espalhou em vida sobrevive neste merecido tributo à sua memória que, hoje, aqui e agora, reverenciamos neste ato de fé, que é também uma demonstração de amor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. CELSO DOURADO (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes:

A região de Irecê, na Bahia, experimenta, agora, um dos momentos mais críticos. A seca que assola a região tem levado os pequenos, médios e grandes agricultores ao desespero. Os trabalhadores rurais já não encontram trabalho. A perda da agricultura naquela região é total. Isso tem criado um ambiente de insegurança, de incertezas, de dúvidas e, de certo, sobressalto e angústia a essa região.

Em função de tudo isso, os agricultores, os trabalhadores rurais e os comerciantes estão inseguros e decidiram, no dia de ontem, fazer uma manifestação pública contra a alta exorbitante dos juros. Nunca os cartórios de Irecê tiveram tantos títulos protestados. Contas, dívidas que foram contraídas, são consideradas, a esta altura, absolutamente impagáveis, porque os juros estão multiplicando de maneira descontrolada os débitos.

Na manifestação de ontem – de agricultores, de comerciantes e de trabalhadores mais –, que poderia ser inteiramente pacífica e tranqüila, um comandante do Destacamento de Irecê decidiu reprimir, coibir a manifestação, coisa que nunca aconteceu naquela região, nem mesmo no período autoritário militarista, quando, em muitas oportunidades, colocamos à frente do Banco do Brasil

centenas e centenas de tratores, de carroças, de trabalhadores e de pequenos agricultores com suas ferramentas, para protestarem contra a maneira como eram tratados. Mesmo naquele período essas manifestações foram levadas a sério e alguma providência, ainda que não fosse totalmente satisfatória, foi tomada. Ontem, em Irecê houve uma reação, uma repressão aos agricultores. Um agricultor que conseguiu chegar à frente do Banco do Brasil com o seu trator foi ameaçado de prisão. Quando esse agricultor discutia com o Comandante do Destacamento, um ex Prefeito da cidade, Meni Nunes Dourado, ex-Presidente da EMATER, atual Presidente do Diretório do PMDB de João Dourado, protestou contra o policial e ele, sim, é que foi levado preso, jogado no camburão. A população, indignada, reagiu – foi à cadeia, exigindo a soltura daquele cidadão honrado e muito bem conhecido naquela região.

Sr. Presidente, a nossa palavra é para protestar contra esse comportamento. Não sabemos quem respalda a atitude desse policial, quem está atrás. Não creio que seja o Governador do Estado, que está no final do seu mandato, está mais como espectador dos últimos dias do seu mandato. Não creio que seja o Presidente da República – seria um absurdo! Mas quem está atrás dessa autoridade arbitrária? Quem é o poderoso chefe? Quem é a figura autoritária que transmite a esse policial o direito de atingir a vida de um cidadão? Não podemos aceitar. Este País tem uma história, marcada pelo autoritarismo. Mesmo quando estamos tentando construir uma prática democrática, estes comportamentos indignos, nefastos, arbitrários, surgem e nós deixamos passar tranqüilamente.

É uma comunidade que sofre as agruras da seca, mas sofre mais quando esse tipo de atitude é tomada com o desrespeito ao homem trabalhador, com o desrespeito àqueles que querem o bem da comunidade e que estão apenas protestando diante de uma realidade que cai sobre eles, uma realidade impossível, uma realidade que não podem modificar. A única coisa que podem fazer é protestar.

Fica, aqui, Sr. Presidente, o nosso protesto e a expectativa de que alguma providência seja tomada. Encaminharemos o assunto ao Ministro da Justiça e esperamos que haja uma resposta a estas nossas indagações; quem dá respaldo, quem dá direitos àquele policial de agir de maneira tão arbitrária, mesquinha, indecente e desumana?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, manifesto rapidamente o meu apoio a uma comissão de portuários, presidida pelo Sindicato dos Operários Portuários de Santos, que está em contato com as autoridades do Ministério dos Transportes e da PORTOBRÁS, exigindo a readmissão dos 46 companheiros demitidos por ocasião da greve do porto de Santos.

O ponto central do meu pronunciamento aqui, Sr. Presidente, é usar este pinga-fogo para me pronunciar contra o que vem sendo comentado, o que vem sendo articulado, o que vem sendo badalado como o grande acordo da Assembléia Nacional Constituinte para a aprovação do seu Regimento Interno. Esse grande acordo vem sendo feito através de uma emenda, a Emenda Maurílio Ferreira Lima, emenda que, na verdade, em nome da soberania da Constituinte, coloca

essa soberania numa pequenez muito grande, para não usar palavra mais forte, que ficamos até duvidando dos propósitos verdadeiros de defesa da soberania nessa Emenda Maurílio Ferreira Lima.

A questão crucial que está em debate nesta Constituinte – e devemos dar nomes aos bois, Sr. Presidente – é a seguinte: a Constituinte vai revogar o passado ditatorial materializado nas medidas de emergência, no estado de emergência, no decreto-lei, no decurso de prazo, na Lei de Segurança Nacional, na Lei de Greve ou não? É esse passado ditatorial que a maioria conservadora do Constituinte, através de um acordo da Emenda Murílio Ferreira Lima, tenta preservar pela própria Assembléia Nacional Constituinte. É esse passado ditatorial que nós do Partido dos Trabalhadores queremos revogar, através de um ato de soberania política da Assembléia Nacional Constituinte.

É necessário analisar a lógica da transição conservadora. Este é outro aspecto que está em jogo nessa emenda, nesse acordo, porque a transição conservadora, reacionária, autoritária, que consagra os privilégios de uma minoria neste País, o que essa maioria não quer é correr o risco, Sr. Presidente, é perder os privilégios, essa maioria não quer correr o risco, de ter esses privilégios ameaçados. É exatamente por isso, com medo de correr o risco de ter como tutelar a Assembléia Nacional Constituinte aos interesses dessa maioria, para submeter a Constituinte a não se colocar acima dos poderes do Presidente da República nem acima da atual crise econômica.

Quando discutimos aqui, na Constituinte, a soberania, esta questão tem sido colocada de maneira maldosa, de maneira equivocada perante os meios de comunicação: a soberania é uma questão de filigrana, é uma questão secundária. Não é, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. A soberania é uma questão crucial, porque, se esta Constituinte não tem soberania para revogar o passado ditatorial, esta Constituinte não vai ter soberania na elaboração da nova ordem econômica, política e social, de exatamente representar uma mudança profunda, de acordo com os anseios dos trabalhadores e das massas populares.

É contra esse acordo que se curva ao Palácio do Planalto, contra esse acordo que se curva à Liderança do PFL, que nós, do Partido dos Trabalhadores nos rebelamos, e advogamos aqui, perante o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, aprovar a Emenda Maurílio Ferreira Lima representa um assassinato contra a própria soberania da Assembleia Nacional Constituinte. Não adianta a Assembléia Nacional Constituinte ter soberania, quando ela é ameaçada. A Assembléia Nacional Constituinte tem que ter soberania para analisar politicamente as medidas do Governo; tem que ter soberania para revogar o entulho autoritário; tem que ter soberania para fazer indicações, através de normas constitucionais, de como gerir, de como administrar a atual crise.

Não adianta falarmos em soberania na Assembléia Nacional Constituinte se os marítimos estão aprisionados dentro dos navios, através de uma intervenção armada, de uma intervenção direta da Marinha de Guerra, numa luta legítima dos marítimos. Não adianta discutirmos a soberania se os trabalhadores estão sendo cassados nas empresas estatais e nas empresas privadas, através de demissões políticas. Não adianta falarmos em soberania se amanhã podem ser decretadas medidas de emergência. Não adianta falar em soberania se está aí o tacão da Lei de Segurança

Nacional. E aqueles que apoiam a Aliança Democrática no Colégio Eleitoral dizem para nós do PT: "Este é o primeiro passo para depois avançarmos."

Qual é a lógica? É exatamente de recuo em recuo. Até no mandato presidencial já prepararam um recuo. Na ida ao Colégio Eleitoral, o mandato presidencial era de 4 anos e agora parece que pode ser de 6 e, quem sabe, numa negociação, chegar a 5 anos.

Quando se dizia que era necessário revogar o entulho autoritário, e apresentamos emendas no Congresso Nacional, na Legislatura passada, dizia-se para nós que essa era tarefa da Assembléia Nacional Constituinte. Quando dizíamos aqui, através da Comissão Mista que apreciava o ato convocatório, que era necessária uma Constituinte livre das medidas repressivas, respondiam: "Não, quando a Constituinte se ela é soberana."

Agora, Senhores, a Constituinte se instala e declaram que não é soberana para ajustar contas com o passado ditatorial e com os interesses conservadores que presidem o Governo José Sarney e a Aliança Democrática.

Por isso é que vamos batalhar, vamos lutar, para que a soberania não seja negociada num acordo que, na verdade, significa colocá-la, através de uma emenda que reflete a própria trajetória da soberania, de uma posição aparentemente radical para uma posição hoje, que digo até fisiológica, de transformar essa soberania numa piada, num conto de fadas.

Não queremos compactuar com isto. Assim, vamos exigir que os Srs. Constituintes se pronunciem, através do voto nominal, se querem a Constituinte soberana, para revogar o entulho, ou se querem fazer uma Constituição convivendo com o entulho autoritário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

A SRA CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Sr@s e Srs. Constituintes:

Em seu funcionamento excepcional, a Câmara dos Deputados deverá debater questões de grande relevância para o País.

Entendo, Sr. Presidente, que a crise de energia hoje é crucial para a economia do Nordeste. As repercussões, ousado dizer, são as mais graves desde a grande seca. O que nos causa espécie, Sr. Presidente, é que a problemática regional, os desníveis de renda, a pobreza, a miséria de 1/3 dos brasileiros nordestinos é objeto de solidariedade apenas ira retórica governamental.

Não me refiro aos tempos da Velha República, onde se cultuou o capitalismo selvagem destruidor das minorias. Refiro-me aos novos tempos de uma presidente da República nascido no Nordeste. Os efeitos do racionamento de energia elétrica sobre a economia regional é perverso, com repercussões sociais, como o agravamento do desemprego, e efeitos econômicos da recessão.

É doloroso saber que, se apenas três máquinas estivessem funcionando em Itaparica, se apenas o lago não tivesse sofrido uma paralisação de 7 anos em suas obras, esta crise não existiria

Esta é uma crise do descaso, da irresponsabilidade administrativa. Há questões candentes que devem ser esclarecidas à Nação em geral e ao Nordeste em particular por que a paralisação das obras de duplicação da Linha Norte? Que prioridade nacional determinou o atraso de Xingó e Itaparica? Qual a responsabilidade administrativa da direção da CHESF?

Fica clara a omissão do Governo Federal – através do Ministério das Minas e Energia – como também dos governadores, que, com assento na SUDENE, preferiram calar-se a reivindicar.

É preciso que neste País se apurem responsabilidades. Punam-se os que por omissão cometeram tamanho crime contra uma região.

Um grupo de sindicalistas mirou um movimento reivindicatório no interior da CHESF. A esta atitude, que evidencia amadurecimento e competência de lideranças dos trabalhadores, a direção da CHESF respondeu com a demissão dos sindicalistas.

São estas, entre outras, Sr. Presidente, as razões pelas quais solicito a V. Ex^a a convocação e raordinária da Câmara dos Deputados para ouvir o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, cuja Pasta – só um idiota não sabe disto. – é diretamente responsável pela crise.

Entendo, Sr. Presidente, oportuno ouvir, por outro lado, S. Ex^a o Ministro do Interior – Ronaldo Costa Couto, que nos esclarecerá sobre as repercussões sobre a economia regional do racionamento hoje e do corte de energia amanhã no Nordeste.

Sr. Presidente, como jornalista e ex-funcionária da Empresa **Jornal do Comércio de Pernambuco** – uma organização de comunicação social que detém o controle de uma cadeia de rádio, TV e jornal –, considero ser da competência do Governo Federal a crise instalada e que paralisa a Organização.

Não estou apenas prestando solidariedade aos companheiros da Empresa **Jornal do Comércio**. Presto também a minha solidariedade. Contudo, vou além, ao encaminhar à Câmara dos Deputados pedido de informação ao Sr. Ministro Dilson Funaro, solicitando esclarecimento sobre empréstimos a juros subsidiados da Caixa Econômica Federal à Empresa **Jornal do Comércio**, que deveria pagar esses empréstimos com propaganda, e a onde foi parar esse dinheiro? É preciso esclarecer que esses empréstimos foram conchavos ainda da Velha República.

Solicito, outrossim, ao Sr. Ministro das Comunicações, Antônio Magalhães, esclarecimento sobre o quadro real das concessões de 5 rádios e um canal de televisão a esta empresa, que, por sua inadimplência, má-fé, incompetência administrativa e desprezo pelos trabalhadores, está a merecer enérgica intervenção do Poder Público. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso da Sra. Cristina Tavares o Sr. Mauro Benevides, Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, secretário.

O SR. DASO COIMBRA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Senadores Sras. e Srs. Deputados, no momento investidos na condição de Constituintes:

Hoje, quando chegava a esta Casa, várias pessoas me perguntaram: conhece os números, poderia fazer uma previsão se iremos votar hoje ou quando terminaremos a votação do Regimento Interno? Eu disse: É impossível ainda. E o colega perguntou-me: Como, se já houve um acordo! Sim, já houve um acordo entre os Partidos, mas, nesta Casa, infelizmente, há pessoas que gostam de falar a todo momento, sobre todos os assuntos, inventando questões de ordem e atrapalhando o serviço e a rápida tramitação dos trabalhos desta Casa.

Todos aqui somos genuinamente Deputados. Nenhum é mais genuíno do que outros. Todos

somos iguais, todos temos uma representação popular e, por isso, podemos ocupar esta tribuna. Há alguns que falam mais, porque recebem o título de Líder do seu Partido, e, embora o seu Partido seja pequeno, têm a oportunidade de todo dia ocupar o microfone e, às vezes, vêm até no Pequeno Expediente, onde os outros Deputados que não são líderes de Partido não podem falar, ocupar o espaço, já ocupado tanto no decorrer das sessões desta Casa.

Sr. Presidente, saúdo as Lideranças autênticas desta Casa que, reunidas convenceram-se de que estamos aqui num colegiado, onde não pode imperar a vontade de uma ou de cinco pessoas, temos que ter a média da vontade do eleitorado brasileiro.

Todos aqui representamos uma parcela do eleitorado, ninguém tem o direito de vir a esta tribuna dizendo-se melhor do que o outro, dizendo-se representante do povo, como se os outros do povo não fosse também representante.

Ora, Sr. Presidente, no instante em que nos vamos preparar para votar o Regimento Interno, queremos louvar a atitude dos Líderes de Partidos, que, reunidos, convenceram-se de que sem entendimento não chegaremos a uma conclusão, e sem conclusão não chegaremos a uma solução dos problemas do povo brasileiro. Enquanto inúteis forem as discussões sobre se somos soberanos ou não, não resolveremos nada.

Não conheço nenhuma mulher que diga que é honesta e faça propaganda de sua honestidade. Ela é honesta por si só, sem precisar dizer.

Seremos soberanos, sem estarmos preocupados em dizer, a toda hora, que queremos defender a soberania. Pelas nossas atitudes, pelas nossas posições, pela nossa pontualidade, pela nossa presença e pelo nosso trabalho é que provaremos ser soberanos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O povo está inquieto, o povo não consegue entender que, instalada a Assembléia Nacional Constituinte, a partir de então a sua vida passou a ser cada vez pior.

O povo não consegue entender, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que os vícios do Governo da ditadura continuem presentes na Nova República.

O povo não consegue entender, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que numa matéria relevante, como reajustes de aluguéis, o povo não seja ouvido.

O povo não consegue entender, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que numa nova tabela do Imposto de Renda, que mexe com 9 milhões de pessoas, o povo não seja ouvido.

O povo não consegue entender, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a ditadura não acabou, que o Governo, por intermédio do Executivo, continua ditando impunemente as normas para todo o País.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, está na hora de a Assembléia Nacional Constituinte dizer um basta ao Executivo pelos seus desmandos.

Esta Assembléia Nacional Constituinte, Sr. Presidente, está sendo desmoralizada perante a população, e todos nós e cada um de nós sentimos perante o povo o descaço que tem para com o Constituinte. Estamos sendo responsabilizados, nas nossas bases, pelos desmandos do Governo. Estamos sendo desmoralizados, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pelos erros do Governo. Estamos sendo desmoralizados pela desmoralização

internacional dos ministros. Para todo o povo brasileiro, que paga os erros deste Governo, continuamos de anjinhos. Os nossos líderes continuam no Palácio do Planalto apenas agradando ao Governo. O nosso Presidente continua sem querer atrair-se com o Governo, as lideranças não querem atrair-se como Governo e não participamos, absolutamente, de nenhuma decisão.

Sr. Presidente, está na hora de as Lideranças desta Casa e de o Presidente desta Casa tomarem, pelo menos, bríos, não permitindo a desmoralização da Assembléia Nacional Constituinte, que, digo a V. Ex^{as} e todos sentimos já está desmoralizada perante o povo não por culpa dos integrantes da Assembléia, mas por culpa da convivência das Lideranças da Maioria desta Casa, por convivência da Presidência da Casa com os desmandos do Governo.

Será que o povo vai entender que o Sr. Ulysses Guimarães concorde, por exemplo, com uma nova tabela do Imposto de Renda que atinge aos trabalhadores? E, mais grave do que isto, o gatilho salarial vai levar todos os trabalhadores a uma situação dramática, porque a alíquota incidente sobre os salários continua a mesma e na atualização, não do salário real, mas apenas da correção dos salários, o assalariado vai pagar mais Imposto de Renda e continuamos com o Sr. Sarney, com os Srs. Ministros, e nada acontece?

Entendo que, antes da instalação oficial, após a votação do seu Regimento, a Constituinte deva ser convocada extraordinariamente, para que possamos discutir, com o Governo, as medidas de interesse popular.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos pagando o preço de uma ditadura estabelecida neste País com os vícios da anterior e com a convivência das Lideranças desta Casa.

O Governo não tem o direito de desmoralizar os Constituintes e decepcionar o povo.

Exijo, Sr. Presidente, em nome da dignidade dos Constituintes, em nome da esperança do povo, haja uma convocação extraordinária, antes da instalação oficial da Assembléia Nacional Constituinte, quando da votação do Regimento Interno da Casa.

Hoje temos desculpas perante o povo; hoje dizemos que estamos votando o Regimento. Quero saber o que vamos dizer às nossas partes amanhã, quando a ditadura continuar implantada, porque toda a legislação emana exclusivamente do Executivo.

Aqui vai o meu protesto contra as atitudes do Governo feitas à revelia desta Constituinte. Se os Srs. Líderes estão sendo ouvidos, estão sendo ouvidos por conta deles. Não autorizo nenhum Líder a concordar em meu nome com os desmandos do Executivo. Não autorizo o Presidente da Casa a falar em meu nome nas medidas impopulares, como essas que continuam a ser tomadas.

Sr. Presidente, que seja convocada uma sessão extraordinária, para que possamos discutir os desmandos do Governo, porque estamos pagando o preço da desmoralização popular, quando nada devemos. Os devedores aqui são aqueles que se aceitam com o Executivo, aqueles que recebem favores do Executivo e querem agradar ao Executivo.

Não tenho interesse nenhum e sei que a maioria dos Constituintes não tem de agradar ao Executivo, mas temos a obrigação, antes de mais nada de cumprir os votos que nos foram dados na última eleição, com a esperança do povo nesta Constituinte, que, repito, está se desmoralizando,

não por culpa dos Constituintes, e sim por etapa daqueles que se julgam donos desta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADROALDO STREACK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Srs. Constituintes:

Pode parecer até paradoxal que eu compareça hoje a este Plenário Constituinte para pedire sugerir aos Srs. Constituintes a suspensão dos trabalhos e dos debates em torno da Nova Constituição, enquanto o Palácio do Planalto não oferecer a esta Casa elementos para que possamos trabalhar com segurança, diante da situação de perplexidade que vive a economia nacional.

Pergunto: quem, aqui, nesta Casa, sabe qual será o procedimento dos banqueiros internacionais com as autoridades brasileiras que pretendem rolar a nossa dívida? Quem sabe se, na metade do ano ou no final do ano, ainda estaremos envolvidos com os credores internacionais que, pelo jeito, vão aplicar um castigo, pelo fato de o Governo brasileiro ter decretado uma moratória unilateral?

Então, é uma situação que não nos autoriza a trabalhar sem conhecimento de causa.

Vamos fazer uma Constituição nova, espero, para os próximos 50, 100, 200 anos. Num clima de intranquilidade como este que estamos vivendo hoje, lhes pergunto: que tipo de texto vamos produzir dentro desta Casa?

É necessário que o brasileiro saiba que da cartola mágica da Constituinte, da Nova Constituição não vai sair mais arroz, mais feijão, mais carne, mais batata e todos esses produtos que estamos importando. Por isso, confesso a V. Ex.^a que, às vezes, me pergunto: o que estamos todos nós fazendo aqui, nesta Casa, sem suficiente conhecimento do que se passa neste País?

Suspendendo temporariamente os trabalhos de discussão da Nova Constituição, estaríamos inclusive, dando perante os credores internacionais, respaldo ao Governo na sua renegociação da dívida externa, porque, do jeito que as coisas vão, se a decisão dos credores internacionais for emperrada para daqui mais 3, 4, 5 meses, nós, que já temos pouco governo aqui, não teremos, então, governo nenhum e que tipo de Constituição nova vamos fazer sem um governo instalado e forte?

Sou homem de Oposição e ousou dizer aqui que não podemos permitir que o País fique sem governo. Do jeito que as coisas estão, com os credores internacionais fazendo o que bem entendem com os governantes brasileiros, brevemente estaremos absolutamente sem governo, porque é isto que infelizmente está acontecendo neste País, onde as pessoas insistem em dizer que não há problema nenhum, quando o País está incendiando.

Concluindo, sugiro aos Srs. Constituintes estudem a possibilidade de uma suspensão temporária dos trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, que tenhamos mais elementos, que o Governo no município desses elementos, para que possamos continuar trabalhando, e irmos ao encontro da expectativa da população, brasileira, que quer solução para os seus problemas, mas não de forma alienada, como uma grande parte deste Congresso Constituinte, está trabalhando.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ONOFRE CORRÊA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao retomar de um breve período de visita às comunidades que represento, pude verificar que há hoje um tema que domina a Nação e que ainda não foi objeto de discussão nesta Tribuna. O assunto preocupante no momento é a nova moléstia que assombra o mundo; a Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida, a AIDS.

A falta da tribuna regular da Câmara dos Deputados obriga-me a trazer, ao Congresso Constituinte, discussão dispar do nosso objetivo maior de elaborar uma constituição, mas casou-me espanto ver e ouvir as preocupações do nosso povo com esta nova doença.

Tenho acompanhado as atividades do Ministério da Saúde, buscando manter a população informada dos riscos e da forma de contrair a moléstia, contando com o relevante papel da Imprensa, a exemplo dos recentes programas das emissoras de televisão. Entendo que diante da gravidade é preciso avançarmos um pouco mais, e isto é possível.

A minha preocupação, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, justifica-se porque se tivermos hoje um combate enérgico a esta síndrome, evitaremos conviver com ela no futuro. Os exemplos de situações similares no passado não são animadores. Fomos incapazes de debelar a tuberculose e a hanseníase, como também não tivemos sucesso nas inúmeras tentativas de erradicar a malária e a doença de Chagas, tão comuns no Norte e Nordeste do País, sendo aqui oportuno destacar o esforço dos valorosos agentes da SUCAM, que diariamente desdobram-se no combate às pestes, com relevo especial para aqueles que executam seus serviços deslocando-se, muitas vezes a pé, dezenas e até centenas de quilômetros.

Se hoje agirmos com eficiência, evitaremos que a AIDS venha a tomar-se mais um caso de doença permanente entre nós. Os números niguém sabe ao certo. Entre os mortos, oficialmente há o registro de 982 pessoas dizimadas até dezembro de 1986. Mas, entre os vivos, quem está contaminado pela Síndrome da Imuno-Deficiência? Fala-se de 100 mil até 800 mil pessoas contaminadas no Brasil.

Encaremos a realidade, Srs. Constituintes, todos estamos expostos a ela, até mesmo aqui entre nós a doença tem livre acesso, porque ela não está mais restrita aos chamados grupos de risco. Atualmente quem busca saúde em um hospital pode encontrar a doença e voltar para casa setenciado à morte, com a agravante de não ter conhecimento dela, o que implica ainda numa maior propagação.

Algumas medidas urgentes podem ser tomadas para fazer-se um controle mais rigoroso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. Entendo que a gravidade nos impõe mesmo até a convocação do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), extraordinariamente, para, numa sessão única, tratar deste assunto, pondo na pauta a obrigatoriedade de testes no sangue do doador e o testes para identificação da moléstia em todas as pessoas que entrarem no Brasil, como já fazem os países mais evoluídos, pessoas provenientes de qualquer parte do mundo, com atenção especial para os que procederem do Norte do nosso Continente, cabendo ao INAMPS ceder a sua estrutura para a realização obrigatória desses testes, sem qualquer ônus para os migrantes e doadores.

Há décadas fala-se e da obrigatoriedade de testes nas transfusões de sangue, mas não há um proce-

dimento rigoroso nem padronizado em todo País. Atualmente são quatro milhões de transfusões que se fazem por ano no Brasil. E se o doador está infectado, como descobrir se não há o teste? E se um de nós precisar de tomar sangue em caráter de urgência? É tão grave este quadro que a obrigatoriedade que for estabelecida deve ser acompanhada de sanções de natureza profissional e criminal para os casos de descumprimento, o mesmo aplicando-se às autoridades de fronteira que não cumprirem as exigências de testes.

Este momento nos exige muita responsabilidade, mas as gerações de amanhã, quem sabe, ou as de hoje mesmo, não noslançarão as pedras da omissão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. (Muito bem! Palmas.)

O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Embora não seja a tribuna mais adequada, mas é a única que temos neste momento, gostaria de fazer aqui o registro da mobilização, que embora amenizada, embora sem o impacto inicial, hoje acontece nos diversos pontos do País, que é o Dia Nacional de Alerta do Campo. Esse movimento precisa ter a leitura correta por parte do Governo. Nós, juntamente com o Governo, temos que reconhecer que avançamos, que conseguimos melhorar as posições para os produtores. Conseguimos que o reajuste dos preços mínimos fosse 50% acima daquilo que inicialmente o Governo pretendia dar. Conseguimos amenizar um pouco a questão dos débitos dos agricultores do ano anterior. Mas temos que reconhecer que essas medidas que foram adotadas, que foram anunciadas e muitas ainda não implementadas, não corrigem a defasagem histórica de descapitalização que vive o agricultor brasileiro. É preciso que compreendamos a angústia, o desespero, o desestímulo dos nossos agricultores que hoje, nos mais diferentes pontos do País, das mais diferentes formas, manifestam o seu protesto, a sua insatisfação. E não é uma manifestação de confronto. É muito mais do que isso. Para milhares e milhares de agricultores, uma manifestação de desespero, uma manifestação que reflete a sua angústia pela dificuldade por que passa o campo. É preciso que o Governo não só implemente o mais breve possível, mais acelere a implementação, coloque os recursos realmente a nossa disposição, garanta a aquisição da safra, através dos preços que foram anunciados. E infelizmente isso ainda não está acontecendo na sua plenitude. É preciso que o Governo reanalise a condição dos juros agrícolas, reanalise a decisão de aplicar a correção monetária sobre os créditos agrícolas, porque se estamos tendo, este ano, uma grande safra, que é resultante da esperança, da motivação, que foi dada ao agricultor, graças ao Plano Cruzado, não é no entanto uma safra que o agricultor colhe com satisfação, pois em muitos dos casos – apesar, repito, de termos conseguido avançar nas pretensões iniciais que o Governo tinha – não, vem atender a necessidade dos nossos produtores. Por isso, Srs. Constituintes, nós que estamos aqui ainda na discussão preliminar da Constituinte, que vamos ter de analisar a questão da agricultura dentro do processo da discussão da Assembléia Nacional Constituinte com muita profundidade, é preciso que reflitamos, nesta data hoje, sobre a situação dos agricultores, que se manifestam dizendo do seu desespero, da sua insatisfação, num reconhecimento daquilo que conseguimos, e que o Governo não veja nisto um con-

fronto, que o Governo não interrompa o diálogo conosco e com os agricultores que se estão manifestando exatamente em função da angústia que vivem neste momento. (Muito bem!)

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Estamos resolvendo hoje e chegando ao fim da primeira grande batalha desta Constituinte, da batalha pela sua soberania, pelo direito de esta Assembléia construir livre e soberanamente o novo pacto social, político e econômico, uma nova Constituição.

Entendo que as forças do progresso, que as forças populares, chegam ao fim desta primeira etapa vitoriosas. Nós, com a nossa resistência, com a nossa capacidade ofensiva, com a competência, com a capacidade que tivemos de enfrentar a grande Imprensa, creio que dentro do nosso Partido, majoritário nesta Casa, e no conjunto das forças populares, com o indispensável e fundamental apoio dos partidos progressistas, dos partidos populares, poderemos votar hoje o Regimento, no dizer do Deputado Virgildásio de Senna, o mais progressista de todos os regimentos da nossa História republicana. Creio que ganhamos a batalha, creio que derrotamos os setores mais reacionários quando asseguramos para a Assembléia Nacional Constituinte a decisão constitucional, o direito de esta Assembléia tomar decisões constitucionais que alterem inclusive a Constituição, que sustem medidas do Poder Executivo ou do Poder Judiciário, assegurando a soberania a esta Assembléia. Creio que asseguramos a voz do povo como um direito, não como uma concessão, não como uma possibilidade, mas como um direito efetivo, na medida em que abrimos inclusive o precedente para que isso seja transformado em norma definitiva, para que o povo possa ter a iniciativa das leis via o requerimento popular. Estamos assegurando a possibilidade do referendo popular.

Creio, Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, que fizemos concessões sim, recuamos sim, o necessário para assegurar o essencial. A nossa proposta era da iniciativa plena para a Constituinte. Asseguramos o direito efetivo de respostas. Asseguramos a nossa proposta inicial, levantada na 1ª sessão, na única sessão da Câmara que tivemos, que não se instalasse a Câmara dos Deputados e nem o Senado, mas a Câmara dos Deputados e o Senado se instalaram. Entretanto, conseguimos limitar, por este acordo, o funcionamento da Câmara a um dia da semana, exatamente o dia menos importante para os trabalhos legislativos. Estou certo de que se entendermos essa questão como um processo, se tivermos a competência, toda a esquerda do PMDB e de fora do PMDB tiver a consciência de que é preciso conquistar permanentemente o centro desta Casa, os setores não-radicalizados, mas que são patrióticos, verão que têm compromissos essenciais com o nosso povo. Estes compromissos essenciais que estamos conquistando com esse acordo, conquistaremos também em relação à questão da propriedade, à questão da dívida externa, à questão do direito do povo à comunicação, para que não permaneça esse monopólio manipulador das comunicações como temos hoje às questões substantivas. A competência que revelamos na conquista da soberania teremos que continuar exercendo para a conquista das questões substanciais. Creio que ganhamos. Estou certo de que

transformaremos essa vitória em novas vitórias sobre questões concretas.

E concluo, Sr. Presidente, não com um apelo, não com um alerta, não com admoestação, mas com uma conclamação às forças progressistas, para que continuemos trabalhando unidos, trabalhando harmoniosamente, e coordenadamente, para enfrentarmos as próximas questões políticas preliminares: a questão do mandato do Senhor Presidente da República, que se S. Ex.^a pretende colocar agora, teremos que dar uma resposta política que diga respeito aos interesses do nosso povo. Um ano a mais, um ano a menos, seis meses a mais ou a menos não quer dizer nada se o Governo desta República, se o Presidente da República não decidir definitivamente qual é o seu Partido, qual é o programa do Governo concretamente, com moratória, com reforma agrária, com controle do capital financeiro e garantia de salários. Acho que as forças progressistas e o PMDB podem discutir qualquer questão e negociar taticamente sobre qualquer outra questão que se apresente.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ANTÔNIO BRITTO (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Dentro de alguns momentos vamos viver uma votação importante, uma votação seguramente definidora de rumos dentro do processo da Assembléia Nacional Constituinte.

Integrante da Bancada do PMDB, e dentro dela integrante de um grupo de parlamentares que desde o primeiro momento trabalhou e lutou junto com todos os demais companheiros no sentido de que esta Constituinte conseguisse assegurar os instrumentos que habilite ao pleno e concreto exercício das funções que assumiu em nome do povo brasileiro, venho a esta tribuna, pela primeira vez, para saudar o Regimento que espero venhamos a aprovar dentro de alguns momentos. Destaco o fato de que este Regimento não tem comparação com qualquer outro processo constituinte nas inovações que traz, e especialmente no sentido de que buscou obter um difícil, um difícil equilíbrio entre a eficiência necessária ao processo constituinte e à democratização, que hoje é exigida pela população brasileira. Aí estão, Sras. e Srs. Constituintes, conquistas importantes, conquistas que tão importantes causaram um longo, um difícil processo de negociação. Aqui está, pela primeira vez na História de processos constituintes deste País, o direito de a população apresentar iniciativas diretamente à Constituinte, podendo a população, através do primeiro signatário dessa proposta, vir à Constituinte e aqui trazer a defesa dos seus pontos de vista. Igualmente, pela primeira vez na História da Constituinte brasileira aqui está, prevista, definida, a possibilidade de que o texto constitucional seja submetido em todo, ou em parte, a referendo popular.

Saúdo, igualmente, o fato de que ao contrário do que defendiam setores mais conservadores desta Casa, o Senado, a Câmara e o Congresso, apenas funcionarão quando indispensável, quando realmente necessário; porque aqueles que defendiam o funcionamento pleno, o funcionamento normal da Câmara e do Senado, na verdade estavam defendendo o não-funcionamento da Constituinte.

Tivemos também, todos os integrantes desta Casa, esta outra vitória. Estaremos de olhos postos na realidade brasileira para examinar aquilo que de urgente, aquilo que de grave exigir o pro-

nunciamento da Câmara, do Senado e do Congresso. Mas estaremos, acima de tudo, com todo o tempo, com toda a disposição, com todo o esforço voltados àquilo que se não for feito não será feito nunca – se não for feito agora levará este País a uma terrível crise – a nova Constituição.

É preciso, igualmente, companheiros, saudar, dentro da característica tão própria e tão difícil deste processo, aquilo que se obteve em termos de soberania desta Constituinte.

A história política do Brasil, a história política de qualquer povo tem sido contado pela luta, pela terrível luta entre aqueles que, empunhando uma bandeira, por ela lutam e obtêm tudo aquilo que é, numa determinada circunstância histórica, possível obter. Entendo que a preservação da figura dos projetos de decisão não é, na forma como está previsto, no acordo feito pelas lideranças desta Casa, Sr. Presidente, evidentemente, a melhor alternativa, mas tem a qualidade importante de ser a alternativa possível, a alternativa que nos permitirá, com o conjunto do Regimento, chegar daqui a pouco ao grande confronto que se verá nesta Casa: o confronto entre aqueles que, já hoje, anunciam que não querem mais do que uma simples reforma do que aí está e aqueles que pretendem, Sr. Presidente, fazer, como exige o povo brasileiro, a construção do novo através de uma nova Constituição.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Esta Casa, hoje, vai concluir uma grande negociação política que marca o início das atividades desta Casa, na base do entendimento, tendo em vista os objetivos maiores que aqui buscamos.

Enganaram-se os que viram na decisão da Bancada do PMDB, na sua primeira reunião em favor da soberania da Constituinte, como se fosse um movimento precipitado, fruto da natural exaltação que se poderia esperar, sobretudo dos companheiros que começavam a chegar a Brasília.

Com o decorrer do tempo, com a insistência na defesa da tese, pôde-se verificar que se tratava de algo mais sério, de algo mais profundo e que estava vinculado programa do Partido, à pregação do Partido na praça pública durante tantos anos, e sustentamos a posição. Chegamos a votar, na última sessão, com o propósito de levar adiante aquela decisão da Bancada. Entretanto, se de um lado estão os compromissos do Partido com os seus princípios, com o seu programa, por outro lado está o interesse maior de garantir a transição democrática, a conclusão do processo e o PMDB tem a consciência de que é ele, sim, o instrumento, a espinha dorsal dessa transição. Sabe o PMDB que outras forças são, nesse processo, coadjuvante importante mas que a responsabilidade maior na condução do processo é, historicamente, do PMDB.

Com essa visão, com essa responsabilidade e com essa consciência caminhamos, avançamos em nossas conquistas e queremos dizer que nesta Assembléia Nacional Constituinte o Partido não abre mão da condução do processo, porque o povo lhe deu essa responsabilidade, o povo, Sr. Presidente, lhe deu essa atribuição. E haveremos de conduzir a ação partidária neste Plenário, nesta Assembléia, de modo. Sr. Presidente, que tenhamos, ao final da promulgação da Carta que vamos aprovar, as mesmas condições de diálogo, de par-

ticipação, de enfrentamento que tivemos quando fomos para aqui eleitos como delegados do povo.

Queremos, agora, como depois da aprovação da Carta, voltar à praça pública de cabeça erguida. Não tememos ameaça de qualquer espécie; o PMDB não foi um partido cevado em cargos públicos nem em empréstimos bancários, mas cresceu na resistência, na luta do povo que tem a consciência da sua responsabilidade e dos seus compromissos para com este povo.

Sr. Presidente, concluindo, portanto, queremos votar aqui com a consciência e a tranquilidade para podermos voltar a falar como povo no meio da rua.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JORGE VIANNA (PMDB – BA Pronuncia o seguinte discurso.) – Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Fomos daqueles que fizemos parte da Frente Ampla da Agricultura Brasileira que negociamos, juntamente com todos os membros da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, com o Governo, as medidas da agropecuária para restabelecer a verdade quanto ao dia de hoje. É preciso que tragamos a este Plenário telegrama recebido no dia de hoje da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira dirigido à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e vazados nos seguintes termos:

Da: Frente Ampla da Agropecuária Brasileira

Para: A Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados

Negociações intensas mantidas com o Governo têm permitido avanços consideráveis para o campo, como foi o caso dos preços mínimos recém-anunciados, bem acima dos propósitos oficiais. Assuntos referentes saneamento cafeicultura, definição regras de comercialização, crédito rural e outros foram levados em audiência especial da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira e da Frente Parlamentar da Agricultura com o Exm^o Sr. Presidente da República, ontem, 27-2-87. Sua Ex.^a nos recebeu com a atenção que o campo merece e se dispôs a estudar e decidir sobre nossas reivindicações com a urgência requerida.

Assim, diante da possibilidade de novos êxitos, vamos manter a mobilização prevista para 10 de março, mudando o seu tom. Não será o Dia Nacional de Protesto, mas o dia de mobilização por uma nova política agrícola.

É fundamental que esta mobilização seja ordeira e pacífica, com respeito pelas instituições, sem ações radicais ou confronto de qualquer natureza, que possam prejudicar a honradez ou patrimônio de qualquer cidadão.

Vamos, com ordem e moderação, defender uma política agrícola integrada e estável que permita ao campo continuar a ser a coluna dorsal da estabilidade social do nosso país.

Roberto Rodrigues, Secretário-Geral da Frente Ampla.

Sr. Presidente, nas negociações, tudo que foi pedido pela Frente Ampla foi concedido pelo Governo.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Um amigo de São Paulo, o notável advogado Mário Mazagão Filho, filho do eminente professor de Direito Administrativo e de Direito Público Mário Mazagão, que, aos 26 anos, foi uma das figuras mais brilhantes e mais decisivas da Constituinte de 1946, visitado por mim, sábado passado, contou-me que inicia um livro de crônicas e que, nesse livro, constará uma crônica denominada "Crônica dos 5 Minutos". Quero parafraseá-lo neste instante e, por um princípio de probidade, desde logo, faço a propaganda do livro de crônicas em gestação do ilustre advogado e querido amigo Mário Mazagão. Ele afirma que o sacerdote exige de nós, a cada instante da nossa vida, a cada dia da nossa vida, 5 minutos de meditação e 5 minutos de oração. O dentista, preocupado com a saúde dos nossos dentes, reclama 5 minutos de nossa atenção para com eles; igualmente a sociedade exige-nos barbeados e, em 5 minutos, temos que nos barbear diariamente. A higiene nos reclama 5 minutos do chuveiro; em seguida, a técnica moderna exige que percamos 5 minutos para esquentar o motor do nosso carro a álcool, chegando às proximidades do nosso escritório, 5 minutos são despendidos para estacionar o nosso carro; outros 5 minutos, para irmos do estacionamento para o escritório. Deveremos ainda perder cinco minutos à espera do elevador, em seguida, 5 minutos, para abrir as várias portas do escritório e colocar o escritório em ordem. Iniciamos os nossos trabalhos e, quando chega a hora do almoço, são precisos 5 minutos para irmos ao restaurante. Comemos e esperamos a conta por 5 minutos; pagamos a conta e esperamos o troco por 5 minutos. Demoramos ainda 5 minutos para voltarmos do restaurante para o escritório. Esperamos novamente o elevador 5 minutos e assim por diante. Vamos despendendo 5 minutos da nossa vida em cada ato e em cada fato. Se nós prestarmos atenção aqui, em 5 minutos, toda a Imprensa ouve 5 minutos de conversa de todos os Deputados da esquerda. As autoridades do Imposto de Renda, em 5 minutos, reformularam todas as tabelas do imposto de renda, gravando os trabalhadores. Os nossos Líderes se põem de acordo, em 5 minutos, e, em 5 minutos, comunicam a sua decisão aos seus vice-Líderes, aos seus comandantes e aos coordenadores de Bancadas. E esses, por sua vez, em 5 minutos, comunicam ao Plenário esta decisão. E, em 5 minutos, cada Deputado discutirá o Regimento. E, em 5 minutos, o Plenário votará, muito embora não saiba muito bem o que está votando, o novo Regimento, preparando assim o advento da nossa Constituição. Em 5 minutos, queriam fechar definitivamente o Congresso, para firmar, em 5 minutos, a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. E assim vamos, Sr. Presidente, cumprindo o nosso trâmite de vida e, em 5 minutos, para cada coisa, em um dia que, se de fato fossem gastos 5 minutos para fazer tudo que nos reclamam que façamos, em 5 minutos, nós teríamos que viver um dia de dois ou três dias, de duas ou três vezes 24 horas.

Pois bem, Sr. Presidente, antes que acabem estes meus 5 minutos, quero pedir a V. Ex.^a que determine à Taquígrafia que transcreva também, e não levará mais do que 5 minutos para fazê-lo, uma carta que me é dirigida por Flávio Renato Rodrigues de Moura, Presidente, e Luiz Geraldo Ferreira de Brito, Secretário do Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos, acompanhado por um manifesto de empresárias do

Vale do Paraíba, Sr. Presidente, que ocupa apenas uma página, e que não levaria mais do que 5 minutos para ser lido também e que é assinado por 17 associações daquele Vale e, que por sua vez, em menos de cinco minutos, assinaram, para que eu, deixando a Tribuna, em cinco minutos, mande a cópia à alta consideração do Sr. Ministro da Fazenda, cujo Assessor tomará conhecimento em cinco minutos e, em cinco minutos, esquecerá de tudo que foi dito na carta e na representação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CARDOSO ALVES EM SEU DISCURSO

Ilustríssimo Senhor
Deputado Federal Roberto Cardoso Alves
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Ilustre Deputado:
Recentemente reunidas na cidade de Guaratinguetá, as entidades representativas de todo o Comércio do Vale do Paraíba produziram, ao final de prolongados debates, um manifesto cujo texto estamos encaminhando a Vossa Senhoria.

Ser-nos-ia sumamente importante que Vossa Senhoria pudesse se pronunciar a respeito no plenário do Congresso, solicitado a transcrição em ata do inteiro teor do dito manifesto. Muitíssimo importante, igualmente, seria para nós que Vossa Senhoria diligenciasse no sentido de fazer chegar esse documento às mãos de Sua Excelência o Senhor Ministro da Fazenda.

Agradecendo antecipadamente a atenção que este pedido merece, aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria a manifestação do nosso mais elevado apreço.

São José dos Campos, 24 de fevereiro de 1987.

Atenciosamente, – **Flávio Renato Rodrigues de Moura**, Presidente – **Luiz Geraldo Ferreira de Brito**, Secretário.

MANIFESTO DOS EMPRESÁRIOS DO VALE DO PARAÍBA

As Entidades abaixo subscritas, na representação do empresariado comercial do Vale do Paraíba e Litoral Norte, vêm de público manifestar sua apreensão diante do atual e grave quadro econômico no qual os extorsivos juros praticados no mercado financeiro estão asfixiando as empresas em geral, sobretudo as de micro e pequeno portes, promovendo a sua descapitalização.

Tal situação se traduz num retorno a uma experiência indesejável vivida num passado recente onde o estímulo à atividade financeira especulativa, em detrimento do setor produtivo, acabou por levar o País à instabilidade econômica e social.

As causas de tal realidade, de responsabilidade do governo, resumem-se em seguintes pontos:

- 1 – Sobreposição dos interesses políticos aos interesses econômicos;
- 2 – Preservação do gigantismo do setor público;
- 3 – Perpetuação do controle das contas públicas, alimentando o processo inflacionário;
- 4 – Manutenção de medidas de caráter meramente arrecadatório;
- 5 – Indefinição na conduta da política econômica, impedindo o planejamento empresarial;
- 6 – Intervenção excessiva no mercado, inibindo a prática natural do livre comércio.

A continuidade desta alarmante situação deverá provocar consequências desastrosas na medida em que o estrangulamento da atividade comercial, setor responsável pelo emprego da expres-

siva parcela da mão-de-obra, trará reflexos em cadeia sobre a indústria e outros segmentos da produção, perpetrando a desorganização econômica e o caos social.

Portanto, face essa insustentável realidade, o empresariado comercial do Vale do Paraíba e Litoral Norte exige urgentes providências do governo tanto no sentido do saneamento do setor público como da adoção de uma política econômica que colha a prática da especulação financeira, com a conseqüente redução dos juros, e que permita à economia voltar-se fundamentalmente para o setor produtivo, verdadeiro gerador de renda e de emprego.

Sindicato do Comércio Varejista de Guaratinguetá

Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos

Sindicato do Comércio Varejista de Taubaté

Sindicato do Comércio Varejista de Cruzeiro

Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos

Associação Comercial de Taubaté

Associação Comercial, Industrial e Agro-

Pecuária de Cruzeiro

Associação Comercial e Industrial de Caçapava

Associação Comercial e Industrial de Pindamonhangaba

Associação Comercial e Industrial de Jacareí

Associação Comercial e Industrial de Cachoeira Paulista

Associação Comercial e Industrial de Aparecida

Associação Comercial, Industrial e Agro-

Pecuária de Piquete

Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Lorena

Associação Comercial e Industrial de Guaratinguetá

Associação Agropecuária de Guaratinguetá

Associação Comercial de Comerciantes de materiais de Construção de São José dos Campos.

O SR DAVID ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Merece registro e apoio da representação maranhense, nesta Casa, o desempenho da diretoria da Associação Comercial e Industrial de Imperatriz (ACII), eleita para o biênio 1986/87, mercado que foi por atividades das mais dinâmicas e proveitosas para a comunidade onde atua.

Desde a posse do novo corpo diretório, a 21 de fevereiro do ano findo, vem a entidade em questão desenvolvendo uma série de iniciativas em favor dos interesses dos seus afiliados, os quais, por sua natureza, confundem-se com os do próprio povo desse operoso município.

Assinale-se que os recém-empoados condutores dos destinos da Associação tiveram de enfrentar um período dos mais conturbados da economia da Nação, justamente o que sucedeu ao impacto do Plano Cruzado e os subseqüentes desacertos entre as várias classes envolvidas – comercializadora, produtora e consumidora, refletindo-se, inclusive, nas relações destas com as autoridades locais.

Em todos os instantes, por seu equilíbrio, ponderação e esforço, o órgão representativo dos segmentos responsáveis pela produção e comercialização de Imperatriz funcionou como elo de ligação, fonte de consulta e fator preponderante na solução dos problemas.

No decorrer do ano político-eleitoral de 1986, tomou-se realmente vital para a conciliação e compatibilização de interesses esse fluxo contínuo de negociações, gestões e atividades da ACII,

que exerceu sem vacilações os seus direitos de reivindicar, ser ouvida e atendida, sem comprometimento partidário.

Entre as numerosas iniciativas geradoras de atividades voltadas para o desenvolvimento, progresso e harmonia da sociedade imperatrizense, figuram as seguintes, merecedoras do estímulo e apoio desta Câmara:

Distrito industrial – envolvendo as órbitas federal, estadual e municipal, foi assinado convênio visando à liberação de recursos para os serviços de infra-estrutura, documento esse assinado pela ACII, como testemunha;

Escola Técnica Federal – graças às reivindicações e ao empenho da ACII, em 1987, estará funcionando em Imperatriz o **campus** da Escola Técnica Federal do Maranhão, sediada em São Luís. E, no ano de 1988, estará a Escola Técnica de Imperatriz desvinculada da sua matriz, funcionando com autonomia em prédio próprio;

Rodovia Belém – Brasília – gestões estão sendo feitas para a reinclusão de Imperatriz no Programa Nacional de Travessias Urbanas, permitindo que grande trecho da BR receba serviços essenciais à sua utilização;

Violência – reivindicam-se medidas preventivas, tais como a criação de creches e assistência ao menor;

EMBRATEL – foram obtidas providências essenciais, junto a EMBRATEL, no sentido de permitir o livre fluxo de comunicações, incluindo medidas de segurança e incentivo à expansão através da adoção de esquema especial de vendas;

Aeroporto – foi reivindicado ao Governo Federal o reapecamento asfático da pista do aeroporto de Imperatriz, serviço esse já executado;

DNER – solicita-se a transferência da jurisdição sobre as rodovias federais de Imperatriz e Sul do Maranhão;

Mercedes Benz – trata-se com empenho da liberação de mais veículos para os revendedores locais;

SUNAB – gestões se desenvolveram junto a fiscais, delegados e autoridades da SUNAB a fim de disciplinar a questão de abastecimento e preços;

Presidente – conversas e entendimentos foram mantidos com Sua Excelência, o Presidente da República, em várias oportunidades, onde se trataram de assuntos relevantes para a sociedade imperatrizense;

IBDF – problemas do “manejo florestal sustentado”, pauta de madeira, fiscalização, autuações e outros foram debatidos com técnicos da empresa e madeireiros;

Açailândia – foram enviados técnicos da Escola Técnica Federal do Maranhão, juntamente com especialistas da ONU à cidade em tela, para visitar seu pólo cirúrgico;

SESI – houve a participação da ACII na licitação de propostas para a construção do parque aquático do Sesi em Imperatriz a convite da entidade;

FECIMA – foi discutida coma CEAG – Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Maranhão – a realização, em Imperatriz, da Feira de Comércio e Indústria do Maranhão – Fecima;

COMIND – solicitaram-se providências do Banco e do Banco Central do Brasil sobre o processo de liquidação extrajudicial do COMIND;

Imprensa – as várias reuniões realizadas entre a ACII e os órgãos de Imprensa tiveram resultados profícuos, entre os quais, o contato direto com as fontes primárias de informações, evitando o uso de **press-releases**;

Preços – ouviram-se os setores atacadista, varejista, hoteleiro, madeireiro, arrozeiro e de avi-

cultura, apresentando-lhes sugestões para a correção de preços e manutenção do tabelamento;

Som – fizeram-se gestões exitosas, no sentido de atender às reivindicações populares para que se reduza o volume de som liberado por aparelhos nas lojas;

Debate – mais de 30 técnicos e autoridades federais e estaduais foram ouvidos no maior encontro já realizado pela ACII sobre desenvolvimento regional;

Cursos – ofereceu-se decisivo apoio para a realização de cursos por diversas entidades;

ONU – foi prestada assistência e apoio a técnicos alemães da ONU em visita às cidades de Açailândia e Marabá, interessados no Projeto Carajás;

Representação – sem prejuízo de suas próprias reuniões, a ACII fez-se representar nas de outros eventos acontecidos dentro e fora de Imperatriz;

AMIRT – apoio e oferecimento de infra-estrutura da entidade para a realização dos propositos da Associação dos Microempresários de Imperatriz e Região Tocantina;

Defesa – na defesa dos interesses dos consumidores, efetivaram-se reuniões, visando à observância do processo de fiscalização de preços, em que se traçaram normas para evitar abusos e excessos tanto das autoridades como dos consumidores;

Outros – gestões, correspondências e contatos foram efetuados para solução de assuntos diversos, como segurança pública, construção do terminal aeroportuário, corpo de bombeiros e outros do legítimo interesse da comunidade;

Serviços – serviços diversos foram oferecidos aos associados, entre os quais sistema PBX de telefone;

Administração – contando com o maior quadro de associados em todo o Estado, a ACII procurou dinamizar suas atividades, pelo aprimoramento dos serviços administrativos;

Estatutos – adotaram-se medidas para tomar mais participativa a gestão da atual diretoria da ACII, as quais, embora contrariem dispositivos estatutários, favorecem o s associados, o que revela a necessidade, há muito defendida, de reformar os Estatutos, defasados da realidade atual.

Pela descrição sucinta das atividades da ACII, verifica-se o grau de integração da mesma com os interesses dos seus associados e da sociedade em geral, constituindo-se em instituição que reflete o modo de viver e agir dos primeiros, enquanto agentes da comunidade.

Cumpra estimular, incentivar e dar o respaldo possível à obra que vem sendo construída pela entidade em questão, sobre a qual repousa o desenvolvimento e o progresso do município de Imperatriz.

Ao finalizar este pronunciamento, quero deixar consignado todo o meu empenho na criação do Estado de Carajás, cuja capital será a cidade de Imperatriz, que, por sua pujança, sua vocação para o crescimento e o progresso, reúne as condições para tanto.

Com o Estado de Carajás, tenho a certeza de que surgirá na Região Nordeste um novo e promissor pólo de desenvolvimento. (Muito bem.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. DAVID ALVES SILVA NO SEU DISCURSO PROPOSTA À ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Inclua-se, onde couber:

“Art. É criado o Estado de Carajás, pelo desmembramento de parte da área dos Estados de Goiás e Maranhão.

§ 1º Lei complementar definirá os limites do Estado de Carajás.

§ 2º A cidade de Imperatriz será a Capital do novo Estado.

Justificação

Além de constituir aspiração do povo da região tocantina, a criação do Estado de Carajás se justifica por diversos outros motivos.

Distante dos grandes centros de decisões, a região tocantina vê-se carente de melhor atendimento para seu desenvolvimento social. Embora contribua de forma significativa com seus votos e impostos, a região encontra-se cada vez mais distanciada das decisões do Governo do Estado, a saúde e a educação de seus habitantes recebem um atendimento mínimo e as estradas vicinais que interligam as cidades próximas a Imperatriz não oferecem a menor condição para escoamento da produção agrícola e pecuária, o que desestimula os que fazem o progresso daquele forte pólo de imigração.

É necessário que se passe a tratar aquela área como uma unidade que, de fato, contribui para o desenvolvimento regional e nacional. A criação do Estado de Carajás mostra-se, assim, como a única solução para seus problemas.

Com efeito, criado o Estado, a região ganhará sua autonomia e poderes de decisão em conjunto com o Governo Federal, no sentido de atender as próprias prioridades. Por outro lado, os empresários de outros recantos do País terão como ali justificar seus investimentos, aumentando, com isso, as contribuições para seu desenvolvimento econômico e social.

Convém mencionar a existência da Comissão Comunitária de Apoio ao Estado de Carajás, integrada por lideranças locais interessadas na criação do novo Estado, ao mesmo tempo em que já podemos registrar manifestações de apoio a esta idéia, que vêm de ser realizadas por numerosos parlamentares com assento nesta Casa, o que evidencia a oportunidade da medida preconizada.

Diante do exposto, esperamos que a proposição que agora apresentamos venha a ser aprovada pelos nobres colegas constituintes.

Sala das Sessões, de de 1987. –
David Alves Silva.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido Comunista do Brasil sempre se pautou por uma postura de independência e de coragem. Em meu Estado, – o Estado de Alagoas – o PC do B apoiou, nas últimas eleições, aquelas forças que representavam mudanças. Trabalhamos pelo voto contra as oligarquias, contra o atraso, contra a opressão e a corrupção. Estaremos sempre ao lado do povo, esteja quem estiver no Governo de Alagoas ou do Brasil.

O regime militar – que deixou como herança o entulho autoritário – deixou também, por extensão, nos Estados, uma série de dispositivos legais que ferem a Constituição e a moralidade na administração dos recursos públicos.

Ontem, Srs. Constituintes, o Governador eleito de Alagoas, Fernando Collor, tomou uma importante decisão, que merece o integral apoio do meu Partido. Acertadamente, o Governador solicitou à Procuradoria-Geral da República que encaminhe ao Supremo Tribunal Federal a arguição de inconstitucionalidade de várias leis estaduais que constituem um escândalo que envergonha o meu Estado e o Brasil.

O que se pretende é que o Supremo declare inconstitucionais os artificios legais criados para

garantir altos salários a funcionários públicos de Fundações em Alagoas. Essa foi a maneira encontrada, no momento, para dar um fim à vergonhosa figura dos **marajás**, que desfrutam de proventos escandalosos, num acinte à pobreza de nossa gente.

O próprio Governador de Alagoas, José Tavares, que felizmente deixa o cargo esta semana, pretende aposentar-se com um desses salários mirabolantes, relativo a um dos cargos que ocupa – o de Consultor Jurídico da Assembléia Legislativa.

A acumulação indevida de altos salários tomou-se mais conhecida em Alagoas. Mas, lamentavelmente, registra-se em todo o País. São aberrações que persistem, tanto no Executivo como no Legislativo e no Judiciário. Enquanto isso, o Governo Federal reluta em conceder um salário mínimo que atenda às necessidades mínimas para a sobrevivência do trabalhador. Enquanto isso, joga os fuzileiros navais para conter o movimento dos trabalhadores marítimos que reivindicam a simples possibilidade de sobreviver, pois seus salários nem isso permitem.

É uma situação como essa que torna mais importante ainda o papel dessa Assembléia Constituinte da qual participamos. A Constituição que aqui for elaborada não pode permitir que descalabros do tipo dos **marajás** de Alagoas continuem ocorrendo. É por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o Partido Comunista do Brasil apóia a decisão do Governador eleito de Alagoas de arguir a inconstitucionalidade dos artificios legais que permitem essas aberrações e o saque aos cofres públicos. Sempre lutamos e continuaremos lutando, de todas as formas possíveis, contra os desmandos que se praticam em nosso País com dinheiro público. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No último dia 9 do corrente, no Ministério das Minas e Energia, foram assinados os contratos para construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, que fará parte do complexo CHESF.

Os primeiros estudos para construção da Usina Hidrelétrica de Xingó tiveram início na década de 50, quando se desenvolviam os trabalhos para implantação da primeira Usina Hidrelétrica em Paulo Afonso.

A Usina Hidrelétrica de Xingó ficará localizada no final do **canyon** do São Francisco, entre os municípios de Piranhas (Alagoas) e Canindé de São Francisco (Sergipe), a 55 km a jusante de Paulo Afonso e a 179 km da foz do rio, e acrescentará ao sistema gerador da CHESF uma energia firme de 2.136 MW-médios, estando estimada a preços de hoje em 1,6 bilhão de dólares. Será construída uma casa de força com 6 unidades de 502.000kw de potência unitária, com possibilidade de expansão para mais 4 unidades a serem instaladas numa segunda etapa.

Possui a Usina Hidrelétrica de Xingó algumas particularidades, que demonstram a grande vantagem para a sua construção e implantação. Em primeiro lugar, vale salientar que as características favoráveis do local farão com que o aproveitamento energético tenha um baixo custo, cerca de 13 milésimos de dólar por kwh, quando a média nacional fica em tomo de 35 milésimos de dólar por kwh.

Em segundo lugar, por ter o seu reservatório encaixado no **canyon**, não inundará áreas habitadas ou agrícolas, não sendo necessário desapropriações ou relocações de pessoas.

Outro dado importante é que gerará cerca de 9.500 empregos diretos numa área carente de trabalho.

Outrossim, tem o início de geração programado para o ano de 1992 e a última unidade da primeira etapa para 1994, quando se temia um colapso energético no Nordeste.

Também, será a última usina hidrelétrica a ser aproveitada no rio São Francisco.

Como representante do Estado de Pernambuco e como nordestino, eu gostaria de congratular-me com o Presidente da CHESF, José Carlos Aleluia Costa, e com todos os que fazem a empresa, bem como agradecer ao Ministro Aureliano Chaves, pela assinatura dos contratos para construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, na certeza de que tal obra vem ao encontro dos mais altos interesses do Nordeste que se confundem com os mais lúdimos interesses no nosso País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Julgo de meu dever ocupar a Tribuna como representante político do Pará nesta augusta Casa do povo brasileiro, para um ligeiro pronunciamento, em cujo texto registro o perfil de Jair Bernardino de Souza, Diretor-Presidente do Grupo Belauto, com sede em Belém, capital do meu Estado.

Para quem ainda não conhece o fecundo trabalho e o espírito empreendedor do jovem empresário Jair Bernardino, a mim impõe aqui divulgá-lo, não talvez com riqueza de detalhes, porém, na medida mais simples daquilo que é óbvia em sua brilhante carreira, a partir de uma ousada aventura a que o submeteu o destino, colocando a cidade de Santa Maria de Belém na rota do itinerário, quíçá esplendoroso e marcante desse admirável sucesso.

Tomou por empréstimo à Revista **Rede em Notícias** ano III – nº 28 – os conceitos com que se refere a vida e aos planos empresariais de Jair Bernardino:

“Dizem que a sua intuição para os bons negócios, é fora do comum, coisa de vidente. Outros creditam o seu sucesso ao espúrio empreendedor, à coragem com que parte para novos negócios. Uns afirmam que ele apenas deu sorte. Dizem também que é muito inteligente, que sua visão empresarial está muito acima da média. Outros tantos são partidários da opinião de que ele é bem sucedido, única e exclusivamente, porque sempre trabalhou e ainda trabalha muito”.

Todas essas afirmações são verdadeiras. Os que o acompanham mais de perto, e com ele convivem e sabem como foi possível construir na rapidez do tempo, seis anos, apenas, um verdadeiro império de 24 empresas, que empregam cerca de seis mil funcionários, dão testemunhos insuspeitos sobre os atributos desse Goiano, descendente da família Souza, que possuía uma fazenda nos arredores da cidade de Goiás Velho, a 120 quilômetros de Goiânia, onde nasceu.

Conscientes da necessidade de os filhos estudarem, – dois homens e duas mulheres – os pais de Jair, embora conservando a posse da fazenda, resolveram mudar-se para a cidade de São Luiz de Montes Belos. “Mudamos num carro de boi”, afirma Jair que, aos oito anos de idade, já pensava em ganhar dinheiro por conta própria. Trabalhando como engraxate, junta dinheiro e compra uma bicicleta. Dos 12 aos 15 anos de idade, trabalha como cobrador de ônibus. Nessa

época, também já havia conseguido comprar uma lambreta.

Em 1960, quando Jair completara 16 anos de idade, instala-se o primeiro estabelecimento bancário em São Luiz de Montes Belos, o Banco de Crédito Real, que logo promove um concurso na cidade para formar um quadro de funcionários. Jair participa do teste, mas vai mal, classificando-se em penúltimo lugar. Ele não se conforma, pois queria o emprego, e vai conversar diretamente com o gerente do banco, José William Pereira Ervilho.

Tanto Jair insistiu que conseguiu convencer o gerente a contratá-lo, mas como contínuo. Seis meses depois, porém, Jair é promovido a escriturário e, logo a seguir, a Chefe de Seção. Nesse meio tempo, sonhando sempre com a conquista de novos espaços, ele concluiu o curso ginásial. Em termos de estudo, era só o que São Luiz podia oferecer.

Aos amigos mais íntimos, Jair costumava revelar que pretendia crescer, profissionalmente e intelectualmente, mas sentia que a pequena cidade de São Luis estava limitando a luta por novas conquistas. Daí, nasceu a idéia de que Brasília, ainda no limiar da concretização do sonho de Juscelino Kubitschek era a cidade predestinada, pois lá já funcionava uma filial do Banco de Crédito Real, onde havia uma única vaga de Escriturário. Jair topou, mesmo ganhando menos do que em São Luis, onde era Chefe de Seção. Aluga um quarto de pensão e começa a trabalhar no banco. À noite, cursa o científico no Colégio Elefante Branco. Três anos depois, ingressa, através de concurso, no recém-criado Banco Regional de Brasília. Ao mesmo tempo, passa no vestibular de Engenharia e entra, assim, para a universidade.

Decorridos poucos meses, disposto a fazer carreira no banco, desiste da Engenharia e decide optar por administração de empresas – mais tarde, já em Belém, faria um curso de direito. Isto ocorreu no ano de 1968, quando adquire o seu primeiro carro: um fusca. Deixa o setor bancário e se apegua à intenção de montar negócio próprio.

No início da década de 70, Jair reencontra o seu antigo gerente do banco em São Luis de Montes Belos, José William, que nessa época havia comprado, com outro sócio, a Concessionária Volkswagen em Anápolis, com a denominação de CAVENA. Indaga do amigo: “Por que você não me convida para ingressar na Sociedade?”. Após consultar o outro sócio, Jair é admitido na sociedade e ainda recebe o convite para dirigir a empresa. Mesmo não entendendo de automóveis, aceita o desafio. Restava saber agora como iria conseguir o dinheiro para comprar a sua parte acionária (33%). A solução foi apelar para o pai, que o autorizou a vender 60 bezerros de sua fazenda.

Sob a direção de Jair, a CAVENA começa a crescer. Exemplo disso é que, ao assumir, a concessionária vendia apenas 8 veículos por mês. Menos de um ano depois, passa a vender 40 carros mensais. O negócio continua crescendo e Jair não quer perder tempo. Sugere aos sócios a abertura de uma nova concessionária Volkswagen, dessa feita em Goiânia. Eles aceitam a sugestão e, após reunirem mais sete sócios, fundam a SAGA, que poucos anos mais tarde seria uma das mais destacadas concessionárias Volkswagen em todo o País.

Para sintetizar a gloriosa escalada ascensionista de Jair no setor, chegou por eleição representante da Região no Conselho Regional, o que lhe permitiu conversar com o Empresário José Joaquim Martins Júnior, então Presidente da Belauto, em

1977, quando soube que a empresa estava à venda.

Veio a Belém, e autorizado pelo sócio José William, faz uma pesquisa de mercado em absoluto sigilo, e conclui que o negócio interessa. Logo depois, ambos formalizam uma reunião com José Joaquim, ao final da qual a transação é definida: 50% seriam divididos entre Jair e José William, enquanto os outros 50% ficariam com aquele, que assim concorda em permanecer na empresa. Pelo mesmo por mais algum tempo.

Seis meses depois, José Joaquim vende a sua parte acionária e a Belauto se divide em partes iguais entre os dois sócios Jair e William. Em 1980, finalmente, Jair encampa aparte de William e assume o controle total da Belauto, e logo inicia a expansão dos negócios. Primeiro, funda a Locadora Belauto – que hoje possui a maior frota própria da América Latina: 4.000 veículos – depois a Belauto Administradora de Consórcios, em seguida a Beldata Processamento de Dados e assim, sucessivamente.

Hoje, Sr. Presidente, o Grupo Belauto é constituído pelas seguintes empresas: Belauto Automóveis, Locadora Belauto (14 filiais), Belauto Administradora de Consórcios (5 filiais), Beldata Processamento de Dados, Belpac Serviços de Legalização, Belgráfica Serviços Gráficos, Belauto Motocenter, Belauto Caminhões e Máquinas, Empresa de Navegação Envira, Poliar Comunicação e Promoções, Bertilon Vigilância e Serviços Especializados, Ciatur Turismo, Belauto Shopping Car, Tropicág – Distribuidora de GLP, Tenaplena Engenharia e TV Carajás, em Belém, Emarki Engenharia e Marketing Imobiliário, em Brasília, Simara Participações & Empreendimentos, Simara Energética e Simara Siderúrgica Marabá, em Marabá, Pará; Belcar-Veículos (Concessionária Volkswagen); Belcar Caminhões e Máquinas e Onodata Informática, em Goiânia; Marupira Madeireira, em Tucuruí, e Belmar Caminhões e Máquinas do Maranhão, em São Luiz.

Creio, Sr. Presidente, que o perfil de um homem, seja na vida pública ou privada, desde que tenha contribuído, como é o exemplo de Jair Bernardino de Souza, para construir, com o esforço de seu trabalho, o desenvolvimento regional e nacional, precisa ser conhecido e divulgado nos recantos da Pátria, porque são raros os que assim procederam, legando lições de vida, dignas de serem imitadas e repetidas pelas gerações nos dias contemporâneos.

Nós, Paraenses, nos orgulhamos de ter no goiano Jair Bernardino de Souza o exemplo do homem de negócios, sob cuja visão empresarial o Estado do Pará conquistou, ao lado do esforço de tantos outros aqui não nominados, a salutar posição de destaque no altiplano econômico e social deste extraordinário País.

Agora mesmo, a Associação Brasileira dos Dirigentes de Vendas – ABDV, Seção do Pará, vem de homenagear a figura de Jair Bernardino de Souza como o “O Homem de Marketing de 1986”. Diria ser este o corolário de uma lauta marcada pelo designio da habilidade no campo empresarial, onde a força sempre renovadora, visando a conquista de novos espaços, foi presença ativa e eficaz no trabalho, na vida e na história exemplar de Jair Bernardino de Souza.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. LAEL VARELLA (PFL – MG.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Para nós, que aqui estamos com a principal preocupação de corresponder à confiança dos nossos compatriotas na nossa atuação parlamen-

tar; para nós, que aqui estamos como propósito de emprestar o nosso concurso para uma Constituição nos moldes que reclama a Nação, nos tempos atuais; para nós, que estamos ávidos por soluções para incomparável crise econômica, que, não solucionada, poderá levar o País à mais generalizada desordem; para nós, que estamos, enfim, com todo o amor cívico, voltados única e exclusivamente para os interesses maiores da Nação brasileira, é por demais desagradável e profundamente decepcionante ver que um certo número de colegas ignoram tudo isso, para se preocupar seriamente com a duração do mandato presidencial.

Na nossa total independência, não estamos aqui simplesmente para fazer côo com aqueles que concordam incondicionalmente com a atuação do Presidente Sarney, poupando-lhe das críticas, muitas vezes necessárias à sua difícil missão de governar este País profundamente conturbado dos dias atuais, mas temos de reconhecer que, coerente com a Constituição em vigor, o Presidente foi empossado para cumprir um mandato de seis anos.

Aqueles que hoje questionam a duração desse mandato, aqueles que querem hoje reduzi-lo, são os mesmos que defendiam, ainda no ano passado, até a sua repetição, porque dele surgiu o Plano Cruzado, cujo resultado mais positivo foram os inúmeros e incontáveis sufrágios creditados à legenda do PMDB, prejudicando a nós do PFL, que fomos taxados de inimigos desse plano de excelentes feitos eleitorais.

Por que esses que hoje se preocupam com a duração do mandato presidencial não se preocupam com o nosso principal objetivo no momento, qual seja o de elaborar uma nova Constituição?

Por que não se preocupam eles em criar condições para eleições diretas já no próximo ano, para todos os cargos, inclusive, os seus próprios cargos, coincidindo com as próximas eleições municipais?

Estas indagações, certamente, ficariam sem respostas, mas, nós podemos imaginar que não teriam eles a coragem suficiente para se submeterem a um outro veredito popular, agora que a decepcionante lembrança do Plano Cruzado geraria, certamente, efeito contrário.

Por que não se propõem eles próprios a testarem a própria decepção do povo, ferido na sua dignidade e revoltado pela traição sofrida?

Em nada adiantada agora pensarmos em substituir o Presidente, em entregar o Governo a Ulysses, a Brizola, ou a quem quer que seja.

O nosso pensamento deverá estar voltado para a nossa dignificante e difícil missão de Constituintes, para a responsabilidade que não é apenas do Presidente ou dos Ministros da área econômica, mas, de todos nós, de cada brasileiro, qual seja a de encontrar solução para os nossos problemas econômicos, para o exagero dos gastos públicos, para as dívidas interna e externa do País, para restabelecer o equilíbrio e dignidade do Brasil, tudo isso em nome do equilíbrio e da dignidade de cada um de nós.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE.

Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desde outubro de 1985, com a realização do 1º Seminário da Pesca Artesanal, realizado na Câmara dos Deputados, os pescadores têm tratado do crédito financeiro, muito embora, com parcimônia. Agora, foi realizado encontro na Confede-

ração Nacional dos Pescadores, com a participação dos órgãos estaduais dos pescadores, representando mais de dois milhões de pescadores, e um dos assuntos na pauta aliás de grande importância, foi realmente o crédito, embora ainda, de maneira parcimoniosa e frugal. Mas, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, embalado pela inovação da "Caderneta Rural" lançada pelo Ministério da Agricultura e Banco do Brasil, lança a sugestão da Caderneta de Poupança Azul do Pescador, semelhante à Caderneta Verde, de Poupança Rural, pois, será também um instrumento de captação de recursos do sistema privado e representará a primeira tentativa racional de gerar poupança no interior do próprio setor para subsidiar crédito às atividades da pesca, acopladas aos interesses do setor primário, da pecuária, agricultura e da agroindústria, num só item.

Realmente, há necessidade de o Presidente José Sarney se preocupar com os trabalhadores do mar, inclusive, recentemente, em encontro com o Governador Miguel Arraes, o Presidente da República conversou longamente sobre o problema da pesca, principalmente, fortalecendo ao Estado de Pernambuco nas suas alternativas de riqueza e desenvolvimento.

A sugestão objetará, em suma, dar crédito financeiro ao pescador, mormente àqueles voltados para a pesca artesanal, nos mares, rios, lagos e lagoas interiores, no financiamento de pequenos projetos, tais como: compra de pequenas embarcações, construção de casas com infra-estrutura, bem assim, dos apetrechos necessários à atividade da pesca. Os juros seriam regionalizados, na base de 3% a 10%, que valerão como um compromisso, de quem deles se valer, para significar uma hipoteca social.

Concluo, Sr. Presidente e Sr^{as}. e Srs. Constituintes, que a proposta ora formulada insere-se no contexto de toda uma política nacional de desenvolvimento, especialmente no que se relaciona ao suprimento de gêneros para o consumo intestino e ao de saldos para exportações, estas tão necessárias ao equilíbrio das contas externas do País.

Formulo um veemente apelo ao Presidente José Sarney, ao Ministro Iris Rezende, excelente administrador do setor primário, e ao Presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, no sentido de viabilizar a sugestão trazida à pauta: caderneta de poupança azul, do trabalhador do mar.

Volto oportunamente ao problema. (Muito bem!)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A região Norte/Nordeste de Goiás teve perdida toda a sua produção agrícola, prevista para esta safra, em razão da longa estiagem que castigou duramente os seus sessenta Municípios, especialmente aqueles que integram a área do GETAT situados no extremo-norte do Estado.

O quadro é desolador, envolvendo milhares de famílias de pequenos agricultores que, além de terem perdido todas as suas lavouras, ainda estão sendo cobrados e executados judicialmente pelos bancos, sem que as autoridades federais ou estaduais tenham adotado até aqui qualquer providência em seu favor.

Em 1983, numa situação muito menos dramática do que a atual, quando aconteceu uma estiagem bem menor, da que agora atinge o Norte/Nordeste goiano, o Governo João Figueiredo, atendendo solicitação que lhe fiz, incluiu todos os Municípios daquela região nas resoluções que beneficiavam as áreas atingidas por estiagens.

Dada a gravidade da situação atual, dirigi apelos, em favor dos agricultores prejudicados, aos Ministros Iris Rezende Machado e Ronaldo Costa Couto e ao Dr. Hélio Ribeiro de Oliveira, Diretor do Banco Central.

Confiante no atendimento da justa reivindicação que os agricultores nortenses de Goiás formularam através dos Prefeitos José Guilherme, de Araguatins, José Dias Carneiro, de Itaguatins, e David Campos, de Goiás e de Vereadores e líderes políticos de todos os sessenta Municípios do Norte/Nordeste de Goiás, leio, para registro nos Anais da Constituinte, as mensagens dirigidas às autoridades mencionadas.

Destinatário: Exm^o Sr. Governador Iris Rezende Machado.
Empresa/Órgão: DD. Ministro da Agricultura.
Cidade/Estado: Brasília – DF

Data: 10-3-67

Cumprimentando ilustre Ministro, solicito valiosos e indispensáveis apoio e assistência de Vossa Excelência aos Municípios da Amazônia Legal do nosso Estado, especialmente os do extremo norte, integrantes área GETAT, duramente castigados prolongada seca sessenta dias, com perda total produção.

Indispensável e urgente apresentação voto Conselho Monetário Nacional, antecedida intercessão junto Banco Central sentido suspensão cobranças bancárias contra agricultores e recebimento de pedidos de ressarcimento de prejuízos ao PROAGRO.

Atenciosas saudações. – Deputado **Siqueira Campos**, Líder PDC.

Destinatário: Exm^o Sr. Ministro Ronaldo Costa Couto
Empresa/Órgão: Ministério do Interior
Cidade/Estado Brasília – DF

Data: 10-3-87

Cumprimentando ilustre Ministro, solicito-lhe as mais urgentes providências possíveis sentido reconhecimento dramática situação de calamidade Municípios Região Amazônica de Goiás duramente atingidos por inclemente e prolongada estiagem cerca sessenta dias, especialmente os Municípios área GETAT, situados extremo norte goiano, com perda total produção agrícola. Voto Conselho Monetário Nacional, adoção medidas de emergência e intercessão junto Banco Central impediria execução dos bancos contra os agricultores e possibilitaria cobertura dos prejuízos através PROAGRO.

Atenciosas saudações. – Deputado **Siqueira Campos**, Líder PDC.

Destinatário: Dr. Hélio Ribeiro de Oliveira.
Empresa/Órgão: MD. Diretor Crédito Rural Banco Central do Brasil.
Cidade/Estado: Brasília – DF.

Data: 10-3-87

Cumprimentando ilustre Diretor, solicito-lhe exame possibilidade adoção urgentes providências sentido reconhecimento dramática situação calamidade Municípios Amazônia Legal de Goiás, especialmente os do extremo norte goiano integrantes área GETAT, devido perda total produção agrícola pela prolongada estiagem cerca sessenta dias. É extremamente urgente suspensão cobranças e execuções bancárias contra agricultores e recebimento pedidos cobertura prejuízos pelo PROAGRO.

Atenciosas saudações. – Deputado **Siqueira Campos**, Líder PDC.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

O setor pesqueiro do Ceará, sem dúvida um dos mais importantes do País, pelo volume de negócios que realiza anualmente, no comércio de exportação, carreando divisas para o Erário, atravessa, na atual conjuntura econômico-financeira, uma situação realmente difícil, que urge remediar, em benefício de todos.

Há poucos dias, em manifesto à Nação, os industriais da pesca fizeram graves denúncias sobre os problemas que estão a enfrentar, na expectativa de providências governamentais, apresentando impressionante relatório de sua convivência com a crise.

Evidentemente, alguns aspectos oferecidos à apreciação das autoridades são polêmicos, partindo-se do pressuposto de que todas as empresas lutam para melhorar, de qualquer maneira, as condições de suas atividades de lucro, a se chocar, às vezes, com diretrizes oficiais que perseguem objetivos maiores, no combate à inflação.

Seja como for, porém, a problemática existente merece maior atenção por parte dos órgãos técnicos do Governo Federal, pois cerca de 95% da produção se destinam à exportação, sobretudo a lagosta, que apresenta, em dólares, cifras consideráveis (60 milhões de dólares).

O setor pesqueiro, no entanto, declara-se em situação calamitosa, aguardando o estabelecimento de medidas definitivas para o seu seguimento. Entre essas poderiam ser mencionadas as mais gerais, ou abrangentes, por sua expressão no quadro atual de carências e necessidades mais imediatas.

Queixam-se os empresários de que tiveram, em 1980, verdadeiro confisco cambial, quando a correção prevista atingiu, no final do exercício, 52%, enquanto a monetária se fixava realmente, em cerca de 114%. Cresceu, então, o endividamento dos exportadores, sobretudo em face da escalada dos juros e da inflação, sendo eliminadas, ainda, em 1985, as devoluções do IPI.

No manifesto que lançaram, eles formulam críticas ao procedimento da SUDEPE, alegando que pouco ou nada foi feito para reprimir a pesca predatória, na qual se empenham, em concorrência desleal, cerca de 1.394 embarcações.

Esse tipo de atividade ilegal, realizado em período condenado pela legislação específica, obedecida pelas empresas, ao mesmo tempo em que os predadores operam livremente, vem influenciando na gradativa diminuição da captura da lagosta, que parece caminhar para a completa extinção da espécie, o que causaria sérios transtornos à economia da região, pondo-se fim, igualmente, a 275.000 empregos diretos e indiretos.

Para melhorar o seu sistema operacional, as empresas de pesca do Ceará, que investiram 200 milhões de dólares no setor, dirigiram-se ao Ministério da Agricultura e à SUDEPE solicitando o indispensável apoio ao seu programa ou plano de ação, sem que tenham conseguido sensibilizar, até agora, as autoridades ligadas a essa área tão fundamental, mas ainda não olhada com a merecida atenção. O fato de lhe haver sido concedido o montante de 30% como compensação, na aquisição do óleo diesel utilizado na pesca, parece não representar ponderável auxílio, pois alegam os prejudicados ser o óleo vendido no Brasil um dos mais caros do mundo. Ressalta-se que, no presente exercício, o CNP não liberou nenhuma quota favorecida com tal subsídio.

As indústrias, por sua vez, contam com crescente déficit anualmente, o que está gerando uma situação extremamente difícil para todas elas

que estão a reclamar providências inadivéis em defesa do real e pleno funcionamento de suas empresas.

Por isso mesmo, esperam que lhes seja assegurada uma linha de financiamento específico, ou o retorno da chamada "linha de crédito 882" e daquelas outras relativas à exportação, com os juros acompanhando as variações cambiais. Além disso, confiam em que o prazo de pagamento do óleo adquirido, atualmente estipulado em 13 dias, seja aumentado para 60. E que os juros se tomem compatíveis, pois o setor trabalha somente com moeda estrangeira, não sendo justo pagar juros de mercado, a não ser que as correções cambiais acompanhassem a inflação, o que é considerado utópico.

No que tange aos financiamentos para investimentos, esperam os interessados que sejam a prazos longos e a juros internacionais, o que aumentaria consideravelmente a produção, como no caso dos barcos camaroneiros.

Há outras reivindicações, de igual relevância, contidas no manifesto divulgado e que alcançou intensa repercussão. Solicitam as empresas que o Governo promova estudos urgentes sobre a pesca do atum nas 200 milhas, por se tratar de uma "fonte quase inesgotável de alimentos baratos", cujos excedentes poderiam ser exportados, ajudando o equilíbrio da balança comercial. Desejam, por fim, que o Governo passe a olhar essa indústria com o respeito que lhe é devido, a fim de que ela possa obter os recursos oriundos do FINOR e seja aproveitada em outros programas da SUDENE.

Sem isso, de acordo com o pensamento dos empresários da área, ficará bastante difícil, ou problemática, a sobrevivência do setor pesqueiro, o que teria consequências imprevisíveis em toda a região, pois o Ceará é o maior pólo exportador da pesca no Brasil.

Chamo a atenção, portanto, dos Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, dos Srs. Presidentes dos bancos oficiais e dirigentes dos demais organismos ligados ao desenvolvimento nacional no sentido de que estudem a Exposição de Motivos apresentada pelos empresários de meu Estado, para que se evitem, em tempo hábil, problemas maiores, capazes de gerar inquietação social e econômica na presente conjuntura, estrangulando as possibilidades da pesca ou reduzindo esse expressivo ramo industrial a proporções ínfimas. E não é esse o propósito do Governo da Nova República, pela filosofia de trabalho do Presidente José Samey, para quem o Nordeste constitui prioridade essencial.

O setor pesqueiro vive dias difíceis no Ceará, como, de resto, no Brasil. E o que tem de ser feito requer, por sua natureza, ação e decisão, com o atendimento das mais justas reivindicações de uma classe que exerce papel de alta significação no contexto da vida nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL - PA.

Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos assistindo perplexos à inaceitável greve de marítimos deste País. Inaceitável pelos prejuízos que causa à economia brasileira. São dezenas de navios inteiramente paralisados, acarretando verdadeira asfixia à vida nacional.

A greve como todos sabem, foi declarada ilegal pelo Poder Judiciário e suas consequências já se fazem sentir sobre inúmeros setores. Os prejuízos que uma paralisação deste tipo causa, por exemplo, ao fornecimento de combustíveis, são preocupantes, especialmente quando o Brasil

atravessa séria crise econômica, exigindo a contribuição patriótica de todos os seus filhos.

E é exatamente patriotismo que não estamos vendo nesta hora difícil. Navios e portos paralisados numa greve ilegal, inoportuna, e absolutamente descabida.

Mas, neste momento, sem mais considerações sobre a greve em si, é um dever de justiça realçarmos o papel da nossa gloriosa Marinha que, uma vez mais, é solicitada a defender os altos interesses nacionais, numa atividade essencial à continuidade de nosso desenvolvimento econômico.

A Marinha, através de seus fuzileiros navais, está tratando de ocupar alguns de nossos portos, preservando, assim, próprios nacionais de eventuais danos. A ordem está sendo mantida numa atuação firme, mas pacífica, que visa, inclusive, proteger os próprios marítimos, assegurando o direito de trabalho a quem deseja trabalhar, impedindo a ação de maus brasileiros.

Da mesma maneira, está a Marinha tratando de guarnecer alguns navios e embarcações, permitindo, entre outras coisas, que o abastecimento de combustíveis não entre em total colapso.

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a participação da nossa Marinha vem sendo fundamental para que o desastre seja evitado. Ai sim, encontramos patriotismo, responsabilidade e seriedade, numa ação eficiente e oportuna na defesa dos legítimos interesses nacionais.

Está a Marinha tranquilizando a família brasileira, ameaçada pela asfixia econômica que uma greve deste tipo pode causar.

Precisa ser lembrado, nesta oportunidade:

- que vivemos num País cuja economia, depende do mar de forma crítica. É pelo mar que fazemos nossas importações de petróleo, é da plataforma continental, em pleno mar, que extraímos quase todo o nosso petróleo. E pelo mar que circula a riqueza nacional!

- que um País como este precisa de Marinha. É inaceitável que tenhamos hoje uma Marinha tão carente de meios. Como também é inaceitável o afastamento da Marinha das atividades que visem manter a tranquilidade da sociedade brasileira;

- que o papel da Marinha na nova Constituição tem que continuar incluindo a ordem interna. Caso negativo, e a pergunto. Sr. Presidente quem irá guarnecer os navios e proteger os portos por ocasião de greves antinacionais?

Portanto, é um dever de justiça registrar a positiva participação da nossa Marinha que, mais uma vez, numa atitude firme, enérgica e serena do Ministro Henrique Sabóia, vem em defesa da Nação brasileira cumprindo decisões do Governo da República e atendendo solicitações dos Ministérios dos Transportes e das Minas e Energia, quando a Nação se vê ameaçada por uma greve impatriótica e inoportuna.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Há uma obra sendo realizada em nosso País a que esta Assembléia Constituinte não pode ficar indiferente.

Por décadas, e talvez já por século, que se diz que o Brasil é um país de jovens, o país do futuro, com a imensa maioria de sua população de jovens e crianças. Apesar desta constatação, nunca o Brasil se voltou para suas crianças e seus jovens. Sustentamos os maiores índices de mortalidade infantil em todo mundo, de analfabetismo, de desnutrição, de marginalidade dos jovens.

Até hoje, nenhum programa, nenhuma ação, enfrentou adequada e profundamente todos os problemas que envolvem nossas crianças.

Há uma exceção, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. É o Rio de Janeiro. Lá no Rio de Janeiro, o Governo Leonel Brizola realizou o maior e mais profundo projeto educacional da história deste País. É o projeto dos CIEP, carinhosamente chamado pelo povo daquele Estado e por todo o País de Brizolões.

Em nosso tempo, não só em nosso País, mas em nenhum outro país, realizou-se obra tão extraordinária, tão profunda, tão transformadora. São escolas de tempo integral, que assistem nossas crianças o dia todo, com alimentação farta e sadia, esporte, aulas e estudo dirigido.

Neste final de semana, o Governo do Rio de Janeiro prestou conta desta obra à população do País e demonstrou, por anúncios em jornais, a construção de 500 CIEP, escolas de tempo integral, onde as crianças durante todo o dia, estudam e se alimentam.

Ver esta publicação, ver esta demonstração reacendeu em mim o orgulho de ter participado desta obra, o orgulho de ter participado da obra dos CIEP, da obra dos Brizolões, como Secretário de Justiça do Governo Leonel Brizola.

Requeiro a V. Ex.^a, Sr. Presidente, a transcrição nos Anais desta Assembléia, o inteiro teor da publicação da construção dos 500 CIEP no Rio de Janeiro. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUESEREFERE
O SR. VIVALDO BARBOSA EM SEU
DISCURSO.*

**Esclarecendo a população
500 CIEP.**

Um legado ao futuro

O problema das nossas crianças está acima da chamada economia, dos déficits, da dívida externa, da crise e de tudo o mais que vem ocupando espaços e preocupações.

Em qualquer nação que se preze, nada mais pode valer a pena quando as crianças degeneram e sucumbem devastadas pela miséria e o abandono.

É a própria selva da Nação que se consome. São milhões e milhões, dezenas de milhões, vítimas inocentes.

Salvar as nossas crianças é a causa maior e mais urgente deste País. Salvar o que o Brasil possui de mais valioso. E como fazer isto? Antes de mais nada, é preciso que nossas elites tradicionais deixem de controlar a Nação e que sobrevenha um regime verdadeiramente democrático. Este País deve ser de todos os brasileiros, a começar pela existência de uma ampla igualdade de oportunidades para todas as nossas crianças.

Aqui, no Rio de Janeiro, sem a intenção de dar lições a ninguém, caminhamos nessa direção, com a criação dos CIEP, - Centros Integrados de Educação Pública nos últimos 30 meses, país nenhum no mundo realizou um programa que se compare ao dos CIEP. Os resultados aí estão: prontas e pagas as peças de 446 CIEP (já contados os em montagem e os em depósitos) e as peças para os últimos 54 CIEP estão contratadas ou em execução. Enfim, nestes últimos 30 meses, embora sofrendo os efeitos negativos do Plano Cruzado, trabalhou-se intensamente no Programa dos 500 CIEP, além da Fábrica de Escolas para pequenas e médias unidades.

Dizem que o novo Governo vai revisar o Programa dos CIEP. É provável que tentem retomar a política tradicional, que vem mergulhando o

nosso povo no atraso e no subdesenvolvimento, para que uma minoria o domine e o explore. Talvez aleguem que não vão ter recursos e que tudo custará muito caro. Será mais uma alegação sem fundamento.

O meu Governo encontrou os cofres vazios e não teve nenhum empréstimo. Pior ainda. Foi sabotado pelo Governo Federal e pelos grandes grupos econômicos. Mesmo assim, enfrentamos, sem nunca faltar dinheiro, a construção dos 500 CIEP, além de inúmeras outras realizações importantes. Como estas, poderão surgir muitas outras explicações. Mas governo algum conseguirá esconder do povo sua natureza anti-social, se não der continuidade ao Programa dos CIEP.

Porque os CIEP, como instituição, representam verdadeiramente algo de novo, constituindo-se mesmo numa verdadeira revolução da Escola Pública, na medida em que questiona, por dentro, essa realidade social injusta, desumana e impatriótica. Estas novas escolas proporcionarão às nossas crianças alimentação completa, aulas, a segunda professora que os pobres nunca tiveram, esporte, lazer, material escolar, assistência médica e dentária. Depois de permanecer todo o dia no colégio, voltam, de banho tomado, para o carinho da família.

Mais de 50% de nossas crianças, depois de anos de repetência, deixam a escola mal assinando o nome. Em outras palavras, analfabetas e ressentidas. Por quê? Deficientes de saúde e alimentação, apenas permanecem algumas poucas horas no ambiente escolar, o qual, por sua vez, tem sido precário e ineficaz. Os alunos dos CIEP vêm alcançando cerca de 90% de aprovação. Só este alto rendimento justifica, inclusive economicamente, os Centros Integrados de Educação Pública.

Dizem alguns que os CIEP deveriam ser como as escolas que sempre tivemos, insuficientes e precárias como as que nossas elites e governantes vêm proporcionando, com frieza desumana, às nossas crianças. Nenhum cidadão brasileiro, sério e honrado, pode se conformar com este quadro. Nossas crianças merecem muito mais o que de melhor essa Nação possa oferecer. Porque elas representam o que o Brasil tem de maior valor e, também, os nossos próprios destinos, como Nação livre e democrática, empenhada na construção de uma existência digna para todos os seus filhos. Todas as crianças deste País deveriam estar em escolas como os CIEP. Alimentação e saúde representam uma espécie de pressuposto para a educação, tal a situação de miséria e carência em que se encontra a maioria esmagadora de nosso povo. Para isto, bastaria que não se desviassem tantos recursos públicos para fins inúteis e inconfessáveis. Se deixássemos, por exemplo, de pagar os juros da dívida externa, apenas por dois anos, todas as crianças brasileiras poderiam estar estudando num CIEP. Afirmamos, desde o início da nossa gestão, que as crianças seriam a prioridade entre todas as prioridades. E foram.

Os CIEP são um documento vivo, um símbolo de nossas vontades e de nossa caminhada, ombro a ombro, com o nosso povo.

Desses Centros Integrados, sairão os homens e mulheres do futuro. Aqueles que irão fazer, neste País, tudo aquilo que não pudemos, ou não tivemos coragem de fazer. **Governador Leonel Brizola.**

CIEP: Assistência completa de 8 h da manhã às 5 h da tarde

O CIEP - Centro Integrado de Educação Pública, é uma escola que funciona das 8 horas da

manhã às 5 horas da tarde, com capacidade para abrigar 1300 alunos, sendo 300 adolescentes à noite. Projetado por Oscar Niemeyer, cada CIEP possui três blocos. No bloco principal, com três andares, estão as salas de aula, um centro médico, a cozinha e o refeitório.

No segundo bloco, ficaram o ginásio coberto com sua quadra de vôlei/basquete/futebol de salão, arquibancada e vestiários. Esse ginásio é chamado de Salão Polivalente, porque também é utilizado para apresentações teatrais, shows de música, festas, etc. No terceiro bloco, de forma octogonal, fica a biblioteca e, sobre ela, as moradias para alunos-residentes.

CIEP: Esporte, lazer, material escolar Assistência médica e dentária

Cada CIEP oferece os cursos da CA à 4ª série, ou então da 5ª à 8ª série, de modo a agrupar em cada unidade as crianças da mesma faixa etária.

Durante um período de 9 horas (inclusive horário de almoço), o CIEP ministra alunos, currículo do 1º grau, com aulas e sessões de estudo dirigido, além de oferecer atividade como esportes e participação em eventos culturais.

CIEP: Qualidade do ensino aprova 90% dos alunos

No horário noturno, os CIEPS contribuem para alfabetizar jovens de 14 a 20 anos.

O Programa de Educação Juvenil está estruturado para recuperar a parcela da juventude que já ultrapassou a idade de escolarização obrigatória.

Também funciona nos CIEPs o projeto inédito "Alunos-Residentes", possibilitando que crianças temporariamente desassistidas morem nos "escolões". Essas crianças frequentam as aulas durante o dia e, à noite, permanecem nos CIEPS, em grupos de até 12 meninos ou de 12 meninas.

São cuidados por casais selecionados e treinados para a tarefa de orientá-los.

CIEP: Uma revolução no ensino, uma aula de futuro

A proposta básica do plano alimentar consiste no fornecimento de 4 refeições diárias para os alunos que estudam regime de tempo integral.

Em cada CIEP existe uma unidade pré-planejada para prestar atenção primária em saúde, e odontologia, não só para as crianças que estudam durante o dia ou os adolescentes do Programa de Educação Juvenil que é desenvolvido à noite, mas, também, para os familiares dos alunos e os moradores da comunidade a que escola pertence.

CIEP: Um dia todas as nossas escolas vão ser assim

Partindo da idéia de utilizar a técnica do concreto pré-moldado, que possibilita montar cada CIEP como um jogo de armar, em um prazo de apenas 4 meses. Niemeyer criou um projeto-padrão que é 30% mais barato que uma obra que utilize a técnica convencional de fazer a concretagem no próprio local da construção.

No passado, havia mais dinheiro para viadutos do que para escolas. A grande mudança introduzida pelo Governo Leonel Brizola foi estabelecer prioridade absoluta para a questão educacional,

de modo a dignificar a Escola Pública, para que ela passe a formar mais pessoas letradas do que analfabetos, e não o contrário, que infelizmente é a realidade histórica em nosso País.

CIEPs Especiais

Antes era apenas um esqueleto de concreto armado de um hotel de luxo, abandonado e prestes a ser demolido.

A contração foi desapropriada pelo Governo do Estado: hoje é o CIEP de Ipanema, situado no alto do morro, uma realidade perfeitamente integrada ao cotidiano das favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, parte essencial do projeto de urbanização destas favelas.

O CIEP de Ipanema reúne todas as séries do 1º grau, incluindo as atividades pré-escolares. Dispõe de piscina, de um amplo ginásio coberto e um Centro Infantil de Cultura, que atende centenas de crianças diariamente, colocando-as em contato com as diversas linguagens artísticas e estimulando-as ao prazer da criação e do conhecimento.

No horário noturno, funciona o Programa de Educação Juvenil. Todas as atividades educacionais são desenvolvidas sob uma única direção geral.

Especificamente, o CIEP de Ipanema é o agente do entrosamento da Consultoria Pedagógica de Treinamento com a Direção Geral de Pedagogia.

Essa interação contribui para impedir lacunas entre a proposta pedagógica teórica e sua efetiva concretização na prática cotidiana.

O CIEP de Parati foi construído pelo processo de argamassa armada, implantado pela Fábrica de Escolas. O projeto do arquiteto João Figueiras Lima, uma construção baixa e de linhas retas, não interfere na paisagem da cidade histórica.

Já o CIEP Avenida dos Desfiles, pelo grande número de salas de aula de que dispõe, possibilitou a instalação de um projeto educacional mais abrangente: além dos cursos de pré-escolar, primeiro e segundo segmentos do 1º grau e do Programa de Educação Juvenil no horário noturno, a "Casa do Carnaval" abriga ainda uma Escola Normal, uma Escola de 2º grau e um Curso Supletivo.

Canteiros de Obras

Nos parques e canteiros de obras das empreiteiras, é que são construídos os CIEPs. Essas peças pré-moldadas são transportadas para os locais de montagem dos CIEPs. Já estão prontos e pagos todos os pré-moldados de 446 CIEPs (montados, em montagem ou em depósitos), como estes que se vêem nas fotos. E os pré-moldados dos últimos 54 CIEPs também já estão contratados e em execução.

Resumindo: são 219 CIEPs concluídos ou em acabamento final. Dos quais, 161 já estão funcionando com alunos, professores e pessoal de apoio.

Quanto às obras em andamento, 67 CIEPs estão 70% prontos, 116 estão na primeira metade das obras e 103 numa fase inicial de terraplenagem, fundações, transportes e fabricação dos pré-moldados.

O Programa dos CIEPs é considerado o maior e mais eficiente programa educacional em execução no Brasil ou em qualquer outro país.

Durante o discurso do Sr. Cardoso Alves o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado às Comunicações.

Vai-se passar à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Votação do Projeto de Resolução **ilegível** 2, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, com emendas de plenário. Relator: Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes, há número para votação da matéria, que é o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

A Presidência reitera os esclarecimentos prestados quando iniciada a votação, porque já estamos em fase de votação. A votação foi interrompida por falta de **quorum**, na última sessão em que a matéria foi submetida à apreciação do Plenário. Por isso, a Mesa vai prestar os seguintes esclarecimentos. Trata-se da votação, como é do conhecimento da Casa, do segundo substitutivo. Este que será submetido à decisão conclusiva do Plenário, que se fará sem prejuízo dos destaques oferecidos à matéria. Votado, portanto, o substitutivo, passa-se à votação dos destaques. Na votação dos destaques, poderá ocorrer destaque que precisará lograr aprovação nos termos do art. 38, das normas provisórias, de 280 votos positivos, 280 votos sim. Consequentemente, a matéria destacada, ela, para se incorporar ao substitutivo ou, se for uma emenda supressiva, para retirar do substitutivo qualquer preceito inscrito no mesmo, de vez que o mesmo já está aprovado, fora os destaques, necessitará do **quorum** qualificado, metade mais um da Casa, vale dizer, 280 Srs. Constituintes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC): – Sr. Presidente, estamos com dificuldades de ouvir os enunciados de V. Ex.^a. Eu pediria a V. Ex.^a que garantisse maior silêncio da Casa, para que pudéssemos ouvir esses enunciados.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a atenção do Plenário, a fim de que, depois, não sujam confusões ou que se tenham que reiterar, novamente, explicações.

A votação será do segundo substitutivo, o último substitutivo.

A matéria já está em fase de votação. Houve uma votação que foi interrompida por falta de **quorum**, portanto, a fase de encaminhamento já foi superada regimentalmente.

A votação do substitutivo se fará sem prejuízo dos destaques oferecidos à matéria, ao substitutivo. Votado o substitutivo, passa-se à votação dos destaques, qualquer destaque. Gramaticalmente destaque significa, destaca-se, quer-se retirar, quer-se apartar, quer-se separar.

Para a votação do destaque, e a matéria envolvida por esse destaque, para que se considere aprovado o destaque e a matéria a que o mesmo se refere, é preciso que esse destaque tenha 280 votos positivos, 280 votos SIM, a maioria absoluta da Assembléia Nacional Constituinte.

Os destaques podem ser aditivos, os destaques podem ser supressivos e, na ocasião, a Mesa levará ao conhecimento do Plenário o tipo, a qualidade do referido destaque. Mas o **quorum** permanece, o **quorum** é essencial, ele integra a aprovação da emenda ou da matéria destacada.

A Mesa se sente no dever, e espera contar com a compreensão dos Srs. Constituintes, de fazer um agradecimento e um apelo. O agradecimento é pela atenção que a matéria despertou junto aos Srs. Constituintes. Verifica-se que todos se interes-

saram pelo assunto, estudaram a matéria. E muitos ofereceram contribuições muito importantes para aprimorar esse instrumento de trabalho que é o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Como deve ser do conhecimento de todos, o Sr. Relator, com abrangência, primeiro junto com a Presidência, realizou inúmeras, várias reuniões com as Lideranças, acolhendo sugestões, ponderações, formulações. E isso se deu também com as emendas do Plenário, grande parte delas vinda dos Srs. Constituintes, as quais tivemos a oportunidade de examinar, ontem, noite adentro. Com o Secretário da Mesa, verificamos que grande parte delas, parcialmente estão incorporadas ao segundo substitutivo. Não foi possível o seu atendimento global, mas parcialmente foram atendidas.

Ao lado deste registro de trabalho, de operocidade dos Srs. Constituintes, um apelo: entendemos que interpretamos o sentimento geral, no sentido de que aqueles que tenham emendas ou destaques que não sejam substanciais, fundamentais, de doutrina, de programa, poderão colaborar no sentido de que possamos votar o Regimento, que é uma peça acessória processual, para chegarmos ao essencial, que é a organização das Comissões, para que elas se ponham a trabalhar. Que venham aqui a Brasília os interessados. Dada a profundidade e a relevância da matéria, o número de Comissões, isso tudo ocupará a sociedade e a atenção da opinião pública, documentando o trabalho ingente que vai ser realizado para corresponder à expectativa deste País. Nesta hora ansiada, este momento que desejamos, sei que teremos a colaboração de todos que não tenham um documento precário, meramente instrumental, um elemento acessório. Não se trata da Constituição que será definitiva.

Este apelo, para que possamos abrir mão, que possamos os Srs. Constituintes abrir mão, inclusive, se for possível, não pedir verificações, a não ser naquilo que seja crítico, que seja essencial, a fim de que possamos votar o Regimento. É o apelo que a Mesa se permite fazer à compreensão dos Srs. Constituintes, traduzindo, eu sei o que espera, desta fase da Constituinte, a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Relator da matéria ao apreciar o projeto, ofereceu ao mesmo e vou submeter a votos o seguinte:

Substitutivo, ressalvados os destaques.

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou, e eu, Ulysses Guimarães, Presidente, nos termos do disposto no § 13 do art. 32 da Resolução nº 1, de 1987, da mesma Assembléia, promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº, de 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte representa momento decisivo da vigorosa luta do povo brasileiro pelo término do regime autoritário. A memorável campanha em prol das eleições "diretas-já", e, mais tarde, as eleições dos Presidentes Tancredo Neves e José Sarney tomaram viável essa transição democrática.

A Emenda à Constituição em vigor de nº 26, de 27 de novembro de 1985, acrescentou novo passo no caminho da democratização. Por ela o povo, detentor originário da soberania nos regimes democráticos, delegou aos Constituintes – Deputados e Senadores – poderes para elaborarem, livre e soberanamente, a nova Constituição

que assegurará ao Brasil o autêntico Estado democrático de direito.

Nesta fase de transição Institucional, os Constituintes – delegados do povo – têm o poder de sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia, no cumprimento da missão histórica que lhes foi conferida.

A urgência para que se complete a transição política com a promulgação da futura Constituição, leva os Constituintes a darem prioridade à elaboração da nova Carta, que sepultará definitivamente a legislação antidemocrática do regime autoritário.

TITULO I

Da Assembléia Nacional Constituinte

CAPITULO ÚNICO

Da Sede e da Composição

Art. 1º A Assembléia Nacional Constituinte realizará os seus trabalhos na sede do Congresso Nacional.

§ 1º Compõem a Assembléia Nacional Constituinte os membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no exercício do mandato.

§ 2º Os Constituintes são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício das funções do mandato, não podendo ser processados criminalmente, nem presos sem licença da Assembléia Nacional Constituinte, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável.

§ 3º A prisão em flagrante de crime inafiançável deverá ser comunicada imediatamente ao Presidente da Assembléia, com a remessa do auto e depoimentos tomados, para que ela resolva sobre a sua legitimidade e conveniência e autorize ou não a formação de culpa.

TITULO II

Da Direção dos Trabalhos

CAPITULO I

Da Mesa

Art. 2º A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte é composta do Presidente, do 1º e 2º Vice-Presidentes e do 1º, 2º e 3º, Secretários. Haverá, ainda, três Suplentes de Secretário.

§ 1º O Presidente convocará sessão, a realizar-se após a promulgação desta Resolução, destinada à eleição dos demais Membros da Mesa.

§ 2º A eleição dos Membros da Mesa, salvo do Presidente, far-se-á por escrutínio secreto, com as seguintes exigências e formalidades:

a) presença da maioria absoluta dos Constituintes;

b) chamada dos Constituintes;

c) cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do candidato e o cargo para o qual é indicado, embora seja um só o ato de votação para todos os cargos;

d) colocação, em cabines indevassáveis, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

e) colocação das sobrecartas em urnas, à vista do Plenário, destinadas à eleição;

f) o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas das urnas, contá-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário, abri-las-á e separará as cédulas pelos cargos a preencher;

g) proclamação dos votos, em voz alta, por um Secretário, e sua anotação por dois outros, à medida que apurados;

h) invalidação da cédula que não atenda ao disposto na alínea c;

i) redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

j) maioria absoluta dos votos dos Membros da Assembléia para eleição em primeiro escrutínio, salvo para a dos Suplentes dos Secretários;

l) realização de segundo escrutínio, com os dois mais votados para cada cargo quando, no primeiro, não se alcançar maioria absoluta;

m) maioria simples, em segundo escrutínio;

n) eleição do mais idoso, em caso de empate;

o) proclamação, pelo Presidente, dos eleitos.

§ 3º Os Membros da Mesa, nos impedimentos e ausências, serão substituídos, sucessivamente, atendida a ordem hierárquica e numérica dos cargos.

§ 4º Na ausência dos Secretários ou de seus Suplentes, o Presidente, em exercício, convidará qualquer Constituinte para desempenhar, no momento, as funções de Secretário.

§ 5º Os Membros efetivos da Mesa não poderão participar de qualquer Comissão ou Subcomissão.

§ 6º Verificando-se a vaga de qualquer cargo na Mesa, far-se-á imediatamente a eleição para o seu preenchimento, nos termos estabelecidos no § 2º deste artigo.

Art 3º À Mesa da Assembléia, entre outras atribuições previstas neste Regimento, compete:

I – tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos;

II – dirigir os serviços da Assembléia Constituinte durante as sessões;

III – manter a ordem interna dos serviços da Assembléia Constituinte;

IV – requisitar, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quaisquer servidores, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens inerentes ao cargo, bem como documentos, serviços e dependências de ambas as Casas do Congresso Nacional, que julgue necessários ao pleno funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte;

V – designar o Secretário-Geral da Mesa;

VI – solicitar da Presidência da República providências para a abertura de crédito especial destinado a atender despesas com funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte;

VII – ordenar e autorizar despesas necessárias ao pleno funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, em coordenação com as Mesas e orçamentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;

VIII – emitir parecer sobre os Projetos de Resolução e Indicações.

Art. 4º A manutenção da ordem nas atividades da Assembléia Nacional Constituinte compete privativamente à sua Mesa, através dos servidores requisitados

CAPÍTULO II

Do Presidente

Art. 5º São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

I – presidir as sessões;

II – abrir, suspender, prorrogar, encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – convocar sessões extraordinárias e determinar-lhes dia e hora;

IV – conceder ou negar a palavra aos Constituintes, e interromper o orador, na conformidade deste Regimento;

V – avisar, com antecedência, o término do discurso, quando o orador estiver prestes a findar o tempo regimental, ou quando tiver sido esgotada a hora destinada à matéria;

VI – advertir o orador quando este usar de expressões descorteses ou insultuosas, cassando-lhe a palavra em caso de reincidência;

VII – submeter à discussão e à votação as matérias da Ordem do Dia e estabelecer o ponto em que devam incidir, podendo dividir as proposições para fins de votação;

VIII – resolver questão de ordem;

IX – mandar cancelar, na publicação dos trabalhos da Assembléia, expressões vedadas por este Regimento;

X – resolver a votação por partes;

XI – organizar e designar a Ordem do Dia com a colaboração das Lideranças;

XII – promulgar as Resoluções da Assembléia;

XIII – assinar a correspondência endereçada às altas autoridades nacionais ou estrangeiras;

XIV – designar os membros das Comissões;

XV – anunciar e determinar o registro das alterações na composição da Assembléia Nacional Constituinte, no caso de vaga ou licença;

XVI – resolver, nos termos do disposto no artigo 81, qualquer caso não previsto neste Regimento;

XVII – desempatar as votações, salvo nos escrutínios secretos.

Parágrafo único. Na ocorrência de fato relevante que exija atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, **ad referendum** desta.

Art. 6º O Presidente deixará a cadeira presidencial sempre que quiser participar ativamente dos trabalhos da sessão, e não a reassumirá enquanto perdurar o debate da matéria que se propôs discutir.

Parágrafo único. Na ausência dos Membros da Mesa, inclusive Suplentes, assumirá a Presidência da Assembléia o mais idoso de seus membros, entre os presentes.

CAPÍTULO III

Dos Vice-Presidentes

Art. 7º Ao 1º Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

§ 1º O 2º Vice-Presidente substituirá o 1º vice-Presidente ou o Presidente, na ausência ou impedimento de ambos.

§ 2º Ao 2º Vice-Presidente compete exercer as funções de Corregedor da ordem interna, na supervisão da segurança e no controle do acesso às galerias.

CAPÍTULO IV

Dos Secretários

Art. 8º São atribuições do 1º Secretário:

I – fazer a chamada nos casos previstos neste Regimento;

II – dar conhecimento à Assembléia Nacional Constituinte, em resumo, dos ofícios recebidos e bem assim de qualquer outro documento que lhe deva ser comunicado em sessão;

III – despachar a matéria do expediente;

IV – receber e redigir a correspondência oficial da Assembléia Nacional Constituinte;

V – receber as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia Nacional Constituinte;

VI – promover a guarda das proposições;

VII – contar o número de Constituinte, em verificação de votação;

VIII – dirigir e inspecionar os trabalhos administrativos e fiscalizar as suas despesas;

IX – tomar nota das discussões e votações, autenticando os respectivos documentos com a sua assinatura;

Art. 9º Ao 2º Secretário compete:

I – lavrar as Atas e proceder à sua leitura;

II – auxiliar o 1º Secretário a redigir a

correspondência oficial nos termos deste Regimento.

Art. 10. Compete ao 3º Secretário auxiliar o 1º e o 2º Secretários nas suas atividades.

Art. 11. Os Secretários substituir-se-ão conforme a numeração ordinal e, nesta ordem, substituirão o Presidente na ausência dos Vice-Presidentes.

TÍTULO III

Dos Líderes

Art 12. As representações partidárias terão Líderes e Vice-Líderes.

§ 1º A indicação dos Líderes será feita em documento encaminhado à Presidência, pelas bancadas dos Partidos Políticos com assento na Assembléia Nacional Constituinte.

§ 2º Os Vice-Líderes serão indicados pelos respectivos Líderes, na proporção de um para 8 (oito) Membros da bancada, ou fração.

§ 3º A qualquer tempo é lícito à Bancada Partidária substituir o Líder, mediante comunicação escrita à Mesa, assinada pela maioria absoluta de sua composição.

§ 4º Em caráter preferencial e independentemente de inscrição, poderá o Líder discutir matéria da Ordem do Dia e encaminhar votação, obedecidos os prazos e condições estabelecidos neste Regimento.

§ 5º Além de outras atribuições previstas neste Regimento, compete aos Líderes indicar os representantes de seu Partido nas Comissões.

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO I

Das Comissões Constitucionais

SEÇÃO I

Normas Gerais

Art 13. As Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada, inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, e a ser a sua composição complementada com os Presidentes e Relatores das demais Comissões, e os Relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os Partidos com assento na Assembléia.

§ 2º Os membros de cada Comissão serão indicados pelas respectivas Lideranças, obedecido, em cada uma delas, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária que se aplica, ainda, ao conjunto de cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relatores.

§ 3º Salvo o disposto no § 1º, quanto aos Presidentes e Relatores, cada Constituinte somente poderá integrar duas Comissões, em uma como titular e em outra como suplente, devendo as bancadas de pequena representação optar pela Comissão ou Comissões que preferirem.

§ 4º Dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da eleição da Mesa; os Líderes dos Partidos indicarão à mesma, por escrito, os integrantes de suas bancadas, que irão compor as Comissões.

§ 5º Na sessão ordinária seguinte, o Presidente da Assembléia declarará constituídas as Comissões e lerá os nomes dos que as compõem.

§ 6º Cada Comissão, exceto a de Sistematização, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas,

dividir-se-á nas subcomissões, relacionadas no Art. 15, assegurada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

§ 7º Ao Presidente e ao Relator de cada Comissão é vedado integrar as respectivas Subcomissões.

§ 8º Cada Comissão ou Subcomissão, uma vez constituída, reunir-se-á, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de eleger um Presidente e dois Vice-Presidentes, cabendo ao Presidente a designação do Relator.

§ 9º A eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes e a designação do Relator da Comissão de Sistematização somente se processarão após integralizada sua composição.

§ 10. As Comissões e Subcomissões desenvolverão ordinariamente seus trabalhos na parte da manhã, podendo, por deliberação do seu Plenário, fazê-lo em caráter extraordinário em outros horários, inclusive nos feriados, sábados e domingos, salvo nos períodos destinados às sessões plenárias da Assembléia Constituinte.

§ 11. Às Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores e aos Tribunais bem como às entidades representativas de segmentos da sociedade é facultada a apresentação de sugestões contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da Assembléia às respectivas Comissões.

Art 14. As Subcomissões destinarão de 5 (cinco) a 8 (oito) reuniões para audiência de entidades representativas de segmentos da sociedade, devendo, ainda, durante o prazo destinado aos seus trabalhos, receber as sugestões encaminhadas à Mesa ou à Comissão.

§ 1º É facultado ao Constituinte assistir às reuniões de todas as Comissões e Subcomissões, discutir o assunto em debate pelo prazo por elas estabelecido, sendo-lhe vedado o direito de voto, salvo na Comissão ou Subcomissão da qual for membro.

§ 2º Até 25 (vinte e cinco) dias após a promulgação deste Regimento, os Constituintes poderão oferecer sugestões de normas que devam constar do Projeto de Constituição as quais serão encaminhadas pela Mesa às Comissões pertinentes.

§ 3º As Comissões, a partir de sua constituição, terão prazo de 60 (sessenta) dias para concluírem seu trabalho, findos os quais o encaminharão à Comissão de Sistematização que, por sua vez, deverá, dentro de 30 (trinta) dias, apresentar à Mesa o Projeto de Constituição.

§ 4º Na hipótese de alguma Comissão não apresentar seu trabalho no prazo estipulado neste artigo, caberá à Comissão de Sistematização a elaboração do mesmo.

Art. 15. As Comissões e Subcomissões são as seguintes:

I – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher;

a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais;

b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias;

c) Subcomissão dos direitos e Garantias Individuais;

II – Comissão da Organização do Estado:

a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios;

b) Subcomissão dos Estados;

c) Subcomissão dos Municípios e Regiões;

III – Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:

a) Subcomissão do Poder Legislativo;

b) Subcomissão do Poder Executivo;

c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público;

IV – Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições:

a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos;

b) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança;

c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas;

V – Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

a) Subcomissão de Tributos, participação e distribuição das Receitas;

b) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira;

c) Subcomissão do Sistema Financeiro;

VI – Comissão da Ordem Econômica:

a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica;

b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte;

c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;

VII – Comissão da Ordem Social:

a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos;

b) Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente;

c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias;

VIII – Comissão da família, de Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia:

a) Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes;

b) Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação;

c) Subcomissão da Família, do Menor e do idoso.

IX – Comissão de Sistematização.

Parágrafo único. As Comissões e Subcomissões, além das atribuições previstas neste Regimento, elaborarão as Normas Gerais e as Disposições Transitórias e Finais, relativas à temática de suas competências, cabendo à Comissão de Sistematização, além de compatibilizá-las, a elaboração do Preâmbulo.

SEÇÃO II

Da Elaboração do Projeto de Constituição

Art 16. O Relator, na Subcomissão, com ou sem discussão preliminar, elaborará seu trabalho com base nos subsídios encaminhados, nos termos do estabelecido neste Regimento, devendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar relatório fundamentado com anteprojeto da matéria.

§ 1º O anteprojeto será distribuído, em avulsos, aos demais membros da Subcomissão para, no prazo dos 5 (cinco) dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas.

§ 2º Encerrada a discussão, o Relator terá 72 (setenta e duas) horas para emitir parecer sobre as emendas, sendo estas e o anteprojeto submetidos à votação;

§ 3º As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, entretanto, ser reapresentadas nas demais fases da elaboração da Constituição.

§ 4º A Subcomissão, a partir de sua constituição, terá um prazo de 40 (quarenta) dias para encaminhar à respectiva Comissão o anteprojeto por ela elaborado e, não o fazendo, caberá ao Relator redigí-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Art 17. Na Comissão, os anteprojetos serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros

para, no prazo dos 5 (cinco) dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas.

§ 1º Encerrada a discussão, o Relator terá 5 (cinco) dias para emitir parecer sobre os anteprojetos e as emendas, devendo concluí-lo com a apresentação de substitutivo, que será distribuído em avulsos, sendo, em seguida, submetida a matéria à votação;

§ 2º As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, no entanto, ser reapresentadas na fase oportuna.

§ 3º A matéria aprovada pela Comissão será encaminhada à Comissão de Sistematização dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua aprovação, observado o prazo estabelecido no § 3º do art. 14.

Art. 18. Na Comissão de Sistematização os anteprojetos recebidos das Comissões serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros, devendo o Relator, no prazo de 10 (dez) dias apresentar relatório fundamentado concluindo por anteprojeto.

§ 1º Ao anteprojeto poderão ser apresentadas emendas nos 5 (cinco) dias que se seguirem à distribuição dos avulsos, e que serão destinadas à sua discussão, circuncritas, essas emendas, à adequação do trabalho apresentado com os anteprojetos oriundos das Comissões.

§ 2º Encerrada a discussão, o Relator terá 5 (cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo por Projeto de Constituição que, uma vez aprovado, será encaminhado à Mesa para deliberação.

Art. 19. Na elaboração do projeto, a Comissão de Sistematização compatibilizará as matérias aprovadas nas Comissões.

Art 20. Cada Comissão fará a distribuição do seu trabalho e marcará prazo para a duração dos debates.

§ 1º Aplica-se às emendas apresentadas nas Comissões e Subcomissões o disposto no § 2º do art. 22.

§ 2º As deliberações nas Comissões e Subcomissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

§ 3º O Presidente votará em todas as deliberações, tendo, ainda, voto de desempate.

§ 4º O voto será “pela aprovação”, “com restrições” ou “vencido” quando for pela rejeição.

§ 5º Cada membro da Comissão poderá apresentar, no momento da votação, ou na reunião do dia subsequente, a justificativa escrita de seu voto.

CAPÍTULO II

Do Projeto da Constituição

Art 21. Ao receber o Projeto de Constituição, o Presidente da Assembléia ordenará a sua leitura e publicação no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, para serem distribuídos às autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais organizações da sociedade civil em geral.

Art 22. O Projeto será colocado na Ordem do Dia da sessão seguinte, para discussão, em primeiro turno, nela permanecendo por prazo de até 40 (quarenta) dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

§ 1º Nos 30 (trinta) primeiros dias, serão recebidas emendas dos Constituintes, as quais deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, e que poderão ser fundamentadas na tribuna, durante o prazo que os seus autores tiverem para discutir o Projeto, ou enviadas à Mesa, com justificativa escrita.

§ 2º É vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros.

Art. 23. Fica assegurada, no prazo estabelecido no § 1º do artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecendo as seguintes condições.

I – a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II – a proposta será protocolada perante a Comissão de Sistematização que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas neste artigo para sua apresentação;

III – a Comissão se manifestará sobre o recebimento da proposta dentro de 48 (quarenta e oito) horas da sua apresentação, cabendo da decisão denegatória recurso para o Plenário, se interposto por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, no prazo de 3 (três) sessões, contado da comunicação da decisão à Assembléia;

IV – a proposta apresentada na forma deste artigo terá a mesma tramitação das demais emendas, integrando sua numeração geral, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte;

V – se a proposta receber, unanimemente, parecer contrário da Comissão, será considerada prejudicada e irá ao Arquivo, salvo se for subscrita por um Constituinte, caso em que irá a Plenário no rol das emendas de parecer contrário;

VI – na Comissão, poderá usar da palavra para discutir a proposta, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, um de seus signatários, para esse fim indicado quando da apresentação da proposta;

VII – cada proposta, apresentada nos termos deste artigo, deverá circunscrever-se a um único assunto, independentemente do número de artigos que contenha;

VIII – cada eleitor poderá subscrever, no máximo, 3 (três) propostas.

Art. 24. Na discussão do Projeto, em primeiro turno, o Constituinte poderá falar, uma só vez, pelo prazo de 20 (vinte) minutos e os Relatores por 30 (trinta) minutos.

§ 1º Se, antes de findos os 30 (trinta) dias referidos no § 1º, do artigo 22, não mais houver quem deseje usar da palavra, poderão, os que já houverem ocupado a tribuna, falar pela segunda vez, durante 30 (trinta) minutos.

§ 2º Encerrada a discussão, o Projeto e as emendas serão enviados à Comissão de Sistematização que terá 25 (vinte e cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas.

Art. 25. Findo o prazo estabelecido no § 2º do artigo anterior, o Projeto de Constituição, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia, devendo o Relator, quando for o caso, preferir parecer oral em Plenário.

Parágrafo único. Havendo parecer, e uma vez encaminhado à Mesa, o Projeto será publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, e incluído em Ordem do Dia, obedecendo o interstício de 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos, para votação do Projeto, em primeiro turno.

Art. 26. A votação será feita por Títulos ou Capítulos, ressalvados as emendas e os destaques concedidos.

§ 1º O encaminhamento da votação de cada Título ou Capítulo e das respectivas emendas, será feito em conjunto, podendo usar da palavra, uma só vez, por 5 (cinco) minutos, quatro Constituintes devidamente inscritos.

§ 2º Poderão, ainda, encaminhar a votação os Líderes Partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 20 (vinte) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada Bancada, na forma do disposto no art. 33, § 2º, b.

§ 3º Votado o Título ou Capítulo, votar-se-ão, em seguida, os destaques dele concedidos. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º As emendas com subemendas da Comissão serão votadas em globo, salvo deliberação em contrário, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou líderes que representem este número, sendo as subemendas substitutivas ou supressivas votadas antes das respectivas emendas.

§ 5º No encaminhamento da votação de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) Constituintes a favor, tendo preferência o autor do requerimento e 2 (dois) contra.

Art. 27. Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido, para o segundo turno, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 28. Recebido o parecer da Comissão será publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* e em avulsos, sendo a matéria, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, incluída em Ordem do Dia, para discussão em segundo turno, nela podendo permanecer até 15 (quinze) dias, vedada a apresentação de novas emendas, salvo as supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições ou de redação para correção de linguagem.

§ 1º Na discussão, em segundo turno, a palavra será concedida aos oradores inscritos uma só vez, pelo prazo de 10 (dez) minutos, assegurado o uso da palavra aos Relatores por 15 (quinze) minutos.

§ 2º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que sobre elas emitirá parecer no prazo de até 10 (dez) dias.

§ 3º Recebido o parecer da Comissão, lido em sessão, publicado no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, e em avulsos, serão projeto incluído em Ordem do Dia, para votação em segundo turno.

§ 4º A votação do projeto far-se-á em globo, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos, sendo o encaminhamento procedido nos termos do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 26.

Art. 29. Concluída a votação, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que no prazo de até 5 (cinco) dias, oferecerá a redação final.

§ 1º Apresentada à Mesa, a redação final será publicada e distribuída em avulsos e, após o interstício de 24 (vinte e quatro) horas, incluída em Ordem do Dia para apreciação, em turno único, e em uma única sessão, quando poderão usar da palavra, uma única vez, por 5 (cinco) minutos, um representante de cada Partido, vedado o encaminhamento de votação.

§ 2º Será dispensada a redação final se o texto do projeto for aprovado em segundo turno sem destaques ou emendas.

§ 3º Havendo emenda de redação, oferecida ao se iniciar a discussão da redação final, a matéria,

uma vez encerrada a sua discussão, voltará à Comissão de Sistematização que sobre ela emitirá parecer, dentro do prazo de 2 (duas) sessões. Se o parecer for favorável, deverá a Comissão nele oferecer, como conclusão, um novo texto devidamente corrigido.

§ 4º Após a publicação do parecer da Comissão, no *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, e sua distribuição em avulsos, a redação final será incluída em Ordem do Dia, para votação em turno único, que se fará sem encaminhamento, pelo processo simbólico e maioria simples de votos.

Art. 30. Concluída a votação, o Presidente convocará sessão especial, de caráter solene, destinada a promulgação da Constituição, cujo texto será assinado pelos Membros da Mesa, pelos Relatores e pelos Constituintes, sem acréscimo de quaisquer expressões aos seus nomes parlamentares.

Parágrafo único. Promulgada a Constituição o Presidente declarará dissolvida a Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 31. Da Constituição serão feitos 5 (cinco) autógrafos, que se destinarão à Presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal e ao Arquivo Nacional.

Parágrafo único. Cópia da Constituição promulgada será remetida, pelo Primeiro-Secretário, ao *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, ao *Diário do Congresso Nacional* (Seções I e II) e ao *Diário Oficial da União*, para a devida publicação.

Art. 32. A votação de matéria constitucional será, sempre, feita pelo processo nominal e maioria absoluta de votos dos Membros da Assembléia. As demais votações serão feitas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

CAPÍTULO III

Da Ordem dos Trabalhos

SEÇÃO I

Das Sessões em Geral

Art. 33. As sessões da Assembléia Nacional Constituinte serão ordinárias e extraordinárias.

§ 1º As sessões ordinárias realizar-se-ão todos os dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às 14:30 e terminando às 18:30 horas, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das 9:30 às 13:30 horas, os demais dias e horários estarão destinados aos trabalhos das Comissões e Subcomissões.

§ 2º O tempo de duração das sessões extraordinárias será assim distribuído:

a) a primeira hora destinar-se-á:

- 1) à leitura da Ata da Sessão anterior;
- 2) à leitura do expediente;
- 3) aos oradores do pequeno expediente,

concedendo-se a palavra aos Constituintes, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, na ordem de inscrição feita, no próprio punho, em livro especial, assegurada a preferência aos que não hajam falado nas 4 (quatro) sessões anteriores. A inscrição é intransferível;

b) a partir da primeira hora, o tempo da sessão será destinado a comunicações das lideranças, e assim distribuído:

- 1) ao Partido com mais de 200 (duzentos) membros – 20 (vinte) minutos;
- 2) ao Partido com mais de 100 (cem) e menos de 200 (duzentos) membros – 10 (dez) minutos;
- 3) ao Partido com mais de 15 (quinze) e menos de 100 (cem) membros – 5 (cinco) minutos;

4) ao Partido com até 15 (quinze) membros – 3 (três) minutos.

c) o tempo que restar da sessão será destinado a pronunciamentos sobre matéria constitucional, concedendo-se a palavra, por 20 (vinte) minutos, aos Constituintes escolhidos por sorteio dentre os inscritos.

§ 3º As comunicações de liderança poderão ser feitas por Líderes, Vice-Líderes ou Constituintes indicados pelos respectivos Líderes.

§ 4º As sessões extraordinárias serão realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as ordinárias, e serão convocadas, de ofício, pelo Presidente, que declarará a sua finalidade, ou por deliberação da Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes ou de Líderes que representam esse número.

§ 5º As sessões extraordinárias terão a duração de 4 (quatro) horas.

§ 6º A sessão poderá ser prorrogada, de ofício, pelo Presidente, ou por deliberação da Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes ou de Líderes que representam esse número, não podendo o requerimento ser discutido ou ter encaminhamento de votação.

§ 7º A convocação da sessão extraordinária será comunicada aos Constituintes em sessão ou através de publicação ao **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e, quando de caráter urgente, assim considerado pelo Presidente, mediante qualquer outro processo de comunicação, inclusive o sistema de divulgação interna das Casas do Congresso Nacional.

§ 8º No caso de convocação de sessão extraordinária, poderá o Presidente alterar a hora de início da sessão ordinária, comunicando o fato ao Plenário.

§ 9º Havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constante, ressalvadas os períodos reservados à leitura da Ata, do expediente e dos destinados a breves comunicações, e às comunicações de Liderança, reduzidos pela metade.

Art. 34. A sessão ordinária não se realizará:

- I – por falta de **quorum**;
- II – por deliberação do Plenário;
- III – por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência.

SEÇÃO II

Das Sessões Públicas

Art. 35. À hora do início da sessão, os Membros da Mesa e os Constituintes ocuparão os seus lugares.

§ 1º Para efeito da declaração do número necessário à abertura da sessão, serão consideradas as listas de presença adotadas nas portarias do edifício e elaboradas por ordem alfabética.

§ 2º Achando-se em Plenário pelo menos 56 (cinquenta e seis) Constituintes, o Presidente comunicará o número dos presentes e declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras: “sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos”.

§ 3º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação de **quorum**. Decorrido o prazo e persistindo a falta de número, o Presidente declarará que a sessão não poderá se realizar, despachando o 1º Secretário o expediente, independentemente de leitura, dando-lhe publicidade no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**.

§ 4º Em qualquer fase da sessão, verificada a inexistência de **quorum**, estabelecido no § 2º,

o Presidente encerrará a sessão, de ofício ou por iniciativa de qualquer Constituinte.

§ 5º No cálculo do tempo da sessão descontar-se-á o prazo estabelecido no § 3º.

Art. 36. Aberta a sessão, o 2º-Secretário fará a leitura da Ata da sessão anterior, que se considerará aprovada, independentemente de discussão ou votação.

Parágrafo único O Constituinte só poderá falar sobre a Ata para retificá-la, em ponto que designará de início, e uma só vez por tempo não excedente a 5 (cinco) minutos. Ser-lhe-á, porém, facultado enviar à Mesa qualquer retificação ou declaração por escrito.

Art. 37. Em seguida, o 1º-Secretário fará a leitura do expediente, e das proposições, dando-lhes o devido destino.

Parágrafo único. O tempo que restar da sessão será utilizado na forma do disposto no § 2º do art. 33.

Art. 38. As votações só serão iniciadas com a presença de, no mínimo, 280 (duzentos e oitenta) Constituintes.

§ 1º Não havendo número para votações, o Presidente anunciará a matéria em discussão.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, não havendo matéria a discutir, o Presidente poderá suspender a sessão pelo tempo necessário à complementação de **quorum** ou conceder a palavra a quem quiser dela fazer uso.

§ 3º Logo que houver número para deliberar, o Presidente convidará o Constituinte que estiver na tribuna a encerrar o discurso para se proceder às votações.

§ 4º Se o término do tempo da sessão ocorrer quando iniciada uma votação, será esta ultimada independentemente de pedido de prorrogação.

§ 5º Tratando-se de proposição votada por partes, a votação a última será apenas da parte já anunciada e dos incidentes e acessórios a ela referentes.

§ 6º A falta de número para as votações não prejudicará a discussão da matéria da Ordem do Dia.

Art. 39. O tempo de suspensão da sessão não se computará no prazo de sua duração.

Art. 40. Será permitido, a qualquer pessoa, assistir às sessões, das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar no recinto ou fora dele.

§ 1º Na entrada das galerias será afixada cópia deste artigo para pleno conhecimento de todas as pessoas que a elas tiverem acesso.

§ 2º Haverá lugares reservados nas galerias, especialmente para membros do Corpo Diplomático, altas autoridades, funcionárias e representantes da Imprensa.

§ 3º Aos Partidos, na proporção do número de seus membros, serão destinados convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias.

§ 4º Os integrantes das Bancadas Partidárias, tomarão assento no plenário de acordo com o entendimento das lideranças ou segundo os costumes parlamentares.

Art. 41. A sessão poderá ser suspensa por conveniência da ordem dos trabalhos.

Art. 42. Nenhuma conversação ou manifestação será permitida no recinto em tom que dificulte ou impeça a audição, perfeita das comunicações da Presidência, da leitura do expediente, da chamada, das deliberações e dos discursos que estiverem sendo proferidos.

§ 1º A Segurança, por determinação do Presidente, retirará das galerias os assistentes que,

por qualquer forma, perturbem a ordem dos trabalhos ou evacuará as galerias.

§ 2º Em caso de perturbação da ordem, o Presidente poderá suspender ou encerrar a sessão.

Art. 43. A sessão poderá ser encerrada a qualquer momento, por proposta da Presidência, no caso de falecimento de membro em exercício da Assembléia ou de Chefe de um dos Poderes da República.

Art. 44. No recinto das sessões serão admitidos os Membros da Assembléia, ex-Parlamentares, funcionários em serviço no Plenário, bem como, em lugares previamente determinados, jornalistas devidamente credenciados pela Mesa, ouvidos os Comitês de Imprensa das duas Casas do Congresso Nacional.

SEÇÃO III

Das Atas e dos Anais

Art. 45. De cada sessão da Assembléia Nacional Constituinte, lavrar-se-á Ata sucinta, que deverá conter, além da indicação de seu número, data e horário do seu início e término, o nome de quem a tenha presidido, o número de Constituintes presentes e ausentes, e uma súmula do expediente lido e dos trabalhos desenvolvidos.

Parágrafo único. A Ata, lida em Plenário, será assinada pelo Presidente.

Art. 46. Será, também, elaborada, de cada sessão, Ata circunstanciada, contendo todos os pormenores dos trabalhos e que será publicada no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**.

§ 1º Os discursos serão publicados na Ata da sessão em que tenham sido proferidos.

§ 2º Quando, requisitado o discurso para revisão do orador, não for ele restituído a tempo de ser incluído na Ata da sessão respectiva, nela figurará, no lugar a ele correspondente, nota explicativa a respeito.

§ 3º Não caso do parágrafo anterior, se, ao fim de 5 (cinco) dias, o discurso não houver sido restituído, a sua publicação far-se-á pela cópia arquivada nos serviços taquigráficos, com nota de que não foi revisto pelo orador.

§ 4º A Ata referirá, em cada momento, a substituição ocorrida em relação à Presidência da sessão.

§ 5º As informações e os documentos não oficiais, lidos no expediente, em resumo, pelo 1º Secretário, serão somente indicados na Ata, com a declaração do objeto a que se referirem, salvo se for a sua publicação integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 6º As informações oficiais enviadas à Assembléia, a requerimento de qualquer Constituinte, serão lidas e publicadas na Ata e encaminhadas por cópia ao requerente.

§ 7º Constarão, também, da Ata os votos de regozijo ou pesar, desde que aprovados pela Assembléia a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes.

§ 8º Será lícito a qualquer Constituinte enviar à Mesa, para publicação na Ata, as razões escritas do seu voto, bem como discursos redigidos em termos concisos e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infringjam disposições deste Regimento.

Art. 47. A Ata sucinta da última sessão, ordinária ou extraordinária, da Assembléia, será redigida de modo a ser lida no Plenário antes de ser encerrada a sessão.

Art. 48. Não havendo sessão, será lavrado termo de Ata, dela constando o expediente despachado.

Art. 49. Os trabalhos das sessões plenárias e das reuniões das Comissões e Subcomissões serão organizadas, por ordem cronológica, em Anais.

CAPÍTULO IV

Dos Debates

Art. 50. Os Constituintes falarão ao microfone das tribunas ou dos apartes.

Art. 51. A nenhum Constituinte será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente lhe conceda.

§ 1º Se um Constituinte pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou permanecer na tribuna depois de advertido, o Presidente o convidará a sentar-se.

§ 2º Se, apesar dessa advertência, o Constituinte insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado.

§ 3º Sempre que o Presidente der por terminado um discurso, cessarão os serviços de taquigrafia e de som.

Art. 52. Ocupando a tribuna, o orador dirigirá as suas palavras aos Presidente, ou à Assembléia, de modo geral.

§ 1º Referindo-se, em discurso, a colega, deverá preceder o nome do tratamento de "Constituinte".

§ 2º "Dirigindo-se a qualquer colega, dar-lhe-á sempre o tratamento de "Excelência".

§ 3º É vedado ao orador usar de expressões descorteses ou insultosas, vigorando a proibição para os documentos que pretenda incorporar ao discurso.

§ 4º A inobservância do disposto no parágrafo anterior, sujeitará o orador à cassação da palavra no caso de reincidência.

Art. 53. O Constituinte poderá fazer uso da palavra:

- a) para retificar a Ata;
- b) para breves comunicações ou focalizar temas de interesse constitucional, na forma do disposto no § 2º do art. 33;
- c) pela ordem, para reclamação quanto à observância do Regimento, esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos ou para levantar Questão de Ordem;
- d) para discutir proposição;
- e) para encaminhar votação;
- f) para apartear;
- g) em explicação pessoal, para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer opinião que lhe for indevidamente atribuída, a juízo do Presidente, pelo prazo de 3 (três) minutos.

Parágrafo único. Os líderes poderão usar da palavra nos termos do disposto no título III deste Regimento ou no tempo destinado a comunicação de liderança, conforme o estabelecido no § 2º do art. 33.

Art. 54. O Constituinte, na discussão, não poderá:

- a) desviar-se da questão em debate;
- b) falar sobre o vencido;
- c) usar a linguagem imprópria;
- d) ultrapassar o prazo que lhe compete;
- e) deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 55. A inscrição de oradores para discussão da matéria em debate será feita em livro especial.

§ 1º Ao se inscrever para a discussão, deverá o Constituinte declarar se pronunciará a favor

ou contra a matéria em debate para que o Presidente possa ordenar a chamada;

§ 2º A inscrição de oradores no Livro das Discussões poderá ser feita logo que a proposição a discutir seja incluída em Ordem do Dia.

§ 3º Na hipótese de todos os Constituintes, inscritos para o debate de determinada proposição, serem a favor, ou contra a palavra será dada, pela ordem da inscrição.

Art. 56. O aparte dependerá de permissão do orador.

§ 1º Não serão admitidos apartes:

- a) ao Presidente;
- b) aos oradores do pequeno expediente;
- c) a uso da palavra pela ordem;
- d) a parecer oral;
- e) paralelos a discurso;
- f) a encaminhamento de votação.

§ 2º Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo que lhes for aplicável, não podendo o tempo do aparteante ultrapassar 2 (dois) minutos.

CAPÍTULO V

Das Proposições

Art. 57. Constituem proposições, além do Projeto de Constituição:

- I – Projetos de resolução;
- II – requerimentos;
- III – indicações;
- IV – emendas;
- V – projetos de decisão.

§ 1º Os projetos de resolução destinam-se a regular matéria de caráter administrativo, ou de natureza regimental, ou relativa a consulta plebiscitária no curso do processo de elaboração constitucional.

§ 2º Indicação é a proposição através da qual o Constituinte pode sugerir que o assunto nela focalizado seja objeto de providência ou estudo pela Mesa com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de projeto de resolução.

§ 3º Não serão aceitas, como indicação, as que objetivem a consulta sobre interpretação e aplicação da lei, sobre ato de qualquer Poder ou de seus órgãos ou que representem sugestão ou conselho no sentido de motivar determinado ato, ou efetuar-lo de determinada maneira.

§ 4º Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser supressiva, substitutiva, aditiva ou modificativa.

§ 5º Denomina-se subemenda a emenda apresentada por Comissão a outra emenda e que, por sua vez, pode ser substituída, aditiva ou modificativa.

§ 6º A emenda que substituir integralmente a proposição principal será indicada por "substitutivo".

§ 7º Os Projetos de Decisão destinam-se a regular matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte, não compreendidas nas demais proposições, necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes e serão submetidas a parecer prévio da Comissão de Sistematização, que o fará no prazo de 5 (cinco) dias, cabendo ao Plenário, em dois turnos de discussão e votação, e por maioria absoluta, a decisão final, sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário.

Art. 58. Os projetos de resolução e as indicações serão apresentados em sessão, por qualquer Constituinte, justificados, por escrito, lidos no expediente, numerados e publicados no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos.

§ 1º Nas 3 (três) sessões ordinárias que se seguirem à distribuição dos avulsos, poderão ser

apresentadas emendas ao projeto de resolução, as quais, uma vez lidas, numeradas e publicadas, inclusive em avulsos, serão encaminhadas juntamente com o projeto, ao exame da Mesa.

§ 2º Publicado o parecer da Mesa e distribuído em avulsos, será a matéria incluída em Ordem do Dia, sendo submetida a um único turno de discussão e votação. Na discussão, os oradores poderão usar da palavra por 10 (dez) minutos, na ordem de inscrição e no encaminhamento de votação, por 2 (dois) minutos apenas dois Constituintes, devidamente inscritos, de preferência um a favor e um contrário à matéria.

§ 3º Votar-se-á primeiramente o Projeto, com ressalva das emendas e dos destaques. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º A redação final do projeto será feita pela Mesa e, uma vez aprovada, irá à promulgação.

§ 5º O projeto de resolução que receber parecer contrário da Mesa será arquivado, salvo deliberação da Assembléia, a requerimento de 94 (noventa e quatro) Constituintes no sentido de sua tramitação.

Art. 59. O Projeto de Resolução que vise regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária poderá ser apresentado dentro de 10 (dez) dias contados da publicação dos avulsos do Projeto de Constituição.

§ 1º Ao projeto poderão ser apresentadas emendas dentro de 5 (cinco) dias, após os quais será despachado à Comissão de Sistematização, que emitirá o seu Parecer, por maioria absoluta de votos, dentro de 5 (cinco) dias.

§ 2º Publicado o Parecer dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua aprovação, será a matéria imediatamente incluída em Ordem do Dia, em caráter prioritário.

Art. 60. Serão verbais, ou escritos, sendo resolvidos imediatamente, pelo Presidente, os requerimentos que solicitem:

- I – a palavra;
- II – a retirada de requerimento;
- III – a retirada de proposição com parecer contrário;
- IV – informações oficiais.

§ 1º Serão escritos, não dependem de apoio, não terão discussão nem encaminhamento, os requerimentos de:

- a) discussão e votação de proposições, por partes;
- b) encerramento de discussão;
- c) votação por determinado processo;
- d) preferência.

§ 2º Serão escritos, sujeitos a apoio e não serão discutidos os requerimentos nos quais se solicita:

- a) realização de sessões extraordinárias;
- b) urgência;
- c) retirada de proposições sem parecer ou com parecer favorável;
- d) adiamento da discussão ou votação.

§ 3º Os requerimentos referidos nos parágrafos anteriores dependerão sempre de deliberação do Plenário.

§ 4º Os requerimentos que digam respeito a proposição constante da Ordem do Dia, deverão ser apresentados na fase da sessão em que a matéria respectiva for anunciada.

§ 5º Em se tratando de pedido de informações oficiais, os requerimentos serão dirigidos à Mesa e, se indeferidos, poderão ser reapresentados em Plenário com apoio de 35 (trinta e cinco) Constituintes.

Se deferido o requerimento, as informações serão solicitadas, pelo 1º Secretário,

ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

§ 6º Os requerimentos de informações não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a quem se dirigem.

Art. 61. Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de Projeto e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo.

§ 1º Os requerimentos de destaque, que deverão ser apoiados por 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou por Líderes que representem este número, serão decididos pelo Presidente, cabendo, de seu indeferimento, recurso para o Plenário.

§ 2º A matéria destacada será submetida a votos, após a deliberação do Projeto ou do grupo de emendas a que ela se referir.

Art. 62. Só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo:

a) pela maioria dos Membros da Mesa ou de qualquer Comissão;

b) por 94 (noventa e quatro) Constituintes ou por Líderes que representem este número.

§ 1º Apresentado, o requerimento de urgência será, imediatamente, colocado em votação.

§ 2º Se aprovado o requerimento, a matéria entrará imediatamente em discussão, ficando prejudicada a Ordem do Dia até a decisão final.

§ 3º Havendo duas matérias em regime de urgência em razão de requerimentos votados em Plenário, não se votará outra, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4º Poderá ser incluída na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que verse matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 94 (noventa e quatro) Constituintes ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal.

CAPÍTULO VI

Dos Processos de Votação

Art. 63. As votações poderão ser realizadas pelos processos simbólico, nominal ou secreto.

Parágrafo único. As matérias constitucionais somente serão votadas pelo processo nominal.

Art. 64. No processo simbólico, o Presidente, ao anunciar a votação, convidará os presentes que votam a favor a se manifestarem e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Art. 65. O processo nominal será feito pela chamada dos Constituintes, utilizando-se listagem especial de votação, elaborada por ordem alfabética.

§ 1º As chamadas para as votações nominais começarão numa sessão pelo início da lista e na outra votação pelo final, e assim alternadamente na mesma ou na sessão seguinte.

§ 2º À medida que se sucederem os votos, o resultado parcial da votação irá sendo anunciado, vedada a modificação do voto depois de colhido o de outro Constituinte.

§ 3º Os Constituintes que não estiverem presentes no Plenário, no momento em que se efetuar o processo nominal de votação, poderão registrar o seu voto após o encerramento da chamada e antes da declaração do resultado da votação, utilizando o microfone de apertes, com dedaração do nome parlamentar e da Unidade da Federação pela qual foi eleito.

§ 4º O resultado final da votação será proclamado pelo Presidente, após o que, a ninguém será admitido votar.

§ 5º Constarão da Ata os nomes dos Constituintes votantes discriminando-se os que votaram a favor, contra e os que se abstiveram.

Art. 66. Na votação secreta, o Constituinte chamado receberá urna sobrecarta opaca, de cor e tamanho uniformes, e se dirigirá a uma cabine indevassável, colocada no recinto, na qual devem encontrar-se cédulas para a votação. Após colocar na sobrecarta a cédula escolhida, lança-la-á na urna que se encontrará no recinto, sob a guarda de funcionários previamente designados.

§ 1º Conduzida a urna à Mesa, somente votarão os componentes desta.

§ 2º A apuração será feita pela Mesa, sendo o Presidente auxiliado por dois Constituintes que funcionarão como escrutinadores.

§ 3º Os escrutinadores abrirão as sobrecartas e contarão as cédulas e os votos apurados, sendo o resultado da votação anunciado pelo Presidente.

Art. 67. A votação pelo sistema eletrônico poderá substituir a votação pelo processo nominal ou secreto, obedecidas disposições estabelecidas em Ato da Mesa.

CAPÍTULO VII

Da Verificação da Votação

Art. 68. Proclamado o resultado de votação simbólica, poderá ser pedida sua verificação em requerimento apoiado por 35 (trinta e cinco) Constituintes.

§ 1º Na verificação, o Presidente convidará os Constituintes que votaram a favor a se manifestarem de maneira que os votos possam ser contados e, em seguida, procederá da mesma forma com os que votaram contra.

§ 2º Os Secretários contarão os votantes e comunicarão ao Presidente o seu número.

§ 3º O Presidente, verificando, assim, se a maioria dos Constituintes presentes votou a favor ou contra a matéria em deliberação, proclamará o resultado definitivo da votação.

§ 4º Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

§ 5º Far-se-á sempre a chamada nominal quando a votação indicar que não há número.

CAPÍTULO VIII

Do Adiamento da Discussão ou da Votação

Art. 69. O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pela Assembléia, mediante requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou de Líderes que representem este número, por prazo previamente fixado, que não poderá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Quando, para a mesma proposição, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, ficando os demais prejudicados.

§ 2º Os requerimentos não serão discutidos nem terão encaminhada sua votação.

CAPÍTULO IX

Da Retirada de Proposição

Art. 70. O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulado por seu autor.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, consideram-se autores das proposições das Comissões os respectivos Relatores ou Presidentes, desde que devidamente autorizados.

Art. 71. Quando pedida a retirada de proposição, com parecer contrário, o Presidente o deferirá independentemente de votação.

Parágrafo único. Para a retirada de proposição sem parecer ou que tenha parecer favorável ou à qual se haja oferecido emenda, o requerimento dependerá da aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO X

Das Questões de Ordem

Art. 72. Constituirá questão de ordem suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento.

§ 1º A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental que deu motivo à dúvida, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.

§ 2º Para contraditar questão de ordem, será permitido, a um só membro da Assembléia, falar por prazo não excedente ao fixado neste artigo.

§ 3º Da decisão da Presidência em questão de ordem caberá, com apoio de 35 (trinta e cinco) Constituintes, recurso, sem efeito suspensivo, para o Plenário, ouvida a Comissão da Organização dos Poderes.

§ 4º Se o Parecer da Comissão for contrário, estará mantida a decisão da Presidência, sendo o recurso arquivado.

§ 5º Nenhum Constituinte poderá renovar, na mesma sessão, questão de ordem nela decidida pelo Presidente.

§ 6º A decisão do Plenário, mantendo ou negando decisão da Presidência em questão de ordem, terá, para todos os efeitos, força de norma regimental.

§ 7º Quando o Presidente, no decorrer de uma votação, verificar que a questão de ordem não se refere efetivamente aos trabalhos, poderá cassar a palavra ao Constituinte que a estiver usando, prosseguindo na votação.

TÍTULO V

Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Da Divulgação dos Trabalhos

Art. 73. Fica criado, junto à Mesa, o Serviço de Divulgação, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 1º O Serviço de Divulgação utilizará, para o cumprimento de suas finalidades, a estrutura e o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas – ADIRP, da Câmara dos Deputados.

§ 2º Cabe ao Serviço de Divulgação:

a) fornecer, diariamente, aos meios de comunicação social, material noticioso sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte;

b) editar resumo das atividades, propostas e debates, a ser distribuído, gratuitamente, às Prefeituras, Câmara dos Vereadores, Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, Diretórios de Partidos Políticos, Universidades, Escolas, Sindicatos, Associações, Entidades da Sociedade da Sociedade Civil, e cidadãos que o solicitarem;

c) subsidiar com informações as entidades interessadas no acompanhamento e discussão dos trabalhos da Assembléia;

d) organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento, de som e imagem, das atividades da Assembléia.

Art. 74. As emissoras de rádio e televisão cederão, diariamente, ao Serviço de Divulgação, para apresentação de programa informativo, contendo exposição e Constituintes e a síntese dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, dois horários, de 5 (cinco) minutos cada um, assim distribuídos:

a) nas emissoras de televisão, um entre 12 e 14 horas, e outro entre 19 e 22 horas;
b) nas emissoras de rádio, um entre 7 e 9 horas e outro entre 12 e 14 horas.

Parágrafo único. Caberá à RADIOBRÁS e à Empresa Brasileira de Notícias – EBN, com apoio do Serviço de Divulgação, produzir e gerar os programas estabelecidos neste artigo.

Art. 75. A Presidência da Assembléia poderá requisitar, às concessionárias de rádio e televisão, horário de, no máximo, 60 (sessenta) minutos, para a divulgação de fato relevante, de interesse da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 76. As emissoras de televisão estatais e educativas cederão até 60 (sessenta) minutos de sua programação diária ao Serviço de Divulgação para a realização de debates sobre temas constitucionais.

Art. 77. Até a promulgação da Constituição, o tempo destinado ao Poder Legislativo na “Voz do Brasil” será utilizado para divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte, com a denominação de “Voz da Constituinte”.

Parágrafo único. As informações sobre as sessões do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados serão divulgados através da “Voz da Constituinte”.

Art. 78. A Presidência poderá requisitar horários do projeto “Minerva” para complementar a divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

CAPÍTULO II

Da Alteração do Regimento

Art. 79. O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte poderá ser alterado por projeto de resolução de iniciativa:

a) da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte;

b) de, no mínimo, 94 (noventa e quatro) Constituintes;

§ 1º No caso da alínea a, publicado e distribuído o projeto, em avulsos, será convocada sessão, a realizar-se dentro de 5 (cinco) dias, destinada à sua discussão, em turno único.

§ 2º No caso da alínea “b”, recebido, o Projeto será lido e publicado no Diário da Assembléia e em avulsos, sendo encaminhado à Mesa a fim de receber no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º Publicado o parecer e distribuído em avulsos, proceder-se-á na forma do § 1º.

Art. 80. Encerrada a discussão, com a apresentação de emendas, o Projeto voltará à Mesa que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sobre elas emitirá parecer.

§ 1º Publicado o parecer e distribuído em avulsos, o Projeto será incluído em Ordem do Dia, para votação.

§ 2º Se aprovado, a Mesa oferecerá, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a redação final do Projeto que será submetida ao Plenário da Assembléia, sem discussão ou encaminhamento, sendo a Resolução correspondente promulgada pelo seu Presidente.

Art. 81. Na resolução de casos omissos neste Regimento, a Presidência poderá valer-se, subsidiariamente, do estabelecido nos Regimentos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Art. 82. A partir de 1º de março de 1987, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional adaptarão seus regimentos internos para compatibilizar a realização de suas sessões, em caráter extraordinário e para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional, ao funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 83. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, sobre a mesa existem várias proposições que ficaram sobrestadas para serem decididas por V. Ex.^a posteriormente à aprovação desse Regimento. Dentre elas uma de minha autoria que solicitava a V. Ex.^a a convocação do Congresso Nacional, no prazo de 72 horas, para apreciar as matérias de mérito constantes dessas proposições, se não me falha a memória, até há urna delas proposta pelo Partido Comunista do Brasil, pelo Partido dos Trabalhadores, etc.

Perguntaria a V. Ex.^a para que eu ficasse definitivamente esclarecido: aprovado o Regimento, essas proposições serão consideradas arquivadas para que tomem a forma que determina o art. 58, se aprovado, das proposições, ou V. Ex.^a dará curso às mesmas como foram elaboradas, baseado no Regimento provisório?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa convocará a lucidez, o conhecimento de Regimento de V. Ex.^a oportunamente, dentro de critério liberal que norteia a sua atuação, para, sendo possível, isso possa ser resolvido, mas terá que ser resolvido no momento oportuno, vez que agora estamos na parte da votação do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vem à Mesa e vão à publicação as seguintes; Declarações de Voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Partido Democrata Cristão lamenta que os Constituintes eleitos pela soberana vontade popular, num dos mais belos momentos de esperança deste País, tenham que votar esse segundo Substitutivo apresentado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, relator do Projeto de Regimento Interno da Constituinte.

O Senador Fernando Henrique Cardoso, democrata provado nas duras lutas libertárias do povo paulista, certamente não pôde nos oferecer coisa melhor, tais as pressões existentes.

Temos que nos limitar a dizer “amém” ou a tudo contestar, sem possibilidade de melhor aproveitamento do pouco de bom que existe nesse Substitutivo e de eliminar o muito de resquício autoritário que ele nos traz, tal a exiguidade do tempo programado para votação do Projeto de Regimento Interno.

Infelizmente, temos que aceitar a existência de Constituintes de categorias diversas, de 1º, de 2º e até de 3º.

A liberdade pela qual tanto lutou o PMDB não pode ser a liberdade de impor pela força a vontade e os interesses do Governo a toda Nação.

No entanto, nem tudo está perdido, graças ao bom Deus, desde que as forças políticas majoritárias possam aceitar a convocação que os democratas cristãos lhe têm feito para um amplo e sólido acordo nacional com vistas à instalação imediata de um Governo parlamentarista de união nacional, única alternativa que nos resta para solução de gravíssima crise econômica, social e política que abala os alicerces da Nação.

De fato, não temos qualquer dúvida quanto ao resultado da votação que hoje iniciamos: esse Substitutivo será aprovado.

Os Constituintes da Democracia Cristã brasileira votam pela aprovação do segundo Substitutivo e de alguns destaques aperfeiçoadores, na certeza de que a Constituinte, a partir de hoje, estará instrumentalizada para atender os reiterados apelos de união nacional que vimos formulando, desde o início dos nossos trabalhos, desencadeando o processo de mudanças e reformas reclamadas pela Nação.

Para que os homens do Governo não se utilizem de pretexto para justificar os seus erros e desmandos, que estão desmantelando o País e para que não digam que não tiveram alternativa, os constituintes democratas cristãos votam favoravelmente à aprovação dos dispositivos que prevêem o “Projeto de Decisão”, a “Comissão de Sistematização” e os demais itens do segundo Substitutivo do relator, lutando, entretanto, para aprovação de destaques que tornem o Regimento Interno da Constituinte menos autoritário.

O PDC espera, no entanto, que os homens do Governo não venham a utilizar as normas hoje estatuídas contra a Nação.

Os democratas cristãos se reservam o direito de constante acompanhamento e fiscalização dos atos do Governo e, se for o caso, de denunciá-los a Nação.

Vamos, num amplo e seguro “Acordo Nacional”, envolvendo todas as forças políticas, sociais e econômicas desta abençoada Nação, arrancar, o Brasil da crise desesperadora em que já embocamos.

Deus haverá de nos inspirar para tão grandiosa e urgente tarefa, porque não temos o direito de frustrar as esperanças do povo brasileiro.

Presidente Ulysses Guimarães, “Navegar é preciso; viver não é preciso”, mas chegou a hora de navegar vivendo, isto é, lutando pela liberdade e construindo a Pátria de todos os brasileiros, de hoje e de sempre. – **Siqueira Campos.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei pela aprovação do Regimento Interno, não obstante as graves restrições que faço, desde a inovação de serem criadas várias Comissões e Subcomissões para a elaboração do texto original do Projeto até à possibilidade de referendo, plebiscito ou coisa semelhante.

Sala da Assembléia Nacional Constituinte, 10 de março de 1987. – **Nelson Carneiro.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a Mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento:

Senhor Presidente,

Requeiro preferência para os requerimentos de destaques referentes ao § 7º, do art. 57, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 2-B, de 1987.

Sala das Sessões, – **Luiz Henrique.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, nos termos do art. 28, § 3º, peça verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se proceder à verificação requerida pelo nobre Líder.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação.

SIM – 414

NÃO – 52

ABSTENÇÕES – 2

TOTAL – 468

O Requerimento foi aprovado.

VOTARAM: SIM

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Admito Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adyelson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afonso Camargo – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Alécio Dias – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysoun Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Anníbal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiani – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnoldo Floravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Arterin Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant’Ana – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Caís Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Edígio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann –

PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Hermann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Joffran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Giovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique –

PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyler – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matheus Lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Naphtali Alves – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Squarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zazur – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Medina – PFL; Rubem Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tidei de Lima – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valtair Pereira – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Víctor Faccioni – PDS; Víctor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Wilson Souza – PMDB; Vinicius Cansangão – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora

– PDS; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

VOTARAM. NÃO

Adhemar de Barros Filho – PDT; Adroaldo Streck – PDT; Agassiz Almeida – PMDB; Airon Cordeiro – PDT; Aldo Arantes – PC do B; Amaury Müller – PDT; Benedita da Silva – PT; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Brandão Monteiro – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Célio de Castro – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cunha Bueno – PDS; Edésio Frias – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Jamil Haddad – PSB; João de Deus Antunes – PDT; João Paulo – PT; José Fernandes – PDT; José Genoíno – PT; Juarez Antunes – PDT; Lidice da Mata – PC do B; Luiz Gushiken – PT; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Lyzãneas Maciel – PDT; Maurício Corrêa – PDT; Moema São Thiago – PDT; Myrian Portella – PDS; Nelson Seixas – PDT; Noel de Carvalho – PDT; Olívio Dutra – PT; Raul Ferraz – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vítor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT.

ABSTIVERAM-SE DE VOTAR:

Arnaldo Faria de Sá – PTB; Ulysses Guimarães – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vem à Mesa e vão à publicação as seguintes declarações de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votamos sim em razão da absoluta ausência de outra alternativa racional. Entendemos que o dispositivo emendado e a emenda do dispositivo arranham com o mesmo espírito e na mesma medida a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Em outras palavras, a emenda não modifica, em sua substância, o dispositivo emendado.

No preâmbulo do substitutivo nº 1 os projetos de decisão já resultam limitados às ameaças, aos trabalhos e decisões do processo de elaboração da Carta. Isto significa que o parágrafo 7º do art 57, em virtude da compulsoriedade da interpretação autêntica, ditada pelo preâmbulo, já contém implicitamente as restrições que a emenda não faz mais que explicitar. Conseqüentemente, votar sim ou não produz o mesmo resultado do ponto de vista denotativo e concreto.

Diante desta fatalidade, consolidada pelos trâmites procedimentais, votaríamos não para o efeito de marcar posição.

Não obstante isso, considerando os notáveis avanços do substitutivo nº 2 e as irreparáveis conseqüências que resultariam da frustração do acordo de Lideranças, e considerando, principalmente, que a solução encontrada deixa, apesar de tudo, amplas possibilidades de exercermos a soberania na elaboração da Carta, o que é, aliás, o aspecto primordial da soberania, optamos pelo voto sim com esta declaração pela qual inscrevemos nos anais da Constituinte a nossa inabalável decisão de exercermos exaustivamente a soberania da Constituinte, na medida em que foi

delineada, rejeitando desde logo qualquer espécie de intervenção dos poderes constituídos e garantindo ao povo que não arredaremos pé do objetivo de elaborarmos urna Constituição que seja o instrumento definitivo da transformação estrutural da sociedade brasileira.

Esta declaração tem, por outra parte, a finalidade de enfatizar nossa rejeição ao encaminhamento que as Lideranças do PFL e do PTB deram à votação, através de pronunciamentos manchados pela servilidade a interesses voltados para o insaciável desejo de transformar a Assembléia Nacional Constituinte em mera assembléia de regulagem constitucional, para reproduzir o sistema e eternizar a injustiça social.

Sala das Sessões, 10 de março de 1987. – **Rodrigues Pauma – Antônio Gaspar – Joaquim Lucena – José Carlos Sabóia – Mauro Campos – Augusto de Carvalho – Antero de Barros – Paulo Silva – José Paulo Bisol – Rose de Freitas – Percival Muniz – Ana Maria Rattes – Nelton Fredrich – Cássio Cunha Lima – Cristina Tavares – Octávio Elísio – Sigmaringa Seixas – Ruy Nedel – Hermes Zaneti – Lézio Satler – Aluizio Bezerra – Fábio Feldmann – José Tavares – Bete Mendes – Jorge Uequed.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto não à emenda ao § 7º do artigo 57 que modifica o Substitutivo do Regimento Interno do Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso. Voto não à soberania limitada e consentida contra os interesses do bem comum. Não à soberania adjetiva que busca esfalçar os ideais de liberdade da Nação brasileira. Voto não pela busca de soberania da Assembléia Constituinte, pela independência do Poder Legislativo.

Brasília, 10 de março de 1987. – **Raquel Capiberibe.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

na votação do Destaque à Emenda ao Projeto de Resolução, apresentada pelo Constituinte Maurílio Ferreira Lima

Entendo que, da forma como está posto o § 7º do art 57 no Substitutivo apresentado pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, não há por que temer a sua aplicação, mesmo porque a soberania da Assembléia Constituinte será absoluta no momento em que for promulgado o texto constitucional. Daí, ter somenos importância colocar em discussão aspectos da Constituição outorgada em 1969, se isto amedronta os que se locupletaram durante os vinte anos de arbítrio. O que importa é fazer uma Constituição que alije da vida pública brasileira todos os que se colocaram, por todo o tempo, contra o interesse do povo e da Nação.

Sala das Sessões. 10 de março de 1987. – **João Agripino.**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Quando a Assembléia Nacional Constituinte, nesta fase aguda da conjuntura nacional, traça novos rumos para o País por sua soberania através do dispositivo referente ao art 57, § 7º do substitutivo Fernando Henrique Cardoso, faço a presente declaração de voto contra a emenda Maurílio Ferreira Lima.

A Assembléia Nacional Constituinte é soberana e tem como poder originário o povo. Sala das Sessões, março de 1987. –

Agassiz Almeida.

Durante a votação nominal foi levantada a seguinte questão de ordem:

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP.

Para uma questão de ordem, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quando a matéria foi anunciada, houve certo tumulto em plenário, porque, realmente, a maior parte dos Constituintes, particularmente os Deputados da minha Bancada, não compreenderam exatamente o que estava sendo posto em votação. Eu queria apenas aduzir, aos esclarecimentos que V. Ex.ª prestou, o fato de que estamos requerendo preferência para que seja votado em primeiro lugar o destaque que versa sobre o projeto de decisão com a redação que resultou de acordo, e o voto nosso, do PTB, é SIM.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães – Fazendo soar a campanha): – A Mesa faz mais um apelo, esperando ser compreendida. É difícil o registro da chamada se os Srs. Constituintes não ocuparem os seus lugares e ficarem concentrados aqui à frente e competindo com as vozes que vêm do plenário com o voto enunciado pelo Constituinte.

Peço aos Constituintes que colaborem no andamento da votação, senão perderemos muito tempo.

Prosegue a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães – Fazendo soar a campanha): – A Mesa lembra aos Srs. Constituintes que estamos em verificação de votação. A rigor, o que se deveria ouvir era o Constituinte dizendo SIM ou NÃO. Do contrário, vai ser difícil fazer o registro com a segurança que deveria haver na votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento:

Senhor Presidente,

Requero preferência para votação da Emenda nº 535 apresentada ao Projeto que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 1987. – Constituinte **Luiz Henrique.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT –

RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaríamos de, apesar do número que se estabeleceu, solicitar votação nominal, para ficar registrado nos Anais da Casa exatamente o voto daqueles que falavam em soberania e a liquidaram. Por isso, requeremos votação nominal.

O SR HAROLDO LIMA (PC do B – BA.

Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de obter de V. Ex.ª um esclarecimento sobre o conteúdo do que acaba de ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães): – V. Ex.ª deseja saber a preferência sobre a qual pediu a verificação agora? Trata-se da Emenda nº 535. O autor da emenda é o nobre Deputado Maurílio Ferreira Lima que, para a primeira parte da sua emenda, requer a preferência, que diz:

"Os projetos de decisões destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte."

Esta é a preferência pedida. Quanto ao mais, se for aprovada a primeira preferência, segundo o destaque, então se incorpora ao resto do texto existente no substitutivo do relator da matéria.

Vai-se fazer a chamada.

O SR HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Pelo próprio esclarecimento que V. Ex.^a acaba de dar a mim e aos demais Constituintes, fica estabelecido que nós nem estávamos muito atentos ao que foi votado. Por uma razão ou por outra, uma votação da máxima importância não foi suficiente... Por outro lado, Sr. Presidente, acredito, e encaminho a V. Ex.^a, que pelo menos a posição das Lideranças deveria ter sido posta em encaminhamento. Todos os Líderes estavam preparando encaminhamentos para que todos os Constituintes pudessem votar com pleno conhecimento do que estava acontecendo. E eu pergunto a V. Ex.^a se considera que essa votação foi suficientemente conscientizada, foi uma votação consciente e se não deve ser feito um mecanismo pelo qual todos possam votar com pleno conhecimento do que está se passando.

O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em primeiro lugar, já foi deferido o requerimento da verificação. Em segundo lugar, a Mesa, até por uma interpretação liberal, quando for da votação do destaque, admitirá, por 2 minutos, a intervenção dos Srs. Líderes.

O SR JOSÉ GENÓINO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a Emenda Maurílio Ferreira Lima foi objeto de um processo de muitas negociações, como é público e notório já noticiado na imprensa. Essa Emenda não pode ir à votação, sem que as lideranças partidárias façam os encaminhamentos políticos, para que cada Constituinte, ao votar a Emenda Maurílio, SIM ou NÃO, tenha a noção exata da posição de cada partido sobre a soberania da Constituinte.

O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa esclarece que se vota, agora, unicamente a preferência. Posteriormente, quando se tratar do mérito da emenda, então, os Líderes poderão falar por 2 minutos.

O SR BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, inclusive para colaborar no andamento dos trabalhos, e como a nossa posição é de esclarecer convenientemente esta emenda, nós requeremos naquela oportunidade verificação de votação, neste momento retiro o meu requerimento para, posteriormente, discutir a questão. (Palmas.)

O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Aprovado, portanto, o requerimento de preferência, passa-se à votação do destaque.

O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque: Senhor Presidente, Requeiro a V. Ex.^a, nos termos das Normas Preliminares, destaque para a emenda nº 535, de minha autoria, oferecida ao substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 1, de 1987, salvo a expressão "necessitando até decisão final".

Sala das Sessões, fevereiro de 1987. – **Maurílio Ferreira Lima.**

O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa prorroga a sessão para até 19 horas. E desde já convoca uma sessão para as 21 horas para prosseguimento da votação.

A Mesa também esclarece a todos os Srs. Constituintes que, enquanto houver destaque a ser votado, é indispensável, para que possa ser promulgado o Regimento, a presença dos Srs. Constituintes em Brasília, até a votação do último destaque que deva ser oferecida à apreciação do Plenário.

O SR HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em pauta nós estamos com a questão da soberania da Constituinte. Duas propostas estão em votação. A primeira é a proposta do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso. Como Relator da Comissão ou dos trabalhos da Constituinte do Regimento Interno, S. Ex.^a apresentou a sua proposta duas vezes, e a segunda vez através do substitutivo considerado número 2. No mérito, essa proposta abre a possibilidade da Constituinte revogar preceitos constitucionais que, a permanecerem, significa uma ameaça latente à soberania da Constituinte. Por exemplo, a proposta do Senador Fernando Henrique Cardoso abre a possibilidade da Constituinte revogar o preceito que permite medidas de emergência que, efetivamente ameaçariam o funcionamento desta Casa.

A segunda dá nova redação a proposta do Senador Fernando Henrique Cardoso, que, na prática, a anula e a substitui, e no mérito abre a possibilidade de a Constituinte, diante de medidas de fato, poder sobrestar essas medidas. Exemplifico, dizendo que diante de medidas de emergência, em Brasília, medidas que efetivamente proibiriam definitivamente a soberania da Constituinte, permite que nós os constituintes suspendamos a execução dessa dita medida de emergência.

O PC do B, Sr. Presidente, avalia que a primeira proposta sustenta a soberania nesta Casa, ainda que com limitações. O PC do B considera que a segunda proposta abre mão da soberania desta Casa, significa o atestado de óbito da soberania desta Casa. Considera, por outro lado, Sr. Presidente, que estamos vivendo um momento delicado da vida nacional. Às 13 horas da tarde de hoje, o exército ocupou todas as refinarias do nosso País – a refinaria de Mataripe, de Paulínia, todas foram ocupadas e nenhuma estava em greve. Isso significa que as Forças Armadas estão retornando à vida pública nacional. E se esta Casa, e se os políticos que votaram e que pediram voto em praça pública para assumir as funções de uma Constituinte livre e soberana, na primeira hora, quando têm que sustentar a bandeira de que são representantes, de um poder soberano, se eles acreditam nesse poder, por covardia ou por qualquer outra manobra, ou por qualquer outra imposição, nos parece que essa será uma medida extremamente prejudicial à soberania da liberdade, em nosso País. E todos aqueles que são progressistas, nesta Casa, e que são amantes da liberdade e que fizeram, sob a direção de V. Ex.^a, a jornada das "Diretas, já", não pode agora, na primeira oportunidade, abrir mão, por injunções de qualquer natureza, abrir mão da soberania, por imposição de um outro poder e sob a liderança de um partido que não liderou a massa democrática que foi o PFL. Porque está sendo posto agora, Sr. Presidente, é que o PFL assumirá a liderança do Partido, do qual V. Ex.^a é o Presidente.

O PC do B encaminha, no sentido de que votemos a favor da soberania e contra a emenda de Maurílio Ferreira Lima.

O SR JAMIL HADDAD (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Partido Socialista Brasileiro coloca-se, também, contra a Emenda Maurílio e a favor da soberania desta Casa.

Como já disse o Líder do Partido Comunista do Brasil, o Exército hoje ocupou as refinarias do nosso País e amanhã estará nas portas do Congresso Nacional e aí, então, pediremos a eles que não o façam, porque iremos votar uma medida que impeça a entrada ou o fechamento do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, o momento é muito grave e acompanhamos, desde o primeiro minuto, nesta Casa, as negociações – e é doloroso para nós dizer que o PMDB de tradições históricas de luta, o PMDB do qual fiz parte e na sua legenda fui cassado, o PMDB está sendo, neste momento, dirigido e comandado pelo Partido da Frente Liberal, que é oriundo do antigo PDS, e que sustentou o movimento ditatorial neste País durante vinte anos. A posição do Partido é contra a emenda Maurílio e a favor da soberania do Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. MÁRIO COVAS (PMDB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituinte:

Para sustentar a minha questão de ordem, eu gostaria de obter de V. Ex.^a uma anterioridade, um esclarecimento. Até onde entendi, V. Ex.^a colocou em votação simbólica o pedido de destaque para a emenda, considerou-a aprovada simbolicamente e, a partir daí, estamos encaminhando a própria emenda, não é isso? Vamos em seguida votar a emenda, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não. A matéria foi anunciada quando se tratava das preferências e foi anunciado, o que agora é objeto de encaminhamento de votação, o destaque da emenda Maurílio Ferreira Lima e foi submetido a votos.

O SR. MÁRIO COVAS: – V. Ex.^a considerou duas preferências: uma foi votada nominalmente e uma segunda foi votada simbolicamente. Correto? (Assentimento da Presidência da Mesa.)

É a respeito disso que eu gostaria de levantar a questão de ordem. A questão de ordem se baseia no art. 28, § 1º, do regulamento que está vigorando, Sr. Presidente. Tenho visto, tenho assistido a essa regra que tem sido sistematicamente evitada. Não quero parecer desagradável, nem que esteja adiando, mas me parece que esse parágrafo determina que na votação simbólica V. Ex.^a deveria anunciar que quem votasse a favor é que deveria se levantar e não permanecer sentado. É um detalhe, Sr. Presidente, mas estamos votando uma Constituição. E como esta mesma regra votada para esta Casa, aliás a primeira das regras que esta Casa votou, se bem que ela tem sido superada em algumas outras oportunidades, conviria que no instante em que se define finalmente o Regimento e se encerra esse regulamento que se cumprisse o Regimento.

Portanto, a minha questão de ordem é no sentido seguinte: a votação simbólica se fará, segundo o § 1º do artigo 28, determinando o Presidente se levantam aqueles que votem a favor.

Quero crer, Sr. Presidente, que a votação se realizou agora mesmo, determinando V. Ex.^a que permanecessem como estavam aqueles que aprovavam a Emenda.

O SR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pondera à Casa e ao meu nobre colega

da representação de São Paulo, Senador Mário Covas, que o que importa é que se colha a manifestação inequívoca da Casa. Este é o sistema tradicional, quando se trata da votação simbólica, por isso ela mesma se chama simbólica. E quando não se aceita esse resultado há sempre o recurso de pedir a verificação da votação. O que importa é a lisura da votação que se tem feito aqui, como se tem feito no Parlamento, para a comodidade, inclusive, dos Srs. Parlamentares, havendo sempre o recurso da verificação.

O SR. JOSÉ GENÓINO (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É usual, nesta Casa, nos encaminhamentos de votação, que fale sempre um contra e outro a favor.

Sabemos que o PMDB, o PFL, o PDS, o PTB e o próprio autor são favoráveis a emenda, é usual que fale um contra e outro a favor da emenda. Já falaram dois contra; a Liderança do PC do B e a Liderança do PSB.

A questão de ordem que requeiro à Mesa é uma solicitação para que as demais Lideranças, que são a favor da emenda, usem da palavra alternadamente, porque além do rolo compressor do acordo feito, se até no encaminhamento da votação não houver alternância, acho que se tratará de um encaminhamento extremamente desigual.

Essa, a questão de ordem que formulo a Mesa.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mal terminada a eleição de 15 de novembro último, já na segunda quinzena daquele mês, aqui nesta Casa, comecei a levantar o problema da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Tinha acabado de ser eleito e reconduzido a esta Câmara pelo povo de Pernambuco e entendia, diante das expectativas e das esperanças do povo brasileiro, de que a Assembléia Nacional Constituinte precisasse ser dotada de poderes soberanos para enfrentar os angustiantes problemas que afligem o nosso País.

Logo depois do recesso, quando aqui cheguei, já encontrei a Bancada do Rio Grande do Sul à frente do movimento pela afirmação da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Em uma memorável reunião de nossa Bancada, antes que se instalasse a Assembléia Nacional Constituinte, o companheiro Constituinte Lélío Souza, em nome da Bancada do Rio Grande do Sul, apresentou moção que recebeu esmagadora aprovação de nossa Bancada no sentido de defender a soberania e os poderes da Assembléia Nacional Constituinte.

Entretanto, mostrando a responsabilidade numa conduta que também deve ser coerente com a conjuntura política em que vivíamos, poderíamos ter tumultuado o início dos trabalhos da Constituinte e da Câmara dos Deputados se tivéssemos insistido pura e simplesmente na moção do Deputado Lélío Souza.

Consideramos primordial, naquele momento, e estratégico para nós do PMDB, permitir a instalação da Câmara dos Deputados e a eleição do Deputado Ulysses Guimarães como Presidente da Câmara.

Posteriormente, na primeira sessão ordinária da Assembléia Nacional Constituinte, apresentei projeto de resolução, dotando a Assembléia Nacional Constituinte de amplos poderes, de poderes inclusive para modificar a atual Carta Constitu-

cional, retirando dela o entulho autoritário. Quando senti que a minha proposta era vista como uma provocação e que ela poderia provocar problemas e obstáculos que interfeririam na instalação da Assembléia Nacional Constituinte, procurei conversar com as lideranças políticas que se opunham à afirmação desta soberania.

Fui ao Presidente da República; S. Ex.^a designou o seu Líder na Câmara dos Deputados, o Deputado Carlos Sant'Anna, para negociar um texto consensual. Chegamos com o Deputado Carlos Sant'Anna em companhia de outros companheiros do Grupo Pró-Soberania, a um texto que foi incluído pelo Relator da matéria, o Senador Fernando Henrique Cardoso.

Posteriormente, o Deputado Carlos Sant'Anna nos comunicava que tinha recebido orientação no sentido de discutir um novo texto, tendo em vista que aquele que tinha sido acordado entre nós era visto como um texto ambíguo pelo Palácio do Planalto. Naquele momento, eu já havia apresentado a emenda que hoje é votada e com o objetivo de que, num momento em que não tivéssemos saída, pudéssemos aproveitar esta emenda que agora vamos votar, para que encontrássemos uma saída que desbloqueasse os nossos trabalhos.

Agora, estou sendo acusado por partidos que foram companheiros nossos de lutas nesses vinte anos de regime militar, de estar aqui a serviço de cambalacho e de estar aqui a serviço do esmagamento e do asfixiamento da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Tenho um passado e tenho uma história, e estou seguro que neste instante, numa Casa política, não tendo aqui dentro os votos necessários para aprovar uma emenda que fosse do nosso gosto, estamos partindo para uma emenda do possível, para que, enfim, comecemos a trabalhar.

Quero finalizar, Sr. Presidente, dizendo que estou sendo alvo de uma campanha que quer denegrir o meu passado e a minha honra, porque vários jornalistas, há mais de 5 dias, perguntam-me em que cidade do interior do meu Estado eu recebi uma concessão de rádio do Presidente José Sarney para retirar a minha emenda primeira, e apresentar esta?

Quero dizer a esta Casa que a única concessão de rádio que o Presidente José Sarney deu na minha região, na minha terra, foi para os meus inimigos políticos, e tenho cópia do telex que enviei a S. Ex.^a, protestando contra esta medida. Dou procuração a quem quer que seja para se tornar dono dessa fictícia estação de rádio, e tenho certeza que contribuí coerente com o meu passado, com a minha história e com a minha luta, para desbloquear os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Deixo esta tribuna de cabeça erguida, e tenho certeza de que, votando essa emenda, iremos, mais uma vez, nos dividir em função de questões substantivas, e muitos dos que hoje nos combatem estaremos juntos, amanhã, na defesa daquelas causas que interessam ao povo brasileiro. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. JOSÉ GENÓINO (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Foi muito importante, para esta Casa, ouvir o autor da emenda pois através de suas próprias palavras que estão documentadas nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, não resta a menor dúvida do que vamos aqui confirmar. O autor da emenda, o Deputado Maurílio Ferreira Lima, que sozinho apresentou uma emenda defendendo a soberania da Constituinte, no plenário

da Assembléia Nacional Constituinte, confessou aqui, perante esta Assembléia, que logo após a controvérsia em torno da sua emenda, S. Ex.^a procurou conversar com o Presidente Sarney. E o Presidente Sarney encarregou o seu Líder, na Câmara dos Deputados, para negociar uma forma de resolver o problema da soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, eu não quero mais usar o tempo que me resta para provar aos Srs. Constituintes se isso não é uma intervenção do Poder Executivo na soberania da Constituinte? Eu não sei mais o que é intervenção do Poder Executivo. Não dito pelo PT, pelo PDT, pelo PC do B, pelo PSB, pelo Grupo Soberano do PMDB, mas dito pelo autor da emenda, que conversou com o Presidente da República de como tratar a sua emenda que defendia a soberania da Constituinte.

Estranhamente, Sr. Presidente, no substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso, quando as lideranças partidárias e nós, do Partido dos Trabalhadores, demonstramos alto espírito de negociação, porque apoiamos o substitutivo do Senador Fernando Henrique Cardoso, quando aquele substitutivo foi à votação, eis que aparece no silêncio do pacote das mil e tantas emendas, a Emenda Maurílio Ferreira Lima, e que da sua emenda se retira a primeira parte para encaixar direitinho no acordo com o PFL, patrocinado pelo Líder Carlos Sant'Anna.

Não quero aqui dizer que o Líder Carlos Sant'Anna não tenha nada a ver com a Constituinte, porque ele é Líder, na Câmara dos Deputados. Não quero dizer aqui que o Poder Executivo não podia fazer nada em relação à soberania da Constituinte, porque os protestos do PMDB, naquela tarde de quarta-feira, foram claros e contundentes de que o Executivo estava intervindo numa questão crucial que era a soberania da Constituinte.

Mas qual é a questão de fundo, Srs. Constituintes? E esta opção é crucial e para ela não há meio termo. Temos que escolher caminhos. Nós, do Partido dos Trabalhadores, com os demais partidos, advogamos a seguinte tese, Sr. Presidente, e quero solicitar de V. Ex.^a a mesma tolerância que teve em relação ao autor da emenda. Nós exigimos aqui, Sr. Presidente, que a Assembléia Nacional Constituinte deveria ter poderes para revogar aquilo que da atual Constituição fere a soberania da Constituinte. Isto não é abstração, isto não é jogo de palavras, como falou o Líder Carlos Chiarelli, como tentou tergiversar o Líder do PFL, José Lourenço, isto significa medidas de emergência, que nós sabemos o que é porque já foi decretada, isso significa decreto-lei, significa decurso de prazo, significa estado de emergência, significa, Dr. Ulysses Guimarães e Srs. Constituintes, aquele entulho que tantas vezes pesou sobre a cabeça do povo brasileiro, de nós, Constituintes, e que foi discurso do PMDB na campanha das "diretas" e, agora, na campanha para a Assembléia Nacional Constituinte. Não queremos que a soberania seja uma retórica, não queremos que a soberania seja um jogo de palavras, mas que seja um ato político desta Assembléia que, soberanamente, pode tomar decisões.

Para concluir, Sr. Presidente, o que não queremos – e nesse sentido somos francos, somos intransigentes, no bom sentido – o que não aceitamos é que a soberania da Constituinte seja transformada numa pequenez que é a Emenda Maurílio Ferreira Lima, furto de acordos com o Palácio do Planalto, fruto de acordos sob a pressão e a chantagem do PFL. Eu conclamo aos colegas do PMDB, ao grupo da soberania do PMDB, a dizer não à Emenda Maurílio Ferreira Lima, porque ela representa um ultraje, uma vio-

lência contra os que defenderam a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PFL – RJ. Como Líder, anuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes:

O Partido Liberal, consciente de sua responsabilidade, sem se esquecer da dimensão de sua Bancada nesta Assembléia, procura contribuir para que nós superemos este episódio, para que esta Assembléia dê uma palavra de afirmação e inicie o seu trabalho cuidando do que mais importa a este País, cuidando do que mais espera o povo brasileiro; que é a nova Constituição. Mas, não devemos nos dividir em função de um acessório, porque a soberania da Constituinte, Sr. Presidente, não será protegida, nem afirmada, nem garantida pelos projetos de decisão. Ela existirá se for fiel ao voto popular, se for digna e corajosa para votar as reformas democráticas que este País espera.

A apreciação deste projeto de Regimento Interno, proporciona a todos nós muitas lições. A principal delas é de que as divergências eventuais não podem nem devem prejudicar o objetivo final, a cada dia conquistado por todos nós, pelo respeito que esta Assembléia impuser àqueles que ousarem ameaçar a legitimidade e a liberdade do seu trabalho. Por isso nós não nos detemos, Sr. Presidente, no exame da semântica de sobrestar ou não sobrestar ameaças que porventura surgirem, porque não podemos admitir que ameaças surjam à liberdade e à soberania desta Casa.

Votamos a favor, e votaremos até o fim, para superar esse episódio e começar a fazer o trabalho que o povo de nós espera.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL – BA. Como Líder, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Ouvimos como sempre fazemos, atentamente, os oradores que nos antecederam, alguns dos quais não votaram para que esta Assembléia aqui hoje estivesse reunida.

A convocação da Constituinte é, sobretudo, um compromisso da Aliança Democrática para com o País, mas existem muitos Constituintes aqui chegados que participaram da convocação da Emenda nº 26, mas negaram a existência e a possibilidade do País aqui, hoje, ter reunidos os seus representantes para votarem a nova Constituição do Brasil. E são esses mesmos, os mesmos que não queriam a Constituição nova para o Brasil, os mesmos que não queriam a Constituinte, os mesmos que negaram a transição democrática com a eleição do Presidente Tancredo Neves. A aqueles que não vieram ao Colégio Eleitoral para aqui sepultarmos definitivamente o passado e darmos início ao processo para a democratização do País, esses aqui chegam hoje, de cara livre, dispostos a nos dizer aquilo que sabemos não corresponde à realidade e dispostos, pela mentira, a tentar nos induzir, esta Assembléia, que não é soberana. Soberano é o Congresso Nacional, soberanos somos todos nós, especialmente aqueles que não têm as suas consciências alienadas a ideologias estrangeiras. Soberanos são todos aqueles que têm compromisso com a grandeza desta Pátria, soberanos são aqueles, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que têm compromissos indeclináveis com os valores do passado, e se dispõem a construir sobre esses valores, uma Nação e uma estrutura jurídica que nos projete e nos dê certeza de um futuro grandioso para o Brasil.

Acredito nos homens de bom senso, acredito nas mulheres de bom senso do meu País. Nunca acreditei nos radicais nem de um extremo, nem de outro, porque eles sempre se encontram, inclusive aqui. Mas aqueles que têm compromissos com os ideais maiores do País, aqueles que ouvem, mas não guardam o ódio e a mentira, aqueles que ouvem, mas repudiam com a palavra e com a ação aqueles que tentam perturbar a ordem deste País, a eles nós respondemos serenamente: "não irão passar sobre a vontade da maioria da Nação." A maioria da Nação é centrista, a maioria da Nação é progressista, mas a maioria da Nação não é radical, nem de direita e nem de esquerda; a maioria da Nação é, sem dúvida alguma, aquela que expressa pela sua fisionomia, pela sua vontade e pelo seu comportamento. Esta Assembléia Constituinte, pelas diversas decisões que aqui tem tomado, sempre dentro desse espírito centrista, voltada para o futuro, voltada para a grandeza do Brasil.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É muito simples e fácil a posição do PTB que manteve uma linha de coerência desde o início e é chegada a hora de podemos revelar como verdade, agora inegável, a tentativa golpista que um pequeno grupo minoritário, radical, pretendia perpetrar. Dissemos antes que, o suposto projeto de decisão, ao envolver poderes ilimitados, transformaria esta Constituinte num órgão ao desamparo da Constituição e da Legislação em vigor, nós mesmos nos colocaríamos na ilegalidade e teríamos nossos mandatos e funções em risco, ao contrário do que pretendem fazer crer os que aqui sustentam à guisa de que seja soberania um ato espúrio como esse do projeto de decisão, acima do bem e do mal, com poder de vida e morte sobre toda a Nação. Soberania não é isso! Soberania nós a detemos, e a detemos por força da emenda constitucional que convocou esta Constituinte. Lá está dito: "Esta Constituinte é soberana". E é soberana por quê? – Porque pode lavar uma nova Constituição sem sequer respeitar a República, a União ou a Federação. Soberania não quer dizer poder de vida e morte. O que se pretende aqui é transformar a Constituinte num verdadeiro governo assembleado, ao tipo da Assembléia da Revolução Francesa. Queriam ver cabeças a rolar, queriam provocar a intranquilidade no País. Ora, temos uma ordem constituída, um Poder Executivo, um Legislativo e um Judiciário e quando votamos aquela emenda aceitamos ser um Congresso Constituinte. Mentirá quem aqui vier dizer que sustenta a soberania desta Constituinte, porque a soberania decorre da Constituição e da ordem em vigor. Ao desordenarmos o País, ao tentar desordenar, estamos solapando os nossos próprios poderes e com isso não concordo. Essa história de usar a palavra soberania não toma apenas um jogo de palavras, é pior! É um embuste! Na verdade é um disfarçado golpe que se pretende dar, mas, onde estão as forças que amparam esses grupos? Onde está o povo armado? Onde estão as Forças Armadas? Não se tem força e se quer fazer aqui uma revolução com um grupo de sessenta partidários, sessenta homens pretendem deter o poder que só poderia vir pela força de uma Revolução? É um absurdo! Estamos sendo uma Constituinte não originária. Ela é derivada da Constituição que está em vigor e toda a nossa força só existirá se respeitarmos esta Constituição e se pretendermos mantê-la.

Digo mais aos senhores: concordamos com a solução de conciliação a que chegaram as Lideranças Partidárias e concordamos porque diziam os grupos, quando da primeira reunião aqui, que se queria o projeto de decisão para defender-se a Constituinte, defender-se contra riscos aos quais ela pudesse ser exposta. Pois bem, o que diz a emenda que vamos votar? Que temos soberania para sobrestar qualquer medida que ponha em risco o nosso funcionamento ou os nossos trabalhos. Com isso concordamos, evidente, não quero que esta Constituinte corra riscos, não quero que seja ameaçada em seu funcionamento, em sua integridade ou nos seus trabalhos, mas isso se atinge por via dessa emenda, mas os grupos radicais não a querem e não a querem por quê? Não é porque queiram defender a Constituinte não, querem fazer dela instrumento de uma revolução da ordem estabelecida e com isso não concordamos.

Votamos pela emenda, votamos pelo consenso da Casa, votamos pela soberania da Constituinte. Votaremos – sim! (Muito bem! Palmas.)

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Como Líder. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No momento em que esta Casa vota o art. 58, § 7º, com o substitutivo Maurílio Ferreira Lima, foi muito bom para Casa ouvir os discursos que nos antecederam e ali, no microfone de apartes, ouvia o discurso do Deputado José Lourenço e passou um filme em minha vista, dos anos 70, não havia diferença entre o que falava o Deputado José Lourenço e aqueles que, em 1970, garroteavam as liberdades públicas.

Ouvindo o discurso do Deputado Gastone Righi, lembrava-me, da mesma forma, daqueles que falavam em subversão, daqueles que falavam em cassação, daqueles que exigiam que o povo brasileiro ficasse sob a tutela, que sindicatos fossem fechados, que esta Casa fosse violentada, como muitas vezes foi e houve Deputados de outras Legislaturas que ficaram sem água, sem luz, à luz de velas.

Mas, Srs. Constituintes, por outro lado, essa questão é essencialmente política, mas não podemos fugir do debate jurídico, muita sandice já se disse aqui em nome do Direito Constitucional.

Vejo o Deputado José Lourenço falar que a soberania é do Congresso, evidentemente que no Direito brasileiro o Deputado José Lourenço, que não deve ser muito versado, sabe que o Congresso é poder constituído, a constituinte é o poder que constitui; logo a soberania não pode decorrer dele. E o Deputado Gastone Righi diz que a Constituinte é um poder derivado, quando todos os tratadistas de Direito Constitucional no mundo colocam, com muita clareza, que o poder constituído é sempre derivado e o poder constituinte é sempre originário, porque ele cria, constrói, e determina as instituições.

Não vou mais discutir a questão legal e jurídica. Sei que a posição assumida por companheiros bravos que lutaram em defesa das liberdades democráticas, deixa-os hoje envergonhados por estarem na companhia daqueles que ontem pediam sua cassação e o garroteamento da liberdade.

O Deputado José Lourenço que defende com tanta intransigência a emenda do ilustre Deputado Maurício Ferreira Lima, há menos de uma semana dizia – e chamo a atenção desta Casa para que fique em seus Anais, que todos estamos querendo discutir soberania, que estamos querendo subverter a ordem. Daqui a pouco os caminhos verme-

lhos, os urutus, estarão aí de volta; isso dito pelo Líder do PFL que fala em soberania. Lembro-me daquele autor inglês que dizia: "Falamos em liberdade, mas para aniquilá-la; falamos em liberdade, mas para matá-la".

Estão falando em soberania capenga. Quero colocar, que, para os Srs. Constituintes. Vamos ao texto da Emenda Maurílio, sobrestar a ameaça à Assembléia Nacional Constituinte. É o Poder Constituinte que pode vir a sobrestar uma ameaça que virá de outro poder. E, aí, a formalidade. Como se dará isso?

Vou fazer um raciocínio aos ilustres Constituintes. Imaginem que estaremos aqui, amanhã, discutindo uma questão central para este País e para seu desenvolvimento democrático. Algum poder, lá foram, pode achar que estamos, aqui, criando maiores dificuldades. E colocam os urutus do Deputado José Lourenço. Vamos ficar aqui discutindo, primeiro com 1/3 de assinaturas, para saber se os urutus do Deputado José Lourenço, que estarão a nos ameaçar, representam ou não uma ameaça à Assembléia Nacional Constituinte. Depois de conseguir 1/3, vamos ficar...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) (Fazendo soar a campainha): – Solicito ao Orador que conclua sua oração.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Solicitada a V. Ex.^a que me permitisse terminar o raciocínio e fosse condescendente, como o foi com os oradores que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O tempo do orador já se esgotou.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – Os urutus do Deputado José Lourenço ameaçando a integridade desta Casa e dos Deputados, eu terei que sair recolhendo 1/3 de assinaturas dos Srs. Deputados. E o Deputado José Lourenço pode achar que seus urutus não são ameaça para esta Casa. E com o peso que teve, como o teve, para fazer, infelizmente, retroceder o PMDB, por certo, também encontrará votos para impedir, na Comissão de Sistematização, que defendamos a soberania da Constituinte.

Srs. Constituintes, esta é uma questão que quero finalizar. Dirá o Deputado Luiz Henrique, aqui, que não há problema algum, porque já está no preâmbulo a própria colocação do Deputado Maurílio Ferreira Lima argumento que não merece a menor credibilidade. Se está no preâmbulo, por que se modificou? Porque no preâmbulo também estava...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) – (Fazendo soar a campainha).

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – ...o Substituto do Senador Fernando Henrique Cardoso.

E aos que nos chamam de subversivos, e aos que ontem foram cassados pela Revolução, como o Deputado Gastone Righi, que ontem era chamado de subversivo, e hoje faz o mesmo discurso, queremos dizer que não estamos propondo nada, nem radical, como quis o Deputado José Lourenço.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede ao orador que termine a sua intervenção, pois já excedeu o tempo.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO: – O que estamos propondo é exatamente que esta Casa aceite o Substituto do Senador Fernando Henrique Cardoso. Não é nosso, é do próprio PMDB.

E não estamos aqui para dizer que o Senador Fernando Henrique Cardoso é um radical ou um subversivo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

A posição do PDC é pela soberania da Assembléia Nacional Constituinte. E por que esta posição, Sr. Presidente? Posição coerente dos seus Líderes, que sempre estiveram com o povo. E, neste instante de tamanhas dificuldades, dificuldades atiradas nos caminhos do povo, não poderíamos deixar de desejar para a Assembléia Nacional Constituinte todo o poder, toda a soberania.

Mas, Sr. Presidente, esta posição foi sustentada em muitas reuniões que fizemos nos diversos gabinetes, inclusive no Gabinete da Presidência da Constituinte. Nós jornais deixamos de sustentar as posições de defesa da soberania da Constituinte, mas não fomos intransigentes a ponto de torpedear a aprovação de um melhor projeto para o Regimento Interno da Constituinte e, nem de prolongar descabidamente, indefinidamente, a aprovação dessa ferramenta básica com que iremos elaborar, confeccionar a Carta Magna que deverá atender aos mais legítimos anseios do povo brasileiro.

Sr. Presidente, tanto isso é verdade que a Democracia Cristã, pelos seus representantes, apresentaram mais de trinta emendas ao segundo Substituto do Senador Fernando Henrique Cardoso; e, mantendo a luta pela aprovação dessas emendas, os Deputados do Partido Democrata Cristão, os Constituintes do Partido Democrata Cristão requereram trinta e tantos destaques que serão votados e nós iremos fazer força pela sua aprovação. Porque entendemos que o substitutivo, o segundo substitutivo, ainda não corresponde àquilo que desejamos. Mas entendemos que o Senador Fernando Henrique Cardoso, um dos líderes mais importantes da luta libertária do povo paulista, não teve condições de apresentar um melhor trabalho. E cabe a cada um de nós, dentro do possível, lutar pelo aperfeiçoamento desse projeto.

Dentre as emendas apresentadas existe um do nosso vice-Líder na Câmara dos Deputados, Constituinte José Maria Eymael, a de número 541, ao § 7º do art. 57, que realmente se aprovada daria condições de soberania praticamente totais à Constituinte. Lutaremos com o nosso Deputado pela aprovação desta emenda, e reservamos o direito deste Deputado manter a luta em nome do PDC, porque nós não queremos, absolutamente, levar os nossos companheiros a qualquer posição de contradição, para cair na desconfiança do povo.

Nós somos, Sr. Presidente, o cimento que haverá de unir as pedras que cada um traz, não para atirar contra a Nação, mas para construir com grandeza o seu grande edifício que possa servir de teto a todo o povo brasileiro, para abrigar todas as suas necessidades, todos os seus anseios, porque já é tempo de atender aos anseios de mudança do povo.

Como cimento, Sr. Presidente, nós desautorizamos a quem quer que seja a querer jogar o Presidente Ulysses Guimarães, Líder das grandes lutas libertárias do povo brasileiro – estivemos em campos opostos, mas eu sempre reconheci isso – contra o Presidente José Sarney, ou atirar o Presidente José Sarney contra o seu companheiro querido Ulysses Guimarães. Nós não atenderemos a esse tipo de fuxico nem de intriga, porque nós sabemos que é necessário

atender aos apelos de união nacional, que o PDC tem feito reiteradamente desta tribuna.

E assim, Sr. Presidente, o PDC vota favoravelmente à Emenda do Constituinte Maurílio Ferreira Lima. (Muito bem!)

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Creio que foi bem ressaltada, inclusive pela Presidência da Mesa, a importância de nós estarmos votando este Regimento. Não apenas porque a opinião pública e a Nação esperavam que esta Assembléia iniciasse os seus trabalhos nas questões de mérito e substantivas, não apenas por isso, mas, fundamentalmente, levando-se em consideração os problemas que passa o País na sua realidade do cotidiano, problemas que aqui são levemente anunciados, mas que não são discutidas nem aprofundados. Por exemplo, esses estranhos movimentos repressivos do Governo, e não sabemos se com o respaldo do Governo ou se com autonomia, inclusive inobservando-se as leis, intervindo-se militarmente, seja nos portos, seja nas refinarias. Isto é preocupante. Esta Assembléia Nacional precisa tomar conhecimento disto, discutir e saber o que isto significa que escalada é esta, quando sabemos que, por outro lado, não há por parte do aparelho de Estado a devida consideração a movimentos que são feitos inclusive contra a lei, pelos setores dominantes da sociedade brasileira, inclusive através de **loch outs**, através de obstáculos e obstruções de estradas e de atividades bancárias, como vimos e assistimos há alguns dias. O Governo aí se omite, o Governo nos movimentos operários se faz presente e de forma repressiva, inclusive desdizendo os seus compromissos democráticos. Essas são questões que nós temos que discutir, discutir junto com a nossa soberania, a soberania do Brasil, da nação brasileira, que hoje, ao assumir soberanamente, politicamente a suspensão do pagamento dos juros da nossa dívida, vem começando a sofrer retaliações não só da comunidade financeira, mas de países imperialistas e isto precisa ser discutido por esta Assembléia, precisa ser aprofundado por nós, e, para tanto, é necessário superemos esta fase adjetiva. Daí a importância de votarmos este regimento hoje, e o mais rápido possível. Em segundo lugar, lembrar inclusive a alguns novos parlamentares que esta Casa vai assistir à formação de alguns blocos como já se assistiu aqui a comunistas, nós, juntos com o PDS, representantes da direita e talvez até da extrema direita nesta Assembléia, em questões adjetivas, garantia do direito da Minoria – foi conseguido modificar o Regimento, com essa aliança, hoje, estamos em aliança com o PMDB, quando ficamos contra, na questão dos Senadores de 1982, que era afirmação soberana, e não ficamos junto do PDT, que votou pelos votos dos Senadores. São blocos que se formam, que se desfazem e que voltaram a formar-se; nada de estranho. E não se confunda a nossa posição com a posição do PFL, nem do PDS, nem do PTB; nossa posição tem uma justificativa: iremos votar pelo acordo feito, pela negociação, porque soberania não é questão regimental, soberania não é uma questão jurídica, soberania é exercício de um poder político, que este Plenário tem que exercer. Não importa dizer que medidas podem ameaçar, têm que **ilegível**, que só podem ser medidas relevantes. Quem vai decidir o que é ameaça ou o que é relevante é o Plenário e não o Regimento. O que o Regimento vai garantir é o exercício de poderemos exigir uma decisão do Plenário, através dos projetos de decisão. Não vamos discutir adjetivação,

não vamos discutir semântica, vamos exercer o poder e exercer o poder é discutir as grandes questões nacionais.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Esta bandeira da soberania da Assembléia Nacional Constituinte ninguém vai tirar do PMDB. (Palmas.) Esta discussão começou no seio da nossa Bancada, veio do Rio Grande e empolgou companheiros Constituintes, Deputados e Senadores de 1º, de 2º e de 3º legislatura. Esta bandeira se discutiu dentro do Partido, travou-se um debate democrático dentro do partido e chegou-se à edição deste Regimento, escrito pelo nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, onde está a **mens legis** do § 7º do art 57:

"Nesta fase de transição institucional, diz o preâmbulo, os Senhores têm o avulso, podem acompanhar – os Constituintes, delegados do povo, têm o poder de sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte."

Eu participei de todas as negociações, com os principais líderes, com Bernardo Cabral, com Egídio Ferreira Lima, com Virgildásio de Senna, com Antônio Britto, com Nelson Jobim, com todos os companheiros que se entregaram de corpo e alma nesta luta e a negociação culminou com esta declaração preambular, que depois, por iniciativa nossa, teve a sua execução prevista no § 7º do art 57. Qualquer Projeto de Decisão, quando chegasse à Comissão de Sistematização ou ao Plenário, seria julgado pela exegese deste preâmbulo, várias vezes ressaltado aqui, nesta tribuna, pelo Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso. Por isso, eu digo, não venha ninguém dizer que esta bandeira é alheia, porque esta bandeira é a bandeira do PMDB, como foi a bandeira da anistia, como foi a bandeira da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, como foi a bandeira das diretas, como foram, em geral, as bandeiras de redemocratização deste País.

A nova redação que se propõe nada mais faz do que repetir o preâmbulo: sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas. Soberanas, diz a emenda do nobre Deputado Maurílio Ferreira Lima, sobre cujo compromisso democrático a ninguém é dado negar, a ninguém é dado duvidar. É um democrata acima de qualquer suspeita, é um progressista acima de qualquer suspeita. Amargou um exílio, amargou a repressão, viveu banido deste País durante vários anos e é um companheiro da melhor qualidade. O Deputado Maurílio Ferreira Lima interpretou fielmente o espírito do Projeto de Decisão. E não se diga que o Projeto de Decisão, na formulação que nós pretendemos ver aprovada nesta Casa, seja apenas para sobrestar medidas já decretadas, porque a redação é muito clara, Srs. Constituintes: "sobrestar medidas que possam, venham ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte". E aí se estabelece a legítima defesa desta Casa e a legítima defesa desta Casa poderá ser exercida até putativamente, quanto mais para a agressão iminente que esteja por se perpetrar.

Quero assinalar ainda mais: os que hoje estão a rejeitar esta declaração inequívoca de soberania serão os primeiros – não tenho dúvidas de que serão os primeiros – a apresentar projetos de decisão nesse sentido. Tivemos um entendimento

e eu gostaria de falar para a minha Bancada, ressaltando esse fato.

Vim para este Planalto, na solidão do período pós-carnavalesco, e procurei um entendimento dentro do meu Partido, com aqueles companheiros que foram os porta-vozes do grupo pró-soberania, quando da celebração do acordo que determinou a redação anterior. E todos entenderam que a aprovação, na forma como está sendo proposta, era absolutamente necessária, porque votaríamos, assim, o Regimento. Eliminaríamos os obstáculos e este desgaste que estamos sofrendo. Votaríamos o Regimento e asseguraríamos um Regimento democrático sem similar na História constitucional de todo o Mundo. Um Regimento que prevê a elaboração da nova Carta, através de subcomissões. Na Espanha democrática, e quem não se jacta da democracia espanhola? A Constituição foi elaborada a partir de uma mínima Comissão de Notáveis, que elaborou o texto que depois foi aprovado por todos. Aqui, não! Todos os parlamentares vão participar. E mais: a sociedade civil vai participar, porque garantimos, com esse entendimento, a iniciativa popular; garantimos, com esse entendimento, a audiência pública; garantimos, com esse entendimento, que qualquer sociedade civil possa encaminhar propostas à Constituinte; garantimos, com esse entendimento, a redução dos quoruns para a apresentação de destaque, para democratizar o processo e para fortalecer a ação dos pequenos partidos nesta Casa. Garantimos, com essa emenda, também e finalmente, que Câmara e Senado tivessem o funcionamento reduzido... o Sr. Presidente faz soar a campanha... à decisão de matéria relevante e urgente e de alto interesse público. Esses ganhos são essenciais, companheiros. Ninguém pode sair daqui com dúvidas de que não praticou um ato absolutamente condizente com o manifesto dos fundadores do PMDB e com o programa de nosso Partido.

Quero dizer que não é verdadeira a afirmação de que negocie essa solução com o Presidente da República. O Presidente José Sarney, ex-Parlamentar que teve larga experiência nesta Casa, sabe...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa roga ao nobre orador que termine sua oração.

O SR. LUZ HENRIQUE: – ...sabe do espírito autônomo desta Casa, não me deu uma sugestão, não me deu uma indicação, quanto mais dizer-se que negocie com o Presidente da República esta fórmula. Não é verdadeira, companheiros. Eu negociei com os Líderes; procurei todos os Líderes e, inclusive, na reunião dos Líderes realizada ontem, o Líder José Genoíno, do PT, ressaltou o caráter absolutamente leal e democrático da Liderança do PMDB.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo solidariedade à minha Bancada. O PMDB precisa hoje dar uma demonstração de unidade. As questões fundamentais para o Partido virão e o PMDB precisa estar unido e coeso para administrar a transição, para realizar esta Constituição e para garantir uma democracia estável que não afirme apenas a liberdade, a democracia, mas que promova transformações requeridas pela sociedade na ordem econômica e social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – (PT – SP): – Sr. Presidente, está sendo votado do destaque, isto é, a Emenda Maurílio Ferreira Lima?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É o destaque; quer dizer, a votação é o destaque que foi encaminhado; é o destaque da Emenda Maurílio Ferreira Lima que foi aprovado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, quanto à Emenda Maurílio Ferreira Lima, segundo entendimento da questão, nós solicitamos, Sr. Presidente, e nesse foi o compromisso, estava claro que essa votação seria nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Houve dúvida. A Mesa vai proceder à votação requerida. Os que desejarem aprovar o destaque da Emenda Maurílio Ferreira Lima dirão sim; os que forem contrários dirão não.

O Plenário está suficientemente esclarecido, inclusive, pelo encaminhamento de votação sobre as posições dos Partidos. Os que forem favoráveis ao destaque da Emenda Maurílio Ferreira Lima dirão sim, e dirão não os que forem contrários.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai proclamar o resultado da votação:

SIM	394
NÃO	78
ABSTENÇÕES	2
TOTAL	474

O Destaque foi aprovado.

VOTARAM: SIM

Aduato Pereira – PDS; Adolfo Oliveira – PL; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Alenci Guerra – PFL; Alércio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annilbal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arrolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Aberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Costa Ferreira – PFL; Dáton Canabral – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juve-

nil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edison Lobo – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; – Ézio Ferreira – PFL; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardine – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Igreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélío Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Loureberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Labor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Marluce Pinto – PTB; Matos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincaroni – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zazur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Roliemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tidei de Lima – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Valmir Campelo – PFL; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Wagner Lago – PMDB; Waldec Omélas – PFL; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.	
VOTARAM NÃO	
Abigail Feitosa	PMDB
Acival Gomes	PMDB
Ademir Andrade	PMDB
Adhemar de Barros Filho	PDT
Adroaldo Streck	PDT
Adylson Motta	PDS
Agassiz Almeida	PMDB
Airton Cordeiro	PDT
Aldo Arantes	PC do B
Amaury Müller	PDT
Antônio Perosa	PMDB
Benedita da Silva	PT
Beth Azize	PSB
Bocayuva Cunha	PDT
Brandão Monteiro	PDT
Carlos Alberto Caó	PDT
Carlos Cardinal	PDT
Célio de Castro	PMDB
César Maia	PDT
Chico Humberto	PDT
Cunha Bueno	PDS
Darcy Deltos	PMDB
Edmilson Valentim	PC do B
Eduardo Bonfim	PC do B
Eduardo Jorge	PT
Florestan Fernandes	PT
Floricenso Paixão	PDT
Francisco Küster	PMDB
Francisco Pinto	PMDB
Gumercindo Milhomem	PT
Haroldo Lima	PC do B
Haroldo Sabóia	PMDB
Irma Passoni	PT
Itamar Franco	PL
Jamil Haddad	PSB
João Carlos Bacelar	PMDB
João de Deus Antunes	PDT
João Natal	PMDB
João Paulo	PT
Jorge Hage	PMDB
José Fernandes	PDT
José Genoíno	PT
José Maria Eymael	PDC
Juarez Antunes	PDT
Koyu Iha	PMDB
Lídice da Mata	PC do B
Luiz Gushiken	PT
Luiz Inácio Lula da Silva	PT
Luiz Salomão	PDT
Lysâneas Maciel	PDT
Mário Maia	PDT
Maurício Corrêa	PDT
Moema São Thiago	PDT
Myriam Portella	PDS
Nelson Seixas	PDT
Nelson Wedekin	PMDB
Nilson Sguarezi	PMDB
Noel de Carvalho	PDT
Olívio Dutra	PT
Paulo Delgado	PT
Raquel Capiberibe	PMDB
Raul Ferraz	PMDB
Renan Calheiros	PMDB

Renato Bernardini PMDB
 Roberto D'Ávila..... PDT
 Tadeu França..... PMDB
 Uldurico Pinto..... PMDB
 Valter Pereira..... PMDB
 Vasco Alves..... PMDB
 Vicente Bogo..... PMDB
 Vieira da Silva..... PDS
 Vilson Souza..... PMDB
 Virgílio Guimarães..... PT
 Vitor Buaiz..... PT
 Vivaldo Barbosa..... PDT
 Vladimir Palmeira..... PT
 Waldyr Pugliesi..... PMDB
 Wilma Maia..... PDS

ABSTIVERAM-SE DE VOTAR:

Arnaldo Faria de Sá..... PTB
 Ulysses Guimarães..... PMDB

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vem à Mesa e vão à publicação as seguintes declarações de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votei "Não" à Emenda nº 535, do ilustre Deputado Maurílio Ferreira Lima, para votar "Sim" à soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

A redação que com ela se logra para o § 7º do art 58 do Projeto de Regimento Interno não espelha as preocupações que ditaram o sentido do texto primitivo dessa disposição, tal como constava do substitutivo do Relator.

Trouxe, ao contrário, para o plano do debate questão que faz supor existir a possibilidade de tolhimento das funções da Assembléia, pelo exercício de pressão ilegítima sobre seus membros, como contingência futura, não descartável em face da manifestação de forças, estranhas à sua composição, já nos trabalhos de elaboração de seu Regimento Interno.

Conquanto factível tal ameaça, força é reconhecer que não haveria forma de conjurá-la, senão através do confronto direto, ainda reste o apelo às vias judiciais que, certamente, em tal hipótese, também estariam impedidas de manifestar-se livremente.

O que se deseja remover, da trilha por onde passará a Constituinte, relaciona-se com medidas que, permitidas pelo ordenamento jurídico em vigor, pudessem ser utilizadas no cerceamento da liberdade dos membros integrantes da Assembléia, que importa, em última análise, restrição ao seu funcionamento.

A emenda em exame desviou o alvo que se procurava atingir, legislando para nada, ademais de o seu objetivo já estar assegurado no ato de convocação da Assembléia, como enfatiza, aliás, o preâmbulo do Projeto de Regimento Interno.

A Constituinte pode até vir a encontrar, em sua caminhada, obstáculos de difícil transposição, quando erguidos com exorbitância dos meios legais, em face de fatores conjunturais contra os quais a norma jurídica talvez se revelasse inócua. O que é intolerável, porém, para a plenitude de sua soberania, é a persistência de disposições inspiradas em regime de exceção, cuja perspectiva de acionamento constitui, em verdade, intimidação inaceitável para a livre manifestação de seus membros.

A emenda restitui os Constituintes ao **status quo ante**, sem progredir na remoção dos instrumentos do arbítrio, ainda fincados no texto constitucional vigente, com o qual, infelizmente, terão de conviver, com evidente limitação do caráter soberano da Assembléia Nacional Constituinte,

assim submetida a norma que, hierarquicamente, jamais lhe poderia ser superior porque convocada justamente para revê-la.
 Sala das Sessões, 10 de março de 1987. – **João Natal**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto "Não" a Emenda nº 535 por entendê-la dúbia, de variadas alternativas de interpretação e capaz de gerar, nos futuros trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, críticas situações de instabilidade institucional, graças aos conflitos de entendimento e competência que poderá permitir.

Voto "Não", por outro lado, porque mesmo sua interpretação mais abrangente, ainda se apresenta restritiva do valor básico e inarredavelmente necessário para a própria existência da Assembléia Nacional Constituinte, ou seja a sua soberania.

Voto "Não", ainda, para manter coerência com o que propusemos em nossa Emenda 541, sobre a matéria, a qual, a nosso ver, instrumentalizaria, de forma adequada, este direito de soberania, inerente a natureza das Assembléias Constituintes, em toda a história de todas as Nações livres.

Não advogamos! Não aceitamos! Não pactuamos com qualquer intuito ou esforço de desordem jurídica que possa retardar, ou mesmo diminuir o esforço constituinte.

Mas não vemos como possam ser entendidos a prerrogativa e o exercício da Soberania, como tal ameaça.

Não há outra conclusão possível: considerar a soberania da constituinte, como fator de ameaça aos melhores interesses do País, é afirmar, claramente e sem ressalvas, que esta ameaça já está no coração dos constituintes de 1987.

E isto não é verdade!

A mim e estou certo, a quase todos os constituintes, embala a alma os melhores sentimentos de brasilidade.

E nos arde no coração, a chama de uma esperança incontida de contribuirmos para transformar a sociedade brasileira, em uma sociedade mais livre, mais justa, solidária e fraterna.

Brasília 10 de março de 1987. – **José Maria Eymael**, Deputado Federal Constituinte, PDC – SP.

DECLARAÇÃO DE VOTO

A Bancada do Partido Liberal aprova as expressões destacadas da Emenda nº 535, ressalvando que o faz com o espírito de ensejar o amplo entendimento entre as bancadas, embora divirja do texto proposto.

A soberania da Assembléia Nacional Constituinte nasce do voto popular e se consolida através de seu trabalho sério e eficiente, em busca das reformas reclamadas pelos novos tempos.

Indefinidas ameaças não serão "sobrestadas" por projetos de decisão.

Sala das Sessões, 10 de março de 1987. – **Adolfo Oliveira**.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Voto "Sim" para a preferência de votação da Emenda nº 535, objetivando os projetos de decisão com a única finalidade de honrar os compromissos assumidos pela Bancada do PDC – Partido Democrata Cristão, no sentido de contribuir para ultimar o processo de votação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Este voto, todavia, não representa compromisso com a questão de fundo, com o mérito da

Emenda, sobre o qual, ao pronunciar meu voto, emitirei a competente Declaração de Voto.

Brasília, 10 de março de 1987. – **José Maria Eymael**, Deputado Federal Constituinte, PDC – SP.

Declaração de Voto

Deputado Valter Pereira
 PMDB – MS

A aprovação da Emenda nº 535, de autoria do ilustre Deputado Maurílio Ferreira Lima, implica na renúncia à soberania da Assembléia Nacional Constituinte, princípio que o meu Partido proclamou por todos os cantos deste País.

Ceder às pressões, caprichos e chantagens de uma minoria reacionária que aqui veio para manter o **statu quo** vigente abre o perigoso precedente para se abdicar, amanhã, dos compromissos de mudanças políticas, sociais e econômicas que os segmentos progressistas deste Poder assumiram com a sociedade brasileira.

Quem tem compromisso com as transformações do Brasil não pode aceitar a castração daquilo que é o principal instrumento de sua operação.

Pela fidelidade que devo ao povo brasileiro, voto contra a emenda em questão e fico com o texto original que resguarda a soberania da Constituinte. – **Deputado Valter Pereira**.

Declaração de Voto

Manifesta a desistência para atender à composição conduzida pela Liderança do PMDB. Isto, porém, não me impede de reafirmar que a Emenda nº 504/505 seria a melhor e mais rápida solução para a questão do art. 58, § 7 do Projeto.

Sala das Sessões, 10 de março de 1987. – **Egídio Ferreira Lima**.

Durante o processo de votação foram levantadas as seguintes questões de ordem:

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Um grupo de parlamentares Constituintes do PMDB, comprometido com a soberania desta Assembléia Nacional Constituinte, proclama, neste momento, que a sua motivação é diferente, é democrática, nada tem a ver com o encaminhamento de votação aqui feito pelo Líder do Partido da Frente Liberal, nada tem a ver com o encaminhamento fascista, feito pelo Líder do Partido Trabalhista Brasileiro.

Votamos sim, em razão da absoluta ausência de outra alternativa racional. Entendemos que o dispositivo emendado...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) (Fazendo soar a campanha.): – A Mesa solicita a eminente Deputada que encaminhe a declaração de voto para publicação.

A SRA. CRISTINA TAVARES: – Não, Sr. Presidente. Eu não estou fazendo declaração de voto: estou formulando uma questão de ordem.

Entendemos que o dispositivo emendado e a emenda do dispositivo arranham com o mesmo espírito e na mesma medida a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Em outras palavras, a emenda não modifica, em sua substância, o dispositivo emendado.

Não obstante isso, considerando os notáveis avanços no substitutivo nº 2 e as irreparáveis conseqüências que resultariam na frustração do acordo de Lideranças, e considerando, principalmente, que a solução encontrada deixa, apesar de

tudo, amplas possibilidades de exercermos a soberania, na elaboração da Carta, o que é, aliás, um aspecto primordial da soberania, optamos pelo voto Sim.

Concluo, Sr. Presidente, para formular a questão de ordem: esta declaração tem, por outra parte, a finalidade de enfatizar a nossa rejeição ao encaminhamento das lideranças do PFL e do PTB. Deram a votação através do pronunciamento, manchados pela servilidade e interesses voltados para o insaciável desejo de transformar a Assembléia Nacional Constituinte...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) (Fazendo soar a campainha): – A Mesa roga a V. Ex.^a que, a exemplo do que foi feito em decisões anteriores, encaminhe à Mesa para publicação.

A SRA. CRISTINA TAVARES: – ...em mera assembléia de regulagem constitucional, para reproduzir o sistema e entemizar a injustiça social. Assinam Deputados e Senadores Constituintes do PMDB.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, queremos que fique registrado que dois deputados do PT não puderam votar: Vice-Líder Plínio Arruda Sampaio, porque seu pai se encontra na UTI e o Constituinte Paulo Paim não pôde estar na sessão, porque seu sogro faleceu.

São as duas ausências do Partido dos Trabalhadores, plenamente justificadas, que eu quero registrar nos Anais da Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a Mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Solicito a Vossa Excelência, nos termos regimentais, destaque para supressão da expressão "necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes", constante do § 7º, do artigo 57, do Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 2-B, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **José Genoíno Neto**, PT/SP.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado

Ficam prejudicados os destaques às Emendas nºs 523, do Sr. José Genoíno; 534, do Sr. Brandão Monteiro; 533, do Sr. Stélio Dias; 536, do Sr. Haroldo Lima; 541, do Sr. José Maria Eymael, por tratarem da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a Mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, destaque para supressão da expressão "sendo arquivado, definitivamente, se receber parecer contrário", constante do § 7º, do art. 57, do Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 2-B, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Jorge Uequet**, PMDB/RS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado

Ficam prejudicados os destaques às Emendas nºs 508, do Sr. Amaury Müller, 543, do Sr. Carlos

Chiarelli; 550, do Sr. Ademir Andrade; 552, do Sr. Aluizio Campos; 554, do Sr. Jorge Uequet, por tratarem da mesma matéria.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP): – Ora, Sr. Presidente, só se levantou um. Se só se levantou um Constituinte, então, está aprovado o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não! O destaque foi rejeitado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – É, Sr. Presidente, a votação é nominal. Se só se levantou um e todos ficaram como estavam, foi aprovado o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O destaque foi rejeitado...

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Não pode ser voto de Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento:

Exmº Sr. Presidente,

Nos termos regimentais requeremos preferência para a votação da Emenda nº 422, consoante destaque já solicitado.

Assembléia Nacional Constituinte, 10 de março de 1987. – **Luiz Henrique – Mendes Ribeiro**.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, eu gostaria que V. EX.^a esclarecesse o teor do destaque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Quanto à emenda em causa, para a qual se pede preferência, vai-se votar, inicialmente, a preferência. Depois é que o destaque será votado.

A emenda é de autoria do nobre Constituinte Mendes Ribeiro.

O SR. LUIZ HENRIQUE: – Estou esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

O Deputado constituinte que esta firma, integrante da bancada do PMDB nessa Assembléia, vem, nos termos regimentais, requerer se digne Vossa Excelência promover a votação em destaque da Emenda de número 422.

Câmara dos Deputados, 21 de fevereiro de 1987. – Deputado **Mendes Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam, queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Projeto do Regimento Interno

Requeremos destaque para a cotação do preâmbulo do substitutivo, inteiramente desnecessário.

Bastará que o Presidente da Constituinte declare promulgar e mande publicar o Regimento, como sempre aconteceu, inclusive em 1946.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1987. – **Aluizio Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam, queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vem à Mesa e vai à publicação a seguinte:

Declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaro que votei, favoravelmente, ao pedido de destaque do Deputado Aluizio Campos, no tocante ao Preâmbulo do Substitutivo do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, para votar contra a citada parte da futura Lei Interna, por considerá-la de conteúdo excessivamente partidário e incompatível com normas legais e a grandeza da instituição a que pertencemos, titular do Poder Constituinte, neste momento histórico.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, 10 de março de 1987. – **Bonifácio de Andrada**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência seja deferido destaque para discussão e votação da Emenda nº 14/15, ao 2º (segundo) Substitutivo apresentado pelo ilustre Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, à Resolução que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. **Siqueira Campos**.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Para um esclarecimento, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente:

O destaque requerido é exatamente para o **caput** do art. 1º, apenas para o **caput**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a deseja acrescentar que além do funcionamento normal da Constituinte, em Brasília e neste edifício, em caso de força maior, possa ela se reunir em outro local.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Prefiro a redação dada ao projeto, ao **caput** do art. 1º pelo projeto original, porque acrescenta essa expressão que V. Ex.^a citou.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em votação o destaque, mesmo porque, depois, na redação, o Relator ajustará as intenções de V. Ex.^a, que toda a Casa já conhece.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Ficam prejudicados os destaques às Emendas nºs: 28, do Sr. Aluizio Campos; 18, do Sr. Stélio Dias, por tratarem da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência seja deferido destaque para discussão e votação da Emenda nº 18, ao 2º (segundo) Substitutivo apresentado pelo ilustre Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, à Resolução que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. **José Maria Eymael.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Fica prejudicado o destaque à Emenda nº 40, do Sr. Luzâneas Maciel por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requeiro destaque para votação em separado e aprovação da Emenda nº 30, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Roberto D'Ávila.**

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC.): – Sr. Presidente, eu gostaria de saber qual é a matéria, tendo em vista que há muita conversa aqui em volta e eu não ouvi perfeitamente o enunciado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não poderá o Constituinte, desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte até a promulgação da Constituição, patrocinar interesses de caráter não social de grupos ou pessoas, ou interesses de empresas organizadas para exercer atividades econômicas (**Lobby**).

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Acho que é uma emenda que apenas preserva a independência do Constituinte. Não vejo maiores dificuldades, de acordo com a Constituição, pois é uma mera repetição de um dispositivo da Constituição. Não vejo inconvenientes para se aprovar.

O meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requeiro destaque para votação em separado e aprovação da Emenda nº 31, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Lysâneas Maciel.**

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ. Para encaminhar a votação.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O objetivo principal dessa medida, que foi proposta inicialmente e não apreciada devidamente, é que, em se tratando de uma Assembléia Nacio-

nal Constituinte de uma Mesa com poderes muito vastos e num regime presidencialista – e nisto não há nenhuma restrição à figura do Presidente, pessoalmente – com poderes que eu consideraria exagerados e não muito democráticos dados ao ilustre Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, seria de bom alvitre na Mesa da Constituinte, a criação de vários outros cargos de Secretário, em número igual ao número de Comissões que foram criadas pelo Relator, a fim de que, na Mesa, apesar dos poderes discricionários que a Mesa tem, estivesse garantida, em primeiro lugar, a proporcionalidade. Apesar da maioria esmagadora do PMDB e do PFL, proporcionalmente aos demais Partidos, que fosse assegurada, de qualquer forma, a presença na Mesa, para prevalecer a democracia, para que tivessem direito a voz, nas decisões que fossem tomadas, os representantes ou, pelo menos, um representante de cada bancada dos Partidos minoritários.

Devo esclarecer a V. Ex.^a que estou chamando a atenção para os poderes que foram dados à Presidência e que foram dados à Mesa. Não há restrição aos futuros Membros dessa Mesa. Mas, para assegurar uma Assembléia democrática, conviria que o número de representantes, até mesmo para o bom funcionamento dos trabalhos desta Casa, fosse aumentado, e que cada Partido tivesse pelo menos um representante da sua bancada presente nessa Mesa, respeitada a presença majoritária, proporcionalmente majoritária do PMDB e do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa esclarece que o nobre autor da proposição deseja que a Mesa seja composta de, além do Presidente, três vice-Présidentes, dez Secretários e cinco Suplentes.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Meu parecer foi contrário pela seguinte razão: já existe a Mesa da Câmara, que está incumbida de uma série de funções administrativas e a do Senado, também. A função da Mesa Constituinte é simplesmente de dirigir as sessões. Esta foi a razão do meu parecer contrário, sem nenhuma animosidade para que mais companheiros possam participar de comissões importantes. Mas acho que há comissões na Constituinte que têm relevância igual a da Mesa, e isso desequilibraria também aquela aritmética complicada da divisão das várias comissões.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

Ficam prejudicados os destaques às Emendas nºs 33, do Sr. Nilson Gibson e, 37 do Sr. Stélio Dias, por tratarem da mesma matéria.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ): – É consignado, pelo menos o voto favorável do autor da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sim, será consignado, inclusive pela intervenção de V. Ex.^a, brilhante como sempre, ao justificar sua emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência seja deferido destaque para discussão e votação da Emenda nº 42, ao 2º (segundo) Substitutivo apresentado pelo ilustre Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, à Resolução que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Siqueira Campos.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Requerimento de Destaque

Venho requerer a V. Ex.^a que seja dado destaque à Emenda nº 824-A ao Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, da qual sou subscritor.

Atenciosamente, Deputado Federal **Domingos Leonelli**, PMDB/BA.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem relativa à votação. Queria indagar de V. Ex.^a se está prevalecendo o voto de liderança porque, por mais de uma vez, V. Ex.^a pergunta se todos estão de acordo; todos ficam, uns dois levantam o braço e V. Ex.^a diz que está rejeitado.

Indago a V. Ex.^a se o voto de liderança está prevalecendo?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa tem-se orientado pelo que verifica no plenário, além das manifestações que V. Ex.^a vê, porque está na Frente de V. Ex.^a Diviso as manifestações de todo o Plenário a respeito da matéria.

Passamos à votação.

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, esta é uma questão de mais alta importância e não podemos aceitar a explicação de V. Ex.^a de que, olhando o Plenário, capta a sensibilidade dos Constituintes e então verifica se são favoráveis ou não. Queremos que o Regimento seja observado para que possamos continuar de forma absolutamente precisa e correta os nossos trabalhos até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa tem buscado verificar com exatidão as manifestações, inclusive ostensivas, que se divisam daqui, da mesa, além daqueles que se encontram aqui na frente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente

Nos termos regimentais requeiro destaque para votação em separado e aprovação da Emenda nº 45, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Adhemar de Barros Filho.**

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – S P): – Sr. Presidente, somos autor de três

pedidos de destaque. Qual emenda se trata, no momento? Qual o número da emenda a que se refere V. Ex.^a?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A emenda que ora vai ser posta em votação é a de número 45.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP): – A emenda apenas pede que o Presidente zele pelo bom nome da Constituinte. Não há nada a opor da parte do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma prevista, no art. 27, da Resolução nº 1, de 1987, requeiro a Vossa Excelência seja concedido destaque para votação em separado para a Emenda nº 189-A, de minha autoria, que permite a requisição de servidor público a requerimento de constituinte, ao Projeto de Resolução que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Cesar Cals Neto**.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Solicitaria a V. Ex.^a que pedisse ao Plenário manifestasse claramente o seu voto simbólico: os que são a favor, permanecendo sentados; os que estão contra, levantando-se ou levantando o braço, para não haver nenhuma dúvida, Sr. Presidente.

V. Ex.^a tem conduzido com tanta correção e democracia as sessões desta Constituinte e o que peço é para não deixarmos nenhuma dúvida sobre o que está sendo aprovado, se representa realmente a vontade da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa invoca o testemunho do Plenário. Ela tem agido sempre no escrupuloso sentido de cumprir com o seu dever. (Palmas.) É óbvio para todos: quando há o assentimento a uma emenda ou a sua rejeição, inclusive pela dificuldade que temos de lugares, superam freqüentemente os que estão de pé e não aqueles que estão sentados. Mas, não há dúvida nenhuma, a Mesa vai rogar aos Srs. Constituintes, àqueles que têm a felicidade e a fortuna de encontrar lugares para se assentar, no sentido de que, quando se tratar de rejeição de emenda com parecer contrário portanto pela rejeição, queiram se levantar. (Pausa.) Peço que nos ajudem nesta votação.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ): – Acho que a observação do Líder da Maioria é oportuna, também às emendas que são votadas. A votação está sendo conduzida muito rapidamente com muita eficiência, mas é bom que este Plenário saiba que não é apenas o autor do destaque que, está se batendo uma proposta que ele julga mais democrática, e melhor para o bom andamento dos trabalhos da Constituinte. Então, não custaria repetir a votação para verificar se foi uma maioria ou uma minoria expressiva.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – As votações com verificação são vencidas, não há condição de retorná-las.

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Esta emenda dá instrumento ao Constituinte de requisitar, através do Presidente, assessores dos Estados e Municípios. É simplesmente uma forma de dar mais capacidade, já que a Assessoria Legislativa, apesar dos seus esforços não tem como dar vazão aos anseios e às necessidades dos Constituintes. A emenda permite que o Presidente tenha poderes de requisitar aos Estados e Municípios, com ônus para o órgão de origem, ou seja, sem nenhum ônus para Assembléia Constituinte, de forma que possamos trabalhar. Os assuntos são muito complexos e abrangentes. Precisamos de assessoria, precisamos de gente para trabalhar, que não temos aqui em Brasília. Esses assessores poderão trabalhar nos Estados e nos Municípios.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A razão pela qual não acolhemos a emenda foi no sentido de que, primeiro, existe um amplo corpo de assessores já disponíveis no Parlamento e, segundo, para evitar que houvesse uma corrida dessas possibilidades. É única e exclusivamente por questão de economia administrativa, e V. Ex.^a é o melhor juiz da importância dessa economia.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembléia Constituinte.

Stélio Dias, Constituinte PFL – ES, requer a Vossa Excelência, destaque para Emenda nº 89, à Resolução 02/87 P. Deferimento **Stélio Dias**.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para proferir parecer): – Não vejo razão para acolher a emenda. O parecer é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência seja deferido destaque para discussão e votação da Emenda nº 56, ao 2º (segundo) Substitutivo apresentado pelo ilustre Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, à Resolução que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **José Maria Eymael**.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Apenas para colaborar com a Mesa, pediríamos que o Presidente nos desse o número da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É o destaque para a Emenda nº 56, formulado pelo nobre Constituinte José Maria Eymael, e diz respeito às Lideranças e Vice-Lideranças.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.): – Esta matéria, Sr. Presidente, foi extensamente debatida e as razões pelas quais optamos pela solução que está no regimento foram expostas minuciosamente às Lideranças.

Reabrir essa questão de Vice-Liderança e Liderança mais prejudicaria o andamento dos trabalhos do que daria urna solução satisfatória a todos. Portanto, meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

Em razão da votação da emenda anterior, ficam prejudicadas as emendas do Sr. Genebaldo Correia e, com objetivo semelhante, a do Sr. João Natal.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Requerimento de Destaque

Senhor Presidente, Queremos destaque, para votação em separado, do art. 13 § 2º, do Substitutivo.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. **Gastone Righi**, Líder do PTB – **Affif Domingos**, Líder do PL.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para emitir parecer): – O Relator é favorável a que se mantenha o dispositivo, porque assegura a proporcionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembléia Constituinte, Stélio Dias, Constituinte (PFL – ES), requer a Vossa Excelência, destaque para a Emenda nº 121 à Resolução nº 02-A/87.

Pede Deferimento. – **Stélio Dias**.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para emitir parecer.): – O Relator dá parecer contrário. Essa foi uma penosa discussão entre várias correntes no Congresso para que se chegasse ao acordo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Requerimento de Destaque

Senhor Presidente, Queremos destaque, para votação em separado, do art. 13, Parágrafo 8º, do Substitutivo.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – Deputado **Gastone Righi**, Líder do PTB – Deputado **Affif Domingos**, Líder do PL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Requerimento de Destaque

Senhor Presidente,

Requeremos destaque, para votação em separado, do § 10 do art. 13 do Substitutivo do Relator, para que seja suprimida a expressão:.. "salvo nos períodos destinados às sessões plenárias da Assembléia Nacional Constituinte".

Justificação

Às Comissões e Subcomissões incumbidas de elaborar a Constituição cumpre abrir espaço e dar a elas todo apoio logístico. Fluirá daí todo um trabalho de mérito, para cujo ordenamento se deverá dar atenção, assessoria, espaço físico e tempo.

Por outro lado, o Plenário da Assembléia Constituinte conta com tempo exagerado para pequenas comunicações, muitas vezes supérfluas.

O melhor é aproveitar o tempo para as comissões técnicas de mérito, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, – Deputado **Gastone Righi** – Deputado **Farabulini Júnior**.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Houve, posteriormente à apresentação desse pedido de destaque, um acordo de Lideranças, que confirmou o funcionamento do Congresso Nacional, Senado e Câmara dos Deputados, às segundas-feiras – parece-me que esta é a decisão das Lideranças. Se é assim, Sr. Presidente, fica evidente que o pedido que formulei anteriormente não tem mais sentido, porque concordo plenamente com aquilo que as Lideranças entenderam por bem, firme e valiosamente, fazer funcionar a Câmara dos Deputados às segundas-feiras; por óbvio, as Comissões Técnicas Permanentes deveriam funcionar também.

Há outro problema, Sr. Presidente: parece que se trata de um acordo das Lideranças de não designarem Presidentes para as Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados.

Se esta é a questão, eu gostaria que V. Ex.^a, Sr. Presidente, esclarecesse o Plenário: haverá ou não o funcionamento da Câmara dos Deputados, enquanto fluir a Constituinte?

É a questão, Sr. Presidente, que levanto agora. (Muito bem!)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – O parecer e contrário, pelas razões que V. Ex.^a expôs.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Apesar de não ter cintilação com esta matéria, desejo dizer que o acordo havido com as Lideranças – e parece-me que é o desejo dos Srs. Constituintes – é no sentido de que, às segundas-feiras, as sessões se realizarão em caráter ordinário, e em caráter extraordinário, quando for necessário, haverá a convocação da Câmara ou do Senado.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP): – Neste caso, Sr. Presidente, se me permitir e se for oportuno, eu retiro.

O SR. ANTONIO CARLOS KONDER REIS (PDS – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, acompanhando as falas de V. Ex.^a, verifico que submete ao Plenário os destaques de acordo com a seqüência dos dispositivos no Substitutivo.

Apresentei destaque à Emenda nº 36, que visa alterar a regra constante do § 2º do art. 2º do Substitutivo.

A questão de ordem que levanto é apenas para pedir a V. Ex.^a o obséquio de informar se a votação dos destaques está obedecendo a seqüência da matéria, constando o Substitutivo ou não? Se não for assim, a minha questão de ordem não tem razão de ser. Se V. Ex.^a estiver obedecendo à seqüência da matéria, constando o Substitutivo, peço a V. Ex.^a o obséquio de informar, porque o destaque que apresentei para a votação da Emenda nº 36, que altera a redação do § 2º do art. 2º, não foi colocada à deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pondera ao nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, que, aliás, tem uma grande experiência, pois foi o Relator da Constituição vigente, onde se comportou com grande competência, a Mesa leva ao conhecimento do brilhante Constituinte que fará uma pesquisa quanto à sua arguição. O Sr. Secretário está, inclusive, à disposição de V. Ex.^a Enquanto isso, vamos prosseguir na votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Requerimento nº
Senhor Presidente.
Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, da Emenda nº 188, apresentada ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, – **Eduardo Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado
O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Exmº Sr. Presidente da Mesa da Assembléia Constituinte.
Stélio Dias, Constituinte (PFL – ES), requer a Vossa Excelência, destaque para a Emenda nº 303, à Resolução nº 2/87.

P. Deferimento. – **Stélio Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.
O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não me parece correta a forma como estamos votando nesta sessão. Não creio que a maioria dos Constituintes aqui presentes tenha condições de acompanhar passo a passo, de saber qual a emenda, de votar conscientemente a respeito desse assunto. Além disso, a questão de ordem que levanto é que esta sessão deveria já ter sido encerrada às 19 horas. V. Ex.^a prorrogou a sessão até às 19 horas, já estamos às 21 horas e 20 minutos. Além do mais, pela seqüência que se vê, alguns destaques estão sendo saltados, não estão sendo apresentados para a votação. Creio que precisaríamos averiguar essas coisas com calma, porque não é possível passemos tanto tempo para votar

o Regimento e no momento em que temos destaques que podem aperfeiçoá-lo, que podem melhorá-lo, façamos a votação desta forma, quando ninguém aqui tem condições materiais de acompanhar com consciência perfeita a votação.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sugiro uma solução para este impasse apresentado pelo companheiro Ademir Andrade: que os Constituintes tomem assento nas suas cadeiras, para que possamos ouvir, claramente, o enunciado da Presidência. É verdade que até as lideranças têm dificuldades de ouvir o enunciado de V. Ex.^a Peço aos companheiros esta colaboração, que pudessem dirigir-se aos seus lugares. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa recorda que sobre esta matéria tivemos três substitutivos. Foram oferecidas emendas, as emendas foram publicadas, há os destaques, que são conhecidos, e a Mesa os está levando ao conhecimento do Plenário, que deve estar acompanhando, que tem os avulsos, quais são as emendas destacadas, o teor dessas emendas e o parecer do eminente relator.

Também devo dizer que estamos seguindo a ordem, agora porque não há pedidos de preferência dos artigos sobre os quais os destaques são oferecidos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.^a me desse notícia do pedido de destaque de nossa autoria aos §§ 8º e 9º, do art. 13, porque já estamos bastante adiante e esse destaque não foi colocado em votação.

Volto a repetir que temos condições de julgar os nossos destaques, mas não temos condições de julgar o mérito dos destaques dos Companheiros, porque é difícil acompanhar uma votação nessa correria toda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa vai verificar a reclamação feita por V. Ex.^a Se não foi, por qualquer razão, o destaque posto em votação, ele o será de imediato.

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA. Pela ordem.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No mesmo sentido, para registrar que os destaques às Emendas nºs 164 e 184 ao art. 14, de nossa autoria, também foram saltados.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa está registrando as arguições que chegaram ao seu conhecimento, para ordenar a votação da matéria. Com esta finalidade, suspenderá a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está reaberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Sr. Presidente,
Na forma da Resolução nº 1/87, requeremos destaque para apreciação da Emenda nº 36, do substitutivo do Senhor Relator – Projeto de Resolução nº 2-B, de 1987.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 1987. – **Antônio Carlos Konder Reis**.

O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS (PDS – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A partir da Constituição de 1946 é consagrada a norma de que, tanto quanto possível, na composição das Comissões das duas Casas do Congresso, seja obedecido o princípio da proporcionalidade.

O Substitutivo do nobre Sr. Relator consagra esse mesmo princípio em inúmeras das normas que acolhe e, há pouco, quando da votação do destaque, solicitado pelo nobre Constituinte Affif Domingos, para a supressão do § 2º, art. 13, o nobre Sr. Relator fundamentou o seu parecer contrário justamente no fato de essa norma estabelecer o princípio da proporcionalidade, tanto quanto possível, na composição das Comissões. Estranhamente, o § 2º do art. 2º do Substitutivo, que dispõe sobre a composição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, ignora o princípio da proporcionalidade que deve ser, evidentemente, aplicado, tanto quanto possível.

A minha Emenda, de nº 36, visa manter, tanto quanto possível, o princípio da proporcionalidade na composição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. E, valho-me, para justificar o destaque e pedir a aprovação dessa proposição subsidiária, da argumentação do nobre Sr. Relator, quando emitiu parecer contrário ao destaque solicitado pelo nobre Constituinte Affif Domingos.

É a justificativa. (Muito bem!)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocorre que, no meu entendimento, a Mesa é uma das Comissões, e talvez a principal Comissão, por consequência, se aplica à Mesa a norma da proporcionalidade.

Não acolhi a emenda porque me parecia desnecessário repetir o entendimento que vale para todas as Comissões. Além domais, o que for omissão aqui, V. Ex.ª terá de se socorrer do Regimento da Câmara e do Senado, que também acolhe a proporcionalidade. Por isso acho que não é necessário reiterar o princípio.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O parecer é contraio?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – O parecer é contrário porque já está atendido no mérito o que pretende o Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque: Senhor Presidente.

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, da Emenda nº 127, apresentada ao Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 2-A, de 1987, que dispõe sobre o Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. **Ademir Andrade.**

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Propomos com essa emenda a modificação de dois artigos, o 8º e o 9º. Inclusive, no primeiro substitutivo apresentado pelo Constituinte Fernando Henrique Cardoso, o Relator obrigatoriamente seria de Partido diferente do Presidente da Comissão respectiva; no seu segundo Substitutivo esta condição foi retirada. Nós estamos

preocupados, senti, inclusive, um desejo da Bancada do PMDB que o Presidente e o Relator da Comissão, de todas as Comissões e Subcomissões fossem eleitos pelos constituintes que compõem as respectivas Comissões

Nesse sentido a emenda nº 127 estabelece que primeiro se elege o Presidente de um determinado Partido e, em seguida, se elege um Relator de um Partido diferente do Partido do Presidente. Portanto não é antidemocrático como me sugeria, aqui, o nosso querido Constituinte Fernando Henrique Cardoso. Pretendemos é que tanto o Relator quanto o Presidente da Comissão sejam eleitos pelos membros da Comissão e pertençam a Partidos diferentes.

Nesse sentido é a nossa emenda modificativa nos dois artigos, um referente às Comissões de uma maneira geral e outro, especificamente, referente à Comissão de Sistematização que é a mais importante da Casa.

Portanto, apelo à consciência dos Constituintes presentes nesta sessão para atentarem para essa emenda, porque entendo que o Relator não pode ser indicado, mas sim eleito pelos membros que compõem a Comissão.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como observou o ilustre Constituinte Ademir Andrade, no Substitutivo original havia, efetivamente, a eleição do Relator. Isso foi retirado, porque havendo eleição de Relatora e Presidentes, poderia ocorrer tentação de um rolo compressor e só o PMDB e o PFL fariam todas as Comissões. Então, pareceu-nos que seria melhor criar condições para uma negociação em que fosse possível a inclusão de relatora não integrantes do PMDB e do PFL. Portanto, foi com o objetivo de democratizar. Em segundo lugar, acredito que essas indicações não possam ser feitas sem negociação ampla, que não é votação no sentido estrito, mas que há de atender às várias tendências e aspirações da Casa.

Creio que essa foi à razão fundamental, para evitar que houvesse aqui somente PMDB e PFL no comando do processo Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência seja deferido destaque para discussão e votação da Emenda nº 150, ao 2º (segundo) Substitutivo apresentado pelo ilustre Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, à Resolução que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Siqueira Campos.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa)

Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque à Emenda nº 151. do Sr. Ademir Andrade, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente.

Nos termos regimentais, requeiro destaque para votação em separado e aprovação da Emenda nº 154, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Luiz Salomão.**

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, queda propor a V. Ex.ª que encaminhasse junto à votação da Emenda nº 279, porque a conjugação dos prazos é fundamental Na Emenda nº 154, estamos

propondo que os Srs. Constituintes terão um prazo de até 40 dias para, após a instalação das Comissões, oferecer sugestões de normas constitucionais, porque o prazo previsto no projeto original, no Substitutivo, era de apenas 25 dias. E na Emenda nº 279, estamos propondo que o Relator tenha um prazo de 30 dias, ao invés de apenas 15 dias, para apresentação do anteprojeto na subcomissão. Isso já foi devidamente conciliado com o Sr. Relator e me parece que é democrático permitir que os Srs. Constituintes e o próprio Relator tenham condições de absorver todas as sugestões e os debates havidos nas subcomissões.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Examinei devidamente a proposta do ilustre Constituinte Luiz Salomão, conversei com as pessoas que opinaram nessa matéria, a nível de Assessoria Técnica, e tenho a Impressão de que é realmente uma emenda que tem cabida.

Portanto o meu parecer é favorável; ela não altera os prazos finais, fizemos os cálculos e permite um ajustamento melhor nos trabalhos. Meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Requerimento

Requeiro a Vossa Excelência seja concedido destaque a nossa Proposta de Emenda nº 162 ao Substitutivo do Projeto de Resolução nº 2/87, que conta com a seguinte redação:

Altera a redação do § 3º do art. 14 e o § 4º do art. 16, dando as seguintes redações, respectivamente:

"Art. 14.....

§ 3º As Comissões, a partir de sua constituição, terão prazo de 90 (noventa) dias para concluir seu trabalho, findos os quais o encaminharão à Comissão de Sistematização que, por sua vez, deverá, dentro de 30 (trinta) dias, apresentar à Mesa o Projeto de Constituição."

"Art. 16.....

§ 4º A Subcomissão, a partir de sua constituição, terá um prazo de 60 (sessenta) dias para encaminhar à respectiva Comissão o Anteprojeto por ela elaborado e, não o fazendo, caberá ao Relator redigi-lo no prazo de 5 (cinco) dias."

Percival Muniz, Deputado Federal Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa considera prejudicado em face da aprovação da emenda anterior, inclusive destaque à Emenda nº 159, do Sr. Luiz Salomão, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Exmº Sr. Presidente da Mesa Constituinte.

Stélio Dias, Constituinte, PFL – ES, requer a Vossa Excelência, destaque para a Emenda 187 e a Resolução nº 2/A-87.

P. deferimento – **Stélio Dias**.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Se V. Ex.^a me permite, a Comissão de Sistematização já tem essa atribuição. Essa a razão pela qual me parece desnecessário, porque já está contemplado no texto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a é pela rejeição?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque à Emenda nº 173, do Sr. Luiz Salomão, por tratar da mesma matéria.

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, mais uma vez foi ultrapassada a numeração de duas emendas de nossa autoria. Se agora está ocorrendo em ordem, houve novamente lapso, as Emendas nº 164 e 184, ao art 14.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC): – Presidente, pela ordem. Solicitaria novamente aos nossos colegas a compreensão no sentido de que, em facilitando os trabalhos, tomassem lugar nos seus assentos, para que as Lideranças possam ouvir corretamente os enunciados por V. Ex.^a.

Pediria aos colegas Constituintes, a V. Ex.^a que liberasse a frente do plenário.

O SR. JOÃO NATAL (PMDB – GO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tenho observado atentamente o processo de votação que está sendo realizado no plenário e quer-me parecer que o processo de votação está sendo realizado em desacordo com o que estabelece o § 1º, do art. 28 – Das Disposições Preliminares, que de forma textual estabelece que "o processo simbólico processar-se-á com o levantamento dos Constituintes que votam a favor da matéria em deliberação". E vou acentuar a V. Ex.^a o porquê da minha preocupação, porque essas mesmas regras estão estabelecidas no art. 64 do substitutivo do Regimento Interno que deverá vigorar, posteriormente, após sua aprovação.

Quer-me parecer, Sr. Presidente, que o hábito da prática do art. 176, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados tem feito com que V. Ex.^a decida, no processo de votação, afirmando que aqueles que votarem a favor da matéria permaneçam como estão, isso em desacordo àquilo que está estabelecido no § 1º do art. 28, Das Disposições Preliminares.

Em tempo hábil gostaria que V. Ex.^a reconsiderasse a forma de proceder à votação porque em assim continuando nós haveremos de incorrer

no mesmo erro quando da votação, que será estabelecida sob a égide do Regimento Interno que deverá ser aprovado por esta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidenta (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a Mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Sr. Presidente: Requeiro destaque para a Emenda nº 164 (art. 14, § 3º). – **Dep. Jorge Hage**.

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A demora de 40 dias para aprovarmos a nossa adjetiva de simples Regimento Interno devia servir como a principal advertência para a extrema exiguidade dos prazos que estão consignados neste projeto de Regimento, para a elaboração da Constituição, ou seja, da norma substantiva que vai reger aviria do País, esperamos todos, por muitos anos, O prazo de 60 dias apenas para que seja elaborado o projeto constitucional me parece escandalosamente exíguo. A exiguidade de prazo não interessa ao povo brasileiro. As camadas mais populares precisam de tempo até para chegar a Brasília, coisa que não precisam as organizações lobistas dos grandes grupos econômicos, que se instalam aqui num abrir e fechar de olhos. Entretanto, as entidades sindicais dos trabalhadores, do campo, das periferias urbanas e todos os segmentos organizados populares precisam de que a Constituinte tenha prazos largos para fazer valer a sua manifestação de interesse.

Esta correria de prazo, 60 dias para elaboração integral do projeto da Constituição, e apenas 30 dias mais para a Comissão de Sistematização fazer a compatibilização de tudo, depois do que nós vimos aqui, com 40 dias em todo esse tumulto para aprovar a norma meramente adjetiva me parece uma temeridade. Por isso, insisto na emenda que propõe a ampliação desses prazos, respectivamente para 90 dias e 45 dias. Muito obrigada. (Muito bem!)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recebi muitas emendas quanto a prazos. Discuti com alguns dos proponentes de emenda. Tal como está hoje, ainda mais com a modificação proposta e aprovada por nós do Constituinte Luiz Salomão, teremos que fazer um enorme esforço se quisermos aprovar a Constituição este ano.

De forma alguma estamos comprimindo prazos, mas acho que o Brasil espera uma Constituição e andei verificando o tempo necessário em outras circunstâncias, inclusive no Brasil, para a elaboração da Constituição. Nunca foi tão dilatado como o é nesta proposta. Não aceitei maiores prazos por esta razão. Temos que terminar esta Constituição, parece-me, no decorrer deste ano, e qualquer alteração adicional impedirá tal desiderato. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque.

Sr. Presidente: Requeiro destaque para a Emenda nº 184 (Art. 14) – **Dep. Jorge Hage**.

O SR. JORGE MACE (PMDB – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes.

A fórmula do substitutivo piorou a versão original no particular, que admitia uma sessão semanal e em oito semanas nós teríamos oito sessões pelo menos. A nova fórmula admite a realização de até apenas cinco sessões; ou seja, o nível mínimo ficou abaixo do mínimo do projeto original que já era insuficiente. A meu ver, na ampliação de número de sessões de audiência da sociedade civil somente perde a democracia.

Muito obrigado. (Mello bem!)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A proposta consiste em que haja um mínimo de 5 sessões por Comissão, e um máximo do 8. Mas o mínimo é o mesmo, não houve modificação de mínimo, o mínimo de 5, que pareceu a muitos excessivo, porque em muitas subcomissões não se requer audiência pública. É difícil até encontrar modo de preencher. Noutras, eventualmente pode ser restrito. É sempre questão de uma determinação que vai abranger matérias muito diversas. Eu fiquei na média A média dá mais segurança do que o exagero.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque.

Exmº, Sr. Presidente da Mesa da Assembléia Constituinte.

Stélio Dias, Constituinte, PFL – ES. Requer destaque para Emenda nº 179 a Resolução nº 2-A/81.

P. deferimento – **Stélio Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos do art 27 da Resolução nº 1/87, da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a Vossa Excelência destaque para votação em separado do art. 15 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 2/87, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1987. – **Cunha Bueno**.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Apresentamos essa emenda com o objetivo de aperfeiçoar os nossos trabalhos, em relação ao Regimento Interno. Parece-nos que o número restrito de Comissões que o Relator definiu no seu parecer não atende aos interesses e também não atende ao grande número de Parlamentares que querem participar das Comissões. Por isso nós propusemos uma outra ordem, para que, ao invés de 8 comissões, e para que, ao invés de subcomissões nós tivéssemos realmente 21 comissões, que funcionariam já nas dependências da Câmara dos Deputados, onde fisicamente, inclu-

sive, encontramos espaço necessário para tal. E também evitamos o problema da Comissão de Sistematização, que nós entendemos ser uma comissão um tanto quanto autoritária, uma vez que decide em plenário aquilo que as comissões discutiram. Portanto, nós pediríamos aos nossos companheiros a aprovação da referida emenda, e votamos a favor da nossa emenda, em contrário ao parecer do ilustre Relator.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Com relação ao número de comissões, foi o mesmo critério. Houve muitas propostas e era difícil escolher entre tantos. Eu apenas mantive o que já estava no substitutivo anterior, acrescentando nas subcomissões algo do que havia sido proposto, agora, nesse novo prazo de emendas.

Quando à Comissão de Sistematização, sabe V. Ex.^a que nós estamos aqui inovando o modo de fazer a Constituição. Estamos inovando porque não existe um projeto que sirva de base ao ponto de partida; estamos inovando porque nós não aceitamos, o Plenário não aceita uma grande comissão. Se não houver uma comissão com as características aí propostas, como Comissão de Sistematização, eu temo que nós não cheguemos a um resultado prático à elaboração de uma nova Constituição.

Por esta razão, dei parecer contrário a essas emendas e a todas do mesmo teor, creio que não precisaria voltar ao assunto quando aparecerem novas emendas.

O meu parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Sr. Presidente.

Requeiro destaque para votação em separado da Emenda nº 371. – **Cunha Bueno.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque da Emenda nº 198, do Sr. Stélio Dias, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma prevista no aro 27, da Resolução nº 1; de 1987, requeiro a Vossa Excelência seja concedido destaque para votação em separado da Emenda nº 204, do Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 2-A, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. **Antônio Salim Curiati.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requeiro destaque para a Emenda de nº 211, do Deputado Constituinte

Raul Ferraz, ao Projeto de Resolução nº 2-A, de 1987.

Sendo o que se apresenta para o presente momento. antecipando meus cordiais agradecimentos pela atenção, subscrevo-me: Brasília, 24 de fevereiro de 1987.

Vasco Alves.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da Emenda nº 218 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, – **Gastone Righi,** Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da Emenda nº 231 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, – **Gastone Righi,** Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da emenda nº 232 ao substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, – **Gastone Righi,** Líder do PTB.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Dentre inúmeros destaques pedidos eu me permito o encaminhamento deste e mais um outro. Este, por uma razão fundamental: há uma reivindicação em todo o País, em todas as entidades ecológicas e associações que se preocupam, não só com a natureza, com a ecologia, com o meio ambiente, como com os seus recursos naturais, e é indispensável que essa matéria, recursos naturais, meio ambiente e ecologia sejam tratadas numa única subcomissão, que possa ter o alcance necessário e a profundidade precisa, para podermos preparar esta Constituição, afim de que ela acolha a reivindicação que é permanente, que está hoje dominando o pensamento de nossa juventude e, principalmente, das populações aflitas, que vêm sofrendo a agressão da poluição e de todas as outras fontes destruidoras dos nossos recursos naturais e do nosso meio ambiente. Por isso postulei a criação de uma comissão específica para tratar de recursos naturais, meio ambiente e ecologia. Peço aos Srs. Constituintes e aos Srs. Líderes que acolham essa minha iniciativa Ela tem respaldo no melhor dos procedimentos e, até mesmo, na opinião pública nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na versão inicial do meu substitutivo, eu havia colocado, precisamente, como agora pede o Líder Gastone Righi, os itens recursos naturais, questões de meio ambiente e populações indígenas numa só comissão. Infelizmente, para atender às pressões múltiplas deste Plenário, tive que reformular o conjunto das Comissões recursos naturais passou a ser discutido na ordem econômica. porque houve também muitas pressões nesse sentido, muitos argumentos nesse sentido, e mantive a questão da ecologia juntamente com a questão da Saúde e da Previdência. Pedi que me dessem uma solução para essa questão. Eu não posso apoiar agora esta emenda, porque ela provoca alterações nas outras comissões. Não havendo uma solução, como eu havia pedido, não tenho como acolhê-la.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requeiro destaque para Votação em separado e Aprovação da Emenda nº 237, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 02, de 1987.

Sala das Sessões 24 de fevereiro de 1987 – **Nelson Seixas.**

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Parece uma questão insignificante pedir que, ao invés de deficientes, se coloque pessoa deficiente Mas, ao se colocar apenas deficientes está se estigmatizando, está apenas vendo a deficiência e não está vendo a gente que está atrás da deficiência Portanto, como pai e como representante dos deficientes, dos amigos dos deficientes eu diria que se colocasse pessoa deficiente, ao invés de deficientes A melhor redação seria mesmo pessoas portadoras de deficiência.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A questão relativa a colocar pessoas deficientes me parece que tem todo cabimento. Não vejo razão para que não se acolha esta expressão, ao invés de deficientes. Estou de acordo

Com relação à mudança de Comissões, pelas razões já expendidas, eu não posso alterar, mas a questão de pessoas deficientes tem o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado, nos termos do parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da Emenda nº 250 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, – **Gastone Righi,** Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Apresentei à Mesa uma proposta de emenda restritiva que levou o número 551. Esse destaque requerido por esse Deputado, objetivava exatamente impedir que a Comissão de Sistematização pudesse vetar, em pareceres contrários, selo ouvi o Plenário, a matéria a ela encaminhada, ou pelo grande Plenário ou pelas comissões permanentes.

Quando V. Ex.^a pôs a voto o destaque do ilustre Constituinte Ferreira Lima, no entanto, não caracterizou a emenda de minha autoria, pedindo destaque e, bem assim, de inúmeros outros Constituintes.

Eu pediria a V. Ex.^a, então, afinal, que examinasse, para pôr a votos o destaque, em separado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa a V. Ex.^a que, quando essa matéria foi votada, foi rejeitado o destaque do Constituinte Jorge Uequet, versando sobre o mesmo sentido. Conseqüentemente, não só a emenda de V. Ex.^a, mas as emendas que versavam sobre a mesma matéria foram consideradas vencidas.

O SR. FARABULINI JÚNIOR: – Sr. Presidente, na ocasião, estava eu bem atento à matéria e não foi nem mencionado, nem o nome do constituinte Jorge Uequet, nem o nome do Constituinte Farabulini Júnior que está na tribuna agora e muito menos outros Srs. Constituintes, em número de dez aqui, inclusive o Constituinte Amaury Müller.

Portanto, não vejo como nós poderemos aceitar este sacrifício, isto é, que o Plenário não tome conhecimento da matéria votada pela Comissão de Sistematização da Constituinte, enquanto haja parecer contrário.

Foi assim, Sr. Presidente, quem sabe, uma votação que veio despercebidamente e eu estava bem presente aqui para ouvir e não ouvi V. Ex.^a, pôr a nossa em destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Essa foi matéria das mais polêmicas, a matéria crítica, a matéria abundantemente debatida, que motivou até verificação na ocasião de votação. E a emenda de V. Ex.^a, como tantos outros destaques, foi anunciada tempestivamente, na ocasião pela Mesa, é matéria vencida. Não podemos voltar a esse assunto que teve pronunciamento soberano do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da Emenda nº 254 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, – José Egreja.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP): – Sr. Presidente, acredito que não seja conveniente, a essa altura, alterarmos as funções da Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque.

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da emenda nº 260 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, – Gastone Righi, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Sr. Presidente:

Requeiro destaque para a Emenda nº 272. (Art. 151.)

Deputado Jorge Hage.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, venho requerer a Vossa Excelência que defira destaque à Emenda nº 257, de minha autoria, que cria a Comissão de Desenvolvimento Regional na Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que possa ser discutida e votada em separado.

Tal providência se impõe, Senhor Presidente, em face de ter sido excluída do relatório do Eminentíssimo Relator do Projeto de Resolução nº 2/87, Senador Fernando Henrique Cardoso.

Não procede a alegação de que o objetivo da Emenda estaria satisfeito com a criação de uma subcomissão que se destinará ao estudo da organização dos Municípios e das Regiões brasileiras.

Com a Comissão de Desenvolvimento Regional tais aspectos teriam repostas, além do que interessa mesmo: a discussão da problemática das regiões subdesenvolvidas deste País, e conseqüentes alternativas para as soluções definitivas dos nossos desafios.

Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, 20 de fevereiro de 1987. – Evaldo Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB): – Sr. Presidente, como autor da emenda, peço a palavra para defendê-la.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Lamento dizer a V. Ex.^a que a votação até já foi feita.

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Sr. Presidente, peço, então, verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É por essa razão que V. Ex.^a pede verificação de quorum?

O SR. EVALDO GONÇALVES: – Peço verificação de quorum, Sr. Presidente. (Pausa) Se V. Ex.^a atende, muito bem. Se não..

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa atenderá ao pedido de V. Ex.^a Peço a atenção da Casa porque é preciso o apoio de 20 Srs. Constituintes.

Para facilitar o registro, por parte da Secretaria, os Srs. Constituintes que quiserem apoiar o pedido de verificação queiram levantaramão. (Pausa.)

Não houve apoio. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da emenda nº, 385 ao primeiro Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, – Deputado

Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP.): – Sr. Presidente, essa alteração se refere à Comissão que omitiu as palavras "previdência social". O Senador Fernando Henrique Cardoso já explicou que palavra "seguridade" substituiu as palavras "previdência social", mas os dependentes da Previdência Social e que se encontrarem grande dificuldade não sabem entender a amplitude dessa palavra. Então, gostaria de pedir a complacência do Senador Fernando Henrique Cardoso no sentido de substituir a palavra "seguridade" por "previdência social" nessa Comissão.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente:

Na verdade eu tinha colocado "previdência social"; depois, a conselho de especialistas da matéria, substituí a expressão "previdência" por "seguridade". Devo confessar a V. Ex.^a que perguntei, porque tinha dúvidas, sobre se era vernáculo "seguridade". Como passei muitos anos de minha vida no exílio e falando em espanhol, às vezes fico meio perdido no português, e "seguridade" me lembrou muito "segurid". Fiquei na dúvida. Afirmaram-me que não só era vernáculo, como em expressão atual, moderna e contemporânea, para compreender previdência social. Mas confesso a V. Ex.^a que tenho dúvidas, tanto assim que as expus aqui.

Pediria a V. Ex.^a que consultasse a Casa Não tenho por que dizer "seguridade" e não "previdência".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Qual é o parecer de V. Ex.^a?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Ficou por "seguridade", porque as razões que me foram alegadas foram essas. O parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque: Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

O deputado-constituinte que esta firma, integrante da bancada do PMDB nessa Assembléia, vem, nos termos regimentais, requerer se digne Vossa Excelência promover a votação em destaque da Emenda nº 414.

Câmara dos Deputados, 21 de fevereiro de 1967. – Deputado Mendes Ribeiro.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, eu desisti do destaque. Peço a retirada do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O autor retira o destaque. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado e aprovação** da Emenda nº 279, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 02, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – Luiz Salomão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

O SR. LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, essa emenda já foi votada e aprovada juntamente com o nº 154. Pedi a V. Ex.^a, que colocasse em votação as duas juntas, que foram aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nobre Relator, queira esclarecer a matéria.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP): – Já houve votação e foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede escusas a Casa. Como havia dito o autor, ela se vinculava a essa emenda. A aprovação da primeira acarretava, evidentemente, a da segunda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Emenda nº 162

Destaque.

§ 4º – art. 16. – Percival Muniz.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque à Emenda nº 279, do Sr. Luiz Salomão, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente

Nos termos regimentais, requero **destaque para votação em separado do caput e § 4º** do artigo 16 do Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2/87, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1987. – Deputado Luiz Salomão.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP): – Nós não podemos votar pela rejeição. Houve uma aprovação de uma emenda, que é outra questão. Esta aqui é que será mantido, alterado o prazo, de conformidade com o que já decidiu o Plenário. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Então se considera como prejudicada.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Isso, prejudica.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero Destaque para votação em separado do **caput** do art 17 do substitutivo apresentado pelo Relator do Projeto de Resolução nº 2/87, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1987. – Luiz Salomão.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP.): – O parecer é contrário à emenda, porque o artigo 317 simplesmente dá o prazo de apresentação de avulsos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

Ficam prejudicados os destaques às Emendas nºs: 289, do Sr. Luiz Salomão e 303, do Sr. Stélio Dias, por tratarem da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência seja deferido **DESTAQUE** para discussão e votação da Emenda nº 305, ao 2º (segundo) Substitutivo apresentado pelo ilustre Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, à Resolução que "Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – José Maria Eymael.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP.): – O parecer contrário implicaria em modificações nas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 27 da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas provisórias para o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, requero a Vossa Excelência destaque para a Emenda nº 307, que apresentei ao Projeto de Resolução nº 2, pelas próprias razões que a fundamentam.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – João Natal.

O SR. JOÃO NATAL: – Solicito a retirada do destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Sr. Presidente:

Na forma do art. 32, da Resolução nº 1/87, requeremos destaque para votação da Emenda,

nº 317 do substitutivo do projeto de Regimento Interno.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS (PDS – SC Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Espero que, quando da consideração do destaque que acabo de requerer para a Emenda nº 317, obtenha maior compreensão do nobre Sr. Relator.

Solicitei destaque para duas emendas: a primeira alterava o § 2º do art. 2º e ouvi do nobre Sr. Relator dois argumentos: o primeiro contrário à emenda, em razão da circunstância de que, segundo S. Ex.^a, a Mesa não é Comissão Diretora. Os Regimentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deixam bem claro que a Mesa é a Comissão Diretora. E por isso, na composição da Mesa do Senado e da Câmara, o princípio da proporcionalidade, de acordo com a Constituição, deve ser obtido tanto quanto possível.

Em seguida, o nobre Sr. Relator, depois de apresentar este argumento, de que a Mesa não é Comissão, e por isso não deve obedecer o estabelecido na Constituição, lembrou que o projeto e o Regimento eram omissos e, sendo omissos, poderia o Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, valer-se dos dispositivos constantes nos Regimentos do Senado e da Câmara para obedecer tanto quanto possível o princípio da proporcionalidade.

Peço permissão, com todo o respeito, para apontar ao nobre Sr. Relator uma contradição: se a Mesa não é Comissão Diretora – eu ouvi de V. Ex.^a – se é Comissão, então o princípio da Constituição deve valer. O projeto omitiu a referência, aqui na composição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, o princípio da proporcionalidade que deveria ser obedecido tanto quanto possível. O segundo argumento, o de que o projeto sendo omissos, poderá a Casa, a Assembléia Nacional Constituinte, valer-se do dispositivo constante do Regimento do Senado e da Câmara, é, sem dúvida nenhuma, contraditório ao primeiro. Espero que agora, Sr. Presidente, a minha emenda tenha melhor destino na alta consideração do Sr. Relator. A emenda visa dar nova redação ao art. 19.

A Assembléia Nacional Constituinte, desde a sua instalação, tomou uma posição clara, no que toca as atribuições da Comissão de Sistematização. A primeira idéia, aquela de se seguir o modelo da Assembléia Nacional Constituinte, que criou uma grande Comissão para elaborar o projeto, foi rejeitada de plano. A aspiração geral do Plenário é a de que todos os Srs e Sras. Constituintes participem da elaboração do projeto da Constituição.

O clamor foi de tal ordem, Sr. Presidente, que o nobre Sr. Relator foi sensível à aspiração da Assembléia e apresentou, no seu primeiro substitutivo, um mecanismo novo para a elaboração do projeto da Constituição: Comissões Temáticas e uma Comissão de Sistematização. Mas, a Comissão de Sistematização, Sr. Presidente e Srs. e Sras. Constituintes, como está disciplinada no Regimento, tem poderes, atribuições que a transformam numa verdadeira supercomissão. Essa Comissão de Sistematização vai examinar o mérito de todas as emendas de plenário. Assim dispõe o projeto.

Em razão do tempo, não quero me prolongar no que toca a este dispositivo que não foi objeto do destaque, mas, no trabalho de compatibilizarão dos anteprojetos elaborados pelas Comis-

sões Temáticas é necessário, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que haja uma regra clara, de modo que a Comissão de Sistematização não alcance o mérito das proposições elaboradas pelas Comissões Temáticas. Por isso, dou art. 19 a seguinte redação:

"Art. 19. Na tarefa de redação – e não de elaboração, como diz o projeto, ferindo a técnica legislativa, a Comissão de Sistematização não vai elaborar, ela vai redigir – na tarefa de redação do projeto, a Comissão de Sistematização deverá cingir-se a ordenação e compatibilização dos textos elaborados pelas demais Comissões, vedadas alterações em matérias substantivas."

Parágrafo único "Na hipótese de contradição entre textos produzidos por duas ou mais Comissões, a Comissão de Sistematização promoverá, dentro do prazo previsto no art 18, – que é de vinte e cinco dias, prazo suficiente – reunião conjunta daquelas para a adoção de solução, através da manifestação da maioria dos membros dos respectivos órgãos".

É a forma, Sr. Presidente, de não transformar as Comissões Temáticas, após a elaboração dos seus anteprojetos, em órgãos sem qualquer atividade ou expressão. A Comissão de Sistematização elaborando o projeto, ela não só vai poder alterar no meto o trabalho das Comissões, como numa segunda fase, vai dar parecer sobre o mérito das emendas apresentadas em Plenário.

Por isso, apresentei essa emenda que busca dar às Comissões Temáticas, até que o projeto venha a Plenário, um trabalho compatível com o esforço, com a boa vontade, com a reta intenção daqueles que vão compor esses órgãos técnicos.

Era essa a Justificação.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não é a primeira vez que me dirijo a este Plenário a respeito da Comissão de Sistematização. Ouvi atentamente, como sempre faço, as propostas do nobre Constituinte que me antecedeu. Quero esclarecer, em primeiro lugar, que estou totalmente de acordo com a interpretação que foi dada por S. Ex.^a, no que diz respeito à Comissão Diretora que, para mim, é uma Comissão e foi o que declarei, se não o fiz foi por lapso meu e sou de temperamento fácil nesta matéria. Acredito que deva-se aplicar o princípio da proporcionalidade e declarei isso aqui à Comissão Diretora; não tenho dúvidas quanto a esta matéria, nenhuma dúvida. Se para apaziguar a consciência de todos nós for necessário que se explicitar, seria eu o último a resistir a uma explicitação, que simplesmente para fazer a paz entre nós.

Mas V. Ex.^a me permitirá, recusei a emenda por acreditá-la já contemplada no substitutivo; se assim não é, não tenho dúvida nenhuma em explicitar e, se me permitirem, até mesmo na redação encontrarei uma forma de explicitar, porque o nosso pensamento é coincidente com esta matéria.

Não posso, entretanto, acolher a questão relativa à Comissão de Sistematização. Já expus, mais uma vez aqui, a este Plenário, não o meu pensamento, mas o pensamento que colhi ao fazer esse substitutivo. Não fui eu quem inventou esta comissão, não fui eu quem inventou este modo de fazer constituição, a respeito da qual nunca deixei de externar minhas dúvidas, apenas tratei, com a ajuda de todos os companheiros, de costurar um processo que nos leve a terminar numa constituição.

Reitero; será um processo penoso, difícil, porque não se parte de uma comissão geral, nem de um texto anteriormente elaborado.

As comissões temáticas são fundamentais, são elas que vão de fato produzir o texto inicial. Ao contrário do que possam parecer, as comissões temáticas têm plena função nesta Constituinte, e delas advirá tudo aquilo que depois a Comissão de Sistematização tentará compatibilizar. Como estamos vendo, ainda hoje, neste momento, quando estamos aqui mesmo trocando opiniões e já mudando textos, no sentido de expressar melhor o pensamento da Casa, parece-me que esta Comissão precisa de alguma flexibilidade, não para substituir a matéria de mérito votada nas comissões temáticas, mas para fazer precisamente o que propõe o nobre Deputado, para que ela possa encaminhar soluções durante a feitura. E depois, se por acaso na Comissão de Sistematização, que recordo será composta pelos relatores das subcomissões, e não só das grandes comissões, mas das subcomissões, que defenderão os pontos de vistas das subcomissões, se não for possível um acordo, cabe ao Plenário decidir. Não pode a Comissão de Sistematização decidir nada no mérito e quando ela, porventura, tiver recusado algo por ser incompatível, ela tem de vir ao Plenário com um parecer dizendo qual é o ponto de vista vencido e o Plenário é quem decide.

Portanto, quero deixar bem claro que apenas quis dar expressão ao sentimento desta Casa e criar uma Comissão que viabilizasse uma forma nova de fazer Constituição.

Mas eu peço ao Presidente que mantenha esta Comissão com estes atributos que não são diferentes daqueles que aqui acaba de expor o Deputado Bornhausen, digo Konder Reis, perdão! Vê V. Ex.^a que hesitei várias vezes em dizer o seu nome, porque eu estava com um bloqueio, pois eu queria estar de acordo com V. Ex.^a, pelo menos em pronunciar bem o nome. Perdoe-me. Mas, vê V. Ex.^a que eu sou obrigado a manter o meu parecer contrário, e assegurando que, no mérito, o que está propondo será resguardado na Comissão de Sistematização.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. MESSIAS GÓIS (PFL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Noto que inúmeras emendas dizem sobre o mesmo assunto, assunto esse que sistematicamente está sendo rejeitado. Proponho a V. Ex.^a, se possível, submeter à Casa que fossem colocadas em votação, em bloco, todas as emendas que dizem respeito ao mesmo assunto, porque está havendo uma perda de tempo desnecessária.

Era esta a questão que eu queria colocar a V. Ex.^a (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa não pode acolher o apelo formulado pelo nobre Parlamentar, primeiro porque o destaque é um direito que a pessoa que o requer tem da matéria ser submetida ao Plenário. Segundo, quando as matérias versarem sobre o mesmo destaque votado, ou o mesmo assunto votado, aí sim, há possibilidade de considerarmos as emendas prejudicadas, o que aliás já foi feito, cumprindo aquilo que determina o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da emenda nº 326 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões. – Deputado **Gastone Righi**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da Emenda nº 327 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões. – Deputado **José Egreja**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separada** e conseqüente **rejeição** do § 1º do artigo 18 do substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, de fevereiro de 1987. – **José Fernandes**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero **Destaque** para votação em separado do art. 19 do substitutivo apresentado pelo Relator do Projeto de Resolução nº 2/87, que "dispõe sobre Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1987. – Deputado **Luiz Salomão**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Requero **destaque** ao art 19 do Substitutivo para supressão das expressões:

..."na medida do possível" e...

"na hipótese de a Comissão de Sistematização, por força de produzir um projeto devidamente compatibilizado, deixar de acolher matéria pela forma decidida na Comissão de origem, deverá o projeto ser acompanhado de um relatório onde o Plenário da Assembléia seja informado do fato, com a devida Justificação".

Justificação

Há, como se sabe, nos incisos I; II; III; IV; V; VI; VII; VIII; as figuras das Comissões de Mérito e suas Subcomissões, eficazes, com poderes definidos. Pois bem, a chamada Comissão de Sistematização como está assentada revoga por inteiro o trabalho das Comissões já referidas e passa a contar com o direito de **veto**. Mais que isso, coloca mal a **Constituinte**, admitindo apreciar a **matéria** "na medida do possível".

Pergunta-se: onde está a medida? Como apreciá-la? De que forma defini-la?

E ainda 'ha hipótese de a Comissão de Sistematização, por força de produzir um projeto devidamente compatibilizado... deverá o projeto ser acompanhado de um relatório onde o Plenário da Assembléia seja informado do fato...

Veja-se a que ponto se chegou... Basta que a Comissão de Sistematização queira e decida anular por inteiro o trabalho das Comissões, e assim, pode vetar. Passa a ser iníquo o trabalho principal.

Cumpra destacar e eliminar do trecho o objeto ora proposto.

Sala das Sessões, – Deputado **Farabulini Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque

Sr. Presidente:

Requeiro destaque para votação de Emenda nº 347 ao Substitutivo. – **Carlos Chiarelli**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está prejudicada em face de manifestação anterior do Plenário sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais.

Destaque para votação em separado, da Emenda nº 370, apresentada ao Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 2-A, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Hanoldo Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está prejudicada em face de manifestação anterior do Plenário sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência deferimento de **destaque** para discussão e votação da Emenda de Plenário de nº 375 ao substitutivo do Projeto de Resolução nº 213 de 1987, que "dispõe sobre o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Pompeu de Souza**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requeiro

Destaque para **Votação em Separado e Aprovação** da Emenda nº 379, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Luiz Salomão**.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – (PMDB – SP): – Já foi retirada essa emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Na forma do art. 32, da Resolução nº 1/87, requeremos destaque para rejeição do § 2º do art. 24 do substitutivo.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Antônio Carlos Konder Reis**.

O SR. ANTONIO CARLOS KONDER REIS (PDS – SC.): – Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sr. Presidente, peço escusas a V. Ex.^a porque na relação que recebi, das minhas emendas objetos de destaque, essa foi omitida. Assim, vou muito rapidamente localizá-la para cumprir o dever de justificar.

O parágrafo 2º do art. 24 estabelece: "Encerrada a discussão, o projeto e as emendas serão enviados à Comissão de Sistematização, que terá 25 dias para emitir parecer sobre as emendas.

Sr. Presidente, a questão é a mesma a Comissão de Sistematização. Primeiro, em razão do dispositivo que eu desejei modificar anteriormente, e foi objeto do destaque que eu defendi aqui há pouco, o nobre Sr. Relator informou que quando houvesse incompatibilidade entre matérias elaboradas por duas comissões temáticas, o assunto viria a Plenário. Devo confessar a V. Ex.^a, às Srs e aos Srs. Constituintes, que não encontrei esse substitutivo no âmbito do projeto que está sendo votado.

Segundo, Sr. Presidente, peço a atenção da Casa para outro dispositivo que anula o trabalho das comissões temáticas. Elas não terão oportunidade de examinar as emendas apresentadas em plenário. Serão emendas de mérito, emendas que vão alterar substantivamente o projeto objeto de exame, estudo, discussão e deliberação do Plenário.

Assim como a Comissão de Sistematização vai decidir soberanamente sobre quaisquer questões contraditórias, em razão do trabalho realizado pelas comissões temáticas, quando o projeto vier a Plenário e for objeto de proposições subsidiárias, de alterações, de aditivos, essas proposições não irão às comissões temáticas que elaboraram os anteprojetos, se assim os quisermos denominar. A Comissão da Sistematização, assim como vai examinar o mérito das contradições porventura existentes entre os trabalhos das diversas comissões numa primeira fase, vai também emitir parecer sobre o mérito das emendas apresentadas em plenário. Daí a proposta de supressão no § 2º do art. 24, porque matéria de mérito deve ser objeto de exame e decisão das comissões temáticas.

A Comissão de Sistematização, deve redigir o projeto compatibilizando, fazendo de acordo com a técnica legislativa, e não invadindo as atribuições das comissões que vão examinar a fase substantiva. É a justificação. (Muito bem!)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu me dispense de repetir o que já disse há pouco. Se a Casa quiser um outro tipo de organização da Constituinte, eu estou disposto a discutir de novo, mas essa altura da note, modificar esse aspecto é modificar uma parte essencial do projeto – o projeto não é meu, foi da casa. A casa precisaria decidir fazer outra forma de Constituição. Eu prefiro que haja uma Comissão geral que faça um pré-projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque á Emenda nº 329, do Sr. Stélio Dias, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da Emenda nº 389 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões. – Deputado **José Egreja**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Destaque

Requeremos destaque para a emenda nº 399 do Deputado Aluizio Campos, referente aos arts. 25 e 26, para que tais dispositivos regulem o emendamento do substitutivo ao projeto da Constituição.

Justificação

A supressão da parte final do art. 24, agora adotada pelo relator na sua última redação, não exclui a opção de ser apresentado substitutivo ao projeto da Constituição. Então ressurgirá o problema que obrigou a reabertura de prazo para emendar o Substitutivo do Regimento.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos tratando realmente, agora, do cerne do processo de elaboração constitucional. O procedimento adotado pelo Regimento é um procedimento difuso, piramidal, que começa com o trabalho das subcomissões: cada subcomissão prepara um projeto setorial e o mesmo é discutido no plenário da comissão. São 24 anteprojetos que vão ser convertidos em 8; esses 8 projetos subirão à Comissão de Sistematização para que a mesma elabore o projeto da Constituição, condensando o trabalho das 8 principais comissões. Este projeto virá à plenário e, durante 30 dias, receberá emendas.

Ora, Sr. Presidente, se para um Regimento como o que estamos discutindo em duas etapas, foram apresentadas mais de 1500 emendas, deve-se prever que no projeto da Constituição o emendamento seja muito maior. Então, essas emendas voltarão com o projeto da própria Comissão para ela reaprecia-los. O que poderá fazer a Comissão depois de receber milhares de emendas? Irá dar pareceres isolados, ou parciais, sobre essas emendas? A comissão só terá uma saída, que é a elaboração de um substitutivo. Esse substitutivo voltará à Plenário e, pelo texto atual do Regimento, ele não poderá ser mais emendado.

A emenda que proponho aos arts. 25 e 26 é para que o Plenário, neste processo de afunilamento, não fique estrangulado, porque agora mesmo nós tivemos o exemplo do Regimento. O que é que nós estamos discutindo hoje? Estamos discutindo o substitutivo do substitutivo. Por quê? Porque quando o substitutivo do Relator foi aqui apresentado, trazendo o naturalmente inovações ao primeiro projeto que circulou na Casa, foi necessário negociar a abertura de novo prazo para a apresentação de emendas.

É isso que eu desejo que seja feito no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, para que depois do projeto emendado e voltado com um substitutivo à apreciação do Plenário, este também possa, mais uma vez – e somente uma – apresentar no prazo curto de 3 sessões, as emendas, a fim de que a Comissão faça a consolidação final para que o projeto seja discutido em segundo turno.

Peço a atenção do eminente Relator que, com a sua inteligência e a sua equidade, deverá estar de acordo com a abertura de mais um patamar de discussão e de procedimento que permita ao Plenário sentir-se prestigiado sem se considerar garroteado na sua capacidade de emendamento.

Com essas palavras, Sr. Presidente, faço o meu encaminhamento, pedindo a V. Ex.^a que mande anotar minha desistência, para colaborar com a celeridade tão desejada pelo Relator, de três emendas que, de algum modo, já foram aproveitadas no texto atual, que são as de nºs 417, 492 e 522.

Era o quê tinha a dizer.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Em primeiro lugar, louvo o Deputado Aluizio Campos pelo esforço que tem feito, sistemático, persistente e, geralmente, procedente. Louvo, também, o fato que S. Ex.^a acaba de retirar vários destaques que já foram em parte incorporados. Quanto à proposta que vem de fazer, não diria que maduramente, porque difícil aqui nas condições do plenário, mas refleti, conversei com vários companheiros a respeito da questão. Acho que tem razão S. Ex.^a ao propor a idéia do Substitutivo.

Pediria que o Plenário acolhesse o caput do artigo e eu discutiria com S. Ex.^a, na redação final a forma que daríamos para incorporar esta idéia, sem que a sistemática aqui proposta, eventualmente venha a prejudicar o conjunto do substitutivo que apresento.

Portanto, meu parecer é pela rejeição do artigo como está, mas pela aceitação do caput do artigo. O destaque para aceitação do caput é apenas aquele que permite a criação do substitutivo que diz o seguinte:

"Art 25. Havendo substitutivo, a contar da sua publicação, os Constituintes terão o prazo de 48 horas para emendá-lo."

Isso abre aquilo que foi proposto pelo Deputado e prestigia o Plenário da Assembléia Constituinte.

É o meu parecer.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Como já há precedente de negociarmos redações definitivas, aceito a sugestão do relator e me proponho, juntamente com S. Ex.^a a dar uma redação que satisfaça os propósitos que temos em mente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado, na forma do parecer do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Emenda nº 458

§ 4º art 26. – **Siqueira Campos.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque à Emenda nº 409, do Sr. Gastone Righi, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Projeto de Regimento Interno

Requeremos destaque para a parte final do § 4º do art 29 do substitutivo, **in-verbis**: "pelo processo simbólico de maioria simples de votos", que, aliás, condita com o mais cauteloso critério do art 32.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1987. – **Aluizio Campos.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Destaque para a emenda ao § 4º, art. 29, do nobre Constituinte Aluizio Campos.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação. (Assentimento do Presidente.)

Sr. Presidente, a emenda de convocação da Assembléia Nacional Constituinte determina expressamente, no art 3º. que toda matéria constitucional deverá ser votada em dois turnos e por maioria absoluta dos Constituintes. Parece-me que, nos termos dessa convocação, se quisermos compatibilizar o procedimento constituinte com aquela recomendação, teremos de obedecer à norma da maioria absoluta.

Acho que todas as disposições que admitem votação simbólica e simples de matéria constitucional não devem prevalecer no Regimento. De maneira que o § 4º, do art 29 diz:

"Após a publicação do parecer da Comissão, no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte**, de sua distribuição em avulso, a redação será incluída na Ordem do Dia, para a votação em turno único, que se fará, sem encaminhamento, pelo processo simbólico e maioria simples de voto."

Proponho a supressão da parte final "pelo processo simbólico de maioria simples de voto" porque, além de conflitar com os termos de convocação, a matéria de aprovação da redação final é da máxima importância, é o texto definitivo da Constituição que se está votando, e não se pode

fazer isso por maioria simples e apenas em um turno.

Esta é a Justificação da emenda.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.): – O Relator se manifesta pela rejeição porque se trata da redação final, não é matéria de mérito, não há dois turnos porque é redação final, esta é a única razão, parece excessivo votar em dois turnos a redação final.

O parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque à Emenda nº 421, do Sr. Aluizio Campos, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requiro destaque para aprovação da Emenda de Plenário nº 426 ao Substitutivo do Relator do Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões. – **Carlos Chiarelli.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães.): – O autor retira o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Requiro destaque para a Emenda nº 437 do Projeto de Resolução nº 2A, de 1987.

Plenário, 24 de fevereiro de 1987. – **Pompeu de Sousa.**

O SR. PRESIDENTE – (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque à Emenda m 435, do Sr. Stélio Dias, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma regimental, requiro a Vossa Excelência seja deferido **Destaque** para discussão e votação da Emenda nº 430, ao 2º (segundo) Substitutivo apresentado pelo ilustre Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, à Resolução que "Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. **José Maria Eymael.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.) Rejeitado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a tem a palavra.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Sr. Presidente, existem ainda muitos destaques sobre a mesa?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não muitos. Por quê?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Não seria o caso de perguntar se os Constituintes querem renovar os destaques? Estamos repetindo uma série de questões.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A oportunidade de retirar o destaque é quando o enunciarmos, do contrário teríamos que convocar todos os Constituintes aqui presentes para virem à Mesa retirá-los.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC. Pela ordem.): – Sr. Presidente, V. Ex.^a, ao anunciar o destaque e o nome do autor, consultaria o autor se o renova ou o retira.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Não. Isso não posso fazer.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC): – Por uma questão de economia processual, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os autores, se aqui se encontrarem, terão condições de retirar o destaque, se o desejarem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requero **Destaque para Votação em Separado e Aprovação** da Emenda nº 429, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 02, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Chico Humberto.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Requeremos destaque, para votação em separado, da Emenda nº 462 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, Deputado **Gastone Righi**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque à Emenda nº 458, do Sr. Siqueira Campos, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Sr. Presidente:

Requero destaque para a Emenda nº 466. (Art 33, § 9º).

Deputado **Jorge Hage.**

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA): – O objetivo da emenda, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é eliminar essa contradição que agrava ainda mais a questão da exiguidade do prazo. Vamos passar os próximos 60 dias incumbidos da tarefa mais importante, talvez, das nossas vidas

parlamentares, que é a de elaborar o projeto de Constituição.

Entretanto, o Regimento nos obrigará a estarmos aqui, no Plenário, todas as tardes, sem Ordem do Dia, sem projeto de coisa alguma, aqui, ou então fora daqui, deixando o plenário vazio, para incentivar as críticas daqueles que pretendem desmoralizar a Assembléia Nacional Constituinte, fotografando e divulgando as cadeiras vazias deste plenário.

A intenção da emenda é retirar a obrigatoriedade da realização de sessões plenárias sem nenhum objetivo, a não ser o desfile de pinga-fogo de questões as mais diversas, durante o período de elaboração do projeto constitucional, ou seja, os próximos 60 a 90 dias. As sessões plenárias poderiam realizar-se com caráter não de atividade prioritária e obrigatória para os Constituintes. Desta forma, poderíamos ampliar um pouco o tempo útil que vamos dedicar à nossa verdadeira tarefa, nos próximos 60 dias, que é produzir um projeto de Constituição. Parece que não estamos lembrados disso, em 40 dias, mal e mal conseguimos produzir um Regimento, como vamos, em 60, produzir um projeto de Constituição, em todas as áreas de conteúdo, trabalhando as Comissões somente pelas manhãs?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Sr. Presidente.

Requero destaque para a Emenda nº 467 (Art. 33, § 10 e 11).

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o objetivo da emenda é, mais uma vez, tentar abrir uma janela a um maior debate com a sociedade civil organizada, mediante a realização de pelo menos 10 sessões plenárias especiais onde se debateriam aqui, em termos globais e integrados, as grandes questões constitucionais do País com as entidades máximas representativas da sociedade civil, desde a Confederação dos Trabalhadores até a Confederação Nacional da Indústria, passando, evidentemente, por todas as outras de igual porte. Não se confunde esta proposta com a simples audiência a nível de comissão, da sociedade civil, porque em cada Comissão se debaterá, isoladamente, o tema daquela comissão. Aqui, no plenário, em sessões plenárias nacionais, com a participação das representações máximas da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Nos termos do art. 27 da Resolução nº 1/87, da Assembléia Nacional Constituinte, requero a Vossa Excelência **destaque para votação em separado** da Emenda nº 224, de minha autoria, que estabelece nova redação ao § 2º do art. 12 do Projeto de Resolução nº 2, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacio-

nal Constituinte (§ 2º do art. 40 do Substitutivo apresentado pelo Relator).

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 1987. – Deputado **Cunha Bueno.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Emenda nº 458

§ 7º – Art. 47 – Deputado Siqueira Campos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência deferimento de **destaque** para discussão e votação da Emenda de Plenário de nº 494 ao substitutivo do Projeto de Resolução nº 2-B, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – Senador **Pompeu de Sousa.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado e aprovação** da Emenda nº 641-A, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Amaury Müller.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requero **destaque para votação em separado e aprovação** da Emenda nº 520, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Adhemar de Barros Filho.**

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

É a Emenda nº 520, de nossa autoria, cujo destaque ora solicitamos, objetiva o seguinte o § 1º do art. 58 passaria a vigorar com a seguinte redação:

"Os projetos de resolução destinam-se a regular matérias de caráter administrativo ou de natureza regimental, ou relativa à consulta plebiscitária processada no curso do processo de elaboração constitucional, ou antece-

dendo a fase final de promulgação de Constituição."

Na realidade, a nossa proposta de emenda, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, objetiva ampliar o espaço da figura do plebiscito, e é essa a idéia que submetemos ao ilustre Relator Senador Fernando Henrique Cardoso. Evidentemente, agora aguardamos o resultado da apreciação desse destaque, porque entendemos que oferece ao povo brasileiro o ensejo de que, realmente, ele tenha a palavra final sobre a proposta constitucional que vai emergir desta Casa. (Muito bem!)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com respeito à proposta do Deputado Adhemar de Barros Filho, quero dizer que o quanto eu posso me recordar, do que foi o nosso entendimento nessa matéria está expresso no Regimento, onde há um artigo precisamente para permitir que os Constituintes no momento adequado apresentem uma proposta de plebiscito. Qual é o momento adequado, segundo o Regimento? É depois de elaborado o projeto de Constituição, mas antes da promulgação, antes mesmo da fase final.

De modo que essa emenda do Deputado Adhemar de Barros Filho já foi acolhida ao nosso substitutivo. Muito obrigado a V. Ex.^a (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Prejudicado por ter sido acolhida no substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, **Destaque** para votação em separado da Emenda nº 930, apresentada ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, de fevereiro de 1987. – José Genoíno.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Prejudicado por ter sido votada anteriormente.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não vou criar, a esta altura, problemas para a votação do projeto de resolução, apesar de vários Constituintes criarem problemas, vários Constituintes do PMDB e do PFL, e não os Constituintes do PT, que estavam contra o acordo.

Então, quero deixar claro isso, pois não vou insistir na emenda porque entendo que a matéria substantiva já foi discutida e votada pelo Plenário. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requeiro **Destaque para Votação em Separado e Aprovação** da Emenda nº 561, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – Vivaldo Barbosa.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Este Plenário registrou um clamor de vários Constituintes contrários ao exagerado **quorum** para diversas matérias, e o relator acolheu diversas dessas exigências, dessas reclamações, no entanto três ainda restaram com o **quorum** elevado, é o art. 59, § 5º, e o art. 62, alínea "b", e o art. 62, § 4º, que são objetos de emendas diferentes.

Solicitaria de V. Ex.^a que colocássemos em consideração e em votação as três emendas que tratam da mesma matéria, da mesma natureza, que é a Emenda nº 561, a Emenda nº 596, e a Emenda nº 605.

O art. 59, no § 5º, que prevê os projetos de resolução para matéria de caráter administrativo, natureza regimental e consulta plebiscitária, não requer e não se comporta um **quorum** exagerado como está previsto. A minha solicitação é que o Relator acolha, assim como acolheu diversas exigências e reclamações de **quorum** mais adequados, também acolha nessas emendas, nesses artigos, o **quorum** adequado, que foi de 35. A redação das emendas, feita anteriormente, contemplava o **quorum** de 20, mas se o Relator quiser contemplar o **quorum** de 35, para ficar uniforme, para todas as exigências de **quorum**, nós aceitamos.

Encareço ao Relator que acolha essas solicitações para as Emendas nºs 561, 596 e 605, contemplando o **quorum** de 35 Constituintes, que é uniforme para todas as exigências de **quorum** previstas no Regimento. (Muito bem!)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Aqui, a proposta refere-se a matérias de natureza diferente. No que diz respeito ao Projeto de Resolução, no § 5º, do art. 58, diz o seguinte:

"O Projeto de Resolução, que receba parecer contrário da Mesa, será arquivado, salvo deliberação da Assembléia, a requerimento de 94 Constituintes, no sentido de sua tramitação."

Trata-se de um recurso de decisão da Mesa ao Plenário. Portanto, é um item de uma natureza. E, nesse caso, eu não creio que a redução pedida seja exagerada. Entretanto, no art. 62, alínea b isso se refere a matéria de urgência. Nesta matéria, nós mantivemos o **quorum** elevado, porque a matéria é excepcional, e que a nós pareceu que valia a pena manter uma restrição maior. Idem, com relação ao § 4º, que diz:

"Poderá ser incluído na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada proposição em que verse matéria de relevante e inadiável interesse nacional."

Nós mantivemos, nestes dois casos, o **quorum** mais elevado para evitar, como se trata de matéria realmente muito importante numa decisão Constitucional, que não haja a toda hora pedido de verificação, pedidos de inclusão na Ordem do Dia, como ocorre, por exemplo, no Senado da República, onde um só Senador pode obstruir uma sessão. Aqui não há o propósito, eu sei, de obstrução, mas eu acredito que nós tenhamos que nos acautelar, para que a matéria possa ser votada com cena tranqüilidade, seguramente, havendo matéria relevante, se chegue a este **quorum**.

O meu parecer, portanto, é o de acolher no que diz respeito ao § 5º do art. 5º, e manter o **quorum** aí proposto nos outros parágrafos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Qual é o parecer do nobre Relator?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o Relator é de parecer que se acolha uma das propostas e que se rejeitem as outras duas. Qual das propostas? Aquela relativa à decisão da Mesa, decisão administrativa da Mesa. É o Regimento da Câmara. O Regimento da Câmara propõe 20, mas eu gostaria de ouvir o Sr. Líder da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Eu gostaria de esclarecer o seguinte: trata-se da Emenda nº 561, que reza o seguinte:

"O projeto de resolução que receber parecer contrário da Mesa, será arquivado, salvo deliberação da Assembléia a requerimento de vinte..." V. Ex.^a reduziu o **quorum**?

O SR. LUIZ HENRIQUE: – Para 35. Estava em 94. A proposta é que passe para 35, a Câmara pede 20. A minha proposta ainda pelo Relator, pelo que se acaba de expor, é que fique em 35.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Há um acordo, entendimento perfeito entre o proponente e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado, nos termos da subemenda do Relator.

O SR. VIVALDO BARBOSA: – Sr. Presidente, pela ordem. Eu havia solicitado que fossem contemplados, na mesma decisão, também as Emendas nºs 596 e 605, que tratam de matéria da mesma natureza, referente a **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a, aguardará que se chegue a essas emendas, para que se possa examiná-las, destacadamente, como V. Ex.^a agora requereu.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque: Exmº Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro votação preferencial para a emenda ao substitutivo do Relator nº 684, de minha autoria.

Plenário, 10 de março de 1987. – Lysâneas Maciel.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O dia de hoje foi particularmente revelador da necessidade de uma emenda como esta. Nós a fizemos anteriormente, no sentido de proibir que os titulares dos Ministérios militares fizessem pronunciamentos sobre matérias que estivessem submetidas à apreciação da Assembléia Nacional Constituinte. Hoje, várias dependências do Governo foram invadidas por tropas do Exército, sem que houvesse qualquer justificativa.

Há pouco menos de um mês S. Ex.^a, o Sr. Ministro do Exército, fez um pronunciamento a respeito do futuro mandato do Presidente da República. S. Ex.^a qualificou de leviano qualquer outro pronunciamento desta Assembléia, que se pretendia, que se presumia livre e soberana, que estabelecesse um mandato do Presidente da República inferior a seis anos. Recentemente, vários

Ministros militares, Srs. e Sras. Constituintes, fizeram uma outra declaração gravíssima. Disseram que a votação dos praças de, ou seja, brasileiros que, ao longo dos anos, não tiveram a oportunidade de manifestar o seu voto para Presidente da República, continuassem, segundo a manifestação desses Ministérios militares, sem poder votar.

E agora, Sr. Presidente, enquanto o País vive uma balbúrdia tremenda, uma inquietação sem precedentes, nós temos novamente que mexer, por exemplo, no Imposto de Renda. Nós, os parlamentares, juntamente com os militares, juntamente com os membros do Poder Judiciário, não pagamos imposto de renda, enquanto se abate sobre toda a classe média, já pauperizada, um verdadeiro confisco fiscal, através de medidas sobre as quais esta Casa não pode se manifestar, mas que o Poder Executivo pode regular e pode mudar ao seu bel prazer.

Tudo isto se verifica, Sr. Presidente porque essa história de que esta Constituinte é livre e soberana, na verdade não está passando de uma baleia. Nós agora podemos legislar, talvez, de acordo com o pensamento do Ministro Paulo Brossard: cinco anos para o Presidente, de acordo também com o próprio pensamento do Presidente; Há poucos meses, dizia que o seu mandato era de quatro anos, ou de acordo com a última manifestação castrense, que esse mandato é de seis anos. Todo o regime autoritário, todo o regime de força se fortalece na medida em que os democratas recuam.

A emenda que eu apresento, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nada mais é que uma tentativa que eu reconheço débil, de evitar interferências demasiadas. Já houve intromissões excessivas no processo legal deste País e essas intervenções não melhoraram a situação dos setores menos favorecidos desta nossa Pátria. Ao contrário, acentuaram as contradições da sociedade.

O mandato do Presidente da República não pode ser definido diante de uma manifestação castrense; o mandato do Presidente da República não pode ser aquele que o Ministro de Exército determine. O mandato do Presidente da República se legitima por duas maneiras: primeira, através de medidas para remover o entulho autoritário, e segunda, através de medidas que façam com que a Nação empobrecida aviltada, sufocada com a maior inflação já verificada na História deste país conjugada com a maior opressão salarial, restabeleça um pouco da independência, um pouco da soberania, um pouco da liberdade que nos deveríamos ter até para fixar o mandato do Presidente da República.

Estamos assistindo a esta escalada o Congresso a está assistindo quieto, acovardado, omisso e subserviente ao Poder Executivo e às manifestações do poder castrense. A minha emenda é uma emenda débil, é uma emenda frágil um Regimento não pode paralisar. Mas, não me venham com esta conversa de que essas manifestações não existem, e que isto já está regulamentado pelos códigos militares.

Sr. Presidente vamos restabelecer um pouco dessa autonomia, não em benefício apenas da soberania. Hoje, o Brasil vive um Brasil regimental, enquanto que o Brasil real, lá fora, está sofrendo manifestações excessivas, e querem que nós fiquemos inermes, sem poder legislar até o término da feita da Constituição.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é o apelo que eu faço, que se proibam manifestações castrenses, sobretudo; não é o Sr. Ministro Brossard quem fixa o mandato do Presidente não

é o General que eventualmente estiver no Ministério do Exército, quem possa fazer isto, Sr. Presidente. Isto é uma manifestação pura, simples, inequívoca do poder, da soberania e da liberdade da Assembléia Nacional Constituinte. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado
O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque: Senhor Presidente

Nos termos regimentais requero destaque para votação em separado e aprovação da Emenda nº 684, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões 24 de Fevereiro de 1987. **Lysânea Maciel.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.
O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

REQUERIMENTO Nº, de 1987

Excelentíssimo Senhor
Constituinte Ulysses Guimarães
Presidente da Assembléia Nacional
Constituinte

Requeremos a Vossa Excelência que seja votada em destaque, para aprovação, a Emenda nº 588 de autoria do Constituinte Hermes Zaneti, ao Projeto de Resolução nº 02/87, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1987. – **José Paulo Biso.**

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB-SP): – Sr. Presidente, esta matéria já foi extensamente debatida e a questão do plebiscito vai ser discutida pela Constituinte no momento adequado, conforme o Regimento propõe.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado
O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Wilson Souza, constituinte eleito pelo Estado de Santa Catarina, e devidamente empossado, vem à presença de Vossa Excelência, com base no artigo 27 da Resolução Constitucional nº 01/87, requerer destaque para votação da Emenda nº 599, de sua autoria, com parecer contrário do Relator do Projeto de Resolução Constitucional nº 02, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, por entendê-la não pertinente à matéria regimental. A proposta da Emenda recusada, visa submeter o texto final do Projeto de Constituição à aprovação popular através de consulta plebiscitária, e tem como fundamento o aperfeiçoamento e aprofundamento do processo democrático, devolvendo à socie-

dade a soberania da decisão final sobre o texto constitucional. Termos em que, pede deferimento.

Sala das Sessões, 22 fevereiro de 1987.

– **Wilson Souza.**
O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado
O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE SUBSTITUTIVO Ao Projeto do Regimento Interno DESTAQUE

Requeremos destaque para a Emenda nº 563 de deputado Aluízio Campos, que altera os §§ 2º e 5º do art. 60 do substitutivo.

No § 2º exige-se apoio sem determiná-lo. A Emenda o determina.
§ 5º trata do pedido de informações como se somente o Poder Executivo devesse prestá-las.

A emenda admite possam ser solicitadas a outros Poderes, através dos seus titulares ou dos órgãos competentes.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 1987. – Deputado **Aluízio Campos.**

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, o artigo determina que a Constituinte pode, através da Mesa, pedir informações ao Poder Público, sem determinar que elas sejam dirigidas exclusivamente ao Poder Executivo Federal. Mas, o artigo manda que as solicitações sejam encaminhadas ao Gabinete Civil da Presidência da República. Como as informações podem ser pedidas ao Poder Judiciário, a Governadores, a Assembléia Legislativa e a outros poderes, a emenda pretende corrigir essa contradição, determinando que as informações sejam prestadas pelos órgãos competentes que possam fazê-las.

Creio que é apenas a correção de um lapso que terá ocorrido na redação do art. 60, parágrafo 5º.

Quanto ao § 2º, dispõe o Regimento que os requerimentos que menciona o parágrafo dependem de apoimentos, sem, no entanto, determinar qual seja. Se houvesse, no Regimento, uma regra geral estipulando que todo apoio dependeria da mesma quantidade de Constituintes, não haveria problema. Mas, como são variados os apoimentos, de acordo com os seus objetivos, era bom preencher a omissão constante no § 2º, do art. 60, do projeto. A não ser que já tenha sido preenchida a omissão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Inclusive com todo o respeito ao Relator é preciso que se medite na autonomia dos Estados e Municípios para solicitar informações.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – É o § 2º do art. 60.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP): – Tem razão. Aqui, não há especificação do apoio necessário. O apoio proposto pelo nobre Deputado...

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – É muito grande. Eu proponho que seja reduzida para 35.

***087 O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:** – Mas, já existe, perdão, já existe, noutros artigos,

especificação para cada uma dessas matérias. Para a urgência, há um outro artigo que dá o **quorum**.

O SR. ALUIZIO CAMPOS: – Pode-se manter o mesmo critério.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – É, mas já está feito isso.

O SR. ALUIZIO CAMPOS: – Agora, quanto ao § 5º, eu também pediria a atenção de V. Ex.^a, porque os pedidos de informação não são necessários...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a não pode dialogar com o Relator. O Relator é que está com a palavra.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – No § 5º, nós mantivemos o apoio de 35 Constituintes, que foi o mínimo pedido. Portanto, é contrário.

O SR. ALUIZIO CAMPOS: – Não, mas a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – V. Ex.^a não pode dialogar com o Relator.

O SR. ALUIZIO CAMPOS: – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu quero prestar um esclarecimento. O destaque é apenas da parte final.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Relator já deu o parecer. O Relator quer aduzir algum esclarecimento?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Não, é relativo a quem se dirige a matéria. Já foi objeto de minha discussão e eu mantenho o ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em votação.

Os Srs. Constituintes que forem pela rejeição queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vai submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente,
Requeremos, nos termos regimentais, destaque para Rejeição da alínea **b**, do § 2º, do art. 60, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Luiz Henrique**, Líder do PMDB.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC): – Eu retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência deferimento de destaque para discussão e votação da Emenda de Plenário de nº 572 ao substitutivo do Projeto de Resolução nº 2 B, de 1987, que "dispõe sobre o Regimento da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Senador Pompeu de Sousa**.

POMPEU DE SOUSA. (PMDB – DF): – Retifico.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque: Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma prevista no art. 27, da Resolução nº 1, de 1987, requero a Vossa Excelência seja concedido destaque para votação em separado para a Emenda nº 932, de minha autoria, que define em sete dias o prazo para expedição de pedidos de informações, ao Projeto de Resolução, que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Deputado César Cals Neto**.

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta emenda diz respeito a pedido de informações. Quero informar ao Plenário e que a burocracia da Câmara dos Deputados – e eu repito que é burocracia – tem, de certa forma, emperrado os trabalhos, sobretudo no que diz respeito a pedidos de informações. Para citar um exemplo, o último pedido de informações que fiz levou 8 meses para ser expedido, aqui, na Câmara dos Deputados. Isto significa dizer que qualquer pedido de informações, aqui, no âmbito da Constituinte, chegará no próximo ano. De forma que esta emenda pretende dar um prazo de sete dias para a expedição dos pedidos de informações.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP): – Sr. Presidente, o prazo é para expedir daqui da Câmara. Não é para responder. Ele pede 30 dias para responder. É semelhante ao que o Deputado Ademir Andrade propôs, no que diz respeito a que haja um prazo para que a Secretaria expeça os pedidos de informação. Eu acho razoável que haja um prazo para que a Secretaria expeça um pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, no intuito só de esclarecer o Plenário, vai ler o texto da mesma, porque parece-me que não se trata só de prazo; os pedidos de informação poderão ser feitos a entidades públicas federais, estaduais, municipais e os requerimentos deverão ser apresentados ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, que os despachará e expedirá no prazo de 7 dias, cabendo, do seu indeferimento, recurso para a Assembléia".

V. Ex.^a dá o parecer só quanto ao prazo?

O SR. CÉSAR CALS FILHO: – Sr. Presidente, peço a palavra só para detalhar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra a V. Ex.^a.

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a Constituição vai tratar dos Estados e Municípios. Então, é natural que o Constituinte queira também algumas informações de âmbito de Estados e Municípios. Eu não entendo que se fira a autonomia dos Estados e Municípios, quando nós vamos tratar aqui de matérias que cuidam da organização dos Estados e Municípios. Acho que é democratizar e abrir a Constituinte para o País.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Plenário é que vai decidir, na sua soberania,

e eu dou a palavra ao Relator, para que se esclareça bem como vai ser votada essa matéria.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP): – Tendo em vista o conjunto da emenda, o parecer é contrário. Eu fui favorável apenas à questão de expedir, mas é apenas uma parte da Emenda. O parecer global é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente,

Requero, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, da Emenda nº 573, apresentada ao Substitutivo do Relator ao Projeto de Resolução nº 2-A, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Ademir Andrade**.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Eu volto a repetir, Sr. Presidente, a questão levantada pelo nobre Deputado César Cals, porque é inadmissível, realmente, que um pedido de informação vá a julgamento da Mesa, como manda este Regimento que nós aprovamos e que não haja um prazo definido para que esse requerimento seja aprovado pela Mesa e remetido ao Poder Executivo. E que o Poder Executivo, inclusive tenha um prazo para que esse requerimento volte, como resposta, à Assembléia Nacional Constituinte. A minha emenda estabelece um prazo de 10 dias, do momento da apresentação até a decisão da Mesa, para que ele seja remetido ao Poder Executivo; e mais um prazo de 20 dias para que o Poder Executivo tenha uma posição de resposta ao pedido de informação, de maneira que, se não vier a resposta, a Mesa da Constituinte faz uma nova solicitação. Creio que isto é uma necessidade que deve constar no nosso. Não posso admitir que o nosso Regimento fique sem um prazo para decisão desse pedido de informação. A experiência, volto a repetir o que disse o nobre Constituinte anteriormente, na Câmara dos Deputados, tem sido muito ruim para nós. Fazemos um pedido e às vezes leva bastante tempo. Apelar ao bom senso de V. Ex.^a e do Relator, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, para dar oportunidade à aprovação dessa matéria que é importante para todos os Constituintes desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A fixação de um prazo me parece razoável. Na emenda do nobre Constituinte Ademir Andrade, apenas se pede que haja um prazo para a remessa e que o órgão oficial tenha um prazo de resposta, posto que outra vez será expedido o mesmo pedido.

Não vejo inconveniente nisso.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque: Senhor Presidente,

Nos termos regimentais requeiro destaque para votação em separado e aprovação da Emenda nº 596, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Vivaldo Barbosa**

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Relator já opinou sobre essa matéria. Eu opinei favoravelmente no primeiro caso. Na questão relativa a esses dois últimos, *quorum* de 94, acho que o entendimento poderia ir para 56. Porque são matérias mais complexas, que acho requerem realmente apoio maior, 56 é um número razoável. Acho que, assim, teríamos solução altamente conciliadora e democrática.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente

Nos termos regimentais requeiro destaque para votação em separado e aprovação da Emenda nº 605, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Vivaldo Barbosa**

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT – RJ): – Sr. Presidente, eu até lembraria a V. Ex.^a que o relator já acolheu esta emenda previamente. E como acolheu parcialmente a minha emenda anterior, eu solicitaria, pela ordem, uma retificação da decisão que o Relator acolheu parcialmente, reduzindo o *quorum* que nós também aceitamos de 94 para 56 Constituintes.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, eu proponho à Mesa a solução dada no caso anterior, que é a de *quorum* de 35. A proposta é de 96, nos podíamos pôr 10% da Constituinte que é 56. Fazemos aqui uma aproximação sucessiva, que vai nos levar a um bom entendimento.

É o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado, nos termos da subemenda apresentada pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE PROJETO DO REGIMENTO INTERNO

Requeremos destaque para as expressões "de 96 Constituintes" ou e "que representem este número" no § 4º do artigo 62 do substitutivo. Excluídas tais expressões resultará o seguinte:

"§ 4º – Poderá ser incluída na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que ini-

dada a sessão em que for apresentada, proposição que verse matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de Líderes, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal.

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB): – Sr. Presidente, qual é o número da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É o artigo. V. Ex.^a requer destaque para as expressões "de 96 Constituintes" ou o que representa o § 4º da Constituinte, 62 do Substitutivo. Aí V. Ex.^a propõe uma redação.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – Sr. Presidente, qual é a Emenda?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A emenda que V. Ex.^a oferece, a consideramos aditiva, pois oferece nova redação ao § 4º do artigo 96:

"Poderá ser incluída na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que fora apresentada, proposição que verse sobre matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimentos de líderes, aprovado pela maioria absoluta de membros da Assembléia, e votação nominal." Ex.^a quer regular a apresentação e os quesitos para a aprovação da urgência.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – Parágrafo 4º de qual artigo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O art. de nº 62. V. Ex.^a oferece redação ao § 4º.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – A eliminação da assinatura de 94 Constituintes, desde que a proposição deverá ser aprovada por maioria absoluta dos membros da Assembléia. Acho rigor demasiado exigir um apoio de 94, para uma proposição que depende de maioria absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A matéria está prejudicada em face de decisão anterior. V. Ex.^a retirou a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para votação em separado, da Emenda nº 610, apresentada ao Projeto de Resolução nº 2-A, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões. – Dep. **Eduardo Jorge**, PT/SP.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam, queiram permanecer como estão. (Pausa)

Rejeitado.

Fica prejudicado o destaque à Emenda nº 803, do Sr. Eduardo Jorge, por tratar da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente,

Requeremos destaque, para votação em separado, da emenda nº 612 ao Substitutivo do Relator.

Sala das Sessões, – Deputado **José Elias Murad**.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD: – Sr. Presidente, quero justificar essa emenda justamente, com o exemplo que está ocorrendo aqui, no momento essa questão de dizer para o Constituinte se levantar, pois muitos ficam de pé durante muito tempo. E a sugestão que fazemos, de levantar o braço, acho que simplifica todo o processo.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Sr. Presidente, o art. 64 pede apenas que os Constituintes se manifestem, não diz a forma. A forma depende de V. Ex.^a. Se V. Ex.^a achar mais conveniente levantar o braço, vamos levantar o braço, se estivermos de acordo. Não há problemas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE PROJETO DO REGIMENTO INTERNO

Requeremos destaque para a expressão "em requerimento apoiado por 94 Constituintes", constante do art. 68, caput do substitutivo. Da exclusão resultará o seguinte:

"Art. 68. Proclamado o resultado de votação simbólico, poderá ser pedida sua verificação."

Sala das Sessões, 21 de fevereiro de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – O número da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – É o artigo. V. Ex.^a requer destaque para a expressão "em requerimento apoiado por 94 constituintes", constante do art. 68, caput do substitutivo.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – Não é a 420. Eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência seja deferido **Destaque** para discussão e votação da Emenda nº 632, ao 2º (segundo) Substitutivo apresentado pelo ilustre Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, à Resolução que "Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **José Maria Eymael**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais requeiro **Destaque** para Votação em Separado e Aprovação da Emenda nº 642, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Chico Humberto**.

O SR. CHICO HUMBERTO – (PDT – MG. Para encaminhar votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, observa-

mos que não houve uma definição quanto à periodicidade da edição desse semanário. Apesar de termos feito essa proposta, quando da primeira tomada das emendas, vimos, aqui, que apenas será editado um resumo dos trabalhos constitucionais, e isso pode ser feito na hora em que acabar a Constituição, isto é, os trabalhos constituintes.

Gostaríamos de deixar marcada a data em que fosse feito esse resumo, para que o povo brasileiro pudesse acompanhar os trabalhos aqui realizados.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, naturalmente a proposta que trazemos aqui ao Plenário é para que haja periodicidade. Não se trataria de publicar depois da Assembléia Nacional Constituinte. Apenas não acolhi que fosse semanal, porque não tenho noção dos recursos técnicos disponíveis. Esta é a única questão. Creio que poderíamos resolvê-la, registrando, como o fazemos agora, porque a intenção é dar uma periodicidade o mais próximo da semana. Se fizermos uma norma imperativa semanal e não houver condições de fazê-lo, vamos ficar embaraçados. Obviamente, precisamos ter periodicidade.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. Constituintes que forem pela rejeição queiram, por favor, levantar-se (Pausa).

Rejeitado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Acolhido no mérito e rejeitado no Destaque.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de destaque: Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais, **Destaque** para votação em separado, da Emenda nº 643 apresentada ao Projeto de Resolução nº 2-A, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, – **Olívio Dutra.**

O SR. OLÍVIO DUMA (PT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, solicitamos este destaque até mesmo para reforçar o parecer do nobre Relator, o Constituinte Fernando Henrique Cardoso. Entendemos que este Congresso Constituinte, além da tarefa importante e nobre de elaborar o novo texto constitucional, tem também uma tarefa, no decorrer do processo constituinte, essencialmente pedagógica, educadora e conscientizadora. Por isso, entendemos que todo o trabalho, toda a atividade do Congresso Constituinte deve ser transparente, para que haja conhecimento pela opinião pública, pelos setores sociais, pelos segmentos sociais, do trabalho aqui realizado.

Estamos defendendo, no destaque que haja, de parte da Mesa desta Assembléia, a determinação de que se gravem as principais discussões, debates e votações deste Congresso, e que isso sirva não apenas para o arquivo da Casa para a História, mas que também possa ser transmitido aos partidos políticos com representação aqui na Casa para suas avaliações, para os seus trabalhos de educação política.

Nosso destaque é no sentido de que a letra "d" do art. 73 possa ser mais detalhada, objetivando o tipo de gravação, quer seja das Plenárias e das Sessões, quer das principais discussões e

votações, e que os partidos políticos com representação nesta Casa possam receber cópias desse material para o seu trabalho pedagógico de educação política.

Para isso, pedíamos a atenção do nobre Relator e do Presidente desta Casa. (Muito bem!)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a proposta feita pelo Constituinte Olívio Dutra, assim como a proposta que acabamos de discutir sobre a periodicidade das nossas publicações, relativas à Assembléia Nacional Constituinte, são, no mérito, corretas. Não sei se é possível, mas V. Ex.^a tem conduzido esta Casa com tanta sabedoria que, talvez, a esta altura da noite, pudéssemos tomar uma resolução, em emenda de redação. Eu aperfeiçoaria a redação, de modo a acolher o espírito do que está aqui proposto, porque, se formos acolher o conjunto do que aqui foi proposto, isto provocaria uma série de outras desarticulações no texto. Proponho aceitemos o mérito, e eu daria a forma na redação final de modo a que se dissesse algo que satisfaça a intenção. Não creio seja possível colocar prazos rígidos nem seja possível dizer que vamos publicar ou fazer vídeo de tudo, porque não haveria condições materiais para isto, nem mesmo meios para expedir tudo isto.

Acredito que, numa redação mais equilibrada, pudéssemos resolver a questão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Plenário ouviu a exposição do Relator, no sentido de verificar a possibilidade, na redação, de atender às solicitações que foram apresentadas à Comissão.

De maneira que a votação vai ser feita, e o registro do resultado que vai ser dado pelo Presidente, é no sentido de que essas emendas dependerão da possibilidade de acolhimento na redação. Neste sentido é que a emenda, se for o entendimento do Plenário, será acolhida.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Emenda acolhida, nos termos da Subemenda do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque: Sr. Presidente:

Requeiro destaque para a Emenda nº 646 (Art. 74). – **Jorge Hage.**

24/2/87

O SR. JORGE HAGE (PMDB – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, dividi a questão em duas partes. Talvez facilite, assim, a possibilidade de exame pelo Sr. Relator.

A primeira se refere ao tempo na televisão, sem aumentar-lhe o total, apenas insistindo, mais uma vez, na subdivisão dos primeiros 5 minutos, em **flashes** ao longo dos horários previstos, com o tempo máximo de 1 minuto cada um. Assim, com os mesmos 5 minutos, multiplicaríamos, em muito, o atingimento, a eficácia das mensagens, na medida em que poderiam servir como chamadas, inclusive, para o tempo maior da noite, no horário nobre.

Na segunda parte da emenda, proponho se aumente um tempo que, me parece, ficou extremamente limitado, de apenas 5 minutos no horário noturno, horário nobre da televisão, para as transmissões dos trabalhos constitucionais. Nesta segunda parte, proponho a ampliação de 5 para

10 minutos, em bloco, para uma exposição mais de conteúdo dos debates constitucionais. Seria, então, uma primeira parte, de 5 minutos, de pequenos **flashes**, e, uma segunda parte, distribuídos em blocos de 10 minutos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, poucas matérias, talvez apenas o § 7º do art. 57, tenham produzido tanto debate prévio a este Substitutivo como a matéria agora mencionada pelo nobre Deputado Jorge Hage. Não está presente, neste instante, o Deputado Brito, que muito nos ajudou na definição dessas Normas. Reunimo inúmeras vezes com o Deputado, expus as razões.

Há idéias, neste plenário, de todo tipo sobre esta matéria. O que está proposto, por um lado, é conseguirmos um consensual entre os proponentes de emendas e, por outro lado, termos aquilo que é possível nas condições do Brasil de hoje.

Cria V. Ex.^a e criem os Srs. Constituintes que me empenhei a fundo nesta matéria, de modo que possamos ter uma divulgação dos nossos trabalhos pela rede oficial e uma divulgação menor pela rede privada, sem sofrermos a possibilidade daquilo que ocorreu há poucas semanas, quer dizer, uma campanha contra nós, sob o pretexto de que estamos querendo apropriar-nos de um tempo que, na verdade, foi concedido.

Há aqui um acordo, pelo qual V. Ex.^a Sr. Presidente, dispõe da possibilidade de requisitar horário livre, não havendo uma transmissão adequada daquilo que ocorre nesta Assembléia possamos utilizar esse horário de forma impositiva.

Tive que discutir até mesmo com advogados nossos e das partes que estão envolvidos na questão sobre a legitimidade ou não desta matéria. Houve até uma discussão a respeito de recurso ao Supremo Tribunal Federal. Tudo foi contornado com muita dificuldade.

Francamente, não tenho condições, sob pena de ver um castelo, que não é de cartas, mas que foi pensosamente construído, não por mim, mas pelo conjunto de proponentes, e até mesmo por V. Ex.^a, além de outras pessoas interessadas em dar uma solução satisfatória a esta matéria, o que aqui está é produto de um acordo.

Assim, como mantive o § 7º, do art. 57, no qual, sabe V. Ex.^a, que a minha participação direta e pessoal foi nula, porque era produto de um acordo, mantenho até o fim o produto desse acordo.

Recurso, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, a Vossa Excelência. Destaque na votação para a Emenda 648, de nossa autoria, que introduz mudança no texto do art. 64, do Substitutivo ao Projeto de Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – Deputado **Vasco Alves.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Prejudicado pela rejeição da anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

DESTAQUE

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, requeiro destaque para a Emenda 842.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Luiz Vianna**

DESTAQUE

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, requeiro destaque para a Emenda nº 845, de minha autoria.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Luiz Vianna**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Prejudicado pela rejeição da de nº 646, do Sr. Jorge Hage, inclusive os destaques às Emendas nºs 866, do Sr. Domingos Leonelli e 641, do Sr. Percival Muniz, por tratarem da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

REQUERIMENTO

Requeiro a Vossa Excelência seja concedido destaque a nossa Proposta de Emenda nº 657 ao Substitutivo do Projeto de Resolução nº 02/87, que conta com a seguinte redação:

Altero a redação do item "d" do "caput" do art. 79 do Projeto, dando a seguinte redação:

"b de, no mínimo, 56 (cinquenta e seis) constituintes." – **Percival Muniz.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Prejudicada. Matéria vencida por decisão soberana do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente,

Requeremos destaque, para votação em separado, do art. 82 do Substitutivo do Relator, para que seja suprimida a expressão:..."em caráter extraordinário e para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional".

Justificação

É imperioso compatibilizar o funcionamento do Congresso Nacional – Câmara dos Deputados e Senado Federal – com a Assembléia Nacional Constituinte, ordinariamente, sem o que o Congresso permanece em recesso. Há temas, problemas e decisões que cumpre ao Congresso apreciar e, assim, não se lhe pode retirar a eficácia. Deixar ao alvedrio do funcionamento, pela via extraordinária, não tem sentido jurídico – institucional.

É assim instante esta supressão.

Sala das Sessões – Deputado **Farabulini Júnior.**

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP): – Sr. Presidente, é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Portanto, é matéria vencida.

Ficam prejudicadas, também, os destaques às Emendas nºs 328-A, do Sr. José Genoino e 897, do Sr. Mendes Ribeiro, por tratarem da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte requerimento de destaque:

Senhor Presidente

Requeiro, nos termos regimentais, desta que para votação em separado e Emenda nº 674, apresentada ao Projeto de Resolução nº 2-A, de 1987, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, Constituinte **Luis Gushiken**, PT/SP.

Senhor Presidente

Nos termos regimentais requeiro destaque para votação em separado e aprovação da Emenda nº 676, ao 2º Substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987.

Sala das Sessões, 24 de Fevereiro de 1987. – **Maury Müller.**

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Refiro-me apenas à Emenda nº 676. A idéia original seria convocar os ministros e a autoridades de administração pública para comparecerem ao Plenário e às Comissões. Um prévio entendimento mantido com o ilustre Relator e as Lideranças do PMDB e do PFL, levou à conclusão de que, excluído o comparecimento do Plenário, seria possível acolher a emenda.

De modo que gostaria que o Relator opinasse sobre o que acertamos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Consultei o nobre Líder Luiz Henrique e o nobre Líder José Lourenço a respeito desta matéria e pareceu a ambos que nas Comissões seria razoável, não se trata de requerimento para virem prestar esclarecimentos, como qualquer personalidade, venham às Comissões e às audiências públicas. Não há razão para a exclusão, neste nível, dos membros do Governo, que virão para prestar esclarecimentos à Comissão na questão relativa à elaboração da Constituição.

Então, com esta redação, é possível acolher. No Plenário, não.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Se a Presidência apreendeu o seu pensamento, V. Ex.ª admite o convite aos ministros junto às Comissões, não ao Plenário. É isto?

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em votação.

Os Srs. Constituintes que aprovam esta formulação queiram, por favor, permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Aprovadas, nos termos do parecer do Relator. Fica prejudicado o destaque à Emenda nº 562, do Sr. Adhemar de Barros Filho, por tratar da mesma matéria

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma prevista no art. 27, da Resolução nº 1, de 1987, requeiro a V. Ex.ª seja concedido destaque para votação em separado para a Emenda.

675, de minha autoria, que preconiza a definição preliminar, através da Assembléia Nacional Constituinte do regime de governo a ser instalado no Brasil, ao Projeto de Resolução que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Cesar Cals Neto.**

O SR. CESAR CALS NETO (PDS – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vamos ter que votar aqui, em dois turnos, um projeto de Constituição. Esse projeto de Constituição deverá ter no seu esboço um sistema de governo definido: ou um sistema de governo presidencialista ou um sistema de governo parlamentarista.

Da forma como o Regimento propôs, essa definição preliminar será feita por uma subcomissão.

Proponho, nesta emenda, a democratização da definição preliminar, sendo feita pelo globo da Assembléia e não por uma Comissão.

Esta é a proposta, no sentido de que haja definição preliminar do sistema de governo pelo globo da Assembléia, e não simplesmente por uma subcomissão.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tive oportunidade de discutir com o Autor desta proposta as razões pelas quais eu não iria acolhê-la, e a razão é simples. Tem razão o ilustre Deputado César Cals Neto, no sentido de que precisamos saber qual é o regime de Governo. No entanto, há um momento adequado para isto. Este momento se desdobrará em três etapas: 1ª) Na Subcomissão ligada à Comissão dos Poderes, que vai começar a definir a forma de Governo; 2ª) – Ao nível dessa Subcomissão daqui a dois meses, haverá uma decisão preliminar; 3ª) – Posteriormente isto irá à Comissão de Sistematização, e, quando vier ao Plenário, sob a forma de projeto, ainda estaremos muito longe da decisão final. Haverá, portanto tempo de adequação.

Porque não a acolhi agora? Porque agora podemos, de repente, no calor de um debate ainda não travado, ou melhor, no entusiasmo por debate não travado e muito mais por uma predisposição que não se sabe muito bem ainda se está cristalizada, podemos aprovar um ou outro sistema de Governo, sem que tenhamos tido tempo de pensar melhor sobre as suas consequências.

Então, entendo mais adequado deixarmos esta decisão, que é fundamental, para daqui acerca de 60 dias.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permaneça como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro destaque para a Emenda nº 681 do Substitutivo. – **Antonio de Jesus.**

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC): – Sr. Presidente, opinamos favoravelmente a esta proposição que tem todo o fundamento e é uma proposta muito feliz do Constituinte Antônio de Jesus. Por isso, votaremos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)
Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Senhor Presidente,
Na forma regimental, requero destaque para a Emenda nº 682 ao Substitutivo. **Antônio de Jesus.**

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esta proposta foi feita com muito amor, pensando no bem-estar físico e mental de alguém aqui dentro deste plenário. Inclusive, estou com recorte de um jornal que fala sobre o fumo e a saúde do atleta. O Dr. Júlio C. B. Stohler, Especialista em Medicina Esportiva, mostra também os efeitos maléficos do fumo. Embora alguns Colegas fiquem perturbados sei que eles não vão ter-me simplesmente como um condenado nesta hora em que se fala no fumo, porque realmente para quem não fuma ter que ficar o tempo todo aspirando cigarro aqui, é a maior provação que já vi na face da Terra. (Muito bem! Palmas.)

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não me foi difícil chegar a um acordo com o Deputado Luiz Henrique a respeito da questão da Bíblia, até porque o Deputado Manoel Moreira, que pertence à Assembléia de Deus, chamou a minha atenção para o fato de que temos um Crucifixo na Sala. Embora o Estado seja laico, como já temos um Crucifixo, me pareceu que seria muito justo tivéssemos também a Bíblia. Não houve nenhuma dificuldade de minha parte em acolher esta proposta, com as virtudes todas.

Exponho aqui ao Deputado outras virtudes. O pior é que sou partidário delas: não fumo e tenho horror ao fumo, mas em nome da convivência democrática, como já temos tolerado tantas coisas, vamos pedir aos nossos Companheiros que fumem um pouco menos, e continuem fumando.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam, queiram permanecer como estão. (Pausa.)
Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma prevista no art. 27, da Resolução nº 1, de 1987, requero a Vossa Excelência seja concedido destaque para votação em separado da Emenda nº 413, do Substitutivo ao Projeto de Resolução que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte", e que "Propõe o exame, pelas Comissões, das propostas de Emenda à Constituição em tramitação".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Deputado Victor Faccioni.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam, queiram permanecer como estão. (Pausa.)
Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma prevista no art. 27, da Resolução nº 1, de 1987, requero a Vossa Excelência seja concedido destaque para votação em separado da Emenda nº 651-A, do Substitutivo ao Projeto de Resolução que "dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Constituinte", e que "determina o desconto de 1/30 avos do subsídio, quando o Constituinte não comparecer à sessão plenária ou à reunião de comissão que integre".

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1987. – **Deputado Victor Faccioni.**

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)
Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte Requerimento de Destaque:

Exmº Sr. Constituinte Ulysses Guimarães.

DD. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Nos termos do art. 27, da Resolução nº 1, de 1987, que "estabelece normas preliminares para funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte até a aprovação de seu Regimento Interno", requero a V. Ex.^a que seja concedido destaque para a Emenda nº 948 ao Projeto de Resolução nº 2, de 1987, que propõe o acréscimo do seguinte dispositivo:

"Art. Aos segmentos da sociedade organizada é assegurado o direito de acesso à Tribuna Livre, ante a Assembléia Nacional Constituinte, em um dia de cada semana, segundo critérios a serem estabelecidos pela Mesa."

Sala das Sessões. – em Deputada

Rose de Freitas.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)
Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa anuncia o término da votação, ficando prejudicadas as matérias relacionadas com a mesma. (Muito bem! Palmas)

Vai à Redação Final.

Desejo significar que trabalhamos aqui dez horas e meia ininterruptamente, a fim de que se votasse o Regimento. É uma constatação da seriedade, de dignidade, da probidade, da exação com que os Constituintes estão cumprindo com o seu dever.

Eu me congratulo com os Srs. Constituintes, com a Casa e com a instituição. (Palmas)

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A beleza do Parlamento consiste exatamente em, tempestivamente, corrigirmos certos equívocos, para que os nossos trabalhos continuem sempre aprimorados.

Ainda há pouco, na votação de um destaque de minha autoria, relativo ao art. 60, o nobre Relator Fernando Henrique Cardoso entendeu que eu estava falando sobre prazo, quando eu estava pretendendo eliminar aquilo que me parecia um engano de redação. O art. 60 diz que os pedidos de informações podem ser encaminhados através da Mesa, sem mencionar a quem eles são dirigidos. O mesmo artigo estabelece que as informações sejam solicitadas ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Acredito que V. Ex.^o, como Presidente da Constituinte, não acharia correto pedir, por exemplo, uma informação ao, Presidente do Supremo Tribunal Federal através do Gabinete Civil.

Faço um apelo, aqui, ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso, para concordar com a correção, porque é apenas uma questão de coerência.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Sr. Relator poderá aduzir algo a propósito da questão levantada pelo nobre Deputado, mesmo já com a votação encerrada?

O Sr. Fernando Henrique Cardoso: – Este é o problema: a votação está encerrada, Sr. Presidente.

Acredito que poderíamos mais tarde, na redação ver se alguma coisa pode ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Ficará o registro das ponderações de V. Ex.^a. Se houver qualquer engano, lacuna ou omissão, será corrigido na redação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES: Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Chagas Neto – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Lyra – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Sales – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Cunha PMDB; Jonival Lucas – PFL; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Viana – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Queiroz – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mendes Botelho – PTB; Paulo Marques – PFL; Paulo Roberto Cunha – PDC; Plínio Arruda Sampaio – PT; Ralph Biasi – PMDB; Raul Belém – PMDB; Roberto Balestra – PDC; Sílvio Abreu – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vingt Rosado – PMDB;

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, designando outra para amanhã às 14:00 horas.

Encerra-se a Sessão às 00 horas e 29 minutos.



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 26

QUINTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

1 – ATA DA 31ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 11 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada e assinada.

III – Leitura do Expediente

COMUNICAÇÕES

Da Bancada do Partido Liberal-PL, participando a indicação do Senhor Adolfo Oliveira, para responder pela liderança daquela agremiação partidária junto à Assembléia Nacional Constituinte.

OLÍVIO DUTRA – Repúdio do PT à ocupação dos portos brasileiros pela Marinha de Guerra e das refinarias de petróleo pelo Exército.

CUNHA BUENO – Razões do voto contrário do orador ao projeto de Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

MAURÍLIO FERREIRA LIMA – Momento político nacional. Perspectiva de eleições diretas em 1988 para o cargo de Presidente da República e renovação dos mandatos legislativos.

BEZERRA DE MELO – Fixação da duração do mandato do Presidente José Sarney.

NION ALBERNAZ – Tentativa de enquadramento de Deputados e Senadores para a adoção, na Assembléia Nacional Constituinte,

de posições coincidentes com os interesses do Governo.

NELSON AGUIAR – Inconformidade do orador com a atuação política do PMDB em apoio ao Governo Federal.

SOLON BORGES DOS REIS – Desafios da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO SANTANA – Inoportunidade de artigo do Constituinte Delfim Netto, publicado em jornal japonês, contrário à política brasileira para o enfrentamento da questão da dívida externa nacional.

COSTA FERREIRA – Votos de êxito ao Governador Epitáfio Cafeteira à frente do governo do Estado do Maranhão.

ABIGAIL FEITOSA – Protesto da oradora contra a ocupação dos portos brasileiros pela Marinha de Guerra e das refinarias de petróleo pelo Exército.

ALEXANDRE PUZYNA – Duplicação da rodovia BR-101, trecho catarinense. Vantagens do sistema ferroviário sobre o rodoviário. Falta de tino administrativo na condução da coisa pública.

HERMES ZANETTI – Limitação da soberania da Assembléia Nacional Constituinte em decorrência da aprovação do Regimento Interno. Ocupação dos portos brasileiros pela Marinha de Guerra e das refinadas de petróleo pelo Exército.

FARABULINI JÚNIOR – Concessão do direito devoto aos soldados e cabos das Polícias Militares e aos membros das Forças Armadas.

JOSÉ ELIAS MURAD – Redução das taxas dos juros bancários.

GÉRSO N PERES – Participação de amazônia no Ministério do Presidente José Sarney.

VIRGILDÁSIO DE SENNA – Importância do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ FOGAÇA – Importância do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

UBIRATAN AGUIAR – Esperanças do orador com relação aos resultados da Assembléia Nacional Constituinte.

MYRIAM PORTELA – Descumprimento, no Estado do Piauí, da legislação proibitiva da contratação e nomeação de servidores públicos.

JORGE ARBAGE – Exclusão dos municípios do sul do Estado do Pará no plano de racionamento de energia elétrica fornecida pela CELPA.

SANTINHO FURTADO – Redução das taxas dos juros bancários. Definição da política agrícola.

<p>STÉLIO DIAS – Dia Internacional da Mulher.</p> <p>NILSON GIBSON – Reincorporação ao Estado de Pernambuco da antiga Comarca do Rio São Francisco.</p> <p>DAVI ALVES SILVA – Conclusão da rodovia Mucuiaba-Açaizal, João Lisboa, Estado do Maranhão.</p> <p>ASSIS CANUTO – Descrença dos setores produtivos na ação governamental.</p> <p>DIONÍSIO HAGE – Aplicação do princípio da isonomia salarial aos estabelecimentos de 1º e 2º graus subordinados ou vinculados ao Ministério da Educação.</p> <p>MAURÍCIO FRUET – Reestruturação dos serviços da Previdência Social no Estado do Paraná.</p> <p>MÁRCIO BRAGA – Unidade das lideranças partidárias – premissa de sustentação do Governo e da soberania do País.</p> <p>DENISAR ARNEIRO – Administração Leonel Brizola, Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>JUAREZ ANTUNES – Situação dos aposentados da Previdência Social.</p>	<p>GONZAGA PATRIOTA – Restauração de trechos de rodovias federais no Estado de Pernambuco.</p> <p>PERCIVAL MUNIZ – Ocupação das refinarias de petróleo pelo Exército Brasileiro.</p> <p>MOEMA SÃO THIAGO – Congresso Internacional do Direito do Trabalho, Fortaleza, Estado do Ceará.</p> <p>AMAURY MÜLLER – Questão de ordem sobre estranheza do orador pela presença do Constituinte Heráclito Fortes na presidência dos trabalhos.</p> <p>PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.</p> <p>AMAURY MÜLLER – Reclamação sobre falta de resposta, pelo Presidente da República, a requerimentos de informações apresentados pelo orador.</p> <p>PRESIDENTE – Resposta à reclamação do Constituinte Amaury Müller.</p> <p>HERÁCLITO FORTES – Convocação do orador para presidir os trabalhos. Alegria por presidir a sessão durante discurso da Constituinte Myriam Portella e por censura do Constituinte Amaury Müller ao fato de, sendo jovem, haver presidido a sessão.-</p>	<p>HORÁRIO DE LIDERANÇA</p> <p>ADOLFO OLIVEIRA – Reconhecimento do orador às Lideranças partidárias entendimentos propiciadores da aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Congratulações ao Presidente Ulysses Guimarães por sua atuação nas sessões de votação da matéria</p> <p>AMAURY MÜLLER – Repúdio do PDT à ocupação militar das refinarias de petróleo da Petrobrás. Declarações do Gen. Otávio Medeiros a respeito do clima de insatisfação e descontentamento da sociedade brasileira.</p> <p>ALDO ARANTES – Repúdio do PC do B à crescente intervenção dos militares na vida política nacional.</p> <p>LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Repúdio do PT à ocupação dos portos brasileiros pela Marinha de Guerra e das refinadas de petróleo pelo Exército.</p> <p>IBSEN PINHEIRO – Congratulações da Liderança do PMDB aos Constituintes e à Mesa Diretora pela aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Propósitos inspiradores da ocupação das refinarias de petróleo por tropas do Exército: proteção de próprios e equipamentos da União.</p> <p>ENCERRAMENTO</p>
--	--	--

ATA DA 31ª SESSÃO, EM 11 DE MARÇO DE 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Secretário;

Arnaldo Faria de Sá, Secretário; e Heráclito Fortes,

Constituinte.

ÀS 14 HORAS, COMPARECEM OS SENHORES:

Ulysses Guimarães

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB;

Álvaro Dias – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Muller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benedicto Monteiro – PMDB; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bete Mendes – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha

– PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; óvam Chiaradia – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deltos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz –

PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egidio – Ferreira Lima PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; – Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Erving Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Kuster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Canata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Aves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinda – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Haickel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL;

Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Giovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Leal Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Lourenberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro PMDB; Mansueto de Lavor PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Marcos Queiroz – PMDB; Maria de Lourdes Abadia PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Maia – PDT; Maluce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; ir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando

Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; – Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincaroni – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Mura PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nadel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tidei de Lima – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDC; Vítor Buaiz – PT, Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagne Lago – PMDB; Waldec Ornêlas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 382 Senhores Constituintes.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, que é aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se á leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO, Humberto Souto, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

COMUNICAÇÕES

Da Bancada do PL, nos seguintes termos: Sr. Presidente da Assembléia Constituinte

Indicamos o Deputado Adolfo Oliveira Líder da Bancada do PL.

Sala das Sessões, 10 de março de 1987. – Álvaro Vale – Adolfo Oliveira – Oswaldo Almeida – José Luiz de Sá – José Carlos Coutinho – Afif Domingos.

IV – O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT-RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, fatos graves estão acontecendo, neste momento, em diferentes pontos do País, ameaçando, inclusive – não só no futuro, mas já no presente – o funcionamento deste Congresso Constituinte.

O movimento social, o movimento sindical, inclusive, está vivendo um dos momentos mais duros da sua existência nos últimos tempos. Sequer durante o regime militar, na ditadura dos generais, havia tantos tanques e militares ocupando espaços onde os trabalhadores se movimentavam para reivindicar melhores salários e condições de trabalho.

Os companheiros marítimos reivindicam salários dignos, justos e condições de trabalho que coloquem a sua categoria no patamar de dignidade das categorias assemelhadas existentes no resto do mundo.

E que faz o Governo? A Marinha ocupa os portos brasileiros, no arrepio da negociação, da intermediação que deveria haver por parte do Ministério do Trabalho; ao arrepio da Justiça Trabalhista e dos direitos básicos e fundamentais da pessoa humana. E o faz inclusive com risco de acontecerem desgraças maiores, na medida em que a ocupação militar dos portos brasileiros sequer se preveniu com os mais comezinhos princípios de segurança nas áreas portuárias.

Os trabalhadores petroleiros buscam melhoria de salário e de condições de trabalho, ao arrepio também de um processo que seria normal e de um ritual necessário na negociação, com a intermediação do Ministério do Trabalho. Agem distanciados e contra o ritual da Justiça do Trabalho.

E o que faz o Executivo, o que faz o Governo da Nova República? Determina a ocupação militar das refinarias. De ontem para hoje, os espaços tradicionais de circulação dos trabalhadores estão ocupados por tanques-militares.

Os Ministros da Marinha e do Exército dizem que estão cumprindo ordens. De onde virão essas ordens? Certamente do Comandante-em-Chefe das Forças Armadas deste País, o Presidente José Sarney

O PT quer interpelar essas autoridades, quer saber a origem e os fundamentos dessas ordens e atitudes e quer exigir a imediata desocupação pelas tropas militares dos portos brasileiros e das refinarias deste País. Queremos que esses espaços sejam ocupados pelas respectivas categorias de trabalhadores e que o espaço político deste País seja ocupado por quem tenha o voto diretos os Integrantes desta Assembléia Nacional Constituinte.

Toda a bancada do Partido dos Trabalhadores está agora, nesta tarde, convidando os Líderes das demais bancadas para uma ida coletiva ao ilustre Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, para tratar deste assunto.

Queremos também ainda no final da tarde ou nas primeiras horas de amanhã, um contato direto com o Sr. Presidente da República para tratar da mesma matéria.

Entendemos que há ingerências claras e explícitas de um poder que não se respalda no voto, um poder que não aparece aqui, um poder subliminar, que a Nação já repudiou na memorável campanha das diretas. Este poder que não souberam utilizar no passado, pois colocaram este País na situação falimentar em que se encontra os militares estão tentando recuperá-lo. E no momento em que a Constituinte tem de tratar do papel das Forças Armadas, as investidas nesse setor representam, na verdade, uma ameaça direta e indireta ao trabalho desta Assembléia.

Nosso partido também trará para apreciação neste plenário uma resolução desta Casa a este respeito.

Entendemos que a situação vivida hoje ameaça de imediato o funcionamento desta Assembléia Constituinte. Os trabalhadores estão sendo ameaçados e vilipendiados nos seus direitos fundamentais pelas tropas da Marinha e do Exército, a mando do Presidente e do Governo da Nova República, o que exige aqui uma condenação taxativa do PMDB e dos demais partidos que apóiam o Governo.

Os trabalhadores estão sendo ameaçados concretamente com mais de cinquenta demissões havidas ontem no porto de Santos.

Por tudo isto o Partido dos Trabalhadores eleva sua voz, registra nos anais desta Casa o seu protesto e convoca os setores populares, democráticos e progressistas representados neste Congresso para uma ação comum contra essas investidas e pela retirada imediata das tropas da Marinha e do Exército das áreas que estão ocupando contra a vontade da maioria dos brasileiros, que deseja melhores salários e condições de trabalho.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem votei contra o Regimento Interno, ao final aprovado, da Assembléia Nacional Constituinte. Alguns me questionaram se o voto contrário foi em razão de o Relator não ter previsto a adoção do sistema monárquico em nosso País. Não é isto, Sr. Presidente. Embora o Relator não o tenha previsto, em seu parecer sobre a forma de organização do Estado, deu liberdade para que a Constituinte defina o sistema de Governo que a Nação deseja através do voto consciente dos seus representantes.

Aí já começa a primeira duvida, a primeira questão. Pelas manifestações dos parlamentares desta Casa e pelas pesquisas que têm sido feitas por alguns órgãos de imprensa em plenário, temos observado que o regime parlamentarista certamente será aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte.

Ora, Sr. Presidente, o sistema de governo deveria ser votado como preliminar, antes de os trabalhos das demais comissões terem início, porque, uma vez definida essa matéria, logicamente a Constituição terá de adaptar-se, em seus vários artigos e capítulos, ao sistema de governo definido. Se elaborarmos uma Constituição sem termos estabelecido essa premissa, se será parlamentarismo ou presidencialismo – o que me parece ser a grande discussão nesta Casa ao final dos trabalhos teremos de refazer a Constituição para adaptá-la ao sistema de governo proposto. Se não bastasse essa premissa que levanto, para justificar o meu voto contrário à aprovação do Regimento Interno, há ainda o caso da Comissão de Sistematização, que é, sem dúvida, uma comissão com poderes ditatoriais. Observamos que as oito comissões e as 24 subcomissões têm 60 dias de prazo para concluir seus estudos e enviá-los à Comissão de Sistematização, que reabre novamente o prazo de 5 dias para emendas e tem 25 dias para elaboração do projeto, voltando ao plenário não mais o projeto das Comissões Temáticas, mas o da Comissão de Sistematização. Esse prazo é novamente reaberto por 30 dias. Daí as emendas aqui propostas não voltarão mais às Comissões Temáticas, porque, de acordo com o Regimento aprovado ontem, elas já não mais poderão pronunciar-se sobre o mérito das questões, tarefa que ficará a cargo da Comissão de Sistematização.

Portanto, Sr. Presidente, estamos prevendo que a Comissão de Sistematização, como bem salientou o ilustre Deputado Antônio Carlos Konder Reis, da minha bancada, poderá fazer tudo, e tudo fará, mesmo porque não haverá a quem apelar, uma vez que as Comissões Temáticas já terão concluído seu trabalho.

Na realidade, quem fará a nova Constituição serão os integrantes da Comissão de Sistematização. Mudaram o nome originalmente pretendido, mas na verdade, esta é a Grande Comissão, e somente os seus 89 membros farão a Constituição do País.

Portanto, Sr. Presidente, nosso voto contrário no dia de ontem, não foi só porque esta Assembléia perdeu sua soberania pela Emenda nº 2, do Deputado Maurílio Ferreira Lima, mas principalmente porque a Comissão de Sistematização é, sem dúvida alguma, o poder mais ditatorial que este País já conheceu.

O SR. MAURÍLIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a representação política com assento nesta Casa, absorvida com as responsabilidades específicas aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, pode não se estar apercebendo da gravidade do momento político nacional, pela difícil situação social e econômica do nosso País. Inúmeras greves em curso ameaçam asfixiar a economia nacional, reeditando, de certo modo, os velhos tempos, e o diálogo com os trabalhadores e com as organizações representativas das categorias em greve cede lugar ao uso e à demonstração de força.

Aqui mesmo, a pouco quilômetros de Brasília, atos de desobediência civil se multiplicam, como, por exemplo, no caso de comerciantes de uma cidade-satélite, que retiraram, em bloco, todo o dinheiro que tinham depositado em bancos. Ademais, manifestações de agricultores paralisam Estados da importância do Paraná e dificultam a vida de São Paulo, centro político e econômico do País.

Toda essa situação de gravidade, sem nenhuma perspectiva de melhoria a curto e a médio

prazos, ocorre paralelamente às nossas preocupações na Assembléia Nacional Constituinte.

Dentro desse tumultuado quadro social, o Presidente da República anuncia, por intermédio de seus porta-vozes, a disposição de definir a duração de seu mandato, alegando que, estando em curso negociações com o sistema financeiro internacional, é necessário que os banqueiros tenham confiança no seu interlocutor e saibam por quanto tempo ele governará o País.

Paradoxalmente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o desejo que o Presidente da República parece manifestar, de definir seu mandato, não pode mais ser concretizado por esta Casa, eis que as veleidades que tinha a Assembléia Nacional Constituinte, de corrigir alguns artigos da Carta Constitucional em vigor, não puderam ser atendidas, pois tivemos de fazer uma negociação que assegurasse poderes políticos a esta Assembléia e garantisse a intocabilidade da Carta de 67.

Portanto, não pode agora a Assembléia Nacional Constituinte dispor sobre quanto tempo vai governar o Presidente Sarney, já que não temos mais os instrumentos para fazê-lo. Não podemos convocar extraordinariamente a Câmara e o Senado para diminuir o mandato do Presidente da República. Seria tocar numa Constituição moribunda, que daqui a cinco ou seis meses estará jogada na lata do lixo, e, assim, no momento da redação dos dispositivos transitórios, a Assembléia Nacional Constituinte poderia dizer o contrário.

Minha convicção, Sr. Presidente, é a de que haverá eleições diretas para Presidência da República em 1988. Dado o quadro de descrédito institucional reinante no País, é inevitável que essas eleições ocorram em 1988. Não duvido de que, concluída a elaboração da nova Carta, nossos mandatos já estejam de tal maneira caducos que, por pressão da opinião pública nacional, se tome necessária a eleição para Presidente da República simultaneamente com a renovação da totalidade do Congresso Nacional, amputando os atuais mandatos dos Deputados e Senadores. Ninguém se surpreenda se cairmos nesse quadro, pois, na marcha em que vamos, com o distanciamento e o fosso existentes entre Governo e opinião pública, ocorrendo uma eleição direta — inevitável, repito, em 88 — nos transformaremos em múmias políticas, porque eleitos numa conjuntura que será enterrada com a promulgação da nova Carta.

Precisamos voltar-nos agora para o Brasil real; precisamos ligar os trabalhos da Constituinte à realidade nacional, para, assim, legitimarmos, no dia-a-dia, o mandato conquistado na esteira do Plano Cruzado I, que envelheceu com o Plano Cruzado II, e que agora se encontra ameaçado com a promulgação da nova Carta Constitucional.

Urge prepararmos-nos para a realização de eleições diretas em 1988 e aproximarmos-nos da opinião pública e da realidade nacional, a fim de nos recuperarmos do profundo desgaste que hoje marca a representação política brasileira.

O SR. BEZERRA DE MELO (PMDB-CE. Pronuncie o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, atendendo-se a ponderáveis razões de Estado, o mandato do Presidente da República deve ser fixado em seis anos, já que, além de a atual Constituição Federal estabelecer este prazo de governo, é imperioso atentar para o aspecto de que o Chefe da Nação, José Sarney, realiza obra complexa nesta etapa de transição democrática. Obviamente, são graves os problemas nacionais acumulados, enquanto a mera redução do ciclo governamental incidiria numa me-

da irracional, despida de motivação lógica, porque providência desta natureza tende a gerar reflexos danosos ao desdobraimento do regime civil recém-instalado.

Não subsiste a alegação de ilegitimidade para o mandato do Presidente José Sarney, até porque o Colégio Eleitoral que elegeu, em 1985, o Presidente e o Vice-Presidente da República, estava ungido pela vontade popular e consagrado pelo texto constitucional vigente: Mas admito o princípio de que — a prevalecer a idéia de abreviação do período presidencial — este critério venha a vigorar depois de esgotado o prazo de seis anos do mandato do Presidente José Sarney.

O País encontra-se aturrido por uma crise cíclica, que vem desde a avassaladora dívida externa até o inquietante déficit público interno, além de considerar-se a instável política de preços e salários, seriamente abalada pela espiral inflacionária que alcança índices assustadores. E, dentro desta linha de raciocínio, não seria prudente a realização de um teste eleitoral logo nos próximos dois ou três anos, o qual viria apenas agitar a consciência nacional e colocar em risco uma incipiente democracia, que neste instante depende fundamentalmente da compreensão e solidariedade do espírito brasileiro.

Já são conhecidas de todo o País as intenções do Presidente da República nos exaustivos esforços de que se desincumbe no comando dos negócios de Estado ao exercer uma posição supra-partidária, porque a postura de Chefe da Nação está acima dos estandartes das agremiações políticas. Creio ser esta a ocasião própria para que as correntes de opinião do Congresso Constituinte se aglutinem em torno da manutenção do mandato de seis anos para Sua Excelência.

Instalada a Nova República há dois anos, quando — em circunstâncias dramáticas — assumiu o Presidente José Sarney, dado o desaparecimento abrupto do líder nacional Tancredo Neves, chegou a esboçar-se um quadro de comoção pública. Mas, nem mesmo esse fato imperativo veio turvar a agenda de governo, porque o mais alto mandatário do País não se absteve de agir com equilíbrio, superando uma difícil etapa de passionalismo político.

Oponho-me, como livre representante do povo nesta Casa, à manipulação do elogio fácil, ou à tese do endeusamento retórico. Cumpro, todavia, o dever de atuar junto à forças vivas da Pátria no sentido de que seja desanviada a zona de turbulência por que passa o País, a menos que desejasse unir-me às cassandras que preconizam a projeção de uma noite agônica sobre a nacionalidade.

Insisto para que se inscreva no texto da nova Carta Magna o mandato de seis anos para o atual Chefe do Governo como meio capaz de permitir a consolidação das instituições democráticas, depois de ter o País saído de um prolongado período de exceção. Esta hora, evidentemente, é de reflexões. E parece-me mais aconselhável a preservação do prazo do mandato presidencial, como assegura o Estatuto Constitucional em vigor, do que restringir o mais importante mandato da hierarquia republicana, neste caso já admitido o perigo de um impasse político, com graves repercussões para a ordem legal há pouco restaurada.

Como delegados do povo neste Congresso Constituinte, está em nossas mãos o papel de decidir sobre a sorte do País. E caberá a esta alta Assembléia optar pelo risco ou pela salvação. Nada mais oportuno, por isso, do que elaborar medidas transparentes e sábias que possam resguardar a Federação e a República.

O SR. NION ALBERNAZ (PMDB-GO. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a imprensa vem noticiando nos últimos dias, com grande insistência, que setores do Governo estariam encarregados de fazer um levantamento dos cargos comissionados, no sentido de verificar o posicionamento de cada um dos Deputados e Senadores com assento na Assembléia Nacional Constituinte para demitir aqueles que não falassem a linguagem do Governo.

Diante da gravidade do fato, passo às mãos de V. Ex.^a, Sr. Presidente, requerimento e justificação vazados nos seguintes termos:

"Exm^o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro, nos termos do art. 26 e respectivo parágrafo único da Resolução nº, de 1987, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pedido de informação oficial a respeito de notícias veiculadas pela imprensa afirmando estar o Poder Executivo empenhado em proceder à demissão de ocupantes de cargos de confiança indicados por parlamentares que tenham assumido posições contrárias aos interesses do governo nas reuniões da Assembléia Nacional Constituinte."

É tempo de mudança. A Nação, amadurece, já não aceita a retórica do engodo e reclama seriedade no tratamento das questões públicas.

O Brasil mudou. As grandes manifestações ocorridas no passado recente do País despertaram profundos anseios de mudança.

E o PMDB traduziu esses anseios populares, levantando bandeiras de luta na direção das mudanças. A legenda identificou-se com o povo e este, por sua vez, tomou o partido como seu legítimo porta-voz.

Das cidades e dos campos ressoaram clamores pelo novo. Para institucionalizá-lo, a o PMDB bateu-se pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte.

O povo cumpriu a sua parte, elegendo maioria significativa de integrantes do PMDB ao colegiado Constituinte, a ela confiando a missão de elaborar uma Constituição voltada para os grandes interesses nacionais.

Para atingir o seu desiderato, a Constituinte deve ser livre, soberana e independente, não permitindo qualquer interferência externa, seja de "lobbies" formados por empresários mais ou urbanos, seja por políticos estranhos a sua composição.

O relacionamento do Poder Constituinte com o Governo Federal deve ser de cordialidade e respeito mútuo, jamais de submissão de qualquer das partes.

A convivência entre a Constituinte ou Legislativo e os demais poderes ocorre de forma a se complementarem na solução dos problemas da Nação. Assim, qualquer processo de aliciamento para alterar o procedimento de qualquer um deles é condenável.

A imprensa nacional vem noticiando, nos últimos dias, a tentativa de enquadramento de Deputados e Senadores eleitos pelo povo para se comportarem na Assembléia Nacional Constituinte, não em consonância aos imperativos de sua consciência, mas em atenção aos interesses do Executivo.

Dez, quinze mil cargos de importância no plano administrativo federal seriam utilizadas neste enquadramento, o que se configura numa revoltante tentativa de compra de consciência, atitude acentuadamente re-

provável por ser a prática utilizada nos regimes ditatoriais.

Corre nós tribunais de Goiânia um processo incriminando vereadores que, segundo denúncias, tentaram negociar vantagens pessoais para aprovar matérias de interesse público. Não vejo diferença entre o comportamento publicamente já condenado pelo povo de Goiás e o que agora notícia a imprensa nacional em relação às intenções do Governo Federal.

A nossa omissão ante o noticiado daria à Nação convicções de que este Poder estaria conivente com a atividade governamental.

Visa, pois, o nosso pedido resguardar este Colegiado de possíveis interpretações malévolas quanto à postura de integrantes do PMDB com assento nesta Casa."

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB – ES – Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, tenho sido um homem do partido, minha vida política tem sido caracterizada pela fidelidade aos preceitos, às normas e às disciplinas partidárias. Mas pelo que vejo acontecer no Brasil atualmente, me envergonho da minha condição de peemedebista.

O **Jornal do Brasil** de hoje, por exemplo, que tenho aqui, diz o seguinte "Exército ocupa refinaria por determinação de Sarney"; "Brigada Militar deu apoio"; "Fuzileiros navais ocupam o Sul"; "Marinha descarrega graneleiro"; "Em São Paulo a repressão é forte".

Não acredito que tenha sido para isto que milhões de brasileiros colocaram a maioria do PMDB neste Congresso Constituinte, 22 Governadores nos Estados, maioria do PMDB em quase todas as Assembléias Legislativas.

Hoje estou recebendo do sindicato do meu Estado apelos no sentido de que se proteste aqui contra a ação da polícia no porto de Vitória.

Não foi para isto que apoiiei o Governo da Aliança Democrática. Não sou obrigado a ficar neste partido. Assim, não sou. E se o PMDB não assumir o compromisso, agora, pelo seu Presidente e pela sua liderança, de responder a isto perante a Nação, não tenho a obrigação de ficar neste partido. Não foi para isto que vim para cá.

Muitas vezes recebi a incumbência partidária de comparecer aos piquetes de greves das assembléias dos trabalhadores, e o fiz muitas vezes; muitas vezes compareci ao DOPS e à Polícia Federal com meus companheiros para lutar contra a repressão. E hoje estou vendo a mesma coisa acontecer no Governo da Aliança Democrática, no Governo do PMDB.

E preciso que este partido não perca a visão histórica dos seus compromissos, não perca a visão crítica das suas responsabilidades, sob pena de amanhã repetirmos nesta bancada o papel dos antigos situacionistas, homens cabisbaixos, silenciosos, aplaudindo os atos de uma ditadura espúria e violenta que confinava, que torturava.

Esta é a hora do PMDB que tem 22 governadores a tomarem posse no próximo domingo. Esta é a hora do PMDB, que tem maioria na Assembléia Nacional Constituinte, dizer ao Presidente Sarney que repressão e violência não.

O que vejo no porto de Varela são os portuários ganhando mil e seiscentos cruzados, trabalhando a qualquer hora do dia ou da noite. Isso é salário de fome, causa miséria no lar, desespero à família. E não é com repressão e violência, com tropas, cães, trabucos e metralhadoras que se vai responder a esses anseios nacionais.

Estou lendo notícia de que o Sr. Caiado, um dos elementos da direita radical deste País, faz

festas às custas da desgraça do povo. Aqui estão dizendo: "Multidão de cinqüenta mil pessoas disputa os alimentos distribuídos por esse títere do fascismo neste País".

E estamos aqui, de braços cruzados, Srs. Constituintes, assistindo a esses execráveis acontecimentos.

O que vi na classe produtora rural do Espírito Santo, na área do café, na semana do carnaval, foi o desespero do homem que comparece ao banco para tomar cem mil cruzados emprestados com prazo de cento e vinte dias, assina o título e ainda tem de deixar lá oito mil cruzados.

Esta é a realidade que estamos vivendo. E preciso que o PMDB, como partido no Governo e do Governo, como partido majoritário, como partido que saiu consagrado pela união das urnas, tenha uma resposta para isso.

Sei que existem aqueles que estão interessados na instabilidade democrática e institucional deste País. Sei que, inclusive das Forças Armadas, existem aqueles infiltrados nos movimentos dos trabalhadores, interessados em agitar, saudosos dos velhos tempos da ditadura, quando havia aqui o silêncio do "senta-levanta", o silêncio do "sim" e do "sim senhor".

Não estou disposto a desempenhar esse papel e não sou obrigado a fazê-lo. Vim para esta Casa com os compromissos de um homem cujo mandato saiu das urnas, de um povo sofrido, cansado e esperançoso. Não sou obrigado a ficar aqui como elemento de sustentação de um Governo que não apresenta metas, não mostra qualquer perspectiva para, a curto prazo, a Nação sair deste sufoco.

Não podemos estar aqui calados, justificando os atos de arbitrariedade, de violência, de intimidação, que estão ocorrendo, hoje, em todos os recantos do País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS

(PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os 38 dias de trabalho – propostas, discussões, debates, controvérsias, comissões, grupos e plenário – que vivemos em fevereiro e março constituem, sem dúvida o primeiro passo para chegarmos à esperada votação da nova Constituição para o País. Esse foi um ponto alto. Não se viu qualquer disputa pequena. Não houve qualquer momento menor. Tudo que aqui se discutiu foi resultado de convicções pessoais, de posições partidárias, de convicções ideológicas, de estratégias distintas, todos acreditando – tenho certeza – estar com a melhor fórmula para levar o País a se tomar uma grande nação.

Afinal, vencido o impasse, a assembléia atravessou o Rubicão mas tudo isso não foi senão uma **avant premiere** do acontecimento principal, que terá muito mais amplo, extenso e profundo debate, muito mais acirrada a controvérsia no processo de elaborar e votar a nova Constituição.

Entramos agora num compasso de espera. Mas que não haja solução de continuidade neste trabalho, porque enfrentaremos a folhinha. Enfrentaremos a corrida contra o tempo dentro do nosso compromisso de dar, ainda neste ano, seja em 7 de setembro, em 15 de novembro ou mesmo em dezembro, nova ordem jurídica, política, econômica e social ao Brasil.

O Presidente da Assembléia promulgará o Regimento Interno e, depois disso, convocará os partidos para a indicação de seus representantes nas oito comissões e 24 subcomissões. Ai, então, o prazo começará a correr, e entraremos no processo de fluxo cronológico que nos imporá o rit-

mo de trabalho do qual teremos que sair com a nova Constituição para o Brasil.

E como será esta Constituição? Não há indícios de que ocorrerá uma revolução no processo constitucionalista do País. Nada se revelou até agora, fosse pela composição das bancadas e dos grupos, fosse pela natureza dos debates, ou ainda pelo resultado das votações, no sentido de que a Assembléia eleita pelo povo em 15 de novembro promoverá uma mudança revolucionária. Não se vêem Indícios repito, de que ocorra um processo revolucionário. Mas não é possível que, ao elaborarmos a nova Constituição, nos limitemos a passar a limpo a realidade que aí está, pois ela tem de ser mudada. A existência da Assembléia Nacional Constituinte – sua própria razão de ser – é sintoma, uma demonstração eloqüente de que o povo quer mudar. Não fosse assim, não haveria necessidade de uma Assembléia Constituinte: ficaríamos com a Constituição outorgada pela Junta Militar e remendada depois. O povo quer mudar, e todo o poder que a Constituinte terá para elaborar a nova Carta resulta do desejo explícito do povo de mudar e não de conservar tudo o que aí está, mesmo porque, se conservarmos tudo e apenas dermos à realidade atual uma forma jurídica, sem nada mudar, sem caminharmos no sentido do progresso social e político – sobre tudo social – então não terá valido a pena a eleição da Assembléia Constituinte, não se justificará a nova Constituição, pois não haverá, aí, regime de exceção para ficar com a responsabilidade, não haverá militares a quem atribuir a responsabilidade por uma situação que o povo não deseja. Assim, todo o déficit dessa reação recairá sob nossa responsabilidade.

Este o desafio da Assembléia Nacional Constituinte: ir ao trabalho, enfrentar o fluxo cronológico e sair, ainda neste ano, com uma Constituição que mude este País para melhor nos planos políticos, econômico e social. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Solon Borges dos Reis o Sr. Mauro Benevides – Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá – Secretário.

O SR. PRESIDENTE – (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Santana. (Pausa.)

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aqueles que acompanham a evolução do processo político na América Latina não devem ignorar a existência do Grupo de Cartagena. Como sabem V. Ex.^{as}, esse grupo é constituído por onze países latino-americanos – Brasil, Argentina, México, Venezuela, Colômbia, Uruguai e outros. Seu objetivo principal é discutir o endividamento da América Latina e as possíveis soluções que se poderão alcançar mediante seu trabalho. Esse grupo desenvolve um trabalho eminentemente político, porque tem o objetivo final de conseguir não só a ampliação dos prazos da dívida de todos os países da América Latina, mas, sobretudo, a redução dos **spreads** e das taxas de juros. Em verdade, o que ocorre com todos eles é a marcha definitiva para a inadimplência, se continuarem os banqueiros internacionais com essa voracidade insaciável, cobrando juros monstruosos e taxas de risco também elevadíssimas.

Joelmir Betting, em livro onde fala de juros subversivos, prevê, fatalmente, para o ano de 1987, a moratória geral na América Latina.

Ora, este enfoque que o Grupo de Cartagena procura dar ao endividamento dos países latino-a-

mericanos é justamente o mesmo que o Governo brasileiro tenta dar agora à negociação com os banqueiros Internacionais – e aí aparecem os que aconselham o caminho tradicional do Fundo Monetário Internacional.

Mas todos os países do Terceiro Mundo, não só da América Latina, como da Ásia e da África, têm ido ao Fundo Monetário e lá recebem as receitas que os levam à recessão. Alegam uns que a França, a Inglaterra, a Iugoslávia foram ao FMI. Mas é preciso saber em que condições a Inglaterra e a França podem enfrentar o Fundo Monetário Internacional, porque são países que realmente comandam o sindicato que se chama FMI. Apesar de esse sindicato estar constituído por 179 nações, quem manda mesmo nele são os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Alemanha Ocidental, o Japão, a Suíça e talvez um pouco a Itália. Esses países comandam as decisões do Fundo que beneficiam os bancos que a eles pertencem. Daí estarmos, naturalmente, em discordância – e é pena que S. Ex.^a não esteja presente – com o artigo que o ex-Ministro da Fazenda Delfim Netto, fez publicar num jornal de Tóquio especializado em economia, o "Nikei". Nele o Sr. Delfim Netto critica as nossas posições. Segundo Silvio Faria, correspondente especial de "O Globo;" que acompanha a missão do Sr. Ministro da Fazenda, o artigo contribuiu muito para o endurecimento dos banqueiros japoneses em relação às nossas discussões na área daquele país do Oriente.

Ora, não nos parece que seja interessante ao Brasil que um ex-Ministro, no momento em que um Ministro está a discutir novas condições para o nosso endividamento, coloque as questões justamente em sentido contrário àquelas que hoje nacionalmente estamos advogando: o enfrentamento da dívida, sobretudo no sentido político. Daí a orientação das autoridades que viajaram de procurar não os banqueiros, mas, sim as autoridades governamentais dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Itália, Suíça e outros.

Segundo um mapa da "Folha", as portas nos foram fechadas nos Estados Unidos e Inglaterra, mas, na área europeia, nas negociações com a França, Alemanha Ocidental, Itália e Suíça, há perspectivas de que esses governos cheguem a entender a posição brasileira.

Ora, meus queridos companheiros Constituintes, diz-se que o Fundo Monetário Internacional é um caminho para que haja dinheiro novo. Mas esse dinheiro novo certamente viria nas mesmas condições do velho, isto é, submetendo-nos às imposições do Fundo. Eles nos abririam os chamados empréstimos ponte, de quatro a seis bilhões de dólares, e, de nossa parte, apenas com esse dinheiro, deveríamos pagar os juros que estamos devendo. E mais esses empréstimos seriam incorporados à dívida de centro e dez bilhões de dólares. Portanto, continuaríamos a pagar os mesmos juros e as mesmas taxas de risco. Pergunto a V. Ex.^{as} para onde nos levará este caminho? E respondo: para um, endividamento cada dia maior, como um rolar de bola de neve.

Dentro de dez anos, se assim continuarmos, o País terá de entregar a metade de si mesmo, para poder cumprir o pagamento da dívida externa. E com isso nós, brasileiros, não concordamos. Acharmos que a questão deve ser discutida internacionalmente. Os atuais defensores da posição "fundista" parecem não ter lido nenhum documento de Sua Santidade o Papa. Digo ao Papa, porque há um documento da Pontifícia Comissão "Pax et Justitia", com sede no Vaticano, dirigida

pelo Cardeal Etchegaray, de origem francesa. Pois bem, nesse documento, transcrito, a nosso pedido, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte do dia 19 de fevereiro, páginas 341 a 347, as autoridades do Vaticano reconhecem claramente que é impossível aos países pobres continuarem pagando essas taxas elevadas, não só de risco, como de juros. Observem V. Ex.^{as} que até o Vaticano já chega a essa conclusão.

Mas talvez o Sr. Delfim Netto pergunte quantas divisões tem o Vaticano. Decerto ele não tem nenhuma, não possui nenhum engenho atômico. Mas ninguém pode negar que a posição assumida pelo Vaticano em relação à dívida do Terceiro Mundo é muito importante, porque coloca a questão em termos de uma renegociação geral que vise, sobretudo, à redução das taxas e ao alargamento dos prazos. E mais: propõe até que os países pobres tenham suas dívidas canceladas, a exemplo do Peru, Gabão e outros.

Ora, meus amigos, já assistimos, no Parlamento europeu, a posições muito mais avançadas que aquela que aqui estamos defendendo. Ademais, também sabemos que o Parlamento italiano, a partir de janeiro do ano passado, colocou a questão do endividamento externo como problema que interessa a todos os países do mundo, propondo que a Itália, como membro da Comunidade Econômica Européia, lidere um movimento para a discussão geral da dívida do Terceiro Mundo. O Parlamento Italiano defende o cancelamento da dívida dos países pobres e sugere que os prazos para o pagamento das dívidas, mais os juros de outros países, sejam ampliados.

Pois bem, enquanto os países europeus, o Parlamento europeu e o Vaticano assumem posições que condizem exatamente com a posição que hoje queremos assumir, há brasileiros que continuam querendo discutir a questão da dívida externa do ponto de vista puramente técnico, como quer o FMI. Por este caminho, nós, brasileiros, estaremos selando definitivamente a nossa dependência à banca internacional. (Palmas.)

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, ao se aproximar o dia 15 de março, quero transmitir aos nobres governadores eleitos meus votos de pleno êxito na concretização de seus objetivos, em especial ao Governador Epitácio Cafeteira, do Maranhão.

A esse homem público quero dizer que, na Câmara Federal, estarei a seu inteiro dispor, para ajudá-lo a atingir seus mais nobres e sagrados ideais, em prol dos maranhenses, principalmente dos mais necessitados. A pobreza que mancha nosso Estado requer, sem dúvida uma ação conjunta dos parlamentares do Maranhão em torno do Sr. Governador. Recebeu S. Ex.^a mais de um milhão de votos, dados de bom grado pelos maranhenses, na esperança de dias melhores, para que finalmente haja progresso em todos os setores: agricultura, pecuária, transporte, saneamento básico, energia, habitação, saúde e trabalho. Que se concretize a implantação de novas indústrias, para erradicação do desemprego; responsável maior pela miséria do nosso Estado.

Urge, ainda, que o novo Chefe do Executivo estadual ajude o Governo Sarney na implantação da reforma agrária, esforço que, de uma vez por todas, poderá pôr fim ao êxodo rural na região, causa principal dos bolsões de pobreza ali existentes, sobretudo em São Luís, eis que propicia as invasões, com sua favela etc., prova nítida do sofrimento e da dor de nossa gente, com o que não concordamos e que tampouco aceitamos.

Por isso, dirigimo-nos ao Sr. Governador, implorando a Deus que lhe dê a sabedoria necessária para que governe o Maranhão com justiça e equidade. Ele já deu provas suficientes de que o ama e lhe quer bem: as crianças que choram necessitadas clamam por Cafeteira; as mães que contemplam o choro dos filhos clamam por Cafeteira; os pais desempregados clamam por Cafeteira. Por que toda esta confiança? Porque, através da sua longa vida pública, S. Ex.^a sempre se houve com responsabilidade, preocupado com o povo que sempre o elegeu, tratando-o com carinho e admiração.

Por tudo isto, o Maranhão abre seu coração nas justas homenagens que presta a S. Ex.^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PMDB – BA Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero, neste instante, trazer a minha voz de protesto pelo que está acontecendo nas refinarias de petróleo, e com a nossa frota mercante. Inexplicavelmente, o pessoal da Marinha Mercante, que necessita de aumento, de reposição salarial, teve os fuzileiros navais para impedirem sua saída dos navios, como se sair do navio caracterizasse o abandono do emprego. Então, falta água, falta comida. Que situação estranha neste País!

O pessoal das refinarias de petróleo faz uma vigília para reivindicar melhoria salarial. Como não reivindicar melhoria salarial com os juros bancários que aí estão, com a inflação que retorna: Os trabalhadores têm que se juntar e reivindicar reposição salarial – não é aumento salarial reposição da perda salarial – porque não dá para manter a família como mesmo salário. Em consequência, o Exército do meu País – pago com o suor, com trabalho, com imposto do meu povo – ocupa refinarias.

Não posso ficar calada. Não aceito. O trabalhador tem direito de lutar para melhorar sua condição de trabalho. Todas as refinarias estão sendo ocupadas, até mesmo as fábricas de asfalto.

Acho que o Exército está exorbitando de sua função. Protesto pelo fato de isso ter sido feito com solicitação do presidente da companhia e com apoio do Presidente da República. Não posso ficar calada, repito.

Quero, neste instante, hipotecar minha solidariedade ao pessoal que está ilhado nos navios – a esta altura já com fome e com suas famílias em dificuldades – e aos sindicatos que estão mantendo a luta dos trabalhadores. Realmente, o sindicato tem de lutar pelo trabalhador, mas no instante em que marca uma vigília, o Exército invade as refinarias. O Exército existe para proteger o País nas lutas externas, não para invadir companhias. Fuzileiro naval não é treinado para cercar navios nem para tomar conta de portos.

Queremos que esta Constituinte marque esta posição: o Exército, as Forças Armadas existem para defesa externa do País. Para outras questões temos a polícia, há a possibilidade de diálogo, e esta Casa está aberta ao diálogo, para dar apoio ao Presidente, a fim de que se mantenha a democracia.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. ALEXANDRE PUZYNA (PMDB – SC Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, assomo a esta tribuna lembrando um nome significativo para mim: Rivaldo Macari, jovem entusiasta, trabalhador, desconhecido para a maioria, que em Santa Catarina é Deputado Estadual. Hoje repousa miseravelmente numa ca-

ma, vítima de um acidente automobilístico, paralisado da cintura para baixo.

Ontem ouvi atentamente o ex-Governador Antônio Carlos Konder Reis falando sobre a BR-101, a estrada da morte. Realmente, teremos em pouco tempo muitas outras rodovias nessa situação. Conversando com o Ministro Reinaldo Tavares, S. Ex.^a nos dizia que não temos recursos, precisamos improvisar, convocar a iniciativa privada, para que depois possamos cobrar o pedágio.

Nós, catarinenses e brasileiros, estamos de acordo, mas é simplesmente uma ponta de um grande **iceberg** essa BR-101, por onde passam pasmem V. Ex.^{as}! – em certos trechos, 25 mil veículos por dia, aproximadamente vinte por minuto. É uma loucura. Tenho certeza de que não é a duplicação que irá arrefecer o ânimo dos motoristas, porque mais e mais veículos são jogados a cada dia nas estradas. Diria, então, que isso é fruto de uma imprevisão administrativa que há muitos anos relegou a um segundo plano as ferrovias. Precisamos ressuscitá-las. E é este o termo exato. Se hoje existem ainda ferrovias, é graças ao espírito dinâmico de um Osires Stenghel e de muita gente que tem trabalhado, porque aos poucos foram sendo retirados todos os recursos destinados a esse meio tão dinâmico e tão eficaz de condução de nossas riquezas.

Srs. Constituintes, não é só aí que o País peca. A situação atual é realmente fruto de falta de discernimento em termos de prioridades. Hoje estamos à beira de uma catástrofe por falta de tino administrativo – e isso vem ocorrendo ao longo dos anos. Até parece que temos que cobrir outra vez o Brasil para redescobri-lo todos juntos, unidos, pensando, de fato, que há possibilidade de uma nova revoada para a liberdade; liberdade que só se atinge com atos concretos e não com uma dívida externa que está sufocando todos os brasileiros.

Não é digno de ninguém o que está ocorrendo com a classe operária e, de maneira geral, com todos nós, brasileiros.

Precisamos lembrar que o primeiro passo para um bom Governo não é uma Constituição. A mentalidade de todos nós, brasileiros; deve ser mudada, em termos de responsabilidade, de direito ao trabalho. Temos obrigação de fazer alguma coisa.

Meus Constituintes, muito obrigado. (Palmas.)

O SR. HERMES ZANETE (PMDB – RS – Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente; Sr.^{as} e Srs. Constituintes, votamos ontem o Regimento interno da Constituinte. É por demais evidente que ele resultou de ampla composição política, de um entendimento, especialmente entre os setores mais à direita que formam esta Assembléia. Com um grupo de Deputados e Senadores Constituintes votamos "sim" ao § 7º da proposta do eminente Constituinte Maurílio Pereira Lima, consciente de que precisávamos desobstruir o caminho para podermos prosseguir o trabalho da elaboração da Constituição, conscientes, igualmente, de que não se estava, em nenhum dos dois textos propostos, ressaltando a soberania da Constituinte.

Na verdade, esta Constituinte, depois da forma como ocorreu a aprovação do seu Regimento, com a evidente e confessa intromissão do Poder Executivo, esta Constituinte não tem, pela definição constitucional da sua convocação, o mesmo grau de soberania e liberdade do momento em que foi convocada. Capitulamos. Esta Constituinte cedeu.

Pode balançar a cabeça o meu companheiro de partido, em sinal de reprovação, pois digo isso

com o máximo de tranqüilidade e com a mais profunda convicção.

E digo mais a este companheiro: no momento em que os Constituintes – alguns deles com liderança e representando grupos de poder do meu partido – foram negociar com o Poder Executivo, abriram mão da soberania desta Assembléia.

Negociar entre as forças políticas que compõem a Constituinte é aceitável. Temos de reconhecer que aqui estão representações de diferentes segmentos políticos nacionais. Discutir, transigir, nas forças que compõem a Constituinte, é legítimo e é soberano; transigir, porém, nas negociações com o Poder Executivo é capitulação, é submissão.

Por isto, esta Assembléia, depois do que ocorreu ontem, não tem nem merece ter a mesma definição constitucional da Emenda Constitucional nº 26, que aqui aprovamos.

Ao mesmo tempo em que isto se passa, devo dizer que muitas vezes, durante os vinte anos da ditadura militar, eu, em quatro anos, aqui, desta tribuna e, antes, como militante sindical brasileiro, condenei a repressão e a violência do Governo da ditadura e dos generais contra os trabalhadores.

Por outro lado, enquanto o Poder Executivo praticava essa ingerência indevida aqui, na Constituinte, ordenava a mais rude repressão, a mais violenta intervenção das Forças Armadas contra os trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente, vou concluir, mas não sem antes dizer que a ocupação dos portos e dos navios pela Marinha, a ocupação das refinarias pelo Exército estão, evidentemente, colocando este País numa outra dimensão. Não sei bem o que ocorrerá, mas é possível prever que não se passarão muitos dias e estaremos, de novo, cercados aqui, como o estivemos há poucos anos.

Por isso, quero manifestar, desta tribuna, minha solidariedade aos trabalhadores que estão sendo vítimas dessas violências; quero dizer ao Sr. Presidente José Sarney que não estou aqui com dobradiça na espinha para dizer "amém" a tudo o que ocorreu, como o fez o partido da ditadura militar. Desejo ajudar o Governo do meu partido e, em querendo isto, pretendo afirmar que os atos que estão sendo praticados agora constituem uma violência contra a democracia e representam a antítese daquilo que queremos construir. Não podemos aceitá-los. Esta violência acabará desabando sobre todos nós.

Manifesto e reafirmo minha solidariedade aos trabalhadores do meu País e digo ao Presidente Sarney que, ao invés de S. Ex.^a se intrometer na Assembléia Nacional Constituinte, para a qual não foi eleito, cuide da economia deste País, que está em situação de descalabro; que S. Ex.^a cuide de seguir o conselho que lhe deu Milton Campos e, ao invés de chamar a polícia, chame o trem pagador; ao invés de permitir o assalto ao salário dos trabalhadores, retome os compromissos históricos do PMDB.

Não é este o PMDB com que sonhamos; não é este o Governo que prometemos ao povo. (Palmas.)

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB-SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nobres Srs. Constituintes, já na Legislatura passada, li na qualidade de membro da Comissão de Segurança Nacional, ofício do então Ministro do Exército colocando-se contrariamente a que soldados e cabos das Polícias Militares dos Estados, bem como soldados, cabos e fuzileiros navais tanto do Exército quanto da Marinha e da Aeronáutica tivessem

direito de votar. À época, verberei, aqui, a ingerência daquele Ministro em assuntos que diziam e dizem respeito exclusivamente ao Congresso Nacional. Emenda de minha autoria nesse sentido dorme, contudo, o sono solto da eternidade. E agora, já em nível de Constituinte, em um novo tempo, com a soberania, que se proclama da Constituinte, observei, igualmente, nos jornal deste País, a ingerência de elementos ligados às Forças Armadas – coronéis e generais – opondo-se ao direito de votar que, democraticamente devem ter soldados e cabos das polidas Militares do Exército da Marinha e da Aeronáutica.

Eis um problema para a Constituinte. Aceitar uma ingerência indevida e que, na verdade, impede o andamento democrático, representará, aqui a escolha, do caminho mais torpe que se poderia desejar. Uma posição em favor da democracia, uma boa sugestão para que a norma democrática seja a mais pura e objetiva, esta, sim, poder-se-á aceitar. Agora, portanto, quando se prepara a instalação das comissões técnicas da Constituinte é bom repetir, desta tribuna, não para alertar os Constituintes – estes já estão mais do que alertados – mas para fazê-los sentir nosso ponto de vista em relação a alguns problemas básicos que devem ser repisados, cantados em verso e prosa Para nós é questão fechada: os soldados, que hoje não votam, vão ter que votar, quer queira quer não queira o Sr. Ministro do Exército; vão ter que votar, quer queira quer não queira o Sr. Ministro da Marinha; enfim, quer queira quer não queira qualquer um dos que ocupam os mais altos cargos desta República, inclusive o seu Presidente. A verdade é que o voto dos cabos e soldados das Polícias Militares dos Estados, assim como o dos bombeiros e demais militares que hoje não votam, é imprescindível.

Perseguiremos, pois, aqui, esta linha de ação, menos para compelir do que para fazer sentir aos Srs. Constituintes que, na verdade, ninguém poderá deixar de votar numa nação, muito menos aqueles que se enquadram numa estrutura organizacional que diz respeito à proteção do Estado e dos melhores valores da sociedade brasileira.

O SR. JOSÉ EIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, o que se vê hoje na questão dos juros bancários no Brasil não tem paralelo na história deste País. Há alguns meses, se alguém falasse em juros de 15% ao mês, seria tachado de usuário e agiota. Hoje os bancos estão cobrando taxas de juros que variam de 20 a 30% mensais. É a agiotagem oficializada, sem protestos, sem reclamações e, sobretudo, sem que as autoridades da área econômica tomem qualquer atitude ou providência.

Alega-se que essa alta taxa de juros é devida ao lançamento de títulos pelo Banco Central, com remuneração pré-fixada, baseado numa inflação hipotética, cujo componente psicológico é o que tem maior peso na estimativa. Conseqüência disso é que os juros foram sendo tocados para cima, criando-se uma situação anômala onde eles puxam a inflação, e não o contrário, como ocorre habitualmente na economia.

Os juros socialmente justos deveriam ser aqueles que levassem em conta a inflação, mais o chamado "spread" que é a taxa de risco dos banqueiros – pois os banqueiros jamais trabalham correndo riscos – e acrescidos dos clássicos 1% ao mês. Mais do que isso é usura, e afeta todo o setor produtivo, com profundos reflexos danosos sobre a economia e toda a área social.

Neste quadro, segmentos de pequenos e médios portes dos setores agrícola, industrial, comercial e prestação de serviços, são os mais penalizados, devido a natureza de sua própria estrutura, normalmente mais frágil, e, com a permanência de tal situação, cria-se a intranquilidade em grande parte da população que depende, inexoravelmente, do pleno funcionamento destas atividades.

A conseqüente elevação das taxas de juros significa aumentos nos custos financeiros para as empresas, o que lhes proporciona o desestímulo à produção; o aumentado número de insolvências; desemprego crescente; estímulo à estéril especulação financeira, o que conduz o País a uma grave situação de recessão econômica.

Não suportando mais taxas tão elevadas, alguns setores empresariais estão pensando em suspender o pagamento dos seus impostos, e certas pessoas físicas falando seriamente em decretar a moratória de suas dívidas. Se o próprio Governo o fez, alegando exatamente como um dos fatores principais os juros extorsivos, por que as pessoas físicas não poderiam fazê-lo?

É evidente que não pregamos a desobediência civil. Mas quando as coisas chegam a tal nível, essa atitude representa simplesmente um ato de instinto de preservação, pois ninguém consegue sobreviver em tal economia com a agiotagem e a usura oficializadas. Os meios de comunicação têm citado casos de empresários que, nos últimos meses, perderam quase todo o seu trabalho de várias décadas no pagamento de juros. A desobediência civil não é desejável nem aceitável, mas ninguém pode impedir que as pessoas lutem pela sua sobrevivência.

Paralelamente acontece também um fenômeno paradoxal. É que os serviços bancários variam na razão inversa dos seus lucros, pois nunca se viu também o usuário ser tão mal servido nos bancos como na atualidade. Abrir as portas dos bancos às 11 horas e 30 minutos quando o dia já vai pelo meio é inadmissível em qualquer país capitalista. Mas não no Brasil. Não satisfeitos com isso — o que lhes deu a possibilidade de dispensar dezenas de funcionários lançando-os ao desemprego — alguns bancos agora só recebem as contas de água, luz, telefone e outras semelhantes até às 15:30 minutos. Outro dia um leão-de-chácara de um desses bancos impediu-me de entrar no seu recinto às 16h porque eu simplesmente desejava pagar uma dessas contas.

Com o advento do Plano Cruzado I, pela primeira vez os banqueiros sentiram uma mexida em seus cofres. Contra-atacaram: cobraram talões de cheques, DOC, serviços de utilidade pública e até o bom dia.

Hoje as coisas mudaram e estão como os banqueiros gostam. Tentem entrar num banco para se falar em negócios: liteira na porta, abanador humano, cafezinho à vontade e sorrisos largos.

Por quê?

É necessário fazer algo urgentemente para baixar esses juros extorsivos e também melhorar os serviços bancários, ampliando as horas de atendimento. Caso contrário, continuaremos a afirmar aquela frase tão em voga na Velha República: "No Brasil, o povo está morrendo de fome, o empresário morrendo de raiva e o banqueiro morrendo de rir".

O SR. GERSON PERES (PDS — PA Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, eu me pergunto: Está certo o Governo que não integra na sua equipe ministerial um homem da Amazônia?

Nós representamos dois terços do território nacional, somos mais de doze milhões de brasileiros,

os além de constituir a Amazônia a área de concentração das maiores riquezas nacionais, quer no campo florestal, mineral e hidráulico, além de outras potencialidades. E o Governo não tem, na sua equipe ministerial na administração do País, nenhum cidadão que conheça bem essa área para lhe dar suporte, contribuir para a administração do País.

Srs. Constituintes, sinto-me à vontade para falar, porque sou de um partido de oposição, e não compreendemos um governo que não procura integrar todas as regiões Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Essa situação provoca o agravamento das desigualdades entre as regiões, seja com relação à renda **per capita**, seja com relação ao desenvolvimento material das áreas. Daí as injustiças quanto à distribuição das receitas tributárias. Isto é, menos para as áreas carentes e descapitalizadas e mais para as áreas ricas.

Tenho falado sucessivas vezes nesta Assembléia Nacional Constituinte sobre a Amazônia, ora defendendo seu direito na busca de recursos para a continuidade de seu desenvolvimento sócio-econômico, ora pretendendo conscientizar as lideranças políticas com assento na Constituinte para a compreensão patriótica de que a Amazônia também é Brasil — como já dizia o saudoso Prof. Aldebaro Klautau, ora mostrando o quadro atual os de necessidades de sua população, ora revelando que a Amazônia teve apenas momentos de participação direta nos governos da União e que só nesses momentos obteve melhorias para os que nela vivem; ora apelando em favor de sua iniciativa privada, ora protestando contra os esbulhos que se perpetram em nome dela ou contra ela.

Hoje, como Constituinte, amazônida que sou, nascido no Pará, sem pretender intrometer nas atribuições do Poder Executivo, lembraria, para reflexão, ao Presidente José Sarney, esse esquecimento. Dê S. Ex.^a à Amazônia um ministério, pois muito contribuímos para o desenvolvimento deste País. Somos como a vaca leiteira do Brasil: é a madeira que se exporta: é o minério que se vai e ficam os buracos, é o povo cada vez mais pobres, mais desassistido, menos capitalizado. Se não tivermos um homem a soprar nos ouvidos lá do Presidente que a Amazônia também é Brasil, ficaremos cada vez mais pobres.

Daí a razão de nosso apelo, quando vislumbramos no horizonte, a reforma ministerial, que esperamos ocorra para melhor, ou seja, que venha um ministro da Amazônia, já que nos tiraram o que tínhamos.

Lembro este fato à Nova República — responsável por tantos desacertos em tão curto espaço de tempo — porque anula os chavões aqui permanentemente proferidos contra os regimes anteriores.

Lembre à Nova República — repito — que a Amazônia existe; se ela prometeu o pão e deu o Cruzado, que dê agora algo de positivo e concreto, pois até lá nem o Cruzado chegou. (Palmas.).

O SR. VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB — BA. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, hoje a paz reinante nesta Casa nos mostra o avanço que ontem foi conquistado. Após um longo e penoso trabalho, concluiu-se, para nossa tranquilidade e da sociedade, que o Regimento que irá nortear nossos trabalhos na elaboração do pacto social que a sociedade deste País nos confiou.

Não foi uma tarefa simples, Sr. Presidente. Precisam ficar registrados nos Anais desta Casa, para

que amanhã não se conte história fantasiosa, inventada e fictícia, mas a verdadeira, o fato, a realidade daquilo que se passou nesse trabalho, vitória insofismável do nosso partido.

Realizamos um trabalho que dota a Assembléia Nacional Constituinte do melhor documento da história republicana um dos mais avançados regimentos constitucionais da História contemporânea. Se a Constituição que somos encarregados de elaborar não resultar em um trabalho de fôlego e importante, não se debite ao Regimento Interno esta incapacidade. Será nossa a incapacidade de articulação nesta Casa, e de honrar real e seriamente os nossos compromissos, fato de que decorrerá um trabalho que não esteja à altura de nossa gente. Este Regimento é uma peça importante: marca a história inicial desta Constituição e honra os Srs. Constituintes.

Sr. Presidente, houve entendimentos. Assembléia Nacional Constituinte não é uma estufa isolada da sociedade brasileira. Ela tem de comunicar-se com toda a sociedade, entender-se com todos os seus segmentos, inclusive como Executivo. Mas não deve a ele subalternizar-se. Entendimento não significa concessões marcadas pela submissão, mas sim o conhecimento exato. Ressalta-se isso nesta Casa.

Nenhum grupo, isoladamente, radical ou conservador, comprometido com o avanço ou com o passado, poderá redigir esta Constituição. Ela terá de ser o resultado da discussão ampla, séria, correta e digna de todas as forças que têm assento nesta Casa. E é por isso que me congratulo com a Assembléia Nacional Constituinte e também com o povo brasileiro, que, hoje mais tranquilo, vê chegar ao fim a elaboração do documento procedimental, que marca o início propriamente dito dos trabalhos constituintes.

Gostaria de aqui dizer nomes e mencionar percalços que tivemos de vencer. Há aqueles que vieram mandados pelo Olimpo. No começo e para nos alegrar, um simples Cupido, a quem Netuno já havia encarregado de elaborar um simulacro de regimento. Depois, não podendo o Cupido sozinho cumprir o seu trabalho, nos mandou Vulcano, com os defeitos que sabemos ter por dentro e por fora, trazendo na mão a caixa de Pandora, a fim de oferecer a cada um dos mortais um presente. Insuficiente ainda Vulcano, nos vem Mercúrio, que, de pronto, tomou de Cupido o caracás com as setas, e ele ficou imobilizado. Tentou roubar o tridente de Netuno e, mais do que isso, pensou em tomar, além da caixa de Pandora, o centro de Júpiter, para que todos os mortais fossem por ele aliçados.

Mas, Sr. Presidente, peça a V. Ex.^a que me permita continuar no Olimpo, porque faltam figurantes nesta Casa e temos de usar, pela ética, de figuras mitológicas para nos referirmos a eles.

Queremos dizer que Mercúrio não se dá bem com os mortais. Nenhuma associação orgânica ou inorgânica com Mercúrio se presta ao benefício do homem comum. E ele é apenas usado para marcar febre ou amálgamas para a cárie.

Júpiter deu a esse Mercúrio, mensageiro do Olimpo, o caduceu, a vara de Apolo, símbolo da paz entre os mortais, mas a ela se juntaram duas serpentes: as serpentes e a vara são os símbolos do caduceu. E eles estão armados para morder a Liderança do Senado e a da Câmara. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, após o pronunciamento do nobre Constituinte Virgildásio de Senna, quero crer que minhas palavras passam a ser quase que de solidariedade

ao conteúdo do que foi o tema central das idéias expostas pelo nobre Constituinte pela Bahia.

É importante registrar que ontem, aqui, aprovamos o Regimento Interno para a Assembléia Nacional Constituinte e, malgrado as críticas e o descontentamento de alguns, apesar das imensas dificuldades e obstáculos que tivemos de transpor, do penoso processo de discussão, de dissecação, de debate, de encontro e definição de rumos pelos quais tivemos de passar, é importante salientar que esta Assembléia Nacional Constituinte tem o mérito inegável de haver produzido o mais democrático Regimento Interno da história das Constituintes brasileiras. Produzimos um belo documento, resultado de um processo de criação coletiva.

Pode-se discutir muita coisa, inclusive este tema vital, fundamental, da soberania. Mas não há precedente na História do Brasil, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de que uma Assembléia Nacional Constituinte se tenha aberto de forma tão ampla à participação popular como esta. Trinta mil cidadãos têm poder para emendar, basta que sejam cadastrados na Justiça Eleitoral e que estejam no gozo dos seus direitos políticos. Não há registro na história constitucional brasileira de tão notável avanço, de tão extraordinária conquista, fruto de uma obra coletiva que precisa ser registrada e salientada. Esta Constituinte não será resultado apenas de um grupo de doutos, de sábios ou de uma comissão privilegiada. Será uma notável obra coletiva – como disse – resultante de um trabalho quase que microfísico das 24 subcomissões que serão instaladas logo após a aprovação da redação foral do Regimento Interno.

Há um elemento inédito também na história constitucional, que é o plebiscito, que marca outra conquista notável: o funcionamento da Câmara e do Senado subordinados à Constituinte.

A soberania da Constituinte é outra conquista, porque assegura que o Presidente não terá poderes autoritários para gerir o País, assegura que as questões circunstanciais, conjunturais, não reduzirão o espaço da discussão central dos temas constitucionais no bojo do processo constituinte. Mas é importante salientar também que pela primeira vez na história constitucional se abre o debate para a sociedade através das audiências públicas.

E quanto à soberania, é da maior importância observar que, se os termos do Regimento não são bem aqueles com que sonhávamos e pelos quais lutávamos, aprovaremos e exercitaremos a soberania na hora que for necessário.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de salientar que mesmo aqueles que fizeram críticas contundentes desta tribuna colaboraram para esta notável obra coletiva e democrática que é o Regimento Interno, porque mesmo ontem, à 1h da madrugada, quando havia pouco mais de cem Constituintes neste Plenário, não pediram verificação de quorum, porque sabiam que este é um documento precioso, democrático, uma obra política esculpida com a inteligência e o talento político dos Constituintes.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que política se faz com arte, a arte do possível, a arte do necessário e a arte do ideal.

O PMDB não é daqueles partidos que se contentam com o possível e nada fazem pelo ideal; também não é daqueles partidos aos quais só serve o ideal e esquecem o que é possível. Tratamos de garantir o que é possível, fazer o necessário, sem jamais abrir mão da luta permanente pelo ideal.

Muito obrigado.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB-CE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vencida a primeira fase dessa árdua luta que foi a elaboração do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, vamos agora percorrer o caminho que a sociedade brasileira está a esperar de todos nós: a discussão dos grandes temas que preocupam, que afligem e merecem uma resposta de cada um de nós.

Nesse contexto, Sr. Presidente, não podemos desprezar, dentro do princípio federativo, o que está a ocorrer na divisão dos Estados em pobres e ricos, em Estados que tudo têm e outros que precisam viver de mão estendida ao Poder central que concentra a renda nacional e age como se estivesse a fazer favor no atendimento àquilo essencial, que é fundamental para o seu desenvolvimento.

Como nós, Constituintes, teremos a necessária coragem de reclamar da política econômica externa, quando os países ricos ficam a sufocar a economia dos países pobres, se internamente essa mesma prática está a ocorrer em nosso País?

Estamos num plano inclinado, em que os Estados do Norte, do Nordeste e mesmo do Centro-Oeste ficam com receitas insuficientes para atender sequer à remuneração do seu pessoal, suas atividades meios e seu custeio. Como teremos a necessária força para falar em soberania, se negamos a autonomia dos Estados-membros? Não se pode apontar a plenitude da autonomia política e administrativa quando se nega a autonomia financeira.

A História está a nos mostrar, no Nordeste, que não estamos, nem fomos vocacionados para a agricultura e a pecuária, dada a diversidade de um clima que nos é hostil. O caminho natural, o estuário natural a ser seguido seria o da industrialização, o do aproveitamento do turismo, do nosso potencial mineral. Mas isso não ocorre, Sr. Presidente. O que se vê é que a industrialização, que o incentivo ao turismo, se faz exatamente naquelas regiões em que a natureza foi pródiga, tendo em vista a regularidade do clima, e que poderiam ser vocacionadas para a agricultura e a pecuária.

Será que nossa voz não se faz sentir pela densidade, pelo peso de nossa representação, a mercê de um sistema eleitoral em que apenas bancadas nossas vêem, através do tempo, migrações carregarem nossos irmãos para outros Estados e regiões, em busca da sobrevivência?

Agora, quando da elaboração da Constituição da Lei Maior do País, é chegada a hora de repensarmos a distribuição da renda nacional; é chegado o momento de o Poder Central olhar para o Norte, para aquela parte que fica lá em cima no mapa do País, porque não é mais possível que regiões como o Nordeste – tenho repetido tantas vezes – que concentra 30% da população do País, continue a dispor de apenas 12% da renda nacional.

Tenho certeza de que cada um dos Constituintes fará com que a distribuição da renda nacional seja o primeiro e grande passo para unirmos a Federação brasileira e alcançarmos a justiça econômica.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Ubiratan Aguiar, o Sr. Secretário, Arnaldo Faria de Sá, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Constituinte Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes): – Tem a palavra a Sra. Constituinte Myriam Portella. (Pausa.)

A SRA. MYRIAM PORTELLA (PDS – Pl. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago hoje à consideração do País, através desta Assembléia Nacional Constituinte, fatos, no meu Estado, o Piauí, considerados graves. Faço-o desta tribuna, destinada ao debate dos grandes temas relacionados com a nova Constituição que vamos elaborar, por ser, no momento, a única de que nós, representantes do povo, dispomos.

Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, registro total desprezo e descumprimento da legislação específica que proíbe contratações e nomeações no âmbito dos Estados e Municípios, por parte do Governo do Estado do Piauí, criando, por isso mesmo, no apagar das luzes da atual administração, graves dificuldades de ordem financeira para o Governo que se vai instalar no próximo dia 15.

Vale destacar, por oportuno, que as contratações e nomeações efetuadas no período em que a lei proíbe, de 14 de maio até a posse do novo Governador, foram todas elas de caráter eleitoral, beneficiando apaganos políticos do Partido da Frente Liberal, no Piauí.

Para se ter uma leve idéia do volume de irregularidades, basta citar, como exemplo, que só na CEPISA – Centrais Elétricas do Piauí S.A., nos últimos 30 dias, foram admitidos, por autorização prévia do Governador do Estado, cerca de 80 novos servidores. Na última semana, com as respectivas portarias de contratações em mãos, chegaram ao posto de saúde do bairro Poty Velho, na zona norte de Teresina, onze novos servidores. O citado posto de saúde, por inexistência de médicos e remédios, não funciona desde 1985. Dos novos servidores chegados, agora, não há um só que saiba sequer aplicar uma injeção.

Recentemente, a Secretaria de Educação fez realizar concurso público para provimento de cargos de Professor Classe "F". Se não bastasse a inconveniência ética, haja vista a instalação de um novo governo a partir de 15 de março, foi publicada uma relação de aprovados na qual figuravam pessoas que nem as provas fizeram. Diante dos protestos dos candidatos, sob o argumento de incorreção, a Secretaria de Educação fez publicar nos jornais uma nova relação dos aprovados.

A par das contratações e nomeações ao arripio da lei, tem ocorrido toda sorte de irregularidades no que respeita a promoções e reclassificações de servidores e mencionados, gerando clima de odiosidade no seio do funcionalismo público estadual.

A coisa atingiu as raias do insuportável de tal modo que o Secretário de Fazenda, Sr. José Harold de Arêa Matos, demitiu-se do cargo, no último dia 9, para não referendar decreto do Governador José Raimundo Bona Medeiros. O Ato consistia na promoção para Agente Auxiliar de Fiscal de Tributos de dois servidores não habilitados. Os beneficiários não puderam participar de um recente teste seletivo interno da Secretaria de Fazenda porque não preenchem os requisitos. Um de deles, Juarez Leitão, é ex-Prefeito do Município de Itaueira, do PFL.

De acordo com declarações do Secretário demitido, "comparando-se com a hierarquia militar, o ato representaria a promoção de um soldado pra tenente". De atos dessa natureza, o Estado do Piauí foi abarrotado nos últimos quatro anos.

O Sr. José Harold Matos falando ontem à Rádio Difusora de Teresina, justificou que deixou o Governo para não referendar mais uma "indignidade". Disse mais, que as despesas à sua revelia acrescidas à folha de pagamento do mês de fevereiro oneraram o pagamento do funcionalismo

estadual em 14 milhões de cruzados acima da previsão de gastos da Secretaria da Fazenda.

A propósito, o jornal "O dia", na sua edição de ontem, coluna Abertura, destaca o seguinte: "A demissão, pelo menos no que concerne à imagem de Haroldo como funcionário da Pasta que dirigiu" – o ex-Secretário é do quadro de Agente Fiscal de Tributos Estaduais – "o deixa bem junto aos colegas, pois a grande maioria deles se opôs e se opõe ao ato político que o ex-Secretário se negou a dar cumprimento. Tanto é assim que todos os seus auxiliares mais imediatos, inclusive o Subsecretário" "...colocaram os respectivos cargos à disposição do Secretário nomeado para substituí-la..." "titular da Secretaria de Administração – e não aceitaram ponderação para reconsiderar, mesmo em se tratando do exíguo prazo de quatro dias que marcará o fim deste Governo e a conseqüente assunção do novo, eleito a 15 de novembro do ano passado."

Ainda de acordo com o mesmo jornal, são 12 mil os servidores admitidos, promovidos, reclassificados ou em disposições irregulares, comprometendo, de maneira desastrosa, a despesa do Estado com pessoal. A folha de pagamento do mês de fevereiro ultrapassou a soma de 250 milhões de cruzados, embora 70% do funcionalismo ganhe menos do salário mínimo.

O atual Governo do Piauí, como se observa, está dando ao Estado tratamento de terra arrasada. Aliás, a partir de 1983 vem o Estado num crescente de anomalias e irregularidades administrativas. O endividamento do Estado do Piauí passou, nos últimos quatro anos, de 20 para 180 milhões de dólares. Mal menor, se pelo menos os recursos auferidos com empréstimos internacionais tivessem sido aplicados nos projetos programados. Não se sabe da presença dos recursos contratados com bancos estrangeiros na infra-estrutura estadual. As estradas foram destruídas e a empresa responsável pela eletrificação do Piauí está falida, setores que deveriam ter sido contemplados com esses recursos de acordo com os planos de aplicação que instruíram os processos de autorização legislativa votados no Senado Federal.

É esse, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, o legado da Administração do PFL no Piauí ao novo Governo que se instala dia 15, eleito, graças à resistência do povo do Piauí a um estado de coisas que se aproxima do caos, dentro de uma coligação de forças opositoristas do PMDB e do PDS no Estado, sob a chefia de quatro ex-governadores, que se juntaram pelo restabelecimento da moralidade, dos costumes políticos e administrativos e da própria dignidade do Piauí.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr.^a Constituinte Myriam Portella o Sr. Constituinte Heráclito Fortes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna para tratar do grave impasse que o Decreto nº 93.901, de 9 de janeiro de 1987, acaba de gerar, com a inclusão dos municípios localizados na região sul do Pará no plano de racionamento de energia fornecida pela Centrais Elétricas do Pará – CELPA.

O telex que recebi, e a seguir transcrevo, da classe empresarial de Marabá traça o perfil da angústia e do desespero resultante da impensada medida governamental.

O pretexto do racionamento de energia, explicitado no documento que transcrevo, é indigente de dados técnicos e não encontra arrimo para justificar seu convencimento. No mínimo é de admitir que o Governo pretenda socorrer a miséria com o sacrifício da pobreza. Por que reduzir o já precário fornecimento de energia para uma região afetada pelo isolacionismo geográfico, cujas alternativas foram desativadas pelo próprio estímulo das autoridades, com a indução de que o problema estava definitivamente solucionado com a entrada em funcionamento da Usina Hidrelétrica de Tucuruí?

Nossa pretensão, ao proferirmos este pronunciamento, visa a despertar a atenção do Ministério das Minas e Energia, como a rigor do próprio Governo Federal, para os prejuízos brutais que a polícia do racionamento energético vem provocando, já no limiar da sua execução, através do mencionado Decreto nº 93.901.

Ao registrar o fato perante a Assembléia Nacional Constituinte, faço-o com a certeza de que providências cabíveis, por parte do Governo Federal, serão adotadas de imediato.

Requero, assim, a transcrição do telex subscrito por autoridades municipais e empresários, cujo texto apóio sem restrições, por retratar a expressão da verdade.

Era o que tínhamos a dizer.

TELEX A QUE SE REFERE O ORADOR:

ATT: DEPUTADO JORGE ARBAGE
Prezado Deputado Jorge Arbage, abaixo telex recebi de Marabá sobre racionamento energia elétrica no Sul do Pará. Para mobilizar esforços no sentido de excluir o Sul do Pará deste racionamento que é um verdadeiro absurdo.

"Os empresários de Marabá, através de suas representações de classe, reunidos na sexta-feira passada, decidiram reivindicar a exclusão dos Municípios do Sul do Pará, do decreto nº 93.901 – de 9 de janeiro de 1987, que estabeleceu o racionamento de energia.

Esta conclusão foi possível após longa análise dos efeitos prejudiciais do racionamento com resultados insignificantes para a poupança de energia necessária para a solução da crise nordestina. Segundo a comissão responsável pela mobilização. Os dados disponíveis demonstram que a energia a ser poupada com as cotas estabelecidas pela CELPA, corresponderão a menos de 05 por cento do consumo do Nordeste. Mas significará a inibição do desenvolvimento regional. Os ônus da sobre taxação do kw excedente, estabelecendo assim o ágio da energia elétrica para a região.

A situação mostra-se tão grave, que a mobilização já se estendeu a todos os municípios atingidos pela medida, com total apoio das lideranças políticas e com o estudo de medidas mais energéticas a serem tomadas, caso esta reivindicação não seja atendida.

Entenderam ainda os empresários que não foi sequer computado o prejuízo social da imposição de cotas de consumo, com a retração do crescimento das empresas e a conseqüente diminuição da oferta de empregos e a iminente redução da mão de obra empregada, para atender a restrições, tendo em vista que o kw excedente será cobrado com uma sobretaxa de 1.000 a 1200 por cento a mais da tarifa normal.

Visando expor suas razões e discutir os efeitos negativos da medida, a comissão já

se deslocou aos municípios do Sul do Estado, para manter contatos com as representações empresariais e políticas, para que juntos busquem o apoio do Governo do Estado, para levar esta reivindicação ao Ministério das Minas e Energia ainda na próxima semana.

Participaram da reunião a associação comercial e industrial de Marabá, o Clube de Diretores Lojistas, a sub-delegacia do sindicato dos panificadores representantes do setor hoteleiro, da associação dos madeireiros de Marabá, e os proprietários de hospitais e da associação médica.

Participaram também da reunião o Sr. Prefeito Municipal Hamilton Bezerra, Vice-Prefeita Maria Adelina Braglia, o Presidente dos Vereadores, Onias Dias Ferreira. Atenciosamente, Sérgio Remor.

O SR. SANTINHO FURTADO (PMDB

PR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, agora, no encerramento da discussão do Regimento Interno e sua conseqüente aprovação, dirijo-me a todos os Srs. Constituintes, independente de sigla partidária, no sentido de empenharem-se com todo afinco na derrubada deste que está sendo o maior inimigo da sociedade brasileira, ou seja, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, da exorbitante taxa de juros cobrada pelos bancos de nosso País.

A permanecer a atual situação, a sociedade brasileira inexoravelmente cairá na insolvência. Segundo dados divulgados, hoje, pela imprensa, mais de mil pequenas empresas foram fechadas em conseqüência da alta taxa de juros, sem contarmos com um sem número de pequenos e médios proprietários que já chegaram à insolvência.

Como se não bastasse a extorsiva taxa de juros, ainda nos deparamos com a vergonhosa discriminação com que são feitos os empréstimos bancários. Como sempre, mais uma vez a corda arrebenta do lado mais fraco. Alguns ungidos são favorecidos, em detrimento da maioria da sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, peço aqui, encarecidamente, que todos façam um apelo veemente ao Sr. Presidente da República no sentido de reduzir a taxa de juros, antes que seja tarde demais. Ou caem os juros, ou sucumbirá toda a sociedade brasileira.

Por outro lado, encontramos-nos mais uma vez com os problemas da agricultura. O cafeicultor encontra-se numa situação delicada no momento da comercialização de seu produto, quando sofre um desconto de 340 cruzados sobre o preço da saca de 2200, ficando, conseqüentemente, efetuado o pagamento de apenas 1.800 cruzados.

O milho é outro problema que deve ser olhado com a mesma atenção. De nada adianta o Governo ficar adiando a compra deste produto, e isto tem que ser feito imediatamente, pois senão o prejuízo do lavrador será incalculável.

O Governo deve tomar medidas duradouras no que concerne à política agrícola brasileira. De vê-se olhar com carinho para a classe produtora, tanto no que diz respeito a problemas de preços com também, e principalmente, para a distribuição de recursos no momento exato.

Se isso não acontecer, a redução do plantio no ano de 1987 será catastrófica, e o Governo terá que importar todos os produtos alimentícios, trazendo com isso um enorme prejuízo aos cofres públicos.

Caso não sejam consideradas essas premissas, o produtor terá sua cidadania denegrida e seus bolsos ainda mais vazios.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a comemoração, no último domingo, do Dia Internacional da Mulher significou em todo o mundo uma homenagem universal, participando, no proscênio em que se desenrolou esse justo reconhecimento dos direitos da melhor metade do gênero humano, da mesma vibração humanística que unia todos os seus companheiros, sinceramente gratos por quanto elas, como mães, irmãs, esposas, filhas, mestras, discípulas, companheiras de trabalho e de atividades políticas e sociais têm feito em busca de um mundo só, em que não haja qualquer diferença entre os seres humanos, no campo do direito, das atividades sociais e laborais, das ciências, das artes, das letras, da política e da justiça.

Diz a Psicologia Diferencial que entre os dois e os sete primeiros anos é que se forma o alicerce da personalidade e, nesse sentido, o jovem é um produto da criança. Pois é a mãe, depois a mestra, quem modela a humanidade futura, principalmente na infância e na adolescência. Neste sentido, a continuidade da civilização e da cultura é uma criação da mulher e, em todas as mitologias, de todos os tempos, ela assume um papel excepcional, seja como deusa da fertilidade, como Pomana, ou da sabedoria, como Palas.

Na verdade, nem sempre a outra metade do gênero humano – ou seja, o sexo masculino – correspondeu a essa indispensável colaboração da mulher, num desempenho construtivo admirável, com as homenagens e o reconhecimento merecido. Erigindo-se na condição de *pater familiae*, o homem se reservou toda a autoridade, toda a liberdade, o absoluto domínio dos bens, relegando a companheira a funções secundárias.

Mas esse patriarcalismo sofre exceções, ao menos nos três últimos milênios, desde Aspásia e Safo, na Grécia, a Madame de Montespan, Madame Roland e Carlota Corday, na França; a rainha Elizabeth I, alargando o Império Inglês; a Isabel, a Católica, Assessora do real esposo; à Princesa Isabel, arriscando o trono pela Abolição da Escravatura; a Ana Nery, curando feridos nos campos de batalha. Mais modernamente tivemos Golda Meir, Indira Gandhi e Isabelita Peron, como temos, atualmente, Corazón Aquino e Margaret Thatcher, conduzindo os negócios dos povos.

Neste sentido o Brasil, nas últimas eleições, quintuplicando o número de mulheres na Câmara dos Deputados, para participar da VIII Constituição Republicana, deu um passo que honra a nossa cultura política e abre largas esperanças para a integração de direitos dos sexos, ainda neste século.

É saudando essas colegas, lídimas representantes de todo o povo, que cultuo, neste momento, a democracia mundial, que, conduzida também pela mão feminina, conduzirá a humanidade à paz universal.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, apresento à Assembléia Nacional Constituinte a seguinte proposta: "inclua-se, onde couber:

"Art. Fica reincorporado ao Estado de Pernambuco o território da antiga Comarca do Rio São Francisco, desligado da antiga Província de Pernambuco pelo Decreto de 7 de julho de 1824.

§ 1º No território de que trata este artigo, o Estado de Pernambuco sucede, no domínio, jurisdição e competência, ao Estado da Bahia.

§ 2º Referido território passa a integrar a circunscrição eleitoral do Estado de Pernambuco.

§ 3º A Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Pernambuco passa a ter jurisdição sobre o território de que trata o **caput** deste artigo."

Justificação

Trago à consideração da Assembléia Nacional Constituinte tema que foi objeto do Projeto de Lei Complementar nº 88, de 1983, de minha iniciativa e que atende aos anseios do povo pernambucano: a reincorporação ao Estado de Pernambuco do território da antiga Comarca do Rio São Francisco, desligado da antiga Província de Pernambuco pelo Decreto de 7 de julho de 1824.

Justificando o Projeto de Lei Complementar nº 32, de 1979, que propunha a mesma medida, o então Deputado Fernando Coelho argumentava:

"Pernambuco foi e continua sendo vítima de uma grave injustiça, que o passar dos anos não apaga e faz apenas mais odiosa. Representando o seu povo, não podemos silenciar diante dela – por mais arraigada que esteja, por mais estabelecida que se encontre, por mais irreversível que possa parecer.

"Não foram poucos os que, no passado, por defenderem causas que contrariaram interesses do Poder Constituído, pagaram até com a vida e coragem cívica da sua rebeldia. Ontem criminosos – mortos na força ou espingardeados como Tiradentes, ou Frei Caneca – hoje são heróis, ressuscitados para a posteridade.

"Desde o alvorecer da nossa História, Pernambuco sempre esteve na vanguarda das grandes causas. A insurreição pernambucana, no século XVII, assinalou o primeiro marco de importância na edificação da unidade nacional. Com Bernardo Vieira de Melo, em 1710, sonhou a República, mais de um século e meio antes da proclamação. Quis a Independência, mal começava o século XVII. Na Rebelião Praieira, defendeu conquistas sociais e se insurgiu contra a autocracia e contra o obscurantismo. Libertou escravos, antes da Abolição. Antecipou-se sempre porque antecipar-se tem sido sua vocação histórica e sua predestinação, em todos os tempos.

"Após a Independência, "mais liberal no seu constitucionalismo e mais firme no seu espírito republicano" – como afirmou Barbosa Lima Sobrinho – "nenhuma outra Província a excedia no culto pelas idéias democráticas", segundo a observação de Tobias Monteiro. A causa da independência não havia sido ali uma simples ficção: tinha raízes mais profundas – asseverou Armitage. Enquanto em outros lugares se lutava, apenas, pelo rompimento com Portugal, lá se reivindicava também o reconhecimento das liberdades públicas. Tanto faz ser Colônia de Lisboa como do Rio de Janeiro – escreviam seus jornalistas.

"Dissolvida a Constituinte de 1823, por um ato de força, a Revolução de 1824 marcou a reação do irredentismo de um povo de profundo espírito liberal. Que não se bastava com a simples Independência, mas que a defendera para construir uma nova Nação, livre, constitucional e democrática.

"Derrotada pelas armas, a Confederação do Equador deu os seus mártires, a frente de todos Frei Caneca. A morte desses idealistas, todavia, não aplacou a violência da Coroa: "Tendo chegado ao Meu Imperial conhecimento que o intruso Presidente de Pernambuco Manoel de Carvalho Paes de Andrade, que não tem podido seduzir até hoje mais que um punhado de militares, e de gente miserável sem luzes, sem costumes e sem fortuna da cidade do Recife, e de três ou quatro vilas circunvizinhas, procura levar agora a todos os pontos da Província os mesmos embustes e imposturas, que temerariamente tem assoalhado, mandando emissários para arrastarem ao mesmo abismo, que os espera, os povos inocentes do interior" – era preciso punir Pernambuco, enfraquecer Pernambuco, mutilar Pernambuco.

"Retirou Pedro I, então, do seu território, como castigo à rebeldia, a Comarca de São Francisco, anexando-a à Província de Minas Gerais. Mais tarde, em 1827, determinou sua transferência para a Bahia. Essa situação que ainda agora permanece – cento e cinqüenta anos depois.

"A História, hoje, cultua os mártires de 1824. Viraram nome de ruas e têm seus bustos entronizados nas praças. Mas Pernambuco continua pagando o preço de ter sido berço de heróis. De ter sonhado primeiro com a República. De ter-se oposto à opressão e haver defendido, no Império, uma Constituição que limitasse o arbítrio e resguardasse os direitos dos cidadãos.

Pernambuco jamais aceitou, como fato consumado, essa mutilação do seu território. Na Constituição Estadual está inscrita a sua disposição de reivindicar a antiga Comarca de São Francisco.

"A luta é antiga. Sustentaram-na, entre outros, desde 1827, o Marquês de Inhambupe, João Barbalho, Pereira da Costa, Gonçalves Maia, Estácio Coimbra e, mais recentemente, Barbosa Lima Sobrinho, Arruda Câmara e João Roma.

"Justificando o Projeto de Lei nº 3.011-A, de 1961, que dispunha sobre a revogação dos Decretos de 7 de julho de 1824 e 15 de outubro de 1827, o então Deputado Monsenhor Arruda Câmara afirmou:

"Pernambuco vem, através dos tempos, sendo devorado e mutilado em seu território. De grande Província que era, está reduzido a uma área mínima. E tudo isso, quase sempre, em castigo pelos seus ideais de liberdade, de independência e luta pela República. Foi assim que o Leão do Norte foi retribuído pelo seu heroísmo e pelas lutas e sofrimentos que enfrentou para expulsar os invasores do Brasil e garantir a unidade de nossa Pátria. Derramou seu sangue generoso pela Nação que, em prêmio, retalhou sua carne e fuzilou ou fez morrer nas masmorras seus heróis. O primeiro grito da República na América foi o de Bernardo Vieira de Melo e hoje só as ruínas do Senado da Câmara de ainda relembram as novas gerações, o 10 de novembro de 1710."

"Em 1817 era a luta pernambucana pela Independência que custou à nossa Terra o sangue de seus bravos e a perda do território que se converteu na província, hoje Estado das Alagoas."

"Em 1824 levanta-se Pernambuco na guerra pela República. Era a Confederação do Equador com a bandeira gloriosa dos

ideais de Manuel de Arruda Câmara, pregados no Aerópago de Itambé, O Império afoga o movimento cheio de lances de sacrifício, honestidade e heroísmo no sangue dos pernambucanos e em seguida arranca-lhes a "formosa Comarca de São Francisco", arrebatando-lhes mais da metade do seu território. Pelo Decreto de 7 de julho de 1824, incorpora-a à província de Minas. Como em Minas já fermentavam as idéias republicanas, em 1827, pelo Decreto de 7 de julho tira-a de Minas Gerais e a incorpora à Província da Bahia. Tudo, porém, provisoriamente, e até que a Assembléia fizesse a organização (ou melhor, reorganização), definida das Províncias do Império. Tal reorganização não se fez. Sobreveio a República. O castigo infamante continuou a pesar sobre o velho Pernambuco.

"Parece até que a República nasceu e se consolidou sob o signo da ingratidão e da injustiça. O Imperador Pedro I, no Decreto de 1824, cobriu de baldões e insultos os idealistas pernambucanos. A República não reparou nem os agravos nem o impiedoso e iníquo castigo.

"Por último, a União nos tirou o Arquipélago de Fernando de Noronha e só à custa de nossa árdua luta de vários anos obteve o Estado uma modesta indenização, sendo mister até derrubarmos o veto do Sr. Presidente da República.

"Pernambuco não se conformou, clamou e reclamou sempre. Protestou para interromper a prescrição. Quis reagir no Judiciário. Mas desgraçadamente até hoje seus Governos não têm cumprido, cem por cento, e como era mister, o dever de defender a dignidade e os sagrados direitos do Leão do Norte. São sempre as meias medidas e entendimentos protocolares que nada resolvem.

"A questão deve ser enfrentada, com arrojo, para uma decisão, mesmo que viesse, por absurdo, a ser contrária a Pernambuco. Os agravos à memória de nossos heróis devem ser cancelados dos Anais. O sangue de Frei Caneca e seus onze companheiros de martelo, os doze apóstolos da República, deve receber uma reparação histórica, da República, que não deve ser megera nem madrastra. A Frei Caneca nem ris carrascos oficiais, nem os piores criminosos encarcerados, mesmo com a promessa do perdão e da liberdade, ousaram enforçar. Se a República não o reabilitar oficialmente será igual aos seus fuziladores e um pouco pior do que os carrascos do império que se recusaram a enforcá-lo.

"O que Foi provisório não pode eternizar-se nem passar a definitivo, máxime porque cessada e caduca a condição: "até que fosse feita a reorganização das Províncias", a Comarca devia e deve voltar a Pernambuco.

"Não é possível que o castigo provisório se converta em labéu definitivo e inalterável sobre Pernambuco e seus filhos, pelo crime de amar a liberdade e desejar a República. Nenhum título existe para tão cruel esbulho."

"Barbosa Lima Sobrinho, por sua vez, escreveu sobre o mesmo tema estas palavras:

"Surpreende que a apliquem contra um Estado que esforçadamente se empenhou na defesa da comunhão brasileira, o defensor incomparável do Nordeste, o herói supremo da integridade pátria, pela resistência formidável à conquista neerlandesa. Todos os sa-

crifícios de Pernambuco, no Maranhão, no Rio Grande do Norte, na Paraíba e em Alagoas, a sua própria colaboração na defesa da Bahia, na guerra contra os Aymorés e na resistência a Mauricio de Nassau, nada se recorda. E é contra esse campeão destemido que se articula o argumento injusto e falssíssimo de inércia e de indiferença pelo seu próprio território!

"Assim se recompensam através dos tempos os merecimentos humanos! Bastou que Pernambuco se deixasse levar pelos ideais republicanos, para que o império o mutilasse cruelmente, da mesma forma por que D. João VI já lhe havia tirado a Comarca de Alagoas. Aviação da República não favoreceu o campeão de 1817 a 1824. Os castigos permaneceram em todo o seu rigor. E, se num caso, como o de Alagoas, Pernambuco entende, dentro de sua tradição liberal, que não pode nem deve reivindicar direitos de domínio sobre um Estado independente, no outro seria impossível calar o protesto, pela iniquidade da espoliação, que foi castigo de governos submissos ao primeiro imperador.

"Qualquer que seja o resultado do litígio, Pernambuco sente a necessidade de recordar os argumentos de sua causa, para que se veja como a República soube premiar os seus mártires. Essa mutilação é um título de glória para ele; mas é um labéu de Opróbrio para a República solidária, pela inércia em que se mantém como injustiça histórica da espoliação."

"Como bem observou o ex-Deputado João Roma, em discurso pronunciado nesta Casa:

"A solução do problema da Comarca de São Francisco representa um ato que vai favorecer a Federação, e esta será tanto mais forte quanto mais respeitar o direito dos Estados-membros e mais contribuir sobretudo para a unidade da nossa Pátria, que é destrutível no nosso pensamento cívico."

"A reparação de injustiças, afinal, é uma obrigação que não prescreve. E os que as podem corrigir não ficam isentos de responsabilidade, pelos simples fato de não terem sido os seus causadores. A omissão, nesse caso, passa a ser uma forma de solidariedade com o erro. O silêncio, apoio. A neutralidade, conivência.

"Cabe ao Congresso Nacional reparar a grave injustiça cometida contra Pernambuco. O tempo não pode ser invocado como razão para sacramentá-la. Os pernambucanos confiam na decisão dos representantes do povo brasileiro."

"Com a mesma confiança e pelas mesmas razões que motivaram tão ilustres pernambucanos, espero que a proposição agora apresentada receba a aprovação dos nobres colegas constituintes."

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ocupo a tribuna para apresentar o seguinte requerimento de informações;

"Excelentíssimo Senhor Deputado Ulysses Guimarães.

Eminente Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Na forma que dispõe a alínea "F", do art. 26, combinado com o seu parágrafo único, da Resolução nº 1, requeiro a V. Ex.^a sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Presi-

dente da República informações oficiais a respeito da possibilidade de concluir a estrada que liga Mucuíba ao Açaizal passando por Caju, Nova Brasília, Arapari e Centro do Toninho no Município de João Lisboa.

Essa região, que é responsável pelo desenvolvimento desse Município, se encontra totalmente desativada pelos Órgãos do Governo. É preciso que o Governo Federal, em convênio como Estado e Município, assuma a responsabilidade do ativamente das estradas acima mencionadas, aplicando verbas do Ministério dos Transportes, pois no seu cronograma de Governo não existe nada do nosso conhecimento relacionado a soluções desse problema.

É preciso que se respeite mais a população que ali vive, pois eles contribuem para o crescimento deste País e a criação do Estado de Carajás, cuja capital será a cidade de Imperatriz.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ASSIS CANGTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, enquanto estamos às voltas com a aprovação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, lá fora a Nação soçobra e aos poucos vai perdendo a esperança nos seus homens públicos.

A crise econômica desfechada pela incompetência da equipe econômica do Governo está levando ao desespero não só os assalariados, mas inclusive a classe média alta, em face da falta de uma luz na boca do túnel.

Realmente, o pequeno e médio empresários, os fazendeiros, os agricultores, enfim, todos os segmentos produtivos do País estão desorientados e desarmados, pois não dispõem de dados nem de elementos confiáveis para planejarem os passos futuros.

O Ministro Dilson Funaro, apesar de seu hercúleo esforço, não conseguiu sensibilizar as autoridades econômicas internacionais. Assim, retorna amanhã ao Brasil sem nenhuma expectativa segura para proclamar a senda do Governo, que nos dá a impressão de estar perdido em suas contradições e não possuir uma proposta de governo, ou, se a possui, esta não inspira confiabilidade, e o povo nela não acredita, porque acreditou até demais no famigerado Plano Cruzado, verdadeiro gancho cruzado na economia brasileira e nos brasileiros.

Amanhã, em menos de quarenta dias, os agricultores e pecuaristas mais uma vez irão para as suas vilas e cidades, em mais uma tentativa de sensibilizar os políticos e o Governo para os graves e cruciantes problemas que o setor atravessa. Quando a agricultura e a pecuária estiverem de todo derrotadas e nenhuma esperança mais restar, estaremos de fato mergulhados numa crise sem retorno!

Voltarei ao assunto. (Palmas.)

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL – PA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, o professor, em nosso País, a despeito do relevante papel social que desempenha e que presta a Sociedade, no maravilhoso trabalho de instrução e educação do povo, é sem dúvida bastante discriminado no exercício de seu ministério, principalmente se atentarmos para o fato de que a instrução e educação exigem hoje um número bem considerável de especializações em seus diferentes graus.

Sempre se afirmou que o fundamento maior da instrução nacional é o ensino ministrado no 1º grau, e por gradação, o ensino do 2º grau.

Este Parlamentar foi procurado por um grupo de professores da Escola Técnica Federal do Estado do Paraná, que luta por um princípio justo, cristalino e elementar defendido por todos, qual seja, trabalhos iguais, remunerações iguais, ou melhor, o princípio da isonomia salarial.

Sobre o assunto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, já houve estudo por um Grupo de Trabalho, designado especificamente pelo Exmº Sr. Ministro da Educação, Jorge Bombausen, que concluiu pela apresentação de emenda estendendo a aplicação do princípio da isonomia salarial aos Estabelecimentos de 1º e 2º graus, subordinados ou vinculados ao Ministério. E, Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Educação encaminhará, expediente ao Dr. Aluizio Alves, Ministro-Chefe da Secretaria da Administração, solicitando a inclusão do benefício como emenda aditiva, representada pelo acrescentamento de ao § art. 4º do projeto de lei, a ser encaminhado a este Poder pelo E, na Sr. Presidente da República. E, na impossibilidade, apresentará novo Projeto de Lei.

Nestes termos, aqui fica, Sr. Presidente, o nosso apelo como professor que somos, como Ex-Secretário de Educação do Paraná que fomos, no sentido do pronto atendimento por parte do Sr. Ministro-Chefe da Secretaria da Administração, para que seja consagrado em Lei o princípio da isonomia salarial, objetivo da luta maior dos professores das escolas técnicas federais e agro-técnicas federais do nosso País, e outras, como medida da mais cristalina justiça.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURÍCIO FRUET (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a fim de que a Previdência Social resgate uma grande dívida para com seus segurados no Paraná, precisa, urgentemente, compatibilizar o seu potencial, para poder atender essa clientela com o respeito que merece.

Foram repetidos compromissos assumidos, de um tratamento de respeito humano aos segurados da Previdência Social que não podem continuar descumpridos.

Mas, para que o INPS/Paraná exerça sua função precipita é indispensável compatibilizar sua estrutura, contingente de agentes administrativos e sua rede de atendimento. Esses aspectos básicos não acompanharam o desenvolvimento do Estado do Paraná, celeiro do Brasil. Aliás, se compararmos os Estados vizinhos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fica a evidência da marginalização do Paraná. Sua rede de atendimento é proporcionalmente muito inferior a desses Estados.

A estrutura da Superintendência Regional do Paraná é a mesma adotada como provisória em 1978. Não existem DAL's para chefiar o Serviço de Seguros Sociais das treze Agências criadas e para os postos indispensáveis à disseminação do atendimento. Também não existem HP's para esses órgãos.

O mesmo ocorre com agentes administrativos, que é o problema mais angustiante e que está a exigir uma solução urgente, pois se trata da força de trabalho do INPS.

A Superintendência Regional do INPS/Paraná, após rigoroso levantamento das reais necessidades, pediu o aumento de Agentes Administrativos de 650 para 978. Esse desfalque na sua força de trabalho se reflete em um atendimento deficiente, que nos cumpre evitar. Com relação a rede de atendimento, em Curitiba e Região Metro-

politana, por exemplo, existe apenas uma divisão local de seguros sociais com seis postos de beneficiários especializados. Vale dizer que, uma região com cerca de dois milhões de habitantes, tem um único ponto de atendimento específico, fato que, por si só, evidencia um problema – ponto de estrangulamento – que deve ser solucionado o mais rapidamente possível, e que provoca irritantes filas diante dos guichês.

Há necessidade de que, no plano de metas do MPAS – triênio 1987/89 – se estabeleça a instalação de cinco postos de benefícios integrados, 3 na cidade de Curitiba, em pontos estratégicos, e 2 na periferia, Araucária e Campo Largo.

Tínhamos só vinte agências da Previdência Social no Estado do Paraná. Na Nova República foram criadas apenas mais treze. Entretanto, essas treze agências culminaram por não agradar à clientela, pois:

– Não foram criadas com grupamento médico pericial, o que pode ser contornada com o credenciamento de peritos locais;

– não foram dotadas de estrutura nem de quadro de servidores, e não puderam ser supridas, tendo em conta que as agências em funcionamento não suportariam qualquer aumento de desfalque em seus exauridos quadros;

– lamentavelmente, nove dessas treze Agências foram inauguradas sem contarem com o serviço de seguros sociais. Improvisadamente e como única opção, o representante da Previdência Sócio-Urbana foi recolhido para salvar o INPS de uma omissão. Contudo, a dívida social continua, e grande, com alto risco de decepção;

– Alguns locais estão a exigir uma agência da Previdência Social para um melhor disciplinamento e disseminação dos serviços, destacando-se Araucária e Campo Largo. Além das condições próprias que justificam a melhoria, serviriam para completar o anel previdenciário da grande Curitiba, desafogando, ou melhor, disciplinando o atendimento dos segurados, com menores deslocamentos;

– São Mateus do Sul e Campo Largo, são ambos grandes centros, com respeitáveis parques industriais, o primeiro, com a PETROBRÁS explorando o Xisto, e o segundo, capital das louças;

– Rio Negro, grande centro madeireiro e sede de uma enorme indústria, a Souza Cruz, também serviria para disciplinar a divisa Paraná/Santa Catarina. Hoje, Santa Catarina invade o território do Estado do Paraná até Quitandinha. Nessa divisa, existe apenas a Agência de Mafra – SC. Antigamente, havia uma compensação pela nossa Agência de União da Vitória, terminada pela criação da agência de Porto União – SC;

– Durante a Nova República, foram criadas apenas quatorze representações, restando ainda 71 municípios sem nenhum recurso da Previdência Social, dentre eles, diversos com mais de dez mil habitantes, existindo, também, os de mais de vinte mil habitantes com essa lacuna. Temos a considerar, o Plano de Ação Integrada de Saúde, dificultado em 44 dessas localidades, pois a emissão do cartão de identidade de beneficiário – CIB – deveria ser feita pelo representante da Previdência Social. Nesses 44 municípios existem hospitais e eles não contam com PAM – Posto de Assistência Médica, nem representantes da Previdência Social.

Face às razões expostas, reiteramos ao Ministro da Previdência Social a adoção de urgentes medidas, visando à solução dos problemas existentes, que geram um clima de falta de credibilidade e, principalmente, provocam um atendimento falho aos contribuintes.

O SR. MÁRCIO BRAGA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, tive a felicidade de chegar a esta Casa em momento de rara importância da história nacional. Vivíamos os últimos estertores do período ditatorial, de triste memória, e chegavam as forças opositoras à hora decisiva das articulações que culminavam com a campanha das Diretas e com as eleições de Tancredo/Sarney pela via indireta do Colégio Eleitoral.

Eram dias de passionalidade, de geme nas ruas, de mobilização intensa, de oratória radicalizada, de pressão e de ebulição. Pois, bem, do mesmo modo eram dias de conversa racionalizada, de negociação, de ponderação responsável sobre a utilização equilibrada de cada arma.

Discutimos, divergimos, muitas vezes exaltamos-nos. Jamais nos dividimos no essencial. Jamais perdemos de vista o horizonte maior da luta: a consolidação da democracia, a busca da justiça social, a soberania da Pátria.

Demos provas inquestionáveis de maturidade. Elegemos Tancredo Neves e Sarney edificamos a mais ampla frente política já constituída no Brasil. Demos substância política ao Governo capaz de avançar efetivamente no sentido da democracia, de trabalhar vigorosamente rumo ao resgate da imensa dívida social e de enfrentar de forma alta os compromissos externos, negando-se, terminantemente, a negociar a soberania nacional. Enfim, concretizamos um somatório de forças políticas suficientes para a transição, para a renegociação soberana da dívida externa e para a reconstrução de um pacto institucional e social baseado na liberdade e na justiça social, o que nada mais é, em forma e conteúdo, que a convocação da Constituinte, livre e soberana, para qual a fomos eleitos.

À frente do referido processo opera o Governo Sarney, fiel depositário de todos esses compromissos, enfrentando com coragem inquestionável as dificuldades que a nós se colocam, coragem, entretanto, que cresce na razão direta de nossa maturidade, na medida em que não perdemos de vista os horizontes de nossas lutas. A soberania da Constituinte é corolário de soberania do País. Sobre esta residem o apoio e a sustentação do Governo. Esta não se questiona, não se negocia, é preliminar de toda e qualquer discussão.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, voltei a esta Casa e faço hoje meu primeiro pronunciamento como Constituinte, livre e soberano, para partilhar da formulação no nosso pacto constitucional e social, cuja independência, inquestionável, não está em jogo. Permaneço, entretanto, na condição de líder e representante político eleito para fortalecer e sustentar o processo de democratização do País que viabiliza a Constituinte, que tem como preliminar a soberania do País.

Assim, como quando aqui cheguei, pelo que vejo, vivemos dias de passionalidade, de oratória inflamada, de pressão e de ebulição. Pois bem. Que continuem sendo dias de conversa racional, de negociação e de ponderação responsável. Do contrário, serão dias de mobilização, de gente na rua – mas, desta vez, contra nós – de mobilização interna e externa contra a democracia e o resgate da dívida social, contra a soberania nacional.

Discutamos, exaltemo-nos, se necessário. Mas não nos dividamos jamais no essencial. Não percamos de vista que nossa unidade é a premissa de sustentação não apenas do Governo, mas principalmente da soberania do País.

Tenhamos esta dimensão de nossa tarefa. Só e tão somente nós, lideranças partidárias, somos

capazes de forjar tal sustentação. A soberania da Pátria e a dívida social são questões de Estado. Certamente o são. Mas somente é interlocutor e instrumento de mudança representativo e forte, na democracia que se consolida agora, o Estado respaldado pela sociedade civil em sua magnitude.

Para terminar, Sr. Presidente, desejo citar a sábia lição que nos deu esse grande Líder, figura ímpar que é o Deputado Ulysses Guimarães ao dizer: "A Pátria é o povo e o povo vencerá".

Era o que tinha a dizer.

O SR. DENISAR ARNEIRO (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, "Apoteose do Nada", título sugestivo para época de carnaval. Ocorre que este título não é carnavalesco, mas sim uma análise muito bem fundamentada feita pelo "Jornal do Brasil" em seu editorial do dia 28 de fevereiro, exatamente no sábado, quando do início das folias do Rei Momo.

Para que o povo brasileiro tenha sempre em mente o que foi esse desgoverno, esse desastre administrativo e financeiro no Estado do Rio de Janeiro é que desejamos fazer a leitura deste editorial, fazendo, assim, parte dos Anais desta Casa.

"Jamais poderiam os romanos supor que uma sentença pudesse atravessar tantos séculos para cair, como uma carapuça, sobre a cabeça do Governador Leonel Brizola em 1987: prova-se que o fim realmente coroa a obra. Em latim, "finis coronat opus." O estouro do Banerj coroa um estilo desastroso de administrar a coisa pública.

Não custa lembrar o que tem sido a administração e o administrador. A administração do Estado do Rio tem como saldo de quatro anos um Sambódromo feito mais para mostrar velocidade de construção e desperdício do que a necessidade da obra. Nada mais adequado do que citar, neste carnaval, a obra concebida para realizar esse lado do Rio para fora, em detrimento das grandes carências sociais e administrativas que nos deprimem. A administração Brizola, da mesma forma que o seu conceito de submeter as escolas de samba a uma apoteose, chega ao fim com uma retumbante frustração. É a apoteose do nada.

Os CIEPs chegaram a ter a sua notoriedade. Como o Sambódromo, tiveram o mesmo arquiteto, a mesma improvisação, a mesma construção atabalhoada, o desencontro dos números, a incerteza dos custos e resultados não aferidos. Não chegam, no entanto, a se constituir num êxito, porque até hoje – no começo de mais um ano escolar – não se sabe quantos foram entregues para uso dos alunos. A população deu o seu julgamento na campanha eleitoral. A propaganda eleitoral falava em quinhentas unidades escolares. Na verdade, nem um terço disso está em condições de ser operado.

De todas as obras discutíveis, o Banerj é a de maior repercussão. Negativa, mas repercussão. O problema financeiro, que atraiu a intervenção do Banco Central – por motivos técnicos, é sempre conveniente ressaltar – vem de antes. O Governador Brizola encontrou o Banerj em dificuldades, mas agravou-as ainda mais. Deu uma notável contribuição ao aumento das dificuldades que destacaram o Banerj entre os demais alvos da fiscalização federal. Produziu sozinho, em dívidas, o dobro do orçamento do subsídio federal ao trigo, que pelo menos garante o pão e a macarronada do pessoal, e equivale a mais da metade dos rombos dos outros quatro bancos estaduais submetidos à dieta recuperadora do Banco Central.

O Governador Brizola utiliza a dívida que encontrou como desculpa para os gastos que acrescentou ao Banerj até torná-lo insolúvel: deve sete vezes o seu capital. É obra perfeita e acabada, no sentido de liquidar uma instituição de crédito que perdeu a credibilidade. O estilo de administrar revela o político: o Governador Brizola fez a sua campanha eleitoral com uma indiferença acintosa pela fonte dos recursos com que pretendia governar. Os recursos – proclamava o candidato – estão na cabeça do candidato. Ele não os declarou e, depois de se instalar, viu-se que não estavam na cabeça, mas apenas a intenção da dívida que iria acumular.

De fato, o Banerj, que já era uma dívida, centralizou um sistema deficitário, que teve como objetivo político sustentar a propaganda pessoal do Governador em escala nacional. Os CIEPs entraram com a fotografia e o Banerj com a publicidade. O mandato do Governador está com os dias contados e, portanto, a hora da verdade fica mais próxima. Entende-se perfeitamente a anunciada disposição de tentar obter efeito político de um desastre administrativo contundente. Ao ser tornada pública a intervenção do Banco Central no Banerj, o Governador fez saber o desejo de renunciar. Logo em seguida, a retificação esclareceu: não se trata de abandonar o Governo, mas apenas a utilização do pretexto para não passar o Governo ao sucessor eleito. Renunciar antes do carnaval? Jamais. É a apoteose.

Além de ter administrado mal o Estado, o Governador não está sabendo sair. Falta-lhe a lealdade de entregar o poder a alguém eleito pelo voto direto. Essa é a obrigação de alguém que não é dono do poder. Não faria mais do que demonstrar respeito pela vontade soberana do povo o ato de transmissão do Governo.

Para isso, contudo, falta-lhe competência democrática e sobra-lhe fartamente o preconceito autoritário. O nome científico desse comportamento deselegante é caudilhismo político. Mas é falta de educação cívica e de respeito democrático pelos cidadãos que pagam impostos. Brizola nem simbolicamente vai prestar contas ao passar o governo. Repete, aliás, o Presidente Figueiredo, que também se recusou a passar o poder ao seu sucessor. Brizola tem a agravante de ter sido eleito pelo voto direto e ser sucedido por um Governador eleito também pelo voto direto. Figueiredo era um Presidente indireto e iria passar o poder a outro também indireto.

O Banerj é o coroamento da falta de administração que marcou o período Brizola. Foi ele que, diante da notícia de intervenção em bancos oficiais de cinco diferentes Estados, tentou personalizar politicamente o caso do Banerj. E se adiantou em fechar as agências num dia útil, com o risco de provocar uma corrida bancária. Prejudicou apenas o funcionalismo estadual e os empregados do próprio Banco, que foram despojados dos seus salários no penúltimo dia útil. De qualquer jeito, está acabando para todos. Faltam duas semanas".

Finalmente, ao terminar a leitura, mostrando como o "Jornal do Brasil" foi feliz nas suas apreciações, aproveitamos para alertar toda população deste País para esse paranóico caudilho dos pampas que deseja um dia candidatar-se à Presidência do nosso País, que busca dias melhores para seu povo e sua gente. Temos que ter cuidado com ele, que demonstrou, no exercício do governo do Rio, além de incompetência para administrar a coisa pública, também ser um eterno e irresponsável ditador, como são todos que poluem a humanidade.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, qual de nós não recebeu votos de aposentados nas eleições? Todos nós. Da extrema esquerda à extrema direita. Uns mais, outros menos. Em qualquer canto do País, antes das eleições, todos os colegas apelaram aos aposentados, pedindo-lhes o voto. Entretanto, mais de 10 milhões de aposentados, pensionistas e viúvas vivem à míngua por esse Brasil afora.

A Previdência Social, tendo à sua frente o Ministro Raphael de Almeida Magalhães, é dirigida como se fosse uma empresa, uma fábrica que tem de dar lucro no fim do mês. Uma visão distorcida de S. Ex^a do que seja um problema social. Há mais de um ano esses milhões de aposentados não têm qualquer reajuste em suas aposentadorias. Uma situação vexatória para esses brasileiros esquecidos e abandonados pelas praças das cidades do Brasil inteiro. Milhões de verdadeiros indigentes.

Sr. Presidente, ainda agora, com o disparo do gatilho de janeiro, e em cima de aposentadorias e pensões miseráveis, ainda assim, esses milhões de brasileiros só irão receber os 20% em abril. Um absurdo. De que valerá isso em abril com a inflação de 20% de janeiro, em fevereiro e em março?

E não será nenhum espanto se em abril, na hora de receber os atrasados, o Ministro da Previdência Social ainda parcelar esses pagamentos em três ou quatro vezes.

Srs. Constituintes, sairemos dessa Constituinte envergonhados se não buscarmos mecanismos que garantam uma vida digna a esses milhões de aposentados e pensionistas. Muitos desses milhões de brasileiros talvez nem estejam vivos para esperar pela Constituinte.

Nós que aqui desfrutamos de invejável mordomia temos a obrigação de buscar solução para o problema. Solução definitiva. Solução diferente dessa aplicada pelo Ministro Raphael de Almeida Magalhães.

Enquanto os milhões de aposentados vivem e morrem na miséria, os hospitais e casas de saúde deste País engordam e crescem às custas da Previdência Social.

Uma vergonha!

Não somos um País sério.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, assomo à tribuna para encaminhar à Mesa o seguinte requerimento de informação:

REQUERIMENTO

Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, seja feito um veemente apelo aos excelentíssimos Srs. Presidente da República, José Sarney, e ao Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, no sentido de autorizarem, em caráter de urgência, a restauração dos segmentos rodoviários da jurisdição do 4º DRF a seguir relacionados, que se encontram em adiantado estado de desagregação (revestimento) – a fim de evitar o comprometimento das camadas inferiores do pavimento:

I – Rodovia: BR-116/PE

Trecho: Div. CE/PE – Div. PE/BA

Subtrecho: Km 0,0-Km 83,0

Extensão: 83,0km

Código do PNV: 0430 a 0450

Obs: Base comprometida

2 – Rodovia: BR-232/PE
 Trecho: Recife – Parnamirim
 Subtrecho: Pesqueira (km 213,2) – Algodões (km 2947)
 Extensão: 81,5 km
 Código do PNV: 0210 a 0250
 Obs: Base já comprometida no subtrecho Pesqueiro Arcoverde

3 – Rodovia: BR-232/PE
 Trecho: Recife – Parnamirim
 Subtrecho: Serra Talhada (km421) – Parnamirim (km 559)
 Extensão: 138 km
 Código do PNV: 0310 a 0450

4 – Rodovia: BR-316/PE
 Trecho: Div. PI/PE – Parnamirim
 Subtrecho: km 103,6 – km 153
 Extensão: 46,4 km
 Código do PNV: 0650A-0650B

5 – Rodovia: BR-316/PE
 Trecho: Div. PI/PE – Div. PE/AL
 Subtrecho: Ibó (km 230) – Belém do S. Francisco (km 270)
 Extensão: 40 km
 Código: PNV: 0710 a 0730/A

6 – Rodovia: BR-423/PE
 Trecho: Garanhuns (Km 98,0) – div. PE/AL (km 192,0)
 Extensão: 94 km
 Código PNV: 0070 a 0150

7 – Rodovia: BR-428/PE
 Trecho: Ibó – Petrolina
 Subtrecho: km 98,0 – km 193,5
 Extensão: 55 km
 Código PNV: 0030 a 0050

Da decisão do Plenário, dê-se ciência ao Engenheiro Luiz Varejão, Chefe do 4º DRF – em Pernambuco.
 Sala das sessões, 11 de março de 1987."

Justificação

O preceito de que "governar é abrir estradas" morreu com o Presidente Juscelino Kubitschek. Depois dele os homens que dominaram esta País pela força, os golpistas de 64, resolveram dar um freio no Brasil, colocando em ponto morto a implantação de rodovias e desativando parte do sistema ferroviário nacional. Achando pouco, abandonaram a malha rodoviária existente, deixando que o desgaste natural levasse o Brasil a contar com as piores e mais inseguras estradas de que se tem conhecimento.

O descalabro administrativo a que foi levado este país atingiu as raias do inacreditável, pois enquanto eram abandonadas as grandes ligações rodoferrovias, de vital importância para a economia brasileira, rasgavam nossa floresta tropical para implantação irracional de estradas como a Transamazônica e a Perimetral Norte, conhecidas como os caminhos que não levam a nenhum ponto e já que já foram tragadas pelas vossorocas e devolvidas à floresta. É o que se pode classificar como "dinheiro jogado no mato", coisas dos milagreiros que enterraram a economia deste país e hoje tentam aparecer tecendo críticas aos que lutam para consertar os desmandos deixados como herança fática e maldita, legado triste de arenistas, pedessistas e sucedâneos.

Ainda como Deputado Estadual à Assembléia Legislativa de Pernambuco, alertei as autoridades responsáveis para a gravidade da situação das nossas rodovias e para o

que representava, em termos econômico-financeiros, o desleixo com que o assunto vinha sendo tratado. Não foram poucas às vezes que ocupei a tribuna para mostrar o prejuízo que representa a falta de manutenção de uma rodovia em que oitenta e um por cento dos seus custos de implantação estão representados pelas camadas asfálticas de capeamento. Reside, pois, na falta de manutenção o item mais caro das preocupações aqui manifestadas.

Considero importante, para justificar esta proposição, salientar que em meu Estado de Pernambuco, dos dois mil e trezentos quilômetros de rodovias asfaltadas, nove por cento, – pouco mais de 200 km, – na área Grande do Recife, são responsáveis por oitenta e cinco por cento dos acidentes verificados. São dados estarrecedores e que envergonham qualquer administração.

No momento em que o Governo do Presidente José Sarney resolve tomar a decisão de revitalizar a malha rodoviária e ferroviária nacional, cabe aqui um registro especial e um destaque para a ação decisiva do Ministro José Reinaldo, pelo alcance e a visão da problemática que envolve os transportes neste País, cujas dimensões continentais exigem uma política compatível com a realidade deste final de século.

Convém ressaltar, neste momento, que foi autorizada recentemente a construção da Ferrovia Sertaneja, o chamado Corredor Ferroviário do São Francisco, estabelecendo a interligação da grande hidrovía com o ramal Salgueiro/Petrolina/Crato. Trata-se e de empreendimento de justificada importância econômica, principalmente quando se observa o sentido do escoamento da produção agropecuária e mineral do Araripe, do Alto Sertão de Pernambuco e de toda a região sanfranciscana em demanda ao restante do País. Começa aí o Governo Federal a demonstrar que realmente pretende encontrar as soluções que a problemática dos transportes reclama aos governantes. O atendimento ao que postula esta proposição complementar as reivindicações do setor de transportes de Pernambuco".

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as tropas do Exército e da Marinha voltam às ruas. Para nós, trabalhadores e todo o povo brasileiro, com elas voltam as lembranças do período do golpe militar de 64.

Estamos perplexos e atônitos com esse episódio, pois não foi este o compromisso que a Aliança Democrática assumiu nas praças e avenidas deste País. Assumimos um compromisso claro e transparente: o de democratizar, pela via do voto e da negociação política, a vida nacional.

Vimos para modificar a situação de violento arrocho salarial a que ainda estão submetidos os trabalhadores. E é por isto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que não nos podemos calar, não podemos aceitar a brutal, inesperada e imprópria intervenção das Forças Armadas em nossas refinarias.

Trata-se de arbítrio e violência!

São inaceitáveis as explicações que o General Leônidas Pires apresenta, segundo os jornais, para esses atos deploráveis. Não podemos acreditar que a defesa do patrimônio das empresas, a garantia de que não sejam feitos piquetes e que isto evitaria constrangimentos para as diretorias das empresas sejam argumentos para que os tan-

ques e as baionetas saiam dos quartéis. Na melhor das hipóteses, estes argumentos são uma afronta à inteligência e à consciência nacional.

Os motivos são outros, e bastantes diversos.

A questão é fundamentalmente política, pois não entendemos ser mera coincidência que, ao mesmo tempo em que a Constituinte discute e aprova um Regimento Interno estabelecendo, minimamente, sua soberania, as tropas voltam às ruas! Não é mera coincidência que, no mesmo momento político em que a duração do mandato do Presidente Sarney volta a ser discutida, as tropas voltam às ruas! Não é mera coincidência que a apenas 5 dias da posse dos novos Governadores, majoritariamente compromissados com os ideais de mudança e de justiça social, sejam colocadas tropas nas refinarias.

Mas, Sr. Presidente, isto tudo tem uma explicação: é pressão clara e deslavada! Tentam intimidar-nos. Querem colocar sob tensão a Assembléia Nacional Constituinte, para que esta não exerça, na sua plenitude, a soberania a que tem direito e que o povo reclama.

Querem, enfim, apresentar – a nós e aos Governadores eleitos – uma demonstração de força absolutamente inócua, pois foram-se os tempos em que os Generais tudo podiam e tudo faziam. Aqueles foram tempos passados a que a Nação não mais se submete. A intenção por parte das Forças Armadas, de intervir na Constituinte, para que se defina o mandato do Presidente para controlar as decisões desta Assembléia, não passará.

Não nos submeteremos a qualquer pressão, seja das Forças Armadas, seja do Executivo, para definir quaisquer questões dentro desta Assembléia, pois só ao povo e à Nação pertencem nossos mandatos e só a eles devemos prestar contas.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos deixar expressa nossa solidariedade às justas reivindicações dos trabalhadores das refinarias e dos portos em sua luta por melhores salários e melhores condições de trabalho. É disto que o Brasil precisa:

Salário justo para quem trabalha!

Aos quartéis com o generias e as tropas!

É isto que reivindicamos, pois é isto que a Nação exige.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO (PDT – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, a Constituinte não é só um momento histórico; é um momento decisivo para consolidação democrática em nosso País.

Relações sociais justas são um dos componentes basilares da democracia. A concretização da justiça social se dará através de relações de trabalho justas, humanizadas, compreendendo o estímulo à livre negociação entre o empregado e o empregador.

No momento em que repensamos o ordenamento jurídico e que se luta por uma sociedade democrática; no momento em que o País vive a greve dos marítimos, dos petroleiros, – greves justas – frutos de uma política de exploração do trabalho e do trabalhador, maior é o significado do Direito do Trabalho, buscando a dignificação do trabalho e o respeito ao ser humano. Nós, Constituintes, que lutamos para que o primado do trabalho, o trabalho dignificado, seja o ordenador da sociedade e do capital, queremos registrar que nossa cidade, Fortaleza, hoje está sediando um evento de grande importância: o Congresso Internacional do Direito do Trabalho, organizado pelo Dr. Juiz Osmundo Pontes, Presidente do Tribunal Regional da 7ª Região.

Esperamos que eventos desta natureza possam contribuir e estimular um princípio que constitui o verdadeiro cume do Direito do Trabalho, que é o de dar ao empregado uma superioridade jurídica a fim de compensar a sua inferioridade econômica.

Esta é a proposta do socialismo democrático ao augurar positivo e amplo fortalecimento desse princípio e sucesso a esse importante congresso.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tenho por V. Ex.^a o maior apreço e respeito. Mas quero indagar-lhe se esta sessão é da Assembléia Nacional Constituinte ou da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Minha indagação prende-se ao fato de que, há pouco, ocupava o lugar de V. Ex.^a – que deve tê-lo abandonado em face de razões muito pessoais – o ilustre Deputado Heráclito Fortes, que, tanto quanto eu saiba, não pertence à Mesa provisória da Assembléia Nacional Constituinte. Havia neste plenário, como estabelecem as normas regimentais, Constituintes com idade mais avançada que a do Deputado Heráclito Fortes para ocupar a Presidência.

Estranhei, porque vi dirigindo os trabalhos por algum tempo e fiquei a me questionar se realmente estávamos vivendo uma sessão da Assembléia Nacional Constituinte ou da Câmara dos Deputados.

Seria esta a questão de ordem que levantaria, e pediria a observância de V. Ex.^a para o fato de que nesses momentos – permita-me a observação – deve ser chamado a presidir os trabalhos o Constituinte mais idoso.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Nobre Constituinte Amaury Müller, concordo com a sua colocação. Em razão da necessidade de ausência imediata da Mesa – o retorno, V. Ex.^a percebeu, foi breve, apenas um orador se pronunciou – convoquei o nobre Constituinte Heráclito Fortes para presidir a reunião, que não é da Câmara, e Heráclito Fortes é um Constituinte, apesar de não haver sido observado o que foi citado pelo companheiro.

O SR. CONSTITUINTE, AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de formular à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte a seguinte reclamação: nos dias 10 e 11 de fevereiro, encaminhei à Presidência dois requerimentos de informação, imediatamente acolhidos, e, certamente, como manda o Regimento Provisório, a Resolução nº 1, foram enviados ao Presidente da República.

Ora, Sr. Presidente, já se passou um mês da remessa desses dois requerimentos e até a presente data não obtive nenhuma resposta do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. O primeiro deles, do dia 10 de fevereiro, solicitando informações detalhadas sobre essa desastrosa importação de alimentos, que colocou em risco

a saúde do povo brasileiro e estiolou de forma violenta as divisas do País; o segundo diz respeito ao paternalismo da Nova República, que concedeu subsídios da ordem de vinte milhões de dólares para a indústria do café solúvel cobrir os seus eventuais prejuízos em exportações nos meses de novembro e dezembro, enquanto a agricultura brasileira está à míngua, não dispõe de recursos para custear a comercialização das safras de verão, e a reforma agrária continua emperrada na burocracia asfixiante do Governo. Nenhum desses requerimentos até agora teve resposta.

Ora, Sr. Presidente, como as normas provisórias são omissas quanto ao prazo para a resposta do Senhor Presidente da República, socorro-me, subsidiariamente, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que no art. 130, § 9º diz textualmente:

"Encaminhado um requerimento de informação, se esta não for prestada dentro de trinta dias, o Presidente da Câmara – no caso o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, por analogia – "sempre que solicitado pelo seu autor", e o faço agora, "fará reiterar o pedido através de ofício em que acentuará aquela circunstância."

Esta é a reclamação que faço a V. Ex.^a, a fim de que possamos ter realmente, como quiseram ontem setores majoritários da Assembléia Nacional Constituinte, um poder independente e soberano.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Farias de Sá): – Quanto às solicitações de requerimentos, elas estão em poder do Presidente. Iremos obter informações, apesar de as normas provisórias serem omissas, como lembrou o nobre Constituinte. Não há necessidade de se socorrer do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pois já foi aprovado ontem o Regimento definitivo da Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Mas ainda não está em vigor. Só depois de promulgado. Não há redação final. Estamos nos regendo, por ora, pelas normas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Conforme já afirmei a V. Ex.^a irei obter informações do Presidente a respeito dos requerimentos citados.

O SR. CONSTITUINTE HERÁCLITO FORTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, na realidade, esta tarde tem nos proporcionado, até agora, momentos de gratas surpresas. Em primeiro lugar, encontrava-me ao fundo do plenário quando fui convocado pelo Presidente Araldo Faria de Sá para assumir a presidência dos trabalhos da Constituinte, enquanto S. Ex.^a daqui se retirava.

A segunda alegria foi, nesse curto intervalo, ter presidido os trabalhos enquanto falava à Nação brasileira uma conterrânea piauiense, a Deputada Myriam Portella.

E a última e terceira alegria foi ter sido censurado pelo Deputado Amaury Müller, por ser novo.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Está findo o tempo destinado às Comunicações.

Vai-se passar ao Horário de liderança.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA – Líder do PL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADOLFO DE OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ainda sentimos o ar o ambiente de ontem, e queremos, desta tribuna, ressaltar que, depois da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, ontem foi o grande dia do trabalho que a todos nós incumbe realizar.

Quero, Sr. Presidente, no exercício da Liderança do Partido Liberal, manifestar desta tribuna os mais entusiásticos e calorosos votos de reconhecimento, em nome do povo brasileiro, ao comportamento das Lideranças, as mais diversas, da Minoria e da Maioria, em todo o processo que se desenvolveu e que culminou com a aprovação do Regimento Interno da Constituinte. Não seria apenas de se ressaltar a atuação das lideranças do PMDB, PL, PDS, PTB, mas também a atuação rigorosamente democrática dos líderes que se opunham à aprovação de determinadas medidas constantes do anteprojeto.

Assim, eu gostaria de, pessoalmente e em nome do meu partido, tecer elogios à atuação do Partido dos Trabalhadores, do Partido Democrático Trabalhista e do Partido Comunista do Brasil, que a ele se opunham, mas colocavam acima de tudo o compromisso de dar a este País uma nova Carta Magna, uma Constituição que realmente contenha as reformas que o Brasil espera.

Para tudo ser coroado de êxito, gostaria de personalizar a figura, que ontem foi incedível, do Presidente Ulysses Guimarães, que conduziu com bravura e altivez os trabalhos desta Assembléia, merecendo, por isso mesmo, os aplausos do povo brasileiro. Aos integrantes da Mesa Diretora, ao corpo de funcionários que assessoram e que trabalham junto à Mesa, à Taquigrafia, a todos, enfim, vamos nós do plenário, todos os Constituintes, dividir essa parcela, num dia glorioso, como o de ontem, com a aprovação do Regimento Interno.

Meus parabéns, Sr. Presidente, a V. Ex.^a e a toda a Casa pela certeza do dever cumprido pela Assembléia no grande dia que marcou a aprovação do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Os parabéns do nobre Constituinte são extensivos a todos os companheiros.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o império da Lei deve estar sempre acima das vontades individuais e do personalismo cego e doentio de alguns. A partir desta colocação, a Liderança do PDT deseja deplorar a nova e insólita interferência das Forças Armadas na vida do País.

Os jornais de hoje, além de noticiarem fartamente a ocupação militar com caráter supostamente preventivo, das refinarias da PETROBRÁS, num quadro desolador e extremamente perigoso de ingerência inaceitável das Forças Armadas, trazem, também, declarações extemporâneas e intempestivas do General Octávio Medeiros, ex-Chefe do SNI no Governo Figueiredo e hoje Diretor do Departamento de Pessoal do Exército. Diz textualmente o General que "falta pulso firme ao

Governo para conter a onda generalizada de insatisfação e descontentamento da sociedade brasileira". Isso significa, nada mais, nada menos, do que uma desrespeitosa e inaceitável manifestação de indisciplina e inobservância da hierarquia em relação ao Chefe Supremo das Forças Armadas, que é o Presidente da República. Está contido no art. 90 da Constituição em vigor que as Forças Armadas, contidas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Como cabe ao Presidente da República a direção da política das Forças Armadas, o PDT não pode aceitar, e a repudia, essa intervenção indevida, grotesca e antidemocrática do Sr. General Octávio Medeiros na vida política do País. O PDT espera que o Presidente da República, usando a atribuição constitucional de Chefe Supremo das Forças Armadas, demita imediatamente do cargo que ocupa, por indisciplina, por desrespeito, o General Octávio Medeiros e o remeta para a reserva.

O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, falando em nome da Liderança do PC do B, manifestamos nosso repúdio à crescente intervenção dos militares na vida política brasileira.

Não podemos admitir, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o processo que se vem ampliando e do qual se vêm aproveitando os militares, retomando a sua ofensiva no sentido de intervir no curso dos acontecimentos políticos, sindicais e trabalhistas do País.

Não aceitamos, não admitimos as Forças Armadas como instrumento de repressão do movimento popular.

Há pouco tempo os trabalhadores, a CGT e a CUT se uniram numa greve, e os militares colocaram tanques nas ruas, tanques que não foram colocados no momento em que a classe dominante – especialmente o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – falava em desobediência civil e em que os latifundiários, comandados pela UDR, propunham a paralisação da produção no País.

A repressão e a violência dos militares se abatem sobre os trabalhadores. Agora, pasmados, presenciamos o Exército ocupando dez refinarias, depois de a Marinha ter ocupado os portos brasileiros.

Sintomaticamente, Sr. Presidente. Srs. Constituintes, vem manifestar-se de público, de maneira cínica, um torturador, o Coronel Ustra, ex-Comandante do DOI-CODI, o mesmo que torturou e assassinou democratas.

Falo aqui com autoridade, Sr. Presidente. Hoje, sou Deputado Federal. Mas antes fui torturado nos Doi-Codi dos I e II Exércitos e no DOPS de São Paulo.

O Coronel Ustra vem a público para falar das hediondas torturas. Esse homem deveria estar na prisão, respondendo pelo que fez, como respondem, hoje, os militares na Argentina. No entanto, de maneira cínica, está tentando defender o indefensável.

Sr. Presidente, não temos como interpretar os acontecimentos de ontem, relacionados com a aprovação do Regimento Interno, a não ser como a capitulação das forças majoritárias desta Casa às pressões do Executivo e das Forças Armadas.

É claro que não desconhecemos aspectos importantes do Regimento Interno, como a emenda popular constitucional e a audiência pública. Mas a questão chave, fundamental, a pedra-de-toque do Regimento, objeto de batalha violenta, foi o § 7º do art. 57. Nessa questão, as forças majoritárias cumpuseram e capitularam.

Em nome da Liderança do PC do B, queremos levantar este ponto: não há como explicar esse resultado nem, na verdade, o fato de terem aberto mão de soberania da Assembléia Nacional Constituinte, a não ser por pressões do Governo e das Forças Armadas, que não querem abrir mão do entulho autoritário, não desejam que esta Assembléia, através de sua manifestação soberana, acabe com as medidas de emergência, com o estado de emergência, com os decretos-leis, com a exclusividade do Presidente da República de legislar sobre matéria financeira, para, no fundo, através de um instrumento de pressão do Executivo e das Forças Armadas, tentarem coagir, limitar e cercear os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Queremos fazer um apelo aos setores progressistas do PMDB, que ontem terminaram por votar aqui um "sim", com justificativa de voto, aliás, um "sim" envergonhado. Nosso apelo é no sentido de que compreendam que o problema fundamental neste momento não está na aliança do PMDB com o PFL, mas numa aliança dos setores progressistas para garantir o futuro do Brasil, aprovando a reforma agrária, a defesa de uma economia independente, enfim, a defesa dos interesses maiores da Nação brasileira. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Líder PT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ontem quando se discutia aqui o Regimento Interno, o que todos nós ouvimos, durante quase quatorze horas consecutivas, foi a palavra democracia. Entretanto, enquanto falávamos em democracia aqui, enquanto este mesmo Congresso Constituinte derrotava a idéia de trazer ministros a este plenário, enquanto este mesmo Congresso Constituinte votava, ontem, contra a sua soberania, percebíamos que a democracia, tão cantada em verso e em prosa pela grande maioria dos parlamentares que fizeram uso da palavra, não estava acontecendo para a classe trabalhadora brasileira.

Mas não são apenas esses os acontecimentos que queremos registrar. Há outros que começaram desde a greve da Siderúrgica de Volta Redonda, quando o Exército, pela primeira vez, interviu acintosamente numa manifestação trabalhista. Depois, a Marinha, em todos os portos brasileiros, tentava evitar uma greve de trabalhadores sem sequer perguntar quanto é que ganhavam aqueles trabalhadores que, porventura, estavam fazendo greve. E agora vemos a intervenção do Exército nas refinarias brasileiras, quando os trabalhadores sequer tinham entrado em greve. Havia, pura e simplesmente, a intenção de entrar em greve.

As Forças Armadas deveriam estar preocupadas em evitar o contrabando das nossas riquezas, tomando conta das nossas fronteiras.

Percebemos com muita clareza que a preocupação maior ainda continua sendo o inimigo interno: E o inimigo interno nada mais é do que as manifestações e as reivindicações da classe trabalhadora brasileira.

Ficamos mais preocupados ainda quando não percebemos do Presidente da Constituinte nem de qualquer autoridade a preocupação de pelo menos explicar a esta Casa quem tinha dado a ordem para que o Exército interviesse em uma greve que ainda não existia, utilizando 21 tanques blindados na Refinaria de Paulínia, dez caminhões de soldados armados com fuzis, dois caminhões de soldado cada um com um cachorro policial e jipe, além de vinte agentes da Polícia Federal armados com metralhadoras.

Enquanto isso, nós, aqui, ontem – 559 Constituintes, pessoas eleitas democraticamente pelo povo, possivelmente da maior representatividade – discutíamos uma palavra constante no § 7º do art. 57 do Regimento Interno, e percebíamos, com a maior clareza possível, que lá fora a ditadura ainda persistia, quem sabe com mais força do que aquela que atuou no caso da greve de 1980, em São Bernardo do Campo.

Desejaríamos que amanhã o Presidente da Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, prestasse contas a esta Casa sobre quem deu a ordem de intervenção nas refinarias, porque alguns jornais dizem que foi o Ministro Aureliano Chaves. O Ministro do Exército afirma, por toda a imprensa, que recebeu ordens superiores, quando acredito que ele não tenha recebido ordens de Deus ou de Cristo. Deve ter recebido ordens, no máximo, do Presidente da República. E não poderemos permitir que, enquanto o Congresso Constituinte se reúne o Ministro do Exército possa colocar as tropas, que deveriam estar cumprindo outras funções, no ataque aos trabalhadores, concorrendo para todo esse tipo de problemas que se criaram neste País. Enquanto isso, os donos dos postos de gasolina fazem **lockout** e nada acontece; enquanto isso, os grandes proprietários de terras matam posseiros e nada acontece; enquanto isso, os trabalhadores são dispensados e nada acontece.

Gostaria de dizer, ao concluir, que estamos tentando conversar com o Dr. Ulysses Guimarães – toda a bancada do Partido dos Trabalhadores – para cobrar do Presidente da Constituinte algumas respostas, tais como, por exemplo, se S. Ex^a foi comunicado sobre essas invasões nas refinarias, sobre as invasões dos fuzileiros navais nos portos, para que possamos dizer à Nação que não existe mais aquela figura obscura que fez com que Jânio Quadros renunciasse; que neste País, que se reúne na Constituinte, todas as coisas que acontecem têm de ser comunicadas ao Congresso, para que os Constituintes delas possam tomar conhecimento.

Mais ainda: nós, do PT, a partir de amanhã, começaremos a colher 188 assinaturas, porque pretendemos apresentar um primeiro projeto de decisão – que já está pronto – para evitar que problemas como este possam ocorrer sem que este Congresso lhes dê a devida importância.

Daqui a pouco já se começará a falar em mandato de Sarney, daqui a pouco já se começará a falar em parlamentarismo e presidencialismo. Enquanto isso, a classe trabalhadora e os problemas sociais continuam sendo tratados como na década de 30, ou seja, como casos de polícia. Em 1987 nem são mais tratados como casos de polícia, mas como casos de guerra, porque o Exército foi chamado a intervir num momento em que as negociações entre patrões e empre-

gados sequer tinham esgotado aquilo que constitui parte de um ritual muito antigo no Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Nobre Deputado Luiz Inácio Lula da Silva, como V. Ex.^a me havia feito essa comunicação anteriormente, já falei com o Presidente Ulysses Guimarães, e S. Ex.^a me afirmou que irá atendê-lo hoje, em seu gabinete, logo após a sessão.

O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO: – Sr. Presidente, peça a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Liderança do PMDB se sente, nesta tarde, no dever de expressar a todos os Constituintes e à Mesa Diretora desta Casa suas mais efusivas congratulações pelo resultado altamente significativo alcançado no dia de ontem, após jornada de trabalho de quinze, dezesseis ou dezessete horas consecutivas, para a produção de um documento resultado do contraditório democrático.

Sem falsa modéstia, meu partido se orgulha de poder proclamar que deu decisiva contribuição para que lográssemos obter um Regimento Interno democrático, que será também o instrumento hábil para aquela tarefa que o povo brasileiro nos atribuiu, de escrever o texto da nova realidade constitucional do nosso País.

Eu me limitaria a estas congratulações; Sr. Presidente, numa menção muito significativa e expressa ao Presidente Ulysses Guimarães, se não devesse também registrar, por um imperativo de respeito à verdade, que muitas vezes meu partido enfrentou resistências. É com orgulho que destaco que o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores e Líder do PT nesta Casa tenha anunciado que, a partir de amanhã, usará o espaço de soberania garantido pelo Regimento Interno, elaborando o primeiro projeto de decisão que haverá de tramitar como expressão de soberania neste Parlamento.

Era isto que pretendíamos, Sr. Presidente, ou seja, que o PT e os demais partidos pudessem exercer seu espaço de soberania, ainda que limitado. Esta é uma noção jurídica de maior singeleza: soberania se exercita, mesmo e principalmente quando autolimitada, porque podemos limitar o exercício da nossa soberania, não a sua plenitude. Nós a exercitaremos na plenitude dos limites processuais que construímos nesta Casa. Temos plena consciência da contribuição de nossos opositores, como certamente haverão eles de ter plena consciência do papel desempenhado pelo partido majoritário nesta Casa, que fez as alianças necessárias e preservou para este Congresso o espaço democrático e soberano, que é nosso compromisso.

Sr. Presidente, em nome da bancada do PMDB, devo enfatizar ainda os episódios que aqui foram trazidos por diversas lideranças, que definiram fatos ocorridos nas refinarias e em portos deste País como indicadores, segundo referidas manifestações, de intervenção militar nos movimentos sociais. Começaria pela informação absolutamente fidedigna de que não houve, até este momento, uma prisão sequer resultante desta ação das Forças Armadas. Não houve uma intervenção sequer do movimento social. Greve é assunto da Justiça do Trabalho e do Ministério do Trabalho. Ora, não posso imaginar que alguém se apresente nesta tribuna, especialmente falando em nome

de partidos populares, para defender a idéia de que greve signifique eventualmente direito de ocupação dos espaços físicos das empresas e de suas instalações. Talvez tenha havido isto em 1962/1963. É possível que ainda me recorde de que alguns pregassem isto, mas também devo lembrar, Sr. Presidente, que, em 1962/1963, o Governo democrático de João Goulart colocou a força militar nas ruas para proteção dos próprios da União, nesta e na cidade do Rio de Janeiro. Lá estava o Exército nacional, cumprindo sua missão, que é também vinculada à ordem interna, ainda que subordinado invariavelmente ao poder civil da República. E aquele gesto de 1962/1963, que se esteava no sistema constitucional, não implicou intervenção militar e não se confundiu, em nenhum momento, com o movimento político de intervenção militar que se seguiu em 1964.

Sr. Presidente, não houve sequer uma prisão em qualquer refinaria. As intervenções se destinaram única e exclusivamente à proteção dos próprios da União, à proteção de seus equipamentos. Esta é uma função que o texto constitucional atribui ao Poder Executivo através dos instrumentos ao seu alcance, que não se confundem, em momento algum, com a intervenção nos movimentos sociais que aí estão, garantidos pela ordem democrática, e que serão tratados dentro da lei, através da Justiça do Trabalho, do Ministério do Trabalho, porque, embora o compromisso democrático seja um compromisso básico do Governo da Nova República e do Presidente José Sarney, é também um compromisso com a ordem democrática. O regime democrático é o regime da liberdade, mas é também o regime da ordem democrática. Não acredito que contribuirão para a ordem democrática aqueles que, nesta ou em qualquer outra tribuna, pregarem seja a mão dura, seja a desordem o significado da convivência democrática. Temos uma lei de greve resultante da ditadura, que não tem a sanção moral da Nação. Após concluirmos nosso trabalho, haveremos de produzir uma lei que dê proteção à greve nos limites da ordem democrática. Vivemos a transição, que apresenta claras e significativas dificuldades, mas elas não se confundirão, Sr. Presidente, nem com a falta de ordem, muito menos com a falta de liberdade. No regime da lei, da ordem e da liberdade – e falo em nome da liderança do partido que dá sustentação ao Governo nesta Casa – tenho a certeza de que Governo e Constituintes saberemos conduzir o processo democrático ao porto de destino que nos encomendou o povo brasileiro, com a promulgação da Constituição que começamos a elaborar, desde ontem, a partir do Regimento, que serão instrumento deste trabalho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Com relação à primeira manifestação do nobre Constituinte, de cumprimentos à Mesa pela aprovação do Regimento, esses cumprimentos são extensivos a todos os Srs. Constituintes e aos próprios funcionários da Secretaria, que permitiram a boa consecução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Está findo o tempo destinado ao horário de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade

– PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyra – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Aloisio Chaves – PFL; Aloisio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Dias – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiani – PDS; Antonio Ueno – PFL; Araldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Aroldo de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bete Mendes – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos DeCarli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edéslo Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Eríco Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnio – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fá-

bio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite abriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Pasoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Ueque – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélío Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Loureberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Marcos Queiroz – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Maia – PDT; Martuce Pinto – PTB; Matheus lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elisio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincaroni – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuzza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tidei de Lima – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vítor Buaz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, designando para amanhã a seguinte:

VI – ORDEM DO DIA

VII – Encerra-se a Sessão às 16 horas e 10 minutos.



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 27

SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

ATA DA 32ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 12 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da Sessão

II – Leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada e assinada.

III – Leitura do Expediente.

ADYLSON MOTTA – Questão de ordem sobre prorrogação da sessão até a ocorrência de **quorum** para prosseguimento.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Adylson Motta.

IVALDO GONÇALVES – (Retirado pelo orador para revisão)

FLORESTAN FERNANDES – Interferência do Exército e da Marinha em atividades de trabalhadores.

GUMERCINDO MILHOMEM – Apoio do Partido dos Trabalhadores às lutas da classe trabalhista. Reuniões de Constituintes com entidades representativas da área da educação.

PRESIDENTE – Esclarecimento sobre determinação do Regimento Interno a propósito de vestuário dos Constituintes para que possam usar a tribuna.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Questão de ordem sobre dispositivo do Regimento invocado pelo Presidente.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO – Reclamação **ilegível**.

PRESIDENTE – Resposta à reclamação do Constituinte Plínio Arruda Sampaio.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Irrelevância do traje no que concerne à representatividade dos Constituintes.

UBIRATAN SPINELLI – Problemas do Estado de Mato Grosso.

FLÁVIO PALMIER DA VEIGA – Grupo de estudos constitucionais da Associação de Pais e Mestres do Instituto Abel, Niterói Estado do Rio de Janeiro.

JOÃO DA MATA: – Necessidade de correção do atual sistema econômico brasileiro.

PAULO RAMOS – Tradição do PMDB na defesa da democracia Utilização das Forças Armadas como instrumento de repressão ao trabalhador.

RUBEN FIGUEIRÓ – Mudanças na economia nacional: desafio proposto à Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Análise da situação dos aposentados e sugestão de melhorias.

OSVALDO SOBRINHO – Reclamos dos agricultores mato-grossenses.

ORLANDO PACHECO – Críticas não construtivas da revista **Veja** ao Governo Sarney.

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Compromisso do orador como povo brasileiro na elaboração da nova Carta Constitucional.

VASCO ALVES – Estado de miséria da população brasileira e necessidade de inclusão **ilegível**

pela Assembléia Nacional Constituinte. Campanha da Fraternidade de 1987 e amparo ao menor carente.

VIGOR FACCIONI – Dificuldades da conjuntura econômica nacional. Insatisfação do contribuinte brasileiro ante exigências da Receita Federal no que concerne ao pagamento do Imposto de Renda. Esperanças de nova ordem jurídico-institucional no País.

SÉRGIO BRITO – Processo de desestruturação e decapitalização da agropecuária nacional.

VITOR BUAIZ – Pressões sobre o Departamento de Ações Básicas de Saúde e Ações Ambientais, da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo, no sentido de parecer favorável em relatório de impacto ambiental da Ara Cruz Celulose. Documento da Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies: "Omissão Brasileira".

JAYME PALIARIN – Discriminações sofridas pelo Povo Evangélico Pentecostal.

ERICO PEGORARO – Reivindicações dos pequenos e médios produtores rurais.

LUIZ MARQUES – Nomeação do economista Paulo Lustosa para a presidência da CEBRAE – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e média Empresa.

AFFIF DOMINGOS – Índice de insolvência na capital do Estado de São Paulo. Sugestão de prestação de informações ao Congresso Nacional por parte da equipe econômica do Governo.

VINICIUS CANSANÇÃO – fixação da duração do mandato do Presidente José Sarney.

OSVALDO BENDER – Reivindicação dos pequenos produtores rurais de municípios do Rio Grande do Sul.

ONOFRE CORRÊA – Efeitos danosos da greve dos marítimos.

NILSON GIBSON – Reflexos prejudiciais da greve dos marítimos sobre a economia nacional.

MAURÍCIO FRUET – Projeto de Lei nº 797-A, de autoria do orador, que visa a corrigir tratamento diferenciado entre Estados da Federação, em especial no que concerne a programas relativos a recursos hídricos.

MÁRCIO BRAGA – Documento do III Encontro Nacional de Coordenadorias, Conselhos Estaduais e Municipais e Entidades Portadoras de Deficiência, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

JORGE ARBAGE – Agravamento dos problemas nacionais. Objetivos da presença do Exército nas refinarias da PETROBRÁS.

JOACIGÓES – Peralços na elaboração e na votação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

HÉLIO DIAS – Dia do Bibliotecário.

EDUARDO JORGE – Protesto do Partido dos Trabalhadores contra ação militar do Governo em refinarias e portos brasileiros.

JOÃO CUNHA – Omissão do Governo, em nome da prudência, ante assuntos que requerem enfrentamento.

OCTÁVIO ELÍSIO – Crise na educação no Brasil.

MOZARILDO CAVALCANTI – Ofício encaminhado pelo orador ao Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, em protesto contra sigilo na elaboração de decreto que cria o Parque Yanomani, no Território de Roraima.

DAVI ALVES SILVA – Criação do Estado de Carajás.

MAGUITO VILELA – Situação de crise no Banco do Brasil.

HORÁRIO DE LIDERANÇA

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Responsabilidade do Governo em problemas cuja culpa foi atribuída ao Movimento Sindical Brasileiro.

PAULO DELGADO – Protesto do Partido dos Trabalhadores contra decisão do Governo Federal de intervir no movimento dos trabalhadores em refinarias de petróleo.

SIQUEIRA CAMPOS – Manifesto de entidades classistas das categorias econômicas do Estado de Goiás sobre construção da ferrovia

Norte-Sul: "Apoio e Alerta ao Presidente Sarney".

ADOLFO OLIVEIRA – Extinção do BNH.

HAROLDOLIMA – Dívida externa brasileira. Interferência militar em refinarias de petróleo.

AUGUSTO CARVALHO – Visita de delegação de Constituintes ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte a fim de solicitar informações sobre fonte das ordens de ocupação de locais de trabalho por tropas militares. Solidariedade aos professores grevistas da Universidade de Brasília. Projeto de decisão do PT sobre poder soberano da Constituinte para opinar em matérias de legislação e organização social.

CARDOSO ALVES – Questão de ordem sobre enquadramento, como projeto de resolução, do projeto da decisão apresentado à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte sobre matérias que tratem da organização e estrutura sindical.

ROBERTO FREIRE – Contradita à questão de ordem do Constituinte Cardoso Alves.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Cardoso Alves.

ENCERRAMENTO

ATA DA 32ª SESSÃO, EM 12 DE MARÇO DE 1987

Presidência do Sr. Humberto Souto, Secretário

ÀS 14:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streeck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMDB; Antônio Ferreira – PFL; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB;

Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átilla Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PTB; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy –

PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edimilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone

Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PFL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; ilegível – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoio – PT; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélis Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lourelberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Marcos Queiroz – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Reboças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedei – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Tidei de Lima – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Vrgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiç – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A lista de presença registra o comparecimento de 271 Senhores Constituintes. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

III – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Secretário procede à leitura da ata da sessão antecedente que é aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, tendo em vista a presença de apenas 10 Srs. Constituintes, pediria a V. Ex.^a prorrogasse o início da sessão até que ocorresse **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência vai suspender os trabalhos por 30 minutos, solicitando aos Srs. Assessores que providenciem a chamada pelos alto-falantes. Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 14 horas e 4 minutos e reaberta às 14:30 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Está reaberta a sessão. Concedo a palavra ao nobre Constituinte Evaldo Gonçalves.

O SR. EVALDO GONÇALVES PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Sr. Constituinte Florestan Fernandes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, Srs. Ouvintes:

Temos diante de nós um problema de externa gravidade para este Parlamento. O que tem ocorrido, desde que o Congresso Nacional Constituinte foi inaugurado, tem sido uma demonstração de que o poder real, o poder efetivo é o poder fardado.

Nós assistimos aqui à inauguração das atividades deste Congresso Constituinte vendo que toda essa área externa estava ocupada, como se este Parlamento estivesse em via de ser ameaçado por uma força inimiga; essa força inimiga seriam operários, trabalhadores, homens do povo, que vinham aqui, à sua maneira, tentar participar dos acontecimentos que se desenrolavam com a convocação deste Congresso.

Agora assistimos de novo a um episódio de maior gravidade; o Exército e a Marinha, desnecessariamente, interferem nas atividades dos trabalhadores em um movimento justo pela elevação dos seus salários e mobilizam o poder de uma tropa colonial contra um pequeno País colonizado para impedir que os trabalhadores exerçam um direito que lhes cabe e que deveria ser assegurado a eles pelos tribunais, pela razão e por esta Casa.

Se pensarmos nesse episódio, o que poderemos inferir sem nenhuma tentativa de perverter a interpretação, é que os militares estão nos mandando um recado: "Não esqueçam, o poder real somos nós". Vocês já aprenderam isto autolimitando a sua soberania, mas precisam aprender de uma forma ainda mais definida, verificando que uma operação tão descabida pode ser feita à nossa vontade, onde quisermos, pelo modo que quisermos e até onde pretendermos."

Não há existência cívica. Uma resistência cívica que deveria partir daqui.

Falamos muito em democracia, revolução democrática, Constituição e, na verdade, neste momento, não damos a importância devida ao que aconteceu e ao que está acontecendo.

Poderão dizer: "Essa intervenção já está cessando; está sendo interrompida." Ela está sendo interrompida porque o objetivo já foi alcançado. Esse é um problema que os psicólogos chamam de base perceptiva do comportamento humano. O objetivo era esse mesmo – de mostrar onde está o poder, qual é a fonte de poder real.

Enquanto isso, não ousamos pôr em prática a afirmação elementar de que o poder reside no povo, deve ser exercido para felicidade do povo e não para sua desgraça e vergonha. Isto exatamente, não aconteceu.

O significado mais importante desses acontecimentos está se esvaindo e nós não vemos, dentro deste Congresso, senão palavras, senão boas intenções, senão aquela esperança de que, algum dia, no Brasil, tudo vai dar certo. Ora, as coisas só dão certo quando há um querer humano coletivo e, se esse querer humano coletivo não existe aqui dentro, se não existe entre nós; que nos apresentamos e somos representantes do povo, como ele poderá existir em outras partes, em outros lugares da Nação?

Não podemos dizer: "Nós somos a Nação." Somos representantes de segmentos da Nação. Mas devemos ter a coragem, o civismo de enfrentar realidades como essa, tendo em vista que qualquer ameaça às inverdades fundamentais são uma ameaça ao Congresso, são uma ameaça aos representantes do povo, e devem nos unir na luta pela liberdade, na luta pela democracia, na luta pela revolução nacional.

Agradeço aos meus colegas, Sr. Presidente, a atenção que deram às minhas palavras.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gumercindo Milhomem.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão

do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido dos Trabalhadores não é um Partido parlamentar. As pessoas que têm acompanhado a trajetória desse Partido sabem muito bem que isto é uma verdade. Fomos acusados, quando do triste episódio de Leme, justamente porque lá estávamos, cumprindo nosso compromisso de estar sempre ao lado das lutas dos trabalhadores. E a acusação que nos foi feita tinha como prova da nossa culpa justamente o fato de lá estarmos.

Estou considerando muito importante resgatar essa verdade para o nosso Partido, porque, como bem disse o nosso colega Florestan Fernandes, em artigo publicado na **Folha de S. Paulo**, a minoria da Nação – os exploradores, os opressores – constituiu aqui, neste plenário, uma sólida maioria, e a maioria, que são os oprimidos e os explorados, aqui está representada por uma pequena minoria.

Acho também importante fazer esta referência porque, ontem mesmo, ouvi, aqui, dois parlamentares do PMDB declararem-se constrangidos em dizer que, pelas injunções partidárias, tiveram que votar contra as suas próprias convicções. Votaram contra aquilo que sempre colocaram como a sua bandeira, o seu discurso pré-eleitoral perante, justamente, os oprimidos e os explorados do País.

Ontem, também, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, acompanhada de vários outros colegas de outros Partidos estivemos com o Presidente do Congresso Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para indagar se o Presidente da Constituinte sabia das razões por que o Exército tinha ocupado as refinarias de petróleo, onde os trabalhadores apenas diziam que iriam fazer uma greve. Lá, tivemos a surpresa de saber que o Presidente da Constituinte não sabia de nada. Apenas tinha sido informado pela imprensa.

Acho importante fazer estas declarações para que aqueles colegas Constituintes, que junto conosco foram à praça pública fazer os seus discursos em defesa dos interesses dos oprimidos e dos explorados, entendam que nós, aqui, apenas pelo jogo parlamentar não conseguiremos ser a Maioria. Temos que combinar a nossa ação parlamentar constituinte, voltando essa ação para o movimento pela organização, pela pressão, popular sobre este mesmo Plenário.

Por isso, na área da educação, já fizemos várias reuniões de parlamentares Constituintes com entidades representativas da área da Educação a nível nacional, como a Associação Nacional dos Docentes, como a Confederação de Professores do Brasil, como a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, com o objetivo de organizarmos um amplo movimento nacional, para conseguirmos não trinta mil assinaturas para aqueles pontos que, já temos certeza, não serão contemplados no projeto final de constituição que virá da Comissão de Sistematização. Por isso, vamos adivinhar quais são esses pontos, o que não é difícil, e vamos conseguir, talvez, trezentas mil, três milhões de assinaturas. Para isso, convoco todos aqueles parlamentares que não são do Partido dos Trabalhadores, mas têm compromisso com o movimento popular, com a luta dos trabalhadores, para que somem conosco nessa perspectiva, nesse objetivo de, já que somos minoria aqui, tomar a defesa dos direitos dos trabalhadores, porque somos a maioria nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência, a título de esclarecimento, vem in-

formar aos Srs. Constituintes, que só podem fazer uso da palavra os Constituintes que estiverem trajados como determina o Regimento Interno.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência informa que não permitirá que outros Constituintes façam uso da palavra se não estiverem em obediência ao Regimento Interno.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Realmente, concordo com V. Ex.^a, mas indago qual o dispositivo regimental em que V. Ex.^a se ampara, e se o uso da gravata consagra ou não o que V. Ex.^a chama de bem ou maltratado. Reconheço que é uma tradição, uma longa tradição o uso da gravata, mas indago se o uso da gravata define ou não uma postura de estar dentro das normas regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência antes de tomar esta decisão consultou a Assessoria e a informação é que, se o Regimento Provisório não prevísse, teríamos o Regimento da Câmara e do Senado como subsidiários.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Gostaria de saber qual o dispositivo regimental?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Peço que tenha um pouquinho de calma e a Presidência informará a V. Ex.^a.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Vou ter a calma que V. Ex.^a pede.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência informa, usando subsidiariamente os Regimentos, as tradições e o costume da Casa, a Presidência determina que só pode usar a palavra se estiver trajado com gravata.

O SR. AMAURY MÜLLER: – Qual o dispositivo regimental que diz que se precisa usar gravata?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Mesa já respondeu a V. Ex.^a que, usando o Regimento Interno provisório e subsidiariamente o Regimento Comum, a Presidência entende que, pelo costume e tradição da Casa, pode exigir que se use a tribuna devidamente trajado, com gravata.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Mesa indaga de V. Ex.^a se é sobre o mesmo assunto já esclarecido. Se for, a Mesa não vai considerar a questão de ordem de V. Ex.^a.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Quero fazer uma reclamação da decisão de V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Tem a palavra V. Ex.^a para uma questão de ordem.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Entendo que essa decisão não corresponde nem ao espírito e nem à letra do Regimento. O Regimento não fala em gravata; fala em um certo traje que represente respeito aos colegas. Por exemplo, V. Ex.^a não estaria trajado para presidir

esta sessão em 1800, em 1840, em 1850. V. Ex.^a escandalizaria o meu avô, com essa roupa que está usando, porque naquele tempo nós usávamos um terno muito mais cerimonioso. Há uma evolução. O Constituinte Gumerindo Milhomem é jovem, veste-se como se veste o povo brasileiro hoje, que não tem sequer dinheiro para comprar gravata, além do que, Sr. Presidente, não houve da parte dele...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência solicita a V. Ex.^a que formule a sua reclamação.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Não houve da parte do ilustre Constituinte nenhuma intenção de desrespeitar a Casa. Ele veio fazer uma denúncia séria, provavelmente distraído esqueceu a gravata. Então, pediria a V. Ex.^a que considerasse nas suas palavras que não houve intenção do colega Deputado e que precisamos nos abrir, nesta Casa, a uma certa evolução cultural. Para todos os padrões, o Deputado Gumerindo Milhomem está convenientemente trajado, e, portanto, não merece a reprimenda que V. Ex.^a lhe passou dessa tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência informa que tomou esta decisão e não fez nenhuma referência ao orador nominalmente que estava na tribuna. A Presidência está apenas fazendo advertência para evitar que outros oradores repitam o orador que estava na tribuna. Mas quem informou à Casa que o Deputado Gumerindo Milhomem estava sem gravata foram os Deputados.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência não concede mais questão de ordem.

O SR. PLÍNIO ARRUDA SAMPAIO: – É para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência solicita de V. Ex.^a permissão para que se possa continuar os trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em primeiro lugar, esta discussão sobre o uso ou não da gravata me parece demonstrar que esta Assembléia Nacional Constituinte vem, seguidamente, se desviando daquilo que deveria ser o seu objetivo central, deixando de refletir aquilo que é a necessidade básica do povo brasileiro, que é a mudança profunda que o País exige. E de fato, tomar como base o traje para que possamos ou não usar a Tribuna, que é o que determina as resoluções da Mesa do Congresso e das Mesas da Câmara e do Senado, me parece, mais uma vez, desconhecer a realidade sobre que nos trás até aqui. Estamos numa Assembléia Nacional Constituinte e com Regimento que acabamos de aprovar. Não há nada sobre a questão de traje e não é o traje que vai dizer exatamente qual a representatividade de cada um, mas os compromissos com o povo, com a luta que cada um desenvolve aqui. Portanto, Sr. Presidente, me parece que poderemos abrir sobre isso uma discussão completamente impertinente, por parte da

Mesa da Assembléia Constituinte, de se aplicarem aqui as determinações da Mesa do Congresso Nacional, especificamente da Câmara dos Deputados. Inclusive, são resoluções dessas Mesas que não refletem aquilo que deveria ser importante. E mais uma vez eu vou-me dobrar a essa imposição para não ter minha palavra cassada. Estou aqui de gravata, mas me considero, apesar dela, tão representativo dos interesses dos trabalhadores, dos compromissos de palanque que nós tivemos. Não será essa gravata que vai-me fazer despir dos compromissos que o PT tem aqui nesta Tribuna, como também nos piquetes de greve, nas passeatas de rua ou em qualquer lugar onde estivermos.

Ocupo esta tribuna para dizer que o povo brasileiro se encontra inteiramente indignado com a atitude tomada pelo Governo Federal, sua interferência nas refinarias e nos portos, colocando o Exército brasileiro e a Marinha, as nossas Forças Armadas, numa interferência interna inteiramente descabida. Além de exorbitante frente àquelas atribuições de defesa externa que deveriam ter as Forças Armadas essa interferência se dirige contra os interesses dos trabalhadores. Isso é o mais grave. Não apenas fugir daquilo para que é paga pelo povo, que é defendê-lo contra as agressões externas. Este assunto deve estar presente nesta Assembléia Constituinte porque quando discutirmos a futura Constituição, de muito pouco vai servir o texto frio da lei.

Trago aqui as nossas propostas, de que as Forças Armadas devem restringir-se à defesa externa, e mais do que isso, devem estar submetidas à hierarquia e à disciplina que emanam da democratização da sociedade brasileira. Portanto, as Forças Armadas não podem ser um corpo incontrolável; elas devem estar submetidas ao Congresso Nacional. Os seus oficiais de comando devem ser eleitos pela tropa, devem ter representantes no Congresso Nacional, que passem também pela aprovação aqui para que essa disciplina das Forças Armadas não seja incontrolável, preste a desferir um golpe de Estado, pela verificação de um avanço do poder popular. E esta Constituinte tem a obrigação de se debruçar sobre isso se não a democracia declarada aqui neste palanque será apenas uma democracia burguesa, uma democracia pró-imperialista, uma democracia subordinada àqueles que controlam as altas patentes das Forças Armadas. Essa é a obrigação desta Assembléia Constituinte, se poder mostrar independente também desses Senhores que vem ditando, ao longo da história brasileira, tudo aquilo que deve fazer e o que não deve fazer o Congresso Nacional, tudo que devem fazer ou não as Forças Armadas. A manifestação de soberania deverá passar também pela quebra desse tabu. Aqui nada se faz sem pensar primeiro o que passa pela cabeça dos generais, nada se faz neste País sem tentar medir o pulso do que acontece no Comando das Forças Armadas. Essa Constituinte não estará em nenhum momento reafirmando a sua soberania e o seu compromisso com o povo se não quebrar esse tabu, se não puder interferir diretamente nas Forças Armadas fazendo uma nova estrutura que poderá quebrar esse monopólio do poder que, na realidade, se encontra na boca dos canhões. Portanto, a tarefa número um de democratização do poder é tirar esse quarto poder, esse poder supremo de interferência e de intervenção a qualquer momento, que se encontra nas mãos dos generais, e que não se sabe a serviço de quem. E quem poderá fazer isso? Nada mais, nada menos do que o povo organizado. Esta Constituinte também só vai-se mover se vier o povo organizado atrás dela.

É este o brado que deixo aqui, ao encerrar este discurso, que o povo organizado faça mover esta Assembléia Constituinte, como o povo organizado arrancou todas as conquistas deste País, que em nenhum momento começaram em primeiro lugar pelas leis, mas pelas ruas, pelas fábricas, pelas escolas, pelos campos, pelo povo organizado em luta. Esse é o desafio e essa é a tarefa que será cumprida. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Com a palavra o nobre Constituinte Ubiratan Spinelli.

O SR. UBIRATAN SPINELLI (PDS – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.):

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Dia 15 se aproxima e no meu Estado, Mato Grosso, o Governador Carlos Bezerra, do PMDB, será empossado. S. Ex.^a esteve aqui, nesta semana, atrás de recursos. Entretanto, temos plena convicção de que Mato Grosso não terá festa. Muito pelo contrário, hoje é um Estado abandonado pelo Governo Federal, abandonado por esta Nova República.

Mato Grosso teve uma intervenção no seu Banco estatal, o BEMAT, e até hoje não conseguiu os recursos de 150 milhões de cruzados para pôr em dia o pagamento do funcionalismo público, cuja folha já está com mais de três meses de atraso. O Governo, que era do PFL, agora passa às mãos do PMDB. Oxalá esse Estado possa ter sorte agora sob o comando do PMDB, porque não foram cumpridas sequer uma das promessas do Presidente José Sarney para Mato Grosso. Pelo contrário, as dívidas que Mato Grosso tem, as dívidas das rodovias federais, Cuiabá-Santarém, que deviam ser encampadas pelo ex-Presidente João Figueiredo, não foram e este Governo não cumpriu inclusive com o edital para a hidroelétrica do Rio Manso. Assim, nós de Mato Grosso não sentimos júbilo por este Governo da Nova República. Vamos ver agora se através do comando do Sr. Carlos Bezerra, possa Mato Grosso ter melhores dias. O PROBOR foi paralisado, a SUDECO da Nova República virou cabide de emprego e todos os organismos estatais estão meio paralisados, principalmente o INCRA, onde temos o nosso Ministro Dante de Oliveira, que praticamente de reforma agrária não fez nada em nosso Estado, a não ser a corrupção que campeia no Vale do Guaporé. Estamos preocupados, inclusive, com o problema do funcionalismo público em nosso Estado. Não entendemos até hoje a encampação do BEMAT. Ontem mesmo assinamos a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para saber se esses cinco bancos estatais foram realmente penalizados. Ontem mesmo vimos pela televisão, diversos secretários do Nordeste brasileiro, inclusive um do Piauí, pedindo socorro ao Governo Federal. Sabemos que a situação é dramática. Por isso há necessidade de irmos aqui em Brasília, sempre de pires na mão, em busca de recursos. Queremos uma reforma tributária mais adequada. Não podemos ter em Mato Grosso as obras das pequenas hidrelétricas, como a Piacás, Caiabis, as rodovias, os armazéns paralisados. No Governo da Nova República, foram aprovados e alocados na SEPLAN recursos para saneamento básico de Cuiabá no valor de 30 milhões de dólares e até hoje, por incrível que pareça, o Ministro João Sayad não autorizou a liberação. Mato Grosso está sendo traído e apunhalado pelas costas pelo Governo da Nova República.

Mato Grosso, que é o Estado
esperança desta Nação, o futuro celeiro
desta Nação, que recebe

gaúchos, paranaenses, catarinenses, paulistas, um Estado que tem solo fértil, que tem um clima espetacular, que tem uma topografia maravilhosa, está sendo esquecido e relegado por esta Nova República. Falam tão mal do Governo passado, do Governo Figueiredo, mas eu pergunto: qual é a obra, nesses dois anos, que o Sr. Ministro Dante de Oliveira, com a força que tem, conseguiu junto ao Presidente José Sarney para Mato Grosso? Nenhuma, pelo contrário, somente sabotagem.

Mato Grosso está sendo apunhalado pelas costas e no meu entender essa Nova República para Mato Grosso já nasceu caduca.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Flávio Palmier da Veiga.

O SR. FLÁVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Estou vivendo um momento de reflexão quando senti na última segunda-feira, em Niterói, o interesse, a vibração da comunidade em participar do debate constitucional.

Na qualidade de Presidente da Associação de Pais e Mestres do Instituto Abel, um dos maiores estabelecimentos de ensino do Estado do Rio, em Niterói, lá organizamos um grupo de estudos constitucionais com representantes de todos os segmentos da sociedade civil. Foi a abertura, a instalação desse trabalho, uma palestra do ex-Ministro Eduardo Portella. O que sentimos? Distribuímos cento e cinquenta convites para líderes comunitários, para representantes de classe e o nosso auditório acolheu aproximadamente quatrocentas pessoas.

Após a palestra, os debates e os temas foram surgindo. Verificamos que um tema em debate criou um consenso dentro da assembleia lá instalada, o voto distrital. O ponto de vista da maioria, o ponto de vista daqueles que lá estavam debatendo o tema foi em defesa e a favor do voto distrital. Achamos, Sr. Presidente e caros Constituintes, que esta Casa deve analisar bem a representação regional dos Estados. Acho que sem o voto distrital a representação fica sem a essência, sem a grandeza da ação daquele que representa aqui o seu Estado. O voto distrital deve ser adotado pela nova Constituinte, porque vai dar mais representatividade, mais identidade do deputado com a sua região. Vai evitar, também, a maior influência do poder econômico, e o homem escolhido para representar o seu Estado será o homem identificado com os segmentos de sua área, será o homem identificado com o vereador, com o prefeito, com o presidente da associação comercial e com os homens dos clubes de serviços. Ele irá captar com mais facilidade as aspirações e a vontade de sua gente e com mais denodo e emoção até irá lutar pelos seus anseios, pelos seus pleitos, pelas suas obras, aqui em Brasília, no Congresso Nacional. Por isso acho importante. Outro tema debatido: a reeleição dos presidentes da República, dos governadores e dos prefeitos. Um homem, ao administrar uma cidade, deve merecer o julgamento do povo como candidato à sua reeleição, porque muitas vezes um prefeito realiza uma grande obra que é interrompida por ele ser proibido de ser candidato a uma reeleição. Lá, por exemplo, no nosso Estado do Rio de Janeiro, temos ótimos prefeitos que realizaram grandiosas obras e que não puderam conti-

nuá-las, porque não tinham o direito, pelos termos da Constituição, de serem novamente candidatos a um novo período.

Todos acharam nesse Seminário que deva existir o direito de reeleição: reeleição do Presidente Jose Sarney. Quem sabe o Presidente José Sarney, com sua equipe, vai mudar o destino deste País e vai gozar novamente do conceito e do aplauso da população brasileira e será candidato à reeleição, podendo, amanhã, continuar sua obra.

No Estado do Rio, teremos agora a posse do novo Governador Moreira Franco. Jovem, cheio de aspirações, de idealismo, defensor de mudanças, com conceito público. Derrotou um dos maiores líderes deste País, o Governador Leonel Brizola. Se ele fizer amanhã como esperamos, uma grande administração, por que não ser reeleito e continuar a obra?

Por isso, trago aqui, Sr. Presidente, estas idéias e digo que a ação parlamentar fora da Constituinte é importante, porque com esses grupos de estudos constitucionais que foram criados no Estado do Rio, em Niterói, na Região dos Lagos e Saquarema, no Centro-norte-fluminense e Bom Jardim, no Sul fluminense e em Mangaratiba, esses grupos servem de canal de ligação entre a Assembléia Nacional Constituinte e a base. Lá se ouve a palavra da associação dos moradores, lá se ouve a palavra das entidades de classe, dos sindicatos; lá estão todos, é a base. E, tudo que surge na base surge com grandeza, surge com essência, surge com positivismo. Por isso, saúdo aqui aqueles que estão participando desse grupo e felicito a ação parlamentar que chega à base em defesa da grandeza constitucional. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palma ao Constituinte João da Mata.

O SR. JOÃO DA MATA (PFL – PB. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Mais uma vez volto a esta tribuna, para falar de um assunto que, na realidade coloca este País numa situação bastante complicada. Já disse aqui que a prioridade da Constituinte é inegável. Mas repito mais uma vez que a prioridade número um deste País é, sem nenhuma dúvida a correção do sistema econômico ora vigente. Não podemos continuar produzindo com os juros bancários no patamar em que se encontram neste presente momento. A indústria já paralisa as suas atividades em vista da impossibilidade de incluir nos seus custos exatamente as despesas financeiras. O comércio se torna inviável. Nenhuma atividade séria, nenhuma atividade sensata neste País pode ter continuidade em vista do programa econômico no qual o Governo insiste em colocar as empresas nacionais em concordata e em falência.

No meu Estado, o Estado da Paraíba o comércio inteiro entra em greve. A semana passada foram as indústrias que, em protesto aos juros, paralisaram todas as suas fábricas. Hoje, precisamente neste momento, são os bancários do Banco do Brasil que se colocaram em greve em 15 cidades do interior e nas agências da Capital, requerendo a sua evidente compensação da defasagem que ocorreu nos seus salários. Presto a minha irrestrita solidariedade a todos esses que, de bom senso, estão partindo para um movimento sadio e lícito visando corrigir essas sérias distorções no nosso sistema econômico. Nós não podemos continuar na situação em que nos encontramos. A insensibilidade do Governo é tamanha que, na realidade, nos deixa descrentes da serie-

dade do Governo na área econômica. Para nós não nos interessam mais explicações de pacotes, de correção, porque, na realidade, nada disso está resolvendo. As balelas são constantes e não temos tido solução de nenhuma natureza. Precisamos resolver os problemas básicos. Precisamos levar condições para que a nossa população a nossa indústria, o nosso comércio continuem produzindo, bem como a nossa agricultura, abalada sensivelmente em vista dessa situação de juros bancários. Tivemos informações que financiamentos da Caixa Econômica Federal, financiamentos subsidiados até, mesmo assim ainda estão com juros à base de 13%. Hoje, o juro vigente na praça é de 25 a 30%, e não podemos, de maneira alguma tolerar esta situação.

Peço, mais uma vez, ao Governo José Sarney, a esse homem que já deu exemplo extraordinários de administração e de seriedade em seu Governo, para que atente para esta situação. A nós não nos interessa preservar uma amizade a custo da falência da Nação. A nós interessa, sim, que este problema seja resolvido e que, de uma vez por todas, o brasileiro tenha da parte do Governo um planejamento eficaz, um planejamento sério para que, assim, também possa fazer, dentro das suas fábricas, dentro do seu setor produtivo, um planejamento para começar a produzir com a tranqüilidade necessária.

É a classe operária que se irrequieta e com justa razão. Aqui, venho dar o meu apoio a quem reclama salários. Sou empresário, mas reconheço que, na realidade, os salários estão defasados, isto em função, naturalmente, do sistema econômico vigente. Nenhuma empresa neste País pode fazer milagre. Geralmente, o Governo ainda exerce um papel que nos deixa constrangida é de jogar a classe empresarial contra a classe assalariada. Isto é o que o Governo vem provocando, esta é a briga que vem naturalmente fazer, com que nossos olhos sejam vedados. É contra isto que aqui me coloco. Tanto a classe assalariada quanto a classe empresarial estão no seu exercício pleno de trabalho justo e com toda a sua honestidade. São esses homens que devem merecer o respeito da Nação e não agora de uma vez por todas, impor a força gigante das multinacionais e do império bancário contra as forças que, na realidade, produzem neste País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente. Sr^a. Constituintes:

O MDB construiu a sua imagem junto ao povo brasileiro como partido político símbolo da resistência ao regime autoritário.

Empunhando a bandeira da democracia, o MDB significou para o povo brasileiro o instrumento capaz, não só de vencer a ditadura, mas também de promover as mudanças destinadas a nos levar à justiça social.

Superando o regime autoritário, estando o Brasil para concretizar a reivindicação máxima da resistência democrática, qual seja a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, o PMDB, sucedâneo do MDB, recebeu nas eleições de 15 de novembro de 1986 a expressão mais veemente de apoio do povo que assim reiterou a confiança no nosso partido e a esperança de vê-lo como mecanismo mais conseqüente para a realização das transformações necessárias

à construção de uma Pátria livre, soberana, democrática e justa.

Hoje, quando a achatamento nacional está fragmentada, combatida por todas as formas de intervencionismo do capital estrangeiro, determinante da desnacionalização da nossa economia; assistimos, humilhados, à submissão de parcelas majoritárias do povo brasileiro à mais aguda miséria.

Hoje, como consequência da ditadura, constatamos a grave crise em que o País está mergulhado, enfrentando a impossibilidade de pagamento de uma dívida externa, contraída de forma fraudulenta por maus brasileiros, que se comprometeram ao nível da consciência, traindo a nossa Pátria e o povo, vendendo o Brasil por três dinheiros.

Hoje, em face da crise, quando a classe trabalhadora e os produtores rurais procuram expressar a sua agonia, o seu inconformismo e a ansiedade por soluções urgentes, pressionando o Governo, o que vemos? Vemos um Governo que precisa de coragem, determinação e patriotismo, mas que precisa, acima de tudo, de apoio político para enfrentar e vencer todo o conjunto de forças, internas e externas, que se aliam contra os interesses nacionais, dispostas a todo tipo de ação para impedir a afirmação da soberania nacional. Mas vemos o mesmo Governo, nos moldes da ditadura que pretendíamos distante, invadir as refinarias e os portos com as tropas militares, resolvendo em nossa memória as tristes lembranças de um passado recente, mancha negra na nossa História.

Vemos, mais uma vez, as nossas Forças Armadas serem envolvidas em missões que se afastam das suas destinações democráticas, empregadas como força de intimidação e repressão ao trabalhador, com todo o desnecessário aparato e espetáculo bélicos contra brasileiros que lutam por melhores condições de vida, acarretando, como consequência imediata, a revolta e a repulsa em um povo que se pretende livre e que se reconhece responsável.

As nossas Forças Armadas, que já foram por demais comprometidas em missões repressivas na fase da ditadura militar, merecem ser preservadas, já que destinadas à nobre tarefa de defesa da Pátria.

É preciso respeitar as nossas Forças Armadas, não lhes exigindo a cumprimento de missões antidemocráticas que apenas as distanciam de afeto e do reconhecimento do povo brasileiro.

O Presidente José Sarney, Comandante Supremo das Forças Armadas, não pode expô-las à execução pública.

É preciso, isto sim, dotar as nossas Forças Armadas de meios para impedir as diversas formas de invasão do nosso território, com fronteiras vulneráveis e com portos e aeroportos clandestinos, pelos quais escoam, através dos mais variados expedientes, os nossos recursos não renováveis e são praticados todos os tipos de contrabando.

É preciso dar meios às nossas Forças Armadas para verificar o que ocorre nas áreas sob os famigerados contratos de risco, porta aberta e fachada legal não para a prospecção de petróleo, mas, principalmente, para exploração e roubo dos nossos minerais estratégicos.

É preciso dotar as nossas Forças Armadas de meios para impedir a destruição da nossa fauna e da nossa flora, além da invasão para a pesca clandestina do nosso mar territorial.

É preciso integrar as nossas Forças Armadas ao grande esforço para a superação da crise, não com força de esmagamento do movimento sindi-

cal, mas como instituições permanentes e atentas à verdadeira proteção do País.

A greve é um direito do trabalhador, sendo a força da negociação e não a força das armas o veículo político hábil para a solução dos impasses entre patrões e empregados, mesmo quando o patrão é o Governo.

Assim, o PMDB, que tem a grande responsabilidade de conduzir a transição pacífica para a democracia, não pode silenciar e muito menos se submeter. O PMDB há de ser o condutor do processo de transição, devendo levantar a sua voz, a partir de agora e enquanto é tempo, porque sérios e indesejáveis antecedentes começam a se manifestar, numa demonstração clara de retrocesso político, cujas consequências são imprevisíveis, já que o povo não acatará uma nova camisa de força.

O PMDB não pode continuar sendo um partido dúbio, um mero organismo do qual é cobrado apoio irrestrito a um Governo transitório. O PMDB tem que demonstrar que não é o partido de conchavos de gabinetes e nem guichê para atendimento de interesses ou de vaidades individuais. O PMDB, por seu passado e presente, há de levantar a bandeira do Pacto Nacional, para que todos os brasileiros, com ou sem farda, participem de uma luta que não pode mais ser adiada, pois é a luta de um povo pela sua liberdade política e econômica; pois é a luta de um povo pela justiça social; pois é a luta de um povo pela sua independência e soberania. É a luta do povo pela democracia.

O PMDB tem o dever histórico de mobilizar o povo contra o pagamento da dívida externa, apoiando e erigindo o aprofundamento das medidas, iniciais e ainda tímidas, levadas a efeito pelo Presidente José Sarney.

O PMDB tem o dever de exigir uma efetiva auditoria da dívida externa, imoral por todos os aspectos, que não pode ser paga, posto que tem levado à morte 350.000 crianças em um ano, sacrifício que não pode figurar apenas como um simples dado estatístico. O PMDB tem o dever de apoiar e exigira aceleração da reforma agrária, iniciada pelo Presidente José Sarney, mas que ainda tem os seus pasme entevados por dificuldades conhecidas.

O PMDB tem que afirmar, alto e bom som, que a fome não pode continuar sendo o principal problema de um país que tem mais de oito milhões de quilômetros quadrados de terras férteis e produtivas e trabalhadores dispostos a ocupá-las para produzir alimentos para o povo.

O PMDB, partido da esperança, tem o dever, enfim, de dar cabal demonstração de que o povo; ao consagrá-lo nas urnas, não foi enganado, não foi induzido por um engodo que se esvaiu depois do último 15 de novembro.

O PMDB, partido da mudança, caso silencie, estará definitivamente desmoralizado e será o grande representante de uma farsa contra qual devemos nos insurgir em respeito às nossas convicções e em homenagem àqueles que nos confiaram a sua representação na Assembléia Nacional Constituinte.

Quando o povo, cansado e revoltado, ocupar as ruas e as praças públicas exigindo mudanças, nada poderá detê-lo, e os verdadeiros democratas e patriotas estarão ao lado do povo.

Espero que o PMDB também esteja lá. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ruben Figueiró.

O SR. RUBEM: FIGUEIRÓ (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos chegando ao momento exato para a realização de mudanças. Não aquelas de aparência. Não as demagógicas. Mas mudanças verdadeiras, corajosas e radicais.

Pergunto-me se os homens do poder estariam suficientemente encorajados para enfrentarem e realizarem tais mudanças. Sinceramente não saberia eu responder a este tipo de indagação. As mudanças exigem destemor, ainda que coadunadas com a vontade da maioria do povo.

A história recente do Brasil vem mostrando, sem disfarces, a tendência dos governos a governarem para agradar a determinados grupos, sempre poderosos e manipuladores de segmentos fechados da sociedade.

Esperava-se, e ainda se espera, que a Nova República assim não agisse. Entretanto, as decepções, detectadas nos mais diversos quadrantes do País, comprovam, à sociedade, exatamente o oposto. A Nova República se volta, com evidências inegáveis, à aceitação da imposição que a ela faz aqueles poderosos, em detrimento do clamor do povo, que não suporta as dificuldades que à obrigado a assumir.

Reclamo, Sr. Presidente, de imediato, mudanças na economia do País. Se o cruzeiro desesperou e envergonhou o cidadão brasileiro, o cruzado parece querer levar a população à loucura. Há um clima de desespero. Não se pode negar este fenômeno. Há um ambiente de inquietação generalizado. E não podemos fechar os olhos a esta realidade. Há instalada a descrença.

Os juros são vergonhosos, coloca-se o controle da economia brasileira em mãos de banqueiros. O representante" do BRADESCO cumpriu fielmente o seu "papel". Sai o BRADESCO da direção do Banco Central do Brasil. Entra o Unibanco, na pessoa de um cidadão de nacionalidade francesa.

O dinheiro voltou a ser a mercadoria mais cara e difícil. É assim que os banqueiros querem e é disto que eles gostam. O Governo, entretanto, se mostra impotente e inseguro para romper com o domínio do setor financeiro e bancário. Todos estamos sujeitos e subordinados a este segmento. Com o cruzeiro, era assim. Com o Cinzeiro, as coisas, que pareciam estar mudando, ficaram, agora, piores. Onde a coragem e os meios para rompemos este círculo vicioso?

Se esta coragem não for achada nesta Assembléia Nacional Constituinte, ela menos se achará no poder executivo que, na Nova República, consideradas as experiências da Velha República, nada mais faz que estar colocando "remendo novo em pano velho".

O "Pano Velho" a que me refiro eu o posso identificar em dois exemplos. O primeiro, as dívidas externa e interna. O segundo, na supremacia dos banqueiros sobre todos os demais segmentos da sociedade.

A Nova República nada fez para mudar o panorama dramático, trágico e vergonhosa daquelas dívidas. Continuamos devendo, sem condições de pagar. Renegocia-se a dívida externa e endividando-se mais o País. Internamente, os compromissos igualmente não são solucionados, especialmente com a chamada dívida social.

Somos todos submetidos ao regime da agiotagem internacional, contra a qual deveríamos apresentar reações e resistências sérias e coerentes. Era isto o que todos esperávamos da Nova República. Nada aconteceu.

Antes, os impostos foram elevados. Empréstimos compulsórios foram criados. Taxas novas surgiram, enquanto as velhas taxas foram acrescidas no valor cobrado. O Imposto de Renda vem como um pesadelo a partir de 1987. O assalariado fica mais sacrificado do que antes. A inflação, que se quis acabar por decreto, volta galopante. Os preços disparam e os salários são contidos sob sofismas realmente falsos. O custo das mercadorias, em decorrência do preço do dinheiro e dos juros elevados, torna-se insuportável.

Os métodos antigos são repetidos agora o remendo novo em pano velho. Enquanto isto os banqueiros reinam, absolutamente, intocáveis, tanto os nacionais, quanto os de fora. Todos nos aniquilam e sufocam, respaldados por uma política econômica que carece ser revista visando o seu abandono e a sua substituição por outra mais condizente com a realidade e a situação brasileiras.

Somos uma Assembléia Nacional Constituinte. As esperanças do povo não repousam sobre o Poder Executivo, pois o povo, de há muito passou a desconfiar dos governantes. O povo espera desta Assembléia tudo. E seremos os mais indignos e irresponsáveis, entre todos os brasileiros, se decepcionarmos o povo brasileiro.

Penso que esta Assembléia precisa e deve manifestar-se sobre esta quadro que acabo de descrever, o qual é do conhecimento de toda a Nação. Para tanto, tenho uma sugestão que coloco em termos de proposta.

Considerando a gravidade do momento, que a todos se mostra evidente, deve este Plenário examinar em profundidade a situação da economia brasileira, profundas soluções exequíveis e capazes de resolvermos problemas que ora estamos enfrentando sob agruras.

Mesmo decidindo-se acima e além de preceitos regimentais, este plenário precisa dignar um grupo de constituintes, onde se vise a representatividade de todos os partidos, grupo este que não chamamos de comissão pela sua não previsão no regimento interno, que deverá, num prazo máximo de oito dias, propor soluções para a economia do País, proposições aquelas que, uma vez aprovadas, terão vigência sob a forma de projeto de Revisão, com inscrição certa no projeto da comissão se assim couber jurídica e tecnicamente.

Devem ser pressupostos da proposta daquele grupo:

a) O equacionamento dos problemas decorrentes da dívida externa brasileira;

b) Idem em relação à dívida interna;

c) A sistematização da economia em relação ao capital e ao trabalho, as leis naturais de mercado, o poder da moeda, a incidência de impostos e de taxas, a tripartição dos tributos entre a União, os Estados e os Municípios, o controle e o lastro da moeda, as taxas de juros, a ganância e a usura;

d) A descentralização da economia e a justa distribuição da renda;

e) Os limites de ação e a competência do Banco Central do Brasil, o sistema bancário brasileiro, os estabelecimentos de crédito das redes oficial e privada, privatização ou estatização do sistema e da economia como um todo;

f) O crédito, os subsídios, os prazos de financiamento e todos os demais assuntos conexos ou correlatos ao todo dos pressupostos aqui enunciados.

Não deve esta Assembléia Nacional Constituinte assistir, passiva e pacificamente, à edição de pacotes ou a adoção de medidas que não respon-

dam, na área econômica, aos anseios e aos reclamos do povo. E nem ainda deve permitir que maiores encargos e sofrimentos sejam acrescidos aos que, atualmente, já sobrecarregam o povo.

Daí esta proposta, que ora formulo, esperando o seu exame pela Presidência desta Assembléia, como também por todos os meus ilustres pares.

Temos nos comportado como espectadores privilegiados. Precisamos assumir a posição de juizes da economia brasileira. Não nos basta a postura de críticos. Necessariamente temos que adotar procedimentos que dimensionem a nossa responsabilidade com o momento atual. O desafio se põe sobre esta Casa, ante os olhares indagadores de toda a Nação. Respondamos ao desafio e assumamos a política econômica do País, pois, do modo como as coisas andam, somente esta Assembléia pode responder aos apelos e às agruras do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Luiz de Sá.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Estamos ultimando trabalho de elaboração legislativa, baseado em estudos a cargo dos órgãos técnicos da Câmara dos Deputados e a ser apresentado a uma das Comissões Temáticas da Constituinte, com vistas a propiciar um tratamento justo, correto e mais humano ao trabalhador inativo, de tal sorte que a aposentadoria não seja a projeção de uma sombra de incertezas sobre o futuro e uma ameaça à tranqüilidade que deveria ele sentir, ao aproximar-se o momento de receber o prêmio merecido, após 30 ou mais anos de duro e freqüentemente mal recompensado labor.

Somos dos que entendem que, nesta soberana Assembléia Geral do povo brasileiro, todos os assuntos e cada um dos problemas que afligem a população deste País devem ser exaustivamente debatidos, até que nós, delegados investidos de representação e poder políticos explícitos, decidamos, pelo voto majoritário e democrático, quais os dispositivos que merecerão figurar na ora nascente Carta Constitucional.

Por isso é que pensamos devam ser amplamente exteriorizadas todas as dúvidas, expostos todos os questionamentos e apresentados todos os arrazoados que justifiquem tal ou qual ponto de vista, de acordo com a percepção de cada um, a fim de que, da discussão geral, resulte a indicação dos melhores caminhos, sejam estes os das vias constitucionais, sejam os das leis ordinárias e sua regulamentação, quando exigida.

Especificamente, queremos agora fazer umas quantas colocações concernentes ao problema do aposentado, com o objetivo de reforçar o debate que se vem travando há algum tempo sobre a matéria, tanto no Legislativo quanto no Executivo, sem grandes avanços conhecidos.

O que se sabe, por exemplo, na área governamental, ou seja, dentro do Ministério da Previdência Social, é que cresce a Lua que pretende exigir a idade mínima de 55 anos para a aposentadoria voluntária.

Vemos alguns graves erros de análise nessa imposição, sendo o maior deles o fato de que a expectativa de vida do nosso trabalhador é bem baixa, principalmente em face da de outros países, do que resulta uma situação desumana, já que virá privar, se estabelecida na legislação, o operário brasileiro de boa parte, melhor dizendo, da

maior parte dos poucos anos que lhe restarão – ou mesmo impedindo-o de chegar sequer a retirar-se para a inatividade remunerada

Infelizmente, e como agravante desse quadro socialmente injusto, o que se tem constatado é que o trabalhador nunca para totalmente: nem nas férias, nem ao aposentar-se primeiro porque não tem condição financeira para passeios e lazeres integrais; segundo porque, se tiver alguma saúde, irá fatalmente procurar novas atividades remuneradas, talvez por conta própria, mas premido invariavelmente pela necessidade de suplementar o magro benefício pago pelo IAPAS.

Não é raro encontrar-se o menino que começa a trabalhar com 14 anos, idade mínima, e que eventualmente completará 35 anos de serviço, tempo que lhe garantirá a aposentadoria chamada integral, isto é, aquela que lhe proporcionará 100% da média dos últimos 3 anos, com salários-benefício da inatividade. Em tempos inflacionários, essa média é absolutamente injusta e ineficiente, e somente a expectativa de suplementar esses parcos ganhos com nova atividade é que lhe fazem renascer a esperança de levar um fim de vida menos atribulado, junto à sua família, certamente já aumentada pelos netos, a essa altura.

Ora, aí então terá ele 49 anos de idade. Será humanamente aceitável prendê-lo mais 6 anos, antes de permitir-lhe aposentadoria voluntária?

Nos aumentos, ou reposições salariais, devem os aposentados receber tratamento partidário, tanto na freqüência e nas datas de vigência quanto nos percentuais concedidos. Se assim não for, estará caracterizada a continuação de odiosa discriminação.

Vejamos outros pontos que merecem também atenção especial:

1) os beneficiários do segurado falecido devem permanecer nessa situação em qualquer circunstância normal e sem rebates;

2) o 13º salário deve ser pago na folha do mês;

3) salários de até 10 vezes o mínimo devem ficar isentos do Imposto de Renda

O assunto não se esgota nesses itens, evidentemente, e merecerá, estamos certos, o atento estudo dos nobres Constituintes, nesta hora de decisões permanentes. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Sobrinho

O SR OSVALDO SOBRINHO (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago a esta Assembléia Nacional Constituinte os reclamos do povo matogrossense. Nos últimos anos a agricultura do meu Estado vem sofrendo as mais clamorosas e ingratas situações que se pode impor a um Estado.

Estive, na última segunda-feira, no Município de Mirassol do Oeste, quando ali a população rural, empresários, comerciantes, pequenos empresários, saíram às ruas para protestar contra a política agrícola do Governo Federal. Tivemos a oportunidade de visitar alguns armazéns da CASEMAT e da CIBRAZEM, quando pudemos sentir que aqueles armazéns, ainda com as safras de 1984, 1985 e 1986 todos eles completamente lotados – arroz, soja, milho e sorgo apodrecendo – e o que é pior, já aí os agricultores colhendo a nova safra de 1987, sem as mínimas condições de estocagem para os seus produtos, simplesmente por falta de responsabilidade dos órgãos encarregados do setor.

Não é possível que o País, que no ano passado comprou arroz da Malásia, do Ceilão, da Argentina, do Uruguai e de outros países: esteja perdendo arroz nos armazéns do Centro-Oeste, apodrecendo a céu aberto e ainda temos aqui a oportunidade de escutar que este País está morrendo de fome, que faltam alimentos para a população.

O que falta na verdade é preparo aos homens públicos; o que falta na verdade é responsabilidade desta República de atender ao produtor, de atender às necessidades daqueles que produzem, de fazer com que se incentive a produção, mas que dê condições para que o agricultor e o empresário coloquem no mercado o seu produto e dessa forma a população brasileira tenha condições de receber os frutos do trabalho do homem que lava a terra.

Portanto, aqui o protesto do povo mato-grossense, o protesto do trabalhador do Município de Mirassol do Oeste, de Clídes, de Sinop, de Alta Floresta, de todo o norte mato-grossense, quanto à política agrícola, quanto à política bancária, quanto à política desenvolvida pelo Governo do meu Partido no setor de produção deste País.

Portanto, fica aqui lavrado o nosso protesto, o protesto do povo mato-grossense, na Assembléia Nacional Constituinte. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Com a palavra o nobre Constituinte Orlando Pacheco.

O SR. ORLANDO PACHECO (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nota-se, ultimamente, uma indiscriminada difusão de críticas injustificáveis e mordazes contra o Presidente José Sarney.

Vivendo-se, como hoje, em um regime democrático, é natural haver críticas pois a liberdade – de criticar, inclusive –, é um dos postulados da democracia. O que não se pode admitir é a crítica irracional, de má fé, a crítica gratuita, que nada constrói.

Vejamos o que publica a revista *Veja*, de 25 de fevereiro passado:

"O apogeu do Presidente Sarney teve o brilho e a consistência de um meteoro. Durou um ano. Nº 28 de fevereiro de 1986, o Presidente foi à TV, matou o Cruzeiro, criou o Cruzado e anunciou um plano para manter a inflação em níveis irrelevantes, melhorar a vida das camadas mais pobres da população e fazer a economia crescer mais de 10% ao ano. Por essa via, supunha-se, Sarney e sua audaciosa reforma seriam capazes de estabilizar o Governo até o fim de seu mandato. Na semana passada, às vésperas do 28, de fevereiro de 1987, o Presidente José Sarney voltou à TV – para confessar que o País quebrou. Com uma taxa mensal superior a 16%, a inflação do Cruzado é pior que a do Cruzeiro. Estávamos todos num grande banquete", disse o Presidente Sarney na semana passada. "Na hora de pagar a conta, todos foram embora e eu pago sozinho."

Na verdade, quando do lançamento do Plano Cruzado, poucas vozes se ergueram contra a ousadia da medida. Ouviam-se, sim, aplausos e loas ao Presidente que, pela primeira vez na história econômica do País, teve coragem de enfrentar a hidra inflacionária com medidas de consequências imediatas, mobilizando a população, beneficiada com a estabilização dos preços e com a melhoria do seu poder aquisitivo, permitindo a

milhares de brasileiros o acesso a bens de consumo que sempre lhes fora negado.

Entretanto, circunstâncias outras passaram a interferir no processo – e aí podemos citar a ganância de muitos empresários, os interesses escusos de grupos desejosos de desestabilizar o governo, a falta de patriotismo de alguns maus brasileiros, dentre outros fatores igualmente perversos. As mercadorias simplesmente desapareceram, o ágio e a especulação campearam saltos, a inflação recrudescer – e começaram as críticas.

Ao invés do indispensável apoio ao Presidente neste difícil momento de crise e transição, vemos, ao contrário, vozes implacáveis, culpando-o de todos os desacertos. Mais lamentável é perceber que muitas dessas críticas partem daqueles que, no apogeu do sucesso do Plano Cruzado, estiveram ao seu lado, procurando tirar proveito da popularidade então gerada.

Seria infantil esperar que problemas da magnitude dos que o Brasil enfrenta – grande parte dos quais herdados dos governos anteriores –, sejam resolvidos por passe de mágica. Reajustamentos têm que ser feitos, acordos postos em prática, e tudo isso demanda tempo, exigindo de todos uma parcela de sacrifício, um pouco de paciência e compreensão, até que ocorram as necessárias acomodações.

O próprio Plenário da Constituinte tem sido palco de cenas deprimentes de ataques e atos de rebeldia contra o Presidente Sarney que precisam, a qualquer custo, ser evitados, sob pena de se lhe torna impossível a espinhosa missão de governar dentro de uma crise econômica que só pode ser enfrentada e debelada com a colaboração de todos.

Por oportuno, gostaríamos de citar outro comentário da revista *Veja*, de 11 de fevereiro passado, como um brado de alerta a todos os que, com suas posturas, atitudes e palavras, tentam denegrir a ilustre figura do nosso Presidente:

"O dilema político da Constituinte é o mesmo que tem perseguido a esquerda e os liberais neste século. Quando uma esquerda em minoria se soma aos liberais, o resultado é a paz Se, em vez disso, os liberais se somam aos conservadores, a conta é a guerra. Nos anos 30, os comunistas dirigidos por Josef Stalin fizeram da social-democracia e do liberalismo seu inimigo prioritário – o saldo na Alemanha, foi a ascensão de Hitler e, na Itália, um novo fôlego ao fascismo. No pós-guerra, a esquerda uniu-se aos liberais, e por essa estrada nasceram as democracias estáveis do Ocidente."

Da própria história extraímos, pois, essa lição: não nos resta outro caminho senão o do consenso, da coesão em torno do Presidente Sarney, na busca de um denominador comum que leve o País à estabilidade democrática, ansiada por toda a sociedade brasileira.

Tenho dito. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente Sra. e Srs. Constituintes:

Neste momento histórico e decisivo da vida política da Nação brasileira, não podemos deixar de refletir sobre as graves responsabilidades que nos foram atribuídas, como constituintes. A elabo

ração de nossa Carta Magna, documento definidor da relação entre o cidadão e o Estado, leva-nos a essa reflexão e a um ato de fé inspirado na mais sólida doutrina cristã.

Nosso compromisso é com o povo brasileiro, o qual deveremos oferecer uma Constituição justa, que iguale todos os cidadãos tanto nos seus deveres quanto nas obrigações como também nos seus sagrados direitos. Documento de amplo alcance social, deve ser ele diferente daqueles que até hoje vigoraram, desde a Ordenações Filipinas, passando pela Cartas Imperiais, até às que foram elaboradas no regime republicano.

Os tempos modernos tomam necessário um instrumento legal compatível com os anseios e aspirações de uma Nação que deve marchar para o seu destino histórico de grande potência mundial.

Ao se iniciarem os trabalhos do Congresso Constituinte ocorrem-nos palavras de São Marcos no Evangelho: "Se tudo pode crer, tudo é possível ao que crê" (cap. 9º v. 22).

Assim, queremos deixar expresso perante o altar da Pátria o nosso credo de constituinte, que sintetiza os princípios que sustentamos a defendemos:

CREIO em Deus o Supremo Criador do Universo;

CREIO que o poder do povo e em seu nome deve ser exercido;

CREIO nas instituições que sustentam o regime democrático;

CREIO na Força e na ascensão do povo em busca de melhor qualidade de vida;

CREIO na conciliação e na harmonia do capital como trabalho;

CREIO nos jovens; nas crianças, que devemos amparar, para que dirijam o amanhã da Pátria;

CREIO na Família e em sua integridade;

CREIO nos políticos datadas as ideologias, certo de que estarão à altura da responsabilidade de elaboração de uma nova Carta Constitucional;

CREIO no trabalhador brasileiro, jovem ou idoso, das forjas ou do intelecto, que um nos dias de hoje para construir o futuro da Pátria;

CREIO em todos aqueles que contribuem para o desenvolvimento da Nação brasileira;

CREIO na força da terra como celeiro do mundo e como riqueza aberta a todos os brasileiros;

CREIO na justiça, cujo Poder reclama imediata modernização para o perfeito cumprimento de suas funções;

CREIO nas Forças Armadas, como garantia de nossa soberania;

CREIO no progresso e na justiça social, ferramentas indispensáveis para levar o povo e a Nação brasileira à condição de potência e esta a serviço da Paz e da Humanidade.

Finalmente, fazemos nossas as célebres palavras de Ruy Barbosa, mais atuais do que nunca:

"Rejeito as doutrinas de arbítrio; abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares; detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública; odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas e republicanas; oponho-me aos governos de seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância; e quando estase traduz pela abolição geral das grandes instituições do país nos focos mais altos da sua cultura, a estúpida selvageria dessa fórmula administrativa impressiona-me como o bramir de um oceano de barbárie

ameaçando as fronteiras de nossa nacionalidade".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vasco Alves.

O SR. VASCO ALVES (PMDH – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Constituintes.

Por ocasião da interrupção dos nossos trabalhos, durante os feriados de carnaval, estive no meu Estado. Devo dizer, Sr. Presidente que regressei triste e decepcionado com a realidade que encontrei nas ruas do Espírito Santo, e que certamente não é uma realidade apenas do meu Estado. O povo brasileiro está decepcionado, perplexo e impotente diante da política econômica que se pratica atualmente no Brasil, pois voltamos rapidamente ao tempo em que todos os preços aumentam desmedidamente sem qualquer controle, enquanto os salários dos trabalhadores estão cada vez mais defasados, com um menor poder de compra a cada dia que passa.

Vimos agora as estatísticas divulgadas pela CNBB quando do lançamento da Campanha da Fraternidade. Temos 36 milhões de crianças carente no Brasil, enquanto os miseráveis desempregados ou subempregados somam 54 milhões. Um contingente de quase 100 milhões de brasileiros a cada dia que passa, diante dos aumentos nos preços de praticamente tudo deixa de comer e passa necessidades ainda mais angustiantes. Não podemos silenciar, continuar aqui discutindo questões muitas vezes irrelevantes, enquanto nas ruas o povo se encontra humilhado e indefeso, desesperado e descrente. Esta situação, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, exige de nós posições muito firmes, pois não podemos compactuar com uma política econômica que represente a continuação do estado de miséria de nossa população.

O que proponho neste momento é que, ao mesmo tempo e que vamos iniciar as discussões sobre os capítulos que farão parte da nova constituição, onde certamente teremos oportunidade de incluir medidas que possam reverter este deplorável estado de coisas, que agora, de forma urgente e inadiável, pressionemos as autoridades a adotarem medidas concretas que venham minorar a situação de penúria de nosso povo. Os salários estão comprimidos e o custo de vida está crescendo sem qualquer controle.

As nossas autoridades deste País devem ter em sua consciência, sempre, que precisam agir com rapidez e eficiência no combate à miséria, à fome e ao desamparo em que se encontra a maioria expressiva da população, principalmente a infância desnutrida. O quadro que encontramos nesses dias que passamos em nosso Estado é desesperador, e isto precisa ser denunciado e enfrentado com a urgência que a gravidade da situação requer. O povo exige medidas urgentes que amenizem seus dramas cotidiano caso contrário, as conseqüências serão imprevisíveis.

Outro assunto que me traz à tribuna é que ninguém pode fechar os olhos diante do lançamento da Campanha da Fraternidade deste ano, com o tema "Quem acolhe o menor, a mim acolhe", e das estatísticas divulgadas pela CNBB, revelando que temos 36 milhões de menores carentes, dos quais 7 milhões estão completamente abandonados, a maioria empurrados para a delinqüência. É este, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Consti-

tuintes, o futuro que iremos construir para este País?

Temos que adotar medidas urgentes e imediatas e, sabemos, um bom começo seria a fixação de um salário mínimo que permita aos trabalhadores chefes de família prover a alimentação correta, a educação e a saúde de seus filhos, como aliás determina a Constituição em vigor, embora isto não seja cumprido desde a promulgação da atual Carta. Contra esta pretensão, que seria uma questão no mínimo de justiça social um início do processo de resgate das nossas multidões de miseráveis muitos proeminentes de nossa elite privilegiada se batem, argumentando que um salário mínimo de Cz\$ 6 mil (cruzados) geraria uma enorme onda de desemprego. Segundo esses empresários, os mesmos que no final do ano passado andaram pregando a desobediência civil – como se eles houvessem prestado obediência civil alguma vez na vida, com suas permanentes remarcações de preços – um salário maior significaria desemprego e recessão, enquanto os salários irrisórios que hoje eles pagam aos trabalhadores mantém esta situação de desespero em que vive a enorme maioria das famílias brasileiras.

A CNBB, com a sabedoria dos nossos pastores, escolheu para a Campanha da Fraternidade deste ano um tema que ao mesmo tempo é um alerta aos cristãos para a imperiosa necessidade de prestar solidariedade aos miseráveis e famintos, mas também uma advertência aos governantes, sobretudo às autoridades econômicas. O governo tem a obrigação de rever sua política, pois hoje sabemos que o povo está comendo menos a cada dia, o cotidiano dos chefes de família é desesperado e angustiante, e essa multidão de menores abandonados é um verdadeiro exército a exigir atitudes e repostas já, pois as conseqüências da situação em que estão colocados na sociedade brasileira significam um verdadeiro desastre para o nosso futuro como Nação.

Para cada um dos nossos menores abandonados e carentes, o caminho da marginalização e delinqüência e uma chaga que irá marcar de forma inexorável as suas vidas. Para o Brasil como Nação, a falta desses filhos no trabalho produtivo e construtivo, será um desastre comparável ao flagelo de uma guerra fratricida. Urgem providências Sr. Presidente e Sr^s e Srs. Constituintes, pois não teremos o direito de nos arrepender depois. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

É hora do Governo respeitar a Constituição, pois enquanto não for modificada está em vigor, e tal não acontece na furiosa e inconstitucional investida do Imposto de Renda sobre o indefeso contribuinte, mormente da classe média brasileira.

O mesmo pode-se dizer do justificado protesto dos agricultores, de quem o Banco do Brasil está querendo cobrar descabida correção monetária sobre financiamentos contratados sem a correção, introduzida a **posteriori** por decreto inconstitucional.

Outra arbitrariedade foi cometida, com a absurda decisão de voltar a cobrar a correção monetária sobre as dívidas fiscais, onerando sobremodo as empresas com imposto de Renda a pagar, referente ao ano-base de 1986. O novo Decreto-lei nº 2.323/87 determinou a atualização dos débitos

fiscais que, em vez de terem seu valor em trocados, passam a ser expressos em nº de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

Terminado o período de veraneio e passada a euforia do carnaval, os brasileiros voltam à sua rotina e têm que dirigir suas atenções para outro tipo de bateria, que não é propriamente a das escolas de samba ou dos blocos carnavalescos.

Com o fim do subsídio ao trigo previsto para amanhã, subirão os preços do pão, da massa e dos biscoitos, em percentuais a serem ainda definidos pelo Ministério da Fazenda.

As tarifas de energia elétrica já estão mais caras: 36,5% de aumento na residencial, 47% na industrial e 34,7% na comercial, de acordo com Portaria do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. Como os novos preços não levam em conta a inflação de fevereiro a março, está previsto mais um reajuste este ano.

Enquanto isso, para cerca de oito milhões de brasileiros, além de enfrentar no dia a dia a luta inglória contra a alta dos preços, os juros extorsivos, as contas a pagar, num esforço desgastante, chegou a hora de preencher os formulários da declaração do Imposto de Renda e acertar as contas com o "Leão".

E a perplexidade, o desencanto, a frustração, a insegurança e a revolta mais uma vez tornam conta do contribuinte brasileiro, ao constatar que realmente o sonho acabou, que o Plano Cruzado foi um engodo e que a voracidade fiscal da Nova República é uma cruel realidade.

Realmente, quem não levou a sério as "recomendações" do Secretário da Receita Federal, e não fez uma poupança extra durante o segundo semestre de 1986, reservando uma certa quantia para cumprir suas obrigações e seu dever perante o implacável fisco, certamente vai ter uma surpresa muito desagradável.

O Governo Federal, de fértil "imaginação criadora", reteve, proporcionalmente, menos imposto na fonte, em 1986 e o contribuinte, iludido, passou a ter uma renda adicional que, agora, terá que obrigatoriamente recolher aos cofres da Receita.

Assim, por distorções da tabela, que prejudicou o sistema de bases correntes, e graças a casuísticos utilizados pelo Governo, a pessoa física chegará à declaração com uma carga de imposto como até hoje nunca pagou, até porque o Imposto de Renda efetivo subiu, e muito, em relação a anos anteriores. Mesmo aqueles que normalmente tinham imposto a receber de volta, neste ano de 1987 nada receberão, mas passarão a pagar ou, quem sabe, "generosamente", receberão alguma restituição, mas bem menos do que estavam acostumados a receber.

Chegamos, assim, à conclusão de que o Governo comete um novo equívoco, insistindo em repetir um velho erro, lançando sobre o contribuinte um pacote tributário, como uma "bomba de efeito retardado", com a perversidade adicional de novamente sobrecarregar os assalariados, concentrados na classe média, sem dúvida os mais fiéis, pontuais e indefesos pagadores de Imposto de Renda do País.

Ocorre, ainda, neste ano, uma situação peculiar. Ao deixar de devolver corretamente em 1986 o que recolheu a mais em 1985, na fonte, a Receita Federal passa a ser credora e devedora em relação ao contribuinte, ao mesmo tempo. E este, como é que fica? Não deixa de ser uma ironia o Governo querer cobrar a mais e ainda dever ao contribuinte as devoluções do ano-base de 1985, que parcelou em quatro vezes e que só terminará de devolver em 1989, como "presente de aniversário" ao contribuinte.

E os casuismos não param aí, evidentes em outras regras introduzidas no corrente ano. Em 1986, o imposto devido podia ser pago em até oito vezes. Hoje, o parcelamento é de apenas seis meses e com um agravante: o pagamento da primeira parcela foi antecipado de abril para março, justamente no mês em que o orçamento familiar é acrescido de outras despesas, como matrícula, uniforme e material escolar.

A inadimplência de muitos contribuintes certamente será uma realidade. E a própria Receita Federal deve estar temerosa com a possibilidade do contribuinte, que se encontra descapitalizado, decretar a sua "moratória unilateral", a exemplo do que fez o próprio Governo, e deixar os seus débitos caírem na Dívida Ativa da União.

O desespero tem sido urna constante no dia a dia dos assalariados brasileiros, ao se depararem com o brutal avanço do Estado sobre o seu bolso de contribuintes, que além do Imposto de Renda tem que arcar com outros tributos, diretos e indiretos, disfarçados muitas vezes sob a forma de taxas e contribuições compulsórias.

O Governo tornou a classe média o bode expiatório de sua insensata política econômica. Com seu voraz apetite fiscal, o governo está levando os assalariados em geral a um violento processo de empobrecimento. Se fez uma "opção pelos pobres", como está sempre a proclamar, não é fazendo recair sobre a classe, média o ônus do "déficit" público, que vai conseguir atingir seus objetivos. Ao contrário, está a cometer uma grande injustiça, fazendo-a contribuir para pagar despesas que não aprovou e que resultam da ineficiência da máquina estatal.

Por outro lado, mais uma arbitrariedade foi cometida, com a absurda decisão de voltar a cobrar a correção monetária sobre as dívidas fiscais, operando sobremodo as empresas com Imposto de Renda a pagar, referente ao ano-base 1986. Um novo Decreto-lei, o de nº 2.323/87, determinou a atualização dos débitos fiscais que, em vez de terem seu valor em cruzados, passam a ser expressos em nº de Obrigações do Tesouro Nacional (OTN).

Isso significa que o aumento do imposto a pagar das empresas é inevitável, pois fecharam o balanço em 31 de dezembro, e agora, para pagar o imposto devido, serão obrigados a usar a OTN de março e, se optarem pelo parcelamento, quitarão seu débito pelo valor da OTN no mês do pagamento.

O que é isso, Sr. Presidente e Sr^s e Srs. Constituintes, senão um aumento indireto de tributo? Trata-se, sem dúvida, de um desrespeito às normas constitucionais vigentes, pois a norma entrou em vigor somente em março, com efeito retroativo sobre o imposto apurado em dezembro, ferindo o princípio constitucional da anualidade, pelo qual a cobrança da correção só poderia ter sido instituída antes do término do exercício fiscal, isto é, até 31 de dezembro, para vigorar no próximo exercício.

Diante de tal situação, cabe ao Governo ter a coragem de reconhecer seus erros. Não é possível afastar o fantasma da recessão por decreto e seria muito cruel ao próprio Presidente Sarney descobrir que a queda das atividades econômicas pode trazer o fim da democracia e que a política feita na base da improvisação pode levar o país ao confronto.

É hora de dar um basta a esta situação.

É preciso definir normas gerais e acabar com o elenco de decretos-leis, de instruções normativas e outros instrumentos casuísticos. O cami-

nho é outro. Aponta na direção de fortalecer e ampliar a iniciativa privada, restabelecer a confiança dos investidores, definir os gastos governamentais, eliminar o **déficit** público e reduzir os impostos, minimizando todas as eventuais possibilidades de uma recessão.

A opinião pública está atenta e espera por providências e novos rumos, espera por uma política econômica coerente, sem amadorismo, sem fantasias, sem improvisações, para contornar a crise que se agiganta em todo o País; espera por uma nova ordem jurídico-institucional que dê estabilidade e tranqüilidade aos cidadãos brasileiros.

E é isso, Sr. Presidente e Sr^s e Srs. Constituintes, que tanto o Governo como nós, Constituintes, devemos ter sempre presente, se desejamos evitar maiores sofrimentos para a Nação.

Sr. Presidente, nobres Constituintes, a continuar dessa forma nós estamos gerando impasse sobre impasse, crise sobre crise. E ainda há pouco se comentava de que os problemas da dívida externa são decorrentes da desorganização interna, da economia e da dívida interna do Governo. Ainda não se fizeram refletir sobre a economia nacional os problemas da dívida externa; estamos vivendo as conseqüências da dívida interna. Logo mais estas também recairão sobre a economia, sobre a dívida interna do País e sobre a economia nacional. E aí espero que esta Casa esteja preparada para fazer aquilo que o Governo não está conseguindo fazer. Muito obrigado! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sérgio Brito.

O SR. SÉRGIO BRITO (PFL – BA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As pacíficas manifestações de protestos dos agricultores e pecuaristas brasileiros, ocorridas nesta semana, revelam, de forma inequívoca, um sentimento de frustração, desencanto, descrédito e desesperança, que se verifica entre os que vivem e trabalham no meio rural, diante da falta de diretrizes a uma adequada política oficial para o setor.

Mais significativos ainda, demonstram a insustentável situação em que se encontra a agropecuária nacional a qual vem sofrendo acelerado processo de desestruturação, descapitalização e empobrecimento.

Na Bahia, por exemplo, Sr. Presidente, em importantes municípios produtores, como Itapetinga principal pólo pecuarista baiano – Iitororó, Itambé, Ibicuí, Firmino Alves, Buerarema, Vitória da Conquista, enfim, em todo o sudoeste e outras áreas do Estado, verifica-se um quadro verdadeiramente desalentador por absoluta falta de recursos financeiros, pecuaristas, cafeicultores e cafeicultores obrigam-se a paralisar suas atividades e a dispensar mão-de-obra, provocando idênticas repercussões na área do comércio, portanto, com graves conseqüências econômicas e sociais para a região.

A origem de tamanha insatisfação é o duplo castigo injusto que o governo vem impondo aos produtores rurais. De um lado, a fixação de preços de comercialização bastante abaixo dos próprios custos de produção; de outro, a abrupta elevação dos juros nos créditos de investimento e custeio para o setor, o que inviabiliza completamente as atividades da agropecuária.

Os casos de defasagem nos preços do leite e da carne são bastante exemplificadores do quanto o Ministério da Agricultura tem-se mostrado alheio à realidade, adotando medidas mera-

mente paliativas e circunstanciais, inócuas até, como as tímidas compensações fiscais à desajustada estrutura de custos e preços de tais produtos.

Aos abnegados pecuaristas de Itapetinga, Iitororó e dos demais centros produtores da Bahia e do País, não tem restado outra alternativa, infelizmente, do que suspender o trabalho e os investimentos e entregar suas terras à voracidade dos especuladores imobiliários. O mesmo ocorre com relação às principais culturas agrícolas, cujas lavouras começam a ter suas áreas reduzidas, sob a devastadora perspectiva de total suspensão do plantio, depois da grande safra da presente colheita que se obtém graças ao esforço das classes produtoras, em 1986.

Em fevereiro do ano passado, Sr. Presidente, quando a Nação encheu-se de esperanças com o Plano Cruzado, apregou-se, alto e bom som, que o Brasil deixava de ser o País dos especuladores para voltar a reconhecer o valor e a importância dos que produzem, estimular os investimentos e punir a ociosidade econômica.

Durante a campanha às eleições dos governadores, ao Congresso Constituinte e às Assembleias Legislativas, as forças políticas de apoio ao Governo Federal notabilizaram sua pregação junto ao povo pela defesa dos postulados da então reforma econômica, ou seja, assumindo o compromisso pela manutenção de juros aceitáveis, a preservação das conquistas salariais e, acima de tudo, a valorização do trabalho, da produção e do crescimento econômico.

As promessas solenes do Presidente José Sarney, inclusive na manhã do dia 15 de novembro, em entrevista à televisão, de que referidos princípios seriam preservados, constituiu-se no fator primordial para o resultado das umas amplamente favorável ao governo e condizente com a grande confiança popular que então lhe era depositada.

Os trabalhadores e proprietários rurais, os assalariados dos centros urbanos, os funcionários públicos, as donas de casa, os comerciantes, os industriais, enfim, todos agora se sentem enganados e consideram aqueles compromissos de campanha como verdadeiros engodos eleitorais.

Na realidade, com a liberação das taxas de juros e anão correção real dos salários e dos preços de produtos agropecuários, o Governo incentivava a especulação financeira, provoca o arrocho e a recessão, desestimulando a produção, o trabalho, a competência, assim também o consumo de bens essenciais à digna sobrevivência da população.

Sr. Presidente, a seca continua a ser um grande flagelo para a Bahia e todo o Nordeste. Mas o principal motivo da dramática situação que neste instante aflige os baianos, os nordestinos e os brasileiros da cidade e do campo é o flagelo da desestruturação de nossa economia, a inércia governamental quanto ao combate às verdadeiras causas da inflação e da crise, afinal, a complacência com a exorbitância dos lucros auferidos pelo improdutivo sistema financeiro aqui instalado.

Estou, portanto, solidário com os agricultores e pecuaristas, em seu justo e patriótico movimento que reivindica tratamento adequado à agropecuária, cujo fortalecimento é imprescindível para o desenvolvimento nacional.

Ao Governo, o meu mais veemente apelo para que sejam adotadas medidas urgentes e capazes de resolver as questões do endividamento dos produtores, bem como a imediata liberação dos créditos especiais destinados às áreas atingidas

pela seca, sob pena de, em curto prazo, atingirmos uma situação de caráter irreversível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vítor Buaiz.

O SR. VÍTOR BUAIZ (PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Espírito Santo é um Estado em que a ação predatória dos grandes empresários e latifundiários nacionais e multinacionais tem-se feito de forma marcante. Enquanto isso, os trabalhadores sem-terra fazem uma romaria que saiu do Município de São Mateus, a 220 quilômetros da Capital, no último dia 8 de março para, durante o seu trajeto até Vitória, denunciar a necessidade de uma reforma agrária que faça justiça ao homem do campo.

Enquanto os Governadores eleitos a 15 de novembro reclamam da falta de recursos e da grande dívida interna do Estado, impedindo o cumprimento dos seus programas com vistas a metas sociais, o atual Governador do Espírito Santo, Sr. José Moraes, pressiona o Departamento de Ações Básicas de Saúde e Ações Ambientais, da nossa Secretaria de Saúde, para dar um parecer favorável a um pedido da Ara Cruz Celulose, empresa multinacional que pretende duplicar a sua produção. Hoje, a Ara Cruz Celulose produz nada menos do que 475 mil toneladas de celulose por ano, quer passar a produzir 1 milhão de toneladas por ano, tomando-se assim a maior indústria do gênero no mundo, cobrindo de eucalipto uma área correspondente a 2,5% (dois e meio por cento) do Estado do Espírito Santo.

Vitória, hoje, é a segunda capital mais poluída do País, a devastação das florestas capixabas fez com que permanecesse apenas 1,5% (um e meio) da nossa vegetação nativa.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, o que mais agrava o problema é que os técnicos credenciados pelo Governo para dar um parecer ao relatório de impacto ambiental da Ara Cruz Celulose, receberam individualmente a importância de 30 mil cruzados, passando por cima dos protestos das dezenas de entidades capixabas e nacionais de proteção ao meio ambiente.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que interesses estarão por trás dessa decisão do atual Governador do Estado, Sr. José Moraes, em final de mandato, aprovando o relatório a toque de caixa, sem um debate mais amplo com a sociedade civil.

No momento em que a Assembléia Nacional Constituinte se prepara para reunir-se em comissões temáticas, preocupada em ouvir o povo sobre problemas de capital importância como a política salarial, a política agrícola, habitacional, saúde, educação, meio ambiente, faço um apelo da tribuna desta Casa, para que os companheiros, não só do Espírito Santo, mas de todo o País manifestem o seu protesto, o seu repúdio, junto ao Governo do Espírito Santo, pois está em jogo a sobrevivência de várias gerações.

Neste momento em que ocupo esta tribuna, a sociedade capixaba está inteiramente mobilizada em torno desta questão crucial. Pela nossa omissão, companheiros, seremos responsabilizados por toda a humanidade num futuro próximo, pois o descaso com o poder público, com a qualidade de vida do nosso povo, já desnutrido e marginalizado do processo de decisão, tem sido uma

constante por todo esse imenso território nacional.

Gostaria, Sr. Presidente, que fizesse constar nos Anais da Casa um documento da Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies, assinado pelo naturalista André Ruschi.

Muito obrigado. (Muito Bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. VÍTOR BUAIZ EM SEU DISCURSO;

SOCIEDADE PROTETORA DA DIVERSIDADE DAS ESPÉCIES

Utilidade Pública Municipal – Lei nº 4.980 de 4/80
Utilidade Pública Estadual – Lei nº 4.477 de 12/84

Campinas, 6 de março de 1987

OMISSÃO BRASILEIRA

Sr. Redator

No dia 12 de março de 1987 o Brasil assistirá mais uma omissão do povo brasileiro o de seus governantes. Será que não aprendemos nunca?

Neste dia, em Vitória, ES, o Sr. Secretário da Saúde do Estado do ES, Dr. Arildo de Abreu e o atual governador José Moraes, pretendem conceder licenciamento para a indústria de celulose Ara Cruz Celulose ampliar sua produção de 475.000 t/ano para 1.000.000 t/ano tornando-se assim a maior indústria do gênero no mundo.

Meu Deus!

Serão aplicados US\$ 1 bilhão, sendo parte financiado pelo BNDES, sendo pago em 10 anos, segundo a empresa.

Algumas das implicações deste projeto, citadas nos jornais locais **A Gazeta e A Tribuna**, e levantadas pelas entidades ambientalistas capixabas são:

1) Acentuar a concentração fundiária fazendo com que somente uma empresa detenha 2,5% da superfície do Estado.

2) Redução da área da produção de alimentos em favor de uma monocultura de Eucaliptos.

3) Aumento Significativo da poluição ambiental tanto marinha como atmosférica. Não existe nenhuma avaliação dos níveis de resistência do ambiente marinho local ao teor de detritos lançados atualmente. Estranhas mortes de peixes estão acontecendo no litoral capixaba a quase 3 meses já.

4) O custo médio por emprego gerado será do 53.221 OTN, que corresponde a mais de 25 vezes o custo médio relativo ao Espírito Santo.

Conforme o artigo 11 da resolução número um do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que garante o seguinte acesso ao Rima (Relatório de Impacto Ambiental) elaborado pelo DAA (Departamento de Ações Ambientais da Secretaria da Saúde) – elaborei um ofício endereçado ao Governador do Estado solicitando cópia deste relatório e demais informações disponíveis em nome de várias entidades ambientalistas, sediadas em São Paulo interessadas na questão. Para minha "surpresa" não recebi nada ainda. Será que vão mandar só depois da licença concedida?

E por falar nisto, tudo está sendo feito a toque de caixa, para que tudo aconteça antes do Ex.º Sr. Max Mauro, Governador eleito, tomar posse no dia 15. A empresa, por sua vez, está com todo o projeto pronto, todos os esquemas montados para fincar na terra, de uma vez só, tudo o que ela quer. Acontece que esta terra é de brasileiros

e não me consta a Ara Cruz Celulose ser capital nacional. Gostaria de saber quem é esta eminência parda internacional, pois sem dúvida deverá ser pessoa que ama muito o seu próprio país.

A Sociedade Espírito – Santense dos Engenheiros Agrônomos, Associação do Engenheiros Florestais, Associação Profissional dos Técnicos Agrícolas, Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente, o Sindicato dos Engenheiros do Espírito Santo conseguiram acesso ao relatório, mas receberam um prazo insignificante para analisá-lo. Algo como 10 dias apenas, para analisar uma questão de tal monta. Isso tudo está muito estranho.

Conforme informações pessoais parece que este relatório poderia ter sido liberado praticamente em dezembro/86.

Se foi segurado até agora, por que foi e por quem?

E qual é o apoio legal que eles têm para não terem liberado este relatório em tempo hábil para análise?

Por que esta licença ou decisão precisa ser obtida a toque de caixa antes do dia 15 de março de 1987?

Ao que me consta, estamos em uma pseudo moratória ou algo do gênero. Pois como vai se liberar cerca de US\$ 530 milhões via BIRD-BNDES? E nós pagaremos mais juros para lucro exclusivo de uma multinacional. Quem paga isso? É o povo brasileiro? Então que parem e ouçam o povo brasileiro, senão terão que ouvir a força da lei brasileira e do seu povo, que irá que irá acioná-la sem dúvida alguma. Teremos no mínimo 60 entidades ambientalistas capixabas, paulistas, cariocas, mineiras, paranaenses e sulistas trabalhando nesta questão, além de Associações dos Moradores regionais. Mas não basta. Temos que ser definitivamente firmes com questões de risco nacional. Não é apenas o Espírito Santo que está sendo invadido; não é apenas a Reserva Indígena local que foi alijada da para plantio de eucaliptos; não é apenas mais uma fábrica de celulose; é a terra brasileira!

A única coisa que condiciona a liberação deste empréstimo pelo BNDES é a licença do órgão ambiental estadual.

Resta-nos rezar e esperar?

O ecossistema é o canteiro de obras da economia de um estado. Se o canteiro de obras sofre danos ele precisa ser consertado. Isto representa mais insumos para alcançar a mesma produtividade. Evidentemente que isto provocará alta de preços e inflação. Porém com o ecossistema preservado, não se alterará a razão proporcional de insumos (tratamento de gases, tratamento de água, irrigação, erosão, etc.), e o sistema econômico é preservado. Preservar corretamente o meio ambiente também é preservar o sistema econômico e a nação das aerações futuras.

A produtividade ecológica mantém uma certa relação com a produtividade econômica. Não é possível produzir arroz ou milho ou feijão na Groenlândia, ou trigo no Nordeste ou feijão no rio Amazonas, ou peixe na terra, etc.

Cada ambiente tem seu limite próprio de produtividade, e de residência para receber uma certa quantidade do impacto ambiental.

Por esta razão é que é necessário e útil um planejamento ecológico auxiliar para um planejamento econômico.

Uma nação, um estado, deve ser planejado como um conjunto de organismos vivos, com o máximo de autonomia e auto-suficiência possíveis. A auto-suficiência não é simplesmente o equilíbrio da balança comercial. A auto-suficiência

é acima de tudo, e principalmente, a produção de alimentos e insumos básicos suficientes para manter a população de um determinado estado sem compromisso de produção futura.

Caso haja comprometimento da produção futura para haver auto-suficiência no presente, os índices de comprometimento precisam ser muito bem avaliados e controlados rigidamente para que não se inicie um processo de bola de neve irreversível. É a falência ecológica e conseqüentemente a falência econômica também.

A região em questão, o município de Ara Cruz, Serra, Linhares, Vitória, Vila Velha e adjacências, possui um litoral marinho não simplesmente de grande beleza paisagística, mas também, caso isto interesse aos economistas que sei serem muito interessados no "bem comum", é um dos ecossistemas mais produtivos de todo o oceano Atlântico. As possibilidades da aquicultura da região são praticamente ilimitadas e ocupam uma área de aproximadamente 200 km². Já que estamos entregando o selo brasileiro para exploração alheia, por que então não fazermos um consórcio estatal com os japoneses para uma fazenda de aquicultura? Com certeza não será necessário a US\$ 1 bilhão, e o lucro será por volta disso, além de empregar-se cerca de 100.000 pescadores nativos, desenvolver *Know How* nacional para explorar conscientemente os milhares de kms de nosso litoral, e preservar uma iniciativa, mas sim escolher a melhor iniciativa. Por que foram escolher justamente uma iniciativa que põe em risco a maior mina de ouro que este azarado estado do Espírito Santo possui?

Alguém pode me oferecer uma razão pelo menos objetiva, para isto?

Dentro de 10 anos (quando a Ara Cruz Celulose vai começar a dar lucro) o Brasil estará necessitando de alimentos desesperadamente e a aquicultura na região será impossível de implantar-se caso continue neste ritmo as permissões daquele governo de lá. Dentro de 20 anos, a Ara Cruz Celulose estará em franco processo de decadência pois seu habitat não suportará o impacto e o Brasil estará morto de fome também. Em 30 anos a Ara Cruz Celulose terá fechado suas portas no local, e não haverá possibilidade de implantar-se quase nada na região – pois como dizia Augusto Ruschi se em 20 anos (1966 a 1986) – secaram 6 rios no norte do Estado, nos próximos 30 anos secarão 60 rios. Sem água vão fazer o quê? Para um novo ciclo ecológico estabelecer-se serão necessários bem mais do que 20, 30, 40 ou 100 anos. Estaremos comprometendo dezenas de gerações condenando-as a miséria, a fome, a ignorância.

O povo que joga seus descendentes em desgraça é a escória humana. É maldito como tudo o que ele cria.

Será que é preciso dizer que o emissário marinho que lança os dejetos líquidos da fábrica no mar, está localizado exatamente no centro daquela fantástica região de aquicultura?

E que não existe nenhum estudo da influência dos dejetos sobre a biota local?

Quem foi o ilustre técnico responsável pelo parecer técnico deste setor?

A omissão é generalizada incluindo o povo!

Numa questão de tal magnitude, em pleno século XX, em plena democracia, em plena constituinte, como podem todos vocês ficarem calados, trancados, derrotados antes mesmo de lutarem? Como vocês esperam dar um mundo sadio para seus filhos? Lembrem-se que um câncer social destrói irremediavelmente qualquer sociedade por mais sólida e desenvolvida que ela seja.

Sem luta não há alternativa. Precisamos criar espaço para discutir a situação e agir, acionando quem quer que seja e forçando-os realmente a pensar um pouco melhor.

Ignorância crassa é crime!

André Ruschi, Biólogo-Educador.

Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies – Campinas-SP

Câmara Federal-DF 10-3-87 Tlx NR 2884 Costa Exmº Sr. Governador do Estado do Espírito Santo

Sr. José Moraes Vitória-ES

Durante nossa estada em Vitória, nos feriados de carnaval, tomamos conhecimento de que o relatório de impacto ambiental do DAA da Secretária de Saúde no qual a ARACRUZ CELULOSE pretende duplicar sua produção. No Espírito Santo deveria ser aprovado até o dia 12-3 apesar de todas as manifestações da sociedade civil capixaba de que seria necessário um tempo maior para que os técnicos pudessem analisar de forma mais aprofundada um projeto de tal envergadura. Manifestamos esta preocupação ao Governador eleito, Max de Freitas Mauro, em reunião conjunta com a Executiva, os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, na impossibilidade de fazê-lo pessoalmente, estamos nos dirigindo a V. Ex.^a, conscientes da co-responsabilidade da classe política, independente de partido, em gerir os destinos de nosso Estado na defesa dos interesses maiores da qualidade de vida do povo que representamos. Temos a certeza de que V. Ex.^a jamais tomaria uma decisão final antes de ouvir os parlamentares da Bancada Federal e Estadual recém-eleitos, os segmentos sociais envolvidos diretamente na questão do meio ambiente a nível regional e nacional.

Colocando-nos ao inteiro dispor de V. Ex.^a apresentamos nossas respeitadas saudações. Deputado **Vitor Buaiz** (PT – ES).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Com a palavra o nobre Constituinte Jayme Paliarin.

O SR. JAYME PALIARIN (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sou calouro nesta Casa, mas quero, nesta oportunidade, prestar uma homenagem ao povo evangélico brasileiro, especialmente ao povo evangélico pentecostal. Esse povo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, representa no Brasil cerca de 15 milhões de brasileiros, praticamente 10% da nossa população.

No entanto, esse povo tem sofrido toda sorte de discriminação. A imprensa falada, escrita, televisada quando se refere a este povo se refere não "dando a César o que é de César ou a Deus o que é de Deus," isto é, não colocando este povo no lugar que ele merece, mas se refere ao mesmo no sentido pejorativo.

S. Ex.^a o Senhor Presidente da República, que nas decisões nacionais tem ouvido a CUT, CGT, CNBB, OAB, nunca teve interesse em ouvir qualquer liderança desse povo. As autoridades policiais, especialmente Delegados de polícia, que não têm conhecimentos da Ciência do Direito ou pouco conhecimento da Ciência do Direito, e conhecimento nenhum constitucional, em muitas cidades do Brasil têm invadido Igrejas Pentecostais na hora dos cultos, prendendo os pastores e, às vezes, não contentes em prenderem os líderes, os pastores, eles trancam a Igreja e levam para a Delegacia a chave da Igreja.

O Povo Evangélico Pentecostal é um povo que não está querendo privilégios para si, mas quer direitos iguais para todos. E é por esse motivo que as lideranças Pentecostais no Brasil, vendo todas essas perseguições, resolveu em alguns Estados ocupar o espaço político na área federal, indicando alguns membros de várias Igrejas Pentecostais, e o resultado é que esta Casa que na outra legislatura, na legislatura anterior, contava com apenas dois Deputados pentecostais, está contando nesta legislatura com dezoito Deputados evangélicos pentecostais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, este povo se esmera na pregação da palavra de Deus, procurando os bons costumes e na suas reuniões, com portas abertas, têm intercedido a favor de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a favor de Governos estaduais, de Deputados e autoridades que exercem uma partícula de poder. É por este motivo que nesta hora prestamos a nossa homenagem a este povo evangélico pentecostal e acreditamos que nesta Casa os Deputados cristãos evangélicos, juntamente com os Srs. Deputados de outras correntes religiosas, mas que também acreditam em Deus, estarão trabalhando juntos para elaborarem uma Constituição livre e democrática, soberana com direitos e deveres, mas acima de tudo uma Constituição voltada para o social.

São as palavras que tínhamos a dizer nesta oportunidade, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Erico Pegoraro.

O SR. ERICO PEGORARO (PFL – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A manifestação dos produtores e agricultores rurais feita na última semana, de forma ordeira e organizada, foi no sentido de buscar fazer com que as autoridades da área econômica e financeira voltem os olhos com seriedade para as dificuldades por que passa a agricultura e a pecuária, seja regional ou nacionalmente.

As reivindicações dos produtores rurais, principalmente dos pequenos e médios agricultores do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, enfim, do Brasil, é um alerta às autoridades da área econômica e financeira, um alerta ao Sr. Ministro da Agricultura, Governador Íris Rezende, no sentido de que se tome medidas eficazes, definitivas e cabais de atendimento ao pequeno e médio agricultor do Brasil.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é necessário aqui que se debata temas constitucionais e permitam aos Srs. Constituintes que, mais uma vez, chegue a este microfone para dizer que as determinações, que as ordens e o que é expedido pelo Sr. Ministro da Fazenda não são cumpridos, principalmente pelo Banco Central. Na última quinta-feira, na agência do Banco do Brasil em São Lourenço, no Rio Grande do Sul, e também na agência do Banco do Brasil em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, foi cobrado dos pequenos produtores rurais taxa de correção monetária de financiamento feito no período compreendido entre 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987.

E mais aberrante ainda, Srs. Constituintes, é que uma comunicação interna do Banco do Brasil, por determinação do Banco Central diz o seguinte:

"Aos mutuários que eventualmente suscitarem dúvidas porque esperavam reajustes apenas em março de 1987, deverá ser-lhes esclarecido que a atualização visa a decorrer de determinação regulamentar da Comissão de Valores Mobiliários do Banco Central do Brasil".

Veja V. Ex^a, Sr. Presidente, como é de se lamentar que determinação oriunda do Ministro da Fazenda em cominação com a Comissão Parlamentar de Defesa da Agricultura, de que determinação acertada entre o Ministro da Agricultura e o Ministro da Fazenda, expedida há mais de 25 dias, ainda o Banco Central teima em não cumprir, teima em cobrar do pequeno agricultor taxa de correção monetária nos financiamentos compreendidos entre 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987.

Urge, Sr. Presidente, que se dê um bônus-colheita ao pequeno agricultor para que ele possa fazer frente à colheita de verão e que se dê uma moratória aos financiamentos dados aos pequenos e médios agricultores como forma de, no dia de amanhã, não termos alimentos na mesa do trabalhador, não termos alimentos nas mesas das pessoas que moram na cidade.

Essa é a única formada temos, Sr. Presidente, de buscarmos recuperar a crise que estamos entrando nesta hora, de recessão, de desemprego, uma crise que não tem conhecimento na história política, administrativa e financeira do País, se não dermos uma cobertura necessária ao pequeno e médio agricultor.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Marques.

O SR. LUIZ MARQUES (PFL – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Como cearense, ex-companheiro de equipe de Governo e, principalmente como brasileiro, não poderia deixar congratular-me com o Presidente José Sarney e com o Ministro da Indústria e do Comércio, Dr. José Hugo Castelo Branco, pela feliz nomeação do economista Paulo Lustosa, que na legislatura passada abrilhantou com seu talento esta Casa, para a presidência do CEBRAE – Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa.

Com este ato, Sr. Presidente, temos a plena certeza de que a questão da micro, pequena e média empresa ganha foro ministerial e encontrará soluções rápidas e precisas como o problema de desburocratização, que não foi resolvido ainda mais aprofundadamente devido à saída daquele ilustre cearense de Sobral do Ministério de real importância para este País.

Não estamos sendo perdulários nos nossos elogios, Srs. Constituintes, porque o dinamismo de Paulo Lustosa é nacionalmente reconhecido.

Agora mesmo, quando a imprensa noticia um movimento de repúdio de pequenos e microempresários à escorchante taxa de juros que lhes é imposta pelo sistema financeiro, Lustosa, em menos de cinco dias úteis de exercício do cargo de presidente do CEBRAE, já tem equacionadas várias soluções.

O Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa já obteve a promessa do Presidente José Sarney da criação de novas linhas de crédito para pequenos e médios empresários, a principal delas no Banco do Brasil, que deverá dispor de Cz\$ 20 bilhões, ajuros de 3% ao ano mais a variação

das OTN, para atender a nada menos de 60 mil empresários de pequeno porte.

Contudo, mesmo sem contar com ela – que sozinha será superior às aplicações dos bancos privados até no ano passado – estão já programadas linhas de crédito que somam Cz\$ 18 bilhões, através da Resolução nº 695 do Banco Central, que permite aplicações de 12% do depósito compulsório recolhido pela rede bancária, a juros subsidiados, para as microempresas que atingiram Cz\$ 15 milhões em 1986.

Foi autorizado ainda que o Banco do Brasil atue neste ano como agente do BNDES para programas de financiamentos a microempresas, principalmente do setor agropecuário. Em recente encontro com o presidente da Caixa Econômica Federal, o ex-Senador Marcos Freire, começaram a concretizar-se os entendimentos para que aquela instituição abra linhas especiais de crédito para empresas de pequeno e médio portes, semelhante à aberta pelo Banco do Brasil.

Não ate razão, assim, para tanto pessimismo por parte dos nossos homens de pequenos negócios. O Governo colocou a seu serviço um dos maiores aliados que eles poderiam ter e um dos mais brilhantes brasileiros com os quais tivemos a satisfação de trabalhar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O S R. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Affif Domingos.

O SR. AFFIF DOMINGOS (PL – SP. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago hoje a esta tribuna os primeiros dados daquilo que antes seria uma preocupação e agora se torna uma dura realidade.

Começo a falar, a respeito das pequenas empresas que acreditaram no Plano Cruzado, se endividaram, e hoje chegam à situação da insolvência.

Acabo de receber do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, os dados preliminares das insolvências na Capital paulista no mês de fevereiro. Títulos protestados: aumento de 481%. No número desses títulos um acréscimo já de 21%. Concordatas requeridas: fevereiro de 1986: seis concordatas; fevereiro de 1987: 24 concordatas – o maior número observado desde dezembro de 1984. Pessoas Físicas, Serviço de Proteção ao Crédito: um aumento de negativos de 16%, e uma diminuição de reabilitados de 30%.

Aqui estão os primeiros indicadores daquilo que nós já alertávamos, já dizíamos, mas que infelizmente éramos afogados pela mídia da publicidade oficial, que enfiava goela abaixo da sociedade uma realidade que, na verdade, não existia, porque a hora da verdade aqui está. Não preciso dizer dos agricultores em idêntica situação. E gostaria, agora, de poder colocar dentro deste quadro, aproveitando, inclusive, a presença neste plenário do ilustre, então Líder do Governo, Pimenta da Veiga, que no ano passado, ou em 1985, na Câmara Federal, quando aqui veio o pacote tributário de 1985, e eu aqui estive como Presidente do Movimento de Defesa do Contribuinte, mostrando aos Srs. Parlamentares que naquele instante se estava montando um engodo à Nação, um engodo à classe operária, um engodo à classe média, pois pela manipulação dos dados os ilustres Srs. Líderes Parlamentares estavam sendo enganados pela equipe econômica do Governo.

O Congresso Nacional foi levado a erro naquele final de ano. Não nos adiantava insistir, porque a forma como foi levada a votação do pacote tributário, inclusive com a viagem marcada do ilustre Presidente, fazia com que, junto com a comitiva de parlamentares, deveria ter pressa na aprovação do pacote tributário, e ele foi aprovado em 48 horas, quando muitos parlamentares, que depois o aprovaram, disseram que não leram, pois não tinham noção daquilo que estava dentro do conteúdo.

O Congresso foi enganado, sim, e a verdade vem agora, em março, quando um dos maiores assaltos tributários dos últimos tempos, vai pegar não só a classe média, mas o grosso da classe trabalhadora. E tenho certeza que também o Presidente Sarney foi enganado naquela ocasião.

E neste instante, aqui nesta tribuna, quando abriremos os trabalhos da Câmara, tão logo tenhamos assentado a parte regimental, há necessidade do representante da equipe econômica vir explicar aquilo que foi feito em 85; tem que explicar por que, hoje, alguém que tem dinheiro para receber vai ser chamado a pagar e não terá direito de receber aquilo que o Governo lhe deve.

Senhores esses dados em conjunto com o confisco que será da ordem de 20% em média do salário ou dos rendimentos da própria classe média, irá agravar ainda mais essa situação de insolvência porque, com 20% de confisco da renda de quem consome, nós teremos então a recessão, recessão condenada pelo Presidente Sarney, recessão condenada pela própria sociedade, mas a recessão imposta pela equipe econômica, que terá que vir aqui no Congresso, no plenário da Câmara, explicar por que mentiu, não só à Câmara, ao Congresso Nacional mas também a toda sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Cunha.

O SR. JOÃO CUNHA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso, Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os fatos de hoje, no Brasil, me justificam lembrar o Cardeal Piet, o qual afirmava que "a prudência se encontra em toda a parte". E pode acontecer que, de um momento para o outro, a coragem não esteja em lugar nenhum neste País. Nós temos a prudência na questão da soberania desta Constituinte. Quando meu Partido admitiu discuti-la quebrou-a ao meio, em nome de uma prudência que pudesse encaminhar uma composição de poder. Em nome da prudência, a questão econômica tem sido tratada na base da omissão e não do enfrentamento necessário no plano interno, com os banqueiros nacionais. E explícito dois bancos: o BRADESCO e o ITAÚ, que, donos do Banco Central, através do Sr. Bracher, praticamente estelionato em nome da traição do Plano Cruzado, contra a Nação brasileira, impondo-lhe uma transferência de recursos e de patrimônio, da ordem de cento e cinco bilhões de cruzados, no dia 1º de março.

Em nome da prudência, temos visto atitudes de silêncio diante de um Coronel Ustra. E não quero admitir que o Senhor Presidente da República, meu amigo, a quem tenho sustentado com apoio político, admita não enquadrar no Regimento Disciplinar do Exército, mandando prendê-lo e demitindo-o das funções o General Medeiros, Himmter da ditadura de 64 no tempo do Governo

João Baptista Figueiredo. Homem sinistro das informações e que quer trazer o seu espírito aqui, e agora, com a palavra inoportuna, a palavra que já deveria ter sido silenciada, querendo advertir a Presidência da República. O Ministro do Exército não tem o direito do silêncio e da omissão; o enquadramento, a prisão e a demissão das suas funções, é obrigação que lhe decorre da sua própria função de Ministro pena de sua autoridade ser diminuída e de ser demitido das próprias funções, em termos políticos e morais.

Em nome da prudência, Sr. Presidente, a questão da dívida externa vem sendo tratada como está. O Sr. Ditam Funaro andando pelo mundo, nos Estados Unidos recebido num corredor, na França dando entrevistas numa garagem, no Japão sendo advertido e recebido por 10 minutos por um ministro japonês, impondo a vergonha a Nação brasileira, submetendo ao vexame e quebrando-lhe a soberania a nível internacional; os credores do Brasil que negociaram com a ditadura safada, aqui montada ao longo de duas décadas devem saber que contrataram com bandidos e quem contrata e empresta para bandidos e estelionatários não pode pretender cobrar de uma Nação que foi esmagada ao longo de duas décadas. E não é o Ministro da Nova República, apadrinhador da traição do Plano Cruzado, que pode neste instante, propor-se a nível internacional, a nos envergonhar, em nome da prudência.

Sr. Presidente, encerrando, a prudência hoje mostrou seu aspecto, quando um Deputado decentemente vestido, porque não tinha gravata, todos ou quase todos se sentiram vexados, escandalizados e, no entanto, ninguém se escandalizou quando um Deputado do sotaque português impôs a Assembléia Nacional Constituinte o vexame de quebrar e transformar sua soberania como numa meia virgindade, como numa meia honra, como se isso fosse possível!

Sr. Presidente, encenando.

Com esse tipo de prudência não construiremos urna grande Nação; com esse tipo de prudência que o Presidente diz ter, em nome da coragem, com esse tipo de prudência que temos vivido, a Nação vai assistir uma grande farsa que terminará com um documento apequenado que não expressará o sonho de grande Nação, Pátria do evangelho e celeiro do mundo como deve ser o destino do Brasil.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas!).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Octávio Elísio.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Vim para esta Casa comprometido com a luta por uma Constituinte aberta, democrática, livre e soberana, que elabore uma Constituição nova que não apenas consolide a democracia neste País, mas também defina marcos e direções, que permitam as mudanças sociais e econômicas que a sociedade brasileira tanto deseja e já reclama impacientemente. Dentre tais mudanças, está a Educação.

Sou professor universitário, vivido na luta contra o desprezo a que foi delegada a Educação neste País. Fui Secretário da Educação dos governos de Tancredo Neves e Hélio Garcia no meu Estado Minas Gerais. Senti fortemente a impotência frente a limitação dos recursos para a Educação, diante de escolas mal-equipadas, prédios a serem ampliados ou construídos, professores mal pa-

gos, e o que é mais grave o divórcio entre a escola, a sua proposta pedagógica e a realidade social dos alunos que a frequentam.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Governo da Nova República não resgatou os seus compromissos com a Educação. O Ministério da Educação ainda não resolveu sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto. Fazendo soar a campainha.): – A Presidência solicita a contribuição dos Srs. Constituintes para que o Orador possa continuar o seu pronunciamento.

O SR. OCTÁVIO ELÍSIO: – Continuando, Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Ministério da Educação não resgatou a dívida deste País com a educação, nem mesmo aliviou a angústia pela qual passa as escolas de 1º e 2º Graus e a Universidade. A Universidade de Brasília já fez uma assembléia geral de professores e começa este ano letivo debatendo, em salas de aula, a crise do ensino público. Hoje, em ato público, na UnB, do qual tive a honra de participar, professores alunos e funcionários fizeram uma manifestação data e decisiva de luta, em defesa da universidade pública neste País.

Sr. Presidente caro colegas Constituintes, esta crise da universidade se repete todos os anos. As verbas se esgotam no primeiro semestre; não há recursos para custeio; não há condições para a pesquisa. As bibliotecas se desatualizam; os salários de professores e funcionários se deterioram a cada ano. Achávamos que a Emenda Calmon viria resolver ou aliviar esses problemas. Desde o ano passado, quase triplicou-se o orçamento do Ministério. Entretanto, nem a escola básica recebeu recursos complementares do MEC e nem mesmo as universidades.

Venho aqui, a esta tribuna, para solidarizar-me com o movimento dos universitários brasileiros que se instala, e se inaugura hoje, através de um ato público na UnB. E venho pedir o apoio dos prezados amigos Constituintes, caros colegas comprometidos com o desenvolvimento deste País e com uma Constituição democrática e que responda aos interesses públicos da educação pública neste País, que venhamos a dar a tramitação urgente na Câmara e no Senado, em reuniões extraordinárias, à Mensagem do Senhor Presidente da República que estabelece a isonomia salarial nas universidades públicas, autárquicas e fundacionais deste País.

Estou encaminhando ao Presidente Ulysses Guimarães um requerimento, solicitando que seja convocada sessão extraordinária da Câmara, com este objetivo. Solicito, também, aos líderes de partido, em nome da UNE, da FASUBRA e da ALDES, entidades que representam professores, funcionários e alunos das universidades, um requerimento no mesmo sentido.

Agradeço, Sr. Presidente, aos Srs. Constituintes a honra de terem me ouvido, desta tribuna, e, lamentavelmente venho pela primeira vez a ela para trazer aqui a lamentação de um Professor Universitário que veio lutar pela educação pública na Constituição mas que tem certeza de que isso só pode ser colocado lá, se resolvermos aqui e agora, o problema pelo qual passa a escala pública neste País. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Vinícius Cansanção.

O SR. VINÍCIUS CANSANÇÃO (PFL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Qualquer tentativa de reduzir o mandato do Presidente José Sarney, evidentemente, acarretará reflexos negativos para a situação do próprio país e isso não pode ser desejo de nenhum brasileiro, muito menos daqueles que têm, nas suas mãos, o poder de decidir sobre os planos do futuro da Nação.

Pela atual Constituição, ainda em vigor, o mandato do Presidente da República é seis anos e nada aconselha que venha a ser diminuído. Reduzir-se o mandato presidencial equivaleria, na minha opinião, a uma cassação e isto, conforme já ficou demonstrado, o povo brasileiro repudia.

Srs. Constituintes, como iríamos justificar, perante a Nação, a interrupção da elaboração de uma nova Constituição, para emendar a Constituição em vigor. A solução para este aspecto fundamental da estrutura institucional do país é respeitar, plenamente, o que está definido na atual Constituição, isto é manter o mandato presidencial por seis anos.

Acho também que, na elaboração da nova Constituição, não devemos tratar, isoladamente, da eleição presidencial. Defendo a tese da unificação das eleições, pois o Brasil não pode se dar ao luxo de realizar eleições de dois em dois anos.

Aproveito a oportunidade para externar, aos nobres Constituintes, uma idéia preliminar de manter-se, na nova Carta, as eleições de 1988 para Prefeitos e Vereadores, com redução dos mandatos para dois anos e que, em 1990, seja realizada uma só eleição: de Vereador a Presidente da República, com mandatos de quatro anos.

Como um mandato de dois anos para um cargo executivo é muito curto, seria válido pensar, também, em permitir a reeleição dos Prefeitos eleitos em 1988. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Durante a semana de carnaval, tivemos a oportunidade de fazer um giro nas nossas bases, nos Municípios da Região Ceileiro, Missões e Alto Uruguai e sentimos de perto as angústias e o desespero, dos pequenos produtores rurais, daquelas regiões.

Todos unanimemente aguardam com ansiedade, para a derradeira sobrevivência, a prorrogação de seus empréstimos junto aos bancos, não apenas no Banco do Brasil S/A, mas também nos bancos particulares. O endividamento, com a correção monetária, agora incluída nos contratos, está desde o dia da assinatura do mesmo, enquanto que, pelo Plano Cruzado, não havia correção monetária e o juro era de apenas 10%.

Talvez ainda seria possível pagar os compromissos, se os produtores agrícolas tivessem acompanhado a inflação, mas os mesmos tiveram um reajuste minguido. É humanamente impossível que os mesmos paguem os seus compromissos, que crescem assustadoramente até durante a noite, domingos e feriados através da correção monetária.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes, queremos, desta tribuna, mais uma vez, apelar às autoridades responsáveis, que atendam os nossos produtores, no sentido de que os contratos, assinados durante o congelamento, permaneçam com os 10% de juros e que não incidem sobre os mesmos a correção monetária, tan-

to para pedidos de custeio como para investimentos.

Solicitamos ainda que seja dado uma moratória aos devedores, tanto para o Banco do Brasil S/A, como para os estabelecimentos particulares, para que os agricultores não percam as suas terras ou máquinas já penhoradas.

Tudo o que o Governo fizer em benefício da agricultura não será demasiado, poderá até representar no momento quantias elevadas, que poderiam faltar para investimentos em outros setores, mas creiam-nos que, nenhum outro setor, dará uma resposta mais rápida do que a agricultura.

Se tivermos produção em abundância, teremos alimentos sobre a mesa dos brasileiros, se tivermos produção aqui não teremos necessidade de importarmos alimentos do exterior. Com grande produção todos os demais setores também serão beneficiados. Não poderemos continuar a assistir de braços cruzados a falência de nossa agricultura. A pequena economia que os agricultores fizeram, com suor e lágrimas, está sendo corroida pela correção monetária, como o pior câncer e logo teremos mais milhares de pequenos produtores rurais sem terra, fazendo parte dos acampamentos, e o Governo terá que sustentá-los, quando as despesas serão bem maiores do que agora se houvesse a prorrogação das dívidas e o cumprimento dos contratos assinados, com apenas 10% de juros e sem a correção monetária.

Faço votos Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Constituintes, que estas nossas reivindicações sejam atendidas, para que a paz volte novamente ao campo, para que cessem as manifestações e os protestos que se realizam ininterruptamente em todos os quadrantes de nossa Pátria, pois estas paralisações representam um prejuízo incalculável, para o País. Vivemos praticamente uma greve geral dos nossos agricultores.

Portanto, conclamamos mais uma vez para que as autoridades se sensibilizem e atendam estas poucas reivindicações dos nossos produtores que são: uma moratória para as suas dívidas; preços mais compensadores para os produtores; liberação de recursos para a compra da safra de milho e que sejam respeitados os contratos assinados, durante o congelamento, onde a incidência dos juros era de apenas 10%, sem a correção monetária, tanto no custeio para a lavoura como nos contratos de investimentos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Onofre Corrêa.

O SR. ONOFRE CORRÊA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Brasil vive um momento todo especial em sua história política-econômica: estamos em plena moratória internacional, vivemos momentos difíceis em nossa economia e buscamos escrever uma nova Carta Política que reflita os anseios de todo o País. Além disso, começam a surgir diversos movimentos reivindicatórios em todo o País, dentre os quais toma posição de realce a greve dos marítimos.

Não desejo, aqui e agora, deter-me sobre as razões por que essa greve foi deflagrada e ainda persiste. Mas, conhecendo, como toda a nação conhece, os efeitos extremamente danosos que ela vem acarretando, desejo fazer um apelo tanto aos marítimos quanto aos armadores que resolvam, o mais rapidamente possível, suas divergências. Que se sentem novamente à mesa de nego-

ciações e busquem um entendimento que permita ao País voltar à normalidade. Que sejam relegados a um segundo plano as divergências pessoais, algumas reivindicações que, embora justas, no momento impedem a realização do acordo. Que os armadores compreendam as necessidades dos marítimos e que esses não tentem reconquistar, em uma greve, tudo aquilo que lhes foi negado durante todo o período de regime militar.

Os efeitos da greve, Sr. Presidente, são tremendamente danosos para as partes envolvidas e para o Brasil: existe movimentação das forças militares da Marinha de Guerra; o comércio exterior encontra-se seriamente afetado; os prejuízos dos armadores são de milhares de dólares; as famílias dos marítimos estão visivelmente angustiadas. Creio que é chegada a hora de prevalecer o bom-senso e o patriotismo de todos. É isso que a Constituinte espera, para o próprio bem do Brasil!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O S R. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Nação inteira assiste, estarrecida e assustada, à greve deflagrada pelos marítimos. Não que seja contra o direito de greve ou que considere inconvenientes as postulações dessa nobre classe.

Mas, sobretudo, diante dos seus efeitos extremamente danosos, sente que não pode conviver, mais tempo, com esse estado de greve. A economia nacional está sendo grandemente prejudicada com o movimento; os próprios marítimos começam a sentir as dificuldades da manutenção da greve por período maior; os armadores começam a acumular prejuízos incalculáveis, de difícil regularização e reorganização; as exportações estão inexecutáveis e inexequíveis.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, não desejo questionar as razões que são levantadas pelos marítimos nem pelos armadores; no entanto, creio ser imperioso que nós, Constituintes, deixemos um apelo à sensibilidade patriótica de todos aqueles que estão envolvidos nessa greve que voltem a mesa de negociações, que retomem um diálogo que foi interrompido, que repensem as propostas feitas e as contrapropostas oferecidas. Que cada fado deixe prevalecer o bom senso, que sejam afastados temores que, finalmente, surja um acordo honroso que possibilite à Nação reconhecer que cada lado, com brio e sem perda de dignidade, soube responder a altura ao desafio do momento presente. Estas questões, Senhor Presidente, são as que estão presentes em todos e em cada um dos brasileiros, neste momento difícil. Estou certo de que, com o retorno às negociações, aproveitando exemplo dado pelos transportadores de açúcar de Pernambuco que reconhecendo o elevado espírito público que, marca a gestão do Presidente do IAA, José Ribeiro de Toledo Filho, e em consequência de entendimentos mantidos com o Ministro da Indústria e do Comércio, através do Dr. Luiz André Rico Vicente e deste Parlamentar, que faz uso da palavra, susponderam agrave, reiniciando suas operações, e prossigam as negociações relativas à fixação do frete para o transporte de açúcar, em nosso Estado de Pernambuco, em breve tempo tudo estará solucionado e o País reencontrará a paz agora tão desejada.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauricio Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

São Paulo, festivamente, inaugurou, ontem, hidrelétrica de Rosana, no Rio Paranapanema. Regozijo para o poderoso Estado e prejuízo incalculável para o Paraná, já que milhares de hectares de terras da mais alta qualidade foram inundadas, centenas de famílias foram expulsas da região. Para São Paulo, um pouco mais de energia; para o Paraná, desemprego, êxodo rural, angústia, desalento. Para São Paulo, detentor da mais alta taxa de concentração de rendas do País, mais dinheiro, e, para o Paraná, queda de produção agrícola, menor arrecadação.

Isto não pode mais continuar.

É preciso se corrigir a injustiça praticada contra alguns Estados, mormente com o Paraná, que é detentor da maior reserva hídrica da Região Sul e, paradoxalmente, o menos beneficiado com este privilégio da natureza.

Repetidas vezes, por intermédio de projetos de lei, como é o caso do 797-A, de minha autoria, tentamos sanar esta anomalia, que, agora, na elaboração da próxima Constituição, poderá merecer definitiva e justa correção.

Com as mesmas justificativas do projeto acima referido, oferecemos proposta à Assembléia Nacional Constituinte, propondo as seguintes posições:

1º) Prioridade na exploração dos recursos hídricos para o Estado que os detém;

2º) No caso do potencial hídrico localizar-se em fronteira estadual, a prioridade será dos Estados envolvidos;

3º) Somente no caso de renúncia, expressa do Estado detentor do recurso, é que se oferecerá a outro a possibilidade de exploração;

4º) Nas atuais hidrelétricas existentes, adotar-se-á o mesmo critério vigente na legislação que criou a PETROBRÁS, conferindo-se, ao Estado detentor da reserva, uma participação de 5% (cinco por cento) do valor de kws gerados e de 3% (três por cento) aos municípios envolvidos, na proporção da área inundada.

Estas medidas compensariam, em parte, o muito que já foi espoliado de alguns Estados, principalmente o Paraná, que com Itaipu, Salto Ozôdo, Rosana, e outras, pode acabar se transformando num grande lago, em benefício de outras unidades da Federação.

É preciso acabar com esta absurda situação que proporciona alegrias e privilégios para poucos e desgraça à maioria (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Márcio Braga.

(O SR. MÁRCIO BRAGA (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nos dias 5, 6 e 7 de dezembro último, ocorreu em Belo Horizonte, no Plenário da Assembléia Legislativa, o III Encontro Nacional de Coordenadoras, Conselheiros Estaduais e Municipais e Entidades de Pessoas Portadoras de Deficiência. Esse Encontro foi promovido pela Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente, Órgão da Secretaria de Estado do Governo e Coordenação Política de Minas Gerais e teve o objetivo de discutir o problema dos deficientes e a maneira

como deve ser tratado na próxima Constituição a ser redigida e promulgada pela Assembléia Nacional Constituinte.

Assim, nas sessões plenárias do Encontro, foi elaborado um documento contendo propostas a serem apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte, tendo em vista a importância do assunto, até porque existem, no País, cerca de 10 (dez) milhões de pessoas em tais condições.

Ligado que sou ao setor, não poderia silenciar diante do fato, e o atraso com que, a respeito dele falo, resulta do recesso do Congresso Nacional.

Prescreve o documento que:

a) o assunto deve ser tratado, na nova Constituição, nos capítulos em que serão disciplinados os direitos e as garantias de todos os cidadãos, evitando-se dessa forma, a "segregação legal", irmã siamesa da segregação social;

b) da regulamentação dos dispositivos constitucionais, relativos aos deficientes seja feita através de lei ordinária, porquanto uma lei especial denota preconceito de separação, de isolamento, enquanto a lei complementar exige **quorum** qualificado, o que, certamente, dificulta sua aprovação;

c) o trabalho junto aos constituintes, em favor dos deficientes, deve ser feito em cada Unidade da Federação, convergindo, depois, para Brasília, sendo importante a unidade das reivindicações, pois a diversidade contribuirá para o enfraquecimento das possibilidades de sucesso.

A conveniência de o problema das pessoas deficientes ser tratado em lei ordinária é recomendada pela ONU, "a fim de não segregá-las nem estigmatizá-las". Recomenda, ainda, aquele órgão, a proteção de "seus direitos fundamentais à Educação, à Reabilitação e ao Trabalho".

A inclusão, na futura Carta Magna, de dispositivos específicos a respeito dos deficientes, desde que não destoem dos exemplos internacionais, manterá a conquista social já inserida na Constituição e poderá atender às aspirações das diferentes áreas de pessoas portadoras de deficiência, destacando-se os seguintes temas fundamentais:

- a) – direitos e garantias individuais;
- b) – prevenção de deficiências;
- c) – direito à educação e ao atendimento

precoce;

d) – admissão no serviço público e em empresas privadas;

e) – organização do trabalho para as pessoas portadoras de deficiência que não podem ingressar no mercado competitivo de trabalho;

f) – segurança social;

g) – medidas facilitadoras de integração social.

Ao encerrar seus trabalhos, aquele Encontro aprovou algumas propostas de transcendental importância para as pessoas deficientes, porque lhes proporcionarão maior tranquilidade na difícil vida que enfrentam, destacando-se, entre elas, as que se seguem:

a) – igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, inclusive a condição de deficiente;

b) – garantia da prevenção das doenças e direito à habilitação e à reabilitação com os equipamentos necessários;

c) – garantia, pela União, Estados e Municípios, da educação das pessoas deficientes, com a destilação de 10% do montante dos recursos constitucionais previstos para a educação;

d) – igualdade salarial e de critério de admissão;

e) – garantia da educação básica e profissionalizante obrigatória e gratuita, sem limite de idade;

f) – dedução, no Imposto de Renda, das despesas com aquisição e adaptação de equipamentos necessários ao exercício profissional dos deficientes;

g) – garantia de aposentadoria por tempo de serviço aos 20 (vinte) anos de trabalho para os deficientes com expectativa de vida reduzida;

h) – garantia de livre acesso a edifícios públicos e particulares de frequência aberta à população;

i) – isenção de impostos para as atividades relacionadas com o desenvolvimento de pesquisa, produção, importação e comercialização de material ou equipamento especializado para deficientes.

A Assembléia Nacional Constituinte já tem, assim, quanto aos deficientes, uma proposta concreta para o tratamento a lhes ser dispensado na próxima Constituição, o que é de grande significado para todos nós, eis que nos dará uma idéia do que pleiteiam aqueles nossos compatriotas, para vencer os problemas com que se defrontam.

Tratemo-los, portanto, na Constituição a ser elaborada, com o respeito que eles merecem, a fim de que não se sintam segregados da comunhão nacional, o que lhes agravaria ainda mais a existência.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Espero não se torne objeto de perplexidade por parte dos ilustres Srs. e Sr.^{as}. Constituintes, o pronunciamento que ora faço nesta Augusta Casa do povo brasileiro. O fato de pertencer a uma bancada que exerce posição oposta ao Governo Federal, não limita o dever de ponderar o apelo ao bom senso político, por nele reconhecera pedra angular de todas as soluções reclamadas para a recolocação do País na órbita do equilíbrio sócio-econômico, do qual se encontra afastado, por razões que todos conhecemos.

Não podemos consolidar o processo de transição sobre os alicerces da democracia que desejamos, promovendo a remoção de escombros do passado; nem teremos como construir o futuro desta Nação, solapando a credibilidade do Governo Federal, ou negando-lhe esforços solidários à difícil caminhada que empreende, no percurso da qual tantos e incontáveis são os obstáculos a transpor.

Vivemos momentos de incertezas e preocupações, que exigem ser superados, sem que novos e pesados sacrifícios sejam impostos à Sociedade brasileira. O clima de rara indecisão que preside as gestões governamentais no que concerne à linha de atuação na área econômica, se mostra plenamente responsável pela danosa instabilidade que já repercute até mesmo no plano da negociação com os credores internacionais. A especulação em torno do período de mandato do Presidente da República, sem ressonância negativa no campo do acerto de contas com os Bancos alienígenas, enquanto para a Sociedade interna, aja um estado de expectativa nada desejável para a gravidade do momento.

Lembro a V. Ex.^a, que as esperanças e anseios do povo brasileiro, ainda permanecem concentrados nos trabalhos desta Assembléia Constituinte,

porque foi dito nas praças públicas que dela dependerá a redenção histórica do Brasil. Sela glória, e sem objetivo prático um confronto com o Governo no Plano político-sócio-econômico, quando o enfraquecimento daquele implicará na inevitável derrocada no caos, atingindo a sociedade como um todo.

Os episódios que temos assistido, nos últimos meses, mais do que preocupastes para uma Nação ainda carente de estabilidade para enfrentar as procelas da adversidade, assumem maior gravidade, na medida em que as greves se multiplicam, desta feita em setores sensíveis como o setor de abastecimento, exigindo do Governo medidas firmes e corajosas, como a intervenção militar, visando, através delas, evitar maiores conseqüências à normalidade do interesse social.

Percebem que não contesto o direito de greve, dado ser norma legal, como forçoso é reconhecê-lo como fator de pressão que possibilita ao trabalhador reivindicar vantagens contempladoras de seus esforços na produtividade nacional. Tudo porém, tem hora e limite. Não se pode criticar a presença do Exército nas refinarias de Petróleo, sabendo-se dos objetivos preventivos contra os inevitáveis piquetes e a ameaça de depedração do Patrimônio mais caro aos nossos sentimentos de brasilidade a Petrobrás.

A Nação está exausta de tantos sacrifícios, e não é justo que disto se aproveitem grupos insensíveis e para estimularem a cizânia no meio social, a fim de saírem a fome de baderna e desordem.

Visível e tormentosa é a crise econômica que assola o País. A "moratória técnica", decretada pelo Governo, como forma de pressionar os Bancos credores a terem um pouco mais de comedimento nos custos dos juros incidentes sobre a dívida externa, como seria de esperar, causou repercussão reacionária em alguns Países, chegando a extremos de afetarem nossa soberania, como demonstrou a forma descortez e até agressiva de um Ministro ao receber o colega Dilson Funaro, que o procurara para explicar a causa da medida adotada pelo Governo brasileiro.

Desejo alertar os componentes da Assembléia Nacional Constituinte, para uma realidade que é palpável na vida do povo brasileiro: a economia deste País, se já não está, caminha a passos largos na direção dos caos. Seria aconselhável que isto aconteça no exato momento em que as esperanças de 130 milhões de almas estão voltadas para as soluções que hão de derivar dos 559 representantes políticos com assentos nesta Augusta Assembléia Constituinte?

Saibamos cumprir com responsabilidade a dignificante missão que o povo nos confiou. As decisões que visem contornar a crise no campo sócio-econômico, exigem sejam adotadas acima de qualquer interesse político-partidário. E sem de longas nem procrastinações. Do contrário, jamais escaparemos do implacável veredicto popular, que na hora do desespero a que for lançado, pouco ou nenhum empenho terá em procurar separar o joio do trigo.

Tenhamos, pois, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, cautela e prudência, na condução dos problemas que afligem a Sociedade brasileira. É bom advertir que a delicadeza da situação impõe refletir sobre as conseqüências que advirão, caso persistam os infames reflexos da inflação sem controle, os custos escorchantes dos juros nos financiamentos bancários, a elevação já intolerável no preço dos produtos essenciais, o abuso na cobrança de ágios até para obter uma vaga nas imensas filas do INAMPs.

Conclua Há tempo disponível para muitas coisas Exceto, para a enxurrada de problemas que

agravam, a cada instante, a vida do Brasil e dos brasileiros.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaci Góes.

O SR. JOACI GÓES (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Decorridos quarenta dias da instalação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte temos, finalmente, aprovado, o nosso regimento interno.

Não obstante festejado como o mais avançado de quantos regimentos regulamentaram a ação constituinte no Brasil, é fora de dúvida que as marchas e contra-marchas que se empreenderam ao longo de sua discussão e aprovação, ao tempo em que evidenciaram o propósito patriótico e responsável da maioria dos que integram esta Casa, serviram, igualmente, para demonstrar que o autoritarismo pernicioso que infelicitou a Nação, por mais de vinte anos, de tal sorte permeou a vida das instituições, que, ainda hoje, no momento em que nos reencontramos com esta promessa de libertação redentora que a Constituinte encarna, deparemos com sua presença solerte, levando o temor e o desencanto aos que aqui chegaram, sobretudo os novos, quando assistimos a lances sensacionais de pantomima, erigidos ao elevado posto de trabalho constitucional.

Em verdade, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes, tamanhos são os poderes de fato conferidos ao relator do regimento e ao Presidente da Mesa que em nome da seriedade e da eficiência reclamadas pela Sociedade brasileira, melhor seria que deixássemos a tarefa de legislar a meia dúzia de iluminados, do que participamos da montagem dessa grande encenação que é o que será o trabalho constitucional de que a Nação tanto espera, se não formos capazes de pés cobro a este festival de equívocos que insulta a inteligência das Senhoras e Senhores Constituintes e ofende a dignidade da opinião pública brasileira, desse modo cassada no seu sagrado direito de ver-se representada na tarefa histórica de preparo da nova Constituição.

Para exemplificar o quanto aqui condenamos, basta lembrar que o relator do regimento, o lustre Senador por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso, em momentos incontáveis, comportou-se como um legislador solitário, surdo e alheio ao clamor da conveniência nacional, expresso em emendas e destaques, da autoria de constituintes da maior competência, enquanto o eminente Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, esta legenda vida de resistência democrática no Brasil, o Deputado Ulysses Guimarães, ora deu por aprovados destaques que o Plenário reprovou, ora deu por reprovados destaques que o Plenário visivelmente aprovou, tudo em sintonia com acertos de cúpula, estranhos ao sopro de democratização e de renovação de costumes que agita o País.

E como a coroar esta fase infeliz dos trabalhos Constituintes, que desejamos evanescente, assistimos, com grande constrangimento, esta augusta assembléia, como há pouco destacou em memorável pronunciamento, o ilustre pensador e Constituinte por São Paulo, Florestan Fernandes, o regimento, com a nova redação dada ao parágrafo sétimo, do artigo 57, auto-limitou a tão decantada soberania da Associação Nacional Constituinte, cedendo à nociva interferência do Poder Executivo nos trabalhos de competência exclusiva dos eleitos pelo povo brasileiro.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes, guardamos, vigilantes, a confiança de que este exemplo deplorável não se repita, se nos quisermos um poder verdadeiramente a serviço da sacrossanta causa do povo.

Muito obrigado! (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Hélio Dias.

O SR. HÉLIO DIAS (PFL – ES: Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Comemora-se, hoje, o Dia do Bibliotecário, comungando das meditações e festejos dessa data, todas as profissões ligadas à área de informação.

A importância da comunicação vem sendo crescentemente acentuada, desde o invento, de Gutenberg, acentuando-se, no penúltimo século, com o rádio e a televisão para espalhar-se em todos os quadrantes da terra.

Hoje a documentação não é apenas escrita – ou registrada em documentos históricos – mas perpétua as imagens e a palavra oral, guardando, para as gerações futuras, a vivência do presente, fecundo em exemplos, cheio de promessas e de aspirações.

Principalmente no campo das ciências políticas, assumem, a documentação e a informação, aspectos de sumo valor e maior importância, porque, principalmente nas bibliotecas e arquivos, torna indelevelmente presentes os fatos de maior magnitude, atualmente ocorridos.

Agora, em nosso trabalho de Constituintes, vemos o valor e a importância da documentação e da informação, quando podemos remontar às Constituintes anteriores, desde 1824, para seguir a passo a evolução das nossas instituições políticas, procurando, num trabalho de pesquisas, cada declaração exata, cada definição duradoura, cada instituição de perenidade.

Por isso mesmo precisamos, no próximo texto constitucional, dar especial redação não somente ao problema das comunicações, mas à garantias da documentação, de cuja veracidade dependem tantas decisões que se buscam basear nos lineamentos da nossa história.

Não se trata, apenas, no dia do Bibliotecário, de prometer assegurar-lhe os direitos gerais da cidadania, mas de não esquecer o registro dessa atividade insubstituível, a ser necessariamente exercida em grau universitário, conseqüentemente com salários dignos de quem, pelos livros, está sempre procurando melhorar seus padrões de conhecimento.

Desde o dia 9, a Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal vem realizando, nesta capital, um conjunto de debates e de palestras, e um dos temas mais importantes será abordado hoje: "O Bibliotecário e a Constituinte", a cargo do Ministro Marco Maciel.

Ao congratular-nos pelo transcurso da efeméride, queremos levar nossa irrestrita solidariedade à classe dos bibliotecários.

Era o que tínhamos a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Vem o PT, através deste meu pronunciamento, protestar com veemência frente ação militar do

Governo Federal contra trabalhadores de todo Brasil, do norte ao sul do País.

No Rio de Janeiro a marinha, através da capitania dos portos esta impedindo oficialmente que se forneça alimentos a navios cujas tripulações esteja em greve. Ontem foi divulgado um telex assinado pelo capitão-de-mar-e-guerra José Homero Xavier Sampaio que diz "Fica proibido realização de abastecimento ou gêneros, combustíveis, água e transporte de pessoal desses navios" é o cerco pela fome!

Em Manaus dezenas de fuzileiros navais impedem qualquer movimentação dos marítimos que estão dentro de oito navios fundeados no Rio Negro.

Em vitória fuzileiros navais impedem que entre água ou comida para grevista que estão nos navios.

E assim acontece em todos os portos brasileiros onde a os marítimos lutam por melhoria salariais;

Por outro lado as refinarias, campos petrolíferos e até uma usina de asfalto no Ceará são ocupados pelo exército com tropas e blindados no momento em que os trabalhadores petroleiros ainda discutiam o início de uma mobilização por questões trabalhistas;

Em paulínea, por exemplo, a refinaria foi ocupada por dezenas de carros blindados do 28º batalhão blindado de Campinas, caminhões da PM e viaturas da Polícia Federal. Eram canhões e mil soldados, isto mesmo, mil soldados no momento que estavam na refinada 140 trabalhadores.

E esse paroxismo e intervenção militar justamente no início da constituinte foi precedido por ações semelhantes nos últimos meses: ocupação militar da Cosipa, ocupação militar de Volta Redonda, ocupação militar do Rio de Janeiro na última greve geral.

O que estamos vendo nestes dias mais uma vez é o quanto é importante a alteração das atribuições constitucionais das forças armadas por esta constituinte.

Vejam bem sem sequer recorrer as absurdas medidas de emergência ou ao estado de sítio, obedecendo ordens que não se sabem de onde partiam, o exército e a marinha ocupam e atacam locais de trabalho impedindo de uma só vez que se exerça o direito de greve, o direito de ir e vir, o direito de reunião, o direito de informação e agora até o "O direito de alimentação! Tudo só por se julgar a "guardiã da ordem interna". Em quanto o país se revolta com essa violência assistimos com indignação o discurso de um vice-líder do PMDB do exercício da liderança justificando de forma aberta a ação do executivo. Segundo, ele não houve intervenção no movimento social: Segundo ele não houve uma prisão sequer... apenas o exército e a marinha protegeram o patrimônio e a propriedade... na sua obsessão de justificar o injustificável o Deputado do PMDB, eu disse PMDB e não PDS, utilizou quase dez vezes a palavra "ordem", tudo isso em menos de dez minutos de discurso, ou seja uma "ordem" por minuto!

Diante desse quadro gostaríamos de fazer duas observações finais:

1 – O quadro nacional é de grave crise nacional e econômica. A nível institucional e político se caminha com celeridade para desenlaces globais com a falência da Aliança Democrática. Muitos já falam, em todos os partidos, em eleições imediatas para Presidência da República outros, defendem eleições gerais, inclusive para o Congresso Nacional o mais tardar em 1989: Nesta

conjuntura a Constituinte deveria mais do que nunca ter preservado sua soberania o que nos credenciaria como um dos fatores principais desta cena. O que vimos no entanto foi a vergonhosa capitulação do PMDB frente às pressões e chantagens do Presidente Sarney e a aprovação no Regimento Interno da Constituinte de uma "meia soberania" se é que isto existe!

Isto é uma traição aos sentimentos do povo brasileiro que quer mudanças. Com essa "meia soberania" os sócios PMDB e PFL querem dificultar ou impedir mudanças imediatas que tirem o povo brasileiro do sufoco que o desgoverno da Nova República o levou. Querem protelar as mudanças para após o término da Constituinte, para 1989, ou para ninguém sabe quando.

2 – Apesar de nossas limitações não podemos ficar parados. Ontem o PT dirigiu-se ao Presidente da Constituinte pleiteando que em nome da Constituinte transmita ao Presidente da República o nosso repúdio a essas medidas. Além disso, o PL solicitou para hoje audiência com o Presidente José Sarney na qual levaremos as seguintes exigências: queremos saber de que autoridade partiu a ordem para ocupação dos portos e refinarias; imediata desocupação dos portos e refinarias e término da prisão nos navios a que estão submetidos os marítimos; abertura de negociações para atendimento das reivindicações dos trabalhadores. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Para registrar o meu protesto como representante do povo de Roraima, solicito seja transcrito o ofício que encaminhei hoje ao Exm.^o Sr. Dr. Ronaldo Costa Couto.

Brasília, 12 de março de 1987

Brasília, 12 de março de 1987

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR. MOZARILDO
CAVALCANTI EM SEU DISCURSO.**

Excelentíssimo Senhor
Doutor Ronaldo Costa Couto
Digníssimo Ministro do Interior
Brasília – DF

Senhor Ministro:

Tomei conhecimento pelo noticiário da Imprensa de que V. Ex.^a estaria elaborando Decreto de criação do Parque Yanomami, "em sigilo".

Como a medida interessa de perto ao Território de Roraima, pois bloqueia cerca de um terço de sua área territorial, coincidentemente onde existiam imensas e comprovadas jazidas minerais, além de excelentes terras para a pecuária e agricultura, é lamentável que ela esteja sendo tomada de maneira tão antidemocrática, uma vez que nenhum segmento legitimamente representativo do povo de Roraima foi ouvido. E pior ainda, Senhor Ministro, através de recurso ao arbítrio do Decreto-lei, não dando oportunidade sequer do amplo debate da matéria pelo Congresso Nacional.

Não posso crer que V. Ex.^a, democrata que o julgo, seguidor dos pensamentos do inesquecível Tancredo Neves, possa trilhar esse caminho do arbítrio e da prepotência para satisfazer apenas à vontade de entidades comandadas por interesses estrangeiros.

Sou favorável que se busque uma maneira de proteger os índios Yanomami, até mesmo com a criação de uma reserva, mas, precedida de um estudo sério, feito por brasileiros, coordenado pela FUNAI e pelo Exército, e, complementado por um amplo debate do assunto pelas pessoas envolvidas, que são principalmente as que vivem em Roraima, brancos e índios. Finalmente, o assunto deve ser objeto de apreciação do Congresso Nacional, que pode aperfeiçoar a proposição.

Confiante no espírito democrático de V. Ex.^a, subscrevo-me, apresentando os meus protestos de consideração e apreço.

Saudações, – **Deputado Mozarildo Cavalcanti.**

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Davi Alves Silva.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Estado de Carajás voltou a ser tema de discussão na Assembléia Nacional Constituinte.

O Deputado Davi Alves Silva, PDS-MA que já conta com o apoio demais de cem (100) parlamentares na criação do novo Estado, diz que o Estado de Carajás é um projeto irreversível pelo apoio dado ao mencionado projeto. Segundo Davi Alves Silva, a capital do futuro Estado será a cidade maranhense de Imperatriz aonde já existe comissões comunitárias e outras, buscando apoio dos seus habitantes para facilitar o andamento do projeto na Assembléia Nacional Constituinte. A região tocantina, grande produtora de agricultura pecuária e no setor madeireiro se justifica como Imperatriz a capital do futuro Estado. Davi Alves Silva, PDS-MA, além de receber apoio de seus colegas de bancada, tem sido alvo de notícias em quase todos os jornais do País, o que, segundo ele, demonstra o andamento perfeito da criação do novo Estado. Ao finalizar a introdução do parlamentar em um programa da Rádio Nacional da Amazônia afirmou ao povo da região tocantina que, ainda este ano, será promulgada a Constituição Federal e que em seu texto de lei terá a emenda constitucional de norma constitucional assegurando a criação do Estado de Carajás, cuja capital será cidade maranhense de Imperatriz.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PDMB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, constatamos uma enorme decadência em uma das instituições mais atuantes de nossa sociedade o Banco do Brasil, Fundado no início do século XIX, teve como função inicial, dar sustentáculo aos intercâmbios financeiros e comerciais do País, devido à transferência da Corte Portuguesa para o Brasil.

Durante a monarquia, o Banco do Brasil passou por um Período de Recesso, voltando a participar com intensidade no desenvolvimento econômico no final do século XIX.

O Banco do Brasil vem há 180 anos participando da História econômica e social do País. É essa instituição, com sua experiência secular, indispensável para a superação do grande desafio de elevarmos a nossa produção agrícola a níveis condizentes com as nossas necessidades e contribuir para o crescimento auto-sustentado dessa Nação.

O B.B. tem um papel social. Ele foi responsável pela expansão de vários pequenos agricultores, bem como de empresários urbanos neste País.

Convém assinalar que o Banco do Brasil não atua em competição com a rede bancária privada, ao contrário, mantém coerente seu compromisso social, procurando atingir aqueles setores mais carentes os quais em razão do maior risco, e também do prazo mais longo de maturação dos investimentos, necessitam de amparo mais efetivo por parte de organismos oficiais.

Posso afirmar que não encontraremos qualquer atividade produtiva no País que não tenha recebido, de uma forma ou de outra, a assistência do B.B., de Sul a Norte e de Leste a Oeste, enfim, em todo o território brasileiro.

Mas, Senhores, o que observamos no momento atual? O que estão fazendo com essa instituição secular?

A situação de crise em que se encontra esse banco pode ser medida pelo seu quadro profissional que, paulatinamente, vem perdendo seus melhores funcionários para os bancos privados.

A situação é tão caótica que os aprovados no último concurso, frente ao salário de miséria proposto pelo banco, não assumiram seus cargos.

Essa situação tem que mudar! Uma instituição como essa, que cumpriu um papel fundamental no passado, deve sobreviver para desempenhar ainda mais pelo País.

Dessa forma, não podemos nos omitir, quando assistimos a decadência desse agente financeiro.

Nosso dever, como brasileiros, é lutar para que esta instituição volta a assumir o seu papel social em nossa Sociedade, recuperando novamente o seu lugar na história econômica e social de nosso País.

Obrigado! (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Estamos na segunda fase dos trabalhos para pronunciamento dos Srs. Líderes.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho, por indicação do Líder Amaury Muller.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

– Em setembro de 86, mais exatamente a 11 deste mês, eclodiu a greve dos bancários – movimento reivindicatório de uma categoria de dimensão nacional, porque nacionais são os bancos no país.

Na véspera, a 10 de setembro, ocupava a TV, em rede nacional o ilustre ministro da justiça, Paulo Brossard e denunciava "greve geral de todas as categorias brasileiras" – greve política, e responsabilizava o movimento sindical pela iniciativa.

Na mesma época, entrevista do Presidente José Sarney, apontava os inimigos do plano cruzado e, entre eles os líderes do Movimento Sindical brasileiro.

2 – Entre dezembro de 86 e janeiro 87, tentava viabilizar o Governo do Presidente José Sarney – o pacto social já como tentativa de recuperação do fracasso do plano cruzado;

Este se inviabilizou pois o Governo nada oferece a não ser a sala de reunião do ilustre Ministro do Trabalho.

3 – Política agrícola – neste importante setor da economia brasileira o que é que encontramos – cenário de luta aberta entre os produtores agrícolas e o Governo – questão básica – a elevação da taxa de juros que caracteriza, o total fracasso

do plano cruzado – taxas que variam entre 700 a 1000% ao ano.

Este cenário de luta ocorre desde os pequenos municípios até os grandes centros e a própria Capital Federal – Brasília. As agências do Banco do Brasil têm sido bloqueadas dentro das várias formas de protestos dos agricultores.

4 – Política dos bancos.

Em função do plano cruzado ocorre a demissão em massa dos bancários, aproximadamente 150 mil em todo o País – pagam o preço!

E como se não bastasse, todos os serviços gratuitos oferecidos foram taxados e são hoje cobrados dos usuários dos bancos. O que ocorre hoje então, de um lado demissão coletiva e de outro taxaço de todos os serviços que até então eram gratuitos, inegável herança do plano cruzado a favor do sistema bancário, privilegiado nestas circunstâncias!

5 – Greve nacional dos marítimos.

A pressão inflacionária que caracteriza a economia brasileira hoje basta ver a taxa de janeiro e fevereiro de 87 – oscilando entre 14 e 15% ao mês, levaram esta categoria à greve – reivindicação legítima daqueles trabalhadores. Julgou a justiça do trabalho ilegal o movimento e os portos são ocupados pelos fuzileiros nomes e as lideranças sindicais responsabilizadas pelos prejuízos causados ao abastecimento nacional.

6 – Greve dos petroleiros.

A greve dos trabalhadores no setor dos derivados do petróleo; antes sequer que a greve se instale – as nossas refinarias são ocupadas por tropas e tanques do Exército! Os textos da imprensa nacional, basta ler o **Jornal do Brasil** de ontem, alertava para a crise do abastecimento. Temos óleo diesel e gás GLP apenas para 10 dias. Se a realidade é esta torna-se evidente a total incompetência dos dirigentes da Petrobrás e do próprio Governo!

É evidente que o objetivo oficial é outro, é necessário buscar o bode expiatório, o culpado da crise do abastecimento, da escassez de combustíveis e de gás.

Mas o que importa é achar o responsável, e este certamente aponta para o movimento sindical brasileiro, são culpados os líderes sindicais que, conduzindo o movimento reivindicatório do povo trabalhador, chegou à greve como instância de luta.

Esta é a intenção verdadeira do Governo José Sarney, os trabalhadores e suas lideranças sindicais são responsabilizados pela crise brasileira, não o Governo, não o plano cruzado, não os dirigentes da política econômica que, na realidade, não existe!

Vejamos, agora, a situação deste nosso trabalhador em termos de ganho salarial:

Dados de 86 sobre 85 apontam:

- o rendimento do trabalhador no setor de serviços; *t1 + 3,1%
- o rendimento do trabalhador no setor de comércio *t1 + 27,7%
- o rendimento para os empregados cresceu; *t + 22,8%
- o rendimento para os autônomos que trabalhem para as empresas *ti + 23,4%
- o rendimento para os autônomos que trabalhem para o público *t1 + 30,7%

O trabalhador na indústria teve aumento real durante a vigência do plano cruzado de *t1 + 2,7%.

Hoje, com o fracasso do plano cruzado e o retorno da ciranda financeira e taxa de inflação

ao nível de 12 a 15% e, as taxas de juros ao nível de 700 a 1.000% ao ano, só resta ao povo trabalhador lutar de qualquer maneira como única alternativa que decorre do fracasso total do plano cruzado!

O que busca então o governo senão alguém, que não ele, que assuma a responsabilidade pela sua incompetência, pelo seu fracasso.

Procura-se bode expiatório – assim foi na Alemanha de Hitler quando se apontava o povo judeu como responsável pelo desastre econômico daquela época. Hoje, busca-se no movimento sindical e suas lideranças, os responsáveis pelo drama do abastecimento e escassez de alimentos que ocorreu e irá voltar a ocorrer. E se possível responsabiliza-los também pelo fracasso total do plano cruzado.

Esta é a denúncia que oferecemos à Nação ao analisar em nome do nosso partido – o PDT – o quadro presente na área sindical e trabalhista brasileiro e que fica oposto neste plenário para conhecimento e meditação dos ilustres Constituintes e dos verdadeiros responsáveis pelo drama que cada dia será maior pela exclusiva responsabilidade do Governo José Sarney, do PMDB, do PFL, enfim, da Aliança Democrática. Muito obrigado. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O S R. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Delgado, como Líder do PT:

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pela liderança do Partido dos Trabalhadores, nós viemos aqui para afirmar o mais veemente protesto do Partido à decisão do Governo Federal de intervir no movimento dos trabalhadores do petróleo com dois argumentos, que para nós, do PT significa basicamente a tentativa clara do Governo, de militarizar o conflito trabalhista neste País, e impedir que as soluções sejam negociadas como deve ser no regime democrático.

O Governo afirma que colocou o Exército nas refinarias, primeiro, para garantir o patrimônio e, segundo, porque não permitirá greves nos setores definidos pelo Governo como essenciais.

É preciso, Srs. Constituintes, que fique claro que a tradição do Movimento Sindical brasileiro não é a de dilapidar patrimônios, não é e nunca foi a tradição de acabar com as condições de trabalho, ao contrário, quem tem sido irresponsável com o patrimônio deste País é o Governo e não os trabalhadores. Da mesma forma, o conceito do que é essencial para este País precisa ser modificado, porque não basta que nós tenhamos petróleo, não basta que tenhamos riquezas se os trabalhadores deste País não têm acesso à gerência dessa riqueza, se os trabalhadores deste País não têm acesso às condições de funcionamento dessa própria destinado da riqueza.

Espanta, também, a nós, do Partido dos Trabalhadores, que ao mesmo tempo que se faz a intervenção militar, ao mesmo tempo que se faz a intervenção do Exército numa greve de trabalhadores, o Governo seja tão tolerante, o Governo seja tão distraído em relação às verdadeiras pressões que nós temos hoje sobre os interesses nacionais.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nós do PT não podemos deixar de criticar aqui o Partido majoritário, as vacilações do Partido majoritário, as vacilações de um Partido que detém a maioria do Congresso Constituinte, mas que acha que a intervenção militar em uma refinaria nada tem haver com a soberania da Constituinte. Imagi-

nem-se os tanques que começam lá não vão chegar aqui também, porque se começam por lá, de concessão em concessão, nós não saberemos como defender a soberania dos trabalhadores e muito menos a soberania que necessitamos para escrever uma Constituição onde o Exército tem um papel diferente desse papel de capitão-domato, de interesses econômicos que não beneficiam os trabalhadores. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Líder Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Durante a última campanha eleitoral em Goiás, os candidatos governistas, com total apoio do Ministro dos Transportes e do Presidente da República, prometeram, dentre outras obras e benefícios, a construção de três grandes ferrovias: a chamada Ferrovia Norte-Sul ou Carajás, de Anápolis (GO); Açailândia (MA), de conexão com a Bacia Amazônica a Ferrovia Cuiabá (MT) – Anápolis (GO) – Vitória (ES) e a Ferrovia Campo Grande (MS) – Goiânia (GO) – Colúmbia (SP).

A grande Ferrovia Norte-Sul foi reiteradamente anunciada como de imediata construção, assumindo o Governo Federal, o então candidato a governador Henrique Santillo e demais candidatos do PMDB, inarredável compromisso nesse sentido.

Eleitos candidatos do PMDB, as notadas sobre a construção da Ferrovia Norte-Sul esfriaram, para, logo no início deste ano, surgirem informações segundo as quais o Governo Federal decidira construir mais adiante essa ferrovia, tendo como seu ponto de partida a Capital da República, Brasília.

Quanto às outras ferrovias prometidas, o mais absoluto silêncio.

As entidades representativas de todas as categorias econômicas do Estado de Goiás, puna atuação destemida e lúcida, estão lutando e pressionando o Governo com o apoio do PDC, PFL, PT, PDS, PDT, PTB e demais Partidos de Oposição em Goiás, para o cumprimento dos compromissos eleitorais dos seus candidatos eleitos, especialmente aquele a que se refere à imediata construção da Ferrovia Norte-Sul, tendo como ponto de partida a cidade de Anápolis, do Estado de Goiás.

As entidades classistas fizeram publicar nos diversos jornais do País um vigoroso e bem fundamentado manifesto sob o título "Apoio e Alerta ao Presidente Sarney" em que abordam, o assunto com extrema felicidade.

Para que constem dos Anais da Constituinte, como cobrança a queimar a consciência dos que desejam fugir dos compromissos livremente assumidos, passo a leitura do importante documento:

"A liderança do Partido Democrático Cristão denuncia a falta de cumprimento do compromisso eleitoral dos candidatos governistas eleitos em Goiás, e do Governo Federal, e a manobra solerte que promovem para arranjar pretextos que justifiquem a fuga".

De fato, ao anunciar que a Ferrovia Norte-Sul deverá iniciar-se em Brasília e não em Anápolis, o Governo deseja desencadear uma monumental poleêmica com o objetivo de inviabilizar a construção da grande obra

prometida talvez com o único objetivo de ganhar a eleição em Goiás

O Partido Democrático Cristão dirige-se ao Governador eleito Henrique Santillo e, especialmente, ao Presidente José Sarney para transmitir-lhes o mais instante apelo de todo o povo goiano no sentido de que façam cumprir o compromisso de imediata construção da Ferrovia Norte-Sul, para que possam manter bem elevado o seu conceito junto à opinião pública do Estado de Goiás e do País.

A Democracia Cristã brasileira, "pela voz do seu Líder na Câmara dos Deputados; solidariza-se com os termos do manifesto das mais importantes entidades classistas do Estado de Goiás, com a população de Anápolis e com todo o povo goiano.

Ao concluir externo a confiança dos democratas cristãos e do povo goiano no Presidente José Sarney."

Leio, ainda, para transcrição nos Anais, a inditosa matéria que o Ministério dos Transportes fez publicar no **Jornal de Brasília**, hoje:

Apoio e alerta ao Presidente Sarney

A construção da ferrovia Norte-Sul fatalmente marcará o Governo de Vossa Excelência, passando-o à história como o redescobridor do Centro-Oeste, imensa e riquíssima região até hoje relegada a segundo plano nas grandes decisões nacionais mas capaz de redimensionar economia deste País e decisivamente contribuir para o resgate da pesada dívida social para com a grande maioria dos brasileiros.

Essa obra notável, característica dos clarividentes e patriotas, merece o apoio e admiração da nação inteira.

O Centro-Oeste, suas potencialidades em terras de boa qualidade, pela sua atua produção e vocação agrícola, ostenta as condições de imediatamente responder ao esforço comum para o crescimento de nossas safras, visando a ampliação da disponibilidade interna e a geração de divisas, via exportação.

A ferrovia Norte-Sul certamente motivará, a curto prazo, um salto enorme no aumento de nossa produção agrícola e mineral, com profundos reflexos na elevação dos níveis sociais e econômicos de nossa população. Só a Belém-Brasília significou tanto ao desenvolvimento nacional quanto aquela que se prenuncia como a maior obra física deste final de século no Brasil.

Mas ao mesmo tempo em que expressamos nossa inteira solidariedade a tão grandioso empreendimento, queremos manifestar a Vossa Excelência nossa perplexidade e nossa preocupação ante aos rumores de que a nova ferrovia teria seu ponto de partida desviado de Anápolis para Brasília. Isso nos surpreende sobretudo porque o próprio presidente da República tem reiterada vezes feito alusão ao seu começo em Anápolis o mesmo acontecendo em outros pronunciamentos e documentos oficiais até há pouco liberados sobre o assunto.

Por esse motivo nos apressamos a alertar Vossa Excelência sobre o que representaria, em prejuízo para a nação, uma mudança desse tipo, sob todos os pontos de vista inconvenientes e decepcionantes.

Anápolis apresenta aspectos econômicos, sociais e políticos que a identificam como uma cidade-pólo de estratégica inegável im-

portância para o vasto, fértil e promissor Mato Grosso goiano.

Anápolis é a primeira cidade do interior do Estado, com admirável movimento comercial e com um distrito agroindustrial implantado e florescente, em efetivas condições de expansão. Dispõe de satisfatório abastecimento de energia elétrica, que facilmente pode ser ampliado, além de eficiente malha rodoviária, ligando-a às principais regiões agro-pastoris.

O traçado Anápolis-Uruaçu corta longitudinalmente o vale do Rio das Almas e transversalmente o do São Patrício, uma das áreas mais desenvolvidas de Goiás, geradora, ano a ano, de uma quantidade sempre maior de grãos.

Acrescente-se a Anápolis a condição de um dos principais entroncamentos de eixos rodoviários, trampolim de acesso aos quatro pontos cardeais do território pátrio. Para lá converge grande parcela da produção de dezenas de municípios importantes, garantindo-lhe condições de entendimento pronto à exigência de cargas, sem as quais qualquer ferrovia se torna útil e antieconômica.

Praticamente, não há justificativas concretas para uma opção pelo trecho Brasília-Uruaçu, que se equivale em extensão o Anápolis-Uruaçu, sendo que o primeiro corta terras de baixíssima atividade agrícola e extremamente acidentadas.

Brasília só teria a perder com o novo traçado, que acentuaria sensivelmente a hipertrofia que se abate, acarretando-lhe gravíssimos problemas advindos de suas cidades satélites superpovoadas, à beira da explosão social. Ele viria numa rota de colisão violenta com a política do próprio governo federal de desviar dali os fluxos migratórios, para mantê-la na vocação original de pólo administrativo da federação. Reforçaria os desequilíbrios regionais e expandiria terrivelmente a demanda de empregos, equipamentos urbanos e serviços na Capital da República.

Os cerca de 1.400 quilômetros de trilhos, de Anápolis a Açailândia, no Maranhão, são o que melhor interessa à nação. Tudo colabora, inclusive a topografia, para que a Norte-Sul seja ferrovia extremamente barata, sem a necessidade de túneis e com pontes que não representam três por cento do custo total da obra, o que é muito pouco se comparado à ferrovia do aço, que tem 40 por cento do percurso em pontes, viadutos e túneis caríssimos.

Não permitimos, pois, que se inicie mal uma realização que tanto bem trará ao povo brasileiro.

A Anápolis-Açailândia, com alternativas portuárias em Itaqui, via Carajás ou mesmo em Belém, através de hidrovias, interconecta-se aos corredores de exportação e abastecimento de Minas Gerais e Espírito Santo, em Tubarão e ao corredor de São Paulo, em Santos. Ela propicia a perspectiva de abertura dos mercados do Centro-Sul e do mundo, viabilizando a efetiva descentralização econômica do Brasil.

E por isso tudo, antevendo o futuro alvissareiro que nos espera já na próxima década, pela visão e pelo patriotismo do nosso Presidente, que confiamos numa decisão justa

e sábia de Vossa Excelência, neste hora de tamanha gravidade.

Anápolis, março de 1987 – **Associação Comercial e Industrial de Anápolis – Federação das indústrias do Estado de Goiás – Federação do Comércio do Estado de Goiás – Federação da Agricultura do Estado de Goiás.**

José Reinaldo fala nos EUA sobre obras

Nova Iorque, 11 – O Ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, declarou hoje, na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, que o abastecimento interno em seu país é uma das grandes preocupações do Governo do Presidente José Sarney. Nesse sentido, afirmou que a meta prioritária do Ministério é a racionalização dos corredores intermodais de transportes, conjugada a duas grandes iniciativas, que contam a colaboração do empresariado privado:

"A ocupação da nova fronteira econômica das áreas do Centro-Oeste, Noroeste e Norte, simultaneamente à consolidação do sistema de transportes nas áreas urbanizadas do país; e o aperfeiçoamento da operação de transportes em todos os seus aspectos, para tirar o máximo proveito dos investimentos já realizados ou em implantação".

Aos membros da Câmara de Comércio, sediada em Nova Iorque, o Ministro José Reinaldo disse que, tradicionalmente, os Estados Unidos são o principal parceiro comercial do Brasil, ultrapassando em termos de área geoeconômica, a partir de 1984, a Comunidade Européia.

Ferrovia Norte-Sul

Entre os projetos em andamento no Ministério dos Transportes, o Ministro José Reinaldo destacou o da Ferrovia Norte-Sul em conexão com a Bacia Amazônica.

"É o Corredor Intermodal Rio Amazonas, Rio Tocantins, Ferrovia Norte-Sul. Trata-se de um grande corredor de transportes, que incorpora mais de 2.500 Km de rios navegáveis da Bacia Amazônica a um trecho ferroviário novo, ente Imperatriz e Brasília, com 1.600 Km de extensão, que corta todo o Centro-Oeste dotado de ricas áreas cultiváveis."

"Permitirá interligar o Norte e o Centro-Oeste ao Sistema Ferroviário do Sul do Brasil, já existente a partir de Brasília. A Eclusa de 73 metros de desnível da Barragem de Triturai faz parte desse sistema. Pretende-se operá-lo em 1990 e um grande número de projetos para exportação e abastecimento interno está sendo estalado para implantação às margens da ferrovia."

"A empresa exploradora será de capital aberto, com grande presença privada e explorará armazéns, distritos agro-industriais, transporte rodoviário etc.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra para um comunicado de liderança.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – O Líder do PL já havia solicitado a palavra anteriormente.

O SR. HAROLDO LIMA: – Pois não, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Líder do PL, Constituinte Adolfo Oliveira

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

A Liderança do Partido Liberal tem recebido inúmeras mensagens, através de cartas, memoriais, telegramas e telefonemas, vindas de milhares de famílias de desesperadas, em face do fechamento do BNH.

Sr. Presidente, o fechamento do BNH, subproduto do desastre econômico implantado pelo Ministro Fanam neste País, e por sua equipe de economistas, lançou na rua da amargura todos os funcionários do BNH, que estão perplexos, que estão em verdadeiro pânico no recesso de seus lares, vendo passar o prazo fatídico de seis meses, sem que sejam aproveitados na Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, eu que tive o privilégio de conviver, nesta Casa, longo tempo; com uma das melhores figuras de homem público deste País, o então Deputado Marcos Freire, depois Senador, e hoje Presidente da Caixa Econômica, estou muito à vontade para fazer um apelo a S. Ex.^a, no sentido de que não deixe de examinar o assunto e as terríveis consequências sociais do desemprego em massa desses funcionários.

Estaremos aqui, nesta tribuna, Sr. Presidente, para acompanhar o reaproveitamento de todos esses servidores, levando tranquilidade a essas famílias, e para nos congratular com o Presidente da Caixa Econômica Federal e com o Presidente da República, ao solucionarem esse importante assunto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA Corno Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes.

O Capital estrangeiro ainda está tramando em continuar saqueando a nossa Pátria, através da falsificação da chamada dívida externa.

Depois que o Governo brasileiro suspendeu, recentemente, o pagamento de parcela dos juros da dívida externa, a maior sucursal da agiotagem internacional, o FMI, resolveu pressionar mais ainda, para continuar recebendo as maiores vantagens das negociações com o Governo brasileiro. Os banqueiros internacionais passaram a fazer acordos benéficos com diversos países devedores, na tentativa de pressionar o Brasil para ceder, mais ainda do que já tinha cedido, frente aos seus interesses espúrios.

Ainda ontem chegou do exterior o Ministro da Fazenda Dilson Funaro, uma viagem considerada catastrófica por muitos observadores, não teve a recepção que esperava, foi mal recebido pelos banqueiros, em particular pelos banqueiros americanos e ingleses. De tudo isto se depreende que o Brasil continua gravemente ameaçado pela sanha do capital imperialista estrangeiro.

Ora, Sr. Presidente, é neste mesmo instante em que o Presidente Sarney, cedendo às pressões dos grupos reacionários militares, junto com es-

ses mesmos grupos, investe furiosamente contra os trabalhadores brasileiros que estão em luta pacífica para a retornada do poder aquisitivo perdido do seu salário.

O ápice dessa escalada repressiva é quando o Ministério da Marinha delibera, não se sabe bem com que tipo de articulação com o Governo Federal e com os demais setores da República delibera, ocupar os portos da Nação.

O Ministério do Exército, de imediato, ocupa todas as refinarias do Brasil, ou quase havia numa atitude que só tem paralelo na nossa História na época em que os generais golpistas estavam tramando abertamente o golpe fascista de 1964.

Ficamos na expectativa de saber o que o Ministério da Aeronáutica vai fazer agora, já que só lhe resta tomar alguma iniciativa no mesmo estilo dos militares da Marinha e do Exército.

Percebemos, Sr. Presidente, que nessa medida o Exército põe no maior risco que já se viu na nossa Pátria o patrimônio da PETROBRÁS, quando, cinicamente, diz que ocupa as refinarias para proteger o patrimônio. Na verdade, coloca nas refinarias tanques de guerra, material bélico altamente perigoso e explosivo, diante de material idênticamente explosivo.

Sr. Presidente, o que a Nação espera é que o Governo brasileiro suspenda, de imediato, essa insolente investida contras os trabalhadores do nosso País e abra também, de imediato, uma auditoria política para julgar, os verdadeiros adversários da nossa Nação, que não são os trabalhadores, e sim os banqueiros internacionais ligados aos banqueiros nacionais, a fim de avaliar a legitimidade e a veracidade dessa dívida externa brasileira, para, assim, termos uma justificativa política para suspender, em definitivo, o pagamento da dívida externa da nossa Pátria. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Acompanhando a Delegação de diversos Partidos, estivemos representando o Partido Comunista Brasileiro, ontem, em audiência com o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Solicitamos ao Dr. Ulysses Guimarães entrasse em contato com o Presidente da República, de onde partiram as ordens de ocupação dos locais de trabalho pelas tropas militares. Estamos aguardando, e é importante que o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte traga as informações, para que as lideranças dos Partidos políticos tenham condições de intermediar, no sentido da superação desse quadro de impasse que se configura nessas justas reivindicações dos trabalhadores da área portuária.

Sr. Presidente, também manifesto aqui nossa solidariedade aos trabalhadores, aos professores da Universidade de Brasília que declararam greve nessa Universidade, que já foi instituição modelar da nossa educação e que, dando prosseguimento à sua justa luta, no sentido de recuperar o seu quadro, seu material de recursos humanos, até hoje não tive atendidas suas reivindicações por parte do Ministério da Educação. Neste sentido, apelamos às autoridades da área de educação para que sejam atendidas essas justas reivindicações, a fim de que a Universidade de Brasília, em conjunto com os demais estabelecimentos públicos de educação superior do País, possa efetivamente estar voltada para os interesses nacionais, para as grandes causas do povo brasileiro.

Por último, Sr. Presidente, eu registro, para conhecimento dos demais Constituintes aqui presentes, a elaboração do nosso projeto de decisão a respeito da necessidade de o Congresso Constituinte ter o poder soberano de opinar sobre matéria exclusiva de sua competência, no que se refere à legislação e organização sindical.

Sabemos que, a pedido do Presidente da República, o Senado Federal poderá, a qualquer momento, aprovar medidas de transformação da estrutura sindical e que são motivo de polêmicas no interior do movimento sindical.

Neste sentido, para fazer uso legítimo do poder soberano desta Constituinte, estamos colhendo assinaturas dos demais Constituintes, para que apenas nesse foro, e unicamente nele, haja um debate, que deverá passar pela audiência das entidades representativas dos trabalhadores, na definição de como será estruturado o movimento sindical brasileiro.

Sabemos que não podemos, de maneira alguma, atribuir somente ao Senado a competência para alterar uma matéria que é da mais alta polêmica no movimento sindical. Por isso, apelamos para os Srs. Constituintes, no sentido de arrogar para o Congresso o direito e o dever soberano de opinar e decidir sobre a estrutura sindical que bem sirva aos interesses dos trabalhadores brasileiros. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. AUGUSTO DE CARVALHO EM SEU DISCURSO:

PROJETO DE DECISÃO

Nº _____, de 1987

Sr. Presidente, com base no Regimento da Assembléia Nacional Constituinte apresentamos o seguinte projeto de resolução:

"Art.1º As matérias que tratem da organização e estrutura sindical brasileira, em especial a Resolução nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), não poderão entrar em processo de votação na Ordem do Dia – da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal –, até a promulgação e começo de vigência da nova Constituição."

Justificação

A concepção que permeou a inclusão dos Projetos de Decisão no Regimento Interno da Constituinte, afirma que esses projetos destinam-se á regular matéria de relevância para a Assembléia Nacional Constituinte.

A questão que propomos para a apreciação do Plenário da Constituinte é, no nosso entender, de fundamental importância. Trata-se de tema que se refere á Organização Social.

Como foi adotado no Regimento aprovado, haverá oito Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, além da Comissão de Sistematização. A Comissão de nº VII tratará da Ordem Social e terá uma "Subcomissão dos Direitos dos trabalhadores e servidores públicos. "Dento dessa subcomissão será apreciado, entre outros, o tema da organização sindical dos trabalhadores e servidores. Entendemos que deverá haver uma ampla reformulação da atual estrutura sindical pois, como sabemos, ela remonta ao Estado Novo e foi elaborada com base no corporativismo fascista, sendo contrária aos interesses maiores dos trabalhadores brasileiros.

No entanto, a soberania da Constituinte para definir a estrutura sindical brasileira ficará prejudicada se for aprovada no Senado Federal, onde

está tramitando, a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que institucionaliza o pluralismo sindical, isto é, a possibilidade de existência de vários sindicatos por categoria de trabalhadores.

Essa é uma questão das mais polêmicas no movimento sindical. Há setores que discordam da citada resolução, pois estimularia a divisão e conseqüente enfraquecimento das lutas e reivindicações dos trabalhadores. Por outro lado, há também setores do movimento sindical que defendem a sua adoção sob o argumento de que facilitaria a organização dos trabalhadores.

Não nos cabe, entretanto, entrar aqui no mérito dessa discussão. O lugar adequado para fazer isso é a Subcomissão dos direitos dos trabalhadores e servidores públicos, de acordo com a divisão contida no Regimento aprovado pelo Plenário da Constituinte.

O que deve ficar claro é – e com certeza nenhum Constituinte discordará – que a aprovação pela Casas do Congresso Nacional da Resolução 87, no momento em que se reúne uma subcomissão que apreciará e definirá a matéria tratada pela citada resolução, representa um golpe na soberania que a Assembléia Nacional Constituinte deve ter para – ouvidos os trabalhadores brasileiros – definir qual é a estrutura sindical mais adequada ao país.

É nesse sentido, buscando resguardar a soberania da Constituinte, que apresentamos este Projeto de Decisão.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1987. – Constituinte **Augusto Carvalho**.

O Sr. Cardoso Alves (PMDB – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cardoso Alves, pela ordem.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Alguns Constituintes estão apresentando à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte um projeto de decisão cujo art. 1º e único assim reza.

"as matérias que tratam da organização da estrutura sindical brasileira, em especial a Resolução nº 87, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, não poderão entrar em projeto de votação na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal até a promulgação e o começo da vigência da nova Constituição".

A leitura atenta do Regimento Interno, aprovado recentemente, demonstra que isto é matéria meramente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência solicita a V. Ex.^a formule a questão de ordem.

O SR. CARDOSO ALVES: – Vou formular. V. Ex.^a, com a sua liberalidade, com o seu espírito democrático, há de permitir que eu fundamente a questão de ordem. Senão, poderá parecer um ato de leviandade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência agradece os elogios de V. Ex.^a

O SR. CARDOSO ALVES: – A leitura atenta do nosso Regimento Interno demonstra que tal matéria não se enquadra no chamado projeto de decisão, mas se enquadra com absoluta perfeição, com uma luva, no projeto de resolução.

Como o projeto de decisão é uma figura mais ou menos inusitada no Direito brasileiro, que não existe em nenhum outro Direito do Mundo, em nenhum outro Direito Constitucional, eu rogaria à Mesa que, ao receber a proposição, o fizesse como projeto de resolução, e não como projeto de decisão, corrigindo, assim, este elemento de forma, e agindo de acordo com a tradição e a praxe jurídica deste Parlamento. Agindo assim, não terei dúvida nenhuma em apor a minha solidariedade ao documento. Fora daí, Sr. Presidente, parece que há uma profunda estranheza na nomenclatura do documento apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Há uma questão de ordem a resolver. A matéria prevista.

O SR. Roberto Freire (PCB – PE): – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência vai responder à questão de ordem do eminente Constituinte Cardoso Alves.

O SR. Roberto Freire (PCB – PE): – Estou pedindo a palavra a V. Ex.^a para contraditar o Constituinte Cardoso Alves.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Roberto Freire, para contraditar.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Para contraditar. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes Apenas queria esclarecer, para contraditar a questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Mesa vai esclarecer. O que está ocorrendo é que o Constituinte solicita a palavra. Antes que a Presidência defira ou não, o Constituinte inicia o seu pronunciamento, dificultando à Presidência a decisão.

Tem V. Ex.^a palavra, para contraditar.

O SR. ROBERTO FREIRE: – Isto é carapuça para mim! Quero apenas contraditar, dizendo que nós, evidentemente, estamos apresentando um projeto de decisão, até porque se trata de uma decisão da Assembléia Nacional Constituinte, que vai valer para outros Poderes: o Poder constituído do Senado e da Câmara.

Projetos de resolução são questões internas. Regimento Interno, modificações ou resoluções que operacionalizem os nossos trabalhos. Estamos querendo, através desse projeto de decisão, que se suspenda a tramitação e votação de matérias que impliquem em mudanças na organização

e na estrutura sindical, para que a Assembléia Nacional Constituinte possa decidir sem atropelos. Só posteriormente à promulgação, depois da decisão soberana da Assembléia Nacional Constituinte que decidirá qual será a estrutura sindical para o País, aí, sim, os Poderes constituídos poderão discutir, mas aí, já dentro dessa concepção fixada soberanamente por esta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – A Presidência não tem como decidir a questão de ordem, já que o projeto de decisão não existe no Regimento Interno em vigor. Oportunamente a Mesa apreciará a questão de ordem levantada por V. Ex.^a nobre Constituinte Cardoso Alves.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES

Abigail Feitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Dias – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Benito Gama – PFL; Bete Mendes – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Chagas Neto – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Delfim Netto – PDS; Doretto Campanari – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Sales – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Hélio Magalhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Ivo Vanderline – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; João Calmon – PMDB; João Hemmann Neto – PMDB; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Leite – PMDB; José Carmago – PFL; José da Conceição – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Teixeira – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Leal – PMDB; Luz Salomão – PDT; Maluly Neto – PFL; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Messias Soares – PMDB; Miron Lima – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Osmar Leitão – PFL; Osvaldo Coelho – PFL; Paes Landim – PFL; Paulo Silva – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raul Belém – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Roberto D'Ávila – PDT; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Samir Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Simão Sessim – PFL; Sotero Cunha – PDC; Victor Trovão – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, as 14:00 horas.

– *Encerra-se a Sessão às 17 horas e 15 minutos.*



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 28

QUINTA-FEIRA, 14 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

1 – ATA DA 33ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 13 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada e assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 015/87 – Do Senhor José Richa, participando que se ausentará dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte no período compreendido entre 21 de março e 4 de abril do ano em curso, quando viajará aos Estados Unidos da América, a convite do Governo daquele País.

COMUNICAÇÕES

Da bancada do Partido dos Trabalhadores-PT, participando a indicação do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, para exercer a liderança daquela agremiação partidária, junto à Assembléia Nacional Constituinte, e dos Senhores Plínio de Arruda Sampaio e José Genoino, para responder pela Vice-Liderança.

SIQUEIRA CAMPOS: – Inclusão de municípios do norte e nordeste do Estado de Goiás nos benefícios da resolução nº 1.267, do Banco Central, que dispõe sobre indenizações às lavouras atingidas pela estiagem.

PRESIDENTE: –

Encaminhamento das questões abordadas pelo Constituinte Siqueira Campos à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte.

ADYLSON MOTTA: – Comparecimento dos Constituintes às sessões da Assembléia Nacional Constituinte como fator do restabelecimento da imagem do Poder Legislativo perante a opinião pública. Definição dos subsídios dos Constituintes

PRESIDENTE: –

Encaminhamento à Presidência da Assembléia Nacional Constituinte das questões abordadas pelo Constituinte Adylson Motta.

AMAURY MULLER: – Segundo Aniversário do governo da Nova República Papel dos partidos políticos na redemocratização do País. Administração José Sarney.

VICENTE BOGO: – Situação dos mini-produtores rurais do País. Revisão dos critérios de aplicação da variação mensal da OTN sobre os empréstimos de investimentos na área agrícola. Reforma agrária. VII feira Nacional da Soja, Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

CHICHUMBERTO: – Razões do superávit apresentado pela Presidência Social. Melhor remuneração para a classe médica.

IBERÊ FERREIRA: – Desestruturação da economia nordestina em face do racionamento do fornecimento de energia elétrica na região. Movimento liberado pelo empresariado potiguar de protesto contra a política financeira governamental.

AGASSIZ ALMEIDA: – Recrudescimento do militarismo no País.

JOSÉ THOMAZ NONÔ: – Sugestões do PFL ao Presidente da República para correção de distorções ocorrentes na incidência do Imposto de Renda – pessoa física;

MOZARILDO CAVALCANTI: – Implantação do serviço militar voluntário no Brasil.

OSVALDO BENDER: – Apoio do orador ao discurso do Constituinte Adylson Motta. Pagamento, pelos Parlamentares, de Imposto de Renda sobre o total da remuneração percebida Necessidade de amparo governamental às microempresas em situação pré-falimentar.

ALEXANDRE PUZYNA: – Administração Esperidião Amin, Estado de Santa Catarina.

ERICO PEGORARO: – Administração Jair Soares, Estado do Rio Grande do Sul.

RUY NEDEL: – Congresso Nacional das Cooperativas Médicas – Unimeds, Brasília, Distrito Federal. O cooperativismo no Brasil.

DAVI ALVES SILVA: – Propostas do orador para a futura Constituição.

JOSÉ VIANA: – Humanização do sistema penitenciário brasileiro.

EDUARDO BONFIM: – Escalada militarista na sociedade brasileira.

ORLANDO PACHECO: – Felicitações do orador ao Constituinte Antônio de Paes Dias, pela apresentação de emenda ao Projeto de Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte para que a Mesa diretora dos trabalhos mantenham um exemplar da Bíblia Sagrada à disposição dos Constituintes.

AUGUSTO CARVALHO: – Repúdio do PCB à intervenção das Forças Armadas em movimentos trabalhistas. Apresentação pelo partido do projeto de decisão à Assembléia Nacional Constituinte revogando a lei de greve.

ERALDO TRINDADE: – Reformulação da legislação sobre exploração mineral no País. Iminência de conflito na área do garimpo de Lourenço, Município de Calçoene, Território do Amapá.

PAULO PAIM: – Omissão da Assembléia Nacional Constituinte diante da crise sócio-econômica no País.

LEUR LOMANTO: – Reforma tributária, fator de recuperação e fortalecimento dos Estados e Municípios nordestinos sujeitos aos rigores da seca.

HORÁRIO DE LIDERANÇA

MENDES RIBEIRO – Restabelecimento da verdade sobre a remuneração, direta e indireta, dos Constituintes.

A MAURY MÜLLER – Impossibilidade de o Sr. Sam Nujoma, Presidente da Organização do Povo Sudoeste Africano, em visita ao Brasil, manter audiência com o Presidente José Sarney.

ÁLVARO VALLE – Inscrição, no futuro texto constitucional, de normas sobre matéria tribu-

tária determinativas da fixação a valores reais e não nominais.

LÚCIO ALCÂNTARA – Conquistas da política externa brasileira. Causas da intervenção do Banco Central do Estado do Ceará.

JOAQUIM FRANCISCO – Incentivo governamental ao plantio de lavouras de subsistência nas áreas de plantação da cana-de-açúcar, na zona da Mata, Estado de Pernambuco.

ADYLSO MOTA – Descumprimento, pelo PMDB e Governo Federal, de compromissos assumidos quando da eleição do Presi-

dente Tancredo Neves. Assembléia Nacional Constituinte, foro para discussão dos problemas nacionais.

AUGUSTO CARVALHO – Protesto do PCB contra a impossibilidade de o Sr. Sam Nujoma, Presidente da Organização do Povo Sudoeste Africano, em visita ao Brasil, manter audiência com o Presidente José Sarney. Repressão, por parte da Copisa – Companhia Siderúrgica Paulista – após trabalhadores e dirigentes sindicais participantes de movimento grevista.

ENCERRAMENTO

Ata da 33ª Sessão, em 13 de março de 1987

Presidência do Sr. Bonifácio de Andrada

ÀS 14:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Prieto – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Davi Alves Silva – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Egídio Ferreira Lima –

PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Evaldo Gonçalves – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gastone Rigli – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irupuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Castelo – PDS; João Cunha PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Machado Rollemberg – PFL; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; donas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bispo – PMDB; José Queiroz

– PFL; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Lourival Baptista – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Lima – PDT; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Mauro Banevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Miranda PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Octávio Elísio – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osvaldo Bender – PDS; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PDMB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Ronaldo Aragão – PDMB;

Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansação – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS Vitor Buaiç – PT; Vladimir eira – PT; Waldec Ornélas – PFL; Wilma Maia – PDS.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – A lista de presença registra o comparecimento de 154 Senhores Constituintes.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. CONSTITUINTE ERÍCO PEGORARO, Secretário procede à leitura da ata da sessão antecedente, que é discutida aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Passa-se à leitura do expediente.

ERÍCO PEGORARO, servindo como Secretário procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Senador José Richa, nos seguintes termos: Of. nº 015/87-GSJR

Brasília, 9 de março de 1987

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, no período de 21 de março a 4 de abril de 1987, em virtude de viagem aos Estados Unidos da América, a convite do Governo daquele País.

Sem outro particular, renovo meus protestos de elevada estima e consideração. – Senador **José Richa.**

COMUNICAÇÃO

Do Partido dos Trabalhadores, nos seguintes termos:

Gabinete da Liderança
Em 10-3-87

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que a partir de 1º de fevereiro de 1987, por unanimidade, foi eleito como Líder do Partido dos Trabalhadores, o Deputado Luiz Inácio Lula da Silva. Na condição de Vice-Líderes, foram eleitos os Deputados Plínios de Arruda Sampaio e José Genoíno.

Aproveito a oportunidade para apresentar protestos de estima e consideração. – Dep. **Benedita da Silva** – Dep. **Florestan Fernandes** – Dep. **Irma Passoni** – Dep. **José Genoíno** – Dep. **Luiz Inácio Lula da Silva** – Dep. **Paulo Delgado** – Dep. **Plínio de Arruda Sampaio** – Dep. **Virgílio Guimarães** – Dep. **Eduardo Jorge** – Dep. **Gumercindo Milhomem** – Dep. **João Paulo Pires Vasconcelos** – Dep. **Luiz Gushiken** – Dep. **Olívio Dutra** – Dep. **Paulo Renato Paim** – Dep. **Vitor Buaiç** – Dep. **Vladimir Palmeira.**

O SR. CONSTITUINTE SIQUEIRA CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDS – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, solicitei desta Casa providências no sentido de que fossem dados apoio e assistência à área da Amazônia Legal de Goiás, composta por sessenta municípios, onde houve uma estiagem durante mais de sessenta dias, com efeitos danosos para a economia da região. Milhares de famílias de pequenos agricultores estão totalmente desamparadas, passando fome e com seus contratos de financiamento sendo executados pelos bancos. A situação é desesperadora. Comunicou-me o Banco Central, tão logo recebeu a denúncia que fiz desses fatos, que havia adotado providências através da Resolução nº 1.267.

Sr. Presidente, para surpresa minha, essa resolução foi publicada no dia em que me informaram no Banco Central que seria, isto é, 12 de março de 1987. Ela contemplou apenas três municípios de Minas Gerais, terra de V. Ex.^a, e dezessete da Bahia. Não foram incluídas nessa resolução as áreas atingidas pela estiagem, para efeito de benefícios do Proagro, de indenizações das lavouras da região. Também não constam os novos financiamentos, para que sustem as execuções dos financiamentos agrícolas dos sessenta municípios do norte e nordeste goianos, isto é, da Amazônia Legal de Goiás. Esses são aprovados por lei, e todos têm direito a tais benefícios. Dirigido apelo ao Dr. Hélio Ribeiro para que adote providências imediatas no sentido de estender os benefícios da Resolução nº 1.267 aos sessenta municípios do norte e nordeste de Goiás.

Esta é a comunicação de liderança que queria fazer. Gostaria de aplaudir Minas Gerais, na pessoa de V. Ex.^a, Deputado Bonifácio de Andrada, que preside esta Sessão e que tem papel relevante nesta Constituinte. Certamente V. Ex.^a poderá prestar, como é de tradição dos Andrada, grande contribuição cívica e cultural para que tenhamos uma Constituinte que efetivamente corresponda aos anseios do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Os Anais registrarão a comunicação de V. Ex.^a.

IV – O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Está finda a leitura do expediente. Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Adylson Motta.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em todo começo de sessão, praticamente, tenho pedido; nesta Casa, que se proceda à verificação do **quorum**, para que realmente se garanta

aquele mínimo necessário para que nossos trabalhos tenham início. Hoje, excepcionalmente, não o faço, até porque não desejo prejudicar alguns colegas que têm necessidade de aqui se manifestar sobre assuntos atinentes à sua região.

Mas quero dar aqui uma explicação a respeito, Sr. Presidente. Na última campanha eleitoral, principalmente aqueles que, como eu, concorreram pela primeira vez à Câmara Federal, levantamos uma bandeira: a de que deveríamos fazer um esforço muito grande, em Brasília, no sentido de que o Parlamento recobrasse, junto ao nosso povo, a sua imagem de dignidade, austeridade e respeitabilidade pública, exatamente para que esta Casa não passasse mais a funcionar com o plenário vazio. Sabe V. Ex.^a, que essa apatia, essa ausência, esse desinteresse pelo trabalho em plenário deu origem a uma série de deformações e distorções que acabaram por desmoralizar o nosso Parlamento. Citaria, como exemplo, essa figura execrável do voto de liderança, em que um Deputado, na sua comodidade, delegava ao Líder do seu partido a sua decisão aqui neste recinto, o que custou muito caro a esta Casa, através de imensa campanha de desmoralização, exatamente calcada nesse fato. Outro episódio, de lembrança não muito agradável, não muito airosa para nós, resolveu os famosos Deputados "pianistas".

Pois bem, Sr. Presidente, queremos readquirir aquela imagem que deve ter o Parlamento brasileiro.

Temos que mudar as coisas aqui, em termos do funcionamento desta Casa. Embora tenha V. Ex.^a, excepcionais condições para dirigir esta Assembléia, gostaria que estivesse presente, neste momento, o Presidente titular, Deputado Ulysses Guimarães, a quem cabe a responsabilidade de tomar alguma atitude. Deste modo, a S. Ex.^a diretamente eu transmitiria estas minhas ponderações. Não vou pedir verificação de **quorum**, Sr. Presidente, pois esta é uma atitude altamente antipática para este Plenário. Graças a Deus, não preciso disso, mas é minha permanente preocupação que se dê credibilidade, novamente, ao Parlamento.

Então, Sr. Presidente, apelo a V. Ex.^a que transmita ao Presidente titular a minha solicitação. É necessário que se proceda, com urgência, a uma reunião das lideranças nesta Casa, para que se estude um outro mecanismo de seu funcionamento, se estabeleça uma estratégia de ação que não comprometa a nossa imagem pública, como parlamentares.

E digo isso, Sr. Presidente, com a autoridade de quem não faltou a nenhuma sessão nesta Casa até hoje, inclusive à sessão de domingo, de instalação da 48ª Legislatura. Baseado nesta preocupação, deixo aqui minha sugestão, no sentido de que o Presidente titular desta Casa tome uma atitude mais concreta. Lamentavelmente, S. Ex.^a tem ouvido muito, até agora, mas não respondeu praticamente a nenhuma das questões que lhe foram formuladas, e isso nos tem preocupado muito.

Recentemente, ainda se citava aqui a necessidade de se estabelecer a soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Votei todas as medidas que visavam, de certa forma a fortalecer o Parlamento na sua convocação como Constituinte. E no momento em que tudo isso é feito proclamamos essa necessidade. Presenciamos, nesta Casa, a num quadro altamente deplorável, ou seja, a descarada interferência do Poder Executivo, que mandou funcionários aqui com o objetivo de retirarem Deputados do plenário, a fim de que não

houvesse **quorum** para determinada votação. E o mesmo Presidente, que protestou contra o que se disse desta Casa num programa de televisão em São Paulo, não usou da mesma coragem cívica para repudiar publicamente essa interferência indevida do Poder Executivo nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Faço este apelo agora, Sr. Presidente, para que o presidente Ulysses Guimarães procure ordenar os nossos trabalhos. Sugiro que as bancadas estabeleçam um sistema de rodízio, no atinente aos nossos trabalhos, isto é, uma parte dos Deputados poderá viajar num fim de semana e outra parte poderá fazê-lo no outro. Mas não podemos permitir que aconteça o que estamos hoje presenciando: uma Assembléia composta de 487 Deputados e 72 Senadores funcionando exatamente com 10 parlamentares. É por esse motivo, Sr. Presidente, que tenho levantado questões de ordem a respeito do **quorum**.

De outra parte, peço a V. Ex.^a que solicite do Presidente da Constituinte uma solução para o subsídio dos Constituintes. Não estou pedindo qualquer tipo de aumento – podem até diminuir – mas que se legalize esse pagamento. Estamos recebendo parcelas sem cobertura legal, porque o **jeton** foi instituído para o Deputado Federal e para o Senador e não para o Constituinte.

Sr. Presidente, tão logo seja realizada a eleição dos demais membros da Mesa Diretora da Constituinte, que o Presidente Ulysses Guimarães procure dar respaldo legal à questão do subsídio dos Constituintes. Não queremos mais ser diariamente execrados pela imprensa por alguma coisa na qual não tivemos qualquer participação. Lamentavelmente, nesta Casa meia dúzia de Constituintes decide e os outros têm de se submeter a essa decisão. Na hora das críticas, Sr. Presidente, todos, sem distinção, são atingidos.

Por isso faço este registro. Deixarei o assunto que pretendia abordar para outra oportunidade. E o apelo veemente que faço a V. Ex.^a, para que o transmita ao Presidente da Constituinte, a fim de que tenhamos solução definitiva para nossas reivindicações, que têm apenas um sentido: restabelecer a imagem de dignidade que deve ter o Poder Legislativo junto ao povo brasileiro. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – A Mesa recebe as questões suscitadas por V. Ex.^a e os encaminhará à Presidência, para a devida solução.

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, a Nova República começará, depois de amanhã, o segundo aniversário de sua instalação. Após as memoráveis campanhas que povoaram as ruas e as praças, trazendo o povo de volta à atividade política, à pregação cívica, em torno das eleições presidenciais Após o episódio de implosão do malfadado Colégio Eleitoral, tinha-se e a impressão de que o País trilhará, simultaneamente, os caminhos pródigos da democracia, da liberdade e do desenvolvimento econômico-social.

Ouço reiteradamente os áulicos do novo regime proclamarem avanços políticos e sociais extraordinários, dando a nítida mas equivocada impressão de que o alargamento do processo político, de que essas conquistas alcançadas com tanto sacrifício teriam sido obra de um homem ou de um partido, quando, na verdade, foram resultado de uma extraordinária luta do próprio povo brasileiro.

Sr. Presidente, quem estava à frente, afinal, da histórica campanha das diretas-já: os partidos po-

líticos ou a sociedade civil organizada? Na verdade, os partidos políticos constituíram a esteira do movimento, foram levados de roldão pelo crescente descontentamento da sociedade brasileira frente ao agravamento da crise econômica, social e política patrocinada pelo regime militar.

Portanto, essa veleidade, de ter o monopólio da verdade e de ter sido instrumento através do qual conseguimos esse ainda reduzido espaço de avanço político, não pode prosperar, uma vez que não corresponde à realidade histórica.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que, se nesses dois anos houve avanços e recuos – provavelmente mais recuos do que avanços – hoje o País mergulha num novo processo recessivo de dimensões e conseqüências imprevisíveis, e se pode creditar ao Governo Sarney – transitório e sabidamente ilegítimo, porque não resultou da vontade popular – algum mérito por ter alcançado determinados sucessos e êxitos em certas áreas, também tem-se de atribuir a ele esse retrocesso lamentável no plano econômico e social.

A agricultura brasileira, por exemplo, vive hoje possivelmente a mais grave e séria crise de toda a história. E foi exatamente a inexistência de uma política agrícola capaz de proporcionar ao produtor rural os mecanismos e instrumentos indispensáveis à decolagem do setor que levou a agricultura à situação de penúria em que se encontra.

A reforma agrária continua sendo uma simples figura de retórica. O Plano Nacional de Reforma Agrária, que os arautos da Nova República proclamaram como a solução para a gravíssima crise que ameaçava implodir o meio rural, continua no papel, patinando nas suas contradições.

Não vi, Sr. Presidente, numa análise desapassionada, nenhum avanço no sentido de modificar em profundidade a injusta e brutal estrutura fundiária do País.

Não podemos alçar-nos à condição de potência de primeira grandeza, de País desenvolvido capaz de proporcionar a cada brasileiro um padrão de vida compatível com a dignidade humana, se não tivermos uma reforma agrária radical, capaz de mudar a fisionomia melancólica do meio rural brasileiro.

Os trabalhadores continuam usando de um instrumento válido e democrático para pleitear o reconhecimento dos seus direitos, mas quando eclode, aqui ou acolá, uma greve justa, eis que o Governo democrático usa instrumentos autoritários para sufocá-la. Não é sem razão que os portos deste País continuam ocupados pela Marinha, e as refinarias da Petrobrás, igualmente continuam, de forma policialesca e militar, ocupadas pelo Exército. Causa estranheza o fato de que ontem se anunciava que essas tropas deixariam pelo menos algumas refinarias ou todas elas. Eis que, de repente, no caso da Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, no Rio Grande do Sul, o exército voltou, **manu militari**, a impor a sua vontade, intrometendo-se, indevida e criminosamente, na própria vontade nacional. Estes são os dois anos melancólicos do Governo da Nova República.

Quero, em nome do PDT, lamentar que até hoje o Sr. José Sarney e seu Governo não tenham honrado sequer dez por cento das promessas e dos compromissos que assumiram em praças públicas. Ao contabilizar, portanto, este episódio histórico, que assinala o segundo aniversário da criação da Nova República, temos que lamentar que o País se encontre em gravíssima crise tanto político-institucional como econômico-social.

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Consti-

tuintes, nas minhas breves manifestações na tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, tenho-me preocupado em ater-me e às discussões da tarefa primordial da Assembléia Nacional Constituinte, ou seja, o nosso trabalho de organização e elaboração constitucional. Mas em função do que atravessa a nossa história política e econômica, mesmo do momento da própria Assembléia Nacional Constituinte, venho, neste momento, manifestar minha preocupação com relação à situação dos pequenos e miniprodutores rurais do País, especialmente os da Região Sul. Hoje, vivendo em dificuldades por terem enfrentado problemas sérios em decorrência da seca, tiveram eles de buscar, junto ao Governo, empréstimo de emergência para sua sobrevivência, não conseguindo pagar seus débitos de custeio da lavoura – tendo que prorrogá-los, e estão ainda para serem pagos – e posteriormente, de buscar mais empréstimos para efetuarem o custeio e investimento na área agrícola.

Frente à situação precária e difícil isto é, com a correção, com a variação da OTN em 70,7%, os agricultores brasileiros, especialmente aqueles que buscaram produzir mais, investir para alimentar o povo brasileiro, estão, neste momento, vendo-se diante de sua falência inexorável.

Nesse sentido, gostaria, desta tribuna, de solicitar ao Governo que reveja sua posição com relação à variação da OTN e sua aplicação sobre os empréstimos de investimentos na área agrícola, especialmente para miniprodutor rural. Isto porque a inflação e a variação de juros tão elevados poderão levar milhares de miniprodutores rurais do campo para a cidade.

Ao visitar inúmeras cidades do Rio Grande do Sul observamos que há crescente êxodo rural e, em conseqüência, aumento de marginalização nas cidades. Portanto, é imprescindível que imediatamente sejam tomadas providências a fim de que; com o decorrer do tempo e a da própria safra, essas dificuldades possam ser superadas.

Gostaria também de dizer que o problema da agricultura brasileira vincula-se muito mais, além das medidas tomadas pelo próprio Governo Federal, às dificuldades das dívidas interna e externa. Mesmo não estando o Governo brasileiro, neste momento, pagando os juros, ainda assim está havendo uma soma de mais de 1 bilhão de dólares mensais ao montante.

Lembro que com 1 bilhão de dólares por mês, no que tange à questão da reforma agrária ou mesmo à política agrícola, é possível adquirir, pelo valor médio da terra no País, mais de 2 bilhões de hectares, se esse valor assim fosse aplicado. Desta forma, em doze meses seria possível adquirir cerca de 24 milhões de hectares de terra, ou seja, uma área correspondente ao Estado do Rio Grande do Sul.

Não se justifica, portanto, a falta de encaminhamento da reforma agrária, quando estamos pagando a dívida externa com o suor e o sacrifício do povo brasileiro. Por esta razão, na próxima semana realizar-se-á, no Rio Grande do Sul, uma grande assembleia de miniprodutores rurais, com o intuito de discutir as dificuldades enfrentadas pelo setor e até mesmo a questão da dívida externa, quando, cremos, os trabalhadores e agricultores do Rio Grande do Sul deverão levantar-se diante da dívida externa e exigir, de nós e do Governo, que se faça uma auditoria completa sobre essa dívida para saber a origem das dívidas externa e interna, bem como estão sendo aplicados esses recursos. Desta forma, vamos tentar colocar a casa em ordem, organizar a nossa eco-

nomia, fazer um plano nacional de desenvolvimento e um plano nacional de política agrícola que atenda às necessidades de consumo interno da nossa população.

Permitindo-me, Sr. Presidente, estender-me um pouco, gostaria de aproveitar esta oportunidade para comunicar a este Plenário da Assembléia Nacional Constituinte que de 1º a 10 de maio do corrente ano estará sendo realizada em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, região cuja produtividade média chega a alcançar quase 20 vezes mais do que a média brasileira, onde a pujança da agroindústria é grande, a VII Feira Nacional da Soja – VII Fenasoja. Hoje, recebi comitiva da região que me solicitou estendessem o convite a todos os Constituintes e a todos os brasileiros que desejarem participar do evento.

Ao encerrar, gostaria de ler parte do texto que integra o convite:

“Hoje sou semente,
A terra me cobre.
Amanhã ganho asas,
Meus passos germinam.
Cheios de esperança e
confiança.
Em mim nascem as
flores, que ganham o
viço dos grãos.
E o florescer já é
realidade no alvorecer do novo amanhã
e em tuas mãos
percorro querências,
exaltando a força desta
terra, desta gente.”
VII Fenasoja
Um compromisso com o futuro.
De 1º a 10 de maio”

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Sr. Waldir Pires, Governador eleito da Bahia, fez, enquanto Ministro da Previdência Social, um esforço muito grande no sentido de combater a fraude e seus efeitos altamente corrosivos para a economia do setor. Tivemos a oportunidade de acompanhar, pela imprensa, as espetaculares ações da Polícia, colocando no banco dos réus, como verdadeiros dilapidadores do patrimônio de milhares de contribuintes e beneficiários da Previdência, toda uma categoria. Uma verdadeira febre de acusações se verificou então, no País, de Norte a Sul, dando vazão a todo o tipo de inveja e recalques, pondo em risco o nome de muitos profissionais competentes e sob suspeita toda a classe médica.

Quanto ao atual titular, Sr. Raphael de Almeida Magalhães, de origem política bem conhecida, S. Ex.^a alardeou, há algum tempo, mais um “milagre”: um superávit na arrecadação do seu Ministério. Como explicar este fenômeno administrativo em um órgão sempre falido e que, de repente, passa a equilibrar seu orçamento e a acusar saldos positivos, não obstante seu quadro de beneficiários crescer dia a dia?

A resposta é fácil, quando se chega à raiz do problema, sem necessidade de muito exercício de lógica para estabelecer as premissas de uma autêntica conclusão acerca do “milagre financeiro da Previdência”.

Sua receita se origina da contribuição de milhões de pessoas físicas – trabalhadores assalariados e profissionais liberais, entre outros – que se incorpora à das pessoas jurídicas, na base de 8,9% ou 10%, em índices diferenciados, até 16, 17 e 19%, para gerar o FGTS, o PIS e outros engodos em termos de programas sociais.

Se tantos contribuem, por que a prestação de serviços por parte do órgão é deficiente? Qual benefício é mais oneroso? O dos aposentados? Não acreditamos, eis que a Previdência oferece o mínimo pelo máximo de contribuições, e pessoas que recolheram na base de quinze salários, por exemplo, percebem apenas 5 salários-referência, sendo visivelmente fraudados, portanto, pela própria Previdência.

Mas, analisemos a suposta maior despesa, qual seja, a representada pela assistência médica e hospitalar.

Hospital – se considerarmos o sentido etimológico da palavra vem de hospedar, termo originário do sânscrito, **gospes**, que, no latim, se transformou em **hospes** e que significa oferecer agasalho e alimento. Pois bem. Atualmente, está fixado em Cz^s 70,00 o valor da diária, para pagamento de um leito hospitalar. No entanto, os hospitais recebem com mais de sessenta dias de atraso esse numerário, tendo, porém, que servir três refeições por dia a cada doente, além de ter que cumprir outras obrigações, quanto aos serviços de assepsia, limpeza, desinfecção, enfermagem e acompanhamento médico. Tudo isto, sem contar os gastos normais com energia, água, triagem, taxas, impostos e com toda a burocracia exigida pela Previdência para o preenchimento de formulários e guias que acompanham cada paciente.

Por outro lado, ao médico cabem apenas Cz^s 4 0 , 0 0 por consulta, cujo pagamento, igualmente, se verifica com atraso – muitas vezes, superior a noventa dias.

Dai, Sras. e Srs. Constituintes fácil é compreender o tão propalado milagre das “burras” cheias da Previdência. Ele é obtido às custas, em primeiro lugar, da má remuneração que hoje se pratica, relativamente à atividade médica e à diária hospitalar; segundo, do atraso no pagamento das faturas apresentadas ao INAMPS. Trata-se, simplesmente, de um jogo contábil: arrecada-se durante doze meses e pagam-se apenas dez em cada ano. É outra forma de surrupiar o contribuinte.

E mais: o considerado indigente, aquele que não é previdenciário e que representa 10% do atendimento total, onera não os cofres públicos, mas, sim, o contribuinte. E esta é; nada mais nada menos, uma forma de fazer farol com o chapéu alheio. Não que o indigente não tenha direito a tal assistência, mas esta deve ser prestada às expensas do Governo Federal. O dinheiro do contribuinte não pertence nem ao Governo nem ao Ministério da Previdência, que são meros administradores e repassadores dos recursos.

Nossa classe exige remuneração digna para seu trabalho, de conformidade com as necessidades e as despesas de cada paciente, bem como com o respeito ao piso mínimo para convênio, cosoante o fixado na tabela da Associação Médica Brasileira.

O que nós, médicos, não mais podemos aceitar é o fato de nossa profissão permanecer aviltada. Cabe à União arcar com o ônus da saúde da população brasileira

O SR. IBERÊ FERREIRA (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o País vive, hoje, momentos de apreensão. Uma aguda crise conjuntural veio se juntar a seus graves problemas estruturais. Um clima de profunda perplexidade se instala, neste momento, em todos os segmentos sociais: o empresariado intranquilo com a perspectiva de um longo processo recessivo e a classe trabalhadora insatisfeita com a corrosão dos seus salários em

face do recrudescimento do processo inflacionário.

O panorama é profundamente preocupante. No nosso entender, o quadro da crise atual apresenta sinais de maior profundidade do que no período anterior à adoção do Plano Cruzado, dado o ressurgimento instantâneo do galopante surto inflacionário, a retomada da “ciranda financeira” e o agravamento da crise cambial que forçou o País a decretar uma moratória temporária.

Gostaria, ainda, de acrescer um fato importante neste quadro conjuntural que, a nosso ver, torna ainda mais crítica a situação: desperdiçou-se a grande iniciativa do Plano Cruzado como alternativa de superar uma crise interna de nossa economia. A expectativa gerada em fevereiro de 1986, e que mobilizou todas as forças vivas da Nação, transformou-se na grande frustração nacional. Isso poderá levar a uma crise de credibilidade na própria capacidade de recuperação do País.

Com a edição do Plano Cruzado, o Governo estimulou a expansão da atividade econômica: as empresas ampliaram sua capacidade produtiva, multiplicaram seus investimentos em máquinas e equipamentos, aumentaram seus estoques e empregaram mais mão-de-obra.

O empresariado apostou, acreditou e deu sua cota de contribuição, aceitando o congelamento de preços.

De repente, o empresariado se sente jogado à sorte, em face das altas taxas de juros praticadas no mercado: a taxa de CDB já atingiu patamares de 700%, anualizada, e a taxa de crédito direto ao consumidor posicionou-se em nível acima de 1.000% ao ano. O custo efetivo do capital de giro, que se situava em torno de 31% ao ano em abril de 1986, elevou-se já para 220 ao ano em novembro passado. Hoje já se encontra em níveis jamais observados.

O quadro atual poderia ser assim resumido: desaceleração da economia, queda real dos salários e do nível de emprego e recrudescimento do processo inflacionário.

Os sinais de queda do nível da atividade econômica estão revelados nos dados do IBGE: “a produção industrial de dezembro de 1986 foi 19,6% menor que a de outubro do mesmo ano. A partir de janeiro de 1987, essa desaceleração deve ter-se acentuado, como indicam algumas evidências de significativas quedas de vendas no varejo”.

O ritmo de crescimento do emprego apresenta taxas declinantes a partir dos últimos meses do ano passado. Mais acentuada é, ainda, a queda do salário real: segundo dados da FIESP, “o salário na indústria paulista (deflacionado pelo Índice do Custo de vida da FIPE) apresentou uma queda de quase sete pontos percentuais em dezembro, fazendo com que a evolução dos salários no ano registrasse uma elevação em torno de 5% em termos reais, resultado inferior ao observado em janeiro-março de 1986, que foi de 12%. Com as altas taxas de inflação registradas em janeiro e fevereiro, a tendência é pela queda ainda mais acentuada do poder de compra dos trabalhadores.

Neste quadro de incertezas, de intranquilidade, de perplexidade e de instabilidade, o Nordeste revive hoje, uma de suas piores crises, revigorada com a recente medida de racionamento de fornecimento da energia elétrica.

Presenciamos a total desestruturação da economia do setor primário com a erradicação total da cultura do algodão, dizimado pela praga do bicudo. Agora complementar-se o ciclo com a desarticulação da economia dos setores industriais e de serviços.

A classe empresarial está intranquila porque vislumbra no seu horizonte apenas o caos representado pela recessão inevitável.

Mas o empresariado do Nordeste resolveu abandonar aquela posição meramente passiva e juntar seu grito ao de outros segmentos, como o dos agricultores, que organizaram movimentos de protestos a nível nacional.

Na oportunidade, gostaríamos de registrar neste Plenário da Assembléia Nacional Constituinte o movimento liderado pela Associação Comercial do Rio Grande do Norte, Federação dos Clubes de Diretores Lojistas, do Clube dos Diretores Lojistas de Natal, com o apoio de todas entidades ligadas à agricultura e indústria do Estado.

O movimento pacifista, ordeiro, porém organizado e com objetivos definidos, compreenderá o fechamento do comércio de Natal, à partir das 14 horas de hoje, de 13 de março; concentração em frente à Associação Comercial de Natal, seguida de caminhada até o Palácio Potengi, onde será realizada ampla assembléia dos participantes do movimento.

Sem conotação político-partidária, o evento se caracteriza apenas como um movimento de alerta. Seu objetivo é mostrar ao Poder Público os graves danos que a política financeira do Governo está causando ao segmento produtivo do Estado, principalmente na pequena e média empresa, responsável, hoje, pelo emprego de cerca de 85% da mão-de-obra do Estado do Rio Grande, do Norte.

A política financeira hoje praticada coloca em risco toda a atividade produtiva do Estado, porque é totalmente impossível, numa economia de mercado, o pleno desenvolvimento da atividade empresarial com sufoco fiscal, com aperto monetário, com altos custos financeiros e juros paralisantes.

Neste quadro de estagnação e de total desarticulação da economia regional e local, é impossível a passividade. Chegamos a uma situação-limite. Segmento algum – trabalho ou capital – suporta esta crise.

E bom ressaltar, porém, que o movimento se situa, ainda, como simples alerta e busca de alternativas. Mantido o quadro atual, a tendência é pelo recrudescimento da crise e, inevitavelmente, pelo crescimento da onda de protestos. Hoje, é a caminhada de empresários insatisfeitos e preocupados com a crise, dispostos, porém, a procurar soluções e alternativas para a crise. Amanhã, será o levante de empresários falidos e de trabalhadores desempregados. Hoje o movimento é pacífico e ordeiro; amanhã será desordenado e incontrolável.

Acreditamos, porém, que a crise terá solução rápida. O bom senso das autoridades econômicas do Governo e a vontade de produzir dos empresários contribuirão decisivamente para encontrar soluções viáveis e operacionais. O Movimento de Natal será, tenho certeza, o divisor de águas: antes, uma crise insustentável; depois, a busca de soluções permanentes para o soerguimento da economia daquele Estado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GASSIZ ALMEIDA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós, que durante tantos anos empunhamos a bandeira deste partido, que se tornou uma legenda nacional; nós, que durante tantos anos fizemos da história da Pátria e próprio destino do PMDB; nós, que dos exílios do Uruguai, da Argélia, procuramos levar à consciência da Nação e da Pátria a grande bandeira do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, nascidos,

portanto, das grades lutas políticas, formamos, no longo curso da história da Pátria brasileira, uma legenda que é símbolo de resistência de um povo. Lutamos como que tangidos pelo grande civismo desta Nação, quando duas poderosas forças marcaram resistência com paciência, com a convicção de que a história tinha suas grandes contradições e de que os povos traçam seus próprios caminhos políticos. Lutamos contra poderosas forças: uma burocracia emperrada e o poder econômico, os banqueiros nacionais e internacionais, que hipertrofiaram todo o desenvolvimento brasileiro nas mãos de alguns poucos privilegiados. O País cresceu, enriqueceu. No entanto, assistimos à grande contradição de um povo tragado na trágica miséria. Por outro lado, lutamos contra uma estrutura militarista mostrando sempre, nas grandes lições de Rui Barbosa, nas lições dos que lutaram pela História da Nação, que um militar é necessário a uma pátria, mas o militarismo é uma doença que cega, que arrasa, que nega, que violenta os ideais democráticos da Pátria brasileira.

Hoje, atravessando essa transição político-democrática, nós, que fundamos este PMDB, nos perguntamos: Onde estão essas forças que asfixiaram por tantos anos o desenvolvimento e o crescimento da Nação? Estão aí nos grandes e fabulosos lucros dos banqueiros. Há 15 dias, no balanço anual do Banco Bradesco, chegamos a uma conclusão aterradora: o lucro desta instituição financeira alcançou 4 bilhões e 200 milhões de cruzados. O Banco Itaú alcançou, no seu balancete anual de 86, a fabulosa soma de 2 bilhões e 800 milhões de cruzados. O Banco Mercantil de São Paulo alcançou 1 bilhão e 800 milhões de cruzados.

Estamos mergulhados na triste ciranda financeira. E o setor produtivo brasileiro, através da sua agricultura, do seu comércio e da sua indústria, está hoje vivendo anel perspectiva de uma recessão. Mais ainda, Sr. Presidente, meus nobres Constituintes, estamos vendo o retorno do militarismo, que vem e põe o rosto e a face como que para amedrontar o poder ou a grande soberania desta Constituinte. Estamos vendo os movimentos justos dos portuários brasileiros, dos marítimos nacionais, e uma grande mobilização de força militar desnecessária. Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o retorno ao militarismo é uma afronta aos sentimentos e aos ideais da soberania desta Casa

Quero deixar, portanto, registrado, que esta demonstração de força militar é uma forma de, indiretamente, nos encurralar nos caminhos da soberania brasileira.

Meus caros companheiros e Constituintes de 87, precisamos com a bandeira pela qual lutamos durante vinte anos, encontrarmos com os ideais pelos quais lutamos e com o programa de governo com o qual durante tanto tempo fizemos tremular a consciência da Nação.

Precisamos, meus companheiros, particularmente do PMDB, retornar aos caminhos desta Nação e desta Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL — AL Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido da Frente Liberal tem procurado dar sua contribuição quotidiana nesses primeiros dias de Assembléia Nacional Constituinte.

Acompanhamos a discussão da questão da soberania e de todos os temas que empolgaram ou quase empolgaram este plenário.

O reconhecimento de que esses temas são sobremaneira importantes, entretanto, não fez com que o partido se alienasse do dia a dia dos graves problemas que afligem a Nação brasileira.

Entre essas questões do cotidiano, avulta o gravíssimo problema do imposto de Renda. Fruto da concepção que tomava por base a inexistência de inflação nos anos de 86 a 87, fez com que a classe média e assalariados de uma maneira geral fossem violentamente atingidos pela mordida do leão impiedoso que o Sr. Guilherme Quintanilha tenta e não consegue domar. O partido levou ao Presidente José Sarney, na manhã de ontem, alternativas concretas, palpáveis, para que o Governo possa, de imediato, tomar as providências que entendemos cabíveis. Peço à Taquigrafia da Casa que transcreva o inteiro teor da cópia do documento ontem oferecido a S. Ex.^a o Sr. Presidente da República.

Em aditamento, gostaria de trazer à Casa e à Nação a afirmativa de que o Presidente José Sarney ficou sobremaneira aflito com a notícia concreta que lhe trouxeram os membros da comitiva – Deputados Mussa Demes, Jayme Santana e Manoel Castro, Presidente Maurício Campos e o Deputado que fala neste momento – e prometeu uma providência imediata, ainda no decorrer da semana vindoura, no sentido de pôr termo, por assim dizer, às vicissitudes, ao choque, ou à aflição exarcebada que faz de cada contribuinte no dia de hoje, ao acabar de preencher a sua declaração, inimigo público e político do Governo que temos obrigação partidária de respaldar. Gostaríamos de manifestar aqui nossa confiança ao Presidente da República, e a certeza de que as autoridades fazendárias competentes reconhecerão o equívoco cometido e, em curtíssimo prazo de tempo, darão à classe média, aos assalariados deste País algo por que há muito anseiam, ou seja, uma boa notícia. Este País está mais do que nunca carente de notícias alvissareiras. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR.

FRENTE LIBERAL

OF – PFL – PRÉ – 020/87

Brasília, 12 de março de 1987

Ao
Excelentíssimo Senhor
Doutor José Sarney
Digníssimo Presidente da República
Palácio do Planalto
Nesta

Senhor Presidente: tem sido vista sobremaneira desgastante para o Governo a constatação de profundas distorções na sistemática atual do Imposto sobre a Renda – pessoa física –, penalizando vastos segmentos da população. Agora, quando se abre o prazo para oferecimento das declarações de rendimentos, é visível o excesso tributado, diferentemente do que fora anunciado pelas autoridades fazendárias, excesso este, que necessita ser corrigido.

O PFL endossou as conclusões da Comissão, integrada pelos Senhores Deputados Jayme Santana, Mussa Demes, Manoel Castro e José Thomaz Nonô, e que são agora apresentadas a Vossa Excelência.

A tabela progressiva do Imposto sobre a Renda relativa ao exercício de 1987 (ano-base 1986) foi corrigida em 110%, ao passo que a variação média da OTN de 1986 em relação à ORTN de 1985 foi de 130%

Como conseqüência prática de tal distorção milhões de contribuintes **vão recolher mais**, bem como haverá um **universo maior** de contribuintes.

No exercício de 1987, para incontáveis deles, coincidirão o elevado pagamento relativo ao ano-base de 1986 e a pesada retenção na fonte de 1987.

Paradoxalmente nesse mesmo período, muitos dos contribuintes são **credores** do Tesouro por força de **devoluções retidas e parceladas** por quatro anos.

Considerando tais fatos e, mais, as elevadas taxas de inflação verificadas neste início de ano, a pesada carga expressa em outras tributações de natureza direta e indireta, bem como os "empréstimos compulsórios" instituídos, fica evidente **ser insuportável o ônus que vulnera o assalariado em geral e a classe média em particular**.

O Partido da Frente Liberal, à vista dessas vicissitudes e ante as necessidade **imediate** da adoção de medidas que minimizem as perdas desses contribuintes, propõe:

1. que o valor da restituição do Imposto sobre a Renda relativo ao ano-base de 1985 possa ser **compensado** pelo contribuinte que tem imposto a pagar, e **restituído** de imediato a quem não o tiver;

2. que haja **redução imediata** do imposto retido na fonte, mediante correção da tabela considerada a inflação ocorrida no período janeiro/março deste ano;

3. que a partir de abril haja **correção da tabela** sempre que a inflação toque o patamar de 20%.

Tais medidas são absolutamente exequíveis através de providências administrativas, o que possibilita atendimento imediato das sugestões ora oferecidas.

Assim, na certeza de estar contribuindo positivamente com o Governo de Vossa Excelência, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada consideração e apreço. — Deputado **Maurício Campos**. Presidente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTE (PFL — PR. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estarei apresentando proposta à Assembléia Nacional Constituinte que objetiva a implantação do serviço militar voluntário no Brasil, ficando para lei complementar ou ordinária o estabelecimento de alternativas de prestação de serviços Militar à Pátria pelo jovem que completar dezoito anos de idade.

Todo jovem deve estar de uma forma ou de outra à disposição do estado.

Ninguém nega que, em casos de guerra, é um dever do cidadão responder pela defesa do País, atendendo às convocações das Forças Armadas.

O recrutamento obrigatório não se justifica em período de paz: apenas cerca de dez por cento dos jovens que todo ano são obrigados a se apresentar para o treinamento são efetivamente incorporados

É notório, por outro lado, que todo cidadão na faixa de dezoito anos de idade enfrenta problemas para obter ou manter trabalho.

Estabeleceu-se uma discriminação contra os que se acham em idade próxima à do alistamento, por estar garantido o vínculo empregatício se forem recrutados pelas Forças Armadas.

Além disso, muitos jovens são forçados a interromper estudos, acarretando atraso em sua formação que é prejudicial tanto a eles mesmos como ao País.

Ressalte-se, ainda, por importante, que há equívocos flagrantes no argumento de que a eliminação do serviço militar compulsório poderia dimi-

nuir a pluralidade social nos quadros das Forças Armadas brasileiras.

A incorporação voluntária não reduziria a permeabilidade da estrutura militar às várias classes sociais, pois o alistamento seria apenas um problema de opção pessoal

O caráter profissionalizante, educacional e até assistencialista do serviço militar continuaria garantindo o apelo da opção nas áreas mais carentes.

A extinção da exigência possibilitará maior racionalidade na estrutura das Forças Armadas, com a profissionalização dos contingentes.

Em países como os Estados Unidos da América o fim da exigência da prestação do serviço militar nos tempos de paz contribuiu para o aperfeiçoamento profissional das Forças Armadas.

Eliminando o seu caráter compulsório, a carreira militar destaca-se pela especialização técnica que propicia.

Há que discerni entre o patriotismo ilusório e o real progresso e amadurecimento na organização das instituições militares.

Era o que tinha a dizer.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, o que me trouxe à tribuna no dia de hoje foi o grave problema que no momento vive o nosso empresário, especialmente o pequeno e o médio.

Antes, porém, quero fazer um registro e reforçar as palavras do meu caro colega Adylson Motta, uma vez que já usei a tribuna, por duas vezes, referindo-me ao mesmo assunto.

Também fico envergonhado quando aqui chego para o cumprimento de um dever e encontro o plenário quase vazio. Isto já ocorreu muitas vezes, e não apenas hoje.

Mas não foi só isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que me fez vir à tribuna quando do meu primeiro pronunciamento, como também o intuito de ajudar a reerguer a imagem do político, pois quem participou da última campanha sentiu de perto o desgaste do homem público. Por isso, no dia 6 de fevereiro, referimo-nos aos subsídios dos Srs. Constituintes. Naquela data, pedíamos que o parlamentar também pagasse Imposto de Renda sobre tudo o que recebesse, a qualquer título e de qualquer forma. Com veemência, solicitamos à Mesa que elaborasse um projeto de resolução, a fim de que o problema fosse resolvido.

Há poucos dias, li com tristeza no jornal **Zero Hora** declarações do nobre Constituinte nosso Colega Antônio Britto, que, com muita autoridade, relatou a questão dos subsídios dos parlamentares, dizendo que a Liderança estava tratando do aumento. Fiquei triste com a notícia, porque desejava que esse assunto fosse tratado nesta Casa, à luz do dia, com franqueza, com lealdade, pois não podemos esconder da opinião pública quanto recebemos. Gostaria de que tudo isso fosse juntado numa rubrica só, sendo, sobre a mesma, descontado o Imposto de Renda.

Hoje de manhã, no programa **Bom Dia, Brasil**, vi um grupo de parlamentares dirigir-se ao Presidente da República para tratar do Imposto de Renda; e, há poucos instantes, ouvi aqui manifestações a respeito do assunto. Acho louvável a atitude desses parlamentares, mas não pensem eles que o povo, lá fora, não sabe o que se passa e não vai dizer: "Como vão tratar de Imposto de Renda, se eles mesmos não o pagam ou o fazem apenas sobre uma quantia irrisória?" Sabemos que o povo irá dizer isso.

Assim, Sr. Presidente, fazemos este registro, a fim de que a Mesa tome providências. Concordo

com o que disse o nobre parlamentar, ao aceitar que até agora os subsídios para os Constituintes não foram fixados. Parecem-me ilegais **jetons** e quaisquer gratificações que estamos recebendo. Isso precisa ser legalizado, e gostaria de que o fosse aqui, nesta Casa, de modo que todos pudessem participar de um debate aberto, franco, do qual o próprio povo tivesse conhecimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o momento em que vivemos é sem dúvida um dos mais difíceis já vividos nos últimos anos. Temos aí o grave problema da agricultura, sobre o qual já falamos diversas vezes, e, ao que nos parece, até agora nada foi resolvido. Hoje ocupo a tribuna a fim de apelar para quem de direito sobre a difícil situação por que passa no momento o nosso empresário, especialmente o pequeno e o médio. Muitas microempresas fizeram empréstimos levadas pela euforia do Plano Cruzado, quando se afirmava e reafirmava que correção monetária e altos juros "nunca mais". Isto foi dito e repito pelas maiores autoridades do País, da época.

Entusiasmados, e confiantes nas autoridades constituídas, a grande maioria fez dívida. Agora, com a volta da correção monetária, muitos não têm condições de resgatar os seus compromissos e estão fatalmente condenados. Se não houver para esse problema uma solução por parte do Governo, os de compromissos assumidos vão à falência. O pior de tudo é o grande número de desemprego que vamos ter. Será algo nunca visto no País. Vai ser um verdadeiro caos, um pânico social, além de um quebra-quebra generalizado.

Não é apenas nestes setores que se sente esta dramática situação, mas em todas as demais áreas. Estão aí muitos caminhoneiros parados por falta de pneus. Pequenos revendedores de pneus, também com compromissos assumidos, agora não conseguem o produto, que é a sua mercadoria, para ser revendida a seus clientes. Conseqüentemente, estão com os negócios parados, impossibilitando-os de saldar os seus compromissos.

É lamentável, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o que vem acontecendo em nosso País. Temos ainda a alta de todos os produtos. Estão aí reajustes e mais reajustes. A carga tributária cada dia é maior. A situação está se tornando insuportável. Não somos somente nós que afirmamos isso, mas estão aí os fatos, o clamor de nossa gente. Quem dos senhores constituintes não recebe diariamente telefonemas e cartas que nos relatam estas situações?

Gostaríamos de que nós, os constituintes, pudéssemos ajudar a resolver todos esses problemas. Mas, infelizmente, pela atual Constituição, somos apenas mero poder decorativo. Não temos nenhum poder para influir e muito menos para resolver. Queira Deus que a nova Constituição possa devolver ao Congresso suas prerrogativas, há tanto tempo perdidos. Os parlamentares saberão representar com muito mais conhecimento de causa todos os problemas do País, uma vez que aqui representam todos os Estados e recantos da Pátria, vivendo e sentindo, em suas bases, todos os anseios populares. Por isso mesmo o Legislativo teria condições para oferecer soluções, com muito mais facilidade.

Fazemos um veemente apelo às autoridades responsáveis, para que analisem o problema do nosso empresário, em especial das microempresas. Que lhes seja concedido um capital de giro, com correção monetária menor, talvez de 30% da integral, para desta maneira evitarmos o grande problema social do desemprego. E quem sabe, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, a única maneira de evitar o pânico geral que o desem-

prego vai gerar. Vamos salvar as pequenas empresas. Ajudem-nos, Srs. Constituintes, a sugerir algo, daqui da tribuna, ou pessoalmente, às autoridades monetárias, para que seja tomada uma decisão, antes que seja tarde demais. Eis a razão de estarmos aqui, embora sem termos poder de decisão. Não vamos silenciar diante de fatos tão sérios e preocupantes.

Usarei esta tribuna quantas vezes se fizer necessário para pedir, clamar e denunciar. Não estamos aqui para fazer uma oposição recalcada, sem eco e sem nexos ou por demagogia; queremos ajudar a construir, pois esta Pátria tem dono, ela nos pertence. É nosso dever ajudar, mesmo que sejamos da oposição, porque queremos ver esta Nação cada vez maior.

Desejamos que as nossas palavras encontrem terra fértil, onde possam germinar e produzir bons frutos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ALEXANDRE PUZYNA (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, força-me o dever registrar os últimos dias do Governo Espiridiano Amin Hellou Filho. Os jornais de Santa Catarina, neste instante, estampam a melancólica trajetória de um cometa, que ascendeu ao espaço e, finalmente, agora está morrendo. E morre com o Banco do Estado de Santa Catarina, onde houve intervenção, atingindo o dinheiro de todos os municípios. As Prefeituras, por exemplo, não tiveram seu retorno de ICM nesta quinzena.

É por isso que falo a V. Ex.^{as}, nesta tarde. Na realidade, não deveria estar aqui, pois muito me pesa focalizar as mazelas do meu Estado. No entanto, esse homem está concluindo seu mandato de maneira bastante difícil, com o Estado em situação ainda pior.

É preciso que se diga ser inconstitucional reter o dinheiro dos municípios. O Presidente da Fecam – Federação Catarinense dos Municípios – Sr. Manoel Motta, Prefeito de Araranguá, ainda hoje me telefonou, aflito, solicitando fizesse constar tal fato dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte e enfatizando que, na verdade, S. Ex.^a não agiu bem.

Não quero alongar-me neste pronunciamento. Devo dizer, contudo, que fui opositor de Espiridiano Amim durante muito tempo. Prefeito de uma pequena cidade de apenas trinta mil habitantes, município flagelado em 1983, nada recebi do Sr. Governador, a não ser discriminação, como, aliás, S. Ex.^a fez com todos aqueles que não eram de sua linha política. Inclusive, reteve um cheque no valor de treze milhões de cruzeiros àquela época – o equivalente, hoje, a oitocentos e cinquenta mil cruzados.

Naquela ocasião, Sr. Ex.^a esbulhou o meu município. Brigamos. E, hoje, pela derradeira vez, faço menção a esse episódio.

Espero em Deus que o novo Governador de Santa Catarina, Sr. Pedro Ivo Campos, seja saudado por todos os catarinenses como uma nova alvorada para a nossa Pátria, agindo com austeridade, honestidade, segurança e dignidade da direção do Executivo estadual.

Que seja cumpridor de seu dever o Sr. Pedro Ivo Campos – é o que desejo desta tribuna. (Palmas.)

O SR. ERICO PEGORARO (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, por um dever de companheirismo de partido e de cidadão gaúcho, nesta hora, na Assembléia Nacional Constituinte, ao apagar das luzes do Governo do Sr. Jair Soares no Rio Grande

do Sul, tenho apenas a registrar os exemplos de seriedade, de ordem e de progresso que pautaram a administração daquele homem, que daqui a setenta e duas horas se estará despedindo do mandato de Governador do Estado. O Rio Grande do Sul, nestes últimos anos, teve a ventura de conviver com um cidadão que, com a sua seriedade, com a sua vontade de fazer algo em prol dos seus conterrâneos, realizou uma obra a que naquele Estado chamamos austeridade de trabalho. Obras faraônicas não foram construídas no Rio Grande do Sul. O Governador Jair Soares, montando uma equipe de trabalho, iniciando seu mandato do PDS e terminando no Partido da Frente Liberal, nem por isso deixou mágoas nem por isso deixou de ter a respeitabilidade de todos os gaúchos. Mesmo açudes que dele divergiram e haverão de continuar a divergir reconhecerão que o Sr. Jair Soares fez um governo sério e a favor do Rio Grande do Sul.

O Governador Pedro Simon, a partir de segunda-feira, começará a administrar a maior dívida que uma Unidade da Federação tem no Brasil, mais de Cr\$ 100 bilhões, com um funcionalismo que os outros Estados reconhecem como o mais bem pago, mas que absorve mais de 100% do ICM arrecadado. É nesta hora, e perante esta Assembléia Nacional Constituinte, quando o Governador Pedro Simon haverá de enfrentar sérias dificuldades, que a bancada do Rio Grande do Sul, e não só a bancada do PMDB, mas de todos os partidos que se sobressaíram na eleição passada, tanto na Assembléia Legislativa do Estado como na Assembléia Nacional Constituinte, que o apoio se faz necessário para que S. Ex.^a supere tais dificuldades.

Sr. Presidente, trata-se de um Estado que contribui com um percentual de mais de 12% para as exportações mas nem por isso é recompensado. As isenções para as exportações da União não alcançam os mesmos recursos que o Estado deixa de arrecadar.

Nesta hora, um partido deixa o Governo com algumas obras realizadas e outras por concluir; outro chega ao Governo enfrentando dificuldades enormes e até maiores, porque a crise econômico-financeira, a concentração de defesa e a riqueza que a União detém sobre os Estados e municípios significam um catástrofe para quem se propõe governar um Estado como o Rio Grande do Sul.

O Sr. Pedro Simon haverá de ter o apoio da nossa bancada, a da Frente Liberal – e tenho certeza que das demais bancadas gaúchas – para a realização do que for de interesse do Rio Grande do Sul, a fim de que possamos alcançar, ainda no decorrer dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, uma reforma na divisão da renda, da riqueza e dos impostos. Dessa forma, o Estado do Rio Grande do Sul poderá continuar contribuindo, no processo de desenvolvimento, com uma melhor e maior justiça social para todos os rio-grandenses do sul.

Nossos agradecimentos ao governante que sai. Ao governante que chega, oferecemos nosso apoio e cobertura no que for de interesse do Rio Grande do Sul. Por certo, haverá de ser a necessidade maior do governador o apoio dos Deputados federais e dos Senadores.

Ao Governador Jair Soares o agradecimento e as desculpas pelas incompreensões; ao Governador Pedro Simon o nosso desejo e a nossa vontade de que realize um governo a favor do Rio Grande do Sul.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – R.S. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é nossa intenção registrar a instalação

de um congresso, que se iniciou ontem à noite, em Brasília, cujo significado nos parece da maior importância. Refiro-me ao Congresso Nacional das Cooperativas Médicas, as Unimeds.

Sabemos que a área da saúde, em nosso País, seja no setor público, privado ou credenciado, está em séria crise. Sabemos também do desejo do capital internacional de se implantar no Brasil e explorar a doença do povo brasileiro. Conhecemos também o avanço que estão tendo multinacionais da área da medicina, inclusive na aquisição de hospitais.

Recebemos, ontem, a informação de que já estão adquirindo inclusive uma faculdade de medicina.

A seguir esse caminho, poderemos, dentro de alguns anos, soterrar a nossa potencialidade e ver efetivamente estabelecido, do Oiapoque ao Chuí, o domínio internacional do capital estrangeiro na exploração da doença e da saúde de nosso povo.

O cooperativismo no Brasil, de modo geral, seja na produção de grãos, seja do trabalho, seja das Unimeds, que é uma característica da relação de capital de trabalho e na inter-relação de pessoas humanas, um pouco diferente das demais, precisa ser revitalizado.

Sabemos – e eu venho de uma região onde inclusive está falida uma cooperativa, por vícios administrativos – que houve, em muitos momentos, sérias confusões no cooperativismo em nosso País, quando se confundia cooperativismo com o direito *uti possidetis* do presidente da cooperativa.

Sabemos que, a trilhar este caminho, o cooperativismo comparar-se-á muito facilmente à nossa trajetória política nacional, já que nossa experiência é muito pequena em termos de uma democracia mínima nos caminhos do cooperativismo. Por isso, acabamos sofrendo as conseqüências de erros que desgastam essa idéia, quando ela é boa. No entanto, ela não teve o seu devido tempo e espaço para amadurecimento.

Não queremos dizer, aqui, que o cooperativismo, seja das Unimeds, seja das cooperativas médicas, da eletrificação, de produção ou de trabalho, representem o único caminho, mas seguramente é um dos belos caminhos de que dispomos para o desenvolvimento. Defender o cooperativismo é a nossa obrigação como Constituintes, da qual nos lembraremos até a promulgação da nova Carta Magna. (Palmas.)

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo a tribuna desta Casa para dizer aos nobres companheiros que pretendo apresentar proposta de normas constitucionais que assegurem ao deficiente físico, no Brasil, desde o seu nascimento até atingira idade de trabalho, pensão nunca menor que um salário mínimo estabelecido pelo Governo.

Sr. Presidente, hoje, em todos os recantos deste País, existem deficientes físicos que, às vezes, sem condições de freqüentar uma sala de aula ou de procurar um médico, vivem nas calçadas pedindo esmolas.

Entendo ser esse atendimento ao deficiente físico um dever do Estado, e é chegada a hora de os nobres Constituintes nos ajudarem a assegurar, na nova Constituição Federal os seus direitos, a fim de que não seja um "zero à esquerda" neste País.

Pretendo não convencer os nobres companheiros, mas procurar mostrar-lhes que o deficiente físico tem sido rejeitado pela sociedade, muitas vezes porque anda mal trajado, outras, porque

seus próprios familiares não querem acompanhá-lo. É chegada a sua vez, é chegada a sua hora. A Carta Magna deverá dar ao deficiente físico garantias desde o seu nascimento. Se ele nasceu com problemas que o impedem de trabalhar, deve o Governo Federal assegurar-lhe uma pensão nunca inferior ao salário mínimo, para sua sobrevivência.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, pretendo apresentar esta proposta dentro dos prazos legais estipulados pelo novo Regimento Interno desta Casa. Espero tenha sucesso a referida proposta, que considero da mais alta envergadura e que será eventualmente discutida por esta Assembléia Nacional Constituinte.

Tenho aqui outra proposta buscando o apoio dos nobres Constituintes, na qual sugiro a mudança da palavra "Vereador" para "deputado municipal". Não desejo, com isto, fazer média com os vereadores, muito menos com os do Estado do Maranhão. Mas faço esta indagação aos nobres companheiros da Assembléia Nacional Constituinte: qual o prefeito, deputado, senador ou governador que não foi carregado por um vereador em sua campanha eleitoral? E por que não lhe dar o mínimo de apoio, transformando o cargo de vereador em deputado municipal? Pretendo discutir esta matéria no plenário desta Casa, esperando contar com o apoio dos demais companheiros com assento nesta Assembléia Nacional Constituinte. No Maranhão, por exemplo, tenho presenciado casos em que vereadores, na sua maioria, valem menos do que um guarda estadual, um soldado da polícia, pois não têm eles imunidade. E só nos lembramos deles na hora da eleição, quando precisamos do seu apoio para chegar ao Senado, à Câmara dos Deputados, às assembleias estaduais ou prefeituras. Mas quando precisamos dar-lhes apoio para que não sejam desmoralizados, ou até, às vezes, carregados num camburão da polícia, continuamos aqui em Brasília, os estaduais nas capitais e o governo no palácio. Quero, pois, contar com o apoio dos demais companheiros no sentido de conferirmos imunidade aos vereadores e dar-lhes também o nome de deputado municipal, a fim de que se sintam prestigiados por esta Assembléia Nacional Constituinte, que irá escrever a nova Carta Magna do País.

Tenho ainda proposta de norma constitucional sobre a gestante, que trata do direito de nascer, projeto bastante discutido e que conta com o apoio de quase toda a imprensa nacional.

Trago também a esta Casa proposta de criação do Estado de Carajás, que irei defender brevemente, buscando apoio de todos os lados para devolvermos a independência ao povo da região tocantina. Não querendo mencionar aqui a ausência do Governador eleito do Maranhão, nós da área de Imperatriz, João Lisboa, Açailândia, Estreito e Porto Franco, somos vistos como pessoas altamente qualificadas para participar das decisões do Estado em época de eleição. Não por ser Deputado do PDS, porque a ele sou filiado desde minha primeira legislatura como Deputado Estadual. E fui o Deputado Federal do PDS mais votado na região tocantina, numa disputa entre meus colegas do PMDB e da Frente Liberal. A verdade, Sr. Presidente, é que o povo do meu Estado não vota no partido, mas nos homens com propostas sérias, que possam defender os destinos do seu Estado e contribuir com a República. Esta é a tese que defenderei desta tribuna enquanto puder, buscando o apoio de todos os lados, pois sei que só com o meu voto nada farei para o Estado do Maranhão nem tampouco para a História do meu País.

Peço, Sr. Presidente, que V. Ex.^a mande transcrever nos Anais desta Casa a propostas que fiz, a fim de que fique registrada minha presença como homem que veio até Brasília defender os interesses do povo do Estado do Maranhão. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Quero deixar realmente esta mensagem encaminhada à Mesa, do Deputado Davi Alves Silva do PDS.

PROPOSTAS A QUE SE REFERE O ORADOR:

PROPOSTA À ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

(Do Deputado Davi Alves Silva)

Dispõe sobre direito do deficiente físico.

Inclua-se onde couber:
"Art. É assegurado aos deficientes físicos melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

- I – educação especial e gratuita;
- II – assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País.
- III – proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV – possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos;
- V – pensão equivalente a não menos de um salário mínimo mensal, enquanto desempregado ou se absolutamente incapaz para o trabalho."

Justificação

A Emenda Constitucional nº 12, de 1978, assegura aos deficientes físicos a melhoria de sua condição social e econômica, especialmente mediante educação especial e gratuita, assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País, proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários, bem como possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Esta proposta visa assegurar-lhes, também, pensão equivalente a não menos de um salário mínimo mensal, enquanto desempregados ou se absolutamente incapazes para o trabalho.

A legislação da Previdência Social prevê que na aposentadoria por invalidez é pago benefício ao segurado que por motivo de doença do trabalho fica sem poder trabalhar em qualquer serviço – com a aposentadoria por invalidez comum.

Seu valor é sempre igual ao salário do empregado no dia do acidente (salário mensal com base no dia do acidente).

Além disso, o acidentado que fica cego, paralítico, etc., e por isso precisa ter sempre outra pessoa cuidando dele, recebe um adicional de 25% do valor da aposentadoria.

Como é do conhecimento geral, os deficientes físicos não têm condições de obter qualquer tipo de emprego em razão da sua própria condição.

Necessitam de medicamentos, vestuário, alimentação, etc., para subsistir.

Sala das Sessões, 13 de março de 1987. – Deputado Davi Alves Silva.

PROJETO DE LEI Nº (Do Deputado Davi Alves Silva)

Dispõe sobre atendimento médico-hospitalar de menores até três anos de idade e dá outras providências.

O Congresso Nacional Decreta:

Art 1º É garantido o atendimento médico-hospitalar, pela Previdência Social, às crianças de até três anos de idade, independentemente do fato de serem ou não dependentes de segurado do Sistema Nacional de Previdência Social – SIMPAS.

Art 2º O atendimento de que trata o artigo anterior será prestado, mediante opção do responsável pelo menor, nos postos, ambulatórios e hospitais da rede federal, do INAMPS ou de instituições assistenciais ou particulares.

§ 1º Na hipótese de atendimento pela rede assistencial das organizações filantrópicas ou privadas, caberá o reembolso das despesas pela Previdência Social.

§ 2º O reembolso das despesas, previsto no parágrafo anterior, far-se-á de conformidade com as tabelas aprovadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, observado o prazo de trinta dias da apresentação da respectiva fatura.

Art 3º O descumprimento do disposto nesta Lei implicará na multa de até cento e cinquenta salários mínimos, quando se tratar de estabelecimentos, e de até cinquenta salários mínimos nos casos de pessoas físicas.

Art. 4º O orçamento do FINSOCIAL, de que trata o Decreto-lei nº 1.940, de 25 de maio de 1982, consignará, anualmente, dotação destinada a reembolsar o INAMPS pelo custeio da assistência de que trata esta Lei.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 175, § 4º, estabelece que "lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais". A proteção à infância tornou-se norma fundamental nesta Carta de 1934 (art 138, alíneas "c" e "f", e art 141), tendo sido posteriormente repetida nos demais Estatutos Políticos (Constituição de 1946, art 164; Constituição de 1967 art. 167, § 4º).

Somente teremos um País forte e desenvolvido na exata medida em que tivermos uma juventude fisicamente apta a assumir a condução de nossos destinos políticos, no seu devido tempo.

É fato meridianamente comprovado pela medicina que os primeiros anos de vida de uma criança são decisivos para a sua formação física: o desenvolvimento cerebral é seriamente afetado se, nos três primeiros anos, essa criança for mal alimentada, não tiver atendimento médico eficiente, não dispuser de cuidados básicos.

Por isso mesmo, este Projeto de Lei busca assegurar a toda criança, até três anos de idade, o atendimento médico-hospitalar à custa da organização previdenciária, seja em estabelecimentos próprios ou conveniados. Do mesmo modo, prevê o atendimento em outras unidades, ainda que particulares, mas que serão reembolsadas pelas tabelas vigentes para o INAMPS.

Creio que esta medida, de largo alcance social, merecerá dos nobres pares o apoio indispensável para que seja, em futuro breve, transformada em texto de lei.

Sala das sessões, – Deputado **Davi Alves Silva**.

PROPOSTA À ASSEMBLÉIA NACIONAL
CONSTITUINTE
(Do Deputado Davi Alves Silva)

Dispõe sobre o direito legislativo municipal.

Inclua-se, onde couber.

"Art. É assegurado aos representantes legislativos municipais, imunidade parlamentar.

I – O parlamentar municipal será Deputado Municipal."

Justificação

O representante municipal, desde a história da República Federativa do Brasil, é o de maior contato com a massa popular, portanto, entendemos que a inclusão da imunidade parlamentar, bem como o nome de Deputado Municipal, nada é mais justo do que este reconhecimento pela Assembléia Nacional Constituinte.

Ao longo de muito tempo, têm sido os representantes do poder legislativo municipal, a estrutura básica para dar sustentação aos cargos eletivos e executivos municipais, estaduais e federais.

O apoio dos Senhores Constituintes nesta Proposta à Assembléia Nacional Constituinte, é uma declaração de patriotismo àqueles que, na maioria dos casos buscando soluções para os inúmeros problemas do nosso povo, são desrespeitados às vezes por uma autoridade incompetente, que deixa frustrado o representante do povo, por não ter ele imunidade parlamentar, concluindo, Senhores Constituintes, espero contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação desta matéria que é, sem dúvida, o sonho maior de todos aqueles que representam o povo nas câmaras municipais.

Sala das Sessões, de 1987. – Deputado – **Davi Alves Silva**.

PROPOSTA À ASSEMBLÉIA NACIONAL
CONSTITUINTE

(Do Deputado Davi Alves Silva)

Inclua-se, onde couber:

"Art. É criado o Estado de Carajás, pelo desmembramento de parte das áreas dos Estados de Goiás e Maranhão.

§ 1º Lei complementar definirá os limites do Estado de Carajás.

§ 2º A Cidade de Imperatriz será a capital do novo Estado.

Justificação

Além de constituir aspiração do povo da região tocantina, a criação do Estado de Carajás se justifica por diversos outros motivos.

Distante dos grandes centros de decisões, a região tocantina vê-se carente de melhor atendimento para seu desenvolvimento social. Embora contribua de forma significativa com seus votos

e impostos, a região encontra-se cada vez mais distanciada das decisões do Governo do Estado, a saúde e a educação de seus habitantes recebem um atendimento mínimo é as estradas vicinais que interligam as cidades próximas a Imperatriz não oferecem a menor condição para escoamento toda produção agrícola e pecuária, o que desestimula os que fazem o progresso daquele forte pólo de imigração.

É necessário que se passe a tratar aquela área como uma unidade que, de fato, contribui para o desenvolvimento regional e nacional. A criação do Estado de Carajás mostra-se, assim, como a única solução para seus problemas.

Com efeito, criado o Estado, a região ganhará sua autonomia e poderes de decisão em conjunto com o Governo Federal, no sentido de atender as próprias prioridades. Por outro lado, os empresários de outros recantos do País terão como aí justificar seus investimentos, aumentando, com isso, as contribuições para seu desenvolvimento econômico e social.

Convém mencionar a existência da Comissão Comunitária de Apoio ao Estado de Carajás, integrada por lideranças locais interessantes na criação do novo Estado, ao mesmo tempo em que já podemos registrar manifestações de apoio a esta idéia, que vêm de ser realizadas por numerosos parlamentares com assento nesta Casa, o que evidencia a oportunidade da medida preconizada.

Diante do exposto, esperamos que a proposição que agora apresentamos venha a ser aprovada pelos nobres colegas constituintes.

Sala das Sessões, de 1987. – **Davi Alves Silva**.

XXX

Na qualidade de fiéis intérpretes da vontade do povo da região tocantina, congratulamo-nos com a proposta à Assembléia Nacional Constituinte do Deputado Davi Alves Silva, que cria o Estado de Carajás, capital Imperatriz:

José Teixeira – PFL – MA; Jaime Santana – PFL – MA; César Cals Neto – PDS – CE; Narcísio Mendes – PDS – AC; Francisco Diógenes – PDS – AC; Antonio Carlos K. Reis – PDS – SC; Adilson Motta – PDS – RS; Amaral Netto – PDS – RJ; Jonas Pinheiro – PFL – MT; Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR; Eraldo Trindade – PFL – AP; Sache Hauache – PFL – AM; Ézio Ferreira – PFL – AM; Virgílio Galassi – PDS – MG; Felipe Mendes – PDS – PI; Arnaldo Prieto – PFL – RS; Valdec Ornelas – PFL – BA; Arolde de Oliveira – PFL – RJ; Adolfo Oliveira – PL – RJ; Edivaldo Motta – PMDB – PB; Valmir Campelo – PFL – DF; Edme Tavares – PFL – PB; Osvaldo Bender – PDS – RS; Ubiratam Spinele – PDS – MT; Cunha Bueno – PDS – SP; José Luís Maia – PDS – PI; Jorge Maluly Neto – PFL – SP; Adauto Pereira – PDS – PB; Vieira da Silva – PDS – MA; Mauro Sampaio – PMDB – CE; Ruberval Piloto – PDS – SC; Gerson Peres – PDS – PA; Inocência de Oliveira – PFL – PE; José Tavares – PMDB – PR; Nelson Friedrich – PMDB – PR; Eniel Rodrigues – PMDB – PA; – Mello Reis – PDS – MG; Jorge Arbage – PDS – PA; Bonifácio de Andrada – PDS – MG; Manoel Ribeiro – PMDB – PA; Ademar de Barros Filho – PDT – SP; – Messias Góis – PFL – SE; Afif Domingues PL – SP; José Luiz de Sá – PL – RS; Antonio Farias – PMB – PE; Antonio Carlos Franco – PMDB – SE; Anibal Barcellos – PFL – AP; Luiz

Marques – PFL – CE; Rita Camata – PMDB – ES; Helio Duque – PMDB – PR; Waldyr Pugliesi – PMDB – PR; Marcos Queiroz – PMDB – PE; Cardoso Alves – PMDB – SP; Jayme Paliarin – PTB – SP; Mussa Demes – PFL – PI; Erico Pergoraro – PFL – RS; Arnold Fioravante – PDS – SP; Raquel Cândido – PFL – RO; Gilson Machado – PFL – PE; José Elias Murad – PTB – MG; Vasco Alves – PMDB – RS.

O SR. JOSÉ VIANA (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente. Srs. Constituintes, um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta e de mais graves reflexos na ordem pública e social diz respeito ao sistema penitenciário.

Embora tudo em nós grite por liberdade, existem circunstâncias que exigem o encerramento daquele que pratica um ato criminoso e cuja conduta, por ser contrária ao direito, torna-se perigosa à ordem pública e à sociedade em geral.

Mas no sistema penitenciário brasileiro reside um dos maiores desafios aos integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, pois a forma como se vem processando o cumprimento da sentença condenatória no Brasil não oferece a mínima possibilidade de recuperação do condenado.

É da essência do Direito Penal que a pena só se justifica como forma de reeducar a pessoa, de forma a proporcionar a sua reintegração na sociedade ofendida por sua conduta anti-social.

Os resultados que temos atingido, na prática, porém, não são animadores.

Recentemente, a imprensa noticiou um estranho pacto entre condenados de uma penitenciária mineira, onde o excesso de presos tornava insuportável a vida carcerária e motivava a decisão dos presos de matar, semanalmente, um dos condenados ali cumprindo pena.

Evidentemente, não se pode diminuir a população carcerária eliminando os presos. O que se deve fazer é diminuir o número de presos pela ressocialização do condenado, mediante estabelecimento penal que proporcione condições adequadas a tal ressocialização.

O momento histórico que se apresenta a esta Assembléia Nacional Constituinte é dos mais favoráveis ao trato dessa importante matéria, pois ao lado de outros importantes dispositivos constitucionais que assegurem o advento de uma nova ordem jurídica consolidando a Nova República, é de suma importância algum dispositivo que obrigue cada uma das unidades da Federação a investir determinado percentual de seu orçamento no aprimoramento do sistema penitenciário, hoje inteiramente esquecido do poder público.

No Estado de Rondônia, que tenho a honra de representar nesta Assembléia, existem milhares de hectares de terras férteis que bem poderiam abrigar uma penitenciária agrícola, com notáveis dividendos econômicos e sociais, permitindo que o preso produza com seu trabalho o alimento para a sua família.

O Governo, federal e estadual, gasta bilhões e bilhões de cruzados para sustentar na ociosidade milhares de encarcerados em todo o Brasil, todos concordam com a ação corretiva do Estado na punição do criminoso. Mas ninguém concorda com o laboratório de criminalidade hoje existente atrás das grades, onde a tendência criminosa é aprimorada, e a revolta contra todos é adubada na ociosidade do dia-a-dia.

Multiplicam-se os grupos e os motins de presos, e não me consta que nenhuma penitenciária agrícola esteja em construção no Brasil. Mesmo a Capital Federal – o complexo penitenciário da

Papuda – registrou no ano passado diversos motins, com a violência campeando de ambos os lados.

O preso é, sobretudo, um ser humano que, como nós, Constituintes, foi feito "à imagem e semelhança de Deus".

Ele precisa encontrar no confinamento carcerário condições capazes de conduzi-lo novamente ao bom caminho, porque, por definição, todos somos bons e a vida é que nos faz diferentes com o tempo.

A melhor forma de promover a ressocialização do condenado é através de penitenciária agrícola, dando a ele condições de trabalhar e produzir algo, eliminando-se a ociosidade que justifica a veracidade do provérbio: mente desocupada é oficina do diabo.

Deixo, pois, à elevada consideração desta Assembléia Constituinte, integrada por profundos conhecedores da realidade social do Brasil, o estudo de uma fórmula capaz de contemplar no texto constitucional a criação de penitenciárias agrícolas em todas as unidades da Federação.

O SR. EDUARDO BONFIM (PMDB – AL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, há mais ou menos trinta dias fiz um pronunciamento acerca da escalada, ou melhor, da reescalada militarista na sociedade brasileira. Observo que de trinta dias para cá o pronunciamento caducou, não porque tenha sido extinto o seu objeto, a escalada militarista, mas porque esta assumiu proporções extraordinárias.

Observamos também, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, os últimos fatos que a imprensa vem registrando: as declarações do General Medeiros e do Coronel Ustra; as escavações para a busca da ossada do Deputado Rubem Paiva. Isso nos leva a uma reflexão cada vez mais profunda sobre a escalada militarista na sociedade brasileira. Ao contrário do que afirmou aqui ontem a Liderança do PMDB, a escalada militarista na sociedade brasileira não conduzirá o País à democracia.

O ilustre Senador Mário Covas afirmou que não se pode comparar os tanques de hoje com os de dez anos atrás, como se houvesse tanques democráticos e tanques autoritários.

A essência do militarismo é a mesma. A essência da manutenção da brutal exploração da força do trabalho brasileira é a essência da ideologia e da doutrina da Segurança Nacional. Não podemos permanecer omissos diante da escalada militarista na sociedade brasileira, sob pena de amanhã, para garantir a sobrevivência desta Assembléia Nacional Constituinte, termos de nos pronunciar contra ela tarde demais.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é dever dos partidos políticos nesta Casa empenharem-se no processo de transição democrática, elevando a voz firmemente, no sentido de combater a escalada militarista na sociedade brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ORLANDO PACHECO (PFL – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, serei breve nesta oportunidade. Fiquei feliz com a proposição do Deputado Antônio de Jesus Dias. Em sua Emenda nº 681 propunha S. Ex.^o que tivéssemos, na Mesa deliberativa dos trabalhos constitucionais, um exemplar da Bíblia Sagrada. Admiro esta atitude e aceito-a como primeiro passo para o desenvolvimento do processo constitucional, visto que a Bíblia Sagrada é o livro que representa a primeira, maior e melhor Constituição que o mundo já recebeu. Apresento minhas felicitações ao Deputado Antônio de Jesus Dias

por esta proposta. A partir de sua efetivação todos os interessados poderão usufruir dos ensinamentos e das palavras de orientação bíblicas para a vida moral, social e cultural de cada um. Foi, portanto, uma grande vitória que o Congresso Constituinte obteve, pois está escrito na Bíblia, dito por Jesus Cristo: "Não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus".

Felizes são o lar, a pessoa, a família e a sociedade que se pautam por este livro, que tem mensagens para todos. A Bíblia Sagrada ensina como o patrão deve tratar o empregado, e este a seu patrão, como o líder deve tratar o liderado, o esposo a esposa, como o homem e a mulher devem tratar seus semelhantes. É um livro que serve a todos os credos, raças e níveis sociais. Aqueles que procurarem pautar-se por ele serão felizes, como o foram Rui Barbosa, Gutemberg e tantos outros homens eminentes do Brasil e do mundo.

Parabenizo o Deputado Antônio de Jesus Dias e os demais Constituintes pela adesão à proposição deste eminente homem e que muito contribuirá para o bem estar no desenrolar do processo constitucional.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Comunista Brasileiro está vendo com bastante preocupação a intervenção das Forças Armadas nos impasses trabalhistas que se registram por este País afora. Exatamente no momento em que toma medida importante no enfrentamento da dívida externa, com a decretação da moratória, exatamente no momento em que deveria dar demonstração de que quer recuperar seu prestígio junto ao nosso povo, de que quer recuperar o terreno perdido com a traição à vontade das urnas em 15 de novembro, quando se votou esmagadoramente nos candidatos comprometidos com mudanças no País, exatamente no momento de se redimir do fracasso do Plano Cruzado II, o Governo volta às praças e aos locais de trabalho com as Forças Armadas, já bastante desgastadas por sua intervenção demorada na realidade nacional.

Essa situação tem provocado, na minha opinião, exatamente o caldo de cultura que enseja os pronunciamentos sucessivos de chefes militares, culminando num aberto desafio à autoridade do Presidente da República, com a declaração do General Octávio Medeiros, que, segundo noticiário dos jornais, foi hoje absolvido pelo Ministro do Exército, atribuindo à imprensa as declarações daquele militar.

Sr. Presidente, preocupamo-nos ainda mais o telex que recebemos da Câmara de Vereadores da Cidade de São José dos Campos dando conta de que uma comissão de Vereadores de diversos partidos procurou intermediar situação de impasse configurada na Refinaria do Vale do Paraíba e foi, de forma grosseira e brutal, impedida por militares chamados a ocupar aquele local de trabalho de ali promover seus esforços de mediação.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o Partido Comunista Brasileiro considera que nós, Constituintes, não podemos prosseguir na tarefa maior que nos foi conferida pelo povo brasileiro, qual seja de formular as novas normas de convivência democrática em nosso País, sob a ameaça permanente de uma escalada militar, que hoje é contra os portuários, amanhã será contra os marítimos, e brevemente, com a iminente decretação da greve nacional dos bancários, poderá ensejar que também os bancos em todos os rincões do País sejam assaltados por tropas militares.

Consideramos necessário que esta Constituinte, pela primeira vez exercendo concretamente

o seu dever soberano de decidir sobre as leis deste País, revogue de imediato a fascista Lei de Greve, porque é exatamente a vigência desse instrumento ligado pela ditadura que permite ao Presidente convocar as Forças Armadas, que deveriam estar guardando as nossas fronteiras, para atividades de polícia, o que tem criado esse clima de tensão que o nosso País atravessa.

Declaramos aqui, neste plenário, a nossa intenção. Contamos com o apoio de todos os Constituintes, inclusive aqueles que fizeram discursos, de uma retórica inflamada em defesa da soberania do Regimento. Agora essa soberania deverá ser exercida na prática com a revogação imediata da Lei de Greve.

Nesse sentido, declaramos a nossa disposição de elaborar projeto de decisão revogando essa lei, de maneira a sobrestar esta permanente intranquilidade resultante da intervenção das Forças Armadas na realidade nacional. (Palmas.)

O SR. ERALDO TRINDADE (PFL – AP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero, neste momento, referir-me à arbitrária política que rege as leis minerais deste País, cujas conseqüências são danosas até mesmo à paz social das comunidades de garimpeiros que, permanentemente, são alvos fáceis da força e do poder das grandes empresas mineradoras. Como exemplo incontestado desta absurdez, surge atualmente um sério conflito na área do garimpo de Lourenço, no município de Calçoene, no Território Federal do Amapá, quando a polícia militar, com a ajuda de grupos armados de segurança da Empresa Mineradora Novo Astro, tentam impedir que mais de 400 garimpeiros prossigam na extração do ouro, cuja atividade se prolonga, muitas vezes, por mais de cinco anos, e dela dependem, em média, mais de duas mil pessoas, seus dependentes diretos, além da geração de outra igual soma de empregos indiretos.

O conflito na área, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, já começava a atingir proporções desesperadoras, com o risco inclusive de ser deflagrada uma luta armada, pois os garimpeiros estavam dispostos a garantir o legítimo direito de posse, adquirido a partir do momento em que passaram a explorar os lotes em que permanecem até hoje. Ocorre, entretanto, que a empresa Novo Astro conseguiu, através do DNPM, uma concessão sobre toda aquela área, reservando-se o direito de construir uma represa no local, inundando completamente toda a área em que se desenvolvia o trabalho manual.

Preocupado com o quadro crítico que se apresentava, com radicalizações até então prejudiciais de parte daquela empresa, levei o Delegado Nacional do Sindicato dos Garimpeiros do Território Federal do Amapá, José Brasil, até o Ministro da Justiça em exercício, Dr. Onório Pereira Severo, cujo espírito de justiça, de humanidade e de isenção acabou falando mais alto, comprometendo-se a intervir na área de conflito, com o objetivo de garantir uma negociação pacífica da disputa. Cumprindo o que prometera, autorizou o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Romeu Tuma, a garantir a integridade física dos garimpeiros, até que a situação seja definitivamente resolvida.

O Diretor-Substituto do DNPM, Dr. Sílvio Baeta, por sua vez, atendendo também à nossa reivindicação, incumbiu o representante daquele órgão a conseguir com a empresa Novo Astro sessenta dias de prazo, após seca a represa, para que os garimpeiros tenham condições de escolher novas áreas, com o objetivo de garantir o desenvolvimento de suas atividades, imprescindíveis para o sustento familiar.

Esta situação Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, não se pode mais conceber, principalmente porque a atual legislação sobre minerais do País permite esse tipo de absurdo. E novos Trechos poderão também ser invadidos por grandes empresas, tão logo sintam que existe viabilidade de exploração na área. E mais uma vez serão gerados conflitos alarmantes, com o risco de valiosas vidas humanas. Desta vez, graças ao senso de justiça dos homens que comandam a Nova República, essas perdas foram evitadas. Mas, depois, não podemos prever a tragédia que poderá acontecer. Por isto, há necessidade de uma profunda reformulação nessas leis, que garantem o uso da força por parte das empresas mineradoras e negam o direito legítimo ao trabalho à classe dos garimpeiros.

Neste sentido, darei entrada a uma proposta de Sugestão à nova constituição, para que o quadro seja revertido e a justiça prevaleça, sobre todos os aspectos, e passe a representar as ações deflagradas pelos ideais democráticos da Nova República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr^{as} Srs. Constituintes.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, num momento como este, em que o arrocho é uma realidade; neste momento em que a moratória secreta está aí; neste momento em que a reforma agrária não sai do papel; agora que a inflação dispara e os juros ultrapassam os 1.000%; agora que a classe trabalhadora se mobiliza na busca de tudo que perdeu com o Cruzado, tentando sobreviver com um dos piores salários mínimos do mundo, o que vemos?

A Constituinte não é livre, não é soberana, não se posiciona sobre as questões nacionais. Por outro lado, a Marinha invade os portos, deixando os portuários só a verem navios, cerceando até mesmo o direito de ir e vir dos trabalhadores. O Exército invade as refinarias com armas pesadas, tanques e baionetas. Greves julgadas ilegais, demissões por justa causa acontecem..

E a Assembléia Nacional Constituinte continua calada.

Por tudo isso, estamos indo ao Rio Grande do Sul para fazer um chamamento, a fim de que o movimento sindical convoque plenárias estaduais, em caráter de urgência, para discutir a gravidade da questão nacional.

A instabilidade política e econômica do País é uma realidade. O movimento sindical tem, por conseguinte, a obrigação de chamar as entidades para uma avaliação desse quadro e, em seguida exigir uma posição mais firme por parte da Constituinte. Ainda mais quando alguns Deputados, em nome da Liderança do PMDB, defendem, na Tribuna, a intervenção da Marinha, nos portos, e do Exército, nas refinarias. Um quadro mais que decepcionante, um quadro vergonhoso.

O Congresso Constituinte está pressionado; a situação é grave muito grave. Em alguns pronunciamentos, diz-se que a situação está dentro dos limites, o que não é que queríamos, e o que defendíamos, mas o que deu para conseguir, deixando claro que estão sob pressão do Executivo. O Executivo, por computador, controla o voto de cada Deputado, tanto dos novos quanto dos mais antigo na Casa.

A ameaça do Governo é tirar as cercas de 10 mil cargos dados por favor a certos parlamentares conforme denúncia da Sr^a Deputada Irma Passoni, do PT.

Aliás, o discurso do nobre Deputado Hermes Zaneti, do PMDB do Rio Grande do Sul, confirma

este retrato, ao referir que seu partido capitulou aos interesses do Governo, ao abrir mão da soberania dos Constituintes.

Quando a mim, sei que cada pronunciamento meu servirá à crítica de muitos parlamentares ou, ainda, considerado, como disse um **Jornal de Brasília**, um "pronunciamento infeliz". Se alguém pensa, porém, que aqui viemos para receber palmas, engana-se; se alguém pensa que aqui viemos para falar de flores, engana-se, já que sequer flores no túmulo os trabalhadores recebem. Nossos pronunciamentos não sairão nos grandes jornais, mas serão entregues aos sindicatos e repetidos nas portas das fábricas. Para que o povo saiba, que somente mudará alguma coisa, neste País, no dia em que os trabalhadores forem maiores também dentro do Congresso Nacional.

O SR. LEUR LOMANTO (PFL-BA, Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, mais uma vez a Bahia sofre dramaticamente os regores da seca com graves prejuízos para sua produção agrícola. Vários municípios baianos já foram atingidos, sendo que a região de Irecê perdeu quase toda sua safra de feijão.

O drama de inúmeras famílias e pequenos proprietários se agrava com a falta de alimentos e de recursos financeiros e técnicos para sustentação de seus rebanhos e plantações.

Sabemos que o Banco Central liberou 1,2 bilhão de cruzados para amparo aos agricultores e às famílias, além de permitir a prorrogação dos débitos contraídos pelos produtores junto ao Banco do Brasil e do Nordeste. O replantio de crédito.

São medidas dignas de nossos aplausos essas adotadas por determinação do Presidente Sarney, homem do Nordeste e conhecedor profundo de todo o drama social causado pela seca nordestina.

No entanto, consideramos insuficientes tais providências emergenciais. Temos defendido sistematicamente, em nosso trabalho parlamentar, uma reforma tributária que fortalece os Estados e Municípios proporcionando-lhes maior autonomia financeira e administrativa.

Na Assembléia Nacional Constituinte estamos atuando com ênfase para atingir esse objetivo. A reforma tributária ajudará o Nordeste a enfrentar, com seus próprios meios, problemas decorrentes da seca e outros fenômenos naturais.

Já temos o projeto de irrigação de um milhão de hectares para a região nordestina, cuja capacidade de transformação do setor produtivo agropecuário se torna cada vez mais concreta. Outras iniciativas, tomadas por órgãos como a Sudene DNOCS, Banco do Brasil, Sudepe, Embrapa e Ceplac, tornarão o desenvolvimento nordestino mais ágil, se houver associação deste processo com o fortalecimento dos Estados e Municípios via reforma tributária.

Essa e a idéia que gostaríamos de ver debatida por todos os parlamentares nordestinos. Esse é um de nossos objetivos como Deputado e Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andada): – Está findo o tempo destinado às Comunicações.

Vai-se passar ao Horário de Liderança.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB - MG, Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras.

e Srs. Constituintes, tenho acompanhado, com muito interesse, todos os pronunciamentos que têm sido feitos nesta Casa a respeito do momento vivenciado pelo Brasil e pelos brasileiros. Ocupando o espaço de liderança do meu partido, devo frisar minha inconformidade perante algumas colocações que têm sido feitas. Valho-me, para exemplificar, de algo que parte do meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde a Assembléia Legislativa, em nota publicada ontem, diz que reduzirá os vencimentos dos Deputados estaduais para Cz\$ 71.800,00, obedecendo mandamento constitucional, adequando-os portanto, aos dois terços do que percebe o Deputado Federal. É incrível, Sr. Presidente e nobres Constituintes, o que se diz, de forma impune, nesta terra: mentiras e impropriedades proferidas por quem, dizendo saber muita coisa, na verdade nada sabe. É fácil repor a verdade. Não existe nenhum preceito constitucional que determine os dois terços lembrados. Já existiu, não existe mais. A ignorância é perdoável, mas não da parte daqueles que legizam. Esses não têm perdão quando extrapolam no seu direito de dizer aquilo que querem para desinformar aqueles que devem ser informados. Não existe isso. Ninguém nesta Casa ganha cento e dez mil cruzados. Parece existir tabus. E, pela sua existência – já disse e repito mais uma vez – hoje o Legislativo, principalmente a Câmara dos Deputados e a Assembléia Nacional Constituinte, parece acuado, quando daqui deveria partir não a solução mágica, mas o caminho, a estrada, a luz para o Brasil de amanhã.

Onde estão – pergunto aos Senhores e Senhoras que me escutam – as manchetes, fazendo ecoar os aumentos autoconcedidos pela magistratura? Onde estão? Respondam-me onde estão. Onde estão os comentários, taxando-os de imorais, também a descoberto, do Imposto de Renda? Onde estão? Quem falou, quem comentou, quem escreveu, quem trouxe para esta Casa alguma consideração sobre o ganho dos militares? Falam que os militares invadiram refinarias. Falam na escalada militar, que não me assusta. Não me assusta porque os tempos são outros; não me assusta, porque esta Assembléia está aberta, e não me assusta porque o povo está antes desta Assembléia. Mas pergunto: onde estão os comentários sobre o fato de que os militares não pagam Imposto de Renda sobre a parte variável de seus vencimentos? Quem me dirá o que ganha um diretor ou um presidente de autarquia ou de uma paraestatal? Quem sabe? Todos sabem. Mas quem diz que temos nesta terra orçamentos paralelos inconfessáveis, ingovernáveis e desconhecidos, e que cada autarquia é um Brasil à parte e que cada paraestatal é uma outra terra?

Srs. Constituintes, sou homem de comunicação há 35 anos. Há trinta anos fui legislador. Há vinte anos iniciei-me no Direito Constitucional, na vigência de uma Constituição que não existe, pois se tratava de uma Carta outorgada. Não consigo entender como se passa recibo de coisas que, evidentemente, não poderiam transitar em julgado, se as quiséssemos límpidas e transparentes. Há mandamento, uma regra de comunicação que diz que se o cachorro morde o homem não é notícia, mas se o homem morde o cachorro é notícia. Por isso é notícia o Constituinte bocejar; não usar gravata, o plenário estar vazio, mesmo quando se sabe que o grande trabalho desta Casa vai se dar nas comissões e que a Assembléia Nacional Constituinte não se fará neste plenário. Muito pelo contrário, se tivesse valido o meu ponto de vista, estas sessões não se realizariam, a não ser eventualmente pela manhã, para que todo o trabalho se despejasse nas comissões. Então,

por que ter medo de dizer quanto ganha um Deputado Federal? Um Deputado Federal ganha uma verba de moradia de Cz\$ 25.000,00 quando não tem apartamento; quando tem apartamento, ele não ganha verba de moradia. E ganha verba de moradia ou apartamento porque ele vem ao Distrito Federal, quando a sua casa, o seu domicílio é em outra Unidade federativa. Mas quem conhece o que é que é domicílio quando crítica? Vamos perguntar quantos sabem o conceito de domicílio: ficar com o objetivo de permanecer. Na verdade, o Deputado tem dois domicílios: o domicílio de onde vem e o domicílio onde exerce a sua função. Se o Deputado viaja para sua base, é acusado de tergiversar, de malbaratar a sua função, porque não está aqui. Mas se ele não viaja para sua base é glosado porque dizem que pura e simplesmente é eleito e esquece os seus eleitores. Como acertar? Ficando ou indo? Como satisfazer gregos e troianos? Lotando o plenário e esvaziando a comissão ou lotando a comissão e esvaziando o plenário? Durante muito tempo, quarenta dias – quarenta dias é uma eternidade na vida de uma pessoa que observa os fatos e quase nada na vida das pessoas que nada observam – fiquei estudando, nesta Casa, o comportamento, repito a palavra, acuado das pessoas que aqui se encontram. Sou um homem maduro, descendo a montanha, experimentado. E quando cheguei aqui diziam-me: "Mendes Ribeiro, não faça isto porque senão você não vai ser benquisto." O não fazer isto significava: não diga frontalmente o que você pensa. Outros me aconselhavam: "Frequente as sessões nos apartamentos dos colegas. Vá às reuniões secretas nas salas especiais, fiquei quieto. Seja mais contundente." Todos os conselhos eram colidentes. E eu cheguei à conclusão de que se ficasse quieto, estático, mudo, assim mesmo a Casa me cairia na cabeça. Mas que poder tem esta Casa? Em realidade, esta Casa é, atualmente, o único poder legítimo do Brasil. Ouço falar em Poder Executivo. Candidamente, acho graça Ouço falar em Poder Judiciário. Candidamente, acho graça. E ouço falar em Poder Legislativo e candidamente acho graça. Diria o academicismo, a inexistência de um Poder Legislativo, de um Poder Executivo, de um Poder Judiciário; e na verdade sabe-se que existe um único poder, que é o poder de Estado, que emana da ação harmônica e conjunta dos três órgãos interdependentes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Estado que emana da ação harmônica e conjunta dos três órgãos interdependentes: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário. Estado que emana da ação harmônica e conjunta dos três órgãos interdependentes: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário. Só o Poder Constituinte é legitimado pelo voto; ele encarna o Poder. O Poder Executivo que aí está é o poder de transição, porque foi assim denominado. Mas, na verdade, é um Governo sem a legitimação do voto, saído de um consenso nacional para evitar um banho de sangue. E o Poder Judiciário que aí está é um poder deformado, nomeado pelo Poder Executivo, pendente do Poder Executivo, disposto a dar soluções mais políticas do que jurídicas, porque sem a sua autodeterminação. Ocorre um fato interessante: nós, que fomos eleitos, nos portamos como se pedíssemos favor para aqui estarmos.

Um Deputado Federal tem direito de usar quatro passagens aéreas. Mas ele não ganha o dinheiro das quatro passagens. Se ele não vai quatro vezes à sua terra, não recebe as quatro passagens. Se vai à sua terra, usa as quatro passagens. Usar é diferente de ganhar. Desonesto é o cálculo que se faz sobre as quatro passagens, para calcular,

sobre isto, dois terços e, em cima disso, obter a remuneração.

Por que não ter coragem de dizer isto? Um Deputado Federal tem direito, parece-me, a Cz\$ 6.000,00 para pagar o telefone. Mas ele não recebe esse direito. Ele pode usar o telefone até Cz\$ 6.000,00; caso ultrapasse este limite, pagará o restante. Se ele dissera quem lhe telefona a cobrar que não recebe o telefonema, é acusado de não estar atendendo às suas bases, porque o prefeito de sua terra lhe telefona a cobrar, o município lhe telefona a cobrar. Mas por que não se diz isto aqui? Por que não se descerra isto? Qual é o mistério disso. Srs. Constituintes, não falo em causa própria. Não fui candidato preferencial de nenhum município da minha terra e estão aqui os meus conterrâneos que sabem disto. Não tenho exigibilidade de candidato preferencial de nenhum município. Contudo, sei quem as tem e como isto funciona.

Temos verbas de gabinete. Mas compramos material para nosso gabinete. O grampo que usamos no grampeador nós o compramos. E pasmem Senhores é na Carta Magna, outorgada pelos que governaram esta terra, que está escrito que os parlamentares devem ter como remuneração uma parte fixa e outra variável. E é esta Carta que nos impede de modificar.

Pois eu até não me importaria se dissessem que os Deputados Federais ganham Cz\$ 300.000,00 se eles efetivamente ganssem isto e pagassem imposto de Renda Os Deputados Federais – pelo menos eu – nunca recebem mais do que Cz\$ 42.000,00 brutos.

Acho este fato um caminho para reservar esta Casa a ricos ou corruptos Sim, porque só o rico se sustenta com dois domicílios ou só o corrupto fica assim.

Não estou pedindo aumento, porque sou um dos raríssimos Deputados que não precisa do que ganha aqui, pois tenho a chance de exercitar a minha profissão, o que não acontece com a esmagadora maioria daqueles que nesta Casa se encontram.

É tempo, pois, Sr. Presidente, de repor a verdade no seu devido lugar. Temos de nos preocupar – isto sim – com aqueles que, em nome de uma falsa existência de regulamento constitucional, dirigem comunas de vinte mil habitantes, ganhando Cz\$ 100.000,00 por mês, nas costas de um decreto-lei que estipula que podem ser remunerados com até 4% – não quer dizer necessariamente 4%. Na minha terra há prefeituras de comunas com vinte mil municípios que ganham Cz\$ 100.000,00 e manifestaram preocupação com os vereadores que ganham por sessão Cz\$ 15.000,00.

Não estou preocupado com isso, mas apenas com distorção, a desfaçatez com que se espalham inverdades e silenciam sobre verdades.

Hoje pela manhã participei de uma entrevista com o Deputado Amaury Müller, Líder em exercício do PDT, como líder o PMDB, e o terceiro participante, o comunicador, que dizia: "Nós marchamos para alguma coisa". Eu e o Deputado Amaury Müller perguntávamos: "Que coisa?" E ele dizia: "Marchamos para alguma coisa que não sei o que é. Mas o povo faminto não vota." perguntei humildemente quem tinha votado. E ele disse: "A burguesia". E eu respondi: "Então V. Ex.^a deve dormir tranquilo porque votou". Aí ele disse: "Mas não vai dar em nada." – Não vai dar em nada por quê? – Porque vai dar em banho de sangue." – Mas, então, qual é a solução?" – "A solução eu não sei." Assim, assistimos a esse desfile. Somos criticados por quem não sabe a solução, por quem não sabe fazer a crítica, por críticos

obras feitas, quando esta Constituinte se regulou em tempo recorde em comparação com todas as outras Constituintes da história do Brasil.

E ninguém sabe nesta terra que, pelo Regimento aprovado em menos de quarenta dias o arcabouço constitucional estará pronto. Se não fizermos por nós, ninguém o fará. Não importa que não ecoem as palavras, importa sim, que tenhamos consciência para refutar o que é mentira. É bom ser crítico de obra feita, mas é triste, muito triste mesmo, que alguém, em nome de elucidar a verdade, diga "vamos ter um banho de sangue", ou "Vamos ter uma ditadura", e que, quando instado quando perguntado, quando perquerido, quando desafiado para que aponte a solução, saia com esta: "Eu não sou Mágico, não tenho a solução." Então somos mágicos? Pois bem, nos respeitamos, não como mágicos, mas como parte do povo que teve a coragem de assumir, mais do que isto, de pedir para assumir a responsabilidade de decisão no momento histórico em que o Brasil tenta ser democrático.

Foi uma honra, Sr. Presidente, ter a atenção de S. Ex.^a e de meus nobres pares. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MULLER (PDT – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, e Sras e Srs. Constituintes, a Nova República continua a tropeçar nas suas próprias contradições. Pelo que sei e ouço, o fulcro da política externa do Governo que seria o integral respeito ao direito que todos os povos têm de construir em território próprio a sua história e edificar o seu destino. Ninguém ignora que a luta do povo da Namíbia por sua libertação, por sua independência, diante do banho de sangue que o Governo facista da África do Sul vem promovendo, é, na verdade, a luta de todos os povos amantes da paz, da liberdade e da democracia. Entretanto, agora, quando vem ao Brasil o Presidente da SWAPO, Organização do Povo do Sudoeste Africano, Sam Nujoma, o Itamarati, estranha e lamentavelmente, altera todo o cerimonial e impede Sam Nujoma, de ter um encontro formal com o Presidente José Sarney. Essa decisão deixa o Governo brasileiro e o povo deste país numa situação muito delicada diante das nações africanas.

Para quem não sabe, Sam Nujoma é o líder da luta pela independência da Namíbia, nação militarmente ocupada pelo regime do apartheid da África do Sul. Na verdade, Sr. Presidente, ele não pediu para vir ao Brasil, foi convidado. Mas o que se pode esperar de um governo quando o país é presidido pelo Sr. José Sarney e que tem um amigo e não estadista como Ministro das Relações Exteriores? O que se pode esperar, Sr. Presidente, se o Governo Sarney anda de pires na mão, num lamentável, num deplorável périplo pelos banqueiros internacionais, agiotas internacionais, em busca de míseros dólares para corrigir os equívocos praticados na política econômico-financeira interna.

O que se pode esperar de um Governo que anuncia o seu apoio ao povo chileno e nada faz para que o Chile se liberte do banho de sangue que o Ditador Augusto Pinochet vem impondo àquele sofrido povo? O que se pode esperar de um Governo que anuncia seu apoio à luta de libertação do povo da Nicarágua e não move uma palha, não faz nenhum esforço concreto a fim de evitar a iminente intervenção norte-americana

naquele País? O que se pode esperar, afinal, de um Governo que, por ser transitório e ilegítimo, não resulta das urnas, não tem compromissos com o seu povo e com a história do País?

O PDT lamenta essa atitude grosseira, antidiplomática do Governo brasileiro para com o líder negro Sam Nujoma. Antes de ser um insulto à luta de libertação dos povos, é uma grave ofensa ao próprio negro brasileiro, a quem o PDT, neste momento, apresenta a sua integral solidariedade. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE ÁLVARO VALLE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ÁLVARO VALLE (PL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, já se havia cunhado uma frase "Que País é este?" Pergunto: Que Assembléia é esta? Que Parlamento é este?

Discutimos, aqui, metaforicamente, a tese da soberania, o valor da representação popular. Há alguns segundos, vimos um de nossos ilustres companheiros – enquanto o povo brasileiro é roubado no fruto do seu trabalho, por impostos escorchantes, enquanto toda a Nação discute a nova tributação que se faz à revelia deste Poder Legislativo – trazer a esta Casa o problema na Namíbia. Faço então a paráfrase: que Parlamento é este?

Discutimos hoje não a soberania metafórica, não os conceitos teóricos ou oratórios de soberania popular, ou de valor do Parlamento, ou da democracia representativa, mas assuntos que não dizem respeito à Constituinte. Peço a atenção desta Casa para a realidade que estamos vivendo: impostos que se aumentam sem autorização do Parlamento, à custa de tabelas, sob disfarce de índices. A democracia representativa e a moderna nasceram também sob este **slogan**: "Não se fazem taxações sem representações". A permissão parlamentar e a do povo para que se aumentem impostos está na origem do próprio Parlamento, na origem da própria democracia representativa.

Quer-se discutir democracia, pretende-se falar de soberania popular – é isso o que temos que discutir. Este é o problema que estamos hoje enfrentando. O nosso partido, o Partido Liberal, procura interpretar esses sentimentos e entender esses anseios de liberdade. E falamos em liberdade no sentido de luta contra o poder do Estado. Discorro nesta Assembléia Constituinte, sobre Constituição porque creio ser este, e só este, o tema dos debates que devemos aqui desenvolver. Propomos que em nossa Constituição estabeleçamos normas muito concretas a esse respeito. Propomos que índices de inflação – crônica, aliás, no Brasil – não sejam estabelecidos pelo Poder Executivo, mas por um conselho livre, porque esses índices determinam a taxa. Propomos que legislação tributária, por império da Constituição, estabelecida em percentuais que se refiram a valores reais, e não a valores nominais. Os impostos aumentam quando se muda tabelas ou quando se escamoteia índices de inflação.

Este, Sr. Presidente, o texto pronunciamento que neste momento trago à apreciação da Casa, e passo a lê-los.

Vou falar, Sr. Presidente, nesta Assembléia Constituinte, sobre a futura Constituição.

A história da representação parlamentar – e ela se confunde com o nascimento da demo-

cracia moderna – está no direito que tem o povo de aprovar os impostos que pagará ao Estado. Não há democracia, não há legitimidade de poder quando o Estado, sem ouvir a representação popular, arranca do povo o fruto de seu trabalho.

No Brasil, não bastam as leis votadas às pressas, impostas sem debates, propositadamente confusas, para que se multiplique o valor de impostos. Temos agora o disfarce das tabelas. Com o jogo dos salários reais e nominais, aumentam-se impostos sem autorização legislativa.

Desconhecendo a realidade, falseando índices ou até desprezando-os, o Estado aumenta impostos e arrecada além do que lhe foi autorizado.

Recebemos agora uma lição, e fomos alertados, felizmente às vésperas da nova Constituição. E agora, Srs. Constituintes, o apelo do Partido Liberal – ao povo brasileiro, a nossa promessa dessa luta: a nova Constituição precisará determinar que leis sobre matéria tributária deverão ser aprovadas com percentuais que se refiram a valores reais. Deverá retirar do Executivo o poder de fixar índices de inflação. Tais índices deverão ser determinados por um conselho com mandato fixo, isento de pressões do poder.

Vejamos o que acontece agora, quando a volúpia das autoridades econômicas em esvaziar o bolso do contribuinte parece não ter limites.

Depois de sacarem empréstimos compulsórios, a serem reembolsados sabe-se lá quando e como; depois de apropriarem-se de descontos excessivos de Imposto de Renda na fonte, somente devolvendo-os ao contribuinte em parcelas anuais, a título de presente de aniversário, os "leões" escondidos nas salas do Ministério da Fazenda e da Seplan retomam às ruas, mais vorazes que nunca.

A bomba do efeito retardado, que tanto se temia estar escondida em algum desvão do Plano Cruzado, já foi despachado pelo Correio, sob o disfarce de Manual de Orientação do Contribuinte, e promete fazer vítimas.

Engenhosamente, seja por má fé, incompetência técnica ou messianismo irresponsável, os economistas oficiais anunciavam que o contribuinte não deveria temer qualquer aumento na carga tributária. Segundo eles, a tabela que está sendo usada na declaração deste ano apenas confirma a que foi utilizada para a retenção na fonte. Alegavam que como todo imposto, praticamente, seria cobrado e pago ao longo de 1986, pouco ou quase nada ficaria pendente para 1987.

O que se vê, no entanto, Sr. Presidente, é que não só as previsões falharam – o que, aliás, é uma constante de nossos planejadores oficiais – como ainda criaram artifícios com propósitos únicos de atenuar rimbos de caixa e infernizar a vida do cidadão.

A prática de corrigir tabelas de faixas de renda, com percentuais bastante inferiores àqueles que determinaram os reajustes salariais, tem provocado achatamentos substanciais e sucessivos dos ganhos da grande massa de contribuintes, ganhos estes consignados quase única e exclusivamente pelo trabalho.

Sob o argumento meramente teórico da inflação zero, deixou-se, ainda, de aplicar a correção sobre o que foi pago na fonte no ano passado, apesar da inflação confessada ter beirado a casa dos 80%. Isto significa que o contribuinte, ao preencher a sua declaração do ano corrente, deduzirá apenas o que pagou nominalmente, o que lhe trará prejuízos consideráveis no resultado final. Além disso, reduziu-se o parcelamento do imposto a pagar de 8 para 6 quotas.

Todas são formas de aumentar impostos sem autorização legislativa.

Hoje, os jornais divulgam promessas vagas de que o Estado estudará correções nas tabelas do imposto na fonte. Dizem que estudarão também a possibilidade de compensar o imposto a ser pago com o imposto a receber.

Aumentam e reduzem impostos sem qualquer autorização parlamentar.

Enquanto isso, Sr. Presidente, há os que nesta Casa pensam que a chamada soberania popular se exerce com afirmações de oratória.

Agora, sim, quando o Executivo aumenta impostos, desrespeita-se a democracia parlamentar.

O SR. CONSTITUINTE LÚCIO ALCÂNTARA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL-CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, confesso a V. Ex.^a que sinto um certo constrangimento em vir à tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para abordar temas que não são de natureza constitucional. Por isso mesmo, estou entre aqueles que se bateram pelo funcionamento da Câmara dos Deputados, afinal consagrado no Regimento que aprovamos durante esta semana.

Antes de abordar os assuntos que me preocupam neste momento, desejo fazer um pequeno comentário em relação ao discurso que acabamos de ouvir, proferido pelo nobre Líder do PDT. Deputado Amaury Müller, quando fez um julgamento severo, até cáustico, da política externa do Governo. S. Ex.^a esqueceu de referir-se a algumas conquistas que o Governo do Presidente Sarney tem alcançado no plano externo, consagrando os princípios clássicos já incorporados à política do Itamaraty, entre eles o da autodeterminação dos povos e a histórica decisão de reatamento das relações diplomáticas com Cuba. A ausência desse vínculo permanecia como uma espécie de mancha negra na nossa história diplomática. Sua Excelência, o Presidente da República, nos seus sucessivos deslocamentos internacionais, tem adotado providências, entre as quais uma das mais importantes, que é a efetiva integração latino-americana no comércio, na política e na indústria. Outrossim, o Chanceler, Ministro Abreu Sodré, tudo tem feito para caracterizar a marca da independência na condução da política externa do Brasil, nos últimos anos.

Sr. Presidente, desejo comentar, inicialmente, a questão da intervenção do Banco Central nos bancos estaduais, particularmente no que se refere ao Banco do Estado do Ceará, cuja situação calamitosa já havia sido denunciada há meses, no Ceará, inclusive pelo Deputado Estadual Fernando Motta. S. Ex.^a preocupou-se especialmente com esse tema e teve o cuidado de levantar uma série de irregularidades praticadas pelo banco, encaminhada por ele mesmo ao Banco Central. Infelizmente, só agora decretou-se a intervenção. Antes tarde do que nunca, dirão. Mas o fato é que o PMDB do Ceará, através de suas lideranças, constrangeu as autoridades monetárias do Governo Federal e o próprio Presidente da República, para que esta intervenção não se desse – evitando, assim, um grande desgaste político para aquela legenda – antes das eleições. É de se lamentar que isto tenha ocorrido. Esperamos que sejam apurados, em profundidade, todos os desmandos ali praticados pela administração do banco em conluio com outros, que se locupletaram dos recursos públicos; que sejam apurados o enrique-

cimento ilícito e a desídia na gestão desses recursos públicos. É o que espera o povo cearense.

Para concluir, quero ainda referir-me a um assunto conjuntural da maior importância, com o qual o Ministério das Minas e Energia vem-se preocupando, qual seja o problema do racionamento de energia no Nordeste, que é da maior gravidade, afetando a indústria, o comércio, a agricultura e também os consumidores domésticos. Informações que tenho dão-me conta de que a comissão que coordena esse racionamento está pensando em propor às autoridades energéticas do País um racionamento na ordem de até 30%, o que será verdadeiramente calamitoso para a região. Os levantamentos que possuo indicam que o Ministério das Minas e Energia vai precisar, ainda este ano, de recursos da ordem de 680 milhões de dólares para impedir a suspensão das obras que está realizando em Itaparica, e de duplicação da linha de transmissão Tucuruí/Presidente Dutra, assim como para aquisição de trens e construção de usinas flutuantes de energia a serem localizadas em Salvador, Recife e Fortaleza, com a finalidade de impedir verdadeiro colapso no sistema energético regional. Tais recursos não estão devidamente assegurados. Por esta razão, aproveite a oportunidade para apelar às autoridades financeiras do País e ao próprio Presidente da República no sentido de que assegurem ao Nordeste esse dinheiro, a fim de se evitar o **black-out**, que seria de todo inconveniente e traria grandes problemas àquela região que já se debate com dificuldades enormes.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, este o assunto que quero trazer ao conhecimento desta Casa, para que os cearenses e os nordestinos conheçam os problemas que estamos enfrentando nas diferentes áreas a que me referi. Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE JOAQUIM FRANCISCO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nossa preocupação maior deve ser com o debate dos temas constitucionais, com a elaboração da nova ordem constitucional. Entretanto, não podemos esquecer também de trazer à consideração desta Casa problemas imediatos que afligem as populações carentes de todo o País. Refiro-me, especificamente, aos problemas da zona da Mata, de Pernambuco, onde a monocultura do açúcar impede o plantio de lavoura de subsistência para que milhares de trabalhadores melhorem seus padrões alimentares. Não podemos, evidentemente, esquecer as recomendações feitas há mais de 15 anos pelo Instituto de Nutrição de Pernambuco – à frente o Prof. Néilson Chaves – quando dizia que, passivamente, se assistia à formação de uma geração de nanicos, que diminuíam até 12 centímetros, por falta de consumo adequado de proteínas.

Ora, se é verdade que a nossa preocupação deve ser com o futuro, também é verdade que medidas imediatas devem ser tomadas. E elas podem ser tomadas. É isto que trago nesta tarde ao plenário desta Casa: um estudo que conclui e que vou submeter às áreas competentes do Governo, para que, no momento em que o Banco do Brasil libere os financiamentos de custeio para os produtores de açúcar e álcool, essa liberação seja condicionada à efetiva comprovação do plantio de 10% da área destinada à cana-de-açúcar de cultura de subsistência, como milho, mandioca,

arroz e tantas outras. Através desta medida simples, mais pragmática e objetiva, poderemos, de imediato, iniciar um programa de alimentação, de nutrição, que beneficiará 250 mil trabalhadores que vivem na Zona da Mata de Pernambuco.

Indagam alguns, que estudam a matéria, se seria possível induzir os plantadores de cana, os empresários, a adotarem essa medida. Nenhuma indução melhor do que a vinculação da liberação do financiamento à efetiva comprovação do plantio de lavoura de subsistência. Com isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ao longo do tempo em que esta medida for adotada, poderemos estar salvando milhares de vidas, porque já é comprovado cientificamente que, se a gestante não tem alimentação sadia desde a gestação e o menor até o quarto ano de vida, poderemos estar comprometendo, irremediavelmente, a participação de muitos brasileiros na vida social.

Esta idéia, portanto, será apresentada porque sua adoção pode ser imediata. Não é necessário que se façam estudos complexos, não é necessário mesmo que se apresente projeto de lei à Câmara para que esta medida seja tomada. É suficiente apenas uma resolução do Banco Central que faça com que esta exigência seja precedente a qualquer liberação de financiamento. Creio que os trabalhadores da Zona da Mata de Pernambuco, assim como os empresários, acatarão esta medida, que terá efeitos imediatos, não só para esta safra de 1987/1988, como para as seguintes. E, evidentemente, no Capítulo da Ordem Econômica e Social, da nova Constituição, deverão ser inseridos mecanismos definitivos, para que não continuemos a assistir, a cada dia, processos de subnutrição que, de todas as formas, tismam o desenvolvimento, o nosso progresso e, sobretudo, atentam fundamentalmente contra os direitos humanos.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE ADYLSON MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, não pretendo falar aqui pelo PDS, apenas utilizarei o tempo para fazer esta manifestação.

Há cerca de dois anos – e acho que é bom periodicamente nos lembrarmos disso – o povo brasileiro saiu às ruas, quando da campanha para Presidente da República e, talvez, as maiores multidões que já se concentraram neste País aglutinaram-se exatamente por ocasião da campanha do então candidato Tancredo Neves. E entre tantas bandeiras levantadas, não por benevolência dos candidatos, mas por exigência popular, podemos destacar a convocação de uma Constituinte exclusiva, que, na verdade, foi convocada, mas que de exclusiva nada tem, uma vez que se optou pela via da Constituinte congressual. Àquela época, também advogou-se, exigiu-se, defendeu-se, com uma pressão muito grande por parte dos Estados, a necessidade imediata de que se procedesse neste País a uma reforma tributária. Prometeu-se – e o nosso Presidente titular da Constituinte, um dos homens que liderou a campanha pelas diretas já, também dizia com todo vigor – que o governo que se iria instalar haveria de abdicar dos instrumentos de exceção, principalmente dessa figura execrável do decreto-lei.

Pois bem, Sr. Presidente, estamos aqui, agora, com os instrumentos nas mãos para procedermos ao resgate desses compromissos, que não

são apenas do PMDB, porque uma exigência do povo brasileiro.

É evidente que a tese da Constituinte exclusiva já passou para o terreno das coisas não cumpridas, foi uma esperança fraudada do povo brasileiro. É evidente que esse compromisso não será resgatado. Então, o que se tem procurado fazer é fortalecer aquilo que sobrou do desejo, do anseio, da aspiração do povo de ter a sua Constituinte forte e soberana.

Quanto ao decreto-lei, Sr. Presidente, que já poderia ter sido extinto há dois anos, talvez em nenhum momento da vida nacional ele tenha sido acionado com tanta frequência como pelo atual Governo, como indica essa série de pacotes que estão sendo editados e que têm surpreendido a classe política.

Lembro, Sr. Presidente, que quando foi baixado o Plano Cruzado eu me encontrava na sala de imprensa da Assembléia legislativa do Rio Grande do Sul, ao lado de dois Deputados Federais do PMDB – que é Governo – que não sabiam da existência desse projeto. E parece-me que o próprio Presidente Nacional do PMDB ficou surpreendido quando foi divulgado o Plano Cruzado, o que atesta apenas a exclusão absoluta da classe política nas decisões nacionais, ao contrário do que se prometia, e o uso constante e abusivo do instrumento de exceção, que é o decreto-lei.

Quanto à diretrizes-já, isso foi outra promessa, e diretas já não é coisa para daqui a dois ou quatro anos, como hoje se começa a questionar. Diretas-já significa: aprovada a nova Constituição, proceder-se imediatamente à convocação de eleição para Presidente da República, aliás, para dar-lhe legitimidade, porque, se existe hoje no Brasil um cargo que tem sua legitimidade questionada, é exatamente o de Presidente da República.

E ainda não se cumpriu – pelo contrário, está-se sacrificando cada dia mais os Estados – a famosa reforma tributária. É evidente que o momento maior, a grande oportunidade será agora, na Constituinte, mas alguns ajustes no sistema tributário já poderiam ter sido feitos. E a que estamos assistindo, Sr. Presidente? Afora alguns casos de incompetência gerencial, a grande maioria dos Estados do Brasil vive situações quase de inviabilidade, exatamente pelo concentracionismo tributário determinado pela política madrastra adotada pelo Governo Federal. Naturalmente, isso não é de agora, mas vem-se avolumando de ano para ano.

Nós, do Rio Grande do Sul, por exemplo, que somos de um Estado rico, que trabalha e produz riquezas, não aceitamos mais esta condição de virmos a Brasília, de chapéu na mão, pedir esmola daquilo que seria um direito nosso, qual seja, o de aplicar na nossa região aquilo que é fruto do nosso trabalho.

Então, Sr. Presidente, creio que não podemos, na Assembléia Nacional Constituinte, ficar, apenas na retórica de sua soberania e outros termos. Precisamos, aqui e agora, traduzir para fatos reais, concretos e objetivos, aquilo que é uma exigência do povo brasileiro e também um compromisso assumido principalmente pelo partido que hoje é Governo neste País, o PMDB. Muitas idéias e propostas terão o nosso endosso, como esta a que acabei de me referir, as não-prejudicadas, porque Assembléia Nacional Constituinte exclusiva não mais existe.

Era esta a colocação que queria fazer, utilizando este tempo que é destinado ao meu partido, porque daqui para a frente debateremos questões temáticas, o que se vai constituir realmente no grande trabalho desta Assembléia. E quero antecipar que a nossa luta será calcada em cima des-

tes pontos, principalmente o da reforma tributária, porque queremos que o Brasil seja efetivamente uma Federação, e que cada Estado possa decidir sobre seus destinos.

E isto só se fará através de um trabalho muito amplo dentro da Assembléia Nacional Constituinte. (Muito bem!)

O SR. CONSTITUINTE AUGUSTO CARVALHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, nós, do Partido Comunista Brasileiro, também queremos somar o nosso protesto aos já existentes, diante do fato de o Presidente da República ter-se recusado a receber o líder da Swapo, Sam Nujoma, que acaba de chegar à capital de nosso País. Evidentemente, trata-se da configuração de um comportamento vacilante do Ministério das Relações Exteriores, especialmente do Presidente da República, atendendo às pressões internacionais, não dispensando o merecido tratamento ao líder de um povo que luta pelo cumprimento de uma resolução já extraída várias vezes no foro das Nações Unidas. Daí o nosso protesto contra esse comportamento, essa descortesia do Governo brasileiro diante dos povos da Swapo, que lutam pela sua total independência.

Aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que faça constar dos Anais telex do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santos, assinado por seu presidente, Arnaldo Gonçalves, em que denuncia o tratamento repressivo que a Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa, tem dispensado aos dirigentes sindicais e a trabalhadores que participaram de uma greve legítima e pacífica em que foram cumpridas à risca as regras para a preservação do patrimônio daquela empresa estatal. A Cosipa, cuja direção foi imposta pela Nova República, tem adotado uma atitude absolutamente fascistoide, reprimindo os trabalhadores e submetendo-os a verdadeiros tribunais inquisitoriais. (Palmas.)

TELEX A QUE SE REFERE O ORADOR

Exm^o Sr.
Roberto Freire
DD. Líder do PCB na Câmara dos Deputados.

"Solicitamos apoio e providências para pôr cobro a clima de insegurança e terror implantado pela direção da companhia siderúrgica Paulista-COSIPA, entre seus trabalhadores. Esta é a situação criada pela empresa, ao instaurar um verdadeiro "tribunal de exceção", para inquirição de trabalhadores e dirigentes sindicais, sem que aos mesmos seja permitida nenhuma defesa ou assistência. Tais medidas surgiram após o encerramento de uma greve, pacífica e ordeira por parte dos trabalhadores, mas violenta pela ação de policiais militares requisitados pela empresa que a seu mando, tentaram a todo custo impedir a paralisação, sem conseguir seu intento. Apesar das graves agressões que sofreram, que atingiu também os dirigentes sindicais, os trabalhadores mantiveram a calma e, sobretudo, tiveram a preocupação de preservar todos os equipamentos, para que o patrimônio nacional não sofresse qualquer dano, como efetivamente ocorreu. Frente à atitude madura dos trabalhadores, contrapõe-se a ação da direção da COSIPA,

que em nenhum instante esforçou-se para encontrar uma solução adequada ao conflito, mostrando não só desinteresse, mas omissão e incompetência na administração de uma empresa vital para a nossa economia. Ao optar pelo confronto e a violência na solução de um problema trabalhista, a direção da COSIPA regride a posições do princípio do século, renegando assim todas as propostas democratizantes advindas com a "nova República", responsável pela indicação dessa mesma direção, que com suas atitudes levam os trabalhadores a descre de tais princípios. Diante desses fatos, aguardamos um pronunciamento e providências de V. Ex.^a para que a paz volte a reinar entre os cosipanos, fortalecendo a empresa e o desenvolvimento do País."

Atenciosamente

Arnaldo Gonçalves
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrada): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Bonifácio de Andrade): – Encerro a sessão, designando para terça-feira, dia 17, às 14:00 horas a seguinte:

ORDEM DO DIA

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Abigail Faitosa – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adroaldo Streck – PDT; Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Ailton Cordeiro – PDT; Aírton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Dias – PMDB; Alysso Paulinelli – PFL; Amílcar Moreira – PMDB; Anna Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antonio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnold Fioravante – PDS; Asdrubal Bentes – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bete Mendes – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bosco França – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Duarte – PFL; Christóvam Chiaradia – PFL; Darcy Deitos – PMDB; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Domingos Juvenil – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edimilson Valentim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ferreira – PFL; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel

Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Costa – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Irajá Rodrigues – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; o Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Hermann Neto – PMDB João Lobo – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Ueque – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Fogaça – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDS; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Teixeira – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Lélío Souza – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Loureberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Leal – PMDB; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Marcos Queiroz – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Mauricio Campos – PFL; Maurício Pádua – PMDB; Marílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Melo Freire – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Nabor Júnior – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Squarezi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osmar Leitão – PFL; Osmar Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Silva – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Plínio Martins – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB;

Roberto Brant – PMDB; Roberto PMDB; Santinho Furtado – PMDB; – PMDB; Virgildásio de Senna – Campos – PDS; Roberto D'Ávila – Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; PDT; Roberto Vital – PMDB; Robson PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Vivaldo Barbosa – PDT; Wagner Marinho – PMDB; Rodrigues Palma Spada – PMDB; Severo Gomes – Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão PMDB; Walmor de Luca – PMDB; PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – Sessim – PFL; Sólon Borges dos Wilson Campos – PMDB; Wilson PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rose Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Martins – PMDB; Ziza Valadares – de Freitas – PMDB; Rospide Netto – Tidei de Lima – PMDB; Uldurico PMDB. PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Pinto – PMDB; Valter Pereira – Rubem Medina – PFL; Ruben PMDB; Vasco Alves – PMDB; *Encerra-se a Sessão às 16 horas e Figueiró – PMDB; Samir Achôa – Victor Trovão – PFL; Vilson Souza 40 minutos.*



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 29

QUARTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 1987

BRÁSILIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

1 – ATA DA 34ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 17 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada e assinada.

III – Leitura do Expediente

IRAM SARAIVA – Propostas do orador para a futura Constituição.

JESUS TAJRA – Redução das taxas dos juros bancários. Amparo governamental às microempresas.

VICTOR FACCIONI – Desencontros da política tributária com relação à incidência do Imposto de Renda.

ANTÔNIO DE JESUS – Reformulação da legislação que remete à condição de entidades de utilidade pública instituições filantrópicas, religiosas ou não.

MÁRIO LIMA – Lições a extrair da ocupação das refinarias de petróleo e campos de produção da Petrobrás por tropas do Exército.

CHAGAS DUARTE – Os direitos da criança e do menor abandonado na futura Constituição.

JONAS PINHEIRO – Criação do Parque Natural do Pantanal Matogrossense.

JOSÉ GENOÍNO – Definição da duração do mandato do Presidente José Sarney.

PAULO MACARINI – Revisão da tabela progressiva do Imposto de Renda. Fixação, na futura Constituição, de nova filosofia de cobrança desse imposto.

OTTOMAR PINTO – Projeto Calha Norte.

JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS – Retorno do orador às atividades parlamentares.

Conclusão da BR-040, trecho Presidente Olegário – Lagamar, Estado de Minas Gerais Política agrária.

GERSON PERES – Introdução, na futura Constituição, de mecanismos de combate à corrupção administrativa.

WALDYR PUGLIESI – Necessidade de cumprimento do programa do PMDB.

CHAGAS RODRIGUES – Solidariedade do orador aos microempresários piauienses na luta pela redução das taxas dos juros bancários. Contrariedade dos trabalhadores na indústria à aprovação da Convenção nº 87, da OIT, pelo Senado Federal.

RONALDO CÉZAR COELHO – Ação programática do Governo Moreira Franco, Estado do Rio de Janeiro.

ONOFRE CORRÊA – Situação de abandono, pelo poder público estadual, da cidade, de Imperatriz Estado do Maranhão.

ASSIS CANUTO – Crise de credibilidade nos homens públicos em face da situação econômico-financeira vivida pelo País. Renúncia do Ministério do Presidente José Sarney.

JORGE ARBAGE – Fracasso do Plano Cruzado. Irregularidades na importação de produtos alimentícios. Níveis atuais da reserva cambial brasileira. Reformulação da tabela progressiva do Imposto de Renda. Cautela governamental na edição de novos planos econômicos.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Situação dos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

NELSON GIBSON – Discurso do Governador Miguel Arraes, de Pernambuco, na cerimônia de posse perante a Assembléia Legislativa

do Estado. Propostas do orador para a futura Constituição.

FERNANDO BEZERRA COELHO – Utilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, em linhas especiais de crédito, em favor das micro, pequenas e médias empresas.

MAURO BENEVIDES – Saudação do orador aos governadores de Estados recém-empossados.

FAUSTO FERNANDES – Necessidade de maiores investimentos governamentais na citricultura.

JOÃO CALMON – Reafirmação, pelo Governador Max Mauro, do Espírito Santo, da decisão de implantar no Estado programa de mudança.

DIONÍSIO HAGE – Falecimento do ex-Deputado Federal Júlio Viveiros.

MOZARILDO CAVALCANTI – Destinação de 5% do Orçamento da União para programas destinados ao desenvolvimento da Amazônia.

CÉSAR CALS NETO – Criação do Estado de Carajás.

SIQUEIRA CAMPOS – Prosseguimento, pelo Comitê Pró-Tocantins, da coleta de assinaturas populares para apresentação de emenda, prevendo a criação do Estado do Tocantins.

DAVI ALVES SILVA – Criação do Estado de Carajás.

HORÁRIO DE LIDERANÇA

IBERÊ FERREIRA – Estabelecimento, pelos Poderes Legislativo e Executivo, de Plano Emergencial de Estabilidade Econômica para o País.

ALDO ARANTES – Preponderância do Executivo sobre os demais Poderes da República. Definição da duração do mandato do Presidente José Sarney.

JOSÉ GENOÍNO – Decisão do Diretório Nacional do PT de promover campanha nacional para a redução do mandato do Presidente José Sarney, acoplada a uma plataforma de enfrentamento da crise sócio-econômica.

IBSEN PINHEIRO – Readmissão de trabalhadores demitidos no Porto de Santos, Estado de São Paulo, por ocasião da greve dos marítimos.

DAVI ALVES SILVA – Situação do pequeno e médio empresário em face das elevadas taxas dos juros bancários. Insinceridade da bancada do PMDB em relação às causas da crise

econômico-financeira vivida pelo País. Legitimidade da representação, pelo orador, do povo da região tocantina na Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Imposto de Renda, instrumento de confisco tributário no Brasil.

ENCERRAMENTO

Ata da 34ª Sessão, em 17 de março de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides,

Secretário: Arnaldo Faria de Sá Secretário.

ÀS 14:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Ulysses Guimarães, Mauro Benevides, Arnaldo Faria de Sá. Acival Gomes – PMDB; Aداuto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Afonso Camargo – PMDB; Afff Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arames – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alvaro Valle – PL; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Neto – PDS; Amaury Müller – PDT; Angêlo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMDB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiatí – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Carlos – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; César Cais Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva

sco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edison Lobão – PFL; Edme Tavare – PFL; Edimilson Valentim – PC do B; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Furtado Leite – PFL; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Israel Pinheiro Filho – PFL; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL Hugo Napoleão – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tarja – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Natal – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Via-

nna – PMDB; José Agripino – PFL; José Mendonça da Nobrega – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Dias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Genoíno – PF; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maria Eymael – PDC; José Moura – PFL; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Viana – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Loureberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Mansueto de Labor – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcodes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Mendes Thame – PFL; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio

– PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL – PFL; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Oswaldo Almeida – PL Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PDMB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Balestra – PDC; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Piloto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Telmo Kirst – PDS; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Victor Faccioni – PDS Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansancão – PFL; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornêlas – PFL Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza – Valadares – PMDB; Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 205 Senhores Constituintes.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. SECRETÁRIO (Vivaldo Frota): – Procede à leitura da ata da sessão antecedente, que, discutida é aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Não há expediente a ser lido.

IV – Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Srs. Constituintes, encerrada a primeira fase da Assembléia Nacional Constituinte, em que exaustivamente discutimos o Regimento Interno e o aprovamos,

temos agora de apresentar as normas para que a próxima Constituição seja elaborada.

Sr. Presidente, embora a redação final do Regimento Interno que dirigirá os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte ainda não esteja em mãos da Presidência, quero, nesta oportunidade, apresentar algumas sugestões de normas para serem inseridas na próxima Constituição, para que os constituintes comecem já a debater os assuntos que realmente queremos ver fixados na nova Carta Constitucional.

Sr. Presidente, tomei o cuidado de fugir completamente da atual Constituição e me ater aos oito itens das Comissões que funcionarão, dando base à próxima Constituição. Cada título que apresento aqui anuncia, também, algumas das normas a serem inseridas na Constituição.

No título dos Direitos Individuais, a proposta é no sentido de que o direito de o cidadão prestar concurso público e ingressar em qualquer emprego vá até os 60 anos de idade. Hoje, Sr. Presidente, há Estados e Municípios – e até a União – que impedem que o cidadão se inscreva para o concurso público, desde que não tenha a idade que fixam, isto é, 35 anos.

No título "Dos Direitos dos Trabalhadores", propomos a aposentadoria voluntária aos 60 anos, para o homem, e para a mulher aos 55 anos de idade. Aposentadoria para o professor aos 25 anos e para a professora aos 20 anos de serviço. Garantia de proteção do valor real das pensões e aposentadoria, equiparando-as aos proventos dos que estão na ativa

No título "Dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos", apresentamos as seguintes propostas: férias anuais desdobráveis em dois períodos, a critério do trabalhador. Aposentadoria das donas-de-casa e camponesas. Equiparação das aposentadorias aos salários dos ativos. Aposentadoria integral, por tempo de serviço, aos 30 anos de trabalho, para o homem, e aos 25 anos de trabalho, para a mulher. Jornada semanal de trabalho de 40 horas – sendo que, durante a semana, 8 horas diárias serão prestadas pelo trabalhador – como também o direito de sindicalização do servidor público. Defendo também a aposentadoria compulsória do servidor público aos 65 anos de idade.

No título "Dos Direitos Políticos", apresento a norma do direito de voto aos 16 anos de idade e direito de voto aos cabos e soldados. Estas duas proposições, Sr. Presidente, constituem uma inovação na Carta Constitucional brasileira.

No título "Da União, do Distrito Federal e dos Territórios", o monopólio da União em legislar sobre a informática e sobre os recursos minerais.

No título "Da Defesa do Estado, da Sociedade e da Segurança", apresentamos a norma da não-obrigatoriedade do serviço militar, principalmente, Sr. Presidente, porque temos provas de que o Brasil apenas segura a juventude durante algum tempo nos quartéis e não forma soldados profissionais.

No título "Da Saúde", apresentamos a norma que destina 25% das receitas tributárias e previdenciária da União à saúde e 30% da receita tributária estadual e municipal para o mesmo fim.

No título "Da Educação", pretendemos substituir o vestibular, figura anômala, a fim de que o estudante brasileiro adentre a universidade através da análise de títulos, de currículos e notas que obteve durante o 1º, e 2º graus. Defendemos também a obrigatoriedade do ensino dos 6 aos 16 anos. Destinamos ao ensino 25% da receita tributária da União e 30% da receita tributária dos Estados e Municípios.

Com relação à "Organização Federal", apresentamos norma que permite aos Estados se desmembrarem, subdividirem e incorporarem entre si.

Finalmente, para as "Disposições Gerais e Transitórias", apresento a norma que cria o Estado de Tocantins

Era o que tinha a dizer.

O SR. JESUS TAJRA (PFL – PL Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, a crítica situação econômica por que vem passando, de forma agravada, o nosso País, tem reflexos avassaladores sobre os trabalhadores, os microempresários e as pequenas empresas. É uma crise singular, porque há uma categoria que leva a parte do leão, enquanto a grande, a esmagadora maioria da população brasileira continua a sofrer até mesmo a fome.

Quero referir-me às elevadas taxas de juros, assunto tantas vezes abordado nesta Casa por tantos companheiros, sem que houvesse a menor repercussão junto às autoridades competentes no sentido de tomarem as providências cabíveis. É de se lamentar, Sr. Presidente, a insensibilidade daqueles que respondem pelas áreas econômica e financeira do País. Temos convivido com taxas de juros que já chegaram ao patamar de mais de 30% ao mês, verdadeira aberração. Apesar de a lei ordinária estabelecer juros de 1% ao mês, neste País está-se pagando 1% ao dia. Essa situação vai reduzindo, ou praticamente anulando, o poder aquisitivo dos trabalhadores e dos microempresários, na sua grande maioria trabalhadores que perderam o emprego e apelaram para alguma forma de atividade econômica.

Quero lembrar que na semana passada dois companheiros nossos, Constituintes filiados ao PMDB, criticaram acerbamente o Presidente da República pela presença das Forças Armadas junto às refinarias de São Paulo e Rio de Janeiro. O problema causou estupefação. Vozes se levantaram em apoio àqueles que aqui falaram. Em que pese o fato de o Líder do PMDB ter justificado a providência não como uma pressão e opressão à classe trabalhadora, mas como medida preventiva para resguardar o patrimônio daquelas refinarias – que interessam a toda a comunidade brasileira – quero lembrar que, no meu entender, muito mais grave é a situação de anomalia das elevadas taxas de juros.

Permito-me, neste momento, ler resposta dada pelo Presidente de um grande banco brasileiro à seguinte pergunta da revista **Visão**, de 25 de fevereiro deste ano: "Como foi o desempenho dos bancos em 1986." E a resposta vem pronta: "Foi um ano em que houve grandes variações. Nos dois primeiros meses" – quero lembrar que o ano de 1986 foi o ano do Plano Cruzado – "vivemos um ambiente altamente inflacionário, e os bancos tiveram rentabilidade bastante expressiva". Aqui estão associados – abro um parêntese – inflação e rentabilidade dos bancos. "Depois veio o Plano Cruzado, que deixou os bancos desequilibrados em 24 horas" – 24 horas apenas. Isso exigiu um enorme processo de reajuste de duas naturezas: na área de despesas, com uma forte redução de mão-de-obra, e na área de serviços, em que os bancos passaram a cobrar tarifas.

No segundo semestre, já ajustados, os bancos passaram a ter resultados positivos. No último trimestre do ano, quando a inflação reascendeu, ocorreu a recuperação da rentabilidade das instituições financeiras.

Ora, Sr^{as} e Srs. Constituintes, é flagrante a associação entre inflação e rentabilidade dos bancos.

Vejo nisto uma verdadeira agressão ao trabalhador brasileiro, ao assalariado e às micro e pequenas empresas, que vêm o seu esforço, o seu suor, serem carregados para os cofres dos bancos brasileiros e estrangeiros.

É lamentável que nenhuma providência tenha sido tomada. Quero lembrar que li, ontem no **Jornal do Brasil**, notícia sobre manifestação que se prepara no ABC paulista, por parte de microempresários, quando se queixam das altas taxas de juros, que asfixiam suas atividades. E estão programando, inclusive, um ato de rebeldia, como dizem, com o não-pagamento de impostos. Isto é muito grave, Sr. Presidente. Quando o ABC paulista se levanta desta forma, o que não dizer do meu pequeno Estado – o Piauí – talvez o mais pobre, economicamente, do Brasil? Pois foi de lá que recebi o apelo do Presidente da Associação dos Microempresários e de alguns sindicatos de trabalhadores, no sentido de que levante aqui minha voz em seus nomes, esperando que ela repercuta lá fora, junto com a de outros companheiros, que já se fizeram ouvir da tribuna, abordando o mesmo problema. Os microempresários do Piauí estão vendendo o pouco instrumental de que dispõem para poderem pagar as dívidas e sobreviver. Isso não pode continuar.

Quero, Sr. Presidente, Sr.^a e Srs. Constituintes, dirigir apelo ao Sr. Presidente da República, José Sarney, a fim de que S. Ex.^a adote providências enérgicas, no sentido de amparar as microempresas e de minorar o sofrimento dos trabalhadores brasileiros. Eles não podem continuar asfixiados nos seus direitos de adquirir os bens essenciais para suas atividades, para o seu trabalho e para as suas vidas. Isso, para mim, é da maior importância. Não bastou ter mudado o Presidente do Banco Central, porque não foi alterada a atitude em relação aos bancos. Nesta Casa, pensou-se que, quando o Presidente do Banco Central fosse substituído, como medida conseqüente teríamos a redução das elevadas taxas de juros. Não a tivemos.

Fica o nosso apelo, Sr. Presidente, na esperança de que V. Ex.^a ou o Presidente Ulisses Guimarães possam fazer chegar a nossa voz e as de tantos companheiros ao Presidente da República, a fim de que S. Ex.^a adote as providências cabíveis.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. VICTOR FACCIÓNI (PDS – RS. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, volto à tribuna para abordar tema a que já me havia referido na semana anterior, relacionado às preocupações de quantos integram a Assembléia Nacional Constituinte e, de modo particular, aos direitos e garantias do cidadão brasileiro, do contribuinte, daqueles que sustentam o progresso e a grandeza de nossa Nação.

O Governo vem-se caracterizando pelos desmandos com relação à Constituição vigente. Ela está vivendo seus últimos dias; talvez este seja seu último exercício, mas está em vigor, e muitos contribuintes nada têm a protegê-los, sequer a letra fria da Constituição.

Vejam o que está acontecendo com o Imposto de Renda das pessoas físicas e a correção monetária estabelecida, com efeito retroativo, para o Imposto de Renda das pessoas jurídicas.

O contribuinte brasileiro é desprotegido de tudo e de todos. Nunca sabe qual o ônus que tem junto ao Erário. Quando não é o Erário Municipal, é o estadual ou o Tesouro Nacional, com a figura muito própria do leão voraz, selvagem, impetuoso, que assalta o cidadão, roubando-lhe o ganho obtido com suor do próprio rosto.

Deus disse a Adão: "Comerás o pão com o suor do teu rosto". Mas não estabeleceu que a contribuição para a Igreja ou para o Estado lhe fosse imposta de forma tão desumana. Não se paga o dízimo, porque este seria a 10.^a parte; é muito mais, e o cidadão nunca sabe com quanto deverá contribuir.

Trago meu apelo reiterado ao Governo para que ponha em ordem, pelo menos, a política tributária do País, já que não consegue fazê-lo com relação às políticas econômica, agrícola, do desenvolvimento econômico e social. Diga o Governo quanto quer e o que quer do contribuinte, mas diga-o a esta Casa e não por meio de decreto-lei, de portaria de circular normativa, que surpreendem, a todo o instante, o contribuinte com mais um quinhão que ele deve entregar aos fiscais, aos controladores, aos gestores do Tesouro Nacional. Nunca os assalariados de nosso País, mormente a classe média, foram tão assacados, tão massacrados pelo Imposto de Renda. Assistimos, nesses últimos dias, a uma nova novela no noticiário da televisão: mais uma cena de audiência de Parlamentares de um e de outro partido do Governo com o Presidente da República e com o Secretário da Receita. Quando o contribuinte pensa que todos estão mobilizados, o Governo conscientizado, e que sairá uma solução para colocar nos devidos termos o Imposto de Renda, vem uma nova notícia de que não será desta vez, pois o Governo ainda não sabe como proceder, porque só sabe sacar contra o contribuinte. Não sabe como controlar sua voracidade, não tem freios, não tem como se autolimitar. Agora está sendo estendida à pessoa jurídica, à empresa, o que fizeram com o contribuinte pessoa física do Imposto de Renda, a classe média, impondo um aumento do Imposto de Renda através da correção monetária com efeito retroativo sobre o ano-base de 1986, ocorrido por meio de decreto-lei.

Aqui fica o nosso reiterado apelo. Quem sabe esta Constituinte, para sacudir o Brasil – e principalmente o Governo – do marasmo em que se encontra, estabelecerá uma nova norma com relação à incidência do Imposto de Renda sobre o subsídio dos próprios parlamentares. Assumamos este ônus e teremos autoridade de cobrar, com maior ímpeto, do próprio Governo, para que ele, que nos respeita aqui, respeite o contribuinte lá fora. Na medida em que ele desconsidera os direitos do contribuinte, está atingindo em cheio a nós, Parlamentares da Assembléia Constituinte, porque isto significa o descumprimento da Constituição e Governo que não respeita a Constituição em vigor não dá garantia alguma de que cumprirá a nova.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Victor Faccioni o Sr. Secretário Mauro Benevides deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio de Jesus.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o apoio às instituições filantrópicas, religiosas ou não, tem constituído salutar tradição da legislação brasileira, que lhes reconhece a condição de entidades de utilidade pública, com direito a isenções tributárias e do FGTS.

Data de 1934 a lei básica que regula, até agora, a situação dessas organizações, sendo razoável admitir-se e que, dado o tempo decorrido, esteja

a merecer alterações em alguns pontos, de forma a atualizá-la, inserindo-lhe certos acréscimos, para dar-lhe maior abrangência. Com efeito, tem sido de inegável relevância o papel social por elas desempenhado, devendo ser realçado o importante auxílio prestado aos governos nos segmentos dos serviços sociais e de saúde.

Se bem que a modernização dos diplomas legais que versam o assunto seja desejável e oportuna, para melhor adaptá-los às velozes transformações das estruturas da sociedade hodierna, verifica-se que há medidas bem ao alcance do Poder Executivo, que podem ser adotadas de imediato. De momento, ocorrem-nos duas, cujos reflexos serão, sem dúvida, benéficos, a curto e a médio prazos, se revestidas dos necessários cuidados técnicos.

Queremos referir-nos, Sr. Presidente Srs. Constituintes a duas providências explícitas, de cunho prático, que a esta altura já se impõem com urgência, a saber: 1.^o) que o Governo determine uma auditoria a nível nacional, a ser realizada em todas as entidades que recebem subvenção; 2.^o) que elabore plano de assistência técnica, a ser oferecida a essas organizações, através de órgãos especializados Federais e universidades.

Serviria a auditoria em foco não só para detectar possível má gestão de recursos e até mesmo fraudes na utilização de fundos de origem pública, mas iria além desse escopo punitivo e corretivo, pois atingiria, em muitos casos, o alto propósito de orientar devidamente os que, por desconhecimento natural ou vício adquirido, não seguem os parâmetros aconselháveis para a melhor condução dos negócios gerenciais da espécie.

No que se refere à assistência técnica, não há como negar que um plano bem feito propiciaria resultados os mais positivos e poderia, inclusive, dar nova dimensão ao setor assistencial, pela maior difusão de sua real função em nossa sociedade, tão carente de maiores esforços, quer governamentais, quer da iniciativa individual e privada.

Nada deveria impedir, por outro lado, a participação de Estados e Municípios, em uma autêntica cruzada nesse vasto campo, que poderá transformar-se, a partir de uma política mais atuante e de atitudes concretas, no cenário de um verdadeiro embate em prol dos desfavorecidos e desvalidos.

Sr. Presidente, Sr. Constituintes, o momento é também propício para se refletir quanto às instituições sociais, mormente as filantrópicas, realmente desenvolvidas através do verdadeiro amor fraternal. Creio no amparo ao ser humano e na sua promoção. Conseqüentemente, é preciso amparar entidades que, sobretudo, tenham como vocação o amor e a dedicação ao ser humano como individualidade, como um ser feito à imagem e semelhança de Deus e que, portanto, deve ser ajudado em todas as suas necessidades, quer no aspecto social, quer no aspecto físico, quer no aspecto moral, quer no aspecto religioso. Inegavelmente, o homem precisa do melhor cuidado possível. Embora os defensores da Teoria Evolucionista insistam em dizer – tentam provar e não conseguem – que o homem, esse ser racional, se originou de múltiplas e sucessivas mutações através dos tempos, esquecem-se de que, para haver mutação, há necessidade da existência do ser primário, causa maior de toda a criação. E dessa causa maior é que aparece diante de nós um velho, ou uma viúva, ou um menor, ou um órfão, carente da proteção de uma instituição filantrópica. Devemos, pois, dar as mãos àquelas entidades que já funcionam, para que tenham

a devida assistência, seja de ordem material, seja de ordem técnica.

É necessário, portanto, que se corrijam distorções porventura existentes, para que possamos ver tudo de bom acontecer neste País. A propósito, disse certo pensador. "O que é belo e sempre novo é ver-se o filho do povo saber lutar e subir de braços dados à glória para, no panteão da História, conquistar o porvir".

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Antônio de Jesus o Sr. Presidente Ulysses Guimarães deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Secretário, Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, o País viveu na terça-feira passada, dia 10, um momento de muita insegurança. Às 13 horas, tropas do Exército ocuparam todas as refinarias e campos de produção da PETROBRÁS.

Havia razão para tal ocupação? Não, Srs. Constituintes, pois nas refinarias e nos campos de petróleo, os trabalhadores exercem sua função na mais absoluta tranquilidade.

Srs. Constituintes, é preciso que a Nação – e particularmente nós, os legisladores – tenha consciência de que não há mais condição de se tentar resolver o problema do relacionamento entre capital e trabalho por meio da força. Os trabalhadores deste País já não estão suficientemente amadurecidos e organizados para não aceitarem discutir as regras do jogo sob ameaça de força. O que lamentamos é que a imperícia e até a intolerância dos negociadores que levaram ao impasse, tenham resultado na intervenção da força, o que só fez acirrar os ânimos.

O que é verdadeiro é que as regras que disciplinam a relação do capital com o trabalho – a Consolidação das Leis do Trabalho, um Decreto-Lei de 1943 – já não satisfazem a nova realidade do País. A Constituição de 1946, no seu art. 158, reconhecia o direito de greve e reservava à lei ordinária o poder de regular esse direito. Mas esta Nação sempre viu esse direito negado; jamais o trabalhador brasileiro teve uma lei que realmente visasse a regular a sua atividade sincera e verdadeira.

Não há mais o que esperar. A intervenção militar, desnecessária e inoportuna, é uma advertência a todos nós. Ou cria-se uma lei trabalhista que permita ao trabalhador defender em paz e efetivamente seus direitos, ou jamais o confronto entre capital e trabalho deixará de existir. Obviamente, o capital tem mais poder, a única força que o assalariado pode usar pacificamente é a da greve. Esse incidente com os trabalhadores da Petrobrás mostra como é urgente a solução deste problema.

Sr. Presidente, amanhã, as negociações recomeçarão no Rio de Janeiro, às 10 horas, na Delegacia Regional do Trabalho, onde os 16 sindicatos de trabalhadores do petróleo vão sentar-se à mesa, desta vez sob a mediação da autoridade competente, que é o ilustre Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Estará presente também o Sr. Osires Silva, Presidente da PETROBRÁS.

Pergunta-se: por que não se fez isto antes? Esperou-se o confronto, o impasse. É porque, infelizmente, em alguns setores da vida pública deste País as coisas não mudaram. As direções ainda agem como se o País estivesse na mais completa

e obscura ditadura. Os negociadores da PETROBRÁS mostraram-se incompetentes e até irresponsáveis quando, no dia 6 de março, sexta-feira, declararam que as negociações estavam interrompidas, sem esperar sequer que os sindicatos, que legalmente representam os trabalhadores, externassem sua opinião sobre as propostas que eram trazidas à Mesa. Quando os trabalhadores se mobilizaram pacificamente e discordaram da posição da empresa, e, após a inoportuna e indesejável intervenção militar nas unidades, quando esta Casa tomou conhecimento de fato – de maneira particular, quero registrar a atenção e o interesse do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, no sentido de encontrar uma solução pacífica para o impasse – é que a empresa se conscientizou de que deveria voltar à Mesa de negociação, não sob a ameaça de metralhadoras e tanques, mas sob a Presidência, supervisão e mediação da autoridade competente para cuidar dos problemas da relação do capital com o trabalho, que é o Ministro do Trabalho.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, as coisas voltaram ao caminho adequado: o da negociação, da discussão e do debate pacíficos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CHAGAS DUARTE (PFL – RR. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, estamos vivendo o tempo da Quaresma, que visa a preparar-nos para a celebração da grande festa do Cristianismo, que é, sem dúvida, a Páscoa. A Igreja nos ensina, na sua santidade e sabedoria, que, durante a Quaresma, temos de fazer penitência, reconciliar-nos com o Pai, nosso Criador, e renovar nossa fé em Jesus Cristo crucificado, sepultado e ressuscitado, que passou por tudo isso para a salvação da Humanidade.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, todos os anos, durante a Quaresma, promove a Campanha da Fraternidade, cujo tema, neste ano, é: "Quem acolhe o menor a mim acolhe". Eis aí o grande desafio à sociedade brasileira acolher os menores excluídos, abandonados e desprotegidos, assegurando-lhes uma vida melhor, com mais dignidade humana, justiça, amor e fraternidade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, eis aí um chamamento, uma convocação, um convite à Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de que a nova Constituinte confira direitos a essas crianças para possibilitar, assim, que elas vivam como seres humanos, libertando-as dos males que as afligem material e moralmente, tirando-as do abandono em que vivem, pelas ruas das cidades. Quantas crianças vemos, sem abrigo e sem escola, por todas as cidades brasileiras? Quantos menores vemos, sem pão e sem lar? Não podemos mais assistir à situação dessas crianças. Daí por que creio que nós, Constituintes, para cá conduzidos pelo povo brasileiro, impregnados de alto espírito cristão, devemos acabar com essa situação vergonhosa e perversa em que vive a criança brasileira. Para isto, basta que elaboremos uma Carta Magna que de fato venha a resolver a situação do menor abandonado.

Sr. Presidente, quero dizer que confio na soberania da Assembléia Constituinte, assim como na sensibilidade, na bravura e, sobretudo, na criatividade de seus membros. Que a nova Constituinte expresse as reais aspirações do povo brasileiro, retirando dos oprimidos, dos marginalizados, dos alienados, das crianças abandonadas por esse Brasil a fora o peso de tão esmagadora miséria. (Palmas.)

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, com euforia tomamos conhecimento da proposta lançada pelo SUDECO, para criação do Parque Natural do Pantanal Mato-grossense. Ressurge, dessa forma, a esperança dos mato-grossenses de voltarem ao passado e lembrarem o pleno desenvolvimento do Pantanal como área produtiva e turística de baixo custo e com retorno econômico assegurado.

Com efeito, a desatenção quanto aos problemas pantaneiros levou aquela rica região à quase exaustão de sua riqueza, especialmente no que se refere a seu propício ecossistema, para criação de gado e de animais silvestres e preservação de área natural para criação dos peixes que abastecem os rios integrantes do complexo do Pantanal.

O Pantanal Mato-grossense, com uma extensão de 230.000 Km e encravado nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, seria, assim, o maior parque natural do mundo, com possibilidade de tornar-se um parque continental, com sua expansão para as áreas contíguas das Repúblicas do Paraguai e da Bolívia.

O que chama a atenção é a peculiaridade da proposta da SUDECO, segundo a qual não haverá desapropriação alguma, respeitando-se, portanto, todo o sistema atual de posse da terra. Os proprietários se constituiriam, pois, nos maiores aliados da idéia.

Vale lembrar, ademais, que a consciência preservacionista é evidente na população pantaneira, bem como o fato de que o Pantanal interessa não só aos mato-grossenses, mas a todos os brasileiros e ao mundo. De fato, não se conhece melhor área oferecida pela natureza para inúmeras atividades econômicas apenas respeitando-se seu ecossistema. O Pantanal é uma fonte renovável e inesgotável de proteínas, capaz, portanto, de contribuir para cobrir o crônico déficit proteico do povo brasileiro. É preciso apenas saber explorá-lo.

Em boa hora, o Ministério do Interior, através da SUDECO, lança a idéia. A proposta devem aderir os Ministérios da Agricultura, dos Transportes, do Desenvolvimento Urbano e outros, para salvar o Pantanal. De igual modo, os Governos de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, assim como as Prefeituras Municipais com acesso à área, estão conscientes do grave momento por que passa a região e têm interesse no assunto.

Trata-se, por conseguinte, do momento mais adequado para somar esforços no sentido de ajudar a salvar o Pantanal. A SUDECO já possui estudos e informações que possibilitam nosso apoio político, inclusive através de contatos com organismos nacionais e internacionais que desejam participar, em termos de ajuda técnica e científica desse grande mutirão, com vistas a preservar a área e incentivar o melhor aproveitamento de sua potencialidade, sem pressão a seu ecossistema.

Daqui e agora lançamos um apelo à bancada dos Estados mato-grossenses na Assembléia Nacional Constituinte, composta de 16 Deputados e 6 Senadores, para que adotemos a idéia da SUDECO como importante objetivo do nosso trabalho de elaboração da Nova Constituição. Urge aproveitar este importante momento nacional – repetimos – e colaborar para a preservação daquilo que temos de mais relevante, o Pantanal mato-grossense, com base na criação de seu parque natural. (Palmas.)

O SR. JOSÉ GENÓINIO (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, neste breve pinga-fogo, quero enfo-

car um aspecto da conjuntura política que considero da maior importância, questão essa que o Poder Executivo, juntamente com os partidos que dão sustentação ao Governo, tenta resolver através de uma espécie de acordo entre as forças que compõem o Governo Sarney. Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos resolver esse problema crucial, que é exatamente a questão do mandato presidencial, pela ótica de saída democrática.

O problema do mandato do Presidente Sarney está posto na conjuntura política não porque discutimos aqui a soberania da Constituinte, mas exatamente pelo fato de o Governo Sarney haver fracassado no plano econômico. O Plano Cruzado veio dar legitimidade ao Governo Sarney. Agora, seu fracasso acaba de enterrar politicamente qualquer legitimidade. Para se legitimar no poder hoje, necessariamente o Governo terá de buscar apoio, como sempre fez, e consolidar esse apoio entre as forças conservadoras que compõem a Aliança Democrática. Ora, se tiver de sempre recorrer à sustentação Militar, como aconteceu agora, na repressão à greve dos marítimos e à possibilidade de greve nas refinarias da Petrobrás, a continuidade do Governo Sarney, nesse quadro, será a de um governo em crise, ao mesmo tempo sustentado basicamente pelas forças conservadoras e reacionárias, mantidas pela transição para nelas se apoiar. Por isso, quando o próprio Palácio do Planalto declara que é necessário discutir o mandato presidencial, a fim de dar força ao Governo para tratar da dívida externa e dos graves problemas econômicos e sociais internos, essa é uma confissão de que o Governo não tem forças para administrar tão grave crise econômico-financeira. Dessa forma, se o congresso Constituinte e a Aliança Democrática, através do PMDB e do PFL, emprestarem esse apoio político ao Governo, estarão trilhando o caminho da consolidação de um ato conservador e autoritário desse Governo. Por isso, impõe-se a discussão e a campanha política de massa pelas eleições diretas para Presidente da República.

O Jornal "Folha de S. Paulo", através de pesquisa, na sua edição do dia 15, revela que 70% da população brasileira de oito capitais reivindicam a redução do mandato do Presidente Sarney e mais da metade dos 70% quer eleições já, enquanto 26% dos 70% dizem que querem eleições diretas em 1988. Isso é revelador de que o sentimento da população brasileira é hoje no sentido de conduzir suas aspirações de mudanças – no plano salarial, dos aluguéis, dos impostos, da baixa da taxa de juros, da reforma agrária, da liberdade sindical, do tratamento adequado da dívida externa – para um só ponto, que é exatamente a questão de Governo. É isso ocorre porque há uma crise conjuntural de Governo, a qual teremos de enfrentar através da campanha política pela redução do mandato do Presidente Sarney e da campanha popular pelas eleições diretas para a Presidência da República.

É estranho que o mesmo Governo que agiu deliberadamente para negociar, atropelar e tutelar a soberania da Constituinte tenha pedido às Lideranças do PMDB e do PFL que discutissem o mandato presidencial, dando a confissão de sua debilidade, da sua falta de legitimidade, do seu isolamento e do seu desgaste. Neste quadro, é fundamental, do nosso ponto de vista, que mobilizemos a população brasileira em torno da campanha pelas eleições diretas para a Presidência e Vice-Presidência da República. E o pano de Fundo dessa campanha deverá ser a defesa dos interesses populares, dos interesses dos assalariados, dos trabalhadores da cidade e do campo, bem

como dos pequenos proprietários, que estão sufocados por uma política financeira de benefícios e proteção aos monopólios nacionais e estrangeiros.

A natureza conservadora deste Governo foi estabelecida pelo Colégio Eleitoral, por um acordo de elites incapaz de enfrentar os graves problemas que o País atravessa, porque para enfrentá-los são necessárias escolhas. É preciso optar por caminhos. Amarrado como está este Governo com as forças do passado ditatorial, do conservadorismo, as saídas no plano econômico implicarão necessariamente sacrifício para o povo e ameaça à soberania nacional. Por isso, a própria crise econômica e financeira coloca na ordem do dia a questão do mandato presidencial, não no sentido de dar um cheque em branco para apoiar o Presidente Sarney, mas exatamente no de colocar nas ruas a campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República. Isto é resultado de pesquisa divulgada pelo jornal **Folha de S. Paulo**. Sem nenhuma campanha, sem nenhuma mobilização, a questão do mandato presidencial é vista pela população brasileira como ponto central para enfrentarmos a situação de sufoco, de angústia e a sensação de vazio de um governo que fracassou com o Plano Cruzado, bandeira utilizada para ganhar as últimas eleições. E, após a vitória eleitoral, este Governo entre numa grave crise. Só poderemos enfrentar essa crise – repito – através de uma campanha de rua pelas eleições diretas, impedindo que mais uma vez as elites façam acordos, como já está ocorrendo: o PFL defende seis anos; o PMDB, cinco; e chegaremos a cinco anos, quando tivermos um candidato seguro para suceder o Presidente Sarney.

É contra isso que nos rebelamos, é contra isso que vamos às ruas, exigindo, junto com a população brasileira, a redução do mandato do Presidente Sarney, numa campanha de mobilização em torno dos interesses populares, e levantando novamente a bandeira das eleições diretas para a Presidência e Vice-Presidência da República. (Palmas.)

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.⁸³ e Srs. Constituintes, um dos aspectos que têm tomado a atenção da Assembléia Nacional Constituinte diz respeito à nova discriminação de renda referente aos Estados e Municípios e ao sistema tributário que este País vai adotar a partir da nova Carta. O Governo tem sido alvo de severas críticas no que concerne à fixação dos valores para o Imposto de Renda da pessoa física, mormente para o exercício de 1987, quando a Receita Federal eleva de novecentos mil para quatro milhões o número de contribuintes pessoas físicas. A própria tabela progressiva do Imposto de Renda não foi adequadamente corrigida para compensar os efeitos da inflação, mesmo porque a inflação do período não permitiu que os salários fossem aumentados em termos reais.

Os contribuintes do Imposto de Renda têm em 1987 dupla carga de tributos: o que falta recolher relativamente aos rendimentos de 1986 e a retenção na fonte sobre os ganhos de 1987. Esta dupla carga ocasionará, sem dúvida alguma, a queda do poder aquisitivo da classe média, com conseqüências no nosso desenvolvimento econômico e social. Sobre os assalariados recaem os prejuízos, os impostos indiretos. Na verdade, o que existe é um modo igual de tratar as camadas desiguais de renda. Estes aspectos, que refletem agora uma crise setorial sobre o Imposto de Renda da pessoa física, levam-nos a duas considerações: primeira no sentido de que o Ministro da Fazenda e as

autoridades financeiras do Governo examinem a possibilidade de uma revisão para evitar essa dupla carga de tributos sobre as pessoas físicas; a segunda – e esta vai depender de nós, integrantes da Assembléia Nacional Constituinte – no sentido de fixarmos uma opção, uma doutrina dentro da Carta Magna, de que o imposto seja sobre a renda e, sendo assim, atinja aqueles que obtêm renda na aplicação dos capitais, na mais-valia, na bolsa de valores, na ciranda financeira e assim por diante. Este imposto não deve recair, por conseqüência, sobre os rendimentos dos assalariados, porque, na verdade, não são rendas, mas, sim, fruto do seu trabalho, do suor e do seu sacrifício.

Por isso quero lançar aqui, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, para que a Casa passe a refletir a respeito, a idéia de que se inscreva na nova Carta que o Imposto de Renda não deve recair sobre o rendimento dos assalariados. Podemos até fixar um teto de 15 ou 20 salários mínimos, e que até esse limite não haja incidência do imposto sobre a renda, passando tal imposto a incidir apenas sobre rendimentos que estivessem acima desses parâmetros. Dessa forma evitaremos não apenas as surpresas, mas também essa triste situação em que cerca de quatro milhões de contribuintes, pessoas físicas, estão sujeitos à arrecadação do Imposto de Renda.

Para concluir, quero dizer que a opção é nossa e da Assembléia Nacional Constituinte. Por isso convido meus companheiros, membros desta Assembléia, a inserirem na nova Carta artigo que impeça a incidência do Imposto de Renda sobre o rendimento do trabalho assalariado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Paulo Macarini o Sr. Secretário, Mauro Benevides, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Secretário, Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo de Sá): – Com a palavra o Sr. Ottomar Pinto. (Pausa.)

O SR. OTTOMAR PINTO (PTB – RR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o Governo Federal lançou no ano passado um programa denominado Projeto Calha Norte, que envolve área correspondente a cerca de 14% do Território nacional e a quase 30% da Amazônia Legal, equivalente, portanto, ao maior apartado do País, porque se situa nas regiões e nos vazios demográficos, ao norte da calha dos rios Amazonas e Solimões. Esse projeto é de conteúdo desenvolvimentista, porque promove a aplicação e o aporte de recursos públicos para desenvolver a área onde a iniciativa privada não tem condição de operar, pois não há retorno, em virtude das dificuldades de comunicação e de acesso. É uma iniciativa de propósitos humanitários, porque se preocupa com a definição e a delimitação de áreas indígenas, com a preservação das culturas indígenas. Evitar também que os índios yanomamis, por exemplo, continuem invadidos e com a saúde minada pela onococercose e pela tuberculose, pois se alimentam apenas – e dou meu testemunho pessoal – de mandioca e banana, uma vez que o peixe não chega àquela região, a caça inexistente e nenhuma atividade lhes resta a não ser a agricultura primária, que remonta a tempos imemoriais. É um projeto que visa a salvar da morte os índios da região setentrional de Roraima, que vivem famintos, ociosos e deprimidos. Um projeto com esse conteúdo humanitário, com propósito de levar a saúde a essas sociedades e a preservá-las, tem sido inquinado de eqüinocida e liberticida, porque que-

rem tratar passionadamente de um assunto que deve ser encarado com seriedade e racionalidade. Pois bem. Este projeto – benevolente, justo e oportuno – detectou, inicialmente, em sua fase de elaboração, a segmentação da região-problema em três áreas mais ou menos diferenciadas: a área da faixa-fronteira, a mais problemática, com o maior contingente indígena; a área do contrabando de minerais, como ouro e o diamante, do tráfico e do narcotráfico; e a área da incursão dos guerrilheiros colombianos e de outras nacionalidades. Identificou também áreas ribeirinhas às grandes calhas amazônicas para o aproveitamento das várzeas dos rios, que poderão produzir grãos em volume capaz de se ombrear com a produção dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Destacou ainda as áreas internacionais, onde existem grandes maciços madeireiros, grandes jazidas minerais e um sem-número de riquezas potenciais, cujo aproveitamento oportuno e racional desafia a sociedade brasileira. O grupo que elaborou esse projeto identificou também as necessidades fundamentais da primeira região a ser atacada, a da faixa de fronteira, a mais problemática, repito. Ao definir esses pontos, alinhou alguns que trago neste momento a esta Assembléia Nacional Constituinte a fim de que V. Ex.^a os intelectualizem, por serem de magna importância para os brasileiros e, de modo especial, para nós que vivemos na Região Amazônica: Necessidade de incremento das relações bilaterais com os condôminos e nossos vizinhos da Região Amazônica. Necessidade de aumento da presença militar nas áreas onde predomina o narcotráfico, a fim de proteger as comunidades indígenas dos conflitos existentes entre garimpeiros e mineradores e assegurar a soberania nacional nas suas fronteiras. Essa presença militar se caracterizará pela implantação de pelotões em pontos críticos, pela construção e melhoria dos aeroportos, suporte e apoio logístico a esses pelotões, por meio de patrulhas fluviais nos rios, pela melhoria da navegação e pela presença da Força Aérea Brasileira, cujos vôos propiciam encontros fortuitos com aviões piratas que sobrevoam intensivamente as regiões das fronteiras setentrionais brasileiras; necessidade de intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes – e vamos ver mais adiante que na fronteira de 1600 Km, com a Colômbia, temos apenas 80 marcos um a cada 200 quilômetros, o que não significa absolutamente nada. É a terra de ninguém. Estão completamente indefinidos os limites do Brasil com a Colômbia. E o mesmo ocorre com outros países vizinhos; definição de uma política indigenista apropriada à região, que permita a intensificações do trabalho do campo, por meio da cooperação dos países vizinhos, como é o caso da Venezuela, em cujo território se extravasa a nação Yanomami. Que a solução para o problema dos Yanomamis possa ser definida por antropólogos, sociólogos, e não seja assunto resolvido apenas na base da conversa. Sabemos que existem grupos nacionais e alienígenas interessados na criação de um Estado Yanomami, cujo perímetro se sobrepõe à maior e mais rica província mineral do País, a dos Surucucus. Lá existe abundância de minérios como urânio, titânio, ouro, cassiterita, enfim uma província mais rica do que a dos Carajás; necessidade de ampliação da estrutura viária e hidroelétrica daquela região. O grupo, ao invés de se preocupar com grandes programas e planos, deve cingir sua ação, de forma objetiva e terminados programas, nesta primeira fase, na região de fronteiras, subseqüentemente envolvendo as várzeas ribeirinhas, os rios e também as regiões de terras altas da Amazônia.

Programas propostos comércio fronteiriço, a começar com a revisão da instrução que normaliza o comércio "Formiga". Essa instrução normativa prevê que as famílias possam adquirir no vizinho apenas o estritamente essencial à sua subsistência. Quem mora na localidade de BV-8, em Roraima, por exemplo, não pode comprar óleo diesel, gasolina e ferro na Venezuela, onde esses produtos são mais baratos e abundantes, porque a lei o restringe.

Sabemos que no comércio do Brasil com seus vizinhos à exceção da Colômbia, a balança comercial é superavitária para nosso País. O incremento do comércio "Formiga" vai permitir que se comprem mais mercadorias desses países, atenuando assim o desnível da balança e, ao mesmo tempo, evitando as recriminações de que somente esses países comprem do Brasil e o Brasil nada lhes compra.

Outro programa é o de cooperação técnica. A nossa economia com a Colômbia e a Venezuela é complementar. De maneira que a cooperação técnica serve de ariete para incrementar o intercâmbio comercial entre o nosso país e aqueles outros dois países. No que concerne à República Cooperativa da Guiana e ao Suriname, as economias são concorrentes e, no caso, a cooperação técnica se traduz em ações que visem a aumentar a boa vontade e o relacionamento entre o Brasil e esses países, a exemplo do que ocorreu com o Suriname e que pode ocorrer também com a República Cooperativa da Guiana. O Tratado de Cooperação Amazônico, a ser implantado trará benefícios ao nosso País, através de ações na fronteira. Essas só prosperarão se forem de todos os condôminos.

No que tange ao combate a certas doenças, sabemos que não adianta o combate a endemia no lado brasileiro, quando na Venezuela e na Guiana ela existe, contígua à nossa fronteira. Esse Tratado é importante.

Vou digredir rapidamente sobre as ligações rodoviárias, pois este assunto tem por fulcro o Território de Roraima. O programa prevê a pavimentação da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, estendendo-se até a fronteira com a Venezuela, no marco BV-8. A Venezuela já pavimentou a sua rodovia do marco BV-8 até Caracas, Maracaibo etc. No segmento brasileiro a estrada ainda é de terra e está em condições precárias, desservindo ao tráfego de caminhões durante o inverno. Essa estrada quando pavimentada abrirá a economia da Venezuela e do Caribe aos produtos da Zona Franca de Manaus, às indústrias da Suframa e aos produtos da economia agropastoril e madeireira do Território de Roraima. Há uma ligação prevista de Leten a Mabura Hills, na República Cooperativista da Guiana. Já existe uma estrada até Georgetown. A estrada segurará um livre canal de circulação de mercadorias de Manaus para Boa Vista até Georgetown, que é um porto livre, para os produtos da economia brasileira. Georgetown também é um porto onde, através do Conecon, a Confederação Econômica do Caribe tem um potencial de importação do Brasil de mais de 8 bilhões de dólares. Essas oportunidades se abrem para o nosso País e estão intimamente correlacionadas com este projeto, que, repito, tem um sentido econômico da maior prioridade para quem vive na Amazônia, porque significa aporte de recursos para uma região periférica, onde o setor privado não tem condições de prosperar. É um projeto que contempla a soberania do Brasil pelo aumento da segurança em nossas fronteiras, pelo combate ao narcotráfico e pela atenção com que trata o problema indígena. Propõe um investimento de recursos públicos na demarcação das

áreas indígenas e na preservação da continuidade das sociedades indígenas, que no setentrião brasileiro estão morrendo à míngua por falta de recursos e de cuidados médicos. (Palmas.)

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAES (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, servidores da Casa, retorno hoje a esta tribuna com o mesmo entusiasmo e com a mesma vontade de trabalhar que demonstrei aqui nos últimos quatro anos. Venho, depois de um recesso de quarenta e cinco dias, juntamente com V. Ex.^{as}, contribuir no sentido de que a insatisfação popular diminua e o Brasil possa retornar seu crescimento.

Foi necessário que o Governador eleito de Minas Gerais, empossado no último dia 15, convocasse, democrática e politicamente, para compor o seu secretariado, deputados federais e estaduais, num total de oito, sendo quatro federais e quatro estaduais, para que eu aqui estivesse. Montou-se, assim, um Governo eminentemente político em Minas Gerais. Diante da situação nacional, o Governador Newton Cardoso, que vem há muito surpreendendo – e espero que a todos ainda surpreenda – estabeleceu o seu Governo voltado para o social e para os assuntos mais sérios do nosso Estado. Agradeço, com muita alegria, àqueles que me conferiram o seu voto, delegando-me sua representação nesta Constituinte que se instala e começa a caminhar.

Desejo manifestar também neste plenário o meu agradecimento a todos que se alegraram comigo pelo meu retorno, aos colegas da legislatura passada e aos eleitores que se vêm manifestando através de cartas, telegramas e mesmo telefonemas. Isso nos compromete, pois nossa participação nesta Casa se torna evidente e eficiente. Começamos a entender o problema do povo, que é sério e profundamente alarmante para nós, que temos a responsabilidade de direcionar este País.

Na minha primeira fala nesta legislatura, gostaria de salientar que a vontade de servir ao meu País na Constituinte é muito grande. Portanto não pode reduzir-se apenas ao trabalho da Constituinte. O Brasil não vai ficar parado, esperando que os Constituintes outorguem a esta Nação uma nova Carta Magna. Paralelamente às montagens de uma nova Lei Maior, o Brasil caminha, e não podemos ficar amarrados, atrelados a uma situação estática.

Neste primeiro contato com os meus companheiros, gostaria que os Srs. Assessores Parlamentares do Ministro dos Transportes levassem a S. Ex.^a minha preocupação com a construção de um trecho rodoviário da BR-040, do Município de Presidente Olegário até o entrocamento de Lagamar, extensão de 80Km, ligando Brasília ao Centro-sul nacional, numa economia de 173Km entre Brasília e Rio de Janeiro. São 80 Km sem uma obra de arte, um chapadão plano, numa extensão que já tem sua base praticamente preparada para os trabalhos técnicos de implantação asfáltica. Desejo que o Sr. Diretor-Geral do DNER, engenheiro Antônio Alberto Canabrava, que assumiu o comando desse departamento no último dia 6, se sensibilize com o estudo já avançado existente no Ministério dos Transportes e no DNER, para a implantação desse trecho rodoviário.

Por fim quero dizer que nós agricultores brasileiros, estamos apreensivos quanto ao tratamento que vem sendo dispensado à classe produtora deste País, seja ela pequena, média ou grande produtora. Vale salientar que o Brasil passa fome, mas nós temos um potencial altamente favorável para alimentar o nosso povo e grande parte do

mundo. Falta apenas acontecer, como estamos denunciando há quatro anos, decisão política, vontade de fazer este Brasil produzir e crença naquele que trabalha a terra e dela tira o sustento desta Nação. A minha preocupação é de que o Sr. Ministro da Agricultura, juntamente com a assessoria econômica do Governo, nos dê esperança pois nosso trabalho é sério, produtivo, e que nós, produtores, não podemos arcar sozinho com o ônus de alimentar este País a custos ínfimos diante da nossa indústria agropecuária, que nos explora e retira todos os recursos que temos armazenados.

Deixo aqui este alerta, lembrando aos colegas que sempre foi minha vocação nesta Casa lutar em favor daqueles que nos proporcionam o feijão e o arroz de cada dia. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. GERSON PERES (PDS - PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, fiquei preocupado com os pronunciamentos dos Governadores eleitos. As manchetes dos Jornais, na sua maioria, dizem que vão declarar guerra implacável à corrupção. Assim foi no Paraná, no Maranhão, no Pará, no Rio de Janeiro e em outros Estados. Será que os novos Governadores, ao afirmarem isto, estão devidamente documentados no sentido de que seus antecessores se omitiram, não a combatendo? Será que eles têm conhecimento de que corrupção é generalizada, quer no setor tabaco, quer no relacionamento das atividades particulares com o setor público?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, creio que um dos maiores males deste momento histórico em que vivemos é a corrupção, que se alastra e se torna preponderante da inflação, corroendo os orçamentos dos Estados, da União e dos Municípios, e criando embaraçosa situação para o País. Sabe disso o Sr. Presidente da República, sabem disso os Governadores que acabaram de deixar o poder e, denunciam o fato os Governadores que estão assumido os governos dos Estados.

Será que vamos continuar apenas a ouvir os discursos e a captar as denúncias? Onde estão as providências, as medidas adequadas, exatas, corretas e corajosas para baixar o patamar do índice de corrupção, que corrói todas as atividades públicas e privadas do Brasa?

Dá-se muita importância aos vocábulos. E se há um termo importante, hoje, é a palavra corrupção. Tão importante quanto a inflação, a desindexação e a indexação da economia. A corrupção existe de fato e o seu índice extrapolou em mais de 60% à corrupção consentida é pelo Estado: aí está o jogo do bicho, por exemplo, enriquecendo meia dúzia de apaziguados, familiares de governantes. Sabem disso o Presidente da República, o Congresso Nacional. Não há nenhuma medida legal que elimine essa chaga ou transforme o jogo do bicho em mecanismo de bem-estar social, a fim de atender às reivindicações da sociedade, tais como o construção de creche, de hospitais e de escolas públicas.

A corrupção, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é um problema complexo, que não existe apenas no jogo do bicho, mas também na forma "comissão" que está considerada no índice e que elimina qualquer possibilidade de êxito dos administradores.

Não temos a veleidade de crer nisso nem somos inocentes a ponto de declarar desta tribuna que algum governante vai acabar com a corrupção. Ela existe desde os tempos bíblicos, quem abre o Velho Testamento lá encontra a notícia da corrupção. Quem lê o Novo Testamento, tam-

bém dele toma conhecimento. Quem viveu ontem com a Velha República conheceu a corrupção, e quem convive hoje com a Nova República, que veio em nome de uma moralização de costumes, de uma reconquista de liberdades, da implantação de uma democracia perene, sente nojo dela. E são meus próprios governantes que a denunciam.

Que esta Constituinte se aprofunde nas responsabilidades que lhe são natas e encontre os meios constitucionais para reduzir logo o elevado índice de corrupção, que está desgastando o relacionamento das atividades públicas com as privadas, que está a minar todos os setores do Governo, quer no âmbito municipal, estadual e federal.

Sr. Presidente, faço, portanto apelo aos colegas, no sentido de refletirem este tema, para que, juntos, bem intencionados e, patrioticamente, possamos encontrar um caminho compatível com a decência e com a moralidade no relacionamento da administração pública com as atividades privadas, a fim de, conseqüentemente, obtermos um só resultado: o bem-estar social garantido e o bem-comum mais aquinhoado. (Palmas.)

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB - PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, sou um dos fundadores do MDB e também do PMDB. Já desempenhei vários mandatos: duas vezes fui Vereador, duas vezes Prefeito e duas vezes Deputado. Depois de tantos anos, não posso deixar de demonstrar aqui o desalento que senti, principalmente nestes últimos dias, ao percorrer o meu Estado. Dos companheiros do PT – permitam-me chamá-los assim – tenho ouvido críticas ao meu partido. Infelizmente, são críticas fundamentadas. Durante a campanha, pude acompanhar os discursos pronunciados por grande parte dos Srs. constituintes que aqui se encontram. Todos eles, indistintamente, se comprometeram, em praça pública, a lutar em favor de revogação do decreto-lei e do sepultamento do entulho autoritário. Na prática, algo totalmente diferente está ocorrendo.

Ví aqui a capitulação da Emenda Maurílio Ferreira Lima, comandada pelo Palácio do Planalto. E aqueles que se comprometeram não tiveram comportamento que afirmasse nossa soberania. Ora, Sr. Presidente, precisamos cumprir nossa palavra.

Sr. Presidente, Srs. constituintes, lembro-me de uma frase de Guimarães Rosa, ao descrever, em *Grande Sertão Veredas*, fato que havia acontecido dentro de um trem. Um jagunço, tendo deixado a vida de banditismo, sentou-se no trem, à frente de um delegado de polícia, que ao lado tinha o seu capanga, o seu secreta, e manuseava documentos e cartazes com fotografias, como muitos que têm assento nesta Casa fizeram durante todos os anos da ditadura militar, quando mostravam a preocupação maior de fazer com que fossem identificados os verdadeiros democratas. Pois bem, Guimarães Rosa, Srs. constituintes, de maneira lapidar, descreveu o que ele entendia ser o servilismo, a subserviência. E, no seu estilo característico, dizia que aquele capanga submisso, servil, ao lado do delegado, todo perto, todo junto, vivia caprichando de ser cão. Isto é subserviência, servilismo. Nós, constituintes, perdemos uma grande oportunidade de afirmar a nossa soberania.

Hoje, Sr. Presidente, o jornal *Folha de S. Paulo* estampa o seguinte título: "Sarney acusa: os bancos conspiram".

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, quando é que os banqueiros, os latifundiários e as multinacionais deixaram de conspirar?

Não basta, de parte do Sr. Presidente da República, a constatação de que os banqueiros estão conspirando. Vejam a alegria de um banqueiro, o Sr. Fernão Bracher, instrumento do sistema bancário nacional e aliado dos banqueiros internacionais, que estão conspirando contra esse arremedo de democracia que ainda estamos vivendo! O Sr. Fernão Bracher foi para o Banco Central a fim de cumprir as determinações dos seus patrões, banqueiros, fabricantes da fome, da miséria e da desgraça.

O Sr. Presidente da República precisa cumprir o programa mínimo que lhe foi colocado por nós, democratas.

Como um homem como eu, fundador do MDB e do PMDB, pode apoiar incondicionalmente este Governo, que não coloca na cadeia o Sr. Paulo Graciano, que provocou um escândalo dentro do Instituto Brasileiro do Café?

O Sr. Presidente Gros está no Banco Central simplesmente para cumprir também as determinações dos banqueiros.

Sr. Presidente, após tantos anos como militante político e como homem de esquerda, apresento aqui uma proposta, da qual não me desviarei. É preciso que não nos esqueçamos do clamor do povo brasileiro que se fez ouvir durante a campanha das diretas e que novamente será retomado, porque é necessário que o Senhor Presidente da República tome, definitivamente, consciência de que é um Presidente em caráter transitório e não eternizante, como estão pretendendo com a manutenção dos 6 longuíssimos anos para seu mandato. (Palmas.)

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaria de tratar de dois assuntos e lamento que a exiguidade do tempo não me leve a desenvolver esses temas. Sr. Presidente, somos – quer como Constituintes, quer como integrantes de qualquer das altas Casas do Legislativo – representantes diretos do povo e aqui estamos para defender as suas mais caras aspirações e reivindicações. Tenho assim para tratar, ainda que superficialmente, dois assuntos que reputo da maior importância.

Sr. Presidente, há uma grita nacional, um protesto, um clamor no sentido de que providências sejam tomadas contra a alta taxa de juros em nosso País. Sei que entre empresários e não-empresários há homens públicos de grande compreensão e sensibilidade, inclusive entre os Srs. Constituintes. Mas aqui estou e sinto-me muito bem para tratar deste assunto, porque não sou e nunca fui empresário. Não transaciono com bancos. Não tenho negócios bancários. Mas recebi um telegrama do Presidente da Associação dos Microempresários do meu Estado, o Piauí, vazado nos seguintes termos:

"Ex.^a Sr. Senador

Francisco das Chagas Caldas Rodrigues

Gabinete 17 Senado Federal
Brasília/DF

Microempresas Piauí não suportam mais patamar juros, estado desesperador. Solicitamos voz alta hora difícil. Precisamos providências urgentes.

Alex Ludwig

Presidente AMEPI – Associação dos Microempresários do Piauí."

Aqui minha solidariedade aos microempresários do Piauí e do Nordeste do Brasil, porque são justamente os microempresários que mais estão sofrendo com essa política.

Espero que as autoridades competentes tomem as necessárias providências no sentido de que essas taxas sejam reduzidas. Se as autoridades responsáveis não podem, não têm condições de providenciar nesse sentido, que peçam exoneração, para que o Sr. Presidente da República possa ir ao encontro deste clamor nacional.

O outro assunto, Sr. Presidente, diz respeito à Convenção nº 87 da OIT. Trata-se de um projeto de decreto legislativo que tramita no Senado Federal. Como Senador, irei apreciar esta matéria, já aprovada na Câmara dos Srs. Deputados. Trata-se, no Senado, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16/84, que aprova o texto da Convenção nº 87 da OIT, uma convenção adotada em 1948 e até hoje não ratificada pelo nosso Legislativo.

Sr. Presidente, sobre a matéria recebi dois telegramas: um do Presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio dos Estados do Ceará e do Piauí; e outro de uma autoridade sindical de âmbito nacional, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Ambos os Presidentes pedem que essa convenção não seja por nós aprovada.

Sr. Presidente, o texto da convenção da OIT, como está, conflita com preceitos da Carta Constitucional vigente – Carta ilegítima – justamente no momento em que, nesta Assembléia Nacional Constituinte, nos preparamos para elaborar a nova Constituição do País, Constituição no sentido exato do termo, que é aquela que promana de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Pois bem, quero dizer aos trabalhadores do comércio do Ceará e do Piauí, bem como a todos os trabalhadores do meu País, que este apelo tem para mim uma grande significação. Se os trabalhadores vinculados a essas entidades, como a muitas outras, são contrários a que no momento seja ratificada essa convenção e se temos razões de ordem jurídico-constitucional para não aprovar no momento, não há Sr. Presidente, outra atitude a tomar senão a de acolher o apelo dos trabalhadores.

Raras vezes, Sr. Presidente, empregado e empregadores, entidades sindicais de empregados e empregadores estão de acordo com referência a assuntos econômicos e sociais. Entretanto, aqui observo que não só os trabalhadores, mas também entidades sindicais de natureza patronal estão contra a aprovação da matéria ou pedindo que este assunto seja adiado para ser examinado depois de promulgada a nova Constituição.

Quero dizer, portanto, ao Presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio dos Estados do Ceará e do Piauí, o Sr. Adauto Fernandes de Oliveira, e ao Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Sr. José Calixto Ramos, que falamos como legítimos representantes dos trabalhadores do comércio e da indústria, que o apelo será atendido, mesmo porque, Sr. Presidente, o meu grande compromisso, quer como Senador, quer como Constituinte, é e será sempre com os trabalhadores do meu País. (Palmas.)

O SR. RONALDO CÉSAR COELHO (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, com muita honra e indistinta emoção, ocupo pela primeira vez esta tribuna.

Deveria falar dos anseios de toda a sociedade brasileira, que legitimamente aqui representamos anseios de que, nesta Constituinte, indiquemos um caminho de transformações profundas no quadro de desigualdades que à nossa consciência ofende e que a toda a sociedade brasileira insulta.

Mas quero falar de um outro momento inaugural. Faço uma saudação ao Governo que hoje se instala no meu Estado, o Rio de Janeiro, ao Governo da Aliança Popular Democrática, ao Governo de Moreira Franco, cuja equipe, ontem empossada, é do melhor nível, correspondendo às expectativas e às promessas feitas em praça pública no período de campanha. Vivemos, no nosso Estado, um momento singular da Federação, momento de esperança e confiança em que faremos, unidos, a reafirmação política e a recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro.

Estaremos unidos, Sr. Presidente – trabalhadores, empresários, políticos, acima das questões partidárias – e não vamos transigir na defesa do Estado do Rio de Janeiro. Queremos resgatar uma dívida: a discriminação de que vem sendo vítima o nosso Estado. Queremos ter os mesmos benefícios, a mesma atenção, e reivindicamos o lugar de importância que o Estado do Rio de Janeiro há muito perdeu nas decisões de investimento, enfim, nas decisões do Governo central aqui em Brasília. Vamos atingir os nossos objetivos, tenho toda a confiança.

Portanto, aqui saúdo o novo Governo do Estado do Rio de Janeiro, que se irá firmar na defesa do desenvolvimento integrado de todas as nossas regiões. Vamos promover verdadeiramente a fusão do antigo Estado da Guanabara com todo o Rio de Janeiro. Na região metropolitana, assim como nas do interior, lutaremos pelos nossos projetos de geração de renda, de empregos e de promoção social em nossas cidades. O norte fluminense não pode continuar sendo a região mais carente do País, com uma renda por habitante das menores do País, um verdadeiro Nordeste sem Sudene. Queremos as mesmas condições, os mesmos favores, os mesmos estímulos justos que o Estado do Espírito Santo teve para atingir o potável desenvolvimento de que a gente capixaba tanto se envaidece. Queremos todas as vantagens, queremos levar para o Estado do Rio de Janeiro os projetos que, por justiça, servirão ao nosso desenvolvimento, sem prejuízo dos investimentos em ferrovias anunciados, nesta última semana, para o Estado de Minas Gerais, no valor de 800 milhões de dólares.

Queremos reivindicar o investimento no ramal cimenteiro do Carmo e de Canta Galo, para escoar a nossa produção de calcário e de cimento, a fim de aumentar a renda e a oferta de empregos no interior do Estado. Vamos transformar nossa região dos lagos; vamos dobrar a produção da Cia. Nacional de Álcalis, usando nosso calcário do interior do Estado, vamos duplicar a Cia. Siderúrgica Nacional com a nova unidade de Sepetiba da tradicional siderúrgica; vamos erguer o Rio de Janeiro, unidos ao Governo do Estado e à sociedade, acima de questões menores, partidárias ou ideológicas.

Temos um compromisso – que assumo – com a recuperação econômica e com a reafirmação política do nosso Estado. Fazendo isto, Sr. Presidente, sem transigir, estaremos contribuindo para o equilíbrio da Federação e cumprindo o nosso dever de diminuir as desigualdades, transformando este imenso País de desigualdades numa grande nação, melhor e mais justa para nossos filhos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. ONOFRE CORREA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho do Maranhão, onde tomei parte na instalação do Governo Cafeteira, sonho de mais de 20 anos de milhares de Maranhenses, nordestinos e imigrantes. Ao me juntar ao povo convidado, senti que naquele instante

renascia toda a esperança de um povo marginalizado até então, vítima da exploração e objeto de manipulação.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, venho falar também um pouco do nosso Maranhão, e falarei da sua parte mais viva. Falarei da Região Tocantina, que represento e que tem como ponto de destaque a cidade de Imperatriz.

Imperatriz é a segunda cidade do Maranhão sua principal característica é o abandono pelo poder público estadual. E é em Imperatriz a minha principal base política. É em Imperatriz que milhares de nordestinos, imigrados pela falta de oportunidade, vão encontrar seu principal refúgio.

Também, como os nordestinos, foi em Imperatriz que fui buscar meu sustento, deixando Minas Gerais recém-formado, cheio de esperanças, junto com minha família: a mulher, uma criança recém-nascida e muita vontade de participar da construção da Pátria.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minha história se confunde com a de todos os homens da nossa região.

O nosso povo sofre com a falta de assistência do Estado, da simples estrada vicinal para escoamento da safra, ao crédito ao produtor rural. A impunidade e o tráfico de influência fazem da nossa terra o paraíso dos pistoleiros e grileiros, que nos dão a triste marca de sermos a cidade violenta do País. Contra tudo e contra todos, Imperatriz e a Região Tocantina crescem.

Imperatriz tem um comércio ativo, uma florescente indústria, um povo empreendedor, corajoso, que, anos a fio, enfrentado as mesmas dificuldades, faz hoje desta terra da **ilegível** a região que mais cresce em todo interior do nosso sofrido Nordeste.

É de lamentar que, até hoje, não se tenha construído sequer uma casa popular para o trabalhador da minha cidade. Vejam bem, para uma cidade de 300.000 habitantes. E isto se deve em grande parte aos grandes latifundiários e políticos cientistas que cercam a cidade, apossando-se das melhores áreas, das áreas mais centrais, promovendo loteamentos irregulares, construindo casas inacabadas, fazendo da pressão urbana uma forma de expulsar nossos homens para os garimpos do Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Os comerciantes da principal avenida Comercial da cidade estão perplexos, pois o desastre da nossa economia traz reflexos irreparáveis para a economia local, com a abrupta elevação das taxas de juros, agravada ainda mais com a estiagem prolongada, tendo como consequência a perda total da mais promissora safra, situação esta que contribui para piorar ainda mais a vida dos bravos comerciantes e abastecedores da pré-Amazônia.

Assim, Srs. Constituintes, na dureza do dia a dia, lutando contra as intempéries e a má vontade do poder público, que ali está presente somente para cobrar impostos, que os nossos bravos pioneiros estão construindo a principal cidade da pré-Amazônia.

Faço aqui uma confissão: Este quadro não é só nos comércios da principal avenida de Imperatriz, e sim em todos os bairros, interior e cidades da grande Região Tocantina. Uma Economia incipiente e ainda crescente como a da minha região, onde todos ainda estão em formação de capital, não agüentará por mais de 30 dias os solavancos e altas taxas de juros de uma economia dirigida única e exclusivamente pelos sanguessugas da Nação: Os grandes Banqueiros. E, caso não haja nenhuma solução imediata, os nossos homens só terão um caminho, ou seja, partir para uma ação mais enérgica, desde a suspensão do paga-

mento dos títulos e suas exorbitantes taxas de juros até à interrupção do tráfego na Belém-Brasília — que seria ainda mais desastroso.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós, que juntamente com o Deputado Cid Carvalho, o Ministro Renato Archer, então candidato a governo, e, outros companheiros, que em 1982 iniciavam uma luta desigual contra a máquina eleitoral controlada pelo PDS, em que a nossa principal arma era a denúncia ao abandono e a corrupção, estamos aqui para gritar mais uma vez pelo nosso povo e erigir que se faça justiça e, ainda em tempo, se repare o grande descaso a que foram postergados meus conterrâneos.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. ASSIS CANUTO (PFL — RO. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, gostaríamos de enfatizar neste nosso breve e rápido pronunciamento assuntos específicos relativos à nossa Constituinte. Mas, infelizmente, somos levados a tratar mais uma vez da angustiante crise econômica e social que paira sobre o Brasil de hoje.

Assistindo pela televisão à posse dos governadores, tivemos oportunidade de verificar a frieza do povo brasileiro, a pequena afluência do povão às cerimônias. Apesar do jogo de cena preparado para que ele comparecesse às praças públicas, lá não foi. Os poucos populares que o fizeram foram protestar e não festejar. Somos obrigados a admitir que o Brasil de hoje é diferente do de ontem. Em condições normais, haveria de estar toda a Nação brasileira na perspectiva de dias melhores, porque 23 novos governadores foram empossados.

No entanto, não fosse a imprensa noticiar, não saberíamos que haviam mudado 23 governadores neste País.

Hoje, mais do que nunca, está havendo uma crise de credibilidade dos homens públicos, tanto que nem a cerimônia a que me refiro foi motivo suficiente para sensibilizar nosso povo. Os agricultores, os micro, os mini e os médios empresários estão à beira do desespero. A imprensa tem noticiado manifestações de agricultores colocando suas máquinas para interdição de vias públicas, quer urbanas, quer rurais, em vez de estarem trabalhando; empresários praticando o **lockout**, retirando seus parques recursos das agências bancárias em sinal de protesto contra as altas taxas de juros e contra a inviabilidade de se continuar produzindo neste País. Enfim, são tantas essas manifestações que constatamos que alguma coisa precisa mudar rapidamente, a fim de que o povo readquira ânimo para trabalhar.

É nesse sentido que queremos apoiar as palavras do Sr. Ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano, que, segundo noticiou a imprensa, sugeriu a demissão coletiva do Ministério do Presidente José Sarney, a fim de que S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, naturalmente liberado das pelotas que o amarram ao sistema vigente, possa convocar, entre a sociedade brasileira, técnicos, políticos, empresários, homens do povo capazes de ditar novos rumos para a nossa política.

Na semana passada lancei um repto ao Ministro Dilson Funaro para que, ao chegar de sua viagem pelo mundo afora, viesse de público prestar contas do que lá fez. Mas como não há contas a prestar, até hoje o povo brasileiro não tomou conhecimento real de qualquer resultado positivo de sua viagem, porque todos foram negativos. É difícil, mas temos de admitir que um Ministro de Estado brasileiro, que ocupa uma das pastas mais importantes do nosso Ministério, que fora

recebido até em palácios de governo, não tenha sido levado aos gabinetes dos chefes dos governos por onde passou para discutir assuntos de interesse do nosso País. Hoje vejo, preocupado, uma manifestação expressa do Presidente da República do Brasil ao Presidente da Alemanha Federal, no sentido de que há uma tendência de se isolar o Brasil na área internacional. Na realidade, estamos convictos de que, se um fato novo não acontecer, nosso País cairá no isolamento internacional, o que trará graves conseqüências para nosso futuro.

Portanto, queremos corroborar as palavras e o desafio do Ministro Deni Schwartz, no sentido de o atual Ministério dar uma lição coletiva de democracia e brasilidade, de tal modo que os Ministros coloquem sobre a mesa do Presidente Sarney suas cartas de renúncia, a fim de que S. Ex.^a possa, numa última esperança, reconstruir sua equipe, para ditar dias melhores para o Brasil.

Fora daí, nem a Constituinte, nem o nosso trabalho de elaboração de uma nova Constituição serão capazes de gaslvanizar a opinião pública e de manter os trabalhadores e empresários produzindo.

O País não pode parar. O Governo tem compromissos com o povo e com a Nação. É preciso que uma nova oxigenação venha nos dar novos rumos, a fim de que possamos ter um amanhã melhor do que o presente. Que nossos filhos e a nossa juventude continuem acreditando no futuro desta Nação; que os trabalhadores sejam revalorizados na vontade de trabalhar; que os empresários possam investir com segurança e que possamos realmente continuar e crescer.

Portanto, ao encerrar as minhas palavras, fica lançado esse desafio — que eu corroboro — do Ministro Deni Schwartz, para que todo os Ministros do Presidente Sarney entreguem, no mais curto espaço de tempo possível, suas cartas de renúncias.

Muito Obrigado.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^{os} Constituintes, qualquer tipo de crítica ao modelo econômico instalado no País pelo Governo da Nova República, ainda que deflagrada com certa dose de diplomacia, não deixará de suscitar revelações que, no mínimo, induzam a sociedade brasileira a conclusões de que realmente estamos a caminho de sérios e imprevisíveis turbulências.

No implacável confronto entre os motivos que levaram o Presidente da República ao lançamento do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, com os resultados práticos no curso de cada um dos meses que somaram o transcurso do primeiro aniversário dessa medida, são transparentes o espanto e a contradição. Todos os prognósticos, abundantes no campo do otimismo, que, anunciados nos Órgãos de Comunicação, levaram o Presidente Sarney às lágrimas, falharam e caíram no fundo do abismo.

Há, contudo, uma explicação que a todos nós parece irrecusável; a transformação do Plano Cruzado em bandeira, a serviço de uma campanha eleitoral, cujo objetivo se confirmou no veredito das urnas, favorecendo a vitória dos candidatos que concorreram pelas diversas siglas apoiadas pelo governo.

Neste particular; o Presidente José Sarney arrostou sacrifícios comprometedores à sua própria popularidade, que antes ascendera a patamares inéditos na história e na vida de quaisquer governantes inquilinos do Palácio do Planalto.

Lamentavelmente, um plano como o Cruzado I, emergido e m oportuna certa, como antído-

to da ciranda financeira que havia destroçado toda esta estrutura orgânica da economia brasileira e já se tornava intolerável por suas graves e danosas conseqüências, menos de oito meses depois entrava para o cenário anedótico, como objeto de deboche, assim considerado diante do implacável julgamento do povo.

A partir daí, Sr. Presidente, o Governo Federal deve haver pressentido o declínio no seu enganoso entusiasmo, até porque, nesse lance histórico, o que estava em jogo não era apenas o excesso de boa fé com que o Presidente Sarney acolhera a engenhosa sugestão do Ministro da Fazenda, mas também, e principalmente, o próprio destino da Nação.

O quadro que se desenha como perspectiva para o futuro sócio-econômico do Brasil, dadas as circunstâncias conhecidas, não pode tranquilizar os que sonham com o desenvolvimento integrado deste País. A multiplicidade de planos trazidos a lume pelos espertos economistas do Governo Federal é, em última análise, uma tentativa meramente protelatória de fazer rolar as dificuldades, para marcar posições que não se alinham entre as soluções possíveis e desejáveis.

Nem só de planos vive um País, mas da firmeza das decisões formadas com coragem e determinação por quem assuma a responsabilidade de dirigir-lhe o destino.

De nada valerão as projeções de planos mirabolantes, nem sempre elaborados à luz da realidade conjuntural do País, se ao Presidente da República, por conveniência, omissão ou acumplicimento, são escamoteadas informações relevantes, como, por exemplo, aquela orgia na importação de café, arroz, leite e carne. A exceção do leite, que se suspeita tenha tido alterado o índice de radioatividade para ser colocado no mercado interno, jamais foi explicado onde se encontram esses produtos e qual o estado sanitário de alguns deles.

A Nação continua em dúvida sobre a verdade da nossa reserva cambial. Sabe-se que chegará a atingir, ainda sob a égide da Nova República, cerca de 9 bilhões de dólares. Sabe-se também que, com o déficit na balança comercial, durante o exercício de 1986, resultante de uma política cambial medíocre dentro dos parâmetros mínimos exigíveis, as reservas sofreram sucessivas defasagens, tanto que o próprio Presidente da República confirmou chegarem atualmente a coisa parecida com 3,8 bilhões de dólares.

Com fulcro no Regimento provisório da Assembléia Nacional Constituinte, e por entender que a Nação precisa conhecer as razões de tais importações, assim como o destino dado aos produtos com os quais dispndemos várias centenas de milhões de dólares, sem que pudéssemos fazê-lo, encaminhei requerimento de informação ao Sr. Presidente da República, cuja resposta cobro, aqui e já, do insigne e respeitável Presidente Ulysses Guimarães.

Creio que a esta importante iniciativa coube parcela de advertência e reflexão, agora traduzida na moralizadora decisão do Presidente José Sarney, que ordenou a constituição de comissão especial para investigar as causas das importações desses produtos, do milho inclusive, suspeitando a existência de irregularidades, conforme os jornais anunciaram no dia de ontem.

Ainda sobre a reserva cambial, que diria estar ligada à soberania nacional, o Governo está no dever de esclarecer ao povo brasileiro qual o montante de toneladas de ouro vendidas nos últimos oito meses, e por que adotou esse procedimento, que nos parece atentatório ao interesse do Brasil.

Nosso propósito de crítica está coerente com o papel de oposição responsável que desempenhamos. Não desejamos criar impasses para o Governo, além de tantos outros, que sabemos gerados pela imprudência de certas medidas exacerbadas no otimismo impossível de ser levado a sério. Pretendemos utilizar a crítica, isto sim, para alertar e ampliar os limites do visual do Chefe da Nação, que não deve nem pode ficar restrito à suposta lealdade dos que com ele dividem a responsabilidade na administração pública federal.

As promessas públicas do Presidente Sarney, através da Comunicação Social, referindo-se ao Imposto de Renda no exercício de 1987, ano base 1986, tornaram-se fantasiosas, quando assinalou que o tributo não atingiria o bolso da classe média, acontecendo exatamente o contrário. Maliciosamente, ou não, a verdade é que os articuladores da política econômica, além de exporem o Presidente da República ao cometimento de injustificável contradição com a realidade, o atiraram em violento processo de desgaste perante a credibilidade popular. Tão forte é o descontentamento com o novo critério na Tabela do Imposto de Renda, que a presença de alguém que a defenda suscita a suspeita de que esteja isento de pagamento, ou desinformado quanto ao seu real objetivo.

Diante de tais circunstâncias, cresce em importância e seriedade o nobre papel da Oposição nesta augusta Assembléia Nacional Constituinte. Sejamos fiscais do Governo, no bom sentido de denunciarmos o que for atentatório à Nação, sem que percamos a serenidade e o bom senso, pois é absolutamente incompatível pôr em prática a radicalização, quando a transição que vivemos exige o sacrifício comum de todos os brasileiros.

Ao concluir, volto a bater na tecla de que o Governo deva ter cautela ao ser instado, por seus Ministros, com a proposta de lançamento de novos planos que produzam, ainda que parcialmente, alterações profundas na política econômica e financeira do País. Que o exemplo do Plano Cruzado seja lição perene no período governamental do Presidente Sarney. Graças ao infortúnio do seu total fracasso, a imagem do Presidente desceu a colina, e o que é mais lamentável, marcada de insuspeita crítica popular: a contradição!

Pode parecer paradoxal, mas a linha de oposição que adotamos é bem mais sincera do que certos apoios recebidos pelo Presidente José Sarney de alguns integrantes da equipe ministerial, gerada no ventre da Nova República.

Era o que tínhamos a dizer.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR)

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte:

Na forma do que dispõe a alínea f, do art. 26, combinado com o seu parágrafo único, da Resolução nº 1, requeiro a V. Ex.^a sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Presidente da República, Informações Oficiais a respeito do descumprimento, por parte do Ministro da Fazenda, do disposto no Decreto-lei nº 2.287, de 23-7-1986.

Tal Decreto-lei alterou, em seu art 1º, o art. 10 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, a respeito do pagamento do imposto de renda das pessoas físicas. Enquanto se permite, peia lei, o pagamento do saldo do imposto de renda a pagar em 8 (oito) cotas, o Ministro da Fazenda exige que o pagamento seja feito em 6 (seis) prestações. Embora a lei permita que se pague a primeira cota até o último dia útil de abril, o

Ministro da Fazenda quer recebe-la ainda no mês de março de 1987.

Sala das Sessões, 17 de março de 1987. –

Jorge Arbage.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não sou aposentado nem pensionista, por isso ainda encontro forças para voltar a esta tribuna e clamar por uma medida de justiça; se fosse um deles, certamente não teria mais forças, pois elas se esvaíram totalmente, visto que estão vivendo à mingua.

Será que o Sr. Presidente da República sabe que desde o início do famigerado Plano Cruzado os aposentados e pensionistas não tiveram nenhum aumento?

Todos os benefícios estão calculados com base no salário mínimo de Cz\$ 804,00, muito inferiores a esse valor. Esse miserável salário já foi alterado para Cz\$ 964,00 e posteriormente para Cz\$ 1.368,00, mas os benefícios da Previdência Social não foram reajustados.

Disse o Sr. Ministro que em abril os previdenciários teriam direito ao gatilho de janeiro. Por que tanto tempo, se a Previdência tem computadores, e na era da informática não se admite tanta demora? Queria que alguém do Governo explicasse como a Loteria Esportiva e a Loto, no dia seguinte ao concurso e com milhares de apostas, já têm os resultados.

A Previdência, sabemos, não interessa pagar os recursos devidos, pois ficam fazendo parte do "brilhante" superávit.

O Governo tem a obrigação de vir a público e dizer claramente o que vai fazer, pois há duas semanas o Ministro disse numa entrevista que estavam acertados os pagamentos, só que oficialmente nada ocorreu.

É duro comunicar que os problemas dessa categoria serão tratados na Subcomissão de Seguridade e Meio Ambiente. Parece que é por isto que a Previdência os trata como verdadeiros animais, incluindo-os na temática do meio ambiente. E difícil também é para a maioria dos pensionistas e aposentados saber que os seus problemas são catalogados no tema "seguridade" não com exclusividade, mas juntamente com todos os tipos de seguros, previdência privada, medicina de grupo etc.

Parece que o aposentado, nesta terra, não tem outro caminho a não ser o esquecimento. Ele, aposentado, tem que bradar, tem que gritar, tem que se unir e acampar aqui em Brasília, pois, do contrário, irá a outro acampamento, o cemitério.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Sras. e Srs Constituintes, o povo pernambucano voltou às ruas para festejar, com um gigantesco carnaval, a posse do Governador Miguel Arraes de Alencar, eleito no dia 15 de novembro passado, após excelente montagem de aliança interiorana e assessorado ir vários auxiliares, destacando-se o Vice-Governador Carlos Wilson, jovem, mas profundo conhecedor da política pernambucana, o presidente regional do PMDB, Fernando Correia, e o advogado Ivan Rodrigues, atuante na política do Agreste.

Desde as primeiras horas da tarde do dia 15, as galerias da Assembléia Legislativa do Estado ficaram lotadas por populares que pretendiam garantir um lugar para assistir de perto a posse de Miguel Arraes. Do lado de fora do prédio, bandeiras, cartazes e fotografias do novo Governador davam um ar festivo à solenidade que se realizaria em seu interior. Exatamente na hora marcada,

o Presidente da Assembléia abriu a sessão e Arraes chegou ao recinto, sob intensos aplausos das galerias, que entoavam os hinos da campanha e gritavam. "Queremos Arraes Presidente do Brasil", num evidente sinal de solidariedade e apoio ao Governador.

A questão nacional e o problema do empobrecimento do Nordeste – especialmente de Pernambuco – foram os principais pontos abordados por Miguel Arraes, durante a cerimônia de posse na Assembléia Legislativa. Nele, S. Ex.^a afirmou, ainda, que não existe grande diferença, entre a situação atual do Estado e a que encontrou em 1963, quando pela primeira vez assumiu o Governo.

Para que conste dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, passo a ler o discurso de S. Ex.^a.

"Quis o povo que novamente viesse me apresentar nesta Casa, investido da mais alta honra a que pode aspirar um homem do povo: investido; pela vontade livre dos seus concidadãos, da responsabilidade de governar Pernambuco.

Quando, de outra feita, aqui estive, nos idos de 1963, acentuava que a vitória das forças populares, na época, era devida a fatos novos, a uma participação mais ativa e mais ampla do povo no processo de estruturação do país, desta Nação brasileira. Hoje, fatos semelhantes aqui nos trazem, a despeito do tempo decorrido e dos acontecimentos que o permearam, estabelecendo mudanças que cabe ter em conta, juntamente com problemas sociais que se agravaram de então para cá.

"Em nossa região vivem 30 por cento da população brasileira; encontram-se mais da metade dos analfabetos de mais de 10 anos existentes no país; 45 por cento das habitações subumanas; 63 por cento da população com carência alimentar superior a 200 calorias por dia; 45 por cento dos trabalhadores com rendimento até um salário mínimo; e 54 por cento dos que recebem até meio salário mínimo. A esperança de vida do nordestino é inferior em dez anos à média do habitante do Sudeste. No Nordeste, o empresariado regional perdeu força econômica, enquanto investimentos agropecuários foram realizados em zonas remotas e despovoadas, estimulados por uma política de incentivos que serviu, sobretudo, de fonte de especulação e de concentração da propriedade da terra.

"A existência desses problemas nos autorizaria a simplesmente repetir as mesmas palavras aqui pronunciadas. No entanto, sendo as mesmas, elas precisam, ao mesmo tempo, ser outras, para que te possa ter em conta as alterações circunstanciais vividas até agora. Forçoso, porém, é conservar o conteúdo do que foi dito, e forçoso é renovar, com mais ênfase ainda, a confiança do nosso povo, na sua determinação, na sua capacidade criativa, na sua inelutável decisão de afirmar os seus valores históricos e culturais – tudo o que constitui saldo das lutas, nem sempre vitoriosas, aqui travadas para a formação da comunidade brasileira.

"Essa decisão não é apenas nossa, mas de todos os povos e de todas as criaturas que lutam pela liberdade. No caso dos impérios, que a Segunda Guerra e as guerras coloniais desgregaram, era natural que se intensificassem os movimentos de afirmação dos países colonizados e neocolonizados, como

o nosso. Suas lutas revestiram-se de roupagens as mais diversas, fruto da vivência de cada um e dos mais diferentes fatores que a condicionam.

"O tempo encarregou-se de demonstrar que a força pode retardar o exercício pleno daquela decisão, mas é incapaz de eliminá-la. Ela se afirma na necessidade de expressão das diferentes comunidades humanas, nasce da própria vida, sendo, assim, por definição, imbatível. Aos acontecimentos havidos no Brasil em 1964, seguem-se outros, em outros continentes, fatos, por vezes, muito mais sangrentos e insuportáveis, embora com a característica comum de conter o avanço de todos que buscavam diversos caminhos para a solução dos graves problemas sociais, agora, ainda presentes nas mais diversas latitudes.

"O mundo continua palmilhado de guerras e contra-revoluções, como as que enfrentam os países recém libertados de língua portuguesa ou a Nicarágua, submetidos à contínua retaliação das forças mais obscurantistas do mundo. Devemos olhar-nos dentro desse mundo, e não isoladamente, para melhor avaliar a capacidade que tem o nosso povo de transitar, com reduzidos traumas, para situações novas como a que vem sendo conquistada, pouco a pouco, nas lutas políticas recentemente travadas.

Esforço

"Mais fácil na aparência, esse roteiro exige um esforço pesado e permanente para evitar que se temam ou se contenham as justas lutas do povo. Cabe, por outro lado, não confundir-las com as ações isoladas ou aspirações, por vezes, bem intencionadas e até carregadas de argumentos, se olhadas de um ângulo restrito, do qual não se divise o universo enorme das necessidades e dificuldades gerais. Cabe ter presente sobretudo, que continuamos a enfrentar a mesmas forças que sustentaram o autoritarismo, perturbadas e perplexas ante o avanço democrático, mas não de todo derrotadas. Na medida em que sejam feitas as mudanças exigidas pelo povo, os interesses de tais setores serão atingidos, seu inconformismo aumentará, assim como seu desespero e sua agressividade.

"Há, seguramente, modificações no quadro político: uma nítida tendência ao isolamento das forças mais reacionárias, incompatíveis até com o arejamento da mentalidade de parcela das elites civis, militares e religiosas e com o avanço democrático conquistado pelo povo. Mas as forças retrógradas estão presentes, por vezes, disfarçadas de democráticas, defendendo a democracia com um falso ardor que ultrapassa, na aparência, o ardor verdadeiro dos que por ela se sacrificaram. Elas continuam a utilizar o que lhes resta de poder, no mesmo jogo de influências do período autoritário, com vistas à manutenção dos grandes interesses a que sempre serviam.

"O povo sabe que seus problemas não serão resolvidos sem uma vontade e uma ação inquebrantáveis. A mudança nos rumos da economia do País não interessa aos que até agora se beneficiaram da abusiva concentração de riqueza às custas das crescentes necessidades da maioria. Por mais que as palavras tentem encobrir essa verdade ela está presente em todos os acontecimentos.

"Para resolver com serenidade essa contradição, é preciso tê-la em conta, sem o que qualquer ação destoará da realidade, tornando-se inócua ou contraproducente. Reconhecer e aceitar, sem preconceitos, a realidade, por dura que seja, é o único caminho válido para a solução dos nossos problemas.

"É fato inconteste que os avanços obtidos pelo País em vários domínios não solucionam as questões nacionais, como aquelas com que se defronta a imensa maioria. Estamos atrelados a uma dívida externa que se coloca no centro das nossas dificuldades e, por seu peso e condições, tende a limitar cada vez mais o nosso desenvolvimento. Por outro lado, a acelerada concentração de riquezas, feita internamente em benefício de uma ínfima minoria, agravou as questões sociais – como o desemprego, o déficit de alimentação, moradia, educação, saúde e transporte – gerando diversos nordestes pelo País afora. A descrição que aqui fizemos do Nordeste aplica-se hoje a certas zonas do Centro-Sul, onde os nordestinos se amontoam junto com compatriotas de várias procedências, para compor a grande faixa marginal que por enquanto não tem vez nem voz.

Hora e vez

"Encontrar a hora e a vez para os brasileiros é tarefa de todos nós, sobretudo dos nordestinos, espalhados que estamos por todo o território nacional. Ao voltar do exílio, tive a oportunidade de dizer que seremos a linha que há de costurar a unidade da Nação Brasileira, pois os mecanismos do modelo econômico nos forçaram ao exílio interno, a que foram levados mais de um milhão de pernambucanos nos últimos dez anos, afora nossos irmãos dos outros Estados da Região.

"Esse destino, que dividiu inúmeras famílias, que não é fruto da fatalidade, mas de fatores bem conhecidos, destino sem dúvida, triste e indesejável, poderá ser transformado em fator positivo na medida em que sejamos um instrumento eficaz para a solução dos problemas nacionais pela via da compreensão e do entendimento, mas também pela capacidade de resistência e determinação de luta.

"Somos a Região mais pobre do Brasil. E, por isso mesmo, suficientemente despojada para olhar as dificuldades gerais do nosso País. Podemos vê-las com a clara consciência que nasce da nossa condição de pobres, enxergando a necessidade de enfrentar as questões nacionais como único meio de resolver os problemas do Nordeste.

"Por contraditório que pareça, isso importa na intensificação da luta pelos nossos direitos, pois estamos situados num dos pólos das enormes desigualdades do País. Mostrar nossa realidade social é exigir que ela comande as mudanças a nível nacional, evitando-se as simples modificações impostas pela tecnocracia que, como ocorreu, podem alterar a estrutura econômica, com sérios gravames a nível social.

"Nossa Região é o maior exemplo desse tipo de distorção. Aos índices de crescimento econômico, correspondia o aumento dos problemas sociais. A ausência de condições para que nosso povo se exprimisse, correspondia uma baixa nos investimentos federais na Região para menos de 15%, quando representamos um terço do País.

"Não obstante, desejamos apenas ser tratados com equidade na distribuição dos recursos nacionais, direito de que devem desfrutar todos os Estados e regiões. Os supostos favores, que alguns poucos aquinhoados com o processo de concentração alegam termos recebido são inexistentes, mesmo porque não podemos concordar que, a pretexto de redimir o Nordeste, sejam postos na conta do povo, recursos dados a meia dúzia que por vezes, nem aqui os aplicou.

Equidade

"Atingido fortemente pelo modelo econômico imposto ao País, Pernambuco perdeu mais, economicamente, do que outros Estados da região. Nem por isso, tal, como o Nordeste em relação ao Brasil, pretendemos mais do que a equidade que nos é devida, quebrando-se a decadência e o isolamento a que fomos relegados.

"Nosso propósito é o de atuar de forma harmônica com os demais Estados, sobretudo os da nossa região dada a identidade de problemas a enfrentar. Para isso, temos que unir nosso povo e seus representantes, todos os que desejem lutar pela solução dos problemas que afligem nossa gente. Continuaremos a luta contra a intolerância e pela união dos homens de boa vontade, honrando as nobres tradições de nossa gente.

"Sempre procuramos ser fiéis a essas tradições e, por isso, acredito ter agora o direito de repetir o que disse em 1963.

"Ninguém é mais herdeiro das tradições do nosso passado que o próprio povo: mas herdeiro daquela autêntica e legítima tradição pernambucana e nordestina; tradição de trabalho, de resistência ao invasor, de luta pela independência; tradição da bravura, da coragem e do heroísmo de que deram provas brancos, negros e índios, senhores e escravos, militares, comerciantes e sacerdotes, de que deu prova o povo do Nordeste, o povo de Pernambuco. Nós somos herdeiros dessa tradição, admiramos e respeitamos os monumentos que a documentam, mas detestamos o culto da miséria, que se pratica através de um falso culto do passado. Nós não temos os olhos presos ao passado, não temos saudade do passado. Guardamos dele aquilo que nos ajuda a ampliar nossas perspectivas, todas elas projetadas no futuro. E o futuro, para o brasileiro atual, para o pernambucano que me escuta, é logo depois de agora, é cada dia que amanhece. A única diferença está em que cada dia amanhecerá inevitavelmente, quer queiramos ou não; mas o nosso futuro, o futuro do povo livre e emancipado econômica e politicamente, esse nós teremos que merecer, que conquistar a cada hora e a cada dia. E só nos será possível merecê-lo e conquistá-lo com trabalho e mais trabalho, com sacrifício e mais sacrifício. Sei que o povo de Pernambuco está disposto a isso, que não nos falta disposição para isso. E foi por isso e para isso que ele me colocou no governo. Por isso é que aqui me apresento, senhores representantes do povo, para pedir a todos, para pedir ao povo que se dedique ao trabalho e que me ajude a trabalhar. Acredito ter tudo o que um homem precisa ter para o trabalho.

"Tenho o que tinha antes, agora acrescido do que me deu a vida, por complicados caminhos; ao levar-me para outras terras onde

tentei alargar minha concepção do mundo. Carrego, com muita honra, essas marcas do destino.

"Como disse o grande poeta pernambucano: "Sou um homem marcado, mas esta marca temerária – entre as cinzas das estrelas – há de um dia se apagar!"

Em nenhum momento, Miguel Arraes fez qualquer promessa de milagres e de solução instantânea de todos os problemas. Ao contrário, defendeu a tese de que nenhum governo, por si só, pode resolver as angustiantes questões que afligem o País, em especial o Nordeste e Pernambuco. Ao povo pernambucano o Governador Miguel Arraes agradeceu o apoio recebido nas eleições, enfatizando que esse apoio precisa continuar durante seu mandato, para que seja preservada a vontade do povo e para que este possa ajudá-lo na difícil tarefa de governar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, quero afirmar que o povo pernambucano vai unir-se a S. Ex.^a o Sr. Governador Miguel Arraes na defesa de seus propósitos, porque esta é a bandeira que sempre foi carregada por todos aqueles que, historicamente, lutaram em Pernambuco desde os Guararapes. O povo de Pernambuco vai ter voz, vai contribuir para a unidade do Nordeste, a fim de que possa pesar na escolha dos destinos do País.

O Governo Arraes terá uma característica marcante qual seja, a descentralização, na medida do possível, sobretudo com referência às questões municipais e políticas. Arraes é um homem singular no cenário da política provinciana e nacional: ele se julga o próprio povo no poder.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Desejo submeter a seguinte proposta à Assembléia Nacional Constituinte:

"Inclua-se, para integrar o Projeto de Constituição, os seguintes dispositivos:

Art. A ordem econômica e social, fundamental no trabalho e na democratização da riqueza, tem por fim realizar o desenvolvimento e a justiça social, com base nos seguintes princípios:

I – liberdade de iniciativa;

II – valorização do trabalho, associada a uma política de expansão das oportunidades de emprego;

III – função social da propriedade;

IV – realização de uma política agrária que propicie à fixação do homem no campo, com pleno incentivo à sua produção;

V – harmonia e solidariedade entre o trabalho e o capital;

VI – controle e fiscalização dos investimentos estrangeiros pelo Estado;

VII – estímulo financeiro e fiscal ao cooperativismo;

VIII – uso do solo urbano, prioritariamente às necessidades da moradia, cabendo à União, Estados e Municípios a realização de uma política integrada de estabilização das populações trabalhadoras em conjuntos residenciais dotados de condições condignas de habitabilidade;

IX – resguardo e preservação das áreas de usufruto perpétuo das comunidades indígenas, e das que lhes pertencem a justo título;

X – repressão ao abuso do poder econômico, em suas manifestações exclusivistas, em suas formas eliminadoras de concorrência e o aumento arbitrário dos lucros; e,

XI – intervenção do Estado, mediante lei federal, no domínio econômico, e monopolização de determinada indústria ou atividade

quando indispensável por motivo de segurança nacional ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficácia no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais.

Art. O exercício da atividade econômica compete à iniciativa privada, resguardadas a ação supletiva do Estado e a função social da empresa.

Art. Às empresas públicas e sociedades de economia mista cabe exercer a intervenção concorrencial, e no desempenho desta atividade elas se submeterão, integralmente, ao direito próprio das empresas privadas, e não poderão gozar de benefícios, privilégios, subvenções ou dotações orçamentárias não extensíveis paritariamente às demais empresas do setor.

Parágrafo único. A intervenção concorrencial só se dará para organizar setor que não esteja sendo desenvolvido com eficácia pela iniciativa privada ou que esta não se disponha a desenvolver.

Art. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais, mediante:

I – obrigação de manter serviço adequado;

II – tarifas que permitam a justa remuneração do capital, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

III – fiscalização permanente e revisão periódica das tarifas, ainda que estipuladas em contrato anterior.

Parágrafo único. A escolha da empresa concessionária dependerá de concorrência pública.

Art. As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

§ 1º A exploração e o aproveitamento das jazidas, minas e demais recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica dependerão de autorização ou concessão federal, na forma da lei, dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país.

§ 2º É assegurada ao proprietário do solo a participação nos resultados da lavra; quanto às jazidas e minas cuja exploração constituir monopólio da União, a lei regulará a forma de indenização.

§ 3º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

§ 4º A pesquisa e a lavra de petróleo em território nacional constituem monopólio da União, nos termos da lei.

§ 5º A canalização do gás natural obedecerá a projeto previamente aprovado pela União e pelos Estados e Municípios cujos territórios forem atingidos.

Art. É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade territorial rural, condicionada pela função social.

§ 1º A União promoverá a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada em lei, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de atualização, resgatáveis no prazo de vinte anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurada a sua aceita-

ção a qualquer tempo como meio de pagamento de tributos federais e do preço de terras públicas.

§ 2º A desapropriação é da competência exclusiva da União, e limitar-se às áreas incluídas em zonas prioritárias, fixadas em lei federal, só recaindo sobre os imóveis rurais cuja forma de exploração contrarie os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 3º A indenização em títulos somente será feita quando se tratar de latifúndio improdutivo, como tal conceituado em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§ 4º A lei disporá sobre o volume anual ou periódico das emissões de títulos, suas características, taxa de juros, prazo e condições de resgate.

Art. A propriedade e a administração de empresas jornalísticas, de qualquer espécie, inclusive de televisão e de radiodifusão, são vedadas:

I – a estrangeiros;

II – a sociedade por ações ao portador;

III – a sociedades que tenham, como acionistas ou sócios, estrangeiros ou pessoas jurídicas, exceto partidos políticos.

§ 1º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas jornalísticas caberão somente a brasileiros.

§ 2º Sem prejuízo da liberdade de pensamento e de informação, a lei poderá estabelecer outras condições para a organização e o funcionamento das empresas jornalísticas ou de televisão e de radiodifusão.

Justificação

Nossa proposta objetiva defender dispositivos da Constituição em vigor, que consideramos compatíveis com o interesse maior da Nação, ao mesmo tempo em que introduz dispositivos considerados necessários para atender aos anseios da sociedade.

Prendemos, portanto, traçar as diretrizes gerais para a realização da política agrária e do uso do solo urbano; o resguardo e a preservação das áreas de usufruto perpétuo das comunidades indígenas; o controle e a fiscalização dos investimentos estrangeiros; e a fixação de zonas prioritárias para desapropriação de propriedade territorial rural mediante lei federal e não mediante decreto do Poder Executivo, como atualmente.

Entendendo que os dispositivos propostos aprimoram o texto da Constituição, orientando a prática de um regime que propicie existência mais digna para o nosso povo, é que os apresentamos à consideração dos Senhores constituintes.

Sala das Sessões, 17 de março de 1987. – Deputado **Nilson Gibson.**"

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): –

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas, fartamente disseminadas por todo o País, confunde-se, de certa forma, com os legítimos interesses nacionais, sobretudo nos períodos de ajuste conjuntural da economia, seja pela flexibilidade, seja pela desenvoltura com que respondem às novas exigências do consumidor.

Extremamente valiosos à interiorização do desenvolvimento e à absorção de mão-de-obra, no

Brasil respondem por nada menos de 36% das ofertas de emprego e 28% do faturamento global do setor secundário, embora detenham, tão-somente, 16% do ativo imobilizado, além de representarem, 95% do universo empresarial, 70% do mercado de trabalho, 40% do valor do produto nacional, distribuídas em todos os setores da economia: indústria, comércio, agricultura, finanças e serviços. Nas áreas comercial e de serviços, notadamente desta última, chegam a contribuir com 80% da receita total gerada.

Geram muito mais emprego por unidade de ativo imobilizado, aspecto de suma relevância, uma vez que o excesso de demanda por emprego resulta, quase sempre, em elevados índices de marginalização, acentuadas disparidades regionais e deformações nos processos de composição no estoque de capital e de concentração urbana.

Constituem, ademais, indispensável suporte às operações da grande empresa, seja como supridoras de bens e serviços, seja como consumidoras ou comercializadoras de seus produtos.

No Brasil, no entanto, o quadro econômico, está levando essas empresas a uma brutal situação de dificuldades: as taxas de juros subiram excessivamente, impedindo o acesso ao crédito bancário e trazendo como consequência o perverso processo de descapitalização. Esse quadro sombrio tem sido causa de crescentes manifestações de pequenos empresários reivindicando apoio financeiro em condições mais consentâneas com a realidade de seus negócios.

Tenho constatado pessoalmente – dos dinâmicos Estados do Sul e do Sudoeste às mais carentes regiões do Nordeste – a preocupação das lideranças empresariais no sentido de buscar a interrupção desse perverso processo, principalmente através da obtenção de maior apoio financeiro, tanto no segmento de crédito para capital de giro como no de financiamento a longo prazo, para implementação de projetos de investimento destinados a preparar a economia brasileira para a travessia no ano 2000.

Nesse contexto, cabe registrar o fundamental papel desempenhado pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal no apoio a este segmento da nossa economia. Estes órgãos podem tranquilamente oferecer decisivo suporte ao setor, privilegiando o pequeno empresário genuinamente nacional, com isso viabilizando a implantação de unidades de produção no interior do País voltadas para a transformação de matérias-primas regionais, estimulando a geração de empregos e dando sua contribuição importante à consolidação dos núcleos urbanos de menor porte e com isso evitando que se exacerbem ainda mais as condições desumanas de nossos irmãos que vivem na periferia das metrópoles.

No momento em que o Governo Federal dá mostras de que, realmente, é importante resgatar a missão do Banco do Brasil de principal agente promotor do desenvolvimento nacional e de atenuação dos desequilíbrios regionais, julgo oportuno e imprescindível a assistência financeira daquele banco à micro, pequena e média empresas industrial, comercial e de prestação de serviços, genuinamente nacionais.

Neste sentido é que formulamos veemente apelo ao Exm^o Sr. Presidente da República no sentido de autorizar a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento para que, em caráter emergencial, possam ser alocados ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, permitindo a abertura de linhas especiais de crédito para socorrerem com juros favorecidos as pequenas e microempresas que se encontram à beira

do colapso, em razão das taxas de juros ora praticadas no mercado financeiro.

O micro e o pequeno empresário deste País acreditou no Governo e não pode agora ser abandonado à própria sorte.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o dia 15 de março, com a posse dos Governadores de 23 Unidades da Federação, passou a representar um fato de extraordinária significação no processo de transição democrática vivida pelo País.

Após empreenderem campanha eleitoral nos respectivos Estados, os novos Chefes do Executivo procurarão cumprir os compromissos assumidos com a coletividade, realizando gestões que se espera sejam profícuas, assinaladas por obras expressivas, capazes de propiciar bem-estar social a milhões de brasileiros.

Em, quase todos os Estados as dificuldades financeiras foram apresentadas como intransponíveis, a não ser que o Governo Federal promova uma reforma tributária de emergência, indispensável para acudir os Erários combalidos, carentes, por isso, do necessário apoio da União.

No Ceará, o Governador Tasso Jereissati sucedendo Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, dispõe-se a levar avante seu "projeto de mudanças", alterando, substancialmente, o **facies** político, econômico e social de nossa terra. Vocacionado para a vida pública, o jovem empresário – que o PMDB, com a solidariedade de todos os segmentos da sociedade civil, elegeu para dirigir os destinos da "Terra da Luz" – terá à sua frente um autêntico desafio, que exigirá esforços permanentes para a superação dos empecilhos que, no momento, obstaculizam uma ação administrativa ágil e fecunda.

Tendo sustentação político-parlamentar na Assembléia Legislativa, representada por uma bancada de 24 parlamentares, Tasso Jereissati estrutura seu governo para, a seguir, impulsioná-lo decisivamente, fazendo-o atingir as metas preconizadas por sua equipe de trabalho.

Juntamente com Tasso Jereissati, empossaram-se no último domingo, Pedro Simon, no Rio Grande do Sul; Álvaro Dias, no Paraná; Pedro Ivo, em Santa Catarina; Orestes Quércia, em São Paulo; Newton Cardoso, em Minas Gerais; Flaviano Melo, no Acre; Fernando Collor, em Alagoas; Amazonino Mendes, no Amazonas; Waldir Pires, na Bahia; Max Mauro, no Espírito Santo; Henrique Santillo, em Goiás; Epitácio Cafeteira, no Maranhão; Carlos Bezerra, no Mato Grosso; Marcelo Miranda, no Mato Grosso do Sul; Hélio Gueiros, no Pará; Tarcisio Burity, na Paraíba; Miguel Arraes, em Pernambuco; Alberto Silva, no Piauí; Moreira Franco, no Rio de Janeiro; Geraldo Melo, no Rio Grande do Norte; Jerônimo Santana, em Rondônia, e Antônio Carlos Valadares, em Sergipe.

Sr. Presidente, não poderíamos deixar de saudar, da Tribuna da Assembléia Nacional Constituinte, os novos Governadores recém-empossados, augurando-lhes uma ação político-administrativa das mais benéficas para seus jurisdicionados. E que o Presidente José Sarney, sensível à realidade de quase todas as Unidades Federativas, não lhes negue a imprescindível ajuda do Governo Central, amparando as iniciativas que busquem assegurar melhores dias para suas comunidades.

O SR. FAUSTO FERNANDES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, enquanto a agricultura consegue responder, com que meios não se sabe, ao desafio de aumentar a produção, com uma

safral recorde de sessenta e cinco milhões de toneladas de grãos, vinte por cento superior à anterior, o mesmo não acontece com outros segmentos de produção de alimentos, que continuam dependendo da boa vontade do Governo, para a liberação de financiamentos para custeio.

Citamos, como exemplo constrangedor, a citricultura, que tem no Município de Capitão Poço, no Estado do Pará, uma região de grande produção, hoje violentamente prejudicada no que tange a financiamentos de implantação e custeio.

O Banco do Brasil suspendeu qualquer financiamento para a safra, numa atitude tão descabida quanto absurda, tanto quanto o País precisa realizar dobrado esforço para obter superávit no balanço de pagamentos, que, a essa altura, só se pode obter com o incremento das exportações agrícolas.

O desenvolvimento da citricultura, no País, no último decênio, atingia níveis respeitáveis, principalmente com o aumento da exportação para os Estados Unidos, que atravessaram séria crise de produção, devido a problemas climáticos.

De outro lado, abriram-se novas perspectivas no mercado internacional para o ingresso do suco de laranja brasileiro, conhecido pelas suas qualidades, quer nutritivas, quer de inigualável sabor.

Conscientizem-se o Ministério da Agricultura e demais autoridades de que quanto o Governo invista no setor, mediante créditos e incentivos, reverterá não apenas em proveito das regiões produtoras do País, mas também na melhoria do superávit no balanço comercial.

Esperamos que nosso apelo seja ouvido em proveito da citricultura, que vive momentos aflitos, totalmente injustificáveis.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o novo governo do Espírito Santo, que deseja ser um governo de participação popular, iniciou-se bem dentro desse ideal: inaugurou-se nos braços do povo inovando a tradição, o Governador Max Mauro tomou posse em plena praça pública, perante uma grande concentração de capixabas de todas as idades. Era, sem dúvida, uma ratificação da consagração que nosso partido, o PMDB, recebeu nas urnas do Espírito Santo.

O Governador Max Mauro reiterou, por ocasião da posse, seus compromissos fundamentais. O primeiro é como lembramos, a participação popular nas decisões de governo. "Vou", disse ele, "conviver com o povo, onde eu nasci e com quem aprendi a ser livre; governo sem povo se corrompe." Ao mesmo tempo Max Mauro reafirmou sua decisão de implantar um programa de mudança.

Para enfatizar essa disposição, o novo Governador do Espírito Santo recordou uma frase do Presidente Ulysses Guimarães, que eu próprio citei, durante minha campanha, com freqüência, tal a sua densidade e atualidade: "Ou mudamos, ou seremos mudados." Com efeito, o que o povo deseja, hoje são mudanças. E mudanças significam medidas voltadas para o aspecto social.

O novo chefe do Executivo capixaba foi especialmente feliz quando resumiu as aspirações de nosso partido. O PMDB não tem o direito de frustrar as esperanças de liberdade, progresso social e independência econômica que fazem parte do ideário do povo brasileiro. Esse compromisso é do partido e deve ser cumprido não apenas pelos governadores eleitos com nossa bandeira como também pelos Constituintes que aqui estão.

O PMDB é o partido das mudanças e a elas deverá consagrar a sua ação administrativa e sua iniciativa parlamentar. Só assim poderá corres-

ponder à expectativa gerada por nossa grande vitória eleitoral e atender efetivamente ao povo brasileiro. Essa será nossa meta, a nos nortejar.

É verdade que atravessamos uma época de tremendas dificuldades econômicas, que podem prejudicar a nossa aspiração de atender, ao máximo possível, às justas reivindicações populares. O governo vê-se diante de gravíssimo desafio externo, a exigir a união de todos os brasileiros em torno do Presidente Samey. Essas dificuldades não poderiam deixar de refletir-se no plano interno e mesmo na esfera estadual.

O Espírito Santo sofre particularmente com a queda de sua receita. O café, um dos principais produtos do Estado, vê hoje seus preços depredados no mercado internacional, o Novo Governo do Espírito Santo defronta-se assim, logo em seu início, com uma drástica queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, o que fatalmente afetará, nos primeiros meses, sua ação administrativa.

O PMDB capixaba e o Governador Max Mauro porém, não se deixarão atemorizar, o que se tornou claro, aliás, nos discursos proferidos por ocasião da posse. Uma das suas primeiras iniciativas será justamente a implantação do caixa único, por meio do qual o Governo melhor controlará sua disponibilidade de recursos e melhor programará sua atuação, sempre sob a fiscalização popular e sob critérios de absoluta transparência.

Frisou o novo governador em seu discurso:

"Não quero alimentar falsas ilusões em ninguém. Sei que vamos enfrentar dificuldades e nem tudo que se espera e que se pretende poderá ser feito. Mas tudo o que for possível será feito de portas abertas. O que não for possível fazer será explicado claramente ao povo."

O reconhecimento dessas dificuldades, aliado ao normal embate e composição das forças políticas, gerou certo pessimismo por parte dos analistas. Há quem já venha prevendo uma ruptura dentro do próprio PMDB, dentro das forças políticas que apoiaram Max Mauro e que são hoje largamente majoritárias no Estado.

Estou certo, no entanto, de que essas previsões pessimistas não se confirmarão. Divergências são naturais no jogo político. Assim como são naturais as composições. Uma excelente performance administrativa, o atendimento às reivindicações justas e a boa vontade das principais lideranças partidárias no estado, seguramente garantirão ao novo governo a unidade que lhe trouxe a vitória e que lhe assegurará tranquilidade para cumprir seus compromissos perante o povo.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL – PA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, trago ao conhecimento desta Constituinte o brusco desaparecimento do Dr. Júlio da Costa Viveiros, político do meu Estado, o Pará, duas vezes Deputado Federal, nas legislaturas de 1970-1974 e 1974-1978, tendo sido Deputado à Assembléia Legislativa do Estado no período de 1966 a 1970.

O falecimento do ex-Parlamentar ocorreu no dia 15 de março do corrente ano e seu sepultamento teve lugar no dia 16, tendo-lhe sido prestadas as homenagens de que se fez credor. Após ter sido velado no Salão Nobre da Assembléia Legislativa, em Belém, foi sepultado no Cemitério de Santa Isabel, na mesma cidade.

Nas duas legislaturas que perlostrou nesta Casa, Sr. Presidente, se houve com muita proficiência no exercício do mandato, o que lhe valeu indicação para a Comissão de Comunicações. Poste-

riamente, foi suplente da Mesa Diretora, tendo por diversas vezes presidido este Plenário.

Júlio Viveiros, engenheiro dos quadros do DNER e Coordenador do Inkra, no Estado do Pará no ano de 1985, nasceu em Bacabal, no Maranhão. No entanto, toda sua formação política foi feita no Estado do Pará, no contacto permanente com a nossa terra e a nossa gente.

Adversário político, por diversas vezes, nos embates eleitorais, embora nas últimas eleições fosse um dileto companheiro, sempre se houve com lealdade, o que lhe valeu o reconhecimento até mesmo dos seus adversários.

Júlio Viveiros deixa viúva a Dra. Lúcia Viveiras, hoje suplente de Deputado Federal pelo PFL, uma filha e, sem dúvida, uma grande legião de amigos, na qual se incluí este parlamentar.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituição de 1946 determinava que fossem aplicados três por cento do Orçamento da União na Amazônia. Posteriormente, esse ditame constitucional não só foi abolido, como, na realidade, nunca foi efetivamente posto em prática.

Ocorrendo agora a oportunidade histórica de se resgatar essa imensa dívida para com a grande e sofrida Região Amazônica, estarei apresentando proposta ao projeto de Constituição a ser elaborado brevemente pela Assembléia Nacional Constituinte, que transcrevo como parte integrante deste meu pronunciamento:

"PROPOSTA À ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

(Do Constituinte Mozarildo Cavalcanti)

Insira-se, onde couber, no texto da Constituição Federal, o seguinte artigo:

Art. Serão destinados anualmente 5% (cinco por cento) do Orçamento da União para programas de desenvolvimento da Amazônia.

§ 1º A lei disporá sobre os limites geográficos da Amazônia Brasileira.

§ 2º A lei estabelecerá o Plano Trienal de desenvolvimento da Amazônia.

Justificação

A Amazônia Legal compreende aproximadamente 58% do território nacional, 11% da população brasileira e constitui um complexo ecossistema que vem desafiando a capacidade dos governantes de encontrarem alternativas para a solução dos problemas sócio-econômicos da região.

A promoção do desenvolvimento e a correção das desigualdades regionais, principalmente no Nordeste e na Amazônia, têm sido meta dos governantes, nas últimas décadas. No entanto, muito pouco se tem obtido em termos de resultados sociais e econômicos para essas regiões.

Como bem salientou José Matias Pereira, economista do Instituto de Planejamento Econômico e Social, especialista em assuntos econômicos da Amazônia, "pode-se constatar que a formulação e orientação das políticas econômicas do governo federal, ao longo da história, têm conteúdo para manter ou mesmo agravar os desníveis regionais, através da implantação dos programas de apoio às indústrias de grande porte, todas concentradas no pólo central da economia, fortalecimento do mercado de capitais, que

tende a concentrar naturalmente os seus benefícios na área mais desenvolvida da economia, além de atrair as escassas poupanças das regiões periféricas; orientação de políticas de concessão de subsídios para investimento em ciência e tecnologia que irão beneficiar as áreas onde existem as grandes empresas e os órgãos de pesquisas; além de manter inalteradas as políticas de promoção das exportações que prejudicam sensivelmente as regiões periféricas, como é o caso da Amazônia, que se especializam em produtos onde as relações de intercâmbio são menos favoráveis.

No que se refere à ação da SUDAM para a região, apesar dos esforços, não tem tido o poder de gerar o planejamento regional, e o Banco da Amazônia não dispõe de recursos necessários para fomentar o desenvolvimento da região.

Também, os incentivos fiscais foram sofrendo desvios e desvirtuamentos ao longo do tempo.

O que se verifica, ainda, é que, tendo havido uma queda vertiginosa do crédito destinado a Amazônia, comparando-se com outras regiões brasileiras, no que diz respeito à necessidade de mais recursos financeiros para o FINAM, para o Programa de Desenvolvimento Integrado para os vales dos rios Araguaia e Tocantins e para os Programas Regionais de Reforma Agrária da Amazônia.

Os planos voltados para o desenvolvimento da região sempre tiveram dificuldades em cumprir suas metas, principalmente pela carência de fontes estáveis de recursos para financiá-los.

Acrescentamos, ainda, que se toma importantíssima a necessidade de um maior volume de gastos públicos em infraestrutura na região, para alterar as desvantagens no processo de atração de novos investimentos para a área.

É fundamental, portanto, que a Assembléia Nacional Constituinte assumo o importante papel histórico de ouvir a realidade amazônica. Caso contrário veremos repetidos os erros do passado onde as principais diretrizes fixadas na Constituição de 46 para apoiar o desenvolvimento da Amazônia não foram colocadas em prática.

Essas as razões que nos levam a propor a destinação de 5% do Orçamento da União para programas de desenvolvimento da Amazônia, bem como o estabelecimento do Plano Trienal de Desenvolvimento da região.

Era o que tinha a dizer em defesa da Amazônia.

Sala das Sessões, de 1987. – Constituinte **Mozarildo Cavalcanti.**"

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, merece registro e apoio da representação da bancada cearense o desempenho do Deputado Davi Alves Silva, da bancada maranhense, marcado pelas inúmeras propostas à Constituinte. E quero aqui destacar a proposta para a criação do Estado de Carajás, capital Imperatriz.

Entre as inúmeras iniciativas de atividades voltadas para o desenvolvimento do Estado do Maranhão, junto-me à da criação do Estado de Carajás, que é o sonho maior do povo tocantino, representado pelo Constituinte Davi Alves Silva.

Merece muito mais de minha parte mencionar a necessidade da criação do Estado de Carajás.

Mas isto já vem sendo constantemente feito pelo autor da proposta.

Era o que tinha a dizer.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Comitê Pró-Tocantins, presidido pelo Juiz Federal Darci Martins Coelho, prossegue na vitoriosa jornada de colhimento de assinaturas para a emenda popular que prevê a criação do Estado do Tocantins. As populações dos sessenta municípios do norte-nordeste de Goiás estão recebendo os enviados do Comitê com muito entusiasmo, subscrevendo a emenda com muita disposição e consciência política.

Mais uma vez, pois, dirijo-me aos líderes e aos eleitores que me apóiam na luta pela criação do Estado do Tocantins, para fazer-lhes instante apelo no sentido de que ofereçam todo o apoio e assistência aos dirigentes do Comitê Pró-Tocantins, a fim de que eles possam completar, dentro de trinta dias, como prevê o Regimento Interno da Constituinte, a tarefa de coleta de assinaturas que transformará em realidade o Estado do Tocantins.

Se o povo nortense de Goiás enviar à Constituinte a emenda popular, com trinta mil assinaturas ou mais, dentro de trinta dias darei total preferência à proposição e, através dela, tudo farei para criar o novo Estado.

Estou certo, Sr. Presidente, de que a força do povo e a justiça da causa, farão a Constituinte criar, agora, o Estado do Tocantins.

Era o que tinha a dizer.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em recente viagem feita ao interior do Município de João Lisboa pude constatar a falta de entendimento por parte dos governos estaduais e municipais, principalmente no que se refere às estradas vicinais.

A situação é de calamidade, especialmente nos povoados de Centro do Toinho, Arapari, Nova Brasília, Caju, Assaisal, Centro dos Carlos, Tanque e Buritirana, sem condições de sobrevivência, dada à lavoura que lhes restou da seca. Em Arapari, por exemplo, recebi de uma multidão de mais de seiscentas pessoas um apelo dramático, relativamente a uma caixa d'água que já se encontra no referido povoado, mas cuja estrutura falta ser implantada e lhe seja garantida uma altitude de 15 metros de altura para a distribuição de água aos usuários.

Os casos de emergência, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não param por aí. Se fosse eu enumerá-los todos, correria o risco de evidenciar uns, em detrimentos de outros, quando todos têm a mesma importância.

Quando digo que a criação do Estado de Carajás é procedente, é porque entendo que a capital em Imperatriz será a estrutura de sustentação da região tocantina.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Jorge Arbage o Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

V – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado às Comunicações.

Vai-se passar ao Horário de Liderança.

O SR. CONSTITUINTE IBERÊ FERREIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. IBERÊ FERREIRA (PLF – RN. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o País atravessa hoje uma das piores crises de sua história. Graves problemas afligem principalmente os milhões de trabalhadores assalariados e a classe média. Somos uma Nação rica, mas carregada de grandes manchas de atraso.

Deparamo-nos com uma situação extremamente preocupante. A conjuntura é hoje, inegavelmente, mais crítica do que aquela vivida nas vésperas do Cruzado: persiste a crise de estagnação, desaparece nossos saldos de balança comercial, o País se sente arrastado à insolvência cambial, o que já o levou à moratória unilateral dos juros, a ciranda financeira ressurgiu, os investimentos externos e internos decaem, permanecem a estocagem especulativa e o desabastecimento e se avoluma a intolerável dívida externa.

A situação de crise é facilmente identificável na onda de protestos que cresce a cada dia: o empresariado grita contra a redução da oferta de crédito e contra a elevação dos custos financeiros. Os trabalhadores protestam contra a alta do custo de vida e a crescente impossibilidade de recompor o seu poder de compra. A ameaça da desobediência civil é feita tanto por empresários endividados, como pela classe média carente de recursos para pagar o Imposto de Renda.

Diante desse quadro, o que se vê, porém, é um descompasso entre o rápido aprofundamento da crise e a lentidão na procura de alternativas de soluções.

Não se trata, aqui, de criticar pessoas ou avaliar desempenho de Ministros, mas, infelizmente o que presenciámos é um Executivo fechado com seus assessores, elaborando, de forma solitária e desarticulada, propostas, planos e programas para enfrentar a crise. E o fantasma da inflação galopante, da recessão, do desemprego, da falência continua bem vivo. Todos os segmentos sociais – tanto do lado capital como do trabalho – gritam por socorro, pressionam o Congresso Nacional para que se encontre uma saída para a crise.

Será necessário aguardar novos “Motins de Brasília”, o recrudescimento do protesto dos agricultores, dos médios, pequenos e micro empresários, ondas desenfreadas de greves e a ampliação da escala de insatisfação da classe média e dos assalariados para poder tentar a procura de soluções?

Talvez seja tarde demais. A indignação violenta e difusa se propaga com rapidez inacreditável.

Acreditamos que só uma coesão das forças democráticas poderia superar a crise que abala a Nação. E o caminho mais curto e de maior eficácia seria uma discussão conjunta. Congresso e Executivo, de um Plano Emergencial de Estabilidade Econômica que seria debatido por toda a população, através de seus representantes legítimos. Seria um esforço de pensamento crítico por parte de todos os setores da sociedade civil. Em torno do plano aprovado pelo Poder Legislativo se formaria um consenso nacional que lhe daria legitimidade.

Para tanto, estou propondo a meus ilustres pares a convocação extraordinária do Congresso Nacional, pelo prazo de quinze dias, prorrogáveis, se necessário, a fim de que os parlamentares se voltem para a análise da crise e para a busca de alternativas de solução.

É fundamental, no momento, enfrentar a crise que abala a Nação. A instabilidade econômico-

social – e, por decorrência, a instabilidade política – é tão grave que não podemos ficar correndo o risco de observar experimentos. Os desafios estão postos e o povo espera de nós tenacidade e coerência para superá-los.

A convocação extraordinária do Congresso Nacional é um atendimento ao grito e clamor da população que está sufocada pela crise. A pressa que a sociedade exige do Constituinte para elaborar o texto constitucional existe porque se criou a expectativa de que a nova Constituição seria a panacéia, o remédio para todos os males. Gostaríamos de lembrar, aqui, recente pronunciamento do Senador José Agripino que afirmou textualmente: “O funcionamento exclusivo da Assembléia Nacional Constituinte vai servir como cortina de fumaça para secundar o grande debate que deve se fixar em torno das questões econômicas no plano interno e externo, problemas que, hoje, existem e, em última análise, colocam em risco a própria soberania nacional”.

Nós, Constituintes, temos hoje uma grande responsabilidade diante do povo. Se não criarmos as condições mínimas necessárias para a elaboração de um duradouro texto constitucional, seremos julgados, posteriormente, pelos nossos atos de leviandade, porque, mantido o atual estado de coisas, a Assembléia Nacional Constituinte não tem clima para elaboração de um novo texto constitucional. A superação da crise é condição fundamental para o pleno desenvolvimento dos trabalhos e para a longevidade da futura Constituição.

Srs. Constituintes, levarei a cada um dos meus pares o requerimento de convocação do Congresso Nacional, para receber de todos o necessário apoio, pois só assim, com a convocação extraordinária do Congresso Nacional, poderemos discutir os problemas que afligem diretamente a população e criar um clima imprescindível para que possamos elaborar uma Constituição à altura dos anseios do nosso povo e do nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PC do B.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PC do B – GO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, surge à tona, com força, na imprensa, aqui na Constituinte e na Câmara, o debate sobre o mandato do Presidente José Sarney. Alguns setores defendem, para a questão, a tese do direito adquirido, sem levar em conta que a Assembléia Nacional Constituinte, ao ser eleita pela vontade da maioria da Nação, tem o poder de reorganizar a vida política e jurídica do País e, portanto, definir o sistema de governo e o mandato do Presidente da República.

É importante lembrarmos que a Aliança Democrática, quando se construiu, assumiu compromisso de um mandato presidencial de quatro anos. Agora, a imprensa traz a público a informação de que o PMDB e o PFL estariam articulando um acordo no sentido de definir o mandato do Presidente José Sarney. A imprensa informa também que o nosso Presidente, Dr. Ulysses Guimarães, já teria de adiantado no sentido de manifestar a opinião por um mandato de cinco anos.

Srs. Constituintes, na verdade essa definição significa passar por cima da soberania da Constituinte, já que antes de definir o mandato do Presidente é necessário que a Assembléia Nacional

Constituinte defina o sistema de governo que deverá vigorar a partir da nova Constituição.

O Partido Comunista do Brasil é de opinião que o presidencialismo é um sistema de governo autoritário e centralizador. A teoria política fala na existência de três poderes harmônicos entre si – na verdade, no sistema capitalista esses três poderes estão a serviço das classes dominantes, dos grandes grupos, dos patrões e dos grandes capitalistas. Mas em outro sistema, onde existe uma margem de liberdade, haveria certa participação do movimento popular.

No Brasil, Srs. Constituintes, ocorre que o Poder Executivo se superpõe aos outros poderes: amesquinhou o Poder Legislativo, retirando-lhe praticamente suas funções fundamentais, com a utilização abusiva dos decretos-leis, ao estabelecer e ao fixar a política econômica; esvaziou completamente seus poderes em função da exclusividade do Presidente da República de legislar sobre matéria econômico-financeira. Quanto ao Judiciário, nem se fala. O Judiciário, neste País, na verdade não é um Poder, é um subpoder, e nós temos, portanto, na Assembléia Nacional Constituinte, que tomar uma posição a este respeito.

O fim do sistema presidencialista de Governo é uma questão chave para o avanço no processo de democratização do País. Pretende-se, ao estabelecer a discussão do mandato do Sr. José Sarney, dar como fato consumado que o sistema de governo continuará sendo o presidencialista.

Aqui queremos fazer um chamamento, sobretudo aos setores progressistas do PMDB: não se deixem mais uma vez envolver pelas manobras do Palácio do Planalto; não se deixem mais uma vez envolver pela cúpula conservadora do PMDB, porque infelizmente – e esta é a constatação – o PMDB e a sua cúpula estão fazendo o jogo dos setores mais conservadores da sociedade brasileira.

O episódio em relação à soberania da Constituinte foi uma vergonha. Foi, na verdade, o de um poder soberano abrir mão de seus poderes e passar um atestado de óbito.

Estamos, agora, entrando no debate de questões de alcance fundamental para a vida política brasileira.

E aqui faço um chamamento aos setores progressistas do PMDB e desta Casa: não se deixem envolver em novas manipulações, em novas pressões do Executivo. Coloquemos na ordem do dia a discussão do fim do sistema presidencialista de governo, como forma de abrimos caminho para que o movimento popular reivindique e o Governo ouça; para que este Congresso, para que esta Casa manifeste a sua opinião e o Governo seja obrigado a ouvir. Hoje, infelizmente, o Governo é surdo aos apelos populares, é surdo às questões que são discutidas nesta Casa e temos, em razão disso, de criar um sistema de governo mais permeável, que não crie condições de crise, as quais terminam abrindo caminho para golpes militares e para aventuras de caráter antidemocrático.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENÓINO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENÓINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no último fim de semana, no dia 14 deste mês, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores fez uma reunião para avaliar a conjuntura nacional e decidiu-se por uma campanha nacional de defesa dos interesses do povo, entendendo

ser necessário que ela, abranja os interesses dos trabalhadores assalariados e os interesses da população em geral – hoje vivendo uma situação aflitiva em relação à alta dos juros, dos aluguéis e dos impostos.

Para enfrentar a atual crise econômico-social, o Partido dos Trabalhadores também decidiu que uma campanha de defesa dos interesses populares será incompleta se não estiver centrada em o seu nascimento, no Colégio Eleitoral, sempre teve uma flexão, sempre teve um corte, sempre teve um caráter conservador e autoritário.

Os **slogans** do mudancismo e da reforma agrária caíram no vazio; os **slogans** do leite para as crianças e da reforma tributária também caíram no vazio. Estão aí os municípios asfixiados; está aí o arrocho em relação ao Imposto de Renda. Os **slogans** em relação à liberdade política caíram no vazio com a intervenção militar nas últimas greves. Hoje, A questão sindical, foi militarizada, com a intervenção direta das Forças Armadas nas refinarias e nos portos brasileiros.

A manutenção do mandato do Presidente Sarney em seis anos significa uma opção pelo caminho conservador e autoritário. E nós não aceitamos que o mandato do Presidente da República seja fruto de um acordo no interior da Aliança Democrática; ele tem de ser fruto de um debate nacional, de uma discussão com a sociedade, e não ser tratado como um assunto interno – como falou hoje o Líder Carlos Sant'Anna – entre o PMDB e o PFL. Terá de ser um assunto discutido no Constituinte. Eu não quero lembrar aqui a campanha das diretas e os pronunciamentos dos líderes da Aliança Democrática, afirmando que no máximo poderia ser de quatro anos o mandato presidencial. Falavam até em mandato tampão! E agora tentam costurar um acordo no interior da Aliança Democrática sobre esse mandato, que ficaria entre seis e cinco anos – quem sabe podemos chegar a cinco. E mais uma vez falo à opinião pública, que já está se manifestando, conforme pesquisa revelada pela “**Folha de S. Paulo**”, em relação à redução do mandato do Presidente da República.

Outro entendimento do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores é que uma campanha nesse sentido terá de estar acoplada necessariamente a uma plataforma para enfrentar a crise sócio-econômica.

Uma plataforma que enfrente a questão da dívida externa, da reforma agrária, dos juros, dos aluguéis, da distribuição de renda. Uma plataforma que enfrente a questão da liberdade política, hoje centrada no pleno direito de greve e contra a intervenção militar nas greves.

Esse é o sentido da decisão do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em reunião realizada em São Paulo, no dia 14 de março deste ano.

Durante o discurso do Sr. Constituinte José Genóino, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Secretário, Arnaldo Faria de Sá.

O SR. CONSTITUINTE IBSEN PINHEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB faz um breve registro, que, embora conciso, é extremamente auspicioso. Queremos ressaltar o resultado positivo e favorável de negociações realizadas entre o Ministro dos Transportes e as lideranças dos trabalhadores marítimos, especialmente da orla de Santos, com a participação de lideranças políticas, especialmente de parlamentares, no sentido da readmissão dos trabalhadores demitidos por ocasião da última greve da categoria.

Sensível às postulações dos trabalhadores, às gestões desenvolvidas por suas lideranças e sensível também à participação das lideranças políticas, o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, chegou à solução que possibilita a reintegração dos trabalhadores demitidos, encerrando-se da melhor maneira possível um episódio de conflitos sociais. Certamente não se esperará que a Oposição, que há pouco ocupava esta tribuna, faça esse registro; não se esperará que a Oposição assome à tribuna para registrar os avanços institucionais dos quais ela própria participou e através dos quais teve oportunidade de disputar duas eleições em tão curto prazo; não se esperará que a Liderança da Oposição siga outro caminho que não aquele ditado pela sua própria conduta e o seu próprio interesse político, correndo o sério risco de atropelar a verdade e não perceber que o Brasil de hoje é rigorosamente outro, vivendo um clima de liberdade, em que os conflitos sociais têm espaço e soluções próprias. Em nenhum momento se deu a qualquer conflito social um tratamento que não fosse o democrático, através da definição pela Justiça do Trabalho e das negociações pelo Ministério do Trabalho, o que não implica dizer que o Governo da República abdicará do seu dever de preservar a ordem democrática, que é democrática mas também é ordem. Foi em ordem e com a negociação que os trabalhadores da orla marítima de Santos e o Ministério dos Transportes, mediante intercessão de expressiva liderança política, construíram essa solução que hoje registramos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE DAVI ALVES SILVA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ocupo o tempo destinado à Liderança do PDS para voltar a abordar o tema que levantei ontem da tribuna desta Casa a respeito dos altos juros, o que vem causando a falência dos pequenos e médios empresários do País, haja vista que não foi apresentada pelo Governo Federal uma solução para esse problema. Enquanto os Constituintes com assento nesta Casa fizerem seus pronunciamentos simplesmente pedindo providências, sem fechar questão em torno do tema junto ao Governo Federal, nenhuma solução virá, porque isso já se tornou rotina. Cada Parlamentar externa aqui seus pontos de vista, mas nenhuma providência é tomada de imediato ou a longo prazo pelo Executivo.

Mas não são só os altos juro que preocupam a população brasileira, principalmente a do Maranhão. Há grandes tumultos, hoje, nos bancos de Imperatriz, João Lisboa, Açailândia, São Luiz do Maranhão, Bacabal e muitas outras cidades onde os pequenos empresários estão com as suas empresas vinculadas àqueles bancos, sem lhes restar nenhuma saída, sem contar com uma posição firme do Governo Federal.

Há poucos minutos, um Deputado do PMDB que se diz representante da região tocantina disse algo interessante: que o PDS é o partido que quase levou este País à falência, que promoveu as maiores corrupções nas eleições passadas. Mas esqueceu-se de dizer aos Srs. Constituintes e à Nação que o atual Presidente da República era Presidente do PDS. Por que S. Ex.^a não assume uma posição firme e clara com os nobres Constituintes? Porque não disse, quando falou de pistoleiros da região tocantina, que foi um Vereador do PMDB que mandou matar um padre na cidade de Imperatriz? Isso foi provado pela Justiça, pela Polícia Federal, pelo Sr. Romeu Tuma, que quase montou um escritório em Imperatriz para apurar esse crime. Quando se descobriu que o mandante era um Vereador do PMDB, todos calaram a boca, ninguém mais levantou a voz. Por que S. Ex.^a não diz isso da tribuna desta Casa, assumindo uma posição firme e corajosa, mostrando à Nação que não foi só o PDS que praticou irregularidades no País? Até admito que o PDS não fez tudo que era necessário para esta Nação. Mas posso afirmar aos nobres Constituintes – e os do PDS sabem disso – que as maiores obras, de envergadura nacional, existentes no Brasil, foram construídas pelos do nosso partido. Talvez o Presidente José Sarney termine seu mandato – aqui quero fazer esta afirmação – sem realizar obras que divulguem sua gestão, como ocorreu com as do Governo do General João Baptista de Oliveira Figueiredo. E não porque falte capacidade ao Presidente José Sarney, mas pela situação financeira em que se encontra hoje o País. Isso tem que ser dito nesta Casa não só pelo PMDB, pelo PFL e PDS, mas por aqueles que realmente têm o costume de ser sinceros com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, ao concluir meu pronunciamento, trago uma nota de repúdio às palavras proferidas por aqueles que se diz o único representante da região tocantina na Assembléia Nacional Constituinte e que tomou uma pisa feia do Deputado Davi Alves e Silva nas eleições de 1986. Por que S. Ex.^a não diz que a região tocantina respeita como legítimo representante do seu povo o Deputado Davi Alves e Silva, que tem a honra de ser do PDS, porque é sério, capaz, leal para com seus companheiros e respeita a população do seu Estado e os princípios da Nação?

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do autor.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, em 1215, em um domingo que passou para a História, os barões da Inglaterra exigiram do monarca que hoje conhecemos como João Sem Terra um documento que toda constituição moderna reverencia: a Carta Magna, onde se inscreviam a liberdade religiosa, as prerrogativas municipais e, de forma bem acentuada, a necessidade de moderação tributária, defendendo-se o cidadão contra a prepotência do monarca.

Quatrocentos anos mais tarde, em 1628, na célebre luta entre Carlos I e o Parlamento, este exigia a edição da **Petition of Rights**, onde, também acentuadamente, o Parlamento lutava para que os impostos não fossem instituídos apenas de acordo com a vontade do monarca. Um pouco mais adiante, no final desse mesmo século, a humanidade ganhava um grande momento jurídico, que é o **Bill of Rights**, onde a revolução que derrubou Jaime II, o último dos monarcas da dinastia Stuart, condenava o princípio divino do poder dos reis, porém assinalava que o poder do rei era fruto de um pacto da nação com o soberano. Nesse documento o Parlamento inscrevia na história jurídica da humanidade conquistas inarredáveis, como afirmação de que todos são iguais perante a lei, quer monarca, quer súdito, o direito de petição, a inviolabilidade dos parlamentares no exercício de suas funções, a repulsa a qualquer tipo de tribunal de exceção, e principalmente assinalava que nenhum tributo poderia ser majorado ou imposto pelo monarca sem a aprovação do Parlamento.

Esta, Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, uma pequena parcela da história da construção dos direitos e prerrogativas da cidadania contra a opressão do monarca. E foi nesse berço generoso que se alimentaram as democracias modernas da América, da Europa e mesmo da Ásia.

E o que vivemos hoje, Sr. Presidente, em nosso País? Vivemos exatamente a negociação de todo o processo de conquista histórica; a negação de todo o processo de fundamentação das garantias individuais contra o poder tributário dos governantes. E este aspecto torna-se mesmo grotesco quando se vê o que acontece, hoje no Brasil, no que diz respeito ao Imposto de Renda. Este tributo que se destina a ser instrumento de vida transforma-se hoje em negro instrumento de morte. Negam-se os mais elementares princípios constitucionais da legalidade e da anualidade. Destroí-se mesmo todo o conteúdo constitucional que definiu o objetivo e o fato gerador do tributo. Em todas as sociedades modernas destina-se a ser o Imposto de Renda instrumento de construção de uma sociedade igualitária distributiva. Entre nós, entretanto, em que se transforma esse instrumento? Em mero instrumento de confisco grotesco. E no caso dos aposentados transforma-se mesmo, Sr. Presidente, em vil instrumento de morte, porque tira deles não o supérfluo nem mesmo o necessário, mas o indispensável à própria sobrevivência.

Sr. Presidente, Constituintes de 1987, dirigimos apelo ao Poder Executivo para que corrija imediatamente as distorções que ele mesmo criou.

Concluimos afirmado que condenamos firme e veementemente o pagamento da dívida externa com o sangue e a vida dos brasileiros. Também afirmamos que igualmente criminosa é a postura atual, através da qual se alimenta a falta de austeridade e a incompetência do Governo, envolvendo a vida e a saúde dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Aécio de Borba – PMDB; Aécio Neves – PMDB; Aírton Cordeiro – PDT; Aírton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Alérico Filho – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Álvaro Dias – PMDB; Amílcar Moreira – PMDB; Antero de Barros – PMDB;

Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Borges da Silveira – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Celso Dourado – PMDB; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Cid Carvalho – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Doretto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Bonfim – PC do B; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Rocha – PFL; França Teixeira – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Sérgio Maya – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Hélio Costa – PMDB; Hélio Gueiros – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ivo Lech – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jonival Lucas – PFL; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Martines – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Freire – PMDB; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Teixeira – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Koyu Iha – PMDB; Lélcio Souza – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Maluly Neto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Sgarezzi – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osmir Lima – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Silva – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB;

Roberto D'Ávila – PDT; Roberto França – PMDB; Teotonio Vilela Filho Freire – PCB; Roberto Torres – PTB; – PMDB; Uldurico Pinto – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; – PMDB; Rubem Branquinho – Victor Trovão – PFL; Vilson Souza – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir PMDB; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Achôa – PMDB; Sarney Filho – PFL; Buaiz – PT; Wagner Lago – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Severo Walmor de Luca – PMDB; Wilma Gomes – PMDB; Sotero Cunha – Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Tadeu

O SR. PRESIDENTE (Vivaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte:

V – ORDEM DO DIA

VI – Levanta-se a Sessão às 17 horas e 15 minutos.



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 130

QUINTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

1 – ATA DA 35ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 18 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada e assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIO

Da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, indicando o Senhor Mário Covas para exercer as funções do Líder do Partido junto à Assembléia Nacional Constituinte.

IV – Comunicações

VALMIR CAMPELO – Repercussão social da situação da classe empresarial do Distrito Federal.

UBIRATAN SPINELLI – Administração Carlos Bezerra, Estado do Mato Grosso. Cerceamento da atividade do Banco do Estado do Mato Grosso pelo Banco Central. Apoio ao Projeto Direito de Nascer, do Constituinte Davi Alves Silva.

SÓLON BORGES DOS REIS – Inatividade da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ ELIAS MURAD – Descriminalização do uso da maconha. Falta de medicamentos no Brasil.

CUNHA BUENO – Mandato do Presidente da República. Parlamentarismo.

ALDO ARANTES – Denúncia formalizada pelo Procurador-Geral da Justiça Militar contra responsáveis pelo assassinato do ex-Deputado Rubens Paiva.

MANUEL VIANA – Liberação, pelo Ministério da Saúde, da venda de sucos de frutas.

LÍDICE DA MATA – Greve de professores da Universidade de Brasília. Defesa da escola pública.

ANTÔNIO SALIM CURIATI – Crescimento das forças desagregadoras no Brasil.

ROBSON MARINHO – Esperanças na administração Orestes Quêrcia, Estado de São Paulo. Desgaste do PMDB.

WILMA MAIA – Dois anos da Nova República. Confronto da competência política do PMDB com a administração do País.

BENEDICTO MONTEIRO – Situação da classe média brasileira.

ALUÍZIO CAMPOS – Inutilidade de interstício entre a atuação da Assembléia Nacional Constituinte e do Congresso Nacional. Preocupação do Nordeste com a estagnação econômica nacional.

BEZERRA DE MELO – Desqualificação do ensino universitário particular.

ADROALDO STRECK – Produção e produtividade do Estado do Rio Grande do Sul. Absorção pela União da dívida consolidada dos Estados.

SAMIR ACHÔA – Aparência de protecionismo ao Estado de São Paulo. Extensão de decisões do Tribunal Federal de Recursos aos aposentados.

FRANCISCO ROSSI – Reforma Ministerial.

JOÃO AGRIPINO – Falecimento do ex-Deputado Raimundo Asfóra. Eleição para Vice-Governador na Paraíba.

OLÍVIO DUTRA – Reivindicações salariais dos bancários e dos metalúrgicos paulistas. Intervenção do Exército nas campanhas classistas.

FERES NADER – Realidade política, econômica e social do País.

DAVI ALVES SILVA – Projetos apresentados e matérias defendidas pelo orador na Assembléia Nacional Constituinte.

ANTÔNIO MENO – Movimento de agricultores do Estado do Paraná. Audiência conce-

dida pelo Presidente José Sarney à Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. Reunião da Frente Ampla dos Parlamentares e Agricultores.

ASSIS CANUTO – Desestruturação da economia brasileira.

MOZARILDO CAVALCANTI – Práticas discriminatórias na fixação de proventos dos inativos.

FRANCISCO ROLLEMBERG – Crise energética e racionamento de energia elétrica no Nordeste.

COSTA FERREIRA – Derrubada de palmeiras nas matas maranhenses.

JORGE ARBAGE – Apelo ao Sr. Ministro da Fazenda. Dilson Funaro, no sentido de estudo e fixação, pela SUDAM, de tarifas do frete dos produtos derivados do petróleo, na Amazônia.

NILSON GIBSON – Assassinato do líder político João Pereira de Lima, no Estado de Pernambuco.

SANTINHO FURTADO – Palavras do Sr. Álvaro Dias, na oportunidade de sua posse como Governador do Estado do Paraná. Redução de despesas da Administração Pública.

JOSÉ MOURA – Discordância do orador quanto à retirada de parte do subsídio do trigo e do açúcar.

NELSON SEIXAS – Integração da mulher à sociedade.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre data provável para votação da redação final do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e distribuição do texto respectivo aos Constituintes.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

JAMIL HADDAD – Questão de ordem sobre votação da Redação Final do Regimento

Interno da Assembléia Nacional Constituinte e distribuição do texto respectivo aos Constituintes.

PRESIDENTE: – Resposta à questão de ordem do Constituinte Jamil Haddad.

AMAURY MÜLLER: – Questão de ordem sobre ausência de resposta a requerimentos de informações do orador ao Presidente da República.

PRESIDENTE: – Resposta à questão de ordem do Constituinte Amaury Müller.

V – Horário de Liderança

SÓLON BORGES DOS REIS: – Inconveniência de atraso na votação da redação final do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE: – Resposta ao Constituinte Sólon Borges dos Reis.

BONIFÁCIO DE ANDRADA: – Nota do Partido Social Democrático a propósito de medidas de reajuste da Tabela Anual Progressiva do Imposto de Renda.

EDUARDO JORGE: – Posição favorável do PT à ratificação da Convenção 87, entre a OIT e o Brasil, e necessidade de ser a matéria posta em votação no Senado Federal.

BRANDÃO MONTEIRO: – Protesto contra demora na votação da Redação Final do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Eleição do Senador Mário Covas para Líder do PMDB na Constituinte. Telex dirigido pela bancada federal do PDT do Rio de Janeiro ao Governador Moreira Franco sobre contra-

tação de servidores no Governo Leonel Brizola. Nota oficial de protesto do PDT contra proibição da peça teatral "Teledium".

JOSÉ FERNANDES: – Questão de ordem sobre exposição, no Centro de Convenções de Brasília, alusiva ao vigésimo aniversário da Zona Franca de Manaus.

JOSÉ MARIA EYMAEL: – Irregularidades na importação de alimentos.

JAMIL HADDAD: – Repulsa do Imposto de Renda.

VI – Encerramento

– Discurso do Constituinte Evaldo Gonçalves proferido na sessão da Assembléia Nacional Constituinte de 12-3-87; Fortalecimento do Poder Legislativo.

Ata da 35ª Sessão, em 18 de março de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente;

Mauro Benevides, Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Secretário.

ÀS 19.00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Airtton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Neto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amílcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Arterin Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Vilani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Cados Benevides – PMDB; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli

– PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudia Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Soruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edne Tavares – PFL; Edimilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB;

Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PMDB; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Beviláçqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José

Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maria Eymael – PDC; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamian – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélío Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini

– PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zazur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadia Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Maia – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Silvío Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Udurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildáσιο de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buai – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornêlas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – A lista de presença registra o comparecimento de 375 Senhores Constituintes.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. GERSON PERES, servindo como Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, que é aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, nos seguintes termos:

Of. nº 005/87

Brasília, 18 de março de 1987.

Senhor Presidente:

Em cumprimento ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, temos a honra de indicar a Vossa Excelência o nome do Senhor Constituinte Mário Covas para exercer a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, eleito na reunião da Bancada do Partido, hoje realizada, por maioria absoluta de votos.

Respeitosamente, Abigail Feitosa – Acival Gomes – Ademir Andrade – Affonso Camargo – Agassis Almeida – Airton Sandoval – Alarico Abib – Albamo Franco – Albérico Filho – Alexandre Puzina – Alfredo Campos – Almir Gabriel – Aloysio Teixeira – Aluizio Bezerra – Aluizio Campos – Amílcar Moreira – Anna Maria Rattes – Antero de Barros – Antônio Britto – Antônio de Jesus – Antonio Gaspar – Antonio Mariz – Antonio Perosa – Arnaldo Moraes – Artur da Távola – Asdrubal Bentes – Basílio Villani – Benedicto Monteiro – Bernardo Cabral – Bezerra de Melo – Borges da Silveira – Bosco França – Caio Pompeu – Cardoso Alves – Carlos Benevides – Carlos Cotta – Carlos de Carli – Carlos Mosconi – Carlos Sant'Anna – Carlos Vinagre – Carrel Benevides – Cássio Cunha Lima – Célio de Castro – Celso Dourado – Chagas Rodrigues – Cid Carvalho – Cid Saboya de Carvalho – Cristina Tavares – Dalton Canabrava – Darcy Deitos – Daso Coimbra – Del Bosco Amaral – Délio Braz – Denizar Arneiro – Dirceu Carneiro – Djenal Gonçalves – Domingos Juvenil – Domingos Leoneili – Doreto Campanari – Eduardo Moreira – Egídio Ferreira Lima – Elieíl Rodrigues – Erving Bonkoski – Euclides Scalco – Expedito Machado – Fábio Feldmann – Fábio Lucena – Fernando Bezerra Coelho – Fernando Cunha – Fernando Gasparian – Fernando Henrique Cardoso – Fernando Lyra – Firmo de Castro – Flávio Palmier da Veiga – Francisco Amaral – Francisco Carneiro – Francisco Kuster – Francisco Rollemberg – Genebaldo Correia – Israel Pinheiro Filho – Geraldo Alckmin – Geraldo Campos – Geraldo Fleming – Geraldo Melo – Gerson Marcondes – Gidel Dantas – Gil César – Gonzaga Patriota – Gustavo de Faria – Haroldo Sabóia – Hélio Duque – Hélio Manhães – Hélio Rosas – Heráclito Fortes – Hermes Zaneti – Humberto Lucena – Ibsen Pinheiro – Irajá Rodrigues – Iram Saraiva – Irapuan Costa Júnior – Ismael Wanderley – Ivo Lech – Ivo Mainardi – Ivo Vanderlinde – Joaci Góes – João Agripino – João Calmon – João Carlos Bacelar – João Cunha – João Hemmann Neto – João Natal – Joaquim – Sucena – Jorge Hage – Jorge Leite – Jorge Uequed – Jorge Vianna – José Carlos Grecco – José Carlos Martinez – José Carlos Sabóia – José Carlos Vasconcelos – José Costa – José Mendonça de Moraes – José Dutra – José Fogaça – José Geraldo Ribeiro – José Guedes – José Ignácio Ferreira – José Paulo Bisol – José Richa – José Serra – José Tavares – José Ulysses de Oliveira – Jovanni Masini – Júlio Costamilan – Jutahy Júnior – Jutahy Magalhães – Koyu Iha – Leite Chaves – Lélío Souza – Leopoldo Bessone – Louremberg Nunes Rocha – Lúcia Vânia – Luís Roberto Ponte – Luiz Alberto Rodrigues – Luiz Freire – Luiz Henrique – Paulo Almada – Luiz Vianna – Luiz Viana Neto – Maguito Vilela – Manoel Moreira – Man-

sueto de Labor – Manuel Viana – Marcelo Cordeiro – Márcia Kubitschek – Márcio Braga – Márcio Lacerda – Marcos Lima – Oswaldo Lima Filho – Mário Covas – Matheus Iensen – Maurício Fruet – Maurício Nasser – Maurício Pádua – Maurílio Ferreira Lima – Mauro Benevides – Mendes Ribeiro – Mauro Campos – Mauro Miranda – Mauro Sampaio – Max Rosemann – Meira Filho – Milton Barbosa – Milton Reis – Miro Teixeira – Moysés Pimentel – Nabor Júnior – Naphtali Alves – Nelson Aguiar – Nelson Carneiro – Nelson Jobim – Nelson Wedekin – Nelton Friedrich – Nestor Duarte – Nilson Gibson – Nilson Sguarezi – Nion Albemaz – Nyder Barbosa – Octávio Elísio – Olavo Pires – Onofre Corrêa – Osmir Lima – Osmundo Rebolças – Osvaldo Macedo – Osvaldo Sobrinho – Paes de Andrade – Paulo Macarini – Paulo Mincarone – Paulo Ramos – Paulo Roberto – Paulo Zazur – Percival Muniz – Pimenta da Veiga – Plínio Martins – Pompeu de Souza – Prisco Viana – Rachid Sadanha Derzi – Raimundo Bezerra – Raimundo Lira – Raimundo Rezende – Ralph Biasi – Raquel Capiberibe – Raul Ferraz – Renato Bernardi – Renato Johnsson – Renato Vianna – Rita Camata – Roberto Brant – Roberto Rollemberg – Robson Marinho – Rodrigues Palma – Ronaldo Cézar Coelho – Ronan Tito – Rosa Prata – Rose de Freitas – Rospide Netto – Ruben Figueiró – Ruy Bacelar – Ruy Nedel – Samir Achôa – Santinho Furtado – Sérgio Naya – Sérgio Werneck – Sérgio Spada – Severo Gomes – Sigmarina Seixas – Teotônio Vilela Filho – Theodoro Mendes – Michel Temer Ubiratan Aguiar – Ulysses Guimarães – Valtir Pereira – Vasco Alves – Vicente Bogo – Wilson Souza – Vingt Rosado – Virgildásio de Senna – Waldyr Pugliesi – Walmor de Luca – Wilson Campos – Wilson Martins – Ziza Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente. Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Constituinte Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMELO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os problemas que me trazem hoje, a esta tribuna, são, não apenas urgentes, como também de profunda gravidade.

Em sendo urgentes não podem esperar pela nova ordem econômica-social que certamente virá com a nova Constituição que elaboraremos dentro dos próximos meses. E em sendo profundamente graves estão a exigir medidas e soluções enérgicas e eficazes, sob pena de ameaçarem inclusive a tranqüilidade e a segurança desta Cidade que é sede do Poder Central.

Como o resto, em todo o País, os comerciantes do Distrito Federal acreditaram no plano cruzado. Acreditaram no Governo diante de um novo quadro que se delineava para a economia nacional.

Hoje, esse sonho acabou. As empresas que se utilizaram do sistema financeiro, dos empréstimos bancários, para comporem o seu capital de giro, estão completamente desorientadas.

Tenho acompanhado, de perto, esse processo de liquidação lenta que vem atingindo o empresariado local.

Participei, nesse últimos dias, de reuniões de Associações de Classe nas cidades satélites do Distrito Federal.

Estive na Associação Comercial e Industrial de Taguatinga, cujo Presidente, Sr. Agostinho Oliveira Santos, me transmitiu as apreensões vividas principalmente pelos pequenos e médios empresários. Do mesmo modo, estive na Associação Comercial e Industrial do Gama e ouvi de seu Presidente, o Sr. Cícero Miranda Filho, as preocupações que afligem o empresariado local. Na Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante, não foi diferente. Seu Presidente, Sr. Sebastião Teixeira Preto, expôs, com muita propriedade, o verdadeiro drama que ameaça o comércio e a indústria daquela cidade satélite.

Em todas essas entidades, ao participar de reuniões com suas diretorias e com seus associados, pude observar os protestos desses empresários devido a situação constrangedora em que se encontram, tendo de diminuir suas atividades de produção e, conseqüentemente, tendo de dispensar um número cada vez maior de trabalhadores.

Srs. Constituintes, os juros extorsivos cobrados pelo sistema financeiro, estão levando à falência os comerciantes de Brasília e estão corroendo como um câncer a economia do Distrito Federal. O desespero atinge o microempresário que não sabe como saldar as dívidas com os bancos. Há profusão de cheques sem fundos, de títulos em cartórios. A situação é de colapso geral.

Tenho recebido, diariamente, entre 70 e 80 pessoas em meu Gabinete. A maioria é de desempregados, vítimas do atual quadro da Capital da República, que, em muito, se assemelha a todo o resto do País.

É um problema de origem econômica com repercussões sociais que se agravam com bastante rapidez. O quadro é preocupante e mostra claramente a volta dos especuladores.

Naturalmente, se o comércio, a empresa vem sofrendo esse impacto, alguém está se beneficiando, de novo, e abusivamente, do uso extorsivo do dinheiro. E isso não pode continuar.

São necessárias medidas urgentes, sob pena de haver um colapso total. E aí, todos naufragaremos, depois de tantas lutas pela construção de uma nova República. Lamentavelmente, teremos perdido a oportunidade tão rara quanto preciosa de fazer dessa Nação uma nação de homens livres, conscientes de seus direitos e de suas responsabilidades.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte (Ubiratan Spinelli).

O SR. UBIRATAN SPINELLI (PDS – MT. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uma vez mais chego a esta tribuna para dizer ao País e deixar registrado nos Anais desta Casa que o Sr. Carlos Bezerra, Governador eleito com grande respaldo popular pelo PMDB, com promessas sociais de ajudar os menos favorecidos da sorte, praticou no dia seguinte ao da sua posse os maiores desatinos que a história de Mato Grosso presenciou.

Seus atos foram odiosos:

1º – Através de decreto demitiu sumariamente todos os funcionários admitidos a partir de 1º de junho de 1982;

2º – suspendeu o pagamento de empresas de prestações de serviço e fornecedores, por tempo indeterminado;

3º – fará uma moratória com as dívidas nos bancos por 120 dias;

4º – na sua posse pregou eleições diretas à Presidência da República imediata, dizendo que o Governo Federal é ilegítimo.

Não deu sequer uma mensagem positiva ao povo mato-grossense.

O Governador recém-empossado, do PMDB, Sr. Presidente, instalou, isto sim, um regime de terror.

O clima em nossa Capital é fúnebre. O povo está triste e os humildes funcionários que ganham menos de dois salários mínimos não têm a quem apelar, somente choram.

Carlos Bezerra prometeu governar com o povo e com ele fazer um governo transparente. Entretanto, logo no primeiro dia está batendo no fundilho do brasileiro mato-grossense que o elegeu.

O Sr. Bezerra ganhou do Estado através do engodo do Plano Cruzados e, principalmente, elogiando o Presidente José Sarney. Agora, S. Ex.ª o trai, pedindo diretas-já.

Bem feito! Nós sempre dissemos que essa Nova República já nasceu caduca; oferece, agora, ao povo de minha terra, já desiludido porque não tem mercado de trabalho, a não ser o Governo Estadual, a porta da rua, a sua demissão. Medida injusta, pois, se pegasse os funcionários fantasmas e aqueles que tivessem dois empregos, tudo bem, mas o que ocorreu? Demissão em massa.

O governador de Mato Grosso entrou com sede de poder, rancoroso e perseguindo pessoas humildes que estão chorando, arrependidas de terem votado no PMDB.

Irá acontecer o pior, Sr. Presidente. As empreiteiras estão sendo obrigadas a despedirem em massa os seus empregados e fechar suas portas. O comércio, por sua vez, está em situação das mais difíceis, devido ao Plano Cruzado II – pois, vive muito em função dos funcionários públicos que estão com seus salários defasados e atrasados – há quatro meses não recebem – e a praça de Cuiabá ficará inadimplente.

Esse novo Governo não pensa. O comércio, que recolhe o ICM, inclusive das compras do próprio funcionário público, irá sentir terrivelmente essa situação. O Governo Carlos Bezerra quer ser ao mesmo tempo oposição ao Governo Federal em Mato Grosso e adepto da Nova República, quando vem a Brasília à procura de recursos.

Pergunto: O que fez, o que faz ou o que fará o Ministro Dante de Oliveira, para ajudar Mato Grosso nestas horas de dificuldades? Afinal o ex-Sr. Diretas-Já aparentemente deveria ter muita força com o Presidente e seus colegas Ministros. Sei que somente as promessas de uma vida melhor, feitas nos palanques, ficarão na memória do povo mato-grossense.

Hoje, a inflação real passa dos 20%, a falta de produtos é notória, a política salarial está achatada, greves em todos os setores da sociedade brasileira, divisas cambiais chegando a zero, superávit vergonhoso na balança comercial, enquanto que a ciranda financeira voltou mais forte. A agricultura está totalmente desassistida e em pânico permanente.

A continuar dessa maneira, o Estado de Mato Grosso terá os piores dias da sua história, conseqüência imposta pelo Sr. Carlos Bezerra que primará pelo imobilismo, com recessão e desemprego e, com isso, aumentarão as greves e desobediência civil. Será o caos, sem dúvida.

Ninguém entende como o Governo do meu Estado manda para a rua, de uma pancada, vinte e cinco mil funcionários. E o Governo Federal a anunciar que dispõe de 10.000 empregos a serem distribuídos entre os políticos leais ao Presidente Sarney! É de fundir a cabeça de qualquer ser racional.

O Departamento de Estradas e Rodagem do Mato Grosso – DERMAT, do Município de Juína, segundo estamos informados, deve ficar sem um funcionário.

Repito mais uma vez, Sr. Presidente, os vinte e cinco mil funcionários públicos demitidos, na maioria pais de família, somados com os empregados da construção civil dará quase 1/4 da população mato-grossense.

A fome, evidentemente, vai aumentar e o índice de criminalidade será maior.

O Governo Federal investiu na campanha de Carlos Bezerra, através do Ministro Dante de Oliveira, que vivia e vive transitando de Brasília a Cuiabá no jatinho do Governo, indo também ao interior do Estado nos fins de semana, já preparando sua campanha a governador em 1990, visitando suas bases com o dinheiro do povo, isto é, de avião e combustível de graça. Aliás, O Sr. Dante de Oliveira, deveria, isto sim, se candidatar a Ministro da Aeronáutica.

Enquanto se sucedem todas essas irregularidades, nós, da Assembléia Nacional Constituinte, somos, agora, através da ótica do povo, a tábua de salvação dessa Nova República.

Como se esta Assembléia Nacional Constituinte fosse o santo milagreiro, para resolver todos os problemas do Brasil. Se não resolvê-los, a culpa dos erros da novíssima República recairá sobre as nossas cabeças. Este é o risco que corremos e o perigo que nos ameaça. Temos que alertar logo esta Nação.

Sr. Presidente, Srs. constituintes, há uma comissão de Deputados estaduais que vieram de Mato Grosso tentar liberar algum recurso junto ao Banco Central, porque o Banco do Estado de Mato Grosso está cerceado pelo Banco Central, que não libera um recurso sequer para aquele Estado. Espero a compreensão de todos, porque há no meu Estado, agora, uma população do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas, que vão para lá atrás de salvação, e o que vemos hoje, em Mato Grosso, é exatamente o contrário, é o pessimismo.

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para tratar de outro assunto:

Verificando o andamento da Assembléia Nacional Constituinte tive a oportunidade de conhecer um projeto já encaminhado à Câmara Federal pelo Sr. Deputado Davi Alves Silva, da Bancada do Maranhão, que assegura o atendimento médico-hospitalar à gestante o direito de nascer, cujo projeto deverá ser aprovado por maioria absoluta dos Srs. Congressistas, a quem neste momento me incorporo para ajudá-lo na sua tramitação, pois considero o projeto do Deputado Davi Alves Silva da maior importância à sociedade carente deste país. Por ser uma Lei que especifica o atendimento médico-hospitalar gratuito a qualquer gestante independentemente de ser ou não assegurada da Previdência Social.

Merece portanto o apoio não só do parlamentar da bancada do Mato Grosso, mas de todos aqueles que têm compromisso com a sociedade em geral. Ao concluir Sr. Presidente e Srs. Constituintes deixo aqui a mais profunda admiração pela simplicidade com que vem se conduzindo o parlamentar maranhense.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A Assembléia Nacional Constituinte está parada. Não sei se podemos identificar no ar sons que nos fazem lembrar o histórico baile da Ilha Fiscal, quando a Corte imperial recebia, para dançar, a marinha chilena e, entretimentos, os republicanos já davam os últimos retoques na proclamação da República, que adveio logo em seguida. Mas o certo é que os trabalhadores da agricultura e, principalmente a dona-de-casa, encontram-se em situação de desespero. A crise econômica é das piores pelas quais este País já passou, a crise política é evidente, e a Assembléia Nacional Constituinte está parada, o Congresso Nacional está inativo.

Sou, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, daqueles que defenderam aqui e lá fora o nome desta Assembléia quando, atacada por todos os lados, era acusada de inoperante. De fato, consumimos 38 dias para chegar à redação ante final do Projeto de Regimento interno. Então, lembramos que não se poderia acusar a Assembléia Nacional Constituinte de inativa e que todo aquele impasse tinha uma razão nobre de ser, porque era gerado por uma divergência de fundo ideológico e de estratégia política, o que ficava muito bem para a Assembléia Nacional Constituinte endurecer as posições em torno daquilo que cada um considerava o melhor para o povo e para a Nação. Mas agora não! Não tenho mais condições de defender a Assembléia Nacional Constituinte e nem me atrevo. A Assembléia Nacional Constituinte está marcando passo. Há 10 dias que não se vota nada, que não se decide nada. Não desejo, não é da minha competência entrar nos assuntos da economia interna dos Partidos. Mas acuso a maioria parlamentar pelo fato de a Assembléia estar paralisada e marcando passo. Nada tem o povo brasileiro a verificar (Palmas); nada tem este povo com as questões intrapartidárias, as disputas de liderança, as disputas pela Mesa; tudo isto está retendo o trabalho do Constituinte, que marca passo e o carro não sai do atolador.

Ser democrata na juventude, ter espírito público na juventude, é fácil, quero ver na idade madura; ter espírito público como minoria é fácil, quero ver ter espírito público como maioria; ter espírito público e ser democrata na oposição é fácil, quero ver ter espírito público e desprendimento no governo, no poder, com a capacidade de decidir.

O povo espera que esta Casa se mova e que parta para a votação final do Regimento interno; não se trata nem de começar a propor medidas práticas e princípios para figurarem no projeto da nova Constituição. Trata-se, apenas, de votar a redação final do Regimento Interno, e não há indícios. Há dez dias que não há indícios de quando e como vamos poder votar, sequer, a redação final do Regimento Interno.

Ora, Sr. Presidente, Srs. constituintes, o compromisso dos que foram eleitos em 15 de novembro é um compromisso sério. O primeiro mês e meio tinha uma justificativa, mas agora não há mais razão; antes pelo menos havia pretexto, mas agora, quando esta Casa decair no conceito da opinião pública, que está asfíxiada pela crise econômica, aí não se tratará de pretexto, aí já haverá razão.

Acuso a maioria parlamentar que, nas suas questões internas, nos seus problemas de economia íntima, da microvida, dos microproblemas da vida partidária – e enquanto não resolver esse problemas, só ela tem condições para pôr em andamento a Constituinte –, mantém paralisada a Assembléia Nacional Constituinte. É um desserviço à Nação, é um desserviço à democracia, é um desserviço à politização do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre constituinte José Elias Murad.

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na semana passada, se não me engano, fizemos uma manifestação desta tribuna criticando um de nossos colegas, o constituinte Mário de Oliveira, tendo em vista as suas declarações a respeito da descriminalização da maconha, assunto, segundo ele, que deveria ser considerado nos estudos da Nova Constituição brasileira.

Depois dessa nossa manifestação, fomos procurados pelo colega constituinte, e S. Ex.^a nos explicou dizendo que jamais, em tempo algum, foi favorável à descriminalização da maconha e que suas palavras foram mal interpretadas e a divulgação deturpada, fornecendo aquela idéia.

E ainda mais, uma prova disso é que ele mantém um centro de recuperação de usuários de drogas e que, portanto, seria um paradoxo que tivesse sequer declarado tal coisa a respeito desta droga que tanto vem preocupando as autoridades sanitárias do mundo inteiro. Por uma questão de justiça, fazemos, então, esta declaração, confirmando aqui que o nosso colega constituinte Mário de Oliveira nega ter feito tais declarações.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. constituintes, não me encontro aqui hoje para falar exatamente sobre este assunto. A maioria deve ter lido nas notícias diárias da Imprensa que as farmácias de todo o País pretendem paralisar as suas atividades no dia 25 deste mês, como protesto da caótica situação dos medicamentos no Brasil.

É sobre isto que queremos prestar o nosso depoimento:

“Se a metade dos medicamentos existentes no mercado fosse atirada ao mar, pior para os peixes...”

Há cerca de quatro meses lançamos, em Belo Horizonte, um livro de nossa autoria com o título **A Selva Terapêutica no Brasil**, onde ventilamos o grave problema dos medicamentos no nosso País. Para algumas pessoas menos avisadas o título poderá parecer um pouco dramático. Mas não é. Dentro do capitalismo selvagem em que vivemos atualmente no Brasil, verifica-se que a indústria e o comércio farmacêutico não fogem à regra geral.

A OMS (Organização Mundial de Saúde), recomenda aos países não desenvolvidos e em desenvolvimento cerca de 200 drogas essenciais. Com elas seria possível cuidar da grande maioria das doenças tratáveis. Contudo, existem atualmente, no Brasil, cerca de 28.000 especialidades farmacêuticas à disposição do consumidor. E muitos desses medicamentos são perfeitamente dispensáveis, alguns são inócuos, meros placebos. E, o que é pior, placebos caros. Outros – o que é grave – potencialmente tóxicos e até mesmo proibidos em certos países desenvolvidos e, no entanto, são de venda livre no Brasil.

Outrossim, o número de similares é uma verdadeira loucura. No nosso livro citamos a existência de 266 espécies de vitamina B 12, 190 tipo de vitamina B 1, 176 de corticoesteróides, 102 de neomicina (um antibiótico), 70 de dipirona (medicamento proibido nos EUA e Suécia) e 52 tipos de aspirina.

E o que falar, então, de medicamentos de venda restrita ou proibida em outros países e de venda livre no Brasil, como a dipirona citada acima, al-

guns antibióticos, hormônios anabolizantes e outros?

No mês passado, a imprensa nacional divulgou as declarações de um especialista, consultor da OMS, Dr. Franz Dashner, cujas palavras repito aqui:

"A situação do uso indiscriminado dos antibióticos no Brasil é dramática. Se não houver mudanças, daqui a 5 ou 6 anos teremos uma catástrofe nacional."

Entre esses antibióticos encontra-se o famoso cloranfenicol ou cloromicetina, que é altamente potente mas também profundamente tóxico, podendo dar até mesmo reações mortais. Tal produto é vendido livremente em nossas farmácias sem exigência sequer de uma simples receita médica.

Para o Dr. Dashner, se o Governo não proibir o uso indiscriminado desses medicamentos, não controlar a automedicação e não retirar do mercado os antibióticos tóxicos, daqui a alguns anos o quadro será irreversível.

Tudo isso citamos e comentamos em nosso livro e são coisas que vimos denunciando há mais de 10 anos, sem que as autoridades sanitárias tomem qualquer providência.

Vejam, se, agora quando um grande especialista estrangeiro as denuncia, alguma providência venha a ser tomada, o que pode vir confirmar aquele conhecido adágio: **An expert is a ordinary fellow away from his home** (o especialista é um indivíduo comum longe de sua terra natal).

Agora o problema dos medicamentos no Brasil agrava-se ainda mais. Paradoxalmente, no meio dessa pletoia de remédios existentes entre nós, estão faltando alguns medicamentos essenciais. Desde o Plano Cruzado, alguns produtos foram congelados e é lógico que os seus preços acabaram ficando defasados em relação aos índices inflacionários e à desvalorização da moeda. Como a chamada indústria farmacêutica brasileira está, em mais de 85%, nas mãos das multinacionais de medicamentos (na verdade ela só tem de genuinamente brasileiro o ronco das máquinas), elas, as multinacionais, simplesmente pararam de fabricar certos medicamentos que estavam pouco rentáveis. Geralmente tais companhias farmacêuticas não têm nenhuma sensibilidade social, e só se interessam pelo lucro, realizando especulação de preços como qualquer outro setor comercial, o que não deveria acontecer com essa área tão intimamente ligada à saúde. E o mais grave da história é que alguns desses medicamentos são indispensáveis ao tratamento de várias doenças, representando, às vezes, a diferença entre a vida e a morte, a desabilitação física e/ou mental. É o caso de alguns antiepilépticos, hipoglicemiantes, quimioterápicos e antibióticos. Já pensaram no desespero de um pai cujo filho sofre de disritmia e que não encontra o anticonvulsivo receitado pelo seu médico? Outro dia um deles me disse que pagaria até 1000 cruzados, ou mais, por um vidro de Hidantal que seu filho necessitava.

Na verdade, o que existe na falta de medicamentos no Brasil é uma pressão desumana por parte de certos laboratórios farmacêuticos a fim de conseguir do Governo aumento nos preços de alguns de seus remédios. A falta do produto cria o pânico entre os doentes, que temem não encontrar mais o medicamento de que necessitam, o medo entre os médicos, que receiam não poder mais ter a opção correta de receituário para os seus pacientes, e o receio entre os farmacêuticos que pensam não ter mais a mercadoria com a qual comerciam e sobrevivem. Assim, esses setores pressionam o Governo para aumentar os preços o que, por sinal, vem acontecendo nos últimos dias, entretendo sem que o apetite insa-

ciável desses vorazes dragões da saúde seja satisfeito.

Como se escreveu, em um dos seus editoriais, um dos mais sérios jornais deste país, **O Estado de Minas** há menos de um mês atrás: "No momento, segundo denúncias de entidades médicas e instituições que militam nesse campo, o País é um imenso paraíso para as multinacionais da indústria farmacêutica, sem a fiscalização, nem controle de qualidade, com alta lucratividade e onde se pratica notória especulação."

Isto sem falar na propaganda condicionadora sobre os médicos a fim de orientar o seu receituário e o estímulo, ostensivo ou sub-reptício sofrido pelo consumidor brasileiro para a automedicação, um dos mais graves problemas no setor sanitário em nosso País, e que pode ser traduzida na seguinte frase sugestiva:

"Com as articulações endurecidas, sentiu uma forte dor reumática e tomou uma aspirina. A aspirina provocou-lhe uma tremenda gastrite, obrigando-o ao uso de um antiácido, cujo emprego excessivo baixou a resistência da mucosa gástrica e lhe causou uma infecção. Foi obrigado a usar antibióticos, o que lhe deu uma incrível reação alérgica. O uso de um antialérgico trouxe-lhe uma enorme sonolência, que foi combatida com estimulantes cujo uso prolongado lhe deu, secundariamente, cansaço, desnutrição, e então passou a tomar vitaminas. O uso abusivo de vitaminas provocou um depósito de cálcio nas articulações. Com as articulações endurecidas, sentiu uma forte dor reumática e tomou uma aspirina..."

Obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cunha Bueno.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Já se passaram 47 dias e 48 desde noites que se instalou esta Assembléia Nacional Constituinte e, até agora, além da discussão do Regimento Interno, se bem verdade que interrompida pelas festividades de carnaval, pouco mais se discutiu dos problemas que a nação reclama.

Mas atrás destas discussões, Sr. Presidente, está o grande problema da questão, que é o prazo do mandato do Presidente da República. Aqueles que deixaram o Governo há três dias, a exemplo de Leonel Brizola, querem eleições diretas para Presidente imediatamente. Aqueles que assumiram o mandato de Governador há três dias querem que o mandato presidencial se estenda por seis anos para, em havendo a coincidência no fim dos seus mandatos, possam eles se candidatar à sucessão presidencial. Há ainda não aqueles que deixaram o mandato, nem muito menos aqueles que assumiram o mandato, e desejam seis anos pela coincidência aqueles que, pela razão da idade, desejam que o mandato seja de 4 anos, para que tenham possibilidades físicas de disputar a eleição de Presidente da República. Enquanto se discute o mandato do Presidente, que seus amigos mais próximos já dizem que é um direito adquirido 6 anos, enquanto os outros, que estão à sombra do poder, desejam que o Presidente lá permaneça o maior prazo possível de tempo, a fim de fazer os seus negócios, a Assembléia Nacional Constituinte continua discutindo, nos seus corredores, na verdade a essência do problema que é o mandato presidencial. Enquanto isso, o País vai à ruína. Enquanto isso, os credores internacionais não aceitam a moratória porque de verdade em verdade não existe

um plano econômico para que o País saia do impasse criado pela Nova República.

Portanto, Sr. Presidente, não podemos ficar aguardando o tempo do mandato do Presidente. No meu entender, o grande defeito do sistema é que o mandato do Presidente tenha um prazo certo e determinado.

Na Constituição brasileira, o Presidente da República, na verdade, é um ditador com prazo determinado de governo. O Presidente da República pode tudo, Srs. Constituintes. Pode desde mudar a moeda do Brasil, desde mudar o sistema monetário, sem consultar ninguém, nem mesmo os Partidos que o apóiam nesta Casa. Pode declarar a moratória sem consultar ninguém. Pode diariamente colocar a mão no bolso do trabalhador, para lhe fazer um empréstimo, que ainda bem deu o nome de compulsório, que na verdade o é. Pode todos os dias tirar o dinheiro do trabalho de cada um de nós, para engrossar o seu orçamento e fazer frente às despesas da má administração e do déficit público. E contra isto a Nação nada pode. Não há uma maneira democrática de se encurtar o mandato do Presidente da República; mesmo que ele mude a moeda do país; mesmo que ele tome um pedaço do salário de cada um, através do empréstimo compulsório; mesmo que ele declare a moratória; mesmo que existam mais de mil greves no País, não se pode encurtar democraticamente o mandato do Presidente da República.

Sr. Presidente, o orador que me antecedeu há pouco falou do Baile da Ilha Fiscal e da queda do regime monárquico no Brasil. Entretanto, o que é que temos visto de lá para cá? Desde Deodoro, que sofreu o golpe dois anos seguidos, nestes últimos 98 anos, na Primeira República só um Presidente governa sem Estado de Sítio, e na Segunda República só um civil termina o seu período constitucional, que foi o fundador da Capital em que hoje nos encontramos.

Sr. Presidente, as origens dos males do Brasil devem ser buscadas nos defeitos do seu regime político.

Tenho sentido, Sr. Presidente, que há um desejo da maioria desta Casa em discutir e aprovar a proposta parlamentarista, aquela que dará, realmente, ao partido que ganhou a eleição, a oportunidade de governar o País.

Hoje cai o Ministro do Planejamento, e certamente virá um novo Ministro, sem que o partido majoritário nesta Casa sequer possa discutir a sua indicação.

Sr. Presidente, é preciso, uma vez que vamos discutir o parlamentarismo nesta Casa, olharmos com atenção os poderes do Presidente da República, para que não aconteça o que ocorreu no Governo João Goulart; um parlamentarismo que veio para salvar um momento do País, mas que não teve a oportunidade de permanecer, porque era um parlamentarismo passageiro.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre constituinte Aldo Arantes.

O SR. ALDO ARAMES (PC do B – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

O Procurador-Geral da Justiça Militar, Ministro Leite Chaves, que hoje assume a cadeira de Senador da República, deu importante contribuição ao processo de democratização do País. Denun-

ciou à Nação os responsáveis pelo assassinato do ex-Deputado federal Rubens Paiva.

O **Jornal de Brasília** de hoje, traz informações extremamente importantes. Diz este jornal:

Em 1971, o então comandante do Pelotão de Investigações Criminais do Doi-Codi do Rio de Janeiro, coronel Ronaldo José da Mota Batista Leão; o capitão do I Exército, João Gomes Carneiro; o subtenente Ariédise Barbosa Torres, o 2º sargento Eduardo Ribeiro Nunes e o major da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Rescala Corbage, foram os autores da tortura, morte e sepultamento do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido de sua residência em janeiro daquele ano.

Diz, mais ainda, Leite Chaves que a versão dada pelo I Exército de que ele foi morto, de que ele fugiu da prisão, essa versão não corresponde aos fatos. Rubens Paiva foi entregue pelo I Exército, onde foi torturado, foi entregue pelos oficiais da Aeronáutica, e foi morto e ilegalmente sepultado no Recreio dos Bandeirantes, no Rio de Janeiro, sendo, portanto, falsa a versão fornecida pelo Exército, de que ele teria sido seqüestrado e que teria havido troca de tiros no momento de sua prisão.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é um fato extremamente grave este que vem ao conhecimento da Nação brasileira e desta Assembléia Nacional Constituinte. O jornal de hoje também traz uma informação de que o Líder do PT da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul denunciou o Coronel Brilhante Ustra, Dr. Tibiriçá, que era dirigente do Doi-Codi de São Paulo, denunciou de ter torturado o Líder do PT, Deputa do Raul Pontes.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é necessário, para que a Nação brasileira possa caminhar de fato no processo de democratização, que esses crimes sejam de uma vez por todas apurados e que os seus responsáveis sejam penalizados.

Não podemos admitir que pessoas que tenham torturado, que tenham assassinado, continuem impunes neste País.

A Argentina, no processo de democratização, tomou medidas, a Grécia tomou medidas, e é necessário que também nós, brasileiros, tomemos medidas, no sentido de esclarecer crimes, crimes estes que não terminam. Crimes estes que são crimes contra a humanidade, e que é necessário a sua punição. Tais atos nos remetem à compreensão de que esta política, esta prática, foi conduzida sob a égide da famigerada Lei de Segurança Nacional, e que é necessário que esta Assembléia Constituinte tenha bem presente a necessidade de Jogar na lata do lixo a teoria de segurança nacional, que foi o suporte do terrorismo da ditadura militar e que é necessário restabelecermos uma concepção democrática de segurança nacional, e é necessário discutirmos e redefinirmos o papel das Forças Armadas no Estado brasileiro. Na verdade, o que se passou a fazer foi considerar que os democratas, que aqueles que lutavam contra a ditadura militar, aqueles que lutavam pela independência nacional, eram inimigos da Pátria e, portanto, teriam que ser exterminados.

Neste momento em que a Assembléia Nacional Constituinte discute questões fundamentais para o processo de democratização deste País, coloca-se como questão fundamental, para avançarmos na democracia, o fim do militarismo, o fim de uma situação em que as Forças Armadas definem, determinam e condicionam o rumo desta Nação. E é por isso mesmo que nós, do Partido Comunista do Brasil, defendemos a necessidade de se rediscutir o papel das Forças Armadas, de

se redefinir o conceito de segurança nacional e das Forças Armadas o papel de guardiã da Nação brasileira contra a agressão externa, e nunca transformá-las em instrumento de política e de repressão contra os democratas e os trabalhadores, como inclusive tem sido feito agora na Nova República.

Queremos, portanto, aqui, reafirmar que não há condições de avançar no sentido da plena democratização do País sem o fim do militarismo, sem um novo conceito de segurança nacional, e sem uma redefinição do papel das Forças Armadas. É por isto mesmo que nós achamos absolutamente inaceitáveis as declarações do Ministro do Exército, que considera que é necessário e indispensável para a estabilidade democrática a manutenção do atual papel das Forças Armadas. É necessário, muito ao contrário, mudar, alterar radicalmente este papel, como caminho necessário da plena democratização do País. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Manuel Viana.

O SR. MANUEL VIANA (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje estamos vendo dentro desta Casa uma matéria orquestrada, muito bem orquestrada, novamente, contra a economia do Nordeste. Hoje, estamos presenciando aqui mais uma agressão ao setor produtivo do Nordeste, quando matérias e matérias de jornais vêm dizendo que o Ministro liberou o uso do suco do caju ao arpejo da lei. Muito pelo contrário, a lei é que estava defasada. Muito pelo contrário, é que o Ministro sofreu pressões dos políticos nordestinos. O ministro Roberto Santos, teve, sim, foi a sensibilidade de manter o emprego de mais de 1 milhão de pessoas. O ministro Roberto Santos é que não se esconde, não se traveste desses que defendem as associações de proteção dos consumidores. O ministro Roberto Santos acatou parecer de seu Departamento Jurídico, e liberou, de uma forma correta, novamente, o uso dos sucos.

Eu, como médico, como usuário de todos os sucos tropicais, assim como os companheiros desta Casa, nós que fazemos o uso desses sucos nos nossos gabinetes, na Secretaria desta Casa, nunca vimos um deputado intoxicado, nunca vimos nenhuma criança falecer porque tomou suco de caju ou de maracujá. Mas aí está a multinacional da laranja para acabar, para abafar, para reduzir o Nordeste, reduzir a produção de sucos tropicais. Aí estão aqueles que se escondem por trás da Associação de Proteção dos Consumidores, aqueles que pegam a lei defasada para proibir, para dizimar e arrasar as indústrias nordestinas.

Mas o ministro Roberto Santos, um homem que tem o saber maior, um professor universitário da área de saúde, como eu o sou, sabe disso, e liberou o uso dos sucos Hoje, sofre a pressão da imprensa hoje, sofre a pressão de alguns colegas manietados por interesses alienígenas. Esses colegas não estão fazendo bem o uso da razão quando querem agredir. O que nós vemos dentro do Ministério da Saúde é uma insubordinação inaceitável. A insubordinação que nós presenciemos dentro do Ministério da Saúde é inaceitável para um regime democrático.

Hoje, o **Jornal do Brasil** cita em suas páginas alguns Parlamentares do Nordeste que defendem o uso dos sucos tropicais, como se nós estivéssemos fazendo um lobby, como se nós estivéssemos sendo beneficiados. Mas as indústrias nor-

destinas têm o verde e amarelo do nosso Brasil e tem o suor do nosso trabalhador, tem o cifrão do nosso cruzado. Essa é que é a indústria nordestina. Não é como a indústria do Sul, em que o capital estrangeiro só faz explorar o nosso trabalhador. Por isso, subo a esta tribuna para falar àqueles que não querem uma solução e se querem a destruição, se querem arrasar com toda a economia nordestina, que lutem para o fechamento das fábricas de sucos. Mas nós, do PMDB do Ceará, nós que fazemos parte da Bancada do Nordeste, temos certeza que o ministro Roberto Santos manterá sua opinião, juntamente com a de todo o seu corpo técnico.

Era o que eu tinha a dizer. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B – BA – Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estive hoje na manifestação dos professores em greve da UnB, em frente ao MEC.

Trata-se de mais um movimento que expressa a agudização da crise crônica por que passa a educação e a universidade no Brasil.

A Nova República manteve na educação o mesmo projeto conservador e elitista de incentivo ao ensino particular e de desprezo à escola pública, da velha República. Permanece comandando a ação do MEC a velha idéia reacionária de que ao ensino de nível superior não deve ter acesso os filhos dos trabalhadores e operários do nosso País.

A antiga luta pelo ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis, que já levou algumas gerações de democratas e patriotas às ruas, volta a se colocar na ordem do dia, desta feita numa batalha decisiva que cobra a responsabilidade desta Casa e dos Constituintes com os votos que receberam para aqui expressarem a vontade popular. Foi formado um Comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito, com a participação da UNE, ANDES, CPB e outras entidades educacionais, que iniciará o processo de mobilização do nosso povo para que possamos garantir a aplicação da Emenda Calmon de 13% do Orçamento Federal para a educação; para que possamos garantir 25% dos orçamentos estaduais e municipais e exigir que as verbas públicas sejam aplicadas exclusivamente na escola pública.

Não podemos mais admitir o desvio dos recursos públicos para as grandes empresas de educação privada, exemplo do que ocorreu agora, quando a UnB recebeu apenas 20,7% do orçamento solicitado para 1987, enquanto 14 escolas particulares de São Paulo receberam vultosas quantias através do projeto "Nova Universidade". Desta forma, os salários dos professores da UnB se mantêm num nível miserável e faltam verbas para sua manutenção.

Este quadro se agrava e hoje nem mais candidatos a professor a UnB consegue ter, pois o salário ofertado não garante a sobrevivência dos mesmos.

Reconhecemos que a crise da educação é crônica, porém não podemos deixar de registrar a forma medíocre como tem sido dirigido o MEC, que hoje tem como critério de distribuição de verbas para as universidades os posicionamentos políticos dos seus reitores, a exemplo da discriminação que vem sofrendo a UnB, a UFBA e outras.

Este, que é o Ministro banqueiro da educação, não corresponde aos anseios do povo. A última coisa importante que disse aos jornais foi que a forma de se garantir vagas para todos nas esco-

las públicas é implantar o controle de natalidade, opinião que nós, mulheres, que lutamos por uma assistência integral à nossa saúde, repudiamos, por ser uma tese fascista, completamente medíocre e simplista, que demonstra a sua incapacidade de continuar à frente desse Ministério. Por isso exigimos que se ponha para fora, de uma vez por todas, o Ministro banqueiro da educação.

Muito Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Salim Curiati.

O SR. ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr^{os} e Srs Constituintes:

Tenho observado com muita atenção e muito respeito as manifestações expendidas nesta Tribuna pelos Srs. Parlamentares.

Os acontecimentos atuais com relação ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo fazem com que eu expresse o meu pensamento, levando em consideração o que tenho visto.

Não desejo ferir ninguém. Muito se falou – muito se criticou – e os resultados, até o presente instante, foram negativos para nós, Deputados, e negativos para todo o Poder Executivo.

Essa constatação deve servir de alerta para todos nós. Tem algo pairando no ar. Ninguém está satisfeito. Todos praticamente estão pessimistas. Ninguém acredita em ninguém. A instabilidade das instituições já se toma uma realidade. Nenhuma medida concreta tomada para que o quadro se modifique como diz o povo: já que estamos no fundo do poço!

A agricultura, pecuária, comércio, indústria, pequenas empresas estão com profundas dificuldades. O que dizer de toda a população, nos seus diferentes segmentos?

Falta tudo neste Brasil. Ninguém ouve ninguém. Ninguém entende ninguém. Cada um procura atender apenas a seus próprios reclamos. Existe apenas uma atuação individualista, para atender problemas de ordem particular. É o caos! Está faltando hierarquia, autoridade, trabalho, vontade de servir.

Deus-nos-acuda! É a expressão mais freqüente que se ouve. A situação está realmente difícil.

A Nação brasileira vive um momento de grande aflição, ao assistir, perplexa, ao crescimento de forças desagregadoras. O povo, mal-informado e deliberadamente confundido por alguns setores de comunicação social, patrulhados e sectários, como também por elementos ambiciosos, recebe diariamente uma caudal de mentiras, deslealdades, traições, ingratidões, artimanhas, meias-verdades, o que apenas contribui para agravar o negativismo da conjuntura de crise econômica, social e política deste País.

O rancor, o revanchismo, o espírito negativista impedem os governantes de entregarem-se de corpo e alma à faina construtiva. Aí estão os Governos, a demonstrar, na prática, a incompatibilidade entre os discursos nos palanques e a administração governamental que sem dúvida alguma, está sendo precária, difícil, ruim.

Mas, para todos os males sempre há um remédio. E ele necessita ser duro e bem amargo. A sugestão: mutirão nacional, independente de cor partidária, poderia até ser um pacto político. Mais uma vez, sem ódios, sem revanchismos, convocar, imediatamente, as maiores expressões brasileiras para tentar resolver a situação que, não tenho dúvida, é de salvação nacional.

Diante disso tudo, passei um telex ao Senhor Presidente Sarney, que dizia:

Impossibilitado conversar pessoalmente **ilegível** com devido respeito **vg** encaminho telex sugerindo formação por Vossência com devido respeito **vg** Grande Conselho Emergencial **vg** presidido Vossência e integrado Ministros titulares da Fazenda e Planejamento e mais uma plêiade de brasileiros de experiência nos campos econômico **vg** financeiro e jurídico **vg** tais como: Calmon de Sá **vg** Celso Furtado **vg** Delfim Neto **vg** Francisco Dornelles **vg** Henrique Simonsen **vg** Hélio Beltrão **vg** Reis Venoso **vg** Roberto Campos e Ruben Ludwig. Tenho certeza que levando em consideração alto espírito público de Vossência **vg** não terá o Chefe da Nação **vg** no episódio **vg** melindres na realização dessa justa **vg** pronta e necessária sugestão **vg** de profundo interesse nacional.

Essa foi a mensagem.

O problema brasileiro não é de lei, é de acuidade, é de sensibilidade, é de trabalho, é de boa vontade e bom-senso, acima de tudo,

Embora o Presidente tivesse afumado na última sexta-feira, durante seu programa radiofônico "Conversa ao pé do rádio", que "a democracia não está vulnerável a provocações e agitações". Sua Excelência mesmo, nas mensagens que dirigiu aos governadores empossados, destacou, a todos eles, a necessidade de **consolidação das instituições e do fortalecimento do processo democrático**. Por isso não tenho dúvida o Sr. Presidente da República está sendo traído, está sendo duramente sabotado e precisa ser alertado por seus amigos leais. O nosso Poder Legislativo é fragil, mas a nossa união o tornará forte!

O jornal **Folha de S. Paulo**, de 15-3-87, p.4, transcreve nota do Sr. Grão-Mestre Orpheu Paraventi Sobrinho, que criticou a "lentidão" dos trabalhos constituintes, afirmando que os parlamentares "estão perdendo tempo" com polêmicas sobre questões menores e deixando de lado temas essenciais da futura Constituição. E assim tantas outras manifestações desse teor têm acontecido.

Devemos provar, a qualquer preço, que o Poder Legislativo é uma força respeitável de trabalho e fundamental no regime democrático. Vamos lutar para isso! Vamos mostrar que estamos ao lado do povo, sem demagogia.

Para encerrar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, desejo, pela oportunidade, lembrar que as investidas deletérias dos radicais deixam entrever o objetivo imediato dos mesmos: a derrocada das instituições, a desmoralização da classe política, a instabilidade social, para que, com a conseqüente descrença popular, possam erigir o seu modelo de sociedade, sobre alicerces totalitários.

Os que pensam na Pátria, na preservação das liberdades públicas e individuais; os que desejam o esclarecimento do povo, por vezes mistificados pelo canto da sereia, precisam alertar os brasileiros bem-intencionados.

É urgente Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a mobilização contra a mentira, a baderna, a trapaça e o revanchismo.

Já!

Ou agimos em defesa da verdadeira Democracia, ou seremos **silenciados para sempre**.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Antônio Salim Curiati o Sr. Mauro Benevides, Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Robson Marinho.

O SR. ROBSON MARINHO (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: No último domingo foram empossados os novos governadores de Estados eleitos na última eleição de 15 de novembro. Dentre os 23 governadores empossados, 22 pertencem aos quadros do meu Partido, o PMDB, o que aumenta ainda mais a responsabilidade do nosso Partido, o PMDB, o grande ganhador das últimas eleições, em cumprir com os compromissos que assumimos em praça pública de mudanças no campo político, no campo econômico e no campo social.

Nós estamos confiantes em que os novos governadores empossados venham a corresponder às expectativas neles depositadas pelo povo brasileiro, cada um em seu Estado.

E aqui, Srs. Constituintes, permitam-me dizer algumas palavras sobre o Governador do meu Estado, Orestes Quéricia. Depois de uma campanha sórdida desfechada contra o companheiro Orestes Quéricia, durante o período de campanha eleitoral, numa campanha muito difícil, Quéricia foi o vencedor, Quéricia foi eleito Governador do Estado de São Paulo. E eu estou entre aqueles que confiam em que o Governador de São Paulo fará um grande Governo, não só do ponto de vista administrativo como, também, do ponto de vista político. Minhas convicções se renovaram ao ouvir o discurso de posse do Governador Orestes Quéricia, quando S. Ex.^a afirmou que o compromisso do seu Governo é com a população mais pobre do Estado de São Paulo. Isso revela que S. Ex.^a tem consciência de que, agora, é o Governador de todos os paulistas e que foi deito pela população pobre do Estado de São Paulo. Da mesma forma, minha esperança se anima ainda mais quando ouço, também no seu discurso de posse, que a prioridade do seu Governo será o atendimento à criança, notadamente à criança carente, ao menor abandonado, o que demonstra que o seu Governo, efetivamente, deve ser e será um Governo voltado para o social. Que assim seja. Esta é a nossa expectativa, como companheiro de Partido, como político, e nos empenharemos no sentido de emprestar o apoio político necessário ao Governador Orestes Quéricia, para que essas metas propugnadas por S. Ex.^a durante a campanha eleitoral e reafirmadas no seu discurso de posse sejam efetivamente concretizadas, no interesse do povo paulista.

Mas, Srs. e Sras. Constituintes, a responsabilidade do PMDB aumentou ainda mais. Nós, em aliança com o PFL, derrotamos, com o apoio popular, a ditadura militar. O PMDB não fugiu ao seu dever de participar do Governo de transição democrática instalado no País.

Portanto, nós do PMDB, hoje, temos responsabilidade de Governo, e não podemos nos furtar, não podemos fugir a estas responsabilidades. Mas temos que reconhecer que o Governo, efetivamente, não está próximo das teses, dos princípios, dos programas defendidos pelo PMDB, em muitos setores de sua atuação. Por isso, cabe a nós, do PMDB, não apenas indicar os Ministros, até porque sou daqueles que entendem que a escolha dos Ministros é de exclusiva competência do Presidente; e é óbvio que, como político que é, com a sensibilidade que tem, Sua Excelência vai escolher Ministros dentro dos quadros do PMDB, principalmente nomes que reflitam a grande vitória alcançada pelo PMDB nas eleições do último dia 15 de novembro.

Mas o que me mais me preocupa, Sr. Presidente, é que o PMDB não está participando, não está influenciando na formulação das políticas do Governo. O PMDB não está sendo ouvido nas decisões governamentais, e, com isso, nós estamos sofrendo a crítica da opinião pública, justa e merecida.

O Partido, que é a grande esperança da Nação, está-se desgastando. Ainda é tempo, Sr. Presidente, vamos elaborar o nosso projeto de governo, vamos definir quais são as posições do nosso Partido, principalmente ante a crise econômica que ai está e que, com a indefinição do Governo, assusta-nos ainda mais. Vamos formular a nossa proposta, vamos indicar rumos, vamos chamar o Presidente e o Governo para virem discutir conosco essas propostas, enquanto ainda é tempo, para que possamos continuar sendo, Sr. Presidente, cumpridores dos compromissos de mudanças e de transformações que eu, V. Ex.^a e todos aqueles que pertencem ao PMDB assumimos na última campanha eleitoral.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem). (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Wilma Maia.

*A SRA. WILMA MAIA
PRONUNCIA DISCURSO QUE,
ENTREGUE À REVISÃO DO
ORADOR, SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Benedicto Monteiro.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Tenho, inúmeras vezes, desta tribuna, trazido à consideração do Plenário e das autoridades a situação em que se encontram 40 milhões de brasileiros, em pobreza absoluta, quer dizer, aqueles brasileiros que nem pensar podem, porque não têm condições orgânicas de pensar, tenho mostrado a esta Casa a situação dos 12 milhões de brasileiros sem terra; tenho me preocupado muito com essas maiorias da nossa população, porque elas nunca estiveram, nem estão nos planos econômicos do Governo. O ex-Ministro Delfim Netto falava nos 30 milhões de brasileiros em pobreza absoluta com a maior tranqüilidade do mundo, como se isto não fosse um aviltamento, uma ofensa para qualquer povo que se preze.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, venho trazer a minha preocupação com os componentes da minha classe, da classe média, dos profissionais liberais, dos milhares e milhares de professores das universidades, das fundações, dos colégios, que mal ganham para comer, dos milhares e milhares de brasileiros das micros, das pequenas empresas, que estão com o seu trabalho sacrificado por esse juro escorçaste que os bancos cobram, indevidamente, todos os dias.

Sei que nesta oportunidade, quando nós discutimos os assuntos da Assembléia Nacional Constituinte, não deveríamos trazer para este Plenário esses problemas que afligem o nosso povo. Mas, como nós vamos nos preparar, como nós vamos discutir, como nós vamos elaborar o texto da nossa Carta Magna se o nosso Ministro da Fazenda é recebido no corredor, se o nosso Ministro do Planejamento se demite, porque o seu plano de economia para o País nem sequer foi estudado e nem sequer foi encaminhado ao Plenário do Congresso Nacional? Como nós vamos discutir o texto magno, falar em função social da propriedade, falar nas garantias coletivas e individuais? Como nós vamos inscrever na nossa Carta princípios tão importantes, se nós não sabemos a quanto anda a economia do nosso País, se nós somos, diariamente, abordados pelos nossos eleitores pa-

ra saber até quando o banco vai cobrar 17%, 25%, 30% de juros sobre as operações comerciais? Até quando os milhares e milhares de brasileiros que se encontram na beira das estradas, na beira dos rios ficarão sem ter como se agasalhar, sem ter terra para trabalhar? Até quando nós vamos brincar de falar sobre a renegociação da nossa dívida externa? Quando nós vamos classificar verdadeiramente o que é essa moratória, porque os economistas se dividem em classificá-la e nós políticos não sabemos que tipo de moratória é essa que o nosso governo em tão boa hora, ou por outra, obrigado pelas circunstâncias do nosso balanço de pagamentos, teve necessidade de fazê-la?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queria que a minha palavra, que tem sido dirigida tantas vezes à população marginal, a milhões de brasileiros, de pobres absolutos que não comem, que não vestem e que não têm onde morar, queria que hoje, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós reflitamos sobre os brasileiros de gravata, sobre aqueles que são obrigados a ir para a universidade, que são obrigados a ir para o seu emprego, que são obrigados a ir para a sua fábrica, mas que deixam na sua casa um grande vazio, uma interrogação maior, do que será o destino do nosso povo daqui a poucos dias. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo à palavra ao nobre Constituinte Aluizio Campos.

*O SR. ALUÍZIO CAMPOS
PRONUNCIA DISCURSO QUE,
ENTREGUE À REVISÃO DO
ORADOR, SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE.*

Durante o discurso do Sr. Aluizio Campos; o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Bezerra de Melo.

O SR. BEZERRA DE MELO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes;

A escola, no Brasil, em seus diferentes níveis, desloca-se no plano inclinado de uma crise de graves proporções, com um quadro seriamente desalentador para as atividades do ensino. E é de considerar-se que, mesmo com o repasse, agora, do gatilho salarial, esta medida não vem cobrir as exigências que emergiram no momento atual.

Em decorrência desse fator circunstancial, forma-se em todo o País um panorama sombrio com o prenúncio de uma situação complexa que pode declarar-se insolúvel. Propriamente no âmbito universitário, registra-se uma sensível perda na qualidade do ensino, enquanto entra em decadência o espírito da pesquisa, com o risco iminente de inúmeras universidades fecharem, além das que virtualmente já desapareceram.

As universidades particulares vivem os instantes dramáticos de um crepúsculo, porque – dispondo de uma receita invariavelmente baixa – não podem atender aos índices remuneratórios dos corpos docentes, que sempre ascendem por força dos reajustes periódicos. Economicamente estão inviabilizadas. As universidades fundacionais, da sua parte, vêem que se restringe a sua massa de recursos, enquanto as autárquicas tendem a soçobrar em dificuldades, dada a uma alarmante

escassez de verbas. Nem mesmo a isonomia as salvará.

Este perfil conjuntural, de sentido espetaculoso, leva-nos a concluir que está sendo desfechado rude golpe contra a inteligência brasileira, o que representa um ato de estrangulamento cultural desta geração de jovens, com lesiva repercussão sobre o futuro imediato do País.

Não obstante a Lei Calmon, que permitiu a geração de recursos em favor do ensino, o surto dos investimentos reivindicatórios pela moderna didática transcende à faixa dos valores disponíveis, e o quadro caótico se estabelece, criando uma expectativa de agudas inquietações no ensino. E vale ponderar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que a juventude, como essência vital, é a mais cara e valiosa matéria-prima da nação, porque é ela que vai ensinar a estruturação do arcabouço cívico do País e o Estado que não investe no espírito, acaba escorregando para o abismo do obscurantismo.

O Plano Cruzado, sem dúvida, revestiu-se de bons propósitos. Pretendeu reorganizar a economia nacional ou dar-lhe um caráter de reabilitação. Ocorre que lhe faltou uma visão de maior alcance, com base no discernimento lógico, de modo a sentir e interpretar as pulsações sociais de um Estado moderno em via de desenvolvimento. E as equipes de planejamento e execução deixaram-se absorver no subjetivismo, desorientando-se depois diante da complexidade da missão.

O preclaro Presidente da República, Senhor José Sarney, confiou evidentemente em seu corpo de técnicos. E não supunha Sua Excelência que houvesse, em curto prazo, a reversão do Plano, embora tenha determinado a medida do realinhamento de preços, como solução para adequar o mercado à nova realidade insurgente. A dívida externa, sobretudo, tem sido um poderoso elemento de perturbação da vida do País, desarticulando e truncando os prognósticos para a recuperação interna.

Quero, da tribuna desta Casa, dirigir um apelo às altas esferas econômicas do governo, no sentido de que sejam corrigidas as distorções ainda existentes, porque o Chefe da Nação, que está pilotando o barco da crise, dispõe de plena lucidez para apreender a natureza dos problemas que, neste aspecto, afligem a República.

A universidade brasileira não pode sucumbir, porque, em qualquer área da comunhão internacional, o instituto de ensino superior é uma peça fundamental nos processos de desenvolvimento da civilização. E o Brasil, por razões antropológicas, não pode renunciar ao seu destino, já que teria de resgatar pesado ônus à História política e educacional deste País. Muito obrigado. (Muito bem. Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Bezerra de Melo. O Sr. Mauro Benevides, Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Represento, aqui, um Estado que tem 3,3% do total do território brasileiro. Nesse minúsculo território de 3,3%, temos índices de produção e de produtividade fantásticos, comparáveis às áreas mais desenvolvidas do mundo. De um total de oito milhões de toneladas de arroz, que é a

produção do País, o meu Estado, nessa área minúscula, repito, 3,3% do total do território brasileiro, produz 3,2 milhões de toneladas, ou seja, 40% do total da produção brasileira de arroz.

IncurSIONAMOS, aí, pela área do milho. Temos mais de 15 ou quase 20% da produção de milho do País.

No setor coureiro-calçadista, de quase um bilhão de dólares, faturados pelo País, 65% da receita dessas divisas são produtos do Rio Grande do Sul.

Frangos – além do abastecimento nacional – uma receita viva em divisas, em dinheiro forte, de mais de 200 milhões de dólares.

Trigo – 35% da produção nacional vem do Rio Grande do Sul também.

Carne – temos uma participação extraordinária com a pecuária de corte nas exportações, mais de 30% do exportado são do meu Estado, um Estado considerado pequeno, porque tem, repito, apenas 3,3% da área do País.

Soja – vamos chegar a uma produção, este ano, de 6,3 milhões de toneladas, 40%, também, do total da produção brasileira.

É o Rio Grande do Sul, um Estado, Srs. Constituintes, que produz 2 toneladas de grãos por habitante, e se mede a riqueza de um território pela quantidade de alimentos que produz. Nós, do Rio Grande do Sul, temos uma média superior às áreas mais desenvolvidas do mundo, com 2 toneladas de grãos por habitante. Pois é este Estado, Sr^{as} e Srs. Constituintes, que agora está sendo penalizado, porque ajudou a Federação com suas exportações e com isso não fazendo jus ao ICM.

É claro que existiram também desacertos na administração de meu Estado, nestes últimos vinte anos, mas, em parte, foi a penalização por ter auxiliado a União a formar divisas que levou o Rio Grande do Sul hoje à uma situação pré-falimentar.

É esta a situação que denunciou perante este Plenário Constituinte. Este Estado rico, a que me estou referindo, está falido, literalmente falido, ameaçado de não cumprir com seus compromissos de curto prazo, porque deve 112 bilhões de cruzados, que sinceramente não saberia dizer aos Srs. Constituintes o que é dívida consolidada do Estado e o que é dívida fluante. Creio que a maioria disso tudo se deva a uma dívida fluante.

Para concluir, deixo aqui uma sugestão aos Srs. Constituintes, que nas Disposições Transitórias da nova Constituição se cumpra a vontade desse grande brasileiro que foi Tancredo Neves, colocando nelas a dívida consolidada dos Estados brasileiros.

Como me contava hoje o nobre Constituinte Antônio Carlos Konder Reis, não é nenhuma novidade, porque já em 1930 Getúlio Vargas também assumiu as dívidas dos Estados Federados.

Então, precisamos honrar a vontade de um grande brasileiro, que foi Tancredo Neves, colocando nas Disposições Transitórias que a dívida consolidada dos Estados será absorvida pela União.

Sr. Presidente, para concluir, a um Estado como o meu, e aqui falo por amor cívico ao meu Estado, porque sou um homem de oposição, que se dêem condições de uma rolagem da dívida, um tratamento semelhante ao que tem sido dado a São Paulo, para que o Governo lá estabelecido recentemente pelo PMDB possa continuar trabalhando e fazendo com que o Rio Grande do Sul colabore com o País, porque, repito, na medida em que o Rio Grande do Sul vai mal, o País vai mal também. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Samir Achôa.

O SR. SAMIR ACHÔA (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inicialmente faço um reparo ao meu ilustre antecessor nesta tribuna, no que diz respeito ao tratamento dado a São Paulo. O Rio Grande do Sul mereceu um dos melhores tratamentos que o País já teve, quando um banco falido, que interessava ao Estado do Rio Grande do Sul, foi totalmente recuperado, e até com a tirada de microfones, para que pudéssemos fazer justiça ao meu Estado, que constantemente é vítima de algo que fica parecendo protecionismo. O meu Estado recebe, com muito orgulho, a grande massa de desvalidos do País inteiro, e hoje temos, na cidade de São Paulo, cerca de 4 milhões de nordestinos, que nos dão muita honra de participar da nossa vida, mas que, evidentemente, dado o problema social, agrava o problema maior ainda que São Paulo tem. São Paulo não é nenhum protegido; protegido tem sido aqui o Rio Grande do Sul, que, de um banco falido, com bilhões e bilhões de prejuízos, recebeu o dinheiro do Estado e ainda não conseguiu recuperar-se. Espero em Deus que ele se recupere.

Apenas este reparo, porque o meu Estado tem sido vítima constante de injustiças dentro desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há os que aqui aportam com esperanças, com sonhos, com projetos que esta Casa, tanto a Constituinte como a Câmara dos Deputados e o Senado, só aprovam projetos que interessam ao Executivo. Tenho vivência parlamentar de vinte e tantos anos. Estou na Câmara dos Deputados há quase oito anos. Fui Vereador durante quinze anos. Como Vereador, conseguimos aprovar, vez ou outra, algum projeto de interesse da população e apresentado por vereadores. Como Deputado Federal, a frustração que se tem é que apenas os projetos do interesse do Executivo é que são aprovados. Pensávamos que isso perdurasse até que a ditadura saísse do poder, mas perdura até hoje. Nestes últimos dois anos da Nova República, a Câmara dos Deputados, o Senado, o Congresso só aprovaram aquilo que o Executivo quis. Essa dependência e essa subserviência têm que desaparecer.

Digo isto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a propósito de projeto de lei que estou apresentando ao Congresso Nacional e que objetiva fazer justiça aos aposentados deste País.

Em 1979, por uma maroteira das autoridades da época, o aposentado passou a ser lesado a todo reajuste salarial e a defasagem daquilo que ele recebe foi tão gritante que, decorridos quase dez anos, alguns mais ousados ingressaram na Justiça e obtiveram, pacificamente, perante o Tribunal Federal de Recursos, o reconhecimento do seu direito, e a República vai ter que pagar, a Previdência vai ter que pagar toda a defasagem que, por intermédio de manobras ilícitas, conseguiu trazer ao aposentado.

Nosso projeto de lei, que, temos certeza absoluta, não será aprovado, a não ser que o Executivo queira, apenas torna sem efeito a injustiça que vem sendo cometida contra os aposentados. Nosso projeto de lei apenas corrobora aquilo que tem sido decidido pela Justiça em favor dos aposentados lesados. Nosso projeto de lei pretende apenas que a Previdência Social, ao reconhecer a lesão causada aos aposentados, aos pensionistas, aos órfãos, às viúvas, pague a eles tudo aquilo que lhes foi tirado ilicitamente.

Ora, se a Justiça do nosso País, numa jurisprudência mansa e pacífica, tem determinado que a Previdência Social deve repor aos aposentados aquilo que lesou, por que o Poder Público obrigar a todos os aposentados a recorrer à Justiça para fazer valer os seus direitos?

Faço um apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Previdência Social, que a toda hora vivem cantando a recuperação desta Previdência, que a toda hora alegam, em seu favor, a recuperação das finanças da Previdência Social, façam um apelo para que paguem corretamente os aposentados, mais do que isto, para que cumpram a lei e não permitam as marotices que estão sendo cometidas, todos estes anos, contra o aposentado.

Ouvi dizer, à boca pequena, que isto seria feito. Como estou cansado de ouvir, por parte do Executivo, algo em favor do aposentado, que nunca é cumprido, espero apenas que eles cumpram a lei, e, muito mais do que isto, que estendam as decisões judiciais que têm sido pacificamente estabelecidas pelo Tribunal Federal de Recursos, que estendam essas decisões a todos os aposentados do Brasil.

Era o que tínhamos a pedir ao Senhor Presidente, lamentando profundamente que projetos de autoria dos Parlamentares não sejam aprovados pelo Congresso Nacional.

Só esperamos que na Assembléia Nacional Constituinte o povo tenha a sua vez, tanto por intermédio dos Parlamentares como diretamente por pressões que devem exercer não somente sobre nós como sobre o Executivo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Rossi.

O SR. FRANCISCO ROSSI (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Após dois anos e dois dias de sua posse, deixa o Ministério do Planejamento o Sr. João Sayad. Por trás dessa demissão, que considero um fato da maior gravidade, há que se evidenciar alguns pontos que deixam à mostra a fragilidade não só da estratégia política do Governo como também da estratégia na área econômica.

O Ministro João Sayad diz que apresentou um plano para a economia do País, e esperou que o Governo se movesse. Confessa que perdeu espaço na equipe do Governo, e deixa essa equipe na esperança de que agora o Governo tome alguma providência, que o Governo se mova. É a confissão clara e insofismável de que o Governo está parado.

Ainda no decorrer do dia de hoje, ouvimos algumas vozes, que, por ingenuidade ou por desinformação, ou até por má fé, dizem que agora, sim, haveria a unificação do comando da política econômica do País e o Sr. Dilson Funaro poderia encontrar o melhor caminho a ser seguido pelo Brasil.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quem neste País entenda um mínimo de economia não há de duvidar que, nos últimos 6 meses, o Sr. Dilson Funaro é quem comanda a duas mãos, é o detentor exclusivo da política econômica deste País, sendo o Sr. João Sayad mera figura decorativa. Hoje ainda víamos nos jornais que o Sr. Ulysses Guimarães, nosso Presidente, estaria sendo encarregado pelo Palácio do Planalto para encaminhar a reforma ministerial.

Faço, aqui, desta tribuna, um apelo ao Presidente da República – o Presidente da Constituinte está assoberbado e sequer trouxe à nossa

apreciação a redação final do Regimento Interno, para que pudéssemos pelo menos apreciá-lo – que assumo o Senhor Presidente da República, enquanto é tempo, a responsabilidade de promover uma reforma neste Ministério, antes que entre para a História como o pior Governo que este País já teve.

Como acreditar no Sr. Dilson Funaro, que colocou este País de joelhos diante dos credores internacionais, no seu périplo pelo Mundo, ouvindo admoestações de autoridades da área econômica dos Estados Unidos, tendo que ouvir do Sr. Ministro da Economia da Itália que a Itália, num gesto de grandeza e de confiança em nosso País, abria um crédito de 30 milhões de dólares ao Brasil, ou sendo recebido pelo Sr. Ministro Nakasome no Japão?! Como acreditar num homem que conduz a economia deste País para o caos, com os juros sendo elevados à estratosfera, com a desorganização total da economia, com a poupança do pequeno poupador reduzida a fragalhos, que, na ilusão do Plano Cruzado, fez aleluia da sua poupança?

A situação é muito séria, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes. Que assumo o Senhor Presidente da República a responsabilidade e não a delegue a ninguém, e promova, o quanto antes, essa reforma ministerial, para, quem sabe, possamos salvar este País do caos total.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João Agripino.

O SR. JOÃO AGRIPINO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Como todos sabem nesta Casa, faleceu no Estado da Paraíba o ex-Deputado Raimundo Asfora, Tribuno que deixou nesta Casa marcas indeléveis de sua passagem como Deputado Federal. Com sua morte abriu-se a vaga de Vice-Governador, pois fora ele eleito, juntamente com o Governador Tarcísio Buriti, para o mandato que se iniciou no domingo passado.

Trago a esta Casa assunto que é de matéria constitucional, com a qual teremos que lidar dentro de poucos dias. O PFL na Paraíba, por sua Bancada na Assembléia Legislativa apresentou emenda à Constituição Estadual prevendo eleições diretas para o cargo de Vice-Governador. Não entendemos o objetivo do PFL, e por uma razão muito simples: A Constituição Federal ressalta dois aspectos com relação ao cargo de Vice-Presidente da República. Estamos nós, no plano federal, na mesma situação em que está a Paraíba, hoje, no plano estadual. Não temos Vice-Presidente da República aqui, como não temos Vice-Governador lá. Até hoje, aqui, ninguém cuidou de preencher a vaga de Vice-Presidente da República, e até essa discussão tornou-se estéril há pouco tempo, quando se cogitou desta matéria.

Mas na Paraíba, não. O PFL, que foi derrotado nas urnas com quase 300 mil votos de diferença, quer agora que se faça eleição direta para Vice-Governador. A Constituição Federal diz que a eleição do Presidente implicará a do candidato a Vice-Presidente com ele registrado.

No art. 77, § 1º, diz:

O candidato a Vice-Presidente, que deverá preencher os requisitos do artigo 74, considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Presidente com ele registrado; seu mandato é de seis anos e, na posse, observar-se-á o disposto no artigo 76 e seu parágrafo único.

Por conseguinte, como realizar eleições agora, na Paraíba, se a Constituição Federal não fala em eleições para Vice-Presidente da República?

Não entendemos o objetivo do PFL, e seria bom que a Bancada Federal nos explicasse, face ao texto constitucional da Carta outorgada em 1969, e também do mesmo texto da Constituição paraibana.

Há ainda outro aspecto, da vinculação do Presidente com o Vice-Presidente, do Governador com o Vice-Governador. Ou pretende o PFL da Paraíba fazer eleição para Vice-Governador em que ele não dispute essas eleições, porque o Vice-Governador eleito na Paraíba pertence aos quadros do PMDB, que foi apoiado por uma coligação democrática?

Por isso, registramos a nossa estranheza com o comportamento do PFL da Paraíba e pedimos que venha a debate nesta Casa, pois a matéria é constitucional, o que considero da maior importância.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Dois grandes categorias de trabalhadores neste momento se mobilizam nas suas campanhas salariais: os bancários de todo o País e os metalúrgicos da grande região do ABC paulista. Esses dois movimentos, essas duas categorias em ação por melhores salários e condições de trabalho, representam um contingente considerável de trabalhadores em todo o nosso País.

Registramos esses movimentos porque ainda está viva na memória de todos nós, particularmente do movimento sindical, a recente presença das Forças Armadas no campo das relações trabalhistas.

Também o Sr. Presidente deste Congresso Constituinte ainda deve a este Plenário e à Nação as informações que lhes foram solicitadas pelo Partido dos Trabalhadores e pelas Lideranças dos demais Partidos progressistas aqui presentes.

Entendemos que temos de nos prevenir diante da possibilidade de outras ações deste tipo do Executivo com relação à movimentação trabalhista que se avizinha.

É preciso que tenhamos clareza, competência, este Congresso, as representações progressistas aqui, para impedir, com antecipação, que novamente os trabalhadores sejam impedidos de realizar os seus movimentos básicos indispensáveis e necessários para melhorar suas condições de vida e de salário.

Esta questão também está ligada a dois fatos políticos recentes: a queda do Ministro Sayad da Secretaria de Planejamento e o retardamento da votação da Convenção 87 no Senado.

O primeiro fato político revela a crise não só econômica e financeira dos desmandos deste Governo como, também, a crise de poder político no seu interior. Quem define a política econômica? Política econômica e planejamento econômico não têm nada a ver uma coisa com a outra? São perguntas inda não respondidas por um Governo que, na verdade, está a aplicar, aqui, os ditames, as regras, os critérios estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional.

Tudo isto merece de parte do Congresso Constituinte uma atenção permanente. A soberania deste Congresso, por ele mesmo cedida às inves-

tidas do Executivo, não foi de todo, ainda, soterrada e sepultada. Projetos de decisão devem ser apresentados aqui neste rumo, no rumo de recuperar para este Congresso poderes de sobrestar ações como as que aconteceram no campo das relações trabalhistas, ações como as que poderão vir a acontecer no terreno das relações que têm que se travar de forma direta entre o capital e o trabalho, com a intermediação, se necessária, do Ministério do Trabalho, e nunca das Forças Armadas, do braço armado do Executivo. No sentido da recuperação das parcelas de soberania perdidas por este Congresso Constituinte, se mobiliza o poder popular, o movimento pró-participação popular na Assembléia Nacional Constituinte se estabelece nos recantos deste País, criando conselhos e comitês pró-Constituinte em cada recanto deste País, com caráter popular. Isto há de se adequar aqui dentro na ação de inúmeros Parlamentares, entendo, não apenas do meu Partido, o PT, como de vários outros partidos progressistas aqui representados.

Alertamos todos os companheiros para as ações conjugadas, no sentido de garantir aos bancários e aos metalúrgicos e a outras categorias que se mobilizam por melhores salários e condições de trabalho, espaço legítimo, espaço assegurado, para que as suas ações não sejam interrompidas pelo braço armado do Executivo.

Queremos que este Congresso venha também recuperar parcelas da sua soberania, porque é desejo do povo organizado, que sobre este Congresso há de exercitar a pressão que até agora tem vindo do Executivo e das forças conservadoras e reacionárias deste País. Este é o nosso desejo, esta é a nossa luta. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Feres Nader.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A realidade política e econômica não só é diferente de um para outro país, como também muda a cada instante. Não obstante, podemos proclamar que hoje o maior objetivo de todas as nações do Mundo é o de crescer aceleradamente, mobilizando as vantagens relativas ao seu alcance e transformando os ganhos de processo de desenvolvimento em bem-estar para o maior número.

A situação do Brasil insere-se neste contexto e o êxito do futuro dependerá, em última análise, de continuidade de de estratégia adequada, em que a liberdade de iniciativa garanta o aproveitamento das mais variadas potencialidades de nossa gente, com aplicação das táticas pertinentes à conjuntura, integrando com vigor o povo no exercício efetivo da realização de suas aspirações de grandeza da Pátria.

Maximizando todas as forças para exploração das inúmeras riquezas jacentes, poderemos, além da rápida evolução econômica, estabelecer adequado ordenamento político, que se traduz em uma civilização que assegure a efetiva realização dos objetivos sociais de uma patente sociedade brasileira.

Para alcançar esse nobre propósito é indispensável que a coletividade tenha plena consciência de que o progresso não significa tranquilidade e sossego, porque cada passo à frente como etapa vencida faz descortinar um horizonte cheio de novas necessidades, no longo e árduo caminho para o desenvolvimento do País.

A magnitude de tarefa a realizar para atender à potencialização do consumo, à correção das

dignidades sociais e das diferenças regionais, a par dos formidáveis problemas urbanos, que tendem a paralisar a vida nos grandes centros, agravando as dificuldades de solução geral a infra-estrutura que estamos construindo, a fim de assegurar os empregos indispensáveis à crescente população, não nos permita despistar nem vacilar, mas, ao contrário, induz à busca acelerada de soluções difíceis, mas possíveis, amargas, porém compensadoras.

O atual estágio da vida brasileira está, igualmente, condicionado a fatores políticos, sociais e econômicos externos pela interdependência que é a característica do mundo moderno. As constantes e crescentes divergências ente nações, paradoxalmente, estão levando a política internacional para um estado de convergência em que as intransigências ideológicas estão evoluindo para a formação de blocos que tendem a se aproximar através de concessões recíprocas ditadas pelas conveniências econômicas, que necessitamos conhecer e analisar.

Deve-se reconhecer, por oportuno, que as divergências sempre exigiram e existirão, pois as ambições se digladiam em todas as esferas.

Cabe a nós, hoje elevados à condição de legisladores, a tarefa de colaborarmos para que todas as iniciativas voltadas para os mais legítimos interesses da Nação e do povo brasileiro sejam rápida e eficazmente executadas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Davi Alves Silva.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS-MA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em projeto encaminhado a esta Casa, referente à determinação de 50% do Sistema Financeiro de Habitação, para habitação rural, espero dos nobres Constituintes uma análise cuidadosa quando da tramitação do projeto, que na mesma oportunidade foi encaminhado o Direito de Nascer e o Direito da Criança, espero merecer de todas as Comissões que haverão de passar pareceres favoráveis, por considerar da mais alta importância para o desenvolvimento rural os projetos acima mencionados.

Como um homem com pouca experiência na vida nacional, procurarei ter um comportamento nesta Casa que assegure a confiança dos meus companheiros nas matérias aqui defendidas, pois, sem dúvida, espero criar o Estado de Carajás; aposentadoria para o deficiente físico a partir do seu nascimento; assegurar ao crente, na nova Constituição Federal, de livremente fazer os seus cultos nas praças públicas, ou onde lhe convier, sem perturbação de populares; a aposentadoria da mulher com 56 anos de idade; assegurar transporte gratuito, hospital e hotéis para idosos com mais de 70 anos; modificar o art 153, no § 22, do direito da propriedade; transformar o nome de Vereador para Deputado Municipal com imunidade; o direito de plantar será assegurado pela Constituição Federal aos rurícolas, o direito de plantar sem perturbar a propriedade privada: o direito de o Senador, Deputado Federal, Estadual concorrer a eleições para Prefeito nas capitais ou cidades acima de 200.000 habitantes sem a perda do cargo, podendo a qualquer momento, se eleito for, se retirar da função e voltar à anterior, emenda aos arts. 87, 88 e 89, sobre as Leis de Segurança Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antônio Ueno.

O SR. ANTONIO UENO (PFL-PR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em recente visita ao interior do Estado do Paraná, aproveitando o tríduo carnavalesco, tive oportunidade de sentir a angústia, as dificuldades dos agricultores e o desânimo de outras classes econômicas, cujos protestos desaguarão num gigantesco movimento do dia 10 em todo o País. Demonstrando, nessas manifestações, a sua força e sua união, além de inegável importância na economia do País, esse grito de alerta à Nação, pela gravidade da situação nacional, merece, evidentemente, a melhor atenção do Governo.

O agricultor confiou no Plano Cruzado e fez pesados investimentos na ampliação de sua atividade, a juros módicos, na época. Todavia, em dezembro os juros se elevaram a mais de vinte por cento ao mês, descontrolando a situação financeira, presa de inesperada instabilidade.

Urge ao Banco Central adotar medidas para baixar os juros, tanto destinados produção como à comercialização agrícola.

A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, em audiência que lhe foi concedida pelo Presidente José Sarney, ressaltou, num conjunto de reivindicações, o problema da taxa de juros, estabelecida para o crédito de investimento rural e a indefinição de uma política de apoio à cafeicultura, ameaçada de uma crise sem precedentes para a agricultura nacional, minimizadas as exportações e os preços externos.

Desta feita, pretende a Frente Ampla uma prorrogação por cento e vinte dias das regras atinentes às taxas de juros de custeio e investimento, que estavam em vigor até 28 de fevereiro último; a isenção absoluta da cobrança de correção monetária em qualquer crédito rural, entre março de 1986 e 28 de fevereiro de 1987, e a redução dos juros.

O documento entregue ao Presidente da República salienta a necessidade de medidas especiais para atender aos agricultores em situação de insolvência, para que tenham prorrogados os débitos por cinco anos, com dois anos de carência, com providências análogas na área de comercialização da safra 1986/87, suspensos, imediatamente, todos os leilões oficiais em concorrência com as vendas dos agricultores.

A Frente Ampla dos Parlamentares e Agricultores, constituída de sessenta parlamentares, reunida no dia 11, debateu essas medidas e entende que o cafeicultor deveria ser beneficiado pela correção cambial, caso em que a saca de café passaria de dois mil seiscentos e cinqüenta cruzados para dois mil e novecentos cruzados.

Queremos reiterar nossa confiança no Senhor Presidente da República e nas autoridades econômico-financeiras, no sentido de atender às justas reivindicações dos produtores brasileiros.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Assis Canuto.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL- RO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Retorno a esta tribuna para, mais uma vez, enfatizar a urgente necessidade de o Governo encontrar meios de se criar novo alento para a Nação brasileira.

Realmente, todos os segmentos econômicos e sociais estão perplexos frente a caos que se estabeleceu em face das malévolas conseqüências do Plano Cruzado I.

Como num passe de mágica, em menos de um ano conseguiram desestruturar toda a economia brasileira. Se não, vejamos:

a) as microempresas entraram em parafuso, e estão todas falidas;

b) as empresas mais sólidas e mais estruturadas estão desorientadas e não conseguem programar seus próximos passos;

c) a agricultura, que sempre foi a "tábua de salvação" das mazelas da economia, foi desorganizada, e agonizante espera o seu fim;

d) os juros bancários atingiram patamares jamais imaginados, e promoveram verdadeiros garroteamento nas atividades econômicas;

e) as instituições públicas atravessam a maior **crise de credibilidade da história**;

f) as "estatais" continuam sugando os volumosos recursos do Governo, **na conta extra-orçamentária!**

Enfim, tudo está muito confuso, o povo já perdeu a esperança!

Urge, portanto, que novos horizontes sejam descortinados e que a chama da confiança seja realimentada, e para isso é preciso de atitudes firmes e amadurecidas, caso contrário estaremos mergulhados de corpo e alma na mais absoluta crise brasileira de todos os tempos, com conseqüências imprevisíveis e desagradáveis para muito breve!

Voltarei ao assunto, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL - RR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A fixação de proventos da inatividade em valor inferior à remuneração da atividade é uma prática que tem sido intermitentemente adotada no âmbito da administração pública.

O exemplo mais recente e significativo teve lugar quando da implantação do novo Plano de Classificação de Cargos da Administração Federal, instituído pela Lei nº 5.645, de 1970, que expressamente excluiu os inativos da revisão salarial então verificada.

A extensão dos benefícios do novo Plano aos inativos foi efetivada muito depois de sua implantação e de forma assaz restrita, impedindo que os aposentados viessem a usufruir a plenitude dos benefícios ali concedidos. A única justificativa para tal procedimento é de ordem estritamente financeira, visando a poupar o Erário das despesas correspondentes.

Em que pese ao mérito desse procedimento, há que se considerar o valor maior da questão, que é o direito adquirido dos aposentados, através de longos anos de serviços prestados à causa pública. A aposentadoria não é concedida graciosamente. Ela resulta de um somatório de circunstâncias, dentre as quais a contribuição pecuniária do servidor, segundo valores estabelecidos pela administração, atendendo à necessidade de recursos orçamentários para concessão benefício.

Evidentemente, não escapa aos administradores, e mesmo aos legisladores, a propriedade de defesa dos direitos dos aposentados. As práticas discriminatórias são adotadas simplesmente em razão do reduzido poder de barganha e pressão dos inativos. Afinal, nada mais simples que impor o sacrifício à categoria cuja reação menos repercute.

Assim é que, atentos a esta circunstância, apresentamos à Assembléia Nacional Constituinte a presente proposta que serve ao objetivo de resguardar os aposentados contra a adoção de políticas administrativas que resultem em detrimento do seu direito à remuneração condigna (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A decisão de racionar a energia elétrica no Nordeste reprisa um velho e triste filme fartamente exibido no período de arbítrio a que fomos submetidos. Só que a cópia está cada vez mais inaceitável: Governar é escolher o pior para o Nordeste.

Cito dois exemplos, suficientes por sua magnitude, para ilustrar escolhas que bloquearam gradativamente o desenvolvimento da região nos últimos 20 anos. Os 3% da renda tributária nacional que a Carta de 46 destinava ao Nordeste foram revogados pelo texto que em boa hora estamos enterrando. Os recursos da SUDENE, destinados à promoção do desenvolvimento regional, foram irresponsavelmente desviados para alheios investimentos setoriais.

A Nova República não tirou o filme de cartaz. Aliás, para o Nordeste, Nova República é apenas uma expressão de efeito de Tancredo Neves.

O racionamento fala por si só.

Ante à perspectiva de uma crise energética – crise, frise-se, resultado da imprevidência de nossas autoridades – o Governo viu-se frente a um leque de opções, algumas totalmente indolores. Sem imaginação ou sensibilidade, inclinou-se porém, pelo racionamento, indiferente às graves conseqüências dessa decisão.

Há pelo menos dez anos lideranças regionais, técnicos e especialistas vêm alertando para o problema. Apresentam soluções. Propõem alternativas.

O Deputado pernambucano Luiz Freire – para citar um exemplo – a quase um mês do início do racionamento, proferiu patético discurso no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Nele, propunha medidas emergenciais e complementares capazes de não só evitar a crise, mas também de afastar definitivamente o fantasma da escassez energética. A curto prazo, abrir as comportas de Três Marias e acionar as turbinas de gás existentes em Recife, Salvador e São Luís, por um lado; ou promover o racionamento diferenciado, por outro. A longo prazo, acelerar as obras de Itaparica e Xingó, além de completar Tucuruí.

Inutilmente, como se vê.

Ante essa prolongada e incurável surdez do Governo, entendemos a reação do ex-Senador Cid Sampaio a conchamar todos os segmentos da sociedade nordestina a não se submeterem ao racionamento. Não há meio termo, diz ele. "Ou o Nordeste agora vai ao "vale tudo" ou se conforma e subordina-se à condição de colônia por falta de espírito de reação, por apatia essencial de sua gente."

É revoltante, senhores.

Por um provinciano regionalismo, recusou-se a solução de Três Marias. Por que não abrir suas comportas? Por que aumentar a estocagem de 8 bilhões de metros cúbicos da represa com a água vital para o Nordeste? Sem arriscar o sistema CEMIG, o excedente de Três Marias seria suficiente para pôr fim ao racionamento.

Por fraqueza, desconheceu-se a opção Alumar. Por que não limitar com mais rigor a energia fornecida à Alumar? Nada mais justo. Diante da irrefutável realidade, é dever do Governo proteger o nascente parque industrial nordestino. Essa multinacional, além de receber tratamento diferenciado (sua tarifa é 10% mais barata), responde, sozinha, pelo consumo energético de um Estado como Pernambuco.

O grave, senhores, é que os dirigentes da Alumar, procurados, negaram-se a dialogar com as autoridades brasileiras. E – mais grave ainda – as autoridades brasileiras curvaram-se ante essa intransigência.

Neste momento, portanto, em nome da soberania nacional, já tão aviltada, o Governo deve fazer valer sua autoridade e determinar que o racionamento atinja mais duramente, como de direito e de justiça, a empresa estrangeira.

A verdadeira igualdade – sabemos-lo bem – consiste em tratar desigualmente os desiguais na proporção de sua desigualdade.

Sr. Presidente, Srs membros da Assembléia Nacional Constituinte, o momento é de extrema gravidade. Está em jogo a sobrevivência do parque industrial do Nordeste, sem dúvida a grande vítima do racionamento.

O processo de industrialização ali é recente e se fez, em grande parte, à custa de incentivos fiscais locais. Estados e municípios destinaram parte dos recursos de que dispunham – recursos escassos e obtidos com dificuldade – à instalação de indústrias que, por produzirem localmente o que antes era obtido em outras regiões, elevariam sua arrecadação tributária e, conseqüentemente, dar-lhe-iam maior independência do poder central.

A queda da atividade industrial resultante do racionamento determinará a redução proporcional da arrecadação estadual relativa ao ICM e o empobrecimento, nas mesmas proporções, dos municípios – a quem a Constituição destina 20% da receita desse Imposto.

Não se conclua, no entanto, que apenas os Estados mais industrializados sofrerão com a medida. A agricultura será igualmente afetada, seja pelo encarecimento dos fertilizantes e defensivos agrícolas, que deverão ser buscados em outros Estados, posto que a produção local cairá; seja pelo empobrecimento que se segue à diminuição do nível de emprego, determinado fatalmente pela queda da produção industrial.

Esse páldio quadro já configura o alargamento do abissal hiato que separa nossos dois brasis. O Nordeste – incapaz de sustentar antigos investimentos ou atrair novos recursos – ficará irremediavelmente mais pobre, mais atrasado.

Todos já vimos esse filme Urge tirá-lo do circuito. Impõe-se uma decisão do Governo. Decisão que tire o Nordeste da condição de primo pobre e sacrificado da Federação.

É hora de a Nova República dizer ao Nordeste a que veio.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"As Palmeiras de Gonçalves Dias estão morrendo.

O grande poeta maranhense "o Sociólogo Gonçalves Dias", em seus aldzes trabalhos em defesa do índio e do Negro, deixou como legado uma lição de humanismo a todos os povos e em seus poemas não deixava de exaltar "Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá, as aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá". Se pode sentir claramente o comparativo de Gonçalves Dias entre o Brasil, especialmente o Maranhão e a Metrópole Portuguesa. Na época, Gonçalves Dias denunciava a situação crítica da desigualdade social existente entre a Metrópole e a Colônia. Hoje, como Constituinte, trago um relato não menos semelhante ao de Gonçalves Dias com relação aos grandes centros do Brasil e os maranhenses que habitam nas zonas rurais do Estado e para tal basta sentir as conseqüências das devastações das matas maranhenses com as derrubadas criminosas das palmeiras que anteriormente, não apenas os sabiás gorjeavam, "mas, que dos seus frutos emanava o alimento e o sustento das camadas mais pobres do nosso Estado, isto é, dos camponeses lavradores, que sobrevivem da caça, da pesca e da agricultura, para estas pessoas a vida começa a ser arruinada, pois, enquanto os homens embrenhavam-se nas matas para executarem seus roçados ou mesmo caçarem, as mulheres com os filhos menores invadiam os babaquais para extraírem suas amêndoas, e assim angariarem o pão de cada dia. Todavia, isto não está sendo mais possível hoje, haja vista a dizimação do restante das matas que ainda existem e o fragoroso e criminoso extermínio das palmeiras do babaçu, sem que os órgãos competentes, como o IBDF e outros, cheguem a tempo para evitar uma catástrofe maior na ecologia, cuja repercussão atingirá em cheio os lavradores que sobrevivem da venda das amêndoas do babaçu e da lavoura e para que não fiquemos a procurar o algoz da cena apocalíptica e que também nos forneça os atestados de óbitos por cada palmeira caída pela ação do machado e das serras. Se quiserem, Senhores Constituintes, tirem a dúvida, basta percorrer as BRs-135, 010, 222, 316 e a 226, que atravessam o Maranhão com destino a outros Estados, e ficarão estarecidos diante do quadro devastador de uma Palmeira que se não é hoje e mola mestra do desenvolvimento do Maranhão, já o foi, e hoje faz parte das indústrias que ajudam a desenvolver o nosso Estado. Por isso, solicito que seja encaminhado requerimento aos órgãos competentes que ajam com maior brevidade possível, para evitar este desastre ecológico que trará conseqüências nefastas e horrendas aos camponeses do Estado do Maranhão, já bastante combalidos pela carência da reforma agrária que será a redenção não somente dos maranhenses, mas também de todos os brasileiros, e só assim poderemos socorrer estes tipos de seres viventes que não falam, porém, nos fornecem as amêndoas para o fabrico de óleo comestível, suas palhas para confecções de esteiras, cestas e chapéus, além de servir para cobertas de residências dos camponeses. De antemão se pode observar a polivalência desta Palmeira, que está morrendo a cada dia

Por isso, Srs. Constituintes, para combater a falta de respeito, não apenas à ecologia, mas também a todo o povo sediado no Maranhão e em parte do Piauí, que sobrevivem às custas do cultivo e comércio das amêndoas do fruto do babaçu. Hoje bastante massacrada pela ação de inescrupulosos que se preocupam apenas consigo, esquecendo-se dos demais semelhantes seus. Socorramos quem ede auxílio, no caso, as Palmeiras de Gonçalves Dias. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

É de pressupor que a falência do Plano Cruzado, qualquer que tenha sido a causa de seu fracasso, não possa refletir efeitos prejudiciais às instituições ou Entidades econômicas que sustentam o desenvolvimento do País.

O imobilismo tem que ser substituído por uma ação imediata e mais dinâmica, de forma a senão superar, pelo menos restringir os aspectos negativos das seqüelas produzidas por aquela enganosa política.

Neste pronunciamento, desejo dar enfoque especial à situação que atualmente envolve o setor de Armação, como oxigênio que é da integração fluvial na Amazônia, ameaçado de paralisar sua atividade, pela impossibilidade de sustentar, por mais tempo, a defasagem entre os custos de operação e as tarifas praticadas no frete relativo aos produtos derivados de petróleo.

De acordo com as normas testificadas no Decreto-lei nº 88.420, de 21 de junho de 1983, cabe à SUNAMAM o estudo e a fixação dos custos das mencionadas tarifas.

Coerente com essa linha de atribuição legal, a SUNAMAM desenvolveu toda uma metodologia para o cálculo daqueles fretes, que, dentro da política de equalização de preços dos derivados de petróleo, é ressarcido pelo CNP – Conselho Nacional do Petróleo.

Convém salientar que desde o ano de 1984 a SUNAMAM implantou esse tipo de metodologia e a vem praticando – o que legalmente lhe compete.

Ocorre, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, que ao arrepio da lei, e contrariando princípios tradicionais que vigoram no País há mais de uma década, até mesmo de ordem técnica – a SEAP julgou-se no direito de avocar para si a competência de intervir no processo que tramitava normalmente, sob a direção e controle da SUNAMAM.

Como consequência de tal ato usurpatório, criou-se uma superposição, gerando um prejudicial conflito de decisões, atingindo unicamente as Empresas de Navegação na Amazônia, que transportam derivados de petróleo, todas das expostas à ameaça de indesejável paralisação, pois é evidente a impossibilidade de continuarem sofrendo defasagem entre os custos operacionais e as tarifas praticadas.

Se isto ocorrer, numa região onde o transporte marítimo é de alta relevância no processo de interligação estadual e municipal, além dos Territórios Federais, pode-se antecipar que os prejuízos econômicos e sociais serão incalculáveis, principalmente pelo fato de que a quase totalidade da geração energética na Região tem apoio nos combustíveis fósseis.

Diante dos fatos que fielmente relatamos, de notórias gravidades para a Amazônia, desejamos formular veemente apelo aos Exms. Srs. Ministros dos Transportes José Reinaldo e da Fazenda Dilson Funaro, para que concentrem sob o controle da SUNAMAM o estudo e a fixação das tarifas mencionadas no Decreto-lei nº 88.420, de 21 de junho de 1983, considerando que, além do sentido de legalidade, que nos parece inquestionável, ressalta o fato de aquela Entidade dispor do instrumental técnico necessário, cuja experiência, ao longo de mais de dez anos, tem sido posta a serviço do transporte de derivados de petróleo na imensa área amazônica.

Este apelo, Sr. Presidente, tem caráter urgente e inadiável. Do contrário, assistiremos perplexos à Amazônia sofrer o mais dramático acontecimento de sua história, que será a paralisação do transporte condutor de derivados de petróleo, cujas conseqüências afetarão a própria economia do País, inclusive.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, srs. Constituintes:

Infelizmente sou obrigado a usar a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para fazer um comunicado e registro triste que causa e provoca lamentos: brutal assassinato de um líder político interiorano que apoiou o Governador Miguel Arraes, no Município de Palmeirina, Agreste pernambucano: João Pereira de Lima, conhecido por "Dão".

É realmente inusitado usar a tribuna desta Casa para fazer registro de um homicídio no interior de Pernambuco. Não é de hoje que Pernambuco, meu Estado, vê-se envolvido em um clima de insegurança, sofrendo seus cidadãos, amiudamente, ameaças de toda a sorte, principalmente bárbaros assassinatos, como é o caso objeto do meu pronunciamento, levando àquela comunidade uma intranquilidade constante para toda a sua população, o crime organizado, em Pernambuco, atentando contra a integridade física e moral dos que propugnam pelo respeito à dignidade humana. Ontem foi o Advogado Evandro, no Município de Surubim, hoje, foi "Dão", líder político do Município de Palmeirina, vítima de brutal homicídio às 18:30 horas, no comércio de Garanhuns, quando retomava das festividades da posse do Governador Miguel Arraes.

Peço às autoridades do meu Estado, agora notas nomes, principalmente ao atual Secretário da Segurança Pública, que se faz necessário coibir essas práticas delituosas, para que os pernambucanos se vejam livres, definitivamente, dessas deploráveis atitudes que intranquilizam toda a população. Peço que as autoridades constituídas, comandadas pelo Governador Miguel Arraes, ofereçam aos pernambucanos a garantia que lhes é devida, para bem exercerem os misteres, e os mais sadios, para os quais a sociedade os escolheu.

Mais uma vez, da tribuna, reclamo das autoridades de meu Estado providências urgentes, no sentido do que se apurem, com todo o rigor, esses fatos deploráveis e selvagens que têm atingido Pernambuco, pondo em pânico toda a sua população, agora, o brutal homicídio de que foi vítima João Pereira de Lima, conhecido por "Dão", líder político do Município de Palmeirina, em Pernambuco.

Finalmente, ousou sugerir, como medida emergencial, a discussão imediata pelo Ministério da Justiça do tema que envolve a presente denúncia: violência no Estado de Pernambuco, como forma de alinhar o Ministério da Justiça ao combate da violência institucionalizada e a uma maior propugnação em favor dos Direitos Humanos.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, o compromisso de defender os Direitos Humanos não é apenas do PMDB, que inseriu em seu programa de ação política essa preocupação como um dos postulados mais importantes de sua própria razão de ser no cenário político racional. O compromisso de defender os Direitos Humanos, mais

do que nosso, é do Brasil, que é um dos signatários da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que faz parte integrante da Carta das Nações Unidas.

Sr. Presidente, para concluir, deixo nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte este registro assassinato do líder interiorano João Pereira de Lima, em Pernambuco, para que os Constituintes venham a meditar sobre o problema da violência que vem ocorrendo no País e possam incluir, na nova Carta política, dispositivos para coibir esses fatos que enlutam o povo brasileiro. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Santinho Furtado.

O SR. SANTINHO FURTADO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"A hora é para os fortes. Exigirá mais daqueles que não perderem a fé e a esperança. Somos um povo feito de fibrados desbravadores. Sempre soubemos resistir a todos os tipos de adversidades. Sempre enfrentamos vitoriosamente todos os desafios os obstáculos não nos abatem. As contingências adversas não nos amedrontam. Ao contrário. Retemperam nossa disposição ao trabalho e à luta. Aguçam a inteligência e enriquecem o caráter de quem sempre buscou no trabalho a superação dos tempos áspers de crise pelas épocas de fartura colhidas nos campos férteis de esperança e de honestidade".

Estas palavras, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não são minhas. Mas as faço minhas, endossando-as integralmente.

Elas foram proferidas por Álvaro Dias, o novo Governador do Paraná, ao ensejo de sua posse perante a Assembléia Legislativa.

Esperamos que os discursos proferidos na posse dos Srs. Governadores, dia 15 último, não sejam mais uma atividade de retórica e sim a consciência adquirida de uma nova geração política que emerge com o pleito de 15 de novembro de 1986.

Acreditamos, Srs. e Srs. Constituintes, que este seja um momento de abnegação, de renúncias às aspirações particulares, de grupos, de regiões ou mesmo de estados, em favor da causa maior que é a Nação brasileira e, conseqüentemente, o seu povo.

Tomou-se lugar comum entre nós, políticos, falarmos de austeridade, em redução de despesas da administração pública, mas infelizmente estamos cada vez mais desacreditados perante a opinião pública. E de que maneira poderemos reaver a credibilidade que todos merecemos e de que necessitamos? Somente dando exemplos, somente renegando a benefícios próprios é que haveremos de readquirir essa confiança.

Temos que votar leis que obriguem todos nós, parlamentares, a recolher o imposto de renda: porque não há razão para que assim não seja.

Temos que votar leis que derrubem a aposentadoria dos ex-Governadores, porque, sabemos, nenhum deles depende dela e, ao mesmo tempo, acarreta um ônus enorme para os seus respectivos Estados.

Só à título de ilustração, o meu Estado, o Paraná, paga de aposentadoria aos seus ex-Governadores em torno de 1 milhão de cruzados.

Acreditamos também que tanto o Governo federal quanto os governos estaduais deveriam suspender algumas, ou muitas obras, com exceção

de investimentos na área de saúde, agricultura e educação. Para que isso não acarrete um desemprego maior do que o já existente, deveríamos incentivar as pequenas indústrias e microempresas, injetando recursos e isentando-as de impostos, pois são elas, sem dúvida, que oferecem uma das maiores fontes de empregos à nação brasileira.

A agricultura, para a qual nunca cansamos de defender uma política decente, uma prioridade basilar, preços justos e juros honestos, é outra fonte que poderia aumentar substancialmente o contingente de empregos da nossa tão sofrida sociedade.

Esta nossa preocupação é fundamentada, pois a realidade está violentamente estampada na face de cada cidadão brasileiro.

O Governador do Paraná, em seu discurso de posse, o qual cito textualmente, afirma:

O cenário da crise é mais nítido em sua face social; quando se traduz no rosto de nosso povo a angústia com a possibilidade de frustração de seus sonhos de segurança e prosperidade acalentados durante tanto tempo. Diante da ameaça de que se amplie a miséria, a dor e o desespero, agravando os problemas sociais crônicos que atentam contra a consciência de todos os que desejam um novo tempo em que possamos esquecer a legião de deserdados e oprimidos".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o momento é crucial e não admite hesitações. A nossa incipiente democracia se vê ameaçada pelo caos econômico em que o País vai rapidamente mergulhando.

Chega de experiências amadoras dos que, insensivelmente, querem fazer do povo e do Brasil a cobaia de suas elucubrações fantasiosas.

É preciso governar com os pés no chão, implantando-se uma economia de guerra, pois outro não é o clima em que se debate o País, envolto em uma conflagração que estende por múltiplos fronts.

Esta Constituinte deve transformar-se em foro privilegiado das decisões maiores, porque somos uma instituição legitimada pelas urnas e pela vontade soberana da sociedade na busca de mudanças.

Faço da Constituinte a mais vigorosa trincheira nessa guerra em que o Brasil está envolvido sob o ataque da rapinagem internacional disfarçada em sérios banqueiros, conluídos com a indiferente sanha dominadora do imperialismo.

Para que isso ocorra de fato, faz-se necessário que esqueçamos eventuais seqüelas partidárias ou ideológicas e nos concentremos numa política de real seriedade, numa política voltada para o combate aos juros extorsivos, enfim, para a política em favor da sociedade brasileira. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre constituinte José Moura.

O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. constituintes:

O assunto subsídio do Tesouro Nacional vem freqüentemente crescendo espaço no noticiário, o que não surpreende pela importância e identidade que tem como panorama social, político e econômico da atualidade.

Os principais subsídios que o orçamento da União suporta abrangem o açúcar, o álcool, transportes, BNDES, FINEX, PROAGRO, preços mínimos, estoques reguladores, bônus da casa própria

(1984/85 e 1974), restituição do ICM aos Estados, carvão, pesca, Vale do Rio Doce, seguro-desemprego e os cupons para distribuição do leite. Cada um deles tem o seu histórico e a sua finalidade, como bem o revela elucidativa matéria publicada na **Folha de S. Paulo**, do dia 13 do corrente mês de março.

Sobre esses subsídios, existentes há muitos anos, dizem as notícias que o Governo Federal equaciona alternativas, visando aliviar o Tesouro Nacional dos respectivos encargos, de modo a evitar no Muro a criação de novos, sem que esteja previamente definida a origem e o destino dos recursos atacados.

Algumas outras fontes alimentam o noticiário, particularizando o subsídio ao trigo, que será sumariamente suprimido, antes mesmo dos estudos ainda em fase de elaboração, como ainda há pouco se referiu o Ministro Funaro.

Daí, certamente, a afirmação imediata do Ministro da Fazenda publicada em **O Estado de S. Paulo**, de 14 do corrente, esclarecendo que o Governo pretende retirar parte do subsídio ao trigo, o que vai resultar em aumento do preço do pão, biscoito, massas alimentícias, etc., e que o percentual da redução ainda está em estudos.

O esclarecimento do Ministro exprime a idéia de um plano, um programa, ou, de qualquer forma, alguma coisa consistente com a natureza intrincada do problema e seus amplos reflexos, que vão desde um abalo facilmente previsível na triticultura, ora em fase de mobilização da infra-estrutura do plantio que começa agora e no bolso do consumidor.

Como o Governo é o único comprador do trigo em grão, seja ele de origem interna ou externa, o Governo passa a ser também o único vendedor. É na sua área que se verifica o diferencial entre o preço de compra no mercado interno, bem mais alto, e o importado, consideravelmente menor. É dessa defasagem que o Tesouro Nacional pretende se livrar, sabendo que será suportada logo adiante pelas populações pagando mais pelo pão, massa biscoitos, etc, e o produtor nacional recebendo menos pelo trigo de sua lavoura, ante a redução ou supressão da margem atrativa que vem assegurando o índice de aumento crescente nas safras de trigo. Assinale-se, por necessário, que o Brasil não é o único a subsidiar a produção nacional de trigo, que é também fortemente estimulada em outros países.

Daí a uma desestruturação completa na produção de trigo no País, que é fator de soberania, a distância é muito curta, e assim temos, apenas com esses dados, que a solução ainda está longe de ser alcançada.

São inevitáveis as conseqüências apontadas e visível a sua significação. Com os preços na ascensão do realinhamento, a agricultura mobilizada contra os juros, buscando incentivos, e a vida nacional enfrentando dificuldades, não é fácil vislumbrar seja este o momento mais adequado para rever a política de subsídios, e, menos ainda, tratar de sua extinção de maneira abrupta.

As ameaças de aumento de preços sabidamente alarmam as populações, e já seria então oportuno que se indicassem quais seriam, por exemplo, os produtos alternativos com presença assegurada nos mercados, que viriam substituir os derivados de trigo nos preços e quantidades que hoje estão em oferta na faixa alimentar mais perto das camadas populacionais mais carentes.

Não há como esconder que todos os subsídios arrolados se revestem de inquestionável cunho social e não serão eles, decerto, os responsáveis exclusivos pela reordenação que se deseja aplicar à nossa economia e às próprias finanças públicas.

E, ainda: – Terão desaparecido, acaso, os motivos determinadores de sua implantação?

Vigorando há tantos anos, é difícil compreender tenham alcançado insuportabilidade que recomenda algum tipo de operação de emergência.

Essas, e também outras razões, tão ou mais relevantes até, desaconselharam suprimir ou simplesmente reduzir o subsídio de produtos como o açúcar, cuja lavoura é responsável pela imensa mão-de-obra ocupada na Zona da Mata do Nordeste brasileiro. E uma questão social de peso, que não pode ser ignorada.

Também é necessário ressaltar que a economia do açúcar responde, por exemplo, com mais de 60% do ICM arrecadado no Estado de Alagoas e algo em torno de 50% no Estado de Pernambuco, que tenho a honra de representar nesta Casa.

O subsídio do açúcar é também comum em todos os países do mundo que o produzem. É um dos suportes em que se apóia grande parte da economia nordestina, e a sua lavoura enfrenta obstáculos terríveis no aproveitamento da terra, ordinariamente afetado pelas condições mesológicas e a que se associam os fatores adversos da própria topografia.

É impensável tocar nos mecanismos que regulam o subsídio do açúcar, sem que antes se adotem providências concretas, eficientes e reais, de efetiva compensação econômica e claramente substitutivas do incentivo que o subsídio do açúcar representa.

Nesta ordem de considerações surge, de plano, como um dos temas a ser levado em conta, a construção da refinaria de petróleo insistentemente reivindicados pelo Estado de Pernambuco, que virá desafogar a mão-de-obra existente na Zona Metropolitana do Recife, área mais crítica de desemprego no País.

A ansiedade incontida dos arautos do acomodamento já encontrou em importantes áreas do Governo o "vamos devagar" da gradualidade reveladora da indispensável sensatez política.

O pão, o macarrão e demais derivados do trigo, como produtos a que tem acesso maior e facilitado o consumo popular, afastam de muitos lares o espectro da fome, tão-somente pelo baixo custo com que hoje são obtidos.

Não se pretende, de modo algum, evitar a revisão, caso necessária, de certos aspectos da nossa política econômica, e, dentre eles, os atinentes aos subsídios em geral.

Temos, inclusive, a convicção de que eles deverão ser eliminados, porém como critério indispensável, para que não se venha a incorrer em erros irremediáveis.

Quanto aos do trigo, o confronto de notícias, claramente estabelecido pela disparidade das fontes e as contradições daí decorrentes, força este pronunciamento de alerta e que leva também a certeza de que o Governo estuda, como lhe compete as soluções possíveis e viáveis, sem os solavancos das improvisações, nem as inconseqüências de esquecer o delicado momento social que a Nação atravessa (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Seixas.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Conforme a definição de Hegel, o Constituinte é:

"Aquele capaz de expressar em palavras a vontade da época. Dizer à sua era qual é a sua vontade e executá-la. Aquilo que ele

faz constitui o cerne e a essência da época, ele atualiza a sua era."

Dentro do domínio de conhecimento dos povos, Sr. Presidente, a sociedade é o setor mais mutável e dinâmico que existe. Evolui tão rapidamente, de geração a geração, que chega a nos assustar com suas inovações perturbadoras.

Nessa evolução, precisamos estar atentos e nos esforçar bastante para acompanhá-las e integrá-las na nossa vivência comum. Tudo se modifica, se transforma. E não podemos ficar atados a intolerâncias inaplicáveis às realidades de agora, que só serviriam para travancar o desenvolvimento solidário da humanidade.

Acompanhando este raciocínio, gostaria de concretizar uma contribuição que vejo indispensável, qual seja, a de colaborar para a integração da mulher dentro da sociedade, dando-lhe condições de melhor exercer suas atribuições.

São inegáveis as conquistas feitas por elas a partir, talvez, da década de 50, no Brasil, quando deixaram de ser tratadas à maneira de meros objetos, sem entendimentos nem liberdades, à mercê do arbítrio alheio, passando a ter um lugar de relativo destaque profissional ao lado do homem.

Segundo dados do Conselho Estadual da Condição Feminina, de São Paulo, as mulheres são, hoje, metade da população do Brasil; metade do estudantado em todos os níveis de ensino; metade do eleitorado, e 36% da força ativa de trabalho.

Ainda segundo esse Conselho, nas últimas décadas têm sido fator de progresso, no conjunto das lutas realizadas em defesa da soberania nacional, pela democracia, pelo progresso do Brasil e pela melhor qualidade de vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, nesse 8 de março, "Dia Internacional da Mulher", não poderíamos deixar passar em branco algumas reivindicações dessa que é nossa mãe, Irmã, companheira, e hoje, também colega de trabalho.

Gostaria de abordar três problemas que acho importante se coloque na nova Carta Constitucional com relação ao papel da mulher na sociedade. O primeiro é o problema do aborto. Muito polêmico na atualidade, mas já resolvido em países mais desenvolvidos. A lei deve deixar para a própria mulher o direito de opção, embora, pessoalmente, seja contrário à interrupção da vida, em qualquer estágio. Acho que a mulher pode optar se deve ou não fazer o aborto e que essa opção seja dentro da lei.

A aposentadoria é o segundo problema que temos de estudar no novo Texto Constitucional. A mulher tem funções no lar que a faz trabalhar, no mínimo, em horário dobrado e com responsabilidade ainda maior daquela que tem fora do conjunto familiar.

Rogo, Sr. Presidente, estudemos a possibilidade de inserir na nova Carta Magna a aposentadoria aos 25 anos para a mulher, modificando o art. 101, parágrafo único, da Constituição vigente, em todos os níveis profissionais.

Outro problema da mulher que trabalha fora do lar é o dos filhos que ficam sozinhos sem um cuidado adequado. Embora a legislação ordinária tente buscar soluções, paliativas, precisam exigir das empresas com grande número de funcionários a resolução definitiva do problema para proporcionar à mulher mais confiança e segurança profissional.

Esse é um problema abrangente e atinge, Sr. Presidente, os próprios funcionários da Casa em que trabalhamos. A Câmara não tem creche para os filhos dessas dedicadas funcionárias que dão um apoio importante para que o nosso trabalho parlamentar seja coroado de êxito.

Precisamos ponderar à luz da razão e nos persuadirmos que deixou a mulher de ser um produto exótico dentro da comunidade para ser um membro atuante e participativo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Terminado o horário de pequenas comunicações. Passa-se o período destinado aos pronunciamentos das Lideranças. Antes, no entanto, concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno, para questão de ordem.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT– SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A questão de ordem que formulo à Mesa da Constituinte é a seguinte: estão sendo comentadas datas prováveis para a votação da redação final do Regimento Interno. É necessário que a Mesa da Constituinte marque oficialmente a data da votação da redação final do Regimento Interno.

O segundo ponto é a questão de ordem, Sr. Presidente. Antes da votação da redação final do Regimento Interno é necessário que os Constituintes tenham condições de ler a redação final do Regimento Interno.

Então, a questão de ordem que formulo a V. Ex.^a é no sentido de marcar a data da votação da redação final do Regimento Interno, e apelo a que nós, Constituintes, tenhamos condições de ler essa redação final antes da votação e da promulgação do Regimento Interno. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – A data da votação final só não foi marcada porque, muito bem lembrou o nobre Constituinte, todos têm que ter conhecimento do texto final. E o texto final está na Gráfica, devendo ser distribuído ainda hoje ao final do dia, no mais tardar amanhã cedo, para que na sessão de amanhã, à tarde, seja votada a redação final. Já está definida. A votação da redação final será no dia de amanhã, porém, antes, todos os Constituintes receberão uma cópia da redação final para analisarem.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jamil Haddad, para uma questão de ordem.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, V. Ex.^a declara à Casa, respondendo a questão de ordem do nobre Deputado José Genoíno, que amanhã os Constituintes receberão a redação final do Regimento Interno.

Sr. Presidente, as informações que nos chegaram, inclusive do próprio Relator Fernando Henrique Cardoso, são no sentido de que a votação seria amanhã. Declaração de S. Ex.^a feita ontem de que a votação da redação final seria amanhã. Até o presente momento não recebemos, na realidade essa redação final, e tudo indica que talvez não a recebamos hoje, ainda. Então, acho que o nobre Constituinte José Genoíno tem toda a razão; nós não podemos votar sem termos esse documento em mãos, para estudarmos e verificarmos os destaques aprovados que estão incluídos, para podermos conscientemente votar essa redação final.

Faço um apelo à Mesa no sentido de que, se possível, saiba junto à Gráfica, junto à direção dos trabalhos, se amanhã nós teremos esse documento, no máximo pela manhã, ou, se possível, que seja entregue ainda hoje em nossos gabinetes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Posso informar ao nobre Constituinte Jamil

Haddad que a Gráfica já prestou informações a esta Mesa de que, no mais tardar amanhã cedo, todos os Constituintes receberão um exemplar, para que na parte da tarde possamos fazer a votação.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não quero propor exatamente uma questão de ordem, nem formular uma reclamação, mas quero um esclarecimento da Mesa a respeito dos requerimentos de informações que foram encaminhados a V. Ex.^a, para que os remetesse, dentro do prazo estabelecido pelas normas regimentais provisórias, ao Senhor Presidente da República.

Já faz mais de um mês que esses requerimentos foram apresentados, e tendo sido acolhidos pela Presidência fica a presunção de que foram deferidos, e até aqui eu, pessoalmente, não tenho resposta de nenhum dos pedidos de informação que formulei à Presidência da República, e que envolvem assuntos que interessam à sociedade brasileira, desde a escandalosa importação de alimentos que tantos prejuízos trouxe à saúde do povo brasileiro e à economia nacional, até questões relacionadas com subsídios inaceitáveis que o Governo vem dando à indústria do café solúvel, em prejuízo do produtor e do próprio consumidor.

São esclarecimentos que não interessam apenas e tão-somente ao PDT, mas à sociedade brasileira, uma vez que a Nova República assumiu o compromisso formal de transformar suas ações, suas atividades, em ações transparentes, palmares. E até aqui, Sr. Presidente, eu não tenho nenhuma informação concreta sobre se esses requerimentos foram efetivamente encaminhados, se existiriam cópias dos ofícios da Presidência da Constituinte, encaminhando esses requerimentos, e se o Executivo já os respondeu ou pretende respondê-los, ou vamos esperar que as normas definitivas, o Regimento definitivo seja promulgado, a fim de que então se cumpra os prazos neles estabelecidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Vou solicitar à Secretaria informações para saber da fase em que se encontram os requerimentos de informações aludidos pelo nobre Constituinte.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis, que falará pela liderança do PTB.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes.

O § 1º do art. 2º, do Projeto de Regimento Interno, o Substitutivo nº 2B, Projeto de Resolução, diz que:

"Logo que for promulgada a Resolução relativa ao Regimento, o Presidente convocará sessão destinada à eleição dos demais membros da Mesa."

E o § 4º do art. 13, da mesma propositura, diz que:

"Dentro de quarenta e oito horas, a contar da eleição da Mesa, os Líderes dos Partidos indicarão à mesma, por escrito, os integrantes de suas Bancadas que irão compor às Comissões."

Em no § 5º:

"Na sessão ordinária seguinte, o Presidente da Assembléia declarará constituídas as Comissões e lerá os nomes dos que as compõem."

Essas comissões, pelo § 6º, têm o prazo de quarenta e oito horas para se dividirem em subcomissões instaladas. Só então começa a correr a cronologia, começam a correr os prazos para que a Constituinte trabalhe na elaboração do projeto, na discussão e na votação da matéria, que tramitará pelas 24 subcomissões, pelas 8 comissões, pela Comissão de Sistematização e, como palavra e decisão final, pelo Plenário.

Vê-se assim, Sr. Presidente, que enquanto não promulgamos a resolução, não convocaremos a eleição dos demais Membros da Mesa, e, enquanto não convocarmos essa eleição não comporemos as Comissões. Ora, a composição das Comissões é condição **sine qua non**, ponto de partida para deflagrar o processo cronológico, que vai pôr em andamento o processo Constituinte propriamente dito.

Isto posto, desejo apelar a V. Ex.^a para que transmita ao Presidente da Casa o nosso apelo, no sentido de que a pretexto algum se procrastine a votação da redação final da proposta de Regimento Interno; porque a estrutura política desta Casa, Sr. Presidente, sofreu uma espécie de elefantíase, de maneira que, de 559 parlamentares, 305 detêm, na prática, como maioria absoluta, todo o poder, e como têm a Mesa têm tudo. Então, a responsabilidade da maioria parlamentar é toda, e nós, que figuramos na minoria, apelamos ao Presidente da Casa, através de V. Ex.^a, para que a pretexto algum se adie a votação da redação final do Regimento Interno, porque senão não deflagraremos o processo Constituinte que o povo espera e é da nossa responsabilidade específica. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encaminharemos o apelo de V. Ex.^a e, pelo que tenho conhecimento, a votação não deverá passar de amanhã.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte Bonifácio de Andrada, que falará pela Liderança do PDS.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS – MG. Como líder.Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Vive, neste instante, o País uma série de crises, mas uma crise que está atingindo de cheio os diversos segmentos sociais, diz respeito às providências do Governo relativas ao Imposto de Renda.

Sabemos que é um velho ensinamento, dos mais elementares, que o imposto deve ser resultado de uma política fiscal que se baseie, sobretudo, na justiça, que se baseie em medidas justas, e o que estamos vendo, Sr. Presidente, nessa área, é a completa injustiça, é a perseguição, é a violência do Governo atentando mesmo contra a Constituição e contra as leis, e lançando sobre o povo, em termos assim rígidos, enfáticos, a provocar uma grande revolta, as bases do Imposto de Renda.

O Ministro Dílson Funaro – desculpe-me V. Ex.^a, Sr. Presidente, a expressão – está se revelando um irresponsável nessa matéria. Em outras matérias pode ser discutida a sua irresponsabilidade, mas, no tocante ao Imposto de Renda, o Ministro da Fazenda é um irresponsável. Falou uma coisa o ano passado, falou outra coisa esse ano, falou outra coisa ontem, e já está nos jornais

uma terceira coisa afirmada totalmente diversa, nos dias de agora.

De modo que, Sr. Presidente, nós estamos sob o reino da irresponsabilidade fiscal. O meu Partido, o PDS, reunida as suas Bancadas, a sua comissão executiva, proposta do eminente Deputado César Cals, acaba de aprovar uma nota de protesto, de enérgico protesto contra o Ministro Dílson Funaro, pela sua irresponsabilidade que está flagrante no tocante ao que vem, digamos assim, determinando na área do Imposto de Renda.

Fica aqui, através desta nota, que passo à Taquigrafia, o nosso apelo ao Senhor Presidente da República, para que num rasgo de bom senso, de equilíbrio e de energia, que está faltando ao Senhor Presidente da República, energia e autoridade, reponha o Sr. Ministro da Fazenda na linha da responsabilidade ou então o coloque fora do Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA EM SEU DISCURSO:

Nota do PDS, contra o esmagamento da classe assalariada, através do Imposto de Renda, aprovada na reunião da Comissão Executiva com as emendas do Senado e Câmara.

Os contribuintes brasileiros, mais uma vez, estão sendo vítimas da malícia, da incompetência e da voracidade da administração tributária do País, cujo resultado é o extorsivo aumento do Imposto de Renda que terão que pagar, além do já descontado na fonte. A garantia do Ministro Dílson Funaro, "de que o novo sistema de cobrança em bases correntes, onde o Imposto de Renda seria pago pelo contribuinte no exato momento em que recebesse seu rendimento, nada mais sendo devido no ato da declaração, não significaria aumento da carga tributária para as classes pobre e média", não está correspondendo à realidade, pois os assalariados estão sendo chamados a pagar, em alguns casos, cerca de 1.000% (hum mil por cento) a mais, além do que recolheram em 1986, na fonte.

Para ser coerente, o Ministro da Fazenda deveria reajustar a Tabela Anual Progressiva, onde é determinado o percentual do imposto a ser pago, em 130% (cento e trinta por cento) e não em apenas 110% (cento e dez por cento), como foi definido pela receita federal. Assim, teriam os contribuintes seus rendimentos em faixas com alíquotas menores de Imposto a Pagar, sem aumento da carga tributária.

É importante, ainda, que o Governo autorize a compensação das restituições confiscadas no ano passado com o saldo do imposto a pagar deste exercício, fazendo um encontro de contas entre a União e os contribuintes. Não é possível que os contribuintes, principalmente os assalariados, sejam obrigados a "tirar o pão da boca de seus filhos" para satisfazer à ganância do fisco, sacrificando direitos fundamentais da família, como a alimentação, habitação condigna, educação, saúde, assistência médica, odontológica e hospitalar, vestuário decente e lazer.

Assim, vem a Bancada do Partido Democrático Social no Congresso Nacional, em ato de defesa da sofrida classe assalariada brasileira, reivindicar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, seja encontrada uma fórmula no sentido de se fazer cumprir, pelas autoridades econômicas do Governo federal, a orientação de Vossa Excelência, expressa em pronunciamento por ocasião do encaminhamento de projeto de lei,

em 1985, alterando a legislação tributária federal nos seguintes termos: "com a aplicação da nova Tabela do Imposto de Renda, todos os contribuintes pagarão menos Imposto..."

Deputado Federal César Cals Neto – autor.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eduardo Jorge, que falará pela Liderança do PT.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.): Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Com preocupação, o Partido dos Trabalhadores tomou conhecimento da intenção de que seja adiada a votação do Senado, mais uma vez, da ratificação da Convenção 87, das OIT. Há quase 40 anos que o Brasil assinou essa convenção desse órgão ligado à ONU; mais de três décadas tramitou aqui pela Câmara e já há três anos que esse projeto, depois de aprovado na Câmara, está estacionado lá no Senado. Agora se anuncia um novo adiamento. Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos, aqui, firmar a nossa posição, mais uma vez, pela aprovação dessa Convenção 87. Vejam bem que hoje, em todos os jornais, está claro de onde partiu a principal pressão para esse novo adiamento. De um lado, o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Sr. Albano Franco; em contato direto com o Executivo e com o Senado, representando os interesses da grande indústria no Brasil, e por outro lado a burocracia sindical em todo o País; e no fundo, dando apoio, é claro, o Ministério do Trabalho, porque na verdade a tal contribuição sindical, que é, na prática, um imposto sindical, garante essas burocracias sindicais, seja do lado patronal, seja do lado dos trabalhadores, e ao mesmo tempo drena para o Ministério do Trabalho uma boa quantia de dinheiro. É então essa estrutura sindical brasileira responsável pela manutenção e pela estabilidade dessas burocracias, e ao mesmo tempo um atrelamento seguro ao Estado, através do Ministério do Trabalho.

O Brasil, junto com o Paraguai, é um dos últimos países que ratificaram essa Convenção, e não a pratica em seu País. Então, nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos aqui, em nome da Liderança, reiterar e apelar para que o Senado coloque, o mais rapidamente possível, em votação, a Convenção 87, e não ceda às pressões dos industriais, nem da burocracia estatal, nem dos aparelhos do Estado, que têm interesse na manutenção do **status quo** no sindicalismo brasileiro. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Brandão Monteiro, que falará pela Liderança do PDT

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Antes de trazer ao conhecimento da Casa duas notas da Bancada do PDT, nós queremos protestar da tribuna sobre a questão grave do funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Vejo nas galerias gente do povo interessada em saber como funciona a Assembléia Nacional Constituinte. Há mais de uma semana, votamos o Regimento Interno. Dizia-se, na oportunidade, que era imprescindível votá-lo de qualquer forma, inclusive para facilitar a negociação que se estabeleceu, de forma a garrotear, definitivamente, a soberania da Constituinte. E vi muitos Partidos, grandes e pequenos, dizendo que se não votássemos o Regimento Interno a Assembléia Nacional Constituinte já estaria desmoralizada. Passou-se mais

de uma semana, e até hoje não temos texto da redação final.

Mas, Sr. Presidente, isso não é á toa, esta Constituinte está paralisada até que os interesses do PFL e do PMDB, mais uma vez, se coordenem, não só na questão da Mesa, como lamentavelmente em relação à eleição do Líder da Constituinte do PMDB.

Recebo a notícia agora de que o Senador Mário Covas acaba de se eleger Líder do PMDB na Constituinte. É possível que, agora, resolvido o problema interno do PMDB, esta Casa volte a funcionar, para que não desmereça o povo que está lá fora, e os que estão nas galerias, por certo, criticando a nós, achando esse trabalho e essa ausência do plenário ridícula, porque na verdade o é.

Dizia, à época da discussão da eleição da Constituinte, na Assembléia e na Câmara dos Deputados, não é possível a tríplice coroa, eu conheço isso em exames que se fazem no Colégio Militar, quando os militares tiram o primeiro lugar durante não sei quanto tempo, eles têm a tríplice coroa. Aqui, nós temos a tríplice coroa e, muito mais do que isso, a Constituinte não funciona porque antes de ser Presidente da Constituinte ou da Casa é Presidente do PMDB.

Sr. Presidente, a Bancada Federal do PDT do Rio de Janeiro – quero trazer aos Anais da Casa – acaba de passar o seguinte telex ao Exmº Sr. Dr. Wellington Moreira Franco, governador do Rio de Janeiro.

Quero ler, para transcrever nos Anais da Casa:

Exmº Sr.
Dr. Moreira Franco

DD. Governador do Estado do Rio de Janeiro

Suprendida com a afirmação do porta voz de Vossa Excelência, que o Governo Leonel Brizola admitiu cem mil pessoas, durante sua gestão, a Bancada Federal do Rio de Janeiro do PDT, vem interpelá-lo sobre a procedência dessas informações.

Na expectativa de que Vossa Excelência tratará os negócios públicos do nosso Estado com seriedade e respeito ao Povo do Rio de Janeiro, exigimos imediata resposta à presente interpelação, sob pena de o seu Governo iniciar-se sob a égide da mentira e irresponsabilidade.

Bancada Federal do Rio de Janeiro do PDT

E, por fim, Sr. Presidente, esperamos que o Governador Wellington Moreira Franco venha publicamente confirmar mais essa aleivosia, sob pena de interpelá-lo judicialmente.

Sr. Presidente, por último, a bancada federal do PDT quer protestar, e para isso fez uma nota oficial contra mais uma tomada de posição do Sr. Ministro da Justiça, Paulo Brossard da Rocha Pinto, ilustre liberal de outras épocas, que à frente do Ministério da Justiça torna as posições mais atrasadas, mais retrógradas e mais reacionárias.

Naquela oportunidade, acusando o PT e a CUT de serem responsáveis pelos incidentes em Leme e aqui, em Brasília, dizendo a mesma coisa quando houve os incidentes, os resultados dessa investigação policial disseram exatamente o contrário. E agora, mais uma vez, quando proíbe totalmente a apresentação da peça de teatro denominada "Teledium", sob o argumento de estar ferindo a religiosidade do nosso povo.

Entendemos que aceitar esta decisão significa aceitar a censura sobre a edição de livros, peças de teatro e pronunciamentos que abordarem temas de natureza moral, ética, científica, política etc.

Contra esta decisão do Governo do PMDB e do PFL, se insurgem os Deputados do PDT, por entenderem que fere o princípio básico da liberdade de expressão, amplamente assegurada até pela atual Constituição.

Mais importante do que isso, de se tentar censurar uma peça de teatro de livre criação, deveria o Sr. Ministro da Justiça apurar a relação entre o Ministro Antônio Carlos Magalhães e a TV Globo. Deveria apurar, exatamente, o que acontece por trás dos bastidores e do escândalo da NEC Deveria, muito mais do que isso, censurar a televisão do Sr. Roberto Marinho, que hoje coloca de forma pública e explícita o sexo para, sobretudo, chocar as nossas crianças e, mais do que isso, a violência. Os filmes importados nada têm a ver com a realidade brasileira, e estão acabando, sobretudo, com a formação dos nossos filhos. Este é o Governo que se falava da Nova República e em Governo democrata.

Eram essas as colocações que a liderança do PDT queria fazer. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE O SR BRANDÃO
MONTEIRO EM SEU DISCURSO:

NOTA À IMPRENSA

A bancada federal do PDT, reunida extraordinariamente nesta data, tomou conhecimento, pelos órgãos de imprensa, da decisão do Órgão da censura do Ministério da Justiça, da proibição total de apresentação da peça de teatro denominada "Teledium" sob o argumento de estar ela ferindo a religiosidade do nosso povo.

Entendemos nós que aceitar esta decisão significa aceitar a censura sobre a edição de livros, peças de teatro e pronunciamentos que abordarem temas de natureza moral, ética, científica, política, etc.

Contra esta decisão do Governo do PMDB e do PFL, se insurgem os Deputados do PDT por entenderem que fere o princípio básico da liberdade de expressão, amplamente assegurada até pela atual Constituição.

Sala das Sessões, 18 de março de 1987. VER NOMES –

O SR. JOSÉ FERNANDES: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre constituinte José Fernandes, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT-AM. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sr. Presidente, solicito a palavra, pela ordem, para fazer uma comunicação e também um convite. Está sendo levada a efeito, no Centro de Convenções de Brasília, a exposição referente aos 20 anos da Zona Franca de Manaus. Ali estão expostos os trabalhos, os produtos e uma mostra geral do que tem sido o processo de industrialização da Zona Franca de Manaus, paralelo também aos problemas inerentes à zona comercial livre da capital amazonense. Como se discute muito o processo Zona Franca, como se compreende hoje na Região, que este foi o mais bem sucedido projeto de parte do Governo Federal na área e de que é um projeto vitorioso, seria oportuno que a maioria dos Constituintes, que haverão inclusive de discutir o problema dentro da nova Carta, pudessem visitar aquela exposição e tirar uma conclusão do que se está fabricando

na Zona Franca, para que muita coisa que se diz para prejudicar aquele projeto não tenha crédito, não sirva realmente para que se deturpe o que as pessoas estão fazendo ali no pólo industrial de Manaus.

Gostaria de dizer que, recentemente, num seminário que houve, a ABINEE, que é uma eterna inimiga do projeto Zona Franca, fez severas críticas ao projeto, fez severas críticas aos diversos industriais que ali se implantaram. Mas eu creio que a visita dos Constituintes propiciará uma segurança de que aquele projeto em desenvolvimento terá continuidade com o apoio, agora, da Assembléia Nacional Constituinte. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Com a palavra, pela Liderança do PDC, o nobre Constituinte José Maria Eymael.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987:

1. Na campanha para as eleições presidenciais de 1950, ao visitar a Paraíba, Getúlio Vargas, nas praças de João Pessoa, dirigindo-se ao povo daquele Estado, afirmava perplexo:

"vejo os trabalhadores curvados ao esforço cotidiano sem lobrigar os dons de uma justa recompensa. Contemplo os lares privados de conforto e as almas despovoadas de esperanças".

Então, como agora, qual a fonte, qual o berço, qual a trágica inspiração, de tanto desalento?

Que realidade, tão terrível, pode levar as almas, a se despovoarem de esperanças?

Esta realidade, Constituintes de 1987, que assim amesquinha e mesmo quebra as vontades, é representada, de um lado, pela insensibilidade social dos governantes, e de outro lado, pela permanente e abusiva impunidade daqueles que, dentro ou fora do Governo, mas sempre usando os favores públicos, praticam crimes, os mais odiosos, contra a Pátria, contra o Estado, contra o povo.

Clama hoje, a Nação, contra um dos mais grotescos e vis exemplos de descaminhos, na ação do Estado, em toda a história da República, ou seja, o escândalo das irregularidades na importação de alimentos?

Na aurora dos desacertos do Plano Cruzado, a falta de diálogo entre Governo e Sociedade, a pressa desavisada e o oportunismo criminoso de muitos, conduziram a Nação a um processo de importação de alimentos onde:

– de um lado, foram importados alimentos desnecessários, comprometendo e prejudicando todo o esforço dos produtores rurais brasileiros, aviltando suas culturas e produtos

– de outro lado, mesmo naquelas hipóteses, onde, eventualmente fosse necessária a importação, são notórias as irregulares condições de qualidade e preço.

Basta de impunidade! Precisamos crescer, como povo, como sociedade a um novo degrau, mais alto: a um estágio de plena responsabilidade, no qual os crimes públicos, são punidos com exemplar severidade.

Neste sentido, elaboramos hoje requerimento à Câmara dos Deputados, e estamos recolhendo as assinaturas de apoio necessárias, propondo a imediata constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar em todos seus detalhes e cruzas, o escândalo da importação de alimentos.

Não negamos ao Senhor Presidente da República ou aos Senhores Ministros, a vocação de democratas. Não lhes negamos a inteireza de ca-

ráter. Nem lhes negamos os melhores sentimentos de brasilidade.

E é neste sentido, também de colaboração do Parlamento com o Executivo, que formulamos a proposição. (O Sr. Presidente faz soar a campainha) Já vou concluir, Sr. Presidente.

Não nos anima, a nós Parlamentares da Democracia Cristã, o mero confronto. Mas afirmamos que o entendimento entre Governo e Parlamento, há que ser alicerçado, necessariamente no primado do Estado de Direito, o qual pressupõe e exige, a punibilidade dos culpados e a responsabilidade dos governantes.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 87, não é possível que 37 anos depois, continuem a embalar a Nação brasileira, as mesmas desconsoladas palavras de Getúlio Vargas, ditas nas praças da Paraíba.

– "Contemplo os lares privados de conforto e as almas despovoadas de esperanças".

Não, Sr. Presidente, não, Srs. Constituintes de 1987, é preciso reagir! Basta de Impunidade! Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Com a palavra, pela liderança do PSB, o nobre Constituinte Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – R.J. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Quero deixar consignado nos Anais da Casa, como Presidente do Partido Socialista Brasileiro, a nossa repulsa em relação ao Imposto de Renda.

Sabemos todos nós, através de informações publicadas em alguns jornais, que determinados elementos de alguns Partidos tinham procurado o Sr. Ministro da Fazenda e o Sr. Secretário-Geral da Receita, no sentido de haver uma modificação no imposto de Renda.

O nome deveria ser mudado, pois o imposto não é de renda, é um imposto sobre salários, porque os assalariados, os trabalhadores e a classe média, esses pagam realmente o Imposto de Renda; são descontados na fonte e não têm como deixar de pagar Imposto de Renda. No entanto, as grandes empresas, os grandes empresários, a classe, a elite financeira brasileira, esta arranja sempre um modus faciendi de fugir ao pagamento do Imposto de Renda.

Recordo-me bem que votamos, no ano próximo passado, a mensagem do Senhor Presidente da República, que estimulava, com desconto no Imposto de Renda, todos os projetos de estímulo à cultura. E quando da discussão daquele projeto, no Senado, eu declarava ser inteiramente a favor, porém, preocupava-me como seria fiscalizada essa aplicação.

Sabem todos, com relação ao Imposto de Renda, neste País, que infelizmente existem algumas sociedades chamadas beneficentes que dão recibos muito maiores que as contribuições que recebem, para que determinadas empresas e determinadas pessoas, na realidade, diminuam os seus pagamentos de Imposto de Renda.

Sr. Presidente, o nome está dizendo: é Imposto de Renda. Se, através do salário, a pessoa amealha algo que lhe dê renda, é justo que ele pague proporcionalmente ao lucro que teve.

Agora, a classe média e o trabalhador, mais uma vez, estarão pagando a conta.

Este é o momento de haver uma reação em cadeia contra esse decreto que institui a cobrança do Imposto de Renda para este exercício, da maneira que está configurado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Aírton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Virgílio – PDS; César Maia – PDT; Chagas Neto – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hugo Napoleão – PFL; Irma Passoni – PT; Ivo Vanderlinde – PMDB; João Lobo – PFL; João Rezek – PMDB; Joaquim Haickel – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Camargo – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Teixeira – PFL; Jurez Antunes – PDT; Leopoldo Perez – PMDB; Levy Dias – PFL; Ledo Sathler – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Manos Leão – PMDB; Mauro Borges – PDC; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Manoel de Carvalho – PDT; Paulo Paim – PT; Paulo Silva – PMDB; – Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Sarney Filho – PFL; Severo Comes – PMDB; Sotero Cunha – PDC; Stélio – Dias – PFL Victor Trovão – PFL; Wagner Lago – PMDB; Walmor de Luca – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã, às 14:00 horas.

VI Encerra-se a Sessão às 17 horas e 2 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO Sr. EVALDO GONÇALVES NA SESSÃO DE 12-3-87 E QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Tenho quase absoluta certeza de que nenhum dos que integram esta Assembléia Nacional Constituinte deixa de reconhecer que somos um poder fraco, um poder sem forças. Daí por que, durante os trabalhos desta Assembléia Nacional Constituinte, haveremos de lutar pelo restabelecimento das nossas prerrogativas. Tenho quase absoluta

certeza de que este vai ser um ponto sobre o qual não haverá discórdia nem divergências, Sr. Presidente e Srs. Constituintes. Vou contar aqui um fato que poderá ser constatado por todos os Srs. Constituintes. Há cerca de um ano, a Bancada Federal do meu Estado, Deputados e Senadores, foi a Sim Excelência, o Senhor Presidente da República José Sarney, e lá, solenemente – inclusive dessa reunião participei, não como Deputado Federal, não como Deputado Constituinte, honraria de que muito me desvanço, mas como Deputado Estadual, preocupado com as soluções para os problemas do meu Estado – solenemente pedimos recursos para que a conclusão da Barragem de Acauã. Barragem essa situada no meu Estado, destinada ao abastecimento de água de várias cidades, inclusive à irrigação, com a destinação, ainda, de regularizar as águas do Rio Paraíba, que, vez por outra, inunda as cidades, Pilar e inúmeras outras. O fato é que, depois de muita conversa, Sua Excelência, o Presidente da República, autorizou uma dotação para o orçamento do ano passado no valor de 80 bilhões de cruzeiros, hoje 80 bilhões de cruzados. Esses recursos, embora constantes do orçamento, foram transferidos para o DNOCS, que entendeu de aplicá-los em outras obras. O fato é que a nossa Barragem de Acauã teve suas obras paralisadas e se, naquela época, bastariam 100 milhões de cruzados para sua conclusão, já que ela está com as suas fundações concluídas, e suas ombreiras construídas, hoje precisamos de aproximadamente 1 bilhão de cruzados para a conclusão dessa importante obra para o Estado da Paraíba.

Assim Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós que formamos o Poder Legislativo, ao mesmo tempo em que integramos esta Assembléia Nacional Constituinte não temos força de acompanhar a aplicação de recursos, por não termos prerrogativas de cobrar dos órgãos executivos deste País a sua exata aplicação. Nós que não temos prestígio para exigir dos Ministérios a correta destinação dos recursos, obtidos para obras importantes, ficamos a ver navios, Sr. Presidente, Srs. Constituintes. E quando conseguimos o milagre de captar recursos, de aportar recursos para os nossos Estados, esses recursos são aplicados ao bel-prazer dos órgãos executivos, dos ministérios, enfim, daqueles que manipulam com Administração Pública deste País.

Conclusão, Sr. Presidente, Srs. Constituintes: agora, quando já se passaram as primeiras etapas dos nossos trabalhos, com a elaboração do Regimento, quando vamos integrar as diversas comissões constitucionais e entrar na elaboração da Nova Constituição deste País, devemos ter uma preocupação permanente com as nossas prerrogativas, para que não sejamos um poder apático e marginal desta República. Não. Para que possamos, realmente, ser fiscais e co-participantes, vigilantes e enérgicos, da aplicação dos recursos públicos, destinados, sobretudo, às obras importantes que interessam ao desenvolvimento dos nossos Estados, ao desenvolvimento dos nossos municípios e ao desenvolvimento das nossas Regiões.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes: tenho a certeza de que todos estaremos unidos em favor desta causa, isto é, do fortalecimento do Poder Legislativo neste País, em todos os seus níveis: municipal, estadual e federal, quando da elaboração da Nova Constituição brasileira. Muito obrigado a V. Ex.^a (Muito bem. Palmas.)



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 31

QUINTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

1 – ATA DA 36ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 19 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada e assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 028/87 – Da Bancada do Partido Democrático Trabalhista – PDT, indicando o Senhor Constituinte Brandão Monteiro para exercer as funções de Líder do Partido junto à Assembléia Nacional Constituinte.

COMUNICAÇÕES

DEL BOSCO AMARAL – Eleição do Constituinte Mário Covas para Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte Permanência do Deputado Luiz Henrique na Liderança do Partido na Câmara dos Deputados.

PAULO RAMOS – Definição da duração do mandato do Presidente José Sarney.

EGÍDIO FERREIRA LIMA (Retirado pelo orador para revisão.) – Entrevista do orador ao **Correio Braziliense** sobre relacionamento Governo – PMDB e definição da duração do mandato do Presidente José Sarney.

PEDRO CANEDO – Eleições diretas já para Presidente da República Dia Internacional da Mulher.

ANTONIO CARLOS KONDER REIS – Situação do menor abandonado no Estado de Santa Catarina e no País.

MENDES BOTELHO – Equiparação dos proventos da aposentadoria aos salários dos trabalhadores em atividade.

PAULO DELGADO – Modificação, na futura Constituição, da estrutura tributária e fiscal do País.

IVALDO GONÇALVES – Eleições diretas já para Vice-Presidente da República. Desvinculação do voto para cargos majoritários. Eleições diretas já para Vice-Governador do Estado da Paraíba.

VIRGÍLIO GALASSI – Necessidade de implementação, pelo Governo, de medidas tendentes a aliar educação e trabalho para a juventude. Criação do Estado de Carajás.

JAIRO CARNEIRO – Constituição de governo de união nacional para enfrentamento da crise vivida pelo País.

EDUARDO JORGE – Tentativa de bloqueio á continuidade da experiência democrática na administração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

VASCO ALVES – Encontro Municipalista, promovido pela Frente Municipal Nacionalista, Brasília, Distrito Federal.

ABIGAIL FEITOSA – Situação dos hospitais do INAMPS no Estado da Bahia.

GONZAGA PATRIOTA – Contestação, pelo orador, de declarações do Constituinte Delfim Netto sobre estado da economia nacional.

JOSÉ COSTA (Retirado pelo orador para revisão.) – União do PMDB em torno das idéias e pensamentos do Constituinte Mário Covas, Líder do partido na Assembléia Nacional Constituinte, Apelo do orador pela permanência

do Deputado Luiz Henrique na condição de Líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Peso político do Estado de São Paulo no Governo da Nova República.

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Propostas do orador para a futura Constituição.

SALATIEL CARVALHO – Conveniência de atendimento, pelo Presidente da República, das sugestões apresentadas pelo PFL para correção de distorções na sistemática de cobrança do Imposto de Renda.

DORETO CAMPANARI – Proposta do orador para restabelecimento da indissolubilidade do casamento na futura Constituição.

PERCIVAL MUNE – Permanência do Deputado Luiz Henrique na condição de Líder do PMDB na Câmara dos Deputados.

GUMERCINDO MILHOMEM – Resoluções do Congresso Nacional da Confederação de Professores do Brasil.

DOMINGOS LEONELLI – Discussão dos planos econômicos do Governo do Presidente José Sarney pelo Congresso Nacional.

PRESIDENTE – Comunicação ao Plenário sobre exame, pelo Relator, de emendas de redação oferecidas ao Projeto de Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ GENOINO – Questão de ordem sobre discrepância entre as notas taquigráficas das emendas aprovadas e a Redação Final do Projeto de Resolução nº 2, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

JESUALDO CAVALCANTI – Racionamento de energia elétrica no Nordeste. Definição de política de soerquimento da região.

JOACI GÓES – Eleição do Senador Mário Covas para Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

NILSON GIBSON – Criação da Gerência de Movimentação e Remanejamento de Estoques, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura.

FERES NADER – Importância do treinamento em serviço para capacitação e atualização do pessoal das empresas.

ASSIS CANUTO – Atualização salarial dos servidores públicos do Estado de Rondônia.

NARCISO MENDES – Citação do Estado de Carajás.

CHICO HUMBERTO – Criação do Ministério da Criança e do Jovem.

JOSÉ MOURA – Correção das distorções das tabelas progressivas de incidência do Imposto de Renda.

DARCY POZZA – Limitação, para efeito de lançamento do Imposto de Renda, do percentual incidente sobre rendimentos do trabalho assalariado, pensões alimentadas ou previdenciárias e proventos da inatividade.

ROBERTO FREIRE – Documento "Programa de Emergência para a Solução da Crise", aprovado pela Comissão Diretora Nacional Provisória do PCB.

SIQUEIRA CAMPOS – Propostas do orador para a futura Constituição.

JÓRGE ARBAGE – Instituição, pelo Governo, de política creditícia diferenciada para a Amazônia.

COSTA FERREIRA – Propiciação, pelo Governo Federal, de recursos ao Governo do Estado do Maranhão para viabilização do programa de asfaltamento de estradas na Baixada maranhense.

STÉLIO DIAS – Equiparação salarial entre os funcionários do Banco Central e do Banco do Brasil.

CÉSAR CALS NETO – Questão de ordem sobre nulidade do Ato nº 1 da Mesa da Câmara dos Deputados.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte César Cals Neto.

IV – Horário de Liderança

ADOLFO OLIVEIRA (Como Líder.) – Eleição do Constituinte Mário Covas para Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

OSVALDO BENDER (Como Líder.) – Descentralização da renda nacional na futura Constituição. Criação do Estado de Carajás.

BRANDÃO MONTEIRO (Como Líder.) – Repercussões das declarações do Senador Leite Chaves, ex-Procurador-Geral da Justiça Militar, sobre o desaparecimento do ex-Deputado Rubens Paiva.

SANDRA CAVALCANTI (Como Líder.) – Situação dos aposentados da Previdência Social.

HAROLDO LIMA (Como Líder.) – Saudação do PC do B ao Constituinte Mário Covas, eleito Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ MARIA EYMAEL (Como Líder.) – Clamor nacional contra a legislação do Imposto de Renda.

GASTONE RIGHI (Como Líder.) – Saudação do PTB ao Constituinte Mário Covas, eleito Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte. Permanência do Deputado Luiz Henrique na condição de Líder do Partido na Câmara dos Deputados

JOSÉ LOURENÇO (Como Líder.) – Saudação do PFL ao Constituinte Mário Covas, eleito Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte. Permanência do Deputado Luiz Henrique na condição de Líder do Partido na Câmara dos Deputados. Assinatura, pelo Presidente José Sarney, de decreto-lei alterando a legislação do Imposto de Renda.

GERSON PERES (Retirado pelo orador para revisão.) – Cumprimento de princípios legais, com a alteração da legislação sobre Imposto de Renda. Efeitos negativos do Plano Cruzado. Isolamento do Presidente da República.

V – Ordem do Dia

JOSÉ GENOINO – Questão de ordem sobre interpretação do art 26, § 2º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, relativamente à impossibilidade de a Comissão de Sistematização inovar em matérias já aprovadas.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Esclarecimento sobre interpretação do art. 26, § 2º, do Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Esclarecimento sobre propósito de corrigir a redação do art. 21, § 2º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Acolhimento, pelo Relator, de emenda de redação apresentada pelo Constituinte Amaury Müller ao art 16 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Acolhimento, pelo Relator, de emenda apresentada pelo Constituinte Amaury Müller ao art 55, inciso III, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Impossibilidade de acolhimento, pelo Relator, de emenda ao § 4º do art 1º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ALUÍZIO CAMPOS – Encaminhamento de votação da emenda de redação ao art. 30, § 4º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Acolhimento, pelo Relator, de emenda apresentada pelo Constituinte Aluízio Campos ao art 30, § 4º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

ALUÍZIO CAMPOS – Questão de ordem sobre conveniência de acolhimento, pelo Relator, de emenda do orador, aumentando o prazo de elaboração do texto final da Constituição.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Impossibilidade de acolhimento, pelo Relator, do pedido do Constituinte Aluízio Campos.

ALUÍZIO CAMPOS – Questão de ordem sobre a não-votação da Emenda nº 420, relativamente ao art. 30 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Aluízio Campos.

DARCY DEITOS – Questão de ordem sobre apresentação, pelo orador, de emenda de redação ao art. 13, § 7º, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Esclarecimento sobre composição das subcomissões.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Darcy Deitos.

VI – Encerramento

Discurso do Sr. Agassiz Almeida publicado no **DCN** de 14-3-87, que republica por haver saído com omissões: Recrudescimento do militarismo no País.

Ata da 36ª Sessão, em 19 de março de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães Presidente,
Humberto Souto, Secretário: Arnaldo Faria de Sá, Secretário.

Às 14:30 HORAS COMPARECEM OS
SENHORES

Ulysses Guimarães
Humberto Souto
Mauro Benevides
Arnaldo Faria de Sá
Vivaldo Barbosa

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Ademar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Afonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Ailton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcenio Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluído Bezerra – PMDB; Aluízio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Dias – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Arterir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu

Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edimilson Valentim – PC do B; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gastone Rigli – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Flerming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Hornero Santos – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil inho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PMDB; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage –

PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varela – PFL; Leite Chaves – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice da Mata – PC do B; Loureberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luis Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Matos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Góis – PFL; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nil-

son Gibson – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elisio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PDMB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan – Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Maya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teimo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Viera da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgídasio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vítor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornéas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 407 Senhores constituintes. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. JORGE ARBAGE: – Secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da sessão antecedente, que é discutida, aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. HUMBERTO SOUTO: – Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO Nº 28/85

Da Liderança do Partido Democrático Trabalhista – PDT, nos seguintes termos:

Brasília, 18 de março de 1987

Senhor Presidente

Na forma regimental, indicamos a Vossa Excelência o constituinte Brandão Monteiro para Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, na Assembléia Nacional Constituinte.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência protestos de consideração a apreço.

– Constituinte **Adhemar de Barros** –

Constituinte **Adroaldo Streck** – Constituinte

Airton Cordeiro – Constituinte Amaury Müller

– Constituinte **Bocayuva Cunha** – Constituinte

Carlos Alberto Caó – Constituinte **Carlos**

Cardinal – Constituinte **Cesar Maia** –

Constituinte **Chico Humberto** – Constituinte

Edésio Frias – Constituinte **Feres Nader** –

Constituinte **Floricenso Paixão** – Constituinte

João de Deus – Constituinte **José Fernandes** –

Constituinte **Juarez Antunes** – Constituinte **José**

Maurício – Constituinte **Luiz Salomão** –

Constituinte **Lysâneas Maciel** – Constituinte

Moema São Thiago – Constituinte **Nelson**

Seixas – Constituinte **Noel de Carvalho** –

Constituinte **Roberto D'Avila** – Constituinte

Vivaldo Barbosa – Constituinte **Máurio**

Correa – Constituinte **Mário Maia**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães): – Está finda a leitura do expediente.

IV – Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Del Bosco Amaral

O SR. DE. ROSCO AMARAL (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no pleito de ontem não tivemos vencedores nem vencidos.

Não estou proferindo uma frase política para simplesmente amenizar qualquer ferimento decorrente de uma competição democrática como aquela que ocorreu dentro do PMDB.

O Sr. Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Constituinte, integrante de nosso partido e da Câmara dos Deputados, está hoje – como diríamos – já de vento em popa para, junto com o Líder escolhido ontem pela bancada do nosso partido, agilizar os trabalhos que levarão a Constituinte a bom termo.

Quanto ao Deputado Luiz Henrique, devo dizer que S. Ex.^a não foi derrotado. O momento político é que exigia uma solução daquela natureza. Isto para o PMDB foi saudável, pois os nossos adversários devem lembrar que, no passado, de forma alguma, nem o Palácio do Planalto nem o poder que imperava no Congresso Nacional permitiriam tal festa democrática. O que ocorreu foi que um senador paulista, homem de largos méritos, batido no dia anterior, segundo os comentários gerais da imprensa é o resultado das prévias, acabou recebendo, democraticamente, votação consagrada na eleição para a escolha de um líder.

Tenho impressão de que aqueles que querem dividir o PMDB nesses episódios vão ter de compreender que o nosso partido se solidifica e cresce justamente em eleições como a que ocorreu ontem. Foi justamente ontem que os Srs. Constituintes do PMDB tiveram a certeza de que a sintaxe a afetiva do que resolvemos não é outra coisa senão realmente o resultado democrático das bases partidárias do PMDB. Quem resolve, dentro do PMDB, é o conjunto de seus integrantes. Este princípio é aceito pelo seu Presidente, Deputado Ulysses Guimarães, homem que ostentou nesses anos de combate ao arbítrio um descortino muito grande.

Desta forma, faço um apelo pessoal ao Deputado Luiz Henrique, no sentido de que não renuncie a Liderança, mesmo que S. Ex.^a tenha, até em face de razão estratégica e política, se comprometido a renunciar a Liderança do partido na Câmara, peço-lhe que não o faça, para não prestar um desserviço à nossa bancada, pois é um Parlamentar de largos méritos.

Não estou preocupado, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com o fato de alguém achar que esse meu apelo é uma aplicação de Merthiolate nas feridas decorrentes deste evento político. Não quero que ocorram feridas em competição democrática, a não ser para quem não goste de competição ou de democracia.

Quero ainda deixar aqui registrado que sou adepto e correligionário do Senador Mário Covas. Ele é natural da cidade que também eu aqui represento, e foi quem inclusive me ajudou no sentido de que eu moldasse minha fisionomia política.

Entretanto, se um dia eu tiver de discordar de S. Ex.^a em qualquer atitude política que assumir, fá-lo-ei nos moldes daquela democracia que vigora dentro do PMDB.

Ainda sou um parlamentar que acredita no Presidente Sarney, apesar de que nem tudo que S. Ex.^a faça seja do agrado de toda a Nação. Acho que o Presidente Sarney está realmente imbuído das mais elevadas intenções de levar o Brasil à completa redemocratização e ao pleno desenvolvimento.

Desta forma, como primeiro orador neste primeiro dia de liderança de Mário Covas, lanço um apelo aos companheiros do PMDB e a todos os Constituintes para que aqui, acima dos partidos, acima das pessoas façamos vigorar sempre o elevado entendimento para a Nação, pela Nação, pelo Brasil, que espera uma Constituinte que funcione com todo o vigor e uma Constituição que venha realmente resolver os grandes problemas nacionais.

Parabéns. Presidente Ulysses Guimarães, pela forma como conduziu, ontem, a democrática e notável eleição que aqui ocorreu.

Renovo o meu apelo a todos os Constituintes do nosso partido para que levem ao Deputado Luiz Henrique um pedido no sentido de que permaneça no seu posto, como Líder do nosso partido, na Câmara dos Deputados, ajudando no grande trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Externo os meus agradecimentos ao Constituinte Del Bosco Amaral, meu companheiro de representação no Estado de São Paulo, pelas referências que fez à minha pessoa. Endosso inteiramente suas palavras.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, ao longo da luta contra o regime autoritário, o PMDB reuniu no seu seio todas as

correntes que lutavam pela democracia neste País. A sua principal bandeira de resistência democrática era a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana que, reunindo brasileiros escolhidos pelo povo, pudesse dar à Nação uma Constituição duradoura e que, acima de tudo, estabelecesse as bases para uma democracia duradoura. Conquistada a principal bandeira, tivemos, na fase que antecedeu a conquista, a formulação de uma Aliança Democrática que reunia não só integrantes do PMDB, sucedâneo do MDB, mas também vários companheiros que na fase anterior haviam contestado todos os atos do regime autoritário, inclusive as cassações e as prisões ilegais, chegando, também, à própria tortura. No período em que se formou a Aliança Democrática, instrumento considerado, à época, hábil para promover a transição pacífica do regime autoritário para a democracia, a figura de Tancredo Neves foi salientada como uma liderança capaz de conduzir a transição. Na época, além do compromisso de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a Aliança Democrática assumiu, diante da Nação brasileira, através do seu líder maior, Tancredo Neves, a responsabilidade de estabelecer o mandato de quatro anos para Presidente da República.

Verificamos, ao longo do processo, depois de convocada a Assembleia Nacional Constituinte, que muitos esforços foram desenvolvidos no sentido de excluir a sociedade da participação dos debates. A sociedade, então, foi progressivamente excluída de participar dos debates sobre os principais temas que serão discutidos nesta Assembleia.

Sabemos que foi nomeada pelo Exmº Sr. Presidente da República uma comissão de notáveis para elaboração de um anteprojeto de Constituição. Na época, os setores comprometidos com a democracia reconheceram, de imediato, que a comissão tinha por fim preservar o debate em gabinetes fechados sobre os temas principais.

Posteriormente, as eleições para Governadores de Estado, sobrepujaram o debate sobre a Assembleia Nacional Constituinte. E sabemos que o trabalho elaborado pela Comissão foi devidamente engavetado, não tendo sido dado a ele a mínima importância. Mais ainda: as normas eleitorais foram concluídas apenas a um mês das eleições para Governadores.

Superados todos os obstáculos, é estando nós, aqui, com a responsabilidade de elaborar a Carta Magna, verificamos que mais um embaraço surge com o objetivo de desviar o debate sobre a Assembleia Nacional Constituinte: o mandato a ser cumprido pelo Presidente da República, Dr. José Sarney, cujo cargo assumiu em função de uma fatalidade, a morte de Tancredo Neves.

A transição para a democracia só será concluída depois de elaboração de uma nova Constituição, com a eleição direta para Presidente da República. Acredito que seja da responsabilidade do PMDB empunhar a bandeira das eleições diretas em 1988, porque 1987 é o ano da Assembleia Nacional Constituinte, e 1988 deverá ser o ano da conclusão do processo, com a escolha, em eleições livres e diretas, do Presidente da República. (Palmas.) Se porventura colocar-se contra o processo histórico e a reivindicação maior da sociedade brasileira, a Aliança Democrática – e nela o PMDB – será devidamente atropelada nas ruas pela voz do povo.

Em 1987, Constituinte em 1988, eleições para Presidente da República! (Palmas.)

O SR. EGIDIO FERREIRA LIMA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO.

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, fico satisfeito em ver que também dentro da bancada do PMDB já ecoa o que a Nação brasileira tanto anseia. Integrante do Partido da Frente Liberal, também comungo do pensamento do ilustre Constituinte Paulo Ramos, que quer para o Presidente da República o mandato de quatro anos, ou seja, que as eleições para Presidente da República se realizem a 15 de novembro de 1988.

Mas, Sr. Presidente, o tema que me traz a esta tribuna pode parecer simples contribuição comemorativa, de um deputado que amplia mandato no Congresso Nacional em decorrência do exercício da política em seu Estado. Pode, também, no entanto, ter outros aspectos, além da reverência ao Dia Internacional da Mulher, transcorrido há pouco. E é isso o que me anima a um discurso rápido, traduzindo aos menos o sentimento de meu povo goiano, unânime na luta por direitos dignos de uma sociedade sem desigualdades.

Felizmente, hoje opera-se no Brasil uma fase de profundas transições, em todo os módulos da vida nacional. A política nos envolve, aqui e agora, num dos mais importantes e responsáveis trabalhos de definições, para que os institutos de governo se livrem, de vez, de quaisquer arrogâncias discriminatórias e discricionárias.

Sentimo-nos estimulados a rever o regime político-econômico, reconduzindo-o a um sistema compatível com o caráter republicano e a democracia, a democracia que dispensa adjetivos, eis que estes apenas lhe disfarçam a deturpação.

Estamos, assim, investidos num compromisso cujo prazo de cumprimento se esgota diante de tamanhas exigências acumuladas, de tamanhos erros cometidos, antigos e recentes, erros que causaram prejuízos comuns e geraram descréditos destruidores.

Ultrapassado o embate nos palanques eleitorais, escolhidos os mandatários pela concepção de uma ordem corrigida, cabe-nos, logo, o alerta para certos pontos capazes de, se bem tratados, servirem ao objetivo de nossa incumbência.

Sr. Presidente, Sras e Srs Constituintes, na história brasileira há muitos exemplos de heroínas e, quando menos, de revelações do valor literário feminino. Todos, porém, são expostos como se fossem felizes exceções. E que, talvez preocupado com o incentivo genérico, acabou o País por cair no artifício teórico de coibir preconceitos de cor e credo, omitindo o emprego de leis coibitivas da igualdade de direitos da mulher. Revigoram-lhe os atributos plásticos como se lhe compensassem as restrições: enaltecem-lhe os encantos físicos e o poder de amor, desde o materno, como se lhe bastassem as negativas de reparo das iniquidades.

Eis alguns dos numerosos defeitos que nos desafiam a removê-los.

Estamos começando o trabalho que definirá o futuro cívico de nossa sociedade republicana. É claro que a Constituição se projeta como instrumento superior, em que nenhuma sombra discriminatória deve prevalecer. Todavia, é da pureza e da concisão dos artigos constitucionais que se distinguirão as bases para serem eliminados, efetivamente, os pontos deformadores da igualdade de direitos. Refiro-me ao preparo técnico e jurídico para um novo Código Civil, estatuto – esse, sim

– fundamental à organização social a que aspiramos.

Com efeito, é no Código Civil que remanescem os obstáculos à ordem pretendida. Adverte-nos a História sobre o risco de converter-se em casos colaterais os dispositivos reclamados, tal como aconteceu com o projeto do Código Civil Brasileiro, devido a parecer de Rui Barbosa, em 1902. O impacto da crítica de Ernesto Carneiro Ribeiro levou Rui à réplica famosa, sobrevindo à tréplica – no fragor da polêmica a análise da substância normativa, sofrendo desgaste pela expressão filológica.

É bom aliar respeito a idioma ao propósito de essência. Mas é bom que a essência se manifeste em toda a plenitude e traga à sociedade a observância das regras que, afinal de contas, ofereçam, pelas leis dos homens, aquilo que a lei divina antecipa, isto é, uma só figura humana, habilitada à oportunidade de equilíbrio.

O Brasil adiantou-se muito em reivindicação, sob impulso de veloz desenvolvimento. Reconhecemos que os distúrbios sociais emanam do descompasso administrativo do que das diretrizes estabelecidas, as quais, por sua vez, até se tornam obsoletas a médio e a curto prazos.

Atente-se para o fato de que em duas semanas de agosto de 1953 – para se ver como agosto não é tão aziago assim –, no Rio de Janeiro, mulheres das três Américas se reuniram em Assembleia para acerto de uma política igualitária. Então, os contrastes de um e de outro País se fizeram nítidos. É que em alguns povos de nosso Hemisfério ainda a mulher se via proscrita, inclusive, do elemento direito do voto. Sem o direito elementar, é óbvio que os direitos plenos acabavam por abrir condições a ditaduras.

Tiremos disso a lição: se quisermos livrar-nos em definitivo da ameaça de regimes de exceção, façamos as regras dos direitos iguais, nas quais sexo, credo e cor percam expressão avulsa ao grau de comprometer o conjunto.

A mulher já consegue espaços na economia, na política, na literatura, em suma, na organização nacional. Falta maior franquia na esfera diplomática. E falta uma completa remoção dos óbices legais, desde a Constituição que se vai elaborar aos códigos e todas as leis complementares e ordinárias.

É por esses ligeiros comentários, Sr. Presidente, que desejo dizer de nosso firme empenho de contribuir para uma obra cujos frutos imediatos possam iniciar a era em que se apaguem de um Dia Internacional da Mulher implícitos pretextos reivindicatórios, para conferir-lhe sinceros e inquestionáveis propósitos de merecida e devida homenagem.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Pedro Canedo, o Sr. Ulisses Guimarães – Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Secretário Humberto Souto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Antônio Carlos Konder Reis. (Pausa.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS (PDS – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, tenho tido a oportunidade de, desta tribuna, após um discurso preambular, em que fiz o registro da atuação dos representantes catarinenses nas diversas Assembleias Nacionais Constituintes, abordar alguns assuntos de caráter específico e de interesse imediato do povo que represento nesta Casa. Falei

aqui do grave problema da BR-101; chamei a atenção da Casa e do País para a grave crise por que atravessa o setor primário da economia do Brasil, em especial dos Estados do Sul. Busquei participar também da melhor maneira no que toca à elaboração do Regimento Interno, cuja redação final acaba de ser distribuída às Sras. e aos Srs. Constituintes. Hoje, quem focalizar uma questão que há de ser objeto da atenção cuidadosa, constante e desvelada da Assembléia Nacional Constituinte.

Refiro-me à questão do menor. Creio que, neste País, não há outro problema mais sério do que o do menor. Não há necessidade de se recorrer às estatísticas, aos números e elementos para se chegar a essa conclusão. Basta a observação singela do dramático espetáculo das multidões de menores nas grandes, médias e pequenas cidades, que buscam apoio, amparo e auxílio, que estão a esperar do Poder Público e, acima de tudo, da comunidade brasileira, uma resposta às perguntas que fazem consciente, subconsciente ou inconscientemente: por que nascemos, que vamos fazer na vida, qual é nosso destino de pessoas humanas e de brasileiros?

A Unicef, atendendo a solicitação do Governo do meu Estado, fez um estudo sobre um programa pioneiro, desenvolvido em Santa Catarina durante o Governo de Esperidião Amin. Nesse estudo, constam alguns números que gritam no que toca à importância do amparo nacional ao menor, capaz de fazer com que o futuro do Brasil seja outro e não aquele que está nas fisionomias, na desesperança e na angústia dos nossos patriotas que estão começando a caminhar da vida. Segundo os dados da Unicef — indicarei os dados de Santa Catarina e os do Brasil — a taxa total de fertilidade (nascidos vivos, por mulher — 1980) foi de 4.35 no Brasil e de 3.82 em Santa Catarina. A taxa anual de crescimento populacional na década 1970-1980 foi de 2.48 no Brasil e de 2.26 em Santa Catarina. A percentagem da população urbana no Brasil foi de 72.40 e em Santa Catarina de 57.20. A taxa de mortalidade infantil no ano de 1980 alcançou no Brasil 87.90 e em Santa Catarina, 61.80; na região urbana alcançou 85.60 no País e 64.70 em Santa Catarina; na área rural alcançou 93.80 no Brasil e 57.40 em Santa Catarina. A taxa de mortalidade infantil em 1984 alcançou no Brasil 68.10 e em Santa Catarina, 47.30. Existem hoje em nosso País vinte e quatro milhões, cento e dezenove mil brasileiros de zero a seis anos, e em Santa Catarina seiscentos e oitenta e seis mil e quatrocentos. O problema do menor, antes de o nosso País atingir as dimensões sociais, econômicas e políticas dos dias de hoje, era, prioritariamente, atendido pela comunidade. À medida que nos desenvolvemos, ocorreu um fenômeno — e cabe aos sociólogos explicar — de retraimento da comunidade em relação ao amparo do menor carente. O Estado procurou suprir essa lacuna, essa omissão.

Já em 1934, o Governador Nereu Ramos criava em Florianópolis o abrigo de menores. Bem mais tarde, o Governador Colombo Salles lançava o Programa Pró-Menor.

Em 1975, coube ao mesmo Governo, de acordo com o modelo federal, criar a Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor e, acima dessa criação; distribuir os centros de bem-estar do menor por todos os municípios.

Em 1980, o Governo Jorge Bornhausen instituiu a Liga de Amparo ao Desenvolvimento Social de Santa Catarina e, em 1982, a Sr.^a Ângela Amim lançou o Pró-Criança, para amparar racionalmente a população de zero a seis anos do meu Estado.

A Unicef fez um estudo sobre essa iniciativa pioneira, do qual destaco os seguintes conceitos:...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto): — A Presidência informa ao nobre orador que o tempo de S. Ex.^a já se esgotou há três minutos. Como há mais de vinte oradores inscritos, gostaríamos que concluísse o seu pronunciamento, a fim de quer todos os outros pudessem fazer uso da palavra.

O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS: — Concluo, Sr. Presidente.

Das conclusões desse estudo da Unicef destaco apenas, em razão da advertência generosa do Sr. Presidente, a seguinte:

"O Pró-Criança é um esforço bem-sucedido, que conseguiu realizar muito, sem criar nova e desnecessária burocracia. A efetiva boa vontade política uniu-se a tecnologias relativamente simples e factíveis, num processo dirigido para melhorar e mobilizar recursos institucionais através de programas de ações interinstitucionais específicas, focalizadas particularmente nos aspectos de treinamento, planejamento participativo e encontros para o acompanhamento dos programas".

O relatório da Unicef, subscrito pelo representante do organismo no Brasil, John J. Dononhe, é, sem dúvida, um testemunho do esforço realizado em Santa Catarina no sentido de recuperar o trabalho realizado em favor do menor.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, hoje abordamos um assunto que considero de natureza constitucional: o amparo ao menor.

Quero assumir com a Casa e especialmente com o povo catarinense o compromisso de estabelecer na Constituição o princípio da prioridade do amparo ao menor.

A Constituição há de dar ênfase a esse princípio, para que tenhamos a segurança de um futuro para o nosso País. A par desse princípio, é necessário criar mecanismos que estimulem a comunidade a realizar um trabalho, juntamente com o Governo, de modo que o Brasil de amanhã seja bem melhor do que o de hoje. (Palmas.)

O SR. MENDES BOTELHO (PTB — SP. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, dados os primeiros passos concretos na elaboração propriamente dita do novo texto constitucional, é hora de trazeremos à Casa algumas questões que consideramos da maior relevância para a classe trabalhadora, entre as quais a da equiparação dos proventos da aposentadoria aos vencimentos dos trabalhadores em atividade.

Na Legislativa passada, depois de estafante trabalho junto aos órgãos governamentais, conseguimos, como Deputado e Presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo, a paridade para os ferroviários aposentados e pensionistas da Rede Ferroviária Federal. Na época ao anunciarmos tal conquista, desta tribuna enfatizamos sua importância como um precedente de que se deveriam valer as demais categorias trabalhistas para que obtivessem o mesmo tratamento.

De lá para cá inúmeras gestões foram feitas a nível de Congresso Nacional, onde há várias iniciativas propondo a equiparação dos proventos da inatividade aos salários dos trabalhadores da ativa. Infelizmente, nenhuma iniciativa prosperou até hoje, continuando a aposentadoria um verdadeiro pesadelo para a esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a aposentadoria é um direito do trabalhador. Mas a forma como é tratada constitui uma inaceitável negação desse direito. Assim que se aposenta, ele passa a receber aquém dos já miseráveis salários que percebia na ativa, uma vez que os proventos são calculados com base na média salarial dos últimos 36 meses. Isso, senhores, é um esbulho ao assalariado.

Com isso, a maioria dos trabalhadores que atingem o tempo de serviço necessário à aposentadoria não pode valer-se desse direito. O trabalhador tem que continuar lutando, seja no mesmo emprego ou em outro ramo de atividade, para conseguir sobreviver.

Tal situação é duplamente nefasta: prejudica o aposentado e sua família e reduz as oportunidades de emprego para os jovens que estão ingressando na atividade produtiva.

Além do mais, Sr. Presidente, a situação do trabalhador celetista em relação aos funcionários públicos estatutários e aos militares é uma grave afronta ao próprio princípio da isonomia, consagrado pelas Constituições brasileiras e por todos os povos democráticos. O funcionário público não sofre qualquer redução nos seus vencimentos em razão da aposentadoria. Seus proventos são iguais ao salário que estaria percebendo se continuasse em atividade. O mesmo ocorre com os militares, que, ao passarem para a reserva, são, inclusive, promovidos ao posto imediatamente superior, com vencimentos integrais e correspondentes ao novo posto.

Como se vê, o princípio da igualdade perante a lei, embutido em nossas Constituições, é mais uma vez violado, em prejuízo da imensa maioria dos brasileiros, cujos contratos de trabalho são regidos pela CLT.

É hora, portanto, Sr. Presidente, de assegurarmos aos aposentados e pensionistas o direito a proventos iguais aos vencimentos correspondentes à categoria profissional, cargo ou função em que se aposentou. É necessário que isso fique bem claro e expresso no novo texto constitucional que iremos elaborar. Só assim conseguiremos reparar a injustiça que há anos se pratica neste País contra milhares de assalariados cujas forças já se esgotaram no trabalho, não raro em troca de um salário vil e humilhante.

Nesse sentido, aliás, já estamos elaborando sugestão a ser encaminhada à Mesa da Assembléia Constituinte. Espero que, no momento oportuno, ela terá o amplo apoio desta Assembléia, pois acredito até que, se não todos, pelo menos a grande maioria dos colegas constituintes se comprometeu em torno desse assunto com a classe trabalhadora.

O SR. PAULO DELGADO (PT — MG. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, assomo à tribuna para insistir na necessidade de a Constituinte se posicionar pela modificação da estrutura tributária e fiscal neste País, estrutura injusta que define a punição dos que trabalham e trata com condescendência os controladores do sistema financeiro e do capital.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, falamos com tranqüilidade, porque, já em novembro de 1985, neste mesmo plenário, condenamos com veemência o pacote fiscal imposto ao País. Naquela ocasião, já denunciávamos o arrocho nele contido — e que passa, agora, a ser sentido pelo conjunto das classes trabalhadoras brasileiras — arrocho sobre os trabalhadores, que essa política discrimina, e discrimina não somente porque seqüestra parte do salário de quem não vive de renda, como também porque concede a vergo-

nhosa e dissimulada isenção de impostos a militares, a magistrados e a nós, parlamentares. Discrimina, ainda, porque favorece aos que vivem da renda do capital e inverte o princípio e a lógica social da regressividade das tributações, tirando mais dos que ganham menos e menos dos que ganham mais. É mesmo uma estrutura tributária e fiscal reflexo da política de um governo que é duro com os fracos, mas é fraco com os fortes.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, como poderá esta Assembléia Nacional Constituinte representar a vontade do nosso povo, se não estiver disposta a corrigir, definitivamente, a injusta e tradicional estrutura tributária e fiscal que finge desconhecer a sociedade de classes que estratifica o Brasil? Não é possível que o preço da pena d'água do rico tenha o mesmo preço da pena d'água do pobre. Não é possível que o preço do quilowatt da luz do rico tenha o mesmo preço do quilowatt da luz do pobre, da mesma maneira como não é possível que os funcionários desta Constituinte e deste Congresso Nacional paguem Imposto de Renda, enquanto os Srs. Parlamentares admitem continuar não pagando.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, o atual Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, Senador Mário Covas, está desfraudando uma bandeira que – acredito – tem o apoio, a solidariedade de todos os Srs. Constituintes: a bandeira da descentralização de poderes. Talvez tenha sido esse o maior argumento de S. Ex.^a para ser eleito, ontem, pela bancada do PMDB, Líder do seu partido na Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero dar também a minha contribuição para que ocorra a descentralização de poderes. Sabemos que o atual Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o ilustre Deputado Ulysses Guimarães, está acumulando as elevadas funções de Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e é o Vice-Presidente da República. Eventualmente, ele substitui S. Ex.^a o Presidente José Sarney, exatamente pela falta de um Vice-Presidente.

Esta Nação, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, está, há dois anos, sem Vice-Presidente da República, cargo importante, de elevadas responsabilidades e que não pode ficar desocupado; vago, por tanto tempo. Sabemos que S. Ex.^a o Presidente José Sarney, diz, a cada dia, que se encontra solitário no Palácio do Planalto, ante a falta de um Vice-Presidente com o qual possa dividir suas pesadas responsabilidades de governar este País.

Não devemos esperar que esse problema seja solucionado depois da promulgação da nova Constituição brasileira, e também não concordamos que esse problema de ocupação da Vice-Presidência da República seja resolvido através das Disposições Transitórias. Talvez essa seja a expectativa do PMDB, porque, através das Disposições Transitórias, poder-se-á aderir à alternativa de que o Vice-Presidente da República possa ser eleito por via indireta, através de colégio eleitoral, figura já abolida através da Emenda nº 25/85, que preconiza eleições diretas para todos os níveis e para todos os cargos da Nação.

Nesta oportunidade, quero apenas comunicar à Casa que estou apresentando à Câmara dos Deputados emenda constitucional que altera os arts. 13, 75 e 79 da atual Constituição Federal, possibilitando as eleições diretas já – e parece que a Nação se esqueceu de que essa é a grande aspiração do povo brasileiro, eleições diretas já

– para o cargo de Vice-Presidente da República, dentro da tese, proposta pelo Senador Mário Coras, de descentralização dos poderes, das prerrogativas, a fim de que o Dr. Ulysses Guimarães, ilustre Presidente desta Casa, não fique tão assoberbado com tantas responsabilidades: Presidente da Câmara, Presidente da Constituinte e, ainda por cima, Vice-Presidente da República.

Conclamo a Nação e os Srs. Constituintes para a grande campanha cívica das diretas já para Vice-Presidente da República, porquanto sabemos que a Nação anseia por esta oportunidade: exercitar o seu direito de votar para Presidente e Vice-Presidente da República. Como temos conhecimento, tanto o saudoso Tancredo Neves quanto o Sr. José Sarney foram eleitos através do Colégio Eleitoral, por via indireta.

Conclamo, pois, todos os partidos aqui representados. Sei que vou contar com o apoio do PMDB, dentro dessa perspectiva de que temos de descentralizar, desconcentrar prerrogativas e poderes. Tenho certeza de que vou contar com o apoio de todos os Srs. Constituintes, na condição de Congressistas, para o apoioamento dessa minha emenda à atual Constituição, preconizando eleições diretas já para Vice-Presidente da República.

Também proponho, nessa emenda, a desvinculação do voto de Presidente do de Vice-Presidente da República. É um resquí da autoritarismo: quando o eleitor vota para Presidente, vota automaticamente para Vice-Presidente. Vamos voltar àquele velho sistema, em que o eleitor podia votar no candidato a Presidente de um partido e no candidato a Vice-Presidente de outro partido. Por que não abrir o leque de opções? Isso deverá estender-se aos governadores e aos prefeitos. Vamos acabar com essa vinculação do voto para cargo majoritário, deixando ao eleitor a livre escolha para Presidente, Vice-Presidente, Governador, Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito. Isso dá mais liberdade de opção ao eleitor. Estamos aqui para aperfeiçoar nossas instituições democráticas e políticas e dar, afinal, à Nação brasileira aquela resposta que ela tanto cobra de todos nós, qual seja, a de ensinar que o eleitor brasileiro possa exercitar seu direito de voto em todas as dimensões, para todos os cargos, sem qualquer vinculação. Afinal, só entendendo a democracia plena assim, com o eleitor exercitando seu direito de voto, com amplo poder de opção.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com esta emenda que vou apresentar à Câmara dos Deputados – sei que aquele é o foro específico para sua tramitação, aqui estou apenas me utilizando deste horário que me é facultado para fazer esta comunicação – eu e os que integram a bancada do Partido da Frente Liberal da Paraíba estamos dando uma resposta também à indagação feita, ontem, pelo eminente Deputado João Agripino Neto. Perguntava S. Ex.^a o que estávamos querendo, quando nossos companheiros da Assembléia Legislativa da Paraíba haviam apresentado emenda, também, propondo eleições diretas para o cargo de Vice-Governador, vago, recentemente, com o desaparecimento do Vice-Governador eleito, ex-Deputado Raymundo Asfóra. Ora, o que queremos, todos nós, inclusive os eminentes companheiros que já subscreveram essa emenda, Deputados Agassiz Almeida, Edme Tavares, da bancada da Paraíba, e outros ilustres companheiros de outras bancadas, aqui presentes, Sr. Presidente, é eleições diretas também para Vice-Governador da Paraíba. Queremos preencher esse lugar, por via direta, porque está vago, e já tenho notícia de que o Governador recém-eleito daquele Estado é a favor da realização dessas eleições

diretas para o cargo de Vice-Governador. Não acredito, Sr. Presidente, que exista alguém com responsabilidade neste País que não queira, não deseje e não lute por eleições diretas em todos os níveis.

Vamos, pois, Sr. Presidente, eleger o Vice-Presidente da República por eleições diretas, imediatamente, antes mesmo da elaboração da nova Constituição brasileira. (Palmas.)

O SR. VIRGÍLIO GAIASSI (PDS – MG. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, os problemas do abandono do menor em nossa sociedade se agravam dia a dia, na medida em que o Governo não encontra mecanismos adequados para solucioná-los.

Desnecessário se torna recorrer às estatísticas oficiais para constatar o caráter de grave crise social com que a atual situação se reveste.

A desestruturação política, econômica e social do País induz à ruptura dos laços familiares e à perda dos valores morais, fazendo com que as crianças, nas classes de baixa renda, sejam compelidas a buscar fora de casa a satisfação de suas necessidades básicas.

Uma rápida visita às grandes cidades mostrará legiões de menores carentes, perambulando em grupo pelas ruas, à espera de oportunidades para praticar toda a sorte de delitos, quase sempre em companhia de adultos, com os quais se graduam na escola do crime e do vício.

É forçoso reconhecer que o quadro atingiu a níveis alarmantes e reclama providências drásticas que resgatem esse aspecto iníquo da dívida social.

As tímidas iniciativas governamentais se circunscrevem ao diagnóstico e à implementação de programas que tratam superficialmente a questão, sem a abrangência e a profundidade que soluções de tamanho porte impõem.

Chegou o momento da adoção de medidas de curto, médio e longo prazos, que, a par de uma política eficaz de planejamento familiar, encaminhem os jovens para a Educação e o Trabalho, incutindo-lhes o sentimento de esperança no futuro.

No entanto, a escola formal, dirigida em grande parte às classes de maior poder aquisitivo, não atende às camadas mais pobres da população, pois a metodologia de ensino empregada foge, pela complexidade, à compreensão dos menos aquinhoados culturalmente.

Neste contexto de profunda perplexidade uma provável solução passaria, a meu ver, por uma reforma educacional. É necessário desenvolver métodos e técnicas de aprendizado voltados para o povo.

Um centro de profissionalização, onde o educando recebesse formação profissional, bem como assistência médico-odontológica e alimentar, prepararia profissionais competentes para ingresso imediato no mercado de trabalho, suprimindo as necessidades das empresas urbanas e rurais e viabilizando a aplicação do Decreto-lei nº 2.318, de 30 de dezembro de 1986, que "dispõe sobre fontes de custeio da Previdência Social e sobre a admissão de menores nas empresas.

Para concluir, Sr. Presidente, podemos afirmar que o problema do menor abandonado no Brasil somente encontrará um equacionamento condizente quando o Governo implementar medidas que aliem Educação e Trabalho, visando à construção de um futuro melhor para milhões de brasileiros.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, desejo ainda, ao ocupar a tribuna nesta tarde, declarar que apóio a proposta do Deputado Davi Alves

Silva para a criação do Estado de Carajás, cuja capital será a cidade maranhense de Imperatriz.

A minha solidariedade ao Deputado Davi Alves Silva e à sua proposta une-se a meu desejo de ver este País neste constante desenvolvimento econômico, para que se possa gerar indústrias e através, delas, empregos para nossa gente que se encontra tão carente de trabalho, a fim de que possam sobreviver e sustentar a sua família.

Sr. Presidente. Sr.^{as} e Srs. Constituintes, estou nesta tribuna, dando meu apoio a este projeto e gostaria que junto comigo todos contribuíssem para a realização desse ideal do nosso colega maranhense, pois daí se materializarão muitos sonhos de vários brasileiros daquela região, pois vêem nisto inúmeras oportunidades que a criação do Estado de Carajás poderá lhes trazer em termos de garantia de um fumo melhor, pois além de constituir-se um novo Estado voltará todas as atenções do poder central para o desenvolvimento da região. Assim, a brava luta do nobre Constituinte Davi Alves Silva transformar-se-á em uma grande vitória para a região toantina.

Sr.^{as} e Srs. Constituintes, a criação de Estados para a nossa Federação tem como meta o desenvolvimento maior deste País, pois o Brasil precisa de maiores espaços para o seu andamento sócio-econômico.

O SR. JAIRO CARNEIRO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, ilustres Constituintes, começa a intensificar-se o debate em torno da questão do mandato presidencial, sua duração, legitimidade e, bem assim, a discussão sobre a composição do Governo, a necessidade da formação de um governo de união nacional que implica – na proclamação que se faz – a constituição de um novo Ministério. Tais questionamentos parece, sem dúvida, estarem diretamente associados, como em uma relação de causa e efeito, com a grave problemática e crise econômica, aguda, que o País atravessa, e o encaminhamento da política econômica, em execução.

A temática é de significativa atualidade, relevo e grandeza, mas, creio, com respeito a quantos de modo distinto entendam – e a própria experiência histórica tem demonstrado – que o remédio dos males não reside, fundamentalmente, na fixação do alvo, na qualidade das pessoas, nas suas intenções e poder decisório, mais bem ajustados e de melhores propósitos, como o são, inquestionavelmente, os que orientam as ações do eminente Presidente da República, Dr. José Sarney.

Há variáveis, fatores e problemas que estão na base das estruturas, advindos como legado, e que perduram e resistem, querendo incrustar-se na estrutura de poder político e democrático inerente à Nova República, que ainda não se desvencilhou de práticas e costumes políticos condenados pela Nação, que ressurgem e renasce. Acrescem-se os fatores e problemas conjunturais os quais, por sua persistência e malefícios provocados, engendram, na conjugação de forças adversas e óbices tenazes, um quadro atroz de sensíveis agruras e dificuldades para o homem comum sobreviver; para o povo suportar, por mais tempo do que o que lhe resta, de agonias e de esperanças; para os demais segmentos organizados da sociedade brasileira; para o empresariado nacional; para os credores, justa ou injustamente; para o Governo, em especial, como depositário e destinatário maior, por constituir-se em Poder Político institucional, que encarna e sintetiza os anseios e aspirações, a dor e as esperanças da nacionalidade.

Ao Governo cumpre, pois, a responsabilidade de guiar, de conduzir o povo e o País, na plenitude da nossa soberania, para um ancoradouro seguro de solvência de débitos sociais graves, acumulados; de credibilidade no Governo; de autoconfiança do povo, no sentido de que somos uma Nação, que temos um futuro e que construímos o nosso próprio destino; de que somos um País soberano, mas que não prescindimos do concurso e da convivência com os outros povos e de que carecemos, para progredir e proporcionar a felicidade geral do povo, da contribuição do capital privado nacional, em prevalência, sem abominar a contribuição do capital externo, porque optamos por um regime de economia de mercado, com respeito à liberdade da livre iniciativa, sem prejuízo nem sacrifício, no entanto, de impostergáveis e inalienáveis direitos e garantias, princípios e postulados inegociáveis da cidadania e soberania do povo brasileiro.

Mas, Srs. Constituintes, quero aqui afirmar e reafirmar a minha convicção. Não será a duração do mandato presidencial ou o questionamento, nesta hora, da legitimidade do mandato – posto que, no particular, sou a favor do sufrágio livre, universal e direto – ou a formação do novo quadro ministerial decisivo ou determinante. A inquietação social existe, decorrência de tantos erros acumulados e dos equívocos ou falhas atribuíveis à política econômica em curso. O povo está sofrendo. O operariado se mobiliza e luta. As greves assumem frequência inusitada. A Igreja se impacienta, em sua missão de paz e justiça, na defesa dos oprimidos, em sua opção, que é também a nossa, pelos mais pobres. O agricultor, o produtor rural, o pequeno e médio empresários, o empresariado nacional, se levantam. A classe média brasileira está quase aniquilada em suas forças. O assalariado continua a pagar um grande ônus, um pesado encargo; tem sido uma das maiores vítimas deste momento indesejável de nossa conjuntura. A provação de antes já não lhe teria bastado?

Ao pessimismo contraponha-se o realismo sensato, abertos os canais do solidarismo e da co-responsabilidade. Com audiência, diálogo e entendimento. Com humildade, sem egoísmo ou caprichos. Estes, sim, acredito, se constituem em ingredientes essenciais, insubstituíveis, que nos permitirão enfrentar e vencer os desafios e as dificuldades. Esta é a forma correta de encarar e encaminhar as propostas e soluções para a nossa crise. Por aí se alcançará a cooperação, a união imprescindível, acima das diversidades ideológicas e políticas, mas colocando bem acima de quaisquer contingências ou circunstâncias os superiores interesses da Pátria comum. O governo de união nacional será, pois, o que exortamos ao nosso Presidente José Sarney empreender, com intensidade, ouvindo e recebendo a contribuição da sociedade brasileira, dos setores organizados, do empresariado e, em particular, dos partidos políticos e do Parlamento. A solidariedade ao Governo não será genuína, inquebrantável, se não houver oportunidade, liberdade e direito efetivo de participação no processo de tomada de decisões. Os resquícios da tecnocracia e da centralização das decisões, no campo econômico, heranças típicas de regime autoritário, estão ainda resistindo ao tempo. O Presidente José Sarney é um democrata. Um político experiente. Tolerante, mas firme e de decisão. É chegado o momento, Presidente. Talvez não seja necessário mudar nomes ou substituir pessoas, a não ser que elas próprias compreendam que é chegado o momento de se afastarem e de liberar os caminhos. O que parece urgente e imperioso é que, com o apoio que nós,

parlamentares e povo brasileiro – e entendo que somos uma e mesma identidade – com este apoio indispensável, V. Ex.^a ordene e implemente novos rumos no encaminhamento da política econômica e no processo de tomada de decisões neste campo e nesta hora grave que vivemos. Convoque a classe política, neste exercitar pleno de saudável democracia; determine ao seu Ministério ouvir e debater, com o Parlamento, os partidos políticos e com a sociedade, as propostas que venham a afetar e vincular o presente, o futuro e os destinos do nosso povo. Vossa Excelência não será o solitário detentor do poder, amanhã. Destinar-se-á, com o concurso, a contribuição e solidariedade de todos nós, a ser alvo do reconhecimento das gerações de hoje e da posteridade. Para isso, é mister mudar os meios, os métodos e possivelmente as metas. Vossa Excelência tem autoridade e detém o poder, legitimamente. E pode alcançar a glória. O sacrifício da Nação não será, contudo, e Vossa Excelência assim não o deseja, o reduto ou refúgio para as incertezas ou o infortúnio. Nós expressamos os sentimentos do povo, Presidente, de que Vossa Excelência, como Primeiro Mandatário da Nação, é o maior intérprete. Nós confiamos em suas atitudes e decisão. O povo espera, deseja e reclama agora. Já, Presidente! Pelo bem da democracia e pelo bem do Brasil.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, os Constituintes eleitos por São Paulo receberam ontem um importante documento que é o Relatório Quadrienal (3-83/3-87) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HMUSP). Nele está exposta a trajetória da gestão do Superintendente, Prof^o Dr. Guilherme Rodrigues da Silva.

Por que eu, membro de um partido de oposição como PT, julgo importante trazer aqui este assunto? Primeiro, porque o HCFMUSP não é um órgão de saúde meramente estadual, ele é uma referência de atendimento, pesquisa e ensino a nível nacional e até internacional se olharmos para os serviços que presta a países vizinhos. Lá trabalham e estudam cerca de 10.000 pessoas. Aliás, é um local muito conhecido aqui mesmo no Congresso Constituinte, principalmente pelos Srs. Senadores. Segundo, porque temos de reconhecer que na gestão do Prof^o Guilherme me foi feito um esforço de reerguer o Hospital. O Governo anterior do Sr. Paulo Maluf deixara a instituição à deriva, causando risco de irreversível deterioração. De 1983 para cá houve, como disse, um esforço e investimentos foram feitos em reformas como do Centro Cirúrgico do Instituto Central, ampliação dos ambulatórios, ampliação do Instituto da Criança, reformas no setor de nutrição e cozinha, atualização dos setores de diagnóstico por Raio X e de radioterapia etc. Somando entre obras já realizadas, obras em andamento, equipamento já implantado e equipamento em implantação chega-se a um total de 931.357.000 de cruzados, no período. É verdade que as deficiências continuam graves, porém, temos de ter consciência de que isso é reflexo da falta de um verdadeiro sistema de saúde unificado no País. Hospitais privados continuam visando unicamente maximizar lucros, encaminhando os casos complexos e caros para o setor público. O setor primário de atenção à saúde é tão precário que sobrecarrega os hospitais de referência, principalmente na área de atendimento de urgência. Terceiro, porque se é verdade que a política de arrocho salarial continuou no Governo Montoro, com funcionários ganhando mal e médicos sem sequer

terem conseguido a isonomia com os médicos do INAMPS, temos de admitir que houve mudanças no relacionamento direção-comunidade no caso do HC. Houve reais avanços, com uma abertura à participação e à criatividade. Combateu-se a visão opressiva-burocrática que durante décadas perseguiu com afinco os trabalhadores do HC. E mais poderia ter feito se a onda de democratização tivesse alcançado também o Conselho Deliberativo do Hospital, o que infelizmente não se conseguiu, pois o projeto neste sentido elaborado, com ampla participação da comunidade, foi bloqueado na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Dois fatores foram decisivos para estes avanços reconhecidos:

1 - A tradicional organização e consciência dos estudantes, professores, médicos e demais trabalhadores da área de saúde do Hospital, que sempre foram elementos de vanguarda na luta por uma saúde pública democratizada e de boa qualidade; 2 - O fato do Superintendente, Prof^o Guilherme, além de seus méritos pessoais inegáveis, ter sido nomeado pelo Governador Montoro após uma eleição da comunidade do HC em 1983, seguida de intensa luta para que essa eleição fosse aceita. Podemos dizer que foi um dos raros locais onde a promessa de "participação" foi observada, de alguma forma.

Nos dias 11 e 12-3-87 foi realizada nova eleição no HCFMUSP. Sessenta por cento dos alunos, professores e funcionários votaram. O Prof^o Guilherme recebeu 80% dos votos. Com esse resultado expressivo a Associação dos Servidores do HC, a Associação dos Médicos Residentes do HC, a Associação dos Docentes da USP e o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz querem ver o nome do Prof^o Guilherme Rodrigues da Silva incluído na lista triplíce que será encaminhada pelo Conselho Deliberativo da FMUSP ao Governador Orestes Quércia, para que ele escolha o novo Superintendente do Hospital. Pois bem, é justamente essa experiência com resultados positivos que hoje é alvo de virulenta campanha que infelizmente tem tido eco no Palácio dos Bandeirantes. Setores reacionários que em questões anteriores, inclusive, não lutaram contra governantes que queriam privatizar o HC, hoje levantam-se com agressividade, atacam o que eles chamam com desprezo de "a comunidade", "a saúde comunitária", "as forças democráticas da saúde". Os que hoje administram o HC são para eles "populistas pseudodemocráticos", "Degradadores do poder constituído", "Produtos de processo eleitoral espúrio", portadores de "reivindicações corporativas". Quem não se lembra deste linguajar? Estes setores conservadores aninham entre si setores francamente reacionários que controlam várias posições na FMUSP, porque participaram da repressão policial-militar desencadeada em 1964. O ataque à cultura e a ciência custo altíssimo para a USP. Nomes do maior valor científico foram presos, demitidos, cassados. Cito um exemplo que todos aqui, na Constituinte, que tiveram contato com o estudo da Medicina e Ciências Biológicas lembrarão imediatamente: Prof^o Samuel Pessoa, demitido da Cátedra de Parasitologia da FMUSP em 64, acusado do "crime" de ser comunista! Pois são nesses redutos que se arregimentam forças para bloquear a continuidade da experiência democrática no HC! No domingo, 15-3-87, o Prof^o Dr. Erasmo Tolosa publicou artigo no "O Estado de S. Paulo", destilando elitismo, insultando a saúde pública, os médicos, alunos e trabalhadores do HC, a quem julga incapazes de contribuir na administração de seu local de trabalho e estudo, a não ser obedecendo ordens. Coloca-se inclusive publicamente contra a democratização

do conselho deliberativo da FMUSP. Aferra-se na sua atual composição, que o torna um feudo de uns poucos professores titulares, excluindo todas as demais forças da comunidade. No seu artigo não apresenta a favor de seus pontos de vista, em momento algum, dados objetivos de uma avaliação dos trabalhos da comunidade nesses 4 anos.

A advertência que deixamos ao PMDB e ao Governo Quércia é grave! Preferirão o PMDB e o Governador uma composição com forças que em 1970 recebiam ordem direta do DOI-CODI, da Oban, que usavam o HC como retaguarda médico-cirúrgica? Que cumpram funções de vigiar alunos, médicos e servidores para os órgãos de segurança? Que foram coniventes com as tentativas de privatização do Hospital? Preferirão o PMDB e o Governador dar as costas à experiência democrática e à capacidade de luta dos trabalhadores, médicos e alunos? Vai ser truncado o processo de recuperação física e tecnológica do complexo Hospital? Caso isto se confirme poderemos afirmar que mais cedo do que se poderia supor o "sol" do Governador Orestes Quércia se transformará em noite para as forças progressistas da Saúde Pública no Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, solicito que, anexos ao meu discurso, sejam transcritos dois importantes depoimentos que passo a ler para conhecimento dos Srs. Constituintes.

(DEPOIMENTOS À QUE SE REFERE O ORADOR.)

"GESTÃO DEMOCRÁTICA É VIÁVEL

Guilherme Rodrigues da Silva,
superintendente da HC

O processo que culminou com a escolha direta do superintendente do HC foi fruto tanto da luta de nosso povo por mais liberdade quanto da comunidade do hospital contra o autoritarismo. Aqui, um grupo dominante se autopetuuava no poder, não permitindo participação alguma da comunidade. Tinham um mecanismo de decisão muito centralizado, o Conselho Deliberativo, composto de cinco professores titulares e o diretor da Faculdade.

Eles tinham acenado com a possibilidade de apoio ao processo de democratização, mas esperavam impor o nome deles ao governador. Entretanto, a comunidade já estava cansada dessa rotina, ansiava por democracia e participação. Quando eles notaram que não dominariam o processo de escolha, resolveram agir com os mesmos métodos que sempre agiram. O Conselho Deliberativo reuniu-se na casa do Prof. Silvano Raia e lá fizeram a escolha, indicando uma lista composta pelo Dr. Rui Teles e mais dois médicos. Fizeram a lista e mandaram ao governador, um dia antes da eleição no HC.

Mesmo assim, demos continuidade ao processo eleitoral e recebemos 70% dos votos. Com o resultado, o Dr. Rui Teles teve uma posição decente e retirou a sua candidatura. Isso criou um clima difícil: de um lado, eles não tinham mais os três nomes para compor a lista e, de outro, o governo recém-empossado tinha interesse em encaminhar uma solução democrática. Além disso, criou-se também um impasse entre a situação legal, onde o Conselho Deliberativo tinha o direito de escolha, e uma situação de fato, com a eleição de um nome pela comunidade.

Ressalte-se que esse impasse foi politizado rapidamente e se transformou num caso nacional, criando um clima político que terminou dando legitimidade à situação de fato. O caso foi resolvido da seguinte forma: com a desistência do Dr. Rui Teles, a lista ficou dupla. Alguns políticos progressistas intermediaram a negociação com o governador, propondo que a lista deveria ser complementada com o nome escolhido pela comunidade. Então o governador ratificou a escolha direta.

Mas, apesar de todos os problemas, o processo foi gratificante. Demonstrou que a administração democrática é viável, embora esteja sujeita a altos e baixos. Produziu efeitos extraordinários, com intensa participação da comunidade.

Nos momentos de crise, essa participação foi fundamental para resolvermos os problemas. Basta dizer que quando os aparelhos de ar condicionado foram paralisados por problemas técnicos, os funcionários começaram a se mobilizar e nomearam uma comissão para solucionar os problemas. Apesar do desconforto do trabalho, realizaram uma escala de turnos e não paralisaram nem deixaram de atender nenhum paciente - e veja que esse problema durou dois meses, uma vez que os equipamentos necessitavam de peças que só existiam no exterior. Sem a participação da comunidade, teria sido um caos.

As greves também foram auto-administráveis. Garantiu-se não só os serviços essenciais, mas também os de cobertura. Por exemplo, se faltava roupa, uma comissão imediatamente buscava solução para o problema e assim por diante.

Também mudamos o clima de relacionamento interno, que era de opressão e terror. O chefe pressionava o de baixo, esse o seu subalterno e assim sucessivamente. Em nossa administração garantiu-se o espaço para a crítica e para a reivindicação, sem abdicar-se da qualidade dos serviços. Abrimos também as portas do hospital para a imprensa, que teve inteira liberdade de investigar e noticiar. Esse relacionamento ficou mais patente com o episódio da doença do presidente Tancredo Neves, onde mantivemos um excelente relacionamento com os meios de comunicação.

Em termos materiais, acho que também obtivemos êxito. Estamos corrigindo e recuperando o atraso de muitos anos, consequência da antiga política de saúde dos tempos do autoritarismo. Estamos terminando o mandato com o maior parque de radiologia e radioterapia da América Latina. Construímos o centro de tomografia computadorizada, que estava atrasado em mais de 20 anos e instalamos aparelhos sofisticados em vários setores do hospital. Introduzimos a informatização nos laboratórios e estamos iniciando uma reforma geral do prédio velho, que será a nossa maior realização. Os recursos para essa obra já estão garantidos e com isso teremos condições de melhorar a qualidade do atendimento aos pacientes. Estamos também fazendo a reforma global do Instituto da Criança e realizando concorrência para a construção do novo prédio do Instituto do Coração. Esse conjunto de realizações modificou a imagem do HC, que andava muito desgastada, recuperamos a credibilidade perante a comunidade. Por isso acha-

mos que é necessário institucionalizar a participação ampliada no Conselho Deliberativo.

"OBTIVEMOS MUITOS AVANÇOS

Aytan Miranda Sipahi, membro da Comissão que elaborou o projeto de democratização dos hospitais.

O Hospital das Clínicas tem uma longa tradição de luta. Mesmo após o golpe militar de 1964, as entidades de funcionários continuaram organizadas. Com as lutas pelas liberdades políticas, especialmente após a greve de 1978 de médicos e funcionários do HC começamos a discutir alternativas democráticas para o hospital. Foi nesse processo de luta que criamos as condições para a implantação de mudanças democráticas. Foi uma luta difícil, mas a mobilização da comunidade e sua participação no processo eleitoral para a escolha do superintendente criou um fato consumado, posteriormente assumido pelo governo.

Fazendo um balanço desses quatro anos de gestão democrática, avaliamos que obtivemos muitos avanços. Onde foi possível tocar na estrutura burocrática, conseguiu-se saldos significativos. Assim, avançamos na modernização da rede física do hospital, construímos uma boa infra-estrutura em várias unidades, equipamos várias áreas, especialmente a de raios X, nutrição, PS infantil e outros serviços. Realizamos a reforma da cozinha e iniciamos a reforma do Instituto Central, entre outras obras. Aqui também foi revertido o clima de terror que existia na gestão anterior, mediante um relacionamento democrático entre a direção do hospital e a comunidade.

Entretanto, não realizamos todas as metas, porque a estrutura burocrática, herdada do regime anterior, emperrou o encaminhamento das mudanças. Deveríamos ter implantado uma política global para o hospital no sentido de resgatar o atraso tecnológico em que nos encontrávamos, mas não foi possível atingir plenamente essa meta. Aliás, mesmo hoje, a estrutura diretiva do hospital não possibilita a realização de uma política global. O Conselho Deliberativo continua emperrando os trabalhos, uma vez que tem visão corporativa e defende interesses grupais. E, no final, quem sai prejudicada é a comunidade, que luta por mudanças efetivas.

O processo de mudanças também foi bloqueado pelo governo estadual, via política salarial. No HC, os funcionários ganham um salário de fome, os médicos tiveram seus salários achatados, nem sequer ganharam a isonomia em relação aos colegas do INAMPS. Em síntese, a política salarial do Governo foi de arrocho, tanto que perdemos muitos profissionais para a iniciativa privada. Por isso, não conseguimos acabar com a dupla distorção ainda existente: o Estado permite que os médicos trabalhem pouco e, em contrapartida, também paga pouco.

Nesse sentido reivindicamos a implantação da carreira médica, com profissionais de tempo integral para 30% do corpo médico, com os mesmos direitos e estímulos que os docentes e com um salário digno. Em vez de médicos de vários empregos, teríamos uma parte dos profissionais em dedicação integral, com tempo para pesquisa e para o estudo – isso inclusive faria com que o profissional de quatro horas tivesse um rendimento maior. E quem não se interessasse pelo trabalho de quatro horas, poderia ser consultor: dava aulas, orientava, contribuía para o avanço da ciência.

O HC também deveria funcionar em dois turnos, com democratização na cúpula e nos Depar-

tamentos, e enquadrado numa política mais geral de saúde pública. Isso possibilitaria o desenvolvimento da criatividade científica, do ensino e a melhoria das condições de atendimento da população. Precisamos investir mais em recursos humanos e em pesquisa, para podermos dar o salto de qualidade. Afinal, esse hospital tem uma responsabilidade nacional com a criação e a reciclagem do conhecimento médico.

Ainda fruto de todo esse processo de democratização, o Governo do Estado criou uma comissão encarregada de elaborar um estatuto para o hospital. Apesar de composta em sua grande maioria de professores titulares, foi elaborado um projeto para o HC, visando a democratização interna. Mesmo considerando-o tímido, entendemos que significou um avanço. No entanto, esse projeto foi enviado à Assembleia Legislativa e nem sequer chegou a ser votado.

Com relação às perspectivas, somos otimistas. A comunidade apóia majoritariamente o processo e, com a mobilização da população por mais democracia, isso vai se refletir aqui também. Os setores conservadores, inclusive aqueles que querem a privatização do hospital, ainda existem na instituição. Mesmo assim, entendemos que a democratização do HC é irreversível. Se isso for bloqueado, tememos pelo futuro da medicina brasileira, pois esse processo é o único pelo qual podemos avançar tanto na questão da democracia, quanto da ciência e do atendimento da população. Aqui criamos todas as condições básicas para que a próxima gestão realize um excelente trabalho. E, se de fato, o sol nasceu para todos, vamos continuar o processo democrático no HC."

O SR. VASCO ALVES (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, estamos assistindo, desde o último domingo, quando tomaram posse os novos governadores, ao desfile repetitivo e até cansativo das medidas que tiveram que ser adotadas em todos os Estados da Federação para que esta nova safra de governadores eleitos pelo voto popular possa iniciar suas administrações. São demissões de servidores fantasmas, pedidos de rolagem de dívidas ou sua transferência para a União, corte nos vencimentos dos que recebiam salários verdadeiramente imorais, proibição de novas contratações, reciclagem em obras e projetos. Em todos os Estados brasileiros a situação é a mesma. A arrecadação não cobre nem mesmo o pagamento do funcionalismo, e os governadores, se almejam algum êxito e alguma resposta objetiva, aos seus eleitores, são obrigados a vir a Brasília de pires na mão, mendigando as migalhas que ainda restam após o banquete dos 20 anos de ditadura.

Se é esta a situação alarmante dos Estados, o que dizer da situação dos Municípios, exatamente onde são sentidos mais de perto os aflitivos problemas da população brasileira? Sabemos que a situação de todos os Municípios é de absoluta insolvência, falência total em alguns casos, calamidade pública ou emergência completa em outros. É no Município que os menores abandonados perambulam pelas ruas, que faltam até mercúrio-cromo e esparadrapo nos postos de saúde, que uma família desabrigada ou despejada precisa ser abrigada, que a falta de carteiras eleva os alunos a se sentarem no chão. É lá que se torna indispensável dar alimentação completa nas escolas, porque as famílias, até mesmo da baixa classe média, não têm recursos para alimentar corretamente seus filhos. E é o Prefeito que precisa – até mesmo por um dever de consciência cristã – encontrar soluções e dar respostas ime-

diadas a todas essas questões, que se avolumam e se constituem em desafios intransponíveis no seu cotidiano. Ora, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, se as arrecadações municipais não comportam nem mesmo o pagamento do funcionalismo, na maioria dos casos, como atender às comunidades em seus graves problemas e em suas aspirações?

Exatamente por não mais suportarem esta situação dramática, os prefeitos e vereadores de todo o Brasil irão empreender, no início da próxima semana, mais uma marcha sobre Brasília. De todos os quadrantes nacionais eles virão para debater sua problemática nos dias 24 e 25, no auditório Petrônio Portela, quando se realizará o Encontro Municipalista, promovido pela Frente Municipalista Nacional, que convidou todas as demais entidades representativas dos Municípios brasileiros para discutirem objetivamente os pontos fundamentais de uma reforma tributária de emergência, que pelo menos amenize os contornos da grave situação em que atualmente estão mergulhados os nossos Municípios.

Alguns pontos dessa reforma, que já nem é de emergência, mas de urgência urgentíssima, estão mais do que claros para todos nós que militamos na causa municipalista, se não vejamos: aumento do Fundo de Participação dos Municípios de 17 para 20 por cento; criação, pela União, de um Fundo de Ressarcimento para transferência aos Estados e Municípios, como recompensa pela perda do ICM isento na exportação de produtos manufaturados; obrigatoriedade de crédito imediato e automático da participação dos Estados e Municípios na arrecadação de qualquer tributo; distribuição de 20 por cento do Fundo Nacional de Desenvolvimento aos Municípios, proporcionalmente à população de cada um, para aplicação em projetos que se coadunem com as finalidades previstas pelo Governo Federal; inclusão da receita do Finsocial no cálculo do Fundo de Participação dos Estados e Municípios; e outras questões fundamentais.

Além de suas propostas para esta reforma tributária de urgência urgentíssima, que serão entregues ao Presidente José Sarney em audiência na próxima semana, os prefeitos e vereadores brasileiros irão também, paralelamente, discutir e apresentar sugestões que dizem respeito à nossa tarefa como Constituintes. O Presidente desta Casa, Deputado Ulysses Guimarães, irá receber o documento final do encontro, onde estarão alinhados os pontos básicos da causa municipalista, para inclusão na Constituição brasileira que iremos escrever.

Exatamente por isto, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, é que neste momento desejo convidar a todos para participarem dos debates no Auditório Petrônio Portela nas próximas terça e quarta-feira. Como Vice-Presidente da Frente Municipalista Nacional faço um apelo para que todos se juntem aos prefeitos e vereadores nessa causa que hoje já pertence ao povo brasileiro. Só fortalecendo efetivamente os Municípios e lhes dando uma efetiva autonomia estaremos contribuindo para resgatar milhões de brasileiros da humilhante situação de miséria em que hoje se encontram. Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PMDB – BA. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a saúde neste País necessita de maiores investimentos e atenção. Na Bahia, meu Estado, é necessário que o INAMPS faça manutenção dos seus próprios hospitais, porque funcionam de maneira deficiente, tanto quanto ao

atendimento como quanto à manutenção física – sobretudo porque os leitos são deficientes. O Hospital Ana Neri, na Bahia – pasmem, senhores – possui uma UTI. Sabem quanto custa uma UTI? Uma fortuna. Pois bem, foi inaugurada a UTI desse hospital, que não funciona por falta de funcionários. Enquanto isso, o trabalhador fica sem atendimento. O Hospital Manoel Vitorino está sendo subutilizado. Há que ser feita sua manutenção e aumento de funcionários para melhorar, uma vez que seus leitos não estão sendo totalmente utilizados. Por isso prolifera o atendimento do repasse para as clínicas particulares. É cobrado ao trabalhador o atendimento que recebe numa clínica particular. Como pode um cidadão com salário mínimo – quando precisa fazer uma cirurgia qualquer em uma clínica, porque os hospitais próprios do INAMPS não estão dando o atendimento necessário – pagar Cz\$ 900,00 por uma anestesia? É o seu salário do mês para todas as despesas. Agora já deve ter sido majorado esse valor, com o aumento do salário.

Então, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é necessário que o INAMPS volte a atenção para os seus próprios hospitais, melhore os salários de seus profissionais da saúde, sua qualificação, faça com que o profissional se sinta motivado para exercer sua tarefa, faça cursos periódicos, a fim de manter-se atualizado.

É necessário, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que o atendimento à saúde no País deixe de ser somente meio de rendimentos, a fim de que o cidadão tenha direitos. É preciso que a Constituinte que aí vem garanta o atendimento à saúde como obrigação do Estado e direito do cidadão, inclusive fornecendo-lhe medicamentos. Com os baixos salários que aí estão, com os hospitais públicos em péssimas condições – tanto os hospitais do Estado como os da prefeitura – o INAMPS tem que ser mais atuante. Não é possível que as clínicas particulares tenham rendimento maior do que o dos hospitais universitários no atendimento aos pacientes. A qualidade do serviço dos hospitais universitários precisa ser mantida. Por isso é necessário que as unidades de serviço do INAMPS tenham o mesmo valor pago às clínicas particulares e aos hospitais universitários. O que observamos é que as ações integradas de saúde ficaram apenas no papel, na realidade não funcionaram, no meu Estado.

Portanto, volto a insistir, não podemos deixar que a assistência à saúde seja apenas para os que têm dinheiro. Todos os que abrem os olhos, ao nascer, neste País pagam imposto e têm direito ao serviço de atendimento à saúde. A melhoria começa com o atendimento federal do INAMPS, pois a verba a nível de Governo Federal é muito maior do que a nível de Governo Estadual e Municipal. A questão, portanto, tem de ser revista, e é preciso que o Presidente do INAMPS, Dr. Ézio Cordeiro, tenha força política para fazer as modificações que atendam aos interesses dos trabalhadores e de todo o povo brasileiro, inclusive podendo fazer contratação de pessoal, já que o Presidente liberou para outros Ministérios.

A nossa luta é pela implantação do sistema único de saúde.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, li, ontem, nos jornais, declarações do ex-Ministro Delfim Netto, acusando o Presidente Sarney, os Ministros da área econômica e o meu partido, o PMDB, pelos desmandos administrativo e econômico por que passa o Brasil. É até admissível que o ex-Ministro e atual Deputado Delfim Netto venha declarar à Imprensa que

a economia do País está entregue às baratas. Pelo menos o povo brasileiro fica sabendo que os ratos estão do lado de fora. Quando o representante paulista declara que Sayad "é um pouco ingênuo" é porque reconhece muito bem que no Brasil de hoje não há espaço para as espertezas que caracterizavam as ações deletérias das aves de rapina da Velha República.

É incrível que a folclórica figura do todo-poderoso chefe dos governos ditatoriais queira continuar enganando o povo brasileiro com declarações nas quais pretende justificar suas jogadas escusas no endividamento no País. Dizer que as obras inauguradas pelo Governo são frutos da dívida externa é, no mínimo, querer que todo o povo brasileiro adote a burrice como catecismo. O gordo sinistro não tem condições morais para ocupar os espaços da Imprensa, no momento em que a sangria da dívida externa exaure todas as possibilidades de recuperação da economia, levada ao fundo do poço pela sua troupe. Quando o robusto e bem nutrido Deputado abre a boca, sabe-se que tudo que ele diz é fruto da saudade que sente dos tempos das negociatas imorais, praticadas em nome de quem não lhe deu credenciais para tal.

Dizer que os Ministros e demais membros do Governo não sabem o que fazem nem o que dizem é um insulto ao povo brasileiro, que está tirando da mesa o pouco de que dispõe para pagar o serviço de uma dívida externa que os próprios credores não sabem como contabilizar, tendo em vista os cambalachos promovidos para que os empréstimos fossem concedidos. Não é sem saudade que o fatídico ex-Ministro fala de suas aventuras pelos bancos do exterior e declara que nada está funcionando como realmente gostaria que estivesse. É claro. A Nova República, pautada em uma doutrina de moralidade e de saneamento das ações, levada aos mais longínquos rincões deste País pela figura do saudoso Presidente Tancredo Neves, tem como objetivo básico a eliminação das célebres dívidas lastreadas em famigerados dez por cento, cujo exemplo maior, o Relatório Saraiva, até hoje o probo, o eminente, o ilustre, o sério, o responsável, este símbolo de respeito, de vergonha, de competência e de homem digno no trato com as finanças públicas – Delfim Netto – não explicou e, se explicou, pelo menos a mim e a esta Nação não convenceu.

Que injustiça, meu Deus! O nobre, digno, responsável Delfim Netto ter ficado conhecido na França, quando Embaixador designado pelo então General-Presidente Geisel, pelo injusto e descabido apodo de Embaixador dos dez por cento! Ainda bem que ele está de volta à cena política nacional, para nos salvar. Ainda bem que este ilustre ex-participante dos governos militares, reaparece arfante e solícito, dando-nos a impressão de querer explicar o Relatório Saraiva, os dez por cento na Embaixada na França, as polonetas, a CAPEMI, o caso Delfim, o affaire Coroa Brastel, as negociatas de seu cúmplice, Flávio Pécora, as imoralidades de todos os seus atos, tudo isto, Sr^{as} e Srs. Constituintes, de uma só vez.

Ainda há pouco, um comparsa do ilustre Deputado, Tony Gébauer, que já foi negociador da dívida externa brasileira, que já esteve mancomunado com o também ex-Ministro Ernane Galvêas, foi condenado pela Justiça norte-americana por ser falsário, ladrão e corrupto. Esse risco de condenação, no entanto, o probo, o honesto, o competente Delfim Netto não corre. Pois ao abrigo de um mandato parlamentar – graças aos céus – eis que ele vem novamente para nos salvar, este Messias dos dez por cento da riqueza nacional.

Sr^{as} e Srs. Constituintes, para encerrar, já que o ilustre, o digno, o honesto Deputado Delfim Netto pede que o PMDB desça do palanque e comece a governar, faço desta tribuna angustiado e veemente apelo: Dr. Delfim Netto, homem inteligente, negociador competente, pessoa que não deixa nenhum erro e nenhum rastro na sua atuação, por favor, suba nesse nosso palanque e explique aos deserdados desta Nação, aos mortos vivos espoliados, aos que sangram as dores da fome e da miséria, causadas pelas atitudes dos que se acumpliciaram coma ditadura, o que nós todos devemos fazer para salvar nossos magros e sacrificados corpos, nossas exauridas e roubadas finanças.

O SR. JOSÉ COSTA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT-SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se quisermos ter na nova Constituição que estamos a elaborar uma verdadeira democracia, de trabalhar muito para nela fortalecer o Poder Legislativo, não apenas para lhe devolver as prerrogativas retiradas no decurso dos últimos vinte anos, mas também para que órgãos auxiliares e dentre eles cito o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios sejam efetivamente atrelados ao Poder Legislativo. Eis por que encaminhamos hoje à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte proposta de emenda que estabelece o seguinte:

"Art. Os Ministros do Tribunal de Contas da União, os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e os Juizes dos Tribunais de Contas dos Municípios serão eleitos, pelo Congresso Nacional, pelas Assembléias Legislativas e pelas Câmaras Municipais, através da manifestação de 2/3 (dois terços) de seus representantes.

"§ 1º Havendo vários candidatos, os dois primeiros colocados no 1º (primeiro) escrutínio disputarão a indicação para o cargo, em uma 2ª votação.

"§ 2º O registro dos candidatos far-se-á pelos Partidos Políticos, junto à mesa Diretora do Congresso Nacional, quando da União;

da Mesa Diretora das Assembléias Legislativas quando dos Estados;

da Mesa Diretora das Câmaras Municipais, quando dos Municípios.

"§ 3º Os candidatos deverão ter idade mínima de 35 (tinta e cinco) anos e máxima de 65 (sessenta e cinco), diploma universitário compatível com as funções que irão desempenhar, bem como notória e ilibada reputação.

"§ 4º O mandato do deito, em todos os âmbitos, será de 5 (cinco) anos.

"§ 5º Este dispositivo constitucional começará a ser aplicado na medida em que surgirem as vagas nesses Tribunais, em decorrência de aposentadoria ou morte de seus titulares.

Justificativa

É notória a incongruência hoje existência na nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União, Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e Juizes dos Tribunais de Contas dos Municípios.

Indicados pelos Chefes do Poder Executivo hão, na maioria das vezes, de julgar as contas daqueles que os nomearam.

Mesmo considerando a honorabilidade dos indicados que procuram, via de regra, executar seus misteres com absoluta isenção, não podemos deixar de considerar como espúria a indicação feita pelo Executivo.

Desta forma, se considerarmos que esses Tribunais na verdade são órgãos de Assessoria do Poder Legislativo, legítimo se toma que este Poder, de forma democrática, através de votação direta, proceda a escolha daqueles que irão compor esses Tribunais, sejam Ministros, Conselheiros ou Juizes."

Desta forma, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, queremos realmente tomar o futuro Poder Legislativo, que nascerá desta Assembléia Constituinte, forte e poderoso no exercício de suas inúmeras atribuições dentre elas a de fiscalizador, exercendo-as com o mais perfeito equilíbrio e ao mesmo tempo, autonomia entre os três poderes.

Muito obrigada

Durante o discurso do Sr. Constituinte Adhemar de Barros Filho, o Sr. Secretário Humberto Souto deita a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Salatiel Carvalho. (Pausa.)

O SR. SALATIEL CARVALHO (PFL – PE. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não poderíamos deixar de fazer um apelo, nesta Assembléia, ao Exmº Sr. Presidente da República, no sentido de que S. Ex.ª atenda, com firmeza de atitudes e de propósitos, às sugestões que lhe foram propostas através de um trabalho elaborado pelo Partido da Frente Liberal, com o propósito de rever os critérios e a sistemática com relação ao Imposto de Renda que está sendo declarado este mês. Estudos elaborados por órgãos que merecem toda a nossa credibilidade têm mostrado, com grande clareza, que a classe média pagará muito mais imposto neste ano de 1987. Não poderíamos deixar de fazer este apelo, principalmente os parlamentares que têm origem na classe média, já acostumada ao sofrimento de ter sobre si os mais pesados encargos. Chegada a hora de fazermos nossa declaração, observamos – e as estatísticas o demonstram – que a massa de assalariados, a classe média brasileira, comparada com as classes de assalariados de outros países, é uma das mais sacrificadas deste planeta. Portanto, seria um grave erro de omissão não manifestar aqui nossa posição e nossa solidariedade, como representante da classe média e originários dela.

Deixo, assim, meu apelo no sentido de que esses critérios sejam revistos e que a carga tributária, tão violenta e tão pesada sobre a classe média brasileira assalariada, seja aliviada, para que possamos corrigir uma grave injustiça cometida contra essa classe.

Aproveite a oportunidade para manifestar nosso desejo de que, em breve, nós, parlamentares, possamos também pagar Imposto de Renda, como a classe média assalariada, para que não sejamos considerados uma casta de privilegiados, como se fôssemos cidadãos de primeira categoria.

Fica, portanto, formulado o meu apelo no sentido de que esse critério danoso do Imposto de Renda seja revisto e tenhamos uma distribuição mais justa, um sistema tributário que não penalize a classe média, tão sacrificada ao longo destes anos.

Este o apelo que queria fazer. (Palmas.)

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. presidente, Srs. Constituintes, estamos apresentando uma sugestão à nova Constituição:

"Inclua-se, onde couber, no título "Da Família, da Educação e da Cultura."

"Art. O casamento é indissolúvel, como fundamento da família, com direito à proteção especial do Estado.

Parágrafo único. É permitido o desquite, na forma da lei, obrigados os cônjuges separados à proteção e assistência aos filhos, até a maioridade e sempre, quando não tenham condições para o próprio sustento, por incapacidade parcial ou total"

Justificação

Em todas as civilizações e todos os tempos, a família é a célula primeira da sociedade, fundamento essencial da organização humana, caracterizada pela união indissolúvel dos cônjuges e pela integral assistência e proteção do casal aos filhos.

Assim foi em toda a nossa história, até que a Emenda Constitucional nº 9 permitiu:

§ 1º O casamento somente poderá ser dissolvido, nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos" Essa permissão dependeu de dois fatores:

a) o singular prestígio desfrutado pelo Senador Nelson Carneiro, hoje decano do Plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que vinha lutando, há alguns decênios, para resolver a situação provocada pelas separações de fato de milhares de casais em todo o País;

b) à redução do quorum de dois terços para a maioria absoluta, resultado de emenda constitucional outorgada pelo Presidente Ernesto Geisel.

Veio a legislação ordinária e alguns milhares de casais, separados de fato, visando a contrair novo matrimônio, principalmente para maior amparo aos filhos resultantes do concubinato, apelaram para o novo remédio judicial.

Entretanto, passado um decênio, cessou aquela avalanche, quando os casais sem filhos recortem apenas à separação judicial, apelando para o concubinato, para reduzir obrigações patrimoniais.

Toma-se e, praticamente, desnecessário o remédio, que passa a contribuir para a licenciosidade dos costumes, jamais desejada pelo nobre autor da instituição do divórcio.

Evidentemente, a regulamentação do novo dispositivo constitucional, por alteração do Código Civil, explicitará o problema do direito adquirido, pelos já separados judicialmente, por mais de três anos, a contração de novas núpcias, uma só, exclusivamente.

Para tanto, a Constituição inserirá, no contexto competente, o princípio de que "a lei não ferirá a coisa julgada, o direito adquirido nem o ato jurídico perfeito".

Eventualmente necessária a regulamentação das questões de fato, "oportuno tempore", não se justifica mais a dissolubilidade do vínculo matrimonial no Brasil, por não ser essa a vocação da nossa sociedade.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Srs. Constituintes, ontem, na reunião da bancada do PMDB, defendi, antes da votação, que o nosso

Líder na Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Henrique, não concorresse à eleição para Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, dando, assim, seu apoio à candidatura do hoje Líder Senador Mário Covas, para que o PMDB tivesse um líder na Câmara dos Deputados, outro na Constituinte e outro no Senado.

Estou muito satisfeito agora, pois soube que o Deputado Luiz Henrique, mesmo tendo perdido as eleições ontem para o Senador Mário Covas – e S. Ex.ª afirmou que renunciaria ao cargo de Líder da bancada do PMDB na Câmara se isso acontecesse – acatou o pedido de mais de 220 Deputados Federais do PMDB para que permanecesse na Liderança do nosso partido na Câmara Federal.

Trata-se de fato muito importante quando se considera a missão do PMDB, em face do momento histórico por que passa o Brasil. Nossa agremiação, criada, na resistência a uma ditadura militar que se prolonga por mais de 20 anos em nossa Pátria, tem hoje o supremo papel de construir a democracia neste País. Este partido precisa, pois, como falei ontem, pluralizar suas lideranças para conseguir articular-se com o povo, com a sociedade civil, com todas as organizações dos trabalhadores, a fim de definir o Projeto Brasil, tão sonhado pelo nosso saudoso Teotônio Vilela e que precisa começar a ser costurado e colocado em prática no País.

A decisão, portanto, do Líder Luiz Henrique, de permanecer na Liderança da Bancada do PMDB na Câmara dos Deputados, fazendo um trabalho conjunto com o Senador Mário Covas, Líder do PMDB na Constituinte, permitirá ao partido, que recebeu esmagadora votação nas últimas eleições, assegure, nesta Constituinte a concretização dos anseios da maioria do povo, que deseja – repito – um projeto nacional de mudanças.

Quero dizer, aqui, que o PMDB, a partir de hoje, é um novo partido e que a Constituinte, a partir de hoje, tem novos rumos. Com novas lideranças, nossa agremiação terá uma atuação muito mais coerente, muito mais efetiva, muito mais condizente como que de fato deseja a população brasileira. E tenho certeza de que todos os partidos que integram esta Assembléia Nacional Constituinte se juntarão ao PMDB na elaboração de uma Carta que dignifique a maioria do povo brasileiro – os trabalhadores.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Confederação de Professores do Brasil realizou no mês de janeiro próximo passado, na cidade de Porto Alegre, o seu congresso anual, com cerca de cinco mil participantes. Esse evento foi precedido por outros realizados em todas as unidades da Federação, à exceção de Fernando de Noronha, onde as entidades filiadas à Confederação realizaram também, como etapa preparatória, congressos regionais.

Somente no Estado de São Paulo a Associação dos Professores do Ensino Oficial realizou nada menos do que quinze congressos preparatórios. Todo esse trabalho organizado pelos professores tem o objetivo de elaborar as posições do professorado de 1º e 21º graus em todo o Brasil com relação ao processo constituinte e à futura Constituição. Ele foi o resultado também de uma campanha de mobilização maciça em todo o território nacional em defesa dessas reivindicações e com o objetivo de, uma vez inseridos na Constituição, esses pontos de vista serem colocado sem prática.

A Central Única dos Trabalhadores – CUT, também da mesma forma e com os mesmos objetivos, vem desenvolvendo um amplo preces-

so de mobilização de todo o movimento sindical com referência ao processo constituinte e à futura Constituição.

Tenho a satisfação de registrar as resoluções do Congresso Nacional da Confederação de Professores do Brasil e também um trabalho realizado pela Secretaria Sindical da Central Geral dos Trabalhadores, contendo uma proposta de plataforma de luta dos trabalhadores que será apreciada no próximo encontro da Central única dos Trabalhadores.

Os congressistas da Central única dos Trabalhadores, a exemplo dos da Confederação dos Professores do Brasil, também costumam congregam, às vezes, até mais do que cinco mil delegados participantes. O mesmo se pode dizer dos congressos da CGT – Central única dos Trabalhadores, da União Nacional dos Estudantes, dos trabalhadores rurais e de inúmeras outras categorias profissionais, que se vêm reunindo e realizando congressos em todo o Brasil.

Aqui em Brasília, conforme já informei a este Plenário, realizamos várias reuniões, com a participação de todas as entidades da área de educação no Brasil e de diversos parlamentares, em defesa da escola pública. O mesmo estamos fazendo na área sindical, com a participação do Diapa – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que é mantido e organizado unitariamente pela Central única dos Trabalhadores, pela Central Geral dos Trabalhadores, pela USI e pelas mais importantes confederações sindicais do País. Essas reuniões já contaram com a participação de várias dezenas de parlamentares que têm o mesmo compromisso.

Estamos discutindo aqui uma proposta trazida pela Associação dos Professores de São Paulo, qual seja, realizarmos num esforço conjunto, provavelmente no mês de agosto, um grande Plenário Nacional Popular Constituinte, com a participação de milhares de explorados, dos assalariados e oprimidos de todas as regiões do Brasil.

Este grande Plenário não tem o objetivo de negar a Constituinte, mas de fortalecer no seu interior aquelas propostas progressistas, capazes de resolver os gravíssimos problemas sociais no Brasil.

Convido, portanto, todos aqueles que têm compromissos com o movimento de reivindicações populares em nosso País para que, junto com o Partido dos Trabalhadores, as centrais sindicais e as entidades democráticas do Brasil, participem desse procedimento suprapartidário, que deverá resultar nesse amplo plenário nacional, nessa grande mobilização de milhões de trabalhadores em todo o Brasil, para que, passamos, aí, sim, ser capaz de fazer com que a Constituinte seja efetivamente um fator de progresso social para este País.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, a bancada do meu partido na Constituinte, além da histórica decisão de ontem, que, de alguma forma, reafirma as diretrizes de nosso partido, tomou também uma outra decisão de impacto muito menor, de efeito jornalístico indubitavelmente muito mais reduzido, mas também de grande importância. A bancada do PMDB decidiu, ontem, por proposta deste Deputado e de muitos outros companheiros, em reunião presidida pelo nosso Presidente Ulysses Guimarães, e com o apoio também dos líderes da Câmara dos Deputados e do Senado da República, Deputado Luiz Henrique e Senador Fernando Henrique Cardoso, sugerir ao Governo do Presidente José Sarney o imediato envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei contendo medidas econô-

miras e financeiras capazes de retirar o nosso País da crise em que se encontra. O nosso partido, através da proposta que apresentamos, reconhecendo-se no dever de apoiar o Governo do Presidente José Sarney e mobilizar a população para um apoio ativo à heróica medida da moratória, exige também do seu Governo a consciência interna da moratória externa, ou seja, a apresentação para a sociedade, para esta Casa, de um plano econômico, em forma de projeto de lei, capaz de ser discutido, alterado e finalmente aprovado pelas Casas do Parlamento. Creio que esta decisão confirma o caráter mudancista do nosso partido, confirma a existência do PMDB como partido e não apenas como repassador de medidas governamentais.

Creio que, juntamente com a eleição do líder da Constituinte, esta medida devolverá à nossa apreciação a responsabilidade de um partido que está no Governo, mas que tem responsabilidade na luta do seu povo.

Estou certo de que o meu partido, quando aprovou essa medida, ontem, compreendeu que, se não resolvermos a conjuntura atual, não conseguiremos sequer discutir aqui as questões estruturais que se refletirão na nova Carta, verdadeiro pacto social, político e econômico. Devemos enfrentar responsabilmente o caminho econômico que quebra o País de Norte a Sul e que, no Norte e Nordeste, na minha terra, alia-se à seca, à miséria, ao quebra-quebra de empresas às voltas com a especulação financeira, com o desestímulo à produção, verdadeiro crime contra os salários defasados, com o desemprego voltando a grassar no meio industrial.

Creio, Sr. Presidente, que a decisão da nossa bancada de exigir do Governo Federal que envie a esta Casa, imediatamente, o seu plano econômico, retorna o espírito democrático do partido, no sentido de que essa decisão sobre a economia seja discutida, oxigenada pelo debate democrático e tenha a profundidade necessária para permitir que o País continue discutindo o seu futuro na próxima Constituição.

Tal decisão teve impacto reduzido diante do momento de beleza e de vitalidade da eleição do nosso Líder Mário Covas, em quem votei e do qual serei liderado com muito orgulho. Que esta eleição tenha a profundidade de devolver a união ao nosso partido, e também de possibilitar a esta Casa um reencontro com a Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte, Domingos Leonelli o Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, antes de conceder a palavra ao nobre Constituinte Carlos Vinagre, informa ao Plenário que, tendo sido oferecidas algumas emendas de redação, elas estão sendo examinadas pelo Relator para que se processe, hoje, a votação da Redação Final do Regimento Interno da Constituinte.

O SR. CONSTITUIÇÃO JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (ULYSSES GUIMARÃES): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é exatamente esta a questão: na medida em que o Relator examina essas emendas de redação, há dois problemas aqui para equacionarmos. Estou aqui com

as cópias taquigráficas sobre o que foi aprovado. Há acerta discrepância com relação à redação final. Isso diz respeito ao prazo dado aos constituintes para apresentação de proposta constitucional, que foi aprovada 40 dias após a instalação das comissões. Aqui está escrito: "30 dias após a promulgação do Regimento Interno".

A outra questão diz respeito ao art. 26, § 2º: "Havendo substitutivo com matéria inovadora, os constituintes poderão ter um prazo para a apresentação de emendas". Então, é necessário que cominemos esta questão, porque há discrepância entre as atas, as cópias taquigráficas das emendas aprovadas e a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa reitera a informação de que não foi anunciada ainda a aprovação da redação. As emendas apresentadas à Mesa e ao Relator serão examinadas para efeito de orientar o Plenário quanto à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Jesualdo Cavalcanti. (Pausa)

O SR. JESUALDO CAVALCANTI (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, eu gostaria, sinceramente, que minha intervenção nesta hora, após dias passados no meu Piauí, exprimisse outro estado de espírito que não o da indignação, de justa indignação.

Isto porque o Nordeste, já premido pelo desemprego e pelo subemprego crônicos, agora se vê a abraços com o agravamento desse quadro aflitivo e desesperador, por força da elevação dos juros e do racionamento de energia elétrica.

Creio não haver atividade honesta, aqui ou em qualquer outra parte do mundo, que possa suportar os escorchantes juros atualmente praticados no mercado financeiro. Principalmente numa economia frágil, e assim pouco competitiva, como a nordestina, periodicamente castigada por secas que teimam em aniquilar o trabalho, agarra, e a pertinácia de sua gente.

De outro lado, tenho para mim que o corte médio de 15% no consumo de eletricidade, suscetível de elevar-se a 30% em maio próximo, significa a pior seca que se abateu sobre o Nordeste nos últimos anos, pois reduz consideravelmente a capacidade produtiva de seu pequeno parque industrial e estrangula seu incipiente programa de irrigação.

Há anos fala-se na possibilidade de racionamento. Nada foi feito, no entanto, para evitá-lo ou mesmo para atenuar-lhe os efeitos. A construção da usina de Itaparica se arrasta a passos de cágado. O contrato para início das obras da usina de Xingó somente foi assinado no último dia 9. A duplicação da linha de transmissão que interliga os sistemas de Tucuruí e da CHESF ficou para as calendas gregas. Por fim, a reativação de termoeletricas paralisadas no Maranhão, em Pernambuco e na Bahia, com o que se reduziria para apenas 5% a dimensão do corte, ainda aguarda a palavra final da burocracia, sempre lerda e insensível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a seca do Nordeste tem a idade do Brasil. Custa crer que esta Nação, ao longo de seus 487 anos, ainda não tenha tido tempo nem disposição para vencê-la. Enquanto isso, em Israel, o deserto se transforma em pomar, graças ao engenho e à arte do homem, em sua obstinada luta para domar a natureza adversa.

É de Tancredo Neves a afirmativa de que "só haverá Nova República quando tivermos um novo Nordeste".

Pois bem, é chegada a hora, nesta Assembléia Nacional Constituinte, de repensarmos o Nordeste, começando por fixar um percentual mínimo da receita federal para aplicação na região, a exemplo do verificado nas Constituições de 1934 e 1946.

O Nordeste quer crescer com o Brasil Assim, repele programas meramente assistenciais, medidas paliativas não raro responsáveis pela manutenção do clientelismo político, do voto de cabresto, do feudalismo no campo e de outras formas abjetas de manipulação e garroteamento da vontade e da liberdade do homem.

À falácia da prioridade social contrapomos a prioridade econômica, consistente na busca da integração definitiva do Nordeste ao processo de desenvolvimento nacional pela adoção, sem delongas, de políticas orientadas para o pleno aproveitamento e valorização de suas potencialidades. Queremos soluções estruturais, permanentes, duradouras, capazes de assimilar inovações tecnológicas e sepultar de vez os processos primitivos de produção lá ainda vigentes.

É o mínimo que pode almejar uma região hoje auto-suficiente na produção de petróleo e de álcool, detentora de riquezas minerais incalculáveis. É o mínimo a que faz juz um povo que, ostentando uma média de vida de 51 anos contra os 72 dos compatriotas do Sul do País, já nasce com a idade de 21 anos e o que é pior, devendo 8 mil dólares a título de dívida externa, Dívida que ele não contraiu mas que é chamado a pagar, inapelavelmente.

Dir-se-á que o Nordeste já é beneficiado pela política de incentivos fiscais. Ora, para refratar a timidez dessa medida, basta esclarecer que os investimentos por ela proporcionados, no curso de 20 anos, equivale a 10% do investido na Açominas.

Dai repudiamos o A-5 do racionamento, eis que fruto do descaso com que são tratados os problemas nordestinos e baixado sem consulta às lideranças políticas e empresariais da região.

O SR JOACI GÓIS (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. constituintes de quantos fatos e episódios marcantes se compõe a experiência desta Assembléia Nacional Constituinte, nenhum pode rivalizar com a eleição, ontem, do Senador Mário Covas para a Liderança do PMDB, em razão de profundidade do seu significado para a política brasileira doravante e para o próprio curso dos trabalhos constitucionais que juramos empreender a serviço do povo.

Surpreendente no seu desfecho desconcertante, a eleição de Mário Covas é um desses acontecimentos destinados a enriquecer a biografia desta Assembléia, pois que representa o momento solene em que o líder testado e aprovado em tantas lutas democráticas inicia, com passada firme, sua caminhada de estadista, rumo a uma posição do maior relevo no comando da vida política nacional.

Em verdade, ainda é muito cedo para que tenhamos penetrado o âmago das razões subjacentes a esta rebelião cívica que eleva os constituintes no conceito da Nação. Defini-la apenas como uma derrota do grande líder e multipresidente Ulysses Guimarães é confundir o todo com um de seus elementos integrantes, bem como creditá-la ao efeito devastador do magnífico discurso, no conteúdo e na forma, que promove Mário Covas ao primeiro plano dos grandes oradores parlamentares brasileiros de todos os tempos, embora a frase atribuída a Thiers, segundo a qual os discursos mudam as opiniões, mas não

mudam os votos, tenham encontrado, ontem, no Auditório Nereu Ramos, histórica exceção.

De qualquer parcela de responsabilidade imputável ao Líder Luiz Henrique, não há sequer o que falar. Lúcido, competente, corajoso, equilibrado e fiel aos compromissos democráticos do PMDB, Luiz Henrique foi vítima da bipolarização de interesses que vêm subordinando os trabalhos da Constituinte às discussões em torno da duração do mandato do Presidente Sarney e do projeto político do Presidente Ulysses Guimarães.

Mário Covas ganhou esta eleição e com ela o direito de disputar o comando do PMDB – como patamar intermediário para chegar à Presidência da República – porque soube captar, com inexcusável acuidade, os sinais de inquietação, descontentamento e desejo de participação, emitidos por um colegiado que se renovou em mais de dois terços dos seus membros.

Tenho para mim – e neste julgamento ponho todo o meu senso de observação e análise – que este Congresso constituinte veio imbuído do desejo profundo de resgatar a credibilidade do segmento político, alçando-se à altura da confiança e do desejo de mudanças da sociedade brasileira.

E o que se deseja no Brasil de hoje, acima de tudo, é transparência, em lugar de habilidade; firmeza de propósito, ao invés de vacilação interesseira; humildade cívica, substituindo comando imperial; debate democrático, e não manipulação de vontades livres; genuína prática dos princípios conducentes à construção de uma sociedade verdadeiramente pluralista, e nunca variáveis de uma democracia de corrilho, responsável pelos males que historicamente têm infelicitado a Nação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. constituintes, a eleição de Mário Covas oxigena os trabalhos constituintes com a promessa de um tempo verdadeiramente novo. Oxalá os fatos e as experiências de cada dia possam confirmar este presságio de bom agouro, em favor da liberdade, da democracia, do povo brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, desejo registrar, nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, a criação, pelo Ministro da Agricultura, Iris Rezende, de um órgão para escoamento da nova safra, o qual irá possibilitar um mais rápido atendimento às regiões de consumo. Trata-se da Gerência de Movimentação e Remanejamento de Estoque, que contará com a participação de três técnicos – um da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), onde vai funcionar, um da Companhia Brasileira de Armazenagem (Cibrazem) e, outro, da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal).

Referido órgão vai atuar até a entrada da safra que está sendo colhida, remanejando e movimentando os atuais estoques do Governo, com vistas a seu rápido escoamento. Sua primeira providência foi remanejar os estoques de arroz e milho remanescentes da safra passada dos Estados produtores, cujo escoamento, como se sabe, foi atrasado pela importação de 1,8 milhão de toneladas de arroz, autorizada pelo Governo no ano passado.

Segundo o Ministro Iris Rezende, dentro da nova estratégia estão sendo removidas 100 mil toneladas de arroz de Mato Grosso do Sul para São Paulo, para imediata comercialização. Ainda esta semana pretende o Ministro determinar a saída de outras 250 mil toneladas do produto, via Cobal, principalmente da Região Centro-Oeste, para

atender aos programas sociais do Governo. Conforme dados do Ministério da Agricultura, o estoque em Goiás é de 510 mil toneladas de arroz e de 170 mil toneladas de milho, estando armazenadas, em Mato Grosso, mais de 500 mil toneladas de arroz e 60 mil toneladas de milho e, em Rondônia, 1,5 mil toneladas de milho.

O Governo pretende escoar todo esse estoque nos próximos dias, liberando os armazéns para a nova safra. Como os armazéns são insuficientes para abrigar toda a produção – o déficit de armazenagem, por exemplo, no Estado de Mato Grosso, é de 1,4 milhão de toneladas e, em Mato Grosso do Sul, é de 1,6 milhão de toneladas, sendo que, em Rondônia a safra é o dobro da capacidade armazenadora do Estado – a CFP vai continuar removendo a nova safra. Além disso, serão construídos, por orientação do Ministro Iris Rezende, armazéns de emergência a céu aberto.

Na sessão de 17 de fevereiro passado, registrei a atuação do Sr. Ministro Iris Rezende à frente da Pasta da Agricultura e destaquei o fato de que o País vai colher a maior safra de sua história – algo em torno de 63 milhões de toneladas. Registrei, ainda, a preocupação do Sr. Ministro quanto à questão da armazenagem e do transporte. Hoje verifico que uma solução foi encontrada para o escoamento da nova safra.

Parabéns, Ministro Iris Rezende.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, optei, no alvorecer dos meus dias, pelas atividades empresariais e pública, por me parecerem mais condizentes com os ideais que acalentava, de ver minha terra como uma grande Nação; e hoje, decorridas mais de duas décadas, penso poder dizer, nas galas deste momento, que, acima de tudo, fiel aos princípios esposados, sempre tive a coragem de ser autêntico e nunca me separei da humildade, mesmo nos momentos de glória, em que se impõe a afinação dos mais arraigados sentimentos humanos.

Homem de origem modesta, já o tenho dito e repito aqui, jamais pude alhear-me dos sofrimentos das coletividades menos favorecidas, nem deixar de sentir, em toda a plenitude, suas justas aspirações de ascensão social para a conquista de maior bem-estar, a princípio percebendo a pobreza e o isolamento das populações que vivem no interior e mais tarde preocupando-me, também, com a miséria e a promiscuidade das que se amontoam à beira, ao redor ou mesmo no centro das grandes cidades.

A melhoria dos padrões de vida de todos os nossas compatriotas foi sempre a paixão que me impeliu à política, encorajando-me a enfrentar, duramente, estudos, sacrifícios e lutas, porque cedo percebi que só um desenvolvimento integral e ordenado nos faria chegar àquele ideal profundamente humanístico e transparentemente cristão.

Dediquei a parte mais importante de minha vida aos problemas da educação, convencido estava – como ainda estou – de que o progresso depende de plena compreensão das realidades e das técnicas que facilitam o justo equacionamento dos problemas e a busca das soluções mais acertadas, que só a escola pode proporcionar à medida que, fugindo da rotina e da inércia, se adapte às múltiplas exigências da sociedade moderna.

Por isso, no sofisticado mundo científico-tecnológico de nosso tempo, para serem eficientes e produtivas, as iniciativas do empresário, do empregado, do operário ou de simples agricultor, dependem cada vez mais da segurança com que

haja aprendido a operacionalizar conceitos, idéias e teorias.

Tem-se dito que um engenheiro ou outro técnico de nível superior, em regra, após dez anos de diplomado, percebe que 50% dos conhecimentos duramente aprendidos na universidade não têm mais aplicação, por se terem tomado obsoletos, e que a outra metade de que necessitará para se manter em dia até o fim de sua vida profissional talvez nem tenha sido ainda descoberto.

Isto é mais do que uma caricatura, pois representa a dinâmica de nossa era, que está constantemente a exigir mudanças conceituais, da parte de toda a sociedade, determinando não apenas novas atitudes, mas também o abandono e a eliminação de práticas, não raro, profundamente arraigadas.

Decorro de tais fatores a importância do treinamento em serviço para capacitação e atualização do pessoal das empresas, seja qual for o ramo da atividade exercida, tendendo, pois, a crescer mais aquelas que costumam reservar parcela mais ponderável dos lucros para pesquisas e aprimoramento de suas atividades.

As teorias fundamentais podem persistir, muitas delas são mesmo constantes, mas os meios de sua utilização, as fórmulas por que se exprimem, têm de ser adaptadas às circunstâncias, que evoluem permanentemente e, por isso, ousou dizer que a tecnocracia; que age, em regra em função de parâmetros do passado, só pode contribuir para a evolução e integração dos povos, na medida em que segue a orientação dos políticos e estadistas, que têm a visão prospectiva do futuro.

Por isso que no trato das complexas questões do desenvolvimento não basta dar a interpretação histórica que nos conduziu à situação atual, tendo o ocorrido, nem cade a cópia de soluções alienígenas, mas impõe-se o diagnóstico imaginoso que perceba as modificações implícitas no processo, que ajude a compreender o que se tem de fazer para modificar os fatores do progresso, aliando à coragem de inovar e de aplicar a terapêutica adequada.

Estimular, pois, o aprimoramento do pessoal representa uma inestimável colaboração para que o Brasil acelere seu crescimento e passe a ocupar posição de destaque no concerto das nações que mais crescem no mundo.

Obrigado.

O SR. ASSIS CANUTO (PFI - RO.

Pronuncia o seguinte discurso.: - Sr. Presidente, Srs. constituintes, os últimos 13 meses têm sido muito difíceis para o povo brasileiro, sendo que, para algumas classes, inclusive catastróficos.

Não nos é dado ignorar a realidade brasileira, a crise por que passa o nosso País, as enormes diferenças e contradições entre as classes sociais e, sobretudo, o sacrifício que está sendo imposto aos brasileiros.

As greves se sucedem em profusão. O povo está sofrido e oprimido, coagido por um sistema que dia a dia lhe reduz mais e mais os seus já parcos recursos financeiros.

Notícias veiculadas pela imprensa de Rondônia mostram a situação aflitiva dos funcionários públicos do meu Estado, referindo-se à greve geral em todo o Estado, em busca de melhorias salariais que lhes dêem o direito de se manter condignamente.

Sr. Presidente, Srs. constituintes, o salário é subsistência para o trabalhador e seus dependentes. E a grande maioria desta sofrida classe dos "Barnabés" presa seus serviços ao Estado, ao Muni-

cípio, ao País, e, como contraprestação de seu trabalho, recebe salários insignificantes, o que vale dizer insuficientes para atender a seus encargos de família ou manter-se.

Sabemos perfeitamente que o malfadado Plano Cruzado I reduziu ainda mais a força aquisitiva do salário de todos os brasileiros: dos metalúrgicos, dos bancários, dos médicos, dos engenheiros e de tantas e tantas outras categorias de trabalhadores, mas essa medida atingiu sobremaneira a classe de funcionários públicos. Eis por que é fácil compreender a extensão do agravamento do problema desses assalariados, alcançado pelo processo de manipulação, na manutenção dos seus encargos essenciais. Isto sem falar na injustiça social decorrente de tal fato.

O Governo, entretanto, até o presente momento não admitiu a atualização salarial e pede um prazo até o próximo dia 24.

A remuneração do funcionalismo público, em todo o País, é irrisória. A realidade é dolorosa, pungente, inaceitável. Realmente, esta classe altamente injustiçada e até desprezada deveria, além de fazer greve, vestir luto, numa atitude de pesar pelo vilipêndio, pelo abandono, pelas injustiças salariais e sociais de que é vítima. Se não, vejamos o critério injusto que vem sendo adotado na mudança paulatina de regras de trabalho que o DASP vem empregando decorre do fato de que muitos desses funcionários trabalham sob a regime da CLT, gozando de alguns privilégios; por outro lado, não têm a tutela do sistema Estatutário. Os estatutários, por sua vez, não gozam das vantagens dos da CLT e vice-versa, embora a Constituição ainda vigente consagre que todos são iguais perante a lei" e, mais explicitamente, sem distinção de sexo, raça, trabalho, cor, religião etc."

Eis aí uma situação que precisa ser mudada, a bem da Nação. Com os atuais vencimentos, nota-se que os funcionários públicos estão com salários abaixo do índice estipulado pelo Governo Federal, o que é injusto e inadmissível, ainda mais agora, nos tempos em que enfrentamos a disparada galopante nos preços de todos os produtos básicos e indispensáveis à sobrevivência.

Cabe-nos, portanto, dar o nosso apoio aos funcionários públicos de Rondônia, assim como aos de todo o País. Eles pleiteiam seus direitos, e por eles vão à luta, como as demais classes sociais.

Alegam os funcionários públicos de Rondônia, com justa razão, que se o Governo tem condições de criar mais sete Secretarias de Estado e garantir uma pensão superior a 200 mil cruzados para o ex-Governador", tem de ter condições de proporcionar ao quadro de funcionários o aumento almejado e necessário, uma vez que essas medidas envolvem mais dinheiro do que necessário para atender às reivindicações que consideram justas e de direito.

Deixo portanto aqui registrado o meu apoio à laboriosa classes e faço um sério apelo ao Sr. Governador do meu Estado e ao Governo Central, no sentido de que dêem respaldo às justas reivindicações desta classe, que análise criteriosa e justa seja feita e que encontrem a devida correção. O Governo tem em mãos o bisturi legal para a cirurgia reparadora e justa que se impõe no corpo das distorções e discriminações sem lógicas. E só enxergamos uma solução ou o Governo afunde o bisturi para esturpar, lancetando em suas raízes a infecção danosa, ou esta dia a dia mais crescerá, com sérios e imprevistos resultados, com nocivas conseqüência no selo da operosa classe de funcionários públicos.

O SR. NARCISO MENDES (PDS - AC. Pronuncia o seguinte discurso.: - Sr.

Presidente. Srs. Constituintes, acompanhado de perto os trabalhos do nobre Constituinte Davi Alves Silva, quero manifestar o meu apoio e me solidarizar com a proposta de norma constitucional que cria o Estado de Caris, cuja capital será a cidade Maranhense de Imperatriz. Acredito textualmente que a proposta de Davi Alves Silva, da criação do novo Estado, é um passo econômico e social para a região tocantina, que tem nesta Casa um fiel defensor dos interesses daquela região.

Ao justificar a necessidade da criação do novo Estado, acredito ser esta a única solução para os grandes problemas por que passa aquela região, posição que vem sendo defendida insistentemente no Plenário desta Casa pelo parlamentar maranhense.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, nada mais justo que declarar publicamente o meu apoio à criação do novo Estado, que vem realizar o sonho do representante maranhense e seus aliados.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT - MG. Pronuncia o seguinte discurso.: - Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, são numerosas as entidades que diligenciam em cuidar da criança. Se fossem feitas estatísticas do papel gasto em estudos, pesquisas, orientações às mães antes e após o parto e ainda até determinada idade, teríamos volumes e volumes **in folio** das mais brilhantes teorias, mas, ao passar pelo crivo de soluções práticas, muito pouca coisa se aproveitaria. São enfoques de um problema em tom muito acadêmico. Que programas o governo da Nova República tem a oferecer de modo a assegurar à criança um presente adequado e aos jovens um futuro com esperança? A causa principal do arbítrio contra as crianças é que elas não têm o uso e a manifestação do direito de exigir. Em seu pequeno universo, têm no riso ou no choro seu único canal de comunicação, ou, quando começam a falar, não vão além do mundo dos brinquedos. E o adulto, que poucas vezes respeita o direito de ser dessas pequenas criaturas, traça-lhes rumos, oferece o mínimo, como um programa de leite, um aceno de distribuição de pão, um pré-escolar precário, e depois as enquadra ou entre os menores abandonados, ou numa massa de meninos indiferentes, ou num grupo de poucos privilegiados.

Mas se observarmos o comportamento da juventude de hoje, os problemas surgidos não só nas capitais como em todo o interior, principalmente em relação aos tóxicos, e todos os modismos que apresentam os jovens, saberemos que isto não passa de uma revolta contra o arbítrio que foi usado contra eles, quando ainda não podiam manifestar-se. A criança é uma bomba de efeito retardado. Sua revolta futura será o indicador da opressão a que esteve sempre sujeita.

Neste sentido, ao invés de programas isolados que quase sempre não passam de paliativo, venho propor uma solução definitiva, mais sólida, criando uma base de sustentação para todas as iniciativas cujo objetivo seja prevenir uma geração menos revoltada e orgulhosa da geração que passou. Trata-se da criação do Ministério da Criança e do Jovem. Ao invés da pulverização dos recursos em centenas de programas de duração precária e muitas vezes estéreis em resultados práticos, esse órgão será como um grande reservatório para a sustentação de uma verdadeira e autêntica política da criança. Ele abrangerá, antes de tudo, a saúde, objetivando diminuir a elevada taxa de

mortalidade infantil, que atualmente é de 62%. Segundo o IBGE, a taxa de crescimento médio da população do Brasil é de 3% ao ano. São 3.600.000 brasileiros que nascem, mas a mortalidade de 62% ceifa a vida de 223.200 crianças. É o correspondente à população de uma cidade de porte médio que morre antes de alcançar o 1º ano de vida. Se continuarmos atacando o problema de maneira dispersa, a ponto de não debelarmos nem as endemias elementares; se continuarmos com soluções descontinuas, como prover alimento; se continuarmos preocupados somente com as crianças das capitais, porque elas são um objeto mais fácil de estatísticas. de dados demagógicos e eleitoreiros, posso, sem ser profeta, adiantar que essa taxa de mortalidade tenderá a crescer, e é certo que somos responsáveis por esse genocídio, tão responsáveis quanto os carrascos nazistas que são agora procurados e execrados. A geração futura será terrivelmente rigorosa conosco em seu julgamento, e é horrível pensar passaremos à História como assassinos.

Eu disse assassinos, Srs. Constituintes, porque existe no Brasil de hoje um paredão permanente de extermínio para crianças de zero a cinco anos. A cada sete minutos morrem nesta Pátria cinco crianças somente de inanição, que na linguagem popular quer dizer FOME. Essa fome, ou "paredão subliminar", como já foi chamado, faz mais de 2.000 vítimas, perfeitamente inocentes, a cada dia.

Este é o espelho da Administração Sarney, que se preocupa em manter-se no poder a qualquer preço, mesmo que seja aplicando e exercendo este capitalismo selvagem numa Nação que se coloca hoje como a oitava economia do mundo ocidental, mas tem 36 milhões de menores carentes, dos quais 7 milhões totalmente abandonados.

Essas cifras são bem maiores que as do contingente de nossas Forças Armadas. O Senado Romano tinha como norma o respeito máximo à criança Nós fomos eleitos para elaborar, discutir e aprovar uma nova Constituição – que seja o espelho da realidade brasileira e uma resposta adequada ao nosso povo. Mas há medidas que não podem esperar. Nosso poder constituinte recebeu a autoridade da fonte mais legítima, que são as urnas. O povo não impôs condições nem limites quando votou, mas delegou plenos poderes aos seus representantes. Não é justo que nós mesmos aleemos obstáculos quando o País está ainda sujeito a uma Constituição provinda do arbítrio.

Há coisas que devem ser mudadas logo, de imediato, para que o Congresso Constituinte possa legislar sem bloqueios e sem peias. Se as crianças, que estão neste momento morrendo à mingua, de subnutrição, de doenças variadas, de maltratos dos adultos, de poluição no meio ambiente, por falta de remédios e de vacinas, por falta de cuidados dos pais que são obrigados a trabalhar para sobreviver, se elas pudessem se manifestar, nos chamariam de fracos e covardes, porque estamos abdicando de prerrogativas que recebemos para mudar logo a situação do Brasil. Ou legislamos livremente, sem interferências do Executivo, ou estamos traíndo o mandato que recebemos.

Uma das coisas que é preciso mudar imediatamente é a Política de Proteção à Criança, cujos rumos e objetivos deverão ser mais eficazes e capazes de um resultado mais amplo e mais prático do que aquele que as atuais estatísticas nos apresentam.

Diante das nações do mundo, até agora somente apresentamos soluções apagadas, e quando surgem as quadrilhas de exportadores de crianças para adoção, é porque os cuidados e

medidas que apresentamos são falhos e sem sucesso.

Ao propor um canal único de recursos, como a criação do Ministério da Criança e do Jovem, medida que é urgente e não pode depender de longos estudos de burocratas e técnicos interessados em preservar privilégios de programas que mais beneficiam os adultos, estou sendo coerente com a voz de meus eleitores, que exigem de mim uma atitude combativa e querem uma resposta imediata ao seu voto.

Aproveitando o ensejo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encaminho à Mesa, para constar dos Mais desta Casa, cópias de vários telex que enviei a diversas autoridades, a saber: a) ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Dr. Antônio Alberto Canabrava, reivindicando a conclusão das obras da rodovia BR-455/MG, ligação dos Municípios de Uberlândia/Campo Florido/Planura; b) ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré, solicitando o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a África do Sul; c) ao Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Dr. José Carlos Braga, em 11-3-87, manifestando a preocupação da indústria de beneficiamento de arroz quanto ao anúncio da nova tabela de preços; e d) ao Dr. Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo, do Ministério da Fazenda, em 11-3-87, manifestando a preocupação da indústria de beneficiamento de arroz quanto ao anúncio da nova tabela de preços.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

"Exmº Sr. Dr. Antônio Alberto Canabrava Departamento Nacional de Estradas e Rodagem Rio de Janeiro /RJ Data 19-3-87

Solicito esforços sentido atender antiga reivindicação do povo da região do Triângulo Mineiro quanto a conclusão das obras da Rodovia BR 455/MG vg ligação Uberlândia/Campo Florido/Planura vg uma vez que dita rodovia consta do Plano Nacional de Viação vg atendera região produtora deleite vg grãos vg caros vg café vg carvão vegetal e principalmente por encurtar distâncias entre o Sul do Brasil com o Distrito Federal em mais de 100 quilômetros pt Atenciosamente Chico Humberto Deputado Federal PDT – MG."

"Exmº Sr. Dr. Roberto Costa de Abreu Sodré Ministério das Relações Exteriores Brasília Distrito Federal

Data: 19-3-87

Em face ah prática institucionalizada do **apartheid** na África do Sul vg a qual repudiamos com veemência vg solicito a Vossa Excelência que declare o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com aquele país pt A discriminação entre os povos de qualquer grupo racial terá que ser jogada nos livros como história do passado da humanidade pt Atenciosamente Chico Humberto Deputado Federal PDT – MG."

"Exmº Sr. Dr. José Carlos Braga Secretaria Especial de Abastecimento e Preços Nesta

Manifestamos nossa preocupação com a indústria de beneficiamento de arroz quanto ao anuncio da nova tabela de preços uma vez que o referido setor encontra-se praticamente

paralisado e que só retomará suas atividades quando do atendimento de suas reivindicações pt tal paralisação provoca um prejuízo incalculável não só na arrecadação de impostos como também aumentará sensivelmente o desemprego nas regiões produtoras e beneficiadoras do produto pt sabedor de vossa sensibilidade aguardamos solução compatível para o problema pt atenciosamente Chico Humberto Deputado Federal PDT/MG".

"Exmº Sr.

Dr. Luiz Conzaga de Mello Beluzzo Ministério da Fazenda Nesta

Manifestamos nossa preocupação com a indústria de beneficiamento de arroz quanto ao anúncio da nova tabela de preços, uma vez que o referido setor encontra-se praticamente paralisado e que só retomará suas atividades quando do atendimento de suas reivindicações. Tal paralisação provoca um prejuízo incalculável não só na arrecadação de impostos como também alimentará sensivelmente o desemprego nas regiões produtoras e beneficiadoras do produto. Sabedor de vossa sensibilidade, aguardamos solução compatível para o problema.

Atenciosamente, **Chico Humberto** (Deputado Federal PDT – MG)."

O SR. JOSÉ MOURA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com a aprovação, em fins de 1985, da Lei nº 7.450, foram os contribuintes brasileiros vítimas, mais uma vez, da voracidade e da incompetência da administração fiscal do País.

Promulgada com o objetivo declarado de "adequar as tabelas de retenção da fonte e da declaração anual de rendimentos" eliminando, destarte, as restituições elevadas e os saldos ampliados do imposto a pagar no exercício seguinte, o documento legal a que me refiro se revelou, entretanto, tão-somente um instrumento perverso do injusto sistema tributário nacional, com resultados que representam um extorsivo e abusivo aumento do Imposto de Renda do assalariado.

É verdade que muitos analistas perceberam, não obstante aos reiterados desmentidos do Sr. Ministro da Fazenda e do Secretário da Receita Federal, a armadilha que o fisco estava preparando contra o contribuinte.

Efetivamente, secundado por seus assessores, o Ministro Dilson Funaro negou enfaticamente o aumento abusivo do imposto a pagar, afirmando, alto e bom som, "que a tabela de declaração foi montada para que seja apenas uma confirmação da tabela de retenção da fonte", e, nessas condições, só iria pagar mais ou receber de volta o contribuinte que, em 1986, tivesse ultrapassado o seu padrão em termos de deduções ou abatimentos.

Ocorre, porém, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que a verdade é outra. Em que pese às palavras das autoridades fazendárias, as vantagens apregoadas por ocasião da implantação do famigerado sistema de cobrança em bases correntes representam um ônus insuportável para o assalariado, tornando mais desvalorizados, como assinalou, com propriedade, o **Jornal de Brasília**, em sua edição de 15 de março corrente, não só o orçamento dos contribuintes, como a própria palavra do Ministro da Fazenda, que por tantas vezes negou o aumento da carga tributária sobre as classes trabalhadoras.

As medidas adotadas pela Secretaria da Receita Federal farão com que a maioria dos contribuintes, com ou sem condições de fazê-lo, tenham

de desembolsar parte expressiva de seu salário, no corrente ano, para satisfazer à avidez do fisco.

Recorde-se, a propósito, como afirmou o economista João Marcus Marinho Nunes, em recente estudo efetuado à égide do Instituto Tancredo Neves, órgão vinculado ao PFL, que o assalariado brasileiro da classe média já arca com elevada carga tributária, acima dos padrões normais dos países desenvolvidos.

À luz desses fatos, parece-me da maior relevância que o Sr. Presidente da República venha a determinar o exame cuidadoso da situação em que se encontra o contribuinte brasileiro, com vistas à correção das distorções gritantes que permeiam a matéria, porquanto não é possível que os assalariados sejam obrigados, por inabilidade ou falta de visão social dos administradores tributários, a sacrificar ainda mais direitos fundamentais da família, no sentido de bem estar e melhoria da qualidade de vida, para atender aos despropósitos do setor fazendário.

Na esteira desse pensamento, unindo-me à posição que, em boa hora, o Partido da Frente Liberal adotou com relação à matéria, encareço às autoridades federais a análise das sugestões apresentadas pelo PFL, que podem ser assim resumidas: a) correção da tabela de retenção do Imposto de Renda na Fonte, de forma que esta venha a acompanhar a inflação e as correções salariais. Caso contrário, a não-correção significaria elevação do imposto recolhido; b) correção da tabela do Imposto de Renda progressivo da declaração anual, de maneira que esse acompanhe a inflação média do ano-base. Tal providência evitaria a elevação abusiva da carga tributária; c) correção de, pelo menos, 60% da atual tabela do Imposto de Renda na fonte, a fim de evitar elevação indevida do recolhimento em relação ao ano passado.

Temos boas razões para acreditar que tais propostas, lastreado transformações positivas e vindo ao encontro dos interesses populares, representam caminho essencial no sentido da justiça fiscal e do bem-estar da comunidade nacional.

Com esta compreensão, ao manifestar meu total repúdio às diretrizes estabelecidas para cálculo do imposto de Renda da pessoa física – diretrizes que pecam por sua flagrante inadequação à realidade do País e contrariam princípios inquestionáveis de justiça fiscal – reitero ao Presidente da República que tenha por bem determinar o exame aprofundado das sugestões em tela, que se compadecem com os elevados propósitos governamentais de aprimoramento da legislação tributária e têm no povo seu destinatário final.

O SR. DARCY POZZA (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, maliciosamente o Governo vem subtraindo, através do aumento do Imposto de Renda, o pouco que ainda resta do assalariado de classe média. Sem obter a correção dos valores do imposto retido em 1986, quando houve uma real corrosão dos seus ganhos em mais de 60%, o contribuinte, ao contrário de receber a devolução de imposto já recolhido antecipadamente, terá de pagar muito mais na sua declaração anual (básica de 1986).

Além da perda do poder aquisitivo do contribuinte, o pagamento de mais Imposto de Renda provocará ainda um saque a mais nas já escassas economias que alguns possuem; a busca de financiamentos a juros exorbitantes, para poderem honrar sua obrigação e engordar o leão-fisco, emagrecendo com isso, cada vez mais, o já precário orçamento familiar.

Todos sabemos ser a maioria assalariada o grande consumidor nacional. Já estamos em evi-

dente recessão econômica, e a falta de poder aquisitivo dessa classe consumidora fará agravar ainda mais a atual situação, podendo acentuar o desemprego que já cresce no País.

O Imposto de Renda de Pessoa Física é, de todos os tributos componentes do Sistema Tributário Nacional, aquele que mais se ajusta aos princípios de justiça fiscal e à promoção de melhor distribuição da riqueza.

Para o melhor alcance do princípio de justiça fiscal, a declaração anual de rendimentos reúne complexa soma de informações, tais como a totalidade de rendimentos auferidos de diferentes fontes, número de dependentes, idade, despesas realizadas com profissionais da área de saúde, com pagamento de aluguéis, juros do Sistema Financeiro da Habitação, etc., a fim de que aqueles que dispuserem de maior soma de recursos não comprometidos durante o ano-base paguem proporcionalmente mais imposto do que os outros.

O Imposto de Renda vigente, contudo, contém incongruências que o afastam bastante do princípio de justiça fiscal e da qualidade de instrumento de redistribuição de renda. A mais gritante é o tratamento igual que se dá a rendimentos do trabalho assalariado e a rendimentos decorrentes, por exemplo, de aplicações de capitais de distribuição de lucros etc.

É absurdo que o produto da venda do trabalho por parte daqueles que nada mais têm do que a sua força de trabalho, seus conhecimentos técnicos, ou sua habilidade profissional, sofram a mesma tributação que as demais formas de rendimento.

Em sentido estrito, é de considerar-se que salário nem sequer é renda. Conforme ensina Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seu "Novo Dicionário da Língua Portuguesa", 1ª Edição (décima impressão), Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro:

"Renda (Dev. de render) S.f. – Resultado financeiro de aplicação de capitais ou economias, ou de locação ou arrendamento de bens patrimoniais."

Não somos inteiramente contra a tributação dos rendimentos do trabalho assalariado, mas opomo-nos à cobrança do Imposto de Renda a níveis que ultrapassem a dez por cento de seu valor total.

No texto da Constituição Federal referente ao Sistema Tributário Nacional, a Assembléia Nacional Constituinte deve explicitar que o Imposto de Renda incidente sobre rendimentos do trabalho assalariado, pensões alimentícias ou previdenciárias e proventos da inatividade não poderá exceder, individualmente, a 10% do total dos rendimentos dessa natureza.

Se a conjuntura é de molde a exigir aumento da carga tributária, o Governo Federal poderá optar pelo aumento do imposto incidente sobre outras categorias de rendimentos ou de outros impostos, cujos efeitos não alcancem as classes menos favorecidas.

O SR. ROBERTO FREIRE (PCB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em reunião realizada na Capital de São Paulo, nos últimos dias 7 e 8, a Comissão Diretora Nacional Provisória, do Partido Comunista Brasileiro – PCB, aprovou documento intitulado "Programa de Emergência para a solução da crise".

Analisando a conjuntura atual, o documento denuncia aqueles setores da sociedade, em particular os mais reacionários, que procuram desestabilizar o processo de transição democrática, in-

clusive com a utilização de locautes, bem como as recentes e abusivas intervenções do aparelho militar nos movimentos sociais reivindicatórios dos trabalhadores.

Destaca, com relevância, o importante fato novo que foi a decisão governamental de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, a qual apóia com firmeza, defendendo que a Nação se mobilize, para sua maior sustentação política.

O documento apresenta a seguir pontos para compor um programa de emergência:

1 – Manutenção da suspensão dos pagamentos de juros e amortizações, por um prazo de cinco anos, tempo mínimo necessário para a viabilização de um plano de desenvolvimento econômico que implemente as mudanças reclamadas pela Nação.

2 – Realização de uma auditoria da dívida externa, para que a Nação saiba como foi contraída e onde foram aplicados os empréstimos.

3 – Manutenção da centralização parcial do câmbio e extensão desse mecanismo para proteger as reservas ou em caso de retaliação dos credores.

4 – Racionalização do processo de importação de mercadorias, inviabilizando-se a importação de supérfluos.

5 – Redirecionamento do comércio exterior, incentivando-se as transações com o chamado Terceiro Mundo e privilegiando-se o comércio bilateral, através do sistema de moeda convênio.

6 – Condicionamento do funcionamento de agências bancárias ou escritórios de bancos estrangeiros no Brasil à manutenção das linhas de financiamento de curto prazo – comerciais e interbancárias.

7 – Limitar a desvalorização cambial à inflação do mês. A sociedade não pode subsidiar a geração de dólares para pagar a dívida externa.

8 – No plano interno, é fundamental a estocagem de matérias-primas estratégicas, capaz de abastecer o País por um mínimo de quatro meses.

9 – Combate à inflação mediante um rigoroso controle de preços, bem como uma política monetária que force a queda da taxa de juros.

10 – Realinhamento dos salários de acordo com os índices do DIEESE.

11 – Realização de uma política de investimentos que barre a recessão e mantenha o ritmo de crescimento do ano passado, baseada inicialmente na utilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento e dos recursos depositados pelas empresas no Banco Central, por conta dos débitos externos.

12 – Por fim, o congelamento, pelo prazo de um ano, dos preços dos produtos da cesta básica.

São estes doze pontos que o Partido Comunista Brasileiro apresenta à Constituinte, ao Governo e à sociedade brasileira para serem debatidos, no sentido de adotarmos um programa de emergência que a grave situação econômica do País exige.

Para isso, é necessária uma ampla mobilização do nosso povo, com destaque para o movimento operário e sindical. Só assim poderemos barrar a retaliação do imperialismo, que já se faz sentir, e, ao mesmo tempo, deter a escalada que forças retrógradas, ligadas ao grande capital monopolista e ao latifúndio – inclusive as mais odientas, os torturadores de ontem – vêm realizando com o intuito de conturbar o processo político da transição, buscando desestabilizá-la.

Encaminhamos à Mesa a íntegra do documento para que seja publicado nos Anais da Constituinte.

(Documento a que se refere o orador.)
PROGRAMA DE EMERGÊNCIA
PARA A SOLUÇÃO DA CRISE

A transição democrática enfrenta dificuldades. Os setores reacionários da sociedade, responsáveis maiores pelo fracasso do Plano Cruzado, articulam-se para deter o processo de democratização e mudanças, com vistas até à desestabilização do Governo. São favorecidos pela insatisfação que tomou conta do país e levou o Governo ao descrédito, após o "Cruzado 2". O novo surto inflacionário, a especulação financeira, as absurdas taxas de juros, o aviltamento dos salários, a perda do poder aquisitivo das massas (conquistado no período do congelamento), a diminuição dos ritmos de crescimento econômico e de absorção da mão-de-obra, derivados principalmente da ação do grande capital e do latifúndio, mas produtos também das vacilações e erros do próprio Governo, facilitam a intervenção das forças que atuam contra a democracia, o desenvolvimento e a nossa soberania.

Esta situação incide diretamente sobre as forças políticas que sustentam a transição e o Governo. Enquanto as correntes democráticas do País lutam para que o Governo enfrente a crise com mudanças estruturais e medidas que redistribuam a renda e garantam o desenvolvimento, as forças reacionárias, para favorecer os monopólios e o imperialismo, buscam impor políticas ortodoxas, caminho da recessão e do arrocho salarial. Neste propósito, contam com apoio de setores minoritários da Aliança Democrática.

Complica ainda a transição e gera conflitos no interior do Governo e das forças democráticas a ocorrência de atos de repressão ao movimento reivindicatório dos trabalhadores por parte do aparelho de Estado, ao mesmo tempo em que predomina, de fato, a omissão quanto às manifestações – inclusive ilegais, de locaute – realizadas por setores das classes dominantes.

As dificuldades da transição também existem no plano institucional. Há um choque entre as forças que querem afirmar a soberania da Constituinte e aquelas que pretendem limitar e restringir o seu poder constituinte.

Neste sentido, desservem à transição as ações que, oriundas do Palácio do Planalto ou contando com o seu respaldo, pretendem dividir a Aliança Democrática e o PMDB. Tais ações, restritivas dos espaços das correntes mais democráticas e da soberania da Constituinte, dão alento às articulações contrárias, tanto à transição quanto à própria estabilidade do Governo.

Mas o que querem afirmar a soberania da Constituinte em confrontação com o Governo contribuem também para inviabilizar a formação de um bloco democrático, capaz de garantir a transição, as mudanças reclamadas pelo povo e consolidar o Estado de direito democrático.

Este conjunto de fatores dificulta uma justa relação entre o Governo e a Constituinte, conduzindo a colisões entre a maioria da bancada do PMDB, o PFL e o Governo federal, com sérias repercussões na estabilidade do processo político. A integração do Governo com o conjunto das forças que o apoiam e a sua unidade, através da negociação, são indispensáveis à preservação da soberania da Constituinte, à defesa do próprio Governo e ao desenvolvimento mais favorável da transição democrática.

Sem dúvida, a decisão soberana do Governo de suspender o pagamento dos juros da dívida externa é um fato novo e dos mais importantes na direção do esforço para coesionar as forças interessadas na democracia e no desenvolvi-

to, apesar das dificuldades e da complexidade da situação política e econômica do País. Esta medida conta com o inequívoco apoio do PCB e vem recebendo a adesão das forças políticas e sociais que – independentemente das suas concepções em relação ao tratamento da questão da dívida externa – sempre se posicionaram contra a espolição imperialista. Contra esta decisão estão apenas os reacionários e entreguistas, além dos equivocados, incapazes de compreender a sua importância política.

A decisão do governo vem contando com crescente apoio internacional e governos do chamado Terceiro Mundo, também espoliados pelos banqueiros internacionais, examinam a possibilidade de adotar medida semelhante. Cresce, entretanto, a pressão da comunidade financeira internacional e dos governos dos países imperialistas, constituindo-se uma ilusão imaginar que seus tradicionais aliados internos deixarão de coordenar ações para reverter a decisão governamental.

A nação precisa unir-se em torno da decisão adotada. Este é o caminho para isolar as forças reacionárias e para levar o Governo a adotar medidas que dêem, conseqüência à sua decisão soberana e que configurem um programa de emergência capaz de superar a crise econômica e fortalecer a transição.

O PCB oferece à sociedade, ao Governo e às forças políticas democráticas as linhas mestras deste programa:

1. manter a suspensão dos pagamentos de juros e amortizações por um prazo mínimo de cinco anos. Este é o tempo necessário para a viabilização de um plano de desenvolvimento econômico que possibilite o crescimento do País e a redistribuição da renda e implemente o conjunto de mudanças reclamadas pela nação;

2. realizar uma auditoria da dívida externa, para que a ação saiba de toda a extensão do problema, ou seja, o montante real da dívida, como foi contraída e onde foram aplicados os empréstimos;

3. manter a centralização parcial do câmbio e estender este mecanismo para proteger as reservas ou em caso de retaliação dos credores;

4. racionalizar o processo de importação de mercadorias, inviabilizando-se a importação de supérfluos;

5. redirecionar o comércio exterior, incentivando as transações do chamado Terceiro Mundo, especialmente os países da América Latina, privilegiando-se o comércio bilateral através do sistema de moeda-convênio (clearing) e levando-se em consideração as disponibilidades recíprocas de produtos e serviços;

6. condicionar o funcionamento de agências bancárias ou escritórios de bancos estrangeiros no Brasil à manutenção das linhas de financiamento de curto prazo – comerciais e interbancárias;

7. limitar a desvalorização cambial à inflação do mês – que os exportadores busquem ganhos de produtividade para competir no exterior e não recorram mais uma vez aos subsídios da sociedade para auferir altos lucros e gerar dólares para pagar a dívida externa;

8. no plano interno, é fundamental a estocagem de matérias-primas estratégicas capaz de abastecer o País por um mínimo de quatro meses; a comunidade científica e técnica devem participar de estudos para a produção alternativa destes materiais;

9. combater a inflação mediante um rigoroso controle de preços, bem como uma política monetária que force a queda da taxa de juros;

10. realinhar os salários de acordo com os índices do DIEESE;

11. realizar uma política de investimentos que barre a recessão e mantenha o ritmo de crescimento do ano passado, baseado inicialmente nos seguintes mecanismos:

a) utilização dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento em atividades exclusivamente produtivas;

b) utilização dos recursos depositados pela empresas no Banco Central, por conta dos débitos externos, para aplicação na agricultura, saneamento básico e construção civil (especialmente construção de casas populares) e nas estatais produtoras de insumos básicos;

12. congelamento, pelo prazo de 1 ano, dos preços dos produtos da cesta básica.

As forças democráticas e patrióticas do País têm uma grande responsabilidade: unir os brasileiros e mobilizar o mais amplo e decidido apoio a um programa que, como este, vai no sentido de garantir a soberania, o desenvolvimento e a democracia. O PCB deve ter a iniciativa na organização, articulação e participação das manifestações populares em todos os estados. Só o povo nas ruas pode assegurar a adoção de medidas que garantam a moratória, o desenvolvimento com distribuição de renda e a consolidação do Estado de direito democrático. Está na ordem do dia, para todas as forças comprometidas com um Brasil soberano e democrático, contribuir para que se transformem em força material as bandeiras da nação. É preciso aliar a articulação política com a mobilização das massas, estabelecer entendimentos entre os movimentos populares, os partidos políticos democráticos, os governadores e os prefeitos e o Governo federal para a organização de atos públicos e outras manifestações de apoio à suspensão do pagamento da dívida externa e de luta pela adoção de medidas, tanto no plano interno quanto no externo, que fortaleçam a decisão governamental e abram caminho às mudanças e à democracia.

Decisiva é a intervenção do movimento operário e popular, centralizada pela unidade do movimento sindical e fortalecida por sua ação concreta. O desenvolvimento da situação política e econômica do País no sentido da democracia será proporcional ao nível da mobilização das massas. A organização de manifestações unitárias e populares é ainda mais importante porque as forças antinacionais e antidemocráticas já se mobilizam para reverter a decisão do Governo e levá-lo a realizar um ajuste interno, nos moldes dos preconizados pelo FMI. Não se pode subestimar esta possibilidade: as forças reacionárias têm grande peso e dispõem de posições no aparelho de Estado e no próprio Governo. Ainda recentemente, o grande capital e o latifundiário derrotaram o Plano Cruzado.

Mas as massas populares nas ruas, mobilizadas pelas forças políticas democráticas e patrióticas, neutralizarão e derrotarão os entreguistas e reacionários acelerando e consolidando a transição democrática e as mudanças.

São Paulo, 8 de março de 1987.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com base no § 2º, do art 14 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, estou apresentando hoje diversas sugestões de normas constitucionais, em razão de hoje também, estamos aprovando a redação final desse Regimento.

Não quis me antecipar à aprovação do Regimento Interno, Sr. Presidente, porque não tenho

qualquer tipo de pressa, muito menos aquela que pode invalidar, pela inoportunidade legal, um esforço dirigido para o atendimento dos anseios populares.

No tocante à criação do Estado do Tocantins, não apresentei sugestões, na forma prevista pelo Regimento que hoje aprovamos em redação final, em razão de compromisso que fiz com as Câmaras Municipais, associações, clubes de serviços, entidades diversas, o Comitê pela Criação do Estado do Tocantins, presidido pelo MM. Juiz Federal Darci Martins Coelho e pelos Drs. José Maia Leite, Adão Bonfim Bezerra e José Carlos Leitão, e com membros da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em deixar para o povo, diretamente, ou através de qualquer daquelas entidades, a iniciativa de propor a criação do Estado do Tocantins.

Espero, Sr. Presidente, que nenhum dos políticos goianos deseje enganar o povo, apresentando projeto de criação do Estado do Tocantins apenas para fins eleitorais, sem ter o menor desejo, sem fazer o menor esforço para sua aprovação e transformação em lei.

Estarei vigilante para combater esse tipo de demagogia e de tapeação.

Lutei para que o nosso Regimento Interno contivesse dispositivo que permitisse a apreciação e a aprovação de emenda de iniciativa popular, para que o povo goiano, especialmente o povo nortense de Goiás, pudesse dar mais uma demonstração de que, efetivamente, deseja a imediata criação do Estado do Tocantins.

Atingindo este objetivo, isto é, o disposto no art. 24 do Regimento Interno, porque não reservar ao povo o direito de autoria quanto à proposta de criação do Estado do Tocantins?

Será que políticos do sul do nosso Estado ainda pensam que é impossível criar o Estado do Tocantins e assim, se colocam a favor da causa, para nas próximas eleições contarem com o voto do povo nortense?

Como estão enganados esses políticos, meu Deus!

Eclarecidos e conscientes, os homens e mulheres do norte-nordeste de Goiás não se deixarão enganar.

Quem viver, verá.

Concluindo, leio para constar dos Anais, matéria publicada pelo **O Popular**, de 25-2-87, coluna "Giro":

"SIQUEIRA QUER QUE
PARTA DO POVO

O Deputado Siqueira Campos deseja que a proposta de inclusão do Estado do Tocantins nas definições da Constituinte parta de uma subscrição bem popular, a fim de que exprima o desejo do eleitorado. Ele entende que será melhor que a proposta já contenha um projeto de emenda prevendo a criação do novo Estado, a fim de que não sofra quaisquer distorções."

Era o que tinha a dizer.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS - PA. Pronuncia o seguinte discurso): - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o índice de produtividade agropecuária nos Estados e Territórios da Amazônia Legal atinge atualmente declínio altamente preocupante, em face de diversos fatores que contribuem para inviabilizar o trabalho do pequeno e médio produtor.

De acordo com a tônica que utilizamos em pronunciamentos anteriores, ou o Governo Fede-

ral aceita a convencimento de adotar uma política diferenciada para ser aplicada na Região Amazônica, considerando para tanto a sua peculiaridade geográfica e climática, ou terá de assumir a responsabilidade pelo fracasso da sua não-participação no processo do desenvolvimento nacional.

Dadas as difíceis características da sua imensa dimensão territorial, a Região Amazônica não tem sido convenientemente atendida nas mínimas necessidades para responder à condição que lhe é atribuída de "maior celeiro da produção brasileira".

O sistema de exploração das nossas riquezas naturais, a despeito da grande evolução no campo tecnológico, lamentavelmente permanece tal como nos legaram os primeiros desbravadores.

De outro lado, provoca perplexidade que o Governo insista em financiar custeios e investimentos no setor agropecuário, impondo taxas de juros absurdas, afugentando com isso o homem do campo, que se vê compelido a procurar meio de sobrevivência nos centros mais adiantados defasando o volume de produção e aumentando a demanda do consumo.

As pequenas e médias empresas estão sucumbindo à falta de recursos inobstante os jornais divulguem insistentemente que o Governo Federal os tem liberado aos bancos oficiais que atuam na área.

Desejamos sugerir para a Amazônia uma política creditícia mais agressiva que leve em conta as dificuldades do produtor rural para chegar até aos balcões dos bancos estatais, a fim de obter financiamentos ou negociar o produto de seu trabalho com a Comissão de Financiamento da Produção.

Em Governos passados adotou-se o sistema do crédito volante, cujos resultados foram altamente auspiciosos contra a burocracia e o deslocamento do campo para a cidade. Além disto, o Governo não deve fixar preços mínimos para aquisição de produtos regionais sem antes avaliar os valores entre os custos operacionais e as ofertas da CFP do Ministério da Agricultura.

Precisamos transformar o **slogan** de que a "Amazônia é o maior celeiro da produção nacional" em realidade autêntica e palpável, e não apenas como forma de exploração política, mediante ostensivo falseamento da verdade.

Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, todos os empreendimentos já concretizados ou em fase de implantação nos estados e territórios da Amazônia sofrem as danosas consequências da política econômica imposta pelo Governo da Nova República, muitos dos quais às vésperas da falência iminente e inevitável.

Seria atitude de bom senso que o governo, ao decidir extinguir o sistema de juros subsidiados, preservasse a Região Amazônica desse sacrifício. Nosso esforço para quebrar os grilhões do subdesenvolvimento continuará em vão se medidas adequadas, assumidas em caráter diferenciadas, não forem determinadas e postas em práticas pela Administração Pública Federal.

Agora mesmo o Ministério das Minas e Energia vem de submeter a região Sul do Pará, a mais produtiva do Estado, ao regime de racionamento de energia. Com isto, atingiu o âmago da indústria instalada em Municípios como Marabá, Tucuru, Conceição do Araguaia, Redenção, Rio Maria, Xinguara, São Felix do Xingu, entre muitos outros, acarretando prejuízos à economia, com reflexos no mercado de trabalho, por sinal o mais afetado na sua frágil estrutura.

Outro setor em estado agônico é o do transporte fluvial que opera na condução dos derivados de petróleo.

Ainda ontem, em discurso aqui pronunciado, denunciei a prática de intervenção do SEAP nas atribuições da SUNAMAM, de fixar os valores dos fretes mediante prévio estudo das condições pertinentes ao setor.

Apelamos ao Presidente José Sarney, como igualmente aos Ministros da Fazenda, dos Transportes e da Agricultura, no sentido de examinarem com certa prioridade os problemas que a Amazônia enfrenta e não tem condições de solucionar sem o apoio e a participação das autoridades federais.

Não precisa ser repetido que a "Amazônia também é Brasil". Basta de marginalização e de espoliação na exploração de nossas riquezas, deixando-nos o triste legado das crateras exuberantes, de onde são extraídos os minérios que hoje representam a maior base de sustentação beneficiária da economia brasileira.

Cumprimos nosso dever de cidadão amazônida quando exigimos ser olhados com mais respeito e de haver maior dose de atendimento aos problemas regionais pelo Governo da República. Não aceitamos continuar isolados do processo de desenvolvimento que experimenta o País nos últimos 20 anos.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL - MA. Pronuncia o seguinte discurso): - Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mais uma vez assomo a esta tribuna, e desta feita para trazer ao conhecimento da Nação brasileira a grande necessidade de viabilização das estradas que ligam os municípios de toda a Baixada Maranhense e que se encontram quase isoladas do resto do Estado, por falta de pavimentação das rodovias hoje existentes, outras em implantação, outras ainda em leito natural, precisando de uma atenção urgente dos órgãos competentes, pois a demora da decisão governamental, tem trazido grandes prejuízos a todos os habitantes dos Municípios de Bequimão, Pinheiro, Mirinzal, Guimarães, Cururupu, Cedral, Bacuri, Santa Helena, Turiaçu, Godofredo Viana Cândido Mendes, Carutapera, Luis Domingues, São Bento, São Vicente de Ferrer, São João Batista, Matinha, Viana, Penalva e Monção, não apenas para seus habitantes, mas também procrastinando o progresso dos citados Municípios. Não se pode mais admitir tais descasos, e por isso apelo, nesta oportunidade, ao Governo Federal, para que, na medida do possível, aplique os recursos necessários ou os transfira para o Governo Cafeteira, a fim de que possa socorrer aquela população, já bastante constringida pelo cotidiano, envolvida pelas tragédias propiciadas pelos constantes desastres dos poucos veículos. Seus proprietários, no afã de ajudá-la, têm às vezes sido reduzidos ao nada, tanto do ponto de vista pessoal como patrimonial.

Como representante do povo sofrido do Maranhão, alço minha voz, pedindo socorro para o nosso povo, que não merece um tratamento como o que até a data presente vem recebendo. E o meu apelo, faço-o também ao Presidente da República, José Sarney, no sentido de propiciar este apoio necessário e urgente aos maranhenses da Baixada, para que, no mais breve espaço de tempo, seja corrigida esta situação, que inclusive vem boicotando o progresso da região, o que não será salutar para que em breves dias tenhamos proclamada a emancipação no setor dos transportes da citada região, pois nunca foi possível o desenvolvimento de um país ou estado sem a construção de estradas, sendo tão-somente o que queremos e pleiteamos para a Baixada Maranhense.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sem dúvida que deveremos aproveitar a reunião da Assembléia Nacional Constituinte para equacionar, de uma vez por todas, a questão de diferença de tratamento salarial que se verifica em diferentes setores da vida econômica do País, embora a Constituição atual e a vigorante CLT proibam esse tipo de discriminação.

Se assim for, como esperamos que realmente venha a ocorrer, Sr. Presidente, será possível eliminar flagrantes injustiças salariais, de forma que se assegure o princípio da isonomia de tratamento que decorre da norma jurídica.

Essas considerações preliminares são necessárias para que possamos encaminhar o justo reclamo dos servidores do Banco do Brasil, que no confronto com os seus colegas do Banco Central, são tratados como se fossem pessoas de segunda classe.

É inaceitável que perdue essa situação em que os servidores do Banco do Brasil têm níveis salariais diferentes em relação aos seus colegas do Banco Central, já que não existe nenhuma justificação técnica, profissional ou administrativa que possa explicar essa diferença de tratamento.

Entendemos que os servidores do Banco Central tenham posição salarial obtida como forma de conquista e que, por ser posição de justiça, deva ser mantida, mas não podemos compreender que os seus colegas do Banco do Brasil fiquem em situação de inferioridade salarial.

E isso porque não se pode esquecer que o grande agente rural do nosso País é o Banco do Brasil, cujas agências e postos de serviço são encontrados em todos os pontos do território nacional, tendo, portanto, participação das mais decisivas no contexto sócio-econômico.

Contudo, Sr. Presidente, os abnegados servidores do nosso principal organismo de crédito oficial não teriam condições humanas para esperar pela promulgação da nova Constituição, e por isso nos resta apenas a alternativa de apelar ao Senhor Presidente da República e ao Ministro da Fazenda no sentido de que determinem a realização de um estudo urgente sobre a matéria.

Estamos convencidos de que, agindo assim, estarão ambos indo ao encontro dos anseios mais legítimos daqueles bancários, já que o levantamento sugerido deixará à mostra a gritante diferença de tratamento salarial que hoje se verifica entre o Banco Central e o Banco do Brasil, propiciando a correção imediata de tal injustiça.

Era o que tínhamos a dizer.

IV O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado às Comunicações. – Vai-se passar ao Horário de Liderança.

O SR. CONSTITUINTE CÉSAR CALS NETO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. CÉSAR CALS NETO (PDS – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, causou surpresa a divulgação do Ato da Mesa nº 1, de 1987, que "adapta temporariamente o Regimento Interno da Câmara dos Deputados ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte".

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, o referido ato está embasado erroneamente no art. 82 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que trata de alterações do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e não do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O art. 84 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte é o que determina a adaptação dos Regimentos Internos do Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Por outro lado, Sr. Presidente, diz o art. 242 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

"O Regimento Interno poderá ser modificado, mediante a apresentação de Projeto de Resolução que altere ou reforme"

Assim, não poderá ser o Regimento Interno da Câmara dos Deputados modificado ou reformado, mesmo temporariamente, através de simples ato da Mesa Diretora, mas sim através de Projeto de Resolução devidamente aprovado, aliás à semelhança de procedimento do Senado Federal através da Resolução nº 1, 1987.

Destarte, Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a seja declarado nulo o Ato da Mesa nº 1 de 1987, bem assim seja incluída no projeto de resolução a possibilidade de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois, como diz o parágrafo primeiro do art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, "considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida constitucional, legal, econômica e social do País que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição de Comissão", ou seja, as Comissões Parlamentares de Inquérito somente poderão ser constituídas para o exame de matéria de relevante interesse nacional, como expressa o art. 84 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Aproveito a oportunidade para informar a V. Ex.^a que estou propondo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a carga tributária incidente sobre o cidadão brasileiro.

Ato da Mesa a que se refere o orador.

"Considerando a preeminência decorrente da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, Expressamente conferida pelo povo brasileiro na eleição de 15 de novembro de 1986.

Considerando a votação, pelos deputados e senadores, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, que em seu art 82 dispõe:

"Art. 82. A partir de 1º de março de 1987, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, adaptarão seus Regimentos Internos para compatibilizar a realização de suas sessões, em caráter extraordinário e para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional, ao funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte".

Considerando que urge adaptar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados ao decidir pela Assembléia Nacional Constituinte, com o caráter de temporalidade, até a promulgação da Constituição do Brasil.

A Mesa da Câmara dos Deputados, em sua reunião de 12 de março de 1987, por unanimidade, aprovou o seguinte:

ATO DA MESA Nº 1, de 1987

Adapta temporariamente o Regimento Interno da Câmara dos Deputados ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 1º O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte,

convocada pela Emenda Constitucional nº 26, fica adaptado com as alterações estabelecidas neste Ato.

Art. 2º Às segundas-feiras, realizar-se-ão sessões, das 14:00 às 18:00 horas, a saber:

- a) Pequeno Expediente – das 14:00 às 15:00 horas;
- b) Comunicações das Lideranças – das 15:00 às 16 horas;
- c) Grande Expediente – das 16:00 às 18:00 horas.

Art. 3º Além das previstas no artigo anterior, poderão ser convocadas outras sessões, extraordinariamente, com fim exclusivo de deliberar sobre matéria urgente, em horário que não coincida com as sessões da Assembléia Nacional Constituinte ou das respectivas Comissões e Subcomissões.

Art. 4º As Comissões Permanentes e Técnicas só serão instaladas após a promulgação da Constituição.

Art. 5º Só será objeto de urgência a proposição que verse sobre assunto relevante e de inadiável interesse público.

Art. 6º O parecer será proferido oralmente em Plenário.

Art. 7º Ficam sobrestadas todas as proposições legislativas de iniciativa parlamentar, até a promulgação da constituição.

Art. 8º São arquivadas todas as proposições que estiverem em tramitação na Câmara dos Deputados há mais de uma legislatura.

Art. 9º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, ficando suspensas as disposições em contrário, enquanto estiver em funcionamento a Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Reuniões, 12 de março de 1987. – **Ulysses Guimarães**, Presidente da Câmara dos Deputados."

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pede a V. Ex.^a que tenha um entendimento com o Relator, que terá de manifestar-se, no momento oportuno, sobre a proposição apresentada por V. Ex.^a.

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA – Líder PL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL-RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, com grande alegria ocupo a tribuna para apresentar – acredito que em nome de toda a Assembléia Nacional Constituinte nossas homenagens aos Líderes Mário Covas e Luiz Henrique. Participamos ontem de uma verdadeira festa democrática: o partido elegeu seu Líder na Constituinte, o Senador Mário Covas. Por outro lado, o Líder Luiz Henrique saiu engrandecido desse episódio, porque impediu, com a nobreza e superioridade do seu caráter que se abrisse na Constituinte uma crise de contorno e dimensão imprevisíveis. Assim, vamos continuar trabalhando ao lado deles.

Pessoalmente, quero externar a emoção que sinto quando, depois de tantos anos de lutas diárias ao lado de Mário Covas, que sempre deu demonstrações de desprendimento na sua carreira política, vejo S. Ex.^a, experiente e sofrido, voltar a exercer uma liderança que só engrandece a Assembléia Nacional Constituinte. Esse é um

traço comum a ambos, a Mário Covas e a Luiz Henrique, que comprovaram seu desprendimento. Ambos, muitas vezes, foram preteridos em favor de companheiros seus.

Se ontem foi a festa interna do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, hoje é a festa da Assembléia Nacional Constituinte, que continuará seus trabalhos, tendo a liderar uma parcela tão importante, tão significativa, homens da grandeza e da dignidade de Mário Covas e Luiz Henrique.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Osvaldo Bender: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. C/líder PDS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS-RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituinte, em primeiro lugar, agradeço ao meu líder, o nobre Constituinte Senador Jarbas Passarinho, a cedência do espaço do partido para nós, neste momento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes a centralização que existe no País é uma das grandes causas da desigualdade social que vive o nosso povo. Aqui na Capital se concentra a quase totalidade das riquezas do Brasil, as arrecadações feitas sob as mais diversas modalidades, quer em impostos, quer de parcelas de jogos legislados, como a Loteria Federal, a Loto e a Loteria Esportiva. Afinal, aqui se concentra praticamente ando, em primeiro lugar. Por que não vamos descentralizar? Não seria melhor se uma parte, antes de vir para Brasília, ficasse logo no seu município? O município é o alicerce do País; sem municípios não temos Estados nem País. É lá que vive a população. Para que o dinheiro vem primeiro à Capital, e por que somente às migalhas é repassado aos municípios?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a nova Constituição terá de prever participação maior dos Estados e municípios na arrecadação fiscal. São eles que geram as riquezas. A população dos mais longínquos recantos da Pátria ajuda a pagar esses tributos. Acredito sinceramente que temos poderes para reformar, não apenas o sistema tributário, mas também as demais centralizações de riquezas oriundas de outras fontes, como os recursos das loterias. Pergunto às Sras. e Srs. Constituintes: do bolso de quem sai o dinheiro para os jogos? Sai do bolso daqueles que moram nos municípios. Cada município brasileiro fica semanalmente mais pobre aliás seu povo, que é quem joga e o dinheiro vem a Brasília. Vamos descentralizar, vamos deitar no mínimo 50% do lucro em cada município, para continuar gerando riquezas e desenvolvimento na própria localidade. Estes recursos estariam à disposição da comunidade logo, e todos os municípios receberiam conforme a arrecadação neles feita.

Quero adiantar, Sras. e Srs. Constituintes, que apresentarei projeto de lei estabelecendo que 50% de todo o numerário arrecado pelos jogos, quer loteria, loto, quer esportiva, ou ainda outras modalidades que venham a ser legalizadas, fiquem logo no respectivo município.

Creio que nenhum dos Srs. e Sras. Constituintes deixará de aprovar matéria de tanta relevância, uma vez que cada um que aqui está tem compromissos com seus municípios, os que lá moram confiaram em nós, e para com eles cada um de nós tem contas a prestar. Sem dúvidas a pregação da descentralização das riquezas durante as nossas campanhas foi uma das grandes bandeiras independente de partidos políticos. O projeto

que apresentarei não terá sua tramitação normal desde agora, eis que não temos poderes de legislar sobre matéria financeira. Primeiro, teremos de aprovar a nova Constituição, que nos dará esses poderes. O que, afinal, estamos fazendo aqui? Se não temos poderes nem para legislar para que os municípios possam aplicar seus próprios recursos, então não terá nem sentido sermos Constituintes. Este País não pertence apenas a uma meia dúzia de brasileiros. Fomos eleitos para fazer essas mudanças. Esta será uma das mais benéficas para toda a população brasileira, e quer-me parecer que um dos grandes beneficiados será o próprio Governo Federal, pois terá menos compromissos com o povo, uma vez que este será atendido pelo próprio município, e isto acontecerá imediatamente, uma vez que o dinheiro estará disponível semanalmente.

Esses recursos seriam aplicados no amparo a menores carentes, pessoas deficientes, creches e idosos, bem como, ainda em esportes e lazer.

Conclamamos as Sras. e Srs. Constituintes, a assumimos essa luta de verdade, agora ou nunca mais; é chegada a hora de darmos forças aos municípios. Nada pode ser mais justo do que permitir a aplicação do próprio dinheiro dos moradores em benefício de sua localidade.

Só assim teremos as riquezas mais bem distribuídas, e desta forma haverá mais justiça social.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, verificando o andamento dos trabalhos encaminhados à Assembléia Nacional Constituinte, tive a oportunidade de conhecer o projeto do Deputado Davi Alves Silva, da bancada do Maranhão, que assegura atendimento médico-hospitalar à gestante.

Analisei a amplitude dos benefícios que este projeto poderá levar aos que não detêm recursos nem se beneficiam dos direitos da Previdência Social. Incorpore-me à maioria de congressistas favoráveis à medida.

Trata-se de projeto da maior importância para a sociedade carente deste País, pois, uma vez aprovado, a gestante contará com adequada assistência para dar à luz um filho sadio.

Tenho certeza de que o projeto merece apoio das bancadas de todos os Estados, por ser um passo que estaremos dando em direção ao direito da mãe, e conseqüentemente estaremos dando à criança o direito de nascer com saúde.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para que possamos fazer uma Constituição que ampare, na sua totalidade, a sociedade carente deste País, não poderemos deixar de dar nosso integral apoio a projetos como este do Deputado Davi Alves Silva, independentemente de partidos ou facções políticas.

Sabemos que a nova Constituição necessita de atos que atendam aos anseios do povo brasileiro, e esta medida prevê, no seu conteúdo, realização da mais alta importância para nossa sociedade.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Constituinte Brandão Monteiro, Líder do PDT: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no horário destinado à Liderança do PDT, no momento em que a Casa se prepara para votar a redação final do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, não poderíamos deixar de externar ao Plenário nosso sentimento de profunda admiração, para não dizer

revolta, em relação ao noticiário que os jornais estampam hoje a respeito de declarações de algumas autoridades vinculadas ao Executivo que pretendem, segundo afirmam, processar o atual Senador Leite Chaves, ex-Procurador-Geral da Justiça Militar.

Parece que vivemos num mundo imaginário. Lamentamos que se tenha tornado prática neste País, quando as autoridades deixam os cargos, trazer-se à baila, à consideração da Nação, fatos de suma gravidade, como sói ser o episódio da tortura, agonia e morte do ex-Deputado Rubens Paiva. Que País é este – parodiando o antigo dirigente de um partido desta Casa – que recebe informações de que uma autoridade do Judiciário pode vir a ser processada por autoridades militares que não gostaram, criticaram e se sentem ofendidas com o resultado de uma investigação na área da Justiça Militar?

Srs. Constituintes, quero dar um depoimento a esta Casa sobre o atual Coronel Ronaldo José Mota Leão. Não é nenhuma novidade, não é preciso uma autoridade militar ficar com melindres ou raivosa sobre a posição desse militar. Não é preciso que o Senador Leite Chaves traga ao conhecimento do País a questão relativa às atividades do então Capitão Leão. Quem lhes fala é um Constituinte que o conheceu de perto, quando foi torturado nos anos 70 na Polida do Exército. E ele era o comandante do PIC, de triste memória, que anos depois foi arrolado em inquérito de contrabando. Tive ocasião de prestar depoimento na Vara Federal, num processo promovido pela família do ex-jornalista Mário Alves, assassinado em dependências da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. E fui testemunha – não era Parlamentar ainda – de que isso aconteceu com a participação do então Capitão Leão.

Manifestamos aqui, portanto, nossa estranheza e mais revolta, quando o Procurador-Geral da Justiça Militar, depois de estudos e investigações, traz à baila os nomes daqueles que seriam, segundo ele, responsáveis pela tortura, agonia e morte do ex-Deputado Rubens Paiva; revolta por verificar-me que este País nada aprendeu: quando se procura elucidar crimes, ainda há pessoas inconformadas porque são elucidados os crimes. (Palmas.)

A Srª Constituinte Sandra Cavalcanti – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SRA. SANDRA CAVALCANTI (PFL – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Constituintes, o Brasil é um País que, de vez em quando, desafia nossa imaginação. Faz um enorme esforço para crescer, para desenvolver-se e, ao mesmo tempo, pensa em utilizar recursos para parar de crescer, enquanto população. Mas o que mais dói hoje, no Brasil, é ver a maneira como estão sendo tratados aqueles que durante 25,30,35 anos trabalharam, entregaram uma parte dos seus salários aos institutos de previdência federais, estaduais, municipais e, quando chegam à velhice, à hora em que as coisas começam a ficar um pouco mais difíceis para todo mundo, àquele momento em que não é normal poder continuar a trabalhar, essas pessoas verificam que neste País as aposentadorias são uma farsa, um escárnio, uma vergonha, e, o que é pior, que não há sequer o cumprimento dos compromissos estabelecidos em lei.

Imagino que as Sras. e Srs. Constituintes estejam sendo procurados, como nós o estamos. Por gru-

pos de aposentados de todo o País, que nos telegrafam, escrevem, mandam relatórios, pedem, suplicam que, ao elaborarmos a nova Constituição, sejamos capazes de criar instrumentos e mecanismos legais pelos quais eles possam sobreviver recebendo proventos pelo menos decentes.

Quando mergulhamos na nossa legislação existente em matéria de aposentadoria, descobrimos que há leis, regulamentos, tabelas e institutos, mas as leis não são cumpridas, as tabelas são uma forma de escamoteação da verdade e as reclamações dessa parcela da população brasileira não chegam sequer a sensibilizar as autoridades.

Diariamente, ao abrir os jornais, vemos os depoimentos dos governadores recém-empossados, de que não podem pagar o funcionalismo dos seus Estados, porque os governos anteriores, que chegaram prometendo austeridade, esqueceram-se disso e desandaram a nomear de forma desbragada, aumentando os encargos dos cofres públicos com gente nova e jamais se preocupando com atentar para a situação em que se encontram aqueles que trabalharam e que, pela idade, chegaram ao momento de viver de uma aposentadoria.

O Partido da Frente Liberal entende que é chegada a hora de acabar com a vergonha nacional que é a situação dos aposentados neste País. É um compromisso de toda a nossa bancada e que, tenho certeza, vai merecer certamente o apoio de bancadas de outros partidos. Disso não tenho a menor dúvida, porque não há um só de nós neste plenário que não seja capaz de exibir um caso na família, entre os amigos, entre os conhecidos, um caso que represente este modelo de injustiça nacional.

As pessoas contribuem durante anos a fio, pensando em receber 9, 10, 12 salários. Ai vem a Previdência Social e começa com as primeiras manobras de alteração do quadro: não é mais o salário mínimo a referência; não é o salário da ativa a referência; a referência é um salário novo, inventado, que passa a ter o nome de salário-referência, mas que o salário não é. O salário referência que hoje serve de base para a concessão de aposentadorias não representa mais se quer 40% do salário mínimo verdadeiro que está em vigor – que é por si só uma vergonha. São doze milhões de brasileiros que não têm mais como trabalhar – por uma questão de idade, e até por uma questão de mercado – e estão sendo torturados, porque essa é uma forma de tortura. Estão sendo violentados, porque essa é uma forma de violência. Estão sendo massacrados, porque essa é uma forma de massacre dos seus direitos adquiridos. Apresentaremos um projeto sobre esta matéria, mas não esperamos a votação da Constituição. Vamos usar a segunda-feira, dia em que a Câmara e o Senado se reúnem a fim de analisar o que está acontecendo aqui, agora e em toda a parte, para convocar um esforço extraordinário do Congresso, a fim de resolver a situação dos aposentados deste País, principalmente dos aposentados da Previdência Social.

Jornais hoje noticiam como se fosse uma grande iniciativa do Governo Sarney – a concessão de um reajuste de 40% sobre uma perda que, nesta altura, na maioria dos casos, já excede mais de 400% da defasagem salarial de base dos aposentados.

E o pior é que o aposentado médio do Brasil tem outros parâmetros para comparar à sua situação: os “marajás”, que estão aí todos os dias nos jornais; os funcionários privilegiados de algumas categorias. E sabe que ele, o trabalhador que p a -

go durante anos ao Instituto de Previdência, é o grande esquecido desta Nação.

O Partido da Frente Liberal não só tem um projeto pronto para ser votado nesta Casa, como já está organizando a convocação das sessões necessárias a fim de que a Câmara e o Senado se manifestem imediatamente sobre a situação dos aposentados, incluindo-se os aposentados da área rural, os maiores esquecidos deste País.

É inacreditável que alguém suponha que, depois de ter trabalhado durante 35 anos, chegando à idade em que faltam as forças, muitas vezes em que a doença chega com mais frequência, as pessoas idosas deste País possam sobreviver neste clima de vergonha, de escárnio e de falta de respeito.

Tenho a mais profunda convicção de que esta matéria não é ideológica, não é doutrinária, não vai ser abjeto de disputas partidárias. Tenho a convicção de que ninguém nesta Casa vai deixar de atender a este apelo que sai do fundo do coração, mas que faço em nome do meu partido, da nossa bancada, para que, no mais breve espaço de tempo possível, o Congresso, atuando como Congresso, possa encontrar uma saída decente para o problema dos aposentados deste País. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Haroldo Lima, Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, na tarde de ontem, a bancada do PMDB elevou Líder da Constituinte o Senador Mário Covas, Nas circunstâncias em que o fato se deu, sua importância transcende de muito os limites do PMDB, por ser o partido que tem a maioria absoluta nesta Casa e que, no contexto da recente votação, do Regimento Interno, quando estava em pauta o desafio de a Constituinte assumia ou não a sobredora que o povo lhe outorgara, rompeu com a aliança e com os partidos que por ela se batiam: o PC do B, o PT, o PDT, o PCB selou acordo com os partidos que negavam a soberania, especialmente o PFL, PDS e PTB, e, sob a liderança do PFL derrotou a tese da soberania da Constituinte.

A eleição de Mário Covas teve um significado que precisa ser realçado: o Senador foi eleito pondo em relevo a necessidade de o PMDB preservar a imagem democrática que está perdendo e de sustentar os compromissos programáticos que propalou em praça pública.

De forma especial, o Sr. Mário Covas foi eleito ressaltando a importância da soberania da Constituinte, bandeira essa ainda há pouco foi arriada.

A Liderança do PC do B considera que a derrota da tese da soberania é de tal forma ultrajante, vergonhosa e prejudicial aos trabalhos da Constituinte, que acredita que não pode ser aceita como fato irreversível. Pelo contrário, reafirmamos que o ultraje à soberania da Constituinte deve ser resgatado, pois nenhum Regimento Interno é definitivamente inalterável ou intransponível.

Queremos parabenizar a bancada do PMDB por ter manifestado de forma tão nítida sua insatisfação quanto aos rumos capitulacionistas que o seu partido estava tomando durante o grave período em que esteve, na prática, sob a liderança direitista do PFL Observamos que a aliança à direita que se está forjando na Constituinte, basicamente entre o PMDB e o PFL decorre da falsa compreensão de que a Aliança Democrática ain-

da tem razão de existir, o que não corresponde aos interesses da democracia no Brasil.

A liderança do PC do B saúda o novo Líder Mário Covas, por saber que sua eleição resultou de compromissos políticos sérios, formalmente assumidos ante a bancada do PMDB, entre os quais se destacam a defesa da autonomia do Legislativo e dos partidos aqui representados em face do Executivo e a defesa da soberania da Constituinte, que, derrotada, precisa ser reerguida. É com a esperança de que o novo Líder do PMDB, Senador Mário Covas, lidere seu partido na luta para resgatar a soberania da Constituinte que a Liderança do PC do B o saúda.

O Sr. Constituinte José Maria Eymael: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como líder PDC

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 87, há dois dias, desta mesma tribuna, colocávamos a necessidade de o Governo federal reformular imediatamente seu comportamento quanto ao Imposto de Renda. Denunciávamos – não como voz isolada, mas fazendo coro aos pronunciamentos de muitos e nobres Constituintes – a situação verdadeiramente absurda criada com a formulação do Imposto de Renda, na qual Governo utiliza em causa própria os desacertos do Plano Cruzado e se beneficia do processo inflacionário, voltando-se contra o trabalhador desassistido, contra a grande massa de classe média brasileira, tirando do povo o pouco que tem. Esperávamos que o Governo da República, que os Ministros da área econômica fossem sensíveis ao clamor nacional. Mas o que verificamos? Que o Governo, mantendo absoluta insensibilidade, nada mudou, entregando ao povo tão-somente as migalhas de um parcelamento maior de pagamento.

Perguntamo-nos, Srs. Constituintes de 87: em que mundo imagina estar o Governo federal, que não vê nem sente o que acontece com a população? Qual foi a formação desses homens, onde aprenderam Economia? Ou nunca andaram nas ruas deste País? Ou não sabem de que é feita a sociedade brasileira, insistindo em não alterar o que precisa ser modificado imediatamente? Onde busca justificativa o Governo federal para aceitar que o Imposto de Renda continue sendo, agora mais do que nunca, instrumento de confisco, verdadeiro instrumento de morte? Como explicar que o Governo federal não seja sensível à realidade dos aposentados, dos quais, pela tabela atual, o imposto de Renda não vai tirar supérfluo, mas o indispensável à sua sobrevivência? Está roubando cada pedaço do resto da vida dos velhos. Que Governo é este? É um Governo ou um assassino?

Sr. Presidente, perdoe-me a veemência das palavras, mas não se pode conceber tamanha insensibilidade, tamanho distanciamento da realidade brasileira. Temos um Governo ou sonhadores afastados da realidade das ruas, distantes das necessidades do povo?

Concluindo, deixamos aqui um último apelo ao Governo, no sentido de que faça imediata alteração na postulação atual do Imposto de Renda, porque senão este, de instrumento social, transformar-se-á em instrumento de tragédia da sociedade brasileira.

O SR. CONSTITUINTE GASTONE RIGHI: – Como lidar do PTB. – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Liderança do PTB deseja tecer louvores ao PMDB e ao líder que escolheu para a Constituinte. Não só por sermos amigos pessoais, conterrâneos, mas companheiros de jornadas sofridas do Líder Mário Covas deixamos aqui o registro de nosso depoimento no sentido de que o PMDB escolheu bem, altivamente, quem o representará com eficiência, independência e sabedoria. Mas fez mais: pôde encontrar uma unidade que aproveitará seguramente aos trabalhos desta Constituinte, que se prolonga interminavelmente, quando já deveríamos ter adentrado a elaboração da Carta Magna para a qual fomos delegados.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo em que registro os louvores e o reconhecimento ao Líder, Senador Mário Covas, quero também deixar aqui expresso, em nome da Liderança do PTB, nosso reconhecimento a essa grande figura, a esse parlamentar de elevada dignidade que é o líder Luiz Henrique. Não houve para ele realmente uma derrota, na acepção mais brusca do termo; ocorreu uma opção que a bancada do PMDB teve de tomar. Mas está íntegra e intocada a autoridade do Líder Luiz Henrique. O fato de ter acolhido o apelo de mais de duzentos parlamentares do PMDB, deputados, para que permanecesse no cargo, revela toda a sua superioridade e, principalmente, o afeto e o respeito que tem para com a Câmara dos Deputados e para com a sua bancada. Nossas congratulações por esse procedimento altivo e digno. Permanecendo como Líder na Câmara, possibilitará que não haja solução de continuidade dos nossos trabalhos naquela Casa. E por isso esta Liderança também o saudá e homenageia.

O Sr. Constituinte José Lourenço, O Líder PFL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado

O SR. JOSÉ LOURENÇO – (PFL – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. E Srs. Constituintes, inicialmente, minhas palavras são de saudação. Quero congratular-me com o novo Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, Senador Mário Covas, a quem meu partido apresenta os melhores votos de sucesso, no sentido de que possamos fazer um trabalho constante e permanente em prol dos valores maiores da Nação. Através do entendimento, esperamos chegar à prática política, que deve ser o instrumento maior de ação nesta Casa, bem assim almejamos construir o instrumental necessário, para que os partidos que compõem esta Casa possam concluir uma Constituição que se identifique com os anseios da maioria da Nação.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero cumprimentar o caro colega e ilustre Líder do PMDB, Deputado Luiz Henrique, pela sua decisão consciente e responsável de, continuar à frente da bancada do seu partido. Assim o fazemos porque, no contexto da Aliança Democrática, nossa convivência tem sido das melhores. Entendemos ser indispensável a contribuição do Líder Luiz Henrique para a boa continuidade dos trabalhos do Poder Legislativo.

Sr. Presidente, quero ainda aproveitar esta oportunidade que V. Ex.^a me concede para anunciar à Nação, através da Assembléia Nacional Constituinte, que o Sr. Presidente da República acaba

de assinar decreto que altera o prazo-limite para apresentação da declaração de Imposto de Renda de 31 de março para 15 de abril, prorrogando-o, portanto, em 15 dias. Atendendo a solicitação efetuada a S. Ex.^a por uma comissão do Partido da Frente Liberal, o Sr. Presidente da República altera também o prazo de pagamento do Imposto de Renda devido de seis para oito mensalidades, sem agravamento da correção monetária.

Vemos a sensibilidade do Sr. Presidente da República para com um problema que constituía preocupação de toda a Nação. Concedeu ainda S. Ex.^a aumento de 100% no valor dos abatimentos referentes a dependentes e a desconto padrão. A tal decisão do Sr. Presidente da República, que conta com o respaldo da Constituinte e de todos quantos têm assento nesta Casa, acrescenta-se a aplicação da correção monetária, atualizando a tabela do Imposto de Renda na fonte, a partir de 1º de março, no valor de 45%, que, se acrescido aos 12% já consagrados, perfará, nos três primeiros meses, um total de 62%.

Ao registrar esse fato, queremos agradecer ao Ministro Dilson Punaro e ao Sr. Presidente da República a maneira solícita como atenderam a reivindicação do Partido da Frente Liberal e de todos os Constituintes da República.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Gerson Peres. (Pausa.)

O SR GERSON PERES PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte redação final; sem prejuízo das emendas.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2-C, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte representa momento decisivo da vigorosa luta do povo brasileiro pelo término do regime autoritário. A memorável campanha em prol das eleições diretas – “diretas-já – e, mais tarde, as eleições dos Presidentes Tancredo Neves e José Sarney tomaram viável essa transição democrática.

A Emenda nº 26, de 27 de novembro de 1985, à Constituição em vigor representou um novo passo no caminho da democratização. Por ela o povo, detentor originário da soberania nos regimes democráticos, delegou aos Constituintes – Deputados e Senadores – poderes para elaborar, livre e soberanamente, a nova Constituição, que assegurará ao Brasil o autêntico Estado democrático de direito.

Nesta fase de transição institucional, os Constituintes – delegados do povo – têm o poder de sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia, no cumprimento da missão histórica que lhes foi conferida.

A urgência para que se complete a transição política com a promulgação da futura Constituição leva os Constituintes a darem prioridade à elaboração da nova Carta, que sepultará definitivamente a legislação antidemocrática do regime autoritário.

TÍTULO I

Da Assembléia Nacional Constituinte

CAPÍTULO ÚNICO

Da Sede e da Composição

Art. 1º A Assembléia Nacional Constituinte realizará os seus trabalhos, salvo motivo de força maior, na Sede do Congresso Nacional, em Brasília.

§ 1º Compõem a Assembléia Nacional Constituinte os membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no exercício do mandato.

§ 2º Os Constituintes são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício de suas funções, em qualquer tempo ou lugar, não podendo ser processados criminalmente, nem presos sem licença da Assembléia Nacional Constituinte, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável.

§ 3º A prisão em flagrante por crime inafiançável deverá ser comunicada dentro de 6 (seis) horas ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, com a remessa dos autos e depoimentos tomados, para que ela resolva sobre a sua legitimidade e conveniência e autorize ou não a formação de culpa.

§ 4º Não poderá o Constituinte, desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte até a promulgação da Constituição, patrocinar interesses de caráter não social de grupos ou pessoas, ou interesses de empresas organizadas para exercer atividades econômicas.

TÍTULO II

Da Direção dos Trabalhos

CAPÍTULO I

Da Mesa

Art. 2º A Mesa da Assembléia Nacional Constituinte é composta do Presidente, do 1º e 2º Vice-Presidentes e do 1º, 2º, e 3º Secretários. Haverá, ainda, três Suplentes de Secretário.

§ 1º O Presidente convocará sessão, a realizar-se após a promulgação desta Resolução, destinada à eleição dos demais membros da Mesa.

§ 2º A eleição dos membros da Mesa, salvo a do Presidente, far-se-á por escrutínio secreto, com as seguintes exigências e formalidades:

I – presença da maioria absoluta dos Constituintes;

II – chamada dos Constituintes;

III – cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do candidato e o cargo para o qual é indicado, embora seja um só o ato de votação para todos os cargos;

IV – colocação, em cabines indevassáveis, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

V – colocação das sobrecartas em urnas, à vista do Plenário, destinadas à eleição;

VI – retirada das sobrecartas das urnas pelo Secreto designado pelo Presidente, contagem e verificação da coincidência do seu número com o dos votantes, comunicação ao Plenário, abertura e separação das cédulas pelos cargos a preencher;

VII – Proclamação dos votos, em voz alta, por um Secretário, e sua anotação por dois outros, à medida que apurados;

VIII – invalidação da cédula que não atenda ao disposto na alínea e deste parágrafo;

IX – redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

X – maioria absoluta dos votos dos membros da Assembléia para eleição em primeiro escrutínio, salvo para a dos Suplentes dos Secretários;

XI – realização de segundo escrutínio, com os dois mais votados para cada cargo, quando, no primeiro, não se alcançar maioria absoluta;

XII – maioria simples, em segundo escrutínio,

XIII – eleição do mais idoso, em caso de empate;

XIV – proclamação, pelo Presidente dos eleitos.

§ 3º Os membros da Mesa, nos impedimentos e ausências, serão substituídos, sucessivamente, atendida a ordem hierárquica e numérica dos cargos

§ 4º Na ausência dos Secretários ou de seus Suplentes, o Presidente, em exercício, convidará qualquer Constituinte para desempenhar, no momento, as funções de Secretário.

§ 5º Os membros efetivos da Mesa não poderão participar de qualquer Comissão ou Subcomissão.

§ 6º Verificando-se a vaga de qualquer cargo na Mesa, far-se-á, imediatamente, a eleição para o seu preenchimento, nos termos estabelecidos no § deste artigo.

Art. 3º A Mesa da Assembléia, entre outras atribuições previstas neste Regimento, compete:

I – tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos;

II – dirigir os serviços da Assembléia Constituinte, durante as sessões,

III – manter a ordem interna dos serviços da Assembléia Constituinte;

IV – requisitar, às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quaisquer servidores, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens inerentes ao cargo, bem como documentos, serviços e dependências de ambas as Casas do Congresso Nacional que julgue necessários ao pleno funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte;

V – designar o Secretário-Geral da Mesa;

VI – solicitar da Presidência da República providências para a abertura de crédito especial destinado a atender despesas com o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte;

VII – ordenar e autorizar despesas necessárias ao pleno funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, em coordenação com as Mesas e orçamentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;

VIII – emitir parecer sobre os projetos de resolução e indicações.

Art. 4º A manutenção da ordem nas atividades da Assembléia Nacional Constituinte compete privativamente à sua Mesa, através dos servidores por ela requisitados.

CAPÍTULO II

Do Presidente

Art. 5º São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

I – presidir as sessões;

II – abrir, suspender, prorrogar e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – convocar sessões extraordinárias e determinar-lhes dia e hora;

IV – conceder ou negar a palavra aos Constituintes e interromper o orador na conformidade deste Regimento;

V – avisar, com antecedência, o término do discurso, quando o tempo regimental do orador estiver prestes a findar, ou quando tiver sido esgotado o período da sessão a ele destinado.

VI – advertir o orador quando este usar de expressões descorteses ou insultuosas, cassando-lhe e a palavra em caso de reincidência;

VII – submeter à discussão e à votação as matérias da Ordem do Dia e estabelecer o ponto em que esses procedimentos devam incidir, podendo dividir as proposições para fins de votação;

VIII – resolver questão de ordem;

IX – mandar cancelar, na publicação dos trabalhos da Assembléia, expressões vedadas por este Regimento;

X – resolver sobre a votação por partes;

XI – organizar e designar a Ordem do Dia com a colaboração das Lideranças;

XII – promulgar as resoluções da Assembléia;

XIII – assinar a correspondência endereçada às altas autoridades nacionais ou estrangeiras;

XIV – designar os membros das Comissões

XV – anunciar e determinar o registro das alterações na composição da Assembléia Nacional Constituinte, no caso de vaga ou licença;

XVI – resolver, nos termos do disposto no art. 83, qualquer caso não previsto neste Regimento;

XVII – desempatar as votações, salvo nos escrutínios secretos;

XVIII – Zelar pelo prestígio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas.

Parágrafo único. Na ocorrência de fato relevante que exija atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, “ad referendum” desta.

An 6º O Presidente deixará a cadeira presidencial sempre que quiser participar ativamente dos trabalhos da sessão, e só a reassumirá após a conclusão do debate da matéria a que se propôs discutir.

Parágrafo único. Na ausência dos membros da Mesa, inclusive Suplentes, assumirá a Presidência da Assembléia o mais idoso de seus membros, dentre os presentes.

CAPÍTULO III

Dos Vice-Presidentes

Art. 7º Ao 1º Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

§ 1º O 2º Vice-Presidente substituirá o 1º Vice-Presidente ou o Presidente, na ausência ou impedimento de ambos.

§ 2º Ao 2º Vice-Presidente compete exercer as funções de Corregedor da ordem interna, na supervisão da segurança e no controle do acesso às galerias.

CAPÍTULO IV

Dos Secretários

Art. 8º São atribuições do 1º Secretária:

I – fazer a chamada nos casos previstos neste Regimento;

II – dar conhecimento à Assembléia Nacional Constituinte, em resumo, dos ofícios recebidos bem como de qualquer outro documento que lhe deva ser comunicado em sessão;

III – despachar a matéria do expediente;

IV – receber e redigir a correspondência oficial da Assembléia Nacional Constituinte;

V – receber as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia Nacional Constituinte;

VI – promover a guarda das proposições;

VII – crontar o número de Constituintes, em verificação de votação;

VIII – dirigir e inspecionar os trabalhos administrativos e fiscalizar as suas despesas;

IX – tomar nota das discussões e votações, autenticando os respectivos documentos com a sua assinatura.

Art 9º Ao 2º Secretário compete

I – lavrar as Atas e proceder à sua leitura;

II – auxiliar o 1º Secretário a redigir a correspondência oficial nos termos deste Regimento. Art 10. Compete aos 3º Secretário auxiliar o 1º e 2º Secretários nas suas atividades.

Art. 11 Os Secretários substituir-se-ão conforme a numeração ordinal e, nesta ordem, substituirão o Presidente na ausência dos Vice-Presidentes.

TÍTULO III

Dos Líderes

Art. 12. As representações partidárias terão Líderes e Vice-Líderes.

§ 1º A indicação dos líderes será feita em documento encaminhado à Presidência, pelas bancadas dos partidos políticos com assento na Assembléia Nacional Constituinte.

§ 2º Os Vice-Líderes serão indicados pelos respectivos Líderes, na proporção de 1 (um) para 8 (oito) membros da bancada, ou fração.

§ 3º A qualquer tempo é lícito à bancada partidária substituir o Líder, mediante comunicação escrita à Mesa, assinada pela maioria absoluta de sua composição.

§ 4º Em caráter preferencial e independentemente de inscrição, poderá o Líder discutir matéria da Ordem do Dia e encaminhar votação, obedecidos os presos e condições estabelecidos neste Regimento.

§ 5º Além de outras atribuições previstas neste Regimento, compete aos Líderes indicar os representantes de seu partido nas Comissões.

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO I

Das Comissões Constitucionais

SEÇÃO I

Normas Gerais

Art 13. As Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá sua composição complementada com os Presidentes e Relatores das demais Comissões, e os Relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia.

§ 2º Os membros de cada Comissão serão indicados pelas Lideranças partidárias, obedecido, em cada uma delas, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária que se aplica, ainda ao conjunto de cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relatores.

§ 3º Salvo o disposto no § 1º deste artigo quanto aos Presidentes e Relatores, cada Constituinte somente poderá integrar duas Comissões, uma com o titular e outra como Suplente, devendo as bancadas de pequena representação optar pela Comissão ou Comissões que preferirem.

§ 4º Dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da eleição da Mesa, os Líderes dos parti-

dos indicarão à mesma, por escuto, os integrantes de suas bancadas que irão compor as Comissões.

§ 5º Na sessão ordinária seguinte, o Presidente da Assembléia declarará constituídas as Comissões e lerá os nomes dos que as compõem.

§ 6º Cada Comissão, exceto a de Sistematização, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dividir-se-á nas Subcomissões relacionadas no art. 15 deste Regimento, assegurada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

§ 7º Ao Presidente e ao Relator de cada Comissão fica vedado integrar as respectivas Subcomissões.

§ 8º Cada Comissão ou Subcomissão, uma vez constituída, reunir-se-á, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de eleger um Presidente e dois Vice-Presidentes, cabendo ao Presidente designação do Relator.

§ 9, A eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes e a designação do Relator da Comissão de Sistematização somente se processarão após integralizada sua composição.

§ 10. As Comissões e Subcomissões desenvolverão ordinariamente seus trabalhos na parte da manhã, podendo, por deliberação do seu Plenário, fazê-lo em caráter extraordinário em outros horários, inclusive nos feriados, sábados e domingos, salvo nos períodos destinados às sessões plenárias da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 11. As Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores e aos tribunais, bem como às entidades representativas de segmentos da sociedade fica facultada a apresentação de sugestões contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da Assembléia às respectivas Comissões.

Art. 14. As Subcomissões destinarão de 5 (cinco) a 8 (oito) reuniões para audiência de entidades representativas de segmentos da sociedade, devendo, ainda, durante o prazo destinado aos seus trabalhos, receber as sugestões encaminhadas à Mesa ou à Comissão.

§ 1º Fica facultado ao Constituinte assistir às reuniões de todas as Comissões e Subcomissões, discutir o assunto em debate pelo prazo por elas estabelecido, sendo-lhe vedado o direito de voto, salvo na Comissão ou Subcomissão da qual for membro.

§ 2º Até 30 (trinta) dias a partir da promulgação desta Resolução, os Constituintes poderão oferecer sugestões para elaboração do Projeto de Constituição, as quais serão encaminhadas pela Mesa às Comissões pertinentes.

§ 3º As Comissões, a partir de sua constituição, terão prazo de 65 (sessenta e cinco) dias para concluir seu trabalho, findos os quais o encaminharão à Comissão de Sistematização, que, por sua vez, deverá, dentro de 30 (trinta) dias, apresentar à Mesa o projeto de Constituição.

§ 4º Na hipótese de alguma Comissão não apresentar seu trabalho no prazo estipulado no parágrafo anterior, caberá ao Relator da Comissão de Sistematização a elaboração do mesmo; obedecido o prazo estabelecido no **caput** do art. 19.

Art. 15. As Comissões e Subcomissões são as seguintes:

I – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais;

b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias;

c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais;

II – Comissão da Organização do Estado;

a) Subcomissão da União;

Distrito Federal e Territórios;

b) Subcomissão dos Estados;

c) Subcomissão dos Municípios e Regiões;

III – Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:

a) Subcomissão do Poder Legislativo;

b) Subcomissão do Poder Executivo;

c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público;

IV – Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições:

a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos;

b) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança;

c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas;

V – Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

a) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas;

b) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira;

c) Subcomissão do Sistema Financeiro;

VI – Comissão da Ordem Econômica:

a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do subsolo e da Atividade Econômica;

b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte;

c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;

VII – Comissão da Ordem Social:

a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos;

b) Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente;

c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias;

VIII – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação:

a) Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes;

b) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação;

c) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso;

IX – Comissão de Sistematização.

Parágrafo único. As Comissões e Subcomissões, além das atribuições previstas neste Regimento, elaborarão as Normas Gerais e as Disposições Transitórias e Finais, relativas à temática de suas competências, cabendo à Comissão de Sistematização, além de compatibilizá-las, a elaboração do Preâmbulo.

Art. 16. Os Ministros de Estado poderão comparecer perante as Comissões, quando devidamente convidados para prestarem informações acerca de assunto relacionado com a elaboração do Projeto de Constituição.

SEÇÃO II

Da Elaboração do Projeto de Constituição

Art. 17. O Relator, na Subcomissão, com ou sem discussão preliminar, elaborará seu trabalho com base nos subsídios encaminhados, nos termos do estabelecido neste Regimento, devendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar relatório fundamentado com anteprojeto da matéria.

§ 1º O anteprojeto será distribuído, em avulsos, aos demais membros da Subcomissão para, no prazo dos 5 (cinco) dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas.

§ 2º Encerrada a discussão, o Relator terá 72 (setenta e duas) horas para emitir parecer sobre

as emendas, sendo estas e o anteprojeto submetidos à votação.

§ 3º As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, entretanto, ser reapresentadas nas demais fases da elaboração da Constituição.

§ 4º A Subcomissão, a partir de sua constituição, terá um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para encaminhar à respectiva Comissão o anteprojeto por ela elaborado e, não o fazendo, caberá ao Relator da Comissão redigi-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 18. Na Comissão, os anteprojetos serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros para, no prazo dos 5 (cinco) dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas.

§ 1º Encerrada a discussão, o Relator terá 5 (cinco) dias para emitir parecer sobre os anteprojetos e as emendas, devendo concluído com a apresentação de substitutivo, que será distribuído em avulsos, sendo, em seguida submetida a matéria à votação.

§ 2º As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, no entanto, ser reapresentadas na fase oportuna.

§ 3º A matéria aprovada pela Comissão será encaminhada à Comissão de Sistematização dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua aprovação, observado o prazo estabelecido no § 3º do art. 14 deste Regimento.

Art. 19. Na Comissão de Sistematização os anteprojetos recebidos das Comissões serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros, devendo o Relator, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar relatório fundamentado concluindo por anteprojeto.

§ 1º Na elaboração do anteprojeto, a Comissão de Sistematização compatibilizará as matérias aprovadas nas Comissões.

§ 2º Ao anteprojeto poderão ser apresentadas emendas nos 5 (cinco) dias que se seguirem à distribuição dos avulsos, o que serão destinados à sua discussão, circunscritas, essas emendas, à adequação do trabalho apresentado com os anteprojetos oriundos das Comissões.

Art. 20. Encerrada a discussão, o Relator terá 5 (cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo por Projeto de Constituição que, uma vez aprovado, será encaminhado à Mesa para deliberação.

Art. 21. Cada Comissão fará a distribuição do seu trabalho e marcará prazo para a duração dos debates.

§ 1º Aplica-se às emendas apresentadas nas Comissões e Subcomissões o disposto no § 2º do art. 23 deste Regimento.

§ 2º As deliberações nas Comissões exigirão maioria absoluta de votos e, nas Subcomissões, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus membros.

§ 3º O Presidente votará em todas as deliberações, tendo, ainda, voto de desempate.

§ 4º O voto será "pela aprovação", "com restrições" ou "vencido" quando for pela rejeição.

§ 5º Cada membro da Comissão poderá apresentar, no momento da votação, ou na reunião do dia subsequente, a justificação escrita de seu voto.

CAPÍTULO 11

Do Projeto de Constituição

Art. 22. Ao receber o Projeto de Constituição, o Presidente da Assembléia ordenará a sua leitura e publicação no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, para serem distribuídos às autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais organizações da sociedade civil.

Art. 23. O Prazo será colocado na Ordem do Dia da sessão seguinte, para discussão, em primeiro turno, nela permanecendo por prazo de até 40 (quarenta) dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

§ 1º Nos 30 (trinta) primeiros dias, serão recebidas emendas dos Constituintes, as quais deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, podendo ser fundamentadas da tribuna, durante o prazo que os seus autores tiverem para discutir o Projeto, ou enviadas à Mesa, com justificativa escrita.

§ 2º Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros.

Art. 24. Fica assegurada, no prazo estabelecido no § 1º, do artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I – a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II – a proposta será protocolizada perante a Comissão de Sistematização, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas neste artigo para sua apresentação;

III – a Comissão se manifestará sobre o recebimento da proposta, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da sua apresentação, cabendo, da decisão denegatória, recurso ao Plenário, se interposto por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, no prazo de 3 (três) sessões, contado da comunicação da decisão à Assembléia;

IV – a proposta apresentada na forma deste artigo terá a mesma tramitação das demais emendas, integrando sua numeração geral, ressalvado o disposto no inciso V deste artigo.

V – se a proposta receber, unanimemente, parecer contrário da Comissão, será considerada prejudicada e irá ao Arquivo, salvo se for subscrita por um Constituinte, caso em que irá a Plenário no rol das emendas de parecer contrário;

VI – na Comissão, poderá usar da palavra para discutir a proposta, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, um de seus signatários, para esse fim indicado quando da apresentação da proposta;

VII – cada proposta, apresentada nos termos deste artigo, deverá circunscrever-se a um único assunto, independentemente do número de artigos que contenha;

VIII – cada eleitor poderá subscrever, no máximo, 3 (três) propostas.

Art. 25. Na discussão do Projeto, em primeiro turno, o Constituinte poderá falar, uma só vez, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, e os Relatores por 30 (trinta) minutos.

§ 1º Se, antes de findos os 30 (trinta) minutos referidos no § 1º do art. 23, não mais houver quem deseje usar da palavra, poderão, os que já houverem ocupado a tribuna, falar pela segunda vez, durante 30 (trinta) minutos.

§ 1º Encerrada a discussão, o Projeto e as emendas serão enviados à Comissão de Sistematização que terá 25 (vinte e cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas.

Art. 26. Findo o prazo estabelecido no § 2º do artigo anterior, o Projeto de Constituição, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia,

devido o Relator, quando for o caso, proferir parecer oral em Plenário.

§ 1º Havendo parecer, e uma vez encaminhando à Mesa, este será publicado no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo o Projeto incluído em Ordem do Dia, obedecido o interstício de 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos, para sua votação em primeiro turno.

§ 2º Concluindo o Parecer pela apresentação de substitutivo, os Constituintes terão, a contar de sua publicação, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar emendas, permitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao Projeto e às emendas anteriores.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o Projeto retornará à Comissão de Sistematização para emitir novo parecer, em prazo a ser fixado pela Mesa

Art. 27. A votação será feita por Títulos ou Capítulos, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos.

§ 1º O encaminhamento da votação de cada Título ou Capítulo e das respectivas emendas será feito em conjunto, podendo usar da palavra, uma só vez, por 5 (cinco) minutos, 4 (quatro) Constituintes devidamente inscritos.

§ 2º Poderão, ainda, encaminhar a votação os Líderes partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 20 (vinte) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada bancada, na forma do disposto no inciso II do § 29 do art. 34 deste Regimento.

§ 3º Votado o Título ou Capítulo, votar-se-ão, em seguida, os destaques dele concedidos. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º As emendas com subemendas da Comissão serão votadas em globo, salvo deliberação em contrário, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou Líderes que representem este número, sendo as subemendas substitutivas ou supressivas votadas antes das respectivas emendas.

§ 5º No encaminhamento da votação de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minutos, 2 (dois) Constituintes a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 2 (dois) contra.

Art. 28. Concluída a votação do Projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, afim de ser elaborada a redação do vencido, para o segundo turno, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 29. Recebido o parecer da Comissão, este será publicado no Diário da **Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos, sendo a matéria, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, incluída em Ordem do Dia; para discussão em segundo turno, nela podendo permanecer até 15 (quinze) dias, vedada a apresentação de novas emendas, salvo as supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação para correção de linguagem.

§ 1º Na discussão, em segundo turno, a palavra será concedida uma só vez aos oradores inscritos, pelo prazo de 10 (dez) minutos, assegurado o uso da palavra aos Relatores por 15 (quinze) minutos.

§ 2º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que sobre elas emitirá parecer no prazo de até 10 (dez) dias.

§ 3º Recebido o parecer da Comissão, lido em sessão, publicado no **Diário da Assembléia**

Nacional Constituinte, e em avulsos, será o Projeto incluído em Ordem do Dia, para votação em segundo turno.

§ 4º A votação do Projeto far-se-á em globo, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos, procedendo-se ao encaminhamento na forma do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 27 deste Regimento.

Art. 30. Corriduída a votação, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que, no prazo de até 5 (cinco) dias, oferecerá a redação final.

§ 1º Apresentada à Mesa, a redação final será publicada e distribuída em avulsos e, após o interstício de 24 (vinte e quatro), e em uma única sessão, quando poderão usar da palavra, uma única vez, por 5 (cinco) minutos, um representante do, vedado o encaminhamento de votação.

§ 2º Será dispensada a redação final, se o texto do Projeto for aprovado em segundo turno sem destaques ou emendas.

§ 3º Havendo emenda de redação, oferecida ao iniciar-se a discussão da redação final, a matéria, uma vez encerrada a sua discussão, voltará a Comissão de Sistematização, que sobre ela emitirá parecer, dentro do prazo de 2 (duas) sessões. Se o parecer for favorável, deverá a Comissão nele oferecer, como conclusão, um novo texto devidamente corrigido.

§ 4º Após a publicação do parecer da Comissão, no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, e sua distribuição em avulsos, a redação final será induída em Ordem do Dia, para votação em turno único, que se fará sem encaminhamento, pelo processo simbólico e maioria simples de votos.

Art. 31. Concluída a votação, o Presidente convocará sessão especial, de caráter solene, destinada à promulgação da Constituição, cujo texto será assinado pelos membros da Mesa, pelos Relatores e pelos Constituintes, sem acréscimo de quaisquer expressões aos seus nomes parlamentares.

Parágrafo único. Promulgada a Constituição, o Presidente declarará dissolvida a Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 32. Da Constituição serão feitos 5 (cinco) autógrafos, que se destinarão à Presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal e ao Arquivo Nacional.

Parágrafo único. Cópia da Constituição promulgada será remetida, pelo 1º Secretário, ao Diário da Assembléia Nacional Constituinte, ao Diário do Congresso Nacional (seções I e II) e ao Diário Oficial da União, para a devida publicação.

Art. 33. As deliberações sobre matéria constitucional serão, sempre, tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

CAPITULO III

Da Ordem dos Trabalhos

SEÇÃO I

Das Sessões em Geral

Art. 34. As sessões da Assembléia Nacional Constituinte serão ordinárias e extraordinárias.

§ 1º As sessões ordinárias realizar-se-ão em todos os dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às quatorze horas e trinta minutos e terminando às dezoito horas e trinta

minutos, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das nove horas e trinta minutos às treze horas e trinta minutos. Os demais dias e horários estarão destinados aos trabalhos das Comissões e Subcomissões.

§ 2º O tempo de duração das sessões ordinárias será assim distribuído:

I – a primeira hora destinar-se-á:

- a) à leitura da Ata da sessão anterior,
- b) à leitura do expediente;
- c) aos oradores do pequeno expediente,

concedendo-se-lhes a palavra, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, na ordem de inscrição feita, de próprio punho, em livro especial, assegurada a preferência aos que não hajam falado nas 4 (quatro) sessões anteriores. A inscrição é intransferível.

II – a partir da primeira hora, o tempo da sessão será destinado a comunicações das lideranças e assim distribuído:

- a) ao partido com mais de 200 (duzentos) membros 20 (vinte) minutos;
- b) ao partido com mais de 100 (cem) e menos de 200 (duzentos) membros – 10 (dez) minutos;
- c) ao partido com mais de 15 (quinze) e menos de 100 (cem) membros – 5 (cinco) minutos;
- d) ao partido com até 15 (quinze) membros – 3 (três) minutos.

III – o tempo que restar da sessão será destinado a pronunciamentos sobre matéria constitucional, concedendo-se a palavra, por 20 (vinte) minutos, aos Constituintes escolhidos por sorteio dentre os inscritos.

§ 3º As comunicações de lideranças poderão ser feitas por Líderes, Vice-Líderes ou Constituintes indicados pelos respectivos Líderes.

§ 4º As sessões extraordinárias serão realizadas em dia ou hora diversas dos prefixados para as ordinárias e serão convocadas, de ofício, pelo Presidente, que declarará a sua finalidade, ou por deliberação da Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes ou de Líderes que representem esse número.

§ 5º As sessões extraordinárias terão a duração de 4 (quatro) horas.

§ 6º A convocação da sessão extraordinária será comunicada aos Constituintes em sessão ou através de publicação no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e, quando de caráter urgente, assim considerado pelo Presidente, mediante qualquer outro processo de comunicação, inclusive o sistema de divulgação interna das Casas do Congresso Nacional.

§ 7º No caso de convocação de sessão extraordinária, poderá o Presidente alterar a hora de início da sessão ordinária, comunicando o fato ao Plenário.

§ 8º Havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados os períodos reservados à leitura da Ata e do expediente, os destinados a breves comunicações e às comunicações de liderança, reduzidos pela metade.

§ 9º A sessão poderá ser prorrogada, de ofício, pelo Presidente, ou por deliberação da Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes ou de Líderes que representem esse número, não podendo o requerimento ser discutido ou ter encaminhamento de votação.

Art. 35. A sessão ordinária não se realizará:

- I – por falta de **quorum**;
- II – por deliberação do Plenário;
- III – por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência.

SEÇÃO II Das Sessões Públicas

Art. 36. A hora do início da sessão, os membros da Mesa e os Constituintes ocuparão os seus lugares.

§ 1º Para efeito da declaração do número necessário à abertura da sessão, serão consideradas as listas de presença adotadas nas portarias do edifício, elaboradas em ordem alfabética.

§ 2º Achando-se em Plenário pelo menos 56 (cinquenta e seis) Constituintes, o Presidente comunicará o número dos presentes e declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos".

§ 3º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação de **quorum**. Decorrido esse prazo e persistindo a falta de número, o Presidente declarará que a sessão não se poderá realizar, despachando o 1º Secretário o expediente, independentemente de leitura, e dando-lhe publicidade no Diário da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 4º Em qualquer fase da sessão, verificada a inexistência do **quorum** estabelecido no § 2º deste artigo, o Presidente encerrará a sessão, de ofício ou por iniciativa de qualquer Constituinte.

§ 5º No cálculo do tempo da sessão, descontar-se-á o prazo estabelecido no § 3º deste artigo.

Art. 37. Aberta a sessão, o 2º Secretário fará a leitura da Ata da sessão anterior, que será considerada aprovada, independentemente de discussão ou votação.

Parágrafo único. O Constituinte só poderá falar sobre ata para retificá-la, em ponto que designará no início de seu pronunciamento, uma só vez, por tempo não excedente a 5 (cinco) minutos. Ser-lhe-á, porém, facultado enviar à Mesa qualquer retificação ou declaração por escrito.

Art. 38. Em seguida o 1º Secretário fará a leitura do expediente e das proposições, dando-lhes o devido destino.

Parágrafo único. O tempo que restar da sessão será utilizado na forma do disposto no § 2º do art. 34 deste Regimento.

Art. 39. As votações só serão iniciadas com a presença de, no mínimo, 280 (duzentos e oitenta) Constituintes.

§ 1º Não havendo número para votação, o Presidente anunciará a matéria em discussão.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, não havendo matéria a discutir, o Presidente poderá suspender a sessão pelo tempo necessário à complementação do **quorum** ou conceder a palavra a quem quiser dela fazer uso.

§ 3º Logo que houver número para deliberar, o Presidente convidará o Constituinte que estiver na tribuna a encerrar o discurso para se proceder à votação.

§ 4º Se o término do tempo da sessão ocorrer quando iniciada uma votação, será esta ultimada independentemente de pedido de prorrogação.

§ 5º Tratando-se de proposição votada por partes, a cotação a ultimar será apenas a da parte já anunciada e dos incidentes e acessórios a ela referentes.

§ 6º A falta de número para votação não prejudicará a discussão da matéria da Ordem do Dia.

Art. 40. Será permitido, a qualquer pessoa, assistir às sessões, das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, vedada manifestação de aplauso ou de reprovação ao que se passar no recinto ou fora dele.

§ 1º Na entrada das galerias será afixada cópia deste artigo para pleno conhecimento de todas as pessoas que a elas tiverem acesso.

§ 2º Haverá lugares reservados nas galerias, especialmente para membros do Corpo Diplomático, altas autoridades, funcionários e representantes da Imprensa.

§ 2º Aos partidos, na proporção do número de seus membros, serão destinados convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias.

Art. 41. Os integrantes das bancadas partidárias tomarão assento no Plenário de acordo com o entendimento das lideranças ou segundo os costumes parlamentares.

Art. 42. A sessão poderá ser suspensa por conveniência da ordem dos trabalhos.

Parágrafo único. O tempo de suspensão da sessão não se computará no prazo de sua duração.

Art. 43. Não será permitida no recinto nenhuma conversação ou manifestação em tom que dificulte ou impeça a audição perfeita das comunicações da Presidência, da leitura do expediente, da chamada, das deliberações e dos discursos que estiverem sendo proferidos.

§ 1º A Segurança, por determinação do Presidente, retirará das galerias os assistentes que, por qualquer forma, perturbarem a ordem dos trabalhos ou fará esvaziar as galerias.

§ 2º Em caso de perturbação da ordem, o Presidente poderá suspender ou encerrar a sessão.

Art. 44. A sessão poderá ser encerrada a qualquer momento, por proposta da Presidência, no caso de falecimento de membro em exercício da Assembléia ou de Chefe de um dos Poderes da República.

Art. 45. No recinto das sessões serão admitidos os membros da Assembléia, ex-parlamentares, funcionários em serviço no Plenário, bem como, em lugares previamente determinados, jornalistas devidamente credenciados pela Mesa, ouvidos os Comitês de Imprensa das duas casas do Congresso Nacional.

Art. 46. A Bíblia Sagrada deverá ficar sobre a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, à disposição de quem dela quiser fazer uso.

SEÇÃO III Das Atas e dos Anais

Art. 47. De cada sessão da Assembléia Nacional Constituinte lavrar-se-á Ata sucinta, que deverá conter, além da indicação de seu número, data e horário do seu início e término, o nome de quem a tenha presidido, o número de Constituintes presentes e ausentes e uma súmula do expediente lido e dos trabalhos desenvolvidos.

Parágrafo único. A Ata, lida em Plenário, será assinada pelo Presidente.

Art. 48. Será também elaborada, de cada sessão, Ata circunstanciada, contendo todos os pormenores dos trabalhos, que será publicada no Diário da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 1º Os discursos serão publicados na Ata da sessão em que tenham sido proferidos.

§ 2º Quando requisitado o discurso para revisão do orador, não for ele restituído a tempo de ser incluído na Ata da sessão respectiva, nela figurará, no lugar a ele correspondente, nota explicativa a respeito.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, se, ao fim de 5 (cinco) dias, o discurso não houver sido restituído, sua publicação far-se-á pela cópia arquivada nos serviços taquigráficos, com nota de que não foi revisto pelo orador.

§ 4º A Ata registrará, a cada momento, a substituição em relação à Presidência da sessão.

§ 5º As informações e os documentos não oficiais, lidos em resumo no expediente pelo 1º-Secretário, serão somente indicados na Ata, com a declaração do objeto a que se referirem, salvo se sua publicação integral for requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 6º As informações oficiais enviadas à Assembléia, a requerimento de qualquer Constituinte, serão lidas e publicadas na Ata e encaminhadas por cópia ao requerente.

§ 7º Constarão também da Ata os votos de regozijo ou pesar, desde que aprovados pela Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes.

§ 8º Será lícito a qualquer Constituinte enviar à Mesa, para publicação na Ata, as razões escritas do seu voto, bem como discursos redigidos em termos concisos e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

Art. 49. A Ata sucinta da última sessão, ordinária ou extraordinária, será redigida de modo a ser lida no Plenário antes de ser encenada a sessão.

Art. 50. Não havendo sessão, será lavrado termo de Ata, dela constando o expediente despachado.

Art. 51. Os trabalhos das sessões plenárias e das reuniões das Comissões e Subcomissões serão organizados, por ordem cronológica, em Anais.

CAPÍTULO IV Dos Debates

Art. 52. Os Constituintes falarão ao microfone das tribunas ou dos apartes.

Art. 53. A nenhum Constituinte será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a tenha concedido.

§ 1º Se um Constituinte pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou permanecer na tribuna depois de advertido, o Presidente o convidará a sentar-se.

§ 2º Se, apesar dessa advertência, o Constituinte insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado.

§ 3º Sempre que o Presidente der por terminado um discurso, cessarão os serviços de taquigrafia e de som.

Art. 54. Ocupando a tribuna, o orador dirigirá as suas palavras ao Presidente, ou à Assembléia, de modo geral.

§ 1º Referindo-se, em discurso, a membro da Assembléia, fará preceder o nome pelo tratamento de "Constituinte".

§ 2º Dirigindo-se a qualquer Constituinte, dar-lhe-á sempre o tratamento de "Excelência".

§ 3º Fica vedado ao orador usar de expressões descorteses ou insultuosas, vigorando a proibição para os documentos que se pretenda incorporar ao discurso.

§ 4º A inobservância do disposto no parágrafo anterior sujeitará o orador à advertência do Presidente e, no caso de reincidência, à cassação da palavra.

Art. 55. O Constituinte poderá fazer uso da palavra:

I – para retificar a Ata;

II – para breves comunicações ou para focalizar temas de interesse constitucional, na forma do disposto no § 2º do art. 34 deste Regimento;

III – pela ordem, para reclamação quanto à observância do Regimento, para esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos ou para levantar Questão de Ordem;

IV – para discutir proposição;

V – para encaminhar votação;

VI – para apartear;

VII – em explicação pessoal, para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer opinião que lhe for indevidamente atribuída a juízo do Presidente. pelo prazo de 3 (três) minutos.

Parágrafo único. Os Líderes poderão usar da palavra nos termos do disposto no Título III deste Regimento, ou no tempo destinado a comunicação de liderança, conforme o estabelecido no § 2º art. 34.

Art 56. O Constituinte, na discussão, não poderá:

I – desviar-se da questão em debate;

II – falar sobre o vencido;

III – usar de linguagem imprópria;

IV – ultrapassar o prazo que lhe compete;

V – deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 57. A inscrição de oradores para discussão da matéria em debate será feita em livro especial.

§ 1º Ao se inscrever para discussão, deverá o Constituinte declarar se falará a favor ou contra a matéria em debate para que o Presidente possa ordenar a chamada.

§ 2º A inscrição de oradores no Livro das Discussões poderá ser feita logo que a proposição a discutir e seja incluída em Ordem do Dia.

§ 3º Na hipótese de todos os Constituintes, inscritos para o debate de determinada proposição, serem a favor, ou contra, a palavra será dada, pela ordem de inscrição.

Art. 58. O aparte dependerá de permissão do orador.

§ 1º Não serão admitidos apartes

I – ao Presidente;

II – aos oradores do pequeno expediente;

IV – a uso da palavra pela ordem:

VI – a parecer oral;

V – paralelos a discurso;

VI – a encaminhamento de votação.

§ 2º Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo que lhes for aplicável, não podendo o tempo do aparteante ultrapassar 2 (dois) minutos.

CAPÍTULO V Das Proposições

Art. 59. Constituem proposições, além do Projeto de Constituição:

I – projetos de resolução;

II – requerimentos;

III – indicações;

IV – emendas;

V – projetos de decisão.

§ 1º Os projetos de resolução destinam-se a regular matéria de caráter administrativo, ou de natureza regimental, ou ainda relativa a consulta plebiscitária, nos termos do art. 61 deste Regimento.

§ 2º Indicação é a proposição através da qual o Constituinte pode sugerir que o assunto nela focalizado seja objeto de providência ou estudo pela Mesa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de projeto de resolução.

§ 3º Não serão aceitas, como indicação, as proposições que objetivem consulta sobre interpretação e aplicação da lei, sobre ato de qualquer Poder ou de seus órgãos, ou que apresentem sugestão ou conselho no sentido de motivar determinado ato, ou de efetuar-lo de determinada maneira.

§ 4º Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser supressiva, substitutiva, aditiva ou modificativa.

§ 5º Denomina-se subemenda a emenda apresentada por Comissão a outra emenda e que, por sua vez, pode ser substitutiva, aditiva ou modificativa.

§ 6º A emenda que substituir integralmente a proposição principal será denominada "substitutivo".

§ 7º Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes, e serão encaminhados à Comissão de Sistematização que, num prazo de 5 (cinco) dias, emitirá parecer prévio, sendo arquivado definitivamente o projeto que dela receber parecer contrário. Caso tenha parecer favorável, a decisão final será proferida pelo Plenário, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de discussão e votação.

Art. 60. Os projetos de resolução e as indicações serão apresentadas em sessão, por qualquer Constituinte, justificados, por escrito, lidos no expediente, numerados e publicados no **Diário da Assembléia Nacional Constituinte** e em avulsos.

§ 1º Nas 3 (três) sessões ordinárias que se seguirem à distribuição dos avulsos, poderão ser apresentadas emendas ao projeto de resolução, as quais, uma vez lidas, numeradas e publicadas, inclusive em avulsos, serão encaminhadas, juntamente com o projeto, a exame da Mesa.

§ 2º Publicado o parecer da Mesa e distribuído em avulsos, será a matéria incluída em Ordem do Dia, sendo submetida a um único turno de discussão e votação. Na discussão, os oradores poderão usar da palavra por 10 (dez) minutos, na ordem de inscrição, e, no encaminhamento de votação, apenas 2 (dois) Constituintes, por 2 (dois) minutos, devidamente inscritos, de preferência um a favor e outro contra a matéria.

§ 3º Votar-se-á primeiramente o projeto, com ressalva das emendas e dos destaques. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º A redação final do projeto será feita pela Mesa e, uma vez aprovada, irá à promulgação.

§ 5º O projeto de resolução que receber parecer contrário da Mesa será arquivado, salvo deliberação da Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, no sentido de sua tramitação.

Art. 61. Projeto de resolução que vise a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária poderá ser apresentado dentro de 10 (dez) dias, contados da publicação dos avulsos do Projeto de Constituição.

§ 1º Ao projeto poderão ser apresentadas emendas dentro de 5 (cinco) dias, contados a partir da distribuição de avulsos, após os quais o mesmo será despachado à Comissão de Sistematização, que emitirá o seu parecer, por maioria absoluta de votos, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º O parecer deverá ser publicado dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua aprovação pela Comissão, sendo a matéria imediatamente incluída em Ordem do Dia, em caráter prioritário.

Art. 62. Serão verbais, ou escritos, sendo resolvidos imediatamente pelo Presidente, os requerimentos que solicitem:

I – a palavra;

II – a retirada de requerimento;

III – a retirada de proposição com parecer contrário;

IV – informações oficiais.

§ 1º Serão escritos, não dependerão de apoio, não terão discussão nem encaminhamento, os requerimentos de:

I – discussão e votação de proposições, por partes;

II – encerramento de discussão;

III – votação por determinado processo; IV – preferência.

§ 2º Serão escritos, sujeitos a apoio e não serão discutidos os requerimentos que solicitem:

I – realização de sessão extraordinária;

II – urgência;

III – retirada de proposições sem parecer ou com parecer favorável;

IV – adiamento da discussão ou votação.

§ 3º Os requerimentos referidos nos parágrafos anteriores dependerão sempre de deliberação do Plenário.

§ 4º Os requerimentos que digam respeito a proposição constante da Ordem do Dia deverão ser apresentados na fase da sessão em que a matéria respectiva for anunciada.

§ 5º Em se tratando de pedido de informações oficiais, os requerimentos serão dirigidos a Mesa e, se indeferidos, poderão ser reapresentados em Plenário, com apoio, de 35 (trinta e cinco) Constituintes. Se deferido o requerimento, as informações serão solicitadas, pelo 1º Secretário, ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

§ 6º Feita a apresentação, a Mesa terá 10 (dez) dias para decidir sobre os requerimentos de informações que, se aprovados, aguardarão no máximo 20 (vinte) dias pela resposta, para a tomada de novas providências.

Art. 63. Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto ou de substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo.

§ 1º Os requerimentos de destaque, que deverão ser apoiados por, no mínimo, 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou por Líderes que representem este número, serão decididos pelo Presidente, cabendo, de seu indeferimento, recurso ao Plenário.

§ 2º A matéria destacada será submetida a votos, após a deliberação do projeto, do substitutivo ou do grupo de emendas a que ela pertencer.

Art. 64. Só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo:

I – pela maioria dos membros da Mesa ou de qualquer Comissão;

II – por 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou por Líderes que representem este número.

§ 1º Apresentado o requerimento de urgência, este será, imediatamente, colocado em votação.

§ 2º Se aprovado o requerimento, a matéria entrará imediatamente em discussão, ficando substabelecida a Ordem do Dia até a decisão final.

§ 3º Havendo duas matérias em regime de urgência em razão de requerimentos votados em Plenário, não se votará outra, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4º Poderá ser incluída na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que verse matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria

absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal.

CAPÍTULO VI

Dos Processos de Votação

Art. 65. As votações poderão ser realizadas pelos processos simbólico, nominal ou secreto.

Parágrafo único. As matérias constitucionais somente serão votadas pelo processo nominal.

Art. 66. No processo simbólico, o Presidente, ao anunciar a votação, convidará os presentes que votam a favor a se manifestarem, proclamando em seguida o resultado manifesto dos votos.

Art. 67. O processo nominal será feito pela chamada dos Constituintes, utilizando-se listagem especial de votação, elaborada em ordem alfabética.

§ 1º As charadas para as votações nominais começarão numa votação pelo início da lista e na outra pelo final, e assim alternadamente na mesma ou na sessão seguinte.

§ 2º À medida que se sucederem os votos, o resultado parcial da votação irá sendo anunciado, vedada a modificação do voto depois de colhido o de outro Constituinte.

§ 3º Os Constituintes que não estiverem presentes no Plenário, no momento em que se efetuar o processo nominal de votação, poderão registrar o seu voto após o encerramento da chamada e antes da declaração do resultado da votação, utilizando o microfone de apartes, com declaração do nome parlamentar e da Unidade da Federação pela qual foi eleito.

§ 4º Nenhum Constituinte poderá votar após a proclamação do resultado final da votação pelo Presidente.

§ 5º Constarão da Ata os nomes dos Constituintes votaram, discriminando-se os que votaram a favor, contra e os que se abstiveram.

Art. 68. Na cotação secreta, o Constituinte chamado receberá uma sobrecarta opaca, de cor e tamanho uniformes, e se dirigirá a uma cabine indevassável, colocada no recinto, na qual devem encontrar-se cédulas para a votação. Após colocar na sobrecarta a cédula escolhida, lançá-la-á na urna que se encontrará no recinto, sob a guarda de funcionários previamente designados.

§ 1º Conduzida a urna à Mesa, somente votarão os componentes desta.

§ 2º A apuração será feita pela Mesa, sendo o Presidente auxiliado por dois Constituintes que funcionarão como escrutinadores.

§ 3º Os escrutinadores abrirão as sobrecartas e contarão as cédulas aos votos apurados, sendo o resultado da votação anunciado pelo Presidente.

Art. 69. A votação pelo sistema eletrônico poderá substituir os procedimentos referidos nos arts. 67 e 68 deste Regimento, obedecidas disposições estabelecidas em Ato da Mesa.

CAPÍTULO VII

Da Verificação da Votação

Art. 70. Proclamado o resultado de votação simbólica, poderá ser pedida sua verificação em requerimento apoiado por, no mínimo, 35 (trinta e cinco) Constituintes.

§ 1º Na verificação, o Presidente convidará os Constituintes que votaram a favor a se manifestarem, de maneira que os votos possam ser contados, procedendo em seguida, da mesma forma com os que votaram contra.

§ 2º Os Secretários contarão os votantes e comunicarão ao Presidente o seu número.

§ 3º O Presidente, verificando se a maioria dos Constituintes presentes votou a favor ou con-

tra a matéria em deliberação, proclamará o resultado definitivo da votação.

§ 4º Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

§ 5º Far-se-á sempre a chamada nominal, quando a votação indicar que não há número.

CAPÍTULO VIII

Do Adiamento da Discussão ou da Votação

Art. 71. O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pela Assembléia, mediante requerimento de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou de Líderes que representem este número; por prazo previamente fixado, que não poderá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Quando, para a mesma proposição, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, ficando os demais prejudicados.

§ 2º Os requerimentos não serão discutidos nem terão encaminhado sua votação.

CAPÍTULO IX

Da Retirada de Proposição

Art. 72. O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulado por seu autor.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se autor de proposição de Comissão o respectivo Relator ou Presidente, desde que por ela autorizado.

Art. 73. Quando pedida a retirada de proposição com parecer contrário, o Presidente deferirá o requerimento, independentemente de votação.

Parágrafo único. Para a retirada de proposição sem parecer, ou que tenha parecer favorável, ou à qual se haja oferecido emenda, o requerimento dependerá da aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO X

Das Questões de Ordem

Art. 74. Constituirá questão de ordem, suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento.

§ 1º A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental que deu motivo à dúvida referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada no momento, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.

§ 2º Para contraditar questão de ordem, será permitido, a um só membro da Assembléia, falar por prazo não excedente ao fixado no caput deste artigo.

§ 3º Da decisão da Presidência em questão de ordem caberá, com apoio de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) Constituintes, recurso, sem efeito suspensivo, ao Plenário, ouvida a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

§ 4º Se o parecer da Comissão for contrário, estará mantida a decisão da Presidência, sendo o recurso arquivado.

§ 5º Nenhum Constituinte poderá renovar, na mesma sessão, questão de ordem nela decidida pela Presidência.

§ 6º A decisão do Plenário, mantendo ou negando decisão da Presidência em questão de ordem, terá, para todos os efeitos, força de norma regimental.

§ 7º Quando a Presidência, no decorrer de uma votação, verificar que a questão de ordem não se refere efetivamente aos trabalhos, poderá

cassar a palavra ao Constituinte que a estiver usando, prossequindo na votação.

TÍTULO V Disposições Gerais

CAPÍTULO I Da Divulgação dos Trabalhos

Art. 75. Fica criado, Junto à Mesa, o Serviço de Divulgação, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 1º O Serviço de Divulgação utilizará, para o cumprimento de suas finalidades, a estrutura e o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas – ADIRP – da Câmara dos Deputados.

§ 2º Cabe ao Serviço de Divulgação:

I – fornecer, diariamente, aos meios de comunicação social, material noticioso sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte;
II – editar resumo das atividades, propostas e debates, a ser distribuído, gratuitamente, a Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, Diretórios de Partidos Políticos, Universidades, Escolas, Sindicatos, Associações, Entidades da Sociedade Civil e a cidadãos que o solicitarem;

III – subsidiar com informações as entidades interessadas no acompanhamento e discussão dos trabalhos da Assembléia;

IV – organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento, de som e imagem, dos debates e decisões principais do Plenário e das Comissões, conforme instruções da Mesa, fornecendo, sem ônus para a Assembléia, cópias aos partidos políticos que o requeiram e destinando os originais ao arquivo da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 76. As emissoras de rádio e televisão cederão, diariamente, ao Serviço de Divulgação, para apresentação de programa informativo, contendo exposição de Constituintes e a síntese dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, dois horários, de 5 (cinco) minutos cada um, assim distribuídos:

I – nas emissoras de televisão, um entre doze e quatorze horas, e outro entre dezenove e vinte e duas horas;

II – nas emissoras de rádio, um entre sete e nove horas, e outro entre doze e quatorze horas. Parágrafo único. Caberá a Empresa Brasileira de Radiodifusão – RADIOBRÁS e a Empresa Brasileira de Notícias – EBN, com apoio do Serviço de Divulgação, produzir e gerar os programas estabelecidos neste artigo.

Art. 77. A Presidência da Assembléia poderá requisitar das concessionárias de rádio e televisão, horário de no máximo, 60 (sessenta) minutos, para a divulgação de fato relevante, de interesse da Assembléia Nacional Constituinte.

An. 78. As emissoras de televisão estatais e educativas cederão até 60 (sessenta) minutos de sua programação diária ao serviço de Divulgação para a realização de debates sobre temas constitucionais.

Art. 79. Até a promulgação da Constituição, o tempo destinado ao Poder Legislativo no programa "Voz do Brasil" será utilizado para divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte, com a denominação de "Voz da Constituinte".

Parágrafo único. As informações sobre as sessões do Congresso Nacional, do Senado Federal

e da Câmara dos Deputados serão divulgadas através da "Voz da Constituinte".

Art. 80. A Presidência poderá requisitar hora dos do projeto "Minerva" para complementar a divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

CAPÍTULO II Da Alteração do Regimento

Art. 81. O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte poderá ser alterado por projeto de resolução de iniciativa:

I – da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte;

II – de, no mínimo, 94 (noventa e quatro) Constituintes.

§ 1º No caso da alínea "a" deste artigo, publicado e distribuído o projeto, em avulsos, será convocada sessão, a realizar-se dentro de 5 (cinco) dias, destinada à sua discussão, em turno único.

§ 2º No caso da alínea "b" deste artigo, recebido o projeto, este será lido e publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, sendo encaminhado à Mesa a fim de receber parecer no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º Publicado o parecer e distribuído em avulsos, proceder-se-á na forma do § 1º deste artigo.

Art. 82. Encerrada a discussão, com a apresentação de emendas, o projeto voltará à Mesa que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sobre elas emitirá parecer.

§ 1º Publicado o parecer e distribuído em avulsos, o projeto será incluído em Ordem do Dia, para votação.

§ 2º Se aprovado, a Mesa oferecerá dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a redação final do projeto, que será submetida ao Plenário da Assembléia, sem discussão ou encaminhamento, sendo a resolução correspondente promulgada pelo seu Presidente.

Art. 83. Na resolução de casos omissos neste Regimento, a Presidência poderá valer-se, subsidiariamente, do estabelecido nos Regimentos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

CAPÍTULO III Disposições Finais

Art. 84. A partir de 1º de março de 1987, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional adaptarão seus regimentos internos para compatibilizar a realização de suas sessões, em caráter extraordinário e para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional ao funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 85. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 86. Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Nacional Constituinte, 18 de março de 1987. – Constituinte **Fernando Henrique Cardoso**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Senhores que a aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Vai à Promulgação.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Deputado

Ulysses Guimarães, o Regimento interno foi votado em dois momentos bem distintos. O primeiro foi a parte central e polêmica, que diz respeito à soberania da Constituinte, de como seria tratada no Regimento Interno. Outra parte foi a votação que aconteceu noite a dentro, com os encaminhamentos feitos pelos autores das emendas e com o parecer do Relator. Existia uma questão de fundo, que esteve presente em todas as negociações, em todos os acordos, em todas as discussões, sobre o papel da Comissão de Sistematização, no que diz respeito a elaborar matéria que contrarie ou quenão tenha sido discutida e deliberada nas Comissões. O § 2º do art. 26 trata desta questão. Recorri às notas taquigráficas para rever a opinião do Relator, que é muito importante, porque votamos de acordo com o seu parecer. Levanto aqui a interpretação, no que diz respeito ao § 2º do art. 26, de que não poderá haver substitutivo de matéria que não tenha sido preparada nas Comissões. O sentido do substitutivo, de acordo com notas taquigráficas – e a opinião do Relator está aqui – é o de facilitar a sistematização técnica, e não o de alterar ou incluir questões que não tenham sido objeto de deliberação ou de discussão nas Comissões.

Levantei essa questão com o objetivo de facilitar a aprovação da redação final.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, nos reservamos o direito de recorrer à própria ata da aprovação da redação final para dirimir esta questão, se ela voltar no outro sentido, ou, então, nos reservamos o direito de, posteriormente, apresentar projeto de resolução sobre este assunto. A questão central – e está claro na opinião do Relator – é que a Comissão de Sistematização não pode preparar algo totalmente distinto, inovador e que não tenha sido objeto de discussão e elaboração nas Comissões. Acho muito importante registrar este parecer e esta opinião no que diz respeito à interpretação do § 2º do art. 26 do Regimento Interno na sua redação final.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Fernando Henrique Cardoso, para esclarecimentos, na qualidade de Relator da matéria.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, com efeito, eu também recorri à ata para a elaboração desse parágrafo. E naquela noite, quando o Deputado Aluízio Campos fez sua proposta, houve uma negociação neste plenário. Eu disse que a proposta do Deputado Aluízio Campos contrariava a filosofia que tinha presidido a organização de todo o Regimento; que, não obstante, concordaria com a adoção do **caput** do artigo apresentado por S. Ex.^a e formularia de tal modo que haveria uma restrição a eventuais distorções do nosso pensamento.

Esta a razão pela qual está escrito aqui que emendas serão permitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao projeto e às emendas anteriores, dando, assim, uma chance à correção de eventual abuso por parte do Relator. Creio, pois, que o cuidado dispensado a esta redação foi precisamente para atender à afirmação feita pelo Deputado José Genoíno, e, com efeito, é esse o nosso entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A questão de ordem levantada e a interpretação dada pelo nobre Relator constarão da interpretação do Regimento, quando chegar a oportunidade da aplicação deste dispositivo.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento para evitar dúvidas. No art. 21, § 2º, houve uma emenda do Deputado Mendes Ribeiro, para que as votações nas Comissões e Subcomissões sejam por maioria absoluta. Ponderei ao Deputado que esse **quorum** para as Subcomissões talvez tome o procedimento mais moroso e fiz-lhe ver que há o recurso de um novo voto nas Comissões, visto que todos os votos nas Subcomissões voltarão às Comissões e nelas o procedimento será por maioria absoluta. Como S. Ex.^a insistiu na formulação inicial – e detem razão – aprovamos a emenda na sua integralidade e corrigirei essa deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Com os esclarecimentos prestados pelo nobre Relator relativamente ao art. 21, § 2º, também se incluirão nessa exigência de maioria absoluta as Subcomissões.

Esta emenda é no sentido de restabelecer a autenticidade da votação da matéria, na ocasião da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte emenda.

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao art. 16:

"Art 16. Os Ministros de Estado e dirigentes de entidades da administração pública deverão comparecer perante as Comissões, quando devidamente convidados, para prestar informações acerca de assunto relacionado com a elaboração do projeto de Constituição."

Justificação

O objetivo da emenda é proporcionar às Comissões da Assembleia Nacional Constituinte esclarecimentos e subsídios, a partir de Ministros de Estado e autoridades da administração pública, de importância fundamental para a elaboração do texto constitucional.

Sala das Sessões, 20 de março de 1987. – Deputado **Amaury Müller**, PDT–RS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Fernando Henrique Cardoso, para esclarecimentos, como Relator da matéria.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, com relação à proposta do Deputado do PDT, concordo com ela no que diz respeito a que outras autoridades possam ser ouvidas e não só os Ministros de Estado. A expressão "poderão" evita que haja obrigatoriedade, que só ocorre nos casos do plenário; fora disso, é um convite. Concordo em que seja extensivo a outras autoridades. Mantenha-se o verbo, mas se acrescente "outras autoridades".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa, portanto, interpreta como matéria prejudicada a que estabelece compulsoriedade do comparecimento, ao invés da fama potestativa, como,

aliás, acontece na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Constará da redação, pois a emenda é de redação, com o adendo oferecido pelo nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Os Srs. que a aprovam, queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte emenda.

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao art. 55, III:

"Art. 55

III – pela ordem, para reclamação quanto à observância do regimento, ou quanto aos serviços administrativos, para esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos ou para levantar questão de ordem;"

Justificação

Trata-se apenas de deixar explícito o objetivo real do inciso III como constante dos regimentos das duas Casas do Congresso, ou seja, os serviços administrativos são regulados no regimento.

Sala das Sessões, 20 de março de 1987. – Deputado **Amaury Müller**, PDT – RS.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso para prestar esclarecimentos na qualidade de Relator da matéria.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, já havia acrescentado, pensando com isso atender à expectativa do nobre Deputado. A reclamação está incluída no inciso III, art. 55, tendo em vista precisamente isso. Nada tenho a objetar.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O Regimento tem todo um capítulo sobre a parte administrativa. Portanto, a emenda é expletiva, mas é considerada aprovada.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o Plenário aprovou emenda dando ao § 4º do art 1º esta redação. Não tenho como modificar uma emenda aprovada pelo Plenário na fase de redação. Tem razão o Deputado **Aluizio Campos** quando diz que é uma repetição desnecessária, mas o Plenário comeu mosca naquela noite.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A emenda é considerada prejudicada porque altera texto aprovado e não é meramente de redação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte: Emenda

Regimento Interno

REDAÇÃO FINAL – EMENDA – Nº

Art. 1º § 4º: Requeiro suprima-se expressão "desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte até a promulgação da Constituição", para suprimi-la.

Justificação

Constituinte só atua no serviço citado. Ademais, não pode ter havido o propósito de levar advoca-

ção administrativa apenas durante os trabalhos da Assembleia.

Sala das Sessões, 19 de março de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. **Aluizio Campos** para encaminhar a votação.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o art 30, § 4º, é contraditório com o que dispõe o art 33 do Regimento, porque a norma de aprovação estabelecida para matéria constitucional é de maioria absoluta. E o referido artigo dispõe que a Redação Final da Constituição pode ser aprovada por votação simbólica e maioria simples. Além de haver contradição entre este dispositivo e a norma correta do art. 33, a disposição é inconstitucional, porque a Emenda nº 26, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte, no seu art. 3º; dispõe que a "Constituição será aprovada, em dois turnos, por maioria absoluta dos componentes da Assembleia Nacional Constituinte". Então, não se pode permitir que a Constituição seja, na sua Redação Final, aprovada por maioria simples. Acho que essa proposição deve ser corrigida para compatibilizar o texto do § 4º com a norma constante da emenda e do art. 33.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso para prestar esclarecimentos na qualidade de Relator da matéria.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, as considerações do Deputado **Aluizio Campos** têm procedência. Havíamos apenas tentado simplificar o processo. Como se trata – de redação final, e como essa matéria já teria sido aprovada várias vezes, que pudesse ser por votação simbólica. Esta é uma razão de ordem constitucional. Efetivamente, a Emenda nº 26 reza que a Constituição deve ser aprovada em dois turnos. Tenho que me render à evidência do absoluto. Tenho que me render à evidência do texto legal, embora isso complique o processo de votação da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A emenda está aprovada pela própria Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Emenda está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Em Plenário foi oferecida e vou submeter a votos a seguinte Emenda.

Regimento Interno

Redação Final: EMENDA Nº

Art. 30, § 4º – Requeiro suprima-se a parte final, fazendo-se ponto final na palavra "único", a fim de suprimi-la.

Justificação

A supressão evita contradição com o art. 33, além de respeitar o princípio da maioria absoluta estabelecido no art. 3º da emenda convocatória da Constituinte (nº 26 de novembro de 1985).

Sala das Sessões, 19 de março de 1987. – Deputado **Aluizio Campos**.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. **Aluizio Campos** para encaminhar a votação.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS – (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, minha questão de ordem é sobre o art. 30, que estamos discutindo. Foi por mim apresentada emenda ao **caput** do artigo hoje numerado como 30, que estabelece um prazo de cinco dias para a redação final do texto da Constituição. Pedi destaque para esta emenda. Foi concedido, mas, infelizmente, não foi submetido a votos na sessão em que se votou o Regimento Interno. Houve uma omissão inexplicável, e a matéria não foi julgada pela Constituinte.

O meu fundamento, é o de que não há nada mais importante do que o texto final da Constituição, a sua redação definitiva, e é absolutamente impraticável à Comissão de Sistematização elaborar a redação última da Constituição num prazo de apenas cinco dias.

Peço ao nobre líder concordar em que esse prazo seja aumentado para dez dias, votando-se a minha emenda, que deixou de ser submetida a votos, embora V, Ex.^a, Sr. Presidente, tivesse concedido o destaque. É uma correção que temos de fazer. A emenda foi destacada, mas não foi submetida à apreciação do Plenário. Acho fundamental que a Comissão de sistematização disponha de um prazo racional, justificável, para elaborar o texto definitivo da Constituição.

É esta a questão de ordem que levanto, pedindo-lhe, Sr. Presidente, que supra agora aquela injustificada omissão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Senhor Constituinte Fernando Henrique Cardoso para prestar esclarecimentos na qualidade de Relator de matéria.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, não tive possibilidade, como não tenho, de fazer a inclusão no texto, porque não disponho de uma emenda. Não estou negando que S. Ex.^a a tenha apresentado; estou apenas dizendo que me cingi à redação final, ainda assim com muitas dificuldades, como ainda hoje se viu, para esclarecer aqui e ali. Mas procurei ser o mais fiel possível ao texto da Ata e às emendas apresentadas. Não recebi nenhuma emenda. Eu sei que o Deputado apresentou emenda, mas não foi aprovada, não chegou aqui.

Consultei pessoas habituadas a redações finais a respeito do processo. A Comissão de Sistematização estará finalizando este texto ao longo de todo o processo. Estes cinco dias são destinados apenas à revisão final, e não à redação final. De modo que a situação não é tão dramática assim. Não tenho como aprovar a emenda. Não tenho emenda para aprovar.

Sr. Presidente, V. Ex.^a deve tentar resolver a questão de ordem porque não tenho, regimentalmente, como aprovar o que não existe.

O SENHOR PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A emenda está prejudicada.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ALUÍZIO CAMPOS (PMDB – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, informo a V. Ex.^a que o número da emenda é 420. O Relator não podia realmente incluí-la, porque ela não foi submetida à votação. Não se pode expurgar da votação uma emenda que não foi destacada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O registro que se tem é de que a emenda foi rejeitada. Foi destacada, e é impossível, em matéria de prazo, considerar-se uma emenda de simples redação, com todo o respeito ao eminente Constituinte Aluído Campos.

O SR. DARCY DELTOS: – O Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, apresentamos uma emenda de redação alterando o § 7º do art. 13.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa não tem a emenda de V. Ex.^a a quem V. Ex.^a entregou esta emenda?

O SR. DARCY DEITOS: – Apresentei-a em tempo hábil, ao Relator. O art. 13, no seu § 7º, prevê que o Presidente e o relator não podem compor as subcomissões. Como são 63 membros, menos os dois, sobram 61. Apresentamos uma emenda estabelecendo que duas comissões ficariam, cada uma, com 21 membros e uma com 19. Se dividirmos 61 por três vai dar dízima. Parece-me que seria impraticável esta divisão. Gostaríamos que o Sr. Relator se manifestasse sobre a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o Sr. Fernando Henrique Cardoso para esclarecimentos.

O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o nobre Constituinte tem razão no sentido de que o número de membros das comissões será desigual, a menos que surja a idéia de fracionar fisicamente algum Constituinte. Não se tomando uma solução dramática, realmente o número de membros será desigual. Por isso mesmo não manifestamos qual seria a composição das subcomissões. Tem razão o Constituinte; na prática resultará em desigualdade. Mas, se eu fosse definir agora qual seria a desigualdade, teria de dizer, também, qual a comissão que teria mais membros e qual teria menos. Deixamos, portanto, o assunto a critério das comissões. O Constituinte verá que, no final, o que ele pretende será atendido, pois não há outro modo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Sobre a matéria, considerarei os esclarecimentos feitos pelo douto Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Adauto Pereira – PDS; Aédo de Borba – PDS; Aédo Neves – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Albano Franco – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Virgílio – PDS; Chagas Neto – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Cheidde – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hugo Napoleão – PFL; Itamar Franco – PL; Ivo Cersósimo – PMDB; João da Mata

– PFL João Lobo – PFL João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Hayckel – PMDB; José Camargo – PFL José Teixeira – PFL Juarez Antunes – PDT; Leopoldo Perez – PMDB; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Marcelo Miranda – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Messias Soares – PMDB; Milton Lima – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL Raul Belém – PMDB; Rita Furtado – PFL Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Torres – PTB; Rubem Medina – PFL; Sarnay Filho – PFL; Silvío Abreu – PMDB; Sotero Cunha – PDC; Victor Trovão – PFL Wagner Lago – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Levanto a sessão, designando para amanhã a seguinte:

VI – ORDEM DO DIA

VI – Encerra-se a Sessão às 78 horas e 3 minutos.

DISCURSO DO SR AGASSIZ ALMEIDA PUBLICADO NO DCN de 14-3-1987, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÕES.

O SR. AGASSIZ ALMEIDA (PMDB – PB.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nós, que durante tantos anos empunhamos a bandeira deste partido, que se tomou uma legenda nacional; nós, que durante tantos anos fizemos da história da Pátria o próprio destino do PMDB; nós, que dos exílios do Uruguai, da Argélia, procuramos levar à consciência da Nação e da Pátria a grande bandeira do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, nascida das grandes lutas políticas, formamos, a longo curso da história, uma legenda que é símbolo de resistência do povo brasileiro. Lutamos dirigidos pelo grande civismo desta Nação. Lutamos contra poderosas forças uma burocracia emperrada e o poder econômico, os banqueiros nacionais e internacionais, que hipertrofiaram todo o desenvolvimento brasileiro nas mãos de alguns poucos privilegiados.

O País cresceu e enriqueceu. No entanto, assistimos à grande contradição de um povo tragado na miséria. Por outro lado, enfrentamos a estrutura militarista mostrando sempre, nas grandes lições de Rui Barbosa, nas lições dos que resistiram, que o militar é necessário à Pátria, mas o militarismo é uma doença que cega, que arrasa, que nega, que violenta os ideais democráticos da Pátria brasileira. Hoje, atravessamos uma transição político-democrática. Nós, que fundamos o PMDB, nos perguntamos: onde estão essas forças que asfixiaram por tantos anos o desenvolvimento e o crescimento da Nação? Estão aí nos grandes e fabulosos lucros dos banqueiros. Há 15 dias, no balanço anual do Bradesco, chegamos a uma conclusão aterradora. O lucro desta instituição financeira alcançou 4 bilhões e 200 milhões de cruzados. O Banco Itaú alcançou, no seu balanço anual de 86, a fabulosa soma de 2 bilhões e 800 milhões de cruzados. O Banco Mercantil de São Paulo alcançou 1 bilhão e 800 milhões de cruzados. Estamos mergulhadas na triste ciranda financeira. E o setor produtivo brasileiro, através da sua agricultura, do seu comércio e da sua indústria, está hoje mergulhado na cruel perspectiva de uma recessão. Mais ainda, Sr. Presidente meus nobres Constituintes, estamos assistindo ao retorno do militarismo, que põe o rosto e a face como que para amedrontar o poder e a soberania desta Constituinte. Estamos assistin-

do a movimentos justos dos portuários brasileiros, dos marítimos nacionais, e por outro lado a grande mobilização de força militar desnecessária. Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o retorno ao militarismo é uma afronta aos sentimentos e aos ideais da soberania desta Casa.

Quem deixar, portanto, o programa do PMDB com o qual registrado que esta demonstração durante tanto tempo, despertamos a consciência da Nação. Precisamos, caros Constituintes, e particularmente meus companheiros do PMDB, retomar aos caminhos democráticos da Nação.

Precisamos, com a bandeira pela qual lutamos durante 20 anos, encontrar-nos com ideais pelos quais lutamos e com (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 32

SÁBADO, 21 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE

ATO Nº 1, DE 1987

Dispõe Sobre os locais de funcionamento de Comissões e Subcomissões

O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, no uso de suas atribuições, resolve:

Art 1º Funcionário em dependências da Câmara dos Deputados as seguintes Comissões e Subcomissões:

I – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO;

II – COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E SISTEMA DE GOVERNO:

- a) Subcomissão do Poder legislativo;
- b) Subcomissão do Poder Executivo;
- c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público;

III – COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO:

- a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios;
- b) Subcomissão dos Estados;
- c) Subcomissão dos Municípios e Regiões;

IV – COMISSÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO, ORÇAMENTO E FINANÇAS:

- a) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas;
- b) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira;
- c) Subcomissão do Sistema Financeiro;

V – COMISSÃO DA SOBERANIA E DOS DIREITOS E GARANTIAS DO HOMEM E DA MULHER:

- a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais;
- b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias;
- c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais;

Art. 2º Funcionário em dependências do Senado Federal as seguintes Comissões e Subcomissões:

I – COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO ELEITORAL, PARTIDÁRIA E GARANTIA DAS INSTITUIÇÕES:

- a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos;
- b) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança;
- c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas;

II – COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA:

- Atividade Econômica;
- a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da
 - b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte;
 - c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;

III – COMISSÃO DA ORDEM SOCIAL

- a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos;
- b) Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente;
- c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias;

IV – COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO:

- a) Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes;
- b) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação;
- c) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.

Art. 3º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal determinarão as providências que julgarem necessárias ao pleno funcionamento das Comissões referidas nos artigos anteriores.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de março de 1987. – **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

ATO Nº 2, DE 1987

Designa Secretários de Comissões e Subcomissões Constitucionais

O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Ficam designados para secretariar as Comissões e Subcomissões Constitucionais os seguintes servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal:

I – Da Câmara dos Deputados:

- a) Comissão de Sistematização:
Secretário: Maria Laura Coutinho;
Coordenador: Mozart Vianna de Paiva;
- b) Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:
Secretário: Ruy Omar Prudêncio da Silva;
- c) Subcomissão do Poder Legislativo:
Secretário: Maria Linda Morais de Magalhães;
- d) Subcomissão do Poder Executivo:
Secretário: Iole L...
- e) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público:
Secretário: Tasmânia Maria de Brito Guerra;
- f) Comissão da Organização do Estado:
Secretário: Edson Nogueira da Gama;
- g) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios:
Secretário: Antônio Fernando Borges Manzan;
- h) Subcomissão dos Estados:
Secretário: Maria Inês de Bessa Lins;
- i) Subcomissão dos Municípios e Regiões:
Secretário: Iná Fernandes Costa;
- j) Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:
Secretário: Maria Júlia Rabello de Moura;
- l) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas:
Secretário: Jarbas Leal Viana;
- m) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira:
Secretário: Benício Mendes Teixeira;

- n) Subcomissão do Sistema Financeiro;
Secretário: Mariza da Silva Mata;
- o) Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher;
Secretário: Carlos Brasil de Araújo;
- p) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais;
Secretário: Regina Beatriz Ribas Mariz;
- q) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias;
Secretário: Walter Flores Figueira;
- r) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais;
Secretário: Állia Felício Tobias.

II – Do Senado Federal:

- a) Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições;
Secretário: Sonia de Andrade Peixoto;
- b) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos;
Secretário: Sérgio Braga;
- c) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança;
Secretário: José Augusto Panisset Santana;
- d) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas;
Secretário: Goitacaz Brasônio P. de Albuquerque;
- e) Comissão da Ordem Econômica;
Secretário: Helena Isnard Accauhy dos Santos;
- f) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica;
Secretário: Ione Ramos de Figueiredo;
- g) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte;
Secretário: Marilda Borges Camargo;
- h) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;
Secretário: Mauro Lopes de Sá;
- i) Comissão da Ordem Social;
Secretário: Luiz Cláudio de Brito;
- j) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos;
Secretário: Vera Lúcia Lacerda Nunes;
- l) Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente;
Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos;
- m) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias;
Secretário: Carlos Guilherme Fonseca;
- n) Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação;
Secretário: Luiz Fernando Lapagesse Alves Corrêa;
- o) Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes;
Secretária Sérgio Augusto Gouvêa Zaramella;
- p) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação;
Secretário: Heloísa Helena Dias;
- q) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso;
Secretário: Antônio Carlos Pereira Fonseca.

SUMÁRIO

1 – ATA DA 37ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 20 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior que é aprovada e assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 033/87 – Do Senhor Deputado Gastone Righi, participando que a Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, o indicou para

exercer a Liderança do Partido junto à Assembléia Nacional Constituinte e designando os Senhores Sólton Borges dos Reis, Roberto Jefferson e Ottomar de Souza Pinto para responderem pela Vice-Liderança daquela agremiação partidária.

Nº 029/87 – Do Senhor Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista-PDT, participando a indicação dos Senhores Constituintes Amaury Müller, Vivaldo Barbosa, Adhemar de Barros Filho e Moema São Thiago para comporem o Colégio de Vice-Líderes do Partido.

Nº 090/87 – Do Senhor Constituinte José Lourenço, Líder do Partido da Frente Liberal, junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando a indicação dos Senhores Constituintes Fausto Rocha, Ricardo Fiuza, Geovani Borges e Mozarlido Cavalcanti para comporem o Colégio de Vice-Líderes do Partido.

COMUNICAÇÕES

– Da Bancada do Partido Democrata Cristão-PDC, participando a indicação do Senhor Constituinte Mauro Borges para responder pela Liderança do Partido junto à Assembléia Nacional Constituinte:

– Do Senhor Constituinte Mauro Borges, Líder do Partido Democrata Cristão-PDC, indicando os Senhores Constituintes José Maria Eymael e Siqueira Campos para comporem o Colégio de Vice-Líderes do Partido.

DEL BOSCO AMARAL: – Questão de ordem sobre legitimidade da liderança e das vice-lideranças do PMDB na Constituinte, antes da promulgação do Regimento Interno.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Del Bosco Amaral.

ADYLSO MOTA – Projeto de Decisão que dispõe sobre o mandato do Presidente da República.

RUY NEDEL – Correspondência dirigida pelo orador ao Ministro da Previdência e Assistência Social sobre irregularidades administrativas na Superintendência Regional do INAMPIS, no Rio Grande do Sul.

FERNANDO SANTANA (Retirado pelo orador para revisão.) – Posicionamento do PMDB quanto à moratória. Documento da Pontifícia Comissão "Justitia et Pax" e a dívida externa brasileira.

JOAQUIM FRANCISCO – Implantação de refinada de produtos de petróleo em Pernambuco.

ANTÔNIO GASPAS – Decepção popular ante resultados práticos obtidos pela Assembléia Nacional Constituinte. Omissão do Poder Público ante realidade política, econômica e social do meio rural maranhense. Posse dos novos Governadores Luta do PMDB em prol da moralidade administrativa.

ORLANDO PACHECO – Instabilidade político-econômica e social no Brasil.

IVO MAINARDI – Necessidade de aprimoramento do Programa Nacional do Livro Didático.

AMAURY MÜLLER – Crise econômico-social. Comunicado conjunto de micro e peque-

nos empresários ao Presidente José Sarney. Decisão do Conselho Monetário a propósito da criação de créditos para financiamento de capital de giro.

MAURO SAMPAIO – Telex dirigido ao orador pelo Reitor da Universidade do Ceará, sobre anteprojeto de lei do Presidente da República que promove isonomia salarial entre autarquias e fundações universitárias.

JOSÉ FERNANDES – Vigésimo aniversário do Parque Industrial da Zona Franca de Manaus.

GENEBALDO CORREIA – Décimo oitavo aniversário da TV Aratu, Bahia.

CRISTINA TAVARES – Saudação ao Senador Mário Covas por sua eleição, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, esperanças do partido em sua liderança. Saudação ao Governador Miguel Arraes por sua posse no Governo de Pernambuco. Corte de linhas telefônicas do Palácio do Governo, na Bahia.

UBIRATAN AGUIAR – Prejuízos causados ao setor agroindustrial do Nordeste em virtude de modificações introduzidos na sistemática do Finor e do Fiset – Reflorestamento pelo Decreto nº 93.607, de 1986.

OSVALDO SOBRINHO – Reclamos do norte mato-grossense.

CASSIO CUNHA LIMA – Falta de contacto dos Constituintes com a população de Brasília. Insatisfação do povo de Campina Grande; Paraíba, ante a crise por que passa o País. Necessidade de urgência na votação de projeto do Executivo que regula a isonomia salarial entre autarquias e fundações universitárias.

LUIZ SOYER – Incidência do Imposto de Renda sobre produto do trabalho assalariado.

ÂNGELO MAGALHÃES – Improcedência de informação sobre corte de linhas telefônicas do Palácio do Governo, na Bahia, em pronunciamento da Constituinte Cristina Tavares.

JOSÉ TINOCO – Necessidade de estudos de viabilidade da implantação de pólo sucroalcoólico em Pernambuco.

NELSON FRIEDRICH – Documento dirigido pelos pequenos produtores rurais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul ao Ministro da Agricultura, com reivindicações a propósito da política agrícola.

CHAGAS DUARTE – Precariedade das condições do tráfego na BR-174; Território de Roraima.

DAVI ALVES SILVA – Inconveniência de desativação, pelo Ministério dos Transportes, da firma Odebrecht, de Imperatriz, Maranhão.

RAUL BELÉM – Regulamentação, pela Assembléia Nacional Constituinte, da instalação de empresas de capital estrangeiro no País. Atuação da Fiat Automóveis em Betim, Minas Gerais.

GONZAGA PATRIOTA – Alternativas para racionamento da energia elétrica no Nordeste.

SIQUEIRA CAMPOS – Campanha para subscrição popular em favor da criação do Estado do Tocantins.

NILSON GIBSON – Sugestão sobre normas da Assembléia Nacional Constituinte concernentes a proventos dos inativos e pensões dos dependentes de servidores civis.

FRANCISCO DIÓGENES – Apoio à Proposta de Norma Constitucional de autoria do Constituinte Davi Alves Silva, sobre criação do Estado de Carajás, com capital em Imperatriz, Maranhão.

FLORICENO PAIXÃO – Requerimento de informações ao Presidente da República sobre manutenção de contratos de risco sigilosos à Petrobrás e empresas estrangeiras, para exploração de petróleo em território nacional.

CHAGAS NETO – Despedida do orador da Assembléia Nacional Constituinte para assumir a Secretaria de Obras e Serviços Públicos, Estado de Rondônia.

CHICO HUMBERTO – Telex enviado pelo orador ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem a propósito da restauração da BR-365, em Minas Gerais.

PERCIVAL MUNIZ – Apoio a mudanças empreendidas pelo Governador Carlos Bezerra, do Estado de Mato Grosso.

JOACI GÓES – Falhas na atuação do Ministro das Comunicações. Contribuição positiva do Estado da Bahia para o bem-estar nacional, através do Ministro da Saúde, Roberto Santos.

HORÁRIO DE LIDERANÇA

ADOLFO OLIVEIRA – Registro do Partido Liberal pelo Tribunal Superior Eleitoral.

JAIRO CARNEIRO – Missão dos Governadores recém-empossados. Restabelecimento da autonomia dos municípios e fortalecimento dos Estados.

JARBAS PASSARINHO – Moção de protesto do PDS contra taxaço do Imposto de Renda.

AUGUSTO CARVALHO – Solidariedade do PCB ao movimento reivindicatório dos bancários.

JAMIL HADDAD – Protesto contra aumento no preço dos medicamentos.

AMAURY MULLER – Defesa do Governo Leonel Brizola ante acusações injustas do porta-voz do Governador Moreira Franco.

EDMILSON VALENTIM – Ecloração de movimentos grevistas de trabalhadores em protesto contra a política econômica do Governo.

CID SABÓIA DE CARVALHO (Retirado pelo orador para revisão.) – Solidariedade às manifestações reivindicatórias dos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil.

ENCERRAMENTO

– Discurso da Constituinte Wilma Maria na sessão de 18-3-87: Dois anos da Nova República. Confronto da competência política do PMDB com a administração pública.

– Discurso do Constituinte Aluízio Campos na sessão de 18-3-87: Inutilidade

Ata da 37ª Sessão, em 20 de março de 1987

Presidência dos Srs: *Ulisses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides, Secretário.*

Às 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Afonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Aírton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alberico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluizó Campos – PMDB; Alvaro Antônio – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Almirar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Ferreira – PFL; Antônio Mariz – PMDB; Antônio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Floravante – PDS; Arterir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Barnardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dalton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirceu Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edimilson Valentim – PC do B; Edison Lobão – PFL; Edme Tavares – PFL; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Felipe Mendes – PDS; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PFL; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Kuster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres; – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia; PMDB; Hélio Duque – PMDB; João Bezerra – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fountoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agrtpino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martins – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José da Conceição – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisai – PMDB; José Queiroz – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varela – PFL; Lavoisier Mala – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lídice Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushilken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Sover – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Labor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PDT; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurício Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moisés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Syuarez – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Odacir Soares – PFL; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Mandrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raiph Biasi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Ro-

berto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB Roberto Freire – PCB; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB. Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Saulo Queirós – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Wenreck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvia Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC Sólton Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teimo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogó – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vito Buaziz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT – Waldec Omélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A lista de presença registra o comparecimento de 242 Senhores Constituintes.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

II – O Sr. Vivaldo Barbosa, Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, que é aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. HUMBERO SOUTO, Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

OFÍCIOS

Do Sr. Constituinte Gastone Righi, Líder do PTB, nos seguintes termos:
Ofício nº 033/87

Brasília, 12 de fevereiro de 1987

Senhor Presidente.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência para os devidos fins e efeitos que a Bancada Federal do Partido Trabalhista Brasileiro indicou o signatário da presente como seu líder.

Por oportuno, comunico a V. Ex.^a a designação dos Deputados: Sólton Borges dos Reis, Roberto Jefferson e Ottomar de Souza Pinto como Vice-Líderes do Partido Trabalhista Brasileiro, na Assembléia Nacional Constituinte.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Gastone Righi**.

Do Sr. Constituinte Brandão Monteiro, Líder do Partido Democrático Trabalhista – PDT, nos seguintes termos:
Of. nº 29/87

Brasília, 16 de março de 1987

Senhor Presidente.

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Constituintes Amaury Müller, Vivaldo Barbosa, Adhemar de Barros Filho e Moema São Thiago para comporem o Colégio de Vice-Líderes do Partido Democrático Trabalhista – PDT, na Assembléia Nacional Constituinte.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – **Constituinte Brandão Monteiro**.

Do Sr. Constituinte, Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 090/87-PFL

Brasília, 19 de março de 1987.

Senhor Presidente.

Nos termos regimentais, indico a V. Ex.^a os nomes dos seguintes senhores deputados, para Vice-Líderes do Partido da Frente Liberal, na Assembléia Nacional Constituinte Fausto Rocha, Ricardo Fiuza, Geovani Borges, Mozarildo Cavalcanti.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Ex.^a protestos de alto apreço e distinta consideração – Deputado **José Lourenço**.

COMUNICAÇÕES

Da Bancada do PDC, nos seguintes termos:

Sr. Presidente:

Na forma do art. 5º, parágrafos 1º, e 2º, das Noras Preliminares indcamos o Senador Mauro Borges para líder da Bancada do PDC na Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, de 10 de fevereiro de 1987. – **Siqueira Campos – Soteno Cunha – Roberto Balestra**.

Do Sr. Constituinte Mauro Borges, Líder do PDC, nos seguintes termos:

Na forma do § 2º do art 5º, das Normas Preliminares, indico os Deputados José Maria Eymael e Siqueira Campos para Vice-Líderes da Bancada do Partido Democrata Cristão nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 1987. – **Senador Mauro Borges**.

O SR. DEL BOSCO AMARAL: – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Del Bosco Amaral, para uma questão de ordem.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, temos um Regimento ainda em vigor, que é o Regimento Provisório, o qual estabelece, logicamente, que existem líderes e vice-líderes

Perguntei, há pouco, à Assessoria da Mesa se o Regimento definitivo só entrará em vigor quando for promulgado por V. Ex.^a Pergunto a V. Ex.^a até essa promulgação, quem falará pela Liderança do meu Partido, o PMDB, e quem encaminhará, – logicamente, nomes. A Mesa não pode ser porque, logicamente, a Mesa só será eleita na próxima semana, segundo os prazos que aí estão.

Mas, lendo os jornais de hoje, para aflição e preocupação de vários Parlamentares, e me incluo entre eles, vi uma distribuição de tarefas como vice-líderes – logicamente valho-me da fide-

digna imprensa – e alguns estavam coordenando a indicação de nomes para as Comissões, outros estavam tomando essas e aquelas outras providências.

Pergunto a V. Ex.^a, em termos de questão de ordem: quem responde pela Liderança do PMDB na Constituinte e quem são os Vice-Líderes indicados? Por quem respondem, na Liderança do PMDB na Constituinte, os que estão com o direito de dizer que encaminham ou não esses problemas?

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa acode à solicitação de V. Ex.^a, informando que foi eleito Líder junto à Constituinte, pelo PMDB, o Constituinte Mário Covas. E já se encontra na Mesa a comunicação, nos termos regimentais.

Portanto, quem responde pela Liderança é o Líder Mário Covas e compete a S. Ex.^a, nos termos do Regimento, indicar as vice-lideranças. É da competência de S. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se e ao horário destinado às Comunicações

Tem a palavra o Sr. Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Quando da elaboração do Regimento Interno, Sr. Presidente os Constituintes, preocupados com a independência e a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, inseriram no projeto, depois no substitutivo alterado, um dispositivo que tinha por finalidade exatamente resguardar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. E se alguma dúvida houvesse quanto à oportunidade ou não desse dispositivo, creio que os incidentes surgidos aqui por ocasião de sua apreciação demonstraram-no sobejamente. A própria interferência do Poder Executivo, naquela ocasião, demonstrou, assim, à sociedade, a oportunidade de se estabelecer um dispositivo que tinha por finalidade exatamente resguardar os trabalhos dessa Assembléia Nacional Constituinte. E a interferência do Executivo, Sr. Presidente, se deu exatamente pela preocupação de que a Assembléia Nacional Constituinte viesse a estabelecer um limite ao mandato do atual Presidente da República, que encurtasse, no caso o seu mandato.

Sr. Presidente, duas coisas são distintas no meu entendimento: a fixação do mandato do atual Presidente da República a fixação dos mandatos dos futuros presidentes. No segundo caso, dependemos, inclusive, do regime de Governo a ser adotado. Agora, no primeiro caso, a fixação do mandato do atual Presidente, que se declarou um Presidente transitório, que todos sabemos em que circunstâncias assumiu e que saiu Presidente depois de uma campanha que desfraldou a bandeira das "Diretas Já!", parecem-me que o estabelecimento da duração do mandato de Sua Excelência é coisa que se deve decidir imediatamente.

Então, nesse sentido, resguardado exatamente no § 7º do art. 59, que disciplina os projetos de decisão, que são apresentados sempre que se vê ameaçado o trabalho da Constituinte, vou apresentar um projeto que tem por finalidade resguardar esse trabalho, porque é exatamente a indefinição em torno do mandato do atual Presidente que vem trazendo ingerências indevidas dentro do trabalho desta Casa por ocasião da feita da Constituição.

Este, o projeto, Sr. Presidente:

PROJETO DE DECISÃO

Nº , de 1987

(Do Deputado Adylson Motta)

Dispõe sobre o mandato do Presidente da República.

A Assembléia Nacional Constituinte decide:

Art. 1º O atual mandato do Presidente da República encerrar-se-á 180 (cento e oitenta) dias após promulgada a nova Constituição.

Parágrafo único. Serão realizadas eleições para Presidente e vice-Presidente da República, pelo voto direto e secreto, 60 (sessenta) dias antes do término do mandato a que se refere este artigo.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A interpretação teológica do disposto no § 7º do art. 57, do Regimento Interno dá plena jurisdição e procedência à presente proposição.

Efetivamente, quando o legislador constituinte após ampla discussão, incluiu no Regimento a norma segundo a qual compete à Assembléia Nacional Constituinte a adoção de decisões capazes de sobrestar medidas que possam ameaçar seus trabalhos e suas decisões, que são sua razão de ser, não se referiu apenas a atos ou medidas de caráter material, de natureza administrativa ou econômica. Sua natureza é mais ampla. Diz respeito a quaisquer circunstâncias, incluídas, aí, as de natureza institucional, que possam ameaçar as tarefas que nos foram cometidas pelo povo, através do voto popular em 15 de novembro último.

A duração do mandato presidencial em curso se inclui, sem dúvida alguma, com precisão, nesse entendimento.

Não há como se por em dúvida que a duração do mandato presidencial, as controvérsias que está provocando, as dificuldades que está gerando, as perplexidades que está originando, a cada dia mais se faz em ameaça ao trabalho dos constituintes.

É o próprio Presidente da República que, em declaração recente, reconhece essa realidade (não há como executar um programa econômico sem uma definição quanto ao seu mandato).

A crise econômica, o drama social, a inação administrativa são fatos notórios. Em grande parte, têm como origem a dúvida e as especulações nascidas da indefinição decorrente da falta de decisão no que se refere ao espaço de tempo destinado ao Presidente da República para cumprir sua alta missão de dirigir os destinos políticos e administrativos do País. Tal indefinição é, assim, uma clara ameaça aos trabalhos da Constituinte. E a forma de dirimi-la é a determinação do prazo do atual mandato do Presidente da República, o que é objeto deste Projeto de Decisão.

Assim, contamos com o integral apoio dos Srs. Constituintes à nossa iniciativa.

Era apenas isto, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ruy Nedel.

O SR. RUY NEDEL (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Ocupo hoje a tribuna para levar ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, como a todas as autoridades deste País, a situação incômoda em que se encontra a Superintendência Regional do INAMPS no Rio Grande do Sul.

No dia 6 de março, redigimos uma correspondência ao Exm.^o, Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, neste termos:

“Esta compondêta nos é imensamente desagradável. Sabemos, porém, da nossa responsabilidade nos caminhos da retidão que a Nova República se impôs e a probidade administrativa não poderá ser controlada pelos seus Ministros, se os políticos e parlamentares não os auxiliarem transmitindo os anseios e denúncias que nos vêm das bases.

Por isso, em anexo, encaminhamos a V. Ex.^a vários documentos e relatórios denunciando irregularidades cometidas pela Superintendência Regional do INAMPS no Rio Grande do Sul, envolvendo a pessoa do Superintendente e Secretária Regional do Planejamento. É nossa obrigação defender a imagem moral do Governo José Sarney denunciando os fatos desabonatórios da Administração Pública Federal, seja em que nível for. Sabemos que V. Ex.^a envidará todos os esforços para elucidar esses fatos.

Antecipadamente gratos, subscrevemos.

Atenciosamente.

Deputado Federal Constituinte **Ruy Nedel.**”

Foram-nos entregues alguns documentos, como a de falsificação de assinatura, como o fabrico de diárias, de gastos que ferem os cofres públicos e nós os denunciamos à sociedade gaúcha, através da imprensa. Como a falsificação de documentos envolvia, feria a pessoa do Diretor do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, a imprensa foi até esse Presidente e ele confirmou, *ipsis litteris*, com todas as vírgulas, o insofismável. Confirmou de público a veracidade das denúncias.

O que nos causou espécie, o que nos causa estranheza muito preocupante é o fato de que aquele que confirmou as minhas denúncias, que foi tachado de denunciante, mas que fosse também co-partípe da denúncia, foi punido sem ao menos se verificar a veracidade, do fundamento dessas denúncias feitas.

Agora, vimos, lá no Rio Grande do Sul, o denunciante sendo deposto pelo denunciado. Vimos, dentro de uma estrutura aqui, deste plenário, já citamos como sendo de um poder paralelo, uma outra Capital Federal, que não a de Brasília, dentro da Administração Pública Federal. Vimos esse poder paralelo e aqui, da tribuna, já dissemos e vamos repetir, que era um poder altamente mordômico, altamente gastador e muito pouco resolutivo.

Nós chamamos a atenção dos Srs. Constituintes, já em data passada, aqui deste Plenário, chamando a nós a grande responsabilidade de, como Constituintes, termos participação numa profunda reforma administrativa, onde não poderíamos ter duas Capitais Federais na Administração Pública da nossa Pátria. E, agora, nós vemos estes fatos, num verdadeiro terrorismo, punindo quem reclama, quem se descontenta com a desonestidade.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero continuar defendendo o Governo José Sarney. Quero continuar defendendo o meu Partido, o PMDB, mas não abro mão de decência, não transijo, pos-

so transigir em muitas questões, mas não transijo quando se trata da probidade administrativa, das questões de honestidade.

Srs. Constituintes, não quero ficar para o resto da minha vida lembrando o grande pensador Jean Paul Sartre, aquele título de uma peça de teatro: **Les mains sales**, “As Mãos Sujas”. Não, a nossa obrigação é dar a nossa contribuição como Partido de sustentação, evitando que ocorram estes fatos, lavando as mãos, inclusive, de uma instituição que possa ter-se enxovalhado. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Santana

O SR. FERNANDO SANTANA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Francisco.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Complexo Industrial Portuário de SUAPE, no Estado de Pernambuco, se constitui numa das mais importantes obras, visando à integração do desenvolvimento do Estado, destinado a firmar sua posição de maior terminal portuário do Nordeste, por isso mesmo indicado para atender, na região, às necessidades da PETROBRÁS, no que tange à dinamização dos seus esforços de desenvolvimento.

Com uma área total de treze mil hectares, incluindo exploração agrícola-florestal, preservação cultural e ecológica, infra-estrutura residencial e instalações portuárias e industriais, SUAPE se localiza numa enseada que lhe garante integral segurança, a quarenta quilômetros do Recife.

Na sua concepção, foi preservada a ecologia possibilitando reduzir sensivelmente a agressão ambiental decorrente da instalação de uma indústria petrolífera.

O sistema de abastecimento de água é assegurado por duas barragens, com vazão total de oitocentos litros por segundo, fixado o tratamento de água; concluída a linha-tronco de dez quilômetros de uma rede distribuidora, enquanto se prevê uma subestação de 25 MVA, ampliada para 40 MVA na zona industrial portuária.

O sistema rodoferroviário representa a implantação de 12 quilômetros pavimentados, dez quilômetros distantes da Rodovia-BR-101, com 21 quilômetros de ferrovia, ligando a zona industrial-portuária à Estrada de Ferro 101, em operação para o transporte de álcool. Uma rede de duzentos terminais telefônicos em operação antecipa a integração de mil terminais.

O porto externo já opera num *pier* de Granéis Líquidos, devendo-se concluir a implantação do cais industrial brevemente, com navios de oitenta mil e 15 mil TPB, enquanto os outros dois *piers*, ambos com profundidade interna de 15 metros, podendo ser dragados à profundidade de 17 metros, atentando às exigências operacionais da PETROBRÁS.

Com a implantação de projetos industriais na zona industrial-portuária será necessário um aterro hidráulico dos terrenos, e em decorrência da dragagem surgirá um porto interno escavado, possibilitando às indústrias terminais privativos nas proximidades do tempo.

Tudo isso leva a justificar nossa pretensão no sentido da instalação de uma refinaria de produtos de petróleo em Pernambuco, tanto mais quando se trata do porto mais importante do Nordeste, praticamente a igual distância entre Salvador e São Luís, facilitando o abastecimento regional.

Evidentemente, outros Estados procuram sustentar essa reivindicação sem poderem apresentar, no entanto, a infra-estrutura que o porto de SUAPE ostenta, para servir de base a um grande terminal petrolífero, ademais na parte mais oriental da nossa costa, praticamente defronte dos nossos fornecedores internacionais.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República afirmou recentemente que a decisão será tomada com base nos estudos técnicos realizados pela PETROBRÁS. Pernambuco conta com SUAPE, que atende às exigências mais rígidas. Além disto, não recebemos do Governo Federal nenhum grande investimento industrial nas últimas décadas, tendo que lutar bravamente para afastar a asfixia do subdesenvolvimento.

Convocamos todos os pernambucanos à mobilização permanente no sentido de conquistarmos a refinaria, obra de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado, criando milhares de empregos diretos e indiretos. Temos condições técnicas para uma decisão favorável. Precisamos, entretanto, evitar que uma decisão política nos seja adversa.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Antonio Gaspar.

O SR. ANTONIO GASPAS (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nestes dias de trabalho, nós, os Constituintes, estamos à mercê da crítica diária da chamada grande imprensa nacional, por conta da demorada negociação, em que todos estivemos envolvidos, do Regimento Interno da Constituinte.

Percebe-se, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, de modo geral, a profunda decepção de segmentos da opinião pública com o resultado prático até agora obtido no mais importante fórum da República. Temos que reconhecer como justa a impaciência dos brasileiros que desejam, imediatamente, uma nova ordem econômica, social e jurídica para regular a vida deste País, em substituição à atual que toda a sociedade rejeita por ter sido forjada pelo arbítrio e pelo autoritarismo.

Contudo, os experimentados analistas políticos se têm esquecido, em regra, de que o produto da organização social é muito menos resultante da vontade individual do que é permitido pela correlação de forças envolvidas em determinado contexto e momento da vida nacional.

Aprovado o Regimento Interno, dentro dos limites possíveis de um Congresso Constituinte, é mister registrar os ganhos obtidos para o conjunto da sociedade e das forças populares mais representativas, fundamentalmente no que concerne a autonomia para manifestar a voz na Assembléia pela via dos mecanismos democráticos inseridos em diversos artigos. Este fato parece, a mim, de singular importância, pois define e proclama de logo a vocação nítida da maioria dos Constituintes com o compromisso democrático, de redigir o texto constitucional em nome do povo, resgatando para a população menos favorecida a cidadania plena a ser traduzida pela sua reinserção à sociedade com o desfrute de todos os direitos essenciais ao homem, tal como definido nas

constituições e praticado na vida dos países socialmente mais avançados.

Sendo esta a primeira vez que ergo a minha voz neste soberano plenário, hei de declarar-me nordestino e, como tal, vinculado à luta pela distribuição de renda nacional, de todas, a chaga maior da nacionalidade. Nesta condição, o Maranhão, Estado que me fez Constituinte e que tenho o dever de representar, detém os índices mais significativos de pobreza absoluta, fruto das desigualdades regionais.

Sabendo que não basta uma constituição bem escrita, articulada, ou que assegure na letra a todos os brasileiros o direito ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia e à liberdade de optar pelo ideário político, é necessário, sobretudo, a vontade política para se fazer uma nação livre, democrática e soberana. Essa é a responsabilidade maior a desafiar a inteligência constituinte, ou seja, o encontro de mecanismos institucionais duradouros que assegurem ao conjunto dos cidadãos a dignidade da vida em comum.

A realidade econômica, política e social do meio rural maranhense nos evidencia hoje a confirmação de quão ausente e omissos tem sido o poder público.

Pode-se constatar, facilmente, que os chamados projetos de desenvolvimento, quando viabilizados, servem apenas para as inevitáveis contradições do sistema, embora aparentemente se proponham a fortalecer o pequeno produtor rural.

É isto que tem ocorrido com a região após mais de 20 anos de SUDAM e SUDENE e outros planos sucessores ou complementares como o Polonordeste, Poloamazônia.

Os latifundiários tiveram suas terras supervalorizadas. O capital nacional e internacional, comercial e financeiro expandiu em ritmos invejáveis. O Estado manteve um significativo número de técnicos e funcionários empregados com recursos dos projetos, enquanto os pequenos produtores enfrentam as mais adversas situações, para reporem as suas condições de trabalho num esforço heróico de subsistência e manutenção dos armazéns que abastecem as populações urbanas.

Esses homens e essas mulheres morrem, em média antes dos 60 anos e só alcançam o direito à aposentadoria aos 65 anos de idade. E, se chegam a aposentar, o fazem com metade do salário mínimo.

São esses homens e essas mulheres que se colocam como cidadãos e, como classe social, face a um conceito de Estado que não deve ser apreendido senão numa realidade única, repleta de conteúdo humano e social, intrinsecamente relacionados a determinantes fundamentais desta, já complexa, realidade nordestina.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, vimos, no último domingo, a posse dos novos Governadores e presenciamos, hoje, uma demonstração do que foi feito neste Brasil nos últimos quatro anos. Percebemos acusações de enriquecimentos ilícitos, de compras de fazendas, de mansões, enfim, do estado falimentar dos nossos Estados da Federação. Por isso, é importante e necessário que, se quisermos construir uma democracia, o façamos limpando o terreno, o façamos com justiça, mostrando a esta Nação quem utilizou indevidamente os recursos do povo, como este País tem se tornado cada vez mais pobre e como os nossos ex-Governantes utilizaram os recursos que serviriam à educação, à moradia, à habitação. É importante que o PMDB, partido que se fez na luta, partido que se propõe a democratizar esta Nação, tome as rédeas da moralidade e entenda que não se pode construir um País democrático sem que an-

tes a moralidade seja restabelecida. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Orlando Pacheco.

O SR. ORLANDO PACHECO (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Raras vezes um país em desenvolvimento conseguiu viver situação tão confusa quanto a do Brasil de nossos dias. Depois de uma letargia política e social de muitos anos, assentada sobre uma relativa estabilidade econômica, a Nação encontra-se agora em plena fermentação nos três grandes campos que formam a sociedade moderna: o econômico, o político e o social.

As causas mais antigas ou mais recentes dessa instabilidade são suficientemente conhecidas de todos. O que nos parece estar faltando é um posicionamento mais nítido da entidade Assembléia Nacional Constituinte/Congresso Nacional diante da presente situação nacional.

É curiosa a posição a que foi levada pelos fatos políticos a Assembléia Constituinte. Em tese como sabemos, uma Constituinte destina-se apenas a fazer uma Constituição e mais nada. No período em que ela trabalha para a nova Carta, cria-se um mecanismo institucional qualquer que permita ao País continuar a prática de atos normais de gestão do Estado moderno.

Em 1946, data de nossa última Constituinte, aprovou-se um ato que dava ao Presidente da República poder de baixar decretos-leis indispensáveis à vida do Brasil. Enquanto isso, a Assembléia dedicava-se de corpo e alma à tarefa de preparar a nova Constituição.

A situação agora é oposta à de 1946. Os Constituintes de hoje são pressionados a cada dia a resolverem assuntos concretos e urgentes: dívida externa, inflação, política salarial e todos os outros temas que compõem o repertório da crise brasileira. O que menos podem fazer de imediato é a nova Constituição, embora todos os Congressistas estejam interessados e empenhados na sua elaboração.

Como disse Cássio Aurélio Branco Gonçalves: "estamos hoje, em março, em situação mais alarmante que estávamos antes de fevereiro de 1986".

Nos primeiros nove meses do Plano Cruzado pareciam sólidos os pilares que sustentam uma Nação: a agricultura e a indústria apresentavam recordes de produção; a oferta de emprego aumentara, assim como o salário real do trabalhador; e o Governo, respeitado e aplaudido, parecia disposto a enveredar o País pelas sendas da consolidação democrática e pelos caminhos do desenvolvimento econômico-social.

Julgávamos nós, como julgava toda a Nação, que havia sido definitivamente abolido o reinado da ciranda financeira. Mas eis que ela volta, com mais força e poder, a atrair o capital para a área da especulação e da usura, desviando-o dos setores da produção.

O resultado já é patente: a agricultura se vê impedida de semear e de colher; a indústria de produzir, o trabalhador de trabalhar; e o próprio Governo parece tolhido em sua missão de governar. A impressão que se tem é que a nave governamental perdeu velas e leme, submetida ao capricho das ondas dos juros cada vez mais altas e ameaçadoras.

O perigo é evidente. O naufrágio das forças produtivas afogará também a força do trabalho e, possivelmente, as instituições democráticas.

Urge pois, reverter o quadro que se afigura tão sombrio, através de mudanças radicais no setor da política financeira, entre as quais se apresenta como inadiável o tabelamento dos juros em porcentagens compatíveis com o conceito óbvio de que sem produção não há progresso, e sem capital voltado para investimentos não há produção.

Luiz Adolfo Pinheiro disse: "o Presidente da República, sob a pressão avassaladora de interesses sociais e econômicos de toda ordem, terá de enviar ao Congresso diversos projetos de lei urgentes e polêmicos para discussão e aprovação mais rápida possível. Esse mesmo corpo legislativo de Deputados e Senadores estará, simultaneamente, se desdobrando para discutir e aprovar a nova Constituição.

É fora de dúvida que precisam ser esgotadas as reservas de lucidez e bom senso de todas as lideranças partidárias – e mais o Governo – para que o tempo, esse precioso fator das decisões políticas seja convenientemente aproveitado, sob pena de haver um agravamento da crise que se pretende enfrentar e diminuir".

O Governo do Presidente José Sarney conta com nosso apoio para a adoção das medidas que julgar necessárias no sentido de salvar o setor industrial, notadamente aquelas que incentivem as pequenas e médias indústrias, base da economia do País.

Tenho dito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ivo Mainardi.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

O retorno das atividades escolares em todo o Brasil, neste mês de março, faz ressaltar novamente um problema antigo, que se agrava a cada período letivo, pelas dificuldades e conseqüências que impõe à população e ao próprio sistema de ensino.

Refiro-me à questão do material escolar e principalmente dos livros didáticos, cujos preços e condições de aproveitamento os tornam inacessíveis à grande maioria das crianças e jovens matriculados nos cursos de primeiro e segundo graus.

O livro didático descartável, invenção da tecnocracia que respondeu pela administração do País durante o recente regime autoritário, constitui-se no principal responsável pelo excesso de custos impostos aos pais dos alunos, cada início de ano escolar.

Ora, Sr. Presidente, a utilização do material básico à aprendizagem não deve se restringir a um único período ou aluno, mas, ao contrário, pode e precisa ser estendida às crianças que nos anos seguintes venham a frequentar os respectivos bancos escolares, passando de irmão para irmão e até para filhos, tal como se procede nos países adiantados, detentores de bem organizadas estruturas educacionais.

Não se elimina, evidentemente, a necessidade de periódicas adaptações naturais aos textos didáticos, que permitam o acompanhamento das inovações tecnológicas e mudanças sociais, bem assim dos novos fatos históricos e referências a fenômenos geográficos.

O que não pode persistir, Sr. Presidente, é a absurda renovação anual, de aproximadamente 120 milhões de livros didáticos, em benefício apenas de um verdadeiro oligopólio de editoras, as quais consideram os milhões de estudantes brasi-

leiros como consumidores de um produto qualquer.

A educação, direito de todos e responsabilidade do Estado, não pode constituir motivação para enriquecimento de grupos e de empresas, seja através da cobrança de taxas de ensino abusivas, seja pela disputa mercadológica do seu principal instrumento – o livro didático.

Atribui-se maior vida ao livro didático, fazendo-o passar pelas mãos de vários alunos, em vez do seu atual caráter de rápida utilização, implicará não apenas uma economia nos atuais apertados orçamentos familiares, mas também a possibilidade de organização didática, sem prejuízo da opinião e liberdade de escolha dos professores, os quais deverão ser ouvidos na formulação dos programas curriculares e na elaboração do material de estudo, atividade sobre a qual aos editores também caberá opinar.

Em agosto de 1985, por ato do Presidente da República, parecia surgir uma nova concepção para esse grave problema do sistema educacional brasileiro. Instituiu-se o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, com o propósito exatamente de estabelecer, em todas as séries e níveis escolares das escolas públicas, a reutilização dos livros os quais passariam a ser maciçamente distribuídos a todos os estabelecimentos oficiais, pelo próprio Ministério da Educação, já no ano de 1986.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, se referida decisão do Governo da Nova República, que então recém se instalara, representava motivo para aplausos e esperanças de toda a Nação, a execução do Programa Nacional do Livro Didático ainda não proporcionou perspectivas de reais mudanças no setor, pois, em seu segundo ano de vigência, permanecem deficiências na distribuição do material às escolas públicas, e, mais grave ainda, nada se fez para resolver o problema quanto à rede particular de ensino, de tal forma que prevalecem as deformações e conseqüências danosas a milhões de estudantes, pelo continuado uso de livros didáticos descartáveis.

Impõe-se, portanto, melhorar a aplicação da louável iniciativa constitucional do Programa Nacional do Livro Didático.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, com o Governo exigindo das editoras a confecção de livros com material mais resistente, de maior durabilidade em segundo, através de uma distribuição mais rápida e organizada, com a participação das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, de modo que não se verifiquem atrasos ou faltas de entrega de livros, como ocorreu em 1986, e no presente exercício, em muitas escolas públicas do País inteiro.

Mais importante ainda é a necessidade de se impor às escolas particulares a adoção do sistema de livros reutilizáveis, inclusive para diminuirmos as diferenças entre setores oficial e privado, variações essas responsáveis por estigmas diversos que tantos prejuízos trazem ao ensino brasileiro como um todo.

Os princípios de reutilização e universalização do livro didático, somente não vantajosos quando buscados ao exagero, devem substituir com urgência a vigente filosofia que faz proliferar o material didático e o torna descartável, com imensos prejuízos ao estudante e vantagem apenas às verdadeiras indústrias em que se transformou a maioria das editoras nacionais.

Este é o apelo que faço, Sr. Presidente, em benefício dos milhões de estudantes brasileiros de primeiro e segundo graus, cuja alegria pela volta às aulas contrasta com a tristeza e o desânimo dos seus pais, sem condições de comprar

aos filhos os livros ora lançados e pedidos pelas escolas, e sem compreenderem por que os do ano anterior não podem ser mais aproveitados. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O "Brasil Novo", que o Plano Cruzado sugeriu e a mídia eletrônica levou às raíais da história coletiva, é hoje um País à beira do colapso econômico e da desordem social, tantos e tamanhos têm sido os equívocos e desmandos praticados pelo governo da Nova República.

As taxas de juros, que a própria política oficial excita e acelera, atingem patamares insuportáveis, engordando o apetite voraz e insaciável de poderosos banqueiros, enquanto trabalhadores e pequenos empresários, envolvidos e tragados pelos mesmos problemas, adensam o coro dos aflitos e engrossam a procissão dolorosa dos subpárias.

Dias atrás, os empresários das cidades mineiras de Nova Serrana e Divinópolis interditaram a rodovia Fernão Dias por mais de duas horas e fecharam suas lojas e fábricas em sinal de protesto contra o índice galopante dos custos financeiros e a falta de definição da política econômica do governo.

Em São Paulo, mais de 80 mil pequenos empresários da região ABC anunciam que vão suspender o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais a partir de 2 de abril. A moratória fiscal só não será consumada se o crédito para capital de giro voltar a expandir-se, com a conseqüente queda imediata das taxas de juros.

Hoje, em Brasília, milhares de micro e pequenos empresários entregam ao Presidente José Sarney um comunicado conjunto, exigindo a moratória bancária por 120 dias, eis que o setor que eles representam está virtualmente estrangulado pelos bancos com seus juros escorchantes.

Essa manifestação de desespero, que não será minimizada pela decisão ontem adotada pelo Conselho Monetário Nacional - criando uma faixa de crédito de 15 bilhões de cruzados para financiar capital de giro, com juros vinculados à variação da LBC mais 1,5% ao mês, envolve um universo de 5 milhões e 800 mil pessoas jurídicas, que realizam 55% do Produto Interno Bruto e garantem 75% do emprego urbano e rural de todo o País.

A insatisfação dessa imensa parcela, que começa a pensar por si mesma e a romper o silêncio dos que temem falar, é facilmente manipulável quando a sociedade fareja no ar alguma crise de comando, que a sociologia do poder prefere chamar de "vazio da autoridade".

Os micro e pequenos empresários adensam a chamada classe média e constituem o prolongamento político dos profissionais liberais, dos trabalhadores autônomos e dos assalariados de nível superior.

Para garantir a sobrevivência desse importante segmento econômico-social, uma das mais altas autoridades do Ministério da Fazenda - Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo - assumiu o compromisso de assegurar, ainda este ano, um aporte de 5 bilhões de cruzados (de um total de 15 bilhões), a custos baixos, sem qualquer indexação ou atrelamento dos mecanismos equivocados do governo. A promessa, porém, não foi cumprida. A decisão do Conselho Monetário Nacional, ontem adotada, mantém esses recursos na mesma faixa

dos juros do mercado. E o que é pior: atenderá a uma parcela não superior a 60 mil empresários de todo o País.

Ora, Sr. Presidente, o que representam 60 mil empresários diante de um universo de 5 milhões e 800 mil?

A indústria, o comércio e o setor de serviços estão a exigir, além da rapidez na liberação dos recursos prometidos, uma política séria na área econômica, que não escorregue para a imoralidade e para o continuado favorecimento de poderosos banqueiros e grandes grupos multinacionais.

José Sarney e seus áulicos precisam entender, de uma vez por todas, que não está em jogo apenas o mandato presidencial de seis anos, mas sobretudo e principalmente a sobrevivência de um setor que responde pela metade do PIB e por mais de 30 milhões de empregos diretos e indiretos. O fascínio do poder não pode conduzir à cegueira histórica.

De resto, medidas epidérmicas, meramente cosméticas adiam o desastre, mas não solucionam problemas. O governo e seus grupos de sustentação política têm o dever de falar a linguagem ativa da verdade e não continuar com a encenação do triste **espetáculo** da mentira deslavada.

Era o que tinha a dizer: (Muito Bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauro Sampaio.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Desde a instalação da Nova República que o Ensino do Brasil se tornou uma preocupação latente e de urgente melhora. E um dos quadros preocupantes encontra-se no ensino universitário, no que concerne à isonomia salarial de autarquias e fundações universitárias.

Tenho conhecimento que no meu Estado, o Ceará, a situação é de busca dessa vigente reformulação. A Universidade Federal do Ceará encontra-se atenta ao projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República José Sarney, que requer essa igualdade salarial. Tal produto, que é de interesse de toda a Nação brasileira, reveste-se de fundamental importância como início do processo de reorganização geral da instituição de ensino superior e implantação da nova Universidade.

Professores e servidores universitários são signatários de todas reivindicações contidas no referido projeto, pois são antigos e justos os anseios da classe, em termos de vantagens e incentivos, para que se corrijam distorções e se proporcione melhor desempenho.

Não podemos, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, deixar de valorizar a classe dos professores, como um todo. As suas reivindicações são procedentes e justas. A dedicação ao ensino é uma atitude digna de consideração, de reconhecimento. Transmitir a uma nova geração os conhecimentos sempre foi, no percurso de toda história da humanidade, uma posição até certo ponto "franciscana", porque é nesse dia-a-dia numa sala de aula que o mestre abre os olhos de centenas de jovens sedentos e esperançosos de um novo mundo. Esperanças essas colocadas através de suas áreas profissionais escolhidas. Diariamente, ocorre a relação professor X aluno no sentido do primeiro despertar, estimular e favorecer o segundo na sua procura de conhecimentos, qualificação profissional e posicionamento como cidadão perante uma sociedade que necessita sempre

e sempre de grandes homens. O Brasil é, sem dúvida uma grande nação, que tem em sua população um percentual significativo de jovens. E esse número do povo brasileiro está nas salas de aulas à procura do que lhe é devido: o ensino. Precisamos, pois, estimular também a classe de professores. Dar-lhes melhoras e segurança salarial. É imprescindível, pois, a aprovação do citado projeto que ora tramita no Congresso Nacional.

A propósito, recebemos o seguinte telex da Universidade Federal do Ceará assinado pelo Reitor José Anchieta Esmeraldo Barreto, que merece nosso incondicional apoio:

"Meu nome é de toda Universidade Federal do Ceará, encareço seu imprescindível apoio **ilegível** interesse aprovação Anteprojeto de Lei encaminhado Congresso Nacional Excelentíssimo Senhor Presidente da República, promovendo isonomia salarial autarquias e Fundações Universitárias. Referido projeto reveste-se fundamental importância como início processo reorganização geral instituição ensino superior e implantação nova universidade. Vem ainda ao encontro antigos e justos anseios professores e servidores universitários em termos de vantagens e incentivos, corrigindo distorções e proporcionando melhor desempenho atividades típicas este setor relevante interesse público. Antecipo meus agradecimentos.

Prof. José Anchieta Esmeraldo Barreto, Reitor UFCE."

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mauro Sampaio, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inicialmente, gostaria de reiterar o convite a todos os nobres Pares para que visitem a exposição referente aos 20 anos do Parque Industrial da Zona Franca de Manaus.

Pelo Brasil afora há uma concepção, não da totalidade dos brasileiros, mas de uma boa parte e até de alguns representantes das suas comunidades, de que a Zona Franca de Manaus seria apenas um pólo de montagem e que não serviria para nada mais do que permitir que parte da indústria nacional fosse desnacionalizada pela entrada de componentes apenas montáveis no Parque Industrial de Manaus. Se os Srs. Constituintes visitarem a exposição referente à Zona Franca de Manaus, haverão de ver e convirão que hoje, ali, está plantado no coração da Amazônia o mais bem sucedido projeto de desenvolvimento e de diminuição dos desequilíbrios regionais. De tantas e quantas foram as iniciativas tomadas pelo Governo da União, desde as primeiras medidas do Marquês de Pombal, o que se comprova hoje é que de todos os projetos que foram para ali dirigidos, é vitorioso apenas o referente à Zona Franca de Manaus.

Hoje se pode constatar que em determinado tipo de produto, até com tecnologia de ponta, a Zona Franca de Manaus já apresenta um índice de nacionalização de cerca de 92%, como **ilegível** ser o caso dos televisores. Há mais: até na indústria metal-mecânica, como é o caso da HONDA, que está instalada juntamente com a YAMAHA,

já estamos caminhando para cerca de 90% de nacionalização. Isto é uma vitória do Brasil que ali substituiu importações, vitória do Brasil porque ali se diminuíram os desequilíbrios regionais; e vitória do caboclo da Amazônia que se adentrou nos igarapés, que venceu a selva, que foi maior do que a natureza, que conquistou espaço para a nacionalidade, que hoje se mantém por uma questão de soberania e até de afirmação pátria; vitória do caboclo amazonense que quer, como qualquer outro dos seus conterrâneos, em qualquer outra parte do País, demonstrar que tem inteligência, que é capaz, que é disposto ao trabalho, que absorve conhecimento e quer ser útil a sua pátria.

Estamos caminhando, para dificuldades, e eu hoje ia falar sobre o apoio, que acho deveria ter havido, para o plano do Ministro João Sayad, mas deixarei para falar sobre o assunto no Grande Expediente da próxima sessão, para dizer muito mais em redação aos aspectos a respeito da Zona Franca de Manaus e convidar os Srs. Constituintes a verem o que está ali sendo construído e fabricado.

A imagem de que a Zona Franca seria um grande mercado de produtos importados não pode mais pairar sobre as cabeças dos amazonenses, com a expectativa de que os dólares que ali vão são para propiciar a importação de componentes. Sabem os Srs. Constituintes que essa é uma imagem deturpada; de cada dólar que entra na Zona Franca de Manaus, três outros provêm de regiões do próprio País, de cada dólar que importamos três outros estão sendo comprados no parque industrial de São Paulo, do Paraná, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de tantos outros Estados brasileiros. Ainda mais: a agregação que se faz na Zona Franca de Manaus, para cada dólar importado, na saída do produto, o valor equivale a oito dólares, sete vezes mais são agregados na Zona Franca de Manaus, computando-se a nacionalização do produto e a importação de componentes de outras regiões do País.

E o que espera a Região? Espera que este projeto, que é, inclusive, estudado para não ter problemas em relação aos custos de transportes, seja uma solução para se dizer que também está presente o esforço brasileiro na Região Norte. O que espera esse projeto? Que não sofra, agora, mais um corte, mais um entrave: que as dificuldades cambiais que advirão sejam realmente observadas e que a prioridade da Zona Franca esteja entre aquelas medidas, entre aquelas decisões que não devem sofrer solução de continuidade. Se tivermos hoje a CACEX impedindo a importação, se tivermos o Governo chorando e tocando choro sem pensar em qualquer outro tipo de andamento em ritmo de música, vamos estar mais uma vez fadados ao insucesso, talvez, de um projeto que foi o único entre todos aqueles tentados naquela região que permite dizer que dá resultados e que o Brasil dele se beneficia.

Portanto, nobres Pares, peço-lhes ao final de toda esta explanação, que a Assembleia Nacional Constituinte esteja pronta, esteja apta para votar a nova Constituição, mas que nela também sejam inseridos dispositivos que digam respeito às aspirações dos brasileiros que não estão nos centros mais avançados, mas que também querem conquistar o Brasil como um todo e desenvolvê-lo por igual.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer. (Muito bem!) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Genebaldo Correia.

O SR. GENEALDO CORREIA (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Faço uso da palavra, nesta tarde, para registrar, em nome do meu Estado, o transcurso, hoje, do 18º, aniversário da TV **Aratu**, uma emissora de televisão identificada com as aspirações do povo da Bahia, realizando durante esse tempo um jornalismo moderno, isento e à serviço das aspirações do nosso Estado.

Ao completar 18 anos, a TV **Aratu** dá um atestado de afirmação, um atestado da sua capacidade de luta e persistência de seus ideais. Sabe o Brasil, por ter acompanhado o noticiário da imprensa, que essa emissora tem sido vítima de toda espécie de retaliação e perseguição, porque não se submeteu aos caprichos do Ministro das Comunicações e da sua política naquele Estado. E não poderia se submeter porque maiores são os seus compromissos com o povo da Bahia. A TV **Aratu**, que sempre abriu espaço para todas as correntes políticas daquele Estado – e posso afirmar isso porque fazendo oposição durante tantos anos, sendo de Partido contrário ao Partido de um dos seus diretores, inclusive, sempre desfrutei da oportunidade de dizer, naquela emissora, o que sempre pensei – sempre se comportou com isenção e com respeito à verdade. Por isso mereceu o crédito e a confiança da opinião pública da Bahia. E porque assim se comportou, não poderia estar ausente da verdadeira revolução cívica que se fez naquele Estado para derrubar um regime que se caracterizou durante esses anos pela perseguição, pelo ódio, pela vingança, pela violência e sobretudo pela corrupção. A TV **Aratu** tinha que estar à frente do povo da Bahia para dar um basta, como deu, com uma diferença de um milhão e meio de votos, para dizer ao Brasil que nós não poderíamos mais suportar aquele estado de coisas. Porque assim se comportou ela está sendo vítima, infelizmente, da perseguição de um Ministro de Estado, de um Governo sustentado pelo Partido que liderou essa própria revolução na Bahia.

Ao cumprimentar a sua Direção, os seus Diretores, Milton Tavares, Carlos Genuíno, Ernane Castro, Luiz Neto; o seu editor político José Amílcar, os seus editores, repórteres, cinegrafistas, funcionários, todos que compõem aquela casa, quero dizer, em nome do PMDB da Bahia que nós, desde o primeiro instante em que essa retaliação se confirmou, temos dado demonstração de solidariedade em nome do Partido e em nome do povo da Bahia com a certeza, com a convicção de que o grito de liberdade do povo da Bahia há de se fazer sentir aqui neste Planalto de Brasília para que aquela revolução que se fez ali para mudança de métodos, também repercuta aqui e possa restabelecer a dignidade da representação do povo da Bahia num dos Ministérios da Nova República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente. Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Saúdo a eleição do Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, Senador Mário Covas; saúdo todos daquela reunião da Bancada do meu partido. Tal como Fênix, o PMDB ressurge das cinzas. Volta o PMDB, nesta Assembléia Nacional

Constituinte, a defender os seus princípios programáticos. O seu discurso na praça passará a ser o seu discurso na Assembléia Nacional Constituinte. Representando o sentimento do PMDB, não apenas do PMDB congressional mas do PMDB das bases, do PMDB dos municípios e dos Estados, o Líder Mário Covas proclama que a Assembléia Nacional Constituinte está acima dos Governos, está acima dos interesses conjunturais do Governo da Nova República. Portanto, na Assembléia Nacional Constituinte não deve vigorar a Aliança Democrática. Essa aliança se fez no Colégio Eleitoral há dois anos, na eleição de Tancredo Neves. Poderá funcionar a Aliança Democrática, na Câmara ou no Senado, eventualmente, para dar sustentação a um Governo de transição. Mas a natureza da Assembléia Nacional Constituinte é permanente. Pretende esta Assembléia legislar para um País onde as questões da Aliança não poderão ter interferência.

Estaremos, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte, examinando a ordem econômica e social, a ordem política, os direitos coletivos e os direitos do cidadão, o direito dos trabalhadores, o papel das Forças Armadas e a função da propriedade. Isto transcende, Sr. Presidente, às necessidades e às injunções conjunturais da Presidência da República.

Por certo, na Assembléia Nacional Constituinte, o PMDB, fiel aos seus princípios e aos seus programas, votará muito mais com os partidos aliados, com o Partido dos Trabalhadores, com o PDT, com o PC, com o PC do B, do que, eventualmente, com o Partido da Frente Liberal. Separa-nos, há entre nós e o Partido da Frente Liberal não apenas uma liderança salazarista, não apenas um encaminhamento fascista que vem sendo dado nesta Assembléia Nacional Constituinte, separam-nos questões de fundo, concepções de sociedade.

Sr. Presidente, saúdo a liderança de Mário Covas, na Assembléia Nacional Constituinte, como a presença do PMDB, restaurada, aqui, nesta Assembléia. O PMDB das praças será o PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

É por isso, Sr. Presidente, que neste momento, quando vamos, nas Comissões, começar o embate verdadeiro das discussões de fundo, proclama o Líder Mário Covas que não deverá haver necessariamente consenso, mas votos. Trago aqui a minha saudação e meu apoio ao Líder e à Bancada do PMDB, no momento em que na próxima terça-feira será a Bancada do PMDB que vai decidir essa questão aparentemente sem grande importância, mas de fundo muito importante: composição da Mesa na Assembléia Nacional Constituinte. O PMDB defende, como Partido hegemônico, que os principais cargos, a Presidência e a Primeira-Vice-Presidência, permaneçam dentro do Partido. Para isto, temos voto, para isto fomos eleitos, para isto somos vitoriosos em vinte Estados nas últimas eleições do dia 15 de novembro!

Não se pode pretender, Sr. Presidente, uma vitória nas urnas e uma derrota no plenário – isto seria escamotear a verdade das urnas, seria humilhar o processo democrático.

E ainda agora, Sr. Presidente, no momento em que assumem os Governadores do PMDB, quero saudar, também, a presença maciça do povo de Pernambuco na posse do Governador Miguel Arraes de Alencar. Quero saudar, Sr. Presidente, o povo de Pernambuco que, maciçamente, em mais de 100 mil pessoas, foi às ruas da Assembléia Legislativa e do Palácio do Campo das Princesas, acompanhando o Governador Miguel Arraes de Alencar, uma só voz, um só grito na sua garganta, uma só esperança no seu peito: ele vai entrar pela

porta por onde saiu! Arraes voltou ao Palácio das Princesas levado pelas mãos do povo de Pernambuco, de onde foi retirado, há 23 anos, pela força do arbítrio, pelos militares que tornaram e assaltaram o poder em 1964.

Para saudar, no Estado de Pernambuco, a volta do povo ao Poder, ali estavam Deputados de vários partidos. Quero registrar e agradecer a presença da Deputada Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Quero registrar a presença dos nossos companheiros Haroldo Sabóia, do Maranhão; Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, do Distrito Federal. Quero saudar a representação do PDT, através do ex-Deputado José Eudes, representando o Prefeito Roberto Satumino.

Ai está o arco das nossas alianças reais, o arco das nossas alianças permanentes, o arco que passa no apoio de partidos políticos que podem ser diferentes em formulações, mas que terão uma atuação conjunta naquilo que interessa ao povo brasileiro.

Sr. Presidente, neste curto período, gostaria ainda de fazer um registro para demonstrar a falência da Aliança Democrática na Bahia. O Governador Waldir Pires, eleita maciçamente com a vantagem de um milhão e seiscentos mil votos sobre uma ARENA falida, que hoje tem o nome de Partido da Frente Liberal; e o que faz o Ministro Antônio Carlos Magalhães, Ministro das Comunicações? Nem se passaram três dias da festa gloriosa do povo da Bahia que levou Waldir Pires ao seu Governo são cortados, numa atitude mesquinha, vulgar, do Ministro das Comunicações. Não é apenas uma molecagem, isso é uma afronta ao povo da Bahia. Mas essas afrontas demonstram a falta de autenticidade daqueles que querem, através de manobras, vencer no Plenário aquilo que perderam nas eleições.

Daqui para a frente, haveremos de disputar voto a voto, os aliados naturais, os adversários naturais! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ubiratan Aguiar.

O SR – UBI RATAN AGUIAR (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Uma grande ameaça paira sobre a indústria nordestina. E desta vez não é uma ameaça das forças naturais não dominadas pelo homem – não são as enchentes ou as secas que estão prejudicando o nosso povo, são as leis dos homens, são os instrumentos governamentais criados para desenvolver a agroindústria que estão se voltando contra ela.

É por isso que faço minha, nesta tribuna, a denúncia de que modificações na sistemática do FINOR e do Fiset-Reflorestamento, introduzidas pelo Decreto nº 93.607/86 estão colocando obstáculos intransponíveis ao desenvolvimento do setor agroindustrial do Nordeste.

A Associação Comercial, a Federação das Indústrias do Estado, a Associação Brasileira das Indústrias de Castanha de Caju e o Sindicato das Indústrias do Açúcar, Doces e Conservas Alimentícias do Ceará enviaram, por intermédio de seus respectivos presidentes, essa denúncia ao Presidente José Sarney, ao mesmo tempo em que lhe fazem um apelo urgente: o de revogar o artigo do Decreto nº 93.607/86, de fazer-lhe a reformulação com a exclusão do FINOR de seu comando.

Esse procedimento justifica-se, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pelo fato de que o artigo 10 do infeliz decreto, além de reduzir a participação dos fundos de investimentos nos projetos agroindustriais – o que é uma ameaça a mais

ao nosso desenvolvimento, — estabelece que a aplicação de recursos destinados à agropecuária e ao reflorestamento, “serão feitos exclusivamente sob a forma de debêntures não conversíveis”.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, sabemos que o sistema de investimentos sob essa forma — típica de mercado financeiro — cria entraves, às vezes intransponíveis, para o empresário e, o que é mais grave, impede o surgimento de novos projetos de cultivo e, em consequência, de novos projetos agroindustriais.

No Ceará, a cajucultura e a agroindústria do caju são responsáveis por 40% da sua pauta de exportações, o que representou 110 milhões de dólares em 1986 e, além disso, agregam mais de 400 mil trabalhadores no campo e 180 mil na indústria.

Com a aplicação das novas diretrizes do Decreto nº 93.607/86 tememos pela desestruturação e mesmo, pelo atrofimento desse complexo agroindustrial que tem um peso social e econômico da maior relevância para nosso Estado.

E este é apenas um entre dezenas de exemplos negativos que podem ser colhidos em todo o Nordeste.

Reiteramos pois, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a necessidade de modificar as normas vigentes, para que possamos colocar em prática a diretriz da Nova República, contida no seu I Plano Nacional de Desenvolvimento e que estabelece “a formulação e implementação da política industrial (...) estímulo à agroindústria, através da descentralização da produção de matérias-primas agrícolas”.

Não é o que está acontecendo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mas nós esperamos, nós confiamos, nós estamos certos de que, com a compreensão do Presidente da República e das autoridades do setor, essas reivindicações fundamentais para o desenvolvimento do Ceará e do Nordeste serão atendidas com presteza. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Trago aqui os reclamos do povo Mato-grossense. Represento nesta Casa de leis a grande região chamada nortão Mato-grossense, que, lastimavelmente ao longo dos anos, tem dado tudo para o engrandecimento do Estado, mas, infelizmente, os Governos que por ali passaram nada deram em troca para que aquela região realmente se sedimentasse como uma grande região.

Acredito que, por ter carregado para lá contingente habitacional dos mais preparados do País, população que veio do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Maranhão homens que vieram realmente para fazer riqueza, por isso, talvez os Governos que passaram pelo Palácio Paiaguás não tenham notado que ali se constrói um novo Mato Grosso. A região hoje possui mais de duzentos mil eleitores, com uma população que produz culturas permanentes, como café, cacau, guaraná e outras, que dão ao Estado de Mato Grosso divisas importantes, mas que, apesar de tudo isso, o Governo do Estado não dá a mínima para o desenvolvimento norte-mato-grossense.

Ali encontramos mais de trinta mil crianças sem escolas, quilômetros e quilômetros de estradas sem recuapeção e a maioria ainda em estado corçoável. Estamos agora prestas a colher uma safra das maiores que já aconteceu em mato Grosso,

mas nosso Governo, o Governo Federal, pela sua morosidade, pela falta de responsabilidade até, não se preocupou com a grande safra que Mato Grosso terá que colher. Estamos sem armazéns e os que possuímos estão lotados ainda com a safra de 1985 e 1986, que até hoje não foi tirados para os centros consumidores, o que vem acarretar o estrangulamento na produção deste ano, em que teremos que armazenar todos nossos produtos, seja o sorgo, seja o milho, seja o arroz, ainda a céu aberto.

Mais triste ainda, Srs. Constituintes, é que, quando se procuram os órgãos de armazenamento, dizem eles que não possuem sacarias, e também não temos armazéns para armazenar a granel. Dizem também que não têm lonas, que o País não as está produzindo, para armazenar a produção ainda a céu aberto.

E pergunto a este País, pergunto ao Ministro da Agricultura, pergunto aos homens responsáveis pela parte econômica deste País: o que adianta querer incentivar a produção, se não damos o mínimo de respaldo positivo para que os agricultores sofridos desta Nação possam, na verdade, colher, armazenar, vender e ter o fruto do seu trabalho? Precisa-se, lastimavelmente neste País, é de responsabilidade dos órgãos oficiais.

O Governo está aí falando que precisa produzir grãos para matar a fome do povo brasileiro, e o que vemos é uma total falta de responsabilidade para com aqueles que produzem. O nortão Mato-grossense está praticamente paralisado. Cidades como Sinop, Alta Floresta, Colider, Juara, Juína, Vera, Carmen, Peixoto de Azevedo, Marcelândia, Canaã do norte, Guarantã, todas, este ano, deverão ter a maior safra que já produziram em todos os tempos, mas lastimavelmente, se acham agora sem armazéns, sem estradas, sem preços sem o Governo ouvi-las e o que podemos esperar, daqui a pouco é o abandono do campo, é o abandono da atividade produtiva.

E de quem é a responsabilidade? É dos órgãos do Governo, que viram as costas, que fecham os ouvidos e não têm a mínima responsabilidade ficam de falatório o dia todo e esquecem que este País precisa de ação.

Este País já ouviu demais, o povo está cansado. O meu Estado, Mato Grosso, principalmente o chamado Nortão, não aguenta mais tamanha irresponsabilidade por parte dos responsáveis pela agricultura deste País.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aqui fica o reclamo da população do Nortão Mato-grossense, do povo injustiçado daquela área, povo que produz, que abriu no Norte, que fez um novo estado mas, lastimavelmente, até agora, o Governo não abriu os olhos, e ali não colocou recursos para amenizar o sofrimento da população do Estado de Mato Grosso.

Esta, Sr. Presidente, é a palavra daqueles que não podem falar é a voz daqueles que querem falar, mas não são ouvidos pelo Governo Federal e também não foram ouvidos pelos governos estaduais que passaram pelo meu Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cassio Cunha Lima.

O SR. CASSIO CUNHA LIMA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Tenho notado que Brasília possui características todas especiais — a sua beleza arquitetônica, a disposição do seu espaço geográfico, mas uma me chamou a atenção, enquanto político e resi-

dente novo nesta cidade, pois não sentimos aqui o calor do povo, não temos um termômetro político capaz de nos situar de forma convincente sobre tudo quanto se passa em termos de opinião pública no País.

Para que possamos ter contato com o povo, faz-se necessário o nosso deslocamento para a rodoviária ou para as cidades-satélites. Ficamos no Congresso Nacional, nos Ministérios, nas nossas residências, ilhados do contato popular.

Voltei na semana passada ao meu Estado, voltei com o intuito único de exatamente sentir de perto, na minha base, junto ao povo que represento nesta Casa, a repercussão e o sentimento popular da grave crise econômica, política e social vivenciada pelo País. Confesso que voltei assustado com o altíssimo índice de insatisfação do povo paraibano, mais especificamente do povo de Campina Grande, cidade da qual recebi consagrada votação. É a insatisfação do pequeno agricultor, é a insatisfação do funcionário público, é a insatisfação do comerciante e do microempresário, do médio empresário, do grande empresário.

Não há economia no Mundo, Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Constituintes, que tenha viabilidade convivendo com um patamar de juros da ordem de 30% a 35%. É o caos, é a falência generalizada, é o fim do nosso crescimento e, infelizmente, ainda assisto ao Governo garantindo de pés juntos que o Brasil não entrará em outra recessão, quando, para bem da verdade, Srs. Constituintes, já estamos em uma grande recessão, há desemprego, o trabalhador perdeu o seu ganho real de trabalho.

Vivemos uma difícil situação, e eu não poderia deixar de trazer o meu protesto, a minha preocupação, em nome do povo de Campina Grande e da Paraíba, contra a situação econômica enfrentada pelo País, para que possamos retomar os caminhos do crescimento, os caminhos da filosofia inicial do Plano Cruzado, que, infelizmente, talvez por graça do destino, foram desvirtuados da sua origem primeira. Ao finalizar, Sr. Presidente, tocarei num ponto que é de fundamental importância para o País neste momento. Sou estudante universitário, convivi de perto — e convivo ainda — com os problemas da educação universitária em nosso País. Fui Presidente do Centro Acadêmico do meu curso de Direito, na Universidade Regional do Nordeste. A ANDES, a FASUBRA, a UNE, entidades máximas representativas da comunidade universitária brasileira, reclamam um posicionamento desta Casa com relação à sua velha e antiga aspiração da isonomia salarial.

Faço um apelo aos Constituintes do Congresso Nacional para que possamos votar, em caráter de urgência, o projeto Executivo que regulamentará a isonomia salarial, para atender a uma velha e justa aspiração da FASUBRA e da ANDES, a fim de que possamos dar tratamento justo aos professores e aos funcionários que lidam com setor vital da sociedade, o setor da educação.

Sr. Presidente, não podemos arcar com o grande ônus da omissão. Precisamos trazer esta contribuição para o sistema educacional do País, para que nós, através da nossa atuação, possamos evitar, ou pelo menos trazer uma esperança maior, evitando uma paralisação geral, a nível nacional, nas universidades federais.

Fica o meu protesto em nome do povo da Paraíba, contra as altíssimas taxas de juros, contra a recessão que já se iniciou, e o meu apelo à sensibilidade de meus Pares, para que possamos aprovar o projeto da isonomia salarial. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Soyer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Salário não é renda, mas a compensação material do trabalho. A renda se configura quando produto de uma aplicação que não representa nenhum trabalho assalariado, como o aluguel, o juro, o produto de aplicações mercantis, quando o patrão contrata trabalhadores.

Entretanto, na sistemática tributária brasileira o Imposto de Renda incide principalmente sobre o produto do trabalho assalariado, pagando a pessoa física muito mais do que a pessoa jurídica.

O pior é que essa ganância do fisco, descapitalizando violentamente os trabalhadores e a classe média, vai atingir o comércio e a indústria, sucessivamente, porque o pobre contribuinte perdeu toda a sua capacidade de compra.

Começam a fechar, em primeiro lugar, as pequenas indústrias, de fundição, de autopeças, de fiação e confecção.

Enquanto isso, em São Paulo, o Serviço de Proteção ao Crédito afirma que as vendas do comércio continuam a diminuir após a queda anormal sofrida em janeiro, ao mesmo passo em que aumenta a inadimplência dos consumidores, com maior quantidade de títulos protestados e cheques sem fundos.

O anúncio da recessão se torna cada vez mais evidente e não vemos como vencê-la, se o Governo Federal, com o seu insaciável leão fiscal, abocanha as últimas economias, para a voragem das empresas estatais, com mais de oitenta por cento do seu número em situação deficitária.

A única providência cabível seria o Governo aliviar a carga do Imposto de Renda para as pessoas físicas, principalmente os assalariados.

Essa inflação que aí está, de vinte por cento ao mês, não será represada senão pelo incremento da produtividade, pelo barateamento dos preços e pela redução dos tributos, contidos os dispêndios públicos.

Temos casos em que assalariados, que não pagaram Imposto de Renda no ano passado, são brutalizados com uma carga de cem mil cruzados. Pior do que a sonegação, sempre possível, é a inadimplência total do contribuinte, quando ele vai ser cobrado judicialmente pela Dívida Ativa da União, sem ter com que pagar. Basta que cem mil contribuintes tornem essa deliberação e teremos o mais completo caos, com a Justiça atropetada de execuções contra os inadimplentes.

Teremos, assim, algo pior do que a inflação.

Sabemos que o Governo recentemente tomou medidas para aliviar essa situação, fazendo com que o número de parcelas fossem aumentadas.

Concluimos. Pelo clamor do povo, pelo que tem chegado ao nosso conhecimento, pelas viagens que fazemos pelo interior do Estado, e o clamor está geral, nós o PMDB temos a responsabilidade direta, fazemos essa crítica aqui porque entendemos que, antes de sermos do PMDB, antes e acima de tudo, temos um compromisso suprapartidário, que é um compromisso com o povo, um compromisso com as nossas teses.

Fazemos esta crítica com o intuito de ser bastante comovente e bastante sincero para com o nosso Governo, para que esta coisa não continue. Esses reflexos são em todos os sentidos. Estamos assistindo aos juros escorchantes, estamos assistindo à quebra de geral, principalmente dos pequenos e dos microempresários. É necessário tenhamos sensibilidade, é necessário que o Gover-

no tome medidas urgentes, profundas, para que este estado de coisa mude. Esta é a nossa opinião, este é o nosso pedido, esta é a nossa intenção de ajudar o Governo, ajudando o PMDB, e sendo coerentes com o que pregamos nas praças públicas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. ÂNGELO MAGALHÃES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Pela ordem, a Presidência concede a palavra ao nobre Constituinte Ângelo Magalhães.

O SR. ÂNGELO MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Esclareço um assunto que foi tratado há pouco nesta Casa pela nobre Constituinte Cristina Tavares.

A nossa Colega, mal informada ou a serviço da mentira, asseverou que os telefones das Secretarias do Governo do Estado da Bahia haviam sido cortados por ordem do Ministro Antônio Carlos Magalhães.

Desafio qualquer Constituinte, da Bahia ou não, a ligar agora e verificar se os telefones estão funcionando.

A verdade é assim. Vamos esclarecendo as mentiras ou, então, a desinformação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Não há questão de ordem a decidir na intervenção do nobre Constituinte Ângelo Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Tinoco.

O SR. JOSÉ TINOCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A gestão econômica fica, quase sempre, subordinada ao movimento das preocupações que refletem as dificuldades de curto prazo, os óbices do dia a dia.

O cotidiano prende a atenção do gestor na rede de uma conjuntura que, geralmente, o afasta das perspectivas de médio e longo prazo.

Esta falta de visão para identificar vocações e alternativas de desenvolvimento, além do fato conjuntural, tem acarretado a perda de valiosas oportunidades de investimento produtivo.

A crise que atravessa a balança de pagamentos do País, na qual se constata a escassez de reservas cambiais, exige a formulação de uma política de substituição de importações coerente com as necessidades estratégicas e numa seqüência de longo prazo da economia brasileira.

Com efeito, tratar-se-ia de estimular setores que pudessem contribuir, lado da oferta, na ampliação das exportações nacionais e, do lado da demanda, na diminuição das importações de produtos estrangeiros.

Este raciocínio apresenta perfeita consistência com um modelo de política pública capaz de fortalecer o mercado interno e tornar menos vulnerável nossas relações cambiais.

Mas, infelizmente, não é o que tem ocorrido no âmbito da política sucroalcooleira.

Na verdade, ao se analisar a organização e o desempenho do setor responsável pela produção de açúcar e álcool no País, constatam-se algumas distorções.

Quanto à produção convencional de açúcar e álcool, a despeito do desestímulo que as empre-

sas sofrem, por não receberem preço remunerador, no âmbito de uma economia dirigida, o setor deu resposta de eloqüente eficiência ao desafio do PROÁLCOOL.

Sob este ponto de vista, impõe-se que o Governo da mesma forma como age em relação aos produtos com preços administrados pelo Conselho interministerial de preços – CIP, assim também aja em face dos reajustes para açúcar e álcool. Isto é, com desejada transparência e no contexto de negociações francas onde se debatem os custos de produção, e não como acontece hoje, quando as decisões sobre correção de preço são tomadas unilateralmente pelo Governo, sem levar em conta as pesquisas de apuração de custo realizadas pela Fundação Getúlio Vargas, aliás contratada com aquela finalidade. E não se questione a idoneidade e a capacidade técnica da Fundação.

O preço remunerador para açúcar o álcool é, portanto, condição indispensável ao atingimento dos objetivos de produção não só para suprimento do mercado interno, mas também para garantir níveis de exportação dos produtos.

Desta forma, do lado da oferta, seria possível dar continuidade, nos próximos anos, ao esforço que açúcar e álcool têm conseguido oferecer hoje, ao fortalecimento das exportações brasileiras.

De outra parte, é preciso ver um pouco mais adiante e identificar possibilidades reais de desenvolvimento da química, do açúcar e do álcool. Trata-se, agora, de promover tecnologia industrial de ponta, com base numa matéria-prima abundante, nativa e renovável, como é o açúcar.

Com efeito, é urgente efetuar estudos de viabilidade destinados a implantar um pólo **ilegível** químico em Pernambuco, conferindo **ilegível** e álcool finalidades ainda mais nobres, **ilegível** de crescente agregação tecnológica aos produtos.

O Estado já produz aldeído acético, por meio da COPERBO, a partir da utilização do álcool etílico como matéria-prima básica.

Outras empresas também produzem, à base de álcool octanol, butanol, acetato de butila, que viabilizam fábricas de PVC e MVC.

Estas iniciativas podem ser ampliadas em projetos de múltiplos fins, contribuindo para atribuir à economia canavieira não apenas crescente solidez, mas sobretudo para inseri-la no cenário do moderno desenvolvimento tecnológico nacional.

É conveniente lembrar que os produtos utilizados na fabricação de tintas, vernizes e bens de matéria plástica, são, na maioria, originados da nafta petroquímica.

A brusca elevação do preço do petróleo intensificou o uso de energias alternativas e a crise cambial brasileira acentuou a necessidade de utilizar materiais produzidos no País.

O etanol, portanto, destaca-se como substituto do petróleo, na produção desses insumos industriais, valorizando a hipótese de consolidar um pólo alcoolquímico em Pernambuco.

Neste contexto, é possível imaginar que o PVC substitua produtos tradicionais como papel, ferro, madeira etc., com reiteradas aplicações na construção civil, no saneamento básico e na agricultura.

Constata-se, pois, também do lado da demanda, importante contribuição do setor sucroalcooleiro, na produção interna de bens indispensáveis a segmentos econômicos que, de outra forma, ainda hoje vão buscar fora o que pode ser produzido aqui, com base na cana, a favor do desejado equilíbrio de nossa balança de pagamentos.

Por todas estas razões, é vital para a economia brasileira conferir, no presente, crescente apoio

à produção sucroalcooleira e descortinar, para o futuro, alternativas reais de desenvolvimento, como pólo alcoolquímico em Pernambuco.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR PRESIDENTE: (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Acompanhando lideranças do Movimento de Mobilização dos Pequenos Produtores Rurais dos Estados do Paraná, Santa Catarinas, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo, além de representantes da CGT e CUT, prefeitos, e mais o Deputado Paulo Macarini, estivemos com o Ministro da Agricultura, para a entrega de documento reivindicatório e discussão da crítica situação da categoria.

Desejamos que, na íntegra, essa petição dos pequenos produtores do campo faça parte desta nossa intervenção, até porque, neste petição faz uma avaliação da questão inflacionária, da ação do Banco do Brasil, cobrando correção monetária da existência de hipotecas e protestos de mais de 2 mil pequenos proprietários, da questão do descaso na área de pequenos produtores, das mais de 100 mil propriedades desaparecidas no Brasil no ano de 1986, da questão dos preços mínimos, do programa do incentivo à produção para exportação e outras questões levantadas. Este documento faz um apelo quanto à questão dos juros, solicita a moratória para no mínimo 2 anos com juros de 10%, sem correção, para propriedades com menos de 5 módulos, a suspensão imediata da execução judicial das propriedades hipotecadas até 5 módulos, a imediata implantação do seguro agrícola, além de que os financiamentos e subsídios com recursos públicos sejam concedidos aos pequenos agricultores de até 5 módulos, a desapropriação de latifúndios para cumprir a meta do Plano de Reforma Agrária. Ainda registram os líderes desse movimento a suspensão total de qualquer pagamento em relação à dívida externa com a instalação de uma auditoria pública e popular para investigar as origens e os destinos da dívida externa.

Este mesmo documento, Sr. Presidente, registra que as reivindicações estão postas e solicita, até o final do mês de março, as providências, sob pena de que outras medidas possam ser tomadas no sentido de paralisação do campo e manifestações de protesto.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, nós que somos do Paraná, com 453 mil propriedades rurais, destas 88% com menos de 50 hectares, temos um compromisso político e ideológico com a causa da pequena propriedade. Por isso, pretendemos, neste trabalho constituinte, lutar para que possamos inserir na Nova Constituição diversos princípios que exatamente dão prioridade, preferência, à maioria dos produtores do campo em nosso País a empenhorabilidade do módulo familiar, crédito agrícola subsidiado com objetivos definidos para mini, pequenos e médios produtores e suas organizações; princípios como o de que o Estado deve assegurar preço aos produtos agrícolas de modo a cobrir seus custos e a remunerar o trabalho dos produtores, observando o zoneamento agrícola fixado em lei ordinária; e tantas outras propostas que em outra oportunidade haveremos de fazê-las.

Coerente com esta causa, solicitamos esta audiência, participamos desta discussão e, evidente-

mente, este documento é uma manifestação de boa vontade deste movimento que existe no Sul do País. Caso contrário nós vamos ter, a partir do final deste mês, várias iniciativas, várias mobilizações dessa categoria.

Por isso, Sr. Presidente, queremos concluir, deixando aqui um apelo, como fizemos pessoalmente ao Ministro da Agricultura, mas também as demais áreas de governo, de que nós não podemos continuar sufocando e exterminando as pequenas propriedades, conforme vem acontecendo ao longo dos últimos tempos nessa Pátria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR NELTON FRIEDRICH EM SEU DISCURSO:

Excelentíssimo Senhor,
Iris Resende
DD. Ministro da Agricultura
Brasília - DF

Os pequenos produtores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul através de suas entidades de Classe vêm expor o que segue:

Situação atual dos pequenos proprietários rurais

A crise econômica que se aprofundou pelo fracasso da política econômica do Plano Cruzado I e II, atingiu de cheio os pequenos agricultores do País. Os meses de dezembro e janeiro serviram para nos deixar apavorados com as perspectivas de nossa situação.

Entre vários fatores que afetaram, alguns tiveram maior significação, como por exemplo:

a) a inflação voltou a disparar e os preços dos insumos agrícolas também, inviabilizando as lavouras atrasadas de novembro e dezembro, fazendo com que os agricultores não tivessem recursos suficientes, pois as faixas de crédito rural não atenderam as nossas necessidades;

b) o Banco do Brasil começou a cobrar os contratos de empréstimos feitos após o Plano Cruzado I, não respeitando o plano que determinava uma taxa de 10% sem correção monetária, e passou a aplicar a correção monetária em todos os contratos. O Banco Central chegou a baixar uma Portaria contrária, mas não adiantou. Alguns sindicatos de trabalhadores rurais estão entrando com ações populares contra o Banco;

c) os bancos, sobretudo no Sul do País, começam a hipotecar e a levar centenas de propriedades agrícolas a leilão. Somente na região norte do Rio Grande do Sul, mais de 2.200 pequenos proprietários rurais terão que se desfazer das terras para tentar saldar suas dívidas;

d) a expectativa de uma supersafra de alguns produtos, especialmente milho e soja, fazem o preço cair no mercado, e o Governo não consegue dar nenhuma garantia. Basta ver o caso do milho, que em janeiro/86 esta cotado a Cz\$ 95,00 (noventa e cinco cruzados) o saco, o Plano Cruzado I congelou a Cz\$ 84,60 (oitenta e quatro cruzados e sessenta centavos), e agora um ano depois os comerciantes estão oferecendo em média Cz\$ 65,00 (sessenta e cinco cruzados) e alguns lugares somente Cz\$ 45,00 (quarenta e cinco cruzados) por saco;

e) os pequenos produtores vêm sendo tratados com descaso pela política agrícola vigente a muito tempo. O descrédito do atual sistema e do governo é total, e temos clareza que persistindo as atuais políticas o objetivo de extinguir as pequenas propriedades será atingido;

f) somente no ano de 1986, mais de 100 mil pequenas propriedades desapareceram no Brasil

Quarenta mil famílias de pequenos proprietários rurais serão desalojados pela construção das Barragens Rio Uruguai e até hoje não sabem aonde ir;

g) a atual política de incentivo a produção para exportação implica no desestímulo da produção da cesta-básica necessitando assim, importar a mesma com subsídios de dinheiro público;

h) os atuais preços mínimos não cobrem os custos de produção, sendo os mesmos inconstitucionais;

i) os preços dos produtos industrializados foram realinhados em 29%, em cima de um ágio de mais de 100%, enquanto os preços dos produtos agrícolas foram reajustados em 38% sobre os preços congelados e defasados de 28-2-86;

Exigências

Nós, pequenos produtores não aceitamos mais uma política agrícola geral para todo o País. Por isso exigimos:

1 – Os preços mínimos devem ser:	
– Feijão	Cr\$ 560,00 saco
– Arroz	Cr\$ 250,00 saco
– Soja	Cr\$ 290,00 saco
– Milho	Cr\$ 165,00 saco
– Suínos	Cr\$ 18,00 Kg
– Leite	Cr\$ 6,10 litro
– Algodão	Cr\$ 180,00 arroba
– Fumo	Cr\$ 390,00 arroba
– Café que seja pago 60% do preço industrial	
Para o pequeno produtor	
– Mandioca	Cr\$ 850,00 a tonelada
– Amendoim	Cr\$ 180,00 saco 25 kg
– Bicho da Seda	Cr\$ 45,00 por Kg casulo

Estes Preços devem ser corrigidos mensalmente pelo IPP (Índice de Preços Pagos).

2 – Baixar os juros:
– Contratos assinados antes de 28/fevereiro/87, só podem ser cobrados juros de 10% sem correção monetária;

– contratos assinados a partir de 1º/março/87, poderão ser cobrados juros de 3% ao ano, mais a variação do IPR (Índice de Preços Recebidos), de acordo com o produto, para os produtores de até 5 módulos.

3 – Dívidas:
– Moratória para, no mínimo, 2 anos, com juros de 10% ao ano, sem correção monetária para propriedades com menos de 5 módulos;

– suspensão imediata da execução judicial das propriedades rurais hipotecadas, até 5 módulos;

– suspensão da importação de milho, feijão, arroz, cebola, alho, batata, porco e leite.

4 – Seguro Agrícola:
– Extinção do PROAGRO e criação de um seguro agrícola que indenize o custo real da produção, a ser discutido com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em suas regiões;

5 – Financiamentos:
– Que a partir de agora os financiamentos e os subsídios com recursos públicos sejam concedidos apenas para os pequenos agricultores de até 5 módulos;

– que somente possam receber crédito rural as pessoas que vivam e dependam exclusivamente da atividade agrícola;

– que o financiamento do café para os pequenos produtores seja com prazo de dois anos e a liberação dos recursos entre 15-7 a 15-9-87.

6 – Reforma Agrária:
– Desapropriação dos latifúndios para cumprir a meta do Plano Nacional de Reforma Agrária estipulada pelo Governo.

7 – Dívida Externa:
Suspensão total de qualquer pagamento em relação a dívida externa bem como instalação de

Se hoje as metas fixadas são insuficientes, Srs. Constituintes, por que não cumpridas, o que dizer da situação de todo o nosso Território por que essas metas são inteiramente divorciadas da necessidade local? Não precisamos de 100 km anuais mais do dobro ou do triplo dessa quilometragem. Ousamos mesmo dizer que toda a estrada deveria estar asfaltada dentro de um ano, sob pena de um comprometimento total da nossa economia, hoje incipiente.

Srs. Membros desta histórica Assembléia Nacional Constituinte, por tudo o que acabei de relatar, por tudo aquilo que presencio, pelos clamores que recebo, pelas angústias que me são trazidas, e pelo receio de um grave e terrível estrangulamento de toda a nossa economia, estou hoje aqui, nesta augusta tribuna, para rogar ao Sr. Ministro dos Transportes que faça, pelo menos, cumprir o cronograma de desembolso financeiro previsto, no que se refere ao asfaltamento da BR-174. As dotações atuais, embora insuficientes, significariam uma gota de alento. Mas permitiram que, junto com recursos do próprio Governo do Território, aliados ao trabalho incansável e patriótico do Sexto Batalhão de Engenharia e Construção, do Exército, pudéssemos pelo menos saber que o tráfego da BR-174, embora precário, continuaria a atender aos roraimenses. Somente assim estaremos afastando, apenas afastando, a catástrofe que se avizinha.

Senão houver resposta a esse pedido candente, Srs. Constituintes, o colapso voltará a dominar o Território de Roraima sem que as lições anteriores tenham sido aprendidas. Estamos na Nova República. O povo elegeu-nos para uma mudança radical de atitudes. Uma delas, estou certo, será o atendimento racional das necessidades regionais. E nenhuma delas, Sr. Presidente, nenhuma, é tão urgente como a preservação da BR-174.

Desejo retomar a esta tribuna. Oxalá o faça para externar a gratidão de nossa comunidade ao Sr. Ministro dos Transportes. Mas, se nossas angústias não forem atendidas e superadas, retornarei para cobrar de todos os responsáveis pelos destinos políticos e administrativos do Brasil a responsabilidade pela catástrofe que atingiu o Território de Roraima.

O povo do meu Território, Srs. Constituintes, faz da Assembléia Nacional Constituinte e desta tribuna a sua última esperança. Espero que a Nação não nos decepcione!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Davi Alves Silva.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA): – Pronuncia o seguinte. Sem revisão do orador. Sr. Presidente, Srs. Constituintes

O meu pronunciamento é a respeito da retirada da Odebrecht, uma firma que já ajudou muito no crescimento urbano e rural da cidade de Imperatriz, que hoje está sendo desativada por uma circular do Ministério dos Transportes.

Quero, aqui, fazer um apelo ao Presidente José Sarney, que pense duas vezes antes de retirar essa firma que muito contribuiu para o desenvolvimento urbano e rural da cidade de Imperatriz.

A região Tocantina, principalmente a futura Capital do Estado de Carajás, Imperatriz, recebe com a maior surpresa a saída da Odebrecht daquela cidade, que vinha desenvolvendo o trabalho da maior importância para aquele município, pois sem nenhuma explicação que convença pelo menos em parte está sendo desativada aquela empresa.

Como representante na região Tocantina, na Câmara Federal e na Assembléia Nacional Constituinte, faço aqui um apelo ao Presidente da República, José Sarney, para que tome medidas de emergência no sentido de reativar imediatamente na permanência daquela conceituada construtora que vem ao lado do prefeito José Ribamar Fiqueni, homem correto e sério à frente da Prefeitura Municipal de Imperatriz, que não merece, pela lealdade que tem ao Presidente José Sarney, a perda da mais forte contribuidora para o desenvolvimento urbano e rural que vem sendo desenvolvido pela Odebrecht.

Haja vista, Senhor Presidente José Sarney, que depois que Vossa Excelência assumiu a Presidência da República surgiu uma nova Imperatriz, pois a sua mão foi colocada sobre a proteção de nossa cidade. O povo Tocantino, Sr. Presidente, não merece que seja desativada uma empresa que mais contribuiu para o desenvolvimento em todo os níveis. O apelo que faço com a mais profunda seriedade, já que o Prefeito José Ribamar Fiqueni, vem procurando manter o maior desempenho administrativo a uma cidade que tanto contribui para o Estado do Maranhão, e o País. Notadamente no que se refere às obras de estrutura de grande porte, estradas com capacidade de alto tráfego como é o caso da estrada que liga Imperatriz ao 1º Cocal, passando por Cidelândia, Gaveão, Centro do Abraão, Cuverlândia, Marreco, Jatobazinho, Lontra, Vila Nova dos Martírios e São Pedro de Água Branca, todos os povoados aqui mencionados tiveram uma nova vida, com o trabalho da Prefeitura e do Governo Federal. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Raul Belém.

O SR. RAUL BELÉM (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A criação de normas permanentes, que venham a regulamentar, no futuro, a instalação das empresas de capital estrangeiro em nosso País, será, certamente, uma das principais atribuições desta Assembléia Nacional Constituinte.

A história do Brasil, desde os tempos coloniais, é, infelizmente, pródiga em exemplos que demonstram como, quase sempre, interesses econômicos de corporações, bancos e nações estrangeiras conseguiram se sobrepor aos do povo brasileiro.

A exploração colonial de nossas riquezas, do pau-brasil ao ouro e à prata, contribuiu decisivamente para o acúmulo de capital em mãos inglesas, via Portugal e Espanha, e financiou a revolução industrial no hemisfério norte, criando as bases de uma injusta distribuição internacional do trabalho, responsável, até hoje, pelo quadro de subdesenvolvimento vivido pela América Latina.

Esta é também a história da crise do nosso endividamento externo, agravada pelas naturais distorções advindas de um longo período autoritário, durante o qual, em nome do povo brasileiro, promoveu-se um verdadeiro festival de empréstimos, cuja real aplicação ainda não foi de todo explicada, e que representa a conta amarga que hoje somos obrigados a pagar, ressaltadas a dignidade e a soberania nacionais, pela atitude corajosa e coerente do Presidente José Sarney.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Hoje, Minas Gerais sofre também as conseqüências da falta de uma política clara e justa, para a instalação de empresas de capital estrangeiro no País. Sócio, praticamente em igualdade de condições, da FIAT SPA de Turim, à época

da instalação de sua filial em nosso território, e tendo investido direta e indiretamente, mais de 300 milhões de dólares na FIAT Automóveis S/A., o Governo do Estado de Minas Gerais, agora reduzido a uma participação acionária de apenas 18% no empreendimento, corre o risco de ver o interesse de seus contribuintes ser trocado por 40,9% das ações da Betim Participações, fábrica de componentes ainda a ser instalada pela FIAT, cujo capital total não ultrapassa a cifra de 135 milhões de dólares.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Não pretendemos, aqui, fazer um ataque à presença do capital estrangeiro em nosso País. Mas não podemos permanecer calados quando estão em jogo os interesses do Governo e da população do Estado de Minas Gerais.

O Brasil, hoje, possui um dos maiores mercados internos do mundo. Oferece, além disso, energia e matéria-prima abundantes, extremamente baratas, e mão-de-obra especializada que recebe salário muitas vezes inferior ao pago por trabalho semelhante, em qualquer país industrializado. Não pedimos muito em troca disso. Queremos, apenas, ser tratados com a dignidade de sócios, de parceiros em empreendimentos comuns. Queremos que as potências econômicas do primeiro mundo percebam que não podemos continuar a ser tratados como nos tempos coloniais, quando os primeiros habitantes desta terra contemplavam, com o êxtase da sua ingenuidade, o brilho falso dos espelhos e miçangas portugueses.

Quando o Sr. Giovanni Agnelli, homem a quem admiramos pela sua capacidade empresarial, procurou, na América Latina, um local propício para a instalação de uma unidade de produção, que pudesse cumprir também o papel de base de exportação, não apenas para o mercado regional, mas também para a própria Europa, Minas Gerais, voltada para a realização de um pungente esforço de industrialização, que a transformou hoje, no segundo pólo econômico da Federação, ofereceu aos seus sócios italianos benefícios inéditos para a instalação da FIAT Automóveis.

O Governo mineiro contribuiu com o terreno, todas as obras de infra-estrutura, a construção das instalações físicas da fábrica, e cinco anos de isenção de ICM. Sócio, com 49% das ações, o Estado de Minas Gerais realizou, também, três aportes de capital, de 65, 135, e 25 milhões de dólares, num total de 225 milhões de dólares. Como todo empreendimento, a FIAT Automóveis enfrentou graves dificuldades durante o seu período de consolidação. Dificuldades estas que não impediram que o sócio nacional continuasse a prestar toda a assistência ao empreendimento. Em troca, o Governo, devido a sucessivos aumentos de capital, defendidos pela matriz italiana, viu a sua participação no negócio ser reduzida até os 18,7% do capital atual.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A FIAT Automóveis pretende fabricar, neste ano, 270.000 unidades na sua fábrica de Betim, Minas Gerais. A estratégia mundial da FIAT SPA reconhece, há muito, as vantagens da sua instalação em nosso País. Milhares de automóveis FIAT rodam hoje, na Europa, com motores produzidos em Betim. As razões não estão, certamente, na superior qualidade de nossos produtos. Estão, como já dissemos, no preço da nossa energia, das nossas matérias-primas, e da nossa mão-de-obra especializada.

No entanto, podemos aceitar estas circunstâncias, como até certo ponto inevitáveis, devido às diferenças político-econômicas da história do processo de desenvolvimento vivido pelos dois paí-

ses, Brasil e Itália. Mais do que isso, como sócios, reconhecemos que devemos também oferecer vantagens aos nossos parceiros estrangeiros.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O que não podemos aceitar, o que o Governador Newton Cardoso não aceitará, é trocar 18,7% das ações do Estado de Minas Gerais em um empreendimento de sucesso, finalmente consolidado, pela metade do capital de uma empresa cujo valor não chega à metade do total até hoje investido por Minas Gerais na FIAT Automóveis S/A.

Não negamos que possa ser, a instalação da Betim Participações benéfica para o nosso Estado. Mas não consideramos justo que o papel do Governo mineiro tenha de ser, na sua sociedade com a FIAT SPA, o do sócio que assume todos os riscos, em dois empreendimentos subsequentes, sem receber os benefícios da sua consolidação.

Perguntamos, sem querer lançar dúvidas sobre as verdadeiras intenções da FIAT no Brasil, qual seria o destino do investimento a ser integralizado pelo Governo de Minas Gerais no capital da nova empresa de componentes Betim Participações. Se o resultado, dentro de alguns anos, fosse o mesmo obtido pelo investimento mineiro na FIAT Automóveis, podemos dizer, sem correr o risco de nos equivocarmos, que este negócio não interessa, hoje, ao Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Sabemos que o mundo vive um processo econômico dinâmico e interdependente, e que um País de livre iniciativa como o nosso não pode se isolar totalmente se quiser promover o desenvolvimento necessário à melhoria das condições de vida da sua população. Com esta visão, desejamos que os problemas vividos hoje pelo Governo de Minas na sua relação com a FIAT SPA, possam ser contornados de uma forma justa e equitativa, na busca de maiores benefícios para ambos.

Entretanto, faço um apelo urgente à responsabilidade que teremos, como membros desta Assembléia Nacional Constituinte, na criação de mecanismos capazes de, no futuro, garantir a defesa da nossa soberania, e da dignidade do povo brasileiro nas suas relações econômicas e comerciais com o resto do mundo. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gonzaga Patriota.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Como a corda só quebra do lado fraco, no dizer do povo, mais uma vez, os nordestinos estão sendo penalizados, desde o dia primeiro de março, com o racionamento da energia elétrica. A gravidade do problema é por demais sentida, não sendo justo ter-se como desculpa apenas o problema da falta d'água, ou mesmo, como é claro, a redução da correnteza do rio São Francisco.

Sabe-se, que o racionamento é resultante da atitude de descaso dos Governos autoritários para com o Nordeste, que não tiveram nenhuma resposta convincente para o retardamento das construções das Hidrelétricas de Itaparica e de Xingó.

Conforme lembrou na última sexta-feira, da tribuna da Assembléia Legislativa de Pernambuco, o bravo Deputado Clodoaldo Torres, e como é do conhecimento geral, o cronograma do projeto original de Itaparica, que previa seu início de operação para 1981 até hoje permanece em execução, enquanto, do mesmo modo, foi postergada a construção da Hidrelétrica de Xingó.

Não faltaram recursos para construir a ponte Rio – Niterói, Itaipu Binacional, Angra I, Angra II, Angra III, nem mesmo descalabro da Transamazônica, todos, evidentemente, construídos fora do Nordeste.

Para tudo existem soluções, desde que seja fora do Nordeste!

O hoje Ministro das Minas e Energia, que até lamenta o racionamento, enquanto era Vice-Presidente biônico do General João Baptista de Oliveira Figueiredo, também era o poderoso presidente da famosa Comissão Nacional de Energia, por conseguinte, o órgão centralizador de todas as decisões na área energética do País. O que ele fez para evitar o que hoje está ocorrendo? Sabe-se, no entanto, que àquela época uma série de organismos já reclamavam providências para evitar o esgotamento das nossas reservas energéticas, enquanto lutavam para que estas fossem ampliadas.

Lemos em matéria do **Diário de Pernambuco**, que "as lideranças empresariais nordestinas aguardariam até o dia 15, plebiscito, uma decisão da ELETROBRÁS, no sentido de cortar o fornecimento de energia para a fábrica da ALUMAR, em São Luís do Maranhão". O que não ocorreu até a presente data. A partir daquela data, acentua a nota, caso não tivesse sido tomada nenhuma providência, haveria mobilização geral de todos os setores para contestar, na Justiça, os critérios do racionamento; a responsabilidade pelos erros cometidos e as omissões praticadas pela ELETROBRÁS, pedindo-se, inclusive, os nomes das pessoas que no passado favoreceram com contratos lesivos a empresas multinacionais, em detrimento dos interesses do País".

O Presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, Gustavo Queiroz, está convencido, segundo se informa, de que o corte de apenas 50% na energia da ALUMAR, não resolverá o problema de fornecimento na região, e que a partir de junho passará a viver um **lockout** de três dias, fato que gerará um verdadeiro estado de calamidade pública que só teve lugar durante a segunda guerra mundial.

O que dizer da ALUMAR? A multinacional do alumínio, consome a energia equivalente à consumida no Estado de Pernambuco. O mais grave, no entanto, para os que hoje estão sendo sacrificados, é saber que a energia fornecida à ALUMAR, pela ELETRONORTE, é no preço subsidiado de doze dólares por mil Kwh, quando o custo de geração da Hidrelétrica de Tucuruí é de, aproximadamente, cinquenta dólares por mil Kwh. É estarrecedor!

A solução que vemos, mesmo como uma saída emergencial, é o corte fornecimento de energia à ALUMAR. Com essa medida, a ELETRONORTE aumentaria a quantidade de energia fornecida à Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Outras gestões, inclusive apontadas pelo pernambucano José Paulo Cavalcanti Filho, na **Folha de S. Paulo**, dia cinco último, seriam: 1º – acionamento de usinas térmicas, que já estão operando em São Luiz, com metade da capacidade; parte de Camaçari, em Salvador, e Bongí, no Recife. 2º – utilização da capacidade instalada na geração das usinas de açúcar na entressafra, com óleo ou gás. 3º – duplicação da ligação Tucuruí/Presidente Dutra, cuja concorrência já está pronta. 4º – remessa imediata de unidades flutuantes de geração.

Temos, pois, algumas alternativas que devem ser de logo postas em prática. Devemos apelar para tudo de que dispomos, a menos que o Governo, através do Ministério das Minas e Energia, queira dificultar ainda mais a situação de 35 mi-

lhões de nordestinos que sofrem a cada ano os problemas das secas e das enchentes.

INDICAÇÃO

Indicamos, nos termos regimentais, seja feito um veemente apelo aos Exm^{as} Srs. José Sarney, Presidente da República e Aureliano Chaves, Ministro de Minas e Energia, no sentido de serem tomadas as medidas seguintes, a fim de evitar **lockout** de energia no Nordeste:

1 – suspender o fornecimento de energia à fábrica de alumínio ALUMAR pela Eletronorte;

2 – Pacionamento das Usinas Térmicas de São Luiz, Camaçari e Bongí;

3 – duplicar a ligação Tucuruí/Presidente Dutra;

4 – remessa imediata de unidades flutuantes de geração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Siqueira Campos.

O SR. SIGUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em prosseguimento à já vitoriosa campanha para subscrição da Proposta Popular de Emenda ao Projeto de Constituição para criação do Estado do Tocantins, os Drs. Darci Martins Coelho, Adão Bonfim Bezerra, José Maia Leite, José Carlos Leitão e outros líderes do Comitê Pró-Estado do Tocantins realizam a partir de hoje grandes concentrações populares em Tocantinópolis, Araguaína, Colinas de Goiás e diversos outros importantes Municípios do norte-nordeste goiano.

Ao registrar o fato auspicioso, Sr. Presidente, reitero desta tribuna o apelo que venho fazendo no sentido de ser dado todo o apoio e assistência aos líderes do Comitê Pró-Estado do Tocantins, pelos líderes e pelo povo nortense.

O êxito da campanha de subscrição popular da Emenda criadora do Estado do Tocantins, que o Dr. Darci Martins Coelho e demais líderes realizam, constitui esforço resultado do alto grau de consciência política dos homens e mulheres do Norte-nordeste de Goiás.

Com as condições quer temos na Assembléia Nacional Constituinte e com o apoio popular que a luta libertária pela emancipação daquela região vem obtendo, não tenho dúvidas de que até o final deste ano estaremos instalando o sonhado Estado do Tocantins.

Era o que tinha a dizer. (Muito Bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Sugestão de Norma

Inclua-se na Seção referente aos Servidores Públicos o seguinte:

Art. Os proventos dos inativos de nível superior não poderão ser inferiores ao teto mínimo estabelecido por lei para a categoria profissional a que pertençam.

Art. Os proventos da aposentadoria e pensões estão isentos de tributos e contribuições compulsórias.

Art. Aos inativos e pensionistas fica assegurado o direito à percepção de reajustes nas mesmas bases conferidas aos servidores em atividade.

Justificação

Os princípios constitucionais objeto de sugestão têm por finalidade resguardar o poder aquisitivo dos inativos e pensionistas, que injustamente são relegados a plano secundário no trato das questões salariais do setor público.

No que concerne ao salário mínimo profissional, o preceito afigura-se-nos, inclusive dispensar justificação, porquanto se trata de uma questão elementar de justiça respeitar-se o direito adquirido do profissional de nível superior de não ter os seus rendimentos fixados em valor inferior ao mínimo assegurado por lei à categoria a que pertença. A condição de inativos não lhes retira o credenciamento ao exercício profissional, nem os exclui da proteção da lei e muito menos constituir justa causa para reduzir-lhes a remuneração, que resulta de contribuições retiradas de seus vencimentos durante os longos anos de exercício da função pública. Não se trata portanto da concessão graciosa de um benefício. Conforme já afirmamos, trata-se de um direito adquirido através do trabalho, dedicação e contribuições pecuniárias.

2. A isenção de tributos e contribuições não representa, como poderia parecer à primeira vista, a concessão de um privilégio aos inativos e pensionistas. Representa, sim, um pequeno adicional que deixa de ser retirado de seus rendimentos atendendo às circunstâncias especiais em que se encontram. São pessoas ausentes do mercado de trabalho e sem condições de nele reintegrar-se em busca de rendas adicionais que lhes proporcione quaisquer melhorias nos respectivos padrões de vida. A pensão e o provento são essenciais à sobrevivência e quaisquer reduções, pequenas que pareçam, podem constituir sérios prejuízos. Ademais, convém que se tenha em mente que tanto o titular da pensão, quanto o inativo também já foram contribuintes plenos, oferecendo sua quota de sacrifícios em favor do patrimônio público.

3. A questão das revisões também é de fundamental importância, haja vista a experiência recente, verificada após a implantação do novo plano de classificação de cargos da administração federal, quando foram deixados, à margem dos benefícios decorrentes os inativos e pensionistas. Ademais, sempre que possível, os administradores públicos tendem a impedir a extensão de benefícios financeiros a esses grupos, parecendo ignorar o fato de que os benefícios que recebem têm origem na mesma causa dos ativos – a prestação de serviços à causa pública.

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Sugestão de Norma

Inclua-se na Seção referente aos servidores públicos o seguinte:

Art. As pensões devidas aos dependentes dos servidores civis serão fixadas em valor correspondente à remuneração integral do titular.

Justificação

Arbitrariamente fixadas em 50% do salário-base sobre o qual incide a contribuição mensal, as pensões conferidas aos dependentes dos servi-

dores públicos forçam uma drástica redução do padrão de vida do núcleo familiar, deixando portanto de servir ao objetivo para o qual foram instituídas, que é o de assegurar meios de sobrevivência à família, na eventualidade de falecimento do servidor.

A inadequação aos critérios adotados para fixação das pensões civis tem sido objeto de reiteradas denúncias da sociedade, com base em inúmeros estudos que comprovaram ser inverídica a presunção de que o desaparecimento de um membro da família, ainda que composta de apenas duas pessoas, importa reduzir à metade os gastos de manutenção, quer no que tange aos custos fixos, quer aos variáveis. A existência de filhos menores agrava ainda mais a situação, em virtude das despesas com educação, inevitáveis e inadivelsíveis num país em que o Estado não cumpre o dever elementar da oferta de ensino gratuito nos níveis básicos.

Não é menos penosa, aliás, a condição dos dependentes idosos, em face da crônica ineficiência e ineficácia do sistema de assistência médica e hospitalar.

Trata-se ademais de um ciclo vicioso que tem origem nos padrões de vencimento do setor público, inferiores aos vigentes no mercado e continuamente defasados, em razão da vertiginosa queda do poder aquisitivo da moeda. Ainda assim é reduzida à metade a remuneração que, integral, não é suficiente para suprir o indispensável a uma sobrevivência condigna.

Atentos a essa circunstância, os militares adotaram procedimentos inteiramente diverso no tocante às pensões deixadas aos seus dependentes. As pensões militares correspondem a 40 dias de soldo, ou seja 133% do seu valor. Assim, mesmo que o soldo não englobe a totalidade das vantagens pecuniárias percebidas pelo titular, o percentual de acréscimo (33%) constitui compensação razoável por eventuais perdas. Além disso, o militar tem a alternativa de prestar sua contribuição com base no soldo da patente imediatamente superior, possibilitando dessa forma um amparo mais efetivo aos seus dependentes.

A norma ora proposta tem alcance menor, não pretendendo estabelecer a igualdade entre pensões civis e militares. Visa tão-somente assegurar aos dependentes dos servidores civis o mínimo que é de justiça conceder-lhe a manutenção do nível de rendimentos da família:

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Diógenes.

O SR. FRANCISCO DIÓGENES (PDS – AC. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna desta Casa para juntar-me ao Constituinte Davi Alves Silva na proposta de Norma Constitucional, que cria o Estado de Carajás, sendo a cidade maranhense de Imperatriz, a Capital.

O meu pronunciamento de solidariedade ao Constituinte Davi Alves Silva, tem a seguinte característica: Primeiro, um homem jovem voltado para os interesses da sua região; segundo, o Parlamentar maranhense com a sua inteligência e simplicidade vem procurando desenvolver trabalhos de maior importância para a sociedade brasileira, o que vem demonstrando a necessidade de se fazer justiça na aprovação de suas matérias encaminhadas a esta Casa.

Assim, Sr. Presidente, e Srs. Constituintes, como representante do Estado do Acre na Assem-

bléia Nacional Constituinte, me orgulho em poder contribuir com o meu apoio parlamentar aos projetos do Constituinte Davi Alves Silva da Bancada do Maranhão. Espero dos demais Srs. Constituintes uma análise cuidadosa na Criação do Estado de Carajás, cuja a Capital será a cidade que mais orgulha o povo da região tocantina, que é a cidade maranhense Imperatriz (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Banevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Floriceno Paixão.

O SR. FLORICENO PAIXÃO (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto à tribuna para manifestar mais uma vez minha total inconformidade com o fato de a maior estatal brasileira, a PETROBRÁS, continuar mantendo contratos de risco com empresas estrangeiras para a exploração do petróleo em nosso território, em caráter de absoluto sigilo quanto às cláusulas que os contêm, sem que a Nação possa delas tomar conhecimento.

Há pouco tempo, a imprensa noticiou que a PETROBRÁS quer se associar à TEXACO, em Marajó, porque a direção da estatal brasileira está preocupada com a possibilidade de a empresa estrangeira descobrir grandes reservas de petróleo naquela ilha, e por isso poderia propor à multinacional americana ficar com a metade da jazida encontrada.

Ora, Sr. Presidente, esse assunto que envolve os contatos de risco para exploração do nosso petróleo tem sido objeto não só de minhas preocupações como de vários parlamentares que pertenceram à legislatura passada, ao ponto de, a requerimento de minha autoria, ter sido convocado o então Ministro César Cals, das Minas e Energia, que compareceu ao Plenário da Câmara. Suas respostas às perguntas formuladas não conseguiram convencer os Deputados que o questionaram, ficando ele, inclusive, de enviar-me, através da Mesa, respostas a muitas indagações. Até hoje, esses esclarecimentos não chegaram às minhas mãos. Há, evidentemente, um denso mistério em torno desse assunto, não se conhecendo, até hoje, oficialmente, os termos em que estão vasados tais contratos. Daí meu requerimento de informações que estou nesta data encaminhando à Mesa, além da proposta que estou formulando a respeito, para inserir-se na nova Carta Magna a proibição taxativa de pactuação, com firmas nacionais ou estrangeiras, para pesquisa e lavra de petróleo em Território brasileiro. (Muito bem!)

DOCUMENTO À QUE SE REFERE O SR. FLORICENO PAIXÃO EM SEU DISCURSO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Senhor Presidente

Ao abrigo do que dispõe o parágrafo único do artigo 26, da Resolução nº 1, que estabelece normas provisórias para o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, requeiro a V. Ex.^a que encaminhe ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República o seguinte Requerimento de Informações:

1 – Não entende o Governo que os chamados contatos de risco com empresas nacionais e estrangeiras para a exploração do petróleo ferem o princípio do monopólio estatal consagrado no art. 169 da Constituição, dispondo que "a pesquisa e a lavra do petróleo em território nacional constituem monopólio da União"?

2 – Por que as cópias dos contratos de risco estão com o carimbo de "sigiloso" ou "confiden-

cial"? Por que tais contratos não estão abertos ao público em todas as suas cláusulas, já que a PETROBRÁS é uma empresa estatal que pode e deve ser fiscalizada pelo povo?

3 – Quais são as empresas estrangeiras que já assinaram com a PETROBRÁS contratos de risco para a exploração de petróleo em território brasileiro?

4 – Qual o prazo de duração de cada um desses contratos? Houve prorrogação do prazo de algum desses contratos? Quais os que caducaram e quais os que estão em vigor?

5 – A que resultados chegaram os trabalhos de cada uma dessas empresas?

6 – Qual a área, em quilômetros quadrados, e sua delimitação no território brasileiro, que foi destinada a cada uma das empresas contratantes?

7 – O que levou a PETROBRÁS a destinar 84% da área sedimentar brasileira a empresas privadas preponderantemente estrangeiras, para, mediante contrato de risco, participar da exploração de petróleo?

8 – As áreas entregues às empresas contratantes que não encontraram petróleo no prazo contratual já foram devolvidas à PETROBRÁS?

9 – As empresas de contrato de risco que não encontraram petróleo após a devolução das áreas que lhes foram entregues receberam outras áreas para, através de novos contratos, fazerem novas tentativas?

10 – Como é prevista a forma de pagamento ou retribuição pelo trabalho que executam as empresas contratadas?

11 – É verdade que nos contratos de risco existem cláusulas estabelecendo a participação de 40% até 50% do petróleo encontrado para as empresas contratantes, quando nos demais países essa participação não ultrapassa 15%?

12 – Há contratos prevendo o pagamento em dólares americanos? Caso positivo, o pagamento deve ser feito em estabelecimentos bancários de dentro ou de fora do País?

13 – A PETROBRÁS deu alguma ajuda financeira ou material às empresas contratantes que não encontraram petróleo? Caso positivo, que espécie de ajuda foi dada? Elas foram indenizadas após a retirada das contratantes? A PETROBRÁS financiou alguma empresa contratante?

14 – É verdade que a PETROBRÁS proporcionou às empresas contratantes informações geológicas necessárias sobre a área total das bacias a elas entregues? A determinação desses dados não representa custos, gastos, etc, pela PETROBRÁS e, conseqüentemente, uma ajuda injusta às empresas multinacionais? Além do mais, feitos os levantamentos geológicos ou geofísicos, não fica extraordinariamente facilitada a localização dos poços petrolíferos?

15 – Qual o montante do investimento feito até agora por cada empresa na exploração de petróleo?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chagas Neto.

O SR. CHAGAS NETO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao chegarmos a esta Casa, trouxemos um compromisso maior de fazer ouvir ao Plenário solene, desta egrégia corte, as aflições e aspirações do povo de Rondônia.

Muito nos envolvia o ânimo de representar nosso Estado na constituinte e imprimir no seu conteúdo, a expressão mais nítida de nossa gente, seus costumes e linguagem.

Sentia naquela data, como sinto o quanto poderíamos estar presentes junto ao processo parlamentar nesta Casa canalizar todos nossos esforços, no sentido de satisfazer as necessidades básicas de nossa região.

Foram momentos de uma convivência gratificante, inspiradora e instrutiva que nos proporcionaram vislumbrar a sublimidade deste momento que vivenciamos, sob a égide de um anseio incontido por mudanças profundas em nossa conjuntura elevando como bem maior desta Nação, o homem.

E é neste clima, Sr. Presidente e Srs. Constituintes que hoje nos retiramos desta Casa, para atender uma solicitação expressa de sua excelência o Governador Jerônimo Garcia de Santana e retornar à Rondônia para cumprir meu dever indeclinável de servir à causa pública e ao povo de meu Estado à frente da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Temos a consciência plena deste nosso ato e move-nos neste instante o desejo de contribuir efetivamente para o desenvolvimento de minha região, aplicando ali os meus conhecimentos e a minha experiência, adquiridas nos 25 anos de vivência no setor da construção civil

Levo nesta oportunidade, em minha bagagem a experiência luminar destes dias, escassos na expressão do tempo, mas infinitamente extensos na visão da luz e do saber.

Queremos, que todos os nossos Pares nesta Casa, conguem de nossa alegria de tê-los conhecidos, e dividido instantes tão significativos que sobreviverão eternamente em nossas lembranças.

Vamos para Rondônia, certos de que nossa passagem por esta Casa não foi em vão, e neste breve espaço, creio ter deixado a minha colaboração à nossa Carta Magna.

Muito nos envaidece, nesta hora, o apoio e a solidariedade recebidas por amigos que aqui construímos.

Saibam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nos completa a certeza de que esta Casa abriga a elite intelectual e política de nossa Pátria, elementos fundamentais à nossa expectativa de que a Constituição que ora se prepara, contemplará a história como o documento mais sublime, simbólico da justiça e salmo da liberdade.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Chico Humberto.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Encaminho à Mesa, em anexo, cópia do telex que enviei nesta data ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, Dr. Antônio Alberto Canabrava, solicitando providências para a restauração da BR 365/MG, para que conste nos Anais desta Casa.

Câmara Deputados Brasília DF TLX nr 4968 de 20.mar.87 (Viegas)

Exm = Sr.

Dr. Antonio Alberto Canabrava

Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

Rio de Janeiro – RJ.

Solicito de Vossa Excelência especial favor no sentido do DNER vg fazer restauração da Rodovia BR 365/MG vg ligação canal São Simão - Montes Claros no trecho que liga Ituituba/São Simão vg com acesso para Santa Vitória pt As condições em que se en-

contra a atual rodovia está causando danos irreparáveis e até fatais para os usuários pt Atenciosamente Chico Humberto Deputado Federal PDT-MG.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Percival Muniz.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Muda a face do País com a posse dos novos Governadores!!!

Ressurge a esperança para milhões de trabalhadores que apostaram no potencial de mudanças que o PMDB, o meu partido, apresentou nas praças públicas através de propostas concretas para a gerência dos Estados.

E no meu Estado, o Mato Grosso, não é diferente, pois é sem dúvida brilhante o início de mandato do Governador Carlos Bezerra.

Medidas corajosas e inadiáveis estão sendo tomadas pelo Governador Carlos Bezerra para restituir o respeito e a correção que o trato com os bens públicos deve possuir. Mas, mais que isto, e principalmente, se resgata a dignidade e a austeridade que o poder público necessita para bem dirigir os rumos do Estado.

São medidas que, com certeza, desagradam os corruptos e aos falsos ideólogos do povo, que por muitos anos enxovalharam a consciência do povo Mato-grossense com a distribuição de favores e empregos públicos aos seus parentes e apadrinhados, com a utilização para benefícios próprios, de equipamentos e funcionários pagos pelo povo, com o desvio e a malversação de verbas públicas para atender aos mais expúrios interesses.

Porém, Sr. Presidente, tenho certeza que estas medidas atendem e tem o apoio da maioria do nosso povo, que nada tem haver com a política irresponsável dos Governos que antecederam a do PMDB.

A demissão do excedente do funcionalismo estadual, e de todos aqueles que sem concurso público foram contratados nos últimos anos, onde o desmando administrativo imperou em Mato Grosso, é sem dúvida questão de fundamental relevância para moralizar o serviço público e viabilizar o pagamento em dia dos salários dos que realmente trabalham para o Estado.

Temos certeza que o Governador Carlos Bezerra não deixará no abandono nenhum "Pai de Família" que justa e corretamente exerça suas tarefas como funcionário público, porém os apadrinhados dos poderosos que vêm no serviço público apenas uma fonte de renda fácil e descompromissada não permanecerão a usar e abusar do dinheiro do povo.

Temos muito o que fazer, e necessitamos de gente competente e disposta ao trabalho duro e portanto dispensamos os parasitas que possuem 3 ou 4 empregos e os funcionários fantasmas que ganham sem nada fazer.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes não é apenas na questão do funcionalismo estadual que o Governador Carlos Bezerra assumiu posições firmes e de alto cunho social. A suspensão do pagamento de todas as dívidas do Estado, inclusive às empreiteiras, até que a situação financeira do Estado esteja normalizada é sem sombra de dúvidas uma opção correta e afinada com os postulados populares, pois a situação de completa falência financeira em que assumimos o Estado não deixava outra alternativa.

Como disse o nosso Governador "não deixaremos de pagar o funcionário público para pagar juros aos banqueiros nacionais e internacionais.

Porém estas medidas não bastam para retirar o Estado de Mato Grosso da situação de falência financeira, sendo urgente e inadiável que a União cumpra sua parte, efetuando uma Reforma Tributária de emergência que dê os recursos suficientes para os diversos programas e projetos que queremos e que devemos implantar, pois, o povo os reclama.

Para concluir Sr. Presidente, queremos nos postar ao lado do Governador Carlos Bezerra neste processo de mudanças profundas que já se iniciam, reafirmando que nossa convicção democrática nos anima a continuar a luta pelas mudanças que pregamos e acreditamos, apoiando também, de maneira resoluta, as medidas adotadas pelo Governo Democrático de Carlos Bezerra.

Muito Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaci Góes.

O SR. JOACI GÓES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A experiência dos povos tem demonstrado que uma Constituição, por melhor que seja, pouco mais pode fazer que criar determinadas condições institucionais favoráveis ao processo de aperfeiçoamento da convivência societária.

Com efeito, reside no conjunto das ações cotidianas a fonte principal dos fatores responsáveis pela qualidade da vida.

Interessa, pois, acompanhar e analisar o que ocorre no País, paralelamente à realização dos trabalhos constitucionais, porque é precisamente daí, sobretudo da ação do setor público, que fluem as medidas destinadas a afetar, positiva ou negativamente, os efeitos produzidos sobre a Nação pela Carta Magna.

A frente de um governo de coalisão, ideologicamente frentista, encontra-se o Presidente Sarney sob a expectativa da Nação que o quer governando, a partir de agora, com o seu partido, o PMDB, conforme vontade que inequivocamente expressou nas urnas do dia 15 de novembro passado. Desse modo, a reforma ministerial, insistentemente anunciada e tão ansiosamente aguardada, impõe-nos o dever, como representantes do povo brasileiro, de uma avaliação crítica do desempenho de cada um dos ministros da Nova República, como subsídio para a iminente decisão presidencial.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados e Senadores Constituintes, Eleito que fomos pela Bahia, cabe-nos, em primeiro grau, a responsabilidade de analisar a contribuição de nosso Estado ao esforço comum de promover o bem-estar nacional, através os baianos com assento no ministério. Desgraçadamente, quis o destino que a Bahia esteja representada por dois nomes que se situam em pontos opostos, verdadeiros antípodas morais, servindo e desservindo à causa do povo brasileiro.

Do Ministro das Comunicações, pouco temos a acrescentar ao que tem sido amplamente divulgado pela imprensa brasileira; o de ser ele instrumento a serviço de interesses econômicos inconfessáveis, a soldo de vantagens pessoais, com que aumentam, ainda mais, uma fortuna ilegítima, construída ao longo do tempo em que só exerceu funções públicas. Não foi por outra razão que a Bahia se levantou altaneira para dizer ao Brasil,

pelo voto popular, que o quer proscrito dos salões da boa sociedade onde só devem ter ingresso pessoas de bem. É por isso que em nome da dignidade da Nova República, o Presidente Sarney não pode, sequer, cogitar da permanência do atual Ministro das Comunicações, sob pena de comprometer, irreversivelmente, a imagem do seu governo.

Interessa-nos, neste momento, no entanto, enfatizar a contribuição positiva, maiúscula que a Bahia dá ao Brasil, por intermédio do Ministro da Saúde, o professor Roberto Santos.

Preparado, como poucos, para o exercício de tão elevadas funções, Roberto Santos chegou ao Ministério estribado num dos mais ricos currículos que um homem público pode exibir.

Aluno laureado da escola de Medicina da Universidade Federal da Bahia, catedrático de Clínica Médica, aos 30 anos, em concurso memorável, pesquisador na mais alta acepção científica da palavra nas universidades de Michigan e Harvard nos Estados Unidos, na Universidade de Cambridge na Inglaterra e na Universidade de Hamburgo na Alemanha. Reitor da Universidade Federal da Bahia, Presidente do Conselho Federal de Educação, Governador do estado da Bahia e, mais recentemente, Presidente do CNPq, é sem dúvida, do mais alto nível a presença de Roberto Santos à frente do Ministério da Saúde, em apenas um ano de administração.

Ao lado de importantes programas em fase de pleno desenvolvimento, como: Programa de Assistência à Saúde Integral da Mulher e da Criança; Programa de Suplementação Alimentar, implementação de medidas preventivas para as doenças crônico-degenerativas, aumento da produção de imunobiológicos (vacinas, soros e reagentes), Programa Nacional de Sangue e Hemoderivados, abrangência do programa de assistência farmacêutica aos municípios, dentre outros, sobressairam-se as ações, no campo das doenças transmissíveis, de controle da malária, do dengue, da poliomielite, do sarampo e da peste do século, a AIDS.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes, a operação impacto de combate à malária que contou com o decidido apoio das Forças Armadas, desencadeada nos três últimos meses do ano passado, foi um grande sucesso.

De um total de 550 mil pessoas atingidas pela operação, 300 mil foram medicadas, calculando-se em 70 mil o número de pessoas que se salvaram das garras da insidiosa doença.

Tudo isso na região responsável por 70% dos casos ocorridos; 5 municípios de Rondônia e 11 do sul do Pará.

No combate ao mosquito **aedes aegypti**, transmissor da febre amarela e da dengue, os recursos operacionais foram ampliados, em razão do surto epidêmico ocorrido no início do ano passado, com o apoio de 3 mil operadores de campo, metade dos quais cedida pelo Exército. Além disso, uma rígida vigilância epidemiológica sobre o inseto tem sido exercida, continuamente, através da desinsetização de bloqueto nos principais entroncamentos rodoviários do País, a fim de impedir a migração do vetor para outras áreas. A meta do Ministério da Saúde é manter erradicada a forma urbana da febre amarela, prevenir epidemias do dengue e reduzir, ao máximo a ocorrência da forma silvestre por meio de intensivo programa de imunização anti-amarelha.

No controle das doenças transmissíveis por imunizantes, o Ministério da Saúde tem mantido – sem prejuízo das ações de rotina – a estratégia de vacinação em massa, com a realização dos Dias Nacionais de Vacinação contra a poliomielite,

cujas metas é imunizar a totalidade das crianças de zero a quatro anos de idade. Em virtude da incidência de um novo tipo de vírus da pólio foram criados também dias suplementares de vacinação. Além dos dias 23 de maio e 15 de agosto, quando serão realizadas as duas etapas da Campanha Nacional de Vacinação, haverá o Dia Regional do Nordeste, no dia 14 de novembro.

O aumento gradual da incidência do sarampo, a partir de 1983, determinou o estabelecimento de um novo plano de controle, em nível nacional, com execução prevista para 1987.

O controle da hanseníase foi inteiramente reformulado. As principais atividades realizadas incluíram criação de centros de referência, treinamento de recursos humanos de níveis superior e médio, definição de linhas de pesquisa e elaboração de projetos, assim como a reestruturação do laboratório de pesquisa em hansenologia da FIOCRUZ.

Foram enfatizadas as atividades de controle de infecção hospitalar, em cooperação com os Ministérios da Educação e da Previdência e Assistência Social. Como até agora, a atuação do Ministério da Saúde foi predominantemente voltada à formação de recursos humanos, o programa está sendo reformulado para que, além disso, se faça a avaliação dos mesmos e sua ampliação.

Com relação à **AIDS**, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, considerando a gravidade do problema, o Ministério da Saúde lançou no último dia 24 de fevereiro, a Campanha Nacional de Prevenção à AIDS, através de emissoras de televisão, jornais e revistas, de caráter essencialmente informativo e educativo, que tem colhido, até o momento, os melhores resultados. Além disso, o Ministério tem se empenhado no sentido de aumentar o volume de produção dos reagentes para testes de sangue transfundido, assim como ampliar o número de leitos hospitalares para os portadores de AIDS.

Mais recentemente, considerando a necessidade de implantação da reforma sanitária no País, o Ministro da Saúde reuniu-se no último dia 11 de março, em Brasília, com os novos Secretários de Saúde dos Estados.

As propostas básicas apresentadas nessa reunião serão aprofundadas em um seminário que abordará o tema "O novo serviço de saúde local", a ser realizado em abril próximo, onde se insistirá na necessidade de uma articulação fundamental para a melhoria da prestação do serviço de saúde. O instrumento básico para essa articulação será o que o Ministro da Saúde chama de regionalização assistencial, com a implantação dos distritos sanitários, e a conseqüente descentralização da execução das ações de saúde, reforçando-se a atuação dos municípios. Com isso, acredita-se que será possível influenciar os indicadores de saúde do País.

Até o final de 1987 o Ministério da Saúde espera garantir atendimento à totalidade da população, através do que se chama de universalização da cobertura.

É por tudo isso Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes que a Bahia sente-se orgulhosa e feliz com a qualidade do trabalho que, em favor do Brasil, realiza o Ministro da Saúde, o Professor Roberto Santos.

Muito obrigado! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está findo o tempo destinado às Comunicações. Vai-se passar ao horário de Liderança.

Concedo a palavra ao Líder do PL, Adolfo Oliveira.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL-RJ. Sem re-

visão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Não devo nem posso ocultar uma grande emoção ao poder subir a esta tribuna e anunciar que, em data de ontem, o egrégio Tribunal Superior Eleitoral concedeu registro ao meu Partido. (Palmas)

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quem conhece as terríveis dificuldades impostas pela legislação de organização partidária pode avaliar o esforço extraordinário que foi realizado até que se chegasse a esta grande vitória de ontem.

Eu gostaria de dedicar esta conquista democrática a dois homens, ao companheiro anônimo dos rincões os mais diversos e os mais longínquos deste País, que apesar da insegurança que sempre cerca uma iniciativa pioneira, nova, confiou no Partido, acreditou na sua legenda, que traz esperanças e certezas de uma efetiva participação nas decisões e nas atitudes deste novo liberalismo, que passa pelo social, que é moderno e que se traduz no anseio de milhões e milhões de brasileiros especialmente a grande massa da juventude, dos trabalhadores, da classe média tão sofrida e tão preocupada.

Então, dedicamos, Sr. Presidente, a este companheiro anônimo, que é o primeiro, e é o responsável pela idéia, pela criação, a este obstinado homem público cuja trajetória tem sido sempre marcada pela lealdade a princípios e pela fidelidade com que encarna o espírito público. Estou me referindo, Sr. Presidente, é claro, ao nosso grande Presidente fundador e Líder Álvaro Valle.

Deixo, assim marcada e assinalada a presença do Partido Liberal ao lado dos seis outros Partidos que tinham já sua existência legal confirmada e reconhecida pela egrégia Corte Eleitoral.

Trago assim, Sr. Presidente, da mesma forma como iniciei essas singelas palavras, a emoção e a alegria como nós repartimos, com todos os demais Constituintes, esta alegria de hoje, que se repete em cada Município, em cada vila deste País, onde já pulsam os corações liberais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jairo Carneiro, como Líder do PFL.

O SR. JAIRO CARNEIRO (PFL – BA, Como Líder.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Sirvo-me deste momento para fazer um pronunciamento que não se vincula necessariamente à Liderança.

Assumem os Governantes o Poder nos Estados da Federação, eleitos democraticamente pelo povo. Nos discursos de campanha, timbraram os candidatos em ampliar o reforço a suas teses na contundência do ataque à inoperância, à incompetência, quando não desviavam e aprofundavam a crítica, atingindo a honorabilidade dos detentores do Poder, de então. Há neste País um erro, um vício e uma prática, que remonta no tempo, de não se distinguir o Governo do seu governante. Costuma-se confundir as duas realidades, que são distintas e não formam necessariamente uma identidade. Em um país de maturidade política ainda não sedimentada, de relativa eficácia das leis e de sentida lentidão e morosidade das respostas das instituições aos apelos e demandas em respeito a verdade e em proteção aos direitos fundamentais dos cidadãos, neste País que haveremos de recriar, é preciso que a credibilidade e a moralidade pública sejam imperativos que vinculem não apenas os destinatários das críticas e dos ataques, mas é necessariamente, os eventuais autores, responsáveis, da acusa-

ção leviana, da denunciação caluniosa. Quanta desfiguração e desrespeito ao princípio da autoridade ocorre, pairando na consciência coletiva a dúvida, a incerteza e a perplexidade sobre a conduta de pessoas tidas e reconhecidas como cidadãos de bem. A autoridade pública é função das mais nobres, delegada do povo, de quem todo poder emana. Com esta legitimação os deveres e responsabilidades do gestor da coisa pública são transcendentais. A violação do seu compromisso é, sem dúvida, grave pecado que deve ensejar a condenação dos homens.

Se assim é e deve ser, nada autoriza, no entanto, o enxovalhamento, o recurso ao discurso sem elemento de prova, perturbador da imagem, da tranquilidade e da privacidade de cidadãos honrados.

A vida pública brasileira, em defesa da dignidade do Poder constituído pela soberania do povo, em salvaguarda e prestigiamento do princípio da autoridade pública e em proteção a credibilidade e moralidade das nossas instituições e da própria posição do País no concerto das nações desenvolvidas e civilizadas, em razão de tudo isso é urgente que se opere uma profunda e radical mudança nas práticas e costumes e que os novos tempos da Nova República, introduzam na vida e na Legislação do País, do novo Estado Democrático, princípios, preceitos e normas de efetividade e eficácia jurídicas e de conteúdo ético, plenos e transparentes, que assegurem a liberdade, o direito, as garantias e a responsabilização imediata dos que intentem contra o Poder ou ofendam a honra e dignidade dos que o exercem, em nome e por delegação do povo, e bem assim; se imponha a consequência da lei aos que, no exercício do poder, dessirvam ao poder que é do povo, que não pode ser maculado em sua confiança e soberania.

O quadro de perplexidade e de contradições, descrito é o dominante na realidade brasileira em face aos antagonismos de poder. Um quadro que não exalta e não engrandece. As ambições de poder, de sua conquista ou preservação, não contêm o "poder" de ofensa que, em nosso País lastimavelmente, assume a feição de um verdadeiro direito.

Neste cenário se desenvolveu a luta política, a disputa sucessória. Aos novos governadores cabe a missão que o povo confiou, de dirigir os destinos de vencedores e vencidos, que passam todos a ser destinatários das ações dos governos. Que os governadores sejam felizes fazendo a felicidade do povo que governam e exercitem, na prática, o discurso proclamado na campanha vitoriosa.

Sabem os governantes estaduais a realidade cruel que enfrentam e não poderão operar milagres. Esta sorte também a tiveram os seus antecessores, adversários ou não. Ninguém poderá empreender uma obra à altura das necessidades e aspirações do povo, ninguém realizará o seu ideário e programa de Governo como originalmente concebido, com a massa de compromissos e de recursos com que conta um Estado nesta Federação, combalida e desfigurada. Fundamentalmente o problema é de natureza institucional. Lançar sobre os ombros de governo pretérito o peso do eventual fracasso será obter o julgamento da absolvição antecipada, frente aos obstáculos e desafios de presente. É hora de construir. O acirramento das divergências ou o confronto dos antagonismos, não contribui para o enfrentamento das dificuldades e superação da crise. É preciso olhar para a frente e para o alto com espírito de grandeza e aplicar o melhor do talento na prática do bem do povo.

União é preciso para mudar. Para urgente e de imediato, consumir um compromisso da Nova República: reconstruir a Federação no Brasil. Aí reside uma questão fundamental. Este é um compromisso de todos os brasileiros, de vencedores e de vencidos, dos políticos com ou sem mandato, do Governo da República, de todos os cidadãos, de quem quer que a União, a Federação sobreviva e se fortaleça na comunhão de todos. A miséria dos Estados e dos Municípios não pode agravar-se. Não se pode aviltar ainda mais o conceito de Federação neste País. É preciso resgatar, agora, sem tardança através da cooperação entre o Governo e o Congresso Nacional, antes da promulgação da nova Constituição, o sofrimento provocado por um regime abusivo de centralização de poder, que usurpou a autonomia dos Estados e Municípios e destruiu, na prática, a nossa Federação. É preciso, de uma vez, extirpar dos Estados e Municípios a sua condição humilhante de "pedintes", vivendo Prefeitos e Governadores o papel de atores de uma verdadeira tragédia que eu denominaria: "Mendicância Pública Institucionalizada de Estados e Municípios em uma Federação chamada BRASIL".

O restabelecimento da autonomia dos Municípios e o fortalecimento dos Estados-Membros entendo se deva promover agora, assim exige a Nação e o povo brasileiro. Esta questão não pode retardar, porque precede a outras, que estão nos discursos e preocupações nesta Casa. Esta questão diz diretamente com o conceito de unidade e integridade nacionais. É tema da mais alta relevância e prioridade. E esta transformação passa necessariamente pela formulação de um sistema de discriminação de rendas compatível, que assegure o respeito efetivo a autonomia política e financeira às Unidades Federadas. A Nação não pode nem aceitar ser iludida ou enganada por eufemismos do tipo minireforma tributária. A Nova República tem um sério e solene compromisso, no particular, a que não pode faltar.

Ilustres Constituintes: É dever nosso, de mãos dadas e fraternalmente, promovermos, Governo da República e Congresso Nacional, solidários, a Reforma urgente que a Nação reclama e a que Estados e Municípios legitimamente têm direito. O clamor dos Governadores, o apelo dos Prefeitos, a voz que se levanta das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores se unem em um brado incoercível de rebelião pela conquista da liberdade e direito da verdadeira União, da federação que almejamos.

Dentro deste propósito inclusive os Municípios brasileiros deverão estar comparecendo à Capital da República, nos próximos dias, segundo me informou o ilustre amigo e talentoso Prefeito do Município de Juazeiro, o dinâmico Presidente da União dos Prefeitos do meu Estado a Bahia, o Dr. Jorge Khoury, para trazer as reivindicações prioritárias ao Governo e ao Congresso Nacional, pleitos que, por sua natureza e gravidade, haverão de merecer, estou certo, a pronta apreciação e decisão das autoridades responsáveis desta República.

Concito, pois, aos ilustres parlamentares, Senadores e Deputados, e nos unirmos e lutamos agora, pelo soerguimento da Federação e em defesa da autonomia dos Estados e Municípios brasileiros, que atravessam sérias e contínuas dificuldades. Sem reforma, sem decisão, nada mudará. Muito Obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jarbas Passarinho, como Líder do PDS.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS – PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na sessão do Senado de segunda-feira, tive oportunidade de mostrar quanto está sendo perversa a ação da Receita Federal com relação aos assalariados, a título de taxaço de Imposto sobre a Renda, que na verdade é uma taxaço de imposto sobre salários.

O Líder da Frente Liberal no Senado, Senador Carlos Chiarelli, disse que estava em entendimentos com o representante do Ministério da Fazenda, no setor próprio, para obter modificações que reconhecia imperativas.

Na oportunidade, eu disse que seguramente não se compadecia bem o otimismo do Líder Carlos Chiarelli com a catadupa de expressões pessimistas do Sr. Quintanilha.

Passou-se o tempo, fim desta semana e aqui está o resultado, Sr. Presidente; é o parto da montanha.

Tivemos aqui uma declaração do Sr. Quintanilha dizendo que simulações de mais de duas mil declarações de renda confirmaram que não houve aumento de carga tributária para quem ganha entre 5 e 20 salários mínimos.

É notícia do **Jornal do Brasil** de hoje, página 15, de que tenho recorte em mãos. E o próprio **Jornal do Brasil** se encarrega de mostrar o quadro de um contribuinte que está nessa faixa que o Secretário declara não ter havido aumento de tributação.

Esse contribuinte teve, em 1985, uma renda bruta de 175 mil cruzados e sofreu retenção de 34 mil. No final, houve uma devolução de 25 mil. Em 1986, primeiro ano de vigência do chamado Sistema de Bases Correntes, ele teve uma renda bruta de 420 mil, aparentemente ótima porque subiu 140% na renda bruta e a retenção na fonte chegou a 70 mil, que foi um acréscimo de 104% em relação ao ano anterior. Ao apresentar a declaração, verificou que está devendo à Secretaria da Receita Federal 30 mil cruzados, o que significa que terá de pagar 100 mil. Ao se confrontarem os 36 mil pagos em 1985, constata-se que ele foi atingido por uma brutal carga tributária em um aumento de 178%.

Citei o mesmo caso, Sr. Presidente, de um mesmo contribuinte, do ano passado e do ano anterior, e que, no ano passado tinha tido uma renda líquida – até tomei a renda líquida – que, deflacionada em relação ao ano seguinte, é menor, e essa pessoa, no ano anterior, não teve despesas com médicos e hospitais, com medicamentos, não, que medicamento não se contam para dedução. Passou a ganhar menos, pois tinha duas fontes de salários, de recursos e passou a uma fonte só. Recebeu em devolução cerca de 5 milhões de cruzeiros na época ou 5 mil cruzados e, agora, vai pagar 16 mil cruzados. Ainda há pouco, mostrava-me um jornalista o seu contra-cheque. Ele vai pagar quatro a cinco meses do seu vencimento anual em favor da taxaço que está sendo feita.

Por que toda a esperança da Frente Liberal, enquanto o PMDB, estranhamente silenciou sobre isso? Por que toda a esperança da Frente Liberal se desvaneceu? Porque todos os benefícios feitos em relação à declaração do ano anterior foram; primeiro prorrogar por quinze dias o prazo fatal de entrega das declarações – o que já é contumaz no País – segundo, aumentar de seis para oito as parcelas de contribuição, no pagamento do imposto devido – o que também já era habitual.

Então, não há nenhuma vantagem, em relação ao ano passado, dos que vão pagar agora. Isso

significa o quê? Que o Governo está com caixa zero, ou próximo disso e não pode abrir mão desse verdadeiro confisco, da renda não, dos salários das pessoas.

Por isso, nosso Partido, o Partido Social Democrático, apresentou moção, lida aqui pelo Deputado Bonifácio de Andrada e, no Senado Federal, pelo Senador Virgílio Távora, fazendo um protesto, porque vamos fazer o pagamento, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que corresponde a um verdadeiro assalto a mão desarmada em relação aos salários dos assalariados. Há quem esteja, já hoje, pensando em tomar empréstimo para poder pagar e, se for tomar empréstimo pelos juros que aí estão, não sei o que vai pagar no ano seguinte.

Em relação a esse protesto que fazemos de não se fazer nenhuma correção em relação ao salário do ano anterior, ao imposto retido no ano anterior, que corresponderia a essa falácia maior de dizer que a inflação do ano passado foi de zero, para um dos grandes gênios que inventaram o Plano Cruzado e que ganhou muito dinheiro, provavelmente, mas num livro que ficou **best seller**, enquanto houve aquela verdadeira anestesia da população, em relação ao resultado do Cruzado 1 – esse livro se disse depois que passou a ser colocado nas estantes de ficção e, agora, figura numa estante de humor – “Inflação Zero” – nosso protesto, Sr. Presidente, portanto, à insensibilidade dos homens que hoje fazem com que algumas pessoas sintam saudades do passado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Augusto Carvalho, que vai falar em nome da Liderança do PCB.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Durante esse período em que se tem reunido a Assembléia Nacional Constituinte, temos acompanhado a unanimidade dos pronunciamentos de diversos representantes de todas as agremiações, condenando a usura institucionalizada que existe em nosso País, em Brasília, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Nordeste, no Norte, todos os ilustres colegas têm aqui denunciado o crescimento das concordatas, das falências, da quebraadeira geral que assola, principalmente, os pequenos e médios comerciantes, especialmente, os pequenos produtores rurais.

Agora, Sr. Presidente, além desse segmento de comerciantes e produtores rurais, queremos chamar a atenção dessa Assembléia Constituinte para a grave situação que atravessa a categoria dos 700 mil bancários brasileiros.

Acabamos de sair de uma audiência, agora, mantida com o Ministro do Trabalho, Sr. Almir Pazzianoto, onde fomos levar a apreensão do Partido Comunista Brasileiro em relação à absoluta insensibilidade dos banqueiros quanto às justas reivindicações dos bancários que penam salários aviltados naqueles grandes conglomerados de mármore e cristais, espalhados por todo o País. E, até agora, a despeito do curso do movimento reivindicatório que aponta para a irreversibilidade de uma greve geral, a partir do dia 24 de março, até agora, os banqueiros da FENABAN sequer se dignaram a apresentar uma contraproposta às reivindicações dos bancários.

E mais ainda ficamos preocupados, Sr. Presidente, com o grave fato de que, a partir da semana que vem, o Ministro do Trabalho estará ausente do País, quando, acompanhando os últimos acon-

tecimentos ocorridos nas refinarias, nos portos brasileiros, em que vemos a intervenção armada, o deslocamento das Forças Armadas para a intervenção em conflitos trabalhistas, que deveriam ser superados pela negociação, nós vemos também a iminência de um endurecimento em relação a essa greve legítima dos bancários, que ocorrerá a partir do dia 24 de março. Como todos os colegas têm conhecimento, os bancários trabalham numa atividade considerada também essencial pela fascista legislação de greve ainda em vigor, que poderá ensejar, a exemplo dos casos anteriores, o endurecimento, a intervenção por parte do Governo.

Sr. Presidente, nesse sentido, queremos, mais uma vez, destacar a solidariedade do Partido Comunista Brasileiro, chamando à solidariedade de todos aqueles que, aqui, na tribuna, se sucederam na crítica à aglomeração institucionalizada, aos privilégios absurdos, inaceitáveis, que continuam gozando esses parasitas que destroem o esforço produtivo do nosso País, para que, a partir da semana que vem, criem, nas suas bases, um esquema de apoio, um esquema de solidariedade, a fim de que, de dentro para fora, através do legítimo movimento dos bancários, e de fora para dentro, através da pressão organizada das associações de comerciantes, das associações de trabalhadores rurais, enfim, de todos os segmentos atingidos hoje pelos brutais níveis de taxas de juros cobrados, para que possamos, definitivamente, acertar as contas com essa impunidade do capital financeiro, tanto na extorsão praticada a esses setores, quanto, principalmente, na busca de uma solução negociada, de uma mediação, exatamente agravada, agora, pela ausência do Ministro do Trabalho, que deveria exercer esse papel de mediação.

Apelamos também, Sr. Presidente, para concluir, no sentido de que cada parlamentar exerça sua influência, para que o Governo desamarre as mãos do Banco do Brasil e das demais empresas estatais, para que possam negociar diretamente, tal como preceitua o art. 170 da atual Constituição brasileira, que prevê a negociação direta entre as empresas e os trabalhadores, e não a interferência do Governo, como até agora vem ocorrendo, quando acontecem essas negociações nas chamadas empresas estatais. (O Sr. Presidente faz soar a companhia.)

É necessário haver a solução para esse impasse a nível das empresas estatais, para forçar os banqueiros da rede privada a apresentarem imediatamente uma contraproposta aos justos anseios de melhores salários e de melhores condições de trabalho de todo os bancários brasileiros. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Líder do PSB, Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – R.J. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, ao ler **O Globo**, pensei, na realidade, como era muito cedo, que ainda estava sonhando. Porque a chamada, na primeira página, é a seguinte: Seiscentos remédios têm aumento de 102% e outros sobem 35%.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Constituintes, não é possível, no nosso País, onde o índice de mortalidade infantil no Nordeste só está abaixo do índice da Índia, onde morre uma criança de desnutrição de 45 em 45 segundos, considerando o nascimento aos 2 anos, quando num país sério era obrigação do Governo dar alimento a essas crianças para que não fos-

sem desnutridas e não morressem com 1.34 uma simples diarreia, quando era e deve ser a obrigação precípua de um governo sério de dar saúde e educação ao seu povo, é obrigação de um governo sério medicar sua população, quando temos um salário mínimo aviltante, temos um aumento nos remédios de cerca de 102%. A impressão que se tem e a de que há um interesse das autoridades no aumento não só da mortalidade infantil, mas da mortalidade em geral, porque, diminuindo a população, teremos um número menor, nas estatísticas, de pessoas que vivem em estado de miserabilidade. Porque não é crível, não é admissível, não é plausível, não pode ser defendido por ninguém este aumento escorçante da indústria farmacêutica, e não se admite que se implante, em nosso País, a indústria da química fina para que tenhamos, então, condições de poder, sem ter que importar das matrizes, pagando **royalties** às empresas montadas no Brasil, para que possamos ter a independência da indústria farmacêutica no nosso País.

Era este o protesto, Sr. Presidente, que queria deixar consignado nos Anais da Constituinte, neste momento. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Amaury Müller que falará pela Liderança do PDT.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Estou convencido de que o exercício, da vida pública exige, de todos os que nela ingressam e dela fazem o seu instrumento de ação, um mínimo de lealdade, de honestidade, de respeito. Infelizmente, isto não está ocorrendo. Mudaram os governos estaduais, mas não se alteraram os métodos herdados do período obscuro de autoritarismo que, durante 21 anos, infelicitou e cobriu de luto o povo e a Nação.

Os processos mais insidiosos, mais sórdidos, mais condenáveis, têm sido usados por porta-vozes de novos governadores – felizmente, não de todos – para, inutilmente, tentar denegrir a imagem de governos austeros, empreendedores e fecundos.

A Bancada federal do PDT, já lançou um desafio ao porta-voz do novo governador do Rio de Janeiro, Sr. Moreira Franco, para que prove que tenha o ex-Governador Leonel Brizola, durante a sua gestão, admitido ilegalmente, ao arripio da lei, 100.000 pessoas.

Não é verdade, Sr. Presidente, que o Governo Brizola tenha ampliado o quadro de pessoal do serviço público, e muito menos é verdade que o tenha feito nas proporções gigantescas que algumas autoridades da nova administração têm transmitido à imprensa, especialmente à grande imprensa a serviço de grupos antinacionais e antipovo, levando-as a veicular informações absurdas, como, por exemplo, a que teria o Governador Brizola admitido 100.000 servidores.

Ao contrário, Sr. Presidente, a política de pessoal do Governo Brizola foi marcada pelo tipo de austeridade que sempre o PDT professou: rigidez nas admissões e justiça nos salários.

O PDT encontrou o Governo Estadual com 235.452 servidores civis, 148.013 na administração direta e 87.439 na indireta. No final do Governo Trabalhista Socialista, já em dezembro de 1986, o mesmo setor possuía 231.093 servidores, houve, portanto, uma redução 3.549 empregados. Isso, tendo admitido através de concurso público, até àquela data, 28 mil 212 professores, profissionais da saúde e defensores públicos, em

áreas consideradas pela administração trabalhista socialista como essenciais. À excessão de alguns pequenos casos, muito mais por necessidade imperiosa do serviço do que por qualquer outro motivo, não foram feitas quaisquer contratações da administração direta.

Ao final do Governo foi possível extinguir, por decreto, cerca de 34 mil cargos vagos e dispensáveis. Na administração indireta o número de contratações foi correspondente mesmo, inferior à rotatividade do pessoal, levando-se em conta até terem sido incorporados contingentes significativos de empresas prestadoras de serviço, no caso da TED no Metrô, ou de instituições financeiras absorvidas pelo BNERJ. Grandes empresas, como a SEDAI; tiveram reduzidos os seus quadros de pessoal, racionalizando os seus serviços.

Em um setor, entretanto, o Governo trabalhista aumentou, de forma expressiva, o quadro de pessoal, o da segurança pública. O PDT recebeu, no Rio de Janeiro, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros com 37.362 homens; em dezembro de 1986, este número havia passado para 41.388, mais 4.226 polícias e bombeiros militares admitidos por concurso, passaram a servir à população do Rio de Janeiro.

Ora, Sr. Presidente, política é a arte do possível, e Leonel Brizola realizou, no Rio de Janeiro, o possível, orientando substanciais recursos para a educação, para a saúde, para setores fundamentais para a população do Rio de Janeiro. E não se pode admitir agora, no limiar de um novo governo, o revanchismo, o arrivismo, as insidiosas e injustas acusações veiculadas pela grande imprensa, onde o PDT e o Governador Brizola não conseguem fazer eco da sua defesa.

Quero deixar esse registro aqui, desafiando o suposto Governo moralista e moralizador de Moreira Franco para que prove, desta Tribuna, as acusações estapafúrdias, absurdas, injustas, que vem fazendo contra o Governo honrado, austero e realizador de Leonel Brizola.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Edmilson Valentim, que falará pela Liderança do PC do B.

O SR. EDMILSON VALENTIM (PC do B – RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes:

Os trabalhadores brasileiros não suportam mais a política econômica do Governo Sarney. Os trabalhadores brasileiros não suportam mais uma política econômica que se tange por baixos salários, que se tange pelo arrocho salarial, que se tange pelo desemprego que hoje começa a crescer novamente por uma política econômica em que os salários vão progredindo negativamente e a inflação, acumulada em 2 meses, chega a 33,1% e o gatilho salarial em 20%. Gatilho esse que novamente em que ouvimos vozes, dizendo que tem que ser retirado. Gatilho esse que não pode existir, gatilho salarial esse que foi a única coisa que sobrou que é favorável aos trabalhadores do nosso País do plano cruzado. Eclodem movimentos de Norte a Sul do nosso País. São greves legítimas, são greves que refletem hoje a situação dos trabalhadores e são tachados por órgãos governamentais, por empresários, pejorativamente, de greves políticas. E vamos pensar um pouquinho! Realmente as greves são políticas. São políticas porque são contra essa política econômica de arrocho salarial; são políticas porque são contra a política de reforma agrária que até

hoje não foi implantada de maneira efetiva pelo Governo. Realmente são greves políticas, porque são contra uma política que não é a política em que o povo votou em 1986, que não é a política em que o povo acreditou em 1986, porque é uma política que não encontra respaldo no anseio dos trabalhadores. E essas greves, esses movimentos representam a realidade objetiva dos trabalhadores do nosso País.

Quando uma categoria de trabalhador entra em greve, a nível nacional ou a nível estadual, isso não é uma brincadeira, isso é realmente a realidade sofrida pelo trabalhador brasileiro. E o Governo Sarney e o Governo da Nova República, tal qual governos anteriores, governos repressivos, governos da ditadura militar, vem aplicando no campo econômico, vem aplicando no campo social a mesma forma de conduzir esses movimentos.

Tivemos a oportunidade de acompanhar como foi tratada a greve nacional dos marítimos, tivemos a oportunidade de acompanhar o tratamento dado no início das negociações dos trabalhadores das refinarias de petróleo.

Concluindo, Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de acompanhar a greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista, e foi com muito pesar que assistimos a truculência com que esses movimentos foram reprimidos.

Não podemos, nós Deputados Constituintes, Senadores Constituintes que num momento como esse, que é o culminar de uma luta democrática, que é a elaboração da nova Carta Magna do nosso País, um ponto alto da luta contra a ditadura, que era o sinônimo da repressão do povo brasileiro, da repressão da manifestação livre e soberana dos trabalhadores com relação a sua realidade de vida, não podemos hoje compactuar, aqui dentro da Assembléia Nacional Constituinte, com um debate que não caminhe para a conquista e para o avanço da democracia.

É nesse sentido que hoje, em nome da liderança do Partido Democrático do Brasil, viemos colocar a nossa posição em defesa da unidade dos setores progressistas, dentro desta Casa, e, principalmente da unidade desses setores progressistas com o movimento popular, que achamos, junto com este movimento calcados na manifestação livre, na manifestação justa, na manifestação verdadeira do nosso povo, pois caminhando juntos é que conseguiremos avançar na conquista da democracia, na conquista de uma constituinte progressista que realmente reflita os anseios do nosso povo sofrido, pois sei, como trabalhador e como operário, que não se calará, que não ficará passivo frente a essa realidade que cada vez mais oprime o nosso povo.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte, Cid Sabóia de Carvalho, pela Liderança do PMDB.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO PRONUNCIANDO DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Adauto Pereira – PDS; Adroaldo Streck – PDT; Aff Domingos – PL; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airtton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Alécio

Dias – PFL; Alfredo Campos – PMDB; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysso Paulinelli – PFL; Antônio Câmara – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arolde de Oliveira – PFL; Benito Gama – PFL; Bocayuva Cunha – PDT; Carlos Alberto – PTB; Carlos Virgílio – PDS; Christóvam Chiaradia – PFL; Cláudio Ávila – PFL; Delfim Netto – PDS; Doreto Campanari – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Ézio Ferreira – PFL; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Ferez Nader – PDT; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Coelho – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gil César – PMDB; Gumerindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Itamar Franco – PL; Jesus Tajra – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Haickel – PMDB; José Camargo – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maurício – PDT; José Mendonça Bezerra – PFL; José Teixeira – PFL; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Maluly Neto – PFL; Marcelo Miranda – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Maurício Campos – PFL; Max Rosenmann – PMDB; Mendes Thame – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Lima – PMDB; Nelson Wedekin – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osvaldo Coelho – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Paim – PT; Paulo Silva – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Raimundo Lira – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiuzza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rubem Medina – PFL; Sarney Filho – PFL; Sotero Cunha – PDC; Victor Trovão – PFL; Wagner Lago – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Encerro a sessão, convocando outra para a próxima 3ª, dia 24, às 14:00 h.

Encerra-se a Sessão às 17 horas e 30 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELA SRA. WILMA MAIA NA SESSÃO DE 18-3-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

A SRA. WILMA MAIA (PDS – RN. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes:

A Nova República completou, no último dia 15, dois anos de Administração, sob a égide de dois acontecimentos que são paradoxais. De um lado, com um pseudo plano de estabilização econômica, conseguiu fazer quase todos os Governadores de Estado e Territórios, se posicionando assim, definitivamente, no poder e com isso dando a impressão de que conseguiu de todo o povo

brasileiro a credibilidade para se manter no Governo.

Do outro lado, temos o contraste, crise econômica que assola o País, onde se estabeleceu a hiperinflação e início de uma nova recessão.

O Brasil vive hoje o caos, depois de nos terem dito que tinham mudado o País. O que vemos hoje são os tanques nas refinarias, os fuzileiros navais nos portos, as greves se sucedendo em todos os setores, os juros bancários desencorajando todo e qualquer investimento produtivo, a reforma agrária esquecida, a classe média esmagada provocando um sentimento generalizado de revolta e afogando com isso, toda a esperança por justiça social do povo brasileiro.

Diante deste contaste, só temos um diagnóstico: o PMDB soube ser competente politicamente, usando sua retórica de oposição, mas não está sabendo conduzir o País. O Brasil está sem planos, sem a definição de uma política econômica para a atual crise interna em que o País se encontra e sem condições de negociar com os credores externos, porque não se preparou para a moratória. Ouvimos durante anos a pregação de mudanças por uma administração transparente, pelo direito de greve, pela liberdade sindical, pelas eleições 'diretas-já' para Presidente da República, pelo fortalecimento do Poder Legislativo.

Entretanto, a realidade constatada demonstra a incoerência da prática com a teoria. Hoje o Governo é cada vez mais centralizador, autoritário, com decisões secretas definidas através dos famigerados decretos-leis.

Senhoras e Senhores Constituintes, estamos aqui reunidos, com procuração do povo brasileiro, para elaborar uma Constituição. Divulgou-se aos 4 cantos do País que a Constituinte seria a panacéia para resolver todos os males, mas a retórica continua sendo diferente da prática. Assisti durante todo este período da instalação da Assembléia Constituinte, discursos inflamados, onde todos proclamaram e defenderam a soberania da Assembléia Constituinte. No entanto, aceitamos passivos, pacientes, a interferência indevida do Poder Executivo neste processo. Quantos não se disseram favoráveis à soberania, mas votaram uma emenda, confessada pelo próprio autor, feita nos gabinetes do Governo.

Denuncio neste momento, a pressão comandada pelos partidos majoritários, sob o comando do Governo para que a Constituinte defina o mandato de 6 anos para o Presidente Sarney.

O papel do Governo nesta Assembléia já foi cumprido, que era o de instrumentalizar a vontade popular com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Com este ato o Governo restituiu ao povo o poder que é exercido com legitimidade pelos Deputados e Senadores Constituintes, eleitos para fazer a Constituição.

Se o Governo age diferentemente, está usurpando as prerrogativas conferidas ao povo.

Por isso convoco meu Partido para ajudarmos o Governo a sair desta crise interna e convoco também todos os Constituintes a iniciarmos uma mobilização para eleições diretas-já. Vamos nos juntar aos partidos minoritários nesta Casa, convocando também a dissidência do PMDB e PFL, para em, 1988, termos eleições diretas para Presidente, encerrando assim a fase de transição para a verdadeira democracia que queremos para o povo brasileiro. Como mulher e como nordestina, que mora numa região discriminada pelo poder central, estou disposta a cumprir a missão que o povo do Rio Grande do Norte me conferiu.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. ALUÍZIO CAMPOS NA SESSÃO DE 18-3-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ALOÍZIO CAMPOS (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Acabo de regressar do Nordeste, deixando a região altamente preocupada com a estagnação econômica que já se alastra por todo o País. Vários oradores que me precederam acabaram de mencionar o nosso interstício estéril, durante o qual não estamos funcionando nem como Assembléia Constituinte, nem como Congresso Nacional.

Quando defendi, juntamente com outros companheiros, que o Congresso deveria continuar aparelhado para intervir nas soluções conjunturais era, porque já se anunciavam as dificuldades econômicas e sociais por que estamos passando.

O mais preocupante, Sr. Presidente, é que não aparecem indicações de soluções concretas e por isso, humildemente, permito-me formular algumas sugestões para análise e apreciação dos responsáveis pela montagem da nossa política econômica.

O drama maior, como acabou de ressaltar o orador que me antecedeu, Deputado Benedito Monteiro, é o das atividades produtivas, especialmente o das micros e pequenas empresas, todas elas à beira da insolvência em virtude da inexistência ou enfraquecimento do seu capital de giro que está sendo destruído pelas taxas de juros e pelo recrudescimento da inflação. Muito temos falado, desde a Legislatura passada, a respeito das prerrogativas do Poder Legislativo. Muitas vezes aqui discutimos a importância de as emissões serem previamente autorizadas pelo Congresso Nacional, sejam elas de moeda ou de títulos da dívida pública interna. Mas nada de concreto até hoje se conseguiu fazer porque ainda subexiste legislação perversa que transferiu ao Conselho Monetário Nacional a atribuição praticamente ilimitada de emitir papel-moeda e de controlar a política monetária nacional, além da financeira.

Então, Sr. Presidente, permito-me sugerir apenas alguns pontos muito simples: que V. Ex.^{as}, como Presidente da Câmara do Deputados, convoque aquela Casa do Congresso para que possamos discutir a situação econômica nacional, os problemas conjunturais que não devemos debater aqui no pinga-fogo da Constituinte, onde não temos a oportunidade de desenvolver análises, nem tampouco no horário designado para o monólogo das lideranças, onde também o Parlamento não deve discutir as questões conjunturais de interesse do País. Por esta razão, além de precisarmos recuperar a autoridade perdida pela Constituição autoritária, devemos incontinenti tornar dependentes da nossa autorização as emissões de moeda e de títulos da dívida pública interna.

Permito-me também sugerir que, urgentemente, o Governo estabeleça, mesmo através do Conselho Monetário Nacional, a punição contra o lançamento das taxas prefixadas para captação de recursos no mercado financeiro, porque são essas taxas as responsáveis pela inflação especulativa que está desmantelando completamente a economia nacional. Além dessa decisão, o Governo deve estudar a possibilidade de converter em OTN uma parte dos lucros auferidos no mercado financeiro em decorrência dessas captações, congelando o resgate desses títulos durante pelo menos um ano como forma de conduzir as poupanças nacionais para as atividades produtivas, pois o

que tem acontecido ultimamente é Econômico e Social, os Esperamos finalmente que o apenas um desvio de opção: ou se banqueiros privados e os Governo exerça controle efetivo das aplica dinheiro em CDB ou se aplica especuladores financeiros de despesas governamentais, a dinheiro em dólar. todas as categorias navegam na começar por providências destinadas a eliminar as

No momento em que o Banco crise como privilegiados beneficiários da inflação, por eles acumulções e, em consequência, Central anunciou de que iriam ser agravada. Então, sugiro ainda a extinguir os cargos vagos, contidas as prefixações, as taxas de extinção das taxas dos serviços ociosamente ocupados por juros caíram durante poucos dias, bancários, também responsáveis sinecuristas. moderadamente, mas subiu a pela alta dos juros.

Com estas recomendações, Sr. continuaram sendo aplicadas em fins **O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides):** – Fazendo soar a fogo, no qual, infelizmente, não podemos debater os grandes problemas emergentes para reiterar ao para o desenvolvimento da **O SR. ALUÍZIO CAMPOS:** – Presidente Ulysses Guimarães que economia nacional. Concluindo, Sr. Presidente, acho convoque a Câmara dos Deputados, urgente, a fim de termos a oportunidade de apresentar

Outra especulação que os ademais que o Governo deveria pensar numa moratória de curto prazo, enquanto se regulariza e se reequilibra a economia do País, financeiro ora dominado pelos bancos privados, é a cobrança das taxas de em favor das micro e pequenas empresas que não suportam as grave crise econômica e social que nos está inibindo de trabalhar serviço. Deixando a reboque o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e taxas de juros que lhes estão tranquilamente na elaboração de uma o Banco Nacional do Desenvolvimento sendo cobradas. boa Constituição. (Muito bem! Palmas.)



ASSEMBLÉIA



República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 33

QUINTA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1987

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

TÍTULO I

Da Assembléia Nacional Constituinte

CAPÍTULO ÚNICO

Da Sede e da Composição

Faço saber que a Assembléia Nacional Constituinte aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

A Assembléia Nacional Constituinte representa momento decisivo da vigorosa luta do povo brasileiro pelo término do regime autoritário. A memorável campanha em prol das eleições diretas – "diretas-já" – e, mais tarde, as eleições dos Presidentes Tancredo Neves e José Sarney tornaram viável essa transição democrática.

A Emenda nº 26, de 27 de novembro de 1985, à Constituição em vigor representou um novo passo no caminho da democratização. Por ela o povo, detentor originário da soberania nos regimes democráticos, delegou aos Constituintes – Deputados e Senadores – poderes para elaborar, livre e soberanamente, a nova Constituição, que assegurará ao Brasil o autêntico Estado democrático de direito.

Nesta fase de transição institucional, os Constituintes – delegados do povo – têm o poder de sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia, no cumprimento da missão histórica que lhes foi conferida.

A urgência para que se complete a transição política com a promulgação da futura Constituição leva os Constituintes a darem prioridade à elaboração da nova Carta, que sepultará definitivamente a legislação antidemocrática do regime autoritário.

Art. 1º A Assembléia Nacional Constituinte realizará os seus trabalhos, salvo motivo de força maior, na Sede do Congresso Nacional, em Brasília.

§ 1º Compõem a Assembléia Nacional Constituinte os membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, no exercício do mandato.

§ 2º Os Constituintes são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício de suas funções, em qualquer tempo ou lugar, não podendo ser processados criminalmente, nem presos sem licença da Assembléia Nacional Constituinte, salvo em caso de flagrante de crime inafiançável.

§ 3º A prisão em flagrante por crime inafiançável deverá ser comunicada dentro de 6 (seis) horas ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, com a remessa dos autos e depoimentos tomados, para que ela resolva sobre a sua legitimidade e conveniência e autorize ou não a formação de culpa.

§ 4º Não poderá o Constituinte, desde a instalação da Assembléia Nacional Constituinte até a promulgação da Constituição, patrocinar interesses de caráter não-social de grupos ou pessoas, ou interesses de empresas organizadas para exercer atividades econômicas.

TÍTULO II

Da Direção dos Trabalhos

CAPÍTULO I

Da Mesa

Art. 2º A Mesa da Assembleia Nacional Constituinte composta do Presidente, do 1º e 2º Vice-Presidentes do 1º, 2º e 3º Secretários. Haverá, ainda, três Suplentes de Secretário.

§ 1º O Presidente convocará sessão, a realizar-se após a promulgação desta Resolução, destinada à eleição dos demais membros da Mesa.

§ 2º A eleição dos membros da Mesa, salvo a do Presidente, far-se-á por escrutínio secreto, com as seguintes exigências e formalidades:

I – presença da maioria absoluta dos Constituintes;

II – chamada dos Constituintes;

III – cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do candidato e o cargo para o qual é indicado, embora seja um só o ato de votação para todos os cargos;

IV – colocação, em cabines indevassáveis, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

V – colocação das sobrecartas em urnas, á vista do Plenário, destinadas a eleição;

VI – retirada das sobrecartas das urnas pelo Secretário designado pelo Presidente, contagem e verificação da coincidência do seu número com o dos votantes, comunicação ao Plenário, abertura e separação das cédulas pelos cargos a preencher;

VII – proclamação dos votos, em voz alta, por um Secretário, e sua anotação por dois outros, à medida que apurados;

VIII – invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso III deste parágrafo;

IX – redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente, do resultado de cada eleição, na ordem decrescente dos votados;

X – maioria absoluta dos votos dos membros da Assembléia para eleição em primeiro escrutínio, salvo para a dos Suplentes dos Secretários;

XI – realização de segundo escrutínio, com os dois mais votados para cada cargo, quando, no primeiro, não se alcançar maioria absoluta;

XII – maioria simples, em segundo escrutínio;

XIII – eleição do mais idoso, em caso de empate;

XIV – proclamação, pelo Presidente, dos eleitos.

§ 3º Os membros da Mesa, nos impedimentos e ausências, serão substituídos, sucessivamente, atendida a ordem hierárquica e numérica dos cargos.

§ 4º Na ausência dos Secretários ou de seus Suplentes, o Presidente, em exercício, convidará qualquer Constituinte para desempenhar, no momento, as funções de Secretário.

§ 5º Os membros efetivos da Mesa não poderão participar de qualquer Comissão ou Subcomissão.

§ 6º Verificando-se a vaga de qualquer cargo na Mesa, far-se-á, imediatamente, a eleição para o seu preenchimento, nos termos estabelecidos no § 2º deste artigo.

Art. 3º À Mesa da Assembléia, entre outras atribuições previstas neste Regimento, compete:

I – tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos;

II – dirigir os serviços da Assembléia Constituinte, durante as sessões;

III – manter a ordem interna dos serviços da Assembléia Constituinte;

IV – requisitar, às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quaisquer servidores, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens inerentes ao cargo, bem como documentos, serviços e dependências de ambas as Casas do Congresso Nacional que julgue necessários ao pleno funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte;

V – designar o Secretário-Geral da Mesa;

VI – solicitar da Presidência da República providências para a abertura de crédito especial destinado a atender despesas com o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte;

VII – ordenar e autorizar despesas necessárias ao pleno funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, em coordenação com as Mesas e orçamentos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados;

VIII – emitir parecer sobre os projetos de resolução e indicações.

Art. 4º A manutenção da ordem nas atividades da Assembléia Nacional Constituinte compete privativamente à sua Mesa, através dos servidores por ela requisitados.

CAPÍTULO II

Do Presidente

Art 5º São atribuições do Presidente, além de outros conferidos neste Regimento:

I – presidir as sessões;

II – abrir, suspender, prorrogar e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – convocar sessões extraordinárias e determinar-lhes dia e hora;

IV – conceder ou negar a palavra aos Constituintes e interromper o orador, na conformidade deste Regimento;

V – avisar, com antecedência, o término do discurso, quando o tempo regimental do orador estiver prestes a findar, ou quando tiver sido esgotado o período da sessão a ele destinado;

VI – advertir o orador quando este usar expressões descorteses ou insultuosas, cassando-lhe a palavra em caso de reincidência;

VII – submeter à discussão e à votação as matérias da Ordem do Dia e estabelecer o ponto em que esses procedimentos devam incidir, podendo dividir as proposições para fins de votação;

VIII – resolver questão de ordem;

IX – mandar cancelar, na publicação dos trabalhos da Assembléia, expressões vedadas por este Regimento;

X – resolver sobre a votação por partes;

XI – organizar e designar a Ordem do Dia com a colaboração das Lideranças;

XII – promulgar as resoluções da Assembléia;

XIII – Assinar a correspondência endereçada às altas autoridades nacionais ou estrangeiras;

XIV – designar os membros das Comissões;

XV – anunciar e determinar o registro das alterações na composição da Assembléia Nacional Constituinte, no caso de vaga ou licença;

XVI – resolver, nos termos do disposto no art. 83, qualquer caso não previsto neste Regimento;

XVII – desempatar as votações, salvo nos escrutínios secretos;

XVIII – zelar pelo prestígio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o Território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas.

Parágrafo único. Na ocorrência de fato relevante que exija atuação imediata, poderá o Presidente praticar atos da competência da Mesa, **ad referendum** desta.

Art. 6º O Presidente deixará a cadeira presidencial sempre que quiser participar ativamente dos trabalhos da sessão, e só a reassumirá após a conclusão do debate da matéria a que se propôs discutir.

Parágrafo único. Na ausência dos membros da Mesa, inclusive Suplentes, assumirá a Presidência da Assembléia o mais idoso de seus membros, dentre os presentes.

CAPÍTULO III

Dos Vice-Presidentes

Art. 7º Ao 1º Vice-Presidente compete substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

§ 1º O 2º Vice-Presidente substituirá o 1º-Vice-Presidente ou o Presidente, na ausência ou impedimento de ambos.

§ 2º Ao 2º-Vice-Presidente compete exercer as funções de Corregedor da ordem interna, na supervisão da segurança e no controle do acesso às galerias.

CAPÍTULO IV

Dos Secretários

Art. 8º São atribuições do 1º Secretário:

I – fazer a chamada nos casos previstos neste Regimento;

II – dar conhecimento à Assembléia Nacional Constituinte, em resumo, dos ofícios recebidos bem como de qualquer outro documento que lhe deva ser comunicado em sessão;

III – despachar a matéria do expediente;

IV – receber e redigir a correspondência oficial da Assembléia Nacional Constituinte;

V – receber as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia Nacional Constituinte;

VI – promover a guarda das proposições;

VII – contar o número de Constituintes, em verificação de votação;

VIII – dirigir e inspecionar os trabalhos administrativos e fiscalizar as suas despesas;

IX – tomar nota das discussões e votações, autenticando os respectivos documentos com a sua assinatura.

Art. 9º Ao 2º Secretário compete:

I – lavar as Atas e proceder à sua leitura;

II – auxiliar o 1º Secretário a redigir a correspondência oficial nos termos deste Regimento.

Art. 10. Compete ao 3º Secretário auxiliar o 1º e 2º Secretários nas suas atividades.

Art. 11. Os Secretários substituir-se-ão conforme a numeração ordinal e, nesta ordem, substituirão o Presidente na ausência dos Vice-Presidentes.

TÍTULO III

Dos Líderes

Art. 12. As representações partidárias terão Líderes e Vice-Líderes.

§ 1º A indicação dos Líderes será feita em documento encaminhado à Presidência, pelas bancadas dos Partidos Políticos com assento na Assembléia Nacional Constituinte.

§ 2º Os Vice-Líderes serão indicados pelos respectivos Líderes, na proporção de 1 (um) para 8 (oito) membros da bancada, ou fração.

§ 3º A qualquer tempo é lícito à bancada partidária substituir o Líder, mediante comunicação escrita à Mesa, assinado pela maioria absoluta de sua composição.

§ 4º Em caráter preferencial e independentemente de inscrição, poderá o Líder discutir matéria da Ordem do Dia e encaminhar votação, obedecidos os prazos e condições estabelecidos neste Regimento.

§ 5º Além de outras atribuições previstas neste Regimento, compete aos Líderes indicar os representantes de seu partido nas Comissões.

TÍTULO IV

Da Elaboração da Constituição

CAPÍTULO I

Das Comissões Constitucionais

SEÇÃO I

Normas Gerais

Art. 13. As Comissões incumbidas de elaborar o Projeto de Constituição, em número de 8 (oito), serão integradas, cada uma, por 63 (sessenta e três) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º Além das Comissões referidas neste artigo, haverá uma Comissão de Sistematização, integrada inicialmente por 49 (quarenta e nove) membros e igual número de suplentes, a qual terá sua composição com-

plementada com os Presidentes e Relatores das demais Comissões, e os Relatores das Subcomissões, assegurada a participação de todos os partidos com assento na Assembléia.

§ 2º Os membros de cada Comissão serão indicados pelas Lideranças partidárias, obedecido, em cada uma delas, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária que se aplica, ainda, ao conjunto de cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relatores.

§ 3º Salvo o disposto no § 1º deste artigo quanto aos Presidentes e Relatores, cada Constituinte somente poderá integrar duas Comissões, uma como Titular e outra como Suplente, devendo as bancadas de pequena representação optar pela Comissão ou Comissões que preferirem.

§ 4º Dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da eleição da Mesa, os Líderes dos partidos indicarão à mesma, por escrito, os integrantes de suas bancadas que irão compor as Comissões.

§ 5º Na sessão ordinária seguinte, o Presidente da Assembléia declarará constituídas as Comissões e lerá os nomes dos que as compõem.

§ 6º Cada Comissão, exceto a de Sistematização, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dividir-se-á nas Subcomissões, relacionadas no Art. 15 deste Regimento, assegurada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

§ 7º Ao Presidente e ao Relator de cada Comissão fica vedado integrar as respectivas Subcomissões.

§ 8º Cada Comissão ou Subcomissão, uma vez constituída, reunir-se-á, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de eleger um Presidente e dois Vice-Presidentes, cabendo ao Presidente a designação do Relator.

§ 9º A eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes e a designação do Relator da Comissão de Sistematização somente se processarão após integralizada sua composição.

§ 10. As Comissões e Subcomissões desenvolverão ordinariamente seus trabalhos na parte da manhã, podendo, por deliberação do seu Plenário, fazê-lo em caráter extraordinário em outros horários, inclusive nos feriados, sábados e domingos, salvo nos períodos destinados às sessões plenárias da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 11. Às Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores e aos Tribunais, bem como às entidades representativas de segmentos da sociedade fica facultada a apresentação de sugestões, contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da Assembléia às respectivas Comissões.

Art. 14. As Subcomissões destinarão de 5 (cinco) a 8 (oito) reuniões para audiência de entidades representativas de segmentos da sociedade, devendo, ainda, durante o prazo destinado aos seus trabalhos, receber as sugestões encaminhadas à Mesa ou à Comissão.

§ 1º Fica facultado ao Constituinte assistir às reuniões de todas as Comissões e Subcomissões, discutir

o assunto em debate pelo prazo por elas estabelecido, sendo-lhe vedado o direito de voto, salvo na Comissão ou Subcomissão da qual for membro.

§ 2º Até 30 (trinta) dias a partir da promulgação desta Resolução, os Constituintes poderão oferecer sugestões para elaboração do Projeto de Constituição as quais serão encaminhadas pela Mesa às Comissões pertinentes.

§ 3º As Comissões, a partir de sua constituição, terão prazo de 65 (sessenta e cinco) dias para concluir seu trabalho, findo os quais o encaminharão à Comissão de Sistematização que, por sua vez, deverá, dentro de 30 (trinta) dias, apresentar à Mesa o Projeto de Constituição.

§ 4º Na hipótese de alguma Comissão não apresentar seu trabalho no prazo estipulado no parágrafo anterior, caberá ao Relator da Comissão de Sistematização a elaboração do mesmo, obedecido o prazo estabelecido no caput do art. 19.

Art. 15. As Comissões e Subcomissões são as seguintes:

I – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher:

a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais;

b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias;

c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais;

II – Comissão da Organização do Estado:

a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios;

b) Subcomissão dos Estados;

c) Subcomissão dos Municípios e Regiões;

III – Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:

a) Subcomissão do Poder Legislativo;

b) Subcomissão do Poder Executivo;

c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público;

IV – Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições:

a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos;

b) Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança;

c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas;

V – Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:

a) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas;

b) Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira;

c) Subcomissão do Sistema Financeiro;

VI – Comissão da Ordem Econômica:

SUMARIO

a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica;

b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte,

c) **Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;**

VII – Comissão da Ordem Social:

a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos;

b) Subcomissão de Saúde, Segurança e do Meio Ambiente;

c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias;

VIII – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação:

a) Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes;

b) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação;

c) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso;

IX – Comissão de Sistematização.

Parágrafo único. As Comissões e Subcomissões, além das atribuições previstas neste Regimento, elaborarão as Normas Gerais e as Disposições Transitórias e Finais, Relativas à temática de suas competências, cabendo à Comissão de Sistematização, além de compatibilizá-las, a elaboração do Preâmbulo.

Art. 16. Os Ministros de Estado e dirigentes de entidades da Administração Pública poderão comparecer perante as Comissões, quando devidamente, convidados para prestarem informações acerca de assunto relacionado com a elaboração do Projeto de Constituição.

SEÇÃO II

Da Elaboração do Projeto de Constituição

Art. 17. O Relator, na Subcomissão, com ou sem discussão preliminar, elaborará seu trabalho com base nos subsídios encaminhados, nos termos do estabelecido neste Regimento, devendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar relatório fundamentado com anteprojeto da matéria.

§ 1º O anteprojeto será distribuído, em avulsos, aos demais membros da Subcomissão para, no prazo dos 5 (cinco) dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas.

§ 2º Encerrada a discussão, o Relator terá 72 (setenta e duas) horas para emitir parecer sobre as emendas, sendo estas e o anteprojeto submetidos à votação.

§ 3º As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, entretanto, ser representadas nas demais fases da elaboração da Constituição.

§ 4º A Subcomissão, a partir de sua constituição, terá um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para encaminhar à respectiva Comissão o anteprojeto por ela elaborado e, não o fazendo, caberá ao Relator da Comissão redigi-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 18. Na Comissão, os anteprojetos serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros para, no prazo dos 5 (cinco) dias seguintes, destinados à sua discussão, receber emendas.

§ 1º Encerrada a discussão, o Relator terá 5 (cinco) dias para emitir parecer sobre os anteprojetos e as emendas, devendo concluí-lo com a apresentação de substitutivo, que será distribuído em avulsos, sendo, em seguida submetida a matéria a votação.

§ 2º As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, no entanto, ser reapresentadas na fase oportuna.

§ 3º A matéria aprovada pela Comissão será encaminhada à Comissão de Sistematização dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua aprovação, observado o prazo estabelecido no § 3º do art. 14 deste Regimento.

Art. 19. Na Comissão de Sistematização os anteprojetos recebidos das Comissões serão distribuídos em avulsos a todos os seus membros, devendo o Relator, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar relatório fundamentado concluindo por anteprojeto.

§ 1º Na elaboração do anteprojeto, a Comissão de Sistematização compatibilizará as matérias aprovadas nas Comissões.

§ 2º Ao anteprojeto poderão ser apresentadas emendas nos 5 (cinco) dias que se seguirem à distribuição dos avulsos, e que serão destinados à sua discussão, circunscritas, essas emendas, à adequação do trabalho apresentado com os anteprojetos oriundos das Comissões.

Art. 20. Encerrada a discussão, o Relator terá 5 (cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo por Projeto de Constituição que, uma vez aprovado, será encaminhado à Mesa para deliberação.

Art. 21. Cada Comissão fará a distribuição do seu trabalho e marcará prazo para a duração dos debates.

§ 1º Aplica-se às emendas apresentadas nas Comissões e Subcomissões o disposto no § 2º do art. 23 deste Regimento.

§ 2º As deliberações nas Comissões e Subcomissões exigirão maioria absoluta de votos.

§ 3º O Presidente votará em todas as deliberações, tendo, ainda, voto de desempate.

§ 4º O voto será "pela aprovação", "com restrições", ou "vencido" quando for pela rejeição.

§ 5º Cada membro da Comissão poderá apresentar, no momento da votação, ou na reunião do dia subsequente, a justificação escrita de seu voto.

CAPÍTULO II

Do Projeto de Constituição

Art. 22. Ao receber o Projeto de Constituição, o Presidente da Assembléia ordenará a sua leitura e publicação no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, para serem distribuídos às autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais organizações da sociedade civil.

SUMÁRIO

Art. 23. O Projeto será colocado na Ordem do Dia da sessão seguinte, para discussão, em primeiro turno, nela permanecendo por prazo de até 40 (quarenta) dias, findo o qual será a discussão automaticamente encerrada.

§ 1º Nos 30 (trinta) primeiros dias, serão recebidas emendas dos Constituintes, as quais deverão ser apresentadas em formulário definido pela Mesa, podendo ser fundamentadas da tribuna, durante o prazo que os seus autores tiverem para discutir o Projeto, ou enviadas à Mesa, com justificação escrita.

§ 2º Fica vedada a apresentação de emenda que substitua integralmente o Projeto ou que diga respeito a mais de um dispositivo, a não ser que trate de modificações correlatas, de maneira que a alteração, relativamente a um dispositivo, envolva a necessidade de se alterarem outros.

Art. 24. Fica assegurada, no prazo estabelecido no § 1º do artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I – a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II – a proposta será protocolizada perante a Comissão de Sistematização, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas neste artigo para sua apresentação;

III – a Comissão se manifestará sobre o recebimento da proposta, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da sua apresentação, cabendo, da decisão denegatória, recurso ao Plenário, se interposto por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, no prazo de 3 (três) sessões, contado da comunicação da decisão à Assembléia;

IV – a proposta apresentada na forma deste artigo terá a mesma tramitação das demais emendas, integrando sua numeração geral, ressalvado o disposto no inciso V deste artigo.

V – se a proposta receber, unanimemente, parecer contrário da Comissão, será considerada prejudicada e irá ao Arquivo, salvo se for subscrita por um Constituinte, caso em que irá a Plenário no rol das emendas de parecer contrário;

VI – na Comissão, poderá usar da palavra para discutir a proposta, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, um de seus signatários, para esse fim indicado quando da apresentação da proposta;

VII – cada proposta, apresentada nos termos deste artigo, deverá circunscrever-se a um único assunto, independentemente do número de artigos que contenha;

VIII – cada eleitor poderá subscrever, no máximo, 3 (três) propostas.

Art. 25. Na discussão do Projeto, em primeiro turno, o Constituinte poderá falar, uma só vez, pelo prazo de 20 (vinte) minutos, e os Relatores por 30 (trinta) minutos.

§ 1º Se, antes de findos os 30 (trinta) dias referidos no § 1º do art 23, não mais houver quem deseje usar da palavra, poderão, os que já houverem ocupado a tribuna, falar pela segunda vez, durante 30 (trinta) minutos.

§ 2º Encerrada a discussão, o Projeto e as emendas serão enviados à Comissão de Sistematização que terá 25 (vinte e cinco) dias para emitir parecer sobre as emendas.

Art. 26. Findo o prazo estabelecido no § 2º do artigo anterior, o Projeto de Constituição, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia, devendo o Relator, quando for o caso, proferir parecer oral em Plenário.

§ 1º Havendo parecer, e uma vez encaminhado à Mesa, este será publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, sendo o Projeto incluído em Ordem do Dia, obedecido o interstício de 24 (vinte e quatro) horas da distribuição dos avulsos, para sua votação em primeiro turno.

§ 2º Concluindo o Parecer pela apresentação de substitutivo, os Constituintes terão, a contar de sua publicação, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar emendas, permitidas somente quando incidirem sobre dispositivos em que o substitutivo houver inovado em relação ao Projeto e as emendas anteriores.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o Projeto retornará à Comissão de sistematização para emitir novo parecer, em prazo a ser fixado pela Mesa.

Art. 27. A votação será feita por Títulos ou Capítulos, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos.

§ 1º O encaminhamento da votação de cada Título ou Capítulo e das respectivas emendas será feito em conjunto, podendo usar da palavra, uma só vez, por 5 (cinco) minutos, 4 (quatro) Constituintes devidamente inscritos.

§ 2º Poderão, ainda, encaminhar a votação os Líderes partidários, por prazo que variará de 3 (três) a 20 (vinte) minutos, a ser concedido na proporção do número de membros de cada bancada, na forma do disposto no inciso II do § 2º do art 34 deste Regimento.

§ 3º Votado o Título ou Capítulo, votar-se-ão, em seguida os destaques dele concedidos. As emendas serão votadas em globo, conforme tenham parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º As emendas com subemendas da Comissão serão votadas em globo, salvo deliberação em contrário, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou Líderes que representem este número, sendo as subemendas substitutivas ou supressivas votadas antes das respectivas emendas.

§ 5º No encaminhamento da votação de matéria destacada, poderão usar da palavra, por 5 (cinco) minu-

SUMÁRIO

tos, 2 (dois) Constituintes a favor, tendo preferência o autor do requerimento, e 2 (dois) contra.

Art. 28. Concluída a votação do Projeto, das emendas e dos destaques, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a redação do vencido, para o segundo turno, no prazo de até 10 (dez) dias.

Art. 29. Recebido o parecer da Comissão, este será publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, sendo a matéria, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, incluída em Ordem do Dia, para discussão em segundo turno, nela podendo permanecer até 15 (quinze) dias, vedada a apresentação de novas emendas, salvo as supressivas e as destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, ou de redação para correção de linguagem.

§ 1º Na discussão, em segundo turno, a palavra será concedida uma só vez aos oradores inscritos, pelo prazo de 10 (dez) minutos, assegurado o uso da palavra aos Relatores por 15 (quinze) minutos.

§ 2º Encerrada a discussão, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que sobre elas emitirá parecer no prazo de até 10 (dez) dias.

§ 3º Recebido o parecer da Comissão, lido em sessão, publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, e em avulsos, será o Projeto incluído em Ordem do Dia, para votação em segundo turno.

§ 4º A votação do Projeto far-se-á em globo, ressalvadas as emendas e os destaques concedidos, procedendo-se ao encaminhamento na forma do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 27 deste Regimento.

Art. 30. Concluída a votação, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, que, no prazo de até 5 (cinco) dias, oferecerá a redação final.

§ 1º Apresentada à Mesa, a redação final será publicada e distribuída em avulsos, e, após o interstício de 24 (vinte e quatro) horas, incluída em Ordem do Dia para apreciação, em turno único, e em uma única sessão, quando poderão usar da palavra, uma única vez, por 5 (cinco) minutos, um representante de cada partido, vedado o encaminhamento de votação.

§ 2º Será dispensada a redação final, se o texto do Projeto for aprovado em segundo turno sem destaques ou emendas.

§ 3º Havendo emenda de redação, oferecida ao iniciar-se a discussão da redação final, a matéria, uma vez encerrada a sua discussão, voltará à Comissão de Sistematização, que sobre ela emitirá parecer, dentro do prazo de 2 (duas) sessões. Se o parecer for favorável, deverá a Comissão nele oferecer, como conclusão, um novo texto devidamente corrigido.

§ 4º Após a publicação do parecer da Comissão, no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, e sua distribuição em avulsos, a redação final será incluída em Ordem do Dia, para votação em turno único.

Art. 31. Concluída a votação, o Presidente convocará sessão especial, de caráter solene, destinada à pro-

mulgação da Constituição, cujo texto será assinado pelos membros da Mesa, pelos Relatores e pelos Constituintes, sem acréscimo de quaisquer expressões aos seus nomes parlamentares.

Parágrafo único. Promulgada a Constituição, o Presidente declarará dissolvida a Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 32. Da Constituição serão feitos 5 (cinco) autógrafos, que se destinarão à Presidência da República, à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal e ao Arquivo Nacional.

Parágrafo único. Cópia da Constituição promulgada será remetida, pelo 1º Secretário, ao Diário da Assembléia Nacional Constituinte, ao Diário do Congresso Nacional (seções I e II) e ao Diário Oficial da união, para a devida publicação.

Art. 33. As deliberações sobre matéria constitucional serão, sempre, tomadas pelo processo nominal e por maioria absoluta de votos dos membros da Assembléia. As demais serão tomadas por maioria simples de votos, adotando-se o processo simbólico, salvo disposição regimental expressa ou deliberação do Plenário em outro sentido.

CAPÍTULO III

Da Ordem dos Trabalhos

SEÇÃO I

Das Sessões em Geral

Art. 34. As sessões da Assembléia Nacional Constituinte serão ordinárias e extraordinárias.

§ 1º As sessões ordinárias realizar-se-ão em todos os dias úteis, exceto às segundas-feiras e sábados, começando às quatorze horas e trinta minutos e terminando às dezoito horas e trinta minutos, salvo nas sextas-feiras, quando serão realizadas das nove horas e trinta minutos, às treze horas e trinta minutos. Os demais dias e horários estarão destinados aos trabalhos das Comissões e Subcomissões.

§ 2º O tempo de duração das sessões ordinárias será assim distribuído:

I – a primeira hora destinar-se-á:

a) à leitura da Ata da sessão anterior;

b) à leitura do expediente;

c) aos oradores do pequeno expediente, concedendo-se-lhes a palavra, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, na ordem de inscrição feita, de próprio punho, em livro especial, assegurada a preferência aos que não hajam falado nas 4 (quatro) sessões anteriores. A inscrição é intransferível;

II – a partir da primeira hora, o tempo da sessão será destinado a comunicações das lideranças e assim distribuído:

a) ao partido com mais de 200 (duzentos) membros – 20 (vinte) minutos;

b) ao partido com mais de 100 (cem) e menos de 200 (duzentos) membros – 10 (dez) minutos;

SUMARIO

c) ao partido com mais de 15 (quinze) e menos de 100 (cem) membros – 5 (cinco) minutos;

d) ao partido com até 15 (quinze) membros – 3 (três) minutos.

III – o tempo que restar da sessão será destinado a pronunciamentos sobre matéria constitucional, concedendo-se a palavra, por 20 (vinte) minutos, aos Constituintes escolhidos por sorteio dentre os inscritos.

§ 3º As comunicações de lideranças poderão ser feitas por Líderes, Vice-Líderes ou Constituintes indicados pelos respectivos Líderes.

§ 4º As sessões extraordinárias serão realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as ordinárias e serão convocadas, de ofício, pelo Presidente, que declarará a sua finalidade, ou por deliberação da Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes ou de Líderes que representem esse número.

§ 5º As sessões extraordinárias terão a duração de 4 (quatro) horas.

§ 6º A convocação da sessão extraordinária será comunicada aos Constituintes em sessão ou através de publicação no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e, quando de caráter urgente, assim considerado pelo Presidente, mediante qualquer outro processo de comunicação, inclusive o sistema de divulgação interna das Casas do Congresso Nacional.

§ 7º No Caso de convocação de sessão extraordinária, poderá o Presidente alterar a hora de início da sessão ordinária, comunicando o fato ao Plenário.

§ 8º Havendo Ordem do Dia, o tempo da sessão será destinado à apreciação das matérias dela constantes, ressalvados os períodos reservados à leitura da Ata e do expediente, os destinados a breves comunicações e às comunicações de Liderança, reduzidos pela metade.

§ 9º A sessão poderá ser prorrogada, de ofício, pelo Presidente, ou por deliberação da Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes ou de Líderes que representem esse número, não podendo o requerimento ser discutido ou ter encaminhamento de votação.

Art. 35. A sessão ordinária não se realizará:

I – por falta de **quorum**;

II – por deliberação do plenário;

III – por motivo de força maior, assim considerado pela Presidência.

SEÇÃO II

Das Sessões Públicas

Art. 36 À hora do início da sessão os membros da Mesa e os Constituintes ocuparão os seus lugares.

§ 1º Para efeito da declaração do número necessário à abertura da sessão, serão consideradas as listas de presença adotadas nas portarias do edifício, elaboradas em ordem alfabética.

§ 2º Achando-se em Plenário pelo menos 56 (cinquenta e seis) Constituintes, o Presidente comunicará o número dos presentes e declarará abertura a sessão,

proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos".

§ 3º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação de "quorum". Decorrido esse prazo e persistindo a falta de número, o Presidente declarará que a sessão não se poderá realizar, despachando o 1º Secretário o expediente, independentemente de leitura, e dando-lhe publicidade no Diário da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 4º Em qualquer fase da sessão, verificada a inexistência do quorum estabelecido no § 2º deste artigo, o Presidente encerrará a sessão, de ofício ou por iniciativa de qualquer Constituinte.

§ 5º No cálculo do tempo da sessão, descontar-se-á o prazo estabelecido no § 3º deste artigo.

Art. 37. Aberta a sessão, o 2º secretário fará a leitura da Ata para da sessão anterior, que será considerada aprovada, independentemente de discussão ou votação.

Parágrafo único. O Constituinte só poderá falar sobre a Ata retificá-la, em ponto que designará no início de seu pronunciamento, uma só vez, por tempo não excedente a 5 (cinco) minutos. Ser-lhe-á porém, facultado enviar à Mesa qualquer retificação ou declaração por escrito.

Art. 38. Em seguida o 1º Secretário fará a leitura do expediente e das proposições, dando-lhes o devido destino.

Parágrafo único. O tempo que restar da sessão será utilizado na forma do disposto no § 2º do art. 34 deste Regimento.

Art. 39. As votações só serão iniciadas com a presença de, no mínimo, 280 (duzentos e oitenta) Constituintes.

§ 1º Não havendo número para votação, o Presidente anunciará a matéria em discussão.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, não havendo matéria a discutir, o Presidente poderá suspender a sessão pelo tempo necessário à complementação do "**quorum**" ou conceder a palavra a quem quiser dela fazer uso.

§ 3º Logo que houver número para deliberar, o Presidente convidará o Constituinte que estiver na tribuna a encerrar o discurso para proceder à votação.

§ 4º Se o término do tempo da sessão ocorrer quando iniciada uma votação, será esta ultimada independentemente de pedido de prorrogação.

§ 5º Tratando-se de proposição votada por partes, a votação a ultimar será apenas a da parte já anunciada e dos incidentes e acessórios a ela referentes.

§ 6º A falta de número para a votação não prejudicará a discussão da matéria da Ordem do Dia.

Art. 40 Será permitido, a qualquer pessoa, assistir às sessões, das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, vedada manifestação de aplauso ou de reprovação ao que se passar no recinto ou fora dele.

§ 1º Na entrada das galerias será afixada cópia deste artigo para pleno conhecimento de todas as pessoas que a elas tiveram acesso.

§ 2º Haverá lugares reservados nas galerias, especialmente para membros do Corpo Diplomático, altas autoridades, funcionários e representantes da Imprensa.

§ 3º Aos partidos, na proporção do número de seus membros, serão destinados convites a serem distribuídos ao público em geral, para ingresso às galerias.

Art. 41. Os integrantes das bancadas partidárias tomarão assento no Plenário de acordo com o entendimento das lideranças ou segundo os costumes parlamentares.

Art. 42. A sessão poderá ser suspensa por conveniência da ordem dos trabalhos.

Parágrafo único. O tempo de suspensão da sessão não se computará no prazo de sua duração.

Art. 43. Não será permitida no recinto nenhuma conversação ou manifestação em tom que dificulte ou impeça a audição perfeita das comunicações da Presidência, da leitura do expediente, da chamada, das deliberações e dos discursos que estiverem sendo proferidos.

§ 1º A Segurança, por determinação do Presidente, retirará das galerias os assistentes que, por qualquer forma, perturbarem a ordem dos trabalhos ou fará esvaziar as galerias.

§ 2º Em caso de perturbação da ordem, o Presidente poderá suspender ou encerrar a sessão.

Art. 44. A sessão poderá ser encerrada a qualquer momento, por proposta da Presidência, no caso de falecimento de membro em exercício da Assembléia ou de Chefe de um dos Poderes da República.

Art. 45. No recinto das sessões serão admitidos os membros da Assembléia, ex-parlamentares, funcionários em serviço no Plenário, bem como, em lugares previamente determinados, jornalistas devidamente credenciados pela Mesa, ouvidos os Comitês de Imprensa das duas Casas do Congresso Nacional.

Art. 46. A Bíblia Sagrada deverá ficar sobre a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, à disposição de quem dela quiser fazer uso.

SEÇÃO III

Das Atas e dos Anais

Art. 47. De cada sessão da Assembléia Nacional Constituinte lavrar-se-á Ata sucinta, que deverá conter, além da indicação de seu número, data e horário do seu início e término, o nome de quem a tenha presidido, o número de Constituintes presentes e ausentes e uma súmula do expediente lido e dos trabalhos desenvolvidos.

Parágrafo único. A Ata, lida em Plenário, será assinada pelo Presidente.

Art. 48. Será também elaborada, de cada sessão, Ata circunstanciada, contendo todos os pormenores dos trabalhos, que será publicada no Diário da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 1º Os discursos serão publicados na Ata da sessão em que tenham sido proferidos.

§ 2º Quando requisitado o discurso para revisão do orador, não for ele restituído a tempo de ser incluído na Ata da sessão respectiva, nela figurará, no lugar a ele correspondente, nota explicativa a respeito.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, se, ao fim de 5 (cinco) dias, o discurso não houver sido restituído, sua publicação far-se-á pela cópia arquivada nos serviços taquigráficos, com nota de que não foi revisto pelo orador.

§ 4º A Ata registrará, a cada momento, a substituição à Presidência da sessão.

§ 5º As informações e os documentos não oficiais, lidos em resumo no expediente pelo 1º-Secretário, serão somente indicados na Ata, com a declaração do objeto a que se referirem, salvo se sua publicação integral for requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 6º As informações oficiais enviadas à Assembléia, a requerimento de qualquer Constituinte, serão lidas e publicadas na Ata e encaminhadas por cópia ao requerente.

§ 7º Constarão também da Ata os votos de regozijo ou pesar, desde que aprovados pela Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes.

§ 8º Será lícito a qualquer Constituinte enviar à mesa, para publicação na Ata, as razões escritas do seu voto, bem como discursos redigidos em termos concisos e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

Art. 49. A Ata sucinta da última sessão, ordinária ou extraordinária, será redigida de modo a ser lida no Plenário antes de ser encerrada a sessão.

Art. 50. Não havendo sessão, será lavrado termo de Ata, dela constando o expediente despachado.

Art. 51. Os trabalhos das sessões plenárias e das reuniões das Comissões e Subcomissões serão organizados, por ordem cronológica, em Anais.

CAPÍTULO IV

Dos Debates

Art. 52. Os Constituintes falarão ao microfone das tribunas ou dos apartes.

Art. 53. A nenhum Constituinte será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o Presidente a tenha concedido.

§ 1º Se um Constituinte pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou permanecer na tribuna depois de advertido, o Presidente o convidará a sentar-se.

§ 2º Se, apesar dessa advertência, o Constituinte insistir em falar, o Presidente dará o seu discurso por terminado.

§ 3º Sempre que o Presidente der por terminado um discurso, cessarão os serviços de taquigrafia e de som.

Art. 54. Ocupando a tribuna, o orador dirigirá as suas palavras ao Presidente, ou à Assembléia, de modo geral.

§ 1º Referindo-se, em discurso, a membro da Assembléia, fará preceder o nome pelo tratamento de "Constituinte".

§ 2º Dirigindo-se a qualquer Constituinte, dar-lhe-á sempre o tratamento de "Excelência".

§ 3º Fica vedado ao orador usar de expressões descorteses ou insultuosas, vigorando a proibição para os documentos que se pretenda incorporar ao discurso.

§ 4º A inobservância do disposto no parágrafo anterior sujeitará o orador à advertência do Presidente e, no caso de reincidência, à cassação da palavra.

Art. 55. O Constituinte poderá fazer uso da palavra:

I – para retificar a Ata;

II – para breves comunicações ou para focalizar temas de interesse constitucional, na forma do disposto no § 2º do art. 34 deste Regimento;

III – pela ordem, para reclamação quanto à observância do Regimento ou quanto aos serviços administrativos, para esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos ou para levantar questão de Ordem;

IV – para discutir proposição;

V – para encaminhar votação;

VI – para apartear;

VII – em explicação pessoal, para contestar acusação pessoal à própria conduta, feita durante a discussão, ou para contradizer opinião que lhe for indevidamente atribuída, a juízo do Presidente, pelo prazo de 3 (três) minutos.

Parágrafo único. Os Líderes poderão usar da palavra nos termos do disposto no Título III deste Regimento, ou no tempo destinado a comunicação de liderança, conforme o estabelecido no § 2º do art. 34.

Art. 56. O Constituinte, na discussão, não poderá:

I – desviar-se da questão em debate;

II – falar sobre o vencido;

III – usar de linguagem imprópria;

IV – ultrapassar o prazo que lhe compete;

V – deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 57. A inscrição de oradores para discussão da matéria em debate será feita em livro especial.

§ 1º Ao se inscrever para discussão, deverá o Constituinte declarar se falará a favor ou contra a matéria em debate para que o Presidente possa ordenar a chamada.

§ 2º A inscrição de oradores no Livro das Discussões poderá ser feita logo que a proposição a discutir seja incluída em Ordem do Dia.

§ 3º Na hipótese de todos os Constituintes, inscritos para o debate de determinada proposição, serem a favor, ou contra, a palavra será dada, pela ordem de inscrição.

Art. 58. O aparte dependerá de permissão do orador.

§ 1º Não serão admitidos apartes:

I – ao Presidente;

II – aos oradores do pequeno expediente;

III – a uso da palavra pela ordem;

IV – a parecer oral;

V – paralelos a discurso;

VI – a encaminhamento de votação.

§ 2º Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo que lhes for aplicável, não podendo o tempo do apartear ultrapassar 2 (dois) minutos.

CAPÍTULO V

Das Proposições

Art. 59. Constituem proposições, além do Projeto de Constituição:

I – projetos de resolução;

II – requerimentos;

III – indicações;

IV – emendas;

V – projetos de decisão.

§ 1º Os projetos de resolução destinam-se a regular matéria de caráter administrativo, ou de natureza regimental, ou ainda relativa a consulta plebiscitária, nos termos do art. 61 deste Regimento.

§ 2º Indicação é a proposição através da qual o Constituinte pode sugerir que o assunto nela focalizado seja objeto de providência ou estudo pela Mesa, com a finalidade do seu esclarecimento ou formulação de projeto de resolução.

§ 3º Não serão aceitas, como indicação, as proposições que objetivem consulta sobre interpretação e aplicação da lei sobre ato de qualquer Poder ou de seus órgãos, ou que representem sugestão ou conselho no sentido de motivar determinado ato, ou de efetuá-lo de determinada maneira.

§ 4º Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, podendo ser supressiva, substitutiva, aditiva ou modificativa.

§ 5º Denomina-se subemenda a emenda apresentada por Comissão a outra emenda e que, por sua vez, pode ser substitutiva, aditiva ou modificativa.

§ 6º A emenda que substituir integralmente a proposição principal será denominada "substitutivo".

§ 7º Os projetos de decisão destinam-se a sobrestar medidas que possam ameaçar os trabalhos e as decisões soberanas da Assembléia Nacional Constituinte, necessitando ter o apoio de 1/3 (um terço) dos Constituintes, e serão encaminhados à Comissão de Sistematização que, num prazo de 5 (cinco) dias, emitirá parecer prévio, sendo arquivado definitivamente o projeto que dela receber parecer contrário. Caso tenha parecer favorável, a decisão final será proferida pelo Plenário, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de decisão e votação.

Art. 60. Os projetos de resolução e as indicações serão apresentadas em sessão, por qualquer Constituinte, justificados, por escrito, lidos no expediente, numerados e publicados no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos.

§ 1º Nas 3 (três) sessões ordinárias que se seguirem à distribuição dos avulsos, poderão ser apresentadas emendas ao projeto de resolução, as quais, uma vez

lidas, numeradas e publicadas, inclusive em avulsos, serão encaminhadas, juntamente com o projeto, a exame da Mesa.

§ 2º Publicado o parecer da Mesa e distribuído em avulsos, será a matéria incluída em Ordem do Dia, sendo submetida a um único turno de discussão e votação. Na discussão, os oradores poderão usar da palavra por 10 (dez) minutos, na ordem de inscrição, e, no encaminhamento de votação, apenas 2 (dois) Constituintes, por 2 (dois) minutos, devidamente inscritos, de preferência um a favor e outro contra a matéria.

§ 3º Votar-se-á primeiramente o projeto, com ressalva das emendas e dos destaques. As emendas serão votadas em globo, conforme tenha parecer favorável ou contrário, ressalvados os destaques.

§ 4º A redação final do projeto será feita pela Mesa e, uma vez aprovada, irá à promulgação.

§ 5º O projeto de resolução que receber parecer contrário da Mesa será arquivado, salvo deliberação da Assembléia, a requerimento de 35 (trinta e cinco) Constituintes, no sentido de sua tramitação.

Art. 61. O projeto de resolução que vise a regulamentar e disciplinar a consulta plebiscitária poderá ser apresentado dentro de 10 (dez) dias, contados da publicação dos avulsos do Projeto de Constituição.

§ 1º Ao projeto poderão ser apresentadas emendas dentro de 5 (cinco) dias, contados a partir da distribuição de avulsos, após os quais o mesmo será despachado à Comissão de Sistematização, que emitirá o seu parecer, por maioria absoluta de votos, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º O parecer deverá ser publicado dentro de 24 (vinte e quatro) horas de sua aprovação pela Comissão, sendo a matéria imediatamente incluída em Ordem do Dia, em caráter prioritário.

Art. 62. Serão verbais, ou escritos, sendo resolvidos imediatamente pelo Presidente, os requerimentos que solicitem:

- I – a palavra;
- II – a retirada de requerimento;
- III – a retirada de proposição com parecer contrário;
- IV – informações oficiais.

§ 1º Serão escritos, não dependerão de apoio, não terão discussão nem encaminhamento, os requerimentos de:

- I – discussão e votação de proposições, por partes;
- II – encerramento de discussão;
- III – votação por determinado processo;
- IV – preferência.

§ 2º Serão escritos, sujeitos a apoio e não serão discutidos os requerimentos que solicitem:

- I – realização de sessão extraordinária;
- II – urgência;
- III – retirada de proposições sem parecer ou com parecer favorável;
- IV – adiamento da discussão ou votação.

§ 3º Os requerimentos referidos nos parágrafos anteriores dependerão sempre de deliberação do Plenário.

§ 4º Os requerimentos que digam respeito a proposição constante da Ordem do Dia deverão ser apresentados na fase da sessão em que a matéria respectiva for anunciada.

§ 5º Em se tratando de pedido de informações oficiais, os requerimentos serão dirigidos à Mesa e, se indeferidos, poderão ser reapresentados em Plenário, com apoio de 35 (trinta e cinco) Constituintes. Se deferido o requerimento, as informações serão solicitadas, pelo 1º Secretário, ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

§ 6º Feita a apresentação, a Mesa terá 10 (dez) dias para decidir sobre os requerimentos de informações que, se aprovados, aguardarão no máximo 20 (vinte) dias pela resposta, para a tomada de novas providências.

Art. 63. Admitir-se-á requerimento de destaque, para votação em separado, de partes de projeto ou substitutivo e de emenda do grupo a que pertencer, devendo o requerimento ser apresentado, por escrito, até o início da sessão em que se der o processo de votação respectivo.

§ 1º Os requerimentos de destaque, que deverão ser apoiados por, no mínimo, 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou por Líderes que representem este número, serão decididos pelo Presidente, cabendo, de seu indeferimento, recurso ao Plenário.

§ 2º A matéria destacada será submetida a votos, após a deliberação do projeto, do substitutivo ou do grupo de emendas a que ela pertencer.

Art. 64. Só serão admitidos requerimentos de urgência quando assinados, no mínimo:

- I – pela maioria dos membros da Mesa ou de qualquer Comissão;
- II – por 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou por Líderes que representem este número.

§ 1º Apresentado o requerimento de urgência, este será, imediatamente, colocado em votação.

§ 2º Se aprovado o requerimento, a matéria entrará imediatamente em discussão, ficando sobrestada a Ordem do Dia até a decisão final.

§ 3º Havendo duas matérias em regime de urgência, em razão de requerimentos votados em Plenário, não se votará outra, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 4º Poderá ser incluída na Ordem do Dia, para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada, proposição que verse matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento de 56 (cinquenta e seis) Constituintes ou de Líderes que representem este número, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Assembléia, em votação nominal.

SUMÁRIO

CAPÍTULO VI

Dos Processos de Votação

Art. 65. As votações poderão ser realizadas pelos processos simbólico, nominal ou secreto.

Parágrafo único. As matérias constitucionais somente serão votadas pelo processo nominal.

Art. 66. No processo simbólico, o Presidente, ao anunciar a votação, convidará os presentes que votam a favor a se manifestarem, proclamando em seguida o resultado manifesto dos votos.

Art. 67. O processo nominal será feito pela chamada dos Constituintes, utilizando-se listagem especial de votação, elaborada em ordem alfabética.

§ 1º As chamadas para as votações nominais começarão numa votação pelo início da lista e na outra pelo final, e assim alternadamente na mesma ou na sessão seguinte.

§ 2º À medida que se sucederam os votos, o resultado parcial da votação irá sendo anunciado, vedada a modificação do voto depois de colhido o de outro Constituinte.

§ 3º Os Constituintes que não estiverem presentes no Plenário, no momento em que se efetuar o processo nominal de votação, poderão registrar o seu voto após o encerramento da chamada e antes da declaração do resultado da votação, utilizando o microfone de apartes, com declaração do nome parlamentar e da Unidade da Federação pela qual foram eleitos:

§ 4º Nenhum Constituinte poderá votar após a proclamação do resultado final da votação pelo Presidente.

§ 5º Constarão da Ata os nomes dos Constituintes votantes, discriminando-se os que votaram a favor, contra e os que se abstiveram.

Art. 68. Na votação secreta, o Constituinte chamado receberá uma sobrecarta opaca, de cor e tamanho uniformes, e se dirigirá a uma cabine indevassável, colocada no recinto, na qual devem encontrar-se cédulas para a votação. Após colocar na sobrecarta a cédula escolhida, lança-la-á na urna que se encontrará no recinto, sob a guarda de funcionários previamente designados.

§ 1º Conduzida a urna à Mesa, somente votarão os componentes desta.

§ 2º A apuração será feita pela Mesa, sendo o Presidente auxiliado por dois Constituintes que funcionarão como escrutinadores.

§ 3º Os escrutinadores abrirão as sobrecartas e contarão as cédulas e os votos apurados, sendo o resultado da votação anunciado pelo Presidente.

Art. 69. A votação pelo sistema eletrônico poderá substituir os procedimentos referidos nos arts. 67 e 68 deste Regimento, obedecidas disposições estabelecidas em Ato da Mesa.

CAPÍTULO VII

Da Verificação da Votação

Art. 70. Proclamado o resultado de votação simbólica, poderá ser pedida sua verificação em requerimento apoiado por, no mínimo, 35 (trinta e cinco) Constituintes.

§ 1º Na verificação, o Presidente convidará os Constituintes que votaram a favor a se manifestarem, de maneira que os votos possam ser contados, procedendo em seguida, da mesma forma com os que votaram contra.

§ 2º Os Secretários contarão os votantes e comunicarão ao Presidente o seu número.

§ 3º O Presidente, verificando se a maioria dos Constituintes presentes votou a favor ou contra a matéria em deliberação, proclamará o resultado definitivo da votação.

§ 4º Nenhuma votação admitirá mais de uma verificação.

§ 5º Far-se-á sempre a chamada nominal quando a votação indicar que não há número.

CAPÍTULO VIII

Do Adiamento da Discussão ou da Votação

Art. 71. O adiamento da discussão ou da votação poderá ser concedido pela Assembléia, mediante requerimento de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) Constituintes, ou de Líderes que representem este número, por prazo previamente fixado, que não poderá ultrapassar 48 (quarenta e oito) horas.

§ 1º Quando, para a mesma proposição, forem apresentados dois ou mais requerimentos, será votado, em primeiro lugar, o de prazo mais longo, ficando os demais prejudicados.

§ 2º Os requerimentos não serão discutidos nem terão encaminhada sua votação.

CAPÍTULO IX

Da Retirada de Proposição

Art. 72. O requerimento de retirada de qualquer proposição só poderá ser formulado por seu autor.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se autor de proposição de Comissão o respectivo Relator ou Presidente, desde que por ela autorizado.

Art. 73. Quando pedida a retirada de proposição com parecer contrário, o Presidente definirá o requerimento, independentemente de votação.

Parágrafo único. Para a retirada de proposição sem parecer, ou que tenha parecer favorável, ou à qual se haja oferecido emenda, o requerimento dependerá da aprovação da Assembléia.

CAPÍTULO X

Das Questões de Ordem

Art. 74. Constituirá questão de ordem suscetível em qualquer fase da sessão, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, toda dúvida sobre a interpretação deste Regimento.

§ 1º A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental que deu motivo à dúvida, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada no momento, não podendo versar tese de natureza doutrinária ou especulativa.

§ 2º Para contraditar questão de ordem, será permitido, a um só membro da Assembléia, falar por prazo não excedente ao fixado no caput deste artigo.

§ 3º Da decisão da Presidência em questão de ordem caberá, com apoio de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) Constituintes, recurso, sem efeito suspensivo, ao Plenário, ouvida a Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

§ 4º Se o parecer da Comissão for contrário, estará mantida a decisão da Presidência, sendo o recurso arquivado.

§ 5º Nenhum Constituinte poderá renovar, na mesma sessão, questão de ordem nela decidida pela Presidência.

§ 6º A decisão do Plenário, mantendo ou negando decisão da Presidência em questão de ordem, terá, para todos os efeitos, força de norma regimental.

§ 7º Quando a Presidência, ao decorrer de uma votação, verificar que a questão de ordem não se refere efetivamente aos trabalhos, poderá cassar a palavra ao Constituinte que a estiver usando, prosseguindo na votação.

TÍTULO V

Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Da Divulgação dos Trabalhos

Art. 75 Fica criado, junto à Mesa, o Serviço de Divulgação, com a finalidade de promover, através dos meios de comunicação social, a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 1º O Serviço de Divulgação utilizará, para o cumprimento de suas finalidades, a estrutura e o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas – ADIRP – da Câmara dos Deputados.

§ 2º Cabe ao Serviço de Divulgação:

I – fornecer, diariamente, aos meios de comunicação social, material noticioso sobre os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte;

II – editar resumo das atividades, propostas e debates, a ser distribuído gratuitamente, a Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Governos Estaduais, Assembléias Legislativas, Diretórios de Partidos Políticos, Universidades, Escolas, Sindicatos, Associações, Entidades da Sociedade Civil e a cidadãos que o solicitarem;

III – subsidiar com informações as entidades interessadas no acompanhamento e discussão dos trabalhos da Assembléia;

IV – organizar, com apoio dos órgãos oficiais, gravação e arquivamento de som e imagem, dos debates e decisões principais do Plenário e das Comissões princi-

pais do Plenário e das Comissões, conforme instruções da Mesa, fornecendo, sem ônus para Assembléia, cópias aos partidos políticos que o requeiram e destinando os originais ao arquivo da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 76. As emissoras de rádio e televisão cederão, diariamente, ao Serviço de Divulgação, para apresentação de programa informativo, contendo exposição de Constituintes e a síntese dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, dois horários, de 5 (cinco) minutos cada um, assim distribuídos:

I – nas emissoras de televisão, um entre doze e quatorze horas, e outro entre dezenove e vinte e duas horas;

II – nas emissoras de rádio, um entre sete e nove horas, e outro entre doze e quatorze horas.

Parágrafo único. Caberá à Empresa Brasileira de Rádiofusão – RADIOBRÁS e à Empresa Brasileira de Notícias – EBN, com apoio do Serviço de Divulgação, produzir e gerar os programas estabelecidos neste artigo.

Art. 77. A Presidência da Assembléia poderá requisitar, das concessionárias de rádio e televisão, horário de, no máximo, 60 (sessenta) minutos, para a divulgação de fato relevante, de interesse da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 78. As emissoras de televisão estatais e educativas cederão até 60 (sessenta) minutos de sua programação diária ao Serviço de Divulgação para a realização de debates sobre temas constitucionais.

Art. 79. Até a promulgação da Constituição, o tempo destinado ao Poder Legislativo no programa "Voz do Brasil" será utilizado para a divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte, com a denominação de "Voz da Constituinte".

Parágrafo único. As informações sobre as sessões do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados serão divulgadas através da "Voz da Constituinte".

Art. 80. A Presidência poderá requisitar horários do projeto "Minerva" para complementar a divulgação dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

CAPÍTULO II

Da Alteração do Regimento

Art. 81. O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte poderá ser alterado por projeto de resolução de iniciativa.

I – da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte;

II – de, no mínimo, 94 (noventa e quatro) Constituintes.

§ 1º No caso do inciso I deste artigo, publicado e distribuído o projeto, em avulsos, será convocada sessão, a realizar-se dentro de 5 (cinco) dias, destinada à sua discussão, em turno único.

§ 2º No caso do inciso II deste artigo recebido o projeto, este será lido e publicado no Diário da Assembléia Nacional Constituinte e em avulsos, sendo encaminhado à Mesa a fim de receber parecer no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º Publicado o parecer é distribuído em avulsos, proceder-se-á na forma do § 1º deste artigo.

§ 37 forma do § 1º deste artigo.

Art. 82. Encerrada a discussão, com apresentação de emendas, o projeto voltará à Mesa que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sobre elas emitirá parecer.

§ 1º Publicado o parecer é distribuído em avulsos, o projeto será incluído em Ordem do Dia, para votação.

§ 2º Se aprovado, a Mesa oferecerá, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a redação final do projeto, que será submetida ao Plenário da Assembléia, sem discussão ou encaminhamento, sendo a resolução correspondente promulgada pelo seu Presidente.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Art. 83. Na resolução de casos omissos neste Regimento, a Presidência poderá valer-se, subsidiariamente, do

estabelecido nos Regimentos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Art. 84. A partir de 21º de março de 1987, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional adaptarão seus regimentos internos para compatibilizar a realização de suas sessões, em caráter extraordinário e para exame de matéria urgente ou de relevante interesse nacional, ao funcionamento prioritário da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 85. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 86. Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Nacional Constituinte, de março de 1987. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

SUMÁRIO

1 – ATA DA 38ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 24 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da Sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada e assinada

III – Leitura do Expediente

OFÍCIO

Nº 01/87 – Do Senhor Constituinte Mário Covas, Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, junto à Assembléia Nacional Constituinte, participando, nos termos regimentais, a designação dos Senhores Constituintes Euclides Scalco e Paulo Macarini para integrarem o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária.

IV – Pequeno Expediente

RUY BACELAR – Sugestão de norma ao Projeto de Constituição, no sentido de eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República 120 dias depois de promulgada a Constituição.

DARCY DEITOS – Necessidade da adoção de medidas de defesa da autonomia dos Estados, no que concerne à distribuição da receita nacional. Certame realizada em Fortaleza, Ceará: O grito das Capitais. Marcha a Brasília dos Prefeitos do País pela Reforma Tributária de Emergência.

JESUS TAJRA – Protesto contra excesso de carga tributária a cidadão brasileiro.

JOAQUIM BEVILACQUA – Manifesto do empresariado comercial do Vale do Paraíba e do litoral norte do Estado de São Paulo a propósito do quadro econômico nacional.

VILSON SOUZA – Organização do Estado. Controle do poder político pela sociedade.

JOSÉ GENOINO – Solidariedade aos bancários em greve.

JONAS PINHEIRO – Solidariedade aos bancários em greve.

IRAJÁ RODRIGUES – Provável participação de banqueiros internacionais em campa-

na contra o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro. Realização de auditoria sobre a dívida externa brasileira e suspensão do pagamento de juros e principal.

MAURO MIRANDA – Intervenção estadual na prefeitura de Goiânia, Estado de Goiás.

PRESIDENTE – No ensejo da promulgação do Regimento interno da Constituinte, agradecimento aos Constituintes pela colaboração prestada durante exercício da Presidência eventual de sessões no período de atuação da Mesa provisória.

HÉLIO COSTA – Proposta de reforma na Previdência Social.

JOSÉ DUTRA – Greve dos bancários.

JUAREZ ANTUNES – Greve dos bancários.

AGASSIZ ALMEIDA – Crise econômica nacional.

EDIVALDO MOTTA – Prejuízos causados ao Nordeste pelo aumento de juros bancários e aplicação de correção monetária a atividades creditícias entre bancos e proprietários rurais.

ASDRUBAL BENTES – Reunião de prefeitos em Brasília. Reforma Tributária de Emergência. Simpósio dos Municípios da Amazônia: "Os Municípios pedem a Palavra".

OSVALDO BENDER – Solidariedade aos bancários em greve.

RÉNAN CALHEIROS – Protesto contra os "marajás" do Estado de Alagoas.

JOÃO DA MATA – Conjuntura econômico-financeira nacional. Solidariedade aos bancários em greve. Reunião de prefeitos em Brasília.

RAQUEL CÂNDIDO – Solidariedade aos bancários em greve. Proposta do PMDB a propósito de moratória para a dívida externa brasileira.

HERMES ZANETI – Razões da dívida do Estado do Rio Grande do Sul.

IRMA PASSONI – Documento do Partido dos Trabalhadores: "O PT e a situação dos

contribuintes". Reivindicações da população de Itapecerica da Serra. Habitação popular para moradores da zona leste da cidade de São Paulo. Solidariedade aos bancários em greve. Distribuição de leite no Estado de São Paulo. Diferença entre atenção do Governo para com os trabalhadores e para com os empresários. Artigos publicados na "Gazeta Mercantil", de São Paulo: "Os pedidos e sugestões levados a Sarney" "Medo de um novo congelamento". Documento da Assembléia de Comunidades Eclesiais de Base da Região Episcopal de Itapecerica da Serra: "Propostas de Leis para a Constituinte-Constituição".

EDMETA VARES – Proporcionalidade da representação estadual da Assembléia Nacional Constituinte.

SANTINHO FURTADO – Greve dos bancários. Reivindicações dos prefeitos. Exposição-feira de agropecuária em Santo Antônio da Platina, Paraná. Dificuldades de pecuaristas de leite, pequenos empresários e microempresas no Estado do Paraná.

FERNANDO SANTANA – Razões da greve dos bancários. Espoliação dos povos da América Latina.

SIMÃO SESSIM – Elaboração da nova Carta Magna.

NILSON GIBSON – Fim da greve dos empregadores da empresa **Jornal do Comércio**, em Recife, Pernambuco.

PAES DE ANDRADE – Dificuldades da categoria dos professores universitários brasileiros.

MAURO BENEVIDES – Esvaziamento do Banco do Nordeste do Brasil.

MAURO SAMPAIO – Assistência ao idoso.

JORGE ARBAGE – Falhas na condução do processo econômico brasileiro.

SIQUEIRA CAMPOS – Sugestões de normas constitucionais no sentido da aplicação de percentagem da renda tributária da União ao Nordeste e à Amazônia Legal e da criação de comissão interpartidária que promova a consolidação da legislação brasileira.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Estabelecimento de regras justas para disciplinar a participação do capital externo na vida econômica nacional. Necessidade de estímulos e garantias à empresa brasileira.

ARTUR DA TÁVOLA – Cotorno ideológico do PMDB na Constituinte.

JORGE UEQUED – Primeiro aniversário do falecimento do Jornalista gaúcho Maurício Sirotsky Sobrinho.

ASSISCANUTO – Problemática do setor agrícola brasileiro.

MAX ROSENMANN – Prorrogação do prazo de vencimento das parcelas do Imposto de Renda a serem recolhidas pelos contribuintes.

PEDRO CANEDO – Solidariedade aos bancários em greve. Características da nova Constituição.

FERES NADER – Solidariedade aos bancários em greve. Soluções para o problema do êxodo rural.

JOSÉ SANTANA – Mecanismos de restauração dos padrões de moralidade nos serviços públicos. Artigo publicado no "Jornal do Brasil": "A Democracia está doente".

DAVI ALVES SILVA – Conflitos de terra entre pequenos lavradores da região tocantina, Estado do Maranhão.

DIONÍSIO HAGE – Extensão da Gratificação de Apoio à Atividade do Ensino a servidores efetivos, técnicos e administradores do Ministério da Educação. Desacerto de medidas econômicas adotadas na Nova República.

STÉLIO DIAS – Inconstitucionalidade do Decreto nº 3.480, de 1987, que prorroga a intervenção do Estado no Município de Cariacica, Espírito Santo.

LUIZ SOYER – Necessidade de medidas de redução das taxas de juros.

IVALDO MACHADO – Projeto de lei do Executivo que dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computadores e sua comercialização no País.

PRESIDENTE – Promulgação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

V – Comunicações das lideranças

RICARDO IZAR – Participação dos partidos políticos na Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Editorial de "O Globo": "Respeito pelos pactos."

BRANDÃO MONTEIRO – Regozijo pela promulgação do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte. Distorções na sistemática de cobrança e pagamento do Imposto de Renda. Razões da crise por que passa a Nação.

EDUARDO JORGE – Crise habitacional em São Paulo. Documento do Movimento dos Sem-terra ao Governador do Estado de São Paulo.

AMARAL NETTO – Críticas à atuação do Sr. Ministro da Fazenda, Dílson Funaro.

ROBERTO FREIRE – Saudação do Partido Comunista Brasileiro à Assembléia Nacional Constituinte na oportunidade da promulgação do Regimento Interno. Solidariedade aos bancários em greve. Notícia publicada no "Jornal do Brasil" a propósito de campanha contra a permanência do Ministro Dílson Funaro na Pasta da Fazenda.

JAMIL HADDAD – Congratulações do Partido Socialista Brasileiro aos Constituintes pela promulgação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte. Participação popular na elaboração da nova Carta.

HAROLD LIMA – Entrega ao Presidente da República das credenciais do Embaixador

da República Popular Socialista da Albânia. Reunião de prefeitos das capitais, em Fortaleza, e dos municípios, em Brasília. Ecloração de greves em todo o Território Nacional. Suspensão do pagamento da dívida externa brasileira.

GASTONE RIGHI – Regozijo pela promulgação do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte e críticas a alguns de seus artigos.

ADOLFO OLIVEIRA – Solidariedade do Partido Liberal aos bancários em greve. Reação de protesto dos pequenos e médios empresários contra a política econômica do Governo.

GONZAGA PATRIOTA – Solidariedade aos bancários em greve.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Homenagem da Democracia Cristã ao Senador Mauro Borges, indicado para líder do PDC na Assembléia Nacional Constituinte. Indicação do orador e do Constituinte Siqueira Campos para a 1ª e 2ª Vice-Lideranças, respectivamente. Morosidade na eleição e posse da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO MACARINI – Congratulações ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e aos Constituintes pela promulgação do Regimento Interno. Intempestividade do pronunciamento do Constituinte Amaral Netto sobre o Ministro da Fazenda. Medidas a serem adotadas na nova Constituição. Delegação do Senador Mário Covas para que o orador atue como Vice-Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

VI – Encerramento

– Discurso do Constituinte Fernando Santana na sessão de 20-3-87: Posicionamento do PMDB quanto à moratória. Documento da Pontifícia Comissão "justitia et Pax" e a dívida externa brasileira.

Ata da 38.ª Sessão, em 24 de março de 1987

Presidência dos Srs.: Ulysses Guimarães, Presidente; Mauro Benevides Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Secretário

ÀS 14:00 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Mota – PDS; Aécio de Borba – PDS; Afonso Camargo – PMDB; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcenir Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Anibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito

– PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antônio Farias – PMB; Antônio Ferreira – PFL; Antônio Gaspar – PMDB; Antônio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antônio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Atila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Bete Mendes – PMDB; Beth Azize – PSB; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta

– PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Neto – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edimilson Valentim – PC do B; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme

Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nadar – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Ueque – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martínez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Dias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz

Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Giovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – aes – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélcio Souza – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lidice da Mata – PC do B; Loureberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Lysáneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Lima – PDT; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PIB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelson Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PFL; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elisio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capibe-

ribe – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Wilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansanção – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornélas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – A lista de presença registra o comparecimento de 326 Senhores Constituintes.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, que é aprovada e assinada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. HUMBERTO SOUTO, Secretário, procede à leitura do seguinte:

III – EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Constituinte Mário Covas, líder do PMDB, nos seguintes termos:

Brasília, 23 de março de 1987.

Of. Nº 01/87

Senhor Presidente

Tenho a honra de indicar, nos termos do Artigo nº 12, § 2º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, os Senhores Deputados Euclides Scalco e Paulo Macarini, para exercerem os cargos de Vice-Líderes do PMDB, na Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 19 de fevereiro do corrente ano.

Sem mais para o momento, apresento a V. Ex.^a protestos de estima e consideração. – Senador **Mário Covas**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB – BA):
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes:

Considerarei de meu dever dar conhecimento aos meus eminentes Pares que hoje, quando se promulga o Regimento Interno que disciplina os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, e de conformidade com o § 2º, art. 14 desse mesmo Regimento, estou apresentando sugestão de norma ao projeto de Constituição do seguinte teor:

"Inclua-se onde couber:

Art. Cento e vinte dias depois de promulgada esta Constituição, proceder-se-á a eleição em todo o País, para Presidente e Vice-Presidente da República, por sufrágio universal direto e secreto, obedecidas as demais normas constitucionais pertinentes.

Parágrafo único. O Congresso Nacional, dentro de 30 (trinta) dias da promulgação desta Constituição, aprovará lei destinada a estabelecer normas gerais e especiais para a eleição de que trata este artigo.

Art. O Presidente e o Vice-Presidente da República, eleitos na forma do artigo anterior, tomarão posse 60 (sessenta) dias depois de realizada a eleição.

Parágrafo único. O mandato do Presidente e Vice-Presidente da República eleitos na forma deste artigo terminará na data prevista por esta Constituição para a posse do Presidente e Vice-Presidente da República, na forma do artigo..."

Srs. Constituintes,

A proposição que ora apresento à consideração desta Assembléia fundamenta-se no compromisso expresso assumido pelas forças políticas que apoiaram a chapa Tancredo Neves – José Sarney de considerar o mandato de seis anos como mero acidente, chegando a proclamar que o prazo efetivo seria decidido pela Constituinte. A propósito, temos as declarações pessoais de Tancredo e de Sarney, em entrevistas concedidas em 1985, já eleitos e que corroboram o entendimento, já àquela época firmado, de que o Governo que assumiria o poder seria inevitavelmente um Governo de transição, cuja finalidade primordial era promover a transição de autoritarismo para a democracia plena.

À própria convocação da Constituinte, assim como as declarações dos políticos, autoridades e juristas, tudo, enfim, leva realmente à conclusão inarredável de que o atual Governo é de transição. E, como tal, terá cumprido plenamente sua tarefa ao ser promulgada a nova Constituição, que passará a ser o divisor de águas entre o Brasil do arbítrio, do passado e o Brasil novo, pujante, soberano, da democracia plena e da esperança.

A tudo isso se acrescenta a anomalia de um Presidente da República eleito por via indireta, quando todos os outros mandatário o foram por voto direto. E mais: quando a Constituição, então em vigor, e ora em elaboração, não abrigar – como certamente não o fará – eleição indireta para qualquer nível.

Ressalte-se ainda não haver qualquer impedimento, seja jurídico ou ético para o acolhimento de nossa proposição.

Do ponto de vista jurídico, a Assembléia Constituinte é soberana para fixar o mandato presidencial futuro, e decidir como lhe aprouver quanto ao mandato em curso. Não se há de falar em direito adquirido de mandato de seis anos segundo a Carta atual, porque não há direito adquirido contra a (no caso, a nova).

Do ponto de vista ético, nada, nenhum compromisso impede a redução do mandato do atual Presidente. Ao contrário, como demonstramos, compromissos éticos determinam essa redução.

Sr.^{as} e Sr.^{os} Constituintes.

Há vinte e sete anos que o povo brasileiro não tem direito de participar da eleição de seu Presidente e Vice-Presidente da República. Somente aqueles que hoje têm mais de 45 anos e se, na época, alfabetizados, tiveram a possibilidade de votar. A corresponsabilidade com o destino da Nação há muito deixou de existir. Daí, o abismo existente entre Governo e povo, o distanciamento entre o Estado e a Nação que vem, ano após ano, se acentuando. E isso não pode continuar a existir após a promulgação da nova Constituição.

Por último, queremos deixar expresso que ao apresentar esta sugestão não temos em mira a figura do ilustre, digno e reto Presidente José Sarney, merecedor que é de nossa estima e admiração. Nossa posição é meramente doutrinária. Entendemos que o Governo atual é de transição, independentemente de pessoa que, eventualmente, ocupa a Presidência da República. Por questão de princípios, por coerência, não podemos proceder de outra forma.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS (PMDB – PR): – Sr. Presidente Sr.^{as} e Sr.^{os} Constituintes:

Se não forem tomadas urgentes medidas em defesa da autonomia dos Estados, no sentido de que lhes sejam asseguradas as condições mínimas para o atendimento das necessidades de suas populações, a organização federativa do País, que é um dos nossos pilares político-administrativos constitucionais, continuará a ser pouco mais do que uma ficção jurídica.

Por definição e direito inerente à própria condição de células de um único e mesmo organismo nacional, a responsabilidade de cada um dos Estados-membros da Federação é privativa e indeclinável e envolve o exercício de poderes inalienáveis, entre os quais o de gerir seus recursos, criar tributação e sobre ela legislar, plenamente, em sua órbita natural e legítima.

Uma situação insustentável, de verdadeira indigência financeira, vem sendo atualmente vivida pelas unidades federadas e pelos comunas de todo o Brasil, à espera da promulgação de uma nova Carta Magna, para que seja resolvida, de vez mas agora Governadores, Prefeitos e a classe política estão mobilizados no sentido de exigir providências imediatas do Governo Central, com vistas a devolver a parte da arrecadação que lhes tem sido tomada indevidamente, por força de dispositivos constitucionais espúrios, impostos autoritariamente em 1967 e no chamado "emendão" outorgado em 1969.

Faz-se imperiosa uma antecipação das soluções que certamente a Constituinte encontrará para o gravíssimo problema da má distribuição da receita nacional.

Entre as disposições da Lei Maior que terão de sofrer alterações, podem ser citadas as seguintes:

– Art. 19, § 2º que atribui à União o poder de conceder isenção de impostos municipais e estaduais;

– Art. 23, § 3º que dispensa do Imposto de Transmissão certas transações;

– Art. 23, § 5º que coloca no âmbito federal a limitação do ICM ou sua uniformização;

– Art. 23, § 6º que submete ao Ministério da Fazenda, na prática, a isenção de ICM;

– Art. 23, § 7º que exclui do ICM as vendas de manufaturados e outros artigos que a lei ordinária federal indicar;

– Art. 24 que retira dos municípios a fixação de alíquotas máximas do imposto sobre Serviços.

Várias outras estipulações legais e regulamentares cerceiam a ação tributária estadual e municipal e serão eliminadas da legislação ainda este ano, em consequência do novo texto constitucional em elaboração, já que são extremamente fortes o pensamento municipalista e a vontade de descentralizar dos Srs. Constituintes.

Porém, neste instante, nós, delegados do povo, reivindicamos o respeito aos direitos de nossas comunidades e exigimos uma reforma urgente, que modifique esse quadro dramático imediatamente, e dê condições aos municípios de poderem atender as necessidades da população.

Na Marcha a Brasília dos Prefeitos do País pela Reforma Tributária de Emergência, a realizar-se na Capital dias 24 e 25, serão expostos os problemas existentes e posta sobre a mesa a lista das necessidades atuais, bem como a forma de atendê-las, tais como: o destino de verbas do FND oriundas do empréstimo compulsório para os municípios e a distribuição imediata de verbas do ISTR previstas pela Emenda Constitucional nº 27 à Constituição em vigor, e que até hoje não chegaram aos Municípios.

Um certame inicial foi encerrado sábado, dia 21, em Fortaleza: o denominado "O grito das capitais?" que unanimemente produziu um documento reivindicatório, a ser entregue ao Presidente da República. Indica-se ali que é fundamental uma linha de crédito para as prefeituras, com dois anos de carência e juros subsidiados. E, mais, que o Governo Federal assumira os encargos com a educação e que estipule nova linha de serviços tributáveis com o ISS.

Não se esgota aí, evidentemente, a pauta dos pleitos municipais.

Ela é mais ampla e profunda. Não aceitaremos que seja desatendida nem desfigurada, e muito menos postergada. Cobraremos do Governo a prioridade que o Presidente José Sarney prometeu dar à reforma tributária.

E não toleraremos, obviamente, que lhe sejam antepostas dificuldades a fim de que nos sejam vendidas facilidades, como ocorre nesses escabrosos casos das comissões exigidas pelos burocratas de Brasília, para liberar verbas devidas aos municípios, conforme notícias de domingo, nos Jornais e canais de televisão.

Essa vergonhosa chantagem é também fruto do autoritarismo, do centralismo excessivo, da burocracia corrupta dos tecnocratas.

O encontro dos Prefeitos do Brasil na Capital Federal produzirá um memorial a ser endereçado aos Presidentes da Nação e da Constituinte e contará com o decidido apoio e a participação integral dos Srs. Deputados e Senadores Constituintes.

Não pedimos favores; o que desejamos é consertar o resultado da arrecadação tributária, que está positivamente errada, ao conceder somente

7% aos Municípios, pouco mais de 30% aos estados e mais de 60% ao Governo Federal.

Reforma Tributária já e agora!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jesus Tajra.

O SR. JESUS TAJRA (PFL– PI. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A primeira Constituição do mundo surgiu com uma imposição popular para limitar o poder de tributação do rei. Sempre houve estreita vinculação entre a reação popular e a modificação de regimes quanto a essa tributação arbitrária, muitas vezes: mesmo no Brasil, tivemos a Inconfidência Mineira como uma decorrência de protesto pelo poder de tributação do Estado; a Revolução Francesa foi o ponto culminante de uma reação popular diante do arbítrio de Luís XVI; a Independência americana, como aquele protesto em Boston, contra o imposto do chá, e por aí afora, se fôssemos recordar a História em tantos movimentos dessa natureza.

Estranhamente, no Brasil de hoje, surgem as ameaças, aqui e acolá, por parte de entidades, ou mesmo de populares, e se insurgindo contra a tributação, a carga tributária pesada, por parte do Governo Federal.

Aqui mesmo, o **Jornal do Brasil** do dia 21 de março estampa, na primeira página, fotografia em que um cidadão coloca uma placa, uma espécie de *outdoor* em cima de seu carro e assinala: – "Não vou mais pagar Imposto de Renda do que o descontado na fonte. Senadores, Deputados, Militares, fazendeiros, magistrados e milionários sonegadores não pagam. Não devo, não pago. Todos devem ser iguais perante a lei". E cita o seu telefone para adesões.

O jornal **O Estado de S. Paulo** de domingo publica: "Moratória de impostos federais. A única forma de sensibilizar o Governo, já que passeatas e bloqueios de agências bancárias não resolveram, é mexer com o seu bolso. Por isso, vamos impor a moratória de impostos federais, estaduais e municipais, a partir do dia 6 de abril." A declaração é do Presidente do Sindicato do Comércio Varejista do ABC, segmento formado por mais de vinte mil empresas. E vamos tendo, assim, aqui e acolá, manifestações dessa natureza com que o povo hoje, respirando um clima de maior liberdade, manifesta, também, o seu protesto contra a pesada carga tributária que se acentua cada vez mais em nosso meio.

Aqui desta Casa, vários companheiros já fizeram apelo e apresentaram estudos para que o Ministro da Fazenda viesse a reconsiderar essa tabela progressiva do Imposto de Renda que deverá ser pago, no corrente exercício, com base no rendimento de 1986, sem que até aqui houvesse qualquer providência.

E vemos, ainda, que neste mês de fevereiro próximo passado, surgiu o Decreto-lei nº 2.323, reinstitucionalizando a correção monetária, com base nas OTN, agravando a situação já existente nas empresas, porquanto essa correção vai incidir sobre impostos, baseada no fato gerador do ano de 1986. Assim, exatamente pela facilidade do uso do decreto-lei, esse instituto que precisa ser eliminado o mais urgente do processo legislativo, é que vamos vendo que os burocratas do Governo, de maneiras mais simplórias mais também contundentes, vão agravando o bolso do cidadão brasileiro.

Não poderíamos deixar de salientar que no Capítulo "Das Garantias e Direitos Individuais" se assinala um que é da maior importância, que é

o de resguardar o cidadão dos arbítrios do Poder Executivo, do Estado, quanto à tributação de imposto no mesmo ano em que é decretado.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, mais uma vez eu mesmo abordo o assunto, nesta Casa, aproveitando a oportunidade para fazer um apelo ao Sr. Ministro da Fazenda para que reveja esse quadro que aterroriza, sobretudo o assalariado, porque ele não poderá suportar essa carga tributária, pagando o imposto na fonte e, simultaneamente, ele, que anos anteriores tinha direito a restituição, passa agora a pagar também a parcela mensal do imposto do corrente exercício.

Já vi cidadão aterrorizado com a perspectiva de não poder pagar o seu imposto, ou então faltar com as suas obrigações diante da sua família. Dessa forma, nós que somos – não aqui nesta Constituinte – mas como Deputados e Senadores, representantes do povo, legisladores, a quem caberia o dever e o direito de legislar, estritamente legislar, sobretudo nessa parte da tributação, da instituição de impostos, temos, sim, que fazer um apelo àqueles que estruturam os decretos-leis para que refaçam seus cálculos e aliviem essa carga tributária que angustia o povo brasileiro.

Fica aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, o nosso apelo diretamente ao Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Joaquim Bevilacqua.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O empresário, sobretudo o micro e o pequeno empresariado comercial do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, diante da grave situação econômico-financeira, lançou um manifesto, subscrito pelo Sindicato do Comércio Varejista de Guaratinguetá, Comércio Varejista de São José dos Campos, Comércio Varejista de Taubaté, Comércio Varejista de Cruzeiro, Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos, Associação Comercial de Taubaté, Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro, Associação Comercial e Industrial de Caçapava, Associação Comercial e Industrial de Pindamonhangaba, de Jacareí, Cachoeira Paulista, Aparecida, Piquete, Lorena, Guaratinguetá, Associação Agropecuária de Guaratinguetá, Associação Comercial de Comerciantes de Materiais de Construção de São José dos Campos.

Este manifesto é um verdadeiro libelo diante do grave quadro econômico, no qual os extorsivos juros praticados no mercado financeiro estão asfixiando as empresas em geral, sobretudo as micro e pequenas empresas.

Acrescentaria, diante desse manifesto dos micro e pequenos empresários do comércio do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, a preocupação, também, dos setores industrial e agropecuário, porque, mais uma vez, vemos o setor financeiro sendo privilegiado, em detrimento do setor produtivo, e, por paradoxal que possa parecer, exatamente no dia de hoje os trabalhadores das instituições de crédito estão paralisando as suas atividades em protesto contra os seus baixos salários. Portanto, de um lado, juros altos, de outro lado, baixos salários para os bancários. Esta é a triste realidade, hoje. Incumbe ao Sr. Ministro da Fazenda, sobretudo ele, incumbido pela política econômica, se assim se pode chamá-la atualmente, incumbe a S. Ex.^a corrigir, e corrigir de forma rápida, essa distorção, para que não se dê, amanhã, injeção de cânfora no defunto, e uso esta expressão,

evidentemente no sentido econômico, porque moribunda a economia já está.

Solicito ao nobre Presidente que dê como lido este manifesto, para que seja transcrito em Ata, acrescentando, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que isto afeta, evidentemente, a condução e a continuidade dos trabalhos da Constituinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. JOAQUIM BEVILACQUA EM SEU DISCURSO.)
Ofício nº 022/SCV/87

Ilustríssimo Senhor
Doutor Joaquim Bevilacqua
DD. Deputado Federal
Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Ilustre Deputado:

Recentemente reunidas na cidade de Guaratinguetá, as entidades representativas de todo o Comércio do Vale do Paraíba produziram, ao final de prolongados debates, um manifesto cujo texto estamos encaminhando a Vossa Senhoria.

Ser-nos-ia sumamente importante que Vossa Senhoria pudesse se pronunciar a respeito no Plenário do Congresso, solicitando a transcrição em ata do inteiro teor do dito manifesto. Muitíssimo importante, igualmente, seria para nós que Vossa Senhoria diligenciasse no sentido de fazer chegar esse documento às mãos de Sua Excelência o Senhor Ministro da Fazenda.

Agradecendo antecipadamente a atenção que este pedido merecer, aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria a manifestação do nosso mais elevado apreço.

Atenciosamente

São José dos Campos, 24 de fevereiro de 1987 – **Flávio Renato Rodrigues de Moura**, Presidente – **Luiz Geraldo Ferreira de Brito**, Secretário.

As Entidades abaixo subscritas, na representação do empresariado comercial do Vale do Paraíba e Litoral Norte, vêm de público manifestar sua apreensão diante do atual e grave quadro econômico no qual os extorsivos juros praticados no mercado financeiro estão asfixiando as empresas em geral, sobretudo as de micro e pequeno porte, promovendo a sua descapitalização.

Tal situação se traduz num retorno a uma experiência indesejável vivida num passado recente onde o estímulo à atividade financeira especulativa, em detrimento do setor produtivo, acabou por levar o País à instabilidade econômica e social.

As causas de tal realidade, de responsabilidade do governo, resumem-se em seguintes pontos:

- 1 – sobreposição dos interesses políticos aos interesses econômicos;
- 2 – preservação do gigantismo do setor público;
- 3 – perpetuação do controle das contas públicas, alimentando o processo inflacionário;
- 4 – manutenção de medidas de caráter meramente arrecadatório;
- 5 – indefinição na conduta da política econômica, impedindo o planejamento empresarial;
- 6 – intervenção excessiva no mercado, inibindo a prática natural do livre comércio.

A continuação desta alarmante situação deverá provocar conseqüências desastrosas na medida em que o estrangulamento da atividade comercial, setor responsável pelo emprego da expressiva parcela da mão-de-obra, trará reflexos em cadeia sobre a indústria e outros segmentos da produção, perpetrando a desorganização econômica e o caos social.

Portanto, em face dessa insustentável realidade, o empresariado comercial do Vale do Paraíba e Litoral Norte exige urgentes providências do governo tanto no sentido do saneamento do setor público como da adoção de uma política econômica que coíba a prática da especulação financeira, com a conseqüente redução dos juros, e que permita à economia voltar-se fundamentalmente para o setor produtivo, verdadeiro gerador de renda e de emprego.

Sindicato do Comércio Varejista de Guaratinguetá – Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos – Sindicato do Comércio Varejista de Taubaté – Sindicato do Comércio Varejista de Cruzeiro – Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos – Associação Comercial de Taubaté – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Cruzeiro – Associação Comercial e Industrial de Caçapava – Associação Comercial e Industrial de Pindamonhangaba – Associação Comercial e Industrial de Jacareí – Associação Comercial e Industrial de Cachoeira Paulista – Associação Comercial e Industrial de Aparecida – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Piquete – Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Lorena – Associação Comercial e Industrial de Guaratinguetá – Associação Agropecuária de Guaratinguetá – Associação Comercial de Comerciantes de Materiais de Construção de São José dos Campos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilson Souza.

O SR. VILSON SOUZA (PMDB – SC.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com a proximidade do início efetivo dos trabalhos de elaboração do novo texto constitucional, assumo essa tribuna para trazer à reflexão da Assembléia temas de reputo de fundamental importância para consolidação da nova ordem institucional.

Esses temas dizem respeito à organização do Estado, à organização e o controle do poder político pela sociedade, numa palavra: estabelecem as regras do jogo democrático.

De pouco vale uma declaração formal de direitos e garantias individuais e sociais, se a vontade política no exercício do poder acabar por negá-los na prática, esvaziando o seu conteúdo, como sistematicamente registra a história política do Brasil.

Se a constituição reconhece e legitima o poder da Sociedade na organização do Estado e do Governo, e se esse poder deve ser exercido por representantes da sociedade e em seu favor, então importa que o sistema institucional coloque no centro das decisões as demandas sociais e que permita a participação ampliada no processo de decisão, para que, aqueles que sempre estiveram afastados do processo político, uma vez presentes nos aparelhos de Estado, forcem a sua atuação cada vez mais para baixo com a criação permanente de novos direitos sociais.

Nesse sentido, o lúcido Norberto Bobbio alerta para o valor fundamental da democracia como a única via para se atingir a realização de uma sociedade justa e distributiva, dado que ele atribui a democracia subversiva, pois, segundo ele: "onde chega, subverte a concepção tradicional de poder, segundo a qual o poder político ou econômico, paterno ou sacerdotal, desce do alto para baixo. Muito mais subversiva que o próprio socialismo, se por socialismo, se entende a transferência da propriedade dos meios de produção dos setores privados ao Estado, isto é, ainda a instituição de um poder que vem do alto para

baixo. Tão subversiva é a democracia, que se fosse plenamente realizada, segundo a idéia limite de Rousseau, seria ela e não a hipotética sociedade sem classes, o fim do Estado, a sociedade sem Estado".

Cumpre-nos pois, o dever de organização, da forma mais perfeita possível, das regras institucionais pelas quais a sociedade em seu conjunto exercitará e fiscalizará o poder político, com a invenção contínua do social.

Para isto, algumas questões prévias devem ser colocadas, e aguçamos nossas reflexões para outros campos, como o da atividade econômica, financeira e assistencial exercidas pelos Estados modernos, e que estão diretamente relacionadas com as condições reais de vida de cada cidadão.

Os modelos do liberalismo e do neoliberalismo não nos servem para, nesta etapa, consolidarmos uma sociedade justa, democrática e distributiva.

As intervenções do Estado no campo econômico e assistencial têm que se fazer no interesse exclusivo da sociedade e não de grupos minoritários que querem perpetuar-se no poder. A atividade financeira do Estado deve ser transparente, bem como a execução do orçamento nos limites da autorização legislativa, e não longe do público, sem controle e fiscalização, tornando complexos e inacessíveis suas determinações.

Os custos da dívida pública interna e externa, e seus critérios de criação e administração, são demonstrativos evidentes de como o dinheiro público pode ser canalizado para alimentar a voracidade especulativa de um grupo privilegiado de interesses. Na mesma linha, os imensos subsídios concedidos ao setor produtivo privado, e os prejuízos das estatais, cobertos com recursos públicos, convertem-se em acumulação privada de capitais, um processo injusto de transferência de rendas produzidas pelo trabalho da sociedade em favor dos grupos e facções no poder.

Essa estrutura de Estado que aí está, e que deve ser profundamente alterada, submete toda atividade produtiva e as perspectivas de crescimento e distribuição de rendas, à ganância da intermediação financeira. A dívida pública, sustentada por essas operações e a custos crescentes, é praticamente do mesmo tamanho do PIB, e grande parte desta acaba nas mãos de uma minoria que vive da especulação, da fome e da miséria de milhões de brasileiros.

Um país que é a 10ª economia do planeta, com recursos naturais que correspondem a um dos maiores patrimônios da humanidade, com um parque industrial complexo e sofisticado, e com uma população expressiva, apresenta indicadores sociais que nos colocam os últimos dos subdesenvolvidos.

Nunca país algum do mundo assistiu em tão pouco tempo à brutal concentração de rendas como a que fomos vítimas no período da ditadura, ao custo da pobreza, miséria, fome e morte de milhões de brasileiros. A realidade desse regime aí está: 2/3 da população vivem em índices alarmantes de pobreza.

E isso, Srs. Constituintes, deu-se sob uma ordem constitucional que consagra retoricamente alguns avanços sociais, mas que na prática, limitando o acesso e o controle do poder pela sociedade, impediu os avanços e estabeleceu um dos mais cruéis regimes econômicos e sociais que se tem conhecimento.

É exatamente da constatação dessa realidade que se faz necessária maior preocupação com a forma de organização do Estado, dos poderes políticos e do sistema eleitoral e partidário.

Não bastam declarações de direitos e garantias sociais avançadas, pois é condição da liberdade

e de realização de uma sociedade igualitária, a socialização da política e do poder, num sistema eleitoral de livre competição partidária.

Democracia e pluralismo são os lados da mesma moeda e para que o poder seja exercido de forma descentralizada, de baixo para cima, é necessário um regime de governo permeável às demandas e ao controle popular, como o é o parlamentarismo, com a distinção das figuras de chefe de Estado e chefe de Governo.

O governo deve ser organizado a partir do espectro político representado no parlamento, e politicamente responsável frente a este e ao Chefe de Estado, e a possibilidade sempre presente da demissão, é virtude que conspira em favor de realizações em prol da sociedade, da qual retira o apoio para sua manutenção. Torna-se mais transparente.

De outro lado, a superação das crises políticas se dará dentro das regras do jogo democrático, evitando-se golpes de Estado e as ditaduras, e a aparente instabilidade do governo será em muito compensada pela estabilidade do sistema político. E quando as crises tornarem-se agudas, o governo poderá ser destituído, e em caráter excepcional, o Presidente poderá, ouvido o Conselho de Estado, dissolver o próprio parlamento, convocando novas eleições para que, através do voto, a própria sociedade supere a crise política, sem deixar que esta se transforme em crise de Estado.

A superioridade dessa forma de governo, que coloca a sociedade no centro da organização, do exercício e do controle do poder, pode ser confirmada pela confrontação dos regimes políticos e sociais dos países da Europa com os da América Latina. Enquanto toda a Europa é parlamentarista, goza de estabilidade política e apresenta as sociedades mais distributivas do planeta, a América Latina presidencialista é o campo fértil dos golpes de Estado e ditaduras militares, com sociedades pobres, subdesenvolvidas e submetidas a modelos cruéis de concentração de rendas.

No entanto, para que este governo não fique submetido em demasia às injunções político-partidárias em um país em que os partidos ainda não estão consolidados, e seja submetido a pressões de grupos de interesses hegemônicos, é fundamental que seus poderes sejam limitados exclusivamente às funções de chefia do Executivo, como responsável pela administração do programa aprovado com o orçamento.

Nesta linha, órgãos como o Tesouro Nacional, agente arrecadador dos recursos repassados pela sociedade ao Estado e executor financeiro do orçamento, bem como o Banco Central, responsável pela política monetária, devem ter autonomia constitucional em relação ao governo, e limitados em sua atuação de conformidade com as normas elaboradas pelo Legislativo. Com isto evitar-se-á a manipulação orçamentária, concessão de subsídios não previstos, e política monetária que confrontem os interesses da sociedade.

De outro lado, para que o governo não seja caudatário de todas as demandas sociais é necessário que o poder seja descentralizado, com a instituição efetiva da federalização e municipalização de atribuições e receitas.

As sociedades democráticas reconhecem a necessidade de controle e transferência no exercício do poder, e isto só se conseguirá se os centros de decisões forem próximos dos cidadãos, pois o poder é tanto mais visível quanto mais proximamente for exercido.

Se na Federação existe uma correlação de poderes de controle da União e Estados, aquela não pode ser uma distribuidora de benesses e privilégios.

gios a estes, que deverão organizar-se com autonomia e serem administrados com recursos próprios, sob pena de, por injunções políticas de Unidades mais poderosas, romper-se o equilíbrio federativo. Mecanismos constitucionais devem claramente estabelecer e identificar os recursos dos Estados e Municípios, ampliando de forma significativa suas atribuições e sua participação do bolo tributário.

Normas constitucionais específicas devem regulamentar os princípios de organização, limitações e execução dos orçamentos das unidades federadas e municípios, unindo com a intervenção os governos que gastarem mais do que arrecadam.

Devem ser estabelecidas claramente as hipóteses de intervenção federal e estadual, que uma vez caracterizadas, exijam obrigatoriamente, sob pena de responsabilidade, a ação tutelar e saneadora em defesa da Federação.

Igualmente devem ser estabelecidos controles com relação aos instrumentos financeiros dos Estados-membros, para que não se convertam em agentes emissores e desestremem a política monetária de toda União, já que o processo inflacionário, não distingue entre a dívida pública federal e estadual, nem entre o déficit orçamentário da União, dos Estados e Municípios.

A organização do sistema eleitoral deve prever a indicação pelo voto universal, para todos os cargos de representação, num processo de livre competição entre partidos organizados a partir da sociedade e que possa corresponder ao pluralismo da própria organização social.

Entendo que deve ser mantido o sistema do voto proporcional, pois enquanto este possibilita o pluralismo partidário, amplia a representatividade; o voto distrital deforma a representação e força o bipartidarismo, ambos desaconselháveis no regime de governo de gabinete.

O Poder Judiciário deve sofrer alterações, com a criação de um Tribunal Constitucional, com a extinção do Conselho Superior da Magistratura, e principalmente que sua função jurisdicional seja submetida ao interesse da sociedade e não do poder.

As garantias do cidadão contra as ingerências indevidas do Estado, bem como a proteção de seus direitos, serão ampliadas com a criação de um Defensor do Povo, que, diferentemente dos demais poderes, embora nascido com o Estado, seja um instrumento de defesa da sociedade contra suas omissões ou excessos.

Este rol de instituições não esgotam os meios de controle e exercício do poder político pela sociedade, mas, juntamente com outras contribuições, certamente concorrerão para o estabelecimento de uma sociedade democrática, pluralista e distributiva.

São essas, dentre outras, as sugestões que trago à reflexão deste Plenário, para que nós, de forma livre e aberta, possamos elaborar uma Carta Constitucional que seja pelo menos mais duradoura do que as que a antecederam.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes:

Considero da maior importância registrar aqui, na Constituinte, os acontecimentos que se estão verificando hoje, no País. É importante trazer esses acontecimentos para este "pinga-fogo" da Assembléia Nacional Constituinte.

Refiro-me, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, à greve dos bancários.

A pauta de reivindicações dos bancários é legítima e justa. Quando os bancários decidiram, em assembléia, recorrer à greve, tornaram igualmente uma decisão legítima, e assim a consideramos porque é de conhecimento público que esse setor, ao longo dos últimos anos, foi o que mais lucrou. Mesmo após a edição do Plano Cruzado, foi o setor que com a maior rapidez se ajustou àquelas novas medidas, promovendo mais de cem mil demissões, e, ao mesmo tempo, encarecendo os serviços prestados à população, para não falar das facilidades que os banqueiros conseguiram do próprio Governo para continuar mantendo uma taxa de lucro elevada.

A categoria dos bancários, hoje, é uma das mais proletarizadas deste País. Algumas conquistas, inclusive dos funcionários dos bancos oficiais, foram aniquiladas, foram revogadas ao longo do tempo, e, hoje, é uma categoria proletarizada, que vive numa situação de quase miséria e de empobrecimento que chegam a assustar.

Por isso, quando os bancários vão à greve, nacionalmente, tomam uma atitude política de defender o seu salário, defender melhores condições de vida e, ao mesmo tempo, enfrentar um dos setores que tem feito todo tipo de tramóia, todo tipo de acordo para manter seus exorbitantes lucros.

Não podemos discutir e apoiar a greve dos bancários, como fazemos aqui, sem levar em conta, desconsiderar, o que significa os privilégios e a margem de lucro dos banqueiros neste País e a proteção que eles têm, através das medidas do Governo, através da própria legislação em vigor.

Neste momento em que os bancários vão à luta para defender as suas reivindicações, os governos estaduais eleitos em 15 de novembro último, e o Governo Federal, não podem repetir nesta greve o que fizeram com a greve dos petroleiros, com a greve dos marítimos, ou seja, tratar a questão da greve não mais como questão de polícia, mas como questão militar, isto é, através da repressão, através da intervenção, através da intimidação.

A greve é um direito legítimo que está posto como um fato concreto e político, e esse direito tem que ser respeitado.

Aqui, repudiamos e denunciemos qualquer medida de repressão, de intimidação contra a greve dos bancários. É necessário que esta greve force os banqueiros a aceitar a pauta de negociações dos bancários. Quando os bancários reivindicam 100% de aumento e os banqueiros chegam ao ponto de propor 10%; isso mostra, Sr. Presidente, a disparidade, a contradição que existe hoje entre o grau de empobrecimento dos bancários e a margem de lucro dos banqueiros deste País.

Por isso, queremos aqui, neste "pinga-fogo", expressar a nossa solidariedade e o nosso apoio à justa luta dos bancários deste País, que vão à greve, nacionalmente e, ao mesmo tempo, fazer um apelo desta tribuna às Lideranças do Governo, especialmente às Lideranças do PMDB, que em outros momentos apoiaram às greves, que em outros momentos estiveram em piquetes e assembléias, que denunciem qualquer represália, qualquer medida repressiva contra essa greve justa e legítima dos bancários.

Esta é a solidariedade e o apoio irrestritos que prestamos à greve nacional dos bancários, deflagrada no dia de hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre constituinte Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

O Brasil amanheceu sobressaltado pela decisão dos bancários em promover greve geral reivindicando melhores condições salarial e de trabalho.

O momento é muito grave, por se tratar de paralisação envolvendo também o Banco do Brasil que é o sustentáculo da economia do País, sobretudo no atendimento da política voltada ao meio de produção agropecuária.

Conhecemos em profundidade o extraordinário trabalho que esse agente financeiro faz por todo rincão do Brasil. Sabemos da dedicação, zelo e patriotismo que seus servidores tratam as coisas do Banco e seus usuários. Difícil se torna em acreditar da real situação da instituição e de seus funcionários face uma realidade de extrema dificuldade e penúria que vivem, pela defasada condição salarial.

Plagiando o Dr. Romeu Padilha a respeito do sistema EMBRATER, gostaria de adaptar ao Banco do Brasil e seus funcionários ao considerá-lo "como a cara do Governo no meio em que vivem".

Quando essa instituição de uma forma ou de outra perde sua potência, estímulo e eficiência, como conseqüência, é o próprio Governo que degenera sua imagem e sua prestação de serviços ao público.

Estou retornando de uma viagem pelo interior de Mato Grosso e trago como preocupação a situação da sobrevivência dos funcionários do Banco do Brasil, influenciando decisivamente na própria atividade dessa importante e insubstituível Casa de Crédito.

A situação é tão grave, sobretudo nas áreas de expansão de fronteira agrícola, que no caso como no município de Juína não há servidor que possa lá sobreviver, tendo a agência local do Banco do Brasil de continuar funcionando com servidores emprestados de outras entidades como no caso da cooperativa agropecuária.

Reconhecemos a preocupação e trabalho que a Direção do Banco vem fazendo para solucionar este angustiante problema.

Há necessidade do Governo remunerar o Banco do Brasil pelos serviços prestados e pagamento do subsídio dado ao crédito rural e outras atividades.

A situação atual depende muito mais do que isso. Nós, homens públicos, devemos ter a consciência de que a nossa omissão nesta ocasião, com relação a este movimento poderá, em conseqüência, deteriorar a instituição e no futuro teremos que reconhecer nossa culpa. O Banco do Brasil, baseado nos seus valores humanos, consciência dos servidores, preparação para a função, seriedade na seleção, recrutamento e ascensão funcional, tem sido sempre o esteio de sua eficiência e organização.

Corre-se o risco deste patrimônio vir a ser prejudicado pelo desestímulo e extrema dificuldade que ocorre no seio da organização.

Órgão como o Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), Conselho Interministerial de Salários de Empresas (CISE) e SEST, juntamente com os Ministérios envolvidos, tais como Fazenda, Planejamento e Trabalho, não podem fazer de surdos e mudos em relação ao Banco do Brasil. O apelo da sua Diretoria e servidores precisa receber a solidariedade do Governo.

Srs. Constituinte, esta Assembléia Nacional não pode e não deve omitir-se neste instante. Vamos

somar ao reclamo daqueles servidores. As pretensões são justas, honestas e reconhecidas pela necessidade do Banco do Brasil continuar prestando seus serviços a pátria brasileira. Não sejamos omissos, pois a história poderá nos julgar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Irajá Rodrigues.

O SR. IRAJÁ RODRIGUES (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Orquestrada, certamente, pelos banqueiros internacionais, insatisfeitos com a atitude brasileira de suspender, ainda que parcialmente, o pagamento dos juros da dívida externa, instala-se, dentro e fora do Brasil, uma violenta campanha contra o Governo brasileiro, mais especialmente contra o Ministro da Fazenda. E os objetivos são claros: no instante em que alguém representa um País ou uma comunidade num processo de negociação, torna-se importante para a parte adversária enfraquecer a posição do negociador para, através desse enfraquecimento, vulnerar as posições daquela comunidade ou daquele país que este representante tem o dever de defender na mesa de negociações.

O que se tem ouvido e o que se tem lido neste País, nos últimos dias, não destoa do mesmo diapasão: é, de um lado, o Citibank, através de seus diretores, que, despudoradamente, exige a saída do Ministro da Fazenda; é, de outro lado, o *The New York Times*, que, despudoradamente, chega a ameaçar o Brasil com a substituição do atual Presidente por alguém oriundo da área militar, num golpe de força.

O que quer esta gente? Não cansaram de sugar o sangue dos brasileiros? O que querem os banqueiros internacionais? Não lhes chega durante tantos anos serem, como têm sido, as aves de rapina do Terceiro Mundo? A nós brasileiros, principalmente a nós que, nesta Casa, participamos do processo de transição da ditadura para a democracia, cabe abrir bem os olhos: o que se pede não é apenas a substituição de um Ministro. Se o Governo atender aos reclamos do capital internacional e disser que substitui esse Ministro da Fazenda, que poderá ter os seus erros, como qualquer um de nós, humanos que somos, certamente, no dia seguinte, eles estarão pretendendo impor um novo Ministro que há de ser um preposto dos interesses internacionais, como tantos Ministros da Fazenda e Ministros do Planejamento têm sido impostos neste País, fazendo o jogo dos grandes interesses financeiros do mundo desenvolvido. E satisfeitos na mudança do Ministro da Fazenda; tanto aqueles que gritam do lado de lá, quanto aqueles que gritam aqui dentro, por certo, passarão, ai, a indicar os nomes dos prováveis Presidentes da República que lhes interessam e interessam aos seus negócios. É preciso que o Brasil diga a essa gente: o que se fez foi pouco, a moratória atual é tímida, é modesta. O que o Brasil precisa é dizer a essa gente que não paga mais nada, que já pagamos demais, que cansamos de ser explorados. Só assim eles entenderão a palavra e ouvirão a voz do brasileiro e dos demais povos submetidos ao seu tacão. O que nós queremos propor a esta Casa é que se traga aqui à discussão – e estaremos fazendo isto hoje, oficialmente, a Liderança do meu Partido – a matéria em tramitação no Congresso que propõe a suspensão do pagamento integral dos juros e do principal da dívida externa por cinco anos e que se faça uma auditoria completa sobre toda esta dívida, para ver o que tem embutido nela de roubafeira, de aprisionamento do Brasil, a fim de

que se diga, de uma vez por todas, que, de fato, o Brasil levantou a cabeça e não aceita, não tolera e não quer imposições de quem quer que seja.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Irajá Rodrigues o Sr. Secretário, Mauro Benevides, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Aos primeiros minutos da madrugada de ontem, o Governador Henrique Santillo reuniu a imprensa, no Palácio das Esmeraldas, para anunciar a decretação de intervenção estadual na Prefeitura da Capital, por 180 dias, substituindo o Prefeito Daniel Antônio pelo Vice-Governador do Estado, Joaquim Domingos Roriz.

Na verdade, não há quem não reconheça, em Goiânia, que a cidade mergulhara no caos, no apogeu da acefalia. O lixo se amontoa nas ruas do centro e dos bairros, a iluminação pública quase acabou, as obras pararam em todos os setores e as greves viraram rotinas nas repartições e empresas municipais. O funcionalismo está há três meses sem receber. As passeatas e os piquetes, as faixas de protesto e os pronunciamentos de revolta se incorporaram terrivelmente ao cotidiano goianiense. O desgoverno levou uma das metrópoles mais modernas e bonitas do Brasil a uma situação vexatória sem precedentes.

Agravando esse quadro ruinoso, a Prefeitura e a Câmara Municipal entraram em crise insolúvel. Uma comissão de investigação do Legislativo levantou comprovados atos de corrupção na Administração. Três vereadores denunciaram a tentativa de seus colegas, no sentido de extorquirem do Prefeito elevada quantia para aprovação de matérias de interesse do Executivo. Os desentendimentos e acusações mútuas acabaram se transformando em inquéritos policiais que agora o Judiciário aprecia. No seio do povo, o desgato moral da Prefeitura e da Câmara Municipal atingiram proporções alarmantes.

A Câmara Municipal preparou-se, então, para cassar o mandato do Prefeito. O Prefeito anunciou que se licenciaria ou renunciaria antes disso. As empreiteiras começaram a receber, enquanto o funcionalismo permanecia com seus salários atrasados.

Não havia outra saída democrática e legal senão a intervenção do Estado. Imagino o quanto deve ter relatado o Governador Henrique Santillo em seguir o único caminho aberto, ele que sempre foi contra medidas dessa natureza. Mas era preciso salvar Goiânia.

Corajosa e patrioticamente, depois de ouvir o Conselho Político do Governo goiano, com inteiro apoio e co-participação do PMDB, o Governador Henrique Santillo interveio no Município, pois, com o licenciamento, a renúncia ou a cassação do Prefeito assumiria o Presidente da Câmara Municipal um poder a esta altura subjugado e, portanto, sob suspeição. Foi uma intervenção sábia e, no momento exato, uma intervenção aplaudida pela totalidade da população, porque restabelecedora da credibilidade e da dignidade administrativa no Município.

A escolha do Vice-Governador Joaquim Roriz para interventor, também, não poderia ser mais feliz. Trata-se de um homem público de passado inatacável e de posições sempre claras e bem definidas. Empresário nacionalmente conhecido,

ex-Deputado Estadual e Federal, consagrado novamente nas urnas de 15 de novembro de 1986, Joaquim Roriz é padrão de honestidade e de trabalho.

As primeiras providências para soerguimento da Prefeitura de Goiânia começaram ainda na manhã de ontem. O novo Prefeito tranqüilizou os servidores municipais: ninguém será demitido a partir de agora. Já se viabilizam recursos para a normalidade administrativa que se inicia com a quitação das folhas do funcionalismo.

Toda a máquina do Estado está sendo acionada para socorrer Goiânia, da periferia à área central, num ritmo de trabalho e de obras que pretende, em 45 dias, fazer da cidade abandonada a capital maravilhosa e linda que sempre foi. A nova equipe municipal vai sendo montada com valores os mais competentes. É hora de recuperar o tempo perdido e, com ele, a confiança popular. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Srs. Constituintes, antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, gostaria de fazer um agradecimento.

Com a promulgação, hoje, do Regimento definitivo, termina o período da Mesa provisória e, certamente, o meu Partido, não tendo representação, não participarei mais da Mesa. Assim, aproveito a oportunidade para agradecer a colaboração de todos os companheiros, pois em todas as oportunidades que estive na Presidência pude contar com a colaboração de todos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)
Concedo a palavra ao nobre Constituinte Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Volto a esta tribuna, uma vez mais, para defender os pobres e aqueles necessitados que ajudaram na minha eleição. E venho com uma proposta de emergência para reforma na Previdência Social. Faça isto porque as leis deste País dizem que a Previdência Social é feita para o pecúlio e pensão daqueles que contribuem ou não.

A saúde, no Brasil ou em qualquer país civilizado, deve ser um direito do povo. Lamentavelmente, em nosso País, temos o regime tripartite; contribuem para a Previdência Social o Governo, o trabalhador e o empregador, pelo menos alguns trabalhadores.

Mas, há 23 anos, Sr. Presidente, o Governo não paga a sua contribuição, ou seja, desde 1964 que o Governo não paga a sua parte na Previdência Social. A dívida que o Governo tem para com a Previdência Social chega a 1 quatrilhão de cruzeiros; traduzindo pela tabela do próprio Governo, 179 bilhões, 685 bilhões e 40 milhões de cruzados, ou seja, em melhor tradução, mais intelegível ainda: 980 bilhões de dólares, várias vezes a nossa dívida externa.

Em qualquer sociedade, se um dos sócios não participa com a sua contribuição ele não tem o direito, de não pode ser o administrador dos bens que recolhe. Assim sendo, proponho esta intervenção, esta reforma de emergência na Previdência Social. Nós sabemos que, no regime anterior, a verba da Previdência Social foi utilizada para atender não aos trabalhadores, não aos aposentados, não aos pensionistas, mas para fazer projetos faraônicos.

O mais lamentável ainda, Sr. Presidente, é que, além de fazerem isso com o dinheiro do trabalhador, este tem do seu salário retirada a contribuição da Previdência Social. Agora, no ano passado,

em 1986, dos 310 bilhões de cruzados arrecadados pela Previdência Social, 44 bilhões representaram um **superavit**. E este dinheiro, 44 bilhões de cruzados, foi devolvido ao Governo Federal, foi devolvido ao caixa único do Governo para, novamente, financiar projetos desnecessários.

Assim, faço a minha proposta: primeiro, que todos os recursos recolhidos pela Previdência Social devem ser aplicados exclusivamente pela Previdência Social. Segundo, que o Governo deverá devolver os 44 bilhões de **superavit** do ano passado. E, terceiro, o Governo Federal fica obrigado a reconhecer a sua dívida e a começar a pagar mensalmente a sua cota da Previdência Social. Só assim teríamos o bastante para que a Previdência seja moralizada e volte a ser uma prioridade neste País. Assim, o dinheiro do trabalhador, o dinheiro do aposentado e o dinheiro do pensionista estará sendo bem aplicado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Dutra.

O SR. JOSÉ DUTRA (PMDB – AM. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Venho hoje, pela primeira vez, à tribuna desta Assembléia para abordar assunto por demais delicado para a vida operária brasileira. Quero me referir ao movimento paredista desencadeado hoje pelos bancários brasileiros. E o faço, Sr. Presidente, como homem que participou diretamente desse movimento nos idos de 1963, que comandou, no seu Estado, a categoria bancária no momento em que se fazia resistência contra o arbítrio, contra a violência.

Homem que carrega as marcas do cárcere, como consequência da defesa dos direitos, da defesa dos interesses dos trabalhadores bancários do nosso País, não poderia faltar com uma palavra nesta hora em que os bancários brasileiros se unem, se juntam na mesma fé, no mesmo entusiasmo e na mesma coragem para tentar, com essa união, vencer as barreiras que foram estabelecidas pelos banqueiros que estão levando a miséria, estão levando o sofrimento, estão levando a dor a quantos empregam as suas atividades nos estabelecimentos bancários do País.

E foi em razão da intransigência dos empregadores, foi em razão da falta de sensibilidade daqueles que comandam a política bancária brasileira que os bancários, já não agüentando mais o peso da vida dramática que experimentam, amanheceram no dia de hoje em greve para reivindicar 100% de reajustamento nos seus salários. Mas a classe patronal, insensível sempre, em todos os tempos, agora, mais uma vez, manifesta esta insensibilidade e força os bancários brasileiros a procurar o caminho da greve, especialmente os do Banco do Brasil, talvez os mais atingidos nesta crise que domina a classe bancária do nosso País, classe bancária que foi violentada pelo pacote econômico do ano passado, classe bancária que teria um reajustamento no dia 1º de março de 1986, mas que, no dia 28 de fevereiro, o pacote econômico do Governo, o pacote do Cruzado retirou esta possibilidade, e com isto levou menos leite, menos pão, menos alimentos, de forma geral, para a mesa do bancário.

Portanto, Sr. Presidente, nesta hora dramática por que passam os nossos bancários do País, não poderia faltar a minha palavra de solidariedade, a minha palavra de apoio, a minha palavra de estímulo para que os bancários possam colimar os seus objetivos, os seus ideais. Mas também não poderia faltar uma palavra ao Governo brasileiro, para que não coloque os tanques, as metra-

lhadoras e os canhões, para impedir que os bancários de nosso País possam alcançar uma vitória consagrada, com que estarão colimando também o bem-estar da sua família.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Juarez Antunes.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – RJ. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes: Como Presidente de Sindicato dos Trabalhadores, venho trazer meu apoio aos bancários que, em virtude da intransigência patronal, entraram em greve, hoje, reivindicando reajuste salarial de 100%.

Governo intransigente, Governo que massacrava a classe trabalhadora com a farsa do plano Cruzado; patrões intransigentes, aqui mesmo dentro desta Casa, alguns exemplares de banqueiros que se locupletaram durante a vigência do falecido Plano Cruzado, enriqueceram enquanto os bancários foram demitidos em mais de 100 mil e tiveram os seus salários arrojados; Governo Sarney que, se não foi cria da ditadura, conviveu com a ditadura e com ela verificou os métodos errados de combater a inflação, achando que o salário é que era o culpado pela inflação. A ditadura malhou nesta tecla e a inflação subiu e Sarney, com o seu modelo econômico, com a sua política econômica, com a sua política salarial, malhando na mesma tecla, leva os trabalhadores ao desespero.

Como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, também em campanha salarial, já pressentimos a paralisação da Usina Presidente Vargas, porque, infelizmente, neste País, os trabalhadores agora só conseguem algum tipo de reajuste salarial se entrarem em greve, não adianta o bla-bla-bla nas mesas de negociação, não se chega a nada, porque a ordem de cima, a ordem do Governo que aí está, é não ceder.

Ainda mais, quando os trabalhadores reivindicam o que é justo, o que acontece? O Exército, que devia vigiar as fronteiras, que lá devia colocar um militar de metro em metro, distante um do outro, para impedir o contrabando, o Exército sai de suas funções e vai ocupar refinarias, siderúrgicas, quando não vai a polícia do Governador do Estado, com as patas de cavalo, como foi feito recentemente na Siderúrgica COSIPA. Em Volta Redonda, dentro de poucos dias, alertamos a Presidência desta Casa, alertamos sobretudo o Presidente da Constituinte, que durante a ditadura andava dizendo qualquer coisa a respeito dos trabalhadores, na defesa dos trabalhadores, defesa dos direitos dos trabalhadores, o Sr. Ulysses Guimarães, que agora mudo como um peixe não tem nada a dizer. Não sei se mais mudo, se podemos considerar alguém mais mudo ou menos mudo, não sei se mais mudo do que o Ministro do Trabalho, que outrora também defendia trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, atentemos para uma coisa: não é possível que o Exército agora, como fez com os portuários, vá também para as portas dos bancos reprimir trabalhadores que no seu direito legítimo reivindicam salários justos.

Vou terminar, Sr. Presidente. Não é possível também que, em substituição ao Exército, os 22 Governadores do PMDB desloquem suas Polícias para fazerem o papel, este triste papel de reprimir trabalhadores, quando Abi Ackel está tranqüilo por lá, Mário Andreazza está muito tranqüilo, Delfim Netto muito tranqüilo, e ninguém perturba esses homens. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Agassis Almeida.

O SR. AGASSIS ALMEIDA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. constituintes, a Nação brasileira se debate, neste instante, diante de grave conjuntura. O Plano Cruzado foi levado à Nação brasileira com grandes esperanças, o povo o recebeu e o aplaudiu, mas poderosas forças econômicas, de grandes atravessadores, aliados a banqueiros internacionais, conseguiram derrubá-lo. Os banqueiros e as poderosas forças do sistema nacional e internacional uniram-se e desestruturaram o Plano Cruzado.

E hoje, como está a Nação, Sr. Presidente, Srs. constituintes? Estamos sem rumo e sem caminhos. Não há propostas que definam, aos diversos segmentos da Nação, a situação em que nos encontramos. Procuramos, isto sim, definir propostas que conduzam o Governo a caminhos e rumos objetivos e certos.

O PMDB, que trouxe para esta Casa e para a Nação brasileira grande contingente de esperança, se vê hoje num processo de desordenação, porque lhe falta uma definição de rumos e de programa. Enquanto os poderosos grupos de banqueiros, enquanto as multinacionais percebem ganhos astronômicos, nós assistimos, por aí, a setores produtivos da Nação, a pequenos e médios comerciantes, setores agrícolas e dezenas de milhares de funcionários públicos e operários se quedarem sem rumo e sem uma política definidora de suas aspirações. Urge a definição de rumos.

Mas nós, constituintes de 1987, nós, que integramos, com a responsabilidade de partido majoritário, esta Casa, nos perguntamos: Onde está a verdadeira política de identificação da sociedade em face da Assembléia Nacional Constituinte?

Enquanto a crise se agrava, enquanto o ilustre Presidente da República vai a São Paulo, ao encontro de poderosos grupos do empresariado brasileiro, aqui, em Brasília, dezenas e dezenas de pequenos comerciantes são recebidos pela polícia. Enquanto dezenas e dezenas de servidores das instituições financeiras brasileiras recebem aviltantes e minguados salários, os banqueiros nacionais e internacionais estão percebendo, dia a dia, lucros fantásticos, fabulosos. Estas graves distorções nos estão arrastando ao caos.

Sr. Presidente, nós nos perguntamos: Que política é esta? Não pregamos a subversão, a anarquia, mas não aceitamos a inércia governamental; não pregamos a sustentação de greves, mas defendemos o direito do operário, do servidor público de lutar por melhores condições de vida e de salários.

Sr. Presidente, transmito, neste instante, a preocupação do PMDB diante desta situação que se agrava dia a dia.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre constituinte Edivaldo Motta.

O SR. EDIVALDO MOTTA (PMDB – PB.): – Sr. Presidente, Srs. constituintes:

Estou chegando de uma das regiões mais pobres do Brasil e provavelmente do planeta. Estou chegando do Nordeste, onde o homem, quando tem semente, fica na dependência das condições climáticas e da boa vontade dos homens para colher o fruto do seu trabalho. Agora, quando caíram as primeiras chuvas em toda a região, e as esperanças do homem do campo deveriam florescer junto com a sua lavoura, o problema

maior passa a ser o Governo, que, antes de solucionar os graves problemas daquela área, tem contribuído para aumentar a crise, provocando o desespero e o terror, ao permitir o aumento dos juros e a volta da correção monetária para as atividades creditícias entre os bancos e os proprietários rurais. Não entendemos esta posição do Governo, que volta a penalizar o homem do campo, tão sofrido e espoliado durante a ditadura militar. E eles também não entendem como o Governo, que veio daquela região, não se mostra sensibilizado diante dos problemas existentes, que são de seu conhecimento.

Estas providências do Governo só têm servido, até o momento, para encher os bolsos dos multibilionários banqueiros, que segundo o DIEESE, na sua última pesquisa, mostrou um crescimento dos bancos em 51,1 por cento em relação aos recursos captados, e, em relação às cobranças de tarifas, cresceram em 104 por cento. Diante deste quadro, eu pergunto: Qual a empresa, o estabelecimento comercial ou o projeto agrícola que cresceu em largas proporções? E respondo, nenhum. Ao contrário, a quebradeira é geral. Os microempresários estão fechando as portas, as grandes indústrias estão ditando as normas, e os homens do campo, já endividados, estão insolventes, prestes a perderem até suas terras para os bancos.

Por tudo isto, são constantes as reclamações dos representantes nordestinos à política adotada pelo Governo para a região nordestina. A condenação é unânime em relação ao corte de verbas na SUDENE e o conseqüente corte dos incentivos fiscais. A pecuária também sofre as mesmas conseqüências desta política mal dirigida, cheia de incertezas em relação ao futuro.

Diante deste quadro faz-se necessário que o Governo tome imediatamente a decisão de suspender a portaria que determinou a volta da correção monetária para os empréstimos de custeio e de pecuária, bem como determinar a redução dos juros para o setor agrícola, porque, somente assim, os homens do campo vão poder respirar aliviados e preocupar-se apenas com as condições climáticas que já representa uma alta soma de dificuldades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

A penalização do Nordeste não significará a salvação desta política econômica que, há muito tempo, há mostrou sua ineficiência. Sendo o Presidente da República um nordestino, não acreditamos que ele pretenda aniquilar a agricultura nordestina, por isso apelamos para que S. Ex. revogue imediatamente essa portaria tão nociva aos interesses do Nordeste. E não somente faça isto: esperamos que S. Ex. volte sua atenção para os problemas da região nordestina e passe a atender os seus pleitos, começando pela agricultura, que é, atualmente, a atividade mais empobrecida da região. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Asdrúbal Bentes.

O SR. ASDRÚBAL BENTES (PMDB – PA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"Os Municípios pedem a palavra.

Municipalista ferrenho, falo, neste momento como ex-prefeito, em nome dos Municípios do meu Estado. E por que não no de todos do Brasil?

O município é a célula mater da Federação.

A saúde do País depende da saudabilidade de suas células. Se a Nação está doente é que suas células estão contaminadas por bactérias ou vírus dos mais diversos tipos.

Lamentavelmente, é esta a triste verdade que estamos constatando, hoje, aqui em Brasília. Os Municípios brasileiros estão enfermos, morrendo à mingua, de inanição, sem remédio eficaz que possa, pelo menos, lhes servir de paliativo para os males que afligem suas sofridas populações.

Centenas de prefeitos de todo o País, do Oiapoque ao Chui, reúnem-se hoje e amanhã no Planalto Central. Côncios de suas responsabilidades, sentindo na pele os sofrimentos do seu povo, cansados de tanto esperar, esmagados pela inflação, sufocados pela centralização de recursos nas mãos do Governo Federal, abandonaram os seus municípios, e, em marcha cívica e patriótica, apesar de humilhante e deprimente, ei-los aqui, no coração da Pátria, a estender, mais uma vez as mãos humildes e calejadas, à espera de que o coração das autoridades máximas se sensibilize e os socorra, nesta hora difícil que atravessamos.

É urgente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que todos nos unamos à luta dos municípios.

É imprescindível que denunciemos ao Brasil que a Federação já não mais existe, a não ser nas letras mortas da Constituição prestes a exalar seus últimos suspiros. Mas antes que isso aconteça, antes que se restabeleça a Federação em sua plenitude, na nova Carta Magna, o que fazer, nobres Constituintes, para que os municípios não venham a morrer?

Evidentemente, cada um de V. Ex.^a bem o sabe. Sei-o eu. Sabem-no as autoridades econômicas. Sabem-no os mais humildes de nossos compatriotas. A unanimidade em torno do que deve ser feito, e com urgência, para ressuscitar os nossos municípios é absoluta e total. Sabe o Presidente da República, como o sabe o atual Governador de São Paulo que, prefaciando o livro de Antonio Carlos Otoni Soares, exclama: "É necessário se promover, incontinenti, uma Reforma Tributária de Emergência", (pág. IV).

No Brasil, é assim. Quando todos sabem, fingem não saber as pessoas de cuja solução depende o óbvio ululante.

O AUTOR DO LIVRO "A Instituição Municipal no Brasil" acima citado, diz, à página 148: "Enquanto a Síndrome da "Superioridade da Administração Geral sobre a Administração Municipal for mantida, os municípios sempre receberão migalhas da Administração Geral", porque o pressuposto da incapacidade permanente das lideranças municipais não desaparece". Essa desconfiança, do Poder Central aos municípios é coisa antiga. Foi sempre a tônica da política brasileira desde o Império. Só rogamos a Deus que essa síndrome, a que se refere o autor citado, não seja algum tipo de AIDS política, e tenha cura.

E tem cura sim, Srs. Constituintes. Mas só a partir de uma mudança de mentalidade do Governo Federal. E esta mudança só será consubstanciada com a implantação de uma Reforma Tributária, antes que seja tarde demais. Não há ameaça, nem hipérbole em minhas palavras. Elas expressam pura e amarga realidade. O abandono do Governo Federal aos municípios é de tal sorte impiedoso que não fora a ação imediata do Sr. Jäder Barbalho, quando Governador, o sul do Pará, que palmilhei e o conheço de ponta a ponta, estaria hoje convulsionado por idéias separatistas.

É inacreditável que capiaus daqueles longes, provincianos caboclos daquelas paragens amazônicas, pudessem perceber o desprezo a que estão relegados e quisesses traduzir o sufoco que estão sentindo através de idéias radicais.

Queridos Prefeitos deste grande e amado País. Falo não como Deputado, mas como um de vocês. Os Constituintes, estamos solidários com a

sua luta. Todavia, peço-lhe com alma à flor dos lábios: os Prefeitos do Brasil, vocês todos aqui reunidos, têm que desmentir com a sua reta intenção, com sua honestidade, com o moral elevado, aquele pressuposto de incapacidade permanente, que, desde o Império, vem sendo imputado aos municípios. No que tange à presença de V. Ex.^a aqui, nestes dois dias, cumpre demonstrar às autoridades supremas do País que vocês não vieram apenas para reclamar, pedir ou reivindicar, mas também com o objetivo alto de propor idéias e até soluções brasileiras para os complexos problemas dos municípios brasileiros. Mas também para pedir. Pedir que se lhes repassem, agora e já, recursos substanciais, do contrário eles fecharão as portas de suas prefeituras e trarão as chaves, depositando-as no Palácio do Planalto.

É inadiável restituir a saúde aos nossos municípios.

É improcrastinável acabar com essa condição aviltante de mendigos.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, está hasteada a bandeira da Reforma Agrária. Mas há mister fazer o Governo compreender, com toda circunspeção, que a Reforma Agrária só será consumada, só será eficaz, se for feita de baixo para cima, a partir da participação dos municípios. Se o Governo, na verdade, quiser uma Reforma Agrária sem convulsões, o município deverá ser convocado, consultado e dar a palavra final. Aliás, parece que o Sr. Ministro Dante de Oliveira está reconhecendo esta verdade, ao procurar dividir com os Estados e municípios, embora timidamente, a responsabilidade do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Vimos de participar de um Simpósio dos Municípios da Amazônia, que se denominou "Os Municípios Pedem a Palavra".

E nestes dois dias, todos os municípios do Brasil estão aqui, reunidos, presentes na pessoa de cada um dos Prefeitos, dos quais estamos a ouvir ecoar unísono da alma de cada qual, como o estrondo da pororoca: "Os Municípios Pedem a Palavra". E desta vez, eles estão pedindo a palavra para valer. Para serem ouvidos e não para serem repelidos, como o foram da primeira vez que cá vieram.

Queridos Prefeitos de minha Pátria, não esqueçam que vocês, hoje, aqui, em pleno Planalto Central, encantados com a apoteose que é Brasília, vocês são os municípios e os municípios são a Nação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS):

– Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna, neste momento, para trazer a minha solidariedade à greve dos bancários.

Sr. Presidente, não vejo por que razões os responsáveis não tomam providências, principalmente no que diz respeito aos colaboradores do Banco do Brasil, uma vez que, outrora, todos aqueles que buscavam trabalho no Banco do Brasil eram bem remunerados, receberam ótimos salários. Não quero dizer que era o suficiente, mas se analisarmos e voltamos um pouquinho para trás, veremos que na Velha República, ou há dez anos, quem procurava o Banco do Brasil para se inscrever e se submeter a concurso, quem lograva êxito, realmente, tinha ótima profissão, um bom meio de vida: no entanto, ultimamente, o próprio Banco do Brasil se encontra esvaziado, inclusive houve um movimento para que não fosse mais o único a financiar a produção, ele que

foi o pioneiro, o primeiro a se fazer presente em todos os recantos de nosso País. E hoje o que vemos? Vemos os seus colaboradores em greve de forma unânime. É lamentável.

Refiro-me especialmente ao Banco do Brasil porque, nos outros bancos, sabemos que os salários sempre foram minguados e pequenos e muitos apenas os buscam para trabalho temporário. Mas no Banco do Brasil é diferente: quem busca emprego no Banco do Brasil submentendo-se a concurso, faz carreira e, por isso, desta tribuna, queremos fazer apelo às autoridades para que venham ao encontro dos seus grandes colaboradores, pois, sem dúvida, é das instituições que têm quadros mais competentes para atender, para trabalhar em benefício do próprio órgão. Por isso mesmo, merecidamente, deve voltar o tempo em que eles sejam novamente bem remunerados.

É nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que nós apelamos. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Renan Calheiros.

O SR. RONAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs Constituintes:

Ocupo esta tribuna para falar de assunto que constringe a opinião pública nacional. Falo, Sr. Presidente, dos superfuncionários do Estado de Alagoas, os "marajás": são homens e mulheres que entraram no Serviço Público pela janela do apadrinhamento político e que chegam a perceber 500 mil cruzados por mês, num País pobre como o Brasil, onde 2/3 da população economicamente ativa ganha menos do que 2 salários, e num Estado como Alagoas, onde o desemprego, o analfabetismo, a indigência, a mortalidade infantil e a falta de vergonha atingem níveis verdadeiramente comoventes.

São, Srs. Constituintes, como a Imprensa tem fartamente denunciado; eles existem porque há leis constitucionais. Os últimos Governadores de Alagoas, notadamente o Sr. Divaldo Suruagy com assento nesta Assembléia Constituinte, tomaram a iniciativa e aprovaram leis que são verdadeiras aberrações legislativas. Eles, Sr. Presidente, se amparam, portanto, nesse arcabouço legal. E neste momento, peça a atenção de V. Ex.^a e a atenção da Casa para exibir a relação nominal dos "marajás" do Estado de Alagoas, nomes e vencimentos, sem constar, Sr. Presidente, os triênios, os quinquênios, os decênios, as vantagens e as diárias. Essa imoralidade vai acabar. Essa iniquidade vai acabar. O Governador de Alagoas, o ex-Deputado Fernando Collor de Melo, argüiu, como cidadão ainda, a inconstitucionalidade dessas leis. Esta, Sr. Presidente, é a esperança do povo de Alagoas: que os Poderes Federais, através da concessão de uma liminar pelo Supremo Tribunal Federal, nos dêem condições e instrumentos para que possamos extirpar esta imoralidade.

Alagoas, Srs. Constituintes, não pode conviver com leis inescrupulosas. Os "marajás" não podem auferir sem investir, sem criar empregos, sem risco nenhum e sem muitos deles irem sequer ao trabalho, o montante correspondente ao que arrecada uma empresa, enquanto, Sr. Presidente, carece o Estado de dinheiro para financiar a produção. É necessário, portanto, Srs. Constituintes, pôr fim a esta imoralidade. Precisamos que esta Assembléia Nacional Constituinte consagre de forma explícita, de uma vez por todas, um parâmetro para limitar os salários e vencimentos no Brasil.

Em Alagoas, Sr. Presidente, o PMDB não coonestará com isto e o Governador Collor acabará com os "marajás".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João da Mata.

O SR. JOÃO DA MATA (PFL – PB. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Constituintes:

Mais uma vez volto a falar sobre juros bancários, pedindo, misericordiosamente, ao Governo que atente para a situação econômica que atravessa o País antes que o caos venha realmente nos colocar em situação bastante difícil.

As empresas estão entrando em falência e concordata diariamente. Não temos mais condição de produzir. Acredito que chegou a hora de uma vez por todas ser solucionado o problema. A demissão do ex-Ministro Sayad pouco nos interessa, porque há muito tempo sabíamos que esse homem não tinha influência na área econômica. Interessa-nos, sim aquele que é o verdadeiro culpado por esta situação que aqui se implantou. O Sr. Dilson Funaro, Ministro da Fazenda, responsável pela situação calamitosa em que se encontra o País. Respondo por aqueles que em mim votaram e que não têm mais condições de suportar a atual situação. E, por cima, verificamos, ainda, o grande descaso, quando nos parece que o afastamento dessa equipe da área econômica não ocorre, exatamente, por problemas afetuosos. Acredito que é a hora de se desvincular amizade de qualquer outro tipo de interesse, principalmente quando está em jogo o interesse nacional.

Também, venho prestar a minha solidariedade aos bancários que, hoje, estão em greve numa causa muito justa.

Tive o cuidado de analisar os balanços dos grandes bancos deste País e verifiquei que todos tiveram, em 1986, lucratividade superior a todo o seu capital. Em apenas um ano – um ano em que não houve correção monetária, um ano em que, naturalmente, a lucratividade representa, exatamente, o efeito dos seus negócios – os bancos dobraram, ou seja, tiveram uma lucratividade superior a todo o seu capital. Portanto, mais uma vez, venho, aqui, lançar o meu repúdio contra essa situação e dar apoio aos bancários que vivem miseravelmente, ganhando, sem condições de sobreviver, trabalhando em empresas que estão usurpando o poder popular.

O meu apoio, a minha solidariedade, também, aos nossos prefeitos, que, hoje, reúnem-se em Brasília, trazendo suas propostas, postulando, evidentemente, a reforma tributária. Sabemos que as prefeituras marcam exatamente o início da administração pública, e devem receber o apoio do Governo Federal, assim como uma estruturação econômico-financeira para solucionar os problemas de suas comunidades.

Fica, portanto, também, registrada a minha solidariedade a esses homens que aqui estão trazendo as suas propostas e procurando recursos para fazer uma boa administração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Raquel Cândido.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO (PFL – RO. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^as e Constituintes:

Em primeiro lugar, a nossa solidariedade total aos bancários por entendermos que só desta for-

ma é que poderemos conseguir aquilo que estamos a desejar: salários justos.

Em segundo lugar, um cuidado especial e uma análise rápida com relação à moratória, que deve ser verdadeira, à moratória que deve ser empreitada com competência, à moratória que nos levará e nos facilitará sobreviver com dignidade num país que está a aguardá-la há muitos anos.

É preciso que a equipe econômica do PMDB, ao propor a moratória, tenha consciência do que significa isto para um país latino-americano que empreita, conseqüentemente, a liderança de vários países que estão nas nossas mesmas condições. É preciso que se tenha competência quando se parte para uma política internacional, não como aquela de uma luta individual. É preciso que tenhamos responsabilidades ao propor esta moratória para que ela seja, acima de tudo, feita com consciência e para valer. Não é possível que ao se propor uma moratória, como o nosso País propôs, ela sirva única e exclusivamente para que, um país, como o México e como a Argentina, se aproveitem desta briga. Essa proposta de moratória foi mal feita e não teve competência para estabelecer o encaminhamento desta questão, e nos deixa hoje sem nenhuma solução. É preciso, Sr. Presidente e Sr^{as} e Srs. Constituintes, que nós, Parlamentares Constituintes, entendamos que a moratória para valer passe por um plebiscito e por uma pregação popular, onde todos os brasileiros saibam o que ela significa para este País. É preciso que possamos também descer às nossas bases e conversar com todos os nossos concidadãos para fazermos uma moratória para valer. Mas é preciso que esta equipe econômica, que fez um laboratório experimental desta Nação, seja questionada com coragem e com veemência.

É preciso estejamos atentos para que o País – que nunca passou por uma profunda prontidão, convive a sociedade brasileira, com a mobilização desde as "Diretas Já" – tenha consciência do momento que estamos a atravessar. As greves virão. É preciso que não se perpetuem os erros onde as metralhadoras e as botinadas serviram de freio para uma política que não serviu de modelo. É preciso sim, neste momento da Assembléia Nacional Constituinte, irmos a todos os rincões da Nação, para fazer uma moratória, com a conscientização da população brasileira.

Os sindicatos, as associações, todas as entidades e todas as nações do mundo estão vivendo momentos históricos diferentes no planeta. O Brasil deve ficar equidistante com essa evolução natural por que passa toda a humanidade.

Conclamo, aqui, todos os meus pares, para que possamos ir às nossas bases dizer qual é a moratória que o Brasil quer, mas questionamos, derradeiramente, a incompetência e o desserviço dessa equipe econômica que levou o Brasil à beira do caos.

Fico, aqui, solidária a todos os segmentos: que continuem mobilizados, para que possamos fazer aquilo que queremos, que é uma Constituição duradoura e, acima de tudo, soberana, que venha ao encontro de nossas aspirações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre constituinte Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. constituintes:

Chegou a Brasília, hoje pela manhã, o Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. S.

Ex.^a vem para, dentre outras tarefas, discutir a questão da dívida do Estado do Rio Grande do Sul. S. Ex.^a assumiu o Governo do Estado e herdou a maior dívida de uma unidade federada deste País, no montante de 111 bilhões de cruzados. É uma dívida que extrapola absolutamente qualquer possibilidade de governar o Estado, de qualquer possibilidade de ser assumida individualmente, por aquela unidade federada.

Agora vem a indagação: Por que o Rio Grande do Sul chegou a uma situação destas? Se lá está um povo forte, um povo trabalhador, um povo capaz, se temos uma grande produção e uma grande produtividade, por área; se temos indústria forte, pujante. Uma das razões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. constituintes, pelas quais o Rio Grande chegou a este estado, a esta situação, é a resultante da política tributária nacional. Por um lado, a centralização financeira em mãos da União, e por isso aqui trazemos o nosso apoio ao movimento pela reforma tributária; por outro lado, a política de incentivo às exportações, através da qual os governos, especialmente os governos do autoritarismo militar, ao longo dos anos, penalizaram o Rio Grande do Sul, em algumas vezes, por mais de 70% da sua receita.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. constituintes, entendemos que a dívida do Estado do Rio Grande do Sul é também responsabilidade da União, e que à medida em que avançamos no tempo, e no passado questionávamos as administrações federais que fizeram aqueles empréstimos, externos, vejo aqui neste plenário o eminente colega constituinte Delfim Netto.

Lembro-me quantas vezes nos palanques condenávamos S. Ex.^a e questionávamos os empréstimos que fazia, e ouvíamos aqui, através de uma CPI, depoimentos incriminatórios aos empréstimos que tomavam. No entanto, esta Casa, que fez esta CPI, está ainda assistindo de forma impassível a não-apuração desses fatos.

Quero olhar para o colega Delfim Netto e outros que compuseram o Governo com a mesma tranqüilidade de quem não pode ser suspeito, sem que haja um esclarecimento, especialmente quando se trata da coisa pública.

Estou aqui, Sr. Presidente, para dizer que o constituinte Paulo Ramos e eu aprovamos por unanimidade uma moção na bancada do PMDB, pedindo uma auditoria da dívida externa brasileira. Não é justo que continuemos engordando os banqueiros internacionais às custas da miséria e da exploração do nosso povo, e não é justo que se mantenha suspeição sobre homens públicos deste País, sem que se apure suas responsabilidades; para que, ou vão para a cadeia e devolvam o que roubaram, se for o caso, ou que nós, com o respeito que nos merecem, porque a suspeição foi resolvida adequada e conceituadamente, possamos dar-lhes e devolver-lhes o respeito da Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente; Sras. e Srs. Constituintes:

O processo de empobrecimento do povo brasileiro se agrava, e é irreversível neste sistema, mas jamais, com o nosso consentimento, e muito menos com o rendimento de forças populares.

Registro hoje, e solicito a divulgação do documento do Partido dos Trabalhadores sobre: "O PT e a situação dos constituintes", porque esta

lei que agrava, que exige a contribuição desairosa, o Imposto de Renda, foi aprovada aqui nesta Casa, em 1985, sob nosso protesto veemente.

Registro também aqui documento de comunidades da região de Itapeirica da Serra e suas reivindicações sobre a Constituinte.

Registro meu total apoio e solidariedade aos ocupantes de áreas ociosas de São Paulo, em busca do direito de morar na Zona leste e que denunciam, em toda a profundidade, a não política governamental quanto à habitação popular, à punição massiva das ações de despejos sofrida por milhares de pessoas nestes últimos dias. É explosiva a situação habitacional brasileira.

A minha solidariedade também aos bancários, em greve no País. Categoria que tem um nível de organização e consciência, os bancários foram destituídos pelo pacote econômico, arrocho salarial, demissões em massa e sofrem também a sobrecarga tributária, reação legítima, justa e necessária diante da dura política salarial, do disparo da inflação, do início da recessão e desemprego, da política absurda desenfreada do custo de vida.

Nossa solidariedade, nosso apoio a todos que exercem o seu direito de cidadania, dizendo basta a esta política nacional.

É terrível o gesto do Presidente da República que tenta ganhar o povo com um litro de leite distribuído graças à contribuição tributária de todos os brasileiros, inclusive dos que recebem esse leite, na manifestação ocorrida neste último domingo no primeiro aniversário da distribuição do leite em São Paulo.

Para os trabalhadores uma esmola de um litro de leite, talvez até necessária, mas uma forma de uso da população brasileira; para os empresários o churrasco com os que fazem e decidem a política nacional com os empresários. Estes que desafiaram, que determinaram o preço em janeiro e fevereiro, aqueles que incentivaram a desobediência civil, com esses se fazem os churrascos.

Questionamos profundamente a discriminação que o Presidente da República faz aos brasileiros em relação às classes sociais; dedica um dia aos empresários e ouve suas queixas, de quem está na fatura, graças à desgraça de milhões de brasileiros.

O Presidente não age com a mesma disposição de diálogo em relação aos trabalhadores que há um ano solicitam audiência ao Presidente que não os ouve e não os recebe. Atitude discriminatória injusta; ouve Michael Kelland, Presidente do Citibank do Brasil, e se nega a ouvir brasileiros. Governo assim não se sustenta por muito tempo, governo que não aceita o rompimento definitivo com o FMI e não aceita instalar uma auditoria em relação à dívida externa é um governo que não se sustenta.

Questionamos os encaminhamentos dos empresários neste último domingo, como, por exemplo, aqueles da indústria farmacêutica, que dizem que precisam ser liberados outros tantos tipos de remédio, quando já sabemos que há uma exploração, há algo inusitado neste País, há mais de 20 mil tipos de remédios, e simplesmente a população não é atendida, são remédios inúteis.

Percebemos que a posição dos empresários, hoje publicada na **Gazeta Mercantil**, de São Paulo, que gostaria que fosse transcrita também, porque realmente é um documento que mostra a posição do empresariado, a necessidade brasileira, porque eles, jamais, em minuto algum, lembram que existe uma Nação de 130 milhões de brasileiros que têm tudo para conquistar, têm a vida para sobreviver e, lamentavelmente, têm sido escorraçados neste País. Portanto, não aceitamos

a imposição da política governamental de apenas ouvir quem já está com todos os privilégios do País, despreza e não ouve os trabalhadores brasileiros.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. IRMA PASSONI EM SEU DISCURSO:

OS PEDIDOS E SUGESTÕES LEVADOS A SARNEY

Por Edson Beú, de Brasília

No almoço oferecido por Matias Machline (do grupo Sharp), no último sábado, o Presidente José Sarney anotou as principais reivindicações da classe empresarial paulista. Ontem, o secretário de Imprensa, Frota Neto, divulgou os principais pontos ouvidos pelo Presidente no sítio de Itatiba.

Liberação dos preços, revisão na política cambial e uma definição na política econômica do Governo foram os pedidos que afinaram o coro de reclamações entoado de maneira "franca e aberta". Como teria recomendado o próprio Presidente.

O anfitrião, Matias Machline, fechou o rosário de críticas contra a indefinição da política econômica, o controle dos preços, as dificuldades impostas pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), a falta de estocagem para a safra recorde de 65 milhões de toneladas e a política salarial. A sugestão para o País recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), feita por Cláudio Bardella, foi unanimemente rejeitada pelos demais. Houve também unanimidade dos empresários no sentido de garantir integral apoio à política anti-recessiva pregada por Sarney.

De acordo com o secretário de Imprensa, o Presidente da República conseguiu o que queria no almoço: ouvir os problemas enfrentados pelo empresariado nacional. Na ocasião, o Presidente recebeu do Governador Oreste Quércia, de São Paulo, todo o apoio político para o Governo manter as conquistas sociais promovidas pelo Plano Cruzado.

O Presidente exorcizou o pessimismo exalado por alguns setores, afirmando que o Governo não trabalha na "dimensão da catástrofe e pessimismo". Segundo relato de Frota Neto, este foi o resumo das reivindicações feitas pelos 25 empresários a Sarney.

Abílio Diniz (superintendente do grupo Pão de Açúcar) – disse que o Governo perdeu o controle da economia. Criticou a lentidão da área econômica para tomar decisões, criando um descompasso com o setor comercial, que "age com muita rapidez". Manifestou receio de que a sobrecarga do imposto de renda sobre a classe média aumente o risco de uma recessão. Pediu revisão da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do depósito compulsório. Na sua opinião, 8% do Produto Interno Bruto (PIB) seria o nível ideal das exportações brasileiras, para compatibilizar as necessidades do País e preservar o mercado interno.

Abram Szajman (presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo) – fez uma abordagem crítica da situação das micros e pequenas empresas, inviabilizadas pelas taxas de juros. Como muitas foram criadas há menos de um ano, lembrou que essas, sequer podem pedir concordata, restando-lhes apenas o caminho da falência. O dirigente paulista indicou uma queda de 25% nas vendas, em fevereiro deste ano, em relação a igual período de 1986.

Adalmito Delape Baptista (presidente do grupo Aché) – reclamou que, após edição do

Plano Cruzado, a indústria farmacêutica sofreu uma crise sem precedentes, pegando o setor no "contrapé", com os preços defasados. Criticou dificuldades impostas pela Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil (CACEX) para importar insumos básicos. Rebateu as acusações de que o setor é manipulado por interesses multinacionais, afirmando que 75% das empresas da indústria farmacêutica instaladas no País são nacionais. Pediu a liberação para lançamentos de novos produtos, pois, segundo ele, o Governo permitiu que a indústria lançasse apenas uma nova marca no mercado, no ano passado.

Alain Belda (presidente da Alcoa Alumínio S.A.) – queixou-se da falta de uma política para a Indústria de Alumínio. Disse que o congelamento foi adotado, quando os preços do setor estavam abaixo da estrutura de custos. Reclamou da falta de interlocutores a nível ministerial, para solucionar os problemas da área.

Aldo Lorenzetti (presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – Abinee) – pediu a definição de uma política econômica. A prática de "pacotinhos" não soluciona os problemas do País. Defendeu uma correção cambial, a liberação dos preços e considerou o CIP "completamente desorganizado pelo Ministério da Fazenda". Segundo ele, o Conselho Interministerial de Preços (CIP) controla mais de 300 itens dos 166 previstos. Reclamou que o setor que representa foi altamente penalizado pela política de preços. Em 1986, conforme acentuou, os preços dos produtos elétricos e eletrônicos sofreram uma majoração de 25%, enquanto a Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) registrou uma variação de 70,6%, no período de um ano. Classificou a equipe econômica do Governo de muito teórica e à margem da realidade do País. Disse que o setor cresceu 27% no ano passado, prevendo-se um índice de 15% para este ano, com tendência para uma redução. Responsabilizou as altas taxas de juro pelas dificuldades enfrentadas pelas empresas associadas. A política de preços e as amarras burocráticas da CACEX, segundo Aldo Lorenzetti, desestimularam a produção nacional, obrigando o País a importar itens que antes faziam parte de sua pauta de exportação. Reconheceu uma queda no poder aquisitivo dos trabalhadores, mas salientou que o mecanismo do gatilho salarial não resolverá o problema.

Amador Aguiar (presidente do Conselho de Administração do Banco Brasileiro de Descontos – Bradesco) – criticou a falta de definição na política agrícola. Essa indefinição, segundo ele, impediu um acordo entre os agricultores e os bancos, dificultando o crédito aos produtores. Manifestou-se contrário à fixação de taxas de juro. Defendeu o subsídio para a agricultura e a manutenção dos preços mínimos. Alertou que a adoção repetitiva do gatilho salarial poderá levar o setor bancário à "uma situação grave". Demonstrou preocupação com a politização que, conforme analisa, está dominando a área sindical. Antecipou inteiro apoio ao Presidente José Sarney, que, na sua opinião, representa uma garantia para o País vencer o período de transição democrática iniciada com a Nova República.

Cláudio Bardella (presidente do grupo Bardella) – pediu uma política cambial mais realista. Manifestou preocupação com as conseqüências pela adoção da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. "Quando e como isso vai acabar" – teria indagado ele ao Presidente da República, admitiu a ida ao Fundo Monetário Internacional (FMI), por considerá-lo uma instituição de simples "assessoramento técnico". Foi

contestado pela maioria dos empresários presentes por isso.

Cláudio Bardella sugeriu que o Governo promovesse uma correção cambial, agilizasse as exportações e conseguisse mais dólares dos credores, para solucionar a questão da dívida externa.

Flávio Telles de Menezes (presidente da Sociedade Rural Brasileira) – apesar da safra recorde de 65 milhões de toneladas, disse que a agricultura está sendo pesadamente sacrificada pelas mudanças repentinas, causadas pelo fim do Plano Cruzado. Particularmente pelas elevadas taxas de juro. Pediu uma revisão na estrutura dos custos financeiros, com preços mínimos mais realistas para viabilizar a produção. Afirmou que a crise do setor tem origem externa, lembrando a brusca queda dos preços de produtos como soja, milho, feijão, café e arroz no mercado internacional. Reconheceu que o Presidente Sarney deu "grande ajuda à produção agrícola".

Hélio Smidt (presidente da Varig S.A.) – pediu aumento no preço das tarifas aéreas e observou que a questão salarial está deixando o setor numa "situação crítica".

Jorge Wilson Jacob (presidente do grupo Fenícia) – salientou a necessidade de combater-se a inflação, para evitar a recessão que, na sua opinião, já começou. Pediu definição de uma política econômica. "A área econômica caminha em ziguezague, improvisando soluções" – criticou ele. Defendeu a livre economia de mercado e ações e a criação de instrumentos eficazes para coibir abusos dos empresários. Ofereceu lealdade ao Presidente da República. Criticou os partidos políticos que, na sua opinião, "só apóiam o Governo quando a economia vai bem".

José Ermício de Moraes Filho (presidente do grupo Votorantim) – defendeu a livre iniciativa na economia, como condição básica para o País vencer a crise. Reconheceu que a prática da economia de mercado está sujeita a abusos. Contra isso, pediu ao Governo a criação de "leis ferrenhas". Disse que, a despeito da política de congelamento, o setor que representa cresceu mais que em 1985. Enfatizou necessidade de o País evitar a recessão, cujo preço é muito alto para a sociedade, conforme acentuou. Fez uma declaração de apoio ao Presidente José Sarney, por optar pela política de crescimento econômico.

Keith Busch (presidente do grupo Alpargatas) – sugeriu a liberação dos preços e a eliminação de qualquer mecanismo de controle, referindo-se ao CIP, particularmente.

Lázaro de Mello Brandão (presidente do Banco Brasileiro de Descontos) – pediu a definição de uma política econômica. Criticou a lentidão do Governo, na adoção de medidas na área financeira. Reclamou da política salarial vigente, afirmando que o setor não suportará por muito tempo a progressão do gatilho.

Luiz Bocalato (presidente da Copas) achou que a economia corre um grande risco de entrar na recessão. Esse processo, no setor industrial, segundo analisou, afetaria sobremaneira a agricultura, via desemprego e redução de consumo de gêneros alimentícios. Criticou a morosidade do CIP que, segundo ele, leva até cinquenta dias para atender a um pedido de revisão de preços. Cobrou a execução do Plano Nacional de Fertilizantes, mais financiamento para a agricultura. Pediu uma atenção especial para o café, sugerindo que o Governo, que já comprou 2 milhões de sacas do produto, compre mais 3 milhões. Sarney teria observado que o pedido de compra do restante das sacas contradizia a proposta de não-interferência do Governo na economia, pregada pelos próprios empresários.

Mário Amato – presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – considerou a política cambial falha. Propôs um câmbio duplo, onde o Governo definiria uma correção de 60%, deixando o restante livre. Sugeriu a elaboração de uma lista de produtos com prioridades para importação, com corte de supérfluos. Defendeu a abertura para o capital estrangeiro no País. Na sua opinião, a expansão monetária é o principal fator responsável pela inflação. Acha que o governo pode extinguir a inflação em noventa dias, se forem adotadas medidas corretas. Desaconselhou o confronto na questão da dívida externa, propondo sua renegociação sem o preço da recessão. Criticou os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Pediu que a classe política procurasse conciliar os interesses dos empresários e trabalhadores e apontou indícios de uma exacerbada politização nas centrais sindicais. O presidente da FIESP, observando que falava em nome de 130 mil empresas, finalizou pedindo do chefe do Governo mais paciência, num momento em que o País experimenta o exercício da democracia.

Mario Adler (presidente da Estrela S.A.) – A sua maior reclamação foi dirigida contra a Cacex. Lembrou que sua empresa exporta produtos para 41 países, necessitando de importar determinados itens. Disse que o setor está sendo prejudicado pela falta de matéria-prima, pois, segundo ele, a Cacex retarda em até cinco meses a liberação de uma importação. O empresário afirmou que os sindicatos estão promovendo "uma hábil provocação de atritos entre patrões e empregados". Seguindo a tônica dos demais, exigiu uma definição das regras do jogo da economia, para a indústria planejar seus investimentos.

Max Feffer (presidente da Suzano) – O primeiro empresário a falar no almoço de sábado, em Itatiba (SP). Explicou ao Presidente Sarney sobre a necessidade de o Governo definir sua política econômica com urgência. Argumentou que as indústrias precisam trabalhar em cima de planejamento de longo prazo, cujos investimentos requerem tempo suficiente para maturação. Segundo ele o Governo precisa preencher o vazio deixado pelo fim do Plano Cruzado, definindo novas diretrizes na condução econômica do País. Observou que o setor investiu US\$ 75 milhões em 1986, ante 45 milhões no período 1983/84.

Michael Kelland (presidente do Citybank no Brasil) – afirmou que os grandes bancos credores dos Estados Unidos mantêm absoluta confiança no Brasil e seu Governo, mesmo após a decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa. Considerou esse "um problema de curto prazo", sugeriu a elaboração de um plano de ajuste econômico com ampla divulgação. Defendeu mais facilidades para os investimentos estrangeiros.

O banqueiro norte-americano colocou-se à disposição do Governo brasileiro, para ajudá-lo na solução da dívida externa.

Ney Araújo (presidente da Agroceres) – Apresentou a falta de estocagem como o maior problema da agricultura atualmente, com seus 65 milhões de toneladas de safra recorde. Por falta de armazenagem, pelo menos 20% da safra será perdida, de acordo com sua previsão. Reclamou da lentidão do Governo em comprar a produção agrícola. Chamou de "incompetentes" os setores do Governo responsáveis pelas operações de importação.

Octávio Lacombe (presidente da Parapanema S.A.) – Solicitou facilidades para importar tecnologia para refino de metais nobres. Obser-

vou que o Brasil exporta estanho a US\$ 33 a tonelada, importando-o refinado a US\$ 1.500.

• Olacyr Francisco de Moraes (presidente do Grupo Itamaraty) – Defendeu subsídio para a agricultura. Disse que o País tem potencialidade para dobrar a produção e pediu uma revisão na taxa cambial para beneficiar a exportação.

• Paulo Villares (presidente do grupo Villares) – também defendeu uma correção na política cambial, segundo ele responsável pelos problemas de curto prazo que o País enfrenta. Assegurou que o setor siderúrgico registrou uma alta no custo de produção de 90%, enquanto a OTN variou 70,6% e o dólar valorizou 43% em relação ao cruzado. Enquanto isso, o preço do aço foi reajustado em apenas 21%, criticou ele. Por causa dessas divergências, o empresário afirma que "a equação econômica não fecha". Ele pediu a liberação dos preços e reclamou a falta de pontualidade dos pagamentos das estatais.

• Romeu Chap Chap – presidente da Construtora Chap Chap e do Secovi – afirmou que o setor de construção civil foi o que mais cresceu com o Plano Cruzado e também o mais prejudicado pelas correções de novembro último. Pede regras novas para a atividade, lembrando que há mais de quatro anos a indústria não constrói unidades para a população de baixa renda, o que seria imprescindível para uma redução dos preços dos aluguéis, conforme analisou. Afirmou que a reativação do setor representaria grandes benefícios sociais.

• Wolfgang Franz Sauer – presidente da Volkswagen do Brasil – defendeu a liberação de preços. Se isso for feito, disse que o Brasil poderá ser o maior exportador de automóveis do mundo daqui a dez anos. Relatou que os preços dos fornecedores foram majorados em 89%, a mão-de-obra em 49% e o preço dos automóveis em apenas 30% no período de um ano.

Calculou uma defasagem superior a 20% entre o valor real do dólar e o cruzado. Pediu redução do IPI e um reexame no depósito compulsório.

MEDO DE UM NOVO CONGELAMENTO

por Severino Góes
de São Paulo

"O que precisava ser dito foi dito. O presidente está ciente de toda a situação e cabe a ele tomar as medidas necessárias." Este foi o resumo feito ontem pelo presidente da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Aldo Lorenzetti, do almoço do Presidente José Sarney com 23 empresários, realizado no último sábado, num sítio em Itatiba de propriedade do presidente do grupo Sharp, Mathias Machline.

Durante o encontro, que durou mais de oito horas, Sarney mais ouviu do que falou, segundo Lorenzetti, e inclusive fez anotações das reivindicações dos empresários. De qualquer forma, Sarney garantiu, de acordo com o relato do empresário, que "o Governo não recorrerá ao FMI, não adotará novo congelamento de preços e impedirá a adoção de um processo recessivo".

"O que se critica é a política econômica e não as pessoas", disse Lorenzetti, ao negar que os convidados de Machline tenham feito chegar a Sarney um pedido para substituir o Ministro da Fazenda, Dilson Fanaro. De qualquer forma, ele afirmou que a condução da política econômica pode estar incorrendo em erros porque "o staff econômico é mais teórico do que prático".

Entre as coisas que Sarney ouviu durante a reunião, estava um pedido feito pelos empresários

para que o Governo apresente um plano econômico que dê garantias aos credores de que a economia está se dirigindo para "um rumo saudável", pelas palavras de Lorenzetti. Foi aí que Sarney garantiu que não haverá queda na demanda, embora Lorenzetti, particularmente, apresente dúvidas em relação a este ponto.

"Está se iniciando um processo recessivo e o Governo deveria tomar medidas urgentes para impedir. Na indústria automobilística, é mais do que notório que esse processo já começou. Podemos evitar a recessão desde que o Governo tome medidas urgentes", disse o presidente da Abinee.

Entre os pedidos encaminhados a Sarney pelos empresários, constam o corte das despesas do Governo, a redução das taxas de juros e menor ingerência do Governo na economia. Quando Lorenzetti afirmou que não está sendo feito esforço para reduzir o empreguismo no setor público, Sarney respondeu, de acordo com o empresário, que os gastos com o funcionalismo não constituem um item importante nas despesas do Governo, que prefere atacar o problema pelo lado do corte nos subsídios.

Segundo Lorenzetti, a equipe econômica peca ao atacar o problema da inflação pelo combate à pressão de demanda. A elevação das taxas de juros decorrente desse processo, disse, "pode provocar recessão através de quebra das empresas, que estão muito endividadadas e descapitalizadas. Elevar as taxas de juro para reduzir a demanda, na opinião do empresário, "é apagar incêndio com gasolina".

Os empresários chegaram a sugerir a Sarney que fosse à televisão e, num pronunciamento, declarasse que o Governo não cogita de recongelar os preços. Sarney, entretanto, recusou a sugestão e pediu que os próprios empresários se encaragassem de espalhar a notícia, autorizados por ele.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A SITUAÇÃO DOS CONTRIBUINTES

Em meados de 1985, a Liderança do Partido dos Trabalhadores, tão logo tomou conhecimento, denunciou e repudiou, em plenário, as ações governamentais que na surdina estavam sendo gestadas no interior dos ministérios da área econômica no sentido da elevação do imposto de renda dos assalariados.

Posteriormente, em novembro de 1985, logo após as eleições, o Governo da "Nova República enviou ao Poder Legislativo um projeto de lei que altera a legislação tributária federal e dava outras providências. Era um verdadeiro pacote tributário.

O Partido dos Trabalhadores – PT, na oportunidade, analisou profundamente este projeto, denunciou o seu caráter confiscador de renda dos assalariados, alertou para o verdadeiro assalto que ele realizava nos direitos dos trabalhadores de terem de volta o que lhes tinha sido indevidamente retido na fonte e constatou o conteúdo de classe da proposição que praticamente deixava intactos as grandes empresas e os especuladores.

Visando evitar que a voracidade fiscal do Governo prejudicasse aos assalariados e buscando meios de corrigir distorções do sistema fiscal brasileiro, o PT apresentou várias emendas ao projeto de lei governamental.

Entre as propostas do PT destacamos:

1. A cobrança de imposto de renda sobre todos os ganhos dos parlamentares, oficiais militares e magistrados;

2. A elevação dos impostos sobre os ganhos das grandes empresas e sobre a especulação financeira;

3. A redução das alíquotas devidas para cada faixa de renda;

4. A garantia que os contribuintes que tivessem imposto retido além do devido durante o exercício de 1985 receberiam a restituição ainda em 1986;

5. Aperfeiçoamento e ampliação dos casos em que haveria a obrigatoriedade das grandes empresas declararem semestralmente.

Destas propostas, somente a quinta foi, em parte, aprovada. No entanto, posteriormente o Pacote Cruzado alterou o dispositivo, acrescentando que a declaração semestral somente ocorreria se a empresa não tivesse "praticado a política de preços nos critérios adotados pelos órgãos competentes do Ministério da Fazenda.

Um substitutivo ao projeto inicial do Executivo foi elaborado pela Aliança Democrática; para tanto membros do Executivo estiveram presentes na elaboração do novo pacote nas lideranças dos Partidos do Governo.

Apresentado em Plenário o substitutivo, o PT denunciou o seu caráter contrário aos trabalhadores. Se posicionou contrário ao mesmo. E na sua análise explicitou os artigos um a um.

Convém observar que um destes artigos afirmava ser vedada a concessão de reajuste acima de 100 por cento do IPCA. Após a denúncia do mesmo, o relator procurou-se justificar, afirmando que aquilo havia sido um erro de datilografia que ele queria expressar a não admissão de reajustes abaixo de 100 do IPCA.

As autoridades da Nova República afirmavam que com a aprovação deste projeto, que se transformou na Lei nº 7.450, de dezembro de 1985, e as medidas complementares tomadas pelo Executivo – seria instituído o sistema de "bases correntes", isto é, os impostos retidos na fonte seriam exatamente os devidos. Para dizer isto vieram a público o Ministro Funaro e o Presidente Sarney.

Com o Plano Cruzado se considerou que a inflação seria zero e, dentro desta lógica, não haveria para o exercício de 1986 a correção do imposto retido na fonte, quando da declaração de rendimentos.

Além disto, a correção da tabela que deveria ter sido com base na inflação de 130 foi de 110 por cento.

Hoje, até parlamentares que contestaram com veemência os argumentos do PT são obrigados a se dobrarem perante as evidências. Houve de fato um aumento assustador do imposto de renda, a tabela para este ano continua crítica, não há correção monetária para os impostos retidos na fonte, etc.

Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores se vê numa situação tranquila para propor alterações na área fiscal.

Entre estas propostas sugerimos de imediato:

1. Correção monetária do imposto retido na fonte;

2. Alteração da tabela para 1986 e 1987, considerando que a justificativa de sua elaboração partiu de declarações que não coadunam com a situação defrontada pelos assalariados;

3. Devolução no menor prazo possível das retenções fiscais ocorridas durante o ano de 1986 e relativas ao exercício de 1985.

Além destas medidas temos as propostas de:

Reforma tributária que eleve substancialmente o imposto de renda dos 5 mais ricos da população e diminua esse mesmo imposto sobre as pessoas que ganham até 10 salários mínimos.

Que reduza os impostos indiretos que incidem sobre a maioria da população;

Que penalize, fortemente, os latifundiários, em especial os improdutivos, os ganhos de capital,

os ganhos especulativos financeiros, comerciais e imobiliários e as grandes heranças;

E que beneficie os setores produtivos da economia, em especial os pequenos produtores, etc.

Plenarinho nº 7: Ordem Política do Grupo da Constituinte

1) Que este ou qualquer outro texto Constitucional só possa ser aprovado após **referendum** popular, na forma de plebiscito.

2) Que o texto constitucional sofra revisão a cada 10 anos com ampla participação popular, assegurando-se meios à população de encaminharem suas propostas.

3) O poder só pode ser exercido em defesa dos interesses e necessidades do povo.

4) Que o sistema econômico seja reformulado de modo que o coletivo se sobreponha ao particular.

5) O governo da nação será exercido pelo regime político do parlamentarismo.

6) O presidente e o vice-presidente da República serão eleitos pelo voto direto em 2 turnos.

7) Os deputados e senadores serão eleitos somente pelo voto direto com quatro anos de mandato, podendo ser reeleitos uma única vez.

8) É livre a criação de partidos políticos, sua organização e expressão.

9) A criação de tribunais populares a nível municipal, estadual e federal que garantam a Constituição.

10) Que todos os eleitos a cargos públicos prestem contas anualmente dos gastos e atos referente ao seu mandato.

11) Que as grandes decisões sejam passadas por **referendum** popular.

12) Não poderá ser suspenso do direito de voto nenhum brasileiro.

13) Ficam excluídos de cargos eletivos os militares.

14) Os meios de comunicação social devem ter como prioridade a educação e cultura do povo, não podendo fazer uso para benefício próprio.

15) Os meios de comunicação social serão fiscalizados por organizações populares.

16) As Forças Armadas têm como única tarefa defender a Nação contra os ataques externos.

17) Fim da obrigatoriedade do serviço militar.

Observação: A pergunta que se coloca para todos os grupos nos plenarinhos é esta:

"O que deve ser tirado ou o que deve ser acrescentado nas propostas de leis apresentadas?"

PAUTA DA ASSEMBLÉIA DE CEBs – 21-9-86

8.00 – chegada, recepção (crachás)

8.30 – abertura e apresentação do histórico das Constituições (Past. da Juventude)

9.00 – apresentação das propostas das diversas pastorais:

– Terra, índio, violência (DH)

Família e Past. Menor)

– Saúde (Past. da Saúde)

– Situação do trabalhador (Past.

Operária) Intervalo

– Situação do negro (Past. dos Negros)

– Probl. da Mulher (Grupo das Mulheres)

– Ordem Política (Grupo Constituinte)

11.20 – Plenarinhos (cada pessoa poderá escolher o tema)

12.30 – almoço

13.30 – Plenária grande

14.00 – Voz do Povo

15.00 – Intervalo

15.30 – Eucaristia e conclusão final

ASSEMBLÉIA DE COMUNIDADES
ECLESIAS DE BASE DA REGIÃO EPISCOPAL
DE ITAPECERICA DA SERRA – 21-9-86

**Propostas de Leis para a Constituinte –
Constituição Plenarinho nº 1: Terra Urbano –
Questão Indígena – Violência**
– Princípios: a) **Terra Urbana**

1) * A Constituição deve garantir a todos o direito de ter uma moradia pessoal e familiar digna.

2) * Deve reconhecer que a função social seja superior ao direito de propriedade individual, combatendo a especulação imobiliária, dando prioridade a posse produtiva sobre a propriedade improdutiva.

– **Propostas:**

3) * Desapropriação de imóveis urbanos mediante títulos da dívida pública, não incluindo o valor das obras públicas realizadas, dando preferência à destinação para moradia e outros benefícios sociais. A posse do imóvel urbano, após cinco anos, deverá ser transformada em propriedade por sentença do juiz.

4) * Que a Constituição estabeleça o princípio de que hajam restrições à formação de cooperativas para fins de habitação, aquisição de material de construção e outros.

5) * Família alguma será despejada enquanto não tiver garantido um lar.

b) Terra Rural

6) * As propriedades rurais não deverão ultra-passar o tamanho máximo de 500 hectares. Não será permitido a um mesmo proprietário ser titular de mais de uma propriedade, seja pessoalmente ou através de outros.

7) * As terras rurais de mais de 500 hectares desapropriadas pelo poder público em títulos da dívida pública serão a base de uma autêntica Reforma Agrária. Que se garanta o acesso à propriedade a quem nela trabalha. Seja completada num prazo máximo de três anos.

8) * O Estado deve assegurar e apoiar as formas de propriedade coletiva e comunitária da terra rural. O Governo estabelecerá uma política de apoio técnico e financeiro ao trabalhador rural.

c) Questão Indígena:

1) * Que o Brasil seja considerado uma república federativa composta por Estados membros e Nações Indígenas, com autonomia e território para a se organizarem, não podendo, portanto, serem tutelados.

2) * Que as nações indígenas escolhem a sua representação política, que dialogue e decida sobre as diversas questões de seu interesse, com igual número de representantes, com a representação política do Governo Federal.

3) * As terras indígenas serão reconhecidas e demarcadas no prazo máximo de um ano. As comunidades indígenas, organizadas em nações éticas, se tornarão proprietárias das terras a elas destinadas, solo e subsolo.

4) * Sejam garantidos o apoio financeiro, o atendimento à saúde e educação dos povos indígenas a partir de sua cultura própria e do modo como eles o desejarem.

d) Violência

1) * Desmilitarização das polícias estaduais. Os policiais sejam formados e aparelhados para prevenir e combater todo tipo de violência na defesa dos direitos dos cidadãos, o primeiro dos quais é a vida.

2) * Extinção dos tribunais militares para crimes comuns.

3) * Democratização do poder judiciária.

4) * Manutenção da cidadania do preso comum mesmo após a condenação. O preso tem direito a tratamento digno e humanitário. Tem também direito a uma atividade produtiva, dignamente remunerada e ao desenvolvimento que vise sua recuperação e integração na sociedade.

5) * Ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém, salvo por legítima defesa, nem o Estado através da pena de morte.

Plenarinho nº 2: Família e Constituinte

1) Das condições vigentes da Instituição Familiar.

2) * Dos direitos da família:

*Que haja participação da família em todas as decisões legais que a envolva, que tenha direito a votar e seja representada por alguém que ela determinar previamente.

3) * Da paternidade responsável.

Que a família tenha o direito de exercer sua paternidade responsável por meios de métodos naturais, sem que haja intromissão de terceiros, através de controle de natalidade por meio de métodos contraceptivos artificiais ou outros mecanismos abomináveis pela Igreja, que venham prejudicar a saúde da mulher.

4) * Do aborto.

Que seja mantida absoluta penalidade contida no Código Penal para quem desprezar deliberadamente a vida contida em seu seio sem uma justificativa legal.

a) Que seja incluída na Constituição a penalidade contida no Código Penal.

b) Que as decisões, disponibilidade e liberdade do próprio corpo sejam com reserva desde que não interrompa a vida de outrem.

c) ilegível

Que seja declarado que um feto não é simples porção do corpo da gestante, mas, sim, um ser autônomo com vida própria.

d) Que o direito fundamental à vida deve ser preservado no texto constitucional, sendo garantido desde o primeiro instante da concepção.

5) Do divórcio

"A família tem o direito de existir e progredir como família. Portanto, o divórcio fere a própria constituição do casamento e da família.

a) Que os filhos de um divorciado tenham direito na herança dos pais.

b) Que a mãe tenha autoridade suficiente para declarar o nome do pai do seu filho no Cartório de Registro Civil.

c) Que a criança não seja mais discriminada como filho, legítimo ou natural, mas que seja "legítimo".

d) Que a mulher dona de casa receba do próprio Estado, um salário para cuidar dos filhos.

Educação e Constituinte

1) Parágrafo único: A Educação é um direito de todos os cidadãos, é um dever do Estado de propiciar as condições e qualidades dignas.

2) I – Do sistema educacional vigente
1) – O sistema educacional como está colabora para perpetuar as disparidades entre rico e pobre.

Tira a chance de um cidadão proveniente de família de baixa renda a atingir a universidade, em privilégios dos que são de famílias mais abastadas.

3) II – Das necessidades de tornar público o ensino

1) – **Objetivo:** Dar, efetivamente, igual oportunidade de educação a todos os cidadãos asse-

gurar plena liberdade de ensino a todos os grupos sociais, confissões religiosas e tendências filosóficas.

4) III – Princípios básicos ordenadores da reforma:

1) – Que esta proposta traga uma substancial modificação no sistema educacional estabelecido ao longo de muitos anos.

2) – O Estado deverá assumir integralmente essa atividade. Trata-se de um serviço público, um serviço que por excelência não pode depender das oscilações de um “mercado”, das perspectivas do lucro e das manobras arbitrárias da acumulação do capital.

5) IV – Do exercício da atividade educativa:

1) – Retirar a atividade educativa do mercado capitalista não significa que necessariamente deve ser exercida exclusivamente pela rede pública de ensino (federal, estadual e municipal) para assegurar o pluralismo ideológico e religioso indispensável a uma Sociedade Democrática.

2) – Mas é indispensável que o Estado delegue a realização dessas atividades educativas à comunidade de educadores idôneos (professores, funcionários, pois e na universidade, alunos) que satisfaçam os requisitos estipulados em leis e indispensáveis para obtenção da delegação e consequentemente também os provimentos necessários para manutenção em geral através de convênios fixados com o Estado.

3) – A entidade conveniada se proporia a realizar as atividades educativas em regime de total gratuidade, pois receberia do Estado prédio e todas as condições necessárias para um bom funcionamento, para evitar o desvirtuamento dos objetivos gerais pré-determinados.

6) V – Das condições de funcionamento do ensino educacional.

1 – do custo da educação.

2 – do sistema de méritos.

3 – da gratuidade.

4 – da organização do sistema educacional.

a – O sistema de ensino estaria formado por órgãos normativos e órgãos executores.

Menor e Constituinte

1) A determinação de uma norma geral a todos os segmentos que atuam diretamente com os menores na rua (Polícia Militar, Polícia Civil, Juizados de Menores e FEBEM's) de não recolhimento de menores senão pelo cometimento de infração penal.

2) Que sejam implantados programas de atendimento aos menores de rua, direcionados para as necessidades básicas de alimentação, escolarização e geração de renda.

3) Urgente reaparelhamento do sistema de atendimento ao menor, em especial do Juizado de Menores, que possibilitem o real cumprimento da lei.

4) Garantir a apresentação imediata do menor apontado como autor de infração penal do Juiz de Menores, sem passagem indevida por instituições de segregação.

5) Garantir a realização de audiência de apresentação com a presença do Juiz de Menores, Curadores de Menores e Advogado para intervir em defesa do menor; sem a possibilidade de delegação de funções.

6) Exigir naqueles casos de decisão de internação provisória para estudos que o despacho seja fundamentado, devendo o Juiz apresentar as razões para a segregação, demonstrar a existência da infração e os indícios suficientes de autoria e a necessidade da medida, que deve ser admitida somente naqueles casos onde a gravidade ficasse evidente.

7) Criar um grupo de trabalho com o objetivo de revisar o Código de Menores e propor formas adequadas de aplicação da lei especialmente no que diz respeito aos processos de apuração de Infração Penal.

Para efetivação das propostas anteriores, que visam apenas o cumprimento da lei, recomenda-se que as autoridades estaduais, a curtíssimo prazo:

8) Criem os cargos necessários de Juizes e Curadores de Menores. A nível de exemplificação, na Capital Paulista três Juizes e dois Curadores são responsáveis pela distribuição da justiça menorista relativa a infratores, enquanto que para os adultos existem, só no Fórum Central trinta Varas Criminais mais as Varas dos onze Fóruns Regionais.

9) Designem Procuradores, Advogados do Estado, para prestarem serviços junto às Varas de Menores Infratores.

10) Mantenham em funcionamento, vinte e quatro horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, um plantão permanente da Justiça de Menores, com Juiz, Advogado e corpo técnico, para possibilitar a apresentação imediata do menor ao juiz tão logo seja apreendido.

Propostas da Pastoral da Saúde Plenarinho nº 3

Em defesa da Vida

1) É dever do poder público (Estado) promover e atender a saúde, como estado de completo bem-estar físico, mental e social de todos, garantindo-lhes as necessidades básicas de alimentação, moradia, transporte e saneamento.

2) Todos têm direito à vida desde o momento da concepção. **Parágrafo único:** É vedado qualquer atentado contra a vida humana: o aborto diretamente provocado, o genocídio, a eutanásia, a tortura e a violência.

3) E dever do poder público (Estado) estabelecer critérios para avaliação periódica da qualidade de vida, a nível nacional, através de índices de saúde, e determinar medidas preventivas.

4) São deveres de todos e, prioritariamente, do Estado, a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida, ou seja:

a – a proteção das florestas naturais, vegetação e espécies ameaçadas de extinção.

b – o combate à poluição do ar, rios e mares, e à erosão.

c – a criação de áreas de lazer nas zonas urbanas.

d – o combate ao tráfico de tóxicos e drogas.

É vedada a instalação de usinas nucleares e a criação de depósitos de “lixo atômico” em todo Território Nacional.

Em promoção à Saúde

5) O poder público (Estado) promoverá a criação de um Plano Nacional de Saúde, cuja administração seja unificada e cuja execução seja descentralizada, para prestação universal de seus benefícios.

Parágrafo único. Do Plano Nacional de Saúde constará:

a – assistência médico-sanitária preventiva (postos de saúde).

b – medicina curativa (hospitais, pronto-socorros).

c – reabilitação (fisioterapia-recuperação de viciados).

d – assistência odontológica (preventiva e curativa).

e – fornecimento de remédios.

f – desenvolvimento da formação e da organização dos profissionais de saúde.

8) Compete o poder público (Estado) a organização de uma central de produção e distribuição de medicamentos, tornando-os acessíveis a toda a população. Será estimulada a produção no país, e por empresas nacionais, de todos os componentes farmacêuticos básicos.

9) A lei facilitará o transplante órgãos, permitindo-se a sua remoção de cadáveres humana, independentemente da autorização mesmo em vida, desde que não haja oposição da família.

Parágrafo único. Fica proibido o comércio de órgãos.

10) Será separado do Ministério de Previdência Social o Setor de Assistência Médica. Este setor será vinculado ao Ministério de Saúde.

11) A União, os Estados e os Municípios aplicarão, anualmente, no mínimo de 15% de seus recursos na manutenção e desenvolvimento da saúde pública.

12) As empresas estatais e do setor privado estarão obrigadas a aplicar um percentual em prol da saúde de seus empregados.

Plenarinho nº 4 Propostas da Pastoral Operária para a Constituinte:

1 – Salário Mínimo Real de acordo com as necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias.

2 – Estabilidade no emprego a partir da data da admissão.

3 – Garantir o direito de greve. Revogação da atual Lei de Greve.

4 – Segurança no trabalho – Salário de Insalubridade baseado nos riscos, condições dignas de trabalho, sob controle dos trabalhadores.

5 – Jornada de trabalho de 40 horas semanais; fim das horas extras sem redução de salário.

6 – Creche no local de trabalho.

7 – Salário Profissional igual para todos.

8 – O Salário da mulher seja igual ao do homem na mesma função.

9 – Livre organização dos trabalhadores, liberdade e autonomia sindical, das federações e confederações.

10 – Participação do operário na administração e lucros das empresas.

11 – Garantia de emprego para todos – Salário-desemprego.

12 – Fim do Serviço Temporário.

13 – Garantir o domingo dia de descanso, na produção.

14 – Direitos Trabalhistas Iguais para caseiros.

Plenarinho nº 5 Propostas da Pastoral dos Negros

1 – Que na formação do policial, a pessoa do Negro NÃO seja transmitido como marginal.

Todo policial que ferir este princípio será punido.

Que o racismo passe a ser considerado crime e não só contravenção.

Punir pela lei todo tipo de racismo contra o negro.

3.1. Racismo no trabalho (conceito de boa aparência).

3.2. Livro didático.

3.3. Funcionalismo Público.

3.4. Demais formas.

4. Cassa a concessão a empresas que tenham propaganda e publicidades de cunho racista

4.1. Exemplo: (D Pascoal: Ô alemão...) (Caninha Tropicana: morena cor de pecado)

5. valorização da cultura do Povo Negro.

5.1. Cadeira de História da África no Ensino.

5.2. Cadeira de História Afro-Brasileira no Ensino.

6. Rompimento de todo tipo de relações com governos racistas.

6.1. Exemplo África do Sul.

7. Extinção da Lei da Vadiagem
observação: o ponto "3" está no Artigo 153 § 1º da atual Constituição: "Será punido pela Lei o preconceito de raça". Entretanto, descaracteriza a raça negra, devido a sua péssima aplicação).

Plenarinho nº 6 Propostas do Grupo das Mulheres

1. Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de sexo, de raça, cor, trabalho, classe social, credo religioso e convicções políticas e nenhuma Lei, decreto ou disposição poderá contrariar este preceito sob pena de anulação.

2. O Estado reconhece a maternidade como um valor social, protegendo a mãe nas exigências específicas da sua condição reprodutora biológica e na sua ação, e responsabiliza também o pai na educação do filho. Cabe ao Estado proporcionar à mulher gestante todas as garantias de emprego e salário, assistência médica, creches, escolas e assegurando sua realização profissional e participação na vida cívica do País.

3. Que o Estado crie uma Lei que assegure à empregada doméstica todos os direitos garantidos na Lei Trabalhista como qualquer trabalhador.

4. Que o Estado garanta à mulher trabalhadora do campo, doméstica, diaristas, donas-de-casa os direitos de toda assistência médica, Previdência Social aposentadoria aos 50 anos.

5. Que o Estado crie uma Lei que garanta o emprego registrado, para a mulher casada sem interferência do marido.

6. Que a mulher tenha os mesmos direitos que o marido na compra e venda nos bens de família.

Plenarinho nº 7 Proposta do grupo da Constituinte: ORDEM POLÍTICA

1. Que este ou qualquer outro texto Constitucional só possa ser aprovado após referendun popular, na forma de plebiscito.

2. Que o texto Constitucional sofra revisão a cada dez anos com ampla participação popular, assegurando-se meios à população de encaminharem suas propostas.

3. O poder só pode ser exercido em defesa dos interesses e necessidade do povo.

4. Que o sistema econômico seja reformulado de modo que o coletivo se sobreponha ao particular.

5. O Governo da Nação será exercido pelo regime político do parlamentarismo.

6. O presidente e o vice-presidente da República serão eleitos pelo voto direto em dois turnos.

7. Os deputados e senadores serão eleitos somente pelo voto direto com mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

8. É livre a criação de partidos políticos, sua organização e expressão.

9. A criação de tribunais populares a nível municipal, estadual e federal que garantam a Constituição.

10. Que todos os eleitos a cargos públicos prestem contas, anualmente, dos gastos e atos referentes ao seu mandato.

11. Que as grandes decisões sejam passadas por referendun popular.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Edme Tavares.

O SR. EDME TAVARES (PFL – PB): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O princípio federativo que tem norteado a vida deste País, embora nem sempre tenha sido considerado pelos governantes, dispostos usualmente a melhor aquinhoar os chamados grandes Esta-

dos em prejuízo dos menores, principalmente do Norte e Nordeste, levou o legislador a determinar na Constituição o número mínimo e máximo de deputados para cada Unidade da Federação. Buscou-me assim evitar que o gigantismo dos Estados mais populosos venha a impor a sua vontade de forma iníqua sobre aqueles menos populosos e, igualmente, assegurar a estes uma representação quantitativamente significativa e capaz de garantir a defesa dos interesses da unidade federativa que a elegeu.

Este princípio tem assegurado ao Nordeste, e principalmente ao Norte, onde se concentram os Estados menos populosos, uma representatividade senão compatível com o grau de carências daquelas regiões, pelo menos suficientemente forte para lutar por seus interesses.

Como se não bastassem todas as concessões com que os governos têm distinguido São Paulo, sempre premidos pelo poder de pressão que ele possui, muitas delas em detrimento dos Estados mais pobres agora, pretende-se praticamente duplicar a sua representação nesta Casa.

Para que isto ocorra é indispensável que outros Estados tenham reduzido a sua representação na Câmara dos Deputados ou que o atual número de membros desta Casa seja ampliado. No primeiro caso, fere-se frontalmente o princípio federativo, privilegiando-se, ainda mais, quem já é bastante privilegiado, em detrimento dos Estados menos populosos, sempre prejudicados na partilha do bolo da arrecadação nacional. No segundo, fortalece-se, ainda mais, um Estado cujo poder de pressão é insuperável.

Não basta ao Estado de São Paulo ter o Deputado Ulysses Guimarães na Presidência da Câmara dos Deputados, da Assembléia Constituinte e do PMDB, além de ser o substituto eventual do Presidente da República? Não lhe basta ter ainda o Líder do PMDB do Senado Federal e na Assembléia Nacional Constituinte e também o Relator da Comissão de Ordem Econômica? Não lhe sacia a gula ter paulistas à frente dos Ministérios mais importantes do Brasil?

São Paulo quer mais, para não dizer, quer tudo.

Mas a Federação pressupõe o equilíbrio entre os Estados e as Regiões. Apenas a representação estadual no Senado Federal é insuficiente para assegurar este equilíbrio. Por isto há os limites mínimo e máximo para o número de deputados por Estado na Câmara dos Deputados. É preciso preservar estes números para evitar que os pequenos Estados e as regiões subdesenvolvidas como o Nordeste, a Amazônia e o Centro-Oeste, hoje emergentes, sejam sistematicamente prejudicadas nas decisões de âmbito nacional.

Entre estas avulta, por exemplo, a definição do novo sistema tributário. Pretende-se distribuir de forma mais justa e equitativa a arrecadação nacional, de modo a permitir o crescimento homogêneo de todos os Municípios e Estados.

Mesmo com o número de representantes que atualmente possui já é indifereçável o domínio hegemônico de um único Estado na Constituinte, na Câmara dos Deputados, nos Ministérios, no maior partido político do Brasil, o que não ocorrerá ampliando-se este número?

Vimos, neste momento, lançar esta advertência quando à mobilização que se anuncia no sentido de elevar a presença do Estado de São Paulo na Câmara dos Deputados, através da nova Constituição, e a resistência a mudanças na repartição da renda pública entre as regiões do País.

Este é um movimento que atenta contra a Federação e contra a correção dos desequilíbrios

regionais e que, por isto mesmo, merece o nosso mais veemente repúdio e protesto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre constituinte Santinho Furtado.

O SR. SANTINHO FURTADO (PMDB – PR. pronuncia o seguinte discurso. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. constituintes:

Enquanto o País assiste, perplexo, à confusa situação econômica em que foi colocado pelos técnicos em economia, que, a partir do advento do golpe de 64, passaram a formar uma casta de privilegiado poder decisório sobreposto ao próprio poder político, não se vê por parte dos maiores responsáveis pelo quadro dramático, os banqueiros, a mínima manifestação de boa vontade em colaborar na reversão dos perigosos rumos a que o Brasil vai sendo celeremente arrastado.

Hoje, 700 mil bancários entram em greve em todo o País, em justo movimento reivindicatório por direitos e melhoria de salários; também hoje, Sr. Presidente, Sr^{as}, e Srs. constituintes, recebemos centenas de prefeitos, numa situação difícil que, com o disparo do "traque", não estão podendo pagar nem aos seus funcionários.

Venho hoje do Paraná, onde, em companhia de diversos Deputados e do grande Governador Alvaro Dias, fomos inaugurar uma exposição-feira de agropecuária, na minha cidade, Santo Antônio da Platina. Lá, Sr. Presidente, Srs. constituintes, num sábado de serviço, num calor de 40 graus, foi uma multidão receber uma palavra de fé e de esperança do nosso Governador, como se o nosso grande Governador pudesse resolver os problemas das altas taxas de juros que estamos pagando. Vi o mais triste quadro de toda a minha vida, onde o pecuarista de leite, o pecuarista de corte ainda consegue sobreviver – não vendia, mas entregava as suas vacas, que valiam de 20 a 30 mil cruzados, ao preço de 6 a 8 mil cruzados; vi pequenos empresários, microempresas, numa situação da mais difícil jamais vista em toda a história do Brasil, homens que tiraram o seu dinheiro da Caderneta de Poupança e abriram frentes de trabalho, num convite ao entusiasmo do Plano Cruzado, foram aos bancos, tiraram dinheiro a juros baixos, e hoje, Sr. Presidente, Srs. constituintes, não conseguem vender nada; nada. Não existe comprador. A pessoa quer vender alguma coisa, o seu carro, a sua casa, o seu gado, a sua propriedade, mas não existe comprador.

Isso me faz lembrar muito de um quadro do Governo passado, quando o Sr. Delfim Netto era Ministro da Fazenda, e a pecuária foi jogada lá embaixo, entregaram seus rebanhos, e, depois de um golpe do Governo de então, o preço do boi foi parar lá em cima.

Será que não estão nos preparando o mesmo golpe? Será que os pequenos proprietários, os pequenos industriais não estão entregando as suas propriedades, para poderem saldar as suas dívidas, e amanhã muda novamente a política do Governo, e essa gente vai continuar novamente a falar sozinha?

Nós precisamos correr o campo. Tenho ouvido aqui diversos discursos. Esses dias ainda ouvia um caloroso discurso, do meu companheiro de partido, do PMDB do Paraná, Waldir Pugliesi; do Nelson Aguiar, do Espírito Santo; do Nelson Friedrich, do Paraná; do Samir Achôa; do nosso nobre Senador Mário Covas. São discursos e mais discursos. Quero dizer aos no-

bres constituintes que não adianta jantar com o Presidente, a quem respeito, não adianta esses encontros com grandes empresários. Nós precisamos é unir forças e mostrar a Sua Excelência que alguma coisa está errada. Isso não pode continuar. Hoje temos vergonha de sair na nossa região, no nosso Estado, e dizer que somos Deputado Federal. Nós precisamos dizer isso ao Presidente. Alguma coisa está errada, estão nos enganando. Precisamos pôr os ladrões e aqueles que autorizaram a importar café, milho e arroz na cadeia. Até calcinha de mulher se importou neste País. Precisamos levantar tudo isso e dizer ao Presidente que isso não pode continuar. Ou se muda essa política, ou então temos que nos juntar, todos os constituintes, e entregar o nosso mandato ao Presidente. Renunciar; uma renúncia coletiva, e fazermos uma nova eleição, porque esses discursinhos nossos não vão resolver nada se não nos reunirmos com o Presidente e pedirmos para que Sua Excelência solte os seus homens em campo para levantar a situação do País; que é calamitosa. Já tem gente se suicidando, já tem gente se matando. Estão entregando tudo! Só falta entregar a mulher e os filhos, a fim de pagarem as suas contas e, mesmo assim, são capazes de não achar quem os queira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Fernando Santana.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Renunciar não adianta, a proposta da renúncia coletiva é até simpática, mas o que viria depois? Acho que o problema não está em renunciar, mas em organizar, lutar e ver se ganha terreno no sentido de que o povo brasileiro consiga ter o mínimo de conforto, trabalho, saúde e educação. Isso se conquista lutando, não renunciando. Eu renunciaria cem vezes ao mandato sem nenhuma preocupação, mas a proposta do nosso Colega não me parece seja aquela que venha resolver a questão brasileira no momento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, estamos aqui simplesmente para dizer que a firmeza e a incapacidade de negociação dos grandes banqueiros levaram os bancários à greve que hoje foi declarada.

Quando o Governo lançou o Plano Cruzado, os bancos privados choraram como bezerros desmamados. Foi aquela agonia, nós vamos perder dinheiro, não-sei-o-que, etc. e tal. Então, o Conselho Monetário permitiu que eles cobrassem uma série de Taxas. Só faltaram colocar um torniquete na porta do banco para o cliente pagar ao entrar.

Cobravam tudo. Seis meses depois, a renda dessas novas taxas em muitos desses bancos já cobriam a folha de pagamento total e sobrava dinheiro. Os balanços finais de 1986, demonstraram lucros extraordinários em todos esses grandes bancos. Entretanto, eles não querem dividir coisa nenhuma com aqueles que realmente fazem a grandeza e produzem, que são os bancários.

Sr. Presidente, ao declarar a nossa solidariedade àqueles que estão lutando por um pedaço de pão, queremos lembrar à Casa que toda essa agonia por que passam os povos da América Latina, está diretamente ligada à espoliação permanente a que estão submetidos.

Chamo a atenção da Casa para um dado: de 1982 até 1986, a América Latina remeteu 132

bilhões e 600 milhões de dólares de juros – não remeteu nada do principal – e, nesse mesmo período, o que entrou na América Latina de capital, foi apenas 10,4 bilhões. Isto é, nós fizemos uma remessa líquida para o exterior, exportamos dinheiro vivo do nosso trabalho, em 122 bilhões e 200 milhões de dólares. Isto começa explicar toda essa angústia, toda essa ansiedade, toda essa situação porque passa os nossos pobres países latino-americanos.

Por exemplo, o Grupo de Cartagena é constituído de 11 membros que estão discutindo, permanentemente, a questão da dívida. Mas, a nosso ver, há um erro na formulação da política do Grupo de Cartagena é que eles se permitiram discutir, individualmente, suas dívidas, quanto a formação do Grupo de Cartagena deveria ser para uma formação maciça, coletiva, de enfrentamento da dívida externa. Ora, esta maneira de cada qual discutir, individualmente, sua dívida, é justamente o que os banqueiros internacionais querem. Porque, na medida em que eles dividem os países da América latina e do Terceiro Mundo, eles estão adotando o velho princípio milenar de que se domina sempre dividindo; dividir para reinar. Eles dividem os povos da América Latina, eles dividem os povos do Continente africano, eles dividem os povos da Ásia e, assim, vão triturando um por um, um por um, um por um; vão machucando, machucando, machucando e engolindo. O Grupo de Cartagena pela sua maior importância, quando pretende estudar e formular uma política concernente à dívida externa do nosso Continente, necessita mudar urgentemente a sua posição, isto é, que as decisões do grupo sejam coletivas. E, aí, a América latina vai ter o poder de barganha muito maior.

Pois bem, o Brasil, por exemplo, decretou a suspensão do pagamento dos juros. O México, há seis meses, vinha esperando o tal empréstimo-ponte que o Fundo Monetário Internacional ia fazer. Bastou o Brasil suspender o pagamento para o México, rapidamente, ser atendido, a Venezuela, idem: a Argentina, idem.

Ora, se houvesse por parte desses países da América latina uma posição conjunta de enfrentamento dos credores, porque o Fundo Monetário Internacional é o sindicato dos poderosos, apesar de ele ter 160 nações ou mais. Mas quem comanda o Fundo são as grandes potências, são os grandes países capitalistas. ninguém vai se iludir com isso. Se há o sindicato dos credores, por que não fazer o sindicato dos devedores?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Fernando Santana o Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (PFL – RJ. pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A definição das regras de funcionamento da Constituinte, finalmente concluída, impõe a todos nós intensificarmos a discussão e elaboração da nova Carta Magna, em conformidade com as expectativas e os anseios do povo brasileiro.

De fato, estabelecidas as preliminares necessárias, é tempo de dedicação integral à essência da Constituição, sem atropelos e açosamentos,

evidentemente, mas também sem tergiversações e adiamentos.

O arcabouço jurídico que iremos construir só alcançará legitimidade e condições de vigência duradoura se refletir a realidade sócio-econômica nacional, uma vinculação capaz de explicar o quanto é premente dedicarmos nossos esforços aos temas de maior conteúdo, sem o que teremos agravado o quadro de crise que caracteriza o atual momento brasileiro.

Não experimentamos ilusão de antever a Constituinte como solução para todos os problemas nacionais.

No entanto, Sr. Presidente, é suficientemente sólida nossa convicção pessoal, de que outra oportunidade não houve, na história recente do Brasil, e certamente não haverá tão cedo, para que promovamos as mudanças estruturais que se fazem necessárias à eliminação dos fatores que tantas aflições causam aos brasileiros.

A própria estabilidade das instituições que sustentam o regime democrático só estará assegurada, a médio e longo prazo, se realmente conseguirmos efetivar soluções para as nossas graves distorções estruturais, origem das discriminações e determinados grupos sociais, regiões e figuras do direito público.

Daí a importância de atribuirmos prioridade à questão básica da distribuição de renda no Brasil entre pessoas, áreas geográficas e as diferentes esferas da administração pública.

A má distribuição de recursos constitui, sem dúvida, a principal origem das profundas injustiças sociais, e sobretudo dos crescentes desequilíbrios que levam ao não atendimento das necessidades básicas da população.

Impõe-se, por isso, Sr. Presidente, uma profunda Reforma Tributária, que consubstancie concepções racionais e justas na composição dos tributos, quer quanto a sua incidência e fatos geradores quer igualmente quanto à destinação das respectivas receitas.

Os fundamentos da estrutura tributária que viermos a aprovar terão decisiva importância para se definir não apenas o futuro relacionamento do Estado com a sociedade, mas sobretudo as alternativas concretas à solução dos problemas econômicos e sociais e consequentes impasses políticos, porque qualquer estratégia básica, no campo macroeconômico, envolve uma adequada distribuição de tributos, seja na competência para instituir e arrecadar, seja pela responsabilidade e prerrogativa em aplicar os recursos.

Consolidaremos a Democracia à medida que instituímos mecanismos que possibilitem às comunidades real capacidade de decisão. Um caminho somente factível com a afirmação do princípio federativo, vale dizer, o fortalecimento de Estados e Municípios.

Promover a descentralização político-administrativa em nosso país, envolvendo esferas do poder público, representa função significativa da Assembléia Constituinte, tarefa que se viabilizará se ela compreender a autonomia financeira.

Os Estados e notadamente os Municípios, hoje sob completa dependência da União – a cuja atual capacidade hegemônica de instituir e arrecadar tributos se acrescenta reduzida propensão para repassar as receitas – acabaram reduzidos a entidades pedintes, falidas, endividadas, sem condições de realizar os serviços essenciais às comunidades, estas, as maiores vítimas do lamentável e inverso processo de transferência de recursos.

As administrações municipais, em razão do contato direto com os contribuintes e suas necessidades, possuem as melhores perspectivas à de-

finição de prioridades, ao enfrentamento, dos problemas e à aplicação de soluções. Desde que dispõem, é óbvio, de condições políticas e financeiras capazes de lhes assegurarem autonomia suficiente para a gestão dos seus interesses.

Esta é nossa posição na Constituinte, fundamentada, aliás, em compromissos firmados com as comunidades fluminenses que temos a honra de representar. A Reforma Tributária é prioridade absoluta, e por ela estamos lutando durante os trabalhos das Comissões Temáticas, quando, inclusive, apresentaremos inúmeras propostas que poderão constituir para o fim das injustiças e das causas que vêm inviabilizando o importante e histórico papel do Município, na consecução do bem-estar a todos os cidadãos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes: volto a esta tribuna mais alta do Brasil, para fazer um registro com a maior sensação de bem-estar e satisfação: acabou a greve dos empregadores da Empresa **Jornal do Comércio**, sediada na cidade do Recife. A TV Canal 2 e a Rádio Jornal entrou ontem no ar e o jornal volta a circular nesta semana. O fim da mais longa greve de Jornalismo e radicalismo no País com a ocupação do prédio onde funciona a empresa por mais de 34 dias, inclusive, com préstito fúnebre do Dep. José Mendonça, do usineiro Inaldo Guerra e Gilson Silva. Faço essa comunicação, destacando na oportunidade que realizou-se uma Assembléia no auditório da tevê, no sábado à noite, entre os empregados e os novos donos do **Jornal do Comércio**, representados pelos empresários João Florentino, da CONDIL, e Gustavo Queiroz, da Usina Salgado e Fábrica Yolanda. A greve foi declarada, em fevereiro, pelos órgãos de classe dos radialistas e jornalistas, porque a Empresa **Jornal do Comércio** não pagava os salários há mais de quatro meses. Na paralisação, os trabalhadores terminaram ocupando os prédios da empresa. Além dos salários retidos, os empregados queriam uma definição do futuro da empresa. Assembléia realizada, contou com a participação também do Delegado Regional do Trabalho, Dr. Gentil Mendonça Filho, e ficou ajustado que os trabalhadores receberão hoje, metade de todos os débitos salariais e, de hoje a oito dias, receberão a outra metade. O usineiro Gustavo Queiroz afirmou que os novos proprietários: Paes Mendonça, Edson Moura e Dep. José Mendonça, "vão reestruturar o patrimônio e a credibilidade do **Jornal do Comércio**, porque é o desejo de todo o povo pernambucano". Ressalto, que toda a transação foi orientada pelo Ministro-Chefe da Casa Civil, bem assim, pelo Ministro das Comunicações, homens políticos ligados ao Grupo Paes Mendonça, Gustavo Queiroz e Edson Moura.

Concluo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes, que a solução do "caso **Jornal do Comércio**" foi uma vitória do radialista Geral Freire, empregado da Rádio Olinda, bem assim, dos líderes sindicais dos jornalistas. O Presidente do Sindicato dos Jornalistas Carlos Cavalcanti, considerou a solução da crise, "um fato histórico da maior relevância que vai marcar a gestão da atual diretoria". Realmente, a greve fortaleceu a categoria profissional e trouxe uma grande vitória, além da solução do caso do **Jornal do Comércio**; trouxe também a aproximação

entre os órgãos de classe dos radialistas e dos jornalistas, e tratou-se de uma excelente mobilização da classe dos empregados, servindo de exemplo. A revista *VEJA*, fala sobre o assunto, a aquisição do controle acionário da Empresa **Jornal do Comércio** S/A pelo empresário Paes Mendonça, o homem dos supermercados, que recentemente foi acusado na Bahia das péssimas condições de trabalho dos seus empregados, pagamento de baixos salários e, muitas vezes, a trabalhar fora do período sem o pagamento de horas extras.

Faço votos de pleno êxito aos senhores Gustavo Queiroz e Paes Mendonça pela nova investida empresarial: jornalismo e radialismo.

Oportunamente, voltarei ao assunto.
O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paes de Andrade.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB – CE): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

No momento em que greves eclodem pelo País afora, configurando um quadro de crescente preocupação com os destinos institucionais, desejamos fazer um sereno, mas firme, exame da situação de dificuldade em que se encontra a categoria dos professores, a qual se traduz pelo grave fato de que, até hoje, várias universidades, em diferentes Estados brasileiros, não deram início ao ano letivo.

A situação, Sr. Presidente, é grave não apenas em relação às universidades federais. Tendo em vista o quadro de dificuldades administrativas e financeiras em que os novos Governadores de Estado encontraram as respectivas unidades federativas, as greves começam a alastrar-se pelo País.

Essa reação justa é inevitável porque a maioria dos Governadores informou, publicamente, que não dispõe de recursos financeiros para pagar nem o piso salarial conquistado pelos professores recentemente, os quais, contudo, já estão enfrentando as consequências da violenta alta de preços e dos elevados índices inflacionários.

Todo esse panorama de caos no setor do ensino se deve, sem dúvida, ao descumprimento da obrigação constitucional que manda destinar **treze por cento** do Orçamento da União para a Educação, desatendimento esse que está conduzindo, rapidamente, à destruição do sistema universitário brasileiro.

Esse descumprimento, Sr. Presidente, vem ocorrendo não apenas em relação ao texto constitucional, o qual afronta, também, as claras disposições da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, dispoendo sobre a organização e o funcionamento do Ensino Superior e fixando autonomia didático-científica, financeira e administrativa nas universidades brasileiras.

Parece que os governantes agem assim em relação à universidade por temerem a força do conhecimento que ela propicia aos jovens. De fato, Sr. Presidente, a Universidade detém, acima do conhecimento, a tecnologia e o saber – fontes do poder, e os que acreditam na democracia sabem que ali está a alternativa da cultura e da humanização.

Os salários iníquos pagos hoje aos professores são explicados não apenas pelo descumprimento da Constituição e da Lei, Sr. Presidente, mas principalmente pelo fato de que o Ministério da Educação – é preciso que se diga – perdeu um espaço e uma autoridade essenciais ao longo dos últimos anos, e precisa, com urgência, recuperar a sua parte nas decisões políticas e econômicas.

Caso contrário, continuará sendo impossível ao sistema educacional brasileiro cumprir as suas finalidades no contexto sócio-econômico, mesmo porque entendemos que greve de professor é um problema que deve, sobretudo, ser equacionado no âmbito do Ministério da Educação, e não na área do Ministério do Trabalho.

Até porque, Sr. Presidente, parece que a maldição caiu sobre o setor educacional brasileiro, já que o projeto de Executivo aprovado ontem, igualando os salários de professores, de técnicos e de servidores administrativos das instituições federais de ensino superior, apesar de representar um avanço, não resolve definitivamente o problema.

Isto porque foram colocados fora dos seus benefícios os servidores do Ministério da Educação e Cultura, os quais, anteriormente, não tinham sido incluídos na Gratificação de Apoio ao Ensino, equivalente a **oitenta por cento** dos seus salários, ficando, portanto, mais uma vez, marginalizados, o que, além de representar flagrante injustiça, prova que, em matéria de isonomia, uns continuam sendo mais iguais do que outros em nosso País.

Desejamos, por isso, Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as}. Constituintes, conclamar aos nossos Colegas na Assembléia Nacional Constituinte a que nos unamos para salvar o sistema de ensino brasileiro, dando, através da Constituição de 1987, uma resposta aos que não querem que o nosso País tenha um novo modelo sócio-econômico, no qual se afirmem as liberdades públicas, a paz social e a prevalência dos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauro Benevides

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Já tive oportunidade de ocupar o Tribunal desta Assembléia para me reportar ao esvaziamento e até mesmo a desfiguração de um organismo que sempre se conduziu com eficiência, seriedade e dedicação à causa regional, prestando, inequivocamente, relevantes e inestimáveis serviços à extensa área onde atua. Refiro-me, especificamente, ao Banco do Nordeste do Brasil, criado pela Lei nº 1.649, de 19 de julho de 1952.

Através da Mensagem nº 363, de 23 de outubro de 1951, o então Presidente Getúlio Vargas submeteu ao Congresso Nacional o Projeto de Lei para a Constituição do Banco do Nordeste do Brasil, ensejando debates elevados que, à época, tanto movimentaram o Poder Legislativo. Surgia, a partir de então, uma das mais inteligentes e primorosas concepções de Instituição Financeira de Desenvolvimento.

Com efeito, o Banco do Nordeste assim originado não é, em absoluto, um simples estabelecimento de crédito. Órgão de operações e atividades inovadoras na estrutura bancária brasileira, além do crédito, oferece, também, assistência técnica, estudos, pesquisas, treinamento e promoções de toda ordem – econômicas, científicas e culturais –, de modo a portar-se como verdadeira Agência impulsora do desenvolvimento regional, cuja clientela inclui tanto o setor privado como os Governos estaduais e municipais da Região.

Essas amplas e variadas características podem ser muito bem resumidas numa só, justificando mesmo a existência do Banco e inspirando, portanto, a sua razão de ser, a sua própria identidade. Trata-se da garantia de que com ele "os recursos especiais de financiamento para a política de valorização econômica do Nordeste ficarão **distin-**

guidos (Mensagem 363, citada), e serão rigorosamente aplicados em programas e iniciativas que atendam de fato às prioridades e às peculiaridades da Região.

Mas, após 33 anos de ininterrupto funcionamento, o que se tem observado com relação ao Banco do Nordeste?

Não há como negar sua presença e, mais que isso, sua marca indelével nas grandes transformações operadas na Região, dos anos cinquenta até os nossos dias. Mas não há igualmente como esconder que, a exemplo do desenvolvimento do Nordeste — e digo desenvolvimento, e não pura e simples modernização —, o Banco do Nordeste, nos últimos vinte anos, defrontasse com sérios obstáculos no cumprimento das suas atribuições legais.

O período autoritário, com o exagerado centralismo de que se revestiu, retirou da instituição os recursos que a ela asseguravam autonomia para definir e pôr em prática uma política voltada para as legítimas necessidades da economia nordestina, pois que não havia mais a garantia de que os recursos da Região fossem **distinguidos** nem, muito menos, até por falta destes, de que o Banco pudesse empreender ações efetivamente afinadas com as demandas e carências da faixa territorial de sua jurisdição básica.

Ocorreu, por força disso, e ainda inexplicavelmente isso ocorre, uma situação da maior gravidade, inclusive porque atentatória à unidade do País: adotou-se, em detrimento da perspectiva regional, a ótica exclusivamente nacional para o enfoque dos problemas econômicos brasileiros.

O Banco do Nordeste, hoje, reduz-se a mero repassador de recursos dos Bancos de âmbito nacional, contribuindo, desse modo, seja para encarecer, seja para burocratizar desnecessariamente o crédito que, por sua vez, fruto de programas criados ao arrepio da realidade nordestina, pouco contribui para o resgate da dívida social do Governo para com a região.

Recentemente — e portanto já sob a égide da Nova República —, assistimos a mais uma medida prejudicial ao Banco do Nordeste e às instituições regionais: é que, consoante decisão recente do Governo Federal, o BNB vai, juntamente com o Banco da Amazônia, operar o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), mas **tão-somente na condição de mero repassador de recursos**.

Os funcionários do Banco do Nordeste, conscientes dos desvios a que tem sido relegada a conceituada entidade na sua missão desenvolvimentista, acabam de encetar movimento pelo seu fortalecimento, já havendo recebido para isso o apoio de todos os segmentos da sociedade civil do chamado Polígono das Secas.

Não podemos nós, parlamentares do Norte e Nordeste, cruzar os braços, acumpliciando-nos, pela omissão, com o desmantelamento dos organismos regionais! Precisamos congregiar nossas forças para corrigir os rumos da economia brasileira, cuja tendência atual aponta inapelavelmente, para a ampliação do distanciamento que separa os dois Brasis. Torna-se imprescindível conjugar energias a fim de regionalizar os recursos para o desenvolvimento, devolvendo ao Banco do Nordeste e ao Banco da Amazônia a estrutura financeira a que anteriormente fizeram jus e que lhes foi usurpada na longa noite do autoritarismo, sem que pudéssemos ainda resgatá-la, apesar da transparência da fase de transição democrática que passamos a viver.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mauro Sampaio.

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB — CE.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

O Brasil encontra-se em fases de mudanças, de renovações de esperanças, e a Assembléia Nacional Constituinte que se caracteriza como o marco de um novo tempo para esta grande Nação, não pode deixar à margem da realidade, assuntos importantes, de fundamental interesse para os brasileiros. Entre esses inúmeros assuntos de maior relevância para a nossa sociedade, destaco e chamo a atenção para o problema do idoso.

É necessário que se dê concretamente melhores condições de assistência ao idoso, através de leis que o amparem de forma segura, sem sermos inversamente paternalistas, mas com a dignidade de reconhecimento de uma faixa da idade do ser humano que merece o aplauso, a guarda de quem, na verdade, é responsável por essa segurança. Somos, sim, filhos de todos os idosos. De todos eles viemos; de todos eles temos uma porção de vida; de todos trazemos experiências; e em todos eles nos espelhamos. É no idoso que procuramos uma referência para nossa identidade como cidadão, como profissional, como ser humano. É no idoso que encontramos o sentido filosófico que pode traduzir significados da existência humana. Não podemos deixar de reconhecer esse aspecto, aparentemente de feição abstrata para o ritmo prático em que vive o homem moderno. Nós, brasileiros, que temos sangue de tantas raças, temos, acima de tudo, a tradição de saber exercitar o lado fraterno, não nos deixando atrapalhar e confundir com a possível secura de novos tempos impostos por "natureza" exata, excessivamente tecnológica desmercadamente fria.

Dentro desse ponto de vista é que considero de suma importância um alerta para que olhemos ao nosso lado e não desviemos esse olhar do idoso. Toda atitude a ele direcionada é, conseqüentemente, direcionada ao nosso próprio futuro, ao futuro de nossos filhos, ao futuro de sociedade como um todo. Existem itens que podem ser enumerados e que passo ao questionamento e apreciação de todos, no que diz respeito a melhores condições de assistência ao idoso. Isenção do Imposto de Renda dos rendimentos provenientes da aposentadoria é uma dessas preocupações. E mais: todo e qualquer tipo de assistência médica gratuita; transportes urbanos gratuitos; salário na aposentadoria igual ao da atividade; e tantos outros itens que podem ser apresentados. O que é urgente é uma mobilização em prol dessas melhorias. Mobilização até mesmo suprapartidária que tragam contribuições e resultados à Constituinte. A nova Carta deve expressar princípios referentes à obrigação do Estado de garantir melhores condições de vida ao idoso.

Era o que tínhamos a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes: "A política que não cuida de ganhar amizade do povo e não pára de sobrecarregá-lo de novos impostos e taxas é injusta e ineficaz. E será milagre se, mais cedo ou mais tarde, ela não acaba provocando distúrbios que Juguem o Estado num imenso perigo". (Pensamento de VAUBAN).

O Estado brasileiro está muito próximo de "um imenso perigo". A sucessão de erros na condução do processo econômico, destruiu a credibilidade do Governo e não aponta alternativas de que ela

possa ser restabelecida sem uma corajosa e imediata reforma no escalão Ministerial, com a substituição dos titulares que gerenciam a área financeira do País.

Não é possível admitir que o Presidente Sarney desconheça a realidade que o seu Governo enfrenta em conseqüência do desastre econômico que produziu nos últimos meses a hiperinflação, a recessão e o esvaziamento do já esquelético potencial de reservas armazenadas no Banco Central.

Sente-se em cada ímpeto da falácia Presidencial, a presença de inusitado esforço para manter estável o otimismo de que o Plano Cruzado ainda não terá exaurido o último suspiro, embora dele não exista mais que a frustração precoce a martirizar os corações, como por exemplo a sádica mordida do rei dos animais na debilitada bolsa do contribuinte do Imposto de Renda.

Não é fácil chegar ao conhecimento do Presidente da República, todo o volumoso clamor levando a mensagem da insatisfação e do desespero de uma nação indisposta a permanecer subjugada ao sacrifício cruel e indetermiado.

Ocorre que o Presidente da República possui interlocutores hábeis e íntegros como Mário Covas na Assembléia Nacional Constituinte; Luiz Henrique na Câmara dos Deputados e Carlos Santanna na Liderança do Governo e da Maioria. Caberá a cada um desses Líderes, ainda que suas revelações constriam o Chefe da Nação pelo grau de verdades com que se disponham fazê-lo — dizerem ao Presidente que os legados oferecidos pela Nova República ao povo brasileiro, se comparados com os 20 anos de autoritarismo, aqui tão radicalmente combatido, fortalecem a certeza de que a Revolução de 1964 é a verdadeira e única responsável pelo extraordinário processo de desenvolvimento que colocou o Brasil em posição relevante entre os maiores países civilizados no mundo contemporâneo.

Numa ilustração despretensiosa, porém de síntese irrecusável, seria importante que o Presidente da República refletisse sobre os feitos de alguns Ministros da área econômica, examinando casos como os que adiante alinhamos:

- 1 — extermínio da nossa reserva cambial, a partir do teto de 9,5 bilhões de dólares, para a queda vertical onde se encontra;
- 2 — duas (2) hiperinflações em apenas dois anos;
- 3 — quebra na linha de organização do abastecimento;
- 4 — importação de alimentos sem qualquer cautela com o estado sanitário, inclusive coco ralado, arroz, café e carne;
- 5 — reduziu as exportações a níveis nada desejáveis para a conjuntura;
- 6 — aumento na Dívida Externa e Interna;
- 7 — provocou abalo sísmico no sistema financeiro, levando-o ao fosso da absoluta incredibilidade;
- 8 — aviltamento dos salários em relação às categorias que deles dependam;
- 9 — Zerou a Bolsa de Valores;
- 10 — redução da capacidade de sobrevivência da iniciativa privada;
- 11 — triplicidade dos casos de Concordatas e Falências em 1986/87, comparados com os exercícios anteriores;
- 12 — sistema de hipertrofia na produção agropecuária-industrial;

13 – o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal atravessam fases difíceis de serem superadas a curto e médio prazos;

14 – indústria automobilística atrofada no mecanismo de produção por excesso de carga tributária, além do empréstimo compulsório;

15 – aumento desmesurado do déficit público em cerca de 90 bilhões de cruzados;

16 – taxas de juros em índices jamais conhecidos na História deste País;

17 – orgia nas importações de produtos supérfluos em detrimento de outros essenciais ao desenvolvimento nacional;

Eis o perfil de uma nação angustiada, que peleja com raro espírito de resignação e tolerância, para libertar-se de males que já transparecem crônicos, porque a eles se superpõem a inércia Ministerial de um lado, e o excessivo e obstinado otimismo do Presidente da República, de outro.

Nossa conclusão, Senhor Presidente, se não peca pelo exagero – é a de que, ou o Presidente da República parece mal informado da realidade dos nossos problemas, hipótese um tanto duvidosa, ou coloca o ilustre Ministro Dilson Funaro na posição do Abade Polignac, possuidor de um admirável tato político que o Papa Alexandre VIII dizia a seu respeito: "Não sei como ele faz. Nunca me contradiz. Concorda sempre comigo. Contudo, é invariavelmente seu ponto de vista que prevalece".

Era o que tínhamos a dizer.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, 24 de março de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

SUGESTÕES DE NORMAS CONSTITUCIONAIS

Na forma do que dispõe o § 2º do art. 14 do Regimento Interno, acrescente-se, onde couber, nas Disposições Transitórias e Finais do Projeto de Constituição:

"Art. – Da receita tributária da União, serão aplicados, em cada exercício financeiro, pelo menos 3% (três por cento) na Região Nordeste e 3% (três por cento) na Amazônia Legal, com obras e serviços de assistência econômica e social".

Justificação

Sem embargo de suas extraordinárias potencialidades econômicas, o Nordeste e a Amazônia Legal ainda continuam ferreamente atrelados ao subdesenvolvimento, à miséria e ao sofrimento que são infligidos às respectivas populações.

Essa vasta porção do território nacional é tratada como área de segunda classe, e, por conseguinte, ao contrário de ter atendimento prioritário, é relegada, sistematicamente, a um segundo plano.

Em verdade, os sofridos e corajosos habitantes do Nordeste e da Amazônia recusam-se a receber esmolas, migalhas. O que querem é que se faça justiça. Que o Poder Central dedique a essas áreas a atenção de que há muito estão a merecer, a fim de que suas enormes potencialidades tornem-se uma realidade efetiva.

E para que o flagelo das secas, na Região Nordeste e o subdesenvolvimento da Amazônia Legal sejam superados, ficando essas áreas não apenas

auto-suficientes, mas tornando-se grandes geradoras de riquezas para a Nação, é preciso que mereçam maior atenção, assistência e apoio.

Pois bem, a Constituição Federal de 1946, em seus artigos 198 e 199, previa que determinados percentuais mínimos da renda tributária da União seriam aplicados no Nordeste e na Amazônia Legal, para a valorização econômica desta e a assistência econômica e social daquele.

Referidas disposições, lamentavelmente, foram omitidas da Carta Política em vigor.

A medida que ora restabelecemos contribuirá decisivamente para a superação das enormes dificuldades vividas por essas regiões, motivo pelo qual esperamos que a emenda merecerá acolhimento.

SUGESTÕES DE NORMAS CONSTITUCIONAIS

Na forma do disposto no § 2º do artigo 14 do Regimento Interno, acrescente-se onde couber, nas disposições transitórias e finais do projeto de Constituição:

"Art. – Após a promulgação da Constituição e observado o prazo de sessenta dias, o Congresso Nacional criará Comissão Interpartidária e integrada por Deputados e Senadores, destinada a, por delegação legislativa, promover a consolidação da legislação brasileira"

Justificação

É de todos sabido que a legislação brasileira é das mais abundantes do mundo, chegando, segundo alguns, a mais de cem mil textos legais em vigor, num verdadeiro cipoal legislativo que entrava e dificulta a própria aplicação das normas vigentes, principalmente em matéria de previdência social e direito do trabalho, legislação, que como se sabe, interessa de perto à grande maioria da população economicamente ativa do País.

Daí a presente iniciativa que possibilitará a consolidação da nossa legislação tributária, previdenciária e trabalhista, além de outras, em curto prazo de tempo, mediante a instalação de Comissões Especiais do Congresso Nacional com essa finalidade específica.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre constituinte José Luiz de Sá.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL. – RJ): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estamos vivendo importante momento de reestruturação nacional e, por isso mesmo, cabe a cada um de nós, escolhidos para elaborar uma nova Constituição, que desejamos tão perfeita quanto possível, oferecer as contribuições a seu alcance para discussões que levem ao aprimoramento da estrutura legal do País.

Evidentemente, uma nação bem organizada do ponto de vista da legislação também terá, como consequência óbvia, estabilidade monetária, social, política, econômica e em tudo o mais que implica o bem-estar da sociedade.

Existem, entre os vários temas que deverão ser tratados por esta Constituinte, matérias de grande significação, entre as quais gostaria de destacar, neste momento, a questão que envolve as empresas nacionais e o capital estrangeiro.

Os investimentos externos parecem que tendem, preferencialmente, para as áreas de serviço público, embora não se possa negar que estão,

pouco a pouco, invadindo as demais áreas de atividade produtiva.

Para impedir os abusos e a falta de disciplina que grassa no âmbito da remuneração desse capital alienígena e no que diz respeito à remessa de lucros e pagamento de *royalties* é que se nos impõe o dever de examinar detidamente o assunto, com profundidade e bom senso, de forma a estabelecer regras justas e estáveis.

Acredito que ninguém se opõe à participação de capital externo na formação da riqueza nacional, desde que preservados certos direitos e estabelecidos setores e áreas que não afetem a segurança e autonomia do País.

A cooperação internacional está fundamentada sobre dois pontos básicos: a ajuda econômica a países menos desenvolvidos e, acima disso, a intenção de proporcionar oportunidades de desenvolvimento social para aqueles que se acham impossibilitados de promovê-los por seus próprios meios, por falta de capacidade de formação de capitais próprios ou de tecnologia própria.

Surge, contudo, o problema da remessa de lucros. Muitas empresas estrangeiras, diante das restrições impostas à saída de numerário, preferiram adotar o sistema de empréstimos, feito da seguinte forma: a matriz obtém, em seu País de origem, um empréstimo, através de uma agência internacional, repassando-o, em seguida à sua subsidiária no Brasil, cobrando uma diferença de juros que, em outras palavras, nada mais é do que a remessa de lucros, disfarçada e com outro nome.

Acrescente-se a isso um esquema de tarifas irrealis e a incontrolável inflação para estarmos diante de uma situação extremamente crítica.

Como, porém, modificar esse estado de coisas? Lutando para impor nosso ponto de vista, mesmo numa luta desigual, com países mais ricos. Não somos um País de fracos e, portanto, não nos devemos intimidar.

Com firmeza política, certamente chegaremos à estabilidade econômica. Mas, essa estabilidade impõe uma estratégia de incentivo à poupança e aos investimentos nacionais.

A empresa brasileira precisa receber mais estímulos e garantias. É necessário restabelecer a confiança e o entusiasmo de nossos empresários, sem, contudo, abrir-lhes todas as portas para a manipulação de preços e outras manobras escusas, como a sonegação ou mascaramento de produtos, que hoje convulsiona toda nossa vida econômica.

Certamente, existem maneiras – e bastante eficientes – de recompor a vida econômico-financeira do Brasil.

E cabe a nós, Constituintes, oferecer ao Governo o respaldo e a coragem para a adoção de medidas saneadoras, especialmente as do tipo "do-a quem doer".

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Arthur da Távola.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA (PMDB – RJ. pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O PMDB no Congresso transformou-se em Partido hegemônico antes de obter condições internas de coesão e unidade para tal. Foi acidente, ocorreu "malgré lui". Ao empossar-se, a atual bancada do PMDB encontrou transmutado no oposto, o clima de entusiasmo e aceitação dentro do qual se fez hegemônica. E mais: as causas do sucesso já se haviam deteriorado, conside-

radas, agora, expediente eleitoral traiçoeiro e não a sincera esperança vivida por povo, governo e partido majoritário. Perversa situação: o partido que chegou à glória após merecê-la, viu-se obrigado a descrever das causas da sua vitória uma semana após conquistá-la por luta e mérito.

O PMDB na condição de hegemônico passou a viver a disjuntiva de ser o partido principal do Governo, cuja política econômica ampliou-lhe a vitória e – ao mesmo tempo – o pontal das reivindicações populares postas para segundo plano pelo menos na impressão do mesmo povo que o consagrara. Tal divisão, se não compreendida e enfrentada, política e lucidamente, poderá derrotá-lo ou dividi-lo gravemente.

Outro foco crítico decorreu de indefinição em relação ao apoio ao Presidente Sarney como, de público, o partido alardeou durante a campanha eleitoral. A recíproca também não foi posta pelo Executivo com nitidez; é o Presidente Sarney o representante do PMDB devendo seguir a política (qual?) deste como partido majoritário/hegemônico? Para a solução de tais impasses é necessário que a bancada do PMDB, se autocompreenda para ultrapassar a divisão em que se autolimita: ser o partido do Presidente Sarney e, como tal, acompanhá-lo em glórias e vicissitudes e ser o partido do povo brasileiro, agora com condições de dar os passos sociais, econômicos e políticos necessários e com os quais publicamente se comprometeram.

Para unir estes dois pontos (contraditórios apenas na aparência), será, desde logo, fundamental, definir o contorno ideológico do PMDB no Congresso. A questão, aqui, deixa de ser política: é ideológica.

Interessa aos segmentos mais conservadores do Congresso não permitir a unidade do PMDB em torno de um programa mínimo e comum. Como tanto seus segmentos de vanguarda quanto os conservadores não têm, isoladamente, a maioria na bancada, mais fácil se torna, para os adversários, ampliar o fosso político que camufla o ideológico: agravar as relações do PMDB com o Governo: dividir o gigante e dele retirar pujança. Não encontre a bancada do PMDB sabedoria para elaborar um programa de ação consensual na Constituinte tanto quanto nas relações com o Governo e resultará dividida ou destruída por contradições internas inevitáveis. E a divisão da bancada do PMDB é, hoje o objetivo dos que, por razões variadas, não querem o progresso brasileiro em bases democráticas.

Esta é grave questão cuja enfrentamento, cabe tanto ao comando partidário e lideranças das bancadas quanto aos seus membros. Sem discussão ampla entre lideranças e bancada e sem a oportunidade de esta, representar-se do modo mais amplo e efetivo naquela, o partido no Congresso, tenderá à desagregação.

A escolha de Mário Covas, mais que vitória pessoal ou desconsideração às qualidades do Líder Luiz Henrique, representou a vontade profunda do PMDB de lutar contra todos essas dificuldades, ao mesmo tempo com independência e unidade.

Na prática, integração intrabancada e entrebancada e liderança só advirá do exercício regular de participação de representantes da bancada num conselho político. Em organismos partidários extensos e variegados (como a atual bancada), é fundamental organizar um conselho representante das bancadas estaduais para a permanente discussão política e levantamento de temas e assuntos referentes à dinâmica interna de funcionamento do gigantesco e complexo organismo. Este conselho, funcionaria junto ao líder, sem

qualquer função executiva: apenas reflexiva. A forma atual do conselho de vice-líderes é importante ser mantida para a ação, porém não absorve o dinamismo interno da notável bancada e sua ânsia de participação.

Não estão, porém, na organização a dinâmica interna da bancada hegemônica, os únicos problemas do PMDB.

Independente de causas pessoais e qualidades de ambos os concorrentes a líder do PMDB na Constituinte, para se interpretar politicamente o resultado que deu a vitória a Mário Covas há que compreender a conjuntura e sua tela de inter-relações. O Congresso Constituinte tomou posse envolvido pelas seguintes questões:

* – A Emenda Constitucional que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, possui definitivas zonas de sombra, pois remeteu a discussão para o terreno da subjetividade no tocante à soberania da Assembléia e ao caso dos senadores eleitos em 1982 sem mandato popular específico para elaborar a Constituição Federal. Tais questões foram enfrentadas pela Assembléia e resolvidas, porém, à custa de crises, temores, divisões, complexidades e cicatrizes.

* – Após mais de cinquenta anos de Poder Executivo forte, centralizador e autoritário, por primeira vez suscitou-se novo pólo do Poder, como cabe às democracias, no legislativo: O Poder Constituinte. O ínfimo exercício deste Poder ou tão-somente a possibilidade de ser acionado, de imediato gerou reação paranóide, tomado que foi como ameaça. Desregulou-se o equilíbrio de poder que inércia e desuso habituaram a nação a tê-lo no amanho exclusivo do Presidente da República e do Poder Executivo.

* – A Renovação de cerca de 62% do Parlamento gerou insegurança decorrente do desconhecimento (que ainda perdura) da sua verdadeira feição político-ideológica. Os agrupamentos de poder em exercício no Congresso e no Poder Executivo comportam-se, ainda, de modo inseguro diante do desconhecimento da tessitura interna do novo Parlamento, em particular da bancada do PMDB, a de mais complexa composição.

* O PMDB preparou-se para obter a posição de partido majoritário, jamais para a hegemonia que por acidente lhe coube. Sua vocação libertária choca-se com as injunções hegemônicas e o partido no Congresso ainda não encontrou os mecanismos internos de autoconhecimento e da melhor e mais democrática forma de funcionamento. A hegemonia partidária, indesejável em qualquer parlamento embora inevitável na atual conjuntura, precisa ser estudada, compreendida em suas implicações e superada pelo PMDB através do sadio funcionamento intrabancada. É força superior que, ignorada ou mal utilizada, voltar-se-á contra o partido.

* – A pletera de lideranças, todas, escolhidas ao início dos trabalhos de uma bancada de maioria novata, confundiu o PMDB, engendrando perigosas divisões em seu interior.

* – O conflito profundo e a luta por espaço político junto ao Poder Executivo entre PFL e PMDB que são sócios na formação do Governo, ao mesmo tempo que adversários no campo político e ideológico, é fator de perturbação e divisão tanto do bloco governista na Assembléia, Câmara e Senado como no seio do Governo. A Aliança PMDB-PFL, fundamental para a estabilidade do regime recém implantado alimenta-se, contudo, de uma diabólica dialética interna de mútua necessidade e mútua repulsão. São razões, ao mesmo tempo complementares e contraditórios, mais

um dos paradoxos inerentes ao fato político. Paradoxal, mas real...

* – A tradição de Congresso Fraco, alimentada por anos de tentativa de desmoralização de ação política, levou os primeiros cinquenta dias da Assembléia Nacional Constituinte, profícuos embora, a ser considerados, prematura e injustamente, como fator de desilusão no cortejo das demais frustrações vividas pelo povo com o que se convencionou chamar de fracasso do Plano Cruzado. Alguns segmentos internos do Parlamento, desabituaados às suas formas de funcionamento, somaram suas vozes às que de fora e pelas extremas, buscavam a desmoralização e o enfraquecimento tanto do Poder Constituinte hoje, quanto do Poder Legislativo, amanhã.

* Quando a Assembléia Nacional Constituinte empossou-se, o Governo já havia avançado na institucionalização da democracia e estruturação de uma base social – liberal – responsável por prioridades na direção de segmentos oprimidos. Vivia um momento de consolidação do avanço quando sobreveio a crise decorrente de perturbações cambiais, do Plano Cruzado e da impopularidade. O Governo pois, vivia momento de consolidação, enquanto o Congresso empossado sentia-se no dever de realizar novos avanços para cumprir de modo cabal e insofismável os compromissos de praça pública. A bancada do PMDB, espremida entre sua vocação de renovação e a compreensão da momentânea – mas paralisante – dificuldade de avançar do Governo, tem problemas para encontrar formas de convivência com este. O Governo que, prestigiado e forte estava, ao eleger-se a Assembléia Nacional Constituinte em novembro, não se encontrava, já, em igual situação quando da posse da mesma, vendo-se obrigado, inclusive, a improvisar mecanismos precários e sedícios de relacionamento com o Congresso.

* – Diante desta conjuntura de dificuldades, o PMDB passou a viver desconcertante alternativa: afastar-se do Governo, lançando-o nos braços de correlação de forças conservadoras ou ampará-lo através de apoio crítico, contudo obrigando-se a compreender-lhe limitações e as da conjuntura, transformando-se em partido consolidador do avanço conseguido no País e a – ao mesmo tempo – e sem tão graves conflitos, no partido das bandeiras progressistas e democráticas, credenciado, por isso, a merecer o voto popular. A contradição em que vive, o PMDB no Congresso, não é – contudo – paralisante. Fazer política é operar com enigmas fazendo constantemente evoluir o processo.

– *Cabe para finalizar, a reflexão de Victor Hugo:

"Nada há mais forte, que uma idéia cuja hora soou".

– A hora é da implantação, solidificação e manutenção de uma democracia estável no País, jurídica, social, econômica e existencial. Nessa perspectiva PMDB e Governo podem e devem entrar em formas dinâmicas e críticas de integração em torno de programas comuns oriundos daquele. Estabelecida a democracia no Brasil e garantida a evolução do processo social, este, em graus e ritmos ditados pelo real se encarregará de prover no País a necessária justiça social para a qual a Constituição deve se constituir em roteiro. Tal desiderato, ideal no plano político, não deve ocorrer, porém, na elaboração da nova Constituição. Nesta, a Assembléia Nacional Constituinte deve viver um clima de completa independência sem quaisquer vinculações de conjuntura. Saber separar a natureza diversa da dúplice tarefa é o

desafio posto diante da bancada do PMDB na Constituinte e como partido base do governo da Nova República.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, quem chegar, hoje, a Porto Alegre e conversar com políticos e intelectuais e pessoas ligadas a comunicação social e aos interesses do Rio Grande ouvirá infalivelmente a manifestação de pesar ou de saudade pelo período de um ano da morte do fundador da Rede Brasil Sul de comunicações, Jornalista Maurício Sirotsky Sobrinho.

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre em reconhecimento e em homenagem ao trabalho daquele ilustre rio-grandense transformou a denominação do Parque da Harmonia para seu nome.

O grupo empresarial e o grupo familiar de Maurício Sobrinho fez nascer a fundação com seu nome na expectativa de transformar a entidade num braço social do grupo empresarial, atendendo assim aquilo que os rio-grandenses entendem como uma das grandes vocações do empresário falecido.

O Rio Grande presta a homenagem a quem muito o amou e participou decisivamente para o seu desenvolvimento. Ao conversar com os amigos de Maurício, você sentirá neles a saudade, e ao conversar com os rio-grandenses que conheciam o seu trabalho, você sentirá neles a admiração e o respeito pelo trabalho desenvolvido, e em todos sentirá que frutificou o exemplo plantado pelo homem de comunicação.

Ao registrar a passagem do primeiro aniversário do falecimento do Jornalista e empresário Maurício Sirotsky Sobrinho ressaltar a importância da presença daquele ilustre rio-grandense no desenvolvimento dos meios de comunicação no nosso Estado e a sua participação permanente no campo da defesa dos interesses do Rio Grande e de seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Assis Canuto.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A situação econômico-financeira deste País é do conhecimento de todos, e deveras preocupante, principalmente no que se refere à área interna e, em particular, à área externa, mais recentemente com a possibilidade da sustentação dos pagamentos de juros ao exterior.

O que pretendemos nesta oportunidade não é discorrer sobre todos os efeitos perversos à economia brasileira, decorrentes das medidas econômicas do Governo Sarney, mas sim dar um alerta fundamental no que diz respeito a atual problemática do setor agrícola, procurando deixar claro as reações de causa e efeito do recente "Pacote Agrícola" no sistema econômico como um todo.

Qualquer pessoa que nem mesmo técnica seja sobre os assuntos ligados as atividades do campo, por questão de bom senso, chega a uma conclusão óbvia: o "Pacote Agrícola" foi absolutamente insatisfatório, e pior do que isso, lançou um tumulto total na cabeça do empresário, deixando-o sem nenhuma condição de poder programar seus

investimentos, portanto, sem poder também ter uma idéia nem que aproximada do que fosse do nível de produção que possa vir a ser compatível com as expectativas dos custos financeiros decorrentes dessa nova situação.

Sem levar aqui, ainda, a discussões mais profundas os aspectos ligados ao custeio e a comercialização, pois que corresponde a uma segunda etapa de influência para decisão empresarial, nos concentraremos nesse nosso alerta, aos problemas de prioridade um, ou seja: as taxas de juros a serem cobradas para o crédito de investimento na agropecuária.

Como se sabe, pelo recente "Pacote Agrícola", em função da criação da "Caderneta Verde" os juros para essa modalidade foram fixados em 3% ao ano mais a variação da LBC. Ai está efetivamente o efeito demagógico da medida, porque a taxa maravilhosa e até mesmo paternalista de 3% ao ano, não viabilizará jamais o aumento da canalização de recursos para essa atividade, eis que na verdade, está em jogo é a tal da variação da LBC.

A LBC, como todo mundo sabe, será na prática e, sem dúvida alguma, o número mágico que alguém, no comando direto do Sr. Presidente da República, e por interesses políticos, puxará do "bolso do colete" este número mágico.

Senhor Presidente, perguntamos nesta oportunidade a V. Ex.^a, e em particular àqueles que também tem seus recursos aplicados na agropecuária se estão dispostos a obter financiamentos sujeitos a um número puxado do bolso do colete, sujeitos à chuvas e trovoadas decorrentes dos altos e baixos advindos de conchaves políticos!

O agricultor, também não podemos deixar de acreditar em princípio, que apenas por ser um ser vivente comum, também pensa, e apenas por questão de bom senso, como acreditamos, não está disposto a assumir riscos não dimensionáveis.

A LBC ao ser em última análise fixada em termos alienatórios poderá levar à falência um sem número de pessoas que honestamente apenas desejam trabalhar e com isso produzir, produção esta que viabilizará a oferta interna de alimentos, a geração de excedentes exportáveis e, em última análise, colaborará para a tão esperada redução nos ritmos de crescimento dos preços.

Finalmente, Sr. Presidente, na forma como o "Pacote Agrícola" foi lançado, na prática, o que temos é justamente a inviabilidade total, pois que desmotivou este tipo de atividade, o que trará – a menos que Deus seja realmente brasileiro – a redução de oferta agrícola, o aumento da inflação, o aumento da dívida externa e quiça, até mesmo um desequilíbrio social para o nosso País, com conseqüências imprevisíveis. Cabe, portanto, a esta Casa e a nós os Constituintes, procurar viabilizar, independente de paixões partidárias, a forma ideal e correta que fixe o homem ao campo, remunerando adequadamente àqueles que enfim são os responsáveis pela existência dos alimentos na mesa dos brasileiros.

Voltarei ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ano passado, logo após ser anunciado o Plano Cruzado I, que tantas esperanças acendeu em nosso País, os responsáveis pela condução da política econômica brasileira lançaram uma cam-

panha através dos meios de comunicação, no sentido de alertar o povo quanto à necessidade de todos efetuarem uma poupança para enfrentar, no exercício seguinte, ou seja, 1987, uma possível complementação do imposto de renda retido na fonte.

Nessa campanha publicitária, ao mesmo tempo em que se anunciava que não haveria aumento da carga tributária para os contribuintes, principalmente para os assalariados, nossas autoridades financeiras informavam que o Governo tinha optado por um sistema de bases correntes, isto é, cada contribuinte teria seu desconto na fonte limitado ao que efetivamente teria de pagar no exercício seguinte, mas haveria muitos casos em que esse desconto poderia ser insuficiente. E exemplificavam com os casos de pessoas que tinham mais de uma fonte de rendimentos, nas quais, isoladamente, teriam pouco desconto na fonte, mas que, somados, esses ganhos seriam atingidos por uma alíquota maior. Daí a recomendação da campanha para que tais contribuintes se prevenissem, abrindo cadernetas de poupança, com cujos rendimentos pudessem fazer face ao pagamento desse imposto a maior.

É que o Governo apontava, então, como uma das causas do crescimento do déficit de caixa as volumosas devoluções do imposto de renda. Segundo as autoridades monetárias, era freqüente ocorrer que, no período em que deveriam se realizar tais devoluções, o caixa do Tesouro estava em situação deficitária em virtude de ter tido de atender, anteriormente, por exemplo, a financiamentos de safras, financiamentos de custeio, compra de safras, além de diversos outros imprevistos. Face a tais circunstâncias, umas previsíveis e, portanto, injustificáveis, outras fora de qualquer previsão mesmo, o Governo se via obrigado a lançar mão de emissoras de títulos públicos no mercado, para cuja colocação era obrigado a pagar ágios muito altos, encarecendo, assim, seu custo, o que, mais adiante, iria agravar ainda mais a sua posição de caixa.

Por essas e outras razões da política econômico-financeira em execução, preferiu o Governo arrecadar o imposto de renda num sistema de bases correntes, a fim de que, este ano, além de praticamente não ter devoluções a fazer, ainda teria a receber complementações do imposto, mormente daquele tipo de contribuintes com mais de uma fonte pagadora.

Sucedo, porém, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que essas autoridades monetárias não atentaram para um pequeno, mas importante, detalhe, ao estabelecer, para este ano, o pagamento da primeira parcela e das subseqüentes no último dia útil de cada mês, a partir da entrega da declaração, inclusive, o que significa que quem tiver imposto a pagar deverá fazê-lo, se parcelar esse pagamento, nos dias 31 de março, 30 de abril, 29 de maio, 30 de junho, 31 de julho e 31 de agosto.

Ora, como o Plano Cruzado I foi lançado a 28 de fevereiro do ano passado, e a campanha preconizando a abertura de cadernetas de poupança para o pagamento do excesso de imposto de renda só começou depois disso, ou seja, nos dez primeiros dias do mês de março de 86, aconteceu, a todos os que tomaram a providência acautelatória, que essas cadernetas só começaram a ser abertas a partir daí, isto é, na melhor das hipóteses, nesses dez dias iniciais dessa promoção em favor das cadernetas.

Nessas condições, esses poupadores, agora, se tiverem de sacar no último dia do mês para fazer face aquele pagamento do imposto a maior, perderão, em cada mês, os rendimentos das cadernetas, porque tais poupanças, tendo sido fei-

tas, em sua maioria, entre 1º e 10 de março, "aniversariam" nesse período e só terão rendimentos de juros e correção creditados após aquele aniversário.

Por isso, a nossa sugestão é no sentido de que o Governo reveja imediatamente a determinação das datas em que se vencerão as parcelas do imposto, prorrogando esses vencimentos para o dia 10 do mês seguinte ou tolerando o recebimento delas, sem multa ou juros, até o dia 10 posterior ao vencimento.

Com essa providência, os contribuintes que atenderam à advertência das autoridades monetárias no ano passado e que, através de seus depósitos, possibilitaram uma notável recuperação dos seus níveis de captação, poderiam fazer o levantamento do numerário indispensável à complementação do imposto, sem perder, mensalmente, os rendimentos desses trinta dias.

E a oportunidade parece-nos propícia a essa reformulação, visto que o Governo parece ter-se sensibilizado com o protesto geral dos contribuintes de toda a nação contra a sistemática adotada pela Secretaria da Receita Federal para o imposto de renda deste ano, que fará com que os contribuintes, principalmente os assalariados, venham a pagar mais imposto do que no ano passado. Assim, as autoridades monetárias poderão, numa só providência, corrigir as tabelas do desconto na fonte para este ano, evitando injustiças fiscais, e, no mesmo passo, alterar as datas de recebimento das parcelas do imposto a maior que têm a pagar este ano.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Pedro Canedo.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL-GO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Inicialmente, aproveito minha presença nesta tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para solidarizar-me com toda a classe bancária brasileira que hoje se encontra em mobilização nacional numa reivindicação justa e legítima por condições dignas de vida. Enquanto os banqueiros brasileiros se beneficiaram ao longo dos últimos anos num enriquecimento sem dimensões, vê-se a classe bancária numa situação de penúria, empobrecida e desvalorizada.

Não poderia, como ex-funcionário de banco privado, deixar de estar ao lado dos setecentos mil bancários brasileiros que lutam, democraticamente, nesta data por mínimas condições humanas para si e suas famílias.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Constituintes:

A partir deste momento, quando entra em vigor o Regimento Interno, estaremos iniciando os trabalhos de redação de uma nova Constituição, voltada para a realidade nacional, responsabilidade que nos foi delegada quando tivemos nossos nomes consagrados nas urnas do último dia 15 de novembro.

Espero, sinceramente, que tal atividade se desenvolva bem menos lentamente do que a do Regimento Interno, documento que a norteará, eis que a população e o momento nacional têm urgência no ordenamento jurídico da Pátria, livre de tudo que possa prejudicar sua marcha para a completa e responsável liberdade, bem como para o bem-estar geral.

Isso, entretanto, não significa que devamos escrevê-la apressadamente, até porque se trata de nossa Lei Maior, que determinará o roteiro de todas as outras.

Entendo que a nova Constituição, não obstante dever tratar dos problemas fundamentais da comunidade nacional e são eles muitos, deverá ser sucinta, mais precisa, de tal clareza que seja de fácil compreensão por parte de quantos a leiam. Tão sucinta e, ao mesmo tempo, tão clara que possa ser distribuída, em forma de cartilha, à população, inclusive aos alunos do 1º Grau, a partir da 5ª série. É necessário que todos a tenham como livro de cabeceira, para conhecê-la em sua plenitude, respeitando-a e se fazendo conhecedores de seus direitos e deveres.

De nada nos adiantará redigirmos uma Constituição em que predominem os detalhes, se tivermos de a eles ficar presos, mesmo quando indispensável alterá-los ou extingui-los, porque estaremos na dependência de **quorum** qualificado de dois terços, difícil de alcançar. Que seja nossa Constituição o mais substantiva possível, ficando os detalhes, isto é, a função adjetiva, por conta da lei ordinária, mais fácil de alterar.

É de nossa responsabilidade redigir uma Constituição que nos assegure paz, liberdade e justiça social, direitos de que ficamos privados, em maior ou menor intensidade, conforme as circunstâncias, a partir da Revolução de 1964, que pouca ou nenhuma importância deu a homem, reduzindo-o a inexpressiva peça da engrenagem do Estado, quando, na verdade, é o primeiro a razão da existência do segundo.

Outros pontos importantes, que devem caracterizar a nova Constituição, são as prerrogativas do Poder Legislativo e dos parlamentares, bem como a dinamização do Poder Judiciário.

Com efeito, não existe democracia se o Poder Legislativo e seus membros não dispõem das prerrogativas indispensáveis às atividades legiferantes, até porque se trata de um Poder desarmado, que não possui meios para reagir, quando ameaçado ou ferido pelo Executivo ou quando o povo, de quem somos seus legítimos porta-vozes, se vê em situação tão caótica como agora com a atual política dos Ministros da área econômica, com os juros de rede bancária subindo a patamares nunca antes alcançados na nossa história. O Poder Legislativo há que ter liberdade para iniciativas em matérias financeiras e não permanecer restrito a apenas indignar, denunciar e debater sem poder solucionar. Nossa história republicana é farta em exemplos que comprovam a afirmativa e o próprio momento nacional é uma consequência disso. A primeira vítima do Poder Executivo discricionário tem sido sempre o Legislativo, por que caixa de ressonância das aspirações e do pensamento do povo. Sem prerrogativas para o Legislativo e seus membros, jamais chegaremos à verdadeira democracia. Esse é um ponto da mais alta importância, sendo necessário que o respeito ao Parlamento pelos demais Poderes fique expresso, de maneira inequívoca, na Carta a ser redigida.

A dinamização do Poder Judiciário e sua total independência relativamente aos outros Poderes são indispensáveis para a aplicação rápida e correta da Justiça, a fim de que não continuem as atuais condições, com dezenas de milhares de processos, às vezes simples, à espera de sua vez, na fila interminável da pauta. A Justiça tem de ser rápida, para que os efeitos de sua ação não caiam no vazio.

Vamos, portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, redigir nossa Carta Maior com a perfeita compreensão da responsabilidade que nos cabe e com a certeza de que será ela tanto mais importante para a gente brasileira quanto mais fácil de ser entendida. Compreendendo-a,

todos a defenderão com mais consciência e se engajarão, com mais ardor, no trabalho de engrandecimento desta grande Pátria, cujo brilhante futuro já antevemos, apesar dos angustiosos problemas que ora enfrentamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Feres Nader.

O SR. FERES NADER (PDT – RJ.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

As nossas primeiras palavras são de solidariedade para com os bancários brasileiros, especialmente para com os funcionários do Banco do Brasil, que no momento transmitem a todo o País a angústia dos que sofrem verdadeiramente com o achatamento salarial.

Entre as grandes migrações que a história registra, talvez nenhuma exceda, em nossos dias, a das populações rurais para os centros urbanos, cujo crescimento, em muitos casos, vertiginoso, acarreta, nas grandes metrópoles, os mais tormentosos problemas. agravados, paradoxalmente, pelo progresso técnico, notadamente dos meios de transportes.

Expandindo-se horizontal e verticalmente, concentrando no seu âmbito populações inumeráveis, com incontáveis veículos automotores para lhes servir à necessidade da locomoção, a cidade moderna, a partir de certo ponto, ameaça entrar em colapso, pelo estrangulamento das suas vias de circulação.

A esse grave problema que preocupa a administração pública em quase todos os quadrantes da terra, cumpre que se procure, também, entre nós, remédio imediato, sob pena de chegarmos, brevemente, pelo congestionamento das vias públicas em nossas maiores cidades, às raias do intolerável.

Para atender, pois, a esse inadiável imperativo, precisamos procurar soluções imaginosas. Segundo as circunstâncias de cada região, que terão por fim desafogar o tráfego nas zonas urbanas mediante sistema que conjugue a rede viária das cidades e a rede rodoviária nacional, facilitando, entre uma e outra, o fluxo dos transportes.

Na Região Sul do Estado do Rio de Janeiro, mais exatamente nos municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, **ilegível** propulsores da economia nacional, o problema atingiu a níveis insuportáveis. O trajeto da Rodovia Lúcio Meira, quiçá por um descuido dos seus projetistas, transformou o centro de Volta Redonda, principalmente, num prosseguimento do seu curso, numa espécie de atalho para as carretas e caminhões procedentes de Minas, Norte e Nordeste, e que se destinam ao Sul do País. Esta irregularidade sobrecarrega excessivamente o tráfego no perímetro urbano, resultando congestionamentos sistemáticos e quilométricos, tumultuando a vida da cidade, destruindo o piso asfáltico das pistas de rolamento e, não raras vezes, provocando acidentes fatais. Volta Redonda e Barra Mansa já estão perdendo sua própria identidade de vida. Por tudo isso, não podemos ficar indiferentes. O quadro é dos mais graves e exige providências imediatas.

Há pelo menos duas soluções perfeitamente variáveis, a partir do momento em que o Ministério dos Transportes decidir socorrer, através do repasso de recursos, os municípios atingidos pelo problema. A primeira impõe a abertura de uma estrada ligando a Rodovia Lúcio Meira – partindo do Distrito Industrial de Volta Redonda – à Via Dutra. A segunda, talvez um pouco mais onerosa,

seria a construção de uma via expressa, através de um elevado, com início na confluência da Rodovia Lúcio Meira com a Av. Getúlio Vargas e estendendo-se até o Viaduto que liga a Variante 207 à Via Dutra. Junte-se a isso a missão preciosa que teria, auxiliando no escoamento da produção da Companhia Siderúrgica Nacional.

No que pese a aparência de regionalização exibida pelo problema, entendemos que a sua abrangência é de caráter nacional e deve merecer a atenção de todos os ilustres membros desta casa e, particularmente, do Ministério dos Transportes.

Precisamos responder, com nitidez, objetividade e coragem, às imposições de uma nação que toma consciência de sua grandeza. A democracia cumpre fielmente a missão histórica, que assumiu, de abrir novos horizontes ao nosso universo econômico, social e político.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Santana.

O SR. JOSÉ SANTANA (PFL – MG.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O angustiante movimento da sociedade entre autoridade e liberdade tem despertado nas últimas décadas o chamado Estado do Bem Estar Social ou Estado Prestador de Serviços.

Em nosso momento – Constituinte – vários desafios se nos apresentam na medida em que o pacto que virá com a Nova Constituição tem que estar acima dos homens e das instituições.

A imperiosa necessidade de toda a sociedade participar desse momento evitará certamente de enganos ou omissões. Não podemos frustrar a sociedade que tanto espera do Constituinte.

O Poder deve fazer uma, ou melhor? A CONSTITUIÇÃO que o povo quer. A vontade do povo deve ser buscada, não se permitindo o voluntarismo, porque o resultado da vontade popular é sempre legítimo.

Já com propriedade adverte o Prof. Paulo Benevides: que todo o problema da Nova Constituição será o de pôr termo a esse abismo entre a lei e a realidade, entre a forma e o conteúdo.

Estou convencido que, dos Poderes da República, o que verdadeiramente precisa ser repensado é exatamente o Executivo. Nele se instalou a impunidade com mais vigor.

A propósito:

"É claro que os Estados não são palco isolado de escândalos na República. Os trens de alegria e a auto-atribuição de benefícios pela aprovação de resoluções internas tornaram-se tônica do Poder Legislativo, afetando em muito o respeito com que deveriam ser encarados Senado e Câmara. Há, portanto, uma necessidade de restaurar padrões de moralidade e comportamento dos políticos, os quais não devem se mirar nos precedentes históricos da corrupção que lavrou outrora em democracia como é atual, urgente e decisivo para a consolidação das instituições". – Coluna do Castelo – **Jornal do Brasil** – 18-3-87 – Pág. 2, 2º, caderno.

Já se afirmou que a Lei na verdade não muda a mentalidade, mas a Sociedade participante sim. Portanto, a primeira observação é no sentido de tornar a Administração Participativa e instituir mecanismos de controles democráticos tendo como co-gestor o próprio povo, destinatário dos Serviços Públicos.

Assim, vislumbro o art. 9º do Anteprojeto Constitucional como inafastável da Nova Constituição:

"Art. 9º Todos têm direito a participar das decisões do Estado e ao aperfeiçoamento de suas instituições".

Nesta linha sou, portanto, francamente favorável a estender a utilização do mandato de segurança para defesa dos direitos difusos, bem como permitir aos partidos políticos, entidades de classe a postularem pela Ação Popular. Outrossim, o direito de petição e representação – verdadeiro instrumento de controle – não pode ficar como aí está: uma dolorosa frustração.

Somente com o pleno exercício da cidadania ter-te-á uma administração verdadeiramente aberta e dialogante. Estas palavras precisam deixar de ser **Slogan** para tornar uma realidade.

A grande verdade é que quem detém o poder deve saber ser censurado. O voto não deve encerrar o processo de participação. Neste aspecto, vislumbro a imperiosa necessidade de fazer uma proposta corajosa, sobretudo ao nível do servidor público.

A primeira observação é tornar o sistema do mérito não uma panacéia mas um Poder-Dever.

Na realidade, apesar de todas as constituições referirem-se à obrigatoriedade de admissão no serviço público através de concurso, o sistema de mérito não passou de um estereótipo. Foi e está sendo um engodo, embora tratar-se de um princípio insito no regime republicano.

Os terríveis e insuportáveis ajustamentos da triangulação orçamentária, tabelistas e avulsos mascararam e contornaram a obrigatoriedade do concurso público.

Lamentavelmente – em todos níveis de administração nestes últimos trinta anos – abusou-se solenemente de contratações sob o regime da CLT.

O regime celetista é de todo impróprio na medida em que sua utilização é até mesmo inconstitucional. Não é compatível com o regime republicano a existência de servidores instáveis, porque o contingente de agentes públicos serve ao Estado" e não a eventuais governos que se sucedem.

É preciso um basta aos trens da alegria, admissões ilegais e a verdadeiros espetáculos de terrorismos que se instalam na alternância de Governos.

O servidor público e o próprio Estado não podem perder a dignidade social.

Vislumbro no artigo 53 da Constituição de Portugal um ponto que deve ser inserido em nossa Constituição:

"É garantida aos trabalhadores a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivo político ou ideológico".

Calha trazer a cita literal do Editorial do **Jornal do Brasil** de 19-3-87: "Opções do Dever".

"Os usos e costumes do empreguismo, da corrupção, das contratações irregulares, das nomeações desnecessárias, dos privilégios Funcionais, dos gastos supérfluos, das mordidas fiscais, do mau uso do dinheiro público traçaram durante muito tempo um retrato indesejável do país, e com o qual a sociedade brasileira nunca aceitou conviver."

A impessoalidade e a imparcialidade não encontram suporte no regime da CLT. A situação existente é abundantemente anárquica e tem que ser corrigida.

Neste ponto, louvo o Presidente José Sarney, na medida em que a Nova República

pioneiramente enfrentou este problema de maneira objetiva, quando explicitou esta sistemática via Decreto-Lei nº 2.280/85, eliminado-se a triangulação e os tabelistas, evitando-se a Celetização. Por outro lado, a experiência de 1946, com adoção dos interinos e extraordinários não se apresentou apropriada. Na verdade, serviu para burlar o sistema do mérito.

Entretanto, a experiência nos mostra que o concurso público, apesar de ser a solução ideal tendo em vista a aferição do mérito, é um instrumento moroso.

Assim, entendo factível a admissão do servidor temporário, pelo prazo máximo de **um ano**, pelo **regime especial**. Não poderia haver prorrogação e a admitido estaria inscrito ex-offício no concurso público que seria no máximo bianual.

Vejo também como indispensável a expressa proibição de contratação pelo regime da CLT, próprio e específico do trabalhador pertencente a empresas que exploram a atividade econômica. O Estado não poder ser empresário. Na essência é prestador de serviços.

Sugere-se a seguinte redação para as últimas afirmações:

Art. A lei definirá os casos excepcionais em que se admitirá o servidor pelo regime especial, pelo prazo máximo de 01 (um) ano.

Art. É vedada a contratação de servidor pelo regime CLT.

Apesar de advogar o fortalecimento do municipalismo e como prova de reconquista da federação, entendo como indispensável estender estas diretrizes a todas as Pessoas Políticas e demais Poderes da República. Assim como, para tornar estas idéias não apenas letra morta, deve o Ministério Público ser o grande responsável por velar pelos princípios da boa administração. Esta expressão deveria estar inserida como princípio de todo administrador público. É uma garantia do cumprimento dos princípios constitucionais.

A nível, ainda, de ponderações entendo como indispensável que o reescrever do Capítulo do servidor público, contenha sucintamente o seguinte:

1º) A administração deve atuar para atender o interesse público, respeitando os direitos e interesses dos indivíduos.

2º) A Administração submetida à lei, deve primar pela imparcialidade e pelo princípio da boa administração.

3º) A administração deve ser estruturada para aproximar os administrados do uso dos serviços públicos, assegurando a participação e o referendium popular.

4º) O indivíduo tem direito a ser informado dos fatos e atos, sempre que requeiram, assegurando o direito de representação.

5º) O indivíduo tem direito público subjetivo à motivação do ato administrativo, à sua publicação no órgão oficial e ao exame intrínseco do mérito do ato administrativo pelo Judiciário.

6º) Os servidores só podem atuar em nome do interesse público, não podendo ser prejudicados no exercício de qualquer direito previsto na Constituição por razão político-partidária.

7º) O servidor deve ter assegurado em qualquer processo, inclusive sindicância, o direito à ampla defesa, devendo o processo

ser público, contraditório, contando com a publicidade dos atos.

A Constituição deve autorizar a instituir, por lei federal, um Código de Ética do Serviço Público. Esta Lei Nacional fixaria diretrizes para o restabelecimento de maior credibilidade da Administração.

Paralelamente a estas idéias, vislumbro na reformulação do próprio Tribunal de Contas um extraordinário mecanismo de fiscalização do bom e regular emprego do dinheiro público. Entretanto, é inaceitável a atual sistemática de nomeações dos Conselheiros.

Deve ser reformulada a sistemática de investidura, e poupar ao Tribunal esta triste e inoperante presença só em fatos consumados.

Outra sugestão posta para os Tribunais de Contas, se daria na expressa possibilidade de descentralizá-los. A grande verdade: os Tribunais de Contas Estaduais não conseguem atender à demanda mínima das entidades paraestatais e dos municípios.

Adverte com propriedade o Ministro Seabra Fagundes que o controle das contas públicas, como hoje se exerce, é puramente formal. E finaliza aquele notável administrativista: "Os grandes negócios públicos duvidosos escapam ao Tribunal de Contas".

Ainda em 1826, ponderava o Visconde de Baependi que se o Tribunal de Contas se dedicasse ao exame de despesas, antes de serem feitas, não teria sentido de fiscalização.

A excessiva intervenção do Estado na ordem econômica poderá ser minimizada, condicionando-se a prévio do Tribunal de Contas a criação de entidades paraestatais, antes, é claro, da manifestação dos representantes do povo.

Ainda, recentemente, ao ler o **Jornal do Brasil**, desta semana, deparei-me com um vigoroso artigo do emérito Villas-Bôas Corrêa, intitulado: "A Democracia está Doente" – **Jornal do Brasil** de 19-3-87, pág. 11:

"Não há mais como esconder uma evidência que estarrece e envergonha o País. A safra de governadores eleitos pelo voto direto em 82, depois de um intervalo de 16 anos, foi, talvez, a pior de todos os tempos, até mesmo se comparada com a dos governadores indiretos. A desordem administrativa alcançou níveis inimagináveis, os Estados estão falidos, com os cofres raspados pelas levadas de nomeações de Funcionários absolutamente inúteis, que não têm o que fazer nem desejam fazer nada, e enlameados pelos escândalos mais escabrosos."

E finaliza:

"A democracia está doente. Gravemente enferma. Necessita de intervenção urgente e radical. Ela não suportará mais quatro anos de roubo. A Presidência da República, os governadores, os partidos, especialmente o PMDB majoritário, a Constituinte estão convocados para um esforço sério e inadiável de salvação da democracia, a crise moral pode liquidar com a Nova República, soterrando-a na lama da corrupção, no atoleiro da incompetência".

Ainda, dentro do Capítulo da Administração Pública não advogo a instituição do chamado Contencioso Administrativo.

Não temos tradição da chamada Justiça Administrativa, além do grande movimento nacional

que surgiu quando se pretendeu alterar a Emenda nº 1/69 para instalá-lo.

Tudo leva a crer que a população brasileira ainda não confia em que a Administração Pública se julgue a si própria, com imparcialidade.

O monopólio do Poder Judiciário, sob ser insito ao Regime Republicano, revela-se, entretanto, pouco alentador, na medida em que a impunidade está instalada.

As custas inviabilizam-no, daí entender que o funcionamento do Poder Judiciário, no sentido de atendimento da demanda daqueles que procuram Justiça, deve ser gratuito e rápido. Neste ponto, também o Anteprojeto Constitucional, presidido pelo notável Senador Afonso Arinos, madrugou no tempo e foi exemplar porque aboliu as custas judiciais.

A chamada autonomia do Judiciário seria simples de ser alcançada na medida em que não se adotassem modelos alienígenas, mas se agilizasse o funcionamento do Judiciário.

Esta autonomia seria concretizável através da fixação de percentual orçamentário para o Poder Judiciário. Com isso será afastada toda e qualquer ingerência do Poder Executivo, inclusive ao nível administrativo: remoções, promoções dos magistrados.

Também, como nos Tribunais de Contas, deve o Poder Judiciário ser descentralizado para não frustrar o jurisdicionado à rápida e pronta justiça, restante a todos que desejem restabelecer a legalidade democrática.

Outro ponto a considerar, refere-se à continuidade dos serviços públicos.

É sabido que o artigo 162 da atual Emenda nº 1/69, revelou-se impróprio, ilegítimo e sobretudo afrontoso às conquistas de um novo tempo.

Vislumbro no artigo 58, I da Constituição portuguesa, bem como no artigo 40 da Constituição italiana uma solução exemplar de se consagrar o direito de greve, exercido no âmbito da legislação específica. Por justiça, ficaria, também, em boa companhia do artigo 158 da Constituição de 1946, reconhecido o direito de greve nos termos da lei, evitando-se, assim, o colapso dos serviços públicos, porque deve ser oferecido, mantido e cumprido sem interrupção a todo administrado.

Gostaria de externar aos eminentes constituintes uma preocupação que carrego comigo nestes quase 20 (vinte) anos de vida parlamentar.

Urge que haja na Constituição mecanismos eficazes de controle democrático do Executivo.

Registro, apenas a título de ilustração, as seguintes e recentes manifestações sob o tema aqui lembrado:

"Uma das mais importantes contribuições que a Administração Sarney pode dar ao país nesta fase de transição é acelerar o controle democrático." – "Controle Democrático" – Juarez Bahia – **Jornal do Brasil** – 27-8-85.

E mais:

"Donde, uma tarefa da transição democrática é impedir a tendência histórica do Executivo da Administração Pública de querer ser autônomo, impune e expansionista, neutralizando o Legislativo e o Judiciário, a expensas da liberdade dos cidadãos."

"Quem controla a Administração Pública" – Joaquim Falcão – **Jornal do Brasil** – 2-9-86.

Em solene e extraordinário discurso de saudação ao Presidente Sarney, o notável jurista e então

Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, Prof. Sérgio Ferraz, aduzia as seguintes ponderações quanto à institucionalização de canais de efetiva participação e de controle:

"...a criação de eficientes mecanismos de responsabilização do mau administrador, a consagração de novos direitos individuais e garantias fundamentais, com os instrumentos de sua real concretização afinados com os novos tempos."

Noto que o exercício do processo de fiscalização do Legislativo é acanhado, diria, mesmo, frustrante. As CPI, alardeadas na sua constituição, têm em muitas ocasiões se revelado, mediante relatórios longos e exaustivos, de pouco ou quase nenhuma utilidade.

Ouso mesmo dizer que, apesar da Lei Federal nº 7295, de 19 de dezembro de 1984, ter sido promulgada pelo então Vice-Presidente do Senado Federal, essa Lei foi muito pouco aplicada. Entretanto, o Parlamento, que não investiga ou não fiscaliza, vive no limbo de suas abstrações jurídicas.

Aqui lembraria as notáveis lições do Prof. Raul Machado Horta, "**Limitações Constitucionais dos Poderes de Investigação**" – R.D.P.: 5/34; do Ministro Paulo Brossard, "**Da Obrigação de Depor perante Comissões Parlamentares de Inquérito**" – R.D.P.: 66/126; do Prof. Geraldo Ataliba, "**Comissão Parlamentar de Inquérito e o Poder Legislativo**" – R.D.P.: 35,36/283.

A grande questão no capítulo do Executivo certamente será tornar a criar mecanismos de controles eficazes da Administração Pública.

O descumprimento das leis aí está como um dos maiores problemas da atualidade. Existem leis em excesso, em um "direito de papel", conforme expressão de Aliomar Baleeiro. O divórcio entre a sociedade e a norma não pode ocorrer com tanta frequência. As leis têm que antecipar a revolta dos fatos contra estruturas rígidas.

Portanto, é chegado o momento de repensar o Executivo, eliminando o caráter autoritário com o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle.

Quanto ao servidor público, deve realmente possuir um elenco de princípios que possa resgatar esta categoria, tonificando o regime estatutário para assegurar verdadeiramente a dignidade da função pública, que é sobretudo servir ao povo.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Davi Alves Silva.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na região Tocantina, precisamente as cidades de Imperatriz, João Lisboa Açailândia, Amarante e Santa Luzia, agravam-se cada vez mais os conflitos de terra entre os pequenos lavradores daquela região, pois desinformados por alguns agitadores de sindicatos existentes na região, procuram tumultuar as propriedades privadas; o que poderá atingir o andamento da tão bem conduzida reforma agrária.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como representante da bancada do Maranhão na Assembléia Nacional Constituinte tenho aqui procurado com a maior responsabilidade defender os interesses dos pequenos lavradores do meu Estado.

Acontece Sr. Presidente, que é preciso que se assumam uma posição diante do Governo Federal pedindo a ele providências imediatas, pois o sonho de toda a nação brasileira é a implantação

da reforma agrária, sendo que nós representantes do povo aqui nesta casa, temos que ter a coragem de dizer aos nossos pequenos lavradores que a propriedade privada tem que ser respeitada, pois ela é assegurada pelo parágrafo 22 do artigo 153 da Constituição Federal.

E o apelo que faço, é que o Presidente da República, José Sarney, que jurou cumprir e fazer cumprir a Constituição Federal, determine imediatamente que seja apurada a irregularidade dos conflitos existentes na região, pois sem uma solução a curto prazo, não podemos tomar providências sérias, que garantam o estabelecimento da ordem pública e social, conforme determinou Sua Excelência quando da sua última visita a cidade de Imperatriz, que disse publicamente não aceitar tumultos provocados por quem quer que seja, na implantação da reforma agrária, pois esta é a meta prioritária no seu governo. A confirmação desse fato Sr. Presidente, verifica-se na afirmação feita pelo Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, que respondendo o projeto econômico rural que encaminhei ao Presidente da República no dia 07 de janeiro pedindo recursos para os pequenos e médios produtores rurais do País, tenho hoje assegurado pelo Ministério da Reforma Agrária, um bilhão e trezentos milhões de cruzados (CZ² 1.300.000,00), para a implantação da reforma agrária em 1987, o que é preciso agilizar esse programa com os recursos acima mencionados.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PFL – PA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Sr. Presidente, em reunião da Câmara dos Deputados, vem de ser aprovado pelo Plenário da Casa Projeto de lei de isonomia salarial que se procurou dar um salário mais justo e equânime a todos os servidores federais que integram suas atividades no 3º grau de ensino.

Sr. Presidente, entretanto outras correções de caráter salarial devem ser feitas no âmbito do Ministério da Educação, querendo chamar a atenção desta Casa para a gratificação de Apoio a Atividade do Ensino, já instituída pelo Decreto-lei nº 2.123, de 5 de junho de 1984.

É bom salientar nesta oportunidade que em justificativa apresentada pelo Sr. Ministro Chefe da Secretaria da Administração Dr. Aluizio Alves, para pagamento da Gratificação que ora focalizamos, aludiu a gratificação de Desempenho de Atividade Previdenciária, que não foi apenas deferida aos servidores do SINPAS, mas a todos os funcionários do Ministério da Previdência Social.

Desse, diz o Ministro Aluizio Alves, não se justifica a restrição do pagamento da primeira gratificação aos servidores do Ministério da Educação, tornando-se necessário estender-lhes a aplicação do Decreto-lei nº 2.121.

Nestas condições, Senhor Presidente e Senhores Constituintes este parlamentar, que foi Delegado do MEC, sente de perto o problema do funcionalismo público, que continua sendo o professor.

Nestas condições, Senhor Presidente e Senhores Constituintes, este Parlamentar solicita que o Poder Executivo envie a esta Casa, com a urgência que o caso requer, anteprojeto de lei, com a mensagem respectiva, estendendo a todos os servidores efetivos, técnicos e administradores do Ministério da Educação os benefícios da Gratificação de Apoio às Atividades de Ensino estabelecida pelo Decreto-lei nº 2.121 de 16 de maio

de 1984, com a alteração feita pelo Decreto-lei nº 2.123, de 5 de junho de 1984.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Poderia, Senhor Presidente, intitular este nosso pronunciamento de "Aberrações da Nova República" – Vejamos:

O Governo sob o pretexto de combater a imoralidade do ágio, instituiu empréstimo compulsório.

O ágio desapareceu, mas o Governo continua cobrando o empréstimo compulsório, que assim passou a ser o ágio oficializado. Entretanto, Senhor Presidente, não param aí as aberrações da Nova República, surgindo agora no cenário brasileiro, um caso inédito, o recente aumento de 30% do veículo automotor pelo CIP. É repudiado pelos interessados, que pediram ao Governo que tornasse esse empréstimo sem efeito, mas o Governo na voracidade de mais arrecadar com seus impostos mantém o aumento mesmo contra a vontade dos responsáveis pela indústria automobilística.

Vejam Senhores Constituintes, até que ponto chega o Governo. Se já não bastasse o aumento do recolhimento do imposto de Renda, os juros de agiotagem que se praticam no País, de até 700% ao ano, suspensão de congelamento de preços de dois produtos básicos de maior importância: arroz e feijão, sufocando a classe pobre.

Este Governo, que propala aos quatro cantos que fez a opção pelos pobres, sendo bom que este Parlamentar destaque que no caso dos veículos automotores, em menos de seis meses, se instituiu um compulsório de 30%, um aumento de 80% no valor do carro e agora mais 30% de aumento totalizando 140%, e não seria irônico se disséssemos nesta hora, que já estamos até mesmo com saudades do ágio.

O Presidente Sarney precisa, urgentemente, afastar o Ministro Funaro, pois além de não encontrar solução para o caos em que vivemos perdeu a credibilidade do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Stélio Dias.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Por um Projeto de Decreto Legislativo nº 1/87, a Câmara Municipal de Cariacica, impugnou ato do Governador do Espírito Santo, objeto do Decreto nº 3.480, de março de 1987, impondo a prorrogação da intervenção do Estado naquele Município, em consequência do Decreto nº 3227-E, de 12 de fevereiro de 1986. O ato estadual se limita a declarar desocupado o cargo inerente à Chefia do Poder Executivo Municipal em Cariacica, culminando por recomendar ou estabelecer competência ao Vice-Prefeito, para que assuma imediatamente a Prefeitura, por estar licenciada o titular, nos termos do art 85, da Lei nº 2.760, de 1973.

Ora, o Decreto nº 3.480-E incorre numa imperfeição descomunal, em flagrante inconstitucionalidade, quando inova a regra da Lei Maior, inventando um preceito prorrogacionista que termina por descaracterizar o art. 2º, do primitivo decreto intervencionista, onde está dito que a intervenção será por um prazo que não excederá o mandato do Governador. Assim, faz vista grossa a requisitos constitutivos da norma preceituada no item II do art 140 da Constituição do Estado.

Norma incompleta e inacabada, não pode produzir efeito positivo, tanto mais quanto se reveste de nulidade, inexistente portanto.

Se aos Estados cabe intervir nos municípios, essa intervenção se faz por decreto do Governador, designando o interventor, com prazo e limites da medida. Esse decreto não apresenta esse limite e, só por isso, é juridicamente insustentável.

Pelo nosso sistema federativo, não pode o Estado-membro, ultrapassando os limites de sua competência, invadir a órbita da administração municipal. Essa a lição do municipalista e constitucionalista Hely Lopes de Meireles.

O instituto da intervenção é para ser usado às claras, não por processos "prorrogacionistas", além do mais quando preenhe de nulidade por indistigável inconstitucionalidade.

Diante disso, a Comissão de Justiça da Câmara Municipal de Cariacica concluiu pela constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo, que procura anular o arbítrio governamental.

Finalmente solicitamos ao Presidente da República que determine aos Ministros de Estado, especialmente do Planejamento e da Fazenda que suspenda a transferência de recursos até que a Câmara Municipal de Cariacica comunique que o cargo de Prefeito está legalmente preenchido.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Soyer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Enquanto a inflação supera os dezesseis por cento, que foi a maior marca do ano passado, os juros seguem a curva ascensional estatística, chegando a níveis nunca antes superados.

Lembra-se, a propósito, que o Plano Austral, na Argentina, e seu similar, em Israel, quando a inflação corria célere para os quatro dígitos, teve, também, altos e baixos, temperando o intervencionismo econômico por algumas concessões sazonais aos juros e à subida de preços.

"Roma não se fez num dia" – diz um velho brocardo, assinalando a importância do tempo em todos os fenômenos, principalmente no campo da economia.

Com uma desregrada inflação, no fim do Governo anterior, tivemos um superávit comercial da ordem de onze bilhões de dólares, enquanto agora, a renovação do surto inflacionário nos encontra com lucros, nessa balança em dois meses, inferiores a quinhentos mil dólares.

Paralelamente, não se identifica o ponto em que a taxa de juros se confunde com agiotagem, levando o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Camilo Calazans, a defender a fixação de tetos para os **spreads** bancários, quando alguns estabelecimentos praticam uma taxa de trinta e oito por cento ao ano, além da correção das LBCs, impossibilitando uma eficiente coordenação da política econômica, e, provocando, simultaneamente, as minidesvalorizações cambiais.

Senhor Presidente e Srs. Constituintes, neste final de semana próximo passado, visitei várias cidades de portes variados, no interior de meu Goiás.

Visitei, ouvindo principalmente os companheiros do PMDB. A tônica principal do povo, nos dias de hoje, é a altíssima e por isto escorchante taxa de juros.

É a pequena, a média e principalmente a microempresa, em situações aflitivas. É o estado pré-falimentar e que se concretizará se não houver uma medida eficaz do Governo, no sentido de baixar as taxas de juros.

Não há dúvida de que a alta taxa de juros provoca a inflação. É preciso que os banqueiros, que nunca se sacrificaram, o façam agora, porque senão eles poderão ser vítimas de sua própria avidez. São inúmeros os casos de pequenos comerciantes quebrando, inúmeras pequenas empresas fechando, e, conseqüentemente, dispensando empregados e daí gerando um descontrole total.

Sou do partido do governo e tem estas nossas palavras o objetivo principal de alertá-lo. É preciso ter coragem de tomar atitudes contra os sugadores do sangue, suor e lágrimas dos nossos trabalhadores dos campos e das cidades.

Não é possível continuarmos assim. O Sr. Presidente José Sarney, que já tomou medidas louváveis no campo institucional precisa, com urgência urgentíssima tomá-las no campo econômico-financeiro.

Sempre que um governante toma uma atitude corajosa e profunda, tem o apoio da sociedade. Pedimos e esperamos que o governo tudo faça para criar mecanismos que proporcionem a queda das taxas de juros. Mas que estas medidas sejam tomadas já, antes que seja tarde. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nivaldo Machado.

O SR. NIVALDO MACHADO (PFL – PE.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Pela terceira vez nos últimos três anos, o Congresso Nacional é solicitado a se pronunciar sobre a questão da Informática no Brasil. Desta vez, trata-se do projeto de lei do Executivo que "dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual sobre programas de computadores e sua comercialização no País e dá outras providências".

O projeto de lei é decorrente dos inúmeros problemas que a área de Informática vem experimentando no que se relaciona à produção e à comercialização do "software", é procura atender às prescrições da Lei nº 7.232, de 21 de outubro de 1984 (Lei de informática) e da Lei nº 7.463, de 27 de abril de 1986 Plano Nacional de Informática e Automação – PLANIN).

Não penso ser necessário reenfatar a importância, a necessidade e o interesse que deve ser demonstrado pelo Congresso Nacional sobre essa questão. Isto é verdadeiro não só pelo fato de que a lei do "software" necessariamente contrariará interesses de grupos econômicos minoritários, mas principalmente pelo fato de que a ausência de um instrumento legal, nesse setor, fortalece a penetração clandestina de programas de computador, alimenta o lucro abusivo, impede a arrecadação criteriosa de impostos, não permite a estimulação intelectual de produção de programas, favorece a pirataria. desestimula o desenvolvimento de recursos humanos para a área e, acima de tudo, deixa a reserva de mercado de computadores extremamente vulnerável a desvíos indesejáveis, pois os programas, como inteligência de comando das operações de computador, têm implicações sócio-comportamentais muito mais profundas do que a simples operação eletrônica que este é capaz de efetuar.

É, portanto, à luz dos condicionamentos gerenciais e organizacionais que o "software" e seu computador podem determinar que devemos olhar para o projeto de lei de proteção da propriedade intelectual de seu autor.

Não devemos permitir que nossas discussões retornem ao já surrado refrão de que o projeto

de lei é xenófobo e busca atrasar nosso desenvolvimento no setor. Esse tipo de posicionamento já foi superado inclusive pelos fatos.

O mercado brasileiro reservado tem proporcionado um grande avanço tecnológico à nossa produção, que a cada dia se aperfeiçoa mais, e tem fortalecido uma economia nacional no setor. Esses dois fatores têm ampliado nossas perspectivas de investimento na área de Informática e têm, concomitantemente, estimulado o aumento dos recursos humanos especializados, inclusive no setor específico do "software".

Apenas a título de ilustração, verifica-se que num conjunto de quarenta empresas pesquisadas, os gastos com o desenvolvimento de "software" atingiram Cr\$ 30, 3 bilhões em 1984 e em 1985 a previsão era de Cr\$ 90,2 bilhões. Como se vê, de um ano para outro, houve um aumento de 197%. Do mesmo modo, observa-se que a participação relativa do desenvolvimento de "software" nas universidades brasileiras foi de 7,7% do total do País, em 1984, contra 3,7% no ano anterior. Quer dizer, não é só aumento no volume de recursos aplicados no setor, é também crescimento da capacidade tecnológica de produzir e multiplicar os recursos humanos para a produção de "software" nacional. Esses números vêm crescendo progressivamente, apesar dos problemas econômicos que temos enfrentado.

É de ressaltar que as empresas que desenvolvem "software" através de equipes próprias têm conseguido um nível de eficiência extremamente elevado, dado revelado pelo índice de satisfação do usuário em pesquisa da Secretaria Especial de Informática.

Assim, argumentos pessimistas ou mesmo derrotistas em relação ao que temos feito nesse setor não encontram sustentação nos fatos. São meras especulações ou são oriundas de desejos e necessidades inconfessáveis.

Dentro desse quadro de referências é que surge o projeto de lei do Executivo, que vem completar o arcabouço legal da área de informática e que, certamente, permitirá que os avanços já alcançados possam ser ampliados. Ao mesmo tempo, os mecanismos estabelecidos no projeto como o cadastramento de programas e a sua categorização vão permitir o ordenamento da comercialização, o controle do financiamento e dos incentivos fiscais previstos em lei, além de regularizar os aspectos da remessa de lucros e proteger o pagamento dos direitos de autores de programas residentes no exterior. Mais do que isso, o projeto de lei prevê, de forma inteligente, a maneira pela qual podem ser identificadas empresas nacionais que comercializam programas de origem estrangeira, para que cumpram a determinação de aplicar em pesquisa e desenvolvimento tecnológicos.

Nota-se, portanto, que o projeto tem a preocupação de aperfeiçoar e fazer crescer a tecnologia do setor e não servir como instrumento de coerção, como podem os seus inimigos vir a pretender.

De forma lúcida, o projeto de lei estabelece o prazo de 25 anos para tutela dos direitos, no caso brasileiro, contados a partir do lançamento no mercado, e, no caso estrangeiro, a partir do lançamento no país de origem.

Essa media previne contra o lançamento, no , mercado brasileiro, de programas estrangeiros em fase de obsolescência, o que lhes confere uma longa duração lucrativa sem benefícios para o Brasil.

De grande relevância, também incluído no projeto de lei, é o princípio da reciprocidade. Prevê-se que "os direitos atribuídos aos estrangeiros, domi-

niados no exterior, são assegurados desde que o país de origem do programa conceda aos brasileiros e estrangeiros domiciliados no Brasil direitos equivalentes...".

Desnecessário se torna enumerar todos os aspectos de lucidez do projeto de lei. É, indiscutivelmente, um elenco de medidas legais, pelas quais só devemos louvar o Governo. A iniciativa, que não é apenas patriótica, é de extrema necessidade para que possamos continuar progredindo no setor de Informática e, conseqüentemente, dando novos passos na direção de uma sociedade mais bem estruturada, mais justa, mais livre e soberana.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes:

Nos termos do § 13, do art. 32, da Resolução nº 1, de 1987, promulgo o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

O Regimento registra circunstâncias especiais quanto a elaboração constitucional, que merecem ser sintetizadas.

Foi elaborado por 559 Constituintes representativos da soberania popular, 487 Deputados e 72 Senadores, expressiva e diretamente conferida por 69.003.963 eleitores, o segundo colégio eletivo entre as nações democráticas. Vale ressaltar, ainda, a efetiva prática da universidade do sufrágio, pois os analfabetos, com o voto recuperaram a dignidade de cidadãos.

A marca da autenticidade se patenteia que o compromisso de mudança foi cumprido com 69, 65% de renovação no colegiado legislativo, nele se incorporando 26 mulheres, participação inédita na História Parlamentar brasileira.

Outro ineditismo, em termos internos, é que na proporção de 67, 57% demograficamente o Brasil é hoje um país urbano e não rural, característica populacional das constituintes predecessoras.

A convivência, os veículos de comunicação de massa, a acessibilidade de Brasília, a conseqüente organização da sociedade em milhares de sindicatos, entidades e associações, que nesse volume inexistia anteriormente, asseguram, através da efetividade da participação e da pressão legítima, o exercício de salutar democracia direta.

A engenharia da produção do texto magno discrepou da adotada desde 1824, principalmente no que tange primeiro à exclusividade de uma comissão constitucional, depois porque trabalharam sobre projeto, em geral emanado do Executivo.

A renovação do Congresso atuou decisivamente para inovar na espécie.

Sem texto preexistente, repito, a Constituição será constituinte e societária. Sua feitura transitará por cinco crivos e cadinhos: 24 subcomissões, 8 comissões temáticas, uma comissão de sistematização, discussão e votação plenárias em dois turnos.

Semelhantes e sucessivas instâncias de meditação e reforma são janelas abertas para a sociedade, para receber os ventos, senão a ventania, da oxigenação, das mudanças e da interação.

A mecânica é boa e nova. Os artesãos, que a inventaram, saberão manejá-la com perícia, sabedoria e coragem.

Informo que as salas das comissões, tanto no Senado como na Câmara, foram preparadas, inclusive com ampliação, aparelhagem de som e funcionários foram recrutados nas duas Casas.

Como manda o Regimento, a Presidência manteve freqüentes entendimentos com o pessoal da Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado e da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas da Câmara dos Deputados para, através do rádio e da televisão, fazer ampla e diária informação dos trabalhos constituintes.

Reitero agradecimento ao Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que, sem ônus, cedeu linhas de transmissão da EMBRATEL, e ao Ministro Ronaldo Costa Couto, do Interior, que também graciosamente proporcionou ilha de televisão e câmara de filmagem.

Saúdo o Senado, na pessoa de seu preclaro Presidente, por haver-se associado à Câmara dos Deputados, na decisão indispensável de expressamente compatibilizar os respectivos funcionamentos com o da Assembléia Nacional Constituinte, este de caráter prioritário.

É de justiça reconhecer a atuação talentosa, flexível e criativa do Relator, Constituinte Fernando Henrique Cardoso.

O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte é obra condominial dos Líderes dos Partidos com representação nesta Casa, resultante de reuniões, de que participou a Presidência. Esta salutar prática, em que vou preservar, ensinou desmanchar equívocos, enriquecer a matéria com sugestões ou retificações, logrando consensos, com o que se tornou executável a tramitação em plenário.

Inscrevo seus nomes na fala da promulgação, como testemunho da competência e abrangência com que desempenham seu difícil ofício:

- Luiz Henrique, atualmente substituído por Mário Covas, PMDB;
- José Lourenço, PFL;
- Amaral Netto, PDS;
- Brandão Monteiro, PDT;
- Gastoni Righi, PTB;
- Luiz Inácio Lula da Silva, PT;
- Adolfo Oliveira, PL;
- Mauro Borges, PDC;
- Haroldo Lima, PC do B;
- Roberto Freire, PCB;
- Jamil Haddad, PSB;
- Antonio Farias, PMB.

Em nome de nossos Pares, avulta aqui o depoimento sobre os componentes da Mesa Provisória, que foram exemplares no desempenho de suas funções:

- Senador Mauro Benevides;
- Deputado Humberto Souto;
- Deputado Bonifácio de Andrada;
- Deputado Arnaldo Faria de Sá;
- Deputado Vivaldo Barbosa.

A eleição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte será no dia 26 próximo, quinta-feira, às 15 horas. Pelo art. 13, § 4º, os Srs. Líderes indicarão à Mesa os respectivos integrantes das Comissões, no dia 30 de março, segunda-feira.

No dia 31 de março, terça-feira, a Presidência lerá os nomes indicados e designará as Comissões. No dia 1º de abril, as Comissões se reunirão para eleger os Presidentes e dois vices-Presidentes, cabendo aos Presidentes designar os Relatores.

A partir do dia 26, como decorrência dos prazos regimentais, surgindo a oportunidade para conclamar sua estrita observância, a Constituição terá 233 dias para ser elaborada.

Srs. Constituintes: Temos o Regimento, que é um método de trabalho. Método é caminho.

Vamos, todos, andar por esse caminho, sem precipitação, mas também sem indolência, para chegar ao fim com a serenidade, e a esperança do sementeiro, que plantou e aguarda confiante

a colheita da identidade do povo com o serviço que nos mandou fazer.

Está promulgado o Regimento Interno da Constituinte. (Muito bem! Palmas prolongadas).

V – O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado às Comunicações.

Vai-se passar ao Horário da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ricardo Izar, como Líder do PFL.

O SR. RICARDO IZAR (PFL – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Presidente Ulysses Guimarães acaba de promulgar o Regimento da nossa Assembléia Nacional Constituinte. Iniciamos praticamente hoje, efetivamente, o nosso trabalho rumo à nova Constituição do nosso País, e o Presidente Ulysses Guimarães marcou para quinta-feira a eleição dos Membros da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Os Jornais de todo o Brasil, hoje, falam da participação do PFL na Mesa desta Assembléia Nacional Constituinte. Muito se fala, mas, a bem da verdade, é bom que se diga que, se o PMDB, hoje, não quer a participação do PFL na 1ª Vice-Presidência, ontem o mesmo PMDB, num acordo, aceitava a participação do PFL na 1ª Vice-Presidência e na 1ª-Secretaria.

E a bem da verdade também, Srs. Constituintes, é bom que se diga que houve um acordo do PFL com o PMDB, do qual participaram o nosso Líder José Lourenço, o Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, e o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, como provam muitos outros Srs. Constituintes do PMDB, e hoje esse mesmo PMDB não quer cumprir o acordo.

O PFL fez um acordo com o PMDB e não com a pessoa física do Líder do PMDB ou do Presidente do PMDB. Não sei o que aconteceu. Será que esses homens não mandam mais no PMDB, ou não orientam mais o PMDB, ou não podem mais cumprir esse acordo?

Logo depois desse acordo, o nosso Partido, o PFL, se reuniu e escolheu os dois homens que deveriam participar desta Mesa. E hoje nada mais foi feito. O PMDB não quer cumprir o pacto.

Em relação a este assunto, Srs. Constituintes, lerei o editorial do Jornal **O Globo**, como título "Respeito pelos pactos".

Está por demais recente, para ser esquecido: foi a Aliança Democrática que viabilizou a transição do regime autoritário para a prática democrática de que desfrutamos hoje; foi ela que avalizou a mudança sem traumas e sem aventuras; e sem ela não se teria desencadeado o processo a desaguar agora na Constituinte.

Não foi o PMDB, isolado e com a só força de seu apelo específico, que assumiu o poder, em março de 1985. Foi a Aliança Democrática, em cuja criação teve um papel imprescindível a dissidência que hoje forma o PFL.

Ignorar, pois, a Aliança Democrática, seria inadmissível, no PMDB: seria um ato felonio; seria a ruptura de um pacto, provocada pela parte majoritária e promovida pela força. Ora, sabemos todos que a democracia, quadro maior de referência do processo político ora em curso, é, ela mesma, um pacto: pacto que, se atribui à maioria o comando, exige

dela, como postulado e qualificação prévia, o respeito aos parceiros, o acatamento dos direitos da minoria.

E seria ainda incompatível com a proposta do PMDB: a menos que o "movimento democrático" sob que se registrou o PMDB seja mero rótulo, jamais se poderá interpretar a vitória nacional de novembro último como trânsito livre para um rolo compressor, como se criasse direito a uma ditadura da maioria. Não se faz democracia a golpes de força.

Ora, nem bem empalmada a liderança do PMDB na Assembléia Constituinte, proclama o Senador Mário Covas perempto o acordo firmado com o PFL em torno da 1ª Vice-Presidência da Constituinte pelo Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Por quê? Porque o Presidente do PMDB não teria autoridade para negociar acordos com outros partidos, especialmente com o PFL, sócio necessário na origem e evolução da Aliança Democrática? Ou por que seria por natureza viciado um acordo com o PFL?

Nenhuma das alternativas é cabível. Como não tem cabimento o PMDB zerar compromissos e inovar de maneira a reduzir a tábua rasa tudo que se fez antes: além de pretensão desvairada, seria violação do que há de mais comezinho na convivência partidária, a confiança mútua, para equilíbrio do sistema de segurança das democracias, o sistema partidário.

Burla-se o sistema partidário, quando uma maioria ocasional – até mesmo uma maioria tal como a conseguida pelo PMDB nas eleições de novembro – comporta-se e age como partido único. Mas não se burla impunemente o sistema partidário com ele soçobra a sociedade de opiniões e o incentivo à crítica, que são o próprio pluralismo em exercício; com ele se apequena a democracia em ritual eleitoral que se repete, mas sem capacidade de transformação, evolução, aprimoramento.

A Aliança Democrática não foi uma união espúria. E seria hoje inominável farisaísmo do PMDB (ele próprio um leque de tendências) assim proclamá-la e rejeitá-la. Ela foi a saída, encontrada pela sabedoria política de Tancredo Neves. A libertação da sociedade brasileira do confronto de radicalismos em cujo meio ela se viu colhida. Colhida e presa por muito tempo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Líder do PDT, Brandão Monteiro.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A Bancada federal do PDT, neste momento se regozija com toda a Assembléia Nacional Constituinte pela promulgação do Regimento Interno, há pouco conferida pelo ilustre Presidente da Assembléia Nacional Constituinte.

Todos são testemunhas da luta que travamos em defesa de princípios que julgamos corretos para o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Talvez o Regimento não seja aquele dos nossos sonhos, mas neste momento nos associamos a todos os Constituintes, por termos

vencido uma etapa difícil, que marca, na verdade, o trabalho substantivo da Assembléia Nacional Constituinte.

Sr. Presidente, além do nosso regozijo pela promulgação do Regimento, trazemos as nossas preocupações diante de um conjunto de problemas que assolam o País, e pediria a atenção da Assembléia Nacional Constituinte.

Enquanto nós, Constituintes, estamos neste plenário discutindo assuntos importantes, é verdade, o povo brasileiro passa, neste momento, por um conjunto de dificuldades que esta Casa tem obrigação de debater. Refiro-me, por exemplo, à questão insólita do Governo Federal em relação, ao problema do Imposto de Renda.

Há que ressoar nesta Casa todo o conjunto de problemas que assolam o País, passando pelos trabalhadores, pela classe média e pela burguesia nacional.

Neste momento, Sr. Presidente, vemos com profunda preocupação uma política tributária no País que não tem a menor sistemática ou sistematização. A classe média está, neste momento, profundamente esmagada. É bom que se diga isto, porque neste País quem paga Imposto de Renda, na verdade, são os assalariados e a classe média. Não há um princípio tributário justo. E agora o Governo – e dizem os Representantes do PFL que foram ao Presidente da República e Sua Excelência atendeu às solicitações desse Partido – agora o Governo faz modificações que, na sua essência, são do prazo da declaração do Imposto de Renda e a elasticidade do pagamento, em vez de 6 meses, passou para 8 meses, como, aliás, já era, e o Governo modificou através de decreto.

Sr. Presidente, é bom que raciocinemos por que o País está em crise. Os bancários estão em greve, e a greve é um sucesso nacional dos trabalhadores bancários Esmagados neste País pelo Plano Cruzado, e é bom que se verifique esta categoria, que tinha a sua data-base em março de 1986, não teve direito à reposição salarial à que fazia jus. Ao contrário, os grandes beneficiários foram os banqueiros, representantes da burguesia financeira nacional e internacional, a mais parasitária do País, porque, inclusive, não traz e não desenvolve a produção nacional. Mais de 150 mil bancários foram demitidos depois da existência do Plano Cruzado. As benesses para os banqueiros se acumularam, taxas e mais taxas e cobranças foram deferidas aos banqueiros, e hoje não estão sensibilizados para a luta salarial dos bancários brasileiros.

Anuncia-se amanhã a greve geral dos funcionários públicos, e o Ministro de Administração, Dr. Aluizio Alves, afirma que cortará o ponto dos funcionários e demitirá todos aqueles que tenham cargo de confiança. Parece que estamos revivendo os velhos tempos do militarismo. Em compensação, o Presidente da República reúne-se no sítio ou numa fazenda de mais de 400 hectares, em São Paulo, com o Sr. Mathias Macheline, para ouvir as reivindicações dos empresários, sempre surdo à reivindicação dos trabalhadores. E ali o que que se verifica? O Sr. Mathias Macheline, amigo íntimo do Presidente da República, reivindica não só a queda do Ministro da Fazenda – aliás, uma reivindicação que não é só do Sr. Mathias Macheline – e mais, propõe que o Brasil volte ao Fundo Monetário Internacional.

Sr. Presidente, o meu tempo está acabando. A Assembléia Nacional Constituinte tem que debater os problemas do País. Vivemos uma crise econômica, uma crise política e uma crise social, e hoje, o Presidente da República, e o seu Governo vem normalmente buscando planos implemen-

tes, para ganhar credibilidade popular, porque não tem legitimidade.

Neste momento entendemos que o País não precisa de planos implementes. O País precisa de um projeto econômico que possa encaminhar as graves soluções do País, e chamo a atenção dos meus Pares, o Governo não tem o apoio dos trabalhadores, da classe média, dos mini e microempresários nem da burguesia nacional não dependente do capitalismo internacional, e hoje o Governo está buscando apoio exatamente nos setores militares. Aliás, o Presidente da República disse que não tem problemas com os militares, estamos observando que Sua Excelência os está trazendo para o centro da crise brasileira.

Faço esta advertência à Assembléia Nacional Constituinte, que preferiu sobrestar quaisquer problemas à sua soberania do que afirmar a sua soberania. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Líder do PT, Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Como Líder.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores trago um assunto da maior importância que tem sofrido um bloqueio sistemático dos órgãos de imprensa, principalmente da televisão.

Dos 9 milhões de habitantes da cidade de São Paulo, 1 milhão, aproximadamente, mora em favelas, e 2 milhões, em cortiços. Há um terço da população da cidade de São Paulo morando em condições subumanas.

Neste ano, 1987, a alta absurda dos aluguéis, despejos em números nunca visto, o desemprego voltando a afetar a região metropolitana, e, por fim, grandes enchentes na região metropolitana de São Paulo ocasionaram um problema, uma movimentação de massa na questão da habitação em proporção nunca vista no Brasil.

É uma advertência importante, porque isso pode ocorrer a qualquer momento em qualquer grande Capital do nosso País.

Srs. Constituintes, cerca de 20 mil famílias de trabalhadores que moram em São Paulo em 15 dias, praticamente, ocuparam áreas imensas na região metropolitana, principalmente na Capital, mas já alcançamos algumas cidades, como Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba. São 20 mil famílias, que correspondem a uma cidade de 100 mil habitantes, pelo menos, porque essas famílias, em média, são de mais de 5 pessoas.

Vejam bem, esse fato ocorreu em um pequeno prazo e o que se vê na periferia da cidade são cercas sendo rompidas, acampamentos levantados, ocupando áreas de quilômetros à noite fogueiras pipocam em todos aqueles morros, barracos de plástico de papel e algumas casas de bloco já começaram a ser construídas, num movimento que afeta toda a periferia. É a população carregando porta, tijolos, móveis, ocupando terrenos vazios que estavam guardados pela especulação imobiliária para serem valorizados com os investimentos públicos.

Esse movimento de massa na cidade de São Paulo, pode acontecer, a qualquer momento, em outras cidades do Brasil, e é importante que os Constituintes dele tomem conhecimento e procurem entrar em contato com essa realidade.

Na região de São Miguel e Itaquera existe um movimento que, de longa data, vem organizando os trabalhadores para conseguirem uma habitação. Há três anos que eles negociavam com o Governo Montoro uma política habitacional ba-

seada em cinco princípios: fornecimento de lotes urbanizados, trabalho em mutirão da comunidade para erguer suas casas, subsídio ao preço do terreno e, do material, fixação de um percentual da renda como pagamento, e orientação técnica do Estado, para o levantamento das casas.

Pois bem, essa política habitacional, gerada pela própria população, encontrou uma resposta muito lenta no Governo Montoro. No final do Governo, estavam prometidos milhares de lotes, que não saíram, e agora, com essa explosão, essa política não implementada foi completamente atropelada. Estamos diante de um fato, de uma realidade a que o Governo atual de São Paulo e, possivelmente, outros governos vão ter que dar uma resposta muito mais rápida.

Ontem, segunda-feira, milhares de trabalhadores concentraram-se diante do Palácio Bandeirantes, foi a primeira manifestação pública que o Governo Quéricia enfrentou desde a sua posse, e, a bem da verdade, é importante dizer que a comissão de moradores foi recebida pelo Governador e pelo Secretário de Habitação. O Governador determinou ao Secretário da Habitação que em dez dias elaborasse um plano. Vamos esperar, para ver se alguma coisa com mais agilidade é feita no Governo.

Para concluir, Sr. Presidente, esta questão para nós, Constituintes, aqui, em Brasília, exige, além da denúncia e da preocupação, uma ação enérgica sobre o Ministério do Desenvolvimento Urbano, que tem que se preocupar, porque isto não é apenas um problema da cidade de São Paulo. É preciso que aquela Lei do Solo Urbano nº 775/83, que está mofando no Senado e na Câmara, seja relançada à discussão. Finalmente nós, na Constituinte, precisamos ter coragem de apresentar soluções para a reforma urbana com o mesmo vigor com que devemos implementar a questão da reforma agrária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO JORGE EM SEU DISCURSO:

São Paulo, 23 de março de 1987

DOCUMENTO DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA AO

Ilmo Governador do Estado de São Paulo Sr. Orestes Quéricia

Ilmo Secretário de Habitação do Estado de São Paulo

Sr. Adriano Branco

Ilmo Sr. Presidente da CDH (Companhia de Desenvolvimento Habitacional.)

Estamos fazendo esta Caravana, hoje, pelos seguintes motivos:

– Alto custo do aluguel...

– Despejos a cada dia aumenta e até na base da violência. Só no Fórum de Itaquera temos 30 ações de despejos por dia...

– Os salários estão bem abaixo do custo de vida...

Esta situação é explosiva e insustentável senão dermos um passo urgente na solução deste grave problema. Estamos aqui hoje para uma saída e com muita urgência.

A Região Leste é uma Região de trabalhadores, migrantes, pobres, e é uma realidade de muitos abandonos, como por exemplo, na saúde, no transporte, na educação e de maneira especial a Moradia é de extrema miséria.

Sr. Governador:

A Região de São Miguel significa 10% da população de todo Estado e por isso temos que exigir uma maior atenção para a Zona Leste.

Deixamos aqui os pontos que queremos uma solução e um prazo para a execução de cada ponto:

Primeiro Ponto: A posse da terra para 19.429 famílias que aguardam uma solução. As 19.429 famílias estão assim distribuídas:

Itaim Paulista: 9.740 famílias

Setor de Guaianazes: 4.200 famílias

Setor de Ermelino Matarazo: 3.000

famílias

Setor de São Miguel 689 famílias

Itaquaquecetuba: 1.800 famílias

Que a Secretaria de Habitação do Estado providencie com urgência a regularização destas terras para moradia: "Projeto de Habitação popular" para cada área, para cada loteamento. Que os técnicos da CDH (Companhia de Desenvolvimento Habitacional) estejam com urgência em todas as áreas para uma solução urgente.

1.2..... Sr. Governador com a palavra: Qual o "Prazo para a Solução deste ponto:....."

Segundo Ponto: Queremos uma garantia do Governador que não haja "repressão" e nenhuma forma de "violência" contra o povo. Chega de tantas violências do dia-a-dia no transporte, na fome, na falta de saúde. com a palavra o Governador...

Terceiro Ponto: Sobre a Situação das 19.429 famílias queremos, com urgência, a solução para:

3.1..... Imediata urbanização das áreas das 19.429 famílias com água (SABESP), iluminação (ELETROPAULO), esgoto, transporte para as áreas mais distantes...

3.2..... Nas áreas particulares que sejam "Desapropriadas" para que as famílias tenham uma solução urgente.

3.3..... Que a forma de pagamento seja possível para que todas as famílias possam pagar. Que o prazo não seja tão grande para o pagamento.

3.4..... A solução para as 19.429 famílias seja na "posse da terra", no material de construção. Que a Secretaria faça um Projeto para todas as áreas.

Com a Palavra o Governador: – Qual o prazo do Governador para uma solução?

Quarto Ponto: – Nós temos 4.500 famílias cadastradas desde 1986 e 1987, sendo assim a distribuição:

*1200 famílias em AE Carvalho, Avenida Águia de Haia.

*750 famílias em AE Carvalho, Ipesp

*2.550 famílias que também estão "Cadastradas" na Secretaria de Habitação do Estado e na CDH.

**Total + 4500 famílias

4.1. Sr. Governador:

Estas 4.500 famílias já estão cadastradas pelo Governo do Estado e estão aguardando com urgência a solução. Os recursos financeiros já existem desde o Governo passado.

Que o mutirão para as 4.500 famílias possa começar o mais breve possível, pois não dá para continuar a situação como está.

Desde 20 de abril de 1985, quando o Governo do Estado prometeu a solução para estas 4.500 famílias e nós já estamos cansados de tanto esperar. Temos já toda a documentação das 4.500 famílias na Secretaria Estadual de Habitação e na CDH, assim como cada uma das 4.500 famílias.

Com a palavra o Governador para uma solução: – Prazo para a solução...

Quinto Ponto: Queremos a solução para 7.971 famílias que estão sem casa, sem terra.

Hoje viemos aqui para ver esta solução. As 7.971 famílias estão assim distribuídas:

*Em São Miguel são 2.515 famílias

*Em Guaianazes são 600 famílias

*Em Ermelino Matarazo são 1.738 famílias

*Em Vila Esperança são 109 famílias

*Em Cangaíba são 78 famílias

*Em Cidade Líder são 50 famílias

*Em Itaim são 2.074 famílias.

*EM V. Cerrão são 400 famílias.

Sr. Governador esperamos, hoje, uma resposta positiva.

Existe muita terra na Região de São Miguel.

– Queremos com urgência o cadastramento destas 7.971 famílias.

Com palavra o Governador para uma solução. Prazo para a solução.

Sexto Ponto: Queremos, hoje, marcar com o Governador Sr. Orestes Quércia uma visita na Região de São Miguel. Deixamos a proposta que seja o mais breve possível. Esperamos marcar hoje o dia e a hora.

Também queremos deixar marcado hoje uma audiência do Movimento dos Sem Terra da Região de São Miguel com o Secretário Estadual de Habitação. Dia...Horário. ...

Movimento dos Sem Terra da Região de São Miguel 23 de março de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Líder do PDS. Constituinte Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – R.J. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Parece-me que, às vezes, os ouvidos de certas pessoas têm uma sensibilidade espantosa para determinadas coisas. Os ouvidos do Sr. Carlos Sant'Anna, por exemplo, ficaram chocadíssimos quando ontem usei um adjetivo pesado, violento, com relação ao Sr. Dilson Funaro e S. Ex.^a agrediu-me violentamente por causa disto. No entanto, o Sr. Carlos Sant'Anna, como todos os Membros desta Casa, no ano passado e neste ano, ouviram desse Ministro, o Sr. Dilson Funaro, a seguinte afirmação a respeito deste Deputado: "Ao Deputado Amaral Netto não respondo, porque S. Ex.^a não é um homem sério."

Na época comuniquei a V. Ex.^a, Sr. Presidente, tentei responder ou obter dele uma resposta desta tribuna, quando S. Ex.^a aqui veio com a euforia do Plano Cruzado. Hoje, quando S. Ex.^a se esconde e se agasalha debaixo das asas do PMDB para fugir do povo e dos Parlamentares, quando S. Ex.^a não tem coragem de vir a esta Casa, tenho que dizer a verdade sobre ele. E aí repito, Sr. Presidente, infelizmente, desgraçadamente, há adjetivos pesados e violentos que são mais substantivos do que adjetivos, quando se referem a determinadas pessoas.

Por exemplo: quando foi dito por S. Ex.^a que eu não era um homem sério, procurei no Aurélio e no Aulete, e ambos dizem que: "sério é quem age com honradez, quem é honrado, quem é correto, quem é honesto", portanto, não é sério quem é desonrado, quem é desonesto e quem não age com honradez. Foi o que o Sr. Funaro disse a meu respeito e eu exerci, no mínimo, o direito de retaliação, que me tira o crime praticado pela palavra, da qual não recuo. Não recuo, Sr. Presidente, porque o que este homem está fazendo a este País faz crescer até que o Presidente da República enlouqueceu, e, aí não me vão acusar de ser violento, porque já chega a ser inadmissível o que está ocorrendo com este povo, sem uma

reação, sem uma mudança, sem uma modificação.

Neste momento, sou obrigado a relembrar a palavra do Sr. Carlos Sant'Anna que disse: "por trás das palavras do Sr. Amaral Netto, dessas acusações, há algo mais, é a intenção de atingir a credibilidade do homem (Dilson Funaro) – embora diga homem – que dirige a economia da Nação e desestabiliza o Governo".

Ora, Sr. Presidente, quando se fala no Sr. Dilson Funaro, já se está desestabilizando o Governo; um governo que mantém um Funaro como Ministro é um governo que já se desestabilizou. E como neste País o prêmio do fracasso é uma embaixada, não sei qual embaixada espera por ele.

O Sr. Sayad fracassou, o que se faz com ele? Manda para uma embaixada na Áustria e o Itamarati que se dane e os quadros das embaixadas que não sejam obedecidos. Qual será a embaixada do Sr. Funaro, depois do crime que praticou? No mínimo, a ONU, porque quem fez tanto mal ao Brasil deve ser grandemente premiado e, aí, eu diria ao Sr. Carlos Sant'Anna, continuando a resposta que tão bem ele deu ao meu 1º-Vice-Líder na Câmara, Deputado Bonifácio de Andrada, quando disse que ele era um tráfuga da ARENA, porque ele foi um dos que participaram dos crimes praticados pela ARENA; mas eu diria a ele que aqueles que dizem a verdade, hoje, são sempre acusados de servirem aos banqueiros internacionais. Mas como? Quem é que liquidou as divisas brasileiras? Quem liquidou a economia brasileira? Quem está – perdoem-me a expressão – roubando a carteira de cada contribuinte no Imposto de Renda no empréstimo compulsório? Quem levou os bancários a essa reação que desgraça o Brasil, hoje? Quem levou todas as classes à miséria a que estão sendo levados os brasileiros?

Hoje, ouvi, Sr. Presidente, no Posto Médico – estou me despedindo da minha infecção – e não houve uma pessoa que não me dissesse no caminho do Posto Médico ao meu gabinete de Liderança do PDS – "Amaral, aquele seu "ladrão" de hoje lavou minha alma e pagou um pedaço do Imposto de Renda com que me roubam".

Esta é a verdade nacional, o povo ficou feliz porque eu disse um adjetivo com cara de substantivo. Esta é a verdade.

Mas, finalizando, porque não quero mais tornar o tempo desta Casa, não sentir a V. Ex.^a aquilo que quase todos nós do PDS fizemos sentir em quase três meses de funcionamento da Câmara, do Senado e do Congresso Constituinte, em centenas de horas de trabalho, em nenhuma vez se travou um debate. Sr. Presidente, foi proibido debater. Imagine V. Ex.^a que eu posso atingir o Sr. Ministro Dilson Funaro, mas ninguém pode defendê-lo; podem defendê-lo, mas ninguém pode acusá-lo. porque não houve nenhum tempo de debate, não houve nada. Houve uma "escolinha Walita" de cada um dizer o que quer sem ouvir a resposta.

Mas, quando o Sr. Carlos Sant'Anna, ilustre líder de ouvidos sensíveis, diz que nós desbaratamos o Brasil e que o levamos à desgraça, ele põe principalmente na berlinda dois companheiros meus de Bancada, o Ministro Roberto Campos, que aqui está, e o Ministro Delfim Netto, que está ausente. Mas, por exemplo, o Ministro Delfim Netto poderia, quando se fala na dívida externa, com todos os seus crimes e defeitos – eu vou encerrar nesta palavra, Sr. Presidente – dizendo o seguinte: dar uma fotografia a cada um dos membros

da liderança do MDB, uma delas de Tucuruí, outra de Itaipu, outra de dezenas de hidroelétricas, outras da maior rede de comunicação do Brasil. Aí vão dizer: "Perderam o dinheiro ou roubaram o dinheiro". Não sei! No entanto, quando o Sr. Sant'Anna, de ouvidos sensíveis, fala no que fizeram pelo Brasil e neste homem que está lá fora de chapéu na mão, esmolando aquilo que desgraçou neste País para obter níqueis e pagar os juros que não sabe pagar, eles têm uma obra – que graças a Deus V. Ex.^a está infenso a ela, V. Ex.^a nada tem a ver com ela –, que está nesta fotografia. É o que fizeram com o nosso dinheiro. Leia isso, Sr. Presidente, isto é a Casa Lidador, no Rio de Janeiro, e tem hoje uma grande placa que é a obra da Nova República nas mãos do Sr. Dílson Funaro: "Festival Internacional da Cerveja"; a obra deste Governo é a lata de cerveja, é a tampinha de cerveja, é o coco ralado de Angola, é tudo aquilo que levou 10 bilhões de divisas para fora. E não querem que eu dê adjetivo, que é substantivo, ao Sr. Dílson Funaro.

Aqui está: cerveja alemã, cerveja dinamarquesa, cerveja portuguesa, cerveja francesa, cerveja paraguaia, cerveja holandesa e cerveja mexicana...

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) (Fazendo soar a campainha): – A Mesa pede...

O SR. AMARAL NETTO: – Aqui está o dinheiro dos brasileiros que agora se rouba com o Imposto de Renda e com o Imposto Compulsório. Esta é a Nova República, este é o Governo do Sr. Dílson Funaro: Festival Internacional da Cerveja, no Rio de Janeiro. Esta é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Líder do PCB Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FEIRE (PCB – PE. Como Líder.): – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Constituintes:

Em nome do Partido Comunista Brasileiro eu viria aqui trazer a nossa saudação à Assembleia Nacional Constituinte por promulgar, hoje, o seu Regimento Interno. A partir daí poderemos, realmente, discutir as graves questões nacionais, vinculando-as, inclusive, à nossa formulação de concepção da nova Carta Constitucional.

la também solidarizar-me com o movimento dos bancários deste País, que pacificamente reivindicam melhores salários, que pacificamente paralisam o sistema financeiro, e que pacificamente serão vitoriosos, em função, inclusive, da unidade de luta que estão demonstrando, neste momento. Tenho informações, através do nosso companheiro de bancada, Augusto Carvalho, líder bancário aqui de Brasília, de que a greve se desenvolve pacificamente e com eficácia, na maioria das cidades brasileiras.

la estender-me sobre isso mas, a partir do pronunciamento do Líder do PDS, embora não sendo mais do PMDB, sem tendo procuração para defendê-lo lembraria apenas que, hoje, uma notícia no **Jornal do Brasil**, é muito interessante. O Presidente do Citybank tenta articular nacionalmente uma campanha para derrubada do Ministro Dílson Funaro; provavelmente o Deputado Amaral Netto faz parte dessa articulação. Não apenas ele, aqueles que foram derrotados com a eleição de Tancredo Neves e Sarney, os setores reacionários, testas de ferro de interesses imperialistas no Brasil, aqueles que querem a retaliação, por este País ter adotado uma posição soberana, política, de suspender o pagamento dos juros. Esses setores, exatamente esses setores derrotados, representantes do grande capital internacio-

nal, é que, articulados, tentam exatamente isso, aumentar a insatisfação que é real, aumentar a falta de credibilidade, que é verdade, que existe, por vacilações do Governo, mas sabendo de antemão que não é para aprofundar a democracia, não é para atender interesses da nacionalidade, não é para defender interesses dos trabalhadores, mas exatamente para defender os interesses daquelas forças que foram derrotadas, das forças retrógradas, reacionárias, e defensoras do que há de antinacional em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Líder do PSB Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB – R.J. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em nome do Partido Socialista Brasileiro, que tenho a honra de representar nesta Casa, justamente com a nobre Deputada Beth Azize, congratulo-me com os nobres Pares, no momento em que o nobre Presidente promulgou o nosso Regimento.

Nobres Constituintes, iniciei minha vida política no Partido Socialista Brasileiro; posteriormente, com a cassação do mesmo pelo AI-2, fui fundador do MDB, partido onde tive os meus direitos políticos cassados, reconheço a trajetória de lutas do MDB e, posteriormente, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, para a retomada do processo democrático em nosso País. E neste momento em que passamos à fase primordial, que nos foi concedida pela população, pelo eleitorado brasileiro, que é a feitura da nova Carta Magna, não temos dúvida de que se há de formar, nesta Casa, uma frente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com os partidos progressistas com assento nesta Casa, para podermos dar uma Carta digna de orgulho por parte da população brasileira, por estarmos confeccionando uma Carta que representa o seu anseio sua vontade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, todos sabem que até o presente momento todas as Constituições deste País foram acordos de elite. Este é o momento da participação popular, este é o momento dos representantes dos partidos progressistas irem de encontro à população, sintirem os seus sentimentos e, apenas, aqui, representa-los nas suas solicitações.

Esta é a colocação do Partido Socialista Brasileiro. Queremos, aqui, ser intérpretes do pensamento da população brasileira, para não vermos mais uma vez o engodo e a mistificação levarem ao atraso e à falta de justiça social que impera neste País.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que eu queria fazer, neste momento, em que V. Ex.^a promulga o nosso Regimento. E, a partir deste momento, com a eleição das Comissões, em que esperamos que aqui compareçam representantes da população brasileira, para dizer o que desejam, para dizer das suas necessidades e das suas aflições, para que nós possamos, então, responder-lhes que nada mais aqui faremos do que sermos seus fiéis intérpretes.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Líder do PC do B, Constituinte Haroldo Lima.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

O Partido Comunista do Brasil, nesta tarde quer comunicar aos Srs. Constituintes e realçar a im-

portância de que, no dia de hoje, entregou ao Presidente da República suas credenciais o Embaixador da República Popular Socialista da Albânia, o Sr. Piro Andoni.

Queremos ressaltar o que o estabelecimento das relações diplomáticas do Brasil com a Albânia se fez quando era 1^o Ministro da nossa República o Sr. Tancredo Neves; depois que houve o golpe militar de 1964, as relações da Albânia com o Brasil foram desativadas, não foram rompidas. E agora, logo após, no dia em que seria a posse do Presidente Tancredo Neves, a Albânia redinamiza as suas relações com o Brasil, que agora chega a um nível destacado.

Sr. Presidente, queremos também, nesta comunicação, informar que nesta cidade se realiza, no dia de hoje, uma reunião de prefeitos de todos os municípios do Brasil, ou de uma grande parte desses municípios.

Da mesma maneira, em Fortaleza, há poucos dias os prefeitos das capitais do Brasil se reuniram para examinar a situação caótica que eles estão enfrentando.

Chamo a atenção dos senhores que o Prefeito da cidade de Camaçari, na Bahia, Sr. Luís Caetano, acaba de apresentar na tarde de hoje, nesta reunião, aqui em Brasília, uma proposta que está sendo discutida, de que todos os prefeitos entregariam as chaves das suas prefeituras ao Presidente Sarney caso, a curto prazo, não haja uma reforma tributária de emergência em nosso País.

O terceiro fato, que eu gostaria de comunicar aos nobres Constituintes, diz respeito à greve dos bancários. Os bancários de todo o País entram em greve nacional, greve que pleiteia um reajuste salarial de 100%. Essa greve não é isolada, diversos setores de trabalhadores brasileiros também estão em greve; agricultores, pequenos proprietários, médios proprietários, para não dizer aqueles que não têm nenhuma propriedade, estão pleiteando melhorias urgentes para as suas condições de trabalho, para que consigam continuar produzindo em nosso País.

Os trabalhadores são os maiores prejudicados num regime em que o capital financeiro está retomando o controle da situação econômica do nosso País. Na verdade, o nosso País está sendo entregue ao capital internacional, hoje, pela via do sistema financeiro brasileiro e internacional. Os bancários se rebelam contra essa situação. Em uma de suas palavras de ordem vê-se inscrito: "Nós manipulamos com milhões e só recebemos tostões". Os bancários, como os demais trabalhadores do Brasil, hoje, se vêem diante de um arrocho salarial como há muito tempo não víamos, diante de uma caristia, de uma escalada de preços extraordinária, e dificuldades de toda a ordem e o Governo mostra-se perplexo diante dessa situação e toma medidas. O capital estrangeiro e a dívida externa são, sem dúvida nenhuma, o pomo central das nossas maiores dificuldades. O Brasil continua saqueado pelo capital estrangeiro e o Governo brasileiro, diante dessa ameaça enorme, o que faz é decretar a suspensão de parte dos juros da dívida externa e, ao mesmo tempo, declara, sobre diversas formas, que essa suspensão não significa atitude antagônica com o capital estrangeiro, mas sim uma atitude para retomar a negociação no momento seguinte. Em outras palavras, suspende-se o pagamento da dívida externa e anuncia-se aos credores internacionais que essa suspensão é apenas para retomar fôlego, para retornar o pagamento tranqüilo da dívida.

Sr. Presidente, discordamos dessa suspensão. O PC do B, junto aos demais setores democrá-

ticos do Brasil, tem, durante muito tempo, batalhado pela suspensão do pagamento da dívida, mas uma suspensão de fato e de verdade. Pleiteamos a suspensão do pagamento da dívida, abertura imediata de auditoria política para questionar a veracidade e para examinar a história dessa dívida, para demonstrar que, longe de termos que a curto prazo retomar o pagamento da dívida, a suspensão provisória deverá abrir caminho para a suspensão definitiva dessa dívida.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães): – Como Líder, do PMDB concedo a palavra ao nobre Constituinte Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP.

Como líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A liderança do PTB se solidariza com os demais líderes de Partidos, neste plenário, no sentido de se regozijar com a aprovação final e promulgação do Regimento interno desta Assembléia Nacional Constituinte.

Aproveito esta oportunidade da comunicação da liderança, Sr. Presidente, para tecer algumas considerações sobre pontos deste Regimento. Este regimento, através do § 11º do art. 13. diz:

“§ 11. Às Assembléias Legislativas, Câmaras de Vereadores e aos Tribunais, bem como às entidades representativas de segmentos da sociedade fica facultada a apresentação de sugestões contendo matéria constitucional, que serão remetidas pelo Presidente da Assembléia às respectivas Comissões.”

Fala o Regimento, portanto, na possibilidade da apresentação de sugestões, mas não dá a essas sugestões o caráter de proposta efetiva de emenda concreta, de projeto eficaz para que venha a ser submetida à discussão e à votação pelo Plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

Por outro lado, Sr. Presidente, em uma manifestação em que vislumbramos apenas demagogia, no art. 24:

“Art. 24. Fica assegurada, no prazo estabelecido no § 1º do artigo anterior, a apresentação de proposta de emenda ao Projeto de Constituição, desde que subscrita por 30.000 (trinta mil) ou mais eleitores brasileiros em listas organizadas por, no mínimo, 3 (três) entidades associativas, legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas, obedecidas as seguintes condições:

I – a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II – a proposta será protocolizada perante a Comissão de Sistematização, que verificará se foram cumpridas as exigências estabelecidas neste artigo para sua apresentação;

III – a Comissão se manifestará sobre o recebimento da proposta, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da sua apresentação, cabendo da decisão denegatória, recurso ao Plenário, se interposto por 56 (cinquenta e seis) Constituintes, no prazo de 3 (três) sessões, contado da comunicação da decisão à Assembléia;

IV – a proposta apresentada na forma deste artigo terá a mesma tramitação das demais emendas, integrando sua numeração geral, ressalvado o disposto no inciso V deste artigo.”

Sr. Presidente, tais dispositivos contrariam a legítima participação do povo brasileiro nesta Assembléia Nacional Constituinte.

Recebi do serviço do PRODASEN cerca de 60 sugestões até agora, que me foram encaminhadas por eleitores. Sou perquirido, na rua, por centenas e centenas de pessoas interessadas em sugerir, em dar idéias, enfim, em trazer ao Plenário desta augusta Assembléia a colaboração do seu pensamento, da sua vivência, da sua experiência pessoal. Isto me levou a profunda meditação da qual resultou, Sr. Presidente, um compromisso que assumo, como líder nacional do PTB, compromisso que fiz publicar nos maiores jornais do País, neste domingo, e que continuará a ser publicada durante as duas próximas semanas. Não é preciso 30 mil assinaturas; não é preciso 3 entidades legalizadas; não é preciso que seja Assembléia; não é preciso que seja partido político. Qualquer um do povo, que ame este País e queira dar-lhe melhor destino, que tenha uma idéia, seja ele um lenhador do interior de Mato Grosso, seja ele um pescador do litoral de Santa Catarina, ou um operário do ABC de São Paulo, mande a sua idéia ou sugestão para mim e eu assumo o compromisso solene de transformá-la em uma proposta concreta, subscrevê-la, apresentar à Assembléia Nacional Constituinte, para que seja submetida à discussão e votação e, dessa forma, ninguém neste País poderá se declarar ausente ou abolido da participação efetiva neste Congresso.

Claro, não vinculo, não me obrigo com o meu voto. Posso até discordar da proposta, mas o compromisso aqui fica inscrito e registrado. Apresentarei, subscreverei e submeterei à discussão e votação neste Plenário toda e qualquer idéia ou sugestão e a transformarei em proposta efetiva na Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte, Líder do PL, Adolpho de Oliveira.

O SR. ADOLPHO OLIVEIRA (PL – RJ

Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Partido Liberal não poderia deixar de, pela terceira vez, trazer a sua solidariedade a uma das greves mais humanas e mais justas que este País já assistiu, que é a greve dos bancários.

Nós, há vários dias, comparecemos a esta tribuna, para dizer que a reivindicação dos bancários é humana, justa e até modesta, se considerarmos os sacrifícios que lhe são impostos, se pensarmos nos 45 mil bancários que foram postos nas ruas pela ganância dos banqueiros. Se pensarmos, Sr. Presidente, que os níveis dos salários estão aviltados nos bancos particulares e, incrivelmente, estão aviltados também no Banco do Brasil.

Sr. Presidente, ainda eu gostaria de servir-me e do ensino para um adendo ao pronunciamento por nós feito na tarde de ontem, no plenário da Câmara dos Deputados. Diz respeito ao desespero coletivo dos pequenos e médios empresários e trabalhadores, com o fantasma do desemprego, da falência, do prejuízo irrecuperável, em face da total ausência de sensibilidade e de competência por parte da equipe econômica que está traindo o Presidente José Sarney e está enganando a população brasileira.

Estas, Sr. Presidente, são notícias que trago de todo o Brasil e especialmente da minha terra de Petrópolis, onde, no dia primeiro, no próximo dia 1º, o comércio e a indústria vão fechar as suas portas. Centenas de pequenos e médios empresários vão ingressar na Justiça com um man-

dado de segurança, pleiteando moratória de 180 dias para os títulos vencidos e de 90 dias para os títulos a vencer. Os bancos estão cobrando juros astronômicos, a tal ponto, Sr. Presidente, que se torna impossível saldar as dívidas feitas por aqueles que, de boa fé, acreditaram no Plano Cruzado e procuraram melhorar ou aumentar a sua produção, a sua pequena empresa de fundo de quintal, a sua micro-empresa, enfim, Sr. Presidente, é uma situação intolerável e que não pode mais continuar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Adolfo de Oliveira o Sr. Presidente Ulysses Guimarães deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de

Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gonzaga Patriota, dentro do horário da Liderança do PMDB.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Queremos trazer, nesta tarde, a nossa solidariedade aos setecentos e cinquenta mil bancários que entraram em greve.

A Nação brasileira assiste neste momento o deflagrar de uma greve. A greve dos bancários que reivindicam reajuste salarial de cem por cento, estabilidade no emprego e piso salarial de Cz\$ 5.653,47.

Uma greve fabricada pela ganância, pela avidez e pela incompetência dos banqueiros deste País.

Digo incompetência, porque, nos últimos anos, notadamente após o golpe militar de 1964, os banqueiros foram aqueles que mais ganharam, aqueles que mais conseguiram engordar os seus cofres, à custa do trabalho, do sacrifício e do sofrimento dos pequenos produtores, dos empresários, dos industriais e dos trabalhadores do Brasil.

A insensibilidade dos banqueiros irá fazer com que eles matem a galinha dos ovos de ouro que são os marginalizados e desprezados trabalhadores.

Para que se tenha uma idéia precisa dos enormes lucros dos bancos, basta que se analisem os balanços, cinicamente publicados, impunemente aceitos. São lucros incompatíveis com a miséria dos que derramam suor e lágrimas, dos que dedicam as suas vidas ao fausto desses privilegiados, sem ter sequer direito ao pão, às necessidades mínimas exigidas para uma vida digna e honesta.

São os banqueiros, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, esses adoradores do Deus ouro, que teimam e insistem na manutenção de uma situação de descalabro, de desatino, de humilhação constante por que, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Constituintes, não se revela à Nação, não se diz claramente o motivo principal da nossa desgraça, do nosso sofrimento? São os bancos que financiam tudo, que aplicam taxas de juros extorsivas, fomentam e estimulam uma atividade produtiva em que o único objetivo é o lucro fácil, a qualquer custo e a qualquer preço. Oprimem o empresário com dinheiro caro, com os prazos exíguos, com a cobrança indevida, e o pior, com os juros acima, e muito acima das tabelas oficiais. Fornecem o dinheiro com a idéia fixa na apropriação dos bens financiados e de outros bens dados em garantia, com o plano pré-fabricado no alcance de compromissos impossíveis de serem resgatados.

Os banqueiros arrazam a economia com os juros extorsivos e os salários baixos, fabricando uma classe de desesperados sem direito a voz, que são os manipulados pelos seus interesses e pelas suas imposições, os indefesos trabalhadores. É esse o sistema capitalista que pretendemos levar a diante, sem nenhuma contestação. É esse o tipo de sociedade que devemos aceitar passivamente, onde todos são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros. É possível que a contestação de um modelo injusto e iníquo como o nosso deva ser sempre refutado com argumentos simplistas dos oportunistas de sempre. A nação inteira, nesta hora de grave crise, deseja uma resposta dos seus governantes. Mas uma resposta baseada em uma reflexão justa e profunda, para que não venhamos todos a sucumbir no sofisma e nas alegações espúrias dos seus dilapidadores e dos seus exterminadores.

Os banqueiros e os seus bancos crescem e não respeitam, sequer a própria lei que dá o direito ao empregado participar dos lucros das empresas.

Portanto, queremos, nesta oportunidade, render a nossa homenagem e trazer o nosso apoio aos bancários que estão em greve. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Maria Eymael, pela Liderança do PDC.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987:

Ocupamos, neste momento, a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte para, em nome dos Constituintes da Democracia Cristã, rendermos uma homenagem a nossa Liderança maior, Senador Mauro Borges. Por decisão unânime da Bancada, o Senador Mauro Borges foi indicado Líder do PDC, Líder da Democracia Cristã, na Assembléia Nacional Constituinte. E o credenciam a essa insigne atividade o seu passado corajoso e livre de homem público e suas qualidades intrínsecas de democrata e de um político voltado intensamente para as aspirações e preocupações sociais de nosso povo.

O Deputado Siqueira Campos e este Constituinte que neste momento usa a tribuna, ao longo das sessões preliminares que desaguarão no Regimento Interno, dedicaram seus melhores esforços para contribuir, durante profundas e múltiplas reuniões, para o bom encaminhamento da Assembléia Nacional Constituinte, embasado em um Regimento Interno que, se não foi o melhor que poderíamos esperar, refletiu, pelo menos, uma média de consenso. Este Constituinte que lhes fala, Sr. Presidente, que ocupará a 1ª Vice-Presidência da Democracia Cristã na Assembléia Nacional Constituinte, e o Deputado Siqueira Campos, instituído na 2ª Vice-Liderança, continuarão a dedicar os seus melhores esforços para honrar os compromissos com esta Casa e com a Nação brasileira. De outro lado, Sr. Presidente, desejamos fazer um registro e um apelo. Mais um dia passa e não temos ainda a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte eleita e empossada. Se até há alguns dias era absolutamente compreensível e louvável o aprofundamento das questões para que emergir-se um Regimento Interno consistente e abrangente, não se justifica mais agora essa demora, essa protelação. A Nação espera que os Constituintes iniciem imediatamente, superada a fase do Regimento Interno, o trabalho propriamente dito dentro das Comissões. E não podemos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987,

permitir que um mero e vazio jogo de interesses, que um mero e vazio jogo de poder, continue a protelar os trabalhos das Comissões da Assembléia Nacional Constituinte. Não se trata, a Mesa da Constituinte, Sr. Presidente, de um órgão político, ao contrário é um órgão de coordenação e que, pela sua natureza intrínseca, deveria contemplar todas as correntes políticas presentes na Assembléia Nacional Constituinte. Esse teria sido o melhor, esse teria sido o caminho correto. Infelizmente, a tese não prosperou. Entretanto pelo menos, Sr. Presidente, seja ultimado esse processo doloroso, moroso, de fazer com que a sociedade brasileira imediatamente assista seus Constituintes trabalhando.

Concluindo, Sr. Presidente, gostaria de deixar um pensamento de profunda evocação cristã, inclusive: Há dois mil anos, Sr. Presidente, quando se aproximava, como agora, a Semana Santa, quando tínhamos o sacrifício de Cristo, depois de Sua crucificação, vimos ali, ao pé da Cruz, os soldados romanos, insolentes, jogando os dados da sorte em cima do Manto Sagrado. E o que hoje assistimos, Sr. Presidente? Assistimos serem jogados os dados do interesse, meramente de poder político em cima do Manto Sagrado, tecido com a melhor esperança de todos os brasileiros.

Solicito, Sr. Presidente, Srs. Constituintes de 1987, que seja ultimado este processo, e que, realmente a Constituinte passe, imediatamente vencida a fase do Regimento Interno, a trabalhar conforme a grande aspiração de toda a sociedade e Nação brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – A Mesa gostaria de informar ao nobre Constituinte José Maria Eymael que a eleição da Mesa já está designada para o dia 26 próximo, quinta-feira, às 15 horas. E pelo art. 13, § 4º, os Líderes terão até o dia 30 para indicar os componentes das Comissões.

Já está definido e foi lido hoje, no ato de promulgação do Regimento.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sinto-me lisonjeado e enaltecido pela informação da Mesa, Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, ao nobre Constituinte Paulo Macarini.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ao ensejo da promulgação da Resolução nº 2 a Liderança do PMDB quer se congratular com o Presidente Ulysses Guimarães e com todos os Constituintes pelo ato que ora se efetiva, dando um passo extraordinário na elaboração da nova Carta Magna, e dizer que entendo que o novo Regimento, embora possa não atender a todas as camadas de opiniões desta Casa, sem dúvida alguma representa uma grande conquista eis que não foi uma cópia do de 1934 e nem do de 1946, mas pautou-se na esperança de que represente uma efetiva participação do povo brasileiro na elaboração de sua Carta Magna.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, gostaria de dizer que os temas, hoje, aqui discutidos, tais como: a eleição direta, a discriminação de renda aos estados e Municípios e a incidência do Imposto de Renda sobre o trabalho do rendimento assalariado, a greve bancária em decorrência dos juros

altos e dos baixos salários, a luta por uma sociedade justa democrática e distributiva a suspensão dos pagamentos dos juros e da dívida externa, a intervenção na Prefeitura de Goiânia, a Previdência Social, os problemas do Nordeste, e outros tantos aqui debatidos, foram apenas deslustrados pela intempestiva intervenção do Constituinte Amaral Netto que, infelizmente não se encontra aqui presente. Mas, eu quero dizer, Sr. Presidente, que conheci o Deputado Amaral Netto em 1963, e ele já era um conspirador. Lá, no passado, conspirou contra o Presidente Constituído, João Belchior Marques Goulart e acabou, então, no golpe de estado de 1º de abril de 1964, neste passado de 20 anos de violação dos direitos humanos, de violação dos direitos dos trabalhadores, numa página que a História deste País não quer mais ver. Reencontro agora, Amaral Netto, 24 anos depois, o mesmo conspirador de sempre. Agora, aliado aos banqueiros internacionais para desestabilizar o Ministro da Fazenda, que é o negociador da nossa dívida externa que e o negociador da suspensão do pagamento dos juros para, mais uma vez, tentar – mas esta aqui em vão – defender a aplicação de um golpe de estado para quebra da legalidade e a imposição ao País de um regime que é incompatível com a nossa dignidade, com as nossas tradições políticas e com a nossa vocação democrática. Tenho certeza de que o povo brasileiro, vinte e tanto anos depois, mais maduro, mais consciente, dos seus direitos, dos seus deveres e das suas obrigações, não dará ouvido ao Deputado Amaral Netto que, ontem quando hoje, continua como conspirador, como pregador de golpes na tentativa de desestabilizar o Governo e, com isso permitir que este País mergulhe numa ditadura.

Creio que é nosso dever – Deputados e Senadores, Constituintes deste País – ajudar a escrever uma Carta Magna uma Constituição que represente a nossa realidade, mas acima de tudo que diga também das esperanças e das opções do povo brasileiro. Por isso, creio firmemente que haveremos de discutir e escrever uma carta que abranja todos esses temas que aqui foram discutidos, como a não incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos do trabalho assalariado, uma Previdência que garanta uma entidade de seguridade social e de certeza de um tratamento médico-hospitalar compatível com a dignidade humana, a erradicação da miséria do Nordeste, com o crédito rural aos pequenos e médios produtores, não como um instrumento de promoção de riquezas e de enriquecimento ilícito, mas como um instrumento de promoção de riquezas e de bem-estar social. Vamos devolver ao Banco do Brasil o que a Velha República tirou, porque em 1964 o Banco do Brasil detinha 35% do mercado financeiro deste País e foi reduzido, em 1984, para apenas 8% e que graças às novas medidas adotadas já recuperou mais 6%, contando hoje com 14% do movimento financeiro deste País. Mas nós queremos que, ao lado das medidas já adotadas pelo Presidente José Sarney, atribuindo ao Banco do Brasil a caderneta verde de poupança, dando-lhe uma corretora de seguro, de câmbio, de valores, dê ao Banco do Brasil a mesma quantidade de empresas que a rede bancária particular tem, para que este banco recupere, em definitivo, todo o lugar de destaque que lhe está reservado no mercado financeiro deste País, e que, acima de tudo, venha a ser não apenas o agente financeiro do Governo Federal, mas o grande promotor de riqueza e de bem-estar social.

Quero então, Sr. Presidente, ao registrar que, por delegação do Senador Mário Covas, Líder do

PMDB na Assembléia Nacional Constituinte, passo a figurar aqui como Vice-líder do PMDB no plenário da Assembléia Nacional Constituinte. Peço, não apenas, a colaboração dos meus companheiros de Partido, mas a compreensão de todos os membros desta Assembléia, para que nós possamos efetivamente escrever a Carta Magna que o Brasil espera e que todos os brasileiros desejam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Aécio Neves – PMDB; Afif Domingos – PL; Aírton Sandoval – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amílcar Moreira – PMDB; Caio Ponpeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Víglio – PDS; Cristina Tavares – PMDB; Dirceu Carneiro – PMDB; Eraldo Trindade – PFL; Farabulini Júnior – PTB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Velasco – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Itamar Franco – PL; Jessé Freire – PFL; João Castelo – PDS; João Rezek – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Camargo – PFL; José Maranhão – PMDB; José Mendonça de Morais – PMDB; José Richa – PMDB; José Teixeira – PFL; Júlio Campos – PFL; Levy Dias – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luiz Viana Neto – PMDB; Maluly Neto – PFL; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mendes Ribeiro – PMDB; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Olívio Dutra – PT; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Raul Belém – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Jefferson – PTB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rubem Medina – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sólon Borges dos Reis – PTB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Virgílio Guimarães – PT;

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, convocando outra para amanhã às 14:30 horas.

Encerra-se a Sessão às 17 horas e 45 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. FERNANDO SANTANA NA SESSÃO DE 20-3-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes.

Preocupa-nos muito a atual situação que o País atravessa. Preocupa-nos, sobretudo, a dependência externa a que chegamos, ameaçados, retalhados e endividados. Sobretudo, Sr. Presidente, preocupa-nos mais ainda, porque as crises existem para serem resolvidas pelos homens, mas, não estamos sentindo uma vontade deliberada, firme, dos Partidos, e conseqüentemente, também do Governo.

O PMDB é, a nosso ver, um Partido hegemônico, tal a sua representação nas duas Casas do Congresso Nacional, mas essa hegemonia do PMDB não está, dentro da nossa interpretação, atendendo às esperanças do povo brasileiro, e mais ainda, o PMDB parece que esqueceu o seu próprio programa.

Estamos aqui, Sr. Presidente, para dizer que temos a maior admiração pelo PMDB, inclusive porque ele, na época mais dura dos últimos 20 anos, abriu as suas portas de par em par para que todos os homens, qualquer que fosse a sua convicção, tivessem espaço para prática política neste País.

Mas agora, Sr. Presidente, depois de 15 de novembro, quando o País, forçado pela crise cambial, decide suspender o pagamento dos juros da dívida externa, o que é que assistimos? Assistimos, nesta Casa a um debate absolutamente impropriedade, impropriedade, na medida em que o tal § 7º não garantia de modo algum a chamada soberania desta Casa. Em torno disso a Imprensa, o rádio, as televisões, os comentaristas políticos ficaram presos, exclusivamente, a esta discussão bizantina, que não garante, absolutamente, nenhuma soberania desta Casa. E as questões básicas, as questões fundamentais, a questão substantiva, como a questão da dívida externa, ficou lançada ao silêncio, ninguém falava, ninguém comentava. Enquanto a própria Imprensa brasileira dava ao fato da suspensão do pagamento dos juros uma conotação realmente antinacional, jornais estrangeiros, dos centros que dominam o sistema financeiro internacional, tinham uma posição muito mais compreensiva, tinham uma posição muito mais conseqüente. Enquanto nós aqui tínhamos receio de falar em coisas como

moratória, o Parlamento Europeu, que se reúne em Estrasburgo ao examinar a dívida da América Latina propunha em largos termos uma discussão ampla reunindo devedores e credores para estabelecer-se uma nova ordem econômica internacional. Enquanto isso, o próprio Parlamento Italiano, em 1986, apresentava uma moção pedindo, primeiro, que fosse cancelada a dívida dos países realmente pobres, a exemplo da Bolívia, que, não tendo outros recursos, produz cocaína, países como o Peru, como o Gabão, como a Abissínia. E, em segundo patamar, para aqueles países como Brasil e outros, nesta moção pediam claramente a redução dos juros, que é a parte substancial da questão da dívida externa, e, mais do que isso, pediam que os prazos fossem alongados, de tal modo que esses países pudessem sair da sua dívida sem o sacrifício da fome e da estagnação. E há poucos dias o próprio Vaticano também se manifestou em documento cuja transcrição pedimos nesta Casa e que foi publicado na Integra, na edição do dia 19 de fevereiro, no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, nas páginas 341 a 347. Este documento, da Pontifícia Comissão Paz e Justiça, discute também, de maneira clara primeiro, o cancelamento da dívida dos países pobres; segundo, a redução das taxas de juros terceiro, uma nova ordem internacional. E nós aqui, amedrontados, amesquinçados, não queremos nem falar em moratória, porque isto é uma palavra terrorista.

Não. A moratória é uma figura de Direito Internacional que vários países já requereram e já praticaram. O Brasil mesmo já praticou a moratória quatro vezes. Neste momento, estamos absolutamente convencidos que se o PMDB, como Partido hegemônico nesta Casa, não assumir, não levantar as bandeiras das reformas necessárias ao desenvolvimento de nossa Pátria, nós estaremos cavando a sepultura do povo brasileiro.

Reclamamos ao PMDB de hoje uma nova postura frente aos problemas deste País, porque sem esta postura nova nós ficaremos enganando o povo e colonizando definitivamente a nossa Pátria.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, pagando 20 bilhões para os banqueiros internacionais e nacionais. Isto representa mais de 9% do Produto Interno Bruto. Mandamos 5% de juros para o exterior, e pagamos internamente aos nossos queridos banqueiros, que jogam na inflação 4% do produto do trabalho do povo brasileiro.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, estamos assistindo que o grande transatlântico chamado Brasil está fazendo água por todos os lados e vai terminar afundando se nós não respondermos imediatamente a este desafio histórico, pois este País tem as condições necessárias e suficientes para ser uma Nação livre e soberana.



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 34

QUINTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

I – ATA DA 39ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 25 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão.

II – Leitura da ata da sessão anterior que é, sem observações, assinada.

MENDES RIBEIRO – Questão de ordem acerca de incorreção existente no texto do art. 21, § 2º, da Resolução nº 2, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Mendes Ribeiro.

MENDES RIBEIRO – Questão de ordem sobre remuneração paga pela Câmara dos Deputados a Assessores, Secretários e Ajudantes de Deputados eleitos para primeira Legislatura.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Mendes Ribeiro.

III – Pequeno Expediente

IRAM SARAIVA – Propostas do orador para a futura Constituição.

DEL BOSCO AMARAL – Tentativa de desestabilização do Governo José Sarney.

GUMERCINDO MILHOMEM – Atuação do Presidente José Sarney no enfrentamento da crise econômico-financeira. Eleições diretas para Presidente da República.

BENEDICTO MONTEIRO – Organização da classe média para oferecimento à sociedade civil de opções destinadas ao enfrentamento da crise vivida pelo País.

ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Contrariedade dos pequenos e médios produtores do Estado de Santa Catarina e da Associação Catarinense de Medicina às modificações da legislação do Imposto de Renda.

NILSON S GUAREZI – Cumprimento, pelo PMDB, dos compromissos assumidos com a Nação.

JOSÉ LUIZ MAIA – Instituição do Orçamento unitário da União. Transformação do Ministério do Interior em organismo de desenvolvimento regional.

DIVALDO SURUAGY – Correspondência enviada pelo orador ao "Correio Braziliense" contestando notícia publicada naquele jornal.

JOSÉ ELIAS MURAD – Combate ao uso de drogas por menores carentes e menores abandonados.

PRESIDENTE – Comunicação sobre prorrogação do período destinado ao Pequeno Expediente.

VLADIMIR PALMEIRA – Comportamento governamental diante dos movimentos grevistas.

EXPEDITO JÚNIOR – Restabelecimento de percentual do Orçamento da União destinado ao desenvolvimento da Região amazônica. Tratamento diferenciado para o Estado de Rondônia. Apoio do orador aos bancários em greve.

CARLOS ALBERTO CAÓ – Apoio do orador às categorias de trabalhadores em greve. Razões da campanha desenvolvida pelas "Organizações Globo" contra o orador.

CUNHA BUENO – Maior participação dos municípios nos tributos nacionais.

ADYLSO MOTA – Necessidade de urgente liberação, pelo Governo, dos pré-EGF para o arroz e o milho e do EGF para os alimentos básicos.

EVALDO GONÇALVES – Novos critérios para distribuição do produto da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Reforma tributária emergencial.

JUAREZ ANTUNES – Omissão do PMDB diante da crise econômica vivida pelo País.

CARLOS MOSCONI – O setor saúde no Brasil.

NILSON GIBSON – Sonegação fiscal no Estado de Pernambuco. Reforma tributária

JORGE ARBAGE – Necessidade de revisão, pelo Ministério do Interior, de instrução dada à Sudam sobre vigência de aplicação das novas normas relativas ao uso de incentivos fiscais na Amazônia.

RUBERVAL PILOTTO – Diretrizes da atuação parlamentar do orador na Assembléia Nacional Constituinte em favor do Estado de Santa Catarina.

ARTENIR WERNER – Elevação do limite mínimo de idade para a aposentadoria.

PAES DE ANDRADE – Reforma tributária emergencial.

JOSÉ LUIZ DE SÁ – Reforma tributária emergencial.

COSTA FERREIRA – Instalação de Agência de Previdência do INAMPS em Santa Inês, Estado do Maranhão.

FÉRES NADER – Adequação da malha de estradas vicinais no Estado do Rio de Janeiro.

SALIM CURIATI – Conveniência da implantação de Código Nacional de Tarifas Urbanas.

ARNOLDO FIORAVANTE – Isenção da carga tributária sobre alimentos básicos.

CHICO HUMBERTO – Conclusão da rodovia MG-226, trecho Ipiauçu – Capinópolis. Distribuição, pela CFP, de sacos de aniação em Capinópolis, Estado de Minas Gerais.

SIQUEIRA CAMPOS – Extensão dos benefícios da Resolução nº 1.265, do Banco Central, a municípios goianos da Amazônia Legal atingidos pela seca. Propostas do orador para a futura Constituição.

DAVI ALVES SILVA – Criação do Estado de Carajás.

JOSÉ CARLOS COUTINHO – Assinatura, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e o BNDES, de contratos para a execução de projetos de saneamento básico na Baixada Fluminense e na Região dos Lagos.

MAURO SAMPALHO – Participação do orador na Frente Parlamentar Cooperativista.

STÉLIODIAS – Crise econômico-financeira vivida pelo País.

ASSIS CANUTO – Proteção e assistência à criança na futura Constituição.

JORGE UED – Reivindicações do Comitê Nacional em Defesa dos Aposentados.

ARNALDO FARIA DE SÁ – Contradições da nota do Ministério da Previdência e Assistência Social sobre reajuste das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social.

IV – Comunicações das Lideranças

LUIZ HENRIQUE – Comunicação, como líder, sobre improcedência de boatos de imi-

nente exoneração do Ministro Dilson Funaro, da Fazenda.

SOLON BORGES DOS REIS – Comunicação, como Líder, sobre comemoração do centésimo sexagésimo terceiro aniversário da outorga da primeira Constituição brasileira.

HAROLDO LIMA – Comunicação, como Líder, sobre o sexagésimo quinto aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil. Solidariedade do PC do B aos movimentos grevistas dos bancários e dos funcionários públicos civis da União.

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Comunicação, como Líder, sobre demissão de funcionários públicos líderes de movimentos grevistas. Falta de moradia e alto índice de ações de despejo no Estado de São Paulo.

ANTÔNIO DE JESUS – Questão de ordem sobre entrega à Mesa de exemplar da Bíblia Sagrada.

ADOLFO OLIVEIRA – Comunicação, como Líder, sobre inserção nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte do artigo "Uma visão Errada", de autoria do Constituinte Bernardo Cabral, publicado na revista **Veja**.

IBERÊ FERREIRA – Comunicação, como Líder, sobre encontro de Prefeitos Municipais com o Presidente José Sarney.

JOSÉ GENOINO – Comunicação, como Líder, sobre apoio e solidariedade do PT às categorias profissionais em greve.

PAULO MACARINI – Comunicação, como Líder, sobre atuação do PMDB no encaminhamento de soluções para a crise econômica vivida pelo País. Disposição do Governo de negociação nas greves dos bancários e dos funcionários públicos.

FERNANDO SANTANA – Comunicação, como Líder, sobre comemoração do sexagésimo quinto aniversário de fundação do Partido Comunista Brasileiro.

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Questão de ordem sobre encaminhamento de propostas para a futura Constituição.

CHAGAS DUARTE – Questão de ordem sobre encaminhamento de proposta para a futura Constituição.

V – Pronunciamentos sobre matéria constitucional.

JORGE ARBAGE – Quadro econômico-financeiro nacional.

BENITO GAMA – Temas para debate na Assembléia Nacional Constituinte.

OSVALDO BENDER – Perspectivas da sociedade brasileira quanto aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

IVO MAINARDI – A nova Constituição e as pequenas glebas rurais.

VICTOR FACCIANI – Questão de ordem sobre presença da Bíblia Sagrada sobre a mesa de trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte e leitura de texto de página aleatoriamente aberta.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Victor Facciani.

VI – Ordem do Dia

VII – Encerramento

Discurso do Sr. Gerson Peres proferido na sessão de 19-3-87: Cumprimento de princípios legais, com a alteração da legislação sobre Imposto de Renda. Efeitos negativos do Plano Cruzado. Isolamento do Presidente da República.

Discurso do Sr. José Costa proferido na sessão de 19-3-87: União do PMDB em torno das idéias e pensamento do Constituinte Mário Covas, Líder do partido na Assembléia Nacional Constituinte. Apelo do orador pela permanência do Deputado Luiz Henrique na condição de Líder do PMDB na Câmara dos Deputados. Peso político do Estado de São Paulo no Governo da Nova República.

Discurso do Sr. Egídio Ferreira Lima proferido na sessão de 19-3-87: Entrevista do orador ao **Correio Braziliense** sobre relacionamento Governo-PMDB e definição da duração do mandato do Presidente José Sarney.

Ata da 39ª Sessão, em 25 de março de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, Secretário; Arnaldo Faria de Sá, Secretário; Vivaldo Barbosa, Secretário; Ulysses Guimarães Presidente.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Adauto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de oliveira Lima –

PFL; Aírton Cordeiro – PDT; Jair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio

– PMDB; Álvaro Valle – PL; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Britto – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mendes Thame – PFL; Antônio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Anto-

nio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Salim Curiani – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Floravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Wemer – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Moscoso – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cals Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; **ilegível** Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheiti – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamin – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righeri – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Haroldo Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jailles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PDS; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Haickel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL José Carlos Caudilho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genofino – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Braga – PFL; Lúcio Alcântara – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luís Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PDT; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albemaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PDMB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL Raquel Cândido – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnson – PMDB; Renato Viana – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netos – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Rubi Figueiró – PMDB; Rubeval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sergio Naya – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Wer-

neck - PMDB; Sigmaringa Seixas - PMDB; Silvío Abreu - PMDB; Simão Sessim - PFL; Siqueira Campos - PDC; Sólton Borges dos Reis - PTB; Sotero Cunha - PDC; Stélio Dias - PFL; Tadeu França - PMDB; Telmo Kirst - PDS; Teotônio Vilela Filho - PMDB; Theodoro Mendes - PMDB; Ubiratan Aguiar - PMDB; Ubiratan Spinelli - PDS; Uldurico Pinto - PMDB; Ulysses Guimarães - PMDB; Valmir Campelo - PFL; Valtér Pereira - PMDB; Vasco Alves - PMDB; Vicente Bogo - PMDB; Victor Faccioni - PDS; Victor Fontana - PFL; Vilson Souza - PMDB; Ving Rosado - PMDB; Vinicius Canção - PFL; Virgildásio de Senna - PMDB; Virgílio Galassi - PDS; Virgílio Távora - PDS; Vitor Buaz - PT; Vivaldo Barbosa - PDT; Vladimir Palmeira - PT; Wagner Lago - PMDB; Waldec Ornélas - PFL; Waldyr Pugliesi - PMDB; Walmor de Luca - PMDB; Wilma Maia - PDS; Wilson Campos - PMDB; Wilson Martins - PMDB; Ziza Valadares - PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - A lista de presença registra o comparecimento de 365 Senhores Constituintes.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá a leitura da ata da sessão anterior.

II - O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, Secretário procede à leitura da ata da sessão antecedente, que é sem observações, assinada.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO: - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB - RS. Sem revisão do orador.): - Sr. Presidente, levanto uma questão de ordem, com base no art. 55, inciso III, da Resolução nº 2, de 1987. Num primeiro plano, minha discordância é sobre o que dispõe o art. 21 do Regimento Interno da Assembléia, que está sendo definitivamente distribuído aos Srs. Constituintes. Parece-me grave, muito grave, o fato, por isso chamo a atenção dos nossos pares.

Durante o longo debate sobre o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, a discussão, muitas vezes, foi mal interpretada, ou não compreendida, apesar de sua relevância. Mas, na última noite, aprovou-se uma das emendas de minha autoria - que eu desejava ver aprovada em plenário - que dispunha sobre a exigência do **quorum** de maioria absoluta para qualquer decisão desta Assembléia. Já naquela ocasião, a emenda aprovada não havia sido incluída no todo cuja redação final fora submetida à votação do Plenário.

Para minha surpresa, no entanto, Sr. Presidente, no Regimento dado por promulgado - eis que não mais assinado pelo douto Constituinte Relator, Senador Fernando Henrique Cardoso, mas pelo Exm^o Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães - repete-se o erro, com a inobservância assim, do que foi aprovado pelo Plenário, com a inobservância do que foi retificado pelo autor da emenda, com a inobservância do que foi aprovado em redação final e com a inobservância do que foi ressaltado pelo Relator.

São, pois, quatro erros que se formalizam, cristalinamente, naquilo que os Srs. Constituintes re-

cebem como redação final do Regimento Interno e que não o é. Está absolutamente incorreto o que se contém no art. 21, § 2º, que diz:

"As deliberações nas Comissões exigirão maioria absoluta de votos e, nas Subcomissões, serão tomadas por maioria de votos, presentes a maiorias dos seus membros."

Não é isto. As deliberações nas Comissões ou Subcomissões, ou seja, em qualquer foro da Assembléia Nacional Constituinte, serão tomadas por maioria absoluta de votos.

Sr. Presidente, as outras retificações feitas na noite em que se aprovou o Regimento Interno, bem como sua redação final, também não constem do que agora está sendo distribuído aos Srs. Constituintes e que poderá chegar aos meios de comunicação como a forma final do Regimento Interno. Sei, de antemão, que deve ter havido problema na impressão, mas é meu dever alertar a Casa, para que se suspenda a distribuição dos avulsos, a fim de que os Srs. Constituintes recebam exatamente aquilo que de fato norteará seus trabalhos.

É a primeira questão que levanto, Sr. Presidente. Se V. Ex.^a houver por bem acolhê-la, gostaria de ouvir a resposta, para em seguida falar sobre outro assunto, que não constitui questão de ordem, eis que se trata esclarecimento sobre os trabalhos desta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - A Presidência, acolhendo a questão de ordem suscitado pelo nobre Constituinte Mendes Ribeiro, esclarece à S. Ex.^a e a Casa que a Mesa, advertida do lapso da impressão, já adotara providências para recolhimento dos avulsos, diligenciando nova impressão, para que, se possível ainda na noite de hoje sejam os respectivos exemplares entregues nos gabinetes de todos os Constituintes.

O SR. MENDES RIBEIRO: - Requeiro a V. Ex.^a abusando da bondade da direção da Casa, seja sustada, então, a distribuição dos avulsos, tal qual está sendo feito.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - A Presidência já recomendou à Secretaria Geral da Mesa que, com toda a presteza, proceda ao recolhimento de todos os exemplares, a fim de que não perdue uma impressão equivocada em torno do texto definitivo, aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE MENDES RIBEIRO: - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): - Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB - RS. Sem revisão do orador.): - Obrigado Sr. Presidente.

Também o Regimento aprovado dispõe sobre "forma de trabalho", para isto criando a figura da "reclamação."

Pois bem, Sr. Presidente. Esta Assembléia contém mais de 65% de parlamentares em primeiro mandato. Trata-se, em consequência, de parlamentares e, em aqui chegando, procuram o mínimo de condições de trabalho. Nesse "mínimo de condições de trabalho" insere-se a formação de seu corpo de assessores. Cada um dos Constituintes foi informado sobre a referência salarial de cada funcionário de seu gabinete. As quantias referidas, porém, não foram pagas. E aí passo à minha reclamação. Sr. Presidente.

Os funcionários públicos estão em greve, mas nesta Casa, que cuida de fazer as leis, foram pagas

quantias ridículas por dois meses aos nossos assessores.

De fato, os assistentes receberam, respectivamente, Cz⁵ 6.200,00, no primeiro mês, e Cz⁵ 8.600,00 no segundo. Um secretário parlamentar recebeu, em dois meses de trabalho, Cz⁵ 5.500,00 e Cz⁵ 11.000,00, enquanto ao ajudante foram pagos Cz⁵ 1.900,00, no primeiro mês, e Cz⁵ 2.600,00 no segundo.

Diligenci, Sr. Presidente, para saber qual a razão dessa variação salarial. A informação que obtive foi a de que a base de cálculo foi a média dos salários dos últimos meses. Ora, Sr. Presidente, trata-se dos salários dos últimos meses de funcionários de quem não foi reeleito! A sistemática, portanto, prejudicou os novos, anda mais que no período de recesso do Congresso paga-se-lhes apenas o vencimento fixo.

Se houver autorização para o pagamento de trinta diárias - estou falando de assessores, Sr. Presidente, não de Deputados - a partir de abril, a remuneração será refeita, ainda que em moldes ridículos, mas ainda assim refeita - caso contrário, os parlamentares serão obrigados a custear de seu bolso aquilo que a Câmara deve a esses funcionários.

Estou, conseqüentemente, endereçando a V. Ex.^a o seguinte expediente:

Brasília, 25 de março de 1987.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Ulysses Guimarães
DD. Presidente da Câmara dos
Deputados

Nesta

Senhor Presidente,

Pelo segundo mês consecutivo, assistentes, secretários e ajudantes indicados pelos deputados recentemente eleitos recebem quantias ridículas. Inferiores às que foram formadas ao signatário por quem de direito.

Os valores - mesmo os anunciados - são insignificantes. Saindo os pagamento com quantias inferiores, colocam-se em situação vexatória os poucos abnegados idealistas que ainda acreditam mana sociedade mais justa.

Fui informado, antes da minha posse, que os assistentes teriam remuneração em torno de Cz⁵ 14 mil; secretários, aproximadamente Cz⁵ 10 mil; ajudantes, cerca de Cz⁵ 6 mil. Isso corresponde ao chamado "valor médio". Nenhum funcionário de quadro, por sinal todos mal pagos, teve problema de recebimento. Há 60 dias, no entanto, os assessores por mim indicados recebem o seguinte:

Assistente - Cr³ 6.200,00 (fev) - Cz⁵ 8.700,00.

(março)

Secretário - Cr⁵ 11.000,00 (corresponde a dois meses)

Ajudante - Cz⁵ 1.900,00 e Cz⁵ 2.600,00 (fev. e março respectivamente).

O fato é concreto e definitivo. Exige uma solução rápida, até por razões humanas.

Observe-se, ainda, Senhor Presidente, que o parlamentar é obrigado a se humilhar para conseguir mesas, cadeiras e máquinas e não tem nenhum recurso à sua disposição.

O funcionário de carreira que supostamente lhe cabe requisitar acaba inexistindo.

Por outra mentira acalentada por nossa opinião, nossos ganhos aparecem distorcidos, sendo impossível "bancarmos" aquilo que não é pago aos nossos funcionários.

Rogo, pois, a Vossa Excelência, com urgência urgentíssima, seja dada ao fato uma

solução definitiva. Não há por que ter dois pesos e duas medidas. Se houve a "média" para todos, excluir as pessoas de confiança que os parlamentares escolheram penosamente é forçar a fuga da assessoria. Condenar o Constituinte a ficar à mercê de quem não conhece.

Com o meu respeito, apresento minhas saudações a Vossa Excelência. — **Mendes Ribeiro.**

Era o que tinha a informar a V. Ex.^a, Sr. Presidente, já que essa distorção impede o bom andamento de nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Farias de Sá): — A Presidência esclarece ao nobre Constituinte Mendes Ribeiro que encaminhará o assinto à lúcida apreciação da Mesa da Câmara dos Deputados, já que a matéria lhe é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): — Está finda a leitura do expediente.

III — Passa-se ao Pequeno Experiente
Tem a palavra o Sr. Constituinte Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB — GO. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no dia 17 do corrente apresentei dezenove proposições e sugestões de normas à Constituinte. Àquela data ainda não havia sido promulgado o Regimento Interno que regerá o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. Entretanto, hoje volto a reafirmá-las, para que não percam a prioridade, e acrescento sete outras.

São as seguintes, Sr. Presidente:

— Direito do cidadão a prestar concurso público e ingressar em emprego público até arwnos 60 anos.

— Aposentadoria voluntária aos 60 anos para o homem e aos 55 anos para a mulher.

— Aposentadoria para o professor aos 25 anos e para a professora aos 20 anos

— Garantia de proteção do valor real das pensões e das aposentadorias.

— Férias anuais desdobráveis em dois períodos.

— Aposentadoria das donas-de-casa e camponesas.

— Equiparação da aposentadoria aos salários dos ativos.

— Aposentadoria integral por tempo de serviço — aos 30 anos para o homem e aos 25 anos para a mulher.

— Aposentadoria compulsória do servidor público aos 65 anos.

— Jornada semanal de trabalho de 40 horas.

— Direito de sindicalização do servidor público.

— Direito de voto aos dezesseis anos e direito de voto a cabos e soldados.

— Monopólio da União em legislar sobre informática e recursos minerais.

— Não obrigatoriedade do serviço militar.
— 25% da receita tributária e providenciária da União à saúde e 30% da receita tributária estadual e municipal para o mesmo fim.

— Substitui o vestibular por avaliação de currículos e notas do 2º grau e estende a obrigatoriedade do ensino dos 6 aos 16 anos.

— Destina 25% da receita tributária da União e 30% da receita tributária estadual e municipal ao ensino.

— Permite aos Estados desmembrar-se, subdividir-se ou incorporar-se entre si.

— Cria o Estado do Tocantins.

Sr. Presidente, apresento também como normas e sugestões à Assembléia Nacional Constituinte para o Capítulo "Do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças":

1 — Fixa o rateio do produto da arrecadação do IPI e do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza em 16% para os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; 20% para os municípios e 2% para o Fundo Especial.

2 — Fixa a participação no IOF em 35% para os municípios e 15% para os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

3 — Fixa em 30% a participação do município no ICM.

4 — Isenta as exportações do ICM e fixa a responsabilidade da União em ressarcir os Estados e o Distrito Federal pela perda de receita correspondente.

5 — Fica a participação dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos municípios nas multas, juros e cominações legais sobre tributos e determina que os repasses se façam exclusivamente em dinheiro.

Para o título "Da Organização dos Poderes e Sistema de Governo":

1 — Fixa competência do Senado Federal na aprovação prévia da escolha dos membros do Conselho Monetário Nacional e dos diretores e presidentes do Banco Central

Para o título "Da Ordem Econômica":

1 — Fixa a União como proprietário do subsolo e dos bens minerais e disciplina o uso dos mesmos, bem como a distribuição dos benefícios da exploração mineral.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ontem foi promulgado o Regimento Interno da Casa e para assegurar a primazia da apresentação, reafirmamos as dezenove proposições anteriormente anunciadas e mais sete neste instante. Esperamos que V. Ex.^a as acolha imediatamente e, após instaladas as comissões, as remeta para que sejam estudadas, debatidas, discutidas e, finalmente, colocadas no projeto final para a Assembléia Nacional Constituinte inserir no texto da futura Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): — Assim serão processadas.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Iram Saraiva o Sr. Mauro Benevides — Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Araldo Faria de Sá — Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): — Tem a palavra o Sr. Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um jornal estrangeiro fala em golpe, alguns jornais nacionais e alguns parlamentares — por que não dizer — começam a vislumbrar o que seria um golpe. Talvez não estejamos ainda martirizados por tão horrenda visão, mas de uma forma bem clara podemos dizer que o Presidente Sarney vem sendo deliberadamente sabotado dentro e fora da Aliança Democrática.

Não entenderam alguns que o Presidente Sarney, um grande democrata trazido pelas mãos da ditadura ao poder, é o representante do poder civil. Ele é a representação civil que tanto almejavam — depois de todos esses anos de ditadura no poder — e, mesmo assim, parlamentares que se dizem progressistas, que sofreram com a própria repressão, agem de forma a desestabilizar o Governo. Alguns que repudiam o Presidente por incompetência — o que é tão grave no que

tange a comparar-se com a má fé — também prejudicam o Governo de S. Ex.^a vejo, ainda hoje, a notícia de que dois economistas, que de forma unilateral resolveram, cada um de por si, afastar-se do Governo há aproximadamente um mês — e mais precisamente do Banco Central — hoje, por convicção geral desta Nação, estão instalados no Palácio do Planalto formulando um plano econômico. Então, isso é para fortalecer ou enfraquecer o Presidente Sarney? Quem tem alguns incompetentes do lado não precisa ter inimigos, porque os incompetentes podem acabar com um governo.

Não titubeio em dizer que sou um Deputado do PMDB adepto do Presidente Sarney e, se quiserem, da bancada do Sarney. Sou um Deputado que segue esse Presidente de boa intenção, um Presidente que acreditou na missão que o destino lhe confiou. Desta forma, quero lembrar aos que não viram o filme da História que desestabilização de um governo começa pelo enfraquecimento das instituições paralelamente ao enfraquecimento dos seus titulares. Estamos brincando com coisa séria e alguns estão jogando sério em relação a essas coisas sérias.

Para terminar, gostada de salientar que há alguns que já estão à beira do orgasmo do golpe; há alguns que querem o golpe, mas mal sabem que não existe, neste momento, poder civil ou militar que leve o povo brasileiro a aceitar uma atitude golpista. No momento em que os caminhões da UDR são ocupados pelos militantes da CUT para os protestos contra o Sr. José Sarney e o seu Governo, fico pensando: UDR e CUT, lá pela região de Avaré, somados, são a extrema esquerda e direita auxiliadas por alguns inconseqüentes sem visão política, que não sabem que a melhor maneira de fortalecer o País é respeitar a instituição do Congresso Nacional e o Poder Judiciário, fortalecendo, assim, o Sr. Presidente José Sarney.

O SR. GUMERCINDO MILHOMEM (PT — SP. Sem revisão do orador.): — Srs. Constituintes, há hoje um movimento nacional reivindicatório da categoria dos bancários.

Estamos acostumados a debater argumentos a respeito da grandiosidade dos lucros auferidos pelas empresas banqueiras no Brasil, especialmente nas últimas décadas, e também no presente momento os lucros que auferiram com a aplicação do Plano Cruzado.

Há também o movimento grevista de professores universitários, professores particulares, funcionários públicos. Movimentos de reivindicações praticamente ocorrem em todas as categorias de trabalhadores no Brasil. Infelizmente, não temos tido oportunidade de assistir, nem ao Presidente da República, nem aos Srs. Ministros dedicarem sua atenção e esforços para a resolução dos problemas apontados por tais categorias profissionais, e considerados justos absolutamente por todos.

Vimos, no entanto, o Presidente da República ser recepcionado por um grupo de empresários brasileiros em um churrasco, na propriedade de um desses empresários, onde esses juntamente com o Presidente, desautorizaram parte de seu próprio Governo — aquela representada pelo Ministro da Fazenda. Inclusive, recentemente, S. Ex.^a viajou para o exterior e, segundo consta, não foi muito bem recebido, em suas andanças, pelos grandes empresários agiotas internacionais.

Ouçõ aqui um Deputado fazer a defesa do Presidente da República, falando na alternativa do golpe, mas gostaria de apontar outros argumen-

tos. Considero que o Governo está evidenciando, a cada dia que passa, sua incapacidade de administrar os problemas do País. O Governo, a cada dia, está-se curvando à vontade dos grandes agiotas internacionais, a despeito de ter declarado a moratória como ato de soberania – soberania disfarçada, porque o próprio Governo dizia que não era aquela uma atitude de contestação aos grandes banqueiros internacionais.

Vejo, portanto, que o País continua convivendo com os mais graves problemas, enquanto o Presidente da República solicita a uma equipe de economista – em parte responsável pela elaboração do Plano Cruzado – outro plano, e discute-se, através da imprensa, apenas as aparências do que é a discussão do novo plano. Os problemas mais importantes do País não são enfocados. Por exemplo, a questão da estrutura de propriedade, produção agrária e agrícola do País. Também o problema da dívida externa não é enfocado na discussão desse novo plano. Considero de fundamental importância que se resolva a questão da dívida externa, mas com soberania.

Evidentemente, nenhum governo do mundo é capaz de adotar posições soberanas com relação a problema tão grave, se não contar com o respaldo e o apoio popular. Por isso, considero que a solução para os mais graves problemas do País necessita de um Governo com o apoio e o respaldo da população.

Não acredito que o Governo tome medidas no rumo da mobilização popular, porque esta iria também cobrar esse apoio de um Governo ilegítimo, que não teve respaldo da vontade popular.

Por isto, neste momento em que estamos prestes a iniciar os trabalhos das subcomissões e comissões, que deverão resultar no projeto da nova Constituição, quero sugerir aos Deputados e Senadores Constituintes, uma vez mais, que se dê mais ênfase à discussão da convocação imediatamente após a promulgação da nova Constituição – das eleições diretas para Presidente do Brasil.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO (PMDB – PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, vive o País – é sabido por todos – crise política, social e econômica. As parcelas da população que são organizadas, estruturadas e bem assessoradas já têm apresentado ao Poder Público e à sociedade as opções de solução para a sua vida, quer através de memoriais, de **lobbies**, de pressões dos seus representantes, tanto do Poder Legislativo como do Poder Executivo, quer através de pressões mais válidas, como as greves. No entanto, a sociedade civil, em seu conjunto – infelizmente ainda desorganizado – não têm tido, neste instante grave do País, uma opção para saída dessa situação econômica. Em outra oportunidade, quando ocupava esta tribuna, lembrei aos meus pares que aqui estou para pedir a atenção do Poder Legislativo e dos poderes públicos para os milhões de brasileiros que vivem em pobreza absoluta. E, naquele momento, falava pela classe média da sociedade civil. Hoje, venho sugerir aos poderes públicos, aos partidos e também às parcelas da classe média que se organizem para propor à Nação uma saída econômica para esse momento grave que atravessamos.

Milhares de profissionais estão a transferir parte de sua renda para a União, Estado ou Município. ou então – o que é pior – parte substancial de sua renda para os bancos, para o sistema bancário nacional; e isto é pertinente às pessoas físicas. A seu turno, as pessoas jurídicas, quer sejam micros, pequenos, médios produtores, que acre-

ditaram na estabilização da moeda, estão hoje transferindo totalmente aqueles recursos que ganharam para a rede bancária, através do pagamento dos juros escorchantes que se têm projetado sobre a vida econômica do País.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, acho que chegou o momento de a classe média, a sociedade civil apresentar à Nação, aos poderes públicos, ao Poder Legislativo, à sociedade organizada, a sua concordata preventiva, a sua moratória civil, porque é dessa concordata preventiva, dessa moratória civil que está a necessitar grande parte da população brasileira, para poder continuar subsistindo com alguma dignidade.

O SR. ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS (PDS – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, inúmeras e valiosas foram as intervenções neste Plenário sobre a polêmica questão da revisão dos valores do Imposto de Renda a serem pagos neste exercício, com base no movimento financeiro do exercício passado, pelas pessoas físicas e jurídicas. Esta reavaliação teve como justificativa a necessidade da correção monetária dos valores escritos nas respectivas declarações das empresas ou dos cidadãos brasileiros.

Sr. Presidente, quero juntar minha voz à daqueles que daqui focalizaram a questão, nas últimas sessões, lendo o ofício que recebi de inúmeras entidades de Santa Catarina, Estado que represento na Assembléia Nacional Constituinte. Entidades – devo registrar – que representam, em grande parte, pequenas e médias empresas.

Diz o documento:

"As entidades signatárias do presente vêm à presença de V. Ex.^a tecer considerações e marcar seu posicionamento frontalmente contrário ao Decreto-lei nº 2.323, de 26 de fevereiro de 1987, que dispõe sobre a atualização monetária de débitos fiscais."

Em seguida, o ofício faz referência ao dispositivo constitucional que disciplina a cobrança, em cada exercício, dos tributos estabelecidos na Constituição e regulamentados em lei. Mais adiante, o documento afirma "se para vigorar no presente exercício, a reindexação do valor devido somente poderia ser reeditada até o dia 31 de dezembro de 1986." Não o foi, já que apenas em 26 de fevereiro do corrente ano, através do citado decreto-lei, houve a ressuscitação do fantasma da atualização monetária dos débitos fiscais. E o mais absurdo é que essa atualização rediviva incidirá sobre débitos ainda não vencidos, já que somente a 31 de março próximo vencerá o prazo de pagamento do tributo ou da primeira parcela do mesmo, se a opção do contribuinte for parcelar este pagamento.

O documento faz um estudo comparativo entre os valores recolhidos no último exercício e aqueles que deverão ser objeto de pagamento se prevalecer o citado decreto-lei.

Ao final, diz o documento:

"Medidas como esta não merecem qualquer comentário, tão absurdas e violentas elas são, que geram apenas o descrédito do Governo e o desalento da classe empresarial. Se a atualização monetária do débito do Imposto de Renda consome praticamente o total do lucro real obtido pela pessoa jurídica, de onde virão então os recursos indispensáveis para novos investimentos, para a expansão das empresas, tão indispensável num País em crescimento demográfico como o nosso?"

O Documento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é subscrito pela Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, Federação dos Diretores Lojistas do meu Estado, Sindicato do Comércio Varejista de nossa Capital, Associação Comercial e Industrial da Grande Florianópolis e Clube dos Diretores Lojistas de Florianópolis, entidades que congregam pequenos e médios empresários, que estão muito alarmados, justificadamente, com a alteração da legislação do Imposto de Renda, não apenas em relação à dificuldade de cumprir seus deveres para com o fisco, mas especialmente alarmados com os reflexos que esta medida vai provocar no mercado de trabalho e no desenvolvimento econômico, numa palavra, no progresso e na paz social deste País.

Recebi também apelo da Associação Catarinense de Medicina e de outros setores representativos da sociedade do meu Estado.

Endereçando um apelo ao Governo da União, especialmente ao Sr. Ministro da Fazenda, faço-o confiante de que as autoridades responsáveis cumprirão o seu dever e farão uma revisão dessa legislação que está a prejudicar acima de tudo os pequenos e médios empresários, os assalariados, aqueles que hoje pagam o Imposto de Renda nas bases atuais, com sacrifício, que se tornará insuportável se a medida não for devidamente e o mais brevemente possível corrigida.

O SR. NILSON SGUAREZI (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, houve um tempo em que discordar não era mero exercício de oratória. Não quando a censura nos isolava da opinião pública. Não quando a tortura, as prisões e cassações de mandatos representavam o braço armado da repressão a nos fustigar.

Foi preciso discordar.

Foi fundamental contestar.

Foi das poucas e primeiras vozes desta discordância e contestação, que outras vieram se somando, até formar o clamor popular da oposição ao autoritarismo.

Nesta luta o PMDB, como ninguém, se destacou.

Alguns, ignorando os vinte anos de pregação e resistência que nos credenciaram com credibilidade popular, porque sempre soubemos compatibilizar o discurso com a prática, se esquecem, que hoje, com a liberdade, o Brasil é outra nação, em que pese a herança maldita que o autoritarismo nos legou.

Bandeira do PMDB, a Constituinte, poderá fazer uma nova e moderna Federação, assim como nos Estados-membros, os nossos governadores do voto direto, começam assumindo medidas corajosas que a moralidade exige e que o Partido reclama.

Assim, quando um governador demite funcionários públicos ociosos que incham a máquina administrativa, quando outro vende automóveis que representam mordomias condenáveis ou quando outro bloqueia salários e vai à Justiça pedir a inconstitucionalidade de leis que criaram "marajás" em meio à pobreza absoluta, ou quando ainda outros pedem a intervenção em Bancos estourados, nada mais fazem que dar cumprimento fiel ao discurso empenhado.

O PMDB não é, não pode e não será o governo claudicante da Aliança Democrática, que cumpre tarefa transitória e, infelizmente, em muitos momentos, se guiou, se movimentou e tem-se mani-

festado com o entulho autoritário que sustentou a fase do obscurantismo político.

Aqui, na Constituinte, somos a Nação, não o governo que é eventual, transitório, por isso mesmo limitado no tempo. Aqui, portanto, a mais do que ninguém, se exige dos peemedebistas uma postura soberana. Fazer aqui o jogo de um governo que não cumpre o programa partidário, vale dizer, não vem honrando os nossos compromissos assumidos perante a luta heróica da resistência, é trair a expectativa histórica do povo que nos elegeu.

Apelo, perante o julgamento público da nacionalidade, às lideranças maiores do meu PMDB, que não descaracterizem e nem desrespeitem o propósito maior dos fundadores, quando juraram perante a Nação, o Manifesto Peemedebista, escrevendo para a História, que o partido:

"Procurará fazer-se o grande instrumento de uma força majoritária de transformação social que se contraponha não só ao Estado autocrático e à ordem econômica iníqua..." mas prometeram fazer um partido.

"Um partido combativo e popular, que fale uma linguagem e desenvolva uma prática aberta às classes médias, ao operariado organizado e às massas miseráveis e marginalizadas". (Nº 8 do manifesto).

Os nossos compromissos com este governo de aliança não passam pela exigência de calar a nossa voz e nos sujeitarmos aos velhos e surrados métodos dos fatos consumados, que ultimamente a direção nacional a eles se sujeita e até coonesta com o Palácio do Planalto.

A indicação do Senador Mário Covas foi o grito de alerta, teve este sentido basilar de dizer à Nação que a fleugma peemedebista não morreu, mas precisa renascer com soberania, coragem, competência e suficiente independência para dizer, de maneira bem clara e explícita, que o Governo Federal é transitório, nasceu e pertence a uma aliança e, por isso mesmo, só pode ter apoio enquanto subsistir esta composição.

Defendemos o Governo e estamos dispostos a sustentá-lo em quaisquer contingências na questão da dívida externa, mas não conte com nosso apoio na questão da taxa de juros que vem enchendo ainda mais as burras dos banqueiros, enquanto bancários têm que apelar para a greve, a fim de não morrerem de fome.

Temos, isto sim, que cobrar deste Governo, nós, Peemedebistas, o que diz o nosso estatuto partidário, quando manda:

"tomar medidas que diminuam os custos operacionais e administrativos da intermediação financeira, bem como a sua hipertrofia para diminuir a taxa de juros real" (nº 11 do Programa Básico) isto porque é premissa partidária do PMDB, escrita em nosso Programa Básico, no qual "o PMDB considera essencial diminuir o custo do dinheiro para as atividades produtivas".

Como peemedebistas, temos boa vontade para com o Governo, e para com o Partido, mas um mínimo de exigências também. A Nação não são duas dezenas de empresários paulistas; a Nação é a força de trabalho dos milhões de operários, é a resistência heróica dos agricultores, é a grande e inestimável teimosia do povo brasileiro, que continua acreditando haver esperança e solução.

Todavia, para sermos dignos desta esperança popular que sempre carregamos, é imperioso e fundamental que o PMDB volte às suas origens, fazendo a necessária e imediata autocritica da inércia e imobilismo de que foi acometido ao não conseguir compatibilizar discurso e prática.

É a prática que ensina, que partido que se acomoda no governo é ficção política que a realidade acaba rapidamente desmistificando que o digam a ex-Arena e PDS.

Ou o PMDB renasce para reanimar o Governo e até dele tomar conta por inteiro, ou breve a sua sonolência vai transformar-se em fantástico pesadelo.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS – PI.

Pronuncia o seguinte discurso.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ninguém, em sã consciência, pode negar que estamos atravessando uma das mais sérias crises econômico-financeiras já enfrentadas pelo País, com amplos reflexos políticos e sociais.

É certo, também, que, a par da chamada moratória técnica de nossa dívida externa, medida semelhante terá de ser adotada no tocante à dívida interna, cujos encargos provocam conseqüências mais graves do que o pagamento de juros aos credores estrangeiros.

Vale lembrar, ainda, que aos quatro problemas denunciados pelo Presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB – juros altos, inflação galopante, dívida externa e dívida interna –, um outro deve ser acrescido: o déficit público.

Todos sabemos que tais problemas cristalizaram-se, com mais nitidez, depois do fracasso do Plano Cruzado I, com o qual todos correm o risco de sucumbir, caso não se encontre uma saída para o terrível impasse que dia a dia se avoluma.

Acreditamos que o déficit público deve ser enfrentado o mais rapidamente possível, pois é ele o maior propulsor de nossa inflação, já que o Governo, na tentativa de cobri-lo, vê-se obrigado a lançar títulos no mercado financeiro, com remuneração elevadíssima, forçando o encarecimento dos juros bancários cobrados dos setores produtivos.

Entendemos que uma solução só será alcançada se esta Assembléia inserir na nova Constituição a obrigatoriedade de instituição do Orçamento Unitário, englobando os orçamentos fiscal e monetário, das estatais e da Previdência Social, deferindo ao Legislativo não só o poder de aprová-lo, como também onde emendá-lo e fiscalizá-lo, através de acompanhamento setorializado, com o assessoramento do Tribunal de Contas da união.

Sob tal ótica, ressaltam, ainda, a necessidade de aplicação regionalizada do Orçamento Unitário da União, através de critérios que beneficiem as regiões menos desenvolvidas, possibilitando, assim, a eliminação dos desequilíbrios regionais e a redução dos desníveis sociais, cada vez mais alarmantes. Somos, reconhecidamente, a oitava potência econômica do mundo. Em contrapartida, temos também um dos maiores bolsões de miséria do universo.

Aproveitamos o ensejo, portanto, para conclamar os Constituintes oriundos dessas regiões a lutar pela adoção das medidas preconizadas, pois não podemos fugir ao dever de batalhar para que essas distorções, que tanto nos envergonham, seja em breve eliminadas.

Para alcançarmos esse objetivo, devemos atuar em conjunto, acima de Partidos e de vaidades pessoais, como de interesses outros que não o representarmos condignamente os que em nós depositaram suas últimas esperanças.

Este é, pois, o momento exato de mostrarmos ao País que o Nordeste é um só, que a magnitude de suas aflições exige uma definição no arcabouço da nova Constituição, que a expressão de-

mográfica e territorial de nossa região não pode mais ser postergada. Não podemos pecar por omissão, nesta hora tão grave, nesta oportunidade realmente ímpar, sob pena de legarmos à posteridade o triste testemunho de desamor às nossas raízes ou – o que seria bem pior – de imperdoável ignorância do quadro de miséria a que vimos sendo relegados em quase 100 anos de República.

Representamos nove unidades federais padecendo das mesmas carências, mas, lamentavelmente, não temos feito valer nosso ponderável peso político, reclamado e cobrado tantas vezes, para ter soluções que pouco ou nada visam ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social de nossa gente, sempre sofrida e cada vez mais distanciada das conquistas do mundo moderno.

Não podemos continuar solidários com a fome, com os desníveis, com o esvaziamento do meio rural e a conseqüente inchação das cidades, assistindo, impassíveis, ao crescimento da vidência, do subemprego, do aviltamento da pessoa humana. O momento exige nossa unidade e provaremos, com o esforço de uma só vez, que o Nordeste existe e quer seu espaço definitivo na Constituição brasileira.

Nesse contexto, teremos de superar alguns preconceitos, a começar pela necessidade de defendermos o respeito ao mandato do Presidente Sarney, não porque haja unanimidade em torno de sua política de governo, mas até por estratégia, por ser ele um homem do Nordeste, identificado, portanto, com as regiões empobrecidas do território nacional.

E é necessário, quase imperativo, que lhe demos um prazo para que ele possa provar fidelidade às suas origens telúricas, determinando a reorientação da política econômica de seu governo, dispensando atendimento adequado às peculiaridades de cada micro região, em vez dessa fórmula globalizada de tratar o País como um todo, como se fôssemos realmente iguais em nossas misérias e em nossas riquezas.

Há, assim, um erro de estratégia que precisa ser corrigido, e o Presidente Sarney tem absoluta consciência desse quadro, como tão bem demonstrou durante sua atividade parlamentar quando, sobretudo em sua passagem pelo Congresso, sempre pugnou por um tratamento mais justo para o seu Nordeste.

Na mesma linha de preocupações, poderíamos examinar a conveniência de, adotado o Orçamento Unitário da União, ser o Ministério do Interior transformado em legítimo organismo de desenvolvimento regional, com a função de promover, estimular, divulgar e executar diretrizes e estratégias de política governamental, com vistas ao soerguimento das regiões brasileiras menos favorecidas.

Teria, ainda, a incumbência de supervisionar, coordenar e controlar os programas federais de apoio e fortalecimento dessas áreas, além de incentivar a iniciativa privada em empreendimentos que visem ao crescimento integrado do País, a par de uma política de descentralização industrial que contribua para eliminar os botões de miséria que ultrajam nossa dignidade.

O SR. DIVALDO SURUAGY (PFL – AL

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, lamentavelmente trarei a este agosto Plenário um assunto menor. É que, vítima de uma calúnia em nota inserida no **Correio Brasileiro** do dia de ontem, foi trazida ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte, que deve ser palco dos grandes temas que empolgam e

envolvem a Nação. Como homem público, sinto-me na obrigação de esclarecer a verdade e de prestar contas aos meus pares.

Encaminhei a seguinte nota ao Jornal **Correio Braziliense**, na pessoa do seu Editor-Geral Ronaldo Martins Junqueira:

"Brasília, 24 de março de 1987

Prezado Editor-Geral,

Desejo de esclarecer a verdade, gostaria de informar a vossa Senhoria que, embora na qualidade de ex-Governador de Alagoas tenha direito a uma pensão igual ao salário básico de Desembargador do Estado, optei pelos subsídios de Senador da República, cargo para o qual fui eleito em novembro último, isto é, só possui uma fonte de renda.

Informo que jamais nomeei nenhum irmão, esposa, filha ou cunhado para exercer cargo público de natureza efetiva, nos dois períodos em que governei Alagoas ou quando fui eleito Prefeito de Maceió.

Minhas duas filhas, que trabalham, uma no Tribunal de Justiça, e a outra, no Tribunal de Contas de Alagoas, foram nomeadas pelos Presidentes desses Colegiados, sem a menor interferência de minha parte.

O Deputado Antonio Amaral não é meu cunhado, mas, sim, casado com uma das minhas primas, e faz política em Alagoas há mais de trinta anos.

Confiante no sentimento de justiça do eminente jornalista, aguardo a publicação desta, com o mesmo destaque da nota na qual fui acusado na Coluna Brasília-DF, edição de 24 do comento, desse conceituado jornal.

Atenciosamente

Divaldo Suruagy

Senador

Ao

Ilm^o Senhor

Jornalista Ronaldo Martins Junqueira
MD. Editor-Geral do Correio
Braziliense"

Dado esse esclarecimento, peço desculpas aos meus pares por trazer um assunto tão pequeno a este colegiada

O SR. JOSÉ ELIAS MURAD (PTB-MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, há muitos anos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil vem programando campanhas sobre temas da mais alta importância. Já o fizeram em relação à Saúde e também à Educação. Há alguns anos o tema foi relacionado com os idosos e este ano, em boa hora, estabeleceu-se, na chamada Campanha da Fraternidade, o problema do menor abandonado.

Tendo em vista a oportunidade da campanha, desta tribuna, quero trazer a minha palavra de apoio à CNBB por esta importante iniciativa de alto interesse social. O drama do menor abandonado no Brasil é, talvez, um dos maiores problemas sociais deste último quartel de século.

Há poucos dias a nossa colega Constituinte Sandra Cavalcanti referiu-se ao idoso, e hoje estamos na tribuna para falar sobre o outro extremo, o menor. Há uma particularidade da mais extrema importância. Ao longo da minha experiência como médico, que se vem dedicando à área do consumo abusivo de drogas, tenho encontrado como usuários, principalmente nas grandes metrópoles, menores carentes e menores abandonados. Tenho atendido crianças de oito a onze anos de idade necessitando de tratamento por abuso de drogas, especialmente daqueles produtos representados pelas colas – cola de sapateiro,

cola de aeromodelismo – chamados tecnicamente de produtos voláteis.

Essas crianças aspiram tais drogas nas ruas das grandes metrópoles, buscando uma euforia e uma embriaguez transitória, muitas vezes para esquecer a fome, o desamparo e o desalento em que vivem. O mais perigoso, na minha opinião, é que esses solventes voláteis contêm determinados componentes que se vaporizam na temperatura ambiente, tendo uma atividade semelhante aos chamados anestésicos gerais. O primeiro efeito observado, ao lado da embriaguez produzida, é o de uma ação desinibidora. E o indivíduo, desinibido por esses produtos químicos, sem a crítica da consciência, é capaz de cometer atos violentos e criminosos. E este, então, o primeiro problema que se apresenta: esses menores, utilizando tais produtos, adquirem coragem por meio dessa ação desinibidora para cometer, muitas vezes, atos ilegais, e até pequenos ou mesmo grandes crimes. O outro problema paralelo que nos vem preocupando profundamente é que esses produtos, além de provocarem uma dependência psíquica, levando o indivíduo ao uso continuado, tendo dificuldades de largar o hábito, são igualmente tóxicos para o organismo, atingindo por exemplo, o fígado, os rins e os pulmões, e deprimem também o sistema nervoso central. No caso particular dos menores carentes, a depressão da medula óssea, onde é produzida grande parte do sangue, pode levá-los a anemias intensas. Ora, esses menores já são subnutridos e mal-alimentados. Com o efeito depressor do produto químico na medula óssea, eles são portadores de profundas anemias e também de alterações importantes ao nível do sistema nervoso central, diminuindo a capacidade de aprendizado e a memória, e restringindo a coordenação motora. Pergunto: que tipo de cidadãos estamos formando para o futuro do Brasil, com a existência de menores carentes nas ruas e avenidas das grandes metrópoles, utilizando comumente esses produtos químicos que, na verdade, não são controlados? Portanto, chamo a atenção de todos os colegas Constituintes para esse grave problema social. Vamos lutar para tentar pelo menos minimizá-lo e assim dar uma vida digna à infância brasileira. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnadio Faria de Sá): – De acordo com o Regimento Interno ontem promulgado o horário do "Pinga-Fogo" é de apenas uma hora. No entanto, em razão de uma questão de ordem formulada no início da sessão por um período de quinze minutos, e de mais vinte minutos de um pronunciamento sobre matéria constitucional, cujo Constituinte desistiu de fazer a defesa, iremos prorrogar por trinta minutos, o período do Pequeno Expediente. Assim, daremos oportunidade a que maior número de Constituintes possam manifestar-se. Todavia, solicito encarecidamente que os constituintes respeitem o tempo de cinco minutos, para que mais Constituintes possam fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Vladimir Palmeira. (Pausa.)

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT-RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes, em todo o Brasil as greves se sucedem. No Rio de Janeiro estão em greve os trabalhadores da Villares e os dos Estaleiros Caneco e Mauá. Além disso, a Universidade paralisou suas atividades e os bancários travam uma greve decidida e combativa, paralisando também os bancos, desafiando a repressão governamental e mostrando que a resistência ao arbítrio da Nova

República está concentrada, sobretudo, nas ruas. Assistimos a movimentos extremamente importantes, entre os quais o dos marítimos, que teve de se chocar inclusive com a intervenção descabida e desastrosa das Forças Armadas, através da Marinha, que, no entanto, não conseguiu deter o movimento vitorioso dos marítimos.

O Governo responde às reivindicações de várias maneiras: em primeiro lugar, negando sistematicamente as reivindicações à classe trabalhadora ou pressionando os patrões a fazerem o mesmo; em segundo lugar, usa a repressão administrativa. Hoje, o Ministro Aluizio Alves, da Administração, diante da greve dos funcionários públicos, ameaçou demitir funcionários e mandar cortar o ponto de todos aqueles que dela participarem, mostrando assim que, para alguns, o compromisso com a greve, antes de estarem no Governo, é completamente diferente do compromisso depois que estão no Governo. Em terceiro lugar, o Governo responde com a repressão policial. Além da intervenção das Forças Armadas e da Polícia Militar, assistimos agora a prisões arbitrárias como a do companheiro Ciro Garcia, líder bancário, dirigente nacional da CUT, preso não no calor de uma assembleia, não no enfrentamento com a polícia, mas por meio de uma ação da Polícia Federal, que foi buscá-lo na rua, quando saía de uma assembleia-geral.

Atitudes desse tipo mostram que o Governo está longe de querer resolver o problema dos trabalhadores. Quer resolvê-lo por meio de quê? Com a conformidade dos assalariados, com repressão sobre eles, com falta de diálogo. No entanto, os trabalhadores não querem repressão nem cassetetes. Querem, sim, salários justos. Eles estão com fome e correm o risco de ficarem desempregados. Estão sem direitos, e o Governo responde às suas reivindicações dessa forma. Entendemos ser o Governo o principal responsável por essa situação.

Alguns oradores, inclusive nesta Casa, falam sistematicamente que há um movimento para desestabilizar o Governo Sarney. Ora pensam na direita, ora na esquerda, ou em alguma combinação oculta de elementos que podem evidentemente provocar esse acontecimento. Esse Governo de nada precisa para ser desestabilizado. É uma nau sem rumo: não tem política econômica, não tem política alguma, não exerce controle sobre os partidos que compõem a Maioria, não tem resposta para a crise que ele mesmo criou com o fracasso do Plano Cruzado. Nem a esquerda, nem a direita, nem o centro, nem os poderes ocultos, ninguém precisa fazer nada para desestabilizar um Governo que foi caindo sem qualquer iniciativa, que levou o Brasil à falência, que levou a classe trabalhadora às maiores necessidades. E hoje alguém reclama que é preciso alguma oposição para desestabilizá-lo. Este Governo está completamente errado. Ele se desestabiliza por si próprio e pode à Oposição que dê um empurrãozinho. Entretanto, não queremos dar nenhum empurrão. E ainda lhe fazemos um apelo, no sentido de que ouça a voz das grandes lideranças políticas oposicionistas, bem como a das centrais sindicais, e comece a mudar seu rumo e a compreender que neste País, nesta sociedade e nesta Constituição a classe trabalhadora precisa começar a ter vez. (Palmas)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (PMDB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nova Constituição que entregamos ao povo brasileiro ainda este ano deverá conter dispositivos inspirados em antigos textos constitucionais, como, por exemplo, a Constitui-

ção de 1946, que, entre outras coisas, visava a um desenvolvimento nacional integrado, acabando, definitivamente, com os bolsões de pobreza e o subdesenvolvimento existentes no País àquela época e que ainda hoje subsistem.

Na Carta Magna de 1946, 3% do Orçamento da União eram destinados ao desenvolvimento da Região Amazônica. Infelizmente, porém, a partir de 1967, isso deixou de existir, tendo sido tal supressão mantida igualmente pela Constituição de 1969. É preciso, porém, que se restabeleça a destinação desses recursos para a Amazônia, Sr. Presidente – talvez até em maior percentagem – eis que hoje a região representa o único espaço com que conta o País para abrigar seus excedentes populacionais.

É necessário, pois, que o Governo Federal tome providências – antes mesmo de concluída nossa tarefa como Constituintes – no sentido de ser dado um tratamento diferenciado à Amazônia, principalmente no que se refere ao Estado de Rondônia, tanto no setor econômico, quanto no setor social e, especialmente, no que diz respeito à política agrícola. Se no Pará e na Amazônia Oriental houve certa penetração da agricultura e da pecuária com os recursos da SUDAM, tendo igualmente sido beneficiada a urbanização de Manaus com o desenvolvimento da Zona Franca, muito pouco se fez nos outros Estados e Territórios Federais que integram a região, praticamente inexistindo qualquer ação, em termos de política social, por parte do Governo Federal em Rondônia.

A indução econômica, que pode ser utilizada através de uma política de incentivos fiscais, constitui um instrumento de que a União poderia lançar mão para reduzir a defasagem da região em relação ao resto do País. Trata-se de aplicação econômico-social da maior importância e que oferece os melhores resultados, pois multiplica a produção agropecuária, incentiva o extrativismo, dinamiza o comércio e contribui para o surgimento de um parque industrial indispensável à sustentação do desenvolvimento. Tudo isso resulta no atendimento às necessidades do consumo local, com a produção de excedentes exportáveis, melhorando o superávit do balanço de pagamentos, que é o termômetro de nossa crise financeira e sem o qual jamais teremos condições de liquidar a enorme dívida externa que nos sufoca.

O Estado de Rondônia também reclama uma melhoria na área da assistência sanitária, desde o combate às endemias e às viroses até a construção de hospitais, ambulatórios e postos de saúde, para permanente atendimento à população.

Antes de concluir este meu pronunciamento, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quero deixar registrado nos Anais desta Assembléia minha solidariedade a todos os bancários que ora se encontram em greve por melhores salários e dignas de trabalho.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Expedito Júnior, o Sr. Secretário – Amaldo Faria de Sá deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Vivaldo Barbosa – Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Vivaldo Barbosa): – Tem a palavra o Sr. Constituinte Carlos Alberto Caó. (Pausa.)

O SR. CARLOS ALBERTO CAÓ (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, desejamos inicialmente manifestar a nossa integral solidariedade às categorias de trabalhadores ora em greve em várias partes do território nacional.

Pretendemos abordar um tema que tem, sem dúvida traços pessoais, mas alude a matéria de caráter constitucional. Trata-se da defesa dos direitos civis, dos direitos da cidadania, a todo instante e permanentemente postos em questão e violados. Sr. Presidente, Srs. Constituintes, passei a integrar o selecionado rol dos cidadãos brasileiros submetidos, sem a mínima possibilidade de defesa, aos ataques sistemáticos e públicos do conglomerado "Globo." Informações têm sido, deliberadas e proposadamente, manipuladas com um objetivo central: confundir uma decisão de Governo límpida, cristalina, lastreada nos princípios legais, baseada em princípios administrativos, de adquirir terras para uma política social com um ato individual ignóbil.

Durante trinta e seis dias e trinta e seis noites, fui alvejado por essa rede de calúnias, de injúrias e de difamação. Seu poderio é, de fato, um dos mais sérios legados do regime autoritário, da ditadura militar.

Sobrevivi e aqui estou, como estou certo, Sr. Presidente, de que sobreviverei a outras investidas marcadas pela torpeza do líder do conglomerado. Sr. Roberto Marinho.

O que move, Sr^{as} e Srs. Constituintes, este senhor, hoje como antes?

Em primeiro lugar a covardia. Esperou o ocaso do Governo Leonel Brizola para vingar-se das posições que assumi em defesa dos jornalistas, da liberdade de informação, quando presidi, com muita honra e em dois mandatos, o Sindicato dos Jornalistas.

Em segundo lugar, o racismo. O ato de vingança encobre a postura racista do Sr. Marinho, convenientemente camuflada, a despeito de suas raízes. O Sr. Marinho não só se debate contra sua formação étnica, como agride a história de nosso País.

Em terceiro lugar, a tática de ação preventiva. Sabe ele que, aqui, na Assembléia Nacional Constituinte estarei dentre os que se insurgem contra o sistema de privilégios que sustenta os oligopólios de comunicação. Pretendendo desmoralizar o Constituinte, lançaria no campo de defesa da honra ofendida. Ainda que de forma legítima e indignada. O que, concretamente emerge da experiência e consciência políticas forjadas em circunstâncias adversas em pleno regime militar.

Não me deixarei cair nesta armadilha. O essencial está na responsabilidade histórica de a Constituinte assegurar.

– O direito de os cidadãos serem decentemente informados, terem acesso aos fatos, às versões dos fatos, às interpretações e opiniões relevantes.

– A defesa das instituições construídas pela sociedade civil e o estado democrático. Nem mesmo a instituições militares estão a salvo das ameaças resultantes da concentração do poder psicossocial.

– Assegurar o direito de cidadania que se reduz a algo insignificante quando qualquer um pode ser levemente acusado sem possibilidade de reparo.

No contexto atual, qualquer coisa que se faça: sentença de Tribunal que se recorra, qualquer veículo que se imprima. Essas e outras iniciativas se assemelham a um estilingue comparado à bateria de canhões do conglomerado "Globo".

Que sentido ganha, nobres Constituintes, a afirmação retórica dos direitos civis?

Nem mesmo a natureza dos métodos – eticamente condenáveis e politicamente pouco respeitáveis – utilizados pelo Sr. Marinho (bajulação,

servilismo aos interesses estrangeiros e às causas antinacionais, as violações da Constituição, a cumplicidade com as grandes negociatas) para construir sua fortuna pessoal aponta para o epicentro do problema.

A questão atual e verdadeira envolve os direitos, Civis. E mais: a segurança nacional que o Sr. Marinho e seus prepostos podem violar e subverter em alguns minutos de transmissão, em rede, para 60 ou 80 milhões de brasileiros. Instados a sublimar a angústia de suas vidas pobres e sem esperanças pela via alienante dos noticiários dirigidos e pasteurizados.

Sr. Presidente, de já muito que o conglomerado "Globo" deixou de ser uma empresa comercial que busca, essencialmente, o lucro. Que rentabilidade pode hoje oferecer a instalação de remotas repetidoras amazônicas, embora com recursos arrancados do Estado via advocacia administrativa? O que importa, isto sim, é a localização estratégica das repetidoras.

A concentração dos meios de comunicação gera poder político. Diz a teoria. E a prática tem demonstrado que o conglomerado "Globo" dispõe de forma crescente – de uma fatia generosa de poder.

Desde os anos cinqüenta, as Organizações Globo fixaram, com nitidez, sua estratégia política. Em aliança com os interesses mais reacionários. Em subordinação aos capitais estrangeiros. Com inegável competência, o Sr. Marinho combatia governos apenas para obter concessões. Sabia, como ninguém, vender dificuldades para obter facilidades.

O salto rumo ao infinito data exatamente do golpe militar de 1964, do qual foi um ativo participante/articulador. Durante a vigência da ditadura militar, expandiu-se em todas as direções. Estruturou o oligopólio, sem quaisquer limitações legais. Instalou a "TV Globo" no Rio de Janeiro com alguns milhões de dólares cedidos por um sócio estrangeiro – o grupo "Time". O que, aliás, era vedado pela Constituição, conforme denunciou a Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo então Deputado Federal Saturnino Braga, atual Prefeito da cidade do Rio de Janeiro. Obteve, em 1971, empréstimo no Ministério da Fazenda – logo coberto por contratos de publicidade oficial – através do qual se desligou formalmente do grupo "Time". Mas continuou a manter vínculos tecnológicos e operacionais.

Era o tempo do "Milagre Brasileiro". Favores fiscais de toda ordem beneficiaram largamente a expansão do conglomerado. Substituição de antigos equipamentos por equipamentos sofisticados, com apoio de amigos bem postados na máquina administrativa da ditadura. Usando sem pagar, por dois anos, após estranho incêndio, nos estúdios novos da TVE do Rio e utilizando os canais subsidiados da Embratel para fazer seu sinal chegar aos pontos mais distantes do País, a "Globo" mudou seu estilo. Enricou visualmente. Tornou-se assim o gigante que é hoje.

Porém, os verdadeiros interesses dominantes na "Rede Globo" e nas demais empresas do conglomerado são multinacionais. Sempre aquinhoado pela ditadura militar, que o ajudou a esmagar seus concorrentes – a "TV Tupi", por exemplo – o conglomerado só serviu ao regime militar naquilo que consultava aos interesses multinacionais. Jamais posturas soberanas do Governo brasileiro – a aproximação de nações jovens da África ou a defesa da informática nacional – tiveram guarida nos poderosos veículos do grupo. Incontrastável no controle dos meios de comunicação de massa, a vetusta figura imperial do Sr.

Marinho se impõe aos governantes com manifestações cesaristas, no célebre estilo do "ave Caesar morituri te salutant", ou então, o "ave Marinho, morituri te salutant". Prefiro entoar o cântico de morte do oligopólio, necessário e indispensável à construção da democracia política. Não se trata, Sr. Presidente, de um simples desafio pessoal. É um dilema da história recente, de que somos, todos constituintes, protagonistas do cumprimento da missão que o povo nos confiou, de instituir, com a elaboração da nova Carta, as bases da convivência e prática democráticas. Com o seu poderio, o Sr. Marinho pode mobilizar uma constelação de recursos políticos que lhe dá condições de decretar a morte civil da cidadania. Mais parece uma espécie de Leviatã do estado democrático que começamos a construir na Constituinte.

Confio plenamente, Sr. Presidente, nobres Constituintes, que a proposta democrática vencerá.

Humildemente, obrigado a todos.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Deputados. tenho dito, repetidas vezes, desta tribuna, que o grande problema do Brasil está na sua forma de governo. Hoje, em Brasília, reúnem-se mais de dois mil prefeitos de todos os Estados. Há prefeitos de cidades médias, pequenas e grandes. Vêm a Brasília fazer o que seus antecessores fizeram, desde quando esta capital foi inaugurada. Vêm pedir ao Governo Federal, aos órgãos da República que se dê aos municípios maior participação nos tributos. É no município que acontecem os problemas e é lá onde se arrecadam os tributos que têm sustentado tanto o Estado como a própria União. Hoje, mais uma vez, vemos a mesma caminhada de atrás. Os prefeitos estarão com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e com o Presidente José Sarney para reclamar dos orçamentos municipais. Atualmente a União fica com 68% dos tributos, os governos dos Estados contentam-se com 27% e os pobres dos municípios lamentam os 7% que recebem da sua participação no bolo tributário do País. Entretanto, afirmo e reafirmo que os males do Brasil estão exatamente na sua forma de governo. O Deputado Caó há poucos instantes falou dos militares de 1964. No entanto, aqueles outros, de 1889, que copiaram a legislação dos Estados Unidos da América do Norte, implantando-a no Brasil, País de origens e tradições diversas das daquele povo, esqueceram-se de copiar o sistema tributário norte-americano, em que, 54% da arrecadação tributária é atribuída aos Municípios, 14,5% aos Estados e 31% à União. Portanto, os erros vêm de longa data. Por conseguinte, implantaram aqui uma república de crises, onde os municípios têm de viver de chapéu na mão, a esmolar do Governo Federal a participação justa e devida nos tributos da União.

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero, inicialmente, apresentar a minha solidariedade – e creio que todos os Constituintes farão – aos Srs. Prefeitos que se encantaram reunidos em Brasília a clamar não diria por uma reforma, mas por justiça tributária.

Por esta razão, pretendia, nesta oportunidade, Sr. Presidente, fazer um pronunciamento exatamente sobre a necessidade de alguns ajustes urgentes no atual sistema tributário e da inserção de algumas regras básicas no novo texto constitucional, que levem o Governo Federal a adotar outros tipos de critérios e medidas em relação à distribuição dos tributos nacionais.

Atendendo, por outro lado, a um apelo de meu Estado, o Rio Grande do Sul, vou falar em nome daqueles que contribuem com 15 milhões de toneladas de grãos da produção nacional, ou seja 25% dos alimentos produzidos em nosso País. Faço-o em nome dos grandes, médios e pequenos produtores de meu Estado. Dizem eles, Sr. Presidente, que a falta de recursos para a colheita e a péssima perspectiva de comercialização dos produtos agrícolas, especialmente o arroz e o milho, estão levando ao desespero os agricultores do Rio Grande. As importações indiscriminadas e criminosas desses dois produtos determinam a falta de mercado, não apenas no momento, como também por um longo período. Hoje, o agricultor, descapitalizado, endividado e angustiado, não tem dinheiro para colher a sua lavoura. É imperioso e urgente que o Governo injete recursos no setor. A reivindicação – um paliativo, é verdade – é para que se libere os imediatamente os pré-EGFs, bônus, colheita para o arroz e milho, principalmente. E a liberação também com urgência, dos EGFs para os chamados alimentos. Se isso não ocorrer de forma mais ágil, o desespero e a angustia levarão produtores a movimentos cujas conseqüências não serão apenas indesejáveis, mas imprevisíveis.

As importações continuam e serão o caldo de cultura para alimentar a revolta dos produtores. No País, Sr. Presidente – e isso nos preocupa – há uma verdadeira afronta à nossa classe produtora. Quatrocentos mil toneladas de milho deverão ser importados pelo Brasil, quando devemos alcançar este ano um excedente de mais de 3 milhões de toneladas desse produto.

Sr. Presidente, hoje à tarde a bancada do PDS, justamente com as demais bancadas do Rio Grande do Sul, terão uma reunião com os novos Governadores dos Estados. Em nome dos produtores do meu Estado quero transmitir apelo ao Governo Federal no sentido de que atenda às solicitações que trazem os Srs. Governadores, entre as quais incluo as dos produtores do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Adylson Motta o Sr. Secretário, Vivaldo Barbosa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o Sr. Evaldo Gonçalves. (Pausa.)

O SR. EVALDO GONÇALVES (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de 1969 até hoje, transcorridos quase vinte anos, a distribuição dos recursos oriundos dos tributos arrecadados pela União, mais precisamente, o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados, tem sofrido alterações quanto aos seus percentuais. Em 1969, através da Emenda nº 1, dos 12,5% era para o Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios; 5% para o Fundo de Participação dos Municípios e 2% para o Fundo Especial.

Em 1975, com a Emenda nº 5, houve o aumento de 12% para 20%, destinando-se, respectivamente, 9% para o Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios; 9% para o Fundo de Participação dos Municípios e 2% para o Fundo Especial.

Em 1983, o percentual passou para 32% através da Emenda nº 23, ficando 14%, para o Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e

Territórios; 16% para o Fundo de Participação dos Municípios e 2% para o Fundo Especial.

Ainda não sendo suficiente essa distribuição, em 1985, através da Emenda nº 27, houve o aumento de 1% somente para o Fundo de Participação dos Municípios, permanecendo os percentuais destinados aos Estados, Distrito Federal, Territórios e ao Fundo Especial.

Apesar desse esforço, o que todos sabemos é que os Estados e Municípios estão em situação econômico-financeira cada vez pior, sem recursos para atender aos reclamos de suas comunidades e a gravidade sempre crescente de seus problemas, sobretudo no que diz respeito à área social.

Daí a necessidade, inclusive, de aumentar o total da distribuição, por parte da União, dos 33% para 50%, ficando desse percentual, 20% para o Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios; 28% para o Fundo de Participação dos Municípios, continuando 2% para o Fundo Especial.

Permanece a vinculação quanto ao programa de saúde com 8% e 2% ficam vinculados a programas de reeducação do menor carente, de todos os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios.

Quanto a essa última vinculação, trata-se de matéria nova, todavia, da maior importância, em termos de reeducação de uma grande massa de menores desajustados, que, uma vez atendidos nos seus municípios, não migrariam para outros centros, agravando, em dimensões sempre crescente, o problema social deste País.

Para consubstanciar esse propósito, apresentei Emenda Constitucional dando nova redação ao art. 25. E, embora se trate de medida emergencial, espero que os companheiros Congressistas acolham-na e possamos, todos, aguardar a nova Constituição, que certamente dará tratamento definitivo a tão importante matéria. Vamos esperar.

Eis a matéria:

Emenda Constitucional Nº

Altera Dispositivos da Constituição Federal

Art. 1º O art. 25 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 25. Do Produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do art. 21, a União distribuirá 50% (cinquenta por cento) na forma seguinte:

I – 20% (vinte por cento) ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

II – 28% (vinte e oito por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios;

III – 2% (dois por cento) ao Fundo Especial, que terá aplicação regulada em lei.

§ 4º Os Municípios aplicarão, em programas de saúde e no programa social em favor do menor carente, 8% (oito por cento) e 2% (dois por cento), respectivamente, do valor que lhes for creditado por força do dispositivo no item II”.

Art. 2º Esta Emenda entrará em vigor na data de sua publicação”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encontram-se em Brasília cerca de 2.000 Prefeitos, Vereadores e líderes municipais, para discutirem soluções para os graves problemas que afligem as comunidades interioranas, bem como solicitar ao Governo Federal uma reforma tributária emergencial.

E do conhecimento geral que os Municípios brasileiros atravessam grave situação financeira, com muitos deles sem condições de pagar o funcionalismo e a maioria sem a mínima condição de realizar obras de infra-estrutura necessárias ao seu desenvolvimento e, conseqüentemente, ao bem-estar dos municípios.

Ora, no município é onde se presta a primeira assistência ao homem em todos os sentidos: educação, cultura, saúde, habitação, saneamento básico (abastecimento d'água e rede de esgotos), geração de empregos, lazer, etc.

Também os Estados brasileiros, com raras exceções, encontram-se em situação de penúria, com enormes dívidas, folhas de pagamento do funcionalismo em atraso, com déficit na caixa, os bancos de desenvolvimento em crise ou em situação pré-falimentar, etc., já tendo sido denunciado pelos governadores recém-empossados no último dia 15, fazendo-se necessário que a reforma tributária emergencial os beneficie para minorar a grave crise. Entre as exceções, citamos o Estado de Pernambuco, que graças aos ocupantes anteriores do Palácio do Campo das Princesas, ficou com um saldo de 900 milhões de cruzados, funcionalismo público em dia, Banco do Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (BANDEPE) operando normalmente e um dos melhores situados do País.

Voltando ao problema dos municípios, sabemos que enquanto nos Estados Unidos eles têm uma participação na receita pública global de 46,8% na Inglaterra de 41%, na França de 39%, na Itália de 34%, no Brasil têm apenas 1,2%. (Fonte: CPI dos Municípios – Câmara dos Deputados, 1979). Ora, nota-se claramente que os recursos alocados aos nossos Municípios são escassos, deixando-os em situação de miséria.

Portanto, torna-se imperioso uma reforma tributária profunda, que dê realmente aos Municípios sua autonomia financeira, devendo ser feita pela Assembléia Nacional Constituinte. Não uma simples reforma tributária que distribua os recursos equanimemente, mas levando em consideração as peculiaridades regionais e locais, de pobreza e subdesenvolvimento, pois tratar os desiguais com igualdade é injusto, e contribuirá para aumentar ainda mais as desigualdades. Mas enquanto a Assembléia Nacional Constituinte não inserir o dispositivo no novo texto constitucional, faz-se necessário uma reforma tributária emergencial, visando minorar a gravíssima situação que atravessam os Estados e Municípios brasileiros, sobretudo os nordestinos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT – R.J. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Casa está vazia, reina o desânimo. Está faltando aqui o MDB de antigamente, do qual fiz parte. À sigla MDB acrescentaram um "P", como se fora o "P" da pusilanidade, pois agora o partido trai o povo; não mais defende os trabalhadores em greve, nem os agricultores. Onde anda o PMDB?

Defender o Presidente Sarney está muito difícil. É provável que o partido esteja esperando o vento soprar a bandeira para ver de que lado ela caminha. Mas levantar outra vez a esperança deste povo, depois da desilusão, da mentira, da farsa do Plano Cruzado, acho difícil. E nós, os trabalhadores, fomos os mais atingidos por ele. Depois disso será muito difícil restabelecer o PMDB tem, hoje, que se esconder nas poltronas ou defender o indefensável, porque o Governo -se a esperança do povo brasileiro.

O PMDB tem, hoje, que se esconder nas poltronas ou defender o indefensável, porque o Governo

conseguiu jogar contra si todo o povo, todas as camadas da população, inclusive os produtores rurais, que pagam juros escorchantes – e o PMDB nada fala sobre isso.

Os funcionários públicos e os trabalhadores dos portos estão em greve. Os aposentados estão morrendo na miséria, enquanto o Sr. Ministro da Previdência Social, um empresário, dirige esse órgão como se fosse uma fábrica de sabão que tem de dar lucro no fim do mês. Ora, matando-se todos os aposentados, o lucro será muito maior. Mais de 10 milhões de aposentados, viúvas e pensionistas, esperam por alguma coisa, enquanto o Governo ficou insensível durante o ano todo, cuidando apenas dos Planos Cruzados I e II. O que virá por aí?

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que esta Constituição não seja somente para ajeitar o lado dos banqueiros. Os trabalhadores e os prefeitos dos nossos municípios estão aí batendo às nossas portas.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos de ter muito cuidado para não sermos tachados, no final dos trabalhos da Constituinte, de traidores do povo, que está lá fora e vai cobrar o nosso comportamento, como fez com a antiga Arena, que virou PDS, esse partidão que aí está.

O SR. CARLOS MOSCONI (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, o Brasil vive atualmente uma de suas piores crises econômicas, com reflexos negativos em praticamente todos os setores da atividade produtiva nacional.

Apesar da gravidade do quadro em que vivemos, alenta-nos a provável transitoriedade da situação, em conseqüência das medidas saneadoras que o Governo inevitavelmente tomará em seguimento à moratória já adotada e graças à indiscutível potencialidade do nosso País.

Sr. Presidente, traz-me a esta Tribuna da Constituinte a análise da situação de um setor também de Fundamental importância para a vida da Nação, no qual a crise é talvez mais grave que a econômica e para cuja atenuação não vislumbramos ainda qualquer solução. Refiro-me à saúde.

Setor de múltipla complexidade, de diferentes matrizes regionais e principal resultante do drama social, a saúde no Brasil, a despeito de todo o esforço da Nova República, não conseguiu ainda, nem de longe, reverter a situação de subdesenvolvimento em que se encontra desde primórdios da nossa história.

É inegável o esforço deste Governo, em busca de soluções adequadas. As Ações Integradas de Saúde, por exemplo, ilustram com nitidez estas medidas descentralizadoras que visam à salutar regionalização do sistema e sua posterior unificação. O plano é muito bom, mas a maioria das prefeituras não tem recebido os recursos a elas destinados.

A Previdência Social, por sua vez, através do INAMPS, tem tomado atitudes moralizantes, combatendo com rigor, ainda que com muita morosidade, as fraudes hospitalares que graçavam por todo o País.

Tem havido, ainda, relativa sintonia na atuação dos Ministérios da Saúde e da Previdência, tendo ambos como objetivo comum a unificação do Sistema e o entendimento de que a Saúde é um dever do Estado e um direito do cidadão.

Na área de medicamentos, apesar das vicissitudes do setor, dominado por interesses alienígenas, reconhecemos gratificados que o Programa de Prioridade Sociais do atual Governo colocou no mercado consumidor mais de quatro e

meio milhões de brasileiros, apenas neste último ano, elevando para 48% o percentual da população com acesso aos produtos terapêuticos. Mas observem V. Ex^{as} este detalhe mais da metade do povo brasileiro não tem condição de adquirir, ou mesmo de ganhar um simples frasco de remédio!

Finalmente, o Orçamento da União nos mostra que os gastos do País, em Saúde efetivamente subiram, o que demonstra uma inequívoca intenção de mudança, para melhor, do atual Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, de posse de todos estes dados e informações, que atestam o anseio das nossas autoridades em melhorar o sistema de saúde, chegamos porém à óbvia conclusão de que as medidas tomadas até agora não bastam, são absolutamente insuficientes, e que o panorama da saúde no País não mudou quase em nada. Verificamos ainda que as dificuldades de acesso da população e a baixa qualidade do serviço são características marcantes do Sistema de Saúde no Brasil.

Sobre a população nacional incidem, de maneira não decrescente, as endemias, que em vez de erradicadas apresentam, algumas delas, sinais de migração interna, passando a acometer principalmente populações localizadas nas periferias das grandes concentrações urbanas.

Assim, a esquistossomose, que atinge cerca de seis milhões de brasileiros, migrou há tempos para as grandes cidades como Belo Horizonte, e hoje já pode ser encontrada no lago Paranoá, aqui mesmo em Brasília. A doença de Chagas, mal que atinge aproximadamente nove milhões de brasileiros, está tão longe de seu extermínio como quando foi descoberta pelo grande cientista brasileiro que lhe deu o nome, e o Aedes Egipt, transmissor da febre amarela e da dengue, encontrando condições propícias, voltou, infectando populações em diversas regiões do País. O combate efetuado hoje conta o mosquito não tem tido a mesma determinação que aquele levado a efeito por Oswaldo Cruz em 1907, quando, apesar da falta de recursos tecnológicos apropriados, conseguiu extirpar a febre amarela do País.

A tuberculose, a malária e a hanseníase encontram-se, lamentavelmente, em fase de expansão no País, e o nosso índice de mortalidade infantil pode ser comparado com os mais elevados da América Latina, já que em algumas regiões, especialmente no Nordeste, ele se situa acima de cem mortes por mil crianças nascidas, no primeiro ano de vida.

Com relação à incidência da AIDS, podemos tristemente constatar que somos o terceiro País em todo o mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e a França.

É evidente que o Ministério da Saúde tem feito um grande esforço, visando ao controle desta precária situação. Mas a realidade que aí está mostra-nos que se impõem medidas mais energéticas, rigorosas e competentes, que a partir de soluções profundamente debatidas, possam reformular toda a estruturação de saúde no Brasil, oferecendo melhores condições e maior expectativa de vida à nossa população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, para tornar mais completo o meu pronunciamento sobre a saúde no Brasil, eu teria que, forçosamente, abordar a questão dos recursos humanos, com suas deficiências e salários defasados, a situação da assistência médico-hospitalar e a relação setor público versus setor privado. Por absoluta falta de tempo, já que o Regimento não me permite ir além, deixo estes importantes assuntos para

um próximo pronunciamento, chamando desde já a atenção de todos os Srs. Constituintes para a responsabilidade que teremos em nossas mãos quando estivermos tratando, nesta Assembléia, da legislação de saúde para o povo brasileiro.

A Nação espera que daqui saia não a solução milagrosa e demagógica para seus problemas, mas sim a adequação de medidas que possam priorizar o setor social e resgatar a grande dívida que o Brasil tem para com a sua população mais carente, na área de saúde.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente,

Sr.^{as} e Srs. Constituintes, os contribuintes do Estado de Pernambuco deixaram de recolher aos cofres estaduais em 1986 cerca de CZ\$ 1 bilhão e 800 milhões – correspondente a 20% da arrecadação de ICM – pensando em se beneficiar das anistias fiscais, que durante mais de 20 anos foram concedidas, lesando o Estado de Pernambuco. Realmente, a situação de dependência – que torna os Estados e Municípios altamente vulneráveis diante da concentração de poderes nas mãos do Governo Federal, traz à discussão, cada vez com mais freqüência, a questão da reforma tributária, agora, com a presença na capital política de mais de dois mil prefeitos de todas as regiões. Sou, evidentemente, favorável e partidário desta reforma, para melhorar o equilíbrio das finanças dos Estados. Todavia, de maneira que o Governo Federal possa dispor de mais recursos, já que a carga tributária no País é mal distribuída e realmente baixa. O nosso sistema tributário, que é regressivo, precisa ser reformado e tornar-se progressivo. E preciso extirpar as inúmeras isenções hoje existentes, pois elas não se justificam. Aceito que aos Estados e Municípios sejam atribuídos maiores encargos e atribuições, principalmente em relação àquelas obras que só a proximidade com o problema determina a prioridade, ficando para o Governo Federal os encargos dos investimentos sociais, nas áreas de Saneamento, Educação, Saúde, Agricultura, entre outras.

Segundo informações do Secretário da Fazenda do Governo Arraes, não se sabe ainda quanto o Estado de Pernambuco deixou de receber nesses 20 anos por contidas anistias fiscais que visavam a favorecer amigos do governo: "Só agora estamos implantando um sistema de computação para chegar aos números exatos".

Sr. Presidente, Sr e Srs. Constituintes, informo à Casa que o Secretário da Fazenda de Pernambuco está preocupado com o espólio deixado pelos antecessores, e esclarece que necessita da boa vontade do Governo Federal para honrar o pagamento do funcionalismo, pelo menos durante os próximos três meses. Inclusive, há necessidade do máximo empenho do Presidente José Sarney em autorizar a negociação de uma dívida de CZ\$ 800 milhões junto ao Banco do Brasil, vencível já no dia 30 de junho próximo. Sucede que o Banco do Brasil vem financiando, desde o ano passado, 75% da dívida externa de Pernambuco, empréstimos tomados em dólares, convertendo esses empréstimos em cruzeiros. O montante desses financiamentos já atinge CZ\$ 800 milhões, que o Estado de Pernambuco não tem condições de saldar, especialmente pelo curto prazo em que se coloca o vencimento.

Passo a fazer leitura da nova Consolidação Fiscal:

A partir do dia 1º de abril estará em vigor a nova Consolidação da Legislação Fiscal do Estado de Pernambuco – Decreto nº 12.255, de 10.3.86 – publicado no Diário

Oficial, consolidando toda legislação pertinente que alterou o Decreto nº 8.432, de 12-3-83, desde aquela data até esta mais recente publicação.

Segundo dispositivo do Código Tributário Nacional, os Estados e Municípios deverão expedir, periodicamente, por meio de Decreto, a Consolidação da Legislação vigente relativa a tributos de sua competência. Esta medida é considerada salutar, uma vez que a legislação não consolidada se torna de difícil manuseio para o contribuinte, e até mesmo para os Agentes da Fiscalização.

O Decreto nº 12.255, de 9 de março, além das normas relativas ao ICM – Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias – e do ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e direitos a eles relativos, também consolidou as normas relativas ao IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Ainda, no mesmo Decreto, o contribuinte vai encontrar consolidadas as normas relativas a mine-empresas e a utilização de máquina registradora.

As recentes alterações havidas no sistema de cadastro de contribuinte, bem como as relativas aos Documentos de Informações Econômico-fiscais, tais como GIAM, GIA, ROM e modelos de DAE's, já se encontram na nova Consolidação.

ALTERAÇÕES

Operações de Venda de Domicílio por Revendedor Autônomo – Pela nova Consolidação, as operações de venda a domicílio, por revendedor autônomo, podem, a partir de 1º de abril, ser realizadas também por contribuintes estabelecidos no Estado de Pernambuco. Pelo Decreto nº 8.432/83 este tipo de operação era permitido apenas a estabelecimentos industriais e comerciais atacadistas de outros Estados. (artigo 432 do Decreto nº 12.255/87).

Vendas à Ordem ou para Entrega Futura – Nas vendas à ordem ou para entrega futura o ICM não mais será destacado no documento que se destina a simples faturamento. Haverá o destaque do PI mas fica vedado o do ICM.

O ICM será lançado quando da efetiva saída da mercadoria. (artigo 271 e seguintes)

Deferimento do ICM – As hipóteses dos incisos VII e IX do Decreto nº 8.432/83, tidas como de não incidência do ICM, passaram a ser, pela nova Consolidação, hipóteses em que ocorre o deferimento do ICM. São elas:

(a) A saída de mercadoria destinada a estabelecimento da mesma natureza, pertencente ao mesmo titular, dentro do mesmo Município;

(b) A saída de mercadoria de estabelecimento industrial para estabelecimento comercial, pertencente ao mesmo titular, dentro do mesmo Município, desde que este último comercialize exclusivamente os produtos de fabricação do primeiro.

Parcelamento de Débitos Fiscais – A partir de 1º de abril, o valor da prestação inicial nos parcelamentos de débitos fiscais, voltará a ser de no mínimo 10%, do total do débito a ser parcelado, conforme consta do Decreto nº 12.255/87, artigo 718. A prestação inicial será recolhida quando da formulação do pedido de parcelamento."

Concluo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, declarando que a intenção do Governo de Pernambuco, conforme comportamento do ilustre Secretário da Fazenda, economista Flávio Lyra, é não conceder qualquer tipo de anistia fiscal, pois isso é estimular a sonegação. O relacionamento entre o fisco e contribuinte deve ser de respeito, pressupondo deveres e direitos de parte a parte. Quem pode e deve tem de pagar. E o Governador Açoires vai concentrar a atenção no alto nível de sonegação atualmente existente no Estado, principalmente através da falsificação e emissão de notas frias. Oportunamente voltarei ao assunto.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente,

Sras. e Srs. Constituintes, nos doze anos de mandato federal que aqui represento o Povo do Pará, tem sido tônica constante em meus pronunciamentos a política de Incentivos Fiscais estabelecida pelo Governo Federal com vistas ao processo de desenvolvimento da Amazônia.

A Legislação instituidora de Incentivos Fiscais, a despeito de seus reais objetivos, tomou-se vulnerável e, conseqüentemente, contrária aos interesses regionais.

O sistema de financiamento aos Projetos aprovados pela Sudam deixou de ser objetivo quanto aos programas de aplicação de recursos através do art 17, para se transformarem em negócios rendosos, mediante a prática de corretagens para a canalização de recursos do art. 18, sem os quais a economia amazônica não teria como manter os ritmos de progresso, de desenvolvimento.

Depois de tantos reclamos – nossos e de quantos outros representantes políticos manifestaram o inconformismo com o pagamento de corretagens que atingiram até 55% do volume de incentivos captados do art. 18 da legislação pertinente – o Governo Federal editou um novo Decreto-Lei, em novembro último, cuja intenção louvamos pela forma concreta com que pretendeu restabelecer a moralidade no uso dos Incentivos Fiscais em relação à Amazônia

Nas regras estabelecidas, o Governo Federal estabeleceu que os optantes pelo art 18 atribuem 20% do total dos incentivos captados em favor do art. 17. Nobre e correta decisão, pois, desse modo, atenderá ao fortalecimento financeiro do art. 17, com fulcro no qual a Sudam dá base de sustentação aos Projetos das Pequenas e Médias Empresas.

Ocorre, entretanto, que o Édito Presidencial através do qual essas inovações foram introduzidas data de Novembro último e, ao que se sabe, não impõe retroatividade aos Projetos anteriormente aprovados e/ou em fase de aprovação pela Sudam, mediante captação de recursos do art. 18. Assim não tem entendido o Ministério do Interior, que instruiu a Sudam a aplicar metodologia administrativa com efeito retroativo aos Projetos em curso antes das normas jurídicas baixadas em novembro de 1986.

Se vier a prevalecer essa linha de entendimento do Ministério do Interior, todos os Projetos aprovados com recursos do art. 18, a despeito das altas corretagens desembolsadas pelas Empresas interessadas, ainda ficam sujeitos ao desconto de 20% (vinte por cento), o que inviabilizara suas implantações, tomando-os fadados ao fracasso da inadiplência.

Nesse sentido, formulo apelo ao Ministro do Interior Ronaldo Costa Couto, para que reexamine a instrução fornecida a Sudam, e aplique as novas normas, que realmente são pertinentes à nossa

política desenvolvimentista, levando em conta os Projetos que, a partir de suas vigências, venham a operar com recursos captados do art. 18.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. RUBERVAL PILOTTO (PDS - SC. Pronuncia o seguinte discurso): -

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, guindado a este Plenário pelo voto consciente de uma expressiva parcela do entortado catarinense, que já me conhece pela atuação que pude desenvolver na Assembléia Legislativa do meu Estado, é meu desejo, como Constituinte, como Congressista e como Deputado Federal, ao lado dos outros dezoito ilustres representantes de minha terra, honrar um a um todos os compromissos que assumi em campanha eleitoral.

Sei que os interesses do Brasil, especialmente aqueles envolvidos com a Leitura de uma nova Constituição, são muito mais importantes do que os de Santa Catarina. Mas sei também, Sr. Presidente, e na devida conta, o que representam para a nossa Pátria as tradições, a cultura, a economia e o peso político-social de minha terra, fatores esses que não de pesar sempre no desempenho de meu mandato.

Defensor impertérrito da livre iniciativa e da propriedade privada, vigas mestras de nossa civilização ao longo de toda a nossa História, postulados para os quais sempre estarei atento, faço desta minha representação, além disto, um penhor de defesa constante de outros direitos que não podem mais ser relegados a segundo plano.

Refiro-me, Srs. Parlamentares, à necessidade urgente que temos de levar a efeito uma reforma tributária profunda, que seja capaz de garantir ao município e ao Estado uma participação mais equânime, mais justa e melhor distribuída das rendas nacionais, que são geradas em seus territórios, mas das quais recebem apenas a migalha imposta pelo autoritarismo do Poder Central. Essa reforma há de ser de tal ordem que provoque, também, uma necessária descentralização do Poder, de modo tal que as decisões mais importantes não continuem apenas a ser executadas ao bel-prazer do Poder Executivo federal.

Refiro-me, também, à classe assalariada que, enquanto ativa e respondendo pela produção da riqueza nacional, nem sempre é remunerada com a dignidade que merece para si e para a sua família e, quando se torna inativa e depende do beneplácito da Previdência Social, é, via de regra, jogada ao rés-do-chão de proventos absolutamente incompatíveis com a dignidade de quem deu uma vida inteira de trabalho, suor e sangue, para ao depois não ter direito sequer a uma paridade com o salário mínimo regional.

Além do mais, e especificamente como representante catarinense, Srs. Parlamentares, tenho um compromisso especial com a riqueza natural do meu Estado - o carvão - e com o meio ambiente esplendoroso com que a natureza nos dotou, bem inalienável que tem de ser preservado a preço de qualquer sacrifício.

Nestas trincheiras poderei ser sempre encontrado, para responder altaneiramente pela delegação, da qual me orgulho, que o povo de Santa Catarina houve por bem me conceder.

Era o que linha a dizer.

O SR. ARTENIR WERNER (PDS-SC. Pronuncia o seguinte discurso): Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, em manifestação mais ou menos recente, o Ministro da Previdência Social trouxe à baila, novamente, a proposta de se elevar para 55 anos de idade o limite mínimo para que

o trabalhador brasileiro possa fazer jus aos benefícios da aposentadoria definitiva.

A simples menção de tal proposta já está causando enorme celeuma entre os assalariados, e os sindicatos apressam-se em exprimir o descontentamento das classes que representam.

Nos últimos dias, recebi solicitações para intervir no assunto vindas de várias representações sindicais de meu Estado, motivo pelo qual desejo chamar a atenção dos nobres colegas Constituintes para essa grave injustiça que se pretende cometer contra o operariado da Nação.

É verdade que uma pessoa com 55 anos, e até bem mais, ainda está plenamente capacitada para o trabalho. Entretanto, existem alguns outros aspectos que precisam ser considerados com muito cuidado e bom senso.

O primeiro deles diz respeito à dificuldade que uma pessoa com mais de 40 anos tem para conseguir emprego, pois, aqui no Brasil, os empregadores consideram que um trabalhador dessa idade já perdeu parte de sua eficiência apesar dos inúmeros casos de gente até bem idosa que produz até mais e melhor do que na mocidade. Mesmo assim, dá-se preferência aos mais jovens, sem levar em nenhuma conta os conhecimentos e perícia adquirida com a prática.

Em segundo lugar, uma grande parte dos brasileiros começa a trabalhar e, conseqüentemente, a contribuir muito cedo para o sistema previdenciário. A menos que os cálculos atualmente utilizados para determinar os valores dos proventos da aposentadoria sejam totalmente reformulados, estabelecer um limite mínimo de idade para as pessoas poderem auferir o prêmio - porque se supõe que a aposentadoria, pelo menos em tese, seja um prêmio - pelo qual se paga durante 30 ou mais anos, tudo isso me parece uma grande injustiça. O terceiro e talvez mais importante ponto a ser analisado relaciona-se à mulher trabalhadora.

Vejamos um exempla uma mulher que comece a trabalhar aos dezoito anos de idade, terá de esperar, caso se estabeleça o limite de 55 anos de idade, sete anos além do previsto na legislação atual para aposentar-se. E isso também não é justiça.

Por outro lado, se levarmos em conta a expectativa de vida média do brasileiro - que, hoje, gira em torno do 60 anos - só metade, ou talvez menos, dos trabalhadores chegará à aposentadoria. E quanto lhes restara, então, de vida para gozar o benefício?

Segundo pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Estudos Demográficos, só a parte da segunda metade dos anos 90 é que os trabalhadores brasileiros - obrigados a esperar pelos 55 anos de idade para retirar-se da atividade assalariada poderão ter algumas chances de gozar o merecido ócio da terceira idade ou dedicar-se a outros afazeres mais amenos ou agradáveis:

Antes que se tome qualquer iniciativa no sentido de estabelecer limites miamos de idade para - aposentadoria, é preciso considerar que, apenas com o crescimento vegetativo da população e com a queda da mortalidade infantil, haverá considerável aumento da população ativa, em relação à população global e obviamente, dos contribuintes, em relação aos aposentados e pensionistas.

O povo brasileiro já está sendo duramente penalizado pelas diversas crises que se sucederam nos últimos tempos e pela impiedosa política econômica do Governo. Ele não merece ser submetido a mais esse sofrimento: aguardar por um benefício praticamente impossível de ser usufruí-

do, embora tenha pago - e muito bem - por ele.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB - CE Pronuncia o seguinte discurso): - Sr. Presidente Sras. e Srs. Constituintes, as últimas quarenta e oito horas assinalaram um marco no histórico movimento municipal que tem por objetivo obter uma reforma tributária que possibilite aos municípios brasileiros sair do estado de penúria em que se encontram há vários anos.

Mais de dois mil municipalistas, entre prefeito vereadores e outros membros do movimento reuniram-se aqui em Brasília, no I Encontro de Municípios, sendo de ressaltar, Sr. Presidente, que delegação cearense, composta por cerca de setenta representantes, foi uma das mais numerosa e atuante.

Essa campanha é das mais justas, oportuna e necessárias, já que visa implantar a justiça tributária em nosso País, através de revisão no Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, e no Imposto sobre Circulação de mercadorias, ICM, os quais além de não serem repartidos equitativamente com os Estados, vêm tendo uma parcela desviada.

Entre as reivindicações específicas de corte urgente da Frente Municipalista estão o aumento do Fundo de Participação dos Municípios de dezessete por cento para vinte por cento; a criação pela União Federal, de um Fundo de Ressarcimento para a Transferência aos Estados e Municípios para compensar a perda do ICM, isento na exportação de produtos manufaturados.

Os Prefeitos e Vereadores estão reivindicando, também, Sr. Presidente, a obrigatoriedade de crédito imediato e automático da participação do Estados e Municípios na arrecadação de qualquer tributo; a distribuição de vinte por cento do Fundo Nacional de Desenvolvimento aos Municípios proporcionalmente à sua população, para aplicação em projetos que atendam às finalidades estabelecidas pelo Governo Federal, bem como a, conclusão da receita do Finsocial no cálculo do Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios

É preciso que o Governo Federal reconheça o direito de os municípios conseguirem uma re forma tributária de emergência, mas que também segundo os termos de outro pleito, lhes seja destinado o percentual de vinte por cento do Fundo Nacional de Desenvolvimento, instituído com o Compulsório imposto no final do ano passado já que ele é formado basicamente com os recair os da população municipal.

É urgente também que o Poder Central mude o seu comportamento em relação a essas importantes unidades da Federação, como a parcela de cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural, IRR, a qual desde dezembro de 1985 pertence aos municípios, que, contudo, até hoje não receberam um cruzado sequer.

As conseqüências desses permanente empobrecimento dos municípios. Sr, Presidente, estão traduzidas na fome e na miséria de suas populações, as quais podem ser sentidas como ressurgimento de levas de flagelados nordestinos que começam a promover saques em várias cidades, enquanto que muitos municípios brasileiros já sentem os trágicos efeitos sociais da recessão econômica.

Desejamos, por isso, saudar os prefeitos e os vereadores que hoje terminam o seu oportuno encontro, ao mesmo tempo em que queremos nos solidarizar, em especial, com a delegação cearense, pelas justas propostas apresentadas ao I Encontro de Municípios, na certeza de que a força dos seus argumentos será decisiva para que se

fortaleça a luta que hoje se trava por uma reforma tributária justa, profunda, capaz de restabelecer a própria Federação, que foi mutilada ao longo de 22 anos de um regime discricionário, que, a rigor, implantou neste País um Estado unitário, mas um Estado unitário difamado. Nestes anos de violências só exista um árbitro de todas as decisões políticas, econômica e financeira – o Poder Executivo. Mas esta fase de exceção já passou. A hora é de transformações nas estruturas políticas, jurídicas, econômicas e sociais deste País

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.): – A reforma tributária é uma necessidade inadiável para a sobrevivência da maioria absoluta dos Municípios e de vários Estados, eis que a de 1965, apesar das alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 23, de 1-12-83. tem sido profundamente danosa à Federação.

Os Municípios brasileiros vêm sofrendo, há duas décadas, um processo contínuo e crescente de empobrecimento, em consequência de tal reforma, que lhes vem destinando uma parcela muito pequena do montante arrecadado em seus limites territoriais, causando-lhes sérios problemas, especialmente nos setores social, da saúde e da educação.

A situação dos Estados, que é um pouco menos difícil do que a dos Municípios, ficou mais clara. agora, com a posse dos novos Governadores, ânimes em condenar o atual sistema tributário e reclamar uma reforma que melhor distribua os recursos; proporcionando-lhes, assim, meios para o atendimento das despesas que têm a seu cargo, inclusive com a extinção do privilégio da União, de decretar isenção de impostos próprios dos Estados e Municípios e daqueles em relação a estes.

A situação dos Estados e Municípios, de modo geral, é de total falência, sem recursos sequer para o pagamento do funcionalismo, cujos salários, diga-se de passagem, são, geralmente, irrisórios. A necessidade dessa reforma foi enfatizada, no último dia 18, junto ao Sr. Presidente da República, pelo Governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, em nome de dezenove dos novos Governadores do PMDB, preocupados com os problemas que sua administração terá com o sistema tributário em vigor. Uma reforma tributária de emergência, que esses governadores chamam de "arranjo tributário", em documento entregue ao Chefe do Executivo Federal pelo Governador mineiro, considerada sua urgência, iria da elevação dos percentuais de participação de Estados e Municípios na arrecadação do Imposto de Renda – IR e do imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, que, somados, não representaram, em 1986, mais de 32% de sua arrecadação, que desejam seja elevada para 40%, à participação nos Impostos sobre importação, Exportação, Operações Financeiras e Serviços de Comunicações, além de outras alterações, inclusive na sistemática do ICM e correção de distorções no Imposto único sobre Minerais e no Imposto único sobre Lubrificantes e Combustíveis.

O atual sistema tributário é filho do centralismo defendido e praticado, até o absurdo, pelos governos revolucionários, sob a alegação de que tal fato, aliado ao planejamento global das atividades públicas, devia depender de um só comando, a fim de evitar desperdícios de recursos, o contrário é o que ocorreu. O absolutismo governamental levou à realização de obras nem sempre necessárias, pois desvinculadas das realidades regio-

nais e locais e à existência paradoxal de inúmeros órgãos tratando do mesmo assunto, além do empobrecimento dos Estados e Municípios e do conseqüente enfraquecimento da Federação, como resultado mais grave da centralização da arrecadação dos Impostos.

Espero que o Sr. Presidente da República, conscientizando-se da necessidade dessa reforma, determine aos setores competentes do Governo as providências iniciais para sua concretização.

Que ela venha quanto antes, porquanto os Estados e os Municípios não têm mais condições de esperar.

O SR. COSTA FERREIRA (PFL – MA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, recebi, há alguns dias, ofício do Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, Deputado Ricardo Jorge Murad, comunicando a aprovação de requerimento do Deputado Marcony Farias, em que solicita ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Dr. Rafael de Almeida Magalhães, urgentes e inadiáveis providências no sentido da instalação, no Município de Santa-Inês, naquele Estado, da agência do INAMPS, criada pela Resolução nº IAPAS/INAPS/72, de 6 de março de 1985.

As justificativas do Deputado Marcony Farias são perfeitamente válidas, eis que traduzem a realidade da região e defendem a concretização de uma medida esperada há mais de dois anos.

A agência aqui mencionada tem a finalidade de atender aos segurados da Previdência Social, não apenas do município citado, que vem crescendo a índices surpreendentes, graças à sua estratégica posição geográfica na área, mas a vários outros, onde trabalha, ativa e esperançosa, uma população superior a 500 mil habitantes, destacando-se, entre eles, Santa Luzia, Monção, Vitória do Mearim e Arari, cujo progresso se vem fazendo sentir rapidamente. Trata-se de região rica, corta da pela BR-316, que liga Teresina a Belém, passando por importantes centros, tais como Cordas, Bacabal e Santa Inês, pela estrada de ferro Carajás, que liga São Luís à região de onde lhe vem o nome, e pela BR-222, de Miranda a Açailândia, na Belém – Brasília, passando por Santa Inês e Santa Luzia.

A instalação da agência do INAMPS, em Santa Inês, já tem meio caminho andado, porquanto a Prefeitura daquele progressista município, segundo informação de seu titular Sr. Franklin Seba, colocou à disposição do LAPAS um prédio devidamente reformado, de acordo com a exigência daquele órgão, para funcionamento - da referida agência.

Desejo, na oportunidade, Sr. Presidente, expressar minha esperança e minha confiança na ação do Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, quanto a imediata instalação da agência do INAMPS, em Santa Inês, providência que irá beneficiar mais de meio milhão de brasileiros, que ali vivem, que ali trabalham para o desenvolvimento da região e do Estado, que sonham com um futuro melhor para a comunidade.

Oxalá minha esperança e minha confiança não sejam frustradas.

O SR. FEREZ TIADER (PDT – R. J. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, segundo dados estatísticos recentes, a metade da população brasileira vive no campo. Por isso, compreende-se que os propósitos de integração nacional não haverão de prosperar sem o desenvolvimento acelerado da agricultura e da pecuária, responsáveis pelos produtos bási-

cos da mesa do povo deste País. Dai a justificativa para a preocupação do governo em ampliar e melhorar assistência técnica e creditada, garantir os preços mínimos, a armazenagem e o transporte, bem como impulsionar vigorosamente uma política de aumento da produtividade. Ao mesmo tempo, não se pode descuidar da dedicação de uma atenção ao trabalhador rural, dando-lhe inclusive condições de sindicalização semelhantes às do trabalhador urbano.

Dentro deste quadro, que tem absorvido parte das nossas preocupações; a cidade de Santa Rita de Jacutinga, no Estado de Minas Gerais, situa-se numa área próspera. Mais da metade das terras enquadradas naquele perímetro é da aptidão agrícola excelente, e tem apresentado uma crescente produção, que já concorre expressivamente para o total apurado em todo o país. As terras recebem bem diversas culturas, além de fanado também a pecuária bovina.

É na esteira dessa proclamada produtividade que surgem novas necessidades, algumas da maior importância. Podemos destacar a dificuldade que os agricultores estão encontrando para promover o escoamento de sua produção, principalmente para o seu mercado maior, que está centro do nos Municípios de Volta Redonda e Barra Mansa. Mas a estrada de ligação entre essas localidades está em péssimas condições, difícil de ser percorrida por veículos. À época das chuvas, da se toma praticamente intransitável, causando sérios transtornos aos seus usuários comuns e prejuízo incalculáveis aos agricultores, que ficam impossibilitados de escoar a sua produção.

Em assim sendo, queremos apelar ao Ministério dos Transportes no sentido de que determine a pavimentação asfáltica da estrada, a fim de assegurar condições de tráfego, ao lado da aplicação e adequação da malha de estradas vicinais, alimentadoras e coletoras, dentro do objetivo de viabilizar o escoamento tranquilo e eficiente da produção agrícola.

Junte-se a isso o relevante papel que essa estrada desempenhará como fator de integração e eficiente elo entre os Municípios de Volta Redonda e Santa Rita de Jacutinga.

Esperamos, Sr. Presidente, que os nossos argumentos, obviamente com o apoio dos nossos pares, encontrem ressonância positiva no Ministério dos Transportes.

O SR. SALIM CURIATI (PDS – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em todo o País, numa sucessão que parece acompanhar um rastilho, explodindo em todas as capitais do País, o problema dos transportes urbanos, represado durante pouco mais de um decênio por medidas tão enérgicas quanto anti-democráticas de contenção, é a questão mais constante no noticiário e comentários da imprensa e nas imagens da televisão, em vista mesmo de sua importância econômica

Há algumas décadas, protestos, "quebra-quebras" surgiam em cinco ou seis capitais, porque a urbanização e o favelamento resultante do êxodo urbano ainda não haviam atingido as proporções atuais. Agora as greves de ônibus explodem em Teresina como em São Paulo, em Aracaju como no Rio de Janeiro, em Recife e Porto Velho, em Cuiabá e Belo Horizonte, com o mesmo senso de organização de urna das classes mais organizadas do País.

Isso se deve, antes de tudo, à falta de organização do setor, em âmbito nacional, munido o Governo Federal dos instrumentos – como dispõe de um Código Nacional de Trânsito – capa-

zes de emprestar uniformidade ao problema das tarifas rodoviárias e urbanas em todo o País. Se o ônibus custa o mesmo preço para todos – conforme o ano de fabricação –, se o preço da gasolina e o óleo diesel é invariável, em qualquer cidade do País, se tabeladas as peças de reposição, resta, apenas, uniformizar os preços das passagens e os salários do pessoal, na proporção das horas de trabalho, da tarefa diurna ou noturna, realmente fixos, em ternos pessoais, todos esses componentes. Por que, então, não se providencia um Código Nacional de Tarifas Urbanas, englobando as rodoviárias, as ferroviárias e as dos "metrô"? Não vemos nenhum obstáculo constitucional na solução, tanto mais quanto o problema dos transportes é, antes de tudo, nacional, embora sua expressão seja local.

Se a União pode estabelecer o plano nacional de viação, relativamente ao tráfego e ao trânsito nas vias terrestres sobre que os Estados apenas legislam supletivamente nada impede que uma legislação federal, uniforme em todo o País, discipline os preços das passagens em todo o território nacional, o que contribuirá, seguramente, para reduzir o número de greves e melhorar os serviços de transporte urbano, principalmente nos grandes centros, hoje asfixiados pela total desorganização, principalmente nas capitais.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ARNOLD FIORAVANTE (PDS – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, temos assistido, com desalento o descuido sistemático da política do Governo Federal, no que tange à incidência tributária sobre gêneros alimentícios, gerando o agravamento do mal-estar social pela fome, pela desnutrição e pelas crianças que sucumbem por inanição.

Não bastasse o erro crucial de se permitir tributação excessiva sobre alimentos básicos, ternos, ainda, nefasta política para o setor agropecuário, bem como tributação absurda que recai sobre máquinas, implementos agrícolas e insumos básicos, tudo numa desastrosa sinfonia de desacertos que, fatalmente, levarão esta Nação a ter suas estruturas solapadas, indo ao desmoronamento de suas instituições.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, para termos uma idéia de como isto ocorre, basta observarmos este simples cálculo:

"para cada Cz\$100,00, gastos em alimentos, menos de Cz\$ 80,00, destinam-se a pagar o seu custo real, ficando Cz\$ 17,00, para o ICM, Cz\$ 2,50 para o FUNRURAL e Cz\$ 2,25 do PIS e mais Cr\$ 1,50 para o FINSOCIAL.

Fica claro que, ao se extinguir a tributação sobre alimentos básicos, as famílias poderão alimentar cinco pessoas, quando, hoje, alimentam quatro. ou seja, comprariam alimentos para cinco dias e não apenas quatro, na atual situação. Devemos lembrar, ainda, que nestes cálculos não computamos o que se poderia deduzir com a isenção de impostos e taxas sobre máquinas, implementos e insanos para a agricultura e pecuária.

É de se lembrar, Senhores, que de cada salário mínimo, 49% são destinados à compra de alimentos. E sobre isso tem a incidência dos tributos. O que resta?

Ocorre tal façanha num país no qual, já em 1978, o então Ministro da Saúde Almeida Machado, reconhecia a existência de 50% da população subalimentada, por motivos econômicos.

Por outro lado, vemos a família numerosa pagando mais impostos sobre alimentos que as fa-

mílias pequenas, levando a uma conclusão simplista que o número de filhos toma a família pobre e chega-se a indicar como solução a limitação de filhos, num país que tem pouco mais de 14 habitantes por Km²

Liberte – Se a agricultura e a pecuária de tributações elevadas e ter-se-á uma nação a caminho da redenção e sem o vexame da necessidade de impotar produtos agropecuários e sem a vergonha de não poder pagar dívidas que contraiu no mercado internacional.

Há que se lembrar, também, que caminhamos para uma nação de subnutridos, de crianças que não assimilam ensinamentos e, por conseqüência, a determinação da educação – o que já está ocorrendo – e o aumento da crise da Previdência Social em desesperada corrida para cuidar da saúde de um povo que padece de fome

Queremos lembrar, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que esta matéria será objeto de nossa atenção e deveremos incluí-la, em hora oportuna, para submeter à apreciação desta Casa

Desde já pedimos à V. Ex.^a e a todos os demais Constituintes o apoio para transformarmos esta idéia em realidade.

O SR. CHICO HUMBERTO (PDT – MG. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, encaminho à Mesa, cópia do telex que enviei ao Secretário dos Transportes do Estado de Minas Gerais, solicitando providências no sentido de que sejam iniciadas as obras da Rodovia MG-226, ligação Ipiaçú-Capinópolis, naquele Estado, para que conste dos Anais desta Casa.

Encaminho também à Mesa, Sr. Presidente, copia do telex que enviei ao Presidente da Companhia de Financiamento da Produção, solicitando providências no sentido de que a CFP coloque à disposição de Capinópolis e região 350 mil sacos de anagem, para que igualmente conste dos Anais desta Casa.

TELEX A QUE SER REFERE O SR. CHICO HUMBERTO

Exmo Sr.
Dr. Ignácio Mammana Netto
Companhia de Financiamento da
Produção Nesta

Pedimos providências urgentes sentido CFP colocar a disposição de Capinópolis/MG e Região, 350.000 (trezentos e cinqüenta mil) sacos de anagem para aquisição dos produtores uma vez que encontra-se em fase de colheita das suas lavouras - e os silos graneleiros não atendem a necessidade local. Atenciosamente
Chico Humberto Deputado Federal PDT/MG

Secretário de Transportes do Estado de
MG José Dac. dos Santos

Secretaria de Estado de Transportes
Belo Horizonte – MG

Peço Ilustre Secretário providências urgentes quanto ao capeamento asfáltico da Rodovia MG-226 ligação Ipiaçú-Capinópolis, neste Estado. Uma vez que esta se encontra em condições precárias, dificultando o transporte e o escoamento daquela Região tão produtora de alimentos e outros produtos primários.

Conhecedor das reais e dinâmicas intenções de V. S^a Excia. No intuito de melhor atender a população mineira, deixo os votos de sucesso na administração desta secretaria.

Cordialmente.
Chico Humberto.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, milhares de famílias de pequenos agricultores do norte-nordeste de Goiás que perderam todas as suas lavouras, em razão da longa estiagem de janeiro e fevereiro deste ano, estão completamente desassistidas e sem qualquer informação quanto à possibilidade de indenização dos seus prejuízos, a que têm direito como segurados do Proagro.

Havendo interferido em favor daqueles agricultores, recebo do Banco Central a informação de que foram solicitadas as providências necessárias para estender, como reivindiquei, os benefícios da Resolução nº 1265, de 11 de março corrente. aos sessenta municípios da região amazônica de Goiás, que foram durante castigados por inclemente estiagem.

A situação das populações daqueles municípios é por demais grave, já que a agricultura, ali, apesar de em grande parte ser apenas de custeio, é a atividade econômica principal, envolvendo, quando em crise, toda a comunidade.

Em razão da situação de caos já predominante no norte-nordeste de Goiás, reitero apelo feito ao Ministro do Mediar, no sentido de que inclua na área de emergência os sessenta municípios da Amazônia Legal de Goiás, para que, desde logo, a assistência do Proagro possa ser dada e os bancos parem de executar os agricultores prejudicados pela estiagem.

Ao concluir, leio, para transcrição nos Anais, dois telex que tratam do assunto um, expedido por mim; outro, que me dirigiu em resposta o Dr. Hélio Ribeiro de Oliveira. Diretor de Crédito Rural do Banco Central É o seguinte:

"Diretor Hélio Ribeiro de Oliveira
Diretoria de Crédito Rural Banco Central do Brasil".

Resolução nº 1267/87, de 11-3-87, destina-se ao atendimento agricultores dezessete municípios baianos e três mineiros, não incluindo área amazônica de Goiás. Solicito ao Ilustre Diretor extensão benefícios àqueles municípios goianos, duramente atingidos prolongada estiagem.

Cordiais Saudações,
Deputado Siqueira Campos
Líder PDC

"Telex-Dicri-87/063. De 19-3-87

Exmo. Sr.
Deputado Siqueira Campos Câmara dos Deputados.

Referência Telex de 13-3-87, dirigido Diretoria Crédito Rural deste Banco Central. Informamos que retransmitimos seu inteiro teor ao Ministério do Interior ao qual compete ratificar relação municípios decretados como de estado emergência ou calamidade pública pelos Estados, para os efeitos Resolução nº 1267, de 11-3-87.

Saudações.

Hélio Ribeiro de Oliveira
Diretor Crédito Rural Industrial e Programas Especiais
Bancentral"
Era o que tinha a dizer.

O SR. DAVID ALVES SILVA (PDS – MA) Pronuncia o seguinte discurso: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a criação do Estado dos Car

jás, conforme proposta de norma constitucional, defendida na tribuna desta Casa, tem a formação deste processo as seguintes cidades maranhenses:

blemas de saneamento e desarranjo urbano, que não conta com infra-estrutura social de serviços públicos essenciais mínimos, continua esquecido, não foi contemplado nesses atos de urgência da Administração Moreira Franco. O Estado do Rio precisa de uma política global e integrada de saneamento de seus espaços doentes, de planos de crescimento ordenado para suas cidades, isto imediatamente, enquanto a sonhada e decantada Reforma Urbana Brasileira não venha. Estamos certos de que, não obstante a situação econômico-financeira do País não seja favorável, o Governo Federal não poderá se omitir, negar sua participação com recursos e apoio ao Governo fluminense, no enfrentamento das questões do saneamento urbano e rural. Alertamos o Sr. Presidente da República, os Ministros da Fazenda, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, do Interior, da Saúde e da Previdência Social para essa realidade adversa, que infelicitiza e martiriza grande parte do povo fluminense, notadamente a classe trabalhadora. Do Governador Moreira Franco esperamos a competência diligente, a ação firme, a decisão política no trato dessa questão, que toca diretamente, não apenas à saúde e ao bem-estar dos fluminenses, mas compromete o futuro de milhões de brasileiros. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

CIDADE	POPULAÇÃO	CEP	KM ²
Açailândia	70.179	65.906	—
Alto Parnaíba	8.000	65.810	11.587
Amarante	19.098	65.920	7.252
Baixas	26.685	65.980	12.436
Carolina	24.319	65.980	10.516
Estreito	14.777	65.975	—
Fortaleza das Nogueiras	11.685	65.805	2.006
Grajaú	71.966	65.940	16.872
Imperatriz	236.947	65.900	13.352
João Lisboa	52.110	65.910	2.005
Monte Altos	16.655	65.930	3.329
Porto Franco	27.947	65.970	4.429
Riachão	29.136	65.990	5.951
Sambaíba	52.697	65.830	3.188
São Raimundo das Mangabeiras	12.746	65.840	4.113
São Félix de Balsas	6.730	65.870	2.346
Sítio Novo	11.786	65.925	2.498
Tarso Frangoso	5.394	65.820	4.521
Loreto	8.349	65.895	1.903

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, de acordo com entendimentos mantidos com municípios acima citados, estarei enviando uma comissão de assessores do meu Gabinete para marcar com aquela população um debate regional sobre o referido projeto.

O SR JOSÉ CARLOS COMINHO (PL – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): Sr. Presidente, Srs. Constituintes, um dos grandes males da civilização deste século é, sem dúvida, o crescimento desordenado das cidades e o conseqüente desastre da falta de planejamento e construção urbana, que geram uma série de doenças econômicas e sociais que grassam epidemicamente em muito países, principalmente no Brasil, onde não nos livramos ainda do subdesenvolvimento. A inchação das cidades brasileiras é provocada, principalmente, pelo incessante êxodo rural, sintoma do reiterado adiamento de uma verdadeira reforma agrária, necessária e urgente há um século.

Ao redor das nossas cidades, especialmente dos grandes centros, multiplicam-se o desemprego, a fome, a miséria, a criminalidade, produto das contradições naturais e previsíveis do capitalismo selvagem, no ambiente desastroso da desordem urbana. A subnutrição, o alcoolismo, as tóxicamias, o lenocínio e a prostituição sacos subprodutos, as endemias desse câncer incógnito. Mas, Sr. Presidente, essas nódoas sociais e morais, resistentes na vida contemporânea, persistem em territórios onde as obras de saneamento básico passam ao largo, próximas à insensibilidade e à deficiência de sucessivos governos.

Sr. Presidente, a insalubridade das grandes e médias cidades brasileiras já não se apresenta apenas como endemias crônicas, isto é, como doenças humanas e sociais recorrentes e localizadas. A ausência de saneamento ou anti-saneamento já se transformaram em epidemias, sob o vírus da inoperância política e ante o contágio hereditário e letal da incompetência dos governos. A infelicidade social, a dor e a morte do homem urbano contemporâneo acontecem na habitação indigna, no ambiente promíscuo e infecto das valas pútridas, do esgoto a céu aberto, da falta de água, de energia, dos serviços sociais básicos, de educação, saúde e transporte, enfim das condições mínimas, de convivência e de sobrevivência

humana. A favela, o terreno baldio, as lixeiras, os canais de descarga industrial e os dejetos são hoje as ame-salas, as salas de visita das grandes e médias cidades brasileiras.

Infelizmente, Sr. Presidente, para nossa tristeza, o Estado do Rio de Janeiro pode sintetizar este quadro trágico, patológico, do nosso País. A Baixada Fluminense, todo o Grande Rio, é o maior exemplo de miséria generalizada que acompanha a insalubridade, a falta de saneamento básico. As fotografias desses lugares revelam as piores e mais desumanas formas de viver, conviver, criar e construir. Atino amontoado agressivo dos barracos e nas valas de esgoto e lixo, estão sepultados o sonho e a esperança de milhões de brasileiros. Também na Região dos Lagos e nos entornos de Angra dos Reis, a situação não é favorável às populações que vivem nas periferias, agravada pelas invasões sazonais dos turistas. Niterói e São Gonçalo são outros municípios duramente castigados pelo não saneamento, pela desordem urbana. Campos, Petrópolis, Teresópolis e Friburgo, bem como Barra Mansa, Volta Redonda e Resende estão igualmente mudadas pelo favelamento e a falta de saneamento de seus estornos, em constante inchação, intumescimento de feridas e tumores sociais antigos.

Com este patrimônio, não é à toa, Sr. Presidente, que o Estado do Rio de Janeiro é hoje o espaço ideal e fértil, o lugar propício para a proliferação de doenças importadas, como a dengue e a AIDS: de insistência e ressurreição de antigos algozes do povo brasileiro, como a malária, a esquistossomose e a verminose. O Rio de Janeiro é o campeão brasileiro nas estatísticas de ocorrência dessas doenças! E o seu grande disseminador.

O novo Governador do Estado do Rio, Moreira Franco, de quem o povo fluminense muito espera, acaba de firmar contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para execução de projetos de saneamento básico em pontos nevrálgicos da Baixada Fluminense e Região dos Lagos, abrangendo os Municípios de Cabo Frio, Araruama, Arraial do Cabo e São Pedro d'Aldeia. É um despertar, um primeiro passo para acudir situações emergenciais. Mas vemos que, lamentavelmente, o grande entorno de Niterói e São Gonçalo, com gravíssimos pro-

O SR. MAURO SAMPAIO (PMDB – CE Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, A propósito de um ofício que recebi da Organização das Cooperativas do Estado do Ceará – OCEC, venho a esta tribuna manifestar o meu total empenho em prol de Cooperativismo na Assembléia Nacional Constituinte.

Não podemos nos omitir da importância em que se define, em que se manifeste e em que resulta a doutrina econômica do cooperativismo, de papel primordial para o desenvolvimento da nação. Esse conjunto de princípios que servem de base a um sistema não somente econômico, mas conjuntamente social, é o resultado de todos os que acreditam resolver as questões da sociedade pelo desenvolvimento e generalização da cooperação. As cooperativas, nos seus mais diversos e significativos setores (agrícola, de produção, de consumo, artesanais, de crédito, de habitação, de mão-de-obra, varejistas, etc) têm em comum o desempenho da atividade econômica. E tais cooperativas, enquanto espécie de sociedade comercial, constituída por membros de determinado grupamento social ou econômico, são regidos por legislação especial e gozam de privilégio de natureza fiscal. O que se salienta, apesar de tudo, é a necessária força política dos ideais cooperativistas, "no sentido de dar sustentação à normalização legal compatível com os objetivos associativistas," como bem se expressou a referida organização no ofício a mim destinado.

Colocando-me na luta da Frente Parlamentar Cooperativista, faço saber esta questão fundamental do País, que deve ser discutida e resolvida na nova Carta Magna.

O ofício a que me refiro é o seguinte:

"Senhor Deputado:

No cumprimento de nossa missão de representantes de um sistema que conta, em nosso Estado, com cerca de 85.000 associados, congregados em 105 cooperativas, tomamos a liberdade de nos dirigir aos nossos líderes políticos que mais têm se identificado com os problemas do nosso homem do campo e do povo cearense em geral, com

real interesse pela solução desses problemas, a fim de chamarmos a atenção dos mesmos para a força que tem do cooperativismo e o papel que representa no panorama econômico-social de nosso País e particularmente do Nordeste.

Vossa Excelência sem nenhuma dúvida há se destacado, como médico, como político, pela postura de um grande líder, quer pelos princípios que defende, quer por sua ação, sempre em benefício dos mais pobres e humildes. Por isso, gostaríamos de contar com seu posicionamento em prol do cooperativismo na Constituinte.

Temos a convicção de que somos uma grande força na área da agricultura, da eletrificação e no artesanato. Mas ainda não estamos organizados como força política. Assim, não tivemos especificamente nenhum representante cearense ligado eleitoralmente ao cooperativismo. Mas sabemos aqueles que por seus princípios e sua atuação se identificaram com os ideais cooperativistas. Por essa razão tomamos a liberdade de indicar à Organização das Cooperativas brasileiras – OCB –, o nome de Vossa Excelência como um daqueles que devem ser convidados a integrar a Frente Parlamentar Cooperativista, no sentido de dar sustentação à normatização legal compatível com os objetivos associativistas.

Atenciosamente, – **Raimundo Belmino Chaves** – Presidente”.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. STÉLIO DIAS (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, a agricultura produz, este ano, mais de setenta e cinco milhões de toneladas de grãos, quando sua produção no ano passado ultrapassava mais de cinquenta e cinco milhões de toneladas; assume o Espírito Santo a condição de segundo produtor de café do País, e o Governo importa milhares de toneladas do Conilon africano, com quem rivaliza o produto capixaba, despencando a cotação do café de mais de quatro mil para menos de dois mil cruzados a saca. Os produtores da soja estão em crise, cai a cotação do açúcar e do café, enquanto, na agricultura, estamos produzindo preferentemente gravosos.

Para coroar esse cortejo negativo de ocorrência, os juros para a lavoura sobem de trinta e seis por cento para cento e vinte por cento ao ano.

Aliás, o problema da agiotagem é nacional, atinge todos os setores, diminui o comércio de automóveis e de eletrodoméstico, cria sérias dificuldades à indústria da construção civil, e ninguém sabe a quem beneficia semelhante orgia, embora a primeira impressão seja a de que os banqueiros estão enriquecendo e engordando os seus balanços.

Por outro lado, tivemos uma inflação de cerca de oitenta por cento no ano passado, enquanto o fisco nos lança o tributo do Imposto de Renda sem considerar esse aspecto, o que significa que todos iremos pagar muito mais do que o devido.

A imprensa, no entanto, atribuiu ao Ministro Funaro ter declarado que isso não ocorrerá e a correção será feita, mesmo que necessários novos cálculos, protelando o pagamento para abril.

Se verdadeira a assertiva do Ministro, o contribuinte terá restaurada a sua confiança, sempre contrariada pelo excessivo apetite fiscal de certos exatores, que sabem o pulo do gato para fazer os seus descontos cedulares.

Enquanto isso, aguarda-se uma reformulação da equipe financeira do Governo, visando a um maior entrosamento com o pensamento presidencial e as reivindicações dos políticos, iniciada com o pedido de exoneração do Sr. João Sayad, um dos principais autores do Plano Cruzado e que pretendia sua reformulação.

Entretanto, as providências mais urgentes devem surgir no setor dos juros, que estão encarecendo a produção e ameaçando o País com um surto de recessão e desemprego.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente. Srs. Constituintes, conscientes que estamos de nossas responsabilidades de fazer uma Constituição soberana, num país onde deveras impera a plena democracia, é necessário que nos empenhemos para que a criança se torne objeto de prioridade e atenção na elaboração de nossa Carta Magna.

Ao fazê-lo, não nos moverá outro interesse senão o de garantirmos o futuro deste País, a educação e formação global do homem de amanhã. Eis por que não podemos ignorar o que representa para o País a criança.

Hoje, em nosso País são milhares as que morrem de fome e outras tantas que vivem em total abandono e miséria.

Em recente encontro de menores abandonados, ocorrido nesta Capital, foi surpreendente a reação dessas crianças quando não pediram nem afeto, nem pão, nem casa: tão somente trabalhar era o que desejavam; além de pedirem uma atenção maior de nós, os Constituintes, para que os seus direitos não fossem alienados.

Sabemos, Sr. Presidente, que o trabalho é necessário, é um processo entre o homem e a natureza. É a humanização do homem, que sente a necessidade psicológica de ser útil, de produzir, de se superar pela doação.

O homem, desenvolvimento da criança, precisa ser preparado para que possa operar modificações no contexto, através de uma percepção atual.

No entanto, não é certo dizermos às crianças que elas devem preparar-se para triunfar na vida, uma vez que o homem deve ser educado para fluir a liberdade, para fluir a vida do cidadão, e não somente para o exercício da cidadania, no sentido quase de exercer seus direitos, de participar, como causa eficiente, de uma organização política da cidade. De fato, o homem não nasceu para a ociosidade, nasceu para o trabalho. Mas o fim essencial da educação é a formação do homem num todo, formação humana, humanista! Palavra esta que muitos têm medo de empregar, porque ela tem ressonância de Renascença, de latim e grego.

Humanismo que dizer formação do homem. Tudo que entra na formação do homem – física, biologia, todo os conhecimentos, formação que o prepare, inclusive para essa sociedade em movimento, em mudança – é formação humanista, por isso mesmo necessária de ser empregada quando se pensa em formar o homem. O nosso homem de amanhã; nossa criança, hoje!

Temos dados realmente alarmantes que podem exemplificar bem quanto é necessário um estudo mais amplo e apurado, quando se trata da criança.

Os números retratam bem essa dura realidade brasileira: “350 mil crianças menores de 4 anos morrem anualmente no Brasil; metade das crianças brasileiras são desnutridas; apenas 15%, ente 2 a 6 anos, têm oportunidade de ir a uma creche ou pré-escola; 8 milhões de crianças de 7 a 14

anos não estão na escola obrigatória; 10 milhões de adolescentes estão fora da escola de 2º grau; 25 milhões de crianças brasileiras estão abandonadas.”

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é certo o slogan: “Constituição sem Criança é um País sem Futuro!” Pela preservação de nossa identidade cultural, é preciso conhecer e preservar o passado, manter-se atualizado quanto ao presente, prever e criar o futuro. E a criança é a garantia do nosso futuro!

São inúmeros os problemas mais urgentes e nossos velhos conhecidos, como a insuficiência do sistema educacional, a precariedade de condições de vida, falta de assistência médica adequada, falta de trabalho que possam ajudar essas crianças a produzir e serem úteis e mesmo evitar a marginalização.

Agora que sabemos da dura batalha que temos pela frente, a criança se impõe como reclamo nacional. Nenhuma forma de segurança lhe será maior que sua inclusão como texto expresso na Nova Carta, onde ficará fora do alcance da lei ordinária qualquer tentativa de bloqueio ao seu pleno desenvolvimento e formação; onde terá seus direitos e suas necessidades respeitadas e reconhecidas onde terá assegurada sua vida e seu pleno desenvolvimento.

O momento atual requer uma mentalidade abrangente e mesmo audaciosa, compreendendo a assistência à criança como saída real para inúmeros problemas que hoje enfrenta a nossa sociedade, o que impõe a mobilização de toda uma sociedade e, sobretudo, de nós, os responsáveis pela redação da nossa Constituinte.

Voltarei ao assunto.

O SR. JORGE UEQUED (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, transcrevo documento que o Comitê Nacional em defesa dos Aposentados encaminhará ao Sr. Presidente da República, que diz:

“Sr. Presidente José Sarney,

Os subscritores, componentes da Assembléia Nacional Constituinte, manifestam a V. Ex^a a imperiosa necessidade de o Governo da Nova República proceder à restauração do valor real e original das aposentadorias e benefícios calculados em salários mínimos, tendo por base o primeiro dia do recebimento.

Aposentados e pensionistas perderam até 55% do valor real dos seus benefícios pelos cálculos ilegais e injustos da Previdência Social a partir de 1979.

As incorreções dos cálculos e dos critérios não foram ainda corrigidas e os aposentados e pensionistas continuam penalizados, à espera de uma decisão do Governo de V. Ex^a, que, reiteramos, deve ser urgente para corrigir esta clamorosa injustiça social.”

O Comitê Nacional em defesa dos Aposentados espera, com a assinatura de mais de quatrocentos Constituintes nesse documento, sensibilizar o Presidente da República e corrigir a injustiça praticada.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, no final da semana o Ministério da Previdência Social deu a público um comunicado que deixa algumas dúvidas no nosso espírito. Ali se diz que em janeiro a Previdência acionou o “Gatilho”, só que até agora nenhum

beneficiário recebeu esse acréscimo, só o beneficiário soube disso.

Diz o comunicado que o Ministério concedeu um aumento aos aposentados e pensionistas, bem como a reposição das defasagens havidas nos benefícios entre 1981/84. Ora, ou é aumento, ou é parte da reposição. Nessa última hipótese como o período de defasagens vai de 1979 a 1987, portanto esse percentual é irrisório. E além disso, quando será processado o pagamento das respectivas diferenças? Estivemos com o Sr. Ministro e fomos informados de que S. Ex.^a, está em entendimentos para que isso se faça pelo sistema de conta corrente, e que talvez em maio o assunto poderá estar resolvido.

Então, esse aumento para os aposentados por enquanto é apenas uma providência para o futuro.

Mas nesse comunicado há um detalhe que nos deixa muito satisfeito. Trata-se do atendimento a uma solicitação nossa feita em audiência de 3-2-87 com o Presidente Sarney, em que pleiteávamos que qualquer benefício não fosse inferior ao salário mínimo. E o Presidente determinou o atendimento a essa nossa solicitação, e no dia 6 de março, às 15:00 horas, em cerimônia no Palácio do Planalto, procederá à assinatura de ato institucionalizando essa providência. Esse ato de S. Ex.^a representa uma pequena vitória: outras serão conseguidas na luta contínua de todos os aposentados e pensionistas em prol de melhorias para a sua situação.

Exigimos que os problemas da Previdência sejam tratados unicamente por esse Ministério, e não ao sabor dos recursos e vontades do Ministério da Fazenda.

Apresentamos ao Sr. Ministro Raphael de Almeida Magalhães a idéia da instalação de uma casa do aposentado, e S. Ex.^a solicitou que, juntamente com assessores seus, este Deputado possa aprofundar estudos nesse sentido.

Aposentados e pensionistas continuam mobilizados e unidos, antes que faleçam.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está findo o tempo destinado ao Expediente.

IV – Vai-se passar às comunicações das Lideranças.

Durante o discurso do Sr. Secretário, Arnaldo Faria de Sá, este deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ HENRIQUE: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, venho a esta tribuna para desmentir, categoricamente, boatos que há dias vêm circulando nesta Casa, segundo os quais o Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, estaria demissionário. Em tempo algum um Ministro de Estado esteve sob tanta intensidade de conjunturas e articulações no sentido de se decretar a sua queda. E essas articulações que culminam nesses boatos não têm origem nos seus eventuais desacertos, mas, sim, nos acertos da política econômica que o Ministro Funaro empreendeu ao longo desses meses, ou seja, naquilo em que ele segue rigorosamente os preceitos programáticos do PMDB.

Se não tivesse partido de S. Ex.^a a sugestão de suspensão do pagamento dos juros da dívida

externa, não estada o Ministro sob esse fogo cruzado. A verdade, Sr. Presidente, Srs. Constituintes é que essa decisão histórica contraria imensos interesses de fora do País e que encontram arraizamento aqui dentro. Lobistas estão trabalhando contra ela, pois não querem admitir que o Brasil exerça um ato de soberania.

A América Latina e o Terceiro Mundo estão na expectativa, esperando o desfecho dessa nossa decisão de enfrentar os banqueiros internacionais em relação à nossa dívida externa.

Esta semana, na Cidade do México, numa passeata, dizia-se o seguinte: "Viva o Brasil". Setores da população mexicana estavam defendendo a histórica decisão do Governo brasileiro.

No entanto, qual a resposta aqui? Incompreensão, maledicência, conspiração, exatamente às vésperas da ida do Ministro aos Estados Unidos para negociar com o sistema financeiro internacional.

Por isso, Sr. Presidente, o PMDB, por sua Liderança, vem a esta tribuna desmentir categoricamente: primeiro, que o Ministro esteja demissionário; segundo, que o Presidente da República pensa em demiti-lo; terceiro, que haja possibilidade de reformulação na equipe técnica que assessora imediatamente o Ministro.

Quero ressaltar aqui as figuras dos peemedebistas históricos Luís Gonzaga Beluzzo e João Manoel Cardoso de Melo.

Sr. Presidente, era esta a comunicação que queremos fazer da tribuna desta Casa, para informação segura à opinião pública de que a política econômica seguirá nesse enfrentamento com os credores internacionais, no sentido de ressaltar a soberania brasileira.

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, decorridos 163 anos da outorga da primeira Constituição brasileira, em 25 de março de 1824, é oportuno voltarmos o pensamento para aqueles Constituintes que, enfrentando a onipotência do poder imperial, foram eleitos para elaborar a Constituição do País que se libertava, para fazer o seu próprio destino. Enfrentaram todos a árdua luta pela soberania – aquela, sim – da Assembléia Constituinte, convocada em 3 de maio de 1823, até portar-se com a mais alta dignidade, tendo à frente os irmãos Andrada, diante da dissolução da Assembléia Nacional.

Na realidade, a data de 25 de março, que hoje transcorre, evoca um fato importante não porque tivéssemos recebido uma Constituição outorgada, mas, sim, porque recebemos uma Constituição que representava a implantação, no País, de uma monarquia já não mais absoluta, em que a vontade do rei se subordinava à da lei, e o povo brasileiro passou a viver sob um regime de monarquia constitucional. Acho altamente significativo que, mal liberto de peias estrangeiras, o Brasil não partisse diretamente para uma república, constituindo exceção na América inteira. Enquanto todos os demais países americanos passaram diretamente da condição de colônia para a de república, transitamos nós intermediariamente pela de monarquia, quando tivemos a oportunidade de viver num regime parlamentarista, numa monarquia constitucional sob a égide

da lei. A entrada do País no regime da lei, ainda que esta não tivesse sido elaborada pela representação popular – embora consagrada pelas Câmaras Municipais e pelo Conselho do Governo – é fato que merece registro na História. E, se Pedro I tivesse sonhado, como sonhou nas cartas a seu pai, de Portugal, que aquela lei prevaleceria para sempre, se esse "para sempre" não teve sentido, porque não poderia tê-lo no processo político e social, teve uma duração que corresponde a muito mais do que as Constituições que as nossas três Constituintes legitimamente eleitas elaboraram para a Nação. Embora o Idealismo e a capacidade das Assembléias Constituintes que nos antecederam tivessem garantido à Nação leis democráticas, à luz da sua época, não basta fazer uma lei à altura das necessidades, das idéias e das possibilidades da Nação. É preciso que a Constituição que saia desta Constituinte tenha a garantia de que não ficará na letra da lei, de que há de ser cumprida também pelos governantes e não apenas pelos governados.

Este é o pensamento que deixo desta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Constituinte, na evocação desta data histórica em que o Brasil deixou de ser monarquia absoluta para passar, dando um passo à frente, ao regime da monarquia constitucional, que é a evolução no sentido da liberdade política. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA – Líder do PC do B: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, em 25 de março de 1922, precisamente há 65 anos, foi fundado o Partido Comunista do Brasil. O dia de hoje é, por conseguinte, para todos os comunistas do Brasil, uma data histórica que salienta a extensão e a dureza da vida do mais antigo partido existente em nossa Pátria. Nesta oportunidade, a Liderança do PC do B ressalta alguns aspectos da sua vida. Em 65 anos de atividade, tivemos três anos e meio de legalidade; o restante foi passado na ilegalidade, e boa parte na mais completa clandestinidade. Nesse período todo, o partido se destacou pela firmeza e coerência com que levantou a bandeira do socialismo. Verificou e registrou, em diversas oportunidades, que a bandeira do socialismo era também adulterada, procurando-se contrapor-lá a diversas formas de socialismo, uma espécie de socialismo adjetivado. O nosso socialismo nunca se alterou. Sempre batalhamos pelo socialismo científico, aquele inspirado nas idéias geniais de Marx e Engels. A nossa luta em defesa dos nossos princípios, durante todo esse período, enfrentou dificuldades variadas, a maior das quais se deu em 1962, quando, há 25 anos, tivemos de enfrentar o perigo de ver alterados, no fundamental, aspectos do nosso programa, dos nossos estatutos e o próprio nome do partido. Durante esse período, os interesses que o PC do B tem defendido foram os da nacionalidade e da democracia, especialmente os das massas trabalhadoras, dos operários e dos trabalhadores rurais. Sempre entendemos que seria dessa forma, defendendo a nacionalidade, a democracia e os direitos dos trabalhadores, que iríamos acumulando forças para abordar a prática do socialismo cientí-

fico. O resultado de todo o nosso trabalho, de toda a nossa vida tem de ser — é nossa opinião — meritório. O nosso partido, que, em diversas etapas, quase desapareceu, muitas das vezes agredido brutal e truculentamente pela sanha da reação interna e pelas Forças Armadas, hoje existe organizado em todos os quadrantes da nossa Pátria, em todos os Estados e Territórios. Pode-se verificar que as bandeiras pelas quais durante todo esse tempo lutou, permanecem, com variações, inteiramente atuais e justas. Em primeiro lugar, a bandeira da luta pelo socialismo científico. O capitalismo no mundo e em nossa terra, tem-se apresentado como regime curiosamente antipopular, antioperário, antitrabalhador, antiintelectualidade e antiprogresso. Hoje em dia, apresenta-se sob a face de uma exploração do capital financeiro e mais fragorosa, a mais danosa de que se tem notícia em nossa História. A bandeira do socialismo é, assim, a única que toca fundo na questão da exploração de classes existentes no Brasil. A defesa da nacionalidade permanece hoje inteiramente justa. Nosso País continua, de forma diferente, atacado, agredido, brutalmente ameaçado pela sanha do capital estrangeiro. No passado, eram os lucros exorbitantes das empresas multinacionais, contra as quais lutávamos. Hoje, o Brasil continua sendo saqueado de modo diverso pelo capital imperialista, de uma forma há muito tempo identificado pelos mestres do marxismo-leninismo, que é o capital financeiro. Continuamos sendo saqueados pelo capital financeiro, através da chamada dívida externa, mecanismo arditoso, tramado pelo capital estrangeiro, em particular pela maior sucursal de agiotagem internacional, o FMI, para continuar garroteando, assaltando, roubando os trabalhadores de nossa Pátria.

Finalmente, a luta pela democracia, que continua inteiramente justa. Nosso País não pode ser democrático. Não tem condições de avançar pela senda luminosa da democracia a mais ampla possível, enquanto existirem forças retrógradas, em particular as forças do militarismo.

Queremos ressaltar a atualidade dessa luta, quando, há poucos dias, registramos um acontecimento que entrará para a História de nossa Pátria. Nunca se viu em nosso País, desde o período do Império, da Velha República e mesmo da República que se seguiu a 1930, uma atitude como a das Forças Armadas, ao tornar de assalto os postos e refinarias de nosso País, numa verdadeira operação de guerra.

Neste instante, também os bancários e os servidores públicos estão lutando ordeiramente pelos seus direitos, numa demonstração do caráter pacífico com o qual se podem empreender lutas as mais decididas, tal como a luta pelos seus direitos, que estão sendo desrespeitados: mais uma vez, os trabalhadores, os bancários e os servidores continuam sofrendo a intransigência, a truculência, a ameaça das classes dominantes brasileiras e do Governo.

A Federação Nacional de Bancos acaba de ameaçar os bancários de demissão se não voltarem a curto prazo ao trabalho.

Ameaça semelhante foi feita pelo Governo Federal aos servidores públicos de nossa Pátria.

Por conseguinte, o PC do B, ao comemorar o seu 65º aniversário, ao ressaltar o embate do mais antigo partido nesta Pátria, vem assim manifestar a atualidade da luta pelos direitos à nacionalidade e à democracia pelos trabalhadores de nossa terra (Palmas).

Durante o discurso do Sr. Constituinte Haroldo Lima, o Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Secretário.

O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS FILHO: — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT — SP. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dois assuntos nos trazem à tribuna, em nome da Liderança do PDT. Primeiramente, desejo informar à casa que o movimento paredista, o movimento grevista iniciado ontem pelos bancários, hoje abrange também o servidor público federal. E, no que diz respeito ao servidor público federal, comunicamos que o ilustre Ministro da Administração iniciou a punição desse corpo de servidores, demitindo, a partir de hoje, Humberto Wagner Barreira e Lira, Derli Pereira, Milton José Magalhães, Baltazar Fonseca de Moraes, Orlandino Carmêlo da Silva e Ana Pereira Garcia.

Qual o crime desses servidores? Pura e simplesmente a reivindicação do exercício de um direito. Claro que não é direito expresso em lei, mas direito legítimo, que se reconhece hoje a todo trabalhador brasileiro, seja do campo, da cidade, seja servidor público municipal, estadual ou federal.

Aviso interno do Sr. Ministro da Administração, distribuído a todos os seus auxiliares, alerta-os de que o Governo agirá de forma drástica e dura. Mostra, assim, o Governo do PMDB que, na realidade, muito embora os compromissos assumidos pelos Governadores que acabam de tomar posse, pelos ilustres Constituintes que aqui chegaram, pelos ilustres representantes dos compromissos de Tancredo Neves, a palavra direito de greve, em muitas áreas, é ainda letra morta. Isto hoje se constata de forma clara e irreversível, através dessa meia dúzia de nomes que acabamos de ler.

Em nome do PDT, queremos registrar, de público, nosso protesto, porque entendemos que o direito de greve é um direito efetivo de quem trabalha, quer seja servidor, quer seja trabalhador urbano ou rural.

O segundo problema, Sr. Presidente, refere-se à questão da moradia. A esse respeito, queremos deixar aqui algumas considerações e o nosso protesto.

A questão da moradia, envolvendo a crise na oferta de imóveis novos para as classes menos favorecidas e o reajustamento dos aluguéis, constitui neste limiar dos trabalhos constituintes, uma das minhas principais preocupações.

Sobre o último ponto, inúmeras vezes tentei, ainda que parlamentar opositorista, sensibilizar o Governo para a necessidade de se estender a proibição às ações de revisão de aluguéis e de despejo, pelo menos até que as autoridades promovessem uma ampla e justa reforma da Lei do Inquilinato.

Sem êxito, eis que o Governo não apenas fugiu à iniciativa de prorrogar a vigência da lei, que de alguma forma protegia a massa de locatários, mas também autorizou o reajustamento dos aluguéis. Venho, assim, encarecer, em instância última, o apoio dos Srs. Constituintes à causa nacional dos inquilinos.

Desde o dia 1º de março último, esgotada a vigência das disposições legais que proibiam a

iniciativa judicial dos proprietários, objetivando a retomada de seus imóveis, o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor vem observando um aumento cada vez mais acelerado das ações de despejo antes contidas.

Com efeito, observa-se que, no mercado imobiliário do meu Estado, centenas de milhares de inquilinos vivem a angústia conseqüente à real ameaça de perderem, pela forma contundente do despejo, o abrigo de suas famílias, uma vez que já lhes falta o anterior amparo legal e não lhes foi concedido o abrigo das reformulações à Lei Inquilinato, há tanto prometidas pelo Governo.

Em abono dessa constatação, que comprova a aflitiva situação dos inquilinos paulistas, o Movimento Permanente dos Inquilinos, com a força de seus mais de 200 integrantes, acrescenta que o Poder Público, ao protelar o estabelecimento de uma política habitacional adequada ao País, se tornou o principal responsável pelo abandono dos locatários, sujeitando-os à terrível opção entre o despejo ou a responder afirmativamente à pretensão de reajustes extorsivos do valor do aluguel.

Realmente, se é fato que essas pretendidas majorações alcançam, em certos casos, até mil por cento, procede a intranqüilidade dos inquilinos. Conforme apontam os dados recolhidos em pesquisa promovida pelo Sindicato da Habitação do Estado de São Paulo, os percentuais desses reajustes, que agora atingem valores estratosféricos, sempre estiveram acima da capacidade financeira média dos locatários e além do legalmente permitido, tendo-se em conta o fato de que os aluguéis, entre janeiro e dezembro de 1986, sofreram acréscimos reais de 250 a 300 por cento.

Cálculos do DIEESE, a esse mesmo propósito, apontam que os aluguéis, de um modo geral, subiram 271,33% durante o ano de 1986, na Capital do Estado. Inclusive — enfatiza aquele órgão de assessoramento dos sindicatos paulistas — mesmo na vigência do Plano Cruzado, quando em tese o valor dos aluguéis deveria permanecer congelado, o aumento médio constatado foi de 188,88%, levando a que o item moradia do orçamento das famílias das classes média e baixa apresentasse um aumento de três vezes, no ano pretérito.

Nessas circunstâncias, a permissão para que se efetivem reajustes semestrais do aluguel, aplicando-se a correção, e sobretudo ignorando-se que os proprietários foram altamente beneficiados pela valorização de seus imóveis no período, agrava a um ponto extremo as assinaladas aflições dos inquilinos.

Pretendendo, como disse há pouco, que sobre o assunto venham a confluir as atenções dos Srs. Constituintes, estou convencido de que a Assembléia, à unanimidade, há de pôr termo às distorções dos programas e políticas habitacionais e, sobretudo, ao conflito gerado por disposições que, visando à justiça social no campo do inquilinato, culminam no privilegiamento de uma das partes e no cruel drama vivido pelos locatários de todo o País.

Era o que desejava consignar na Ata dos trabalhos da sessão de hoje.

O SR. CONSTITUINTE ANTÔNIO DE JESUS: — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ANTÔNIO DE JESUS (PMDB — GO. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, minha questão de ordem se fundamenta no art. 46 do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte.

Agradeço aos nobres Pares a aprovação de dispositivo segundo o qual a Bíblia Sagrada deverá ficar sobre a mesa dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, passo às mãos de V. Ex^a este exemplar da Bíblia, bem como este atril para a sua leitura (Palmas).

O SR. CONSTITUINTE ADOLFO OLIVEIRA – Líder PL: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADOLFO OLIVEIRA (PL – R.J. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, conheço, de longa data, o nobre Constituinte Deputado Bernardo Cabral. S. Ex^a é uma das figuras mais admiráveis que já passaram por esta Casa.

Reporto-me aos idos de 1966, quando aqui chegou, ainda muito jovem, o Deputado Bernardo Cabral, grande tribuno, orador e eloquente, talento multifacetado. Acumulou S. Ex^a notável saber jurídico, o que acabou por levá-lo à presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Sua passagem por esta Casa assegurou o seu extraordinário conceito de parlamentar, embora tenha, afinal, sofrido uma absurda e injustificável cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos.

Por tudo isso, Sr. Presidente, por conhecer a sua alma democrática, não me surpreende com o artigo que S. Ex^a escreveu para a revista *Veja*, na importante seção “Ponto de Vista”, em que produz uma das melhores, mais inteligentes e brilhantes defesas do poder popular, do Poder Legislativo.

É de toda justiça, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, que passe a honrar os Anais da Casa o texto, sob o título “Uma Visão Errada”, da qual permito destacar dois tópicos:

“Quem visita Brasília e vê por fora o majestoso prédio onde funcionam a Câmara e o Senado tem dele uma idéia. Mas quem penetra no seu interior e assiste aos debates decisivos e definitivos sobre um projeto de lei ou sobre as grandes questões da política externa e interna, seja no plenário, seja nas comissões técnicas – sempre sob o olhar, a atenção e a conseqüente fiscalização do povo, chega à conclusão de que não poderá haver um fortalecimento da democracia sem a existência do Legislativo. Sendo o mais transparente dos poderes (o Executivo e o Judiciário atuam de forma diversa), é por intermédio dele que ecoam todos os clamores populares, que fazem dele uma espécie de concha acústica das ânsias e explosão dos desabafos nacionais.”

“Por esta razão, não cabe indagar quanto custa à Nação o Legislativo, e sim o quanto custará a ela não tê-lo funcionando em toda a sua plenitude.”

Sr. Presidente, acredito interpretar o pensamento de toda Assembléia Nacional Constituinte ao louvar o brilho, o talento, a acuidade e a verdade contidas no trabalho de Bernardo Cabral (Palmas.)

PUBLICAÇÃO A QUE SE REFERE O ORADOR.

“PONTO DE VISTA”

UMA VISÃO ERRADA

Bernardo Cabral

“O Poder Legislativo é a bagunça de sempre. E as suas discussões se tornam cada vez mais estéreis.” Frases como essa se transformaram no dia-a-dia brasileiro, avolumando-se os comentários desfavoráveis em torno dos parlamentares a tal ponto que hoje a política partidária dificilmente consegue atrair um número de pessoas que poderiam enriquecê-la. A situação se agrava na medida em que o Poder Legislativo passou – por maldade de uns, desconfiança de tantos e desconhecimento de muitos – a ser considerado como sinônimo de tudo o que é vergonhoso ou cujo corpo estivesse todo ele a sofrer de moléstia contagiosa e incurável. Daí serem ouvidas as mais depreciativas críticas, apontando-o como reduto de pessoas que portam o mandato apenas voltadas para as suas ambições pessoais e não para os interesses coletivos.

Será que essa é a realidade? Quem visita Brasília e vê, por fora, o majestoso prédio onde funcionam a Câmara e o Senado tem dele uma idéia. Mas quem penetra no seu interior e assiste aos debates decisivos e definitivos sobre um projeto de lei ou sobre as grandes questões da política externa e interna, seja no plenário, seja nas comissões técnicas – sempre sob o olhar, a atenção e a conseqüente fiscalização do povo –, chega à conclusão de que não poderá haver um fortalecimento da democracia sem a existência do Legislativo. Sendo o mais transparente dos poderes (o Executivo e o Judiciário atuam de forma diversa), é por intermédio dele que ecoam todos os clamores populares, que fazem dele uma espécie de concha acústica das ânsias e explosão dos desabafos nacionais.

O que precisa ser colocado em relevo é que o legislativo, ao longo da sua existência – não obstante as qualidades pessoais e a resistência de muitos dos seus membros –, foi sempre tentado pelo Executivo a ser deste caudatário, de tal sorte que em determinada quadra do seu existir não passou de um mero ajuntamento de pessoas que a ele prestavam obsequiosa vassalagem. Não tenho, por isso mesmo, a mínima dificuldade em proclamar que o fortalecimento do Executivo e o enfraquecimento do Legislativo devem-se à adoção do sistema presidencialista e à insistência nessa forma de governo. Pior: invocamos o exemplo dos Estados Unidos e o nosso presidencialismo nada tem a ver com o presidencialismo americano, com nítido realce nas áreas social e política.

Lá, com a permissão constitucional de o presidente se candidatar a um novo período de governo, pode o povo julgá-lo, aprovando-o, com a reeleição, ou recusando-lhe a recondução, com a escolha de um novo titular. Aqui, o que ocorre é o presidente que sai não dar mais satisfação ao povo, deixando a este a esperança de encontrar um novo governante voltado para a concretização dos seus anseios. Enquanto ali se prestigia o Legislativo, submetendo-se ao Congresso a aprovação dos nomes indicados para secretários de Estado (ministros no Brasil), em nosso país existe o critério de que essa escolha fique ao inteiro arbítrio do presidente – o que acaba levando

muitas vezes a atuação desastrosa de ministros que eparam a máquina estatal.

Cabe destacar, por outro lado, que o excesso de causas produz efeitos contrários. Assim é que a luz, quando reduzida, clareia. Em demasia, ela cega. O barulho, quando diminuto, pode ser ouvido. Exagerado, chega a ensurdecer. É o que está acontecendo com o Poder Executivo: o seu fortalecimento exagerado, hipertrofiado, acaba submetendo-o a pressões e a crises – algumas previsíveis e até recidivas – provocadas por grupos interessados ou prejudicados por determinadas medidas. Por essa razão, não cabe indagar quanto custa à nação o Legislativo, e sim o quanto custará a ela não tê-lo funcionando em toda a sua plenitude.

A democracia, em sua essência, resume o consentimento dos governados na investidura do poder, mas traz, em contrapartida, a responsabilidade dos governantes no exercício desse mesmo poder. E a fiscalização sobre os que governam deverá ser exercida pelo Legislativo, pouco importando se ela será feita pelo parlamentar que apóia o governo ou que ela será feita pelo parlamentar que apóia o governo ou que a ele faz oposição. Muitos dos que criticam o Poder Legislativo talvez sejam corresponsáveis pela culminância pejorativa que ele atingiu. É porque, dele não participando – é sempre difícil e traumático enfrentar o voto popular – acabam cometendo o crime de omissão política. E, quando os bons se omitem, os maus terminam ocupando os espaços.

Ora, sendo um reflexo, a imagem fotográfica de uma nação, o que deve ser feito pelo Legislativo é prestigiá-lo com o concurso direto – através de submissão às eleições – ou pela via oblíqua, com a escolha de representantes capazes de fazer com que possa ele estabelecer as normas gerais da sociedade e afirmar os princípios com os quais o indivíduo ajusta a sua conduta. Ou, como dizia o saudoso Deputado José Bonifácio, na sua sabedoria mineira, ao presidir a Câmara dos Deputados, em 1968, pouco antes da edição do famigerado Ato Institucional nº 5: “Metam na cabeça: no dia em que o Congresso afundar, todos estarão de cabeça para baixo. Nesse dia, o cidadão pode dormir almirante, brigadeiro ou marechal e acordar simples tenente por decreto do ditador.

Bernardo Cabral é constituinte pelo PMDB do Amazonas e ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.”

O SR. CONSTITUINTE IBERÊ FERREIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. IBERÊ FERREIRA (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. e Sr. Constituintes, os congressos de municípios, ou encontros de prefeitos, provavelmente despertam hoje, dos menores aos mais altos escalões do Governo, o sentimento de que mais uma vez assistiremos a um encontro de lamúrias pouco objetivas, de um lado, e de números grandiloqüentes, mas abstratos, de outro. Como num diálogo de surdos, cada qual busca falar mais alto o que tem a dizer, independentemente do que a outra parte deseja expressar. Mas tenho boas razões para acreditar que neste encontro que ora se realiza as coisas serão um pouco diferentes.

Em primeiro lugar, porque estamos iniciando os trabalhos de elaboração de uma nova Constituição, onde sem dúvida o problema da partici-

pação e distribuição das receitas vai ocupar um espaço importante nos debates por partes dos Srs. Constituintes. Em segundo lugar, esta Constituinte tem hoje a participação de vários representantes inteiramente integrados à causa municipalista, homens e mulheres sensíveis à luta diária dos pequenos municípios para sobreviver. Um deputado ou senador que já dirigiu os destinos de um município traz um deserto, para esta Assembléa, a preocupação e a disposição de lutar por uma melhor qualidade de vida para o homem em qualquer lugar que ele esteja. Como Deputado Federal e como curioso dos problemas municipais, sinto-me à vontade para saudar o Presidente da Frente Municipalista, os prefeitos de todo o País e os meus colegas solidários a esse movimento, desde que com um pouco mais do que palavras de estímulo.

Hoje os prefeitos vão ter um diálogo com o Exm^o Sr. Presidente da República, e nesta oportunidade quero lembrar que o verdadeiro diálogo é aquele que tem como base a verdade e a franqueza. E porque esta é uma oportunidade rara – a do diálogo entre o Presidente e os prefeitos brasileiros – espero que eles traduzam com franqueza a realidade dos 4.000 municípios deste País. Quero dizer a todos os Srs. e Sras. Constituintes que a grandeza do desafio que hoje o País enfrenta não me permite ignorar a oportunidade deste momento para afirmar, aqui e agora, que este Brasil que os municípios espelham está à espera não mais de curativos, mas de uma grande cirurgia.

Os municípios brasileiros estão à espera de condições concretas – e condições próprias – que permitam meios adequados a proporcionar melhor qualidade de vida às populações que tanto trabalham.

Já não se trata de pedir mais e mais recursos, pois o País não é capaz de atender a tudo e a todos e nem haveriam de ser os municípios os únicos a ignorar a gravidade da hora que vivemos. Trata-se de obter do Governo Federal menos desconfiança no trato dos problemas municipais, mais boa vontade na visão dos novos caminhos.

Com recursos novos – nascidos no próprio município e em função de sua própria atuação – e com um pouco mais de contribuição para o País, os municípios não precisarão endividar o seu futuro com empréstimos e nem haverá necessidade de controlá-los. Da mesma forma, quanto mais os próprios municípios puderem fazer por si próprios, menos terá a União pelo que se responsabilizar. Parece a muitos evidente que, quanto maior a concentração de recursos e de divisões na esfera federal, maior a capacidade de manobra política do Poder Central. Trata-se, contudo, de uma formidável ilusão de ótica. O poder cresce em igual proporção com a responsabilidade: se decidir tudo é um privilégio, é também um ônus.

Não serão os prefeitos que irão cobrar os resultados. Será o povo brasileiro, através de quantos venham a ser os seus canais de manifestação. É o seu direito numa democracia.

Na medida em que se desenvolve o processo de abertura política, mais e mais pressões desembocam na primeira esfera do poder – as prefeituras. Se elas não são instrumentalizadas para dar resposta com rapidez, o grau de frustração do povo só tende a aumentar.

E a tempestade que poderá vir, se continuarem a ser semeados tantos ventos, talvez não se limite ao âmbito dos municípios. A década de 80, dos anos noventa, terá de ser o segundo degrau que o País avança para chegar ao novo século

como Nação soberana, política, cultural e economicamente.

O primeiro degrau foi a proclamação de nossa independência; o segundo degrau será a proclamação da nossa não-dependência. A proclamação de não-dependência de decisões externas ao País, tão importante para os nossos destinos como Nação soberana, corresponde idêntica não dependência dos municípios em relação aos favores da União. Para que isso se dê, é preciso não esquecer que os graves problemas econômicos e sociais jamais estarão sob controle enquanto prevalecer um quadro de distribuição de rendas tão desigual.

E esses imensos problemas nacionais têm de ser resolvidos através dos municípios, e não contra eles, pois é nos municípios, e não num País abstrato, que vive o povo brasileiro.

Além disso, não faltam exemplos para demonstrar que não basta criar riquezas, é preciso também melhor distribuí-las. É fundamental que se defina o tipo de desenvolvimento que se deseja para o País; que se materializem no espaço geográfico brasileiro essas intenções; que se dê acesso aos benefícios para os participantes desse desenvolvimento; que se dê identidade à cultura e tecnologia nacionais; que se confira escala humana às nossas aglomerações e que se dê poder político ao indivíduo no seio de sua comunidade. E isso tem de ser feito já.

Que esse encontro seja uma contribuição a mais nessa direção, para que o Brasil caminhe a favor de todos os brasileiros.

É o que todos esperamos.

É o que o País de hoje espera.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ

GENOINO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria

de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP.

Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, é uma pena que neste período destinado a comunicações de lideranças o plenário esteja vazio. Digo isto porque aqui não se encontram os principais líderes representantes do Governo e refiro-me à Aliança Democrática – mas vemos aqui a Vice-Liderança do PMDB, um dos partidos que integram o Governo, neste momento em que vamos discutir uma situação da maior importância: a greve, reflexo da crise que ganhou as ruas. A crise saiu dos gabinetes, do fato de derrubar e de fazer subir ministros, e hoje está instalada nas praças, nos atos públicos e nas manifestações dos trabalhadores. A crise não é mais um assunto só do Governo ou dos credores internacionais; é assunto também da população assalariada do País, que, não suportando mais o arrocho, o sufoco na miséria dos salários, no preço elevado dos aluguéis e impostos, vai à greve e à luta. Refiro-me à greve dos bancários, dos servidores públicos, dos funcionários da saúde, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, dos professores da universidade e do primeiro e segundo graus de São Paulo, e a tantas outras que estão pipocando no País. E nós, Constituintes, não dispomos de informações detalhadas sobre os movimentos grevistas.

É necessário que o Plenário esteja atento à discussão da crise econômica que hoje preocupa o cidadão comum. Os assalariados e trabalhadores brasileiros já não aceitam baixar a cabeça diante das medidas tomadas pelo Governo, e se levantam, organizadamente, para dizer não a essa

política econômica, para protestar contra essa tentativa governamental de salvar a crise que beneficia os interesses da classe dominante em prejuízo dos interesses da minoria.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, ao expressarmos nosso apoio e solidariedade a essas greves, conclamamos também todos os partidos, todas as Lideranças partidárias desta Casa a se pronunciarem sobre este fato da maior importância e gravidade. Não podemos fazer uma Constituinte para o ano 2.000, enquanto o presente não for modificado com a finalidade de atendermos às reivindicações dos grevistas. Muitos deles encantam-se em manifestação pública diante do Congresso Nacional. Considero mais sério ainda que, diante dessas manifestações, Governo e patrões tentem enfrentar a greve com a repressão. Já foi publicada portaria da Administração Pública, por exemplo, orientando os vários Ministérios no sentido de punirem os servidores em greve. Existe iniciativa dos banqueiros para reprimir violentamente a greve dos bancários, e agora querem resolver o problema com medidas de força.

Temos como alternativa fortalecer a luta e a organização dos trabalhadores. Nesse sentido solicitamos a transcrição, nos Anais da Constituinte, de uma carta de apoio aos bancários em greve, assinada pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores, o companheiro Lula, e pelo Secretário-Geral, o companheiro Olívio Dutra.

Ouvirei agora, atentamente, o pronunciamento da Liderança do PMDB na Constituinte, do nobre colega de Santa Catarina Paulo Macarini, figura importante, que, certamente, opinará sobre esse fato grave que ocorre no País.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR.

TUDO APOIO À GREVE DOS BANCÁRIOS

O Partido dos Trabalhadores manifesta o seu apoio incondicional as justas reivindicações e às mobilizações dos bancários brasileiros.

As altas taxas de juros e a especulação financeira atentam contra o interesse de toda a nação. Se compararmos os altos lucros dos bancos com os miseráveis salários dos bancários, evidencia-se com toda força a injustiça social que se comete neste setor.

A greve dos bancários é justa e legítima, decidida soberanamente pelos próprios trabalhadores. Desde já, o Partido dos Trabalhadores posiciona-se no sentido de não reconhecer a possível decretação da ilegalidade de greve, mecanismo previsto na autoritária Lei de Greve em vigor. E repudia qualquer retaliação ou punição daí decorrente.

Cabe apenas aos bancários decidir sobre a continuidade do seu movimento.

O PT conclama a todas as forças democráticas, em especial aos demais partidos e parlamentares, a se posicionarem, também, na defesa do direito democrático de greve e das justas reivindicações dos bancários.

Brasília (DF), 25 de março de 1987. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente – **Olívio Dutra**, Secretário Geral.

O SR. CONSTITUINTE PAULO

MACARINI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB –

SC. Sem revisão do orador.: – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o PMDB não desconhece,

pelo contrário, questiona as dificuldades econômicas pelas quais atravessa o País depois de um ano de relativa prosperidade, onde efetivamente houve aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora, assim como desenvolvimento econômico-social.

O PMDB sente-se no dever e no direito de questionar os companheiros que desenvolvem atividades administrativas sobre os problemas que dizem respeito à situação econômica e social deste País.

Portanto, em inúmeras reuniões realizadas com os Ministros Dílson Funaro, o ex-Ministro João Sayad – que grandes e relevantes serviços prestou a este País – e o Ministro da Agricultura, Iris Rezende, debatemos os problemas concernentes à alta taxa de juros que asfixia o médio e pequeno produtores rurais, não dando condições necessárias ao pequeno e médio empresários deste País. Questionamos também a política de preços mínimos, a aquisição dos produtos agrícolas pelo Governo Federal e a valorização do trabalho humano, no sentido de que os trabalhadores ganhem o suficiente para o seu sustento e o de sua família.

Desde o primeiro momento enderecei ao Sr. Presidente da República reivindicação dos funcionários do Banco do Brasil em que se pretende a equivalência salarial em relação aos funcionários do Banco Central do Brasil. Na última sexta-feira, em companhia do Deputado Maluly Neto, do Senador Ronan Tito e de dirigentes da Anabb, Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, entregamos memorial ao Ministro Marco Maciel demonstrando a defasagem sofrida pelos servidores do maior estabelecimento oficial de crédito deste País, apesar de terem obtido alguma melhoria, notadamente a partir de 1985. Obtiveram não apenas a recuperação do Banco do Brasil no mercado financeiro nacional, mas algum aumento nos seus proventos.

É evidente, Sr. Presidente, que os servidores do Banco do Brasil, assim como os servidores públicos e a classe trabalhadora, não auferem o suficiente para o seu sustento e o de suas famílias. Devemos analisar também outros aspectos da herança da Nova República, deixada pelo governo passado, como uma dívida de 130 bilhões de dólares, sendo que o pagamento dos serviços da mesma representou uma soma superior a 13 bilhões de dólares no último exercício.

Esses temas são alvo de discussões por parte dos nossos companheiros do PMDB desde o Ministro até o mais modesto integrante de um diretório municipal no interior deste País, no Município de Piratuba, Estado de Santa Catarina. Lá um companheiro disse-me que ao ouvir pela televisão o volume de recursos pagos durante o último exercício sobre os serviços da dívida externa, teve a curiosidade de fazer um cálculo. Para o pagamento da dívida seria necessário que uma empresa automobilística fabricasse, por hora, pelo menos quinhentos e vinte automóveis.

No momento em que o professor Aníbal Teixeira assume as funções de Ministro do Planejamento, tenho esperanças de que, removidas as questões oriundas da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, possa o Governo, junto com o Ministro Dílson Funaro e com toda a sua equipe técnica desenvolver um projeto econômico adequado para permitir que se debruce a inflação, que se reduzam as taxas de juros e que este País não ingresse na era da recessão, mantendo o mercado de mão-de-obra em níveis de salários compatíveis com a dignidade humana.

Por fim, devo dizer que o Governo está aberto não apenas aos bancários, mas aos servidores

públicos e aos demais paredistas para uma negociação que reconduza os grevistas não apenas ao trabalho, mas a um denominador comum em relação ao interesse da classe trabalhadora deste País.

O SR. CONSTITUINTE FERNANDO SANTANA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PCB.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, somos herdeiros de uma tradição de 65 anos. O Partido Comunista Brasileiro, fundado em 25 de março de 1922, faz hoje 65 anos de uma luta constante e, a nosso ver, em defesa dos interesses permanentes do País. Não podemos fugir à crítica e à nossa autocrítica de que erros foram cometidos, mas nenhum deles com o objetivo de impedir o desenvolvimento do País, de atingir os interesses do povo, de restringir o progresso da Nação. Temos uma grande luta, uma luta histórica. Fomos daqueles que participaram intensamente da criação da Petrobrás, da Eletrobrás, fizemos parte na grande luta dos povos democráticos contra o nazifacismo. Atualmente estamos ao lado dos que defendem a reserva de mercado para a informática, de tal modo que o País possa ter uma indústria de ponta que o libere definitivamente das caixas pretas importadas. Estamos também lutando na defesa da reserva da química fina, da biotecnologia, medidas essas sem as quais não poderemos vencer o atraso, o subdesenvolvimento e a miséria. Por outro lado, Sr. Presidente, sabemos que hoje o destino do povo brasileiro passa obrigatoriamente por dois pontos: a defesa intransigente do processo democrático e a luta pela independência da Pátria. Sem essas duas questões fundamentais não conseguiremos atender de modo algum à educação em geral, à assistência médica e ao trabalho para todos. Em verdade – repetindo – o Brasil, hoje, está mais dependente das forças externas da economia internacional, dos governos das grandes potências do que quando era colônia de Portugal. Naquela época, dependíamos apenas de um país frágil. Hoje, nossa libertação dependerá de uma luta pacífica, partindo da unidade do povo brasileiro, a fim de que possamos resgatar tudo aquilo que foi alienado e que atingiu os mais profundos interesses da Nação, a exemplo do setor mineral, que foi praticamente doado às grandes empresas multinacionais.

Esperamos que a Constituinte resgate para o Brasil milhares e milhares de concessões que estão paralisadas, passando o patrimônio da Nação novamente a ter o controle sobre elas e estabelecer uma nova regra, não aquela da Constituição de 1937, porque não temos condições para tanto. O parágrafo primeiro, do art. 143, da Constituição de 1937, que todos combatemos, dizia – concessões só seriam dadas a brasileiros ou a empresas constituídas de acionistas 100% brasileiros...” Hoje, não temos soberania, Sr. Presidente, para inserir este princípio na Constituição que vamos elaborar ou escrever. Mas, pelo menos, devemos escrever que voltem ao domínio da União essas milhares e milhares de concessões como já disse, e que estabeleçamos uma nova regra: nenhuma empresa pode entrar no setor mineral sem maioria substancial de capital nacional. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE ADHEMAR DE BARROS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, indago a V. Ex.^a se podemos, em face de estar em vigor o novo Regimento, encaminhar à Mesa sugestões de normas constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – É perfeitamente possível o encaminhamento pelo nobre Constituinte.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO: – Sr. Presidente, encaminho, então, à Mesa proposta que diz o seguinte:

“Os Ministros do Tribunal de Contas da União, os Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e os Juizes dos Tribunais de Contas dos Municípios serão eleitos pelo Congresso Nacional, pelas Assembleias Legislativas, pelas Câmaras Municipais, através da manifestação de 2/3 dos seus representantes.”

A segunda proposta diz o seguinte:

“Constitui monopólio da União a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento de transporte marítimo e conduto de petróleo e seus derivados, gás natural em território nacional.”

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Gostaria que o nobre Constituinte fizesse o encaminhamento com brevidade, pois temos outro assunto na pauta da sessão de hoje.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO: – Encerrarei já, Sr. Presidente. Nas Disposições Gerais, outra sugestão:

“É concedida anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados, aos ex-militares que tenham sido expulsos ou demitidos, incapacitados física e mentalmente, excluídos os licenciados ou dispensados, por motivação exclusivamente política.”

A outra sugestão diz o seguinte:

“A lei estabelecerá condições de amparo aos deficientes físicos que tiverem sua integração à sociedade, especialmente quanto à abertura de possibilidade de trabalho”.

E finalmente:

“A lei complementar que dispuser sobre as Normas Gerais do Direito Tributário estabelecerá a criação de tributos destinados exclusivamente ao custeio de investimento e despesas das regiões metropolitanas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CONSTITUINTE CHAGAS DUARTE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. CHAGAS DUARTE (PFL – RR. Sem revisão do orador): Sr. Presidente, encaminho sugestão de norma constitucional referente às terras habitadas pelos índios. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Vai se passar ao Período de pronunciamentos sobre matéria constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS-PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente Sr.^{as} e Srs. Constituintes, o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte traz, no inciso III do § 2º do art. 34, uma inovação em relação ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados: impõe ele que o tempo que restar da sessão seja destinado a pronunciamentos sobre a matéria constitucional.

Para ser fiel à norma regimental, faço um pronunciamento sobre tema relacionado à ordem econômica, que creio, nesta oportunidade, representar excelente acervo a ser analisado por este Plenário elevado em consideração em nossa futura Constituição.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, depois que um verdadeiro ciclone eleitoral varreu o Plenário desta augusta Casa do povo brasileiro, trocando em mais de metade a sua composição, talvez encontremos entre os ilustres jovens estreantes uma representação política mais atenta à análise dos problemas nacionais, consciente, sobretudo, de que ou nos unimos neste anfiteatro, que é o plenário dito fórum dos nossos debates, ou continuaremos a precipitar-nos no desconhecido, como vem acontecendo nestes dois últimos anos, sob a égide da Nova República.

O demônio da inflação continua a perseguir nossa sobrevivência econômico-financeira, e, se antes o problema da dívida externa já motivava um sentido de alta preocupação para os governos da Revolução, constata-se, hoje, que o seu reflexo está paralisando o desenvolvimento e fazendo gerar a estagnação e a fome, retirando dos governantes a possibilidade de pagá-la até o final do século.

Louvamos, ainda hoje, as melhores intenções do Ministro Dílson Funaro, quando da implantação do Plano Cruzado, e jamais nos passou pela cabeça que se tratasse de um artifício econômico-financeiro para aumentar o prestígio político do PMDB até o pleito de novembro, que se constituiu, sem sombra de dúvida, numa drástica redução dos quadros parlamentares oposicionistas, acrescida da eleição de vinte e três, governadores por essa sigla partidária.

Dizem, no entanto, que o inferno está calçado de boas intenções, traduzidos os atos visionários em trágicas conseqüências.

Houve sérios estudos e previsões corretas na implantação do Plano Cruzado, mas uma desastrosa incompetência na sua consolidação.

Seus promotores não perceberam que a pregação de Tancredo Neves – este, sim, um grande estadista do velho PSD – levantara, na praça pública, o ânimo de populações inteiras, resultando disso o entusiasmo com que os gratuitos fiscais de Sarney passaram a policiar o mercado, principalmente de alimentos e remédios.

Mas esse entusiasmo foi-se diluindo diante da incapacitação dos fiscais do Governo, pagos pela Cofap e outros órgãos oficiais.

As vendas haviam subido porque, com um aumento de cinquenta por cento do salário-mínimo, beneficiando mais de vinte milhões de famílias, o pobre pôde consumir carne, leite, ovos, refrigerantes, tecidos e até eletrodomésticos, devorando os estoques e mobilizando noventa por cento da capacidade ociosa da nossa indústria.

O consumo passou a ser desatendido, impedidas as fábricas de renovar implementos impor-

tados, mobilizados todos os operários especializados da metalurgia, apequenadas nossas safras agrícolas, para importarmos, em quantidades maiores, o leite, a carne e os cereais, principalmente o trigo, quando já produzimos oitenta por cento desse cereal necessário às nossas exigências alimentares.

OS DOIS FANTASMAS

O atual Governo já conseguiu restabelecer a **performance** negativa dos dois últimos anos do seu antecessor: nossa dívida externa se aproxima de cento e vinte bilhões de dólares, mais de oitocentos de cada brasileiro, qualquer que seja sua condição etária.

Até o fim do semestre, o dólar estará em vinte cruzados, significando que cada brasileiro deve aos bancos estrangeiros, principalmente norte-americanos, japoneses, ingleses e alemães, dezoito mil cruzados, equivalentes a alguns salários mínimos mensais.

Esse, o maior fantasma da nossa economia e do nosso desenvolvimento.

Quando o superávit do balanço comercial desce de mais de um bilhão de dólares mensais para menos de trezentos mil, no ano do Plano Cruzado – feito para enfrentara inflação e o débito externo – não vemos quando nem por onde atender ao serviço da dívida externa, superior a dez bilhões de dólares por ano.

Dir-se-ia que o desempenho de nossa lavoura, elevando para sessenta e cinco milhões de toneladas a produção de grãos, atenderia à demanda externa, com excedentes exportáveis.

Acontece que o trigo, o milho, a soja, o feijão são produtos gravosos, que só podem ser vendidos abaixo da paridade internacional.

Ocorre, ainda, que o déficit da ensilagem nos leva a deixar ao relento, por falta de silos e armazéns pelo menos dez por cento da produção.

O Ministério da Agricultura, o "homem do mutirão", já sugeriu que se depositem os grãos excedentes nas escolas, nas igrejas, nos depósitos das Prefeituras, nos bares e armazéns de estradas de ferro desativadas e até em salas de visitas.

Acontece que os maiores produtores de grãos se constituem de pequenos lavradores, que não têm salas de visitas, mas humildes camarinhás.

O segundo fantasma, que todos temos procurados conjurar, é a inflação, produto, em primeiro lugar, atualmente, da proposital sonegação de recursos deste Governo ao setor agropecuário.

Parece que o último Ministro da Agricultura, conhecedor do seu ofício, porque professor universitário de Agronomia, foi o nosso atual colega Alysso Paulineli, que transformou, com aquiescência do Ministro da Fazenda, o Banco do Brasil no maior adjutório da pecuária leiteira e de corte, da agricultura de subsistência e de exportação, então setores mais aquinhoados da nossa indução econômico-financeira, chegando a obter, há um decênio, um desempenho de cinquenta e cinco milhões de toneladas na produção de grãos.

O SR. PAULO MACARINI: – Permite-me V. Ex.^a um aparte, nobre Constituinte Jorge Arbage?

O SR. JORGE ARBAGE: – Tenho a honra de ouvir o aparte de V. Ex.^a, que certamente enriquecerá o meu modesto pronunciamento.

O SR. PAULO MACARINI: – Nobre Constituinte, gostaria de formalizar o meu aparte em duas posições. A primeira refere-se à questão dos recursos creditícios às atividades rurais deste País, notadamente ao custeio e a o investimento. Devo dizer que o Banco do Brasil, nas últimas safras, notada-

mente a partir de 1985, destinou volumes, até então não verificados, na concessão de crédito rural. Em segundo lugar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, houve um destaque para 1987 da ordem de 9 bilhões de cruzados, destinados à construção de, pelo menos, 9 milhões de toneladas de armazéns e silos neste País. Então, creio que há uma preocupação do Governo, notadamente no fornecimento de recursos para custeio e investimentos, para alterar e estrutura de estocagem neste País. Em segundo lugar, gostaria de dizer que esta é a oportunidade para nós, membros da Assembléia Nacional Constituinte, inserirmos no texto Constitucional algumas definições sobre o projeto agrícola deste País. E essas definições começam com o próprio crédito rural. Ou o crédito rural promove a riqueza e o bem-estar social, notadamente dos pequenos e médios produtores, como tais classificados os proprietários até 75 hectares, ou o crédito rural servirá de instrumento de usura, de enriquecimento ilícito, responsável pela cizanda financeira que estamos atravessando. Então, definida a conceituação de crédito rural, passemos pelo menos, a mais dois desdobramentos. O primeiro desdobramento é de que a reposição do dinheiro sobre o crédito rural deve ter como parâmetro o valor dos produtos por ele financiado, se estamos num custeio, financiando determinada aquisição, esse valor do mútuo deve ser reembolsado pela mesma quantidade de produtos à época do seu vencimento. Em segundo lugar, face às dificuldades naturais, não apenas pelas variações climáticas, mas também, às vezes, pelo excesso de oferta que reduz o valor dos produtos agrícolas, poderíamos estabelecer, pelo menos, em primeiro lugar, uma alteração no Código Civil transformar a pequena propriedade em bem de família ou alterar a lei para que a pequena propriedade, conceituada até 75 hectares, fique insusceptível de penhora nas execuções de crédito rural, provenientes por inadimplência contratual, em decorrência de variações climáticas. No momento então, em que passarmos a conceituar o crédito rural e a alterar profundamente a sua estrutura, poderemos inaugurar, através desta Assembléia Nacional Constituinte, uma nova era de muita prosperidade para as populações agrícolas deste País.

O SR. JORGE ARBAGE: – Eminente Líder do PMDB, Paulo Macarini, antes de responder ao brilhante e inteligente aparte de V. Ex.^a, desejo fazer um registro especial do que acaba de ocorrer na sessão de hoje. O aparte de V. Ex.^a é o marco inicial do debate nas sessões da Assembléia Nacional Constituinte, após a promulgação do seu Regimento Interno. Concordo com V. Ex.^a com relação aos recursos abocados, segundo V. Ex.^a, para o setor agropecuário. Minha origem de parlamentar está centrada exatamente numa das regiões mais subdesenvolvidas deste País, o outrora Inferno Verde, hoje conhecida como Amazônia legal. Diria a V. Ex.^a, eminente Líder, que não basta, dentro do atual processo econômico brasileiro, o Governo fazer a alocação de recursos substanciais para financiamento e custeio na agricultura, se não tiver sensibilidade para compreender que com a cobrança de altas taxas de juros o pequeno, o médio produtor e, quem sabe, o alto jamais se arriscariam a tornar um dinheiro para tais finalidades. Tanto isso é verdade, que o dinheiro permanece nas agências dos estabelecimentos de créditos oficiais à espera de quem queira submeter-se ao suicídio de, a taxas de juros elevadíssimas, aplicar em custeio e investimento o dinheiro fornecido pelo Governo. Pondera V. Ex.^a – e nós concordamos – que a grande oportunidade

para se promover um trabalho altamente eficiente em benefício da agricultura e pecuária é exatamente o que nos oferece a Assembléia Nacional Constituinte.

Precisamos, no entanto, discutir o assunto considerando a sua realidade, porque, se não houver a introdução de novas fórmulas na política creditícia do Governo – a começar pela taxação de juros de acordo com normas que possam viabilizar o setor da produtividade brasileira – teremos perdido, e sem o perdão, das gerações do amanhã, essa grande oportunidade.

Portanto, agradeço a V. Ex.^a o aparte, que começa, exatamente, a clarear o escuro horizonte em que se encontra hoje o setor da produtividade nacional.

Prossigo, Sr. Presidente.

Naquela época, a inflação não chegava aos dois dígitos, não havia filas nos supermercados e açougues, nem ficavam esvaziadas as prateleiras das quitandas.

Considerava-se o Brasil um país essencialmente agrícola, até pelo crescimento explosivo da sua população, com dois terços homiziados nos centros urbanos, mais de vinte milhões de favelados.

No seu primeiro ano, o atual governo, que tem uma orquestra de economistas e financistas tão competente individualmente quanto desafinada na hora das decisões, percebeu que a nossa inflação marchava celeremente para os quatro dígitos, podendo ser de mais de seiscentos por cento.

Foi buscar inspiração no Austral argentino e reinventou o cruzado, aqueles quatrocentos réis da época do descobrimento.

UM ERRO DE CÁLCULO

Esqueceram-se os autores do famoso plano de que, diferentemente das outras economias inflacionadas – como as da Argentina, de Israel, do México – tínhamos, no recurso da correção monetária, que ressuscitava a cláusula "rebus sic stantibus", do velho Direito Romano, um remédio financeiro aplicado com êxito há mais de dois mil anos.

A inflação mensal era corrigida nos salários, nos preços, em todos os valores expressos em moeda.

Ocorreu um fenômeno explicável: os credores começaram a cobrar segundo a correção futura. Era preciso corrigir isso e não eliminar pura e simplesmente a correção, que deve ser exatamente aplicada aos juros da caderneta de poupança – mensalmente creditados e de liquidez imediata, corrigindo-se também os débitos fiscais.

Um dos maiores erros do Governo, calculando a correção trimestralmente e pagando juros risíveis de meio por cento ao mês, reduziu a poupança popular em oitenta por cento, num semestre.

Os mais inteligentes retiraram a poupança e foram adquirir roupas, eletrodomésticos e automóveis, que, num ano subiram em mais de cem por cento, quando a Caderneta de Poupança pagava menos de cinquenta por cento ao ano, só deflagrado famoso gatilho salarial dez meses depois da instituição do Plano Cruzado.

Felizmente, corrigiu-se essa distorção, com juros de meio por cento e correção monetária, paga mensalmente, sob outro nome ou critério.

Essa corrida consumista, primeiro gatilho inflacionário disparado em nossa história, for resultado da ingenuidade dos jovens inspiradores do Ministro Dílson Funaro, cuja integridade com que confessa publicamente os seus erros louvamos.

Por isso mesmo gostaríamos que viesse a público dizer quem lucrou, nos dois últimos anos, com a inflação mal corrigida: se os banqueiros, com

os juros sempre crescentes, se os industriais, mobilizada toda a capacidade ociosa de suas máquinas há mais de um ano, se os frigoríficos, indispensáveis intermediários entre os pecuaristas e os açougueiros. De uma coisa estamos certos: o mais prejudicado foi o produtor de leite, penalizado durante um ano, a partir do Plano Cruzado, com a correção monetária quanto aos laticínios.

Porque em transações mercantis não há perdedores sem ganhadores, a menos que o lucro de todas essas manobras coubesse, como se desconfia, ao Governo e à burocracia.

A SALVAÇÃO NA LAVOURA

A situação econômico-financeira mundial anda amplamente conturbada, quando as maiores potências – incluindo-se o Mercado Comum Europeu – considerando indesejável o crescimento das nações subdesenvolvidas, apelam para as retalições nas tocas mercantis.

O pior é que essas nações se agrupam, segundo interesses comuns, para torpedear as exportações de manufaturados dos parceiros mais pobres, a fim de constrangê-los à situação de economias primário-exportadoras.

A reserva de domínio, no campo da informática, não se permitindo, no Brasil, a exportação de elementos ou produtos acabados, fez com que os republicanos nos Estados Unidos arreganhassem os dentes de Reagan, contingentando, pelo mais vigoroso protecionismo tarifário, a importação de nossos produtos, como o couro, o aço, a laranja e tantos outros.

Também sabemos que, abundantes os alimentos nesses países industrializados, eles escasseiam nos subdesenvolvidos. E, quando sobram para exportação, sofrem um cerco insuperável.

É o que vimos com o café: vendido a mais de dois dólares a livre-peso, ter essa cotação reduzida a pouco mais de metade, porque os Estados Unidos e a Inglaterra são os grandes importadores do produto, que não consegue, aqui, no interior, nem o preço de garantia assegurado pelo Governo.

Mas Minas Gerais e Espírito Santo continuam a cultivá-lo, teimosamente, em suas montanhas e planaltos e assim não perderemos a condição de maiores produtores, apesar dos preços vis.

Os governadores, felizmente, estão conscientizados de que o consumo interno de alimentos cresce em dez por cento ao ano e partem para planos agrários os mais ousados.

Recentemente, sete Governadores do Nordeste, acompanhados pelo Sr. Marcos Freire, Presidente da Caixa Econômica Federal e pelo Ministro da Irrigação, Vicente Fialho, estão visitando projetos irrigados em vários Estados daquele País, para utilizar sua experiência no desenvolvimento agrícola dos seus Estados, de terras fertilíssimas e reduzida queda pluviométrica.

Lá no Arizona, encontrarão eles condições climáticas e pedológicas semelhantes às do Nordeste e esperamos possam dar utilidade ao conhecimento obtido.

Desejamos que, em cada Estado, se criem Secretarias de Irrigação ou de Recursos Hídricos.

Não importa se, por alguns anos, nossa produção de minérios, ferrosos e não ferrosos, sirva apenas para atender ao consumo interno.

Somos um País de cento e trinta milhões de habitantes, que pode consumir, anualmente, cinco milhões de geladeiras e congeladores, mais de vinte milhões de liquidificadores, quantidade apreciável de material elétrico; de computadores, televisões, rádio-receptores, quase cem milhões de pares de calçados, toda a produção de tecidos e confecções.

E se houver excedente de açúcar, produziremos mais álcool, como solução ideal para determinar a economia de dólares.

O Itamaraty e o Ministério da Indústria e do Comércio devem convergir esforços, no sentido de conquistarmos novos mercados para os nossos produtos, se necessário alugando bandeiras internacionais para assegurarem as exportações, caso se concretizem as ameaças de retalições, resultantes da enganosa decretação da moratória técnica, de cuja decisão governamental, **data venia**, discordamos.

Em discurso que aqui pronunciamos, como Líder de nosso partido, em 21 de Julho de 1983, abordamos a enfática defesa da moratória, toda ela patrocinada por eminentes representantes do então MDB.

Dizíamos então:

"A moratória é incapaz de gerar recursos externos, da mesma forma que é incapaz de reduzir os dispêndios em moeda estrangeira. Na verdade, apenas desloca no tempo os pagamentos a serem efetivados. Alivia a pressão sobre recursos presentes em troca do comprometimento de recursos futuros, mas sem nada acrescentar à economia do País que a declara".

E prosseguimos;

"Ao declarar uma moratória, o País confessa, não apenas a falta de recursos suficientes para fazer face a seus compromissos, mas, sobretudo, que não será capaz de gerá-los por todo o período coberto pela concessão obtida. Em termos mais precisos, a moratória corresponde à confissão de que o sistema econômico não poderá reajustar-se pelo espaço de tempo que ela pendurar".

E eis a síntese de nosso pronunciamento:

"Em tese, a declaração de moratória implicará na imediata suspensão dos financiamentos pelas instituições afetadas, qualquer que seja o tipo da operação a que se, destinam. Serão afetadas, assim, as exportações financeiras, as importações financiadas e os empréstimos financeiros ao País que a declarar".

Não sabemos, em verdade, o que levou o Presidente Sarney ao convencimento de que a moratória unilateral sob o prisma de "moratória técnica", seria o caminho salutar para aliviar o sufoco econômico e financeiro que o Brasil atravessa.

Supõe-se, no entanto, que o insucesso na implantação do Plano Cruzado, com a conseqüente baixa da popularidade no prestígio do Governo, fora sem dúvida o motivo básico de encontrar, na proposta da moratória técnica, a esperança de uma reabilitação imediata, o que evidentemente não ocorreu. Ao contrário...

Diante de tais evidências, cremos imprescindível que o Presidente da República aumente cada vez mais o nível da consciência própria, para compreender a gravidade histórica deste momento, e assim saber discernir entre o que sejam as razões de Estado, a fim de colocá-las bem acima das amizades pessoais, estas, transitórias por excelência, aquelas perenizadas na obrigação que o impõe ao cumprimento sagrado do dever.

O jogo da moratória, com efeito, não produziu o impacto que era previsto no implacável julgamento da opinião pública. Nem seria de outra forma, quando a Cesta Básica de Alimentos, em 28 de fevereiro de 1987, acusa um aumento acima de 100% em relação a 28 de fevereiro de 1986, **Dia Oficial** do lançamento do Plano Cruzado. Enquanto isto, o salário mínimo, no período, aumentou em cerca de 65%.

A vara de condão com que o Ministro da Fazenda opera a mágica da manipulação de dados na economia sempre solidária com a boa fé de S. Ex.^a, continua a demonstrar, com insistente teimosia, que "os salários reais como aqueles ganhos pelos trabalhadores, estão preservados da corrosão inflacionária".

O Presidente Sarney não merece ser transformado em vítima do engodo e, por via de consequência, ter sacrificado o grande acervo de bons serviços que acumulou, ao longo dos anos, em plena e patriótica dedicação ao interesse comum do Povo Brasileiro. Reconhecemos a seriedade do esforço que faz visando a encontrar alternativas para sanear os graves problemas que nos afligem. Todavia, sua luta resultará inócua, caso não se procure libertar dos grilhões da incompetência, acumulada em torno do seu Governo, para retomar o comando da economia e dar-lhe um direcionamento mais eficaz, começando pela conquista da credibilidade, ponto vital para a seqüência dos desdobramentos nos rumos do futuro.

Sr. Presidente, confesso que fiz o possível para que esse pronunciamento não fugisse à linha da ética, do equilíbrio e da isenção na análise dos fatos. Soplei, em alguns momentos, minha predisposição em debater problemas polêmicos, porque são encaro adversários como inimigos, mas irmãos de Pátria e de idéias que tem, nesta Augusta Assembléia Nacional Constituinte, um espaço limpo para o trabalho conjunto em defesa da nossa recuperação econômica, de uma abertura democrática para o desenvolvimento e, sobretudo, pela eterna dignidade da soberania nacional.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Constituintes, a sociedade brasileira exigiu a convocação desta Assembléia Nacional Constituinte para fazer reformas profundas no seu ordenamento institucional. O quadro nacional de desigualdades sociais precisa ser modificado. Uma nova ordem deve ser constituída, de maneira justa, para que cada cidadão tenha o seu direito de viver em igualdade de condições e não persista esse anacronismo, de pobres e ricos no mesmo País. Temos, agora, a devida legitimidade para traçar diretrizes e o destino de nossa sociedade.

Portanto, o povo, que exigiu nas praças públicas a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, nos elegera e confiou a tarefa de, dentro do princípio democrático, debatermos suas idéias, suas aspirações, sua vontade de construir um novo país. E é nesse contexto que hoje nos encontramos reunidos para discutir a nova Carta Constitucional.

É grande a responsabilidade de todos nós. Ainda ecoam muito forte em nossa memória as palavras finais do discurso de instalação desta Assembléia Nacional Constituinte, proferidas pelo eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves:

"Na feitura de uma Constituição as questões são múltiplas, e as dificuldades várias. Resolvê-las com prudência e sabedoria é o grande desafio que se apresenta a esta como a todas as assembleias constituintes.

Os olhos conscientes da Nação estão cravados em vós.

A missão que vos aguarda é tanto mais difícil quanto é certo que, nela, as virtudes pouco exaltam, porque esperadas, mas os erros, se fatais, estigmatizam."

Portanto, é grande a nossa responsabilidade para promovermos mudanças estruturais. O País precisa de profundas reformas, reformas para reduzir as desigualdades regionais, reforma na educação, reforma agrária, reforma tributária, reforma na política econômica, urgente, para salvar, ainda, o que resta de nossa economia.

Porque reforma para redução das disparidades regionais? Nascido na região Nordeste, aprendi com nosso povo inesquecíveis lições de "nordestinidade", sem, contudo, deixar de ver o Brasil como um todo. Mas, num sadio regionalismo, sob a premissa de que, se o Brasil é um só, não há por que admitir as atuais e perversas disparidades regionais quanto ao crescimento e investimentos na economia, das finanças públicas e das múltiplas manifestações de natureza cultural. Sem dúvida, foram registrados alguns avanços ultimamente. Mas o fosso que caracteriza as desigualdades entre o Nordeste e Centro-Sul ainda permanece. Se não o eliminarmos em prazo o mais curto possível, teremos perdido uma oportunidade histórica.

Temos de trabalhar muito para isto, principalmente os nossos colegas da região, acima de colorações partidárias. Essa não é uma luta de partidos, mas a luta de um povo sofrido e necessitado, mais ainda, esperançoso. Com efeito, jamais as peculiaridades do momento político se apresentaram tão favoráveis às mudanças quanto presentemente.

Não pretendemos nordestinizar o Brasil e, sim, inserir nossa região na dinâmica realidade brasileira **ilegível** ao crescimento sócio-econômico em **ilegível**, desde as infra-estruturais até as de serviços. O Nordeste, sabemos todos, é hoje peça importante na política nacional e pode sê-lo também, de sua economia. Só depende da vontade política de todos nós.

Não interessa ao Nordeste, nem muito menos às demais regiões, essa disparidade que aí está. Precisamos fazer naquela região, com o apoio de todos, um novo pólo econômico-social, para que, no início do próximo século, possamos ter reduzido sensivelmente as distorções existentes.

Em mais de um lugar e em muitas ocasiões, tenho dito, reiteradamente, que a nossa gente nordestina e brasileira, de modo geral, vem sobrevivendo em condições que tipificam, miséria quase absoluta. Dados estatísticos inofismáveis revelam quadro de extrema pobreza, enquanto, de outra parte, em pequenas parcelas, concentram-se riquezas imensas, algumas meramente dissipadas em festivais de orgias realimentadas por aplicações especulativas destituídas de significado social.

A fome é o problema fundamental da sociedade brasileira, e vencê-la é o principal desafio engendrado por um modelo sócio-econômico incompatível com as aspirações, tanto das elites esclarecidas, quanto das massas populares, cujos movimentos reivindicatórios foram garantidos por mudanças institucionais recentes e necessárias.

Não basta, porém, a emoção motivada pelo conhecimento das gritantes desigualdades que presenciamos no nosso dia-a-dia, nem o conhecimento respaldado na análise colhida em obras de especialistas nos vários domínios da ciência social. Nada se faz sem o trabalho transformador das situações adversas, Mudanças e transformações implicam vencer resistências a hábitos e comportamentos nos mais diversos segmentos

do universo social, universo este que é, por natureza, eternamente heterogêneo, pois, se há ricos que nada querem ceder, na outra ponta há paupérrimos que se vendem por qualquer coisa, também eles – devemos dizê-lo, concorrem para manter o que Salitre definiu como "quietismo social", ou seja, a atitude de indiferença, de não engajamento de abstencionismo, de falsa naturalidade.

Ouçó, com prazer, o nobre Colega Eraldo Tinoco.

O SR. ERALDO TINOCO: – Ilustre Constituinte Benito Gama, V. Ex.^a que exerceu com brilhantismo no Estado da Bahia, os cargos de Secretário dos Transportes e da Fazenda, pôde; sem dúvida alguma, vivenciar na prática as terríveis dificuldades por que o Nordeste passa em relação ao Brasil como um todo. Região que tem contribuído para o desenvolvimento do nosso País, apesar do esforço do nordestino, ainda não alcançou aquele patamar de desenvolvimento que todos almejamos. Efetivamente, temos certeza de que, ao lado de todos os nordestinos que representam a região nesta **ilegível**, V. Ex.^a estará lutando pelas reformas que interessam ao Brasil, porque tudo aquilo que interessa ao Nordeste interessa ao País como um todo. Esperamos que suas teses, seus esforços e sua luta possam continuar, a fim de que efetivamente tenhamos como resultado aquilo todo o Nordeste deseja: a oportunidade de crescer em igualdade de condições. Parabênzo V. Ex.^a por abordar tema tão importante no início dessas discussões constitucionais. Sem dúvida alguma, veremos o resultado do seu esforço e do seu trabalho.

O SR. BENITO GAMA: – Nobre Constituinte Eraldo Tinoco, agradeço a V. Ex.^a o aparte.

O Nordeste realmente precisa na inteligência de homens como V. Ex.^a para levar adiante as mudanças que consideramos necessárias.

Prossigo, Sr. Presidente.

Num País como o nosso, em que apenas um décimo dos menores de 18 anos consegue concluir o curso primado, essa atitude é, socialmente um erro e um crime no plano moral.

Reforma na Educação. É preciso e urgente fazê-la.

É degradante a qualidade do ensino no País. Do maternal à universidade. Todos os cursos deficientes. O 1º e 2º Graus, hoje, já estão em níveis avançados de privatização, ante as deficiências das escolas públicas. A Universidade brasileira precisa ter reforços significativos em seus orçamentos. Não se desenvolve a inteligência de um País sem investir alto na educação. A Universidade brasileira hoje, infelizmente, não forma o aluno. Muito mal informa, quando não deforma o cidadão.

Reforma agrária é preciso. Com responsabilidade; para que não transformemos um programa sócio-econômico em tal magnitude em conflitos insuperáveis de classes sociais. O Governo deve interferir, para que, assegurando o direito dos que não têm terra para produzir, não cometa o grave equívoco, no meu entendimento, de desapropriar áreas produtivas e entregá-las a homens e mulheres sem o devido preparo técnico. sem capital, sem acesso ao crédito, enfim, totalmente despreparados, e torná-las improdutivas. É preciso fazer a reforma agrária com responsabilidade e, acima de tudo, com critérios lógicos.

Falei sobre as reformas necessárias ao Nordeste brasileiro, citei a reforma na educação, a reforma agrária, e teria anda muito a dizer, mas preciso centrar a atenção na reforma que acredito

das mais urgentes e necessárias, que é a reforma tributária, para fortalecer Estados e Municípios, possibilitando aos mesmos prestarem a devida assistência aos seus concidadãos.

O País vive hoje o grande debate da Assembléia Nacional Constituinte. Neste contexto efervesce a discussão sobre a reforma tributária, envolvendo os Governos Federal, Estadual e Municipal. A questão central dessa reforma está estreitamente ligada ao atual modelo tributário, excessivamente concentrador de recursos em poder da União, em detrimento das demais esferas do Governo. A política tributária nacional enfrenta, atualmente, por essa razão, as dificuldades naturais dos anos de autoritarismo, onde predominou a concentração de rendas em poder do Governo central para exercer melhor o poder político centralizado, cuja legislação tributária está tutelada sob a égide dos Decretos-leis.

Liberdade política só existe com liberdade econômica.

Aos Estados e Municípios restaram poucos impostos, com base econômica tributária de difícil aplicação, principalmente o IPTU. E isso pertence aos Municípios, pela suas implicações políticas decorrentes do fato de estar o contribuinte muito próximo da autoridade pública responsável pela arrecadação e, ainda, pelo custo financeiro de cobrança, que nem sempre compensa o pequeno volume de receita. Enquanto os Municípios e os Estados ficam com tributo com pouquíssima base econômico-tributária, a União fica com os impostos sobre a base econômica forte, como Imposto de Renda, Impostos únicos Sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos, Imposto Sobre Energia Elétrica, Finsocial, Imposto Único Sobre Minerais e, agora, os depósitos e empréstimos compulsórios.

Os fundos de participação existentes no atual sistema de distribuição de rendas públicas são necessários, mas não foram suficientes para neutralizar os desequilíbrios regionais, não só devido à vinculação daquelas receitas, por um longo período, aos planos nacionais de desenvolvimento social, como também porque os Estados mais ricos eram beneficiados por outros programas administrados por agências federais de desenvolvimento, como o BNDES, BNH, CEF, dentre outros, supridos com recursos da Receita do IPI e do Imposto de Renda, enquanto o Fundo de Participação dos Estados e Municípios, apenas com pequena parcela desses dois tributos.

O SR. MUSSA DEMES: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. BENITO GAMA: – Com muito prazer, Deputado Constituinte Mussa Demes.

O SR. MUSSA DEMES: – Nobre Deputado Benito Gama, habituamo-nos, V. Ex.^a e eu, V. Ex.^a na qualidade de Secretário da Fazenda do Estado da Bahia eu na qualidade de Secretário da Fazenda do Estado do Piauí, a clamar, em fórum bem mais restrito e limitado, o do Confaz, por maiores recursos para as já combatidas finanças dos nossos respectivos Estados, sem dúvida dos mais carentes da Federação brasileira. Teremos agora, no fórum muito mais amplo desta Casa, a oportunidade de ver o brilhantismo da sua inteligência, o acendrado amor que V. Ex.^a têm à Região Nordeste poder frutificar de fato na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e, mais particularmente, no Subcomissão de Sistema Tributário e Distribuição de Receitas, para onde, tudo indica, nosso partido haverá de nos encaminhar. Espero, com muita confiança na sua atuação – e tenho certeza de que o Nordeste terá um trata-

mento prioritário – que possamos, a partir do momento em que estivermos servindo à Nação na elaboração efetiva da Carta Magna, proporcionar a verdadeira redenção dessa Região e sua autonomia, deixando de ser a prioridade existente apenas no papel.

O SR. BENTO GAMA: – Agradeço a participação a V. Ex.^a, nobre Constituinte Mussa Demes. Estamos juntos nessa mesma luta.

O SR. PRESIDENTE (Reinaldo Faria de Sá): – Quem avisar ao nobre Constituinte que dispõe apenas de dois minutos.

O SR. BENITO GAMA: – Concluo, Sr. Presidente. Um projeto de reforma tributária tem de estar articulado com uma proposta de desenvolvimento econômico e social a médio e longo prazo, e a elaboração dessa proposta encontra nesta Assembléia Nacional Constituinte o seu foro adequado e intransferível. Cada sociedade deve instituir o seu sistema tributário de acordo com suas peculiaridades. Ao longo desses últimos anos, várias propostas foram apresentadas no sentido de aperfeiçoamento. E temos, é bem verdade, corrigido algumas distorções. Mas há, ainda, muito que fazer para dotar o sistema tributário brasileiro de uma estrutura mais equânime, de modo a encurtar as distâncias sócio-econômicas entre as pessoas físicas e jurídicas, entre as regiões, entre estados, municípios e a União.

A dificuldade central, além das inerentes à criação de um sistema tributário justo, surge da falta de capacidade contributiva das regiões menos favorecidas, onde, nesse particular, ressalta o Nordeste, que participa com apenas cerca de 10 por cento da renda nacional, embora lá se concentrem 30% da população, contra quase 85 por cento de participação do Centro-Sul.

Com efeito, a capacidade contributiva está em função direta do nível de renda. Daí a necessidade de maiores aportes de recursos e investimentos diretos da Região Nordeste, para que, a médio e longo prazo, com a maturação desses investimentos, a capacidade contributiva flua naturalmente da geração de renda.

Em função dessas carências e dos desequilíbrios distributivos, não só entre a União e os estados federados, como também entre as próprias regiões. É que temos tentado ao longo dos últimos anos, aumentar a participação dos estados e municípios do Nordeste no bolo tributário através dos FPE e FPM, único mecanismo redistributivo de rendas que atende às regiões mais pobres.

Temos, ao longo do tempo, para os estados e municípios, pugnado para incluir outros impostos federais nos respectivos fundos, mas, até agora, não obtivemos êxito.

Existe, nos ministério da área econômica e nesta Casa, vários estados e debates em torno da modificação do sistema tributário nacional. Tecnicamente existem estudos que possibilitam essa reforma. Devemos discutirlos exaustivamente, na Comissão do sistema tributário e respectiva subcomissão. É preciso aprofundar o debate nacional em torno desse candente assunto. Sem emocionalismo, sem jogadas de efeito aparente, sem populismo, sem demagogia, para que a História não nos julgue como rigor que todos conhecemos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, devemos buscar, sobre este assunto, uma união nacional, para que os estado e regiões mais ricas, com seu poder político majoritário, não impeçam um tratamento tributário que acabe com as disparidades regionais.

A unidade nacional não resistirá à prosperidade de uns em função da penúria e da miséria de outros.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Osvaldo Bender.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quis o destino que fôssemos um dos primeiros a usar esta tribuna após a promulgação do Regimento Interno definitivo, o que faço com muita honra e orgulho, uma vez que agora podemos de fato começar a trabalhar na nova Constituição.

A palavra Constituinte talvez tenha sido a mais pronunciada de todas as já articuladas neste plenário nos últimos dois anos, e tenho a certeza de que, se cada vez que isso acontecesse e escrevêssemos em um pequeno papel, o volume resultante não caberia nesta Casa.

O povo está esperançoso, mas será que não vamos frustrar a população?

Quando olho para este plenário e o vejo quase vazio, mesmo ao término da sessão, fico sentido. E lembro-me daquela história de uma grande festa paroquial, onde todos os paroquianos eram convidados a trazer uma garrafa de vinho, que seria despejado em um grande barril. Posteriormente, no dia da festa, esse vinho seria servido de graça. Um dos paroquianos pensou que, já que tantos levariam vinho ele levaria uma garrafa de água, pois no meio de tanto vinho não faria diferença uma garrafa de água. Mas o que aconteceu? Para surpresa de todos, no dia da festa, quando foi servido o vinho, o que saiu da torneira foi apenas água.

Espero que nesta nova Constituição tal fato não aconteça. É preciso que ela tenha mais valor, que ela contenha um líquido mais precioso.

Sei que todos nós assumimos muitos compromissos, quer nas comissões, quer nos ministérios. Mas conclamaria a todos para que, a partir de hoje, cada um de nós olhasse para dentro de si mesmo com mais responsabilidade, porque, se fizermos o máximo, ainda será muito pouco para o povo, que depositou tantas esperanças nesta Constituição. Por isso creio que devemos nos empenhar o máximo, porque nem tudo o que se falou sobre Constituinte, evidentemente, vamos poder cumprir. Mas – tenho certeza – alguma coisa, ainda que pequena, poderemos e devemos fazer.

O que seriam essas coisas? Seriam, em primeiro lugar uma redistribuição de renda mais justa, a começar pela reforma tributária, entre outras. Quero aqui referir-me em especial à necessidade de descentralização das indústrias. O que ocorreu nos últimos anos foi exatamente uma centralização, causados maiores problemas dos grandes centros. O êxodo rural, a aglomeração nas grandes cidades, a formação de grandes metrópoles são responsáveis pelos grandes cinturões da miséria ao redor das mesmas. Vejam, Sras. e Srs. Constituintes, se hoje queremos ir a uma dessas cidades, e passear tranquilos à noite, temos de temer nossos irmãos, como se fossem lobos ou leões a nos assaltar, a nos matar, a nos devorar. Tudo por quê? Porque as pessoas quando se deterioram, perdem o sentido espiritual, perdem a própria alma e se tornam cães selvagens.

Agora veja, se pudéssemos segurar essa nossa gente no interior, nos pequenos municípios construir cidades médias, que beleza seria!

Quando foi empossado o novo Governador do Rio de Janeiro, um dos seus primeiros atos foi

a assinatura de um expediente reivindicando a construção de um pólo petroquímico na cidade do Rio de Janeiro. Acho até louvável reivindicá-lo, mas gostaria que esse pólo petroquímico fosse construído em municípios mais distantes da capital, mais precisamente no interior.

Isto a nova Constituição terá de prever. Não podemos permitir que continuem a construir grandes indústrias nos grandes centros. Temos de levá-las para o interior. Isso é bem mais fácil do que trazer esse povo do interior para as grandes cidades.

Essa é a verdade, Sras. e Srs. Constituintes. É claro que é possível. Basta que façamos leis que dêem incentivos fiscais para quem quiser investir no interior. Temos de planejar. Temos de descentralizar.

Vejam outro absurdo que existe: os grandes moinhos estão centralizados nas grandes cidades. Outrora tínhamos moinhos, principalmente na região do trigo, em todos os municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná: hoje todos foram monopolizados pelos grandes, pertencentes a meia dúzia de multinacionais.

Fala-se que é necessário um registro para se construir um moinho.

Ora, Sr. Presidente, que democracia é essa em que vivemos? Se não temos o direito de descentralizar, teremos de levantar nossas vozes tantas vezes quantas forem necessárias nesse sentido. Precisamos levar o progresso para o interior, porque lá existem menos problemas de transporte, de moradia e até mesmo de educação, pois, é mais fácil construir escolas, principalmente de primeiro grau.

São vários os problemas que poderíamos resolver nesta Constituinte, e o meu tempo é curto para enumerá-los. Seria oportuno, todavia, lembrar que precisamos de uma autêntica política agrícola, que dê condições ao homem do campo de produzir com tranqüilidade e segurança – condição que ele normalmente não tem. Ele precisa de poucas coisas: preços justos, um seguro agrícola que lhe dê uma indenização quando vierem frustrações de safras, financiamentos. Sugiro aos Sr.^{os}. Constituintes que os juros e a correção monetária sejam calculados conforme a variação do preço dos produtos. Digamos, se o nosso produtor fizer um empréstimo para o plantio de milho e, na oportunidade do empréstimo esse milho custar 100 cruzados em bolsa, quando ele vender o milho produzido com esse mesmo empréstimo e o produto custar 120 cruzados, que ele pague apenas aquela diferença da variação do preço. Nada mais justo. O que não podemos é ligar crédito agrícola a OTN ou a Letras do Tesouro, a papéis. Temos de relacionar o empréstimo exatamente com aquilo que o nosso produtor tira da tesa.

Nosso homem do campo precisa também de centros esportivos, energia elétrica e televisão. Temos de lhe oferecer tudo aquilo que o homem da cidade tem e principalmente de lhe conceder todos os direitos referentes à Previdência Social, como tem o trabalhador da cidade. (Palmas.)

Ontem, para tristeza nossa, lemos no jornal **O Globo** que, no momento, a Previdência Social tem 53 bilhões de cruzados aplicados no **open market**. No entanto, está o homem rural abandonado e sofrido, aposentando-se apenas aos 65 anos de idade com pensão de meio salário mínimo, e a mulher camponesa, que sequer está enquadrada numa categoria profissional, não pode se aposentar; está aí o nosso aposentado da cidade com seus salários defasados; estão aí os hospitais, que até há poucos dias recebiam apenas 70 cruzados por uma diária com três refeições

e três turnos de enfermagem e somente agora tiveram elevada a diária para 262 cruzados.

Mas, até que eles recebam, assim como os profissionais médicas, que ganham apenas 60 cruzados por consulta, o dinheiro já valerá muito menos, e a Previdência Social está aplicando os seus recursos no **open market**. Nada tenho contra isso, acho até louvável, mas desde que os segurados, aqueles que contribuem mensalmente, tenham seus direitos garantidos e recebam aquilo a que de fato fazem jus.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o meu tempo está se esgotando, e não me quero estender mais, porém os temas por mim abordados são muito importantes. Estes podemos resolver, e são mínimos. Mas não podemos fazer o mesmo com os grandes problemas.

Dentre os temas que ainda me preocupam um é o ser humano. As pessoas deficientes merecem aqui consideração e precisam ter seu valor reconhecido. Queremos também que seja obrigatória a inclusão do ensino religioso no artigo escolar do primeiro grau. Não podemos negar às crianças um pouco mais de conhecimento sobre Deus, a eternidade, a alma e o espírito. Se, depois de crescidas, elas quiserem tornar-se atéias, será problema de cada uma. O ser humano sem alma e sem consciência é como um porco com o focinho na lama: não pode olhar para o céu; é um animal. Nós, seres humanos, fomos criados à imagem e à semelhança de Deus. Por isso temos o dever de jamais esquecer quem nos criou. Se o ser humano tivesse consciência e responsabilidade e se impusesse regras, não necessitaríamos mais de leis. As leis, na sua grande maioria, são fraudadas e manipuladas. Por outro lado, se houvesse seres humanos conscientes, responsáveis, de caráter, de ética e de princípios, então os grandes problemas da nossa Pátria estariam resolvidos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Ivo Mainardi.

O SR. IVO MAINARDI (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituição Federal desde 1967, com a Emenda de 1969, determina no parágrafo 6º do art. 21 que o imposto de que trata o item III deste artigo (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, de competência da União) não incidirá sobre glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

Essa norma constitucional é dirigida ao legislador para que não institua o Imposto sobre a Propriedade Territorial quando se tratar de glebas rurais de área reduzida e explorada em regime de economia familiar. Trata-se, pois, de imunidade constitucional ou seja, limitação constitucional ao poder de tributar.

A Constituição de 1946, que no art. 19 atribuíu aos Estados a competência para decretar impostos sobre a propriedade territorial, exceto a urbana estabelecida, no parágrafo 1º, desse artigo, imunidade idêntica à prevista no texto vigente, dispondo que o Imposto Territorial não incidiria sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultivasse, só ou com sua família, o proprietário que não possuísse outro imóvel.

A Constituição fala literalmente em "proprietário", como beneficiário da imunidade.

Considerando, todavia, que as palavras constantes de texto constitucional devem ser interpretadas no seu sentido mais usual e corrente, até mesmo no sentido que lhe confere o falar do

povo mais simples, proprietário aí deve ser entendido em sentido amplo, incluindo-se o possuidor.

Nem poderia ser diferente, pois o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), estabelece no art. 31 que contribuinte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é o proprietário do imóvel, o titular do domínio ou seu possuidor útil a qualquer título.

Ora, em homenagem ao princípio republicano da isonomia, tornado regra de Direito no parágrafo 1º do art. 153 da Constituição, não resta outra interpretação, a não ser aquela que manda alcançar a imunidade do parágrafo 6º do art. 21 também aos titulares do domínio útil e aos possuidores a qualquer título.

Aliás, esse entendimento já está pacificado na doutrina e na jurisprudência, conforme ensina o saudoso mestre Aliomar Baleeiro, no seu "Direito Tributário Brasileiro" (nona edição, Editora Forense, Rio, 1977).

A finalidade dessa proteção constitucional às pequenas glebas rurais, evidentemente, é a garantia de não oneração aos pequenos produtores rurais, já tão sofridos em face da crise crônica que o setor agropecuário enfrenta no Brasil, seja pelo alto custo da produção, dos seus insumos, pelos problemas de mercado e de garantia de preço mínimo, seja pelas agressões da natureza, da seca, da geada, das pragas.

O pequeno produtor rural, como é de notório conhecimento, é o grande responsável pela colocação do arroz, do feijão, do milho, da mandioca, das hortaliças, da carne suína e de tantas outros produtos na mesa do brasileiro.

Por outro lado, é indiscutível que aquela pequena gleba de terra representa para ele e sua família a própria subsistência é o seu instrumento de trabalho que, associado ao suor de seu rosto e a sua dedicação diuturna, lhe dá a vida!

A luz do direito natural, a pequena gleba rural, com a mesma natureza alimentar dos soldos, salários e proventos, além de sua vocação social e econômica, deve ter a sua disponibilidade vinculada aos interesses da família dela retira o seu sustento.

A proposta, pois, alertando os nobres companheiros Constituintes para o problema do pequeno produtor rural, é que o direito lhe confira a mesma garantia, qual seja, a impenhorabilidade.

Ouço o nobre Deputado Paulo Macarini.

O SR. PAULO MACARINI: – Nobre Constituinte, inicialmente, quero dizer a V. Ex.^a que um dos temas que deverá tomar a atenção da Assembléia Nacional Constituinte diz respeito à situação fundiária, notadamente dos três Estados do Sul, onde, graças ao regime da pequena propriedade e à capacidade laboral de seus ocupantes, constrói-se uma das mais prósperas regiões do interior de nosso País. Em segundo lugar deve acrescentar que participei, há poucos dias, de reunião com o Ministro da Agricultura e representantes das federações dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, quando se pleiteou impenhorabilidade para os casos de execução advindos de inadimplência contratual por frustração de safras ou por queda nos preços de comercialização dos produtos, correspondente a glebas de pelo menos 75 hectares. Quero fazer um apelo a V. Ex.^a para que examine a possibilidade de reformular sua proposta, no sentido de que ou se convertam essas propriedades em bens de família, ou se tornem insusceptíveis de penhora as propriedades de pequenos e médios lavradores até 75 hectares.

O SR. IVO MAINARDI: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Devo dizer que estou apresentando hoje a esta Casa e à Constituinte proposta no sentido de que se tomem impenhoráveis todas as propriedades até vinte e cinco hectares, porque entendemos ser esta a propriedade que põe na mesa o alimento básico do brasileiro. As grandes propriedades – nada tenho contra elas – se voltam para a produção de artigos pra exportação. Pela proposta que estou apresentando hoje, seria vedada qualquer tributação sobre as propriedades de até vinte e cinco hectares. Além disso, essa gleba passaria a ser impenhorável. Acabei de citar legislação datada de 9 de julho de 1986, que torna impenhorável o módulo rural. Mas há uma ressalva nesta lei. É que, quando as hipotecas para fins de financiamento agropecuário, essa ressalva torna inócua e sem efeito a norma jurídica, porque dificilmente se encontrará alguma dívida de agricultor que não seja em virtude de empréstimo feito perante banco oficial. Então a Lei nº 7.513, de 9 de julho de 1986, ressalva essa hipoteca, tomando-a sem efeito. Estamos apresentando propostas onde não há nenhuma ressalva: toda propriedade até vinte e cinco hectares, explorada pelo proprietário ou pela sua família, torna-se impenhorável, sobre ela não incidindo nenhum tributo.

Com todo o prazer, concedo o aparte ao nobre Deputado Adylson Motta.

O SR. ADYLSON MOTTA: – Quero congratular-me com o ilustre Constituinte Ivo Mainardi pelo tema que está abordando. Fico contente, porque hoje, nesta Casa, tive oportunidade de falar em defesa dos nossos pequenos produtores do Rio Grande. A seguir, ouvi o Deputado Osvaldo Bender, que se pronunciou em favor do mesmo assunto. Agora V. Ex.^a, com todo o brilho que o caracteriza – e o conheço do convívio na Assembléia legislativa do nosso Estado – defende a impenhorabilidade do módulo rural, como já fizemos, inclusive nossa campanha eleitoral. Outros Deputados haverão também de defendê-lo. Acho que essa é uma medida de coerência, porque, numa hora em que estamos preocupados em possibilitar acesso à terra àqueles que não a possuem, não podemos permitir que o Governo tire terra dos nosso pequenos colonos, para que possam saldar seus débitos bancários. Essa atitude de V. Ex.^a, com a inserção deste artigo em nossa Carta Magna, é coerente e justa. Isso me leva a crer que passarão a ser reconhecidos perante nossa sociedade aqueles que até hoje foram os grandes construtores desta Pátria e que sempre são esquecidos: os nossos rurícolas, que são lembrados apenas às vésperas das eleições. Aceite meus cumprimentos. Sabe V. Ex.^a que tem o apoio de todos os nossos companheiros do Rio Grande do Sul.

O SR. IVO MAINARDI: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte. Tal como nós, V. Ex.^a conhece os problemas do Rio Grande.

Sr. Presidente, ao encerrar – até abandonei a leitura do discurso que faria para falar de improviso – gostaria de fazer referência ao jornal "Zero Hora", que trouxe, anteontem, reportagem sobre o êxodo rural no Rio Grande do Sul. Há poucos dias, em entrevista à Rádio Sobradinho, falávamos do grande êxodo rural que vem ocorrendo na região do Vale do Rio Pardo: os agricultores, amedrontados, atemorizados com as execuções bancárias devido à frustração da safra e à cobrança para que penhorem suas terras, estão tentando vender sua junta de bois, o arado, a carroça, a gleba de terra pra virem aumentar o cinturão de miséria das grandes cidades.

Sr. Presidente, não desejo abusar de sua paciência. Assim, passo a ler, para que seja transcrito nos Anais da Casa, o restante do meu pronunciamento e também a norma que desejo apresentar no momento oportuno, pela qual se veda a incidência de quaisquer tributos sobre a gleba rural, em áreas não excedentes a 25 hectares, e a impenhorabilidade dessa gleba, para que possamos evitar definitivamente o êxodo rural, que vem ocorrendo não só no Estado do Rio Grande do Sul, mas em todo o País.

O Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, dispõe, no art. 649, sobre os bens e direitos absolutamente impenhoráveis, quer pela sua afetação ou destinação, quer pela sua significação ou natureza social e econômica.

A Lei nº 7513, de 9 de julho de 1986, incluiu o item 10 no texto daquele artigo, determinando também a impenhorabilidade absoluta do imóvel rural, até um módulo, desde que este seja o único de que disponha o devedor, ressalvada a hipoteca para fins de financiamento agropecuário.

Módulo rural, na conceituação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, art. 4º, itens I, II e III, também denominado de "prioridade familiar", é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

Determinando, pois, o direito à impenhorabilidade da pequena gleba rural, estar-se-á garantindo o direito à vida, com dignidade, às famílias dos pequenos produtores rurais; o fornecimento de alimentos básicos à mesa dos brasileiros; e, inclusive, a paz e a ordem no campo e na cidade.

De fato, estar-se-á prevenindo que o pequeno produtor, expropriado, ingresse nas legiões dos "sem-terra", engrossando a comunidade das favelas em torno das grandes cidades.

Com a proposta, pois, estará sendo tomada providência política e jurídica para a efetiva fixação do homem na zona rural, evitando-se a tensão social tanto no campo quanto na cidade.

Todavia, a lei, garantindo os interesses dos bancos, contém ressalva, permitindo a penhora quando se tratar de hipoteca para fins de financiamento agropecuário.

A ressalva, pois, retira quase toda a eficácia da finalidade da lei, que é a de garantir a subsistência e a fixação do pequeno produtor rural no campo.

De fato, a esmagadora maioria das execuções se dá em razão de financiamentos agropecuários. Quais seriam as "outras dívidas" que o pequeno produtor rural poderia contrair?

Portanto, para ser efetivamente justa, a impenhorabilidade da pequena gleba rural deve ser absoluta e sem qualquer ressalva!

Poder-se-ia questionar se a proposta dificultaria ou inviabilizaria o crédito ao homem do campo.

Não é verdade! O que garante o financiamento agropecuário, no crédito de custeio, é a safra pendente, nunca o imóvel.

Dá-se o imóvel em garantia hipotecária quando se tratar de crédito de investimento.

Ora, os pequenos produtores rurais não costumam implantar obras de investimento com volume grande de recursos. A normalidade, pelas condições modestas do pequeno produtor, é o financiamento de custeio, quando consegue.

De outro lado, pela natureza social da questão, pela importância geral, pela afetação a toda comunidade brasileira, justifica-se que o Estado de garantias de crédito ao pequeno produtor rural.

Assim, complementa-se a medida com a proposta de garantia de crédito rural, em caráter preferencial, aos produtores rurais, proprietários ou possuidores daquelas glebas, por intermédio dos bancos e agências oficiais responsáveis pelo fomento ao desenvolvimento econômico do País, especialmente no setor agropecuário.

Ainda dentro da orientação de evitar-se o quanto possível a oneração do pequeno produtor, a imunidade referida antes deve ser estendida a todos os tributos e não apenas ao Imposto Territorial Rural.

Por tudo o que se disse, propõe-se que a nova Constituição Federal contenha regra que vede a incidência de tributos sobre as glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares, quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, que não tenha outro imóvel, e que a gleba rural que atenda esses requisitos seja impenhorável e assegure preferência para a concessão de financiamento de atividade agropecuária, por intermédio dos bancos e agências oficiais de fomento econômico.

"Art. É vedada a incidência de tributos sobre glebas rurais de área não excedente a vinte e cinco hectares quando as cultive, só ou com sua família, o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, que não tenha outro imóvel.

Parágrafo único. A gleba rural que atenda aos requisitos deste artigo é impenhorável e assegurará preferência para a concessão de financiamento de atividade agropecuária, por intermédio dos bancos e agências oficiais de fomento econômico."

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIANI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. CONSTITUINTE VICTOR FACCIANI (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, creio que a presença da Bíblia sobre a mesa dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte seja para que sirva de reflexão aos constituintes, com relação aos sábios ensinamentos que nela se contém.

Por curiosidade, fui ver em que parte estava aberta a Bíblia. Disse-me o Sr. Presidente que a havia aberto aleatoriamente. Seria oportuno fazer um breve exame do que se encontra à página 82 da Bíblia, aberta sobre a mesa da Assembléia Nacional Constituinte, pois parece que, como tudo de que trata este livro santo, há alguma coisa a ver com o momento presente da história da nação brasileira:

"A nomeação de auxiliares

13 No dia seguinte, assentou-se Moisés para julgar o povo; e o povo estava em pé diante de Moisés desde a manhã até o pôr-do-sol.

14 Vendo, pois o sogro de Moisés tudo o que ele fazia ao povo, disse: Que é isto que fazes ao povo? Por que te assentas só, e todo o povo está em pé diante de ti, desde a manhã até o pôr-do-sol?

15 Respondeu Moisés a seu sogro: É porque o povo me vem a mim para consultar a Deus;

16 quando tem alguma questão vem a mim, para que eu julgue entre um e outro, e lhes declare os estatutos de Deus e as suas leis.

17 O sogro de Moisés, porém, lhe disse: Não é bom o que fazes.

18 Sem dúvida desfalecerás, assim tu, como este povo que está contigo: pois isto é pesado demais para ti; tu só não o podes fazer.

19 Ouve, pois, as minhas palavras; eu te aconselharei, e Deus seja contigo: Representa o povo perante Deus, leva as suas causas a Deus;

20 ensina-lhes os estatutos e as leis, e faze-lhes saber o caminho em que devem andar, e a obra que devem fazer.

21 Procura dentre o povo homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborçam a avareza; põe-nos sobre eles por chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinquenta, e chefes de dez.

22 Para que julguem este povo em todo tempo. Toda causa grave trarão a ti, mas toda causa pequena eles mesmos julgarão; será assim mais fácil para ti, e eles levarão a carga contigo.

23 Se isto fizeres, e assim Deus te mandar, poderás então suportar; e assim também todo este povo tornará em paz ao seu lugar.

24 Moisés atendeu às palavras de seu sogro, e fez tudo quanto este lhe dissera.

25 Escolheu Moisés homens capazes, de todo o Israel, e os constituiu por cabeças sobre o povo: chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinquenta, e chefes de dez.

26 Estes julgaram o povo em todo tempo; a causa grave trouxeram a Moisés, e toda causa simples julgaram eles.

27 Então se despediu Moisés de seu sogro, e este se foi para a sua terra."

Que esses ensinamentos sirvam para todos nós, sirvam inclusive a S. Ex^a o Presidente da República, que tem a grave responsabilidade de conduzir os destinos desta Nação, escolhendo, dentre os melhores, os seus ministros, que devem propor e executar a política governamental, nesta hora em que essa política carece de definições, mormente na área econômico-financeira e, por consequência, na área social.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – O nobre Constituinte leu a página da Bíblia que estava aberta. Entretanto, na página seguinte, estão inscritos os dez mandamentos. Que a nossa Constituinte seja como os dez mandamentos para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Airton Sandoval – PMDB; Amílcar Morreira – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Caio Pompeu – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Doretto Campanari – PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Francisco Rollemberg – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Jessé Freire – PFL; João Calmon – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Camargo – PFL; José Ignacio Ferreira – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Richa – PMDB; José Teixeira – PFL; Júlio Campos – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mauro Borges – PDC; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Ralph Biasi – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Campos – PDS; Roberto Jefferson – PTB; Severo Gomes – PMDB; Víctor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Virgílio Guimarães – PT.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Encerro a sessão, designando para amanhã 5^a-feira, às 14:30 horas, a seguinte:

VI – ORDEM DO DIA

VII – Levanta-se a Sessão às 18 horas e 32 minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. GERSON PERES NA SESSÃO DE 19 DE MARÇO DE 1987.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando recebemos informações do tipo da que nos acaba de trazer o ilustre Líder do PFL, não pense S. Ex^a que sentimos grande alegria. Na realidade, o que o Presidente fez, nada mais, nada menos, foi restabelecer, no campo da legislação do Imposto de Renda, o que já está inscrito na lei. É que os assessores de S. Ex^a o haviam levado a infringir a lei. É louvável apenas o retrocesso em obediência à lei, o que prova que temos um Presidente que se curva perante a lei.

Tememos é o isolamento de S. Ex^a o Presidente do Brasil está começando a ficar só. E por quê? Talvez pela irresponsabilidade daqueles rapazes da Maria da Conceição Tavares, que embutiram na sua consciência uma formulação de política econômica, com o anúncio de uma nova mensagem segundo a qual o Brasil não mais teria inflação. Com esse anúncio, com esse trabalho acadêmico de jovens, de meninos saídos da Unicamp, sem consultar a experiência, a inteligência de centenas de cidadãos com assento neste Congresso, jogaram o País no escuro sem nenhuma visão das consequências que poderiam advir do que haviam planejado teoricamente. E, com artifícios matemáticos, com fórmulas mirabolantes, anunciaram que não mais existia inflação, como se todos aqui fôssemos analfabetos para aceitar tal afirmativa como uma verdade da teoria da Ciência Econômica. Traziam apenas, ante o sentimentalismo do povo, uma boa notícia, mas, por trás dela, pressentia-se o anúncio de uma catástrofe, como, de fato, ocorreu. Desaparecia o cruzeiro, aquele mesmo cruzeiro que construiu a Belém-Brasília, que modificou parte da fisionomia do Nordeste, que implantou todo o sistema de comunicações no Brasil, que permitiu a construção de Brasília, que introduziu a nova tecnologia através da industrialização e das empresas de base. Esse velho cruzeiro se deteriorou devido ao excesso de emissão, desaparecendo com o anúncio do cruzado. E nós dissemos ao Ministro Dílson Funaro, desta tribuna, que, mesmo que o cruzado viesse simbolizar toda uma natureza histórica de luta, de garra, de transformação, que não surgisse para acabar com tudo aquilo que o cruzeiro havia construído.

A inflação do cruzeiro terminava com cerca de 14 a 15%, e o cruzado, em apenas um ano de existência, acaba de concluir sua trajetória histórica, nefasta e funesta, com 16,2%. O cruzado liquidou com a base monetária deste País.

Basta dizer, Srs. Constituintes, que, no ano do cruzado, a base monetária foi alterada em cerca de 234%. De 51.535 milhões de cruzados, inicialmente, apresentou alteração para cerca de 172.444 milhões de cruzados. Vejam bem, temos aí uma diferença de cerca de 120 bilhões de cruzados, em números redondos. Isto significa apenas que o País emitiu mais, muito mais papel moeda. Para quê? Para estabelecer uma base monetária, de janeiro de 1986 a março de 1987, da ordem de 149.021 milhões de cruzados. E como foi ela

distribuída? Isso foi feito de maneira clara, ante a catástrofe do cruzado. Mais de 50% se destinaram a resgatar títulos federais anteriormente emitidos para tapar o buraco da catástrofe do cruzado; um pouco mais de 17% para cobrir o déficit público; apenas 14% e fração foram destinados para fins produtivos, ou seja, suprimentos do Banco do Brasil, que os aplica em crédito rural e também em estatais.

Aí está o relatório do Banco Central para confirmar o que afirmamos desta tribuna aos Srs. Constituintes. O relatório mostra os percentuais restantes distribuídos ao setor externo, aos fundos de programas, empréstimos de liquidez e como suprimentos à CEF. É o retrato vivo da vida nacional, sem falar nos outros estragos. Esse crescimento da base monetária servindo para suprir a deficiência da Caixa Econômica, para injetar recursos em outros objetivos, como a dívida externa, empréstimos de liquidez etc., vai empurrando praticamente o País à falência.

Este é o quadro que nos apresenta o cruzado. Esta é a imagem da Nova República, com seus líderes, mantêm impiedosa, arrancando do Presidente da República aquilo que ele realmente precisa: o respaldo da opinião pública, o apoio popular.

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, quero informar a V. Ex.^{as} que o Presidente da República está só, em consequência da irresponsabilidade daqueles que criaram o Plano de Estabilização Econômica. Este não se compatibilizou com a realidade da vida brasileira. Estabeleceram esse plano e implantaram mais miséria, mais fome, mais necessidades. Descapitalizaram o orçamento da família brasileira, que já com o que ganha não dá para comer, não dá para viver.

E esses "meninos" da Maria da Conceição pensaram, certamente, que, no Parlamento, seríamos também irresponsáveis, sentar-nos-íamos apenas nas cadeiras sem observar seus atos e as consequências deles. Esses rapazes deveriam ser responsabilizados, hoje, pela Nação, pois o mal que fizeram em um ano foi maior, talvez, que o causado à economia brasileira nos anos todos do sistema autoritário. Essa é a realidade. O que se fez em um ano, desorganizando a economia brasileira, não se fez em 20 anos de autoritarismo.

Daí por que o Presidente Sarney nunca haver necessitado tanto do apoio dos homens de bem, sensatos e prudentes deste País, para que se comece uma nova tarefa de restauração da economia nacional, da estabilidade real da economia brasileira, cujos reflexos estabilizem também os orçamentos das famílias brasileiras.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. JOSÉ COSTA NA SESSÃO DE 19 DE MARÇO DE 1987

O SR. JOSÉ COSTA (PMDB – AL): – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores Constituintes, ontem o PMDB viveu um grande dia na reunião para a escolha do Líder na Assembléia Nacional Constituinte, onde o eminente Senador paulista, Mário Covas, num memorável discurso, não apenas mostrou – voltando as raízes do PMDB – os reais compromissos do partido com a sociedade, mas verberou acumulação de poderes no âmbito da administração partidária. Mostrou ainda, que o partido que dá suporte político ao Presidente da República não pode estar alinhado automaticamente ao Poder Executivo, no momento em que se dedica à tarefa maior de elaboração da nova Constituição. Mostrou também Mário Covas a necessidade de o PMDB se reunir e convocou o Presidente Ulysses Guimarães a

promover essa reunião no sentido de definir uma diretriz para o partido.

Para que país iremos fazer uma Constituição? Para um Brasil grande e poderoso, ou para um País enfraquecido, porque as suas reservas e o seu superávit na balança comercial continuarão indo para os cofres dos países industrializados, para pagar os serviços da dívida? O que queremos? Continuar presidencialistas ou adotar um regime parlamentarista? O Presidente Ulysses Guimarães certamente irá atender ao apelo de Mário Covas e convocará o partido para discutir esses assuntos momentosos, como preliminar do trabalho de elaboração da nova Carta Constitucional.

Mas, na exiguidade do tempo de que disponho, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há de haver espaço para duas colocações. Em primeiro lugar faço um apelo ao líder do meu partido na Câmara dos Deputados, Luiz Henrique, para que continue à frente da bancada, prestando serviços à Casa e ao seu partido. Em segundo lugar, quero apresentar meus cumprimentos ao grande Estado de São Paulo por mais esse avanço na área política – São Paulo, esse gigante da economia, que já é sessenta por cento do Brasil e que certamente crescerá mais; São Paulo, onipresente na política; São Paulo que tem os Ministérios do Trabalho, da Fazenda, do Planejamento, das Relações Exteriores; que tem o Banco Central; que quer o Banco do Brasil; que quer a Caixa Econômica Federal; que tem a Vice-Presidência da República, que tem as Presidências da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e da Fundação Pedrosa Horta; que tem a Liderança do partido majoritário no Senado; que tem todos estes cargos e que certamente – Deus será provido – também terá o cargo de relator da Assembléia Nacional Constituinte.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o grande Estado de São Paulo na pessoa do nosso eminente Presidente Ulysses Guimarães. Particularmente, represento o pequeno Estado de Alagoas, um paria da Federação, e, por precaução, casei-me com uma paulistana, esperando, assim que o futuro me reserve, e também ao meu Estado, uma melhor sorte neste contexto.

*DISCURSO PROFERIDO PELO
SR EGÍDIO FERREIRA LIMA NA
SESSÃO DE 19 DE MARÇO DE 1987.*

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PMDB – PE): – Sr. Presidente, Srs Constituintes, serei breve. Tão ligeiro e tão rápido quanto a exiguidade do tempo que me é conferido...

O Constituinte, o Parlamentar exerce a sua atividade, o seu múnus de político nesta Casa, na sua tribuna e também na tribuna da imprensa.

No último dia 7 do mês em curso, concedi entrevista ao **Correio Brasileiro** tratando de assuntos sérios e delicados, fazendo com objetivo certo e com o cuidado que os temas magnos exigem. Esse pronunciamento provocou o efeito que o seu autor tinha em mira, trouxe as conseqüências políticas que imaginou no momento em que o proferiu. É importante, assim, que conste dos Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Nele, abordei a questão palpitante e altamente delicada do relacionamento do Presidente da República, do Governo, com o PMDB. Também me referi à questão do mandato do Presidente da República e diretamente me reportei a questões que irão ser debatidas no curso dos trabalhos de elaboração da nova Carta Constitucional.

Quero agora, Sr. Presidente, que esta entrevista, que trago datilografada, apenas com algumas retificações de redação e pequenos acréscimos com-

plementares, se integre, nos termos do Regimento, ao pronunciamento que agora estou proferindo, e que, por este caminho, seja inserida nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte. Era o meu pedido, Sr. Presidente

ENTREVISTA A QUE SE REFERE O ORADOR

Entrevista a que se refere o orador.

"Sarney não é PMDB", diz Egídio.

Para o Deputado, o Presidente se identifica mais com o PFL.

Em entrevista exclusiva ao **Correio Brasileiro**, o Deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB – PE), afirma que a verdade crua é que Sarney "nunca chegou a assimilar o ideário do PMDB". O deputado pernambucano diz que a conduta do Presidente da República em relação ao partido sempre foi tática, "pois ele nunca deixou de revelar maior identidade com o PFL e os seus principais líderes".

Egídio Ferreira Lima acusa o Presidente Sarney "de ferir o processo e a história na impatriótica tentativa de criar, em sua defesa, um partido de sustentação do Governo capaz de condicionar a nova Constituição", perdendo a oportunidade de fazer "um amplo e rico pacto político".

Correio – O PMDB está sendo acusado de conspirar para abreviar o mandato do Presidente Sarney e o próprio processo de transição. O senhor julga que esta acusação, partida dos amigos do Presidente, tem procedência?

Egídio – Não, a versão improcede. Ela decorre da trama de intrigas que, a partir da instalação da Constituinte, vem envolvendo o Presidente. Posso assegurar que, em todo o injustificável desencontro entre o Palácio e o PMDB, relacionado com os trabalhos da Constituinte, em nenhum momento ouvi, de qualquer integrante do PMDB, a menor alusão ao mandato do Presidente. A preocupação do partido é elaborar uma Constituição que atenda ao anseio de modernização do País e fazer com que chegue a bom termo a transição para a democracia.

Correio – E qual a duração que deve ter o mandato do Presidente José Sarney?

Egídio – Esta é uma questão delicada. Voltando ao passado recente, nós identificamos uma série de fatores que apontam para a convivência de um mandato de quatro anos para que o Presidente complete o processo de transição. O mandato de quatro anos ficou definido em reiterados pronunciamentos de Tancredo Neves e de Sarney (basta procurar os jornais da época). Além disso, este foi o compromisso da Aliança Democrática. A experiência nacional revelou que, no regime presidencialista, o mandato de seis anos é expressivo, acarretando sérios riscos. Todos nós ainda nos lembramos de que, ao completar o 4º ano da Presidência, Figueiredo caiu em grande vazio provocado pelo desgaste e, em decorrência desse vazio, o sistema perdeu as rédeas da transição. O mandato, além de quatro ou cinco anos, em regimes presidencialistas, também se revelou um viveiro de crises nos Estados Unidos, que são tidos como modelo de instituições sólidas. Basta lembrar que o Presidente Richard Nixon esvaziou-se logo no início do seu segundo mandato, tendo sido obrigado a renunciar após o escândalo de **Watergate**. Agora mesmo, o presidente Ronald Reagan se debate em crise semelhante, em virtude do episódio da venda de armas ao Irã. Está evidenciado, hoje, que o mandato longo, para Chefe de Estado, só é próprio nas nações que adotaram regimes mistos ou semipresidencialistas, como é o caso da França, onde o presidente tem mandato de sete anos.

Correio – E quanto ao mandato do Presidente Sarney?

Egídio – Entendo que o mandato do atual Presidente só deverá ser discutido quando os Constituintes estiverem elaborando as Disposições Transitórias. Isso somente ocorrerá depois de concluída a elaboração da nova Carta Constitucional. Então, teremos melhores condições para avaliar se o mandato presidencial da transição deve ficar em quatro, ou se pode ser estendido a cinco, ou, até mesmo, a seis anos, como indica a ordem constitucional vigente. Quem sabe se o Presidente José Sarney não poderia ter um mandato de seis anos, caso a nova Constituição venha a adotar um presidencialismo mitigado, com mesclas de parlamentarismo? Acho prematuro tirar conclusões sobre um fato político que só deverá aflorar dentro de oito ou dez meses, quando estiver sendo discutido o capítulo das Disposições Transitórias. Nessa oportunidade, a Constituinte terá melhores condições de ser isenta e precisa na definição do mandato do Presidente Sarney.

Correio – Muitos políticos preconizam um entendimento entre o Presidente José Sarney e o Deputado Ulysses Guimarães sobre a duração do mandato, para eliminar um dos fatores que provocam turbulências no quadro político. Considera necessário esse acordo para definir logo essa questão?

Egídio – Tenho receio de que assunto dessa magnitude seja resolvido desde logo. Nas atuais condições, poderíamos condenar o Presidente Sarney a um verdadeiro calvário. Elaborada a Constituinte, teremos melhores condições para formar juízo a respeito. Não seria um risco um mandato longo que deixasse o Presidente José Sarney a se debater diante de um vazio político, a partir de 1988, como ocorreu com Figueiredo e ocorre agora com Ronald Reagan?

Correio – Como o Senhor analisa os desencontros de hoje entre Sarney e o seu partido?

Egídio – Os desencontros entre o Presidente e o PMDB independem dos bons propósitos do cidadão José Sarney. Durante 20 anos, o Presidente e o PMDB trilharam caminhos e objetivos políticos distintos. Eu sempre desejei que o Presidente Sarney se reformulasse e adotasse, por meio de uma profunda e sincera conversão, a bandeira e os ideais do PMDB, que são menos da legenda do que da própria sociedade brasileira.

Correio – Então, a ação do Governo nada tem com o PMDB?

Egídio – A verdade, embora crua, é que o Presidente José Sarney nunca chegou a assimilar o ideário do PMDB. A sua conduta em relação ao PMDB sempre foi tática, pois nunca deixou de revelar maior identidade com o PFL e os seus quadros. Isso ficou bastante claro quando da opção pelo ministério instalado no dia 13 de fevereiro de 1986. Também agora, quando o Presidente, tendo diante de si a bela oportunidade de fazer um amplo e rico pacto político, precedendo as batalhas da Constituinte, resolve ferir o processo e a história na impatriótica tentativa de criar, em sua defesa, um partido de sustentação do Governo, capaz de condicionar a nova Constituição.

Correio – Os amigos do Presidente afirmam que o PMDB só está com o Governo quando há sucessos a comemorar, nunca sendo solidário

com as dificuldades. Tanto que o PMDB vibrou após o aplauso popular ao Plano Cruzado, mas já não tem o mesmo entusiasmo diante das falhas do Plano...

Egídio – Isso não é verdade. Confira os Anais do Congresso e você verá que, em todas as votações, até nas matérias mais confinantes, como foi o caso do decreto-lei sobre a reforma fiscal, de novembro de 1985, o PMDB sempre esteve ao lado do Governo e do Presidente José Sarney. E isto tem perdurado, pois, no calor dos debates dos primeiros dias da Constituinte, já acirradas as divergências, o partido inviabilizou a convocação do Ministro Dilson Funaro, batendo a Oposição e ficando ao lado do Governo. Admito até que o Dr. Ulysses, carente de maiores informações, que lhe foram sonegadas, tenha-se mostrado indeciso e inseguro no primeiro momento do lançamento do Plano Cruzado. Mas logo ele se repôs. E este não foi o comportamento do partido. Basta lembrar episódio que tem uma grande força como testemunho. Quando da reunião com o novo ministério, a 13 de fevereiro de 86, o Líder Pimenta da Veiga, traduzindo descontentamento do partido, ausentou-se deliberadamente da referida reunião. Já nos dias que antecederam o anúncio do Plano Cruzado, o Pimenta, com um representativo grupo de Parlamentares

do PMDB, teve reiterados encontros com ministros e técnicos do Governo, ao assenhoreando-se do alcance das medidas que seriam, em seguida, anunciadas, a elas oferecendo o irrestrito apoio do PMDB. Tanto que, na reunião do ministério do dia 28 de fevereiro de 1986, em que o Plano foi lançado, ali se fez presente e se pronunciou peremptoriamente ao lado do Governo.

Correio: – Como encara a possibilidade de uma ruptura no PMDB provocada pela ação do Governo?

Egídio: – Este é um problema muito sério. E, por isso, requer uma análise mais profunda. Em verdade, o que se constata é uma luta entre o novo e o velho, entre os que querem conservar e deter o processo e aqueles que têm sensibilidade para compreender a necessidade de seu avanço. É uma luta em dois flancos. Em um, na Constituinte, o PFL e os que o acompanham não querem o desenho de um Estado moderno, com mecanismos democráticos e voltados para a participação da sociedade. No outro, deparamo-nos com a luta entre uma política econômica recessiva e de contenção do desenvolvimento, caracterizando-se por uma distribuição de renda que apenas beneficia os grandes grupos econômicos, ou os que já desfrutam de situação privile-

giada na sociedade, e aqueles que, pretendendo a incorporação da grande massa dos renegados, defendem uma política econômica destinada a estimular o crescimento do País, a fortalecer o mercado interno e a promover o bem-estar coletivo. Creio, porém, que se o Governo optar pela renovação, conduzindo com firmeza e senso de justiça esse conflito, o PMDB sempre estará ao seu lado, afastando-se, de todo, a possibilidade de mistura.

Correio: – O Presidente tem chance de vencer as dificuldades?

Egídio: – Acho que sim. O Presidente, como é natural, tem suas limitações humanas, mas é um homem de sensibilidade e de grande vivência política. Ele é dotado de talento e capacidade de perceber o processo histórico, antevendo seus caminhos. Sabe que até o empresariado nacional reclama reformas estruturais para do que o País se modernize através de caminhos pacíficos. Seria doloroso admitir que o Presidente Sarney, por meros interesses de grupos que se beneficiam das distorções da economia, terminasse por legar às gerações futuras o conflito armado, como única via para solucionar as contradições de nosso processo de desenvolvimento e de maturação política.



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 35

QUINTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1 – ATA DA 40ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 26 DE MARÇO DE 1987

I – Abertura da Sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é, sem observações, assinada

III – Leitura do Expediente

IV – Pequeno Expediente

PAULO RAMOS – Participação dos Partidos Políticos na solução da crise nacional.

OLÍVIO DUTRA – Falhas do sistema financeiro nacional como causa da greve dos bancários.

VIRGÍLIO GALASSI – Novo critério na sistemática de cobrança do Imposto de Renda.

JOSÉ THOMAZ NONÔ – Crítica a declarações do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no programa "Bom dia, Brasil".

JONAS PINHEIRO – Carta-proposta de financeiras, a propósito da negociação de segmentos trabalhadores da região noroeste de Mato Grosso a instituições de dívidas.

FRANCISCO CARNEIRO – Medidas para solução do estado falimentar de micro, pequenas e médias empresas industriais

EDUARDO JORGE – Primeiro aniversário da realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, em Brasília, DF. Proposta de texto constitucional do capítulo "Da Saúde", de autoria do Núcleo de Saúde do PT de São Paulo.

ABIGAIL FEITOSA – Responsabilidade dos empresários na greve dos bancários.

VIRGÍLIO GUIMARÃES – Contrariedade do orador à indicação do Sr. Anibal Teixeira para Ministro do Planejamento.

VICTOR FACCIONI – Estabelecimento de sistema parlamentar de governo.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre horário reservado para eleição da Mesa Constituinte.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte José Genoíno.

WALDEC ORNELAS – Anistia para a dívida previdenciária dos municípios brasileiros.

NELSON SEIXAS – Artigo publicado no informe ABICOMP nº 10: "O desafio brasileiro." Vantagens do desenvolvimento da área de computação no País. Sistema operacional SOX da empresa Cobra do Brasil

GONZAGA PATRIOTA – Greve dos bancários. Paralisação de atividades do comércio, da indústria, dos trabalhadores e dos pequenos proprietários de terra em Petrolina, Pernambuco. Crítica a pronunciamento do Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no programa "Bom dia, Brasil".

GERSON PERES – Reivindicações dos prefeitos reunidos em Brasília

ORLANDO PACHECO – Soberania da Constituinte.

LUIZ SOYER – Inquietação da população do interior de Goiás ante a elevação das taxas de juros.

SOLON BORGES DOS REIS – Visita do Presidente de Portugal, Mário Soares, ao Congresso Nacional

CARDOSO ALVES – Debate sobre a Reforma Agrária, na Universidade de Brasília, com a presença de constituintes. Almanaque "Como o povo participa da cantoria – Segunda viagem dos poetas do Brasil".

PAULO MACARINI – Questão de ordem sobre concessão da palavra a constituintes para apresentação de sugestões ao Projeto de

Constituição, após o período reservado ao Pequeno Expediente.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Paulo Macarini.

MOEMA SÃO THIAGO – Participação de Portugal na luta pela anistia liberada pelo Comitê Pró-Anistia no Brasil. Visita do Presidente de Portugal, Mário Soares, ao Brasil.

PRESIDENTE – Esclarecimento ao Plenário sobre horário da sessão para eleição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte

ADHEMAR DE BARROS FILHO – Protesto contra interferência da Polícia Militar na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

JOSÉ MENDONÇA DE MORAES – Elevação das taxas de juros como causa das greves deflagradas em vários setores da vida nacional.

DOMINGOS LEONELLI – Crise econômica nacional. Crítica a pronunciamento do Constituinte Cardoso Alves, contrário a patrocínio, pelos Ministérios da Cultura e da Reforma Agrária, a opúsculo da literatura de Cordel.

LÍDICE DA MATA – Apoio do Partido Comunista do Brasil à Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987.

JEOVANNI MASINI – Problema da economia interna do País.

FERNANDO SANTANA – Reivindicação de Reforma Agrária por parte de líderes sindicais dos Estados brasileiros filiados à CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

JOÃO DE DEUS ANTUNES – Satisfação do orador pela inclusão no Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte de artigo

que estabelece a colocação de Bíblia sobre a mesa da Presidência.

O SVALDO SOBRINHO – Congratulações ao Presidente Sarney pela indicação do Sr. Aníbal Teixeira para Ministro do Planejamento Reclamos dos agricultores mato-grossenses.

OTTOMAR PINTO – (Retirado pelo orador para revisão) Solidariedade aos bancários e às auxiliares de enfermagem em greve. Dificuldades dos pequenos e médios produtores agrícolas ante obrigatoriedade do pagamento de correção monetária. Inconveniência da uniformidade de critérios para cobrança de juros.

ASSIS CANUTO – Visita do Presidente de Portugal, Mário Soares, ao Congresso Nacional.

FERES NADER – Improriedade da localização do leito rodoviário e do parque de manobras da Rede Ferroviária Federal no município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

JORGE ARBAGE – Apoio a decisão da Diretoria do Banco da Amazônia no sentido da redução das taxas de juros incidentes sobre linhas de financiamento do BASA.

JOSÉ LUIZ SÁ – Necessidade de atenção do Estado para melhor assistência médica e odontológica a pessoas carentes e programas de nutrição para gestantes e menores.

RUBERVAL PILOTTO – Modalidade de cálculos dos proventos dos aposentados da Previdência Social.

PAES DE ANDRADE – Necrológio do radialista Mardônio Sampaio, da Rádio Verdes mares, Fortaleza, Ceará.

PEDRO CANEDO – Problema da educação no Brasil.

JUAREZ ANTUNES – Expectativa popular na atuação do Governo para debelar a crise econômica nacional.

NELSON WEDEKIN – Solidariedade do orador ao Ministro da Fazenda Dílson Funaro, ante campanha de descrédito que tem sofrido.

JOSÉ LUIZ MAIA – Estudo da Assessoria Legislativa do Senado Federal: "Reajuste dos servidores públicos versus inflação". Apoio aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores brasileiros.

DAVI ALVES SILVA – Reivindicações das populações de municípios maranhenses ao Presidente da Caixa Econômica Federal.

PRESIDENTE – Transferência da presidência dos trabalhos à Constituinte Cristina Tavares e convite às Constituintes Abigail Feitosa, Irma Passoni, Wilma Maia e Rose de Freitas para comporem a Mesa, em homenagem a membros do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que compareceram à Assembléia Nacional Constituinte para entrega da Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987.

PRESIDENTE – Saudação às mulheres presentes para entrega aos Constituintes da Carta das Mulheres de 1987.

NELSON AGUIAR – proposta à Assembléia Nacional Constituinte sobre direitos das crianças. Saudação às senhores presentes.

IRMA PASSONI, BETE AZIZE, BENEDITA DA SILVA, ANNA MARIA RATTES, MYRIAM PORTELA, RAQUEL CAPIBERIBE, MARLUCE PINTO, CRISTINA TAVARES, MARIA DE LOURDES ABADIA, ROSE DE FREITAS WILMA MAIA, MARIA LUCIA – Homenagem às mulheres presentes para entrega aos Constituintes da Carta das mulheres.

PRESIDENTE – Saudação às mulheres do Conselho Nacional da Mulher por sua luta pelos direitos femininos.

PRESIDENTE – Esclarecimentos ao Plenário sobre votação para eleição dos mem-

bro da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

VALMIR CAMPELO – Questão de ordem sobre verificação de **quorum**.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Valmir Campelo.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Questão de ordem sobre necessidade de constatação da presença dos Constituintes chamadas.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Inocêncio Oliveira.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Questão de ordem sobre encerramento do processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Inocêncio Oliveira.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Questão de ordem sobre encerramento do processo de votação.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Inocêncio Oliveira.

PRESIDENTE – Proclamação do resultado da votação.

GASTONE RIGHI – Questão de ordem sobre sistema de governo a ser adotado pela futura Constituição.

V – Encerramento

Discurso do Constituinte Cid Sabóia de Carvalho na sessão de 20-3-87: solidariedade às manifestações reivindicatórias dos funcionários do Banco Nordeste do Brasil.

Ata da 40ª Sessão, em 26 de março de 1987

Presidência dos Srs: Ulysses Guimarães, Presidente; Arnaldo Faria de Sá, Secretário; Bonifácio de Andrada, Secretário;

Às 1430 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Alfonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alarico Abib – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alcení Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL;

Aloysio Teixeira – PMDB; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valia – PL; Alysso Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcellos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes – PFL; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Porosa – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Antonio Ueno – PFL; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnaldo Fioravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL;

Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedito Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Benito Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Banevides – PMDB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maio – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid

Carvalho – PMDB; CID Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares Brava – PMB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Dáilton Canabrava – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Ameiro – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu do Quadros – PSC; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edmilson Valentim – PC do B; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Chelide – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFI; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckimin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gradelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Ima Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarian – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFI; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha Neto – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Hemann – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; Joaquim Beviláqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Camargo – PMDB; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL – José Luis de Sá – PI; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Mendonça de Moraes – PMDB; Jose Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Santana – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyulha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leite Chaves – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Leur Lornanto – PFL; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lucia Vânia – PMDB; Lucio Alcântara – PFL; Luis Eduardo – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luis Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luis Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysáneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Casto – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de Lavor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márci Kubitschek – PMDB; Márcia Braga – PMDB; Márcia Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Lensen – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Midiel Tener – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Dermes – PFL; Myrlan Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narcísio Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nel- son Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nilson Sguarezi – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nilvaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Almeida – PL; Osvaldo Lima Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincaroni – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Pedro Ceolin – PFL; Percival Muniz – PMDB; Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Rita Furtado – PFL; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D’Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Roberto Vital – PMDB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Ruben Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Sandra Cavalcanti – PFL; Santinho Furtado – PMDB; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiroz – PFL; Sergio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sívio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólton Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontona – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldec Ornelas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Lucas – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O SR PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – A lista de presença registra o comparecimento de 415 Senhores Deputados. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR ADYLSO MOTA, servindo como Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Passa-se a leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Está finda a leitura do expediente.

Passa-se ao horário destinado às Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PMDB – R.J. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, e Srs. Constituintes:

Todos nós que estamos nesta Casa, com o dever inarredável de elaborar uma Carta Constitucional que sirva de alicerce para a construção de uma sociedade democrática, sabemos que o País atravessa profunda crise. Todos sabemos também que a crise pela qual passa o País é consequência de mais de vinte anos de autoritarismo, de mais de 20 anos de ditadura, em que o povo, privado da possibilidade de participar do processo decisório, também foi sendo excluído dos benefícios por ele próprio gerados.

Hoje, o País está começando a enfrentar sérias convulsões consequentes de um modelo concentrador de rendas, que não permite à classe trabalhadora, ou que não concede à classe trabalhadora padrões de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana.

Sabemos que o salário mínimo pago a mais de 40% da mão-de-obra ativa é um salário que não permite sequer a um indivíduo isoladamente sobreviver ainda mais quando esse indivíduo ou esse cidadão tem a responsabilidade de alimentar, de proteger uma família e dar-lhe casa.

Hoje, a crise é um desafio, e um desafio maior para a classe política

Assumo esta tribuna, Sr. Presidente, para alertar a classe política, alertar sobretudo para a velocidade em que a crise vem-se desenrolando. Estou convencido de que todos aqueles que conquistaram um mandato para a Assembléia Nacional Constituinte estão imbuídos do compromisso e do dever de conduzir o Brasil pacificamente para a democracia.

Entretanto, sabemos também que há aqueles que se preocupam e preferem o caos, o impasse, porque estes são os instrumentos para o retrocesso político. Estou convencido de que a sociedade brasileira, que já foi por demais amordaçada, que já foi por demais reprimida, não aceitará o retrocesso político, não aceitará a volta aos tempos da repressão. Que os partidos políticos representados nesta Casa compreendam a gravidade do momento e, acima de posições ideológicas, acima deposições partidárias, compreendam que a insatisfação que está nas ruas pode ser resolvida, e deve ser solucionada exatamente com a participação das classes políticas, com a participação dos partidos políticos. Mas, é preciso, acima de tudo, que os partidos políticos, representados nesta Casa, compreendam que não há saída para o País se a classe trabalhadora não encontrar os

seus espaços de participação, se a classe trabalhadora não for atendida em suas reivindicações. A erupção dos movimentos grevistas, direito inarredável dos trabalhadores, tem como consequência a concentração de rendas nas mãos de poucos. Não podemos permitir que uma minoria, detentora do capital, acumpliciada aos detentores do capital multinacional, essa minoria reprima e domine a classe trabalhadora.

Concito todos os Srs. Constituintes e todos os partidos políticos, representados nesta Casa, para um movimento de união em defesa dos interesses nacionais, em defesa de uma auditoria na dívida externa e em defesa de melhores salários para o trabalhador.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Olívio Dutra.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs Constituintes:

Como militante sindical, como bancário e membro da Bancada do PT nesta Casa, quero registrar aqui acontecimentos que se estão travando no campo sindical no setor dos banqueiros privados e dos Governos Federal e estaduais; que se estão desenvolvendo com os padrões da categoria bancária, via bancos de economia mista e bancos diretamente ligados à Administração Pública federal.

A greve dos bancários é nacional; tem o reconhecimento da categoria que dia a dia a ela se integra e nela se organiza; tem o reconhecimento de setores populares, pequenos lojistas, pequenos comerciantes, assalariados de outras categorias, pequenos produtores rurais; amplos setores da sociedade reconhecem a legitimidade da luta dos seiscentos mil bancários. Por quê? Porque o sistema financeiro nacional, tanto privado quanto público, tem, na verdade, descumprido o papel social que deve ter esse setor, no atendimento de projeto de desenvolvimento do setor produtivo, tanto o primário quanto o secundário e o terciário.

Os banqueiros brasileiros, em torno de duas dezenas de grandes banqueiros, têm sido os grandes privilegiados. Eram na ditadura e continuam sendo os grandes privilegiados da Nova República. O Plano Cruzado I e o Plano Cruzado de correção do primeiro Plano foram sempre muito favoráveis à política dos banqueiros de se locupletarem através de taxas de juros variáveis, e cada vez mais altas. Os banqueiros retiraram do crédito toda e qualquer dimensão social. O pequeno produtor rural, o pequeno comerciante não encontram facilidades para obter nos bancos recursos para dinamizar suas atividades.

Os banqueiros têm obtido taxas de lucratividade de 400% a 500% reveladas nos seus balanços. Os juros chegaram às raízes de mais de 1.000%. Os banqueiros têm obtido vantagens deste Governo, cobrando serviços que anteriormente eram oferecidos gratuitamente à população.

Os bancários tiveram perdas de empregos de mais de 100 mil, em decorrência do Plano Cruzado. Os salários dos bancários, em vez de serem reajustados, em vez de terem aumentos compatíveis com o aumento de inflação, na verdade, na média geral, tiveram um prejuízo de 13,5% neste curto período dos últimos oito meses. Portanto, a luta dos bancários não é apenas uma luta corporativa, é uma luta de um conjunto de setores que vem se sentindo explorados e penalizados pela ganância dos banqueiros que estão e são Governo. Apesar de conversas que ontem

tivemos, no caso do Governo do Rio Grande, com o Governador Pedro Simon, no sentido de que a greve dos bancários não poderia sofrer de forma alguma pressão ou repressão da Polícia Civil ou da Polícia Militar. Hoje pela manhã, na porta do Banco Mercantil, da sua matriz, em Porto Alegre, um choque desmedido, inconseqüente, desnecessário, aconteceu: companheiros bancários sendo hospitalizados, companheiros bancários sendo vítimas de uma repressão desnecessária. Exatamente, por quê? A ordem do Governador, de não haver policiamento ostensivo na frente dos bancos, não aconteceu: a Polícia Militar do Rio Grande amanheceu, hoje, ostensivamente na porta de vários bancos, tentando impedir que a decisão de ontem dos bancários no meu Estado fosse cumprida. Por isso, os bancários denunciam esta repressão e reivindicam do Governo do Rio Grande cumprimento da palavra do Sr. Governador, que nem a Polícia Militar, nem a Polícia Civil devem estar ostensivamente na frente de nenhum estabelecimento bancário, público ou privado, em nosso Estado, ou em qualquer outro Estado. Os bancários, a CONTEC, o comando do Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal estivemos, ontem no Ministério do Trabalho, na Caixa Econômica, junto ao próprio Banco do Brasil, mostrando a nossa capacidade de disposição para o diálogo. Queremos que o Governo, através dos seus bancos, venha com novas propostas dignas de serem negociadas. Queremos que a FENABAN, por pressão da greve nacional e por intercessão do Governo, venha com propostas com que até agora não veio, para que o Movimento Sindical Bancário, para que o Movimento Sindical Nacional possa, com proposta séria, negociar um acordo nesta greve. Sem isto a greve prossegue, e a greve é nacional, e a greve só terá segunda-feira, dia 30, talvez um momento para reflexão se até lá não vier proposta da FENABAN e do Banco do Brasil. Queremos ir à mesa de negociação, convocada pelo TST com propostas que já temos, mas queremos ter até lá, na audiência de conciliação, propostas que os banqueiros ainda não nos apresentaram. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Galassi.

O SR. VIRGÍLIO GALASSI (PDS – MG.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Diante do clamor público contra as alterações da sistemática de cobrança do imposto sobre a Renda das pessoas físicas no presente exercício de 1987, o Governo Federal admitiu o recolhimento do saldo a pagar em até 8 (oito) quotas, alterou o prazo de entrega das declarações e de vencimento da 1ª parcela para 15 de abril, reajustou a tabela de retenção na fonte e aumentou o valor das deduções permitidas para o cálculo da renda líquida mensal.

Na verdade, nobres Colegas, houve apenas o restabelecimento parcial de condições anteriormente estabelecidas e que haviam sido modificadas pelo atual Governo através do instituto do decreto-lei.

Com efeito, o art. 10 da Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985, já previa o recolhimento do saldo a pagar em até 8 (oito) quotas, com o vencimento da 1ª no dia 30 de abril. Nesse particular, em vez de qualquer benefício, houve uma redução de 15 (quinze) dias no prazo de pagamento da 1ª parcela, com a agravante de que o Presidente da República não detinha competência para promover tais alterações por decreto, uma vez que a nova redação do art. 85 da

Lei nº 7.450, de 1985, apenas a autoriza a fixar, por decreto, critérios para atualização dos valores expressos em cruzados na legislação tributária.

Quanto ao reajuste da tabela de retenção do imposto na fonte, o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.450, de 1985, estabelecia sua correção monetária nos meses de janeiro e julho de cada ano, com base na variação da ORTN, determinando que a 1º delas far-se-ia em julho de 1986. Apesar do congelamento da OTN, que substituiu a ORTN, em Cz\$ 106,40 (cento e seis cruzados e quarenta centavos), a tabela deveria ter sido corrigida em 32,92% (trinta e dois inteiros e noventa e dois décimos por cento), que foi a variação ocorrida entre 1º de janeiro e 1º de março, pois tal dispositivo somente foi revogado em 23 de julho de 1986, pelo Decreto-lei nº 2.287.

O Secretário da Receita Federal baixou as Instruções Normativas nºs 146 e 148, em 30 de dezembro de 1986, mantendo os mesmos valores da tabela constante da Lei nº 7.450, mas aumentando as deduções permitidas para o cálculo da renda líquida mensal. Assim, a dedução por dependente passaria de Cz\$ 200,00 para Cz\$ 420,00 e o desconto padrão previsto na letra a, inciso 1, parágrafo único, do art. 6º da Lei nº 7.450, de Cz\$ 1.500,00 para Cz\$ 3.150,00, ou seja, aumentos de 110 (cento e dez por cento), exatamente o percentual fixado pelo art. 14 do Decreto-lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, para correção da tabela anual progressiva e das deduções e abatimentos admitidos.

O Presidente da República, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, através do Decreto nº 93.939, de 15 de janeiro deste ano, determinou que tanto a tabela como as referidas deduções fossem reajustadas em apenas 12,3 (doze inteiros e três décimos por cento), quando a inflação de 1º de março a 31 de dezembro de 1986 fora de 22,16 (vinte e dois inteiros e dezesseis décimos por cento). Mais uma vez, os contribuintes foram visivelmente prejudicados.

Com esse reajuste e mais o recentemente promovido, de 45% (quarenta e cinco por cento), houve apenas a recomposição da tabela e das deduções aos níveis da inflação oficial dos últimos 12 meses, não tendo sido levados em conta os meses de janeiro e fevereiro de 1986.

Com as últimas medidas, os contribuintes continuarão sobrecarregados, considerando-se o desconto na fonte, o recolhimento do saldo de imposto a pagar do ano-base 1986 e a formação de poupança destinada ao pagamento do saldo do próximo exercício, de acordo com o conselho do Secretário da Receita Federal em meados do ano passado. Assim, ocorrerá sensível diminuição do poder aquisitivo dos assalariados, notadamente os da classe média, com inegáveis reflexos nos níveis de consumo gerais, um fator a mais para nos conduzir à recessão econômica.

Infelizmente, o Governo mostrou-se insensível às sugestões de corrigir o imposto retido na fonte em 1986 e de recompor a tabela de cálculo do imposto progressivo das pessoas físicas, medidas justas que aliviarão a carga tributária dos contribuintes em geral. Em decorrência, terão de sacrificar o atendimento de necessidades básicas da família para cumprir as pesadas obrigações fiscais que o Governo resolveu manter.

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, decorreu do fracasso do "Plano Cruzado" e da implantação do sistema de cobrança em bases correntes, cujo objetivo anunciado era o equilíbrio entre o imposto retido na fonte e o afinal devido na declaração de rendimentos. Ao que tudo indica, entretanto, o novo mecanismo foi apenas um pretexto para eliminar a correção do imposto reti-

do na fonte, com a afirmação de que "O Imposto sobre a Renda das pessoas físicas será devido à medida em que os rendimentos forem auferidos" (art. 3º da Lei nº 7.450, de 1985).

Mantidas as atuais condições, o drama por que passam agora os contribuintes repetir-se-á nos próximos exercícios, com irreparáveis prejuízos para todos.

Impõe-se, portanto, nobres Colegas, uma completa revisão dos critérios de cobrança do Imposto sobre a Renda, compatibilizando-o com a real capacidade contributiva dos cidadãos brasileiros.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a nova Carta Magna deveria consagrar princípios básicos sobre a matéria, delimitando seu campo de incidência, com um limite máximo de comprometimento da renda tributável, a fim de impedir que os contribuintes fiquem sujeitos a casuísmos e manobras fiscalistas utilizados com o único objetivo de aumentar a arrecadação federal e financiar os enganos da administração econômico-financeira e tributária do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Thomaz Nonô.

O SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL – AL.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes

Assisti, hoje pela manhã, com espanto e perplexidade, às declarações de S. Exª o Ministro da Fazenda, no programa "Bom-Dia, Brasil".

Confesso que fui e sou admirador da postura heróica, estoica, impávida, do Ministro Dílson Funaro. Mas, confesso, como Deputado, como Constituinte desta Aliança Democrática, que vai ficando cada dia mais difícil, senão impossível, defender, sustentar, respaldar, até entender a política econômica do Governo.

A entrevista do Ministro Dílson Funaro, hoje, foi nitidamente surrealista, completamente distanciada da realidade política e econômica do País e absolutamente ininteligível a quem quer que haja tido o desprazer de ver a que ponto chegaram os condutores da política econômica do País.

Indagado sobre o gatilho salarial, respondeu S. Exª que estudava um mecanismo de proteção dos trabalhadores, mas os estudos do DIEESE apontam que o trabalhador está perdendo 7% ao mês, mesmo com o disparo do gatilho.

Sobre as greves, após apontar a superveniência de 2 mil e 400 greves no Governo da Nova República, pareceu inclinar-se por entender ser esse problema de somenos importância.

Passou à margem dos lucros abusivos do sistema bancário, onde só o sistema BRADESCO chegou a perto dos 4 trilhões e são os juros bancários que exacerbam e catalisam as greves dos empregados dos bancos deste País. Nos juros, apresentou, com ufanismo, um patamar de 14%, apresentando 14% como uma vitória do Governo.

Mas que vitória é essa, com juros de 14%, Sr. Presidente e Srs. Constituintes? Pode ser que o Governo tenha obtido triunfo, mas os trabalhadores, os agricultores, os pequenos e médios empresários estão indo para o brejo com a mesma velocidade da vaca governamental.

Da dívida externa, disse S. Exª que estavam de acordo o Governo brasileiro e os governos estrangeiros no encaminhamento desse problema.

Não foi isso que pareceu à opinião pública nacional o relato desse périplo, dessa via crucis das autoridades monetárias e fazendárias do País onde após uma sucessão de não e portas fechadas não houve sequer uma Madalena para enxu-

gar o rosto batido do ministro em cada porta de cada continente que andou.

Sr. Presidente, não falo sequer do Imposto de Renda que o meu partido apresentou como uma vitória – não sei que vitória foi essa. As autoridades tributárias apenas reviram a tabela para este exercício, sem nada dizer da espoliação sofrida pelo assalariado brasileiro no ano de 1986. Permito-me duvidar, Sr. Presidente, se este País, se o País em que vivemos nós, aqui nesta Brasília, por si só já tão distanciada da realidade nacional, é o mesmo que o ministro administra com tanta probidade, com tanta vontade de bem servir, mas com tantos e tão repetidos desacertos nos resultados obtidos.

Minguou-se, recentemente, a SEPLAN. Mas não vejo nisso nenhum avanço, nenhum sinal positivo de reaperto nos rumos da economia nacional. Porque na realidade se concentra mais e mais poder no Ministério que todo dia dá provas de estar absolutamente equivocado e distanciado dos melhores objetivos nacionais.

Concluo, Sr. Presidente, lembrando que ninguém está satisfeito; do pobre ao rico, do trabalhador ao empresário, dos bancários que hoje estão em greve aos funcionários que em breve estarão, e lamentavelmente. E me vem à memória a frase dita há muitas décadas pelo então Deputado Carlos Lacerda, de saudosa e infausta memória, referindo-se ao Governo também de "saudosa memória", do Marechal Castello Branco: "O Governo está matando o pobre de fome e o rico de raiva".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT): – Presidente, Srs. Constituintes:

Conheço muito bem o pioneirismo e dedicação da brava população que reside na região noroeste de Mato Grosso, mais precisamente nos Municípios de Mirassol d'Oeste, Araputanga, São José dos Quatro Marcos.

Confesso que estou muito preocupado com aquela humilde gente que desbravou aquele rico vale do complexo do rio Guaporé, onde fincou civilização e lá constrói suas famílias com muita humildade, sensatez, zelo, com seus "suados" patrimônios, embora não muito grande, porém honesto e de forma consolidados.

Com o advento do Plano Cruzado e acreditamos fielmente no Governo, como toda gente humilde e de boa-fé, procurou apoio financeiro nos agentes de crédito, com custo do dinheiro pré-fixado em 2,9% ao mês.

Hoje encontra-se praticamente insolvente, pois o objeto do empréstimo não produz retorno econômico para cobrir tamanho custos, arriscando todo patrimônio, e também a reputação quanto a honra e a honestidade de cada um.

Os vários segmentos produtivos da região, reunidos para estudar solução conjunta para a grave crise, viram-se diante dos obstáculos, encontrando como única saída, lançar uma proposta às Instituições Financeiras, que passo a ler e peço que seja transcrita nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte e encaminhada ao Banco Central do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JONAS PINHEIRO EM SEU DISCURSO)

CARTA-PROPOSTA

Às Instituições Financeiras das Cidades De Mirassol D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga e Região

Nós, Agricultores, Comerciantes, Pecuaristas, Industriais, Prestadores de Serviços, Profissionais Liberais, Cooperativistas; após o Plano Cruzado implantado no País em fevereiro de 1986, acreditando e ouvindo o Governo Federal, multiplicamos os nossos investimentos e hoje devedores solventes que abaixo assinam esta, levados pelo desencontro financeiro pelo qual atravessa o País, resolvemos vir à presença de Vossas Excelências solicitar uma pronta renegociação de nossas dívidas baseadas na seguinte exposição de motivos:

1. Incentivados pelo Plano Cruzado, no qual o Governo Federal solicitou ao povo brasileiro, que chegasse ao teto máximo de produção em todos os setores deste País, nós, brasileiros desta região, atendemos;

2. Assumimos compromissos, e, acreditamos nas promessas do Governo Federal, uma procura imediata de recursos financeiros junto às instituições financeiras, foi nossa base para podermos produzir mais, uma vez que estávamos incentivados para isso; juros a base de 2,9% nos dava a certeza de que o dinheiro emprestado, usado para produzir, industrializar e vender, gerando assim, milhares de empregos diretos e indiretos, seria o nosso aval para a palavra do Governo Federal.

"Vamos viver em outro mundo a partir de hoje, dia 28 de fevereiro de 1986. Um mundo tão diferente do velho que será difícil lembrar-se dele."

"Dilson Funaro"

3. Hoje, depois dos compromissos assumidos e a produção em níveis jamais vistos, deparamos com a triste realidade de ter que suportar juros exorbitantes de até 30% (trinta por cento), impostos pelos banqueiros e avaliados pelo Governo Federal.

4. Todo o nosso trabalho e produção, bem como os nossos bens adquiridos ao longo de nossa vida estão ameaçados de serem tragados pela voracidade dos juros porque acreditamos e ouvimos o Governo ao lançar o Plano Cruzado; continuando nessa marcha seremos obrigados a entregar aos bancos tudo o que temos desde nossa grande produção, sem preço, até os nossos bens particulares, e ainda ficaríamos devendo.

"A dívida não se paga com a miséria do povo."

"Trancredo Neves/José Sarney"

Diante do exposto, nós abaixo assinados em reunião tomamos as seguintes medidas:

1. Suspensão temporária do pagamento dos compromissos por nós assumidos perante os bancos;

2. Consideraremos a data de 11-3-87, como a data-base para renegociação;

3. Não nos recusamos pagar a dívida contraída, apenas necessitamos de prazo e juros condizentes com nossa realidade;

Prazo: 02 (dois) anos com pagamento semestral;

Juros: Os mesmos do início do Plano Cruzado (2,9%) pois, foram eles que nos levaram a esta situação.

Sem mais para o momento, assinamos esta Carta Proposta solidariamente e esperamos pron-

to atendimento e solução para o nosso impasse; agradecemos atentamente.

São José dos Quatro Marcos/MT, 11 de março de 1987 – **Antônio Vasconcelos**, Associação Comercial.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Francisco Carneiro.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO (PMDB – DF): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Numa fase de crise nacional como a que atravessamos, é inconseqüência demolir estruturas produtivas historicamente responsáveis por grande parcela da nossa economia.

Essa destruição – Sob a imposição de falência – está ocorrendo no segmento das micro, pequenas e médias empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços. Micro, pequenos e médios empresários, com o realinhamento das OTNs, tiveram seus débitos bancários acrescidos de 70%, e submetidos a juros de até 28% ao mês, quando em realidade esses compromissos foram contraídos a juros de 2 a 3%, mensais.

Decorre daí, inequivocamente, a desastrosa realidade da imposição do estado falimentar a que foram submetidos esses empresários. As micro, pequenas e médias empresas, são componentes substantivas na formação do produto nacional bruto, na geração de empregos e na estabilidade de centenas de milhares de famílias, respondem por 80% da força ativa da mão-de-obra da indústria nacional e 75% da produção industrial do Brasil.

Além desses aspectos quantitativos, são exponenciais os qualitativos, como por exemplo:

1. baixa relação, investimento/mão-de-obra empregada, decorrente da menor complexidade do equipamento produtivo, o que as capacita gerar mais empregos com um menor custo social e privado;

2. menor dependência de fontes externas de tecnologia;

3. papel complementar às atividades empresariais mais complexas;

4. extensa rede de distribuição de bens e serviços, contribuindo para a desconcentração industrial;

5. suporte à política de apoio às cidades de porte médio, viabilizando a utilização de recursos locais e retendo a mão-de-obra liberada pelo setor rural;

6. oportunidade de treinamento de mão-de-obra especializada e de formação de empresários.

De estrutura quase sempre familiar, essas empresas representam um inestimável patrimônio e uma cultura nacional fundamentados em várias décadas de lutas, estimuladas pelo insuperável ideal do chefe da família e seus familiares – dedicado inexoravelmente por toda uma vida.

Grandes grupos empresariais do Brasil surgiram de pequenas empresas de fundo de quintal, numa emulação de gerações inteiras de famílias que, hoje, empregam centenas de milhares de trabalhadores e constroem a riqueza nacional. Levár a falência essas empresas é interromper o ciclo vital de geração de novas grandes empresas, comprometidos assim, a potencialidade do futuro parque industrial brasileiro – sustentáculo do nosso sistema econômico capitalista.

Em Brasília temos um exemplo estarecedor:

Quando secretário de Indústria Comércio e Turismo do dinâmico e operoso Governador José Aparecido de Oliveira, tive a feliz oportunidade de, num esforço concentrado com outros órgãos do Governo e decidido apoio deste, viabilizar a

implantação de 338 micro, pequenas e média: empresas, com recursos do FUNDEFE e outros destinados capital de giro, e juros nunca superiores a 3% ao mês.

Hoje, sob o choque de 70% de aumento nos seus saldos de débitos bancários e juros superiores a 22% mensais, aquelas empresas se tornaram inviáveis, insolventes e em estado declarado de falência. Muitas já fecharam suas portas e outras caminham para este deplorável estado.

Dentro do consagrado raciocínio de que, "governar é bem escolher prioridades", a opção pelo enfraquecimento e destruição desse segmento produtivo, é das mais perniciosas, antipatriótica e anti-social, conquanto sua falência transferirá demandas de produção para os grandes conglomerados empresariais com prejuízo de uma maior geração de empregos, desestabilizando centenas de milhares de famílias e desorganizando ainda mais a nossa economia.

Deste plenário, na imprensa e televisão, a falácia sobre renegociação, rolamento, administração, moratória e suspensão da dívida externa – chega a poluir e enervar os ambientes.

Só não se ouve falar em produção com produtividade.

Dívidas se pagam e devem ser pagas com produção e produtividade.

Foi assim, com produção/produtividade e muito trabalho, que o Japão e outros países recompuseram suas economias no após Segunda Grande Guerra.

Não é destruindo segmentos produtivos de relevância como as micro, pequenas e médias empresas nacionais, que vamos resolver nossos problemas.

Não é por essa vereda que se reaparela o Estado e nem se reorganiza a economia.

Sr. Presidente, como medida cautelar de urgência, para que se detenha a marcha devastadora dessas empresas e, enquanto não sejam postas em prática outras medidas mais duradouras e consubstancia d a s n a imprescindível estabilização desse tão importante segmento empresarial, solicito que essa presidência requeira veementemente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, duas providências:

1. que sejam sustados por noventa dias todos os protestos e execuções de títulos e outros compromissos bancários dos micro e pequenos empresários;

2. que lhes seja concedido um crédito para capital de giro, compatível com a capacidade de cada uma, sob juros de 1% ao mês e 50% da variação mensal das LBCs, com carência de três meses e prazo global de 15 meses.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Nesta última semana de março, estamos completando um ano de realização da VIII conferência Nacional de Saúde, que se deu aqui em Brasília, com a participação de mais de cinco mil representantes de entidades estatais, de associações de trabalhadores de todo o País.

O que vemos na área da saúde no Brasil, atualmente? Além do recrudescimento de endemias e epidemias antigas e novas, vê-se na área da saúde uma total desorganização. As greves do funcionalismo na área da saúde explodem no Brasil inteiro. Ontem mesmo estive numa manifes-

tação em Taguatinga, onde estavam presentes mais de dois mil funcionários da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. No Norte e no Nordeste é a mesma coisa. Em Pernambuco, às vésperas da posse do Governador Miguel Arraes, estavam de greve os funcionários da área da saúde. Na Paraíba, há mais de trinta dias que o setor de saúde está em greve, pois lá um médico, um dentista e um farmacêutico ganham Cz\$ 1.400,00, por mês, enquanto os funcionários auxiliares ganham menos que o salário mínimo.

Neste momento, quando completamos um ano da realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, é importante relembrar os princípios que nela foram aprovados. O primeiro princípio importante é reformular a visão de saúde, para vê-lo como um processo determinado pelas condições de vida e não simplesmente como assistência médica; o segundo é ter a saúde como um direito de todos e como dever do Estado e o terceiro é a reorganização do sistema de saúde, visando dotá-lo de universalidade de igualitarismo, o que hoje não acontece de forma alguma. Nesta reorganização do sistema de saúde deveremos incluir as ações de proteção, segurança e higiene do trabalho, que hoje estão deslocadas do Ministério do Trabalho. O quarto princípio importante é o sistema único de saúde.

O Estado deve ser responsável pela formulação, execução e controle dessa política de saúde. Deve caber, nessa política, uma descentralização, uma regionalização, uma hierarquização e a formação de distritos sanitários que unifique a ação de saúde em cada pedaço do território nacional. O quinto princípio importante é a garantia do controle popular, desde as instâncias locais até os órgãos mais centrais do Sistema Nacional de Saúde. O sexto, é a organização do sistema público para a produção, distribuição de medicamentos e de componentes farmacêuticos básicos, de produtos químicos, biotecnológicos, imunobiológicos e hemoderivados, estabelecendo uma relação básica dos produtos com rigoroso controle de qualidade e garantindo que ele seja distribuído em todo o território nacional. Finalmente, o sétimo princípio, aprovado na VIII Conferência Nacional de Saúde, é a necessidade de se fixarem verbas orçamentárias a nível de União, de Estado e do Município nunca inferior a 13% da sua receita.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, aqui, como representante do Partido dos Trabalhadores, quero trazer uma colaboração, de propostas para os textos constitucionais em relação ao Capítulo "Da Saúde", de dez pontos formulados pelo Núcleo de Saúde do PT de São Paulo, que depois desenvolverei em pronunciamentos posteriores.

Espero que essa contribuição sirva para a Subcomissão de Saúde, Previdência e Meio Ambiente, como uma colaboração importante nessa área.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

(DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO JORGE EM SEU DISCURSO)

PROPOSTA DE TEXTO CONSTITUCIONAL DO CAPÍTULO SOBRE A SAÚDE

Capítulo da Saúde

Art. 1º A saúde é direito inalienável da pessoa humana e interesse da comunidade, a quem cabe defendê-la e promovê-la. O direito à saúde depende de condições dignas de moradia, alimentação, educação, transporte, lazer, esportes, acesso à terra e aos meios de produção para todos; além

do respeito à ecologia e do controle da poluição ambiental, bem como de seus efeitos.

Art. 2º Ninguém pode ser obrigado a um determinado tratamento senão por lei. As leis não podem, em caso algum, violar os limites impostos pelo respeito à pessoa humana.

Art. 3º Todas as pessoas, independentemente da natureza de sua deficiência ou de sua doença – física ou mental – gozam plenamente dos direitos e estão sujeitas aos deveres consignados na Constituição. O Estado tem a responsabilidade de prestar total assistência a esta população e evitar ou superar o seu isolamento ou a sua marginalização social.

Art. 4º O Estado garante o direito à proteção, segurança e higiene do trabalho, mediante a adoção de medidas adequadas para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho. Cabe aos serviços de saúde fiscalizar e controlar as condições de saúde, dos equipamentos, dos ambientes e da organização do trabalho.

Aqueles que, em última análise, determinam as condições de trabalho de um determinado meio de produção serão responsabilizados pelos acidentes de trabalho e pelas doenças profissionais dos trabalhadores.

O processo produtivo deverá ser organizado de tal maneira a garantir a saúde e a vida dos trabalhadores. A jornada de trabalho deverá ser compatível com a atividade produtiva e com a saúde dos trabalhadores, nunca excedendo às 40 horas semanais, sendo sua duração máxima diária de 8 horas, com intervalo para descanso.

Art. 5º Compete exclusivamente ao Estado à formulação, execução e controle da Política de Saúde. É dever do Estado, através do Ministério da Saúde, coordenar as ações de saúde e toda a população, criando um Sistema Nacional de Saúde – único, universal, gratuito e descentralizado, com garantia de participação popular na formulação, execução e controle dessas ações.

Este sistema garante o acesso à rede de serviços de saúde a toda a população, incorporando todos os recursos tecnológicos de diagnóstico e de tratamento disponíveis – medicamentos, hemoderivados, recursos imunobiológicos e biotecnológicos, entre outros – para a prevenção, cura e reabilitação, independentemente da região geográfica dos usuários.

Art. 6º A lei disporá sobre a criação de facilidades para o transplante de órgãos, permitindo-se a sua remoção de cadáveres humanos, independentemente da autorização em vida, desde que não haja oposição da família.

Fica proibido o comércio de órgãos e de elementos do corpo humano.

Art. 7º Compete ao poder público a organização de um sistema estatal de produção e distribuição, sob o princípio da soberania nacional, de componentes farmacêuticos básicos, medicamentos, produtos químicos, biotecnológicos, imunobiológicos e hemoderivados, estabelecendo uma relação básica de produtos, com rigoroso controle de qualidade, visando suprir toda a demanda e tornando-os acessíveis a toda a população.

Art. 8º Fica proibida, em todo o território nacional, a propaganda comercial de quaisquer medicamentos e formas de tratamento, de bebidas alcoólicas e de tabacos.

Art. 9º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão anualmente não menos de 13% do produto resultante da sua receita na manutenção e desenvolvimento do Sistema Nacional de Saúde.

Núcleo de Saúde do PT, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Abigail Feiosa.

A SRA. ABIGAIL FEITOSA (PMDB – BA. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Estamos hoje no terceiro dia da greve dos bancários. Incrível como o empresariado brasileiro, como os donos do poder nesta terra, na sua insensibilidade, conduzem a discussão com os trabalhadores, com tanto egoísmo, a ponto de forçá-los a realizar sucessivas greves. Entendo isto como terrível insensibilidade. Isto ficou demonstrado na recente reunião que o Presidente José Sarney realizou com os empresários em São Paulo.

Os homens que têm todo o dinheiro do País na mão, que estiveram de acordo durante esse tempo todo com a recessão que a ditadura impôs, voltam a sugerir que o País vá ao FMI.

Esses empresários não têm brasilidade em seu sangue? Será que internacionalizaram até o sangue que lhes corre nas veias? É terrível constatar isto. Os banqueiros neste País foram os que mais ganharam durante esse tempo. Recentemente, com o aumento dos juros, abarrotaram a casa. Pois bem, pagam aos bancários de tal modo que os empurram para a greve. O salário médio de um trabalhador, em qualquer banco, varia de 2 a 4 mil cruzados. No BANE, Agência da Assembléia Legislativa na Bahia, o trabalhador que substitui o gerente do posto, ganha 3.900 cruzados para responder por um posto. Imaginem, então, quanto ganham os outros funcionários. Agora, na insensibilidade do lucro, empurraram os bancários a uma greve de nível nacional, que transtorna toda a vida do povo.

Quero aqui marcar o meu protesto contra os grandes empresários deste País, contra os banqueiros deste País, que continuam sugando o sangue dos trabalhadores que estão vendo seus filhos morrendo à míngua, de fome, sem assistência médica e sem saúde, comprometidos apenas com o lucro e com as grandes potências. Ao invés de se sentarem à mesa e partir para a justiça social, de redistribuição de rendas, eles sugerem que o País volte, a seguir, a receita do FMI, com recessão dentro de casa, aumento de desemprego e a piorar a situação dos que já têm tão difícil a vida.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quero hipotecar a minha inteira solidariedade às diversas categorias que, a esta altura, já somam mais de noventa, que têm feito movimentos grevistas devido a insensibilidade dos que dirigem este País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ontem, convidado para a posse do novo Ministro do Planejamento, não compareci. Queria deixar aqui a minha justificativa. Não foi pela importância excepcional da sessão que tivemos ontem à tarde; não compareci porque, em que pese o convite especial formulado a toda a Bancada de Minas, considero que esse Senhor não representa Minas Gerais.

A quem representará Aníbal Teixeira? Acredito que uma análise da vida desse novo Ministro ajudará a cada Ministro desta Casa chegar à sua própria conclusão, sobre quem representará o novo Ministro do Planejamento.

S. Ex^a surgiu na política no movimento estudantil da UPIS, no início do Governo JK, numa famosa manifestação de rua contra os aumentos dos preços da passagem do bonde. Depois dessa manifestação de rua, o Sr. Aníbal Teixeira procura o Sr. Presidente da República para alertá-lo de que, se ele foi capaz de vencer os militares, poderia não ser capaz de vencer o Veloso, que era o Líder daquela manifestação. Desde aquela ocasião, o Sr. Aníbal Teixeira já manifestava a sua vocação para evitar os movimentos de massa, alertando o Sr. Juscelino Kubitschek para os riscos que isso representaria para ele.

Ganha confiança do Presidente da República. Torna-se, de opositor, seu assessor, um juscelinista convicto. Ocupa vários postos na administração daquela época. Assessor de Juscelino para vários cargos importantes, o principal deles faz parte do Grupo Executivo da indústria automobilística, o ramo mais dinâmico de penetração do capital multinacional no Brasil.

Nessa época também é intensa a sua participação na articulação da extrema direita. Membro do Partido da Representação Popular – PRP, já começa a mostrar a sua vocação golpista. Pelos seus compromissos com Juscelino Kubitschek, declara um apoio formal a Tancredo Neves na eleição de 1960, em Minas Gerais, mas por baixo do pano, já dá o seu apoio a Magalhães Pinto, articulado que estava com o Sr. Abel Rafael Pinto, representante da extrema direita golpista na articulação de Magalhães Pinto. Depois da posse do novo Governador, faz parte do seu Governo ao lado dos setores mais retrógrados e reacionários. Aí inicia intensa atividade de articulação, atividades conspirativas de articulação da extrema direita.

Fez parte das chamadas frentes fantasmas, criadas pelo esquema do UBES, dos chamados Novos Inconfidentes, em Minas Gerais, como membro da Comissão Executiva da frente fantasma denominada Mobilização Democrática de Minas contra o Comunismo. Isso está fartamente comprovado em documentos da historiadora Heloísa Starling, já publicados em tese divulgada em todo o País.

Como membro da Ação Democrática Popular, que veio a financiar os candidatos à eleição de 1962, que viriam a fazer a articulação das multinacionais, S. Ex^a foi um dos financiados – isto também está comprovado em documentos – S. Ex^a foi um dos 200 parlamentares eleitos pelo esquema da ADP daquela época. Também os documentos demonstram quem eram aqueles que financiavam esses Parlamentares. Eram empresários, como os da Stander Oil, Rand Corporation, General Motors, Grupo Rockefeller, além da Agência da CIA no Rio de Janeiro e da Embaixada Americana. Só naquela ocasião 18 bilhões de cruzeiros, que representam hoje perto de dois bilhões de cruzados atuais, foram investidos nas campanhas eleitorais daqueles candidatos. Depois cumpriu muito bem a sua missão.

Vou concluir, rapidamente, porque a ficha do atual Ministro do Planejamento é bastante extensa. Cumpriu os seus compromissos, participando das agitações contra a reforma agrária. Como juscelinista, protestando depois do golpe, passa à Oposição quando Juscelino Kubitschek é cassado e num pronunciamento em defesa de Juscelino Kubitschek, também ele foi cassado pelo Movimento de 1964. Eu só queria terminar dizendo que ele teve várias questões envolvidas em sua carreira empresarial. No Instituto JK, tem alguma coisa até hoje não esclarecida, que depois do PP ter sido incorporado pelo PMDB, esse instituto continua como propriedade privada, para articula-

ções semelhantes às que já havia anteriormente. E hoje foi distribuído para todos os Parlamentares o programa do PRP, de Plínio Salgado naquela ocasião. E pergunto: por que este programa é distribuído agora, com o remetente de sobrenome Teixeira? Qual o significado de Aníbal Teixeira no Ministério do Planejamento. Qual o significado da retomada dos militares agora? Qual a importância que se dá, agora, às multinacionais nesta Constituinte? São questões que eu deixo lançadas aqui, como pano de fundo, para reflexão, sobre a história do atual Ministro do Planejamento, o Sr. Aníbal Teixeira. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS – RS): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Aprovadas as normas que regerão o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, oportuno se torna trazer ao debate neste plenário a questão do estabelecimento do Sistema Parlamentar de Governo entre nós, como a mais fundamental das mudanças que se pode ensejar para o País, pré-requisito, condição à sustentação das demais reformas necessárias e como forma de consolidar a Democracia e de garantir o fortalecimento da Federação e das Instituições.

Ninguém desconhece que, a cada dia que passa, aflora de maneira crescente o clamor dos brasileiros por efetivas mudanças de estruturas e comportamentos. Das campanhas populares, das pesquisas de opinião, de todos os quadrantes da Pátria sobressai, claro e uníssono, o desejo de traçar novos rumos e percorrer novos caminhos.

Os brasileiros de todas as partes ainda têm esperanças de que a classe política, os titulares dos mandatos parlamentares, os governantes, os partidos políticos e, agora, os Constituintes, se disponham a proporcionar à Nação os instrumentos capazes de fazê-la verdadeiramente titular e responsável pela decisão de seu presente e de seu futuro.

E é agora, no momento em que fomos investidos pelo Povo de toda a autoridade para elaborar uma nova Carta Magna, capaz de conduzir o País a um estágio político-institucional mais avançado, agora é chegado o momento de decidirmos sobre a implantação do Parlamentarismo no Brasil.

O Sistema Parlamentar de Governo, sem dúvida, é o que pode garantir a estabilidade das instituições políticas brasileiras. Igualmente, constitui a única forma de sistema de governo capaz de assegurar a plenitude das prerrogativas do Congresso Nacional, como legítima representação do povo brasileiro, e assegurar ainda o firme desejo da sociedade brasileira de poder participar em caráter permanente, e não apenas no dia das eleições, das grandes decisões da vida nacional.

Desde a conversão de Rui Barbosa ao Regime de Gabinete até a luta de Raul Pilla em favor do Parlamentarismo, inúmeros têm sido os que passaram a integrar a corrente de opinião que luta pela sua implantação no País. Propusemos em 1982, e tivemos a felicidade de ver se constituir em 1983, a Frente Parlamentarista Interpartidária do Congresso Nacional, e hoje só não é parlamentarista quem não conhece melhor as diferenças entre o Presidencialismo e o Parlamentarismo, pois somente este viabiliza a efetiva e permanente participação do Povo, dos Partidos e consequente valorização do Poder Legislativo.

O Sistema Parlamentar de Governo é, sem dúvida, a expressão mais evoluída para a efetivação de um governo democrático. Por que nos fixar-

mos, então, na forma menos evoluída, comprovadamente autoritária e inviabilizadora da perenidade democrática, como já o comprovou ser o Presidencialismo?

Com a proclamação da República fomos buscar, equivocadamente, nos Estados Unidos, um modelo de governo presidencialista. Nossas raízes culturais são européias, e não de origem norte-americana. Por que, então, importar um sistema alienígena, estranho às nossas tradições, se já tínhamos, aqui, um modelo próprio, originário da Europa, adaptado e aperfeiçoado por sucessivos Gabinetes, durante o Império? Bastava que se tivesse mudado a Monarquia para a República, mas mantendo o Regime de Gabinete e teríamos consolidado efetivamente a perspectiva de uma duradoura democracia. Tempos depois, o próprio instituidor do presidencialismo republicano, o grande Rui Barbosa, admitiria o seu equívoco e proclamaria a excelência do Sistema Parlamentarista Republicano.

Temos, agora, a ocasião propícia para incluir o Parlamentarismo como instituição definitiva de sistema de governo, como uma conquista perene do povo brasileiro, junto com a República e a Federação, evitando-se, assim, qualquer eiva de casuismo oportunista, como aconteceu em 1961, com a sua adoção e posterior revogação.

Por outro lado, a experiência presidencialista já nos demonstrou, desde a proclamação da República aos dias atuais, a sua ineficácia nos momentos de crise e a inconveniência da conjugação dos papéis de Chefe de Estado e Chefe de Governo na mesma pessoa.

Somente o Parlamentarismo nos livros do espectro de um fracasso administrativo permanente. Ele nos assegura mudar. Mudar e tentar de novo, tantas vezes quantas forem necessárias, sem a derrocada das Instituições e sem ficar assistindo, impotentes e incapazes, os mandos e desmandos do Poder Executivo, esperando o tempo passar até que se escoe o mandato presidencial.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, aqui estamos nesta tribuna para conclamar a todos no sentido de agitarmos a bandeira das reformas e das transformações institucionais que incluam, necessariamente, o Parlamentarismo, como única forma de podermos assumir, perante a Nação, o compromisso de promover as mudanças, as reformas e as transformações que o povo quer e nos impõe.

Disse:

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, recebemos, no dia 24, um comunicado oficial da Mesa, assinado pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, convocando eleições para a Mesa da Constituinte, a realizar-se hoje às 15:00 h. São 15:25 h, e eu formulo uma questão de ordem a V. Ex^a para saber se teremos eleição da Mesa hoje e qual o horário? Pois já são 15 horas e 25 minutos, ainda não há cédulas para votação, ainda não foi aberto o processo de eleição.

Portanto, formulo a questão de ordem, indagando de V. Ex^a sobre a eleição da Mesa, se será hoje e em que horário.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – A eleição será realizada no dia de hoje, durante

esta sessão. E chamo a atenção do nobre Constituinte para o art. 2º, § 2º, letra P, que diz:

"...A eleição tem que ser iniciada com a presença da maioria absoluta dos constituintes..."

Visualmente, podemos constatar que não há a presença da maioria absoluta dos constituintes. Mas, ainda no dia de hoje, em havendo a presença da maioria absoluta dos constituintes, será realizada a eleição para os cargos complementares da Mesa, com exceção da Presidência, já eleita por este Plenário.

O SR. JOSÉ GENOÍNO: – Mas, Sr. Presidente, neste caso, cabe a V. Exª acionar a campanha, chamando os constituintes para que compareçam ao plenário, pois a eleição estava marcada para as 15 horas. E há meios de convocá-los, pois, pela comunicação oficial da Mesa, existe mais de 400 constituintes na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – A sugestão do nobre Constituinte está acolhida e será posta em prática.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Waldeck Ornélas.

O SR. WALDEC ORNÉLAS (PFL – BA): – Sr. Presidente, Srª e Srs. Constituintes:

A Capital Federal e esta Casa receberam a visita de milhares de prefeitos que aqui vieram manifestar as suas expectativas em torno do resultado dos nossos trabalhos.

Não há dúvida de que a nova Carta Constitucional brasileira precisa ser a carta de alforria dos nossos municípios. As condições do atual sistema tributário fizeram com que este nível de governo dependa fundamentalmente dos recursos transferidos pelos demais níveis, e não apenas das transferências constitucionais, de caráter obrigatório, mas sobretudo da obtenção de recurso a fundo perdido, que vieram se excasando ao longo do tempo, à medida em que se perpetuava a crise econômica.

A busca de uma reforma tributária no País tem sido, por isto mesmo, um tema constante, ao longo dos últimos anos, assumindo agora, já no pleno processo de elaboração da nova Carta, a característica de pleitos sistemáticos e angustiados pela adoção de medidas emergenciais, que envolve os municípios em geral, através de suas múltiplas entidades representativas, e transborda até mesmo para os estados membros da Federação.

A situação é tal que, no nosso entendimento, as distorções acumuladas ao longo do tempo implicam na insuficiência da definição do novo sistema tributário, a ser estabelecido por esta Constituinte. É preciso avançar mais e complementá-lo com o saneamento do passivo dos nossos municípios.

Mas para que esta medida seja de ordem geral, é preciso que atinja aquele tipo de dívida com que está comprometida a maioria dos municípios brasileiros, independentemente do seu porte, da sua localização geográfica, do seu nível de desenvolvimento ou do seu volume demográfico. Esta é, sem dúvida, a dívida previdenciária.

Esta dívida tornou-se na verdade um grave problema, tanto para os municípios quanto para a própria Previdência Social. Se é certo que os municípios, por sua causa, ficam inclusive impedidos de recorrer ao sistema financeiro, mesmo para fins sociais, como é o caso dos financiamentos do ex-BNH e da CEF, por seu turno a Previdência

acumula créditos que se multiplicam a curto prazo, pela incidência de juros e correção monetária em níveis alarmantes, reflexo de uma época de inflação acentuada, administrando uma conta-corrente que jamais será saldada.

Os municípios são, no entanto, os grandes prejudicados nessa situação, porque além de endividados, têm ainda de arcar com o ônus de prestar assistência à saúde de seus municípios, que na verdade são segurados da Previdência Social, e por ela deveriam estar sendo atendidos.

A Previdência, por outro lado, faz sucessivas e infrutíferas tentativas de parcelamentos, acordos e outros mecanismos, a que recorrem apenas municípios de maior porte e melhor nível de desenvolvimento, quando à vista da obtenção de algum financiamento, para receber o certificado de regularidade, rompendo em seguida o compromisso, muito menos por falta de boa vontade dos administradores municipais, mas por absoluta e rigorosa insuficiência de meios com que honrar tais compromissos. Daí que a Previdência, ainda recentemente, através do Decreto nº 93.449, arvorou-se o direito de retenção de parcelas do próprio FPM, uma medida extrema que, se aplicada, prejudicaria ainda mais e de forma indiscriminada a toda a população.

Nesse sentido, cabe à Constituinte, cabe a nós constituintes, com a colaboração dos prefeitos e das entidades municipalistas, encontrar a fórmula e a forma capaz de romper com este círculo vicioso.

Neste sentido, ao entrar em vigor o Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, com fundamento no seu art. 14, § 2º, encaminhei à Mesa sugestão de que, mediante disposição transitória da nova Carta, seja anistiada a dívida previdenciária dos municípios brasileiros, dando-se, dessa forma, um passo de fundamental importância para recompor o equilíbrio das finanças públicas municipais.

Nesta proposta, e para evitar que a medida assuma caráter paternalista, prevê-se a perda do benefício caso haja negligência nos recolhimentos, nos próximos 5 (cinco) anos, a contar da vigência da nova Carta – que trará certamente não apenas uma redistribuição vertical da renda pública entre as três esferas de governo, criando assim condições efetivas para esse recolhimento, mas também, sob pena de ser incompleta, uma componente horizontal, representada pela redistribuição inter-regional, para beneficiar diferenciadamente os municípios das regiões menos desenvolvidas.

De todo modo, estamos propondo a dispensa da parcela de contribuição patronal, uma proposta da União dos Prefeitos da Bahia, que ora subscrevo, circunscrevendo-a a esse mesmo período.

Sr. Presidente, Srs Constituintes: não podemos nos furtar a este esforço, nem deixar de corresponder à expectativa das nossas bases políticas: vamos resgatar a autonomia dos municípios!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Seixas.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Constituintes,

"Dominando a tecnologia, o que só se consegue fazendo, teremos sempre condição de importar o que nos interessa na hora em que for necessário. Sem dominar a tecnologia ficaremos sempre sujeitos a importar

o que nos quiserem vender na hora que isso lhes interessar."

Estas palavras foram retiradas do artigo "O Desafio Brasileiro" do informe a ABICOMP, nº 10, que gostaria fosse publicado como parte integrante do meu discurso, Sr. Presidente.

O articulista enfoca um problema crucial da economia brasileira, que como a mundial, passa por um estágio de desenvolvimento muito rápido. Não podemos ficar à mercê de tecnologia importada para organizar o desenvolvimento da nossa economia interna. Isso custa caro aos cofres já extenuados do Estado brasileiro;

Dentro das necessidades que temos no contexto do nosso desenvolvimento está a área da computação e, na nova ordem mundial, neste momento o Brasil está buscando atingir uma posição de destaque dentro deste cenário.

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia o ano de 1986 terminou com mais de 300 empresas nacionais, produzindo bens de informática, com um crescimento anual em torno de 30% e 30 mil empregos diretos.

Se levarmos em conta que os empregos são técnicos e oferecidos à classe média e uma política que vise o aumento da classe média interessa muito ao Brasil de hoje, onde ainda temos problemas como desnutrição e falta de estímulo cultural, mais ênfase precisamos dar ao assunto.

Ao adotarmos a computação integral no sistema brasileiro estaremos nos integrando ao desenvolvimento junto com outras nações do mundo que já a adotaram e obtiveram bons resultados com a medida

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que os dispêndios com essa sistemática de trabalho deverão ser encarados com gastos de investimentos e não como consumo, uma vez que a agilização dos trabalhos fará com que as soluções dos problemas sejam mais rápidas, uniformizados e menos custosos como bem fmal. Diz o refrão popular "o barato sai caro" e assim, comodamente, temos agido copiando e importando **know-how** deixando as nações ricas mais ricas ainda.

Sr. Presidente, Sr.ª e Srs. Constituintes, sou a favor que se façam consórcios entre empresas nacionais, ou entre países sul-americanos, como é o caso do primeiro computador de quinta geração que está sendo desenvolvido no Brasil, em conjunto com universidades e institutos de pesquisas da Argentina e ficará pronto em 1988; do projeto **ethos** (estação de trabalho heurística orientada) para o **software**, também desenvolvido junto com o País irmão.

Precisamos dar apoio às empresas que estão desenvolvendo seus projetos na área da informática, na área de computadorização de seus métodos, de trabalho e principalmente apoio àquelas empresas que trabalham em projetos novos de máquinas modernas mais eficazes.

Tomo conhecimento que a Empresa Cobra do Brasil desenvolve um sistema operacional designado pela sigla **sox**, como padrão de uso nacional.

Procurarei tomar conhecimento dessa iniciativa para apoiá-la, assim como a outras dessa natureza.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NELSON SEIXAS EM SEU DISCURSO:

O DESAFIO BRASILEIRO

O grande desafio que a Nação enfrenta neste final de século XX é prover níveis adequados míni-

mos de alimentação, saúde, educação, habitação e dos demais serviços para cerca de 150 milhões de brasileiros. E o que isto tem a ver com a adoção do SOX, um sistema operacional UNIX – "like" desenvolvido pela cobra, como padrão nacional? Vejamos.

A compatibilização deste desafio com a opção democrática por uma via basicamente capitalista de modo de produção passa necessariamente por mecanismos de redistribuição da renda ao longo da próxima década, tanto internamente no País como externamente nas nossas relações com as demais nações.

Estes mecanismos de redistribuição da renda apresentarão necessariamente atritos econômicos, políticos e sociais entre todos os envolvidos, tanto interna como externamente, tais como os atritos que estamos presenciando particularmente neste final de ano.

No plano interno não há muitas formas de lubrificar estes mecanismos, diminuindo os atritos, a não ser pela introdução de modificações estruturais que ampliem a classe média brasileira. Estas modificações estruturais estão necessariamente associadas à realização no Brasil de atividades que correspondam a empregos de classe média.

Os empregos de técnicos qualificados no processo de capacitação tecnológica são empregos de classe média e uma política que vise objetivamente à ampliação da oferta destes empregos no Brasil estará ampliando a classe média brasileira e nosso mercado consumidor interno. Cumpre observar que não são poucos empregos que indicamos aqui, mas na realidade a negociação nesta área representa a negociação da maioria dos empregos técnicos qualificados neste final de século XX e é esta negociação que estamos acompanhando no contencioso Brasil – Estados Unidos na esfera Informática – GATT.

No plano externo não há muitas formas de evitar que este atrito leve a uma paralisação /impasse desfavorável para nós a não ser pela construção de alternativas técnicas que façam os nossos parceiros internacionais ver que a nossa dependência não é absoluta e conseqüentemente, pelos menos, tornar descabidas e ineficazes as pressões políticas que fazem sobre nossa própria legislação.

No caso da adoção do SOX como padrão nacional podemos contemplar grandes vantagens para o Brasil em ambos os planos, interno e externo, conforme elaborado acima. A adoção não impedirá que importemos, quando julgarmos conveniente, aplicativos e até utilitários do ambiente UNIX-ATT, por exemplo. Estaremos, no entanto, fazendo com que haja sempre a participação de profissionais brasileiros nestas importações porque não haverá de onde comprar ou trazer códigos objetos para ambiente SOX, uma vez que se trata de implementação e projeto genuinamente nacional, além de dominarmos completamente esta alternativa técnica.

Por fim temos além disto todas as vantagens gerais do País adotar um padrão, adotando o SOX ou um outro padrão autenticamente nacional. Para decidir entre diversos nacionais candidatos a padrão, então critérios técnicos específicos podem ser usados.

Ao desenvolver o SOX a Cobra cumpre uma função de empresa governamental e cumpre um dos principais objetivos da Política Nacional de Informática que é o de alcançar capacitação nacional nas tecnologias de informação. O SOX é um exemplo muito didático na implementação da Política Nacional de Informática. Seu desenvolvimento implicou criação e manutenção de em-

pregos de classe média no Brasil e utilização plena de técnicos altamente qualificados.

A importação do UNIX-ATT, além de desnecessária do ponto de vista estratégico, implica pagamento de **royalties** que vão remunerar empresas/profissionais no exterior por um trabalho que pode ser feito aqui remunerando empresas/profissionais brasileiros.

Dominando a tecnologia, o que só se consegue fazendo, teremos sempre condições de importar o que nos interessa na hora em que for necessário. Sem dominar a tecnologia ficaremos sempre sujeitos a importar o que nos quiserem vender na hora em que isso lhes interessar. E aí está a carta do Sr. Clayton Yeutter, proibindo a ATT de licenciar o seu sistema para o Brasil, mais uma vez tendo um papel didático: como temos SOX podemos decidir por nossa própria conta o que mais nos interessa neste caso.

No estabelecimento da nova ordem mundial, países desenvolvidos, que a preconizam, têm grande interesse na industrialização dos países em desenvolvimento com tecnologia importada, de tal modo que eles possam consubstanciar mais facilmente o avanço da sua caracterização como sociedades pós-industriais, criando e exportando para o resto do mundo a "inteligência" para a produção.

Neste momento o Brasil reivindica, legitimamente em função do nosso território, da nossa população e do estágio de desenvolvimento industrial atingido, uma nova posição no cenário mundial.

A nossa autonomia como nação e o nosso poder de reivindicação dentro do bloco ocidental dependerão cada vez mais da efetiva utilização de uma "inteligência" para produção brasileira nos meios de produção brasileiros e, em particular, da efetiva utilização de uma tecnologia genuinamente brasileira, aqui criada e voltada para as nossas necessidades.

A tecnologia estrangeira terá que ser usada em alguns casos como ponto de partida, mas na nossa tentativa de dominá-la devemos encontrar o nosso próprio caminho, e quanto mais cedo melhor!

Ivan da Costa Marques, Presidente da Cobra Computadores.

APLIQUE NA INFORMÁTICA

A exemplo do ocorrido em 1986, as pessoas jurídicas poderão deduzir 1% (um por cento) do seu imposto de renda devido em 1987, desde que apliquem diretamente, até o vencimento da cota única ou da última cota do imposto, igual importância em ações novas de empresas de informática, que tiveram seus Planos Anuais de Capitalização (PAC) aprovados pelo Conselho Nacional de Informática Automação (Conin). As empresas filiadas à Abicom que poderão se valer do incentivo estabelecido no artigo 21 da Lei nº 7.232/84, regulamentado pelo Decreto nº 92.181/85 são as seguintes:

1. Cobra S.A. (Rio de Janeiro)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: particular
2. Digioponto S.A. (Rio de Janeiro)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: particular
3. Digital S.A. (Rio Grande do Sul)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: particular
4. Edisa S.A. (Rio Grande do Sul)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: pública

5. Flexidisc (São Paulo)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: pública
6. Itáu tec S.A. (São Paulo)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: pública
7. LZ. Equipamentos Eletrônicos S.A. (Rio de Janeiro)
Categoria: pequeno/médio porte
Tipo de emissão: pública
8. Multidigit Tecnologia S.A. (Rio Grande do Sul)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: particular
9. Novadata S.A. (Brasília)
Categoria: pequeno/médio porte
Tipo de emissão: pública
10. Parks Informática S.A. (Rio Grande do Sul)
Categoria: pequeno/médio porte
Tipo de emissão: particular
11. Polymax Informática S.A. (Rio Grande do Sul)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: pública
12. Quartzil Informática S.A. (Minas Gerais)
Categoria: pequeno/médio porte
Tipo de emissão: particular
13. Scopus Tecnologia (São Paulo)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: pública
14. SID Informática S.A. (São Paulo)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: pública
15. Sistema S.A. (São Paulo)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: particular
16. TDA S.A. (São Paulo)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: particular
17. Itáu Componentes S.A. (São Paulo)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: pública
18. Sisco S.A. (São Paulo)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: particular
19. Labo S.A. (São Paulo)
Categoria: grande porte
Tipo de emissão: pública
20. Rhede Tecnologia S.A. (Brasília)
Categoria: pequeno/médio porte
Tipo de emissão: particular
21. Troppus Informática S.A. (São Paulo)
Categoria: pequeno/médio porte
Tipo de emissão: particular

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gonzaga Patriota

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os trabalhadores dos Bancos, há mais de um mês, levaram a advertência aos banqueiros de que entrariam em greve a partir do último dia 24. A greve começou, os Bancos estão fechados, o comércio e a indústria necessitando de dinheiro para pagarem os trabalhadores neste final do mês, até agora, nenhuma providência foi tomada e uma reunião, a segunda, foi marcada para a próxima terça-feira.

A situação dos juros está alarmando todo o País. A cidade de Petrolina, em Pernambuco, levantou-se contra as altas taxas de juros cobrados para a agricultura, no início deste mês. O comércio e a indústria paralisaram suas atividades, inclusive os trabalhadores e pequenos proprietários de terra, em protesto contra essas taxas de juros extorsivas, e, mesmo assim, nenhuma providên-

cia foi tomada. Hoje, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, todo o interior de Pernambuco parou, o comércio, a indústria, até a pequena bodega de ponta de rua fechou as portas.

Quero, aqui, trazer o meu apoio e a minha solidariedade ao comércio e à indústria de Pernambuco. Ao mesmo tempo, quero pedir ao Sr. Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, que não venha à televisão, no "Bom-dia Brasil", com o mesmo linguajar do ex-Ministro Delfim Netto, um linguajar que o homem, o agricultor, o trabalhador, o comerciante, o sacrificado homem do interior não entende, dizendo que não está havendo recessão, que os juros não estão fechando o comércio e a indústria, que a situação do País não é uma situação caótica, que a moratória unilateral foi correta. Queremos providências, queremos que o Governo, os seus Ministros e essa Aliança que aí está respondam ao povo brasileiro sobre essa crise.

Este é o nosso protesto e o nosso apoio ao comércio e à indústria de Pernambuco, que fecharam suas portas. Não é possível continuarmos nessa situação. Temos que ter coragem e mostrar a real situação do País. Temos que ter coragem e procurarmos uma saída, e não ficarmos escondendo sob uma cortina os reais problemas do País. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os Prefeitos do Brasil estiveram aqui em Brasília, na esperança de obter do Presidente da República uma medida emergencial. Estão regressando com essa esperança. Já estiveram aqui uma vez, foram manipulados pelos grupos políticos interessados em tê-los em torno de si, voltaram para os seus Estados e não obtiveram os recursos adequados para suprir as necessidades da Administração Municipal.

Voltaram a Brasília e, agora, comandados pelo Governador de São Paulo, foram ao Presidente Sarney. Nós estivemos lá, ouvindo o Presidente. Fez Sua Excelência novas promessas de mandar estudar a medida emergencial, e não deu prazo. Quando os Prefeitos iam saindo, o Governador Orestes Quércia pegou o microfone, os chamou e disse: "O prazo deve ser entre 30 a 60 dias".

Nós vamos esperar. Fosse este um país sério, onde os tribunais tivessem a iniciativa, através dos Procuradores, de fazer cumprir a Constituição, Prefeito não precisaria estar aqui em Brasília, de pires nas mãos, humilhando-se para pedir esmola ao Poder Central. O Governo Central manipula o recurso da própria prefeitura. Vejamos um, para não citar outros, inseridos no texto da Constituição.

Art. 26, da Emenda nº 17, que reza:

"A União distribuirá aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos Territórios:

1 – sessenta por cento da arrecadação do Imposto sobre lubrificantes e Combustíveis Líquidos ou Gasosos mencionados no item VII do art 21, bem como dos adicionais e demais gravames federais incidentes sobre os referidos produtos."

Há mais de um ano o Governo Federal não dá um tostão dos milhões de cruzados arrecadados para os municípios brasileiros, provenientes desta imposição constitucional.

Vejam bem V. Ex^{as} o que diz a Constituição, com referência a este imposto.

a) nos casos dos itens I e II proporcional à superfície, população, produção e consumo, adicionando-se, quando couber, no tocante ao item II quota compensatória da área imundada pelos reservatórios;

Há um critério estabelecido para a distribuição: todos os municípios teriam parte substancial de recursos provenientes desse imposto que o Governo Federal não paga às unidades municipais.

Se se quer construir uma democracia espoliando os municípios, como vem fazendo a União, não teremos êxito em hipótese alguma, porque os municípios estão cada vez mais descapitalizados, pelo desdobramento das medidas que o Governo Federal toma sobre os impostos que são cobrados de uma só vez, sobre as matérias-primas, e destinadas aos municípios. O Governo Federal desdobra-se para poder centralizar os recursos em suas mãos e trazer os governantes municipais sob o tacão do seu bastão, das suas diretrizes, das suas determinações. Os prefeitos dos municípios deverão, em vez de fazer esses tipos de momentos que pouco ou nada resultam, ir ao Supremo Tribunal Federal exigir o cumprimento da Constituição e obrigar que o Governo Federal lhes pague o que lhes deve, sob pena de que os recursos provenientes desses tributos sejam bloqueados por medida judicial. Esta é que seria a providência da Frente Municipalista, da Associação Brasileira dos Municípios e de outras entidades, em vez de perder tempo em ouvir discursos e mais discursos durante um dia inteiro, ouvir choradeiras e mais choradeiras e, depois, bater palmas ao presidente e voltar para casa de bolso vazio, de sacola vazia e chegar ao seu município mais pobre do que quando embarcou para vir pedir dinheiro em Brasília.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palma.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Orlando Pacheco.

O SR. ORLANDO PACHECO (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

"A Soberania da Constituinte"

Um acontecimento singular de nossa vida política é a Assembléia Nacional Constituinte. Se não se pode minimizar sua importância, não se deve contudo nela depositar esperanças excessivas. Mesmo porque o problema fundamental não está numa Constituição mas nos cidadãos que vão cumpri-la. Se os cidadãos forem homens de responsabilidade, teremos uma Constituição plena e satisfatória; doutra sorte, todas as Constituições nenhuma valia teriam. A soberania de uma Constituição é feita pelos que a fazem, vivem e cumprem.

Por outro lado, não se deve absolutizar suas prerrogativas, a ponto de atribuir-lhe poderes soberanos, sem qualquer limitação. Como se a soberania da Constituinte fosse a chave para a solução das dificuldades por que atravessa o nosso País e pudesse ela sobrepor-se a todos os princípios e valores religiosos e éticos.

Disse Jacques Maritain, mestre da filosofia política, que em sentido próprio soberania pode significar duas coisas: "Um direito a independência suprema e ao supremo poder" ou "um direito a uma independência e a um poder que, em sua própria esfera, são supremos de modo absoluto ou transcendente".

E notava que nessas acepções nenhum poder terreno é soberano: "Na esfera política, e com relação aos homens ou às instituições encarregadas de guiar os povos para o seu destino terreno não há uso algum válido para o conceito da soberania. E isso, porque em última análise nenhum poder terreno é a imagem de Deus e o representante de Deus. É ele a própria fonte da autoridade na qual o povo investe esses homens ou essas instituições, mas nem por isso são eles vigários de Deus. São vigários do povo e, nessa qualidade, não podem ser separados do povo por qualquer atributo essencial superior".

Com sobeja razão se deve dizer, com o grande pensador cristão, que "não existe soberano nem senhor absoluto em uma democracia".

Democracia é a liberdade plena de um povo, um povo que pensa livre, que trabalha, que constrói, para a grandeza comum de um país. Na democracia não existe egoísmo, interesse próprio, não existe opressão nem escravidão de quem quer que seja, mas reciprocidade no trabalho, na fraternidade e na hospitalidade. Por outro lado, dizemos que democracia não é sinônimo de anarquia como muitos brasileiros fazem: a greve desordeira, a retenção do produto, o monopólio econômico, o abuso do poder.

Os brasileiros precisam apreender a viver a democracia, sob pena de perderem a liberdade, a autonomia, que pretendem, ter. Portanto, democracia é a liberdade de construir uma sociedade sólida para a felicidade de todos.

No entanto, é legítimo o emprego desse vocábulo para qualificar o poder constituinte, se por soberania se entende plena autonomia. Enquanto o corpo político, uma assembléia constituinte goza, sem dúvida, de liberdade para redigir a Carta Magna de um país. Autonomia relativamente suprema, enquanto a Constituinte é independente em relação a outros órgãos de autoridade da sociedade política, como o Poder Executivo, para cumprir sua missão.

A autonomia de uma constituinte, se é plena, não é, contudo, absoluta. Há, anteriormente a ela, o povo, que lhe delega o poder, e, anteriormente ao povo e acima dele, Deus. E como disse José Freire Falcão: "Não há soberania em Constituinte sem a democracia plena".

Se os Constituintes possuem o poder de legislar é porque participam do direito do povo, que é participação do direito de Deus. Não são eles independentes do povo. A ele devem prestar contas de sua atuação e de seu voto. Somente Deus não precisa prestar contas a ninguém.

Daí por que a soberania da Constituinte estar acima da consciência religiosa e ética de um povo. Em nosso País, cuja população é em sua quase totalidade cristã, não pode colocar-se contrária à consciência cristã de sua gente. Os Constituintes devem exercer a função que receberam do povo em união com ele, respeitando-lhes as convicções e sendo fiéis ao seu mundo cultural, cujo componente essencial é a fé cristã.

Não podem também colocar-se acima da lei natural, participação da lei eterna, fonte dos mais fundamentais deveres e direitos. Não podem, por isso, desconhecer os direitos de Deus e os direitos do homem, nem os imperativos da lei moral. Disse J. F. Falcão: "A Igreja Católica não espera da Constituinte, que imponha aos cidadãos brasileiros o credo católico, e menos ainda, que considere a Religião Católica a religião oficial do Estado, malgrado ser o catolicismo a religião da grande maioria do povo brasileiro. Nem pede para ela privilégios em detrimento das outras confissões religiosas". O mesmo dizemos nós, os Evangélicos.

Mas tem o direito de exigir que a nova Carta Magna de nosso País respeite as exigências cristã de uma ordem constitucional, mesmo porque essas exigências são a expressão da Lei Natural e se fundam na dignidade da pessoa humana.

Espera que os seus filhos, coerentes com a sua fé, tenham o poder de proclamá-la e defendê-la na redação da nova Constituição, para que sejam consagrados por ela os princípios e valores cristãos.

O trágico de nosso tempo é a ousadia do mal e a timidez do bem. Em nome do pluralismo da sociedade assiste-se passivamente a destruição desses princípios e desses valores, sem qualquer respeito à consciência religiosa e moral de um povo.

Obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Luiz Soyer.

O SR. LUIZ SOYER (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Estivemos no final da semana próxima passada viajando pelo interior de Goiás, e notamos, em todos os recantos que percorremos, que a grita é geral. Todas as dificuldades que sentimos, que ouvimos de nossos companheiros, principalmente os companheiros do PMDB, referem-se à questão das altas taxas de juros. Nós, do PMDB, estamos sendo cobrados a todo instante. Alegam os nossos companheiros de partido: se o Ministro da Fazenda é do PMDB, se a área econômica está com o PMDB, se o Presidente da República também é do PMDB, por que não se toma, realmente, uma medida com profundidade suficiente para reverter esta ciranda financeira a que estamos assistindo. Dizem que essas taxas de juros estão levando todos à falência, e é uma verdade. Nós, do PMDB, ouvimos essas reclamações e ficamos realmente em dificuldade, e por sermos elementos do Governo, não é razão suficiente para calarmos neste instante. Por isto aqui estamos para dizer que no interior de Goiás inúmeras e inúmeras pequenas, médias e micro empresas estão em situação difícilíssima, sem fazer nenhum exagero, sem nenhum sensacionalismo. A verdade, é bom que se diga, é que há bons chefes de família, bons comerciantes, trabalhadores, honestos, mas que estão uns fugindo, outros até à beira da loucura, para não dizer de alguns casos de suicídios acontecidos no interior de Goiás, e mesmo na Capital, devido à situação em que nos encontramos.

Aqui está o alerta de um cidadão. Ninguém gosta mais do PMDB do que eu. Mas nós todos temos a responsabilidade de não calarmos diante dessa situação, mesmo participando do Governo. Nós pedimos, nós exigimos, nós solicitamos ao Presidente Sarney, que já tomou inúmeras medidas corajosas no campo institucional, que no campo da dívida externa tomou uma medida que foi aplaudida pela Nação inteira, uma medida eficaz, uma medida urgente, uma medida profunda. Tenho certeza absoluta, inarredável e inabalável de que toda medida que o Presidente Sarney tomar no campo econômico deve ser no sentido de realmente baixar essas taxas de juros. Temos a certeza de que as taxas de juros, hoje, não são a causa da inflação, mas a consequência dela. É necessário, para darmos uma resposta ao nosso povo do Estado e do interior do Brasil, esta solicitação que fazemos Sr. Presidente. É isso que pedimos, companheiros Constituintes. Não estamos pedindo nada de mais. Estamos exigindo isso

para cumprir o compromisso que assumimos nas praças públicas: coragem nas decisões, energia nas decisões, profundidade nas decisões, e, antes de tudo, urgência nestas providências, antes que seja tarde, antes que a banqueirada tome conta e faça deste Brasil um caldeirão efervescente a arrebentar as suas tampas, o que não está muito longe. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Sólton Borges dos Reis.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS (PTB SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A visita desejada e honrosa do Presidente da República Portuguesa ao Congresso Nacional, esta manhã, ensejou a esta Casa um dos pontos mais altos da sua vida histórica. Realmente, o que ocorreu aqui, hoje, foi uma definição de princípios daqueles que, representando a Câmara ou falando pelo Senado, e ainda o visitante, na sua palavra autorizada de quem viveu e sofreu na luta pelos princípios que o inspiraram sempre, enalteciram como valor primordial da vida pública e da vida particular a liberdade.

A sessão desta manhã, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, ficará nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte, porque aconteceu no Congresso Nacional e os constituintes são os próprios integrantes do Congresso Nacional, como uma definição histórica de que, acima de quaisquer outras reivindicações, de qualquer sentido, prevalecerá sempre o ideal humano pela liberdade e que nenhuma medida se justificará se acaso suprimir-se no homem o anseio insopitável, natural e irrefreável da liberdade.

Foi uma sessão de glorificação do princípio da liberdade humana, na voz do representante da Câmara dos Deputados, o Constituinte Fernando Gasparian, e a liberdade encontrou um hino de glorificação e de defesa que, realmente, dignifica a representação, o representante e a Casa representada; como na voz do senador que interpretou o pensamento do Senado, a liberdade prevaleceu em todo o espírito e a letra do discurso; e a esses dois pronunciamentos de glorificação da liberdade chegou a palavra incontestada de um presidente que abriu seu caminho no exílio, na luta, na prisão, na clandestinidade, o Presidente Mário Soares, a voz mais autorizada para levar a qualquer plenário de representação popular, em qualquer cenário, a glorificação da liberdade humana.

Entendo, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, que este foi um ponto alto na vida do Legislativo do Brasil, porque, acima de qualquer outro propósito, elevou-se o maior valor que justifica a existência humana: o valor da liberdade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Hoje, pela manhã, tive a satisfação de comparecer à Universidade de Brasília, para, juntamente com os nobres Constituintes Vicente Bogo, Plínio Arruda Sampaio, Fernando Santana e Amaury Müller, debatermos sobre a reforma agrária, guardarmos e gravarmos ali os nossos depoimentos. Durante o debate foi-nos oferecido um pequenino almanaque intitulado "Como o Povo Participa da Cantoria – 12.000 Km de cantorias, em 23 cida-

des de 7 de março a 12 de abril de 1987, 2ª Viagem dos Poetas ao Brasil."

Sr. Presidente, meu discurso não é contra a reforma agrária nem contra a cantoria, mas sobre a maneira de expor a reforma agrária através da cantoria. Abrindo-se a página, imediatamente se toma conhecimento de que se trata de um livreto sobre a reforma agrária:

"A Reforma Agrária é o maior projeto político-social que já surgiu no Brasil em toda a sua história. Nela está depositada toda a esperança de redenção dessa massa cativa que reclama, faz séculos, a sua terra.

Milhões de bóias-frias que hoje vivem na miséria..."

E por aí vai na mais deslavada demagogia.

Abrindo-se logo na segunda página, encontra-se um singular período: "É a cultura popular nordestina que vai visitar o Brasil, essa terra estranha que lhe vira as costas..." Logo para um paulista que vive na maior cidade nordestina do Brasil, que é São Paulo. E continua neste mesmo naipe para dizer: "O Ministério da Reforma Agrária pede aos poetas populares que espalhem pelo País em versos a boa nova da Terra Prometida..." Em seguida, eles tratam de criticar o resto do País, especialmente quanto ao direito do povo à terra, da grilagem, do latifúndio, dos bóias-frias, a violência no campo, etc. Depois, então, passam a explicar o que é mote, o que é glosa, falando em mote de dez sílabas e mote de sete sílabas, e exemplificando.

Está aqui uma mote de sete sílabas: "Só deixo o meu Cariri no último pau-de-arara". Em seguida, dizem como é glosa: "...o patrão que me explora e arranca os olhos da cara é o mesmo da Guanabara e o Deus de lá é o daqui. Só deixo o meu Cariri no último pau-de-arara.

"Explicam, também, através de uma glosa e de uma mote de decassílabos. A mote é: "Entregaram a terra aos estrangeiros e deixaram o povo sem roçado."

"Da terra se arrancava o pão-da-vida hoje o povo não tem mais esse pão só tem lágrimas nos olhos do povão que soluça sem terra e sem comida nós queremos a terra repartida Deus a fez não foi para o potentado porque a cana, a fábrica e o gado esfomear os pobres brasileiros.

Entregaram a terra aos estrangeiros e deixaram o povo sem roçado.

E por aí vai...

Afinal, é dito que esta excursão de doze mil quilômetros a 23 cidades composta de "n" cantores e poetas, com os quais eu me solidarizo, aos quais eu presto a minha homenagem, é patrocinada pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Reforma Agrária.

O Governo, neste Ministério, em vez de governar, de exercer a sua atividade na busca do bem-comum, agita a sociedade, atira uns contra os outros, semeia a cizânia, o desacordo, a luta de classes.

Falei sobre a reforma agrária na cantoria, mas como quero chamar este meu discurso de "a tesoura e a reforma agrária", desejo apresentar a V. Ex.^{as} uma tesoura extremamente leve, com um corte extremamente agudo, e nenhum de V. Ex.^{as} que pegar esta tesoura poderá dizer do que ela é feita, de que elemento se constitui, qual a tecnologia que informa a fabricação dessa tesoura, qual a substância que a compõe, mas é uma tesoura extremamente leve e que corta muito bem, tem uma grande serventia e é feita de argila, de terra, de cerâmica, feita no Japão.

Pois bem, enquanto temos dinheiro para jogar fora através da mais deslavada demagogia, jogando irmãos, uns contra os outros, enquanto temos dinheiro para promover o desentendimento social, para criar no coração dos pobres dos nossos irmãos um padrão de desejo que não poderemos realizar tão cedo, o Japão aplica melhor as suas economias e atinge tecnologia desta altura e desta importância, fabricando uma tesoura de barro. Enquanto isso, vamos aí promover a reforma agrária demagogicamente como um **slogan** inconseqüentemente, como uma afirmação política para semear a discórdia entre os brasileiros.

Esta é a diferença entre a demagogia do Ministério da Reforma Agrária e a tecnologia do Japão: a reforma agrária do cordel e a tesoura de barro feita pelos japoneses.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. (Palmas!)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Cardoso Alves o Sr. Arnaldo Faria de Sá Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Presidente Ulysses Guimarães.

O SR. PAULO MACARINI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDNETE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paulo Macarini, para uma questão de ordem.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, o art. 34, § 2º, do Regimento Interno, determina: O tempo de duração das sessões ordinárias será assim distribuído:

I – a primeira hora destinar-se-á:

c) aos oradores do pequeno expediente;

II – a partir da primeira hora, o tempo da sessão será destinado a comunicações das lideranças..."

o restante da reunião, a que chamaríamos de Grande Expediente, destinado a pronunciamento de matéria constitucional.

No entanto, o § 2º do art 14, determina que "até 30 dias da promulgação desta Resolução", ou seja, até o dia 23 de abril próximo, os Constituintes poderão oferecer sugestões para a elaboração do Projeto da Constituição, as quais serão encaminhadas pela Mesa às Comissões pertinentes.

Então, a questão de ordem, Sr. Presidente, reside no seguinte: após a primeira hora, isto é, esgotado o Pequeno Expediente, a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte conceda a palavra aos Constituintes para apresentarem as suas sugestões. Esta prática valorizaria os trabalhos dos Srs. Constituintes, possibilitando a divulgação, através da *A Voz do Brasil*, e, também, o exame e a avaliação pela imprensa credenciada, aqui, neste Plenário.

Essa é a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesma reputa justa a ponderação de V. Ex.^a, a que criem condições e oferecimento de sugestões embora já na elaboração do Regimento se tenha criado espaço de vinte minutos para uma apresentação mais circunstanciada e mais fundamentada.

A Mesa irá examinar a ponderação de V. Ex.^a sobre a possibilidade que entende justa, e qual o tempo disponível para que isso se faça, a fim

de que não se comprometa, repito, o espaço de vinte minutos aos oradores para uma apresentação, esta, sim, mais detalhada, mais fundamentada das sugestões que queiram enviar à Assembléia Nacional Constituinte.

A Mesa dará uma decisão concreta, depois de examinar a possibilidade do encaixe da intercessão solicitada por V. Ex.^a (Pausa).

Concedo a palavra à nobre Constituinte Moema São Thiago. Após o pronunciamento de S. Ex.^a será cuidado o assunto para o qual o Plenário já está devidamente informado, o cumprimento de um dispositivo fundamental do Regimento, qual seja, a eleição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. Desta constituição é que fluirão os prazos para a efetiva elaboração do Projeto de Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Moema São Thiago.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO (PDT – CE. Sr. Presidente. Sr.^{as} e Sr.^{os} Constituintes:

Gostaria de dar um testemunho: falar de uma vivência que começo no exílio, na luta pela democracia e pela liberdade.

Portugal, após o 25 de abril, foi o exílio de muitos brasileiros que depois do golpe do Chile, em 1973, tiveram a Pátria-Mãe como refúgio.

Desde 1975, os exilados brasileiros em Portugal desenvolveram um intenso trabalho pela Anistia e pela Democracia em nosso País. Os antifascistas portugueses e, sobretudo, companheiros do Partido Socialista Português, demonstraram uma solidariedade e irmandade grande para com os exilados brasileiros.

A luta pela Anistia foi liderada pelo Comitê Pró-Anistia no Brasil, obtendo grandes vitórias, como quatro moções aprovadas, por unanimidade, pela Assembléia da República Portuguesa em defesa dos Direitos Humanos no Brasil e mais de cinco mil assinaturas portuguesas a favor da luta pela Anistia. Assinaturas de conceito internacional, como as do então Primeiro-Ministro Português Mário Soares, do pranteado Primeiro-Ministro Olaf Palmer, da Suécia; e de Felipe Gonzáles, (do PSOE), conseguimos quando do Congresso do PSP em Lisboa em 1978.

Em outubro de 1978, o Governador Leonel Brizola chega exilado a Portugal e dá sua primeira grande entrevista conjunta com o Governador Miguel Arraes, na sede do Comitê Pró-Anistia no Brasil.

A presença do Governador Brizola no exílio em Portugal deu maior dimensão ao já existente relacionamento dos exilados brasileiros com o Partido Socialista Português. Foi um salto de qualidade na luta pela redemocratização no Brasil, na perspectiva da construção de um Partido Socialista.

Em junho de 1979, realizamos em Lisboa o Encontro dos Trabalhistas do Brasil com os Trabalhistas no Exílio. Foi um compromisso com a democracia. E deste Encontro que nasceu a "Opção Socialista" do PDT. Desde então, o Trabalho passaria a ser o "caminho brasileiro para o Socialismo". O novo Trabalho do Encontro de Lisboa teve como meta a construção de uma sociedade socialista em Democracia e em Liberdade.

A contração, do Socialismo, a exemplo dos modelos europeus é um sonho de muitos brasileiros, que não pertence somente ao Governador Brizola ou ao PDT, mas a muitos brasileiros que há anos já militavam ou não no velho PSB. Coube, sim, ao Governador Brizola e ao PDT o mérito do ressurgimento dessas idéias, através da proposta política do PDT, da credibilidade de um Governo

popular que avançou neste sentido e de popularizar essas idéias na expressão "Socialismo Moreno".

A importância da visita do Presidente Mário Soares não reside no reencontro de velhos companheiro de um passado de lutas. Mas, sim, sobretudo, no fortalecimento do ideário socialista e democrático. É para nós do PDT, também, uma oportunidade política para consolidar a formação de partido de massa, um verdadeiro Partido Socialista.

Mas é, sobretudo, a oportunidade de receber um Companheiro de lutas e de trazer o nosso agradecimento pela solidariedade com que os antifascistas portugueses nos acolheram.

É ainda a oportunidade de reconhecer o quanto aprendemos com o processo Português.

Vivemos 6 (seis) anos de exílio em Portugal, vivemos a Resolução dos Cravos. Acompanhamos a Constituição Portuguesa.

Em Portugal exercemos, ao máximo, o Direito de Cidadania. Lá, como cidadã casada com Português, tivemos a oportunidade de votar para Presidente da República Portuguesa. Este que, até hoje, nunca exercemos em nosso País. Direito este até hoje, negado à maioria do povo brasileiro!

Há 2 anos, recebemos o Primeiro-Ministro Mário Soares no Ceará. Foi um grande acontecimento político-afetivo para nós.

Mas, hoje, e minha emoção é maior, já não somos uma exilada aprendendo com a Constituinte Portuguesa, com a nascente Democracia lusitana.

Somos, agora, uma Deputada Constituinte na nascente Democracia brasileira, que recebe em seu País, no momento histórico da Constituinte, um antifascista português um socialista democrático, uma das garantias da Democracia em Portugal e no Mundo.

É com a certeza de que esta visita de amizade não só reforçará os laços de amizade luso-brasileiros, mas, sobretudo, fortalecerá a consciência Democrática no Brasil, que abraçamos, o companheiro-Presidente Mário Soares, o povo Português e os companheiros socialistas, no entendimento de que a luta pela Democracia e pela Liberdade não tem fronteiras e não tem época. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses

Guimarães): – A Mesa informa ao Plenário que, pela circunstância de entendimentos que se a promovem para a elaboração da chapa indispensável para a realização da eleição – esta consulta inclusive a Líderes – a sessão para a eleição da Mesa será realizada às 17 horas e 30 minutos, a fim de haver o tempo necessário para as consultas e entendimentos para elaboração da chapa e também para a impressão da mesma A sessão prossegue.

Neste momento o Sr. Presidente Ulysses Guimarães deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Em consequência às inscrições do pequeno Expediente – em razão do período em que serão realizadas as negociações com o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e os demais Líderes partidários – concedo a palavra ao nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PDT – SP. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes:

Ocupo a tribuna para, em nome de PDT, protestar contra fatos graves que estão ocorrendo, neste momento, em São Paulo, no âmbito interno

do maior dos sindicatos brasileiros. Refiro-me explicitamente ao Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, que congrega dezenas de milhares de trabalhadores daquele setor, daquela categoria, e que vai realizar, dentro de aproximadamente 60 dias, as suas eleições de renovação na direção sindical.

Há poucos dias, numa das assembleias realizadas na Sede desse Sindicato, o confronto entre as diversas facções de lutas chegou realmente a um externo grau de agressividade, levando alguns companheiros às vias de fato.

Entretanto, o ponto mais grave desse evento não é o calor das circunstâncias, não é o desencontro, e sim, o que chamou a atenção, a presença da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que lá compareceu para bloquear as instalações, para fechar os diversos setores e serviço do Sindicato, e para impedir que os seus membros, os trabalhadores sindicalizados daquela categoria tivessem acesso aos diversos setores do Sindicato, e pudessem utilizar-se dos seus serviços num momento em que todos eles são indispensáveis ao correto encaminhamento do processo sucessório.

Fazemos, como Parlamentar do PDT e como Constituinte, neste momento, um alerta aos nossos Companheiros contra essa ingerência abusiva da Polícia Militar do meu Estado num evento absolutamente restrito à categoria dos metalúrgicos de São Paulo, para que se afastem desse processo, porque os próprios metalúrgicos têm meios e formas de manter o seu controle interno, de administrar o processo da sucessão, e se evitar, com isso, que as coisas, evidentemente, cheguem a limites fora de controle.

A presença da Polícia Militar mancha e atrapalha, mancha e cerceia, e traz de volta uma velha figura do autoritarismo que julgávamos afastada neste Governo democrático da Aliança Democrática, neste Governo do PMDB. Consta que essa ocorrência se deu por instância do Vice-Governador de São Paulo.

É por isto que esta denúncia aqui é feita com restrições, com reservas, mas como um apelo real e afetivo, em nome do nosso Partido, dos nossos Companheiros de São Paulo, para que este evento não mais ocorra e não venha, realmente, a manchar um dos Sindicatos que, realmente, é brilhante na constelação sindical de São Paulo e que, por isto mesmo, deve continuar exclusivamente nas mãos dos membros da sua categoria, porque eles saberão, melhor do que qualquer outro, conduzir os seus trabalhos, construir a nova presidência. Que os órgãos dirigentes e aqueles que estão fora do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo não se envolvam, não participem e deixem que seus companheiros da situação e da oposição encontrem os caminhos regulares da sucessão com a mais inteira liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Mendonça de Moraes.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB – MG. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes:

Vivemos dias de crise em diversos setores da nossa vida nacional. Greves se generalizam, algumas justas, outras não. O setor de produção agrícola está temeroso quanto, ao seu futuro, pois não sabe quais os rumos desta política de preços, por causa da elevação exagerada das taxas de juros cobradas no mercado.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, querem os produtores um mercado livre e a garantia de que seu trabalho não será anulado pela política de preços mínimos, tão discriminatória quanto incerta. Tudo por causa da política econômica desorientada que estamos vivendo hoje no Brasil.

Urge, portanto, que as coisas se acertem para que o Brasil retorne àquele desenvolvimento e equilíbrio sociais tão necessários para uma convivência e a implantação de um sistema democrático. Poderiam perguntar: "como retomar a esse sistema?"

Imagino, se o Banco do Brasil, por exemplo, e os bancos estaduais baixassem suas taxas no mercado, os outros bancos especuladores do mercado financeiro não teriam outro caminho a não ser baixar também as suas taxas de empréstimos.

A volta acelerada e descontrolada ao sistema de poupança no Brasil tomou-se uma verdadeira sangria nas atividades operosas no setor de produção e do nosso comércio. Se esta volta à poupança desenfreada for refreada, o dinheiro passará a ser o agente do desenvolvimento e do progresso, na área de produção nacional, financiando o trabalho produtivo, e não financiando a ociosidade agiotaria, verdadeira ilusão de uma riqueza que não existe realmente. Esta prática monetarista está incomodando os homens que trabalham e produzem neste País.

O Sr. Ministro Dílson Funaro, que é uma pessoa séria e correta, é atualmente o único responsável pela política econômica do Governo, com o novo direcionamento dado agora à SEPLAN. Pode, portanto, o Sr. Ministro Dílson Funaro baixar normas regulamentadoras dos juros imediatamente, sob pena de cairmos numa quebraadeira generalizada, mormente nas pequenas e médias empresas, onde seus dirigentes estão vivendo dias cruciais para sustentação dos seus negócios.

Os produtores rurais, que ainda estão sujeitos a taxas de juros que variam de 15 a 28% ao mês, cobradas nos negócios com bancos e agiotas particulares, estão ansiosos para que tenham os seus negócios redirecionados num caminho que os leve a ter uma lucratividade no seu trabalho.

Essa especulação altista leva o País a uma situação alarmante e até desesperados. Daí a necessidade de sua reversão urgente, ou, quem sabe – e aí vai um apelo ao Sr. Ministro Dílson Funaro – aplicar na agropecuária brasileira 50% dos dólares economizados com a moratória técnica e temporária da dívida externa:

Sr. Presidente e Srs. Constituintes, por que faço tal afirmação? Porque algum destino deve ser dado a esses dólares que estamos economizando na balança comercial de importação e exportação. Nada melhor para a economia brasileira do que aplicarmos esses recursos em atividades que nos dão devolução de recursos, para que possamos honrar, quem sabe, no futuro os nossos compromissos internacionais, com as dívidas interna e externa.

Daí, portanto, Sr. Presidente, o meu apelo à área econômica do Governo. Recursos estão faltando para a agropecuária, mas recursos existem. O que está faltando é unicamente um direcionamento para a aplicação dos recursos que estão sobrando na balança comercial, a fim de que possam ser realmente utilizados dentro desta medida que venha a favorecer a produção nacional.

Terminando as minhas considerações, Sr. Presidente, desejo que o Sr. Ministro Dílson Funaro reanalise a posição das taxas de juros que estamos sofrendo no Brasil, para que assim possamos

ter um reaquecimento da nossa economia, principalmente na área de produção.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Domingos Leonelli.

O SR. DOMINGOS LEONELLI (PMDB – BA Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{os} Constituintes:

O País treme diante de um movimento social que se configura, hoje, pela tensão das reivindicações traduzidas em paralisações em muitas áreas.

A Bancada do meu Partido já aprovou, e tenho certeza que as Lideranças na Constituinte, na Câmara dos Deputados e no Senado, levarão ao Presidente Sarney a vontade dessas Bancadas no sentido de que seja enviada a esta Casa, em forma de projeto de lei, para que a sociedade possa conhecer, debater e modificar um plano econômico que, a um só tempo, compatibilize o Governo com o seu Partido, o PMDB, e encaminhe os graves problemas econômicos e sociais com os quais a Nação se debate hoje.

Inúmeros sindicalistas, ligados ao nosso Partido, estão envolvidos na greve dos bancários, a mais importante, a central dessas greves – a mais justa, indiscutivelmente, a justa greve dos bancários – e nosso Partido talvez devesse estar mais colado a esse movimento. No entanto, Sr. Presidente, ao invés de nos solidarizarmos com os "sem terra", com os bancários, com o movimento social, assistimos desta tribuna um dos mais conhecidos Deputados do PMDB por São Paulo, Roberto Cardoso Alves, declarar que dois dos Ministérios do nosso Partido, os Ministério da Cultura e da Reforma Agrária estão financiando a demagogia e a luta fratricida ente irmãos. E o crime desses Ministérios foi ter patrocinado um movimento cultural, uma das poucas vezes em que o Governo assumiu uma das formas de cultura popular mais comovedoras, que é a cultura do cordel dos videiros e, nesse instante, além de se confrontar com a política do Partido com o programa do Partido, com setores do Governo do Partido, esta representação conservadora do PMDB, que nós sabíamos que era contra a Reforma Agrária, de repente se coloca também contra a poesia, contra a beleza e contra a música.

Nós sabíamos que o ilustre Deputado Cardoso Alves era contra a reforma, mas não sabíamos que era contra a poesia e contra a música – ficamos sabendo disso hoje. E eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Constituintes se não seria mais justo que os Constituintes do nosso Partido estivessem aqui para cobrar do Governo como um todo, uma ação mais concentrada na questão da terra. O Ministério da Reforma Agrária não tem cumprido sequer o seu plano de metas, por falta de recursos. O Governo, como um todo, não está cumprindo o compromisso da Aliança Democrática para fazer a Reforma Agrária, porque apenas um Ministério se envolve com essa questão. E seria necessário que os Ministérios da área econômica, que os Ministérios da área social, todos eles, se envolvessem e colocassem para funcionar um Conselho que se instalou, mas que ainda não funcionou, da política de terra e da política agrícola.

Precisamos, Sr. Presidente, fortalecer. ajudar politicamente, iniciativas como essa, iniciativa cultural, pequena, modesta dos dois Ministérios. E o que temos que fazer aqui não é investirmos contra a poesia e contra a música, mas exigir do Governo mais investimentos na Reforma Agrá-

ria, ao assentamento efetivo, à transformação de um projeto que é de salvação social, que talvez não tenha a resposta econômica necessária imediata – não podemos nos iludir que a Reforma Agrária por si responderá pela questão de alimentos, pela questão econômica do campo – mas, com certeza, responderá num primeiro instante, pela grave questão social do campo.

Quero, portanto, registrar em meu nome e, creio, em nome da maioria do meu Partido, o PMDB, uma posição bem diversa daquela defendida, dessa investida, do ataque feito à reforma, à poesia e à música, pelo Deputado Roberto Cardoso Alves.

Era o que eu tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PC do B – BA. Sem revisão da oradora): – Sr. presidente, Sras e Srs. Constituintes:

Usarei o horário da Liderança do meu partido para saudar, em nome do PC do B, a manifestação das mulheres brasileiras que, de diversas partes do País, hoje se concentram no Congresso Nacional, na tentativa de entregar esta Cara de reivindicações resultantes do Encontro Nacional de Mulheres à Constituinte, a todos os Deputados Constituintes desta Casa. Como não houve, e não haverá o horário da Liderança, faço na minha inscrição normal o registro de que as mulheres brasileiras hoje se pronunciam aqui nesta Casa, na luta em defesa dos seus direitos. As mulheres aqui, hoje, num ato público, num ato político, procuram sensibilizar a consciência dos Constituintes, a necessidade de garantirmos, nesta Constituição, o direito à creche, à estabilidade de emprego, às mesmas oportunidade de trabalho, à educação igualitária, a assistência integral à saúde da mulher.

Buscam as mulheres, hoje, organizadas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, nesta Casa, pronunciar-se de forma decidida, no sentido de conquistar a ampla maioria desta Constituinte, no sentido de serem aceitas e apoiadas as proposições progressistas das mulheres brasileiras que, em todo o País, buscam efetivamente no trabalho diário, na luta permanente, arrancar os grilhões de dois mil anos de discriminações e explorações.

É com este sentido, Sr. Presidente, que o partido Comunista do Brasil que acredita que esta sociedade igualitária só será conquistada através da sociedade socialista, se pronuncia hoje, dando o seu abraço solidário às mulheres que aqui se manifestam, buscando trazer as nossas reivindicações e as nossas lutas ao conhecimento dos Srs. Constituintes. Neste momento, no Salão Verde, realiza-se esta manifestação das mulheres brasileiras, e peço aos diversos companheiros que se dirijam àquele local para receberem, da Presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a carta de reivindicações que nós, mulheres, buscaremos defender nesta constituição. É certo que, logo após, faremos uma manifestação mais organizada com pronunciamentos no Salão Nobre, onde, anteriormente, prevíamos que se realizasse esta manifestação; porém, o local é pequeno, a ansiedade das mulheres que buscam assegurar os seus direitos é imensa e, assim ocupamos o Salão Verde com cartazes e faixas, para expressar o nosso desejo de participar, politicamente, dessa Constituição. Rogamos aos companheiros que entendem isso como uma partici-

pação decidida das mulheres que buscam despertar sua consciência decidida das mulheres que buscam despertar sua consciência e não esmolarem uma possibilidade de participação, que vejam essa manifestação com o respeito que precisamos dar à mulher dona-de-casa brasileira, à mulher trabalhadora brasileira, à mulher comerciária brasileira, à mulher profissional liberal brasileira que hoje busca, nas diversas greves, integrando-se aos movimentos, expressar as reivindicações mais sentidas década categoria Nesse sentido, com a participação ativa das mulheres nos diversos movimentos políticos – e hoje, aqui, neste Congresso Constituinte –, marcando a nossa presença, de Norte a Sul, com representantes de todos os Estados brasileiros, esperamos sensibilizar todos os constituintes para se integrarem na nossa luta, entendendo que só com a possibilidade de construirmos uma sociedade igualitária, onde homens e mulheres tenham os mesmos direitos, é que conseguiremos estabelecer uma sociedade mais feliz, mais digna para os nossos filhos e nossa pátria.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jovanni Masini.

O SR. JOVANNI MASINI (PMDB – PR): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes: há dias, ocupamos esta tribuna com o propósito de estimular o debate quanto à via que devemos seguir, no campo sócio-econômico, para superar a situação insatisfatória atual: se aquela do dirigismo estatal irrefreado ou aquela da livre iniciativa combinada com o atendimento estatal às necessidades sociais. Dando prosseguimento a este objetivo, pretendemos abordar hoje, com a brevidade que a tempo regimental impõe, a questão de nossa economia interna.

Eis aí um problema a enfrentar com clareza e urgência, pois imensos são os sofrimentos que as distorções do sistema econômico têm imposto aos brasileiros. A omissão até aqui, se não pode ser debitada ao sadismo, certamente revela muito do cinismo com o qual a realidade brasileira tem sido tratada.

Numa economia, como a nossa, em que o Estado tem presença gigantesca e os ônus de seu insucesso são suportados por todos, faz-se necessário um levantamento exaustivo da atual situação dos empreendimentos estatais, para que possamos avaliar seu desempenho, bem como os eventuais benefícios ou prejuízos que têm trazido à Nação. A partir daí, teremos condição de melhor redefinir as prioridades e limites da ação estatal. Incrementando-a onde se faz necessária ao bem-estar do povo e à prosperidade do País. Reduzindo-a nos casos em que se tem revelado um entrave ao desenvolvimento nacional.

Neste sentido, voltamos a enfatizar a importância de uma definição de rumos quanto à centralização ou à liberalização da economia. Pode uma economia centralizada dar conta da multiplicidade de problemas e demandas de uma nação imensa e diversificada como a nossa? Deve o Estado continuar se dando ao luxo de dispensar os préstimos do investimento produtivo e da iniciativa individual e cooperativa? Pois é isto o que vem ocorrendo, em consequência dos entraves e limitações que atormentam todos aqueles que desejam produzir automaticamente.

Ainda aqui, são esclarecedores os exemplos que vêm do âmbito internacional. Os países do chamado socialismo real começam a reconhecer a necessidade de abrir suas economias à livre

iniciativa, procurando, na emoção realizadora de indivíduos e grupos de indivíduos empreendedores, o antídoto contra a apatia e o imobilismo dos gestores burocráticos. Ao mesmo tempo, os países desenvolvidos, entre eles os da Europa Ocidental, continuam a demonstrar a superioridade – em eficiência e bem-estar – da economia liberal combinada com a ação estatal no campo social, frente à alternativa centralizadora da planificação onipotente.

Precisamos levar em conta tais experiências, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Constituintes, avaliando com prudência e bom senso em que medida podem servir de exemplo a um país como o nosso. De nossa parte, consideramos eloqüente o elenco de fracassos que, no Brasília experiência histórica tem debitado ao Estado Interventor, cartorial, distribuidor de privilégios e capitania no campo econômico, acobertador de conchavos, fomentador de monopólios e oligopólios públicos e privados, inibidor de empreendimentos individuais e cooperativos.

Tudo isto dá muito o que pensar. Não estará aí retratado o velho e carcomido preconceito da incapacidade inata dos brasileiros? Por que então não abrir aos cidadãos deste País reais oportunidades de participar mais e melhor da vida econômica? Por que continuar desprezando e bloqueando sua capacidade de empreender seu talento, sua disposição de assumir as responsabilidades e enfrentar os riscos da economia livre?

Está na hora de aliviar o Estado das atividades em que sua ação é dispensável, permitindo que os poderes públicos se concentrem em atender às necessidades básicas da população e amparar as massas, desvalidas de uma forma efetiva. Está na hora de desacorrentar as mãos daqueles que só querem investir e produzir, apostando na multiplicidade das iniciativas como a melhor forma de atender à multiplicidade das demandas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Com a palavra o nobre Constituinte Fernando Santana

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Os dois últimos oradores que nos antecederem nesta tribuna tiveram a oportunidade de falar sobre participação. Participação das mulheres na elaboração da Carta, participação das forças produtivas, retirando a ação do Estado em muitas áreas, como acaba de falar aqui o último orador.

É verdade que a sociedade brasileira, hoje, é essencialmente participativa. Não só a sociedade, mas esta Assembléia Nacional Constituinte que, a nosso ver, é um corte transversal da sociedade brasileira, deu demonstrações, desde o seu início, de que todos querem participar, inclusive a célebre Comissão dos 70, que iria elaborar o projeto constitucional foi enterrada pelo protesto generalizado de todos os Constituintes recém-eleitos que consideravam aquela Comissão como sendo de deputados de primeira classe, dos demais seriam deputados de segunda. Desfez-se a idéia, foi enterrada a chamada Grande Comissão e, em lugar dela, instituíram-se, através do Regimento Interno que acabamos de aprovar, comissões que vão abrigar todos os Constituintes, exclusive apenas os membros efetivos da Mesa. Então, a participação está no espírito da Assembléia. É esta participação, também, que traz a esta Casa hoje, através da CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, uma representação de 100 líderes sindicais de todos os Estados do Brasil.

A participação que eles defendem é no sentido de que a Reforma Agrária, medida tão amplamente discutida no Brasil, que é a nosso ver a providência que terá o maior cunho social, hoje, em nossa Pátria, porque é aquela que permitirá empregar milhões de brasileiros. Esta Comissão de cem líderes sindicais de todos os Estados do Brasil, está aqui hoje e vai se apresentar na galeria, para ter um contato direto com os Líderes de todos os partidos políticos e fazer sentir a essas lideranças que a questão da terra interessa muito mais ao Brasil como um todo do que os próprios trabalhadores rurais.

A nossa falha histórica não elaborando leis agrárias que permitissem a justa distribuição das terras está hoje criando problemas praticamente insanáveis, porque há uma migração forçada do campo à cidade e de 1960 para cá, podemos afirmar, sem receio, que mais de quarenta milhões de brasileiros migraram mas não fizeram essa migração simplesmente, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, porque estavam encantados com as luzes da ribalta ou com as luzes da cidade. Não! Quem estudou esse problema o fez tão profundamente que não só levantou estatisticamente o número exato de migração interna, mais também inquiriu aqueles todos que imigraram uma amostragem que foi feita em todas as grandes e médias cidades do Brasil, e a resposta de 85% desses favelados foi simplesmente estas: "Não! Nós não estamos aqui porque queríamos ver as luzes da cidade, perdemos as nossas terras, tivemos as nossas terras grilladas, fomos expulsos."

É essa política de expulsão do homem da terra que temos a obrigação de terminar, de uma vez por todas, porque ou faremos a Reforma Agrária ou desestabilizaremos a nação brasileira.

Em o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte João de Deus Antunes.

O SR. JOÃO DE DEUS ANTUNES (PDT RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Assomamos a esta tribuna para manifestar a nossa alegria pelo fato desta Assembléia Nacional Constituinte contar, desde ontem, com um exemplar da Bíblia Sagrada.

Queremos parabenizar os Srs. Constituintes que votaram favoravelmente, ensejando esta grande oportunidade que representa uma vitória para todos os cristãos brasileiros.

Parabenizamos também o nobre Constituinte Antônio de Jesus, meu irmão, pela sua fé superior em Deus, e pela sua feliz idéia e coragem de apresentar a emenda ao Regimento Interno.

Numa época em que os valores morais foram substituídos pela falta de bom senso, de vergonha, de pudor e de fé em Deus, nós aqui do Parlamento brasileiro estamos dando uma demonstração de que cremos que nem tudo está perdido.

Quando a imoralidade assume papel de destaque no seio da nossa sociedade, quando grupos satânicos e perversos disseminam veneno sobre nossos jovens, através do nudismo, homossexualismo, revistas pornográficas, **Je Vous Salue Marie, Teledeum**, e tantas outras perversidades que pervertem o sentido humano, nós damos Graças a Deus por vermos os cristãos unidos na sua fé, ainda que existam diferenças nos nossos pontos de vista, políticos ideológicos, estamos convictos de que, na palavra de Deus, o homem encontra a bússola que norteia seus verdadeiros ideais na direção do Espírito Santo de Deus.

A Bíblia é um livro simples quando fechado, mas de grande valor quando aberto e estudado,

Ele nos mostra o caminho para o céu e abre a porta da eternidade com Cristo. Oxalá esta Nação passa a ler mais a Bíblia Sagrada.

No Livro da Revelação, Apocalipse está escrito no Cap. 1; versículo 3º "Bem-aventurado o que lê, o que ouve e o que guarda as palavras desta profecia e o que nele está escrito".

Deus está presente nos assistindo, e, nesta hora em que nuvens pairam sobre a nossa Nação podemos afirmar: aqui de dentro da Assembléia Nacional Constituinte, algo novo começa a acontecer.

É a ação de Deus interessado em abençoar nossa Pátria, nossa gente, nossos irmãos.

Feliz é a Nação cujo Deus é o Senhor!

O best-sellers de todos os tempos está prevalecendo: foi queimado em praça pública, suas páginas têm servido até de papel higiênico em nações onde os governos não creem em Deus.

No Planalto, ela está sendo, lida pelo nosso Presidente, no Rio Grande do Sul ela está sendo lida pelo nosso Governador e aqui por nós Constituintes. A Bíblia diz:

"Se este povo que se chama pelo meu nome, se humilhar, orar, buscar a minha face e se arrepender dos seus maus caminhos, então Eu ouvirei do céu, perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra".

Deus seja louvado!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao Constituinte Osvaldo Sobrinho.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PMDB – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto a esta Tribuna para trazer os reclames do povo mato-grossense. Antes de fazê-lo, quero, neste momento, parabenizar o Presidente José Sarney pela escolha, no dia de ontem, do novo Ministro do Planejamento. A escolha do Ministro Aníbal Teixeira representou, sem dúvida, um prestígio à classe política deste País.

O político que é tripudiado, massacrado, e às vezes, até motivo de achincalhe. e muitas vezes o tecnocrata, achando-se dono do mundo, coloca-o em terceiro plano. Na verdade, o político é aquele que vive e convive com todos os segmentos sociais, sentindo seu sofrimento, sentindo as suas aspirações, andando nas pequenas comunidades e trazendo o reflexo do pensamento do povo aos parlamentos e aos canais de decisão.

Por isso quero aqui, neste momento, rapidamente e breve, deixar os nossos parabéns ao nosso Presidente da República pela sábia escolha de um político, de um parlamentar para o Ministério do Planejamento, pois tenho certeza que a atuação de Aníbal Teixeira será extrapolada para o Ministério do Planejamento, atendendo às comunidades brasileiras e àqueles Estados mais carentes.

É desta forma que, como político, trago aqui os nossos elogios a esse novo Ministro desta Nação que tenho certeza que pela sabedoria, que pelo trabalho que vinha prestando no SEAP, haverá de extrapolar e prestar um serviço muito maior ao Brasil, no gabinete do Planejamento.

É desta forma, Sr. Presidente, que a nossa primeira palavra inicial é para trazer ainda a nossa confiança àqueles que dirigem a Nação mas, também, para mais uma vez, reclamar contra a área da agricultura deste País que, lastimavelmente, está colocando este País numa verdadeira penú-

ria, numa verdadeira miséria. No meu Estado de Mato Grosso, mais uma vez, volto a trazer a este Congresso Nacional Constituinte os reclamos do meu povo que já sua safra saindo e sem condições nenhuma, neste momento, de deixar o povo tranqüilo, porque não temos armazéns, porque não temos ainda o preço mínimo, porque na verdade, o preço mínimo que existe não corresponde ao preço de produção porque as nossas estradas estão danificadas, porque lastimavelmente, os Ministérios deste País, os homens que deveriam agir com responsabilidade para sanar os problemas do **hinterland** brasileiro não tem agido com a verdadeira responsabilidade e o nosso País, principalmente, o Centro Oeste, principalmente, o Mato Grosso, principalmente o norte Mato-grossense, está à mercê das decisões importantes para sanar o nosso problema, principalmente, no campo da produção.

Haveremos, neste ano, de perder mais de 40% da nossa safra, principalmente porque a CFP até agora não tirou o milho, o arroz, o feijão, dos nossos armazéns, e chegou a nova colheita e não temos aonde armazenar os nossos produtos. Já procuramos vários órgãos neste País, um culpa o outro, e o que nós estamos sentindo é que lastimavelmente quem vai perder é o produtor mato-grossense, é produtor do Centro-Oeste que respondeu ao chamamento do Presidente da República, que respondeu ao chamamento do Ministro da Agricultura, e que lastimavelmente muito pouco tem sido feito pela agricultura brasileira e principalmente pela agricultura de Mato Grosso.

Portanto, o Município de Sinop, o Município de Alta Floresta, o Município de Colíder, o Município de Joína, de Joara, de Vera, de Carmem, de Terra Nova, os municípios do nortão mato-grossense estão a reclamar medidas urgentes que venham sanar esse grave problema em que passa essa safra que já vamos começar a colher.

Queremos mais responsabilidade por parte desses órgãos do Governo, que lastimavelmente até agora nada têm feito mas têm infelicitado, têm causado penúria, desgraça, ao homem que trabalha, que luta e que na verdade quer fazer alguma coisa melhor por este País.

Falamos em Reforma Agrária e a defendemos, mas não adianta defender a Reforma Agrária e fazê-la se não estamos dando condições nem para o pequeno homem que já está no campo, para aquele que está trabalhando, que já tem a sua terra e que, lastimavelmente, o Governo não olha nem com crédito, nem com infra-estrutura e nem com os bens necessários, para que ele possa, no mínimo, ter mais felicidade no campo.

Portanto, Sr. Presidente, a Reforma Agrária haverá de sair e tem que sair logo, mas que se dê condições de recursos para o homem que ali está trabalhando e que na verdade precisa mostrar que este País reconhece o trabalhador autônomo e o trabalhador que está no (**hinterland**) brasileiro, e que lastimavelmente nada tem recebido do Governo que aí está e nem dos governos que passaram. Falo como Deputado do PMDB, que, lastimavelmente, o meu Estado não tem recebido quase nada do Presidente José Sarney, nem dos órgãos da Nova República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ottomar Pinto.

O SR. OTTOMAR PINTO
PRONUNCIA DISCURSO QUE,
ENTREGUE A REVISÃO DO
ORADOR SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Assis Canuto.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – RO.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

No dia de hoje, este Parlamento recebeu a honrosa visita do Exmo. Sr. Presidente da República de Portugal o Sr. Mário Soares.

Realmente, S. Ex.^a como um dos baluartes das Modernas Democracias, honrou este Parlamento, e trouxe pessoalmente o seu testemunho a esta Casa da necessidade do amadurecimento político de nossa Pátria afim de que pódamos atingir os nossos objetivos democráticos.

Saudado pelo Deputado Fernando Gasparian e pelo Senador Jarbas Passarinho, ouviu S. Ex.^a as intenções de nosso País e pôde sentir a senda que desejamos trilhar.

Ouvimos atentamente as suas palavras em resposta à saudação que recebera e entendi que o Brasil tem muito a aprender da transição vivida por Portugal nos últimos 15 anos!

Através da Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974, pôde aquele País derrubar uma ditadura quase cinquentenária e recolocar aquele País no limiar de uma das mais sólidas democracias do mundo ocidental.

Com o ingresso de Portugal na Comunidade Econômica Européia – CEE, o Brasil muito tem a ganhar, se souber utilizar a porta de entrada na Europa que se abre através de Portugal. A CEE representa um dos mais seletos mercados consumidores mundial, representado por uma população de alto poder aquisitivo e grande importador de matérias-primas e produtos semi-industrializados. É necessário que os laços comerciais de Brasil e Portugal, sejam intensivamente estreitados, para o nosso bem e para que possamos atingir a CEE através de Portugal.

É necessário utilizarmos com sabedoria a oportunidade da elaboração de uma nova Constituição para demarcarmos nitidamente o papel que poderá exercer a economia brasileira através de Portugal para atingirmos com largas vantagens a CEE.

Era o que tinha dizer!

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Féres Nader.

O SR. FÉRES NADER (PDT–RJ. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Em tempos que já se perdem nas sombras do passado distante, os técnicos em planejamento, ainda condicionados às limitações da tecnologia da época, executavam o seu trabalho voltados para a solução do problema que se afigurava mais urgente, sem observar as perspectivas do progresso, que, por certo, viria. Não obstante o respeito e a admiração de que são justos credores, precipuamente pelo caráter pioneiro, desbravador, suas realizações, antes primorosas, foram tragadas pelo desenvolvimento. Algumas foram alienadas, outras ganharam vestes de problema.

De todas as obras discutíveis do pretérito, a instalação do leito ferroviário e do parque de manobras da Central do Brasil, hoje Rede Ferroviária Federal, no coração do próspero Município de Barra Mansa, localizado na Região Sul do Estado do Rio de Janeiro, tornou-se um problema. A cidade, envolvida pelo surto desenvolvimentista da re-

gião, está a braços com o problema, que impede a sua expansão e a adequação do seu planejamento urbano às necessidades ditadas pela nova realidade.

Não podemos, por oportuno, olvidar a citação da odisséia vivida diuturnamente pela comunidade barramansense. Os populares que transitam pelo centro de Barra Mansa vivem uma lúdima "via crucis" para atravessar o leito ferroviário e o parque de manobras. As estatísticas de acidentes, com vítimas fatais ou lesões irreversíveis envolvendo chefes de família e outras pessoas que são colhidas pelas rodas das composições que por ali transitam, revelam números surpreendentes. Trata-se, pois, de um quadro sombrio e sempre pronto para somar novas indefesas vítimas.

Neste processo de crescimento por que passa o país, deve-se rever pontos de vista e adaptá-los à lógica da realidade. E dentro deste contexto, muito apelos comunitários partiram de Barra Mansa e cruzaram os umbrais dos escritórios dos diretores da Rede Ferroviária Federal, sempre alimentados pela esperança de que os técnicos da empresa encontrassem alternativas que possibilitassem a retirada das linhas férreas e do parque de manobras do centro de Barra Mansa. Em 1985, o conspícuo Deputado José Nader enviou, através da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, uma Indicação ao Ministro dos Transportes, Senador Alfonso Camargo, corroborando a série de apelos. Entretanto, o problema resistiu a tudo e atados, e lá esta caracterizando-se como um grande desafio.

Senhor Presidente, nenhum alerta é em vão. Não queremos erigir-nos em profeta da verdade, principalmente pelo fato da matéria pertencer aos técnicos, mas podemos afirmar, com absoluta segurança, que o problema tem solução viável, racional, e sem a exigência de a Rede Ferroviária Federal se ver obrigada a modificar o traçado original do leito ferroviário. Assessorado por uma equipe de técnicos, chegou-se à conclusão que a construção de um elevado ao longo do perímetro urbano resolveria o grave problema. As linhas férreas teriam, assim, um curso aéreo.

Em assim sendo, permitimo-nos reivindicar ao Ministro dos Transportes, cujo titular é dotado de espírito humanístico e credor da simpatia de todos os brasileiros, a retirada do leito leiloado e do parque de manobras do centro de Barra Mansa, que poderá, desse modo, promovera perfeita integração dos seus pontos centra além de abrir amplas perspectivas para o seu desenvolvimento Urbano. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Numa fase de alta preocupação com o destino da economia brasileira, e quando os jornais divulgam os índices estarrecedores de pequenas e médias empresas que diariamente mergulham no insondável oceano das concordatas e falências, amas brutais que são de uma política creditícia selvagem – justo é aplaudir a decisão que acaba de ser adotada pela diretoria do Banco da Amazônia, de reduzir, a partir de ontem em 3% (três) por cento, a cobrança das taxas de juros incidentes sobre as linhas de financiamentos com as quais o BASA opera na Região.

Em reiterados pronunciamentos aqui registrados, o problema do custo dos juros nas operações agropecuárias-industriais, assim como em outras

para capital de giro e desconto de duplicatas, tem sido analisado à luz da cruel realidade que todos enfrentamos em nosso País e, particularmente em áreas subdesenvolvidas, como a Amazônia e o Nordeste.

O fato do Governo Federal fazer estrépito com os recursos que aloca aos bancos oficiais para investimento e custeio no setor agro-pecuário, não representa uma solução absoluta, mas apenas parte das necessidades que exigem sejam postas em práticas para assistirem o crescimento da produtividade. Essencial, mesmo, são as reduções nas cobranças dos juros efetivados nos financiamentos aplicados na produção agrícola e pecuária. Se possível, o ideal seria manter, para regiões pobres como a Amazônia e o Nordeste, linhas de créditos operacionais diferenciadas, que possibilitem os pequenos e médios produtores usarem os valores captados com a certeza de não sofrerem prejuízos quando vierem a comercializar suas safras, mesmo admitindo que o façam com a comissão de financiamento da produção.

Portanto, Sr. Presidente – as taxas de juros para as regiões Norte-Nordeste, só produzirão resultados práticos e objetivos, contempladas que forem por subsídios, e beneficiárias preferenciais para os pequenos e médios produtores, inclusive os que exerçam atividades no setor empresarial.

A nova política do BASA, certamente atrairá maior número de interessados na captação de recursos, o que significa dizer que isso representa um alento muito forte na esperança de que as futuras safras agrícolas serão bem maiores que as dos anos anteriores.

Importante ressaltar ainda, que ao anunciar a decisão, o Presidente do Banco da Amazônia acrescentou que o referido estabelecimento, "é um banco social e forte, cujos lucros vão passar de 60 milhões para 700 milhões de criados, e o patrimônio líquido de 500 milhões para três bilhões de cruzados, entre os balanços de dezembro passado e junho próximo".

Espera-se que o exemplo do BASA, no que concerne à redução dos juros, frutifique bons resultados e sirva de reflexo a outros estabelecimentos bancários que operam, na região, fazendo-os compreender que medidas dessa natureza não afetam em nada os lucros substanciais que auferem nos balanços anuais. Antes pelo contrário.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Luiz de Sá.

O SR. JOSÉ LUIZ DE SÁ (PL-RJ): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Todas as pesquisas realizadas nos últimos anos indicam de maneira inequívoca que a população brasileira está sendo lenta e silenciosamente dizimada morrendo em decorrência da miséria e suas seqüelas: a fome, a desnutrição, as doenças parasitárias e infecciosas.

De cerca de 4 milhões de crianças que nascem todos os anos no País, 300 mil morrem antes de completar o primeiro ano de vida. A metade delas morre ainda no primeiro mês de vida. Vale dizer, a cada 20 minutos, morre uma criança brasileira.

Dados do IBGE indicam que a maioria das crianças até 6 anos de idade vem de famílias cuja renda chega, no máximo, a 2 salários mínimos. A metade sofre de desnutrição aguda. Segundo o IPEA, a fome afeta 86 milhões de brasileiros, metade dos quais, crianças.

A desnutrição, fenômeno de grave importância, com irreparáveis consequências de ordem sanitária e econômica, está se agravando de forma alarmante nos países do Terceiro Mundo e, dentre eles, o Brasil é um dos que apresentam situação das mais críticas, segundo advertiu a FAO, ao final de conferência realizada em Roma, no ano passado.

Sabe-se, comprovadamente, que a desnutrição afeta o desenvolvimento do indivíduo em toda a sua plenitude. Ao final da década passada, o notável cientista pernambucano, professor Nelson Chaves, com base em exaustivos levantamentos feitos na região canavieira nordestina, já alertava sobre a deterioração das condições físicas daquela população, em consequência da desnutrição. A estatura média do homem variava entre 1,63m e 1,65m, e a da mulher entre 1,50m e 1,55m, quase chegando ao pigmeu, cuja estatura média é de 1,48m. Quanto ao QI médio da população, mal chegava aos 70, ou seja: no limiar da debilidade mental.

Tal quadro é resultante da miséria e do descaso com que são tratadas as populações carentes do nosso País que lutam com a fome e a doença sem ter como resolvê-las, irremediavelmente incapacitadas para o pleno desenvolvimento físico e intelectual. Esse universo de extrema privação é ainda agravado pelo atraso econômico, social e político, onde a rotina da morte por desnutrição nem chega sequer a comover mais.

Por outro lado convivendo com doenças consideradas modernas, como a AIDS, que já lhe dá um vergonhoso segundo lugar nas estatísticas mundiais, o Brasil conseguiu erradicar, além da desnutrição, a lepra, a malária, a tuberculose, a sífilis, a poliomielite, e ainda vê eclodir um surto de febre amarela e uma epidemia de dengue. Tais moléstias atacam, preferencialmente, as populações de baixa renda, cujos organismos debilitados acolhem todos os tipos de invasões.

Outro não é o quadro da saúde dental. Aos 34 anos, a média de uma pessoa em cada grupo de quatro já necessita de dentadura postiça. Há, no País, cerca de um bilhão de dentes necessitando de tratamento; a incidência das cáries é quase igual à de um resfriado comum, a das infecções gengivais quase tão alta quanto à das cáries. A saúde da boca está infimamente ligada à saúde em geral. Dentes estragados podem ser responsáveis por moléstias como nefrite e reumatismo, doenças cardíacas e até por problemas da vista e calvície. Criança com dente cariado é uma intoxicada permanente, pois a cárie é um foco infeccioso tão sério quanto as amígdalas.

Muito poucos brasileiros privilegiados podem se dar ao luxo de freqüentar clínicas odontológicas particulares. A grande maioria da população vê-se forçada a procurar por atendimento em estabelecimentos oficiais para, quando muito, ter seu problema resolvido pela sumária extração do dente afetado.

Chamamos a atenção dos nobres colegas Constituintes para o fato de que cumpre ao Estado o dever e a obrigação de propiciar aos brasileiros carentes assistência médica e odontológica adequada, bem como conceder prioridade máxima aos programas de nutrição a gestantes e crianças, sob pena de incorrer no crime de assassinato dessa população.

Não são tais tarefas incumbências do INAMPS, mas do Estado. Assim, os recursos para fazer face às despesas públicas com a saúde devem ser obtidos, não através do recolhimento de taxas ou contribuições da população, mas da aplicação direta dos numerosos impostos já cobrados ao povo brasileiro.

Aproveitamos, pois, o ensejo da elaboração da nova Carta Magna, para deixar ali bem definidos, bem claramente, os deveres sociais do Estado, pois não existirá democracia neste País enquanto milhões de brasileiros morrem à míngua, enquanto lhes forem negadas condições de vida decentes e eutróficas, e assegurada a eugenia da nossa raça (Muito bem!§)

O SR. PRESIDENTE Arnaldo Faria de Sá: – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Ruberval Pilotto.

O SR. ROBERVAL PILOTTO (PDS – SC): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Se há um assunto para o qual devemos nós, os Constituintes, volver nossos olhares e trabalhar sobre o mesmo, de modo tal que, no texto da nova Constituição que há de ser em breve promulgada, esteja resolvido, é o dos proventos dos aposentados da Previdência Social e a maneira de calcular esses proventos. Não podemos de maneira alguma deixar passar esta oportunidade única, sob pena de nos julgarmos escravizadamente ao severo e implacável julgamento da História.

Todos nós sabemos que é injusto, sob todos os aspectos, o tratamento que os aposentados da Previdência Social têm sempre dela recebido, de modo tal que os seus proventos vão ficando cada vez mais defasados, à medida que o tempo passa e a grande injustiça que se comete, já há muito tempo, contra homens e mulheres que deram quase uma vida inteira no trabalho árduo de cada dia, vai se tomando cada vez maior. É tempo de nós repararmos de uma vez por todas essa injustiça.

No sentido de conceder uma oportunidade para o Poder Público se resgate dessa iniquidade, Srs. Parlamentares, estou na tribuna hoje para oferecer ao Ministro da Previdência e Assistência Social alguns subsídios para que ele tome a medida justa, antes que ela venha a fazer parte da nova Constituição.

É sabido que, de longa data, os servidores públicos civis, quer seja no âmbito federal, estadual ou municipal, aposentam sob, um critério muito mais humano, a saber, quando de sua aposentação, eles recebem proventos equivalentes ao salário que recebiam, quando na atividade. No momento em que o Poder Público passou, entretanto, a preferir servidores contratados sob a Consolidação das Leis do Trabalho, desviou-se largamente do bom caminho e passou a tratar esses servidores celetistas com a mesma iniquidade. Mas ainda há tempo de o Poder Público corrigir esse desvio.

No momento em que o Ministério da Previdência Social anuncia à Nação, e disto se vangloria (aliás, muito justamente), que ali não há mais déficit, que o gigantesco déficit anterior foi zerado e que a Previdência Social tem recursos para pensar em melhorar a situação dos seus aposentados, este é o momento para que o atual Ministro se consagre perante a História e dê o grande passo de tomar os proventos da aposentadoria com valor equivalente ao salário sobre o qual incide a contribuição do segurado, quando em atividade. Mesmo que a Previdência Social não tivesse recursos, o que o Ministro afirma que tem, ainda assim haveria solução, pois os encargos daí decorrentes poderiam ser atendidos com o destaque de cinco por cento (5%) da receita do FINSOCIAL em favor da Previdência Social. Não há, pois, por onde se escapar e a Previdência Social só não tomará essa justíssima medida se não quiser.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Paes de Andrade.

O SR. PAES DE ANDRADE (PMDB – CE.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

A morte silenciosa a voz do radialista Mardônio Sampaio, desaparecido na noite da última segunda-feira, dia 23, vitimado por problemas hepáticos. A voz de Mardônio se confundiu, durante trinta anos, com a própria imagem da **Rádio Verdes Mares**, onde ele foi admitido no dia 1º de agosto de 1957 na função de locutor.

Não é apenas a radiofonia cearense que chora, hoje, a morte de Mardônio Sampaio. Advogado atuante, e um líder sindical de forte presença no movimento trabalhista do Ceará, Mardônio tem a sua perda chorada também pelos meios jurídicos e pelo sindicalismo de Fortaleza.

Nascido no município de Caucaia, a 29 de outubro de 1935, Mardônio afirmou logo o seu talento e a sua invejável capacidade profissional, qualificações que o levaram, menos de um ano de seu ingresso na emissora, a ocupar o cargo de Chefe do Departamento de Jornalismo da **Rádio Verdes Mares**.

Após ocupar esse cargo por doze anos, Mardônio passou à condição de locutor-noticialista, tendo sido, durante vinte e cinco anos, o apresentador do noticioso "Rádio Notícias Verdes Mares" em três edições diárias, tendo sido, também, o primeiro profissional cearense a chefiar o Departamento de Jornalismo da **Televisão Verdes Mares**.

Ao tomar conhecimento da morte de Mardônio Sampaio, o Diretor Comercial do Sistema Verdes Mares de Comunicação, Mansueto Barbosa, distribuiu o seguinte comunicado:

"Mardônio era um profissional do mais alto gabarito, excelente chefe e excelente companheiro. Em toda a sua vida só fez amigos. Foi um profissional que se dedicou totalmente à empresa que o recebeu desde o início de sua trajetória. Sua perda é lamentável para toda a categoria de radialista cearenses"

Eleito no ano de 1984 pelos colegas "Radialista Padrão do Ceará", Mardônio era dotado de um timbre de voz inconfundível que marcou época na história do radiojornalismo no Estado do Ceará, tendo, ainda, exercido a Presidência do Sindicato dos Ferroviários em três gestões, atuando, sempre, de forma intimorata, na defesa dos interesses trabalhistas e previdenciários da numerosa categoria.

Morreu Mardônio Sampaio, mas com a sua morte não morre, porém, o exemplo de profissional digno e honesto, do locutor do vozeirão marcante e do excelente chefe de família que foi.

Por todos esses méritos é que desejamos enviar à esposa de Mardônio, a Srª Túlia de Marillac de Castro Menezes e aos quatro filhos que deixa, a expressão do nosso mais profundo pesar, convencido de que o seu exemplo frutificará em favor do aperfeiçoamento da radiofonia cearense e da luta sindical no Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Pedro Canedo.

O SR. PEDRO CANEDO (PFL – GO): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O sistema educacional brasileiro apresenta-se historicamente ligado ao sistema econômico. Assim, no final da década de vinte a economia bras-

leira se voltou para o mercado interno, assinalando-se o início da passagem de um modelo econômico meramente exportador para outro voltado para a satisfação do consumo interno, o chamado modelo de substituição de importações. Tal modelo caracterizava-se pela substituição da importação do produto acabado pela importação de equipamentos e **Know-how**. Nas economias autônomas o progresso tecnológico gera a acumulação de capital que, por sua vez, implica modificações estruturais decorrentes de alterações no perfil da demanda. Nas economias dependentes o processo é inverso: as modificações na composição da demanda que geram a acumulação de capital capaz, por sua vez, de gerar a modernização tecnológica. A questão da educação é colocada quando se questiona: que conseqüências pode ter para a evolução do sistema educacional o fato de o progresso tecnológico não ser o fator dinâmico do desenvolvimento? Partindo-se daí o que se percebe é que a escola brasileira evoluiu em função dos papéis que lhe reconhecia a economia. Constatou-se que enquanto perdurou o modelo exportador agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais.

A partir da segunda metade do século XIX, os países mais desenvolvidos implantaram a escola pública, universal e gratuita. Começa aí o papel do Estado como educador, exigência da sociedade industrial.

No Brasil com o advento do capitalismo industrial, que a Revolução de 30 acabou por representar, determinou o aparecimento de novas exigências educacionais. Se até então, dentro da estrutura oligárquica, a necessidade de instrução não era sentida nem pela população, nem pelas autoridades constituídas, a nova situação a partir da década de 30 alterou profundamente o quadro de aspirações sociais, em matéria de educação. É através da instrução, isto é, da educação escolar, que os indivíduos poderão ter preenchidas as condições básicas para o desenvolvimento do seu bem-estar, compreendendo desde o acesso aos bens culturais até à preparação para o trabalho e para o exercício de funções políticas requeridas pela sociedade. Não há como a sociedade preparar os indivíduos para a vida social e política, para a incorporação dos valores morais e culturais, para a aquisição de uma profissão adequada às necessidades de sobrevivência e bem-estar, de modo isolado ou informal, seja no seio da família, seja no de pequenos grupos comunitários.

Se a constituição da escola ocorre como decorrência de necessidades vitais da própria sociedade, ela se converte num direito dos indivíduos e num dever de toda a sociedade. Mas o que se viu no Brasil foi uma expansão desordenada do sistema escolar, processada de forma atropelada, improvisada, agindo o Estado mais com vistas ao atendimento das pressões do momento do que propriamente com vistas a uma política nacional de educação.

É a busca de expansão da produção e do consumo que concorre para produzir ciência, tecnologia e recursos humanos adequados aos interesses de setores priorizados nas políticas governamentais até o momento. O ensino agrícola é voltado para a melhoria da produção das grandes fazendas; a engenharia se volta para aumentar a produtividade das construções e por sua vez garantir maior rentabilidade ao capital; os meios de comunicações são estudados não para servir de instrumento de conscientização da população,

mas como instrumentos poderosos de formação e condução da opinião pública para sua adesão aos grandes projetos de interesses das grandes empresas, dentre elas a maior que é o aparelho do Estado.

A Constituição de 1967 contempla a educação em seu art. 176: "...a educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola".

No entanto, Srs. Constituintes, não trata da educação pré-escolar, primeiro passo para a caminhada rumo à escolarização. A necessidade da implantação do pré-escolar é reconhecida e solicitada pelos educadores brasileiros. O retardamento da ação do poder público nesse aspecto é reconhecidamente uma das causas da repetência e da evasão no ensino básico, principalmente da para a 1ª para 2ª série, onde o estudante da rede pública se ressentia da falta de preparo para a escolarização.

Não é demais relembrar os dados que revelam o estado precário da educação nacional.

– mais de 50% de alunos repetentes excluídos ao longo da 1ª série do ensino de 1º grau;

– cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 aos 14 anos fora da escola;

– 30% de analfabetos adultos e numeroso contingente de jovens e adultos sem acesso à escolarização básica;

– 22% de professores leigos;

– deficiente formação e aperfeiçoamento profissional de professores de todo o país;

– salários aviltados em todos os graus de ensino, particularmente dos professores da zona rural.

Pensar em formas de interferência na situação educacional contemporânea significa necessariamente enfrentar o problema de escassez da oferta e do fracasso escolar com que se tem defrontado a maioria da população brasileira. Estariam assim definidos os objetivos norteadores da elaboração dos planos de educação realmente comprometidos com a universalização da educação:

1. o aumento e a melhoria da rede física, tendo em vista garantir o acesso a toda a população na faixa etária de 6 a 16 anos, provendo-a dos necessários recursos materiais e humanos;

2. a diminuição do fracasso escolar, através da melhoria da qualidade de ensino, tomando-se como ponto de partida a realidade concreta de cada escola e o aluno concreto que a ela se dirige. Apesar desses objetivos constantes na maioria dos planos educacionais propostos nas últimas décadas, o resultado tem sido o mesmo nestes últimos 40 anos. Isto evidencia, no mínimo, a inadequação das estratégias propostas para o enfrentamento dos problemas em questão. O que deve ser estabelecido pelo Estado é a articulação com o real, de modo a permitir decisões políticas que efetivamente conduzam à universalização da educação básica, entendida como o acesso de todos ao saber socialmente elaborado.

A possibilidade desta universalização repousa em respostas para questões!

– Como trabalhar a relação entre desenvolvimento econômico, distribuição de emprego, renda, mobilidade da população, crescimento demográfico e oferta de educação de 1º e 2º Graus?

– Onde estão as crianças sem escola?

– Como substituir os velhos critérios clientelísticos para a expansão da rede física por uma metodologia que permita a localização da demanda?

– Como localizar a demanda de 5ª a 8ª série e 2º Grau, a partir da constatação de que esta clientela já está inserida no processo produtivo?

– Como resgatar a competência dos professores?

– Quais os critérios para a escolha e distribuição de material e de livros didáticos?

– Qual o conteúdo que deverá compor o currículo de uma escola comprometida com a formação do adolescente trabalhador?

O que a sociedade de uma maneira geral e os educadores em particular entendem é que cabe ao governo assegurar a manutenção e expansão do ensino público, dando ênfase à educação do pré-escolar adequada à realidade e as necessidades do Brasil.

A exemplo do ensino básico e 1º e 2º Graus a educação superior no Brasil também experimenta hoje problemas cuja magnitude e gravidade estão a exigir soluções urgentes: o papel do Estado em relação ao ensino superior também requer uma profunda reavaliação.

Uma reflexão maior sobre o ensino superior conduz necessariamente à questão da qualidade do ensino que é ministrado hoje pelas Universidades públicas e particulares e instituições isoladas. Os profissionais formados não têm sido absorvidos facilmente pelo mercado de trabalho devido à insuficiência dos conhecimentos adquiridos para o exercício das profissões às quais se habilitaram.

O que notamos é que são graves e emergências os problemas da educação brasileira. E é aqui, na Assembléia Nacional Constituinte que esses problemas deverão ser enfrentados, assegurando meios e recursos materiais para fazer da educação a prioridade fundamental da sociedade brasileira, buscando soluções práticas, exequíveis, reais e coerentes com as necessidades concretas do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Juarez Antunes

O SR. JUAREZ ANTUNES (PDT - R): – Srª Presidente, Srs. Constituintes:

O povo brasileiro está esperando que o governo comece a governar.

Depois do fracasso do Plano Cruzado o Governo se recolheu a uma imobilidade desconcertante. Parece que o Presidente Sarney jogou toda a sua força no Plano Cruzado e, diante do insucesso que não entrava no seus cálculos, decepcionado, abatido, tirou o time de campo.

Estamos numa nau sem rumo. O timoneiro parece que abandonou o posto e foi articular com a tripulação o que fazer. Mas o diabo é que já vamos para mais de três meses e ninguém sabe para onde vamos.

Os juros de mais de 20% ao mês estão levando os pequenos e médios empresários a uma situação insustentável; os pequenos produtores rurais acham-se desesperados. Já se registra uma quebra deirada em todo o País.

Enquanto os banqueiros cobram taxas abusivas de juros, os bancários lutam em greve para melhorar um pouco seus mínguaos salários.

É dramática a situação das mais diversas camadas da sociedade. Não podemos esperar que o governo fique eternamente a conciliar interesses de candidatos a Ministros, enquanto o povo fica a espera de solução para problemas tão sérios como o dos juros escandalosos que ai estão.

O povo quer o governo governando.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB - SC): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Na reunião com o empresariado nacional e multinacional, em São Paulo, no sábado, o Ministro da Fazenda Dilson Funaro teria ficado sob fogo cerrado e permanente, por parte dos convivas de Sua Excelência o Presidente José Sarney.

Mais ainda, está nas manchetes dos jornais que o Presidente do Citicorp, Sr. John Reed, também atua franca e abertamente para a derrubada de Funaro do Ministério que ocupa.

Ex-ministros da Velha República fazem críticas duríssimas, tecem comentários desairosos, e constróem frases de efeito, sibilinas e corrosivas, contra a pessoa do Ministro da Fazenda.

A vontade, o desejo de derrubar o Ministro é tão grande que ontem, a boataria sobre a sua queda então grande, que os mais desinformados de Brasília eram exatamente aqueles que imaginavam que Funaro ainda estava no Ministério.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, embora ache que este horário deveria ser usado apenas para tratar de assuntos da Assembléia Nacional Constituinte, o utilizo pela primeira vez para tratar de um assunto da conjuntura.

Que a crise é aguda, não há dúvida nenhuma, todos estamos certamente de acordo. Não sei se já houve crise igual à que estamos vivendo pelo menos nas cabeças das pessoas.

Esta é uma primeira ordem de considerações: vivemos um momento tumultuado, em que todos os setores vivem angústias, inquietações, perplexidades. Mas é sobretudo um momento em que a sociedade se movimenta, se mobiliza, pressiona, no espaço democrático existente. É um momento de eferescência social, de crise econômica, de dúvidas políticas, mas é um momento de liberdade.

A nação que reivindica e pressiona, com vigor e ansiedade, é a nação na plenitude das liberdades civis, políticas e democráticas. Esta é a verdadeira face da Nação. Nos 20 anos, desde 1964, dos quais muita gente não gosta nem de falar nem de lembrar, havia a paz, mas a paz "na marra", a paz das bocas silenciadas, a paz dos pântanos, dos cemitérios.

Hoje há a greve, a manifestação, a passeata, a inquietação social, mas no espaço de liberdade há a vida, há o exercício da cidadania. Há o conflito, é verdade, mas o conflito é aberto, porque a vida é assim, porque só na ditadura não há conflito.

Para os que dizem que tudo está errado, e muita coisa está errada mesmo, é bom lembrar que os grandes problemas que hoje estão em debate, não nasceram com Funaro, ou com a Nova República.

Tudo o que é preciso resolver hoje, com a maior urgência, vem de trás, e tem seus responsáveis naqueles que hoje ironizam o Governo, a Nova República, o Dr. Funaro.

E notem que não lhes fala alguém que ache que tudo vai no melhor dos mundos: acho que a greve dos bancários é justa, acho que foi lamentável o cerco das refinarias e portos por tropas armadas, reconheço que a situação dos servidores públicos é dramática, que há erros na política agrícola, que a reforma agrária é tímida, que o Governo é fraco, muitas vezes, para enfrentar os poderosos.

Quem lhes fala quer eleições para Presidente ano que vem.

Quem lhes fala entende que deveria haver uma reforma ministerial de profundidade, que a Aliança Democrática não existe mais, alguém que reconhece a situação desesperadora dos aposentados e pensionistas, dos pequenos e médios empresários. Alguém que não consegue compreender como as taxas de juros são tão altas, e não conse-

que ver nenhuma medida do Governo para rebaixá-las.

Eu sei que as coisas neste País vão mal. Que o Governo do PMDB, em que o meu Partido é parte, perdeu a credibilidade que já chegou a ter com o Plano Cruzado I. Eu sei, também, que o Cruzado I fracassou, e sei, por igual, que a maior responsabilidade é do Governo, do meu Governo.

Mas tenha o grande empresariado deste País a santa paciência: eles querem a cabeça de Funaro, mas não foram os trabalhadores, os agricultores, os funcionários públicos, os microempresários que produziram a crise, e destruíram o Cruzado.

Foram os banqueiros, os oligopólios, as grandes redes de supermercados, os grandes pecuaristas, as multinacionais que boicotaram e destruíram o congelamento dos preços.

É fácil de ver porque agora eles têm a ousadia de pedir ao próprio Presidente da República a destituição do Ministro.

E o Sr. Reed, do Citibank? Esse teve seus interesses contrariados com a moratória, e de tão poderoso, e de tão acostumado a tratar os povos de países como o Brasil como inferiores, e de ter total desprezo pela soberania de uma Nação, vai aos jornais e não esconde, e afirma que o melhor para o Brasil seria a saída de Funaro.

E esses ex-ministros da Velha República, com suas ironias, com suas frases maliciosas, o que fazem? É claro, de um lado defendem a política que eles levaram a efeito em todos estes anos, que é para defender a si mesmos. E assim fazendo, de outro, defendem os interesses que sempre defenderam, os dos grandes, os dos poderosos daqui e dos países do centro do Mundo.

A dívida externa não foi feita por Funaro, ou por Sarney, nem as suas condições, nem os seus juros extorsivos. A demanda atual e agudíssima pela Reforma Agrária se deve basicamente ao fato de que o regime de 1964 promoveu ao longo de toda a sua vigência a concentração das terras. A chamada fúria do leão começou há muito tempo, no regime militar. Os movimentos grevistas se multiplicam porque os salários dos trabalhadores ficaram comprimidos e foram arrojados sistematicamente no velho regime. Os agricultores estão em pé de guerra, porque as políticas do regime de 1964 contemplaram não eles, pequenos e médios agricultores, sempre os grandes estabelecimentos agropecuários, nacionais e multinacionais. Os aposentados e pensionistas lutam por recuperar o que lhes foi tirado antes de 1985. E assim por diante.

Creio, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que partidos como o PT, PDT, PC do B, PCB, PSB, têm autoridade e legitimidade para fazer suas críticas, e fazer oposição ao Governo.

Mas não esses de que falei neste pronunciamento. De algum modo, em alguma medida, interesses solidamente estabelecidos foram contrariados, estão sendo enfrentados. É verdade que de forma tímida.

Mas vejam como reagem os detentores dos privilégios: o jogo é duro implacável, e o principal alvo neste momento é o Ministro Funaro.

E só de ver quem são os inimigos de Funaro, para saber de que lado se deve ficar. O que se quer é o descrédito do Ministro, a sua queda, sobretudo nesse momento da moratória e da renegociação da dívida. Alguns poderosos deste País, e seus porta-vozes, ficam nervosos e intranquilos só por imaginar que os interesses que defendem, hoje, e defenderam sempre podem ser prejudicados.

Creio, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Constituintes, que este mais do que nenhum outro é o mo-

mento de apoiar e dar forças para o Ministro Funaro. Não é ele que desejam atingir: são interesses e privilégios outros que querem preservar.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte José Luiz Maia.

O SR. JOSÉ LUIZ MAIA (PDS – PI): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Recentemente, o Governo Federal anunciou um reajuste de 20% (vinte por cento) nos vencimentos dos Funcionários públicos, aplicando-lhes, assim, o mecanismo do denominado "gatilho" salarial. Com os 25% (vinte e cinco por cento) concedidos a partir de janeiro, a laboriosa classe teve uma atualização acumulada de 50% (cinquenta por cento) após a implantação do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986.

Entretanto, no mesmo período a inflação acumulada chegou a cerca de 62,3% (sessenta e dois inteiros e três décimos por cento), ficando os servidores com um prejuízo da ordem de 12% (doze por cento) nesse espaço de tempo.

Se tomarmos, porém, como ponto de partida o ano de 1979, quando foi instituída uma nova política salarial para o País, verificaremos que a satisfação do funcionalismo da União é insustentável, pois hoje percebe apenas o correspondente à quarta parte do que recebia em 1979.

É o que nos demonstra o estudo anexo, elaborado pela Assessoria Legislativa da Casa, que levou em conta os reajustes gerais concedidos e os índices de inflação de cada um dos anos antecedentes. De uma base inicial de 100 (cem), em 1979, o vencimento real da classe caiu para 24,34 (vinte e quatro inteiros e trinta e quatro décimos) em fevereiro de 1987.

Parece incrível, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, mas é a dura realidade.

Tratamento tão injusto, nobres Colegas, é a causa provável da deterioração do serviço público no Brasil, com a queda de qualidade, o desinteresse, a insatisfação, a dificuldade de recrutamento e todas as demais distorções que hoje caracterizam a máquina administrativa oficial.

Fala-se muito nos objetivos de profissionalização e valorização do servidor. Mas isso somente será possível quando tiver restabelecida sua dignidade salarial, com remuneração que lhe permita, pelo menos, satisfazer as necessidades básicas da família e ter alguma esperança de ascensão funcional e social.

A proletarização do servidor é evidente, nobres Colegas, levando às raias do desespero milhões de brasileiros, que são obrigados a renunciar aos mais elementares direitos de qualquer cidadão.

Por isso, o Governo Federal haverá de sensibilizar-se com as legítimas reivindicações dos servidores públicos, adotando as medidas que se fazem necessárias para devolver-lhe o ânimo e a esperança por melhores dias.

Aliás, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a futura Carta Magna deverá consagrar princípios que garantam a dignidade do servidor público, tanto em termos de salário, como de condições de trabalho, de aperfeiçoamento e permanente atualização profissional.

Aproveitamos a oportunidade, nobres Colegas, para registrar nosso apoio e solidariedade aos diversos movimentos reivindicatórios desencadeados pelos trabalhadores brasileiros, que não têm outra saída senão a paralisação, para tentar conseguir remuneração condigna e outras contraprestações pelos serviços que prestam diariamente em todos os setores da vida nacional

a que se refere o Sr. José Luiz Maia em seu discurso:

REAJUSTE DOS VENCIMENTOS
DOS SERVIDORES PÚBLICOS VERSUS INFLAÇÃO

1980 - 1987

ANO	REAJUSTE DOS VENCIMENTOS	INFLAÇÃO DO ANO ANTERIOR	ÍNDICE DOS VENCIMENTOS (1979=100)	ÍNDICE DE PREÇOS (1978=100)	VENCIMENTOS REAIS
1979	—	—	100,0	100,0	100,0
1980	56,25	77,2	156,25	177,20	88,18
1981	73,00	110,2	270,31	372,47	72,57
1982	96,00	95,2	529,81	727,07	72,87
1983	82,00	99,7	964,26	1.451,96	66,41
1984	172,25	211,0	2.625,19	4.515,59	58,14
1985	231,10	223,8	8.692,02	14.621,49	59,45
1986	87,27	235,1	16.277,54	48.996,60	33,22
1987	25,00	70,6	20.346,93	83.588,20	24,34

Fonte: Assessoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Davi Alves Silva.

O SR. DAVI ALVES SILVA (PDS – MA): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Ocupo esta tribuna para dizer que no encontro que tive com o Presidente da Caixa Econômica, Dr. Marcos Freire, fiz as seguintes reivindicações para atender à população dos municípios de: Imperatriz, João Lisboa, Açailândia, Santa Luzia, Monção, Santa Inês, Bacabal, Estreito, Porto Franco, Carolina, Balsas, São Raimundo da Mangabeira, Amarante e Grajaú:

Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e equipamentos para coleta de lixo.

Inicialmente, o Presidente Marcos Freire solicitou a presença dos prefeitos daqueles municípios, para que se formalizasse as reivindicações junto a toda a Diretoria. Concordando com os pontos de vista de Marcos Freire, declarei que nos Municípios de Imperatriz e João Lisboa, Educação e Saúde, precisa de maior apoio do Governo Central, principalmente nos povoados de Olho d'Água

dos Martins, Popelândia, São Félix, Petrolina, São Francisco, Domingão, Cidelândia, Gavião, Centro do Abraão, Cuverlândia, Marreco, Jatobazinho, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca, Primeiro Cocal, São João do Andriobal, Trecho Seco, Brejão, Lagoa Verde, Camaçari, Bebedouro, Bananal e Ribeirãozinho. Todos no Município de Imperatriz. Sendo que: Centro dos Carros, Centro do Toinho, Arapuri, Nova Brasília, Mucuíba, Tanque, Buritirama, e Centro Novo, estão situados no Município de João Lisboa. Esses povoados merecem uma atenção toda especial do Deputado Davi Alves Silva, no sentido de procurar recursos do Governo Federal aqui mencionados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Constituintes, sabemos que a Caixa Econômica Federal tem condições de dar prioridade à Saúde, Previdência Social, Educação, Área do Trabalho, nas áreas do interior, dentro dos programas abaixo relacionados:

Prioridade 1 – área de Saúde e Previdência e Assistência Social: – Programa de saúde/Saneamento para extensão de cobertura com ações

primárias de saúde, nível primário e secundário (posto de saúde, unidade integrada de saúde, Hospital-Geral de pequeno e médio portes) e com prioridade à atenção materno-infantil; – projetos especiais referentes à saúde materno-infantil, alimentação e nutrição, combate a doenças transmissíveis; – atendimento ao menor e ao idoso; – reabilitação profissional.

Prioridade 2 – área da educação e cultura; Programas e projetos à população rural e das periferias urbanas; – Ensino de 1º Grau, inclusive Pré-Escolar, – Ensino de 2º grau; – alimentação e material escolar; – Educação compensatória; – Educação Especial; – Ação Educativa-Cultural de ampla cobertura.

Prioridade 3 – área do trabalho: – Apoio à Cooperativas de trabalho e microempresas; – apoio a Sindicatos de empregados, para prestação de serviços a seus associados; – apoio a atividades artesanais; – apoio a Cooperativas de consumo ou organismos similares, destinados especificamente a atender populações de baixa renda; – aquisição de equipamentos de prevenção de acidentes do trabalho por pequenas e médias

empresas; – refeitórios e cozinhas em pequenas e médias empresas e pessoal desempregados.

Prioridade 4 – área do interior; Equipamentos urbanos não financiados por outras fontes; – equipamentos para coleta e destinação final de lixo, para cidades de pequeno porte; – programas de apoio à população migrante de baixa renda; – projetos de promoção de emprego urbano, em conjunto com o MTB; – sistema de abastecimento d'água para cidades com até 10.000 habitantes.

Ao finalizar, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, espero que os recursos, que têm órgãos financiadores como a Caixa Econômica Federal, sejam logo estendidos aos municípios e povoados aqui mencionados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Em homenagem às mulheres que comparecem a este Congresso Constituinte para entregar a "Carta das Mulheres", convidei para compor a Mesa da Constituinte, neste momento, as nobres Constituintes Abigail Feitosa, Irma Passoni, Wilma Maia, Rose de Freitas. (Palmas) E transfiro a Presidência dos trabalhos à nobre Constituinte Cristina Tavares, para que chame o próximo orador. (Palmas prolongadas.)

O Sr. Secretário Arnaldo Faria de Sá deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Constituinte Cristina Tavares.

A SRA. PRESIDENTA (Cristina Tavares): – Saúdo as mulheres que hoje vêm ao Congresso Nacional Constituinte para entregar as cartas às mulheres.

A Mesa aqui representada significa não apenas as 26 mulheres Constituintes, mas os nossos companheiros da Assembléia Nacional Constituinte, que também defenderão bravamente as teses das mulheres Constituintes. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTA (Cristina Tavares): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Nelson Aguiar.

O SR. NELSON AGUIAR (PMDB-ES. Sem revisão do orador.): – Sr.^a Presidente, Srs. e Sr.^{as}. Constituintes:

Na verdade, não nos inscrevemos para prestar uma homenagem às mulheres aqui presentes nas galerias da Assembléia Nacional Constituinte; queríamos abordar outro tema, mas que tem muito a ver com a luta das mulheres, com o direito das mulheres e com os deveres das mulheres.

Acabamos de consolidar uma proposta que estamos encaminhando à Assembléia Nacional Constituinte, com respeito aos direitos da criança, depois de havermos feito uma longa pesquisa em 36 Constituições do mundo civilizado, do bloco socialista e do bloco capitalista e de constatarmos que o Legislador Constituinte brasileiro, ao longo da história deste País, não teve o cuidado de inserir no texto das nossas Constituições, inclusive da Constituição em vigor, qualquer preceito e que dissesse respeito aos direitos da criança independentemente do direito da família.

É lamentável que a partir do art. 175, da atual Constituição, os autores da nossa Carta preocuparam-se apenas em fazer referência ao direito da família e ao direito da criança incorporado ao direito da família. Este é um vício que vem do Direito Romano, ao instituir a figura do Pátrio Poder e ao determinar que o Pátrio Poder fosse exercido pelo homem e pela mulher, apenas na ausência do homem.

Precisamos com urgência, Sr.^a Presidenta e Srs. Constituintes, seguindo o exemplo das nações

modernas, individualizar o direito da criança para que ela, independentemente da existência ou não da sua família, no texto da Constituição e na legislação deste País, tenha os seus direitos assegurados como cidadãos e como indivíduos.

Depois de passar pela Presidência da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, depois de percorrer todo este País, de visitar 17 penitenciárias de menores, de vê-los, de dialogar com eles, de sentir o seu drama permanente e de saber que hoje, na atual legislação brasileira, nenhum amparo eles têm como sujeito de direito.

Trago o compromisso, Sr.^a Presidenta, de clamar aos colegas Constituintes para que nos lembremos de, nos atos de elaboração da futura Constituição deste País, inserir o direito da criança, para que ela possa ser sujeito de direito, independentemente de ter ou não uma família.

Quero saudar, também, na condição de filho e na condição de esposo, às senhoras presentes neste plenário e às colegas que ocupam a Mesa da Constituinte, para dizer que temos que tomar uma providência como cidadãos, como homem, como povo, enquanto Nação, para que o útero da mulher brasileira, da mulher pobre por certo, não continue a ser o útero maldito, a produzir filhos para o abandono, filhos para a morte, filhos para o ódio, como temos hoje milhões neste País! Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Nelson Aguiar a Sr.^a Constituinte Cristina Tavares deixa cadeira de presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – No próximo segmento, chamaremos apenas as nobres Constituintes. Inicialmente, a Constituinte Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Gostaríamos de fazer algumas colocações porque, para a nossa alegria, hoje, temos representantes de todos os Estados brasileiros aqui presente, mulheres que fizeram um ano de discussão intensa, no Brasil inteiro, com todos os setores da sociedade e entregaram ao Presidente desta Constituinte Dr. Ulysses Guimarães, a Carta das Mulheres coordenada pelo Conselho Nacional do Distrito da Mulher.

Desejamos homenagear a vocês todas que estão representando 51% do povo brasileiro, que são as mulheres. Temos certeza de que as reivindicações que as mulheres trazem são reivindicações que fazem com que avancemos, que nós mulheres, companheiras dos homens, possamos somar, com a introdução no Direito Constitucional, a plena igualdade do Direito da Cidadania de homens e de mulheres, e de mulheres especificamente.

A Carta vai ser entregue a cada parlamentar e já foi entregue ao Presidente. As mulheres podem ter certeza que nós, as Constituintes desta Casa, lutaremos, batalharemos, para introduzir os itens que a luta das mulheres fez chegar a esta Casa, à Constituição, em várias Comissões e nos vários itens.

Saberemos honrar a luta de vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Concedo a palavra a nobre Constituinte Bete Azize.

A SRA. BETE AZIZE (AM – PSB. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, minhas companheiras de todo o Brasil:

Represento o Estado do Amazonas na Assembléia Nacional Constituinte e o faço com responsabilidade do maior Estado da Federação brasileira, não só com a responsabilidade mas também com a vontade de apressar, de fazer aquilo que todas as mulheres do Brasil gostariam de fazer.

Temos, aqui, nesta Assembléia, o dever e a obrigação de auscultar, de receber os subsídios, as evidências naturais de todos os problemas das mulheres brasileiras, para que nós possamos, nesta Constituição, abordar as questões mais fundamentais da mulher. Vamos começar dizendo a vocês que não será em vão a luta da mulher quando, com todos os percalços e sacrifícios, até mesmo contrariando posturas de partidos políticos que discriminam a mulher, porque a discriminação contra a mulher começa dentro dos partidos políticos.

Nós chegamos aqui com minoria, e não era isso que queríamos. Nós queríamos que mais da metade desta Constituinte fosse composta de mulheres, porque a mulher brasileira representa a maior fatia do eleitorado brasileiro. Mas, quero dizer a todos vocês que, apesar de sermos minoria nesta Assembléia, as nossas propostas, com absoluta certeza, irão fazer coro forte, firme, corajoso e altivo na consciência de todos os Constituintes desta Assembléia. E não vamos aceitar que ninguém aqui diga que por questões partidárias ou ideológicas se deixe de lado a questão da mulher brasileira que é prioritária e, principalmente, as mulheres do Norte e do Nordeste que têm no seu sangue o sofrimento de toda a Nação brasileira.

Nós gostaríamos que esta Casa hoje estivesse com a presença de todos os Constituintes, para que eles pudessem sentir de perto o calor que o Brasil todo hoje expressa através de vocês. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Com a palavra a nobre Constituinte Benedita da Silva.

A SR.^a BENEDITA DA SILVA (PT – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, minhas companheiras:

Neste momento, nós estamos tentando sensibilizar aqueles que detêm uma parcela do poder e que podem contribuir conosco numa justiça. Neste momento, nós estamos pleiteando apenas que sejamos ouvidas, assistidas e que conosco possam dividir aquilo que nós consideramos ser de fundamental importância para que tenhamos em conta de que existe justiça social.

Estamos pedindo o reconhecimento da cidadania, de quem há séculos está lutando para que possam verdadeiramente reconhecer a contribuição que nós temos dado a este País chamado grande País.

E, neste momento, é importante e fundamental que os Srs. Constituintes tenham em conta de que nós – e já tive oportunidade de, nesta tribuna, ter isto – somos as legítimas representantes naquelas que estão no anonimato hoje, mas que contribuíram consideravelmente para que os Senhores possam estar sentados nestas cadeiras. (Palmas.)

Queremos dizer que, neste momento, estamos entregando esta carta e compreendemos que ela não contém todos os nossos anseios e necessidades.

Sabemos que a Constituição não será uma panacéia que irá resolver os conflitos hoje existentes em nosso País. Mas, esperamos que os Srs. Constituintes tenham a sensibilidade de entender que conteúdo desta Carta representa o esforço co-

mum de nós mulheres, donas de casa, filhas, companheiras de luta do dia-a-dia de cada um.

Em 1932, tivemos uma presença marcante de Carmem Portinho... (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a se sensibilizasse e com a benevolência que lhe é peculiar, me concedesse apenas alguns segundos para concluir meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Eu só queria comunicar à nobre Constituinte, que já abri exceção convidando todas as companheiras para participarem da Mesa e houve um acordo de que cada uma falaria em apenas um minuto, para que todas falassem, porque vai terminar o horário e algumas poderão não falar.

Não é intransigência da Presidência: é apenas o espírito de participação de todas as mulheres do Congresso das Mulheres.

A SRA. BENEDITA DA SILVA: – Reconheço que V. Ex.^a não está sendo intransigente, mas estou usando de um dispositivo que também me é peculiar! Não custa pedir. (Palmas.)

E para concluir, quero dizer que Carmem Portinho, em 1932, entregava a Carta das Mulheres e cremos que de lá para cá nada mudou, hoje temos esta presença marcante em nossa Casa, temos também a Presidência do Conselho Nacional do Direito da Mulher, Jaqueline Pitanguy, temos as Deputadas Lúcia Arruda, Jandira Feghali e tantas outras que vieram de seus Estados para, mais uma vez, entregarem a cada um de nós, Constituintes, as cartas que esperamos, na Constituição de 1987, possam conter essa ansiedade, esse desejo, esse nosso grito.

Estamos falando e gostaríamos de pedir, por favor, nos entendam nesse desejo enorme que temos de caminhar juntos!

Muito obrigado. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Anna Maria Rattes.

A SRA. ANNA MARIA RATTES (PMDB – RJ. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, companheiros presentes, Constituintes, membros da Mesa que hoje tenho a grata satisfação de ver composta por mulheres: a primeira vez que este fato acontece nesse espaço.

Outra grata satisfação, histórico momento que deve ficar registrado na nossa história, pela primeira vez, na História do Brasil, dentro deste plenário, as mulheres são maioria porque ocupam as galerias. (Palmas prolongadas) e é este momento que eu queria saudar, conjuntamente com todos vocês, foi uma conquista das mulheres – sim – foi uma luta ferenha – foi – e vamos continuar lutando, vamos continuar brigando e assumindo o nosso espaço de igualdade. Mas eu não posso deixar de garantir aqui também o espaço para os nossos companheiros que hoje aceitam essa luta de companheirismo, de igualdade e de fraternidade. Eu queria consignar aqui esse espaço, porque tenho certeza absoluta que nós teremos líderes na nossa causa, companheiros fiéis, aquelas pessoas que fraternalmente nós poderemos dar as mãos e dizer: esses estão conosco na nossa luta que não é só da mulher, mas é de todo o brasileiro, pela igualdade neste País.

Gostaria de deixar consignada aqui, também, a presença das Deputadas Estaduais: Jandira Fegalle, Lucia Arruda e Herondi Pugliese, além de deixar também uma palavra lembrando o pronun-

ciamento da nossa colega Lídice da Mata do PC do B. que antes falou enaltecendo esse ato.

Então companheiras, o meu pronunciamento termina aqui, mas a nossa luta não. Ainda faltam lugares nessa galeria que precisamos ser ocupados para que nós tenhamos cada vez mais força e mais presença para levar adiante os nossos ideais e os nossos objetivos.

Muito obrigado, parabéns a vocês!
Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Myriam Portella.

A SRA. MYRIAM PORTELLA (PDS – PL. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Neste momento, saúdo as mulheres da galeria (palmas), e, como a primeira mulher Deputada Federal do Piauí, como mulher do Nordeste, neste momento reafirmo os meus compromissos de praça pública de lutar pelos direitos das mulheres, pela igualdade, e que a mulher tenha um posicionamento político, pois, à medida em que a mulher se afirma politicamente e esteja no centro das decisões, as condições de vida serão mudadas.

Mulheres que aqui vieram, que na próxima Legislatura não tenhamos apenas 25 mulheres, mas que estejamos aqui em pé de igualdade.

Aproveito a oportunidade para dizer aos nobres Colegas Constituintes que a luta da mulher não é a luta de confronto com os homens. Não! É luta para também construir o mundo em que vivemos. Queremos participar deste mundo, queremos construir a nossa sociedade, queremos modificar todo esse estado de coisas que estamos vivendo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Raquel Capiberibe.

A SRA. RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB – PA. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Companheiras e Companheiros Constituintes, que nos dão a alegria de compor a Mesa neste dia solene para todas as mulheres brasileiras:

Como mulher do Extremo Norte deste País, sinto-me orgulhosa de poder fazer parte deste grupo de mulheres que, hoje, neste momento histórico de nossa Pátria, compõe as Constituintes que lutarão na defesa dos direitos das mulheres brasileiras.

Nós, que somos a grande maioria de nossa Pátria, não somos fortes somente porque somos a grande maioria. Somos fortes, sim, Companheiras, porque partimos na dianteira com as nossas organizações, reivindicando os nossos direitos, fazendo com que todos reconheçam que a nossa luta não é para superar os homens, mas para que todos reconheçam a nossa igualdade, para que todos reconheçam os nossos direitos, os nossos reclamos. Portanto, constituinte realmente para valer tem que ter a palavra da mulher.

Vamos em frente, vamos continuar organizando-nos, para que sejamos reconhecidas, para que sejamos ouvidas, para que, no final desta Assembléia, os nossos direitos prevaleçam na nova Constituição do País. Muito obrigada, e vamos à luta. Companheiras. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO (PTB – RR. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, e Srs. Constituintes e minhas queridas amigas mulheres brasileiras: Sou da origem nordestina. Deixei o meu torrão natal e segui para Roraima, o Território de Roraima, que tem a menor população do Brasil, mas, com muito orgulho, hoje recebemos a nossa delegação, composta de doze mulheres que aqui estão para reivindicar os seus direitos. (Palmas.)

Como nós, mulheres constituintes, somos em minoria, quero hoje, conchamar os meus Colegas Constituintes para que as reivindicações das mulheres sejam apoiadas, porque, na hora em que as mulheres reivindicam os seus direitos, faz-no em favor da família e todos os senhores são filhos de mulheres, têm as esposas e têm as filhas mulheres. E quando partirem desta terra, V. Ex.^a irmão preocupados em saber como vão ficar as suas filhas, para não serem marginalizadas, para terem os seus direitos, igualmente ao direito dos homens, e elas tenham capacidade para ocupar os cargos.

Espero que todas essas mulheres que hoje se fizeram presentes continuem essa luta, principalmente minhas amigas roraimenses, nós, que vivemos tão distantes, naquele lugar tão longínquo, mas temos o orgulho de dizer: o nosso Território é lindo e tem uma área de 232 mil quilômetros quadrados para ocupar, para ser ocupado por brasileiros que estão vivendo sem terra, para acabar essa guerra na qual, muitas vezes, muitos inocentes morrem, porque não têm um lugar para morar.

Então, Roraima, está de braços abertos para que nós, mulheres, possamos reivindicar da Presidência da República subsídios para que se crie estrutura no nosso Território, para abraçarmos todo brasileiro que para lá quiser seguir.

Agradeço a esta Mesa que está composta por mulheres. A nossa luta não termina hoje. Hoje começou neste plenário e vai continuar por muitos e muitos dias. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes:

Saúdo a mulher em luta, saúdo a mulher brasileira na pessoa da sufragista de 1934. Aqui estamos, Dona Carmem Portinho, aqui estamos, as mulheres brasileiras, na luta da Assembléia Nacional Constituinte consciente de que não haverá mulher livre sem haver uma sociedade livre.

Portanto, a nossa luta é pela luta da liberdade e da democracia na sociedade brasileira. Saúdo a mulher brasileira no Conselho Nacional da Condição da Mulher. Saúdo as Deputadas Estaduais aqui presentes, e saúdo, sobretudo, homens e mulheres Constituintes, que temos a responsabilidade de em 1987 consignar na Carta Magna, na Lei Fundamental, a liberdade da sociedade e também a liberdade da mulher.

Seremos nós, mulheres, cidadãs de primeira categoria, seremos nós, mulheres em luta, cidadãs, que haveremos de escrever na Constituinte plena liberdade e contra a discriminação.

Portanto, Presidente Ulysses Guimarães, portanto, meus Companheiros da Assembléia Nacional Constituinte, temos a certeza e a segurança de que haveremos juntos de escrever na Carta Constituinte de 1987 a palavra Liberdade! (Palmas.)

Durante a discurso da Sr.^a Cristina Tavares, Constituinte, o Sr. Arnaldo Faria de Sá, Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Presidente Ulysses Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Com a palavra a próxima oradora, fazendo, antes um apelo, de vez que a sessão foi convocada para eleição, e há condições para que se faça. De forma que vamos ouvir as oradoras, pedindo que circunscrevam ao tempo marcado seus respectivos pronunciamentos, que agradam a todos nós, principalmente às nossas Companheiras, mulheres, que se encontram nas galerias, às quais saúdo neste instante.

Concedo a palavra à Constituinte Maria de Lourdes Abadia.

A SRA. MARIA DE LOURDES ABADIA (PFL – DF. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Parabenizo as mulheres brasileiras pela iniciativa de trazerem, as suas reivindicações, traduzidas nesta carta, para, num momento histórico, ser entregue àqueles que têm a responsabilidade de escrever a nova Constituição do Brasil.

Também parabenizo-as pela iniciativa da organização. É a semente da participação popular que está sendo lançada, neste momento, para que, com a força do povo, possamos garantir os compromissos que assumimos como cidadã, como brasileira e como política responsável nesta caminhada e neste desafio de escrever a nova Constituição do Brasil.

Neste momento, reafirmo, como o companheira e como Constituinte, o compromisso de luta, porque temos que reconstruir o nosso Brasil no seu aspecto social, no seu aspecto político e no seu aspecto econômico. Parabéns e contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Minhas companheiras de luta, nesta caminhada histórica, representando hoje, em Brasília, aquilo que foi expressado por inúmeras companheiras que por aqui passaram, minhas companheiras de trabalho, eu costumava, na minha caminhada política, em todos os lugares por que passava, lembrar um pequeno verso de Thiago de Mello: "Não é fácil para a língua encardida de esperança sair ao sol e lambe o sal da perseverança."

Aqui estamos nós, com esta carta em nossas mãos, trazendo a nossa esperança, trazendo as nossas reivindicações. Muitos foram os momentos de conquista e de trabalho para que tivéssemos a representação que temos nesta Casa, e ali está espelhado o retrato fiel da sociedade brasileira dos componentes dessa sociedade que somos nós mulheres. Sem nós não poderia existir essa sociedade que hoje clama por justiça. Nós, mulheres, que projetamos na vida de nossos filhos a luta pela liberdade, estamos aqui a pedir, estamos aqui a reivindicar, e também estamos aqui para mostrar o outro lado da sociedade, não o outro lado dessa moeda, não no sentido da competição, mas no sentido da nossa igualdade. Os nossos direitos estão aqui sendo reivindicados.

Nobres companheiros Parlamentares, a nossa luta não tem contraposição, não somos o outro lado da moeda. Somos as companheiras do dia-a-dia, somos as mães, as esposas, as irmãs, somos aquelas que acreditamos, com a nossa esperança firme, na luta do nosso cotidiano, do dia-a-dia.

Estamos aqui em número muito pequeno, em número muito restrito, mas em nenhum momento nos sentimos nesta Casa, Sr. Presidente, como se fôssemos minoria. Sempre nos sentimos aqui como se fôssemos a metade deste Brasil, deste Brasil que pulsa e clama por justiça social. Sabemos que sem a palavra determinante da mulher não haverá um rumo traçado e definitivo, porque não estará sendo ouvida, neste momento, a voz daquela que em nenhum momento esteve ausente do panorama político do nosso País.

Agradeço a presença de vocês. Homenajeio a Sr.^a Carmen Portinho, a nossa sufragista, e homenajeio as nossas Deputadas estaduais que estão presentes, homenajeio também, um homem que, mesmo não estando presente neste momento, não poderíamos estar falando aqui, agora, sem nós termos escrito previamente, um homem que simboliza o companheirismo e a solidariedade que temos recebido a cada dia nesta Casa. Aqui não existe a competição que lá fora é demonstrada. Todos estão conscientes de que a Constituinte é um avanço definitivo na vida política nacional. Todos aqui sabem que estaremos de mãos dadas para trazer e operar as grandes mudanças que estão sendo clamadas por nosso povo.

Agradeço ao companheiro que estava na Presidência há pouco, o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

São gestos como estes, Deputados, são momentos de solidariedade como estes que nos fazem sentir que estamos de ombro a ombro, lado a lado e haveremos vencer. Não é só pelo pensamento de Thiago de Mello, porque somos a síntese da ternura e da esperança desta Nação, pelos meus filhos, por aqueles que pretendo vivam numa sociedade muito mais justa do que vivemos até agora, haveremos de chegar aonde estamos querendo. Esta carta é mais do que um símbolo de documento. Essa carta sintetiza, sobretudo, as palavras de mais da metade da população que permaneceu trabalhando dia e noite para poder chegar a este Congresso e dizer: "Estamos aqui para lutar e para vencer ao lado de todos vocês, homens e companheiros de nossa vida, sem os quais não compreendemos uma sociedade igualitária".

Obrigada por terem vindo, muito obrigada por estarem conosco e sejam o objeto e o incentivo dessa luta, porque haveremos de ver não letras frias, distantes da vida e da realidade da mulher, mas letras reais que simbolizam a nossa tão clamada justiça, a nossa tão clamada igualdade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra à nobre Constituinte Wilma Maia.

A SRA. WILMA MAIA (PDS – RN. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as}. Constituintes mulheres que aqui estão presentes e que representam o Conselho Nacional do Direito da Mulher, Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais e todas as organizações de mulheres que hoje participam deste ato solene.

Ao ver aqui tantas mulheres, todas conscientes, todas certas da sua responsabilidade perante o nosso País, podemos afirmar, realmente, que o País está mudando, o País está mudando nesta hora em que estamos vivendo o momento de transição, e a mulher consciente participa dessa luta. Através das Parlamentares, como também da mobilização que é feita pelas entidades femininas, a mulher participa conscientemente para defender justiça social para o nosso povo, porque, sem justiça social, o nosso povo não poderá continuar vivendo da maneira que vive hoje.

Falo como nordestina, vivendo numa Região pobre e sofrida, onde existe uma discriminação muito grande e que nós, mulheres, conscientes dessa discriminação, vamos lutar para acabar com ela.

Falo, neste momento, também em nome de Lídice da Mata, da Bahia, que já se pronunciou nesta sessão, de Moema São Thiago, do Ceará, que também já falou nesta sessão e falo em meu nome pessoal, em nome do meu Estado, do querido Rio Grande do Norte, para dizer às mulheres que vamos continuar a nossa luta, porque precisamos mostrar que este País só poderá desenvolver-se se tiver a luta e a força da mulher.

Parabéns ao Conselho Nacional da Mulher, porque organizou este movimento, parabéns às entidades femininas que estão aqui com a sua força. Vamos continuar a nossa luta.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Com a palavra a nobre Constituinte Maria Lúcia.

A SRA. MARIA LÚCIA (PMDB – AC. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

Sou Deputada vinda do Acre, Estado carente onde existem mulheres que vivem de pés no chão, como muitas de vocês. Estou aqui em nome dessa mulher, estou pedindo, estou falando em nome dessa mulher, em nome das mulheres do campo, dessas mulheres que vivem sem assistência nenhuma, no meio do mato, sem que seus filhos possam ter escolas, sem hospitais.

É por isso que, hoje, estou aqui, com este mandato que talvez muitos dos Deputados aqui desconheçam. Fui cassada em 1969, e hoje o povo acreano me devolveu este mandato que me foi tirado pela Revolução de 64. (Palmas.)

É por isso que hoje estou aqui, nesta tribuna, defendendo vocês, mulheres que estão aqui, os filhos de vocês que estão em casa, sem alimento, sem remédio, sem escolas.

É por isto que eu hoje estou aqui, companheiros, graças ao povo acreano que me devolveu o mandato.

Não irei decepcioná-los, irei trabalhar por vocês em nome da mulher. Esta mulher que é sofrida, como eu, quando tive meu marido cassado, em 64 e hoje estou aqui defendendo vocês, porque foram vocês mulheres que me deram forças para estar aqui nesta tribuna, hoje. Muito obrigada a todos vocês e contem comigo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Srs. Constituintes e Sr.^{as} Constituintes:

Desejo, como Presidente da Casa, registrar este acontecimento de grande importância na vida política, principalmente na elaboração que se processa da futura Carta Magna deste País.

Saúdo as mulheres que aqui vieram, de todas as partes do Brasil. São bem-vindas. É uma presença que muito nos estimula. Agradeço a cooperação das 26 mulheres que integram historicamente, porque nunca ocorreu isso antes. (Palmas.)

Registrar a presença de figuras nacionais na luta pelos Direitos da Mulher que também estão na Casa: Ruth Escobar, Lúcia Arnandas, Minervina, Jandira Feghali, Jundy Poliose e, também, a Presidenta do Conselho Nacional da Mulher, Jacqueline Pitanguy e a sufragista Carmen Portinho.

Mais que um discurso de saudação são as palmas, os Constituintes em pé saudando a justiça

que será feita, através da Constituinte, à luta dos direitos e às reivindicações da mulher do Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa suspende a sessão por 15 minutos, no aguardo das cédulas para que se processe a votação.

(Suspensa às 17 horas e 55 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Está reaberta a sessão.

A lista de presença registra o comparecimento de 570 Srs. Constituintes.

Vai-se proceder à eleição dos demais membros da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Os Srs. Constituintes encontrarão, nas cabines indevassáveis, o material necessário para a eleição dos seguintes cargos: 1ª e 2ª Vice-Presidências. 1º, 2º e 3º Secretários e três suplentes de Secretários. As cédulas são destinadas a cada cargo.

As urnas ficarão na mesa, para o recebimento das sobrecartas.

Será considerado eleito aquele que obtiver maioria absoluta: 280 votos dos membros da Assembléia em 1º escrutínio e, em 2º escrutínio, por maioria simples, salvo para os suplentes de Secretários, pois para esses não é necessário o requisito da maioria absoluta.

Convido para escrutinadores os Srs. Constituintes Chagas Rodrigues, Bonifácio de Andrada, Vivaldo Barbosa, Nilson Gibson e Mello Reis. Solicito aos Srs. Líderes que indiquem fiscais à eleição. (Pausa.)

Vai se proceder à chamada.

O SR. VALMIR CAMPELO: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Valmir Campelo, para uma questão de ordem.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Com base no art. 2º, item i, solicito a V. Ex.^a que faça a verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A mesa lamenta indeferir o requerimento de V. Ex.^a, porque o que se está fazendo é uma verificação de presença para que a votação se faça. Essa verificação já está sendo iniciada.

Proceda-se à chamada.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra a V. Ex.^a, pela ordem, no processo de votação.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem, no processo de votação. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes:

Em nome do PFL, eu pediria a V. Ex.^a que esta votação fosse feita por Constituinte, e não assim feita a reboque, porque ninguém está sabendo quais são os Constituintes presentes neste Plenário. Esta votação precisa ser bem feita, Sr. Presidente; é necessário saber quais os Constituintes que estão aqui presentes. O nobre Constituinte Bonifácio de Andrada está chamando, aleatoriamente, de um modo que não se sabe quem está presente. Assim, eu pediria a V. Ex.^a que a chamada fosse feita pausadamente, e que o Constituinte

se manifestasse dizendo se está presente ou não, e dessa forma, em que ninguém sabe quem está presente para, mais tarde, não se dizer que esta votação não foi lícita. Dessa forma o PFL sente-se no direito de, amanhã, requerer anulação dessa votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa pondera ao eminente Constituinte que a chamada está sendo fiscalizada, está sendo feito o registro e esta é a maneira pela qual se tem procedido, na Câmara e na Constituinte, em outras votações. Sem dúvida nenhuma, os Constituintes têm uma noção de honra no cumprimento do seu dever que todos, inclusive V. Ex.^a, reconhecem.

Existe a possibilidade plena de fiscalização pelos Constituintes que foram designados, e também por funcionários.

Proceda-se à votação.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Permita-me, Sr. Presidente, para reforçar a minha tese, de perguntar ao nobre constituinte Bonifácio de Andrada, que está fazendo a chamada, se S. Ex.^a é capaz de dizer quais são os Constituintes até agora chamados, presentes ou não neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A questão de ordem já está resolvida. A votação está sendo feita à vista de todos, há fiscalização de todos.

Proceda-se à votação.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – À vista é uma coisa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Apelo para V. Ex.^a, no sentido de que a votação prossiga.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Pois não! Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre constituinte Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Peço a V. Ex.^a o encerramento da votação, porque não é possível que a gente fique a noite toda esperando até que se mande buscar o pessoal nos Estados, para que possam votar.

Pediria a V. Ex.^a encerrasse o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa encerrará assim que todos votarem.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Todos já votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa agradece a colaboração de V. Ex.^a, mas está atenta ao problema.

A Mesa vai descer a urna, para que o nobre Constituinte Iram Saraiva possa votar. (Pausa.)

A Mesa pede aos Srs. Constituintes que não tenham votado que o façam. (Pausa.)

Vai-se encerrar a votação.

Os Srs. Constituintes que não votaram queiram fazê-lo.

O Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Bonifácio de Andrada, Secretário.

O Sr. Bonifácio de Andrada, Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte Inocêncio Oliveira para uma questão de ordem.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

Volto, mais uma vez, a apelar a V. Ex.^a, para encerrar o processo de votação, porque todos estão vendo que está sendo muito lento. Não é possível continuar esse processo de votação dessa maneira. Dá margem a que, mais tarde, se peça o processo de nulidade desta votação. Está muito lento o processo.

Peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, a quem tenho na maior conta, encerre este processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa tem o testemunho da Casa de que cumpre com o seu dever. Já convocou-se, eventualmente, algum parlamentar presente, porque todos que estão presentes votaram, todos que estão presentes honraram esta votação com seu voto. De maneira que a Mesa encerra a votação.

VOTARAM OS SRS. CONSTITUINTES:

Abigail Feitosa – PMDB; Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Ademar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adylson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Affonso Camargo – PMDB; Agassiz Almeida – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Filho – PMDB; Aldo Arames – PC do B; Alexandre Puzyna – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aluísio Bezerra – PMDB; Aluísio Campos – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ana Maria Rattes – PMDB; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Augusto Carvalho – PCB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azeite – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andrada – PDS; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cristina Tavares – PMDB; Darcy Deitos – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Denisar Arneiro – PMDB; Dirce Tutu Quadros – PSC; Dirceu Carneiro – PMDB; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edivaldo Motta – PMDB; Edmilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Euclides Scalco – PMDB; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado –

PMDB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gonzaga Patriota – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Humberto Lucena – PMDB; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Iram Saraiva – PMDB; Irapuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jarbas Passarinho – PDS; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Castelo – PDS; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Uequed – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Guedes – PMDB; José Luiz Maia – PDS; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Paulo Bisol – PMDB; José Tavares – PMDB; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lavoisier Maia – PDS; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Peres – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Louremberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcos Lima – PMDB; Maria Lúcia – PMDB; Mário Covas – PMDB; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Fruet – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelton Frietrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gilson – PMDB; Nilson Sguarezzi – PMDB; Nion

Albernaz – PMDB; Noel de Carvalho – PDT; Octávio Elísio – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paulo Almada – PMDB; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Ruben Figueiró – PMDB; Ruy Bacelar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sérgio Werneck – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Sílvio Abreu – PMDB; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Ulysses Guimarães – PMDB; Valtor Pereira – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Vingt Rosado – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Virgílio Távora – PDS; Vitor Buaiç – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldir Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Vai-se proceder à contagem dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência anuncia que foram encontrados 312 sobrecartas. O número coincide com o de votantes.

Vai-se proceder à apuração.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Presidência vai proclamar o resultado da eleição.

O nobre Constituinte Mauro Benevides obteve 289 votos.

Em branco, 23 votos.

Total: 312 votos.

Proclamo eleito e empossado como 1º Vice-Presidente o nobre Constituinte Mauro Benevides.

O nobre Constituinte Jorge Arbage obteve 284 votos.

Em branco 28 votos.

Total: 312 votos.

Proclamo eleito e empossado como 2º Vice-Presidente o nobre Constituinte Jorge Arbage.

O nobre Constituinte Marcelo Cordeiro obteve 277 votos.

Em branco 35 votos.

Total 312 votos.

Proclamo eleito e empossado como 1º Secretário, o nobre Constituinte Marcelo Cordeiro.

087 O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – O nobre Constituinte Mário Maia obteve 260 votos.

Em branco: 52 votos.

Total: 312 votos.

Proclamo como eleito e empossado para 2º-Secretário, o nobre Constituinte Mário Maia.

O nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá obteve 293 votos.

Em branco: 19 votos.

Total: 312 votos.

Proclamo eleito e empossado para 3º Secretário o nobre Constituinte Arnaldo Faria de Sá.

Para suplentes de Secretário: Benedita da Silva, 250 sufrágios; Luiz Soyer, 260; Sotero Cunha, 225. A sucessão se fará pela ordem anunciada pelo Presidente: Benedita da Silva, 1º, Secretária de Suplente; Luiz Soyer, 2º Secretário de Suplente; e Sotero Cunha, 3º Secretário de Suplente.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP): – Peça a palavra, Sr. Presidente, para uma questão de ordem, antes que V. Ex.ª declare encerrada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Concedo a palavra ao nobre Constituinte, Gastone Righi.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB – SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes:

O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte não previu um ponto fundamental para todos nós e eu aguardei que V. Ex.ª declarasse o resultado da eleição, porque nos termos regimentais, a partir desse instante, começaram efetivamente os trabalhos constitucionais desta Assembléia.

Sr. Presidente, o Regimento Interno deveria ter previsto qual o sistema de Governo a ser adotado pela futura Constituição, sob pena de invalidarmos o trabalho de todas as Subcomissões e Comissões que dependem da definição quanto ao sistema de Governo a ser adotado, senão a Comissão de Poderes, a Comissão de Governo, a Instituição da União, a Ordem Econômica, todo o resto ficará realmente falho sem uma definição. Não é possível que uma nau parta de um porto sem que tenhamos o rumo, o destino, onde ela deseja chegar. E por isso estou oferecendo um Projeto de Resolução, – e esta é a minha questão de ordem – para que a Assembléia Nacional Constituinte defina em preliminar, qual o sistema de governo a ser adotado. Proponho o sistema parlamentar misto, mas outras emendas poderão ser acolhidas.

Sr. Presidente, ofereço este trabalho, então, como uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Alair Ferreira – PFL; Amílcar Moreira – PMDB; Bezerra de Melo – PMDB; Delfim Netto – PDS; Doreto Campanari – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Itamar Franco – PL; João Calmon – PMDB; Jorge Leite – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Maranhão – PMDB; José Richa – PMDB; José Teixeira – PFL; Jutahy Júnior – PMDB; Levy Dias – PFL; Lourival Baptista – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mauro Borges – PDC; Milton Lima – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Paulo Delgado

– PT; Ralph Biasi – PMDB; Roberto Jefferson – PTB; Sergio Nava – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Vinicius Cansanção – PFL

O S R . – PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Encerro a sessão, convocando a Assembléia Nacional Constituinte para uma sessão a realizar-se amanhã, às 9:00 horas a 30 minutos.

V – Encerra-se a Sessão às 19 horas e 55 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. CID SABÓIA DE CARVALHO NA SESSÃO DE 20-3-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR. SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB – CE Como Líder.): – Sr. Presidente, Srs. e Sr.^{as} Constituintes:

Há poucos dias, no Senado da República, nos preocupávamos com a situação do Banco do Brasil. Isto, em face da diminuição das atividades deste Banco, deixando principalmente os nordestinos à mercê da rede bancária particular, capaz de produzir as maiores explorações sobre os carentes, os que têm iniciativas dramáticas, no dramático cenário nordestino.

Hoje, caros amigos, caros companheiros da Assembléia Nacional Constituinte, vale aqui fazer um registro do que ocorre em Fortaleza, movimento não sobre o Banco do Brasil, mas respeitante ao Banco do Nordeste do Brasil, outra entidade, que se há diminuído abruptamente, nos últimos anos, com a redução de sua importância, com a redução de suas aptidões com a redução de suas atividades. Hoje sei, estão acontecendo manifestações diante da sede do Banco e os funcio-

nário protestam, inclusive com o apoio do Sindicato dos Bancários.

E como Constituinte, remeti ontem uma comunicação, da mais absoluta solidariedade, aos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil nesta hora em que saem da calma em que se encontravam para irem em busca da luta, visando restabelecer no cenário do Banco do Nordeste aquelas aptidões tão importantes para toda a Região.

Sem o Banco do Nordeste pleno, sem o Banco do Brasil na sua plenitude, os fazendeiros, os produtores, as pequenas empresas ou grandes empresas do Nordeste, ficarão à mercê das atividades dos bancos particulares. E nós sabemos como era salutar a atividade do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste nas suas carteiras específicas, especialmente porque os que procuravam estes investimentos, não caiam naquela malha de uma influência de raízes nunca perfeitamente determinadas, inclusive com as preferências das gerências, as gerências daqueles Bancos, sem seguirem um critério técnico, sem seguir os critérios da Lei. Ficamos assim, portanto, a mercê, meramente, da rede particular de Bancos, ante o amesquinhamento do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste.

Faço, portanto, este registro para prestar a solidariedade do PMDB, aos funcionários do Banco do Nordeste do Brasil na luta que estão desencadeando na Capital cearense, e de resto onde quer que haja uma agência do BNB.

Muito obrigado.

Era este o registro, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas) Composição da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte:

Presidente: Ulysses Guimarães
1º Vice-Presidente: Mauro Benevides

2º Vice-Presidente: Jorge Arbage

1º Secretário: Marcelo Cordeiro

2º Secretário: Mário Maia

3º Secretário: Arnaldo Faria de Sá

1º Suplente de Secretário: Benedita da Silva

2º Suplente de Secretário: Luiz Soyer

3º Suplente de Secretário: Sotero Cunha

Lideranças na Assembléia Nacional Constituinte:

PMDB – Líder – Mário Covas

Vice-Líderes: Euclides Scalco

Paulo Macarini

PFL – Líder – José Lourenço

Vice-Líderes: Fausto Rocha

Ricardo Fiuza

Geovani Borges

PDS – Líder – Amaral Netto

Vice-Líderes:

PDT – Líder – Brandão Monteiro

Vice-Líderes: Amaury Müller

Vivaldo Barbosa

PTB – Líder – Gastone Righi

Vice-Líderes: Sólton Borges dos Reis

Roberto Jefferson

PT – Líder – Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Líderes: Plínio Arruda Sampaio

José Genoíno

PL – Líder – Adolfo Oliveira

Vice-Líderes:

PDC – Líder – Mauro Borges

Vice-Líderes: José Maria Eymael

Siqueira Campos

PC do B – Líder – Haroldo Lima

Vice-Líder: Aldo Arantes

PCB – Líder – Roberto Freire

Vice-Líder: Fernando Santana

PSB – Líder: Jamil Haddad

Vice-Líder. Beth Azize

PMDB – Líder – Antônio Faria



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 36

SÁBADO, 28 DE MARÇO DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMARIO

1 – ATA DA 41ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE; EM 27 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão, anterior, que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

IV – Pequeno Expediente

ADROALDO STRECK – Repúdio a processo criminal movido contra o jornalista Flávio Tavares pela publicação de artigo sobre a colaboração de civis na repressão desencadeada pelas antigas Juntas Militares argentinas.

OSVALDO BENDER – Garantia, na futura Constituição, de tratamento prioritário ao setor agrícola.

PAULO MINCARONE – Apresentação de projeto de resolução, dispondo sobre o pagamento, aos Constituintes, de subsídios equivalentes à remuneração mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

RAIMUNDO BEZERRA – Sugestões alternativas apresentadas pela bancada cearense ao Plano de irrigação do Nordeste.

ÁTILALIRA – Apoio do orador aos bancários em greve. Revogação de benefícios e conquistas do Estatuto do Magistério do Estado do Piauí.

UBIRATAN AGUIAR – Definição da política salarial, em nível nacional, para o magistério.

FARABULINI JÚNIOR – Incapacidade de formulação, pelo Governo Central, de política de valorização da classe trabalhadora.

AMAURY MÜLLER – Inexistência de política agrícola governamental. Concessão, pela Presidência da Assembléia Nacional Constituinte,

de espaço para manifestação das lideranças rurais gaúchas.

ADYLSO MOTA – Artigo "O PDS", da autoria do Deputado Jarbas Lima, publicado no **Correio do Povo**, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

GERSON PERES – Eleição do Constituinte Jorge Arbage para o cargo de 2º Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Centésimo décimo primeiro aniversário de fundação do Jornal **A Província do Pará**.

HERMES ZANETI – Conveniência da saída do PFL do Governo. Apoio do orador às reivindicações do magistério gaúcho.

COSTA FERREIRA – Contrariedade do orador à tese da legalização do aborto no Brasil.

PAES LÂNDIM – Discurso do Ministro Rafael Mayer ao assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal.

NILSON GIBSON – Nova Encíclica Papal Redemptoris Mater

VICTOR FACCIONI – Proventos dos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

RUI BACELAR – Encaminhamento de proposta do orador para a futura Constituição.

NAPHTALIA ALVES – Criação de Comissão Permanente na Câmara dos Deputados para tratar do problema da assistência ao menor abandonado.

ASSIS CANUTO – Sustação da cobrança, pelo Governo, do empréstimo compulsório sobre a venda da gasolina e do álcool combustível.

SIQUEIRA CAMPOS – Omissão governamental na solução da crise econômico-financeira vivida pelo País.

NELTON FRIEDRICH – Solidariedade do orador aos bancários em greve.

V – Comunicações das Lideranças

AMARAL NETTO – Falta de credibilidade nas ações do Ministro Dílson Funaro, da Fazenda, na condução da política econômica. Irregularidades na compra, pelo BNDES, de ações da Trol.

CUNHA BUENO – Questão de ordem sobre encaminhamento de proposta de instituição, na futura Constituição, do regime parlamentar monárquico no País.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Cunha Bueno.

LÚCIO ALCÂNTARA – Discurso proferido pelo Constituinte Hermes Zaneti, no Pequeno Expediente, sobre saída do PFL do Governo.

FRANCISCO ROSSI – Apoio do orador aos bancários em greve. Equiparação salarial entre os servidores do Banco do Brasil e os do Banco Central.

PAULO MACARINI – Isenção do IPI e do ICM incidentes sobre aquisição de máquinas e veículos por Estados e Municípios. Apoio do PMDB à ampla sindicalização dos segmentos de trabalhadores. Atendimento governamental às reivindicações do setor agrícola. Repúdio do PMDB às insinuações sobre conduta do Ministro Dílson Funaro contidas na Comunicação de Liderança do Constituinte Amaral Netto. Encaminhamento, pelo Governo, ao Congresso Nacional, de novo plano econômico.

AMARAL NETTO – Uso da palavra nos termos do art. 55, inciso VII, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

AMAURY MÜLLER – Esclarecimentos à Casa sobre a intervenção feita pelo orador com relação à presença de mulheres nas galerias e na tribuna da Assembléia Nacional Constituinte. Prorrogação do prazo para pagamento das dívidas contraídas por microempresários, pequenos produtores e pessoas físicas.

VI – Sugestões dos Constituintes

AMARAL NETTO, CÉSAR CAIS NETO, UBIRATAN SPINELLI, DAVI ALVES SILVA, INOCÊNCIO OLIVEIRA, TELMO KIRST, PAULO MINCARONE, CUNHA BUENO, CHAGAS DUARTE, ANTÔNIO DE JESUS – Apresentação de sugestões à Assembléia Nacional Constituinte.

VII – Pronunciamentos sobre Matéria Constitucional

ASDRUBAL BENTES – Perspectivas da sociedade brasileira em relação à futura Constituição. Regionalização da reforma agrária.

JOFRAN FREJAT – Inoportunidade da modificação pretendida pelo Governo do Distrito Federal na legislação do Imposto de Renda sobre a Propriedade Territorial e Urbana. Consolidação política de Brasília.

GERALDO CAMPOS – O quadro social brasileiro e a futura Constituição. Reivindicações dos funcionários públicos civis e a reforma administrativa.

VIII – Encerramento.

Ata da 41ª sessão, em 27 de março de 1987

Presidência dos Srs.: Mauro Benevides, 1º-Vice-Presidente; Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente; Marcelo Cordeiro, 1º-Secretário; Mário Maia, 2º-Secretário;

ÀS 19:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Mauro Benevides – 1º-Vice-Presidente.

Jorge Arbage – 2º-Vice-Presidente.

Marcelo Cordeiro – 1º-Secretário.

Mário Maia – 2º-Secretário.

Acival Gomes – PMDB; Aداuto Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adyson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Alfonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Airtton Sandoval – PMDB; Albano Franco – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Alcenio Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyra – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizio Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annilbal Barcelos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antônio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antônio Carlos Mendes Thame – PFL; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antônio Salim Curiati – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo de Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Fioravante – PDS; Artenir Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azize – PSB; Bonifácio de Andrada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Ana – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dou

rado PMDB; César Cals Neto – PDS; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia de Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Del Bosco Amaral – PMDB; Délio Braz – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dionísio Hage – PFL; Dirce Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias – PDT; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Jorge – PT; Egidio Ferreira Lima – PMDB; Eliel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scalco – PMDB; Eunice Michales – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Êzio Ferreira – PFL; Fábio Lucena – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabullini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Feres Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; Floriceno Paixão – PDT; França Teixeira – PMDB; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Diógenes – PDS; Francisco Küster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Lede – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gandi Jamil – PFL; Gastone Righi – PTB; Genebaldo Correia – PMDB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do

B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocência Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irupuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Ivan Bonato – PFL; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jairo Azi – PFL; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jessé Freire – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Castelo – PDS; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Hermann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; João Rezek – PMDB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Vianna – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Dias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Maria Eymael – PDC; José Mauricio – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça de Moraes – PMDB; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Serra – PMDB; José Tavares – PMDB; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Magalhães Júnior – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varela

— PFL; Lavoisier Maia — PDS; Leite Chaves — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Leopoldo Perez — PMDB; Lezio Sathler — PMDB; Lídice da Mata — PC do B; Louremberg Nunes Rocha — PMDB; Lúcia Braga — PFL; Lúcio Alcântara — PFL; Luís Eduardo — PFL; Luis Roberto Ponte — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Luiz Freire — PMDB; Luiz Gushiken Luiz Henrique — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Marques — PFL; Luiz Soyer — PMDB; Luiz Viana — PMDB; Lysâneas Maciel — PDT; Maguito Vilela — PMDB; Maluly Neto — PFL; Manoel Castro — PFL; Manoel Ribeiro — PMDB; Mansueto de Lavor — PMDB; Marcelo Cordeiro — PMDB; Márcia Kubitschek — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Lacerda — PMDB; Marcondes Gadelha — PFL; Marcos Lima — PMDB; Maria de Lourdes Abadia — PFL; Maria Lúcia — PMDB; Mário Covas — PMDB; Mário de Oliveira — PMDB; Mário Lima — PMDB; Mário Maia — PDT; Marluce Pinto — PTB; Matheus Iensen — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Maurício Campos — PFL; Maurício Corrêa — PDT; Maurício Fruet — PMDB; Maurício Nasser — PMDB; Maurício Pádua — PMDB; Maurício Ferreira Lima — PMDB; Mauro Benevides — PMDB; Mauro Campos — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Mauro Sampaio — PMDB; Meira Filho — PMDB; Mello Reis — PDS; Mendes Botelho — PTB; Mendes Ribeiro — PMDB; Messias Góis — PFL; Messias Soares — PMDB; Moema São Thiago — PDT; Moysés Pimentel — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL; Myrian Portella — PDS; Nabor Júnior — PMDB; Naphtali Alves — PMDB; Narciso Mendes — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nelson Carneiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Seixas — PDT; Nelson Wedekin — PMDB; Nelton Friedrich — PMDB; Nestor Duarte — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Nion Albernaz — PMDB; Nivaldo Machado — PFL; Noel de Carvalho — PDT; Nyder Barbosa — PMDB; Octávio Elísio — PMDB; Odacir Soares — PFL; Onofre Corrêa — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Orlando Pacheco — PFL; Oscar Corrêa — PFL; Osmar Leitão — PFL; Osmir Lima — PMDB; Osmundo Rebouças — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Osvaldo Sobrinho — PMDB; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Ottomar Pinto — PTB; Paes de Andrade — PMDB; Paes Landim — PFL; Paulo Macarini — PMDB; Paulo Marques — PFL; Paulo Mincaroni — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Paulo Roberto — PMDB; Paulo Roberto Cunha — PDC; Paulo Silva — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Percival Muniz — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Plínio Martins — PMDB; Pompeu de Souza — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Rachid Saldanha Derzi — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Raimundo Lira — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Raquel Cândido — PFL; Raquel Capiberibe — PMDB; Raul Belém — PMDB; Renan Calheiros — PMDB; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Rita Furtado — PFL; Roberto Balestra — PDC; Roberto Campos — PDS; Roberto Freire — PCB; Roberto Rollemberg — PMDB; Roberto Torres — PTB; Roberto Vital — PMDB; Rodrigues Palma — PMDB; Ronaldo Aragão — PMDB; Ronaldo Carvalho — PMDB; Ronan Tito — PMDB; Rosa Prata — PMDB; Rose de Freitas — PMDB; Rospide Netto — PMDB; Rubem Branquinho — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Ruy Bacelar — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Sadie Hauache — PFL; Sandra Cavalcanti — PFL; Sarney Filho — PFL; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Sérgio Werneck — PMDB; Severo Gomes — PMDB; Sigmaringa Seixas — PMDB; Simão

Sessim — PFL; Siqueira Campos — PDC; Sólón Borges dos Reis — PTB; Sotero Cunha — PDC; Tadeu França — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Teotônio Vilela Filho — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Ubiratan Spinelli — PDS; Uldurico Pinto — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Valmir Campelo — PFL; Valter Pereira — PMDB; Vicente Bogo — PMDB; Victor Faccioni — PDS; Victor Fontana — PFL; Vingt Rosado — PMDB; Virgildásio de Senna — PMDB; Virgílio Galassi — PDS; Virgílio Távara — PDS; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT; Waldec Ornélas — PFL; Wilma Maia — PDS; Wilson Martins — PMDB; Ziza Valadares — PMDB.

O SR PRESIDENTE (Mauro Benevides): — A lista de presença registra o comparecimento de 182 Senhores Constituintes.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

O Sr Nilson Gibson, servindo como 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão antecedente, que é assinada.

O SR PRESIDENTE (Mauro Benevides): — Passa-se à leitura do expediente.

O SR MARCELO CORDEIRO, 1º Secretário, procede à leitura do seguinte.

III — EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR PRESIDENTE (Mauro Benevides): — Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Constituinte Adroaldo Streck.

O SR ADROALDO STRECK (PDT — RS. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nos últimos tempos aprendi a ver no farto bigode do Presidente Alfonsín o símbolo do restabelecimento da democracia na América Latina.

Hoje, ocupo a tribuna desta Assembléia Nacional Constituinte para dizer que já não estou acreditando muito no Governo de um Presidente que, guiado pelo voto popular, veio para representar o restabelecimento dos anseios democráticos da América Latina. Em Buenos Aires, uma farsa judicial visa a colocar na cadeia um jornalista brasileiro, Flávio Tavares, por ter escrito, como correspondente da "Folha de S Paulo", artigo onde coloca, naquele país, a convivência de civis com as juntas militares, de triste memória. O processo, instalado em 1985 em virtude de um artigo publicado no Brasil por um jornal que não circula em Buenos Aires, está levando a justiça argentina, não se sabe por que interesses escusos, a ameaçar a liberdade de um profissional da imprensa brasileira. O assunto já foi debatido em várias oportunidades. O próprio Presidente deste Congresso Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, no ano passado, telegrafou ao Presidente Alfonsín e ao Deputado Juan Carlos Pugliese, lembrando que a aberração consistia em transformar um juiz argentino em censor da imprensa brasileira.

Recordo-me de que, na condição de jornalista profissional que sou, em julho do ano passado, fiz a cobertura da visita do Presidente Sarney a Buenos Aires. Nós, jornalistas, entregamos um

documento ao Presidente Alfonsín, em que dizíamos ser um absurdo o que se pretendia fazer com o jornalista Flávio Tavares, naquele país. O próprio Presidente José Sarney intercedeu junto ao Presidente Alfonsín.

Inúmeras manifestações poderia colocar aqui aos Srs. Constituintes, como por exemplo a do Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, em artigo publicado nos jornais "O Estado de S. Paulo", "Folha de S. Paulo" e "Jornal do Brasil", no ano passado. Disse ele textualmente, sobre o processo a que responde Flávio Tavares, em Buenos Aires:

"Flávio foi preso político no Uruguai em 1977/78. Aparentemente, o processo criminal de agora, iniciado na Argentina por um cidadão uruguaio, que era tão íntimo da ditadura, só pode ser um ato de vingança pessoal e política contra o jornalista brasileiro."

Lembro a V. Ex.^{as} uma outra passagem, da qual participei também, em 1978. Flávio Tavares estava preso no Uruguai. Também lá estivemos fazendo uma cobertura da visita do Presidente Ernesto Geisel. E o próprio Presidente brasileiro intercedeu junto a Aparício Mendes, então Presidente do Uruguai, para que o jornalista fosse libertado. Finalmente, foi libertado, em razão de uma campanha de mobilização da opinião pública internacional, liderada por S.S. o Papa Paulo VI, pelo Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, e, inclusive, pelo então Primeiro-Ministro de Portugal, hoje Presidente Mário Soares, em visita ao Brasil.

Ao concluir, Sr. Presidente, quero pedir o auxílio de todos os Srs. Constituintes para que assinem o documento que redigi e que poderá ser revisado ou merecer algum acréscimo pelos Srs. Constituintes, se for o caso, endereçado ao Presidente da Argentina, Raul Alfonsín, e ao Sr. Juan Carlos Pugliese, Presidente da Câmara argentina.

O documento que vou ler será redigido, com o mesmo texto, ao Presidente Argentino e ao Presidente da Câmara dos Deputados.

Brasília, 27 de março de 1987.

Sr. Presidente, ao enviar a Vossa Excelência nossas saudações, nós, abaixo assinados, Deputados Federais e Senadores Constituintes, representando diferentes partidos políticos com assento no Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, externamos nossas preocupações pela situação em que se encontra na Argentina o jornalista brasileiro Flávio Tavares, submetido às vexações de um processo criminal por haver publicado na "Folha de S. Paulo" um artigo sobre a colaboração de civis na repressão ilegal desencadeada pelas antigas Juntas Militares Argentinas.

O jornalista brasileiro limitou-se a fazer comentários e análises em torno de depoimentos públicos, prestados no julgamento das Juntas Militares, através das páginas de um jornal que não circula na Argentina e que no País onde é impresso e editado, o Brasil, não está submetido a nenhum tipo de censura.

Com a convivência do Procurador "Fiscal" que representa o Estado, o Juiz do 20º Juizado Criminal de Buenos Aires, aceitou embutes e enganos para, falsa e equivocadamente, supor que a "Folha de S Paulo" circula na Argentina. Assim, num ato insolito, que fere a soberania do Poder Judiciário Brasileiro, os Tribunais Argentinos alegam ter competência para decidir, julgar, sobre supostos delitos cometidos no Brasil.

É de nosso conhecimento que o processo contra o jornalista brasileiro — que é também professor da Universidade de Brasília — está repleto de irregularidades.

Em ocasião anterior, o ilustre Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados e da Assembléia Nacional Constituinte, e o próprio Presidente da República, Dr. José Sarney, já externaram suas preocupações pela situação anômala a que está submetido o jornalista brasileiro na Argentina.

Confiamos que Vossa Excelência, com a tradição democrática que encarna sua figura pessoal, saberá tomar em conta nossas preocupações, evitando que se consumam atos injustos, que só poderiam empanar as relações fraternas de nossos dois povos e governos.

Cordialmente."

É este o documento que gostaria que o Srs. Constituintes assinassem, para que imediatamente, se passe um deles ao presidente argentino e outro ao Presidente da Câmara dos Deputados, bem como se institua uma comissão de Srs. Constituintes para, na próxima segunda-feira, solicitar uma audiência especial ao embaixador argentino em Brasília.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR OSVALDO BENDER (PDS — RS. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, estamos agora com espaço aberto para a apresentação de projetos para a nova Constituição. Desta tribuna, por várias vezes referi-me à prioridade da produção primária, especialmente a agrícola, que, em nossa opinião, deve ser prevista na nova Constituição. Se bem que tenhamos inúmeras leis que não são cumpridas, pior será ainda se não tivermos previsão. Acredito que realmente essa parte será cumprida pelas autoridades.

Nosso projeto está sendo apresentado por nossa bancada do PDS do Rio Grande do Sul e contém apenas quatro itens. Diz o seguinte:

"Art. É assegurado ao setor agrícola tratamento prioritário, através das seguintes medidas:

I — prioridade em linhas e programas de crédito a juros subsidiados, em especial para os produtos destinados ao consumo interno;

II — garantia de preços compensadores para o produtor;

III — subsídios para os produtos básicos para a alimentação, garantindo-se seu baixo custo à população;

IV — seguro para o produtor rural, a ser regulamentado em lei."

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Constituintes, apenas em quatro itens poderemos prever garantias já previstas pelo próprio Estatuto da Terra. Por exemplo, o Estatuto da Terra prevê lucro de 30% para o nosso produtor, o que, lamentavelmente, não vem acontecendo. Portanto, essa matéria vem ao encontro do próprio Estatuto da Terra e vai garantir, através da Constituição, segurança ao nosso produtor rural. Evidentemente, além dessas prioridades, ele precisa de muito mais. São assuntos para outros projetos, quais sejam o da Previdência Social, o do lazer, o das mínimas condições necessárias para que tenha segurança e garantia para ocupar a terra. O mais importante é o seguro agrícola. Por exemplo, nosso trabalhador, durante meses, investe tudo o que tem naquela terra, assume compromissos e, quando me-

nos espera, vem uma seca e ele nada colhe. Existe um seguro através do Proagro tão-somente para saldar o banco. O banco, que concedeu o financiamento, vai-se ressarcir dos seus prejuízos, mas o produtor ficará entregue à própria sorte, sem condições de manter a família. Então, acontece o êxodo rural: ele vende a qualquer preço a sua terrinha e vai em busca de emprego nos grandes centros, ajudando a reforçar o cinturão de miséria.

Com esses argumentos queríamos justificar a apresentação deste projeto de lei.

(PROPOSTA A QUE SE REFERE O ORADOR)

PROPOSTA À ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Inclua-se, onde couber:

Art. É assegurado ao setor agrícola tratamento prioritário, através das seguintes medidas:

I — prioridade em linhas e programas de crédito a juros subsidiados, em especial para os produtos destinados ao consumo interno;

II — garantia de preços compensadores para o produtor;

III — subsídios para os produtos básicos para alimentação, garantindo-se seu baixo custo à população;

IV — seguro para o produtor rural, a ser regulamentado em lei.

Justificação

No momento em que o País atravessa uma de suas fases econômicas mais difíceis, não nos devemos esquecer do papel que a agricultura já desempenhou e pode vir a desempenhar entre nós.

Não obstante, desde o período colonial, a agricultura nunca teve como meta prioritária alimentar nossa população. Seu objetivo tem sido sempre gerar divisas e a produção de alimentos para o consumo interno é sempre limitada ao mínimo indispensável para a manutenção e reprodução de nossa força de trabalho.

Ressalte-se ainda que, com os preços dos alimentos artificialmente tabelados para baixo, sua produção permaneceu desestimulada.

Ademais, segundo estudo realizado pelo Professor Fernando Homem de Melo, da Universidade de São Paulo, nossa agricultura não apresenta produtos em quantidade suficiente para atender à demanda interna de calorias e proteínas, de modo a garantir uma vida saudável ao brasileiro.

Entendemos, assim, que o novo Texto Constitucional que vamos elaborar deva assegurar ao setor primário prioridade de tratamento, através de crédito especial, de preços compensadores para o produtor e subsidiados aqueles produtos de primeira necessidade, para que cheguem à mesa de nossa população a baixo custo.

Também deve-se tornar norma constitucional o seguro rural, pois o Proagro é apenas um seguro de crédito rural, e o seguro rural, propriamente dito, não existe, portanto deve ser criado, para garantir ao produtor uma indenização justa e lucrativa, não apenas para pagar o Banco, mas para manter sua família e recomeçar de novo.

Sala das Sessões, de de 1987.

O SR PAULO MINCARONE (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a Constituição em vigor, que lamentavelmente ainda rege a vida do País, estipula em seu art. 33 que Deputados e Senadores perceberão o mesmo subsídio, dividido em parte

fixa e variável, e idêntica ajuda de custo, paga ao início e ao fim de cada sessão legislativa. Subsídio e ajuda de custo, portanto, constituem a única remuneração que pode ser paga aos parlamentares, já que outras formas de indenização não são autorizadas, quer pelo texto constitucional, quer pela legislação em vigor.

Trata-se de princípio incorporado à tradição constitucional brasileira que remonta, como demonstrei em trabalho distribuído na Câmara a todos os Srs. Deputados, à primeira representação política do País, que teve assento nas Cortes Constituintes de Lisboa de 1822. Esta prática, incorporada a todas as Constituições brasileiras, começou a ser violada quando, em sucessivas decisões, que em meu entender ferem o art. 33 da atual Constituição, a Mesa da Câmara aprovou atos normativos que disciplinam o pagamento de auxílio-moradia aos parlamentares que não dispõem de apartamento funcional, de auxílio-transporte aos Deputados que não dispõem de veículo de representação oficial, de verba mensal para material de expediente e para correspondência, pagas indistintamente a todos os Deputados.

Esses atos e decisões, cujos textos incorporo ao meu discurso, ferem duas vezes o art. 33 da Constituição, na medida em que esse dispositivo limita o pagamento às formas ali expressamente indicadas, e sobretudo porque estabelece uma diferença entre a remuneração paga aos Deputados e aquela que percebem os Senadores.

Como o dispositivo da legislação ordinária estipula que o desconto do Imposto de Renda incide apenas sobre a parte fixa do subsídio, hoje em torno de 6 mil cruzados, cria-se para os parlamentares, à semelhança do que igualmente ocorre com militares, diplomatas e magistrados, uma situação de privilégio que, além de odiosa, violenta a igualdade prescrita no art. 153, § 1º, da Constituição Federal.

Atento a todas essas circunstâncias, submeti à Mesa da Câmara dos Deputados, em sua primeira reunião na atual legislatura, proposta no sentido de se examinar a constitucionalidade desses pagamentos e indenizações adicionais, a fim de que, em face de manifestação negativa, como fatalmente ocorrerá, qualquer que seja a instância ouvida, submetêssemos a esta Assembléia proposta no sentido de se regular a matéria, enquanto durassem os trabalhos de elaboração e aprovação do texto constitucional, que fatalmente disciplinará de forma definitiva essa questão que tantos e tão freqüentes prejuízos causa à imagem pública da instituição parlamentar.

Por sugestão do eminente Presidente desta e daquela Casa, que afirmou não ter dúvidas quanto à inconstitucionalidade de tais pagamentos, fui autorizado a manter entendimentos com o Senador Fernando Henrique Cardoso, eminente Relator do Regimento Interno da Constituinte, a fim de que S. Ex.^a examinasse a viabilidade e a oportunidade de se disciplinar a matéria através de dispositivo regimental. Consultado, o ilustre Senador declarou não se opor a essa solução, desde que proposta neste sentido fosse subscrita pelos líderes de todos os partidos. Tomei a iniciativa de fazê-lo e obtive a concordância e a solidariedade dos eminentes líderes por mim pessoalmente consultados e que, naquela ocasião, se encontravam em Brasília. Quando voltei a tratar do assunto com o eminente relator de nosso Regimento Interno, recebi de S. Ex.^a a informação de que o Presidente Ulysses Guimarães estava conduzindo proposta diferente, que, em seu entender, resolveria o problema objeto de inquestionável polêmica e de permanente questionamento.

Uma vez que o Regimento terminou aprovado sem solver a questão dos subsídios, e considerando, sobretudo, antigas praxes, incompatíveis com as disposições constitucionais em vigor que atingem indistintamente a todos os que exercem mandatos na Constituinte e no Congresso, estou tomando a iniciativa de submeter à Mesa, nos termos do Regimento, projeto de resolução dispondo que, a partir do dia 1º de março, e enquanto durarem os trabalhos da Constituinte, perceberemos apenas subsídios equivalentes à remuneração mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sujeitando-nos ao mesmo regime tributário já aplicado aos membros daquela Corte de Justiça. Suas Excelências têm assegurados, em face do art 61 da Lei Orgânica da Magistratura, vencimentos e vantagens pelo menos iguais aos de Ministros de Estado. O princípio da equivalência e da igualdade entre os Poderes justifica que os integrantes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário tenham paridade de remuneração e estejam sujeitos ao mesmo regime tributário.

Entendo, Sr. Presidente, que esta é a única forma de acabarmos de vez com as críticas procedentes de toda a sociedade, quer em relação a pagamentos e indenizações que a Constituição não permite, quer em relação à isenção tributária, que é inequivocamente injurídica e ilegítima.

Não podemos assistir passivamente, sem qualquer reação, à continuidade de uma prática que não encontra respaldo na lei nem nos princípios éticos que devem reger a atividade dos Constituintes, a quem a Nação delegou a histórica missão de restaurar o regime democrático. Se não somos solidários com o sistema político que a Nova República superou, não podemos ser solidários com as suas práticas, que a opinião pública, em reiteradas manifestações, repudia como contrárias à convivência democrática.

Peço que este projeto seja recebido como manifestação de nosso desejo de extirpar, de uma vez por todas, hábitos e normas que todos nós reputamos como incompatíveis com as nossas responsabilidades perante a Nação. Ou moralizamos os princípios de nossa própria remuneração, ou continuamos, como até agora, submissos e passivos a critérios com os quais não podemos concordar por inconstitucionais, ilegais, injurídicos, ilegítimos e violadores de todos os princípios éticos e morais a que estamos sujeitos.

Sr. Presidente, estou encaminhando a V Ex.^a projeto de resolução que dispõe sobre os subsídios dos membros da Assembléia Nacional Constituinte:

"Assembléia Nacional Constituinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 187

Dispõe sobre os subsídios dos membros da Assembléia Nacional Constituinte.

A Assembléia Nacional Constituinte resolve:
Art 1º Enquanto durarem os trabalhos de elaboração e aprovação do novo texto constitucional, os integrantes da Assembléia Nacional Constituinte perceberão mensalmente, a título de subsídios, importância equivalente à remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nela computados os respectivos vencimentos e vantagens.

Parágrafo único. Os subsídios de que trata esta Resolução estarão sujeitos ao mesmo regime tributário aplicado à remuneração dos Ministros do STF pela legislação em vigor.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1987."

Justificação

A suspensão das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, determinada pelo Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, criou situação de fato, superveniente e imprevista, em face das disposições constitucionais em vigor, relativamente à remuneração de seus membros.

Com efeito, determina o art 33 da Constituição em vigor que o subsídio parlamentar da Legislatura ordinária é "dividido em parte fixa e variável, e a ajuda de custo de Deputados e Senadores serão iguais e estabelecidos no fim de cada legislatura para a subsequente". Prescreve ainda o § 3º desse mesmo artigo que "o pagamento da parte variável do subsídio corresponderá ao comparecimento efetivo do congressista e à participação nas votações".

Subsídio fixo.....	Cz ⁵	6.330,55
Subsídio variável (Cz ⁵ 262,90 x 16).....	Cz ⁵	4.206,40
Ajuda de custo(1/12 de Cz ⁵ 13.970,40).....	Cz ⁵	1.164,20
Total.....	Cz ⁵	11.701,15

Não há outra alternativa, em face das disposições constitucionais em vigor, pois o subsídio variável só pode ser pago em razão do número de sessões efetivamente realizadas, e tanto a parte fixa do subsídio quanto a ajuda de custo não podem ser alteradas no curso da Legislatura.

Caracteriza-se, dessa forma, o fato novo e superveniente, na medida em que nem a Emenda Constitucional nº 26, que convocou a Assembléia Nacional Constituinte, nem o Regimento Interno ora aprovado dispõem sobre a remuneração dos Constituintes, durante a fase de elaboração e aprovação do novo texto constitucional.

A matéria tem que ser regulada através de Resolução da própria Assembléia, e esta não pode deixar de fazê-lo em termos de rigorosa isonomia com os demais poderes, adotando-se como padrão a retribuição mensal dos Ministros do STF, que, pelo art. 61, parágrafo único, da Lei Complementar nº 35 (Lei Orgânica da Magistratura), têm assegurados "vencimentos pelo menos iguais aos dos Ministros de Estado".

Este é o fundamento do presente projeto, que visa a tornar transparente e inequivocamente prescrita em ato próprio e específico, de competência da própria Assembléia Nacional Constituinte, a remuneração de seus integrantes, sujeitando-a ao mesmo regime tributário que vigora tanto para o Poder Executivo quanto para o Poder Judiciário. Com esta Resolução regula-se a matéria provisoriamente, até que sobre ela, como é da tradição do Direito Constitucional brasileiro, disponha em definitivo a nova Constituição.

Sala das Sessões, 12 de março de 1987.
Este era o objetivo da nossa presença na tribuna, Sr. Presidente (Muito bem! Palmas.)

(ATOS DA MESA A QUE SE REFERE O ORADOR.)

ATO DA MESA
Nº 15; DE 1979

Concede auxílio-moradia nas condições que especifica.

A Mesa da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 14 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º É concedido temporariamente auxílio-moradia apenas ao Deputado não contemplado com unidade residencial funcional da Câmara dos Deputados, desde que no pleno exercício do mandato.

Em razão do disposto no Regimento Interno da Constituinte, Câmara e Senado realizarão sessões ordinárias apenas às segundas-feiras, e extraordinárias sempre que houver matéria relevante, a ser discutida e apreciada, o que dá 8 sessões ordinárias por mês e, presumivelmente, igual número de sessões extraordinárias.

Como o Decreto Legislativo nº 18, de 1986, fixou o valor da parte fixa do subsídio em Cz⁵ 6.330,55 (seis mil trezentos e trinta cruzados e cinquenta e cinco centavos), a parte variável em Cz⁵ 262,90 (duzentos e sessenta e dois cruzados e noventa centavos) por sessão, e em Cz⁵ 13.970,40 (treze mil novecentos e setenta cruzados e quarenta centavos) a ajuda de custo anual paga em duas parcelas, a remuneração mensal dos Deputados e Senadores ficará reduzida ao seguinte montante:

Art 2º O auxílio-moradia consistirá numa complementação financeira fixada em Cr⁵ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) mensais.

§ 1º A concessão do auxílio-moradia, dependerá de requerimento neste sentido dirigido à 4ª Secretaria, que será deferido somente quando não houver imóvel funcional disponível ao parlamentar e cessará desde o instante em que a 4ª Secretaria distribuir unidade residencial ao Deputado.

§ 2º Em caso de desistência, proceder-se-á à redistribuição da unidade funcional, a qual obedeceu à ordem de inscrição do candidato na relação de pretendentes à moradia, elaborada pela 4ª Secretaria, de acordo com critérios específicos adotados.

§ 3º A ocupação do imóvel se fará obedecendo rigorosa ordem de numeração dos Termos de Opção pelo auxílio-moradia, sendo permitida a troca do número de ordem com pleno consentimento interessados.

Art 3º A 4ª Secretaria expedirá, no último dia de cada mês, redação dos Deputados que farão jus ao auxílio-moradia.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo 4º – Secretário.

Sala das Reuniões, 25 de abril de 1979. – Flávio Marcílio, Presidente da Câmara dos Deputados.

ATO DA MESA
Nº 10, DE 1983
Dispõe sobre o auxílio-moradia.

A Mesa da Câmara dos Deputados resolve:
Art. 1º O auxílio-moradia não poderá ser concedido a Deputado, ocupante de apartamento funcional e que dele venha a se afastar para fins de reforma.

Art 2º O Deputado que ocupe imóvel funcional não poderá devolvê-lo para percepção de auxílio-moradia.

Art 3º A Mesa, considerando a absoluta insuficiência de recursos, resolve suspender, a partir desta data, as autorizações de reforma geral de apartamento já ocupados.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de maio de 1983:
– **Paulino Cícero de Vasconcellos**, Presidente da Câmara dos Deputados, em exercício.

ATO DA MESA
Nº 36, DE 1984

Dá nova redação ao art. 2º do Ato da Mesa nº 15, de 1979.

A Mesa da Câmara dos Deputados, nos termos do artigo 14 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º O art. 2º do Ato da Mesa nº 15, de 1979, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º O Auxílio-Moradia constituirá uma complementação financeira fixada em Cr\$ 825.000,00 (oitocentos e vinte e cinco mil cruzeiros) mensais."

Art. 2º O Deputado que receber apartamento funcional não poderá, na presente Sessão Legislativa, optar pelo Auxílio Moradia.

Art. 3º Os efeitos Financeiros deste ato vigoram a partir de 1º de setembro de 1984.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 16 de agosto de 1984. – **Flávio Marcílio**, Presidente.

ATO DA MESA
Nº 61, DE 1985

Disciplina a distribuição de imóveis funcionais residenciais.

A Mesa da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Ao Deputado Federal, no efetivo exercício do mandato, será distribuído imóvel funcional residencial.

§ 1º O imóvel destinar-se-á exclusivamente à residência do Deputado ocupante e seus familiares, vedada a cessão ou transferência a terceiros, a qualquer título.

§ 2º O ocupante, ao deixar de exercer efetivamente o mandato, devolverá o imóvel ao 4º Secretário, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ser considerado em esbulho possessório.

Art. 2º Não havendo disponibilidade de imóveis funcionais residenciais para distribuição, os Deputados não contemplados farão jus ao Auxílio-Moradia de que trata o Ato da Mesa nº 15, de 25 de abril de 1979.

Art. 3º Fica provida a distribuição de mais de uma unidade residencial funcional ao mesmo Deputado Federal.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pelo 4º Secretário.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 1985.
– **Ulysses Guimarães**.

ATO DA MESA
Nº 18, DE 1983

Estabelece critério para a majoração dos auxílios previstos no item "b" do art. 1º do Ato da Mesa nº 28, de 1973, e art. 6º do Ato da Mesa nº 7, de 1979.

A Mesa da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Os Auxílios previstos no item "b" do art. 1º do Ato da Mesa nº 28, de 1973, e art.

6º da Mesa nº 7, de 1979, serão reajustados sempre que houver alteração dos preços dos derivados de petróleo, tomando-se por base a média aritmética dos percentuais verificados no aumento de gasolina, álcool e óleo diesel.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, 9 de novembro de 1983.
– **Flávio Marcílio**, Presidente.

ATO DA MESA
Nº 80, DE 1978

Disciplina o fornecimento de publicações ao gabinete de Deputado.

A Mesa da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica a Diretoria Geral autorizada a fornecer ao gabinete de Deputado os órgãos de divulgação seguinte:

I – Diário da Justiça	1
II – Diário Oficial	1
III – Diário do Congresso Nacional	1
IV – Diário do Congresso Nacional – I	1
V – Diário do Congresso Nacional – II	1
VI – Jornal de âmbito nacional	2
VII – Jornal regional	1
VIII – Semanário com matéria política	1
IX – Jornal do Distrito Federal	2
X – Resenha de notícias políticas	1
XI – Órgão de divulgação periódica de matéria especializada	1

Parágrafo único. O fornecimento será feito a pedido do titular do gabinete que terá a faculdade de optar por outras publicações, desde que haja equivalência de custo.

Art. 2º Este ato será regulamentado pelo Primeiro-Secretário.

Art. 3º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 15 de junho de 1978. – **Marco Maciel**, Presidente da Câmara dos Deputados.

ATO DA MESA
Nº 82, DE 1978

À Mesa da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Os Deputados poderão dispor de uma quota fixa mensal e material de expediente, assim constituída:

I – Cartão, mod. GER 3.01	1.000
II – Envelope para carta e cartão, mod. GER 4.01	1.000
III – Papel de Ofício, mod. GER 6.07	200
IV – Envelope para ofício mod. GER 4.03	100
V – Envelope mod. 4.05	500
VI – Envelope mod. 4.11	500
VII – Bloco mod. GER 1.01	5

Art. 2º Os Deputados poderão, respeitada a disponibilidade de estoque, permutar qualquer material por outro constante da quota, de igual valor.

Art. 3º Fica revogado o Ato da Mesa nº 44, de 1973.

Art. 4º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 15 de junho de 1978 – **Marco Maciel**, Presidente da Câmara dos Deputados.

ATO DA MESA
Nº 84, DE 1978

Disciplina as despesas de correspondência.

A Mesa da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º O gabinete de Deputado terá direito a um crédito postal-telegráfico correspondente a oitocentas cartas e duzentos telegramas.

Parágrafo único. A remessa de correspondência para o exterior será levada a débito da cota pessoal do deputado.

Art. 2º As cartas a que se refere o artigo anterior são até o terceiro porte, e os telegramas, até trinta palavras.

Art. 3º O valor do crédito postal-telegráfico, limitado às cotas estabelecidas, será automaticamente reajustado, nas mesmas proporções, sempre que ocorrer majoração das tarifas.

§ 1º Não se admitirá antecipação no uso da cota mensal.

§ 2º O saldo não utilizado será somado ao do mês subsequente, dentro do mesmo exercício.

§ 3º O crédito postal-telegráfico poderá ser usado indistintamente na expedição de cartas e telegramas.

Art. 4º As cartas deverão ser postadas e os telegramas taxados na agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, localizada nas dependências da Câmara, e não será permitido o fornecimento de selos.

Art. 5º As guias de requisição à agência da Empresa brasileira de Correios e Telégrafos serão assinadas pelo Deputado ou por servidor de seu gabinete, com expressa e prévia autorização.

Art. 6º A Coordenação de Apoio Parlamentar comunicará à agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos os afastamentos havidos no exercício do mandato do Deputado.

Parágrafo único. Enquanto durar o afastamento, o Deputado não fará jus ao seu crédito postal-telegráfico.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Primeiro-Secretário.

Art. 8º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Ato da Mesa nº 56, de 14 de junho de 1977.

Câmara dos Deputados, 15 de junho de 1978. – **Marco Maciel**, Presidente da Câmara dos Deputados.

ATO DA MESA
Nº 37, DE 1984

Dispõe sobre cota de material de expediente aos gabinetes de deputados e ressarcimento de despesas de transporte escolar.

A Mesa da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica extinto o ressarcimento de despesas de transporte escolar, no que se refere a Deputados, previsto no Ato da Mesa nº 2, de 10 de março de 1983.

Art. 2º São excluídos do Anexo ao Ato da Mesa nº 111, de 8 de junho de 1982, não mais sendo fornecidos aos gabinetes de deputados, os seguintes itens de materiais de expediente:

- I – Cota mensal:
 - itens 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27 e 28;
- II – Cota trimestral:
 - itens 01, 02 e 03;
- III – Cota semestral:
 - item 04;
- IV – Cota anual:
 - itens 01, 02 e 04.

Art. 3º Em consequência do disposto nos artigos 1º e 2º deste Ato, é deferida a cada deputado destinada a Encargos Gerais do Gabinete, verbo mensal correspondente a 20 (vinte) vezes o Maior Valor de Referência (MVR), a partir de 1º de Setembro de 1984.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do disposto neste Ato correrão à conta da classificação orçamentária 3.1.1.1 – Pessoal Civil.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 16 de agosto de 1984. – **Flávio Marcílio**, Presidente.

O SR. RAIMUNDO BEZERRA (PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, na última terça-feira estivemos no Ministério da Irrigação, juntamente com Deputados e Senadores da bancada do Ceará, a fim de discutirmos o Programa de Irrigação do Nordeste. Naquela oportunidade, fomos recebidos por S. Exa., o Ministro Vicente Fialho, pelo Diretor-Geral do DNOCS, pelo Diretor do DNOS, bem como por diretores da área de irrigação do Ministério e técnicos de empresas responsáveis pela elaboração desses projetos. Sugerimos, então, para discussão, algumas alternativas de desenvolvimento para o Ceará e o Nordeste, as quais se consubstanciam no seguinte:

Considerando-se o plano do Governo Sarney, de irrigar um milhão de hectares, no Nordeste, durante os próximos 5 anos, necessário se faz que, além do imprescindível aporte de água, se leve em conta a imperiosa correção do solo.

Sabe-se que nas grandes áreas é inviável a correção de solo através de adubos orgânicos, sendo preciso que se faça esta correção com o uso de N.P.K. (nitrogênio, fósforo e potássio), além da correção da acidez, com calcário dolomítico, de preferência. Estes insumos são caros, razão pela qual deve-se procurar efetivar medidas especiais para redução de custos.

No Ceará, encontra-se a segunda maior mina de Urânio a céu aberto do mundo. Este elemento, de propriedades radioativas, está sob a forma de fosfato de urânio. O processo de enriquecimento do urânio, para transformá-lo no **yellow cake** ou diuranato de sódio, é feito através de um procedimento físico – trituração e lamação e uma fase química, que é a lixiviação com o ácido sulfúrico. Existem, no Ceará, grandes afloramentos de gipsita, na região do Cariri e, na zona Norte, piritita, especificamente na cidade de Viçosa. Esses minerais possibilitam a produção de ácido sulfúrico e seu consequente emprego no processo de enriquecimento do urânio.

Uma outra alternativa seria o aproveitamento do ácido sulfúrico, existente na Caraibas Metais, Bahia, como subproduto do cobre e a custo próximo a zero. Secundariamente, como resultante do enriquecimento do urânio, seria obtida grande quantidade de fosfato para emprego na correção de solo.

Considerando também a ocorrência de vemiculita – mineral derivado da viotita e da família das micas – no município de Granjeiro, Ceará, e no de Jaicós, no Piauí, haveria a possibilidade da complementação do potássio, elemento encontrado nesse mineral. Acrescente-se o fato de ser a vemiculita mineral de grande poder higroscópico, retendo a água por maior tempo e evitando, portanto, a precoce infiltração. A vemiculita também tem propriedades de isolante térmico, contribuindo para a diminuição da evaporação. Com esse mineral, temos, além do potássio, essas duas qualidades físicas que muito contribuem pa-

ra uma melhor e mais econômica correção de solo.

A existência de uma unidade petroquímica em Fortaleza, junto à fábrica de asfalto, poderia produzir nitrogênio sob a forma de uréia, subproduto do petróleo.

Finalmente, o calcário dolomítico necessário à correção do Ph pode ser obtido utilizando-se como combustível para calcinação o gás de petróleo da plataforma de Paracuru, cuja produção é de 700.000m³ dia, dos quais apenas 350.000m³ não aproveitados atualmente, e da plataforma de Fortaleza, cuja produção é de 150.000m³, sem uso, porém, até o momento. Para a utilização econômica do gás deveria ser construído um gasoduto até a localidade denominada Jibóia, próximo a Fortaleza, pois ali se encontram verdadeiras montanhas de calcário dolomítico já em processo de industrialização. O aproveitamento do gás evitaria o uso de combustível vegetal – lenha e carvão – raro e caro, em uma região em que o acelerado desmatamento muito tem intensificado a desertificação.

Com a adoção dessas alternativas, teríamos, além da correção do solo, a oportunidade ímpar da criação de milhares de empregos, com o aproveitamento de fontes naturais de riquezas, e da diversificação das oportunidades econômicas.

A água, para seu melhor aproveitamento, deve ser protegida, o mais possível, da evaporação. Fizemos estudos aprofundados sobre o combate a evaporação, através de vasta consulta bibliográfica nacional e internacional, e de contatos pessoais com estudiosos do setor, no Ceará, em São Paulo, no Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido, em Lagoa Grande (Petrolina – PE), e no Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido, em Belém do Pará. Para os pequenos reservatórios, de até 100.000 m³, foi sugerido o uso de cápsulas cerâmicas porosas ou esmaltadas, placas de vemiculita ou isonor ou produtos vegetais de forma cilíndrica. Para as grandes superfícies, foi aventada a possibilidade de utilização da cobertura da superfície líquida com plantas aquáticas de baixa evapotranspiração. É sabido que um dos melhores meios transpirantes é constituído pelas folhas das plantas, porém, algumas variedades, através da queratinização de seus estromas, podem ter um baixo poder de evapotranspiração. Esta solução seria a ideal, pois de baixo custo e de fácil utilização, eis que a maior parte das plantas aquáticas tem poder inaviso.

A necessidade inadiável do combate à evaporação é justificada pelo fato de que o Nordeste do Brasil apresenta um dos maiores índices de evaporação do mundo, em torno de 2.000m³, quando a média de outras regiões brasileiras e países gira em torno de 400m³ ano. É constatado que, na quase totalidade dos reservatórios d'água na região nordestina, apenas cerca de 10% da água são aproveitados para consumo humano, animal e pela agricultura, perdendo-se 90% entre evaporação e infiltração – esta de pequena monta.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Raimundo Bezerra, o Sr. Mauro Benevides, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage) – Tem a palavra o Sr. Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Consti-

tuintes, a greve dos bancários começa, no seu terceiro dia, a dar resultados. A participação dos funcionários do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Banco do Nordeste e de diversos bancos regionais vem demonstrar a coesão e a força do movimento.

As negociações diretas entre os bancos oficiais e a representação de seus funcionários foram iniciadas. Entretanto, a representação classista deve articular-se e estar atenta às propostas que sempre representam os interesses dos bancos e da classe dominante, a fim de não ser prejudicada por essa forma tradicional de enfraquecimento da luta sindical.

É importante que os bancários, a liderança sindical, entendam que a negociação direta não é uma forma tradicional de enfraquecer a sua luta.

Quero, pois, associar-me à mobilização trabalhista, não somente neste momento, mas, como Constituinte, no trabalho das comissões em função de nossas idéias comuns.

Aproveito também para ler o telegrama por nós enviado às entidades integradas na luta pelos direitos do magistério, em meu Estado:

“Transmito minha preocupação ameaça revogação dos benefícios das Leis nº 3.991/85 e 4.062/86, relativas ao enquadramento dos professores e especialistas de educação, transposições e alterações estatuto do magistério, principalmente, salário móvel, importantes conquistas do magistério.

É imprescindível mobilização instituições defesa interesses da classe.

Atenciosamente, **Átila Lira.**”

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, há pouco o nobre Deputado Átila Lira afirmava da tribuna que o movimento grevista dos bancários já entra em seu terceiro dia. Além deste, inúmeros movimentos grevistas se fazem sentir, numa demonstração inequívoca de que esta Casa e este Poder precisam, ao elaborar a nova Constituição e suas leis complementares, desviar sua atenção, com prioridades, para a definição de uma política salarial que atenda a uma realidade econômica e à necessidade sentida, pelos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Inscrevi-me hoje exatamente para trazer a esta Casa o pensamento dos meus companheiros da área da educação, que, ao longo do tempo, têm lutado pela definição de uma política salarial a nível nacional, compatível com os seus anseios e com a responsabilidade de ministrar conhecimento às gerações que vão chegando. Estão conscientes de que o desenvolvimento do País tem necessariamente que passar por uma escola, e que sua responsabilidade não pode ser medida em função de uma hora de aula realmente ministrada. Há necessidade de uma dedicação exclusiva. A aula pressupõe uma preparação. Devemos também ter certeza de que a avaliação dos resultados é obrigatória. O salário que é pago hoje, do primeiro ao terceiro grau, longe está de corresponder às necessidades do magistério brasileiro. As universidades estão em greve, com os braços cruzados, parados, porque seus professores reclamam o pagamento de melhores salários.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, no Nordeste, sentimos esse problema muito mais gravemente no 1º grau, pois, os municípios, que reclamam a melhor distribuição da renda nacional, afirmam não poderem pagar um salário mais justo ao pro-

fessor municipal. E o que encontramos traz a indignação a cada um dos que convivem com a área da educação. O salário dos professores municipais é da ordem de duzentos cruzados mensais. O que mostra que não se pode desejar uma melhoria na qualidade do ensino. Não se pode pensar numa educação que atenda às exigências da nossa sociedade quando se paga um salário de miséria e de fome, um salário que avilta a dignidade daquele que está na sala de aula como professor. O Governo Federal, que destina recursos para a construção de salas de aula, para a alimentação escolar, para o livro didático e para outras atividades da área da educação, deve ter em mente que a prioridade maior é o professor. Se não tivermos um profissional preocupado em levar o melhor nível de ensino aos alunos, se ele não tiver condições de se reciclar, de nada valerá ter uma escola bonita, com alimentação farta, pois falta o essencial: melhor condição aos professores, responsáveis diretos pela qualidade do ensino brasileiro.

A preocupação que cabe a cada um de nós, principalmente àqueles que forem designados para a Comissão da Família, da Educação, é a tarefa de atentar para estes problemas e não deixar que continue a existir, no futuro, o que acontece no presente: a norma constitucional nos diz que o ensino é obrigatório, é gratuito, é fundamental, mas é desrespeitada todo dia, quando essa prioridade não se faz sentir na alocação dos recursos ou na prioridade que se deve dar ao magistério brasileiro. (Palmas.)

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ofereci, em várias ocasiões, o meu ponto de vista a propósito do Ministério do Planejamento desta Nação. Cheguei a afirmar que a Nação desconhece qualquer tipo de planejamento que convenha ao povo brasileiro. Agora, enquanto se discute na área socialista, na área trabalhista, o problema salarial dos bancários, envolvendo os do Banco Central, do Banco do Brasil e dos bancos particulares. E agora já deflui para os funcionários públicos da União. Verifico, então, que o Governo da República é indubitavelmente incapaz de propiciar à Nação um programa, um planejamento à altura das necessidades do proletariado deste País. É que, enquanto se planeja – e aí se insere um montante em obras megalomaniacas, um investimento, digamos, de 30 bilhões de cruzados para a construção de usinas hidrelétricas, que, na verdade, são inservíveis à Nação – se destinam apenas 12 bilhões de cruzados para o setor de agricultura.

Se V. Ex^{as}, ilustres Constituintes, se preocuparem em saber – e acredito que se preocupem – se lá no Ministério do Planejamento se cogitara, por um segundo apenas, de beneficiar o proletariado que trabalha nos bancos e como servidores públicos da União, então vão encontrar o vazio total nesta área, porque a despreocupação é total na área daqueles que prestam serviços à União.

Então, depois que o proletariado se agiganta e deflagra a greve – e o faz com propriedade – aí vem o Governo e oferece as migalhas, que são inaceitáveis no caso concreto. Como pode o Governo oferecer lentilhas e migalhas àqueles que, na verdade, vêem corroídos no tempo os seus salários, levando-os à miséria, à fome, ao descalabro e até ao suicídio? Quantos trabalhadores até se suicidaram porque não tinham condições de sobrevivência? Onde está o planejamento brasileiro? Este que está aí atende exclusivamente ao poder econômico, aos banqueiros nacionais. Gordos lucros para os banqueiros, miséria e miga-

lhas para os bancários. Essa é a planilha de um governo incompetente.

No meu mandato anterior, Sr. Presidente Jorge Arbage – e V. Ex^a é testemunha disto, porque tinha assento naquela bancada do Partido Democrático Social – lutei pela derrubada da velha República, porque entendia que na Nova República o proletariado teria melhores condições de vida e acesso aos bens sociais e econômicos sem nenhuma dificuldade. Acreditava mesmo que as obras megalomaniacas desapareceriam do mercado das negociações e que os investimentos sociais, indispensáveis à Nação e ao povo, estariam ali alicerçados para melhor conveniência da Nação brasileira. Entendia também que se promovessem as reformas capazes de dar ao homem do campo, ao pequeno produtor, melhores condições de vida. Verifico agora que, na verdade, deveria incinerar aqui todos os meus discursos pronunciados naquele tempo.

Mas agora, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, deflagrou-se a greve dos funcionários públicos, e o Ministério da Administração vem dizer que, na verdade, não houve nem haverá greve e que o funcionário público federal está à vontade para aceitar as migalhas que o Governo lhe oferece.

Não, não esperamos que deflagre a greve. Devemos dizer que o funcionário público, tanto quanto os bancários do Banco do Brasil e dos bancos privados, precisa ter melhores condições de vida.

No tempo próprio, Srs. Constituintes, deveremos aqui exigir que se permita aos funcionários públicos a sindicalização e também o direito de greve.

Essa é a grande realidade, Sr. Presidente.

Concluo dizendo que um governo, cujo setor de planejamento não atende à valorização do trabalho, não tem repudiência e sensibilidade e precisa ser repudiado, inclusive pelos representantes do povo.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Constituintes, as iniquidades que a Nova República vem praticando contra a sociedade brasileira assumem dimensão dramática e quase trágica em relação aos pequenos e médios agricultores. Há todas as políticas e não há nenhuma política agrícola. E se essa política agrícola existe, ela se orienta por uma bússola desviada que aponta para todos os lugares, menos para o lugar certo. Em consequência disso, o setor rural brasileiro vive, sem dúvida, a pior de todas as crises por que já passou ao longo de todos os 500 anos de vida nacional.

Não é sem razão, portanto, que, em face da insensibilidade, da surdez e da indiferença das autoridades governamentais para com os pleitos dos pequenos e médios agricultores, eles irão, na próxima segunda-feira, bloquear as agências bancárias onde têm débitos a saldar e as principais estradas e rodovias mais importantes do Rio Grande do Sul, como forma efetiva de protesto contra os desmandos da política oficial para com o setor.

Sr. Presidente, às vezes fico a me indagar, que o Governo é este que tantos estão solenes compromissos assumiu com a Nação e até agora não soube honrá-los?

Quando houve em Brasília o movimento liderado pela fascista e sectária União Democrática Ruralista, denominado "Alerta do Campo à Nação", todos os veículos de comunicação social foram mobilizados para dar cobertura às reivindicações dos latifundiários brasileiros. Pouco se vê, pouco se lê e pouco se ouve, não a respeito dos direitos

do pequeno agricultor que estão sendo desrespeitados, mas acerca dos seus pleitos e das suas reivindicações. Não vi, sinceramente, nenhum poderoso órgão de comunicação de massa, televisão ou rádio, dar cobertura a esse movimento que eclodirá na próxima segunda-feira no Rio Grande do Sul como deu ao chamado "Alerta do Campo à Nação".

E fico mais uma vez, a me indagar: que Ministro é esse que, dono de um otimismo incorrigível, proclama que o País colherá este ano cerca de 65 milhões de toneladas de grãos, quando a seca castiga, hoje, grande parte dos cultivos gaúchos? O milho, a soja e o feijão estão sendo duramente penalizados em virtude da falta de chuvas. E 3 milhões de toneladas de grãos que deveria colher uma das mais prósperas regiões agrícolas do meu Estado, uma região celeiro, não passarão dos 2 milhões e 200 mil toneladas. Então, quando forem contabilizadas essas perdas, chegar-se-á à inclusão de que esse otimismo é que define a incapacidade de um Ministro que não conhece os problemas da agricultura. Que otimismo é esse que leva os brasileiros a crerem que estão vivendo num paraíso, quando a miséria já está arrebentando as portas dos trabalhadores, sejam eles da cidade ou do meio rural?

Segunda-feira estarão em Brasília lideranças do meio rural do meu Estado, integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Central Única dos Trabalhadores, parlamentares estaduais de todos os partidos.

E quero pedir vênias a V. Ex^a, Sr. Presidente, para fazer um apelo. Ontem, esta Casa viveu um momento histórico, mas igualmente insólito. O Regimento Interno, recém-promulgado, foi integralmente desrespeitado. Não sou contra as manifestações das mulheres – pelo contrário, endosso sua carta de manifestações – mas acho que a lei é para ser cumprida. Assim como foram feitas concessões às lideranças femininas do meio urbano – porque ontem não havia aqui nenhuma representante do meio rural – peço à Mesa que dispense, na próxima segunda-feira, a mesma atenção, a mesma importância e o mesmo espaço às lideranças do meio rural do Rio Grande que virão aqui pleitear seus direitos. Se não forem respeitados, se possível até torná-los, nem que seja necessário o uso da força, porque, se a Nova República não sabe honrar seus compromissos, o povo saberá exigí-los. (Palmas.)

O SR. ADYLSON MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, muitas vezes o PDS é criticado nesta Casa, e exatamente por ser um integrante deste partido – com muito orgulho – quero dizer que reconheço dois tipos de críticas que aqui se faz. Algumas delas partem daquelas pessoas que ao longo de sua vida pública criaram tradição de militância política num partido, e eu aprendi a respeitar todo o homem que é honesto consigo mesmo, que age com convicção, seja do Partido Comunista, do Partido dos Trabalhadores, de que partido for. Se ele for convicto e honesto com as suas idéias, terá sempre o meu respeito.

Outras vezes somos criticados por pessoas que não têm autoridade para fazê-lo, porque até há poucos dias ocupavam cargos no governo passado; foram líderes nesta Casa; acomodaram-se à sombra do poder durante mais de vinte anos e agora não têm a dignidade de compartilhar a responsabilidade de terem sido Governo, porque ele cometeu os seus erros. Nós, do PDS, temos tido a dignidade de assumir os atos praticados pelo governo anterior, embora reconhecendo os erros cometidos principalmente no final do ciclo revolu-

cionário. Mas não renunciamos a nossa história e a nossa origem. Há dias ouvi um parlamentar, que se intitulava Líder do Governo, e que foi Vice-Líder do PDS nesta Casa, fazer candentes críticas ao seu partido. A mesma atitude estão tendo muitos outros que assumiram cargos de confiança em governos do PDS e que nele tiveram mandatos.

Sr. Presidente, peço a transcrição de um artigo, de autoria do Líder da minha bancada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Jarbas Lima, publicado no "Correio do Povo", e que dedico especialmente àqueles que não tiveram a dignidade de assumir a responsabilidade pelos atos pelos quais foram co-responsáveis durante os Governos da Revolução. Este artigo intitula-se "O PDS":

(ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR)

Um partido político é um conjunto de idéias. É uma proposta política. É uma alternativa de governo. É um posicionamento cultural, econômico, social. Um partido político, sintetizando, é uma proposta de ávida em sociedade.

As pessoas têm pensamentos, sentimentos, tendências individuais que representam sua visão própria da vida e a forma pessoal de torná-la melhor, mais feliz. Pessoas que pensam e sentem iguais tendem a aproximar-se. Identificam-se.

Na política, esta identificação faz-se nos partidos. Estes representam a união de pessoas que pensam politicamente da mesma forma. Pessoas que se comprometem com um ideário. Esta é a razão de ser dos partidos. Pensar e se comprometer com uma determinada forma de realização do bem comum. Identidade doutrinária, ideológica e programática. Isto é partido político.

A luta do verdadeiro partido não é pelo poder como fim em si mesmo, mas para, alcançado o poder, fazer dele o instrumento de realização do bem comum.

Ora, o PDS é uma proposta política; é uma proposta de vida. Ela não é de hoje, nem da revolução de março. Ela consubstancia um ideário mais antigo. Em grupos diferenciados, mas com alguns princípios comuns, já fomos PL, PSD, UDN, PRP. Essa é a nossa história, o nosso passado, difícil de ser entendido pelos que embarcam, agora no trem da política. Nós nunca fomos PTB, MDB, PMDB, PCB, PC do B, porque esses têm outra história, outro passado e outros princípios, que nós respeitamos, mas nunca foram os nossos.

Assim são os partidos políticos. Para que o povo os respeite, confie e aceite é preciso que eles sejam autênticos e coerentes, isto é, que defendam, acreditem e pratiquem, quando poder, suas propostas.

Quando o povo começa a assistir a políticos trocando de partido, verdadeiros macacos saltando de galho em galho, sempre atrás de "banana" (leia-se poder), de forma incoerente, sem renunciar ideais, o povo desacredita desses homens e dos partidos que viabilizam este "carnaval de máscaras".

Bem, e o PDS como fica neste quadro partidário? É uma boa pergunta, que pode ser, facilmente, respondida com a ajuda de pequenas incursões na história recente.

O PDS de hoje, como síntese de uma proposta política e de vida, está bem. Eu diria, excelente. Diminuiu, tem menos vereadores, prefeitos, deputados, senadores, perdeu o poder, está na oposição. Mas não perdeu a dignidade. Não perdeu e nem mudou a proposta. É um partido coerente.

Sei que existem os que discordam do PDS, mas não conheço quem, honestamente, lhe negue coerência e autenticidade. Infelizmente, as gorduras do poder que ele apoiou, sem usufruir, foram cheiro e pastos bastantes para atrair e abrigar no seu meio os "carcarás" do fisiologismo, os "abutres" da política, os "vermes" palacianos, aqueles que não conhecem pátria, nem partido, cuja única identidade é o poder princípio e fim desses inimigos do povo.

Sofremos, portanto, a ação nefasta dos que nunca foram nossos e nos usaram. Além do comportamento dos que fraquejaram quando, em nome de nossa dignidade partidária e coerência, começamos a nos afastar do poder para continuar com o partido. Todas as traições sofridas ao longo dos últimos anos e a responsabilidade que nos procuraram atribuir pelos erros, desmandos, corrupções, mordomias praticadas, principalmente, por aqueles que conseguiram a magia de passar da condição de agentes, réus destes atos condenáveis, para a cômoda condição de acusadores, permanecendo no poder, nada, nada disso conseguiu enfraquecer nossa proposta política. O nosso partido, o nosso ideário.

Sem nenhuma participação nos lucros das obras e transformações sociais realizadas no nosso país, nos últimos anos, temos sabido manter a nossa dignidade partidária. E, apesar de tudo isso e nesse clima desfavorável, enfrentamos, sem candidato próprio para o governo, as eleições de 86 e dela saímos com a honra de um partido que jamais se dobrou, dentro ou fora do poder, para nos constituirmos, hoje, na segunda força política do Estado do Rio Grande do Sul. Sem cruzado, sem Nova República, sem governo do estado, sem qualquer poder, sem mentiras, sem sonhos, sem promessas, traídos e negociados, somos hoje, com muita honra a segunda força política do Estado.

Isto basta! Os fatos e a verticalidade de nossa conduta falam por nós, falam pelo PDS. Somos ainda, os mesmos homens e mulheres determinados que nos unimos pela identidade partidária.

Este é o meu pensamento e o de todos os companheiros que, livremente, escolheram o nosso partido.

E esta é a resposta que deve ser dada aos que, por interesses inconfessáveis, tramam contra o nosso partido.

O PDS nunca foi tão verdadeiro, coerente, autêntico e limpo como hoje.

Prosseguir na luta pela democracia social, pelas liberdades, pela lei, pela ordem, pela paz e pelo desenvolvimento é o nosso dever. O Rio Grande e o Brasil nunca precisaram tanto de nós. Faltar, agora, é covardia, sentimento menor que nós não conhecemos e repudiamos.

O SR. GERSON PERES (PDS - PA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, faço duas colocações de cunho sentimental que merecem registro na Assembléia Nacional Constituinte.

A primeira refere-se à eleição do Deputado Jorge Arbage, filho do meu Estado, o Pará, para a 2ª-Vice-Presidência da Assembléia Nacional Constituinte. Este fato muito nos honra e se constitui em motivo de satisfação para o nosso povo, visto que esse cargo que S. Ex^a acaba de conquistar é fruto dos seus méritos, do seu trabalho constante como parlamentar, e dignifica o Estado do Pará nesta Assembléia. Portanto, as nossas congratulações com S. Ex^a, que, tenha certeza, também se constituem nas congratulações do povo paraense.

A segunda colocação se refere ao aniversário de "A Província do Pará". São 111 anos de existência de um jornal respeitado no meu Estado pela sua linha de coerência, pela sua tradição histórica de luta em defesa da liberdade de pensamento. Incompreendido em determinado momento histórico, este jornal foi incendiado por seus adversários, justamente por aquele que não compreendiam o importante papel que desempenha a imprensa, porque mesmo quando erra, ela está contribuindo para que haja mais bem-estar e liberdade da sociedade.

Portanto, "A Província do Pará", um dos Jornais mais antigos do Brasil, tem um acervo muito grande de serviços prestados à sociedade paraense pela sua postura, pela maneira com que conduz os seus editoriais, sempre sérios, do lado da verdade, sem se exceder no palavreado ou pretender diminuir os vencidos ou pisotear os vencedores, atuando sempre numa linha de equilíbrio jornalístico aplaudida por todo o povo paraense.

Associando-nos às comemorações pelo transcurso dos 111 anos de existência deste jornal, queremos, em nome do meu Estado do Pará e da minha gente, levar ao seu jovem diretor Roberto dares, jornalista da minha geração – capaz, competente, dinâmico – as nossas felicitações. E aliá-las ao passado, àqueles que fizeram de "A Província do Pará" um grande jornal no meu Estado; Antônio Lemos, o seu fundador; Frederico Barata, o seu pré-implantador, Milton Trindade, o consolidador de um jornal moderno e eficiente. Portanto, dedicando os aplausos a essas duas gerações, quem deixar registrado aqui, Sr. Presidente, parabéns do povo paraense ao jornal "A Província do Pará".

O SR. HERMES ZANETI (PMDB - RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente. Srs. Constituintes, venho à tribuna pedir ao PFL que saia do Governo, em nome do bom senso, da verdade política, em benefício do presente e do futuro do País.

Ocorreu ontem uma das coisas mais fantásticas que a Casa já viveu. Está muito claro para nós que o PFL, rejeitado pelo povo nas urnas, de repente queria aqui transformar-se de minoria em maioria e impor sua vontade unilateral.

Pelo rompante de seu Líder José Lourenço, conseguiu até isto em alguns momentos. Mas o PMDB – que tem 258 Srs. Deputados Federais e 46 Srs. Senadores, que tem maioria na Assembléia Nacional Constituinte, que fez 22 dos 23 governadores de Estado e que, por isso, recebeu a delegação de responsabilidade para construir o futuro do País – resolveu pôr-se de pé. Aceitar esta responsabilidade é um desafio para o PMDB.

Ou assumimos a responsabilidade ou seremos destroçados pelo processo político brasileiro. Somos, sem dúvida, a última esperança de transformação política, econômica e social, aquela esperança que prometemos antes das urnas, que foi o conteúdo do nosso discurso, é o conteúdo do nosso programa e é a nossa responsabilidade.

O PFL deve sair do Governo, e S. Ex^a, o Sr. Presidente José Sarney, precisa saber que tem uma alternativa para conduzir, ainda com segurança, o processo de transição, ou será tarde depois. Trata-se de assumir o PMDB como seu partido, o PMDB assumir o Governo como o partido no Governo e implantar as teses de transformação que prometemos ao povo ao discursarmos nos palanques. É a nossa alternativa.

Quem foi minoria nas urnas não pode ser maioria no Governo. Fico feliz em ver que o PFL há bastante gente de bom senso já propondo isso. Estou aqui para apoiar aquela tese. Vem

aí uma reforma de Ministério. Reafirmo que é a última alternativa do Sr. Presidente da República de encontrar, de forma segura, o caminho da transição. O PFL prestou ontem um grande serviço à Nação — ia prestar um maior, que era retirar-se da Constituinte. Mas, mesmo assim, em tempo, prestou grande serviço, reconhecendo que é minoria e ficando no seu lugar. Agora, que interprete adequadamente a lição das urnas e saia do Governo. Não é possível ao Governo continuar nesta dualidade, querendo servir a dois senhores. Ou servimos à tese da transformação, das mudanças que prometemos ou o PMDB, para não sair destroçado não tem o direito de continuar dando suporte a uma confusão em que se lança o País.

Vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo ao magistério do meu Estado, o Rio Grande do Sul, que, por coerência, por tradição de luta, por direito e por lei, estou do seu lado na luta pela manutenção dos direitos que conquistamos, ao longo dos anos, em greves e em grandes mobilizações. Reafirmo aqui a minha solidariedade e o meu apoio ao magistério do meu Estado. Digo ao magistério do Rio Grande do Sul que não precisa perguntar de que lado estou. Continuo defendendo minha categoria, ao lado dos meus professores.

Depois desse parêntese ao curso do meu pronunciamento ainda uma vez reafirmo que o PFL deve desobrigar o Sr. Presidente da República para não constrangê-lo de liberar o PFL, se quiser conduzir com segurança o futuro do País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. COSTA FERREIRA (PFL — MA. Pronuncia o seguinte discurso): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, considerando a vida um dom de Deus que o homem recebe para, num determinado período, promover seu autodesenvolvimento, realizar suas potencialidades humanas e, interagindo com os demais seres vivos, promover a elevação social e caminhar para a transcendência, não se pode ser tolerante com qualquer prática que conduza à morte.

Faço tais considerações a propósito do tema aborto, hoje em discussão na nossa sociedade. Sabidamente somos uma sociedade altamente injusta. Permitimos que a maioria da população receba salários insuficientes para sua simples sobrevivência, que o coeficiente de mortalidade infantil se constitua em um dos mais elevados do mundo, que o analfabetismo condene uma proporção alarmante do povo à marginalidade, enfim, convivemos com desigualdades de renda, logo, de bem-estar social que nos fazem merecer um dos últimos lugares na escala internacional de qualidade de vida do povo.

As inúmeras carências de que padecem 60% da população brasileira já são suficientes para nos envergonhar, não podendo, portanto, acrescentar a esse quadro doloroso a legalização do aborto, ou seja, a fria aceitação da morte de um ser humano em formação.

Não desconhecemos a realidade de que essa prática se faz na clandestinidade, condenando à morte muitas mulheres, geralmente pertencentes à classe de baixa renda, onde escasseiam recursos para um saudável controle da natalidade ou para uma interrupção dentro de princípios de higiene e recursos médico-hospitalares a que recorrem as mulheres de renda elevada.

Os casos excepcionais já são tratados na legislação em vigor, com o devido cuidado, visando a evitar danos à saúde da mulher, a proteger a sociedade, em perfeita consonância com os princípios e valores éticos, morais e espirituais das igrejas cristãs.

Admitir a prática do aborto significa desistir da procura da justiça social da promoção do povo brasileiro, da elevação da qualidade de vida da família e dos objetivos do cristianismo.

O aborto é fruto da ignorância, da pobreza, da miséria, da fome, da marginalidade e da promiscuidade. É contra tudo isso que precisamos lutar, promovendo uma consciência nacional do valor social da terra e da empresa, exigindo salários condignos, impedindo desigualdades vergonhosas no acesso à riqueza nacional, acabando com a ignorância e o analfabetismo. Dessa forma, práticas primárias e antinaturais como o aborto desaparecerão simplesmente, substituídas pela paternidade responsável e a harmonia familiar.

A opção pela vida deve prevalecer, pois é dessa opção que nascem as políticas democráticas, a organização do País de forma justa, o respeito aos direitos humanos fundamentais, enfim, a verdadeira paz social.

Apoiar a legalização do aborto representa, assim, a aceitação do caminho mais fácil, do comodismo, da incapacidade de lutar contra as forças atuais que condenam à miséria a grande maioria do nosso povo, pois é dessa situação que surgem os filhos rejeitados, abandonados, marginalizados que povoam nossas cidades ou vegetam na área rural.

Ao condenar o abono, temos de assumir o compromisso de promover uma nova organização sócio-econômica onde todos os brasileiros, homens e mulheres, tenham acesso aos bens e serviços produzidos na sociedade, dentre os quais destaca-se a educação como fator indispensável a paternidade responsável. E não é outro o nosso compromisso, se não este, Srs. Constituintes, ao nos posicionar frontalmente contra a legalização do aborto no Brasil.

O SR. PAES LANDIM (PFL — PI. Sem revisão do orador): — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o "Diário da Justiça" de ontem publicou a ata da sessão solene na qual foi empossado o Presidente da nossa Suprema Corte, o Exm^o Sr. Rafael Mayer.

Parece-me no momento em que nos estamos preparando para a elaboração do projeto constitucional, da maior relevância a transcrição nos Anais da Constituinte do discurso do Ministro Rafael Mayer, pelas considerações que tece em uma sintética reflexão a respeito do papel do Supremo Tribunal Federal na Constituição.

A Suprema Corte, como sabemos, foi criação do grande pensamento de Ruy Barbosa, que a idealizou como sacrário da República e da Federação, sobretudo como guardiã das garantias constitucionais. É este papel, no momento em que nós, representantes do povo, nos preparamos para a elaboração de uma nova Constituição, que deve servir-nos para a mais profunda reflexão, porque somente por meio da Suprema Corte, da aplicação das normas constitucionais, da aplicação do Direito e da interpretação das suas normas é que poderemos ter a garantia de uma Constituição que possa transcender o tempo, servir como roteiro programático dos ideais de justiça e de liberdade em nosso País.

É importante assinalarmos aqui o ideário básico de Ruy Barbosa — citado pelo Ministro Rafael Mayer — no nascedouro da Suprema Corte: "Fizemos desta tribuna o sacrário da Constituição".

É da mais alta significação reproduzir o pensamento do Presidente do nosso Supremo Tribunal: "Em regime democrático, que se quer aprimorado e eficiente, o Poder Judiciário forte, moderno e independente será a pedra de toque, pois instrumento adequado e pronto na realização dos direi-

tos individuais e da guarda vigilante da Constituição.

Tenho certeza de que o discurso do Ministro Rafael Mayer será ponto de reflexão quando nós, Constituintes, estivermos elaborando o projeto constitucional, especialmente na parte referente ao Poder Judiciário.

DISCURSO A QUE SE REFERE O ORADOR

O Senhor Ministro Rafael Mayer (Presidente) — Exm^o Senhor Presidente da República; Exm^o Senhor Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; Exm^o Senhor Presidente do Congresso Nacional; Exm^{as} Autoridades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União dos Estados e do Distrito Federal; Exm^{as} Senhoras e Senhores; Exm^{os} Senhores Ministros do Supremo Tribunal Federal e Exm^o Senhor Procurador-Geral da República.

De quem ascenda a esta cátedra não se há senão de esperar seja tocado pelo envolvimento emocional no receber tão alta investidura.

A quem tenha sido, toda a vida, por dedicação e crença, um profissional do direito, ou para dizer melhor, um trabalhador do direito, em percurso vindo de longe, este momento aparece mais como um designio da vida que o seu provedor confere, desmensurável com objetivos e projetos pessoais.

Sem enaltecimento nem vanglória, mas com a sinceridade de não fiar de mérito próprio, bem compreensível e justa é a emoção de quem conduzido, na estação da maturidade da vida, à condição de magistrado, venha a presidir a mais alta Corte do País, veneranda e nobre, cimo do Poder Judiciário, pilastro da República.

Devo agradecer aos eminentes Pares o gesto de confiança contido na minha eleição, cuja liberdade não é desmerecida pela praxe da escolha do mais antigo, pois livre é a ratificação do respeitável critério, na austeridade com que os usos se cristalizam no tempo.

Nesse gesto de confiança implícito está um compromisso de apoio, tanto mais necessário e esperado quanto o encargo de presidir um colégio de juízes está no expressar as suas decisões e traduzir os seus propósitos.

Pois o que há de relevante nesta missão, que como missão se dimensiona além da contingência individual, é o teor institucional, a cadência histórica compoem a continuidade da estrutura e da função judiciária.

O que, portanto, se renova, na sucessividade das presidências da Corte, como aqui e agora, assemelha ao ato litúrgico assinalando verdades constantes e profundas que respondem pela importância do significado.

Este momento, primeiro e antes de tudo, supõe e certifica a crença no primado do Direito, e portanto a crença, no primado da cultura e do espírito, da liberdade e da justiça. Sem a afirmação desse valor fundamental não seria todo o esforço de construção social, coerente e humana, e sem qualquer sentido ético o labor dos juízes. É o que se faz razão última e dá suporte espiritual à Corte, compenetrando os seus momentos, passa a ser inspiração necessária de seus membros, rumo e ritmo de atuação.

Como no dizer de Camellutti "o primado do Direito deriva não só do seu fim, que é

a paz, mas ainda do meio único para atingir o fim, este meio que é a justiça" (*Discorsi Interno al Diritto*, p.22). É certo que, como diz o pensador, esta é uma verdade que terá muito caminho a fazer antes de tomar-se a prática de nossa vida.

Mas há de ser, por isso, o tema de nosso cotidiano, de juízes e governantes, de cidadãos e de grupos sociais, se o nosso compromisso, como reclamado pela própria vocação humana, é a realização de uma comunidade livre e justa. Nessa meta mais alta é que tem fulcro a nossa missão e justificação derradeira as nossas tarefas.

É fundamental que se contemplem, para deles haurir diretriz, esses valores básicos; os que devem presidir as condições de convivência social, de participação nos bens da vida, de orientação das forças do homem com vistas ao bem comum e à situação concreta da pessoa humana, pois a ordem da cultura é também a ordem da justiça e do Direito.

"A cultura é um desenvolvimento no sentido do justo", diz Stammer. Cumprimento histórico de um sistema de valores, jogo de realidades e ideais, em processo cultural que se revela sobretudo no campo do Direito. Pois é o Direito que se propõe e lhe cabe encerrar numa ordem harmoniosa e estável o comércio humano espontâneo, de que é feita a sua alma, a sua vida, a sua consciência. Mas o núcleo da valorização é o homem como valor universal, pois como pensou Rosmini, o Direito é a pessoa humana.

O Direito compenetra a atividade humana, demarcando-a objetivamente em vista de uma inserção na ordem dos fins sociais.

Desta posição do Direito, a descobrir e praticar os caminhos que levam ao ordenamento essencial da civilização inscritos no ser humano e na ordem das coisas, decorrem a importância e a delicadeza da missão do jurista, como investigador e criador, legislador e juiz.

Missão do juiz será a de servir ao primado do Direito, assegurando efetividade a um regime que deve ser o reino da lei, e sendo o reino da lei é a fonte da liberdade e da justiça na solução dos conflitos sociais.

Essas verdades e valores fundamentais estão postos a todas as luzes no momento em que a Nação brasileira, pelos seus representantes, se concentra no reexame e reordenamento de suas linhas constitucionais, em busca de atualização das instituições regedoras do seu destino.

E o desenho de uma decisão política fundamental, como a que está em curso de procedimento, na afirmação de um Estado Constitucional, supõe que nela se insira a estrutura do Poder Judiciário e do Supremo Tribunal Federal, como ingredientes de uma concepção jurídica e de uma resultante histórica.

Esse parâmetro preside a evolução política do mundo ocidental, como axioma nunca desmentido, mas sempre repetido, de que a sociedade na qual a garantia dos direitos individuais não esta assegurada, nem determinada a separação dos poderes do Estado, não tem constituição.

Essa opção inarredável do constitucionalismo jamais foi quebrantada nas etapas e manifestações da história brasileira.

Na verdade, o Poder Judiciário está no imo do regime do Estado de Direito, e, consoli-

dação da experiência e cristalização da prudência e da sabedoria, a sua organização, em um ordenamento constitucional e democrático, obedece a linhas clássicas que o senso humano distinguiu como indispensáveis ao exercício pleno da função de julgar. Tudo gira em torno da necessidade de que juízes e tribunais sejam efetivamente independentes, pois essa independência responde à garantia dos jurisdicionados.

O núcleo dessa instituição está presente em todos os documentos constitucionais, sem desfigurar-se pelos ajustes que se sucederam, inovações para melhorar que no entanto deixaram intocado o fundamental.

O surgimento do Brasil como Estado coincide com o advento do Estado Constitucional, nascendo o Brasil independente sob o signo dessa concepção. E nessa Constituição primeira, o Poder Judiciário se fez um poder político, reconhecida a sua independência, a merecer do seu venerável comentarista, Pimenta Bueno, o dizer que "a constituição especial do poder judiciário é um objeto digno de toda a atenção nacional e felizmente a nossa lei fundamental firmou e bem, as bases, as mais importantes".

Ao suceder ao Supremo tribunal de Justiça do Império, houve, como lembra Rui Barbosa, na toca, na denominação da Corte, do predicativo de justiça pelo qualificativo Federal, uma transmutação substancial advinda da instauração da República, "constituindo nele o grande tribunal da federação, para sentenciar nas causas suscitadas entre a União e os Estados, e em derradeira instância, nos pleitos debatidos entre os atos do Governo, ou os atos legislativos, e a Constituição" ("*Escritos e Discursos Seletos*", passim).

Para que se tenha a alma da instituição, o impulso espiritual que a preside, temos de voltar não tanto aos conceitos vazados no texto, mas à inspiração dos seus idealizadores, aos fundadores da República. Do maior deles, Rui Barbosa, ficou a célebre proclamação, em nome de todos, ao advertir que "formulando para a nossa pátria o pacto da reorganização nacional, sabíamos que os povos não amam as constituições, senão pela segurança das liberdades que elas lhes prometem", – "fizemos desse tribunal o sacrário da Constituição, demos-lhe a guarda de sua hermenêutica, pusemo-lo como um veto permanente aos sofismas opressores da razão de Estado, resumimos-lhe a função específica nesta idéia" (idem).

E nessa idéia de origem estão, sem dúvida, os alicerces espirituais desta Corte, que demarcam o rumo de sua história e anda hoje a vivificar, polarizando o sentido de sua evolução secular.

No que se refere à vocação essencial, esta que atualmente vige é a mesma substância do Supremo Tribunal, inaugurado para os cuidados da Federação e para o zelo da Constituição, donde fluem as competências irrenunciáveis e os direitos irredutíveis.

Constituintes e reformas constitucionais que se sucederam nesse decurso de quase um século, desde 1889, se empenharam em ressaltar esse núcleo fundamental. E o que assegurou, no devenir histórico, foi a organicidade da evolução pelo adensamento das estruturas comprovadas ao desafio, pelo despojamento de acidentalidades e incoerências, pela compatibilidade de reduções ou desdobramentos, mantida a identidade bási-

ca. O que sempre se trouxe ao Supremo, na gradatividade e oportunidade das reformas, foi a confirmação das intenções originais enriquecidas com a experiência e as contribuições do Tribunal.

O que se tem como resultância histórica desses ajustes é a definição de atribuições e competência das mais completas e adequadas a uma Corte que para a guarda da Constituição dispõe de ambas as vertentes do controle de constitucionalidade, incidental e genérica. E para assegurar a unidade e integridade do direito federal, e a supremacia da ordem jurídica, oferece um conjunto de meios, antigos e novos, um universo bem moldado de competências originárias e recursais, ordinárias e extraordinárias. Decantações da experiência que são pontos de partida na atualização de projetos de reforma do Poder Judiciário em que a Corte se deteve no explicitar.

Este é, portanto, um Tribunal que se mostra qualificado para o tempo brasileiro e para o momento histórico, pela sua aptidão e compromisso no trato dos princípios basilares do regime democrático e do Estado de Direito. Os erros e falhas que terá tido, próprios da humana falibilidade, nem de longe ofuscam a positividade e a amplitude da sua jurisprudência, a confiabilidade dos seus julgados, e a constância com que assegurou, ao longo de sua história, o primado da Constituição, e buscou tomar efetivas as garantias nela estabelecidas.

Estamos em processo histórico de mudanças políticas e sociais, de impositiva significação. É possível aprender a tendência de uma clara e definida opção pela constelação de valores que afirmam a supremacia da dignidade humana em uma ambiência de liberdade e de justiça.

Em regime democrático que se quer aprimorado e eficiente, o Poder Judiciário, forte, moderno e independente será pedra de toque, pois instrumento adequado e pronto da realização dos direitos individuais e da guarda vigilante da Constituição.

Reverente para com os valores da Justiça e do Direito, em sua perenidade, para com a missão do Poder judiciário e do Supremo Tribunal Federal, em sua densidade histórica e atualidade orgânica, assumo a presidência, consciente da responsabilidade e muito consciente das limitações pessoais, mas confiante nos dias por vir, pois peço a Deus seja o luzeiro dos meus passos.

Recebo-a do eminente Ministro Moreira Alves que a desempenhou, nos seus vários encargos, com inteligência e brilho.

Reclamo, mais uma vez, o apoio dos nobres Pares, condição primordial para que leve a termo o meu trabalho, assim como estou a contar com a indispensável colaboração dos funcionários da Casa.

Agradeço ao eminente Ministro Octavio Galotti a saudação em nome da Corte, decerto marcada pela fidalguia e generosidade do orador, ao eminente Procurador-Geral, Sepúlveda Pertence, que realça a solenidade pela palavra sempre brilhante; ao eminente advogado José Cavalcanti Neves, que faz presente a esta cerimônia a Ordem dos Advogados, a que tantos vínculos me ligam, mas faz presente simultaneamente a terra natal e as recordações da juventude, em torno da venerável Faculdade de Direito do Recife.

A gratidão por tão generosas saudações também vai expressa em nome do eminente Ministro Néri da Silveira, que se empossando na Vice-Presidência da Casa representa a garantia de uma colaboração prestante, leal e supridora no exercício da presidência.

Expresso os agradecimentos do tribunal, e os meus próprios ao Exm^o. Senhor Presidente da República, ao Exm^o. Senhor Presidente do Senado Federal, ao Exm^o. Sr. Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, às Eminentíssimas Autoridades, às Senhoras, aos dignos magistrados, aos ilustres advogados e membros do Ministério Público, cuja presença tanto homenageia quanto prestigia a Córte. Agradeço aos que vieram de longe, ou de perto, num gesto de amizade".

O SR. NILSON GIBSON (PMDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente. Sras. e Srs. Constituintes, não podia deixar de registrar nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte a divulgação da mais nova encíclica, REDEMPTORIS MATER, pelo Papa João Paulo II, a sexta de seu pontificado, que fala sobre a Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo. Um novo apelo para que a Igreja renove o compromisso de amor preferencial pelos pobres, ao aproximar-se o terceiro milênio. Nas 114 páginas do documento "A Mãe Redentora", o Papa João Paulo II assinala que o caminho atual da Igreja está marcado pelo ecumenismo, e propõe que se recorra a Maria, como mãe comum, para facilitar uma urgente união dos cristãos.

Sr. Presidente, Sras e Srs Constituintes, as principais características da nova encíclica, que se divide em INTRODUÇÃO, TRÊS PARTES E CONCLUSÃO, são a amplitude do discurso bíblico, o ponto de vista trinitário, cristológico e pneumatológico e a colocação da fé da Virgem. O Papa João Paulo II refere-se a duas fontes constantemente: a Sagrada Escritura e os documentos do Concílio Vaticano II, principalmente as constituições sobre a Igreja, Lumen Gentium e Dei Verbum e ainda sobre a Igreja do mundo contemporâneo, Gaudium Et Spes.

Na introdução, o Papa João Paulo II expõe as razões que o levaram a proclamar o Ano Mariano, que começa em 7 de junho, e dedicar a encíclica à Virgem Maria: "A perspectiva do ano 2000 já próxima, em que o jubileu b milenar do nascimento de Jesus Cristo leva ao mesmo tempo nosso olhar para a Virgem Maria". Na primeira parte, o Papa João Paulo II analisa/algumas expressões bíblicas, como "cheia de graça", com que o anjo Gabriel saudou Nossa Senhora, e "eis a tua mãe", que Jesus disse agonizante ao discípulo amado, entre outras.

Na segunda parte, a encíclica afirma que Maria é para o "povo de Deus que está em todas as nações do mundo" um modelo e um guia de sua peregrinação através das perseguições do mundo e as consolações de Deus.

Na terceira parte, o Papa trata da "mediação materna" de Maria, repercutindo a doutrina do Concílio Vaticano II, inspirando-se no capítulo VIII da **Lumen Gentium**. A Conclusão lembra o Papa o sentido do Ano Mariano com um apelo para que se releia com empenho esse concílio e comenta a antífona Alma Redemptoris Mater.

A encíclica contém ainda temas como a Teologia da Libertação, a opção preferencial pelos pobres e a comemoração do décimo segundo centenário do Concílio Ecumênico de Nice, no ano 787, além dos mil anos de conversão ao Cristianismo do povo da antiga/Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Rússia.

Segundo o Papa João Paulo II, "à lua de Maria, a Igreja lê no rosto da mulher os reflexos de uma beleza que é espelho dos mais elevados sentimentos que o coração humano pode albergar: a totalidade do dom de si por amor, a força que é capaz de resistir aos grandes sofrimentos, a fidelidade sem limites, a operosidade incansável e a capacidade de conjugar a intuição penetrante com a palavra do apoio e encorajamento".

No final, o Papa João Paulo II diz que "à medida que a Igreja se vai aproximando, juntamente com toda a humanidade, da Fronteira entre os dois milênios, ela, por sua parte, com toda a comunidade dos que acreditam em Deus e em comunhão com todos os homens de boa vontade, aceita o grande desafio que se encerra nas palavras da antífona sobre o povo que cai e anela por erguer-se e, conjuntamente, dirige-se ao Redentor e a sua mãe com a invocação: "Socorrei".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, registro, desta tribuna, que o Papa João Paulo II está acompanhando atentamente duas questões, hoje, no Brasil: o desempenho da reforma agrária e os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. O Papa João Paulo II fez a revelação, na semana passada, ao Presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, que foi a Roma despedir-se do Papa João Paulo II após oito anos à frente da entidade católica.

Concluo, requerendo à Mesa que envie Mensagem telegráfica ao Papa João Paulo II, em nome dos Constituintes, agradecendo a S. S. a nova e excelente encíclica sobre a Virgem Maria, oferecendo uma proposta pastoral a ser seguida pela Igreja no Ano Mariano, esclarecendo na mensagem que a nova encíclica/possui imensa riqueza e conteúdo de doutrina e sugestões pastorais que preparam o homem para um frutuoso Ano Mariano. E deva-se aproveitara mensagem para desejar ao Papa João Paulo II que a "Mãe redentora" o proteja na sua próxima viagem à América do Sul, inclusive a visita à Rússia no ano de 1988. Aliás, é registrada na encíclica referência especial ao batismo do príncipe Vladimir, que introduziu o cristianismo na Rússia.

Realmente, a encíclica da Virgem é uma meditação sobre o mistério de Salvação a Maria, na alvorada da Redenção, em que ela foi chamada a colaborar de modo absolutamente extraordinário e excepcional.

Admirável serviço oferecido à humanidade pelo Papa João Paulo II, com a divulgação deste documento. (Muito bem! Palmas.)

O SR. VICIOR FACCONI (PDS – RS. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. e Sras. constituintes, recuperar as perdas dos aposentados e pensionistas da Previdência Social, que vêm sofrendo profunda defasagem em seus proventos e benefícios ao longo dos anos, é, sem dúvida, uma promessa que a Nova República ainda não conseguiu cumprir.

Desde o ano passado, o atual Ministro da Previdência e Assistência Social, em declarações à imprensa, vem informando que os benefícios seriam reajustados. que nenhum benefício pago pela Previdência seria inferior a um salário mínimo, que as conseqüências do "arrocho" de 1979 a 1986 seriam eliminadas e, inclusive, anunciava que o INPS vinha trabalhando com superávit, mas agora já se deve refazer o reajuste até o ano corrente de 1987. Mais uma vez, geraram-se expectativas e esperanças de que a penosa situação iria melhorar. Na prática, entretanto, nada aconteceu e se concretizou.

Eis que agora, no entanto, se divulga que no próximo dia 31 de março o Presidente José Sar-

ney deverá anunciar a elevação do piso de benefícios da previdência urbana para Cz^s 1.300.00, equivalente a 95% do salário mínimo e o reajuste de 41.79% do valor das aposentadorias e pensões. Este reajuste é frustrante, Sr. Presidente. Mais uma vez a decepção, a desilusão e o sentimento de revolta afloram, pois este reajuste anunciado está muito aquém do percentual reclamado pelos aposentados e pensionistas.

Além disso, mais uma vez os trabalhadores rurais ficarão fora das decisões governamentais. Porque não estender também a eles esses benefícios?

E, como se ainda não bastasse, essas medidas vigorarão a partir de 1^o de abril, mas, com a demora de 60 a 90 dias para a elaboração dos carnês, os inativos receberão o benefício apenas por volta de junho ou julho. Essa demora vai manter os aposentados no "sufoco" por mais algum tempo, além de fazer com que o dinheiro chegue ao bolso dos aposentados já bem desvalorizado, devido à alta inflação, num verdadeiro 1^o de abril.

Realmente, não é mais possível continuar aceitando essa dicotomia entre o que se fala e o que se faz. As expectativas permanentes, a ansiedade crescente, as frustrações sucessivas, as promessas não cumpridas e as injustiças pareciam acabar. Impõe-se, com a maior urgência, a adoção de um atendimento social realmente justo, pois hoje cerca de 12 milhões de famílias sofrem os efeitos de uma legislação precária e indigna, que as toma dependentes de proventos tão pequenos que chegam a ser ridículos.

Em nosso País – temos que admitir – ainda não se desenvolveu uma consciência social de respeito para com os idosos. Daí, em parte, o marginalismo a que são relegados os aposentados. Mas isso precisa mudar. Aposentar-se por velhice ou por incapacidade física já é, por si só, um trauma; receber, no fim do mês, uma quantia insuficiente para viver é uma agressão moral. A maioria dos inativos ou já produziu o que deles se esperava, ou deixou de trabalhar por motivos alheios à sua vontade; não merecem, pois, ser violentados por uma legislação pouco razoável, que os penaliza arbitrariamente.

É bom que o Governo reflita sobre uma verdade incontestável: a aposentadoria não é favor, constitui, isso sim, a restituição de um capital arrecadado compulsoriamente, ao longo de 30 ou 35 anos de serviço, em que o trabalhador contribui para o progresso da Pátria. Uma aposentadoria significa, assim, colher o que se semeou ao longo de muitos anos. Quem paga tem o direito de receber. Nada mais justo, portanto, que se devolva a cada um o que lhe é devido, já que é direito de todos conservar o mesmo padrão de vida durante o período de atividade e, especialmente, depois dele.

O País anseia mais do que nunca por definições concretas do Governo, eis que em promessas ninguém mais acredita e já dura demasiado o período de indecisões. É preciso modernizar e humanizar o sistema de benefícios. O atual é discriminatório e apresenta grandes distorções, já que os índices e critérios de cálculo que vêm sendo adotados têm resultado em consideráveis perdas salariais para todos os assistidos – ou desassistidos? – da Previdência Social.

A propósito, o Poder Judiciário continua dando ganho de causa aos aposentados e pensionistas que demandam corta o INPS em virtude de perdas ocasionadas pelos ilegais e lesivos critérios de reajuste de benefícios. A Nova República, porém, além de descumprir a obrigação de reparar os achatamentos salariais, procura ganhar tempo,

usando de todos os recursos para delongar ao máximo o desenlace dos processos, sem lembrar que "Justiça tardia é uma forma de injustiça", como dizia La Bruyere. Ademais, vez por outra ainda nos deparamos com arbitrariedades e abusos administrativos, que ferem a determinação suprema da ordem constitucional, como foi o caso da Portaria nº 2.865/82, em que o Ministro da Previdência e Assistência Social extrapolou os limites de suas competências e feriu a Emenda nº 18/81, ao determinar que: "O cálculo do valor da aposentadoria por tempo de serviço dos professores será efetuado de acordo com o determinado na legislação previdenciária, não podendo ultrapassar os limites nela estabelecidos".

Por outro lado, ficou claro que, se o Ministério da Previdência está trabalhando com superávit, o dinheiro vem sendo desviado para outras entidades governamentais, com o que não podemos concordar, Srs. Constituintes, pois é dinheiro que pertence aos trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr^{as}, Srs. Constituintes, não é de hoje nossa luta em favor dos aposentados e pensionistas, buscando assegurar seus direitos e a paridade de seus proventos com os dos trabalhadores e funcionários públicos federais, estaduais e municipais em atividade. Nesse sentido, apresentamos, na legislatura passada, dois projetos de lei e já elaboramos propostas que pretendemos apresentar à Assembléia Nacional Constituinte, a fim de que a nova Carta garanta os legítimos interesses da classe.

As injustiças estão aí e merecem pronto reparo. Ainda é tempo de o Presidente Sarney incluir, em seu anúncio do dia 31, as principais reivindicações dos aposentados e pensionistas de todo o País e que têm o apoio do Comitê Parlamentar de Defesa dos Direitos dos Aposentados e Pensionistas, como as seguintes:

- Restituição aos aposentados e pensionistas do valor real e original de seus benefícios calculados em salários mínimos, defasados de 1979 a 1987;

- Defesa do princípio constitucional de que a aposentadoria é irredutível, calculada sempre em salários mínimos;

- O estabelecimento de que nenhum benefício para a área urbana ou rural poderá ter valor inferior a um salário mínimo (e não apenas para a área urbana, como anuncia o Governo);

- Participação dos trabalhadores, dos aposentados e dos empresários, junto com o Governo, na administração da Previdência Social;

- O cálculo da aposentadoria deverá ser feito com base nos doze últimos meses de contribuição, corrigidos mensalmente, de acordo com os índices da inflação;

- Proibição de aplicação dos recursos da Previdência Social para outras finalidades fora da Previdência Social.

Não é mais possível, Sr. Presidente, admitir que se estendam interminavelmente o desespero e a luta inglória daqueles que já trabalharam tanto e que não têm o descanso e a paz que merecem. Apelamos, portanto, mais uma vez, ao Presidente Sarney, para que leve em consideração as reivindicações dos aposentados e pensionistas brasileiros. Não é justo que novamente sejam eles colocados à margem do processo de desenvolvimento do País. Eles têm direito à justa devolução de suas contribuições e de viver condignamente.

Nobres Colegas, esta é uma bandeira a ser empunhada por todos os brasileiros. Algum dia – devemos lembrar – também estaremos nos aposentando e, certamente, não desejamos para nós mesmos o que vem ocorrendo na área da Previdência.

Se queremos justiça social, a hora é esta! Empenhamo-nos para que ela passe a existir desde já!

O SR. RUY BACELAR (PMDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, comunico aos meus ilustres pares que estou apresentando neste momento proposta de norma constitucional objetivando fazer com que o Estado cumpra efetivamente o seu papel na área do ensino, compromisso que assumimos com o povo baiano na campanha eleitoral de novembro passado, quando, na praça pública, defendemos a garantia do direito à educação gratuita a todos os brasileiros a partir da pré-escola.

Eis, na íntegra, a proposta e sua justificação que, pela sua importância, merece ser consignada nos Anais desta Assembléia Nacional Constituinte.

Assembléia Nacional Constituinte

Sugestão de Norma ao Projeto de Constituição

Dispõe sobre os princípios, condições de acesso e financiamento da educação e dá outras providências.

Inclua-se onde couber:

Art. – A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado.

§ 1º – O ensino fundamental é obrigatório dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos e será ministrado gratuitamente pelo Estado.

§ 2º – O ensino fundamental será ministrado na língua nacional, assegurado aos indígenas o direito à alfabetização nas línguas materna e portuguesa.

Art. – O direito ao ensino fundamental é acionável contra o Estado por mandado de segurança.

Art. – O Estado oferecerá educação pré-escolar gratuita às crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos de idade.

Art. – Anualmente, a União destinará nunca menos de 15% (quinze por cento), e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 27% (vinte e sete por cento), no mínimo, das respectivas receitas de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único – Para efeito do cumprimento dos percentuais mínimos e da sua efetiva aplicação somente serão contabilizadas as despesas consignadas aos programas do Ministério da Educação no ensino regular e supletivo.

Art. – O ensino é livre à iniciativa particular, observadas as disposições legais.

Parágrafo único – É vedado ao Estado conceder, sob qualquer forma, recursos financeiros e materiais a estabelecimentos particulares de ensino, excetuando-se as entidades de ensino sem fins lucrativos.

Justificação

Apesar de o direito à educação achar-se inscrito em nossas Constituições, trata-se de norma meramente programática, que não se cumpre efetivamente. Há necessidade, pois, de gerar direito público subjetivo pelo menos no que se refere ao ensino fundamental e gratuito para toda a população brasileira. Assim, a presente sugestão destaca a obrigatoriedade tanto de os

pais matricularem seus filhos na escola de 1º grau quanto o dever efetivo do Estado de conceder-lhes vaga. Ao mesmo tempo que atribui a mais alta prioridade para o ensino fundamental, a sugestão estabelece, ainda, que o Estado oferecerá vagas gratuitas na pré-escola, dos 4 (quatro) aos 6 (seis) anos de idade. Será a primeira vez que uma Constituição brasileira fixará esta obrigatoriedade, rumo ao alargamento da faixa etária de frequência escolar compulsória. Assim, será possível atender a reclamos crescentes que decorrem do trabalho da mulher fora do lar, da fragmentação da família, da necessidade de construção e desenvolvimento das estruturas cognitivas da criança, bem como do privilégio que ainda hoje constitui a pré-escola, reservada em grande parte aos que podem pagá-la.

Coerentemente com a fixação do direito à educação comum e democrática para todos, é estabelecido que o ensino fundamental será ministrado na língua nacional, excetuando-se apenas as populações indígenas que, em respeito à sua identidade cultural e, ao mesmo tempo, visando a sua participação na comunidade nacional, deverão ter alfabetização bilingüe.

Rompendo, ainda, com uma tradição de ambigüidades, opta-se pela exclusividade das obrigações ao Estado em relação à escola pública. A escola particular é livre, mas não deverá constituir ônus para o Estado. Assim, não é mais permitida a transferência de recursos públicos para estabelecimentos particulares.

Por fim, tendo em vista o acréscimo das obrigações do Estado para com a educação, amplia-se a vinculação de recursos oriundos da receita de impostos. Simultaneamente, esclarece-se, no próprio texto, a natureza das despesas de manutenção de desenvolvimento do ensino. Com isso, eliminam-se, na fonte, dúvidas que podem marcar a regulamentação e aplicação do dispositivo constitucional.

Senador Constituinte Ruy Bacelar.

O SR. NAPHTALI ALVES (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr.

Presidente, Srs. Constituintes, não é de hoje que se sente e se reconhece a necessidade de melhorar a assistência e a instrução do menor abandonado do País, até aqui mal encaminhado por uma série de regulamentos mais ou menos imperfeitos, mais ou menos impróprios para a meta que de há muito se busca.

No Brasil, a fome, a miséria e a falta de assistência médica e social matam sete crianças em cada cinco minutos; a violência aumenta, tornando-se cada dia mais cruel e assustadora, estimulando-se em mais de trinta e cinco milhões o número de menores marginalizados.

Os problemas e dificuldades estruturais de nossa sociedade são extremamente graves, resultando em miséria, submoradia, analfabetismo, doenças e mortes precoces, atingindo em quase sua totalidade as classes menos favorecidas.

A forma de organização de nossa sociedade estabelece classes sociais, no interior das quais o perfil da criança, do adolescente e do jovem é diferente. No entanto, o modelo considerado padrão está baseado nos critérios da classe dominante, e, em consequência, as crianças das classes empobrecidas são consideradas "carentes",

"deficientes", "defasadas", "inferiores", por não corresponderem ao estabelecido.

Ainda há muita gente, inclusive nos grandes meios de comunicação social, fazendo séria confusão entre "estrutura de pobreza que gera o comportamento" com "estrutura de conflitos" ou de "mau comportamento".

A sociedade e autoridades necessitam perceber que os menores empobrecidos, ao viverem seus conflitos e terem o chamado "mau comportamento", estão gritando, a seu modo, por mudanças sociais, estão pedindo chance, voz, vez, trabalho, comida, casa, educação, carinho...

Em 20 de novembro de 1959 foi instituída, pela Assembléia das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que, sem sombra de dúvida, representa significativa conquista da humanidade, pois ajudou a definir e a consolidar a compreensão sobre as características próprias da infância e de sua importância especial como período propício para a formação e o desenvolvimento das personalidades. Contudo, com o passar dos tempos, a Declaração dos Direitos da Criança permaneceu somente no papel, para a grande maioria dos menores.

Estamos no ano da Constituinte, quando as esperanças de toda a Nação estão depositando na Assembléia Nacional Constituinte.

É extremamente necessário e urgente que esta Casa, independentemente de partidos políticos e bancadas regionais, una-se para a resolução de um problema que atinge o Brasil de Norte a Sul – a infância abandonada.

Por não ser de menor importância do que todas as outras já existentes é que opinaria pela criação de uma comissão permanente, trazendo também para nossa responsabilidade o problema de assistência ao menor abandonado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL – R.O. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o PFL, que já conseguiu uma grande vitória ao fazer o Governo promover uma revisão na tabela e na sistemática do Imposto de Renda, vem agora, pelo menos por uma grande maioria de seus membros, lançar uma campanha para fazer cessar a cobrança do imposto compulsório.

Realmente, a instituição do compulsório sobre veículos e combustíveis teve a sua fundamentação na necessidade de frear o consumismo, já que a demanda por aqueles bens compulsoriados estava atingindo cifras extraordinárias, segundo o entendimento do Governo. Este não era o caso. A verdade é que o Governo lançou mão deste dispositivo para engrossar a esteira da receita, alegando que os recursos oriundos do compulsório seriam utilizados para financiar projetos de interesse no desenvolvimento social. Hoje toda a sociedade sabe que o compulsório e seus recursos estão servindo para cobrir o buraco das estatais. E há mais: segundo notícia à imprensa, até hoje ou até há pouco tempo a Petrobrás, que recolhe os recursos do compulsório sobre os combustíveis, ainda não tinha transferido nenhum cruzado para o Tesouro Nacional. Isto é um absurdo.

Neste pronunciamento queremos não só gritar pela sustação do compulsório, mas também declarar o seu caráter inconstitucional, ilegal e imoral.

Inconstitucional, pois instituído por decreto-lei, ilegal, porquê sequer ainda foi lido perante o Congresso Nacional, imoral, porquê criado para frear o consumo, que paradoxalmente ainda persiste,

quando estamos mergulhados na mais profunda crise recessiva do País.

Estamos preparando requerimento ao Exmº Sr. Presidente da República solicitando amplo e profundo esclarecimento sobre destinação do compulsório.

Voltarei ao assunto.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (PDC – GO. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o Partido Democrata Cristão reiteradas vezes tem conclamado os homens do Governo e das diversas lideranças políticas para, num amplo acordo nacional, procurarem as soluções mais urgentes para a agravada crise econômica e social em que se debate o País.

A crise cresce, no entanto, sem que o Governo adote qualquer providência, apesar da boa vontade das lideranças políticas oposicionistas.

As greves atingem todos os setores de atividade, paralisando a vida do País; o desemprego alcança níveis impressionantes e a fome atinge a grande maioria dos lares brasileiros.

Apesar do quadro caótico, o Governo quer atirar para a Constituinte a responsabilidade de tudo resolver, sem que adote as providências mínimas para debelar este estado de coisas.

O Partido Democrata Cristão adverte o Governo para a necessidade de ser dada toda prioridade possível à solução da grave crise econômica.

Se não resolvermos a questão econômica, que castiga trabalhadores, produtores, empresários e demais segmentos da Nação, não adianta elaborar qualquer Constituição.

O Governo não pode continuar enganando a Nação. Urge a adoção de imediatas providências para resolver a grave e preocupante crise econômica.

Esta a advertência que renovamos, os democratas cristãos, porque, felizmente, ainda há tempo para evitarmos o pior.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, democracia é o nosso maior compromisso, como brasileiro, político e peemedebista.

Não democracia faz-de-conta, mas real, política, social e economicamente.

É contraditório, excludente pensar em democratização mantendo mecanismos de concentração da renda e da riqueza, fazendo com que alguns poucos tenham tudo e a maioria submetida ao suplício da pauperização ou até de incerta sobrevivência biológica.

Sem o distributivismo, que tem no salário o maior instrumento, é impossível pensar em desenvolvimento econômico; sem este não teremos estabilidade nesta Nação.

Precisamos da democracia para fazer tais transformações. Todavia, sem transformações não faremos democracia.

Por isso, quando vemos os lucros apontados pelos balanços das instituições financeiras, graças à criminosa usura, aos inaceitáveis privilégios e insaciável especulação, consideramos uma ofensa aos brasileiros, um verdadeiro escárnio à situação de vida dos trabalhadores deste País.

A atividade financeira tem sido a mais lucrativa, rentável, concentradora, nos últimos anos. Em contrapartida, até para com os seus operários, os bancários, o comportamento tem sido aviltante, desumano. Mais uma vez o bolo produzido não tem repartição. Resta a mobilização da categoria para reverter o quadro, pois os banqueiros,

insaciáveis quanto ao lucro, são miseráveis quanto ao salário do setor.

Nosso apoio à luta dos bancários, seguindo o princípio de que é preciso valorizar o trabalho muito mais que o capital, conforme compromisso estatutário do PMDB.

Indigna qualquer brasileiro ver o balanço do Bradesco, Itaú, Real, entre outros, enquanto os bancários não recebem em boa parte o mínimo previsto pelo DIEESE, não têm estabilidade e são injustiçados. Além do mais, onde e quando vamos ver os banqueiros promoverem a participação dos seus funcionários nos lucros da empresa?

Pela ascensão política, econômica, social e cultural dos trabalhadores em geral e dos bancários em particular, nossa solidariedade ao movimento grevista ora existente.

Peço a transcrição nos Anais do documento em anexo.

O NÍVEL SALARIAL DOS BANCÁRIOS

Até 31-8-86, o salário inicial dos bancários (base de Brasília) era de Cz\$ 1.591,92. Isso representava menos que 2 salários mínimos, valendo, à época, Cz\$ 804,00.

2. Em nenhuma época chegou a níveis tão baixos. Os bancários, embora considerados proletários, em sua maioria, eram proletários de "colarinho branco", dada a necessidade de "boa aparência" imposta pelo patronato. Essa aparência boa, mas artificial, deve ter gerado no seio da população a idéia de que fossem os bancários assalariados de nível mais elevado. Uns "privilegiados".

3. E, de fato, o eram, nisso que seus salários, por força mesmo de suas atividades, teriam de ter parâmetros mais elevados, quando comparados à massa salarial em seu conjunto.

4. Então, por que essa deterioração?

5. Vamos tentar uma explicação, que não consideramos única, mas que, por certo, há de ser bastante válida.

6. Em princípio, a atividade bancária mais importante é a intermediação financeira. É o dá-cá-toma-lá pra que foram feitos os bancos. Primeiro a captação, depois o empréstimo, o financiamento. Assim deveria agir um banco comercial e para isso eram treinados seus empregados. E, por conta dessas tarefas medido seu salário.

7. Sucede que, de uns tempos para cá, as modificações (melhor: as deformações) sofridas pelo sistema financeiro nacional praticamente sufocaram essa atividade de intermediação, que, na prática, se viu substituída pela mais tranqüila e mais rentável atividade de captação e de especulação.

8. A data exata dessa virada seria difícil precisar. Talvez, mesmo, tivesse início na trepidante ascensão das Bolsas de Valores no final da década de 60. Mas, por certo, ela se aguçou, se exacerbou, nos últimos 8 anos.

9. E que ocorreu? Simplesmente que o bancário, a rigor, deixou de ser bancário. Borderôs, promissórias, duplicatas, tudo isso foi, aos poucos, desaparecendo de seu cotidiano, substituídos por CDB, caderneta de poupança, tudo aquilo que representasse captação. Os bancários passaram a prestar serviços os mais diversificados, desde que, em contrapartida, o cliente fizesse aplicações no

"open", abrisse uma caderneta e coisas assim.

10. As agências se iam multiplicando, de forma que estivessem sempre "perto" da clientela. A categoria, eufórica, via crescer as oportunidades de emprego, principalmente quando o desemprego começava a se tornar séria ameaça. Os salários, é certo, não acompanhavam essa euforia, já que, contra toda expectativa, iam se deteriorando sensivelmente. Por quê?

11. Exatamente porque já não eram mais salários de "bancários", mas de "captadores". Os bancos centralizavam seus negócios no "open" numa única mesa, ocupada por alguns poucos e brilhantes profissionais. Para esses, os salários chegavam a ser compensadores. O resto, bem, o resto era o resto. E, afinal, estavam desempenhando tarefas – as de simples captação – que poderiam ser realizadas por mão-de-obra de pequena qualificação. Em alguns casos, mesmo, bastaria substituir os funcionários pela "moça-do-bradesco", as meninas mais bonitas que pudessem ser contratadas.

12. Em resumo, não era possível pagar salário de bancários (o que obrigatoriamente não significa que fossem altos) a quem já não era mais bancário.

13. Mas a situação, em determinado instante, apresentou sinais de brusca mudança. O Plano Cruzado I liquidou, no primeiro instante, com a especulação. Os banqueiros, antes de qualquer medida verdadeiramente racional, começaram a redimensionar sua rede de agências, já que a captação, tão absolutizada até então, perdera seus encantos. E assistimos, nos meses de março e abril de 1986, a uma onda de demissões sem precedentes na categoria: cerca de cento e cinquenta mil bancários perderam o emprego.

14. E essa onda de demissões somente não prosseguiu porque os banqueiros já não encontravam, no mercado de trabalho, quem quisesse ir trabalhar num banco pra ganhar menos que dois salários mínimos. Sustaram as demissões, que consideraram bastante. E reformularam sua política salarial. Tanto que, para o acordo de setembro/86, nada obstante tivessem mantido os percentuais fixados pelo Governo (6,3% de inflação mais 2% de produtividade), aumentaram os salários-base, em alguns casos, em mais de 40%. Em Brasília, a partir de 1986, o piso da categoria passou a ser Cz\$ 2.300,00. Um aumento de 44,48%.

15. É claro que essa rara sensibilidade demonstrada pelos banqueiros tinha uma razão: seu retorno às tarefas bancárias precipuas – a intermediação financeira – iria necessitar de mão-de-obra mais qualificada e, portanto, melhor assalariada.

16. Em 10-7-86, a "Gazeta Mercantil" anunciava em sua página 11: "Cresce a evasão de profissionais de bancos para outros segmentos" em matéria assinada de Curitiba por Cláudio Lachini, reproduzindo palavras do presidente do Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira, quem alertava "para os perigos a médio e longo prazo que uma desqualificação profissional no setor bancário poderia acarretar para a economia com um todo".

17. Mais prosaico, mas não menos pragmático, podia-se ler o seguinte anúncio na página 27 do "Correio Braziliense" de 17-8-86: "Empresa em fase de expansão está

admitindo: Vendedores de Consórcios, Bancários e Estudantes"... Seja, reconhecida, de pleno, a existência de uma mão-de-obra disponível, porque mal remunerada.

18. Longe de nós dizer que a situação está boa. Que as perspectivas são excelentes. Com a disparada dos juros bancários, com o ressurgimento daquela incrível ciranda financeira, poderemos ter de volta a mesma questão que aqui apontávamos como causadora da deteriorização dos trabalhos bancários.

19. É que, ao fixarmos um momento, dele nos valeremos para as demais comparações que pretendemos fazer adiante, destacando-se, entre outras, a reação positiva do patronato quando se sentiu acuado, no que respeita à contratação de mão-de-obra num mercado que se ampliava e que ampliou, em termos reais, o valor dos salários.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Está findo o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se ao Horário das comunicações de liderança.

O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETTO (Líder do PDS): – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – R. J.)

Sem revisão do orador: – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nos últimos dias, tive oportunidade de ouvir vários pronunciamentos do PMDB, inclusive os de três companheiros de longa data. Um deles, do nobre Deputado Paulo Macarini; outro, do Deputado Luiz Henrique, também meu prezado amigo, e o último, de Roberto Freire, já do PCB mas costume dizer ao Deputado Roberto Freire que antigamente o PMDB trazia e bandeira da foice e do martelo e agora é o PCB que está a reboque do PMDB. Mas, de qualquer maneira, S. Ex.^{as} deram a entender que estou trabalhando para o Citybank ou para as multinacionais, porque estou atacando o Ministro Dílson Funaro. Acho que já adquiri estabilidade nas empresas multinacionais ou com os bancos internacionais, porque tenho provado que o Sr. Dílson Funaro é desonesto, desde janeiro do ano passado.

Sr. Presidente, a essas denúncias não recebi resposta alguma, a não ser aquela: "Não respondo ao Sr. Amaral Netto, porque S. Ex.^a não é homem sério."

Perguntaria aos meus companheiros do PMDB e do PCB o seguinte: serão das multinacionais e do CityBank os bancários em greve? Serão das multinacionais e do CityBank os brasileiros que se rebelam contra a política de assalto nacional que aí está? Será dos banqueiros internacionais os jornalistas que escrevem todos os dias nos jornais e que se posicionam contra este assalto?

Vamos fazer outra pergunta, Sr. Presidente. Será empregado do CityBank o jornalista Carlos Chagas?

Será empregado do Citybank o jornalista Júlio de Mesquita, diretor de "O Estado de S. Paulo"? O jornalista Carlos Chagas, Sr. Presidente, no dia 25 de março de 1987, escreveu, sob o título "Intransigência leva Sarney ao isolamento", entre outras coisas, o seguinte:

"Nas Assembléias sindicais, como a dos bancários, segunda-feira, em todo o País, o nome de Funaro foi o mais repetido, de maneira cáustica."

V. Ex.^a sabe o que quero dizer. Demagogicamente ou não, para agitar uma reunião de trabalhadores, basta gritar "Funaro!" E logo vem aquilo

que não combina, mas é verdade. Por ironia, a mesma fórmula é adotada em concentrações de produtores rurais. De todos os homens e mulheres deste País, como costuma dizer o Sr. Presidente da República.

Sr. Presidente, diz o jornalista Carlos Chagas: "Da classe média não se fala. As recentes e canhestras investidas do "Leão", transformado em hiena conduzem de maneira aguda à possibilidade da desobediência civil. O que mais se ouve é a respeito da ação conjunta dos contribuintes para não entregarem as declarações do Imposto de Renda. A não correção das quantias descontadas em folha se assemelha mais do que um esbulho."

Ouçá, Sr. Presidente. Não sou eu apenas quem chama o Sr. Dílson Funaro de ladrão. É o jornalista Carlos Chagas que diz: "E roubo praticado pelo fisco sob as ordens e orientação direta do Ministro da Fazenda, que não admite recuar, como não recuou na manipulação dos índices para o cálculo da inflação", que são falsos.

No PMDB e até no PFL as queixas se multiplicam relativamente à postura messiânica do Sr. Funaro. Que coincidência! Tudo que eu já disse estão repetindo: que ele não recebe, não conversa, não explica, a não ser quando comparece à residência de Ulysses Guimarães. E vai por aí afora, até dizerem o seguinte: "Justa ou injustamente o Sr. Dílson Funaro faz tempo que passou da concordata para a falência." Ele já é concordatário duas vezes. Não falhou por usar desonestamente o dinheiro do BNDES, a fim de salvar sua própria empresa. E V. Ex.^a vai ver o que vem por aí, ainda.

Pois bem, o artigo conclui: "Não dá mais para continuar governando com o atual Ministro da Fazenda. Só o Governo não percebe."

Com o Sr. Funaro, o Governo parece aquele pai que tem um filho no Exército e vai pela primeira vez assistir ao desfile. Dois mil homens estão desfilar. Mil novecentos e noventa e nove homens marcham em um passo: seu filho, em outro. E o pai vira-se para o povo e diz: "Vejam só o meu filho, como é bom. É o único que marcha direito. Todos os outros estão errados." É assim que o Presidente Sarney procede em relação ao Sr. Funaro.

Está a serviço do Citybank o jornalista econômico Luís Nassif, da maior categoria neste País? Pois bem, a Trol, depois de minha denúncia de setembro, nunca respondida, confirmada agora por esse jornalista, para se defender publicou matéria paga, porque dinheiro não falta a eles. E o Sr. Nassif, analisando essa matéria, diz:

"Obviamente, quando adquiriu as ações pelo valor simbólico de Cz\$ 0,80, a Trol sabia, por ter montado o plano, que bastaria a assinatura dos bancos credores para aumentar, de imediato, o valor das ações. Essa operação lhe rendeu um lucro imediato, de 280%, além do controle da empresa".

Graças a quem, Sr. Presidente? Ao Ministro, que é seu verdadeiro dono. A Trol ficou com apenas 26% do capital social.

Pergunta o jornalista Luís Nassif: "O que a Trol fez foi um trabalho de consultorias, montando um plano que lhe permitiu apossar-se do controle da empresa por um valor ínfimo. Depois, houve um trabalho de convencimento dos bancos estaduais, que tinham a opção de negar-se a participar de um plano que tinha como principal articulador a empresa do ministro que comanda o Banco Central".

Vejam bem que imoralidade! É a prova do que sempre disse, da desonestidade do Sr. Dílson Funaro.

É a primeira vez na história do País que o controlador de uma empresa paga o consultor transferindo-lhe, de graça, o próprio controle da empresa. E o comunicado afirma que é pouco."

Termina o Sr. Luís Nassif – vejamos bem, não é o Sr. Amaral Neto – dizendo:

"A nota oficial não esclarece de que maneira a Hering está pagando seus tributos atrasados. Apesar de seu diretor de Relações com o Mercado sustentar que estão sendo pagos juros e correção monetária sobre tributos atrasados, "Dinheiro Vivo" – coluna do Sr. Luís Nassif – possui documentos que o autorizam a dizer que a Hering foi anistiada dos juros, mora e correção da dívida".

Isto aqui também é emprego do Citybank meus caros Líderes do PMDB?

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o que aí está eu já havia denunciado. Mas há uma denúncia muito pior, vou assumi-la novamente hoje: o Sr. Dílson Funaro é um desonesto em cascata, geometricamente aumentando.

Quando era Secretário da Fazenda de São Paulo – vamos ver se ele vai desmentir esta, Sr. Presidente, pois não desmentiu nenhuma até hoje –, baixou uma portaria. Era o Sr. Abreu Sodré o Governador do Estado. Vejam que ele já fez parte também dos governos da Arena. E com o Sr. Abreu Sodré! Qual foi a portaria? Isentando a Trol, sua própria empresa, de todos os juros, multas e correção monetária que devia ao Governo do Estado.

Por fim, Sr. Presidente, prometo a V. Ex.^a, na segunda-feira, fazer uma denúncia pior: a compra, pelo BNDES, de ações da Trol à beira da falência, citando o nome dos três homens que a realizaram e foram nomeados para a Trol logo depois de deixarem o BNDES. Vou provar tudo isto para que ninguém pense que estou brincando com o Sr. Funaro.

A verdade, Sr. Presidente, é que ele não veio ontem aqui. Fiquei uma hora e meia de megafone em punho a sua espera. Aquele megafone era o simbolismo do fato de que o povo brasileiro tem de gritar, porque os ouvidos morais são sempre surdos, por mais limpos que estejam. E a honra da Trol e do Sr. Funaro defende-se apenas com pistola de plástico, mais nada.

Agora, Sr. Presidente, vem a notícia – que deixo aqui transcrita – de que no dia 2 de abril, quinta-feira, ele virá ao Senado. Não ao plenário do Senado, porque ele não tem coragem de enfrentar parlamentarmente ninguém, mas ao Auditório Petrônio Portella. E o Deputado Amaral Netto jura a V. Ex.^a que nesse dia estará lá também, de megafone em punho, para receber o Ministro desonesto e prevaricador. Vamos ver se ele vai correr outra vez, pois já transferiu sua vinda a esta Casa três vezes e fica aninhado sob as "asas" do PMDB, onde gente de bem, gente correta e honesta se presta a defender um Ministro que não tem honestidade para defender-se.

Sr. Presidente, isto é fato, é notório, e V. Ex.^a vai ficar admirado quando verificar o que ainda existe para ser provado a respeito desse homem que está entregando o Brasil à desgraça, à falência total, oprimindo, esfomeando e desgraçando o povo brasileiro.

O SR. CONSTITUINTE CUNHA BUENO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. CUNHA BUENO (PDS – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, tenho proposta de elaboração de projeto para a Constituição que versa sobre o parlamentarismo já e o parlamentarismo monárquico logo. Gostaria de saber de V. Ex.^a a quem devo entregá-la para ser distribuída às comissões que a partir de segunda-feira começarão a funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Presidência pede a V. Ex.^a que a encaminhe à Mesa.

O SR. CONSTITUINTE LÚCIO ALCÂNTARA: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PFL – CE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, era minha intenção abordar a vinda dos Prefeitos a Brasília e o compromisso assumido pelo Presidente da República de definir, em trinta dias, uma reforma tributária de urgência, capaz de levar mais recursos aos municípios, para que estes atinjam suas finalidades e os prefeitos possam executar seus programas.

Porém, fomos aqui surpreendidos com um pronunciamento do nobre Deputado Hermes Zaneti, feito em cátedra, ousando, inclusive, dar conselhos ao Sr. Presidente da República e expender conceitos sobre o Partido da Frente Liberal, que queremos repelir energicamente, por descabidos e injustos. Conceitos sobre a Frente Liberal já foram dados por líderes da importância de um Tancredo Neves, que a ela se referiu como aquele grupo de parlamentares que viabilizou a transição democrática livre e pacífica e a instalação da Nova República.

Faz ainda o nobre Deputado gaúcho referência à confusão existente no Governo. Se apoiamos o Governo, não o fazemos pela existência de cargos, nem porque temos companheiros ocupando ministérios ou posições importantes, mas única e exclusivamente por nos considerarmos também fiadores da transição política e colaboradores do processo de reinstitucionalização do País, que tem seu epílogo e sua culminância na elaboração da nova Constituição.

Deveria, sim, o nobre Deputado, tão cioso das suas posições, dirigir-se aos representantes de seu partido e pedir-lhes que deixassem o Governo, responsáveis que são por esta política econômica que o povo vem rejeitando unanimemente. Política que não é de um Ministro apenas, mas dos próprios teóricos do PMDB, que a pregaram durante anos e estão falhando, lamentavelmente, na hora de colocá-la em aplicação. Política econômica que quis, numa voracidade nunca vista, investir contra a renda dos assalariados, com uma cobrança de impostos que equivale a uma verdadeira extorsão, contra a qual o Partido da Frente Liberal reagiu coerentemente, levando ao Presidente da República aqueles dados que permitiram uma mudança tão substancial como queríamos, mas pelo menos indicadora do espírito de compreensão do Presidente.

Política econômica que não se sensibilizou com a iminência de greve dos bancários, e mais uma vez a Frente Liberal foi ao Presidente da República para mostrar a gravidade da situação e levar propostas alternativas que permitiriam uma solução pacífica do problema e não o impasse em que estamos mergulhados. Política econômica que quer, de qualquer maneira, submeter o País à

condição em que nos encontramos e contra a qual temos reagido.

No entanto, os responsáveis por tal política se apegam ao Governo como ostras, constringendo o Presidente da República, como o fizeram, segundo palavras de S. Ex.^a, e aí quero referir-me ao resultado das eleições de 15 de novembro. Foi o Presidente da República quem disse, falando aos Governadores do PMDB no Palácio da Alvorada, que tinha sido obrigado a manter em condições insustentáveis o Plano Cruzado, não fazendo as correções de rota que eram necessárias, para atender apenas a imperativos de ordem política e eleitoral, tendo depois de tomar medidas muito mais drásticas e infelizmente atrasadas, consubstanciadas no chamado Cruzado II, o que levou o povo a uma situação de inaceitação e de rebeldia

Sr. Presidente, encerrando estas palavras, queremos dizer que dispensamos esses conselhos e esse tipo de orientação, como de resto o fazem o Governo e o Presidente da República, este, sim, senhor das políticas que deve administrar e dos apoios de que necessita, até que o PMDB decida se é ou não Governo, se apóia ou não o Presidente da República, se está ou não com S. Ex.^a e se quer de fato garantir a transição democrática pacífica e ordeira que recoloca o País no rumo da liberdade, da democracia e da institucionalização. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Lúcio Alcântara o Sr. Jorge Arbage – 2º-Vice-Presidente deixa cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Cordeiro – 1º-Secretário.

O SR. CONSTITUINTE FRANCISCO ROSSI: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. FRANCISCO ROSSI (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, inicialmente queria frisar que falo aqui em meu nome pessoal, ocupando o horário de Liderança. Na condição de brasileiro e também de ex-bancário, venho hipotecar total e irrestrita solidariedade à categoria, que já entra no quarto dia de paralisação, que hoje abrange seguramente 90% do movimento bancário em todo o País.

Entendemos que poderia agora, sim, falar em nome do PTB, pois nosso partido está totalmente solidário com os bancários nesta greve. Mas queria situar-me em um segmento da categoria, justamente o dos funcionários do Banco do Brasil, que pleiteiam equiparação salarial aos funcionários do Banco Central. É o próprio Banco do Brasil que reconhece haver defasagem entre esses salários. A informação foi dada ontem pelo Assessor de Comunicação do Banco do Brasil, Mauro Sérgio Fernandes, que afirma que a proposta de equiparação só não saiu até agora por causa do Sr. Dílson Funaro. Responsável pelo desastre da política econômica deste País, S. Ex.^a tem impedido a concretização da medida. Esse mesmo assessor afirma ainda que o levantamento dos sindicalistas é válido e que realmente existe defasagem em torno de 32 a 81% entre os salários dos funcionários do Banco do Brasil e os do Banco Central. Seguramente, o Ministro Dílson Funaro estaria preocupado com o número de funcionários do Banco do Brasil, que se situa hoje em torno de 117 mil, enquanto o Banco Central conta com 7 mil funcionários. Essa equiparação não sai, em-

bora a própria diretoria do Banco do Brasil reconheça que o Banco não tem problemas de caixa e que imediatamente poderia arcar com um reajuste de 25% sobre os salários do mês de março. É claro que o Banco não tem esse problema, porque ele se insere nesse contexto de especulação financeira, atualmente uma das mais rentáveis atividades comerciais neste País.

Pergunto, Sr. Presidente: porque não promover essa equiparação já?

Entendo que não deve prevalecer aqui a vontade do Sr. Dílson Funaro. Ainda ontem, vimos Maria da Conceição Tavares, uma das poucas vozes que se levantam hoje em defesa do Sr. Dílson Funaro, voz conhecida por segmentos ortodoxos da nossa economia como "a carpideira do Cruzado", acusando inclusive a imprensa de dar cobertura a uma pseudo-orquestração que se promove no Brasil, procurando derrubar o Sr. Dílson Funaro.

Gostaria, pois, de deixar aqui a minha solidariedade e a solidariedade do PTB aos funcionários do Banco do Brasil, apelando às autoridades responsáveis por essa equiparação, no sentido de que a promovam o quanto antes, porque ela será medida de inteira justiça. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE PAULO MACARANI: — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC, Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, os discursos desta manhã tiveram como tônica especial os seguintes itens: reforma tributária de emergência, incompetência do Governo Federal quanto à greve dos servidores, a crise agrícola, sem precedentes nos últimos quinhentos anos, e os ataques do Deputado Amaral Netto.

O SR. AMARAL NETO: — Ataques, não, denúncias.

O SR. PAULO MACARINI: — ...ao Ministro da Fazenda, Sr. Dílson Funaro.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, gostaria de ponderar, relativamente ao primeiro item — a reforma tributária de emergência que as dificuldades financeiras do Tesouro Nacional residem nos problemas herdados da dívida interna e da dívida externa do País, enquanto as dificuldades dos municípios transitam notoriamente pela recuperação e pela renovação de seu parque rodoviário. Por isso, nós, do PMDB, vamos sugerir às autoridades econômicas do Governo Federal, notadamente ao Presidente José Sarney, duas medidas: primeira, que se examine a isenção do IPI sobre as aquisições feitas pelos municípios e Estados, com referência a máquinas e veículos; segunda, que o Confaz isente de ICM as mesmas aquisições. Creio que isso deve ser trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. Quando forem fixados os novos parâmetros de distribuição de renda aos Estados e municípios, deverá estabelecer-se a incidência do IPI e do ICM sobre aquisições feitas por eles e pela própria União Federal relativamente a máquinas, equipamentos e veículos. Essa medida se destina a aliviar a carga tributária na aquisição desses implementos, indispensáveis ao desenvolvimento das atividades administrativas dos Estados e dos municípios.

Sr. Presidente, na oportunidade, desejo iniciar um debate sobre a alteração da vida administrativa da União, dos Estados e dos municípios.

Creio que a Constituição deve fixar parâmetros com referência aos dispêndios da União, dos Estados e dos municípios com sua folha de pagamento. Pouco adiantaria uma nova distribuição de rendas, se não houvesse um teto que estabelecesse até onde o Estado deve gastar com seu funcionalismo. Por isso, lanço aqui uma idéia, fixando um teto: os Estados não podem despendar mais do que 50% da arrecadação com seu funcionalismo, e os municípios, 30%.

Sr. Presidente, há outro aspecto muito debatido, relativo à incompetência do Governo Federal no que diz respeito à sindicalização e ao direito de greve dos funcionários públicos. Isso está na Constituição. O PMDB tem seu ponto de vista e não fugirá à dele. Somos favoráveis à sindicalização de todos os setores da vida pública deste País. Este é um assunto que deve ser inserido na nova Constituição. Devemos definir os parâmetros que nortearão os interesses, o progresso e o desenvolvimento deste País.

Quando à questão dos pequenos e médios proprietários, já tive a oportunidade de dizer que essas crises são de ordem setorial. Por isso, precisamos definir, na Assembléia Nacional Constituinte, se o crédito rural aos pequenos e médios produtores é uma opção social do Governo ou um instrumento de enriquecimento ilícito da ciranda financeira.

Gostaria de dizer que os preços mínimos fixados pelo Governo atendem em parte às reivindicações dos agricultores. Acentuo, também, que o Governo colocou à disposição da Comissão de Financiamento da Produção cerca de 54 bilhões de cruzados para a aquisição dos produtos agrícolas, de acordo com os preços mínimos.

E aqui vai um alerta a todos os agricultores deste País: não vendam os seus produtos fora dos preços mínimos fixados pelo Governo, porque a Companhia de Financiamento da Produção tem estrutura e recursos para adquirir esses produtos, respeitando, pelo menos, os preços mínimos fixados pelo Governo. Também do empréstimo compulsório se formam os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, com uma destinação de 9 bilhões de cruzados para a construção de silos e armazéns em todo o território nacional, na esperança de se acrescentar, até dezembro do ano em curso, mais 9 milhões de toneladas de estocagem, notadamente nas zonas mais estratégicas para a construção de armazéns destinados aos estoques reguladores.

O Governo também não se furta da oportunidade de examinar, caso a caso, a situação dos agricultores que estejam passando por dificuldades financeiras, para permitir uma prorrogação de seus compromissos, evitando-se, assim, as execuções ou umas eventuais perdas de suas propriedades, no que diz respeito às eventuais execuções por parte dos bancos credores.

Mas eu gostaria de convidar os meus companheiros da Assembléia Nacional Constituinte para alterarmos o Código Civil ou introduzirmos, na própria Constituição, dispositivo que determine que toda propriedade rural, até 75 hectares, poderá tornar-se bem de família, ou, então, ficar insuscetível de penhora, de hipoteca nas execuções de crédito rural, superveniente de inadimplência contratual por frustração de safra ou por queda de preço na comercialização dos produtos.

Sr. Presidente, finalmente quero reportar-me às palavras do nobre Deputado Amaral Netto e trazer aqui uma observação que, certa feita, fez o ilustre político brasileiro Carlos Lacerda, de saudosa memória. Carlos Lacerda dizia que "o SNI não trabalhava na terça-feira, porque na segunda-feira não

existia a circulação de jornais. O SNI vivia em função das notícias dos jornais. E o Sr. Amaral Netto vive aqui em função das notícias de jornais.

Gostaria de dizer a S. Ex.^a e a esta Casa que o PMDB não aceita, pelo contrário, repele as insinuações que S. Ex.^a faz sistemática, nervosa e reiteradamente contra o Ministro da Fazenda, Sr. Dílson Funaro.

Gostaria de acrescentar também o seguinte: a isenção de juros, multa e correção monetária não é decorrente de portaria, mas de autorização legislativa. Portanto, a isenção de multa, juros e correção monetária ou são autorizadas pelo Congresso Nacional ou pelas Assembléias Legislativas ou pela Câmara de Vereadores.

Eu até diria ao Sr. Deputado Amaral Netto, tão irreverente, tão insistente quanto as ações do Ministro Dílson Funaro — e aqui vão as nossas dúvidas — que S. Ex.^a envereda contra o Ministro da Fazenda, com toda a sua bateria de fogos, num momento em que este País toma uma decisão histórica: a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. Parece-nos que o propósito de S. Ex.^a é tentar enfraquecer o negociador da dívida externa, fazendo o jogo dos banqueiros e credores internacionais, que de longa data vêm tentando escravizar economicamente não apenas o Brasil, mas os demais países integrantes do chamado Terceiro Mundo. A sugestão que desejamos fazer é esta: se S. Ex.^a entende, pelas informações não oficiais, que há algum ato do Sr. Ministro da Fazenda que possa ser caracterizado como um desvio da lei, nada mais próprio que S. Ex.^a ingresse em juízo, no foro competente, com uma ação popular para recuperar os cofres dos Estados e da União pelas eventuais violações da Lei de que S. Ex.^a acusa o Ministro Dílson Funaro.

Sr. Presidente, para encerrar, queremos dizer à Assembléia Nacional Constituinte que temos esperanças, após o realinhamento de preços decorrente do congelamento — que atendeu e serviu, durante alguns meses, aos interesses dos trabalhadores e das camadas mais carentes da sociedade brasileira — e dos acertos marcantes da dívida externa, de que o Governo, nos próximos dias, possa encaminhar à apreciação do Congresso Nacional um plano econômico que debele a inflação, que diga não à recessão, que mantenha um mercado de trabalho que dê a este País o seu desenvolvimento econômico-social.

Por fim, quero dizer que o PMDB não aceita nem acolhe essas críticas. Pelo contrário, refuto veementemente as colocações do Deputado Amaral Netto, porque tenho o Ministro da Fazenda na conta de um homem de bem, interessado no progresso e no desenvolvimento deste País.

Muito obrigado.

O SR. CONSTITUINTE AMARAL NETO: — Sr. Presidente, peço a palavra para justificativa pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): — Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMARAL NETO (PDS – RJ, Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, tinha acabado de me referir, no meu discurso, com a maior amizade e respeito, ao Deputado Paulo Macarini. Acabarei sendo obrigado a retirar o

respeito e a amizade, porque ele volta, agora, a declarar, tranquilamente, que eu estaria a serviço de grupos internacionais.

Tenho vindo aqui dizer do Sr. Ministro Funaro aquilo que provo, mas ele precisa provar o que está dizendo, pois S. Ex.^a já passou dos limites. Não admito que digam — e nem o Sr. Paulo Macarini tem moral para isso — a não ser que possam provar, que eu sirvo a alguém. E aqui

ninguém tem moral para tanto. Segundo, que eu estaria servindo desde janeiro do ano passado; terceiro, que toda a Nação está servindo aos grupos internacionais, porque toda ela está nas mas protestando contra a presença do Sr. Ministro do partido do Sr. Paulo Macarini, que com ele quer comparar-se. O problema não é meu, mas dele. Essa é uma outra questão.

Então, digo a V. Ex.^a o seguinte: eu não trouxe aqui nada que seja ataque e, sim acusação e denúncia. A minha função não é a de mover ação popular. A minha Câmara, o meu tribunal, o meu júri é este que aqui está e para o qual me elegi. Um deputado não precisa de ação popular para colocar na cadeia Ministro desonesto. E não desejo fazer isso. Azar do Sr. Macarini que serve a um Ministro desonesto e o defende e com isto insulta companheiros sem uma prova que seja. Se ele a tiver, que a traga, mas nunca tente atingir a minha honra com a idéia de servir a estrangeiros ou a quem quer que seja, pois estariam atingindo o Sindicato dos Bancários, a classe média, as micro e média empresas e o Brasil inteiro.

Repito, Sr. Presidente, esse Ministro que venha a este júri. A ação popular contra ele reside aqui; que venha, então, defender-se. Ninguém aqui se comoveu quando ele disse que eu não era um homem sério. Ninguém. No entanto, isto é o maior insulto que se pode fazer a um Parlamentar. Por isso, tenho de tomar a minha defesa, porque a minha honra foi atingida por um homem que sempre tratei com a maior deferência, meu companheiro desde 1963.

O SR. CONSTITUINTE AMAURY MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação como líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, para que não remanesçam dúvidas e não parem interpretações equivocadas ou precipitadas a respeito da intervenção que fiz esta manhã, ao pleitear o reconhecimento pleno dos direitos do camponês sem terra, dos pequenos e médios agricultores, quero reiterar que não critiquei, em momento algum, a liberalidade da Mesa, permitindo que este plenário fosse ornamentado com a presença de lideranças feministas, e que até o Regimento Interno houvesse sido, de algum modo, subvertido – e subvertido no bom sentido – para que as Constituintes, defensoras dos direitos da mulher, pudessem usar da palavra, embora para tanto não estivessem inscritas.

Sou dos que crêem que a lei, por melhor que seja, nunca é perfeita. Precisa adequar-se à dinâmica dos tempos, às novas realidades. Acredito que a lei é como as virgens. Para que se torne eterna, para que produza resultados positivos, muitas vezes precisa ser violada.

De modo que, Sr. Presidente, desejo deixar claro – e para que não transite em julgado uma sentença injusta, que não corresponda à realidade do que aqui afirmei – que considere a presença das mulheres nas galerias e na própria tribuna um momento histórico da maior importância. Apenas pleiteei idêntico tratamento e igual espaço para outros segmentos da sociedade que continuam à margem do processo político, ou econômico e social, sem participação alguma nas grandes decisões nacionais.

Constituinte para valer tem de ter palavra não só da mulher, mas também do negro, do índio, do comerciante, do bancário, do operário da in-

dústria, do estudante sem escola e do menor sem amanhã. Deve ter a palavra de todos os setores da sociedade, organizada, que precisam ser ouvidos e respeitados a fim de participar, decidir e escrever, eles próprios, a sua história, construindo o seu futuro.

Portanto, que fique claro: não critiquei, mas aplaudi a decisão da Mesa. E espero que a Mesa dispense idêntico tratamento, na próxima segunda-feira, aos camponeses sem terra, aos pequenos e médios agricultores que virão a Brasília pleitear o reconhecimento dos seus direitos.

De outra parte, Sr. Presidente, nós, do PDT, não costumamos utilizar a crítica por diletantismo. Não fazemos crítica pela crítica. Ecoando sentimentos legítimos, postulamos um tratamento melhor, mais justo, mais consentâneo com a realidade àqueles que sofrem. Para os pequenos e médios agricultores já elaboramos um projeto de decisão que visa exatamente a resguardar os direitos e os interesses dessa imensa maioria, que, de repente, é transformada em minoria e que não é ouvida nem tem os seus direitos respeitados. Nesse sentido, estamos colhendo assinaturas para encaminhar à Mesa o seguinte projeto de decisão:

"PROJETO DE DECISÃO

Concede parcelamento das dívidas das microempresas, produtores rurais e pessoas físicas.

Art. 1º As dívidas contraídas por microempresas, pequenos produtores rurais e pessoas físicas junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, até o limite de 300 OTN cada, poderão ser resgatadas em até 24 prestações mensais e com juros de 1% ao mês, sem correção monetária.

Art. 2º Para efeito de parcelamento, considera-se como valor da dívida o valor pactuado, excluídos os acréscimos resultantes de multa ou cláusulas penais

Art. 3º O prazo de 24 meses começará a correr a partir do vencimento da dívida.

Art. 4º Esta Decisão Constitucional, depois de assinada pelos Deputados e Senadores presentes, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua publicação."

Rejeito, Sr. Presidente, qualquer tipo de insinuação que conduza à equivocada conclusão de que o PDT está aqui para exercitar a crítica simplista, inconsequente e irresponsável. Não, Sr. Presidente. O PDT critica e oferece soluções. Aí está uma alternativa que, reclamada pelo nobre Líder em exercício do PMDB, pode minimizar a tragédia que hoje se abate sobre centenas de milhares de brasileiros. Se for possível parcelar o pagamento dos débitos bancários de pequenos agricultores, microempresários e pessoas físicas até o limite de 300 OTN (algo como 550 mil cruzados), permitindo-lhes que resgatem seus compromissos em 24 meses, a juros de 1% ao mês, sem a violência da correção monetária, por certo estaremos todos nós, de todos os partidos, contribuindo para esvaziar a crise e evitar que o País resvale para o terreno perigoso da recessão econômica.

Concluo, Sr. Presidente, formulando um apelo à sensibilidade, à inteligência e aos compromissos históricos da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de que evitemos a falência em cascata desse importante universo econômico, que responde, hoje, por mais de 50% do Produto Interno Bruto e assegura emprego a cerca de 30 milhões de brasileiros.

Ou lutamos para que microempresários, pequenos e médios agricultores recebam os benefícios da lei justa e sábia, ou marcharemos, inevitavelmente, para uma indesejável convulsão social de dimensões e conseqüências absolutamente imprevisíveis. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Os Senhores Constituintes que tenham sugestões a apresentar, queiram fazê-lo.

AMARAL NETTO – Proposta constitucional que dispõe sobre pena de morte no Brasil.

CÉSAR CALS NETO – Resolução que define, preliminarmente, o sistema de governo a ser instalado no Brasil e a duração do mandato do atual Presidente da República.

UBIRATAN SPINELLI – Proposta que dispõe sobre o sistema particular de ensino.

Proposta que dispõe sobre a obrigatoriedade gratuita do ensino.

DAVI ALVES SILVA – Proposta que assegura à mulher aposentadoria por tempo de serviço e por idade, respectivamente, aos 30 anos de trabalho e aos 56 anos de idade, com proventos integrais.

Sugestão de norma constitucional que acrescente ao texto constitucional que "Lei Complementar estabelecerá requisitos mínimos de população, de área e de renda pública, bem como prévia aprovação pela Câmara Municipal, para a criação de municípios".

Sugestão de norma constitucional que acrescente ao texto constitucional que "a indicação de autoridades públicas estaduais para atuação nos municípios dependerá de prévia aprovação pela Câmara Municipal.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sugestão de norma constitucional sobre concessão de anistia a todos os débitos contraídos pelas Prefeituras Municipais junto à Previdência Social até a promulgação da Constituição.

Sugestão de norma constitucional que estabeleça que aos Municípios deverá ser destinada uma porcentagem nunca inferior a 20% (vinte por cento) dos recursos arrecadados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Sugestão de norma constitucional sobre aplicação de porcentagem da renda tributária da União em obras e serviços na execução de plano de defesa contra os efeitos da seca no Nordeste.

Sugestão de norma constitucional que dispõe sobre a duração do mandato do Presidente da República.

Sugestão de norma constitucional sobre aplicação de porcentagem da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados no Fundo de Participação dos Municípios.

TELMO KIST – Projeto sobre destinação constitucional das Forças Armadas.

PAULO MINCARONE – Projeto de Resolução que dispõe sobre os subsídios dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte.

CUNHA BUENO – Sugestão de norma constitucional, que estabelece o regime parlamentarista no Brasil.

CHAGAS DUARTE – Sugestão de norma constitucional que dispõe sobre a restauração da indissolubilidade matrimonial.

ANTÔNIO DE JESUS – Sugestões que dispõem sobre: regime representativo brasileiro; alis-

tamento e voto facultativos, inclusive para militares; inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade e à religião; direito a qualquer cidadão de propor ação penal ou civil popular; integral separação entre Igreja e Estado; proibição à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de instituírem impostos, taxas e contribuições de qualquer natureza aos templos de cultos, bem como aos seus anexos; reforma agrária; preenchimento de cargos públicos; melhoria da condição social e sindicalização dos funcionários públicos; proibição do aborto; proibição de proselitismo religioso em escolas públicas ou privadas, com exceção das organizações de ensino teológico, e liberdade dos alunos de escolherem a teoria sobre a origem do homem.

VII – O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Está findo o tempo destinado ao horário de Liderança.

Vai-se passar ao horário de pronunciamentos sobre matéria Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso.): – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Constituintes, ao assomar, pela primeira vez, a esta tribuna, neste horário nobre, fazemo-lo com o pensamento em Deus, a quem rogamos iluminar todos os Constituintes que representamos o povo brasileiro, mercê de cujo voto livre e consciente recebemos esta missão, sublime missão de ser o seu porta-voz.

Em toda a História do Brasil, nenhuma época houve de maior responsabilidade para os representantes do povo como esta que estamos vivendo. Fase de transição na qual o País começou a sair da noite para o dia luminoso da democracia, da sombra para o esplendente sol da liberdade, do obscurantismo para a luminescência da inteligência e da cultura.

Fase de transição também para o segundo milênio, no qual o povo brasileiro precisa entrar radiante e livre dos problemas que estão emperrando o seu desenvolvimento.

Eis meus nobres colegas Constituintes o grande desafio que se nos depara. Todos temos o dever de sopitar nossas paixões miúdas, de superar nossas fraquezas, de remover nossa mediocridade, de renunciar a nossas levandades e, nesta hora, com humildade e grandeza d'alma, voltarmo-nos com todas as nossas potencialidades para consolidar a democracia, reconquistada a duras penas, com o sofrimento, a tortura e a morte de muitos de nossos irmãos brasileiros, para restabelecer, firmar e tornar cada vez mais estáveis as liberdades democráticas do nosso povo. Este povo que não tergiversou em sair de sua casa, abdicar de seu conforto e ir para as praças públicas, aderir às campanhas memoráveis pelas diretas-já, aos movimentos de classe e ao heroísmo de grandes brasileiros do valor moral de um Ulysses Guimarães, de um Tancredo Neves, de um Teotônio Vilela e tantos outros que transformaram o nosso partido, o PMDB, no templo da democracia.

Todos estamos conscientes de que a nossa democracia ainda não está totalmente consolidada. Adejam sobre a República aves de rapina, interessadas no retrocesso; ávidas de lucro fácil; sófregas por ver o retorno da inflação incontrolável, responsável pelo enriquecimento a custo da corrupção, da contravenção, do estelionato e da miséria do povo.

Srs. Constituintes, do iluminado Tancredo Neves surgiu a idéia de convocar esta Assembléia Constituinte para renovar a República desgastada, carcomida, viciada e apodrecida por dentro e por fora, a ensinar a invasão dos cartéis e dos grupos alienígenas que se alimentam do sangue dos povos do Terceiro Mundo.

Sem dúvida, a feitura da nova Carta Magna é o primeiro passo para objetivarmos a plenitude da ordem democrática. É o ponto de partida para a renovação, restauração e implantação de uma nova ordem.

Evidentemente, ela não é solução para todos os problemas do País.

Evidentemente, ela não é uma divindade capaz de realizar milagres, nos moldes do famigerado "milagre brasileiro", falacioso e ludibriante.

Mas esta Assembléia Nacional constitui o passo inicial para o alvorecer de uma nova aurora para o Brasil. Todavia, senhores, o povo exige que esta nova Carta não seja prenhe de casuísmos, de detalhes supérfluos, de sutilezas arditosas. Ela há de ser sintética e não centopéica; trazer normas absolutas e não generalidades.

A Constituição deverá ser para o povo brasileiro como o foram para os povos monoteístas as Tábuas da Lei onde se lapidou o Decálogo. A nova Constituição deverá ter a simplicidade e a transparência dos 10 Mandamentos da Lei de Deus, correspondendo, desta forma, aos anseios do povo e traduzindo de forma transparente os seus reais sentimentos.

Srs. Constituintes, fomos eleitos para escrever uma Carta com as características assinaladas.

A Constituição não é propriedade de grupos de classe nem de um clã, não é gregária, mas o reflexo das vontades de todo um povo.

A pretensão de, embora modestamente, dar nossa parcela de contribuição para a feitura da nova Carta não é precipitada nem leviana, mas embasada no testemunho dos grandes mestres da Humanidade, em cujos princípios procuramos abeberar-nos e nortear o nosso trabalho.

A nova Constituição deverá ser a ressonância das grandes máximas difundidas pelo Cristo, o ungido de Deus, que veio implantar no mundo o mandamento do amor: "amarás o teu próximo cano a ti mesmo". A nova Carta, que não será propriedade do Congresso, mas do povo brasileiro, deve ressurar em todos os seus artigos, em todos os seus parágrafos, aquela verdade a qual o Cristo se referiu: **veritas liberabit vos**. A verdade libertadora. A verdade da qual deu testemunho diante dos tiranos e a verdade pela qual deixou-se flagelar, crucificar e morrer numa cruz.

Só a verdade deve ser o norte para os Constituintes, só a verdade abrir-nos-á de par em par as portas da liberdade, da verdadeira democracia.

A nova Carta deve conter normas absolutas, mas singelas, pois, segundo Einstein, "toda verdade que o simples bom senso e o entendimento comum não puder assimilar, é patranha".

Senhores, assim deverá ser a nova Constituição: repleta de amor, sem sentimentalismos vazios. Repleta de compreensão, sem fragilidade. Deve ser forte mas suave, **fortiter se suaviter**.

E para ser autêntica e verdadeira, deve refletir de ponta a ponta a autenticidade do povo brasileiro, com todas as suas peculiaridades, enfim, o povo como ele é.

Amor e verdade que são a ressonância e a síntese do que pregamos nos palanques, em nossas campanhas políticas, e que se expressam na defesa dos direitos e garantias da pessoa humana, na ordem social e econômica, na educação, na saúde e que devem vir no bojo da nova Carta.

Srs. Constituintes, os brasileiros dos mais humildes aos alcandorados nos mais altos postos sentem a necessidade, de forma consensual, de que se implantem reformas básicas ajustadas à nossa realidade.

O tema que escolhemos para essa nossa primeira alocução é um dos assuntos polêmicos que, acredito, por sua relevância e seu elevado alcance social, deverá polarizar a atenção de todos os Constituintes e provocar memoráveis debates nesta Casa, que, tenho certeza, celebrizarão os seus protagonistas: a reforma agrária.

Srs. Constituintes, temos a convicção nítida de que não há um brasileiro de bom senso que não seja partidário ou mesmo progélito da reforma agrária. Nós, brasileiros de todas as condições sociais, ricos ou pobres, brancos ou negros, inteligentes ou ignorantes, vibramos uníssona e intensamente o anseio por um Brasil mais justo, sem violência, cuja riqueza advenha do campo. A reforma agrária é um sentimento nacional. É um dever cívico e patriótico de cada um e de todos os brasileiros.

É um estado de espírito. É uma marca de nacionalidade. O Brasil, por seu turno, é um verdadeiro continente. É um mundo com uma superfície de 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados para uma população de 130 milhões de habitantes. O Brasil tem obrigatoriamente que ser não apenas auto-suficiente em sua produção agropecuária, mas ainda terá que ser um País rico, de um povo feliz. A verdade, porém, é bem outra. Somos um País rico, é forçoso confessar, de um povo pobre. Impõe-se, pois, a conclusão de que está tudo errado.

É hora, pois, de procurarmos, ao longo da História, os erros que se cometeram, as suas causas e encontrarmos o remédio eficaz que erradique tais males. Não é possível continuar usando paliativos.

Srs. Constituintes, desde o reinado português e as Capitânicas Hereditárias sempre houve a preocupação por distribuírem-se terras, sem atentar-se para a criação de uma infraestrutura, um mínimo de regulamentação que evitasse a ganância e pusesse freio no egoísmo excessivo dos que quanto mais tinham, mais queriam ter. E desta forma foram surgindo os latifúndios.

Já nos primeiros séculos do cristianismo São Basílio se investe contra a ganância dos latifundiários: "Deus fez a terra para todos, mas a ganância dos homens apossou-se da maioria, em detrimento dos que nada possuem".

A concentração de muita terra nas mãos de poucos possesores foi sempre condenada pelos grandes padres do cristianismo.

Não existem grandes fortunas que não sejam calcadas em alguma injustiça, se não dos atuais possesores, com certeza dos antigos proprietários. Estas palavras são eco da própria Idade Média.

No século XIX, o eminente brasileiro Joaquim Nabuco fazia a seguinte declaração: "A única solução para o mal crônico e profundo do povo seria uma lei capaz de reformular a propriedade rural".

É preciso – acrescentava ele – que os brasileiros possam ser proprietários de terras e que o Estado os ajude sê-los Advertências como esta caíram no vazio, até que o desenvolvimento industrial e urbano do País veio alargar o fosso entre a economia da cidade e a do campo.

Percebeu-se, então, que se as duas não crescessem harmoniosamente, todo o desenvolvimento nacional estaria ameaçado.

Foi, portanto, a partir do surto desenvolvimentista posterior à II Guerra Mundial que o debate sobre a reforma agrária se acendeu.

Em 1962, a Supra (Superintendência de Reforma Agrária), criada em clima de muita emoção e demagogia, preparou um anteprojeto de mensagem de reforma agrária a ser enviado pelo Governo ao Congresso. O projeto implicava alteração constitucional e foi rejeitado em maio de 1963. A 13 de março de 1964 o Governo anunciava o propósito de desapropriar, por interesse social, faixas de terra à margem das rodovias federais.

A 26 de outubro de 1964, o Presidente Castello Branco encaminha ao Congresso a mensagem sobre o Estatuto da Terra, transformado, a 30 de novembro seguinte, na Lei nº 4.504/64. A 30 de março de 1965, ainda o Presidente Castello Branco criava o Inda (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário) e o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), regulamentados no início de maio.

Em julho de 1968, o Ministro da Agricultura Sr. Ivo Arzuza, anunciava a intenção de fazer modificações no Estatuto da Terra, especialmente quanto aos critérios de módulo rural nas áreas prioritárias para a reforma. Em agosto seguinte, o Presidente Costa e Silva criava o Gera (Grupo de Trabalho da Reforma Agrária) encarregado de promover as mudanças preconizadas.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO: – Permite V. Ex.^a um aparte? Estou acompanhando com muito interesse o pronunciamento de V. Ex.^a e queria apenas fazer um reparo histórico às suas afirmações V. Ex.^a disse que em 1964 teria havido uma tentativa de o Presidente João Goulart desapropriar terras. Quero apenas afirmar que não houve tentativa e sim um decreto de sua autoria, tornando de utilidade pública a desapropriação de dez quilômetros para cada margem das ferrovias, das rodovias, dos açudes e das barragens em que o Governo tivesse parte. Foi um ato histórico dos mais importantes que o Presidente João Goulart praticou na sua gestão na Presidência da República. Esse ato em tão importante que foi também o primeiro a ser anulado pela Junta Militar que ocupou o Governo em 1964, como também foram cancelados o decreto de regulamentação de Lei de Remessa de Lucros e a encampação das refinarias particulares. Era a contribuição que queria dar à elogiosa exposição de V. Ex.^a.

O SR. ASDRUBAL BENTES: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que muito honra e dignifica o meu trabalho.

Prossigo, Sr. Presidente.

A 27 de fevereiro de 1969 era editado o Ato Institucional nº 8, que tratava da desapropriação de imóveis em áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária e limitava ao Poder Judiciário a apreciação do valor das indenizações. O Ato institucional nº 9, de 26 de abril do mesmo ano, estabelecia o pagamento de indenizações em títulos da dívida pública com prazo de resgate de até 20 anos.

Pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, o Presidente Médici acabava com a dualidade de atribuições coincidentes na área de política agrária, substituindo o IBRA e o GERA por um único órgão: o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O INCRA trouxe consigo uma nova orientação, anunciada pelo seu primeiro Presidente, como a concentração de esforços "num programa de colonização capaz de resolver os problemas do homem do campo" em geral e os do Nordeste, em primeiro lugar.

Na atual Constituição, o único dispositivo quanto à reforma agrária é o parágrafo único do art. 171, que, para esse fim, dispensa de submeter

ao Senado as alienações de terras públicas acima de 3.000 hectares. Em vários outros tópicos, porém, existem estímulos indiretos à reforma, como ocorrem com os que prescrevem a função social da propriedade, (Art. 160, III), a desapropriação dos latifúndios (Art. 161) e a legitimação da posse em áreas públicas para quem as tornar produtivas com o seu trabalho (Art. 171). Ocorre, todavia, que o Estatuto da Terra, baixado em fins de 1964, previu o desencadeamento da transformação rural brasileira, ao mesmo tempo em que a Emenda nº 10 à Carta de 46 dava autonomia ao Direito Agrário e uma torrencial legislação posterior colocava esse tema entre os mais dinâmicos da estrutura jurídico-econômica nacional. Em 1985, o Decreto **ilegível** estabeleceu o Plano Nacional de Reforma Agrária, complementado, em 1986, pelos Planos Regionais, a serem cumpridos em cada Estado. Criando-se um ministério para executar a reforma e o desenvolvimento agrários, aberto o assunto ao debate no País inteiro, talvez nenhum outro problema suscite maiores dúvidas e conflitos tão violentos. Parece, assim, indispensável à nova Constituição, nos dispositivos permanentes ou transitórios, incluir diretrizes que reduzam os impasses multiplicados por todo o território nacional.

Nesta primeira abordagem, desejo referir-me apenas a uma norma de caráter geral, que considero a mais benéfica e urgente para concretizar a reforma agrária. Refiro-me à sua regionalização. Tanto no Estatuto da Terra como no Plano Nacional da Reforma (PNRA), são numerosas as referências às adaptações locais imprescindíveis. A própria existência dos planos e das comissões agrárias regionais demonstra a impossibilidade de fazer uma reforma agrária uniforme em País como o nosso, de dimensões continentais e características tão heterogêneas que tornam inviáveis, e por vezes absurdas, em determinada região, medidas em outras extremamente adequadas. Faltam, todavia, regras imperativas, de nível superior, cuja necessidade, aliás, torna-se evidente pela proposta do MIRAD de transferir, total ou parcialmente, a execução da reforma aos governos estaduais ou municipais.

O melhor, embora não o único, exemplo de quanto o PNRA foi concebido em termos irrealis, porque demasiado genéricos, é a sua preferência por um dos instrumentos da reforma agrária, relegando a plano secundário os demais, o que pode ser acertado em algumas regiões, porém, errôneo em outras. De fato, o Decreto nº 55.891, de 31-3-65, regulamentando o Estatuto da Terra, quanto à reforma e política agrária, enumera cinco meios utilizáveis: – a tributação, a assistência técnica, a desapropriação, a colonização, e os meios complementares. O PNRA confere ênfase, quase exclusiva, à desapropriação, reputando ineficazes ou meramente complementares os demais. Essa diretriz talvez sirva em Estados onde não existem mais terras devolutas a serem distribuídas e colonizadas. Na Amazônia, particularmente no Pará, o grande instrumento da reforma ainda deve ser a colonização e não a desapropriação. Isso não significa proibir desapropriações. Há numerosos casos onde é o derradeiro caminho para solucionar os conflitos. Daí, entretanto, a transformá-la de exceção em regra vai enorme distância, que não pode ser desprezada sem deformar, irremediavelmente, o processo reformista.

O Plano Regional paraense, baixado pelo Decreto nº 92.623, de 28-5-86, enumera sete projetos de colonização em Altamira, Itaituba, Monte Alegre, Marabá, Santa Izabel, Carajás e Tailândia. São, ao todo 7,5 milhões de hectares, onde já se encontram 31 mil famílias, ou seja, 7 vezes

a área que deveria ser desapropriada em 86, e o dobro dos assentamentos previstos para o ano passado. A ineficácia desses projetos aparece diagnosticada no Pará cano decorrente de sua precária administração. Além disso, em outras grandes áreas podem ser implantados novos projetos. A margem do Tapajós, perto de Santarém, estão cerca de 1 milhão de hectares da antiga Forlândia, onde ainda subsiste certa infra-estrutura bastante aproveitável. No rio Jari existe enorme área não titulada sob a posse do consórcio que adquiriu o complexo antes liderado pelo empresário norte-americano Daniel Ludwig. E no Vale do Xingu é notória a disposição da Construtora Andrade Gutierrez de desativar o loteamento que traçou, mas não pode executar, sobre mais de quatrocentos mil hectares, considerados entre os mais férteis do solo paraense. Todas essas áreas pertencem ao Governo Federal, como sucede com a do Tapajós, ou podem pertencer sem dificuldades insuperáveis, como a do Jari e Xingu. Finalmente, quase toda margem esquerda do rio Amazonas até a fronteira setentrional do Brasil é um enorme vazio demográfico, à espera de povoamento e recursos para desenvolvê-la. Basta dizer que aí deve ser implantado o Projeto Calha Norte, ao longo de 8.000 quilômetros de extensão, desde os limites das Guianas até os do Peru. Que lógica haverá, portanto, em preferir a desapropriação de áreas privadas, com altos custos, inevitáveis litígios e vertiginosa queda do ritmo da produção, quando ainda permanecem tantas glebas disponíveis? O Estado do Pará possui 1.250.000 km² para uma população de 4,5 milhões de habitantes, dos quais 3/4 concentrados na capital, Zona Bragantina e sedes dos municípios do interior. O resto continua sendo uma imensa floresta sem ocupação. Nesse quadro, desencadear a reforma agrária preferindo desapropriar do que colonizar significa aumentar o seu custo, diminuir a sua amplitude e retardar a sua execução. O Plano Regional paraense necessita de 54.200 km², onde se pretende colocar 75.200 famílias entre 1986 e 1989. As glebas acima indicadas somam extensão a muito superior e podem abrigar várias vezes os trabalhadores a elas destinados. Apenas, ao invés de investir dinheiro ou títulos, pagando desapropriações, indenizando bens e custeando litígios, creio que a diretriz correta será reduzir as expropriações ao mínimo indispensável, encaminhando todos os recursos excedentes para implantar ou recuperar projetos de colonização cujo único defeito é o abandono em que se encontram.

Srs. e Sr^{as} Constituintes, concluindo este nosso rápido pronunciamento, que certamente será complementado por muitos outros, quem sabe, mais valiosos e mais profundos, julgamos relevante que se incluam na nova Constituição dispositivos que regionalizem a reforma agrária, não com intuito de obstaculá-la, mas, ao contrário, com o propósito de, efetivamente, viabilizá-la, para o que, Senhores, é necessário que a reforma agrária seja efetivada, segundo os sábios ensinamentos do saudoso Tancredo Neves, visando à paz, à conciliação e à justiça social. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Cordeiro): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Jofran.

O SR. JOFRAN FREJAT (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quando do anúncio da construção de Brasília, vozes se levantaram contra a ousadia, que imaginavam uma aventura inconsequente e perigosa. Argumentos os mais variados foram levantados sem que isso diminuísse o ímpeto rea-

lizador ou ensombrecesse a visão histórica de Juscelino Kubitschek.

Conquanto sua inauguração fosse uma grande festa cívica, não faltou quem negasse a sua realidade, distantes que estavam da nova fase que se descortinava para o Brasil e que tanto progresso trouxe ao País.

A consolidação física da cidade também sofreu oposição que, mesmo enfraquecida pela realidade, beirava as raias da negação do óbvio. Mas mesmo hoje há quem olhe a nova Capital como a "Ilha da Fantasia", onde o poder se instalou, da mesma forma que em Versailles, distante do sofrimento e da miséria que grassa no resto do País e ronda a porta de nossa gente.

Pois bem. Consolidada fisicamente, desenhou-se, em traços fortes, a necessidade de passos mais firmes e ousados em direção ao futuro, isto é, a necessidade da representação política no Distrito Federal. A primeira fase se completou quando, através da Emenda Constitucional nº 25, de 1985, adquiriu-se o direito à representação, culminando com a eleição de 8 Deputados e 3 Senadores constituintes. E vejamos como esse marco político inicial foi importante: levantada a ponta do véu da ilha da fantasia, através da campanha eleitoral, toda a Nação se conscientizou de que, por trás do cartão postal, havia uma realidade até então pouco conhecida Carência de 120 mil moradias. Trinta por cento da população economicamente ativa desempregada ou subempregada. Padecimento dos mesmos males de qualquer outra cidade grande, com a agravante de termos de posar de habitantes de cidade que se pretende modelo, cujas aspirações são consideradas pelos governantes e desavisados como extravagâncias de filhos mimados.

Dói-nos, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, ver os candangos de Brasília, aqueles que construíram todos esses palácios, monumentos, todas essas ruas e apartamentos de luxo, não dispõem de um teto próprio para abrigar a si e a sua sofrida família. Grande parte deles tem de viver de aluguel de um barraco, no fundo de outro barraco, a preços insuportáveis. Magoa-nos, Srs. Constituintes, encontrar esses mesmos candangos, suas mulheres, seus filhos, implorando um emprego – qualquer emprego – que lhes garanti o mínimo de sustento familiar. Na verdade, não podemos nos conformar com a miséria institucionalizada que impuseram a esses companheiros que promoveram a construção e a riqueza desta cidade.

Se resultou alguma coisa importante dessa primeira campanha política em Brasília foi a exposição, aos olhos da Nação, de que a Capital da República não passa de uma casa, com uma bela sala de visitas (o Plano Piloto) permanentemente arrumada, enquanto os quartos e demais dependências, ou seja, as cidades satélites, encontram-se inteiramente abandonadas. Não admira a insatisfação gerada no seio dos trabalhadores, que culmina com movimentos grevistas entre diversas categorias. Agora mesmo encontram-se paralisados os trabalhadores de saúde. Desde setembro de 1983 vêm perdendo o seu poder aquisitivo, progressivamente. Apanhados pelo Plano Cruzado, na véspera da sua data base para reajuste, tiveram os seus salários congelados e depreciados, a tal ponto que muitos, hoje, mal têm recurso para se transportar para o emprego.

Num país que é a 8ª economia do mundo cabe perguntar: Que capital é esta onde o transporte é o mais caro e o mais ineficiente? Que capital é esta onde a busca do trabalho é uma penitência? Que capital é esta onde a atenção médica e escolar, que deveria ser direito, transformou-se em

mais um infortúnio de sua população? Que capital é esta que se pretendia ter 500 mil habitantes no ano 2000 e já somos 1 milhão e setecentos mil, sem que os governantes divisassem a necessidade de criar mercado de trabalho para esse excedente de um planejamento inconseqüente? Se é um exemplo do planejamento do País, temos que considerar, seriamente, que estamos mal. O fluxo migratório para o Distrito Federal foi uma experiência rica. Sendo uma cidade onde tudo estava por ser feito, como num livro em branco, não é facilmente compreensível os erros repetidamente cometidos. Pior ainda, não se compreendeu o fenômeno: a migração continuada, após a sua consolidação, permitiu concluir, inequivocadamente, que isso não ocorria apenas por ser uma cidade em formação. Caracterizou-se em êxodo rural permanente e, conseqüentemente, a necessidade de estancar-se esse fluxo através de uma reforma agrária séria, conseqüentemente, oferecendo condições de fixação do homem à terra. Se em 1940 a nossa população era 70% rural e 30% urbana, chegamos aos anos 80 com esse percentual exatamente invertido. Brasília, já nos anos 60, mostrava-se um indicador confiável dessa transição. E o que foi feito? Fingiram ignorar ou simplesmente trataram os efeitos, deixando as causas intocadas.

Agora mesmo estamos verificando um exemplo dessa corrida atrás dos efeitos. No dia 30 de dezembro último o Presidente da República, acolhendo Exposição de Motivos do Governador do Distrito Federal, encaminha ao Senado projeto de lei, que tomou o nº 1/87, no qual é proposta a modificação da legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana do Distrito Federal, IPTU, constante no Decreto-Lei nº 82, de 1966, alterando a base de cálculo e das alíquotas. Pela proposta, a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel arbitrado pela autoridade administrativa. Ora, Srs. Constituintes, basta observar os leilões da Terracap para se concluir que é exatamente essa entidade governamental, ou seja, a autoridade administrativa que vai arbitrar valores, que tem puxado para cima os preços dos imóveis em Brasília. Por esse projeto institui-se alíquota progressiva do IPTU para os imóveis não edificadas, ou em edificação ou em demolição, partindo de 8% em 1988 e atingindo 15% em 1991. Aumenta-se de 0,25% para 0,5% a dos imóveis residenciais ocupados pelos proprietários e amplia-se para 2% para os demais imóveis, inclusive os que parcialmente sejam destinados para fim residencial. Como compensação extingue-se a taxa de lixo sob a alegação **ilegível** a não corresponde ao valor da taxa cobrada. Vejam, senhores, até a incompetência acaba pesando no bolso da sociedade.

Qualquer que seja a alegação não justifica crescer ainda mais a carga de imposto sobre a sofrida gente brasileiro. O aumento proposto não vai-se fazer sentir sobre os ombros dos ricos, pois esses podem pagar sem muito sacrifício. Mas as classes média e pobre, que a duras penas consegue o seu imóvel, vão ser mais uma vez duramente atingidas pela sanha tributária do Governo. Imaginem o trabalhador que, após um grande esforço, consegue adquirir um lote. Onde vai ele conseguir novos recursos para edificar, imediatamente? Onde encontrar fontes creditícias, com juros suportáveis, para fugir aos impostos? Em outras palavras, penaliza-se o trabalhador pelo seu esforço. Eufemisticamente, alegam combater a especulação imobiliária, nas costas das classes menos afortunadas.

Dos 8 bilhões de cruzados de receita do Distrito Federal, praticamente 2 bilhões provém de tribu-

tação, sendo que, desta mais de 30% decorrem do ICM do trigo importado. Se se concretizar a suspensão do subsídio do trigo, como se anuncia, prevê-se a triplicação dos valores atualmente transferidos, nessa rubrica, ao Distrito Federal. Conseqüentemente, é pouco justificável a proposta de aumento da alíquota do IPTU que corresponde a menos de 5% da receita tributária local.

Esses são apenas alguns dados que destacam a necessidade da consolidação política do Distrito Federal, que apenas se iniciou na escala federal. É preciso estendê-la através da eleição direta para Governador. Ação vertical de imposição de nomes não é própria da democracia. Leva inevitavelmente à escolha de pessoas desvinculadas dos interesses da população e pouco sensíveis às dificuldades da classe trabalhadora. As decisões estão sempre muito mais próximas da satisfação de quem nomeou do que da satisfação do povo. Haja vista o que a disputa eleitoral revelou; por trás do cartão postal o grito de sofrimento de uma população sopitada, até então, pela falta de canais de comunicação representativos.

É hora, pois, de inserirmos na nova Carta o avanço para a consolidação política do Distrito Federal através da eleição para Governador, já. Concomitantemente à instalação de uma Assembléia Legislativa, eleita democraticamente, a fim de propor medidas, analisar e julgar as prioridades governamentais.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOFRAN FREJAT: – Concedo o aparte a V. Ex.^a, com muita honra.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS: – Nobre Constituinte Jofran Frejat, de há muitos anos conheço V. Ex.^a e seu trabalho nos diversos postos da vida pública que lhe foram entregues. Como Secretário de Saúde do Distrito Federal V. Ex.^a organizou este setor de tal maneira que ele passou a atender, se não a todas as necessidades, mas a quase todas, e muito mais do que poderíamos prever, em função dos poucos recursos disponíveis. Nunca vi dinheiro esticar tanto nas mãos de um homem público como nas de V. Ex.^a, homem devotado à causa da população do Distrito Federal, das diversas cidades satélites principalmente das áreas mais carentes, dessa pobreza que aí está, que precisa realmente ser socorrida, como V. Ex.^a há muito vem reclamando, advertindo o Governo. Vi, também, V. Ex.^a, por diversas vezes – ainda não era Deputado nem Secretário-Geral do Ministério da Previdência Social – questionar Parlamentares, inclusive este seu amigo e admirador, sobre a necessidade de eleições diretas para o Governo do Distrito Federal e da criação de Assembléia Legislativa, para atender às necessidades do povo da capital, porque não é possível que os habitantes do Distrito Federal tenham, com os Senadores componentes da Comissão do Distrito Federal e, agora, com os 8 Deputados que compõem sua representação, atendida as suas necessidades; quer dizer, é pouca representação para atender a tanta gente. V. Ex.^a realmente sempre se colocou à vanguarda desta luta, e já o seu primeiro pronunciamento era questionado por aqueles que, acredito, o faziam motivados pela inveja, quer dizer: eu não fiz, então o Deputado Jofran Frejat não poderia ter feito. E por que não? Se V. Ex.^a é um representante do povo, dos melhores que o Distrito Federal poderia ter, por que não a voz autorizada de V. Ex.^a? Aplaudi o discurso de V. Ex.^a e estou aqui para reiterar esses aplausos, para dizer que esta luta do povo brasileiro V. Ex.^a comanda com toda a condição,

com o apoio de todos nós que queremos ver uma Capital da República harmonizada, sem esses problemas sociais agudos que vive sua população. Queremos o povo feliz, bem assistido. Que a população brasileira seja exatamente o perfil de um Brasil próspero, desenvolvido, feliz, é isso o que queremos. Brasília tem de ser um cartão de visita, não por força de expressão, mas de fato, e V. Ex.^a luta por isso. Conte com o apoio da bancada do Partido Democrata Cristão na Constituinte, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; conte V. Ex.^a com o apoio cada vez maior, apesar de sua pouca expressão numérica, dos nossos representantes, mas conte V. Ex.^a com o nosso apoio nessa luta. V. Ex.^a é vanguarda, é um líder que tem de ser apoiado; é um líder das boas causas, não só da população do Distrito Federal, como deste País. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. JOFRAN FREJAT: – Agradeço a V. Ex.^a o aparte que vem enriquecendo o meu discurso. Demonstra V. Ex.^a a sua preocupação com a nossa Capital, no sentido de que ela deixe de ser apenas o cartão postal como se vem apresentando e desnude a miséria e a injustiça social que aqui existe. Através do apoio da bancada do partido de V. Ex.^a, que qualitativamente é das melhores desta Assembléia Nacional Constituinte, tenho certeza de que Brasília se desenvolverá. Nossa Capital da República se sentirá honrada com o apoio e a compreensão dos companheiros do PDC.

Concluo, Sr. Presidente.

Reivindicações justas como moradia, educação, saúde, direito ao trabalho e tantas outras essenciais à dignidade humana são feitas, hoje, através de associações de bairros e moradores, clubes de serviço e outros, cujo prestígio depende do humor e interesse, tão mutáveis, de quem governa. O canal de comunicação desses organismos com o Governo é precário, como é precário o poder de pressão que possam exercer. Se não há relação de dependência inexistente o poder de influência. E, mesmo agora, com a eleição dos Constituintes essa relação é extremamente débil.

O fórum de análise das ações do Governo do Distrito Federal é uma Comissão no Senado Federal, até então composta por ilustres Senadores, que, por mais conhecimento que tenham da nossa cidade, carecem de vivência dos problemas da gente mais sofrida de Brasília. Tramita já nesta Casa projeto de Emenda Constitucional, de nossa autoria, propondo a transformação dessa Comissão em uma Comissão Mista, onde, obrigatoriamente, estarão participando todos os representantes do Distrito Federal. Será certamente uma solução temporária, enquanto não se atinge o objetivo da representação popular através da Assembléia Legislativa que, com a de Governador eleito, abririam um novo tipo de relacionamento com o povo.

Se alguma coisa nos trouxe a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, foi a renovação da esperança de que, desta vez, sem traumas e sem torturas, se instaure justiça. A tão almejada justiça social no nosso País é o que buscamos é o que deseja o nosso povo: apenas justiça.

Durante o discurso do Sr. Constituinte Jofran Frejat o Sr. Marcelo Cordeiro, 1º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, 2º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia): – Concedo a palavra ao Sr. Constituinte Geraldo Campos.

O SR. GERALDO CAMPOS (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso): – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, o Brasil, país tradicionalmente de renda concentrada em poucas privilegiadas mãos, teve sua situação exposta com grande fidelidade na radiografia feita pelo Professor Hélio Jaguaribe no livro "Brasil, 2.000 – Para um novo pacto social".

Mostra naquele trabalho, o ilustre professor, através de extensa pesquisa realizada, que o Brasil se caracteriza por um brutal contraste entre seus indicadores econômicos. Temos aquele, do qual todos nos ufanamos, de sermos a oitava economia do mundo ocidental. Por outro lado, temos aqueles que nos envergonham a todos. São indicadores que nos situam entre os cinco países de mais alta taxa de concentração de renda. No Brasil, 10 por cento dos ricos detêm 33 por cento da renda, e 50 por cento dos mais pobres percebem apenas 13,6 por cento da renda total do País.

Para ser mais claro, Sr. Presidente, mais da metade (52,6%) das famílias brasileiras têm rendimentos de zero a dois salários mínimos, numa situação que vai da estrita miséria (28,3%) à estrita pobreza (24,3%), conforme classifica o citado professor.

É diante deste quadro, nobres companheiros constituintes, que nos encontramos nesse histórico momento em que a Nação se propõe a elaborar sua nova Constituição, isto é, corrigir os seus rumos, os quais foram terrivelmente distorcidos nos 21 anos de regime de exceção, caracterizado pela ditadura militar que, no afã de aumentar o tamanho do "bolo" da economia, esqueceu-se de que deveria reparti-lo proporcionalmente com todos os brasileiros.

Devemos lembrar aqui, como consequência desses dados alarmantes, a situação de penúria em que vivem milhões de crianças carentes e abandonadas e que, no futuro próximo, engrossarão as estatísticas de criminalidade que tanto alarmam a nossa população.

Ninguém ignora as profundas transformações pelas quais tem passado o País, nas últimas décadas.

Em 1946, quando da redemocratização, foi possível deixar em segundo plano as questões sociais. Naquela época, a classe operária ainda era pouco significativa. Não tínhamos mais que 1,5 milhão de trabalhadores.

Hoje, a situação é bem diversa. Somente os sindicatos rurais possuem cerca de 7 milhões de associados. Nas cidades, são mais de 4 milhões de trabalhadores sindicalizados.

Esses dados demonstram que a sociedade brasileira já se encontra bem mais organizada que antes.

Existem, atualmente, no País, milhares de associações: citamos as de moradores, as de consumidores, as de inquilinos. Surgem agora as associações de defesa dos contribuintes para os proteger da cobrança leonina do Imposto de Renda.

Também está mudando, no Brasil, o perfil de suas lideranças. Antes, tínhamos as lideranças sustentadas pelos favores que distribuíam a seus liderados. Hoje temos as lideranças que, para se sustentarem, dependem muito mais de sua autenticidade.

Segundo dados recentemente publicados, Sr. Presidente e Srs. Constituintes, constata-se que o Brasil está sofrendo a maior transformação de sua História. Na década de 60, 54% da população brasileira trabalhava no campo, apenas 13% tinha emprego na cidade; hoje, 30% das pessoas trabalham no campo, 24% encontra-se empregados na indústria.

Existe, assim, no País, nova realidade social. Novas leis objetivas estão regendo as relações sociais. Como consequência, os trabalhadores vêm exigindo uma participação maior na distribuição da riqueza criada com o seu trabalho.

Com a volta ao regime democrático, os trabalhadores em geral, e a classe operária em particular, levantam-se de forma crescente em defesa de suas reivindicações, lutando para recuperar o poder aquisitivo que lhes foi subtraído durante os duros anos de arrocho salarial.

Prova essa assertiva o movimento realizado em 12 de dezembro passado, quando os trabalhadores, em monumental frente, através da CGT, CUT, USI e mais nove Confederações deram magnífica demonstração de unidade paralisando significativa parte do País.

Nas recentes tentativas desenvolvidas pelo Governo para celebração de um pacto social, mais uma vez as organizações dos trabalhadores deixaram patente aos representantes do empresariado que não aceitam que novos sacrifícios sejam lançados sobre os ombros dos assalariados.

Na atual e difícil situação econômica, muitos são os movimentos grevistas, das mais diversas categorias profissionais, em busca de recuperar o poder aquisitivo de seus salários constantemente corroídos pela inflação.

Dentre essas categorias, destacamos a dos servidores públicos, que se encontram numa situação particularmente desesperadora.

São cerca de 5.000.000 de servidores, entre federais, estaduais e municipais, dos Três Poderes, que sofreram o mais violento arrocho salarial durante os anos da ditadura e que, ainda hoje, se distanciam do poder aquisitivo que tinham em 1964.

A situação dos aposentados é ainda mais difícil. Constituem uma camada que, após servir com dedicação durante 35 (trinta e cinco) anos ou mais à causa pública, recebem um tratamento salarial inferior ao dos servidores da ativa.

Na nova Constituição, Srs. Constituintes, é imprescindível que se faça justiça aos servidores públicos, inclusive aposentados e pensionistas, corrigindo-se tratamento degradante a que têm sido submetidos até hoje.

As perdas salariais dos servidores públicos, são facilmente demonstradas com base no salário mínimo. Um estudo desenvolvido na Secretaria da Administração da Presidência da República – SEDAP – mostra que a mais baixa referência salarial (NM-1) correspondia, em 1976, a 2,29 salários mínimos. Hoje, conforme se verifica na tabela de vencimentos publicada na Portaria nº 529, de 16 de março de 1987, da referida Secretaria, as sete referências iniciais, (NM-1 a NM-7) estão abaixo de 1 salário mínimo, sendo que a referência NM-8 corresponde a Cz\$ 1.387,70.

E se considerarmos que o salário mínimo foi reajustado sempre de forma defasada nos últimos 20 anos, percebe-se a situação de penúria em que se encontram os servidores públicos.

Nas referências de nível superior, as distorções são igualmente acentuadas. Em 1976, a NS-1 correspondia a 7,57 salários mínimos, enquanto hoje percebendo Cz\$ 2.599,28, não atinge sequer dois salários mínimos.

Durante os anos do autoritarismo, apenas umas poucas categorias de servidores públicos, aquelas cujas atividades profissionais interessavam particularmente à sustentação do poder centralizador, conseguiram vantagens significativas. Enquanto isso a grande maioria teve aviltado o seu poder aquisitivo, recebendo reajustamentos salariais sistematicamente abaixo dos índices inflacionários.

Em conseqüência desse injusto tratamento, hoje 70% dos servidores públicos percebem vencimentos inferiores a 3 salários mínimos.

Disparidades ocorreram com a ausência de um mesmo critério na concessão de aumentos a servidores civis e militares.

Em 1964, o regime militar recém-instaurado concedeu um aumento de 140% aos servidores federais civis, enquanto aos militares foi concedido um aumento de 400%. Desde então, as desigualdades entre as duas categorias foram se acentuando e, somente em julho de 1985, o reajustamento foi concedido, obedecendo a um mesmo índice para ambos (89,2%).

A diversidade de regimes jurídicos dificulta e muito a unificação dos pleitos dos servidores. Embora as responsabilidades sejam as mesmas, diferentes são os direitos entre estatutários e celetistas. Estes não são contemplados com os adicionais por tempo de serviço, licença prêmio, aposentadoria integral, enquanto aos regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União não é assegurado o FGTS.

Há, ainda, outras categorias funcionais, como os conveniados, os trabalhadores empregados de empresas prestadoras de serviço que têm outros tipos de reivindicações.

No entanto, Srs. Constituintes, é o direito de sindicalização o mais sentido anseio, hoje, dos servidores públicos. É a ausência desse direito que tem impedido que os trabalhadores do Estado possam, como as demais categorias profissionais alcançar a unidade de organização tão necessária para tornar vitoriosas suas reivindicações.

Como resultado da proibição contida no artigo 566 da CLT, os servidores, impedidos de se sindicalizar, organizam-se em associações por categorias. Hoje existem cerca de 4.000 dessas entidades. Dessa multiplicidade de organizações resultaram federações estaduais, uma Confederação e uma Coordenação dos Servidores Públicos Federais que no entanto, unificam apenas ainda uma parcela relativamente pequena de todas aquelas entidades.

Há anos, em todos os congressos, conferências e demais reuniões de servidores, o direito à sindicalização tem sido uma bandeira constante. Várias iniciativas já vêm sendo tomadas objetivando a coleta de milhares de assinaturas propondo a esta Assembléia Nacional Constituinte o reconhecimento do direito de sindicalização aos servidores públicos.

Outra questão que não é observada pelo poder público é o elemental princípio de isonomia. Apesar de previsto no art. 98 da atual Constituição, não passa de uma ficção. Não apenas entre os servidores dos três poderes, mas mesmo entre servidores de uma mesma repartição.

Todos os artifícios foram usados, principalmente durante os anos do autoritarismo, para dividir e confundir os servidores públicos.

As desigualdades acima expostas contribuem em muito para desestimular os empregados do Estado, e urge que sejam enfrentadas para que se faça justiça.

Os que acreditam que o Brasil dispõe de todas as condições objetivas para se transformar em uma grande potência em que pesem as dificuldades conjunturais, também sabemos que o nosso País necessita de realizar profundas reformas de base para alcançar aquele objetivo. Entre estas, a Reforma Administrativa está a desafiar os governantes, que a vêm adiando indefinidamente.

Há mais de 20 anos os servidores públicos não conseguem ser recebidos pelo Presidente da República, apesar das inúmeras tentativas feitas através de suas entidades mais representativas.

Entre as muitas reivindicações levantadas pelos servidores do Estado, hoje, destacamos:

– a reposição salarial que corrija o achatamento ocorrido durante mais de duas décadas;

– novo Plano de Classificação de Cargos que estabelece a ascensão e progressão funcionais;

– novo estatuto que substitua o atual, já com 35 anos, e que unifique a categoria em um mesmo regime jurídico, além do já citado direito à sindicalização. Srs. Constituintes, é principalmente para esta Assembléia Constituinte que se voltam as esperanças dos servidores públicos como de resto de todos os trabalhadores. Aspiram eles a que o capítulo da nova Carta constitucional, em que estarão consubstanciados os princípios gerais que regerão a desassistida classe dos servidores públicos, haverá de representar um grande passo no sentido de corrigir os longos anos de injustiças a que vêm sido submetidos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Aécio Neves – PMDB; Airtton Cordeiro – PDT; Alair Ferreira – PFL; Alarico Abib – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amílcar Moreira – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antonio Ueno – PFL; Arolde de Oliveira – PFL; Basílio Villani – PMDB; Benito Gama – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Bocayuva Cunha – PDT; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; César Maia – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Darcy Deitos – PMDB; Delfim Netto – PDS; Denisar Ameiro – PMDB; Doreto Campanari – PMDB; Edimilson Valentim – PC do B; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Moreira – PMDB; Eraldo Tinoco – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Fábio Feldmann – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL;

Francisco Coelho – PFL; Francisco Dormelles – PFL; Francisco Rollemberg – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gil César – PMDB; Gumercindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Itamar Franco – PL; Jacy Scanagatta – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Calmon – PMDB; João Carlos Bacelar – PMDB; João Cunha – PMDB; João Cunha – PT; Joaquim Beviláqua – PTB; Jorge Leite – PMDB; Jorge Ueque – PMDB; José Camargo – PFL; José Carlos Martinez – PMDB; José Geraldo Ribeiro – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Luiz de Sá – PL; José Luiz Maia – PDS; José Maranhão – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Richa – PMDB; José Santana – PFL; José Teixeira – PFL; Jovanni Masini – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lourival Baptista – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana Neto – PMDB; Manoel Moreira – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Bouchardet – PMDB; Mauro Borges – PDC; Max Rosenmann – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Lima – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Mussa Demes – PFL; Nilson Sguarezi – PMDB; Olavo Pires – PMDB; Olívio Dutra – PT; Osvaldo Coelho – PFL; Osvaldo Macedo – PMDB; Oswaldo Almeida – PL; Paulo Almada – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Paim – PT; Paulo Ramos – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Pimenta da Veiga – PMDB; Ralph Biasi – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Ricardo Fiúza – PFL; Ricardo Izar – PFL; Rita Carnata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Brant – PMDB; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Jefferson – PTB; Robson Marinho – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rubem Medina – PFL; Sateliet Carvalho – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Brito – PFL; Sílvio Abreu – PMDB; Stélio Dias – PFL; Vasco Alves – PMDB; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Wilson Souza – PMDB; Vinícius Cansanção – PFL; Virgílio Guimarães – PT; Vitor Buai – PT; Wagner Lago – PMDB; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilson Campos – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia):

– Encerro a sessão, designando para 3ª feira, dia 31, às 14:30 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

VIII – Encerra-se a Sessão às 12 horas e 38 minutos.



ASSEMBLÉIA

República Federativa do Brasil

NACIONAL CONSTITUINTE

DIÁRIO

ANO I – Nº 37

QUARTA-FEIRA, 1 DE ABRIL DE 1987

BRASÍLIA-DF

ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

SUMÁRIO

1- ATA DA 42ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, EM 31 DE MARÇO DE 1987.

I – Abertura da sessão

II – Leitura da ata da sessão anterior, que é, sem observações, assinada.

III – Leitura do Expediente

OFÍCIOS

Nº 097/87 – PFL – Do Senhor José Lourenço, Líder do Partido, comunicando a indicação dos Senhores Walmir Campelo e Messias Góis para integrarem o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária junto a Assembléia Nacional Constituinte.

Nº 100/87 – PFL – Do Senhor José Lourenço, Líder do Partido, participando a indicação do Senhor Arolde de Oliveira para integrar o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária junto a Assembléia Nacional Constituinte.

Nº 029/87 – PDS – Do Senhor Amaral Netto, Líder do Partido, participando a indicação dos Senhores Virgílio Távora e Henrique Córdova para integrarem o Colégio de Vice-Líderes daquela agremiação partidária junto a Assembléia Nacional Constituinte.

Nº 008/87 – PMDB – Do Senhor Mário Covas, Líder do Partido, indicando os Senhores Antônio Pedrosa, Del Bosco Amaral, Robson Marinho, Antonio Britto, Gonzaga Patriota e Omir Lima para exercerem as funções de Vice-Líderes daquela agremiação partidária, junto a Assembléia Nacional Constituinte.

CRISTINA TAVARES – Questão de ordem sobre violência da Polícia Militar do Distrito Federal contra membros da Assembléia Nacional Constituinte presentes em assembléia dos bancários em greve.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem da Constituinte Cristina Tavares.

JOÃO HERRMANN – Questão de ordem sobre apuração, pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, das responsabilidades por agressões praticadas pela Polícia Militar do Distrito Federal contra Constituintes presentes em assembléia dos bancários em greve.

MENDES RIBEIRO – Questão de ordem sobre requerimento de informações ao Governador do Distrito Federal a respeito de agressão pela Polícia Militar local, contra Constituintes presentes em assembléia dos bancários em greve.

AMARAL NETTO – Questão de ordem sobre a obrigatoriedade de garantia, pelo Governo, de clima ordeiro no País. Solidariedade do PDS aos bancários vítimas de agressão policial.

LYSÂNEAS MACIEL – Questão de ordem sobre a omissão da Assembléia Nacional Constituinte diante da violência policial generalizada contra cidadãos brasileiros e Constituintes.

DOMINGOS LEONELLI – (Retirado pelo orador para revisão.) – Questão de ordem sobre aplicação, pelo Presidente, do art. 7º inciso XVIII, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

GERSON PERES – Questão de ordem sobre responsabilidade do PMDB e do Governador do Distrito Federal pelas violências praticadas contra Constituintes pela Polícia Militar.

FLORESTAN FERNANDES – Questão de ordem sobre omissão da Assembléia Nacional Constituinte diante da violência policial generalizada contra cidadãos brasileiros e Constituintes.

ADOLFO OLIVEIRA – Questão de ordem sobre repúdio do PL às agressões praticadas por policiais militares do Distrito Federal contra membros da Assembléia Nacional Constituinte.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre responsabilidade da aliança banqueiros-sistema militar pelas violências policiais praticadas contra Constituintes e bancários.

EDUARDO JORGE – Questão de ordem sobre violência da repressão desencadeada pela Guarda Metropolitana de São Paulo contra invasores de terras na periferia da capital paulista. Liberação, pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, de recursos para programas habitacionais. Urgente aprovação da Lei do Solo Urbano. Garantia a Constituintes do PT paulista.

CARLOS Sant'ANNA – Uso da palavra nos termos do art 55, inciso VII, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

FERNANDO SANTANA – Questão de ordem sobre dificuldades impostas, na negociação acerca das reivindicações dos bancários, pelos banqueiros particulares. União dos Constituintes em torno das prerrogativas da Assembléia Nacional Constituinte.

PAULO MACARINI – Questão de ordem sobre repulsa do PMDB à violência policial contra Parlamentares e bancários. Apuração das responsabilidades pelo evento.

PRESIDENTE – Esclarecimentos à Casa sobre os episódios acontecidos em frente do prédio do Banco do Brasil, em Brasília, Distrito Federal, e providências do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte visando à garantia do exercício do mandato parlamentar.

AUGUSTO CARVALHO – Questão de ordem sobre requerimento de apuração, pela Assembléia Nacional Constituinte de responsabilidades por violências praticadas contra constituintes pela Polícia Militar do Distrito Federal

VALMIR CAMPELO – Questão de ordem sobre apuração, pela Assembléia Nacional Constituinte, dos responsáveis pela violência praticada contra Constituintes em assembléia dos bancários em greve.

MAURÍCIO CORRÊA – Questão de ordem sobre necessidade de exoneração do Sr. José Aparecido do cargo de Governador do Distrito Federal. Garantia das imunidades parlamentares.

JOSÉ MARIA EYMAEL – Questão de ordem sobre convocação de sessão extraordinária destinada a desagravar constituintes vítimas de agressão pela Polícia Militar do Distrito Federal.

HAROLDO LIMA – Questão de ordem sobre ofensa à soberania da Assembléia Nacional Constituinte perpetrada pela Polícia Militar do Distrito Federal.

VICENTE BOGO – Questão de ordem sobre morte de trabalhadores rurais durante manifestações contra a cobrança de correção monetária e as altas taxas de juros bancários, em Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

JOSÉ CARLOS MARTINEZ – Questão de ordem sobre alastramento do clima de violência no País. Possibilidade de empresas negociarem importações através do câmbio livre.

SÓLON BORGES DOS REIS – Questão de ordem sobre necessidade da adoção, pela Assembléia Nacional Constituinte, de providências para resguardo da soberania e prestígio da Assembléia.

EDMILSON VALENTIM – Questão de ordem sobre implicações das manifestações populares hoje ocorridas em Brasília na elaboração da Constituição.

ÉRICO PEGORARO – Questão de ordem sobre movimento de pequenos agricultores do Rio Grande do Sul em protesto contra a política agrícola do Governo.

PAULO DELGADO – Questão de ordem sobre declarações do Presidente do TST antecipando decisão daquele colegiado acerca da greve dos bancários. A violência policial contra os grevistas e constituintes. Soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

OLÍVIO DUTRA – Questão de ordem sobre atuação da Assembléia Nacional Constituinte visando pôr fim à escalada militarista na sociedade brasileira. Repressão policial aos bancários em greve. Omissão governamental nas reivindicações da categoria.

ROSE DE FREITAS – Questão de ordem sobre indefinição do quadro político-econômico nacional. Apuração das responsabilidades pelas violências policiais praticadas contra constituintes.

JAIRO CARNEIRO – Questão de ordem sobre responsabilidade do Governador José Aparecido, do Distrito Federal, pelos episódios ocorridos em assembléia dos bancários em greve.

PERCIVAL MUNIZ – Questão de ordem sobre asseguramento da inviolabilidade dos constituintes.

ALDO ARANTES – Questão de ordem sobre preservação da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Exoneração do Sr. José Aparecido do cargo de Governador do Distrito Federal.

LUIZ SALOMÃO – Questão de ordem sobre violências policiais contra bancários no Rio de Janeiro. Necessidade do afastamento do contingente policial postado à frente do edifício sede do Banco do Brasil, para realização pacífica de assembléia dos bancários.

ANTERO DE BARROS – Questão de ordem sobre insatisfação geral reinante na sociedade brasileira em face da crise sócio-econômica-financeira vivida pelo País. Solidariedade do orador aos bancários em greve. Protesto contra as agressões a constituintes praticadas pela Polícia Militar do Distrito Federal.

BETHE AZIZE – Questão de ordem sobre o falecimento do ex-Deputado Federal e ex-Senador da República Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho.

PRESIDENTE - Solidariedade da Presidência às homenagens prestadas à memória do ex-Deputado e ex-Senador Arthur Virgílio Filho.

BRANDÃO MONTEIRO – Questão de ordem sobre solidariedade do orador e do Constituinte Bocayuva Cunha às homenagens prestadas à memória do ex-Deputado e ex-Senador Arthur Virgílio Filho. Requerimento de apuração das responsabilidades pelos episódios ocorridos durante assembléia dos bancários em greve, Brasília, Distrito Federal.

OSWALDO LIMA FILHO – Questão de ordem sobre solidariedade da bancada do PMDB às homenagens prestadas à memória do ex-Deputado e ex-Senador Arthur Virgílio Filho.

UBIRATAN SPINELLI – Questão de ordem sobre situação dos pequenos produtores do Estado de Mato Grosso em face da crise sócio-econômica no País. Protesto do orador contra as violências policiais durante assembléia dos bancários em greve, Brasília, Distrito Federal.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Questão de ordem sobre incompetência governamental no encaminhamento das questões sociais.

EDUARDO BONFIM – Questão de ordem sobre escalada militarista no País. Necessidade de reafirmação da dignidade e soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

BRANDÃO MONTEIRO – Questão de ordem sobre decisão da Presidência acerca de requerimento para o comparecimento de co-

missão de constituintes à assembléia dos bancários.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Brandão Monteiro.

ADEMIR ANDRADE – Questão de ordem sobre falta de cumprimento, pela Mesa, do disposto nos arts. 75 e 76 do Regimento Interno, que dispõe sobre a criação de órgão de divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte. Atuação do Governo nas negociações acerca de reivindicações dos bancários.

PRESIDENTE – Resposta à questão de ordem do Constituinte Ademir Andrade.

JOSÉ GENOÍNO – Questão de ordem sobre requerimento de convocação do Governador José Aparecido, do Distrito Federal, para prestar esclarecimentos à Assembléia Nacional Constituinte sobre distúrbios ocorridos durante assembléia dos bancários em greve.

ADYLSO MOTA – Questão de ordem sobre gestões do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e demais lideranças partidárias junto ao Presidente da República para apurar responsabilidades pelos distúrbios ocorridos durante assembléia dos bancários em greve, Brasília, Distrito Federal.

ASSIS CANUTO – Questão de ordem sobre clima de violência e insatisfação reinante no País. Necessidade de adoção, pelo Governo, de providências para evitar repetição dos eventos hoje ocorridos em Brasília, Distrito Federal.

PRESIDENTE – Encaminhamento à publicação da relação de constituintes integrantes das comissões e subcomissões da Assembléia Nacional Constituinte.

IV – Sugestões dos Constituintes

JOSÉ FERNANDES, VALMIR CAMPELO, ASDRUBAL BENTES, GEOVANI BORGES, CLÁUDIO ÁVILA, FRANCISCO ROLLEMBERG, ADYLSO MOTA, NYDER BARBOSA, JOSÉ CAMARGO, NELSON CARNEIRO, JOAQUIM HAICKEL, SARNEY FILHO, AGRIPINO DE OLIVEIRA, VIRGÍLIO TÁVORA, MILTON REIS, EDME TAVARES, JOFRAN FREJAT – Apresentação de sugestões à Assembléia Nacional Constituinte.

V – Encerramento

Discurso proferido pelo Sr. Ottomar Pinto na sessão de 26-3-87: Solidariedade aos bancários e às auxiliares de enfermagem em greve. Dificuldades dos pequenos e médios produtores agrícolas ante obrigatoriedade do pagamento de correção monetária. Inconveniência da uniformidade de critérios para cobrança de juros.

Ata da 42ª sessão, em 31 de março de 1987

Presidência dos Srs.: Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente; Mauro Benevides, 1º-Vice Presidente; Arnaldo Faria de Sá, 3º-Secretário; Ulysses Guimarães, Presidente.

ÀS 14:30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES

Marcelo Cordeiro
Mário Maia
Benedita da Silva
Luiz Soyer
Sotero Cunha

Acival Gomes – PMDB; Aduino Pereira – PDS; Ademir Andrade – PMDB; Adhemar de Barros Filho – PDT; Adolfo Oliveira – PL; Adroaldo Streck – PDT; Adyson Motta – PDS; Aécio de Borba – PDS; Aécio Neves – PMDB; Alfonso Camargo – PMDB; Afif Domingos – PL; Afonso Arinos – PFL; Agassiz Almeida – PMDB; Agripino de Oliveira Lima – PFL; Alarico Abib – PMDB; Albérico Cordeiro – PFL; Albérico Filho – PMDB; Alceni Guerra – PFL; Aldo Arantes – PC do B; Alécio Dias – PFL; Alexandre Costa – PFL; Alexandre Puzyna – PMDB; Alfredo Campos – PMDB; Almir Gabriel – PMDB; Aloísio Vasconcelos – PMDB; Aloysio Chaves – PFL; Aluizio Bezerra – PMDB; Aluizo Campos – PMDB; Álvaro Antônio – PMDB; Álvaro Valle – PL; Amaral Netto – PDS; Amaury Müller – PDT; Amilcar Moreira – PMDB; Ângelo Magalhães – PFL; Anna Maria Rattes – PMDB; Annibal Barcelos – PFL; Antero de Barros – PMDB; Antônio Brito – PMDB; Antonio Câmara – PMDB; Antônio Carlos Franco – PMDB; Antônio Carlos Konder Reis – PDS; Antonio Carlos Mende Thame – PFL; Antonio de Jesus – PMDB; Antonio Farias – PMB; Antonio Ferreira – PFL; Antonio Gaspar – PMDB; Antonio Mariz – PMDB; Antonio Perosa – PMDB; Antônio Salim Curiani – PDS; Arnaldo Faria de Sá – PTB; Arnaldo Martins – PMDB; Arnaldo Moraes – PMDB; Arnaldo Prieto – PFL; Arnold Floravante – PDS; Arolde de Oliveira – PFL; Arterio Werner – PDS; Artur da Távola – PMDB; Asdrubal Bentes – PMDB; Assis Canuto – PFL; Átila Lira – PFL; Augusto Carvalho – PCB; Basílio Villani – PMDB; Benedicto Monteiro – PMDB; Benedita da Silva – PT; Bendicto Gama – PFL; Bernardo Cabral – PMDB; Beth Azeite – PSB; Bocayuva Cunha – PDT; Bonifácio de Andada – PDS; Borges da Silveira – PMDB; Bosco França – PMDB; Brandão Monteiro – PDT; Caio Pompeu – PMDB; Cardoso Alves – PMDB; Carlos Alberto Caó – PDT; Carlos Cardinal – PDT; Carlos Chiarelli – PFL; Carlos Cotta – PMDB; Carlos De'Carli – PMDB; Carlos Mosconi – PMDB; Carlos Sant'Anna – PMDB; Carlos Vinagre – PMDB; Carrel Benevides – PMDB; Cássio Cunha Lima – PMDB; Célio de Castro – PMDB; Celso Dourado – PMDB; César Cais Neto – PDS; César Maia – PDT; Chagas Duarte – PFL; Chagas Rodrigues – PMDB; Chico Humberto – PDT; Christóvam Chiaradia – PFL; Cid Carvalho – PMDB; Cid Sabóia Carvalho – PMDB; Cláudio Ávila – PFL; Cleonânio Fonseca – PFL; Costa Ferreira – PFL; Cristina Tavares – PMDB; Cunha Bueno – PDS; Dálton Canabrava – PMDB; Darcy Pozza – PDS; Daso Coimbra – PMDB; Del Bosco Amaral – PMDB; Delfim Netto – PDS; Délio Braz – PMDB; Dionísio Dal Prá – PFL; Dirceu Tutu Quadros – PTB; Dirceu Carneiro – PMDB; Divaldo Suruagy – PFL; Djenal Gonçalves – PMDB; Domingos Juvenil – PMDB; Domingos Leonelli – PMDB; Edésio Frias

– PDT; Edimilson Valentim – PC do B; Edison Lobão – PFL; Edivaldo Motta – PMDB; Edme Tavares – PFL; Eduardo Bonfim – PC do B; Eduardo Jorge – PT; Eduardo Moreira – PMDB; Egídio Ferreira Lima – PMDB; Eiel Rodrigues – PMDB; Eliézer Moreira – PFL; Enoc Vieira – PFL; Eraldo Tinoco – PFL; Eraldo Trindade – PFL; Erico Pegoraro – PFL; Ervin Bonkoski – PMDB; Etevaldo Nogueira – PFL; Euclides Scaldo – PMDB; Eunice Michiles – PFL; Evaldo Gonçalves – PFL; Expedito Júnior – PMDB; Expedito Machado – PMDB; Ézio Ferreira – PFL; Fábio Feldmann – PMDB; Fábio Raunheitti – PTB; Farabulini Júnior – PTB; Fausto Fernandes – PMDB; Fausto Rocha – PFL; Felipe Cheidde – PMDB; Felipe Mendes – PDS; Ferez Nader – PDT; Fernando Cunha – PMDB; Fernando Gasparian – PMDB; Fernando Gomes – PMDB; Fernando Henrique Cardoso – PMDB; Fernando Lyra – PMDB; Fernando Santana – PCB; Fernando Velasco – PMDB; Firmo de Castro – PMDB; Flavio Palmier da Veiga – PMDB; Flávio Rocha – PFL; Florestan Fernandes – PT; França Teixeira – PMDB; Francisco Amaral – PMDB; Francisco Benjamim – PFL; Francisco Carneiro – PMDB; Francisco Dornelles – PFL; Francisco Kúster – PMDB; Francisco Pinto – PMDB; Francisco Rollemberg – PMDB; Francisco Rossi – PTB; Francisco Sales – PMDB; Furtado Leite – PFL; Gabriel Guerreiro – PMDB; Gastone Righi – PTB; Geovani Borges – PFL; Geraldo Alckmin – PMDB; Geraldo Campos – PMDB; Geraldo Fleming – PMDB; Geraldo Melo – PMDB; Gerson Camata – PMDB; Gerson Marcondes – PMDB; Gerson Peres – PDS; Gidel Dantas – PMDB; Gil César – PMDB; Gilson Machado – PFL; Gonzaga Patriota – PMDB; Guilherme Palmeira – PFL; Gumerindo Milhomem – PT; Gustavo de Faria – PMDB; Harlan Gadelha – PMDB; Haroldo Lima – PC do B; Haroldo Sabóia – PMDB; Hélio Costa – PMDB; Hélio Duque – PMDB; Hélio Rosas – PMDB; Henrique Córdova – PDS; Henrique Eduardo Alves – PMDB; Heráclito Fortes – PMDB; Hermes Zaneti – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Homero Santos – PFL; Hugo Napoleão – PFL; Humberto Lucena – PMDB; Humberto Souto – PFL; Iberê Ferreira – PFL; Ibsen Pinheiro – PMDB; Inocêncio Oliveira – PFL; Irajá Rodrigues – PMDB; Iram Saraiva – PMDB; Irupuan Costa Júnior – PMDB; Irma Passoni – PT; Ismael Wanderley – PMDB; Israel Pinheiro – PMDB; Itamar Franco – PL; Ivan Bonato – PFL; Ivo Lech – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; Jairo Carneiro – PFL; Jalles Fontoura – PFL; Jamil Haddad – PSB; Jarbas Passarinho – PDS; Jayme Paliarin – PTB; Jayme Santana – PFL; Jesualdo Cavalcanti – PFL; Jesus Tajra – PFL; Joaci Góes – PMDB; João Agripino – PMDB; João Alves – PFL; João Calmon – PMDB; João Castelo – PDS; João Cunha – PMDB; João da Mata – PFL; João de Deus Antunes – PDT; João Herrmann Neto – PMDB; João Lobo – PFL; João Machado Rollemberg – PFL; João Menezes – PFL; João Natal – PMDB; Joaquim Bevilacqua – PTB; Joaquim Francisco – PFL; Joaquim Hayckel – PMDB; Joaquim Sucena – PMDB; Jofran Frejat – PFL; Jonas Pinheiro – PFL; Jonival Lucas – PFL; Jorge Arbage – PDS; Jorge Hage – PMDB; Jorge Leite – PMDB;

Jorge Ueque – PMDB; Jorge Viana – PMDB; José Agripino – PFL; José Carlos Coutinho – PL; José Carlos Grecco – PMDB; José Carlos Martinez – PMDB; José Carlos Sabóia – PMDB; José Carlos Vasconcelos – PMDB; José Costa – PMDB; José Dutra – PMDB; José Egreja – PTB; José Elias – PTB; José Elias Murad – PTB; José Fernandes – PDT; José Fogaça – PMDB; José Freire – PMDB; José Genoíno – PT; José Geraldo – PMDB; José Guedes – PMDB; José Ignácio Ferreira – PMDB; José Jorge – PFL; José Lins – PFL; José Lourenço – PFL; José Luiz de Sá – PL; José Maranhão – PMDB; José Maria Eymael – PDC; José Maurício – PDT; José Melo – PMDB; José Mendonça Bezerra – PFL; José Moura – PFL; José Paulo Bisol – PMDB; José Queiroz – PFL; José Santana – MDB; José Tavares – PMDB; José Teixeira – PFL; José Thomaz Nonô – PFL; José Tinoco – PFL; José Ulisses de Oliveira – PMDB; José Viana – PMDB; Jovanni Masini – PMDB; Júlio Costamilan – PMDB; Jutahy Júnior – PMDB; Jutahy Magalhães – PMDB; Koyu Iha – PMDB; Lael Varella – PFL; Lavoisier Maia – PDS; Leite Chaves – PMDB; Lélio Souza – PMDB; Leopoldo Bessone – PMDB; Leopoldo Perez – PMDB; Lezio Sathler – PMDB; Lídice da Mata – PC do B; Loureberg Nunes Rocha – PMDB; Lúcia Braga – PFL; Lúcia Vânia – PMDB; Lúcio Alcântara – PFL; Luis Roberto Ponte – PMDB; Luiz Alberto Rodrigues – PMDB; Luiz Freire – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Henrique – PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva – PT; Luiz Marques – PFL; Luiz Salomão – PDT; Luiz Viana Neto – PMDB; Lysâneas Maciel – PDT; Maguito Vilela – PMDB; Maluly Neto – PFL; Manoel Castro – PFL; Manoel Moreira – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mansueto de labor – PMDB; Manuel Viana – PMDB; Marcelo Cordeiro – PMDB; Márcia Kubitschek – PMDB; Márcio Braga – PMDB; Márcio Lacerda – PMDB; Marcondes Gadelha – PFL; Marcos Lima – PMDB; Maria de Lourdes Abadia – PFL; Maria Lúcia – PMDB; Mário Assad – PFL; Mário Covas – PMDB; Mário de Oliveira – PMDB; Mário Lima – PDT; Mário Maia – PDT; Marluce Pinto – PTB; Matheus Iensen – PMDB; Maurício Campos – PFL; Maurício Corrêa – PDT; Maurício Nasser – PMDB; Maurício Pádua – PMDB; Maurílio Ferreira Lima – PMDB; Mauro Benevides – PMDB; Mauro Borges – PDC; Mauro Campos – PMDB; Mauro Miranda – PMDB; Mauro Sampaio – PMDB; Max Rosenmann – PMDB; Meira Filho – PMDB; Mello Reis – PDS; Mendes Botelho – PTB; Mendes Ribeiro – PMDB; Messias Góis – PFL; Messias Soares – PMDB; Michel Temer – PMDB; Milton Barbosa – PMDB; Milton Reis – PMDB; Miro Teixeira – PMDB; Moema São Thiago – PDT; Moysés Pimentel – PMDB; Mozarildo Cavalcanti – PFL; Mussa Demes – PFL; Nabor Júnior – PMDB; Naphtali Alves – PMDB; Narciso Mendes – PDS; Nelson Aguiar – PMDB; Nelson Carneiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Nelson Seixas – PDT; Nelson Wedekin – PMDB; Nelton Friedrich – PMDB; Nestor Duarte – PMDB; Nilson Gibson – PMDB; Nion Albernaz – PMDB; Nivaldo Machado – PFL; Noel de Carvalho – PDT; Nyder Barbosa – PMDB; Octávio Elísio – PMDB; Odacir Soares – PFL; Olavo Pires – PMDB; Oli-

vio Dutra – PT; Onofre Corrêa – PMDB; Orlando Bezerra – PFL; Orlando Pacheco – PFL; Oscar Corrêa – PFL; Osmar Leitão – PFL; Osmir Lima – PMDB; Osmundo Rebouças – PMDB; Osvaldo Bender – PDS; Osvaldo Macedo – PMDB; Osvaldo Sobrinho – PMDB; Osvaldo Lime Filho – PMDB; Ottomar Pinto – PTB; Paes de Andrade – PMDB; Paes Landim – PFL; Paulo Almado – PMDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Macarini – PMDB; Paulo Marques – PFL; Paulo Mincarone – PMDB; Paulo Pimentel – PFL; Paulo Ramos – PMDB; Paulo Roberto Cunha – PDC; Paulo Silva – PMDB; Paulo Zarzur – PMDB; Pedro Canedo – PFL; Percival Muniz – PMDB; Pimenta da Veiga – PMDB; Plínio Arruda Sampaio – PT; Plínio Martins – PMDB; Pompeu de Souza – PMDB; Prisco Viana – PMDB; Rachid Saldanha Derzi – PMDB; Raimundo Bezerra – PMDB; Raimundo Lira – PMDB; Raimundo Rezende – PMDB; Raquel Cândido – PFL; Raquel Capiberibe – PMDB; Raul Belém – PMDB; Raul Ferraz – PMDB; Renan Calheiros – PMDB; Renato Bernardi – PMDB; Renato Johnsson – PMDB; Renato Vianna – PMDB; Ricardo Izar – PFL; Rita Camata – PMDB; Roberto Augusto – PTB; Roberto Balestra – PDC; Roberto Brant – PMDB; Roberto Campos – PDS; Roberto D'Ávila – PDT; Roberto Freire – PCB; Roberto Rollemberg – PMDB; Roberto Torres – PTB; Robson Marinho – PMDB; Rodrigues Palma – PMDB; Ronaldo Aragão – PMDB; Ronaldo Cezar Coelho – PMDB; Ronan Tito – PMDB; Ronaro Corrêa – PFL; Rosa Prata – PMDB; Rose de Freitas – PMDB; Rospide Netto – PMDB; Rubem Branquinho – PMDB; Rubem Figueiró – PMDB; Ruberval Pilotto – PDS; Ruy Bacerlar – PMDB; Ruy Nedel – PMDB; Sadie Hauache – PFL; Salatiel Carvalho – PFL; Sandra Cavalcanti – PFL; Sarney Filho – PFL; Saulo Queiróz – PFL; Sérgio Brito – PFL; Sérgio Naya – PMDB; Sérgio Wemeck – PMDB; Severo Gomes – PMDB; Sigmaringa Seixas – PMDB; Silvio Abreu – PMDB; Simão Sessim – PFL; Siqueira Campos – PDC; Sólon Borges dos Reis – PTB; Stélio Dias – PFL; Tadeu França – PMDB; Teotônio Vilela Filho – PMDB; Theodoro Mendes – PMDB; Ubiratan Aguiar – PMDB; Ubiratan Spinelli – PDS; Uldurico Pinto – PMDB; Ulysses Guimarães – PMDB; Valmir Campelo – PFL; Valter Pereira – PMDB; Vasco Alves – PMDB; Vicente Bogo – PMDB; Victor Faccioni – PDS; Victor Fontana – PFL; Vilson Souza – PMDB; Vingt Rosado – PMDB; Vinicius Cansação – PFL; Virgildásio de Senna – PMDB; Virgílio Galassi – PDS; Virgílio Távora – PDS; Vítor Buaiz – PT; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT; Waldec Ornêlas – PFL; Waldyr Pugliesi – PMDB; Walmor de Luca – PMDB; Wilma Maia – PDS; Wilson Campos – PMDB; Wilson Martins – PMDB; Ziza Valadares – PMDB.

O Sr. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– A lista de presença registra o comparecimento de 331 Senhores Deputados. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, 3º

Secretário, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

– Passa-se à leitura do expediente.

O Sr. Sotero Cunha, Suplente de Secretário, servindo como 1º Secretário procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE OFÍCIOS

Do Sr. Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 097/87-PFL

Brasília, 24 de março de 1987.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a V. Ex.^a os nomes dos Senhores Deputados Valmir Campelo e Messias Gois para Vice-Líderes do Partido da Frente Liberal, na Assembléia Nacional Constituinte.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Ex.^a protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, líder do PFL.

Do Sr. Líder do PFL, nos seguintes termos:

Ofício nº 100/87-PFL

Brasília, 26 de março de 1987.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, indico a V. Ex.^a o nome do Senhor Deputado Aroldo de Oliveira, para Vice-Líder do Partido da Frente Liberal, na Assembléia Nacional Constituinte.

Valho-me do ensejo para renovar a V. Ex.^a protestos de alto apreço e distinta consideração. – Deputado **José Lourenço**, Líder do PFL.

Da Liderança do PDS, nos seguintes termos:

Ofício nº 29/87

Brasília, 26 de março de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os nomes do Senador Virgílio Távora e do Deputado Henrique Córdova para ocuparem os cargos de Vice-Líderes do Partido Democrático Social – PDS, perante a Assembléia Nacional Constituinte.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço. – Deputado **Amaral Netto**, Líder do PDS na Assembléia Nacional Constituinte.

Da Liderança do PMDB, nos seguintes termos:

Ofício nº 08/87

Brasília, 30 de março de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar, nos termos do Artigo nº 12, do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, os Senhores Deputados Antônio Pedrosa, Del Bosco Amaral, Robson Marinho, Antônio Brito, Gonzaga Patriota e Osmir Lima, para exercerem os cargos de Vice-Líderes do PMDB, na Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro do corrente ano.

Ao ensejo, renovo a V. Ex.^a protestos de estima e consideração. – Senador **Mário Covas**, Líder do PMDB na Assembléia Nacional Constituinte.

A Sr.^a Constituinte Cristina Tavares – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra a nobre Deputada.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, Sr.^{as} e Srs. Constituintes, venho fazer uma gravíssima denúncia a esta Assembléia Nacional Constituinte. A pretexto da greve dos bancários, que vinha decorrendo de forma pacífica, com a realização

em Brasília de oito assembléias – realizadas, repito, de forma pacífica e ordeira, embora firme – o Governo do Distrito Federal colocou em frente ao Banco do Brasil, tropas da Polícia Militar que, de forma brutal, não apenas agrediram os bancários, mas ameaçaram a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, prendendo e batendo em Parlamentares Constituintes. O Senador Pompeu de Souza foi colocado em um Camburão, Deputados integrantes da Assembléia Nacional Constituinte, inclusive nosso colega João Hermann, foram rudemente agredidos pela Polícia Militar do Distrito Federal. Sr. Presidente, por delegação do PMDB, o Líder Luiz Henrique, o Líder Fernando Henrique Cardoso – infelizmente o Líder do Governo Carlos Sant'Anna não se dispôs a integrar esta Comissão – o Vice-Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Senador Mauro Benevides, e eu ali estivemos ao lado de Parlamentares de quase todos os partidos com assento nesta Assembléia, PC, PC do B, PDT e até alguns do PFL.

Pois bem, Sr. Presidente, quero fazer esta gravíssima denúncia embasada na indagação do Constituinte Domingos Leonelli, que inquiriu o Sr. Governador do Distrito Federal sobre as medidas que pretendia tomar a fim de permitir tranquilidade ao funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte no Distrito Federal. Não recebeu resposta alguma. Nada pôde dizer o Sr. Governador José Aparecido sobre tais medidas.

Por esta razão, quero comunicar que é, hora de a Constituinte aplicar o § 7º do art 57, do seu Regimento Interno, pois a intranquilidade de momento que vivemos no Distrito Federal, sem nenhuma garantia por parte do Governador, impede o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Quero deixar registrado nos Anais da Assembléia Nacional Constituinte este gravíssimo precedente que ocorre, por coincidência, no dia 31 de março de 1987. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – A Mesa vai apurar a denúncia formulada pela nobre Constituinte Cristina Tavares, para adotar as providências cabíveis.

O Sr. Constituinte João Hermann – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOÃO HERMANN (PMDB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, companheiras e companheiros Constituintes, nunca é demais reler o Art 1º § 2º do Regimento Interno, lido e aprovado nesta Assembléia:

"§ 2º Os Constituintes são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, no exercício de suas funções, em qualquer tempo ou lugar, não podendo ser processados..."

Sr. Presidente, hoje pela manhã, os bancários, tanto os do Banco do Brasil como os demais, realizavam mais uma de suas concentrações numa praça pública, onde permanentemente eram levadas informações sobre o andamento das negociações. Em determinado momento, o Deputado Augusto Carvalho e o Senador Pompeu de Souza comunicaram-se com o Presidente do Banco do Brasil pelo telefone interno da portaria do Banco, para colher melhores informes e transmiti-las aos companheiros grevistas. Pois bem, Sr. Presidente, quando cumpriam essa tarefa –

normal e até elogiável para um parlamentar – chegou ao local nada menos que uma tropa de choque, a mando não se sabe de quem, já que o Presidente do Banco do Brasil declarou aos Constituintes que lá estavam, inclusive ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, que não havia sido ele quem requerera a força policial. Mais tarde, no Palácio do Buriti – e ainda não sabemos se com franqueza ou com subterfúgios, como fez com o Deputado Domingos Leonelli – ouvimos também o Sr. Governador do Distrito Federal afirmar que não a havia solicitado.

A tropa não reprimiu; simplesmente investiu sobre os parlamentares, não apenas derrubando o Deputado Augusto Carvalho, mas arrastando o Senador Pompeu de Souza. Isto ocorre, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a partir de uma provocação de que tivemos conhecimento na noite de ontem, segundo a qual certa autoridade militar, ao entrar no Banco do Brasil, teria sido molestada por um dos manifestantes, o que, portanto, fez com que hoje houvesse o troco. Enquanto a força policial permanecia de lado, a tropa de choque investia, batia e soltava os cachorros sobre os Constituintes. Isto é grave, gravíssimo! Bate à nossa porta, à soberania, e não podemos ir ao Governador do Distrito Federal pedir averiguação. Somos o Poder mais instruído, neste momento, para dizer que tipo de ordem institucional deve vigorar neste País em nome de quem deve ser expressa. O Sr. Governador do Distrito Federal deve fazer valer a ordem a mando deste Poder. E fomos lá dizer isto a S. Ex.^a.

Antes disso, Sr. Presidente, quando tentávamos passar, numa comitiva de Constituintes, pela barreira militar da tropa de choque que havia sido montada, fomos impedidos de fazê-lo. Não apenas isto, mas um grupo de policiais militares, sacando o cassetete, batia – como ocorria, no passado. Durante a ditadura – nas nádegas, nas costas da pessoa. Isso se repetia lá, hoje, Sr. Presidente, à vista de todos. E não se tratava mais apenas dos bancários. Carros paravam, seus ocupantes desciam e, num gesto de solidariedade, aplaudiam, buzinavam. Para orgulho nosso, aplaudiam a nós, Constituintes, independentemente dos partidos a que pertencêssemos por estarmos ali, na rua, defendendo o povo.

Aliás, é preciso, Sr. Presidente, dizer ao Sr. Governador do Distrito Federal que não há partido envolvido nisso. Há, isto sim, a Nação brasileira. Se os que nos enxovalharam no passado querem aproveitar o 31 de março para fazê-lo de novo, tenho certeza de que aqui existe um poder maior a resistir e que quer, neste momento, que o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, e não o Sr. Governador do Distrito Federal averigüe de quem partiu a ordem para reprimir aquela manifestação e contra ela investir. É preciso investigar a responsabilidade desses atos, para que sejam punidos aqueles que agrediram o Poder Constituinte.

Estamos solidários com os bancários, sim, estamos solidários com a luta de todos os movimentos sociais deste País. Neste momento, porém o fato maior é a agressão contra o Poder Constituinte. E, se falharmos neste instante, se não aprovamos a sugestão da Deputada Cristina Tavares, seremos cúmplices dos que tentaram enxovalhar o Poder Constituído que desejamos dar à Nação.

Exigimos, portanto, Sr. Presidente, como Constituintes, a averiguação dos fatos e, acima de tudo, que se restabeleça a autoridade da Assembléia

Nacional Constituinte em relação à Nação brasileira, Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Mendes Ribeiro: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MENDES RIBEIRO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, foi mencionado aqui o § 2º do art 1º. Estribo-me também nele, e não apenas nele. Louvo-me no inciso XVIII. Do art. 5º, que confere ao Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte o zelo.

“... pelo prestígio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o Território Nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas”.

É evidente que, ao mencionar o dispositivo constitucional, não lembro a V. Ex.^a as responsabilidades que tem. Apenas embaso o que quero dizer. Depois, reporto-me ao art. 62, onde se lê:

“Serão verbais, ou escritos,” – no primeiro caso, é verbal – “sendo resolvidos imediatamente pelo Presidente os requerimentos que solicitem:

IV – “ informações oficiais.”

Baseado, pois, nos mandamentos regimentais expostos, requeiro a V. Ex.^a se digne pedir informações oficiais ao primeiro homem do Executivo do Distrito Federal sobre as proporções dos acontecimentos verificados e testemunhados pelos colegas Constituintes que me antecederam nesta tribuna.

Peço, ainda, que se digne V. Ex.^a de solicitar informações oficiais sobre as razões pelas quais a força de segurança pública fez a intervenção, desconheceu as nossas prerrogativas, agrediu os Constituintes e, mais do que isto, manifestou a livre manifestação do povo e de quem nos elegeu em plena época de formação de uma nova Carta democrática.

Aguardarei a informação oficial pelo pronunciamento de V. Ex.^a, não sem antes registrar o protesto e lamentar que, desta forma, estejamos cavando, mais e mais, a distância entre a liberdade que queremos e a que deveremos conseguir, sem deixarmos nas mãos de meia dúzia de prepotentes e arbitrários, pela fraqueza de quem comanda, a ameaça permanente a nossa dignidade, as nossas prerrogativas e as nossas garantias.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Amaral Netto: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AMARAL NETTO (PDS – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, acho lamentável que todos nós tenhamos de vir à tribuna para registrar o fato. E vamos falar francamente: não podemos chegar aqui, simplesmente, e atribuir a responsabilidade ao Governo ou a quem seja. Mas algo pode ser atribuído ao Governo, como, por exemplo, a manchete do “Jornal do Brasil”, edição de hoje, que diz: “Sarney quer rigor com os bancários”. Não somos nós que dizemos isto, mas o próprio Presidente da República, que não desmentiu a frase, a qual dá margem à inter-

pretação policial diferente, talvez, da realidade que ele desejaria.

O que há de grave, Sr. Presidente – e aqui tenho de colocar a posição do PDS – é que quando uma destas coisas acontecia conosco no passado – com o velho PDS; hoje o PDS está no PMDB, no PFL, mas não está no PDS novo, vamos dizer a verdade – não se falava tanto do Governo, mas do PDS. Hoje, tenho de lembrar ao PMDB que ele é o Governo. Ele tem de exigir satisfações ao Governo sobre o que está acontecendo, porque S. Ex.^a a Deputada Cristina Tavares, pode exigir, como está exigindo. Mas tem de exigir um pouco mais, inclusive que se ponha ordem neste País em desordem, no sentido de permitir que, dentro do Direito, das legítimas reivindicações dos bancários, um operário possa receber seu dinheiro, possa comprar sua comida. Hoje não há nem talão de cheque para comprar nada. Isto é muito grave.

Quero dizer a V. Ex.^a, que a nossa bancada está inteiramente solidária com aqueles que foram vítimas da brutalidade policial. Não diria nunca que o Governo mandou praticá-la. Mas o que há de sério e o que está acontecendo de fato é a desordem que impera no País, não por culpa dos de baixo, mas pela desordem de cima: os que mandam não prestam conta, não têm planos para governar, tapearam esse povo com o estelionato de 15 de novembro, através do celebre “Plano Cruzado”, que liquidou com o povo brasileiro.

Por isso, o PDS, solidário, exige que o Governo tome providências. Tenho a certeza de que a bancada do PMDB, a bancada do Governo, fará isto com muita energia, porque é um direito seu (Palmas)

O Sr. Constituinte Lysâneas Maciel: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, algo de bastante grave está ocorrendo. Diria mesmo que se tenta criar um ambiente de terrorismo. Estão acuando não apenas a população, como também os Constituintes. Compete-nos aqui mencionar não só o desrespeito aos Parlamentares, mas toda e qualquer violência que porventura ocorra. Ontem, Sr. Presidente, a televisão mostrou verdadeira caçada humana contra humildes posseiros, na Capital de São Paulo. Matou-se, à vista de toda a população brasileira, um humilde camponês.

É verdade que, neste País, se vem matando, em média, um camponês por dia. Aquí já se institucionalizou o esquadrão da morte. E ontem, a televisão exibiu um trabalhador sendo morto pelo esquadrão da morte, talvez por ordem de um desequilibrado, não sabemos se em estado etílico ou não, o Prefeito de São Paulo. Hoje, desrespeita-se não somente o Poder Constituinte, como também o direito legítimo de greve, greve estimulada até pelos banqueiros, os mesmos atores que, há pouco tempo, infelicitavam este País.

Não é uma ameaça viva, Sr. Presidente, que um desequilibrado prefeito de São Paulo crie uma polícia, um esquadrão da morte, e mande matar um posseiro? E que grupos se fortaleçam, quando o Presidente da República diz que contra os bancários se deve usar a força?

E quando o Gen. Otávio de Medeiros diz que, apesar de invadir refinarias, portos e de tomar conta dos sindicatos, este é um Governo frouxo? O que há por trás disso, Sr. Presidente? Está caracterizado o § 7 do art. 57. Estamos, no entanto, assistindo a isso inermes. Sem poder tomar qual-

quer providência. Daqui a pouco vamos ter de usar aquela expressão segundo a qual, para fechar a Constituinte, basta criar seus organismos mais livres, sua soberania e sua liberdade.

O que aconteceu com o Parlamentar é grave, mas o que está acontecendo com os bancários, com os camponeses, é mais grave ainda, porque se está fazendo isso com a complacência e a inércia do Poder Constituinte. O Presidente da República proclama: "Vamos endurecer em relação aos bancários". O que significa endurecer, Sr. Presidente? Só porque aconteceu hoje um fato lamentável — um Parlamentar foi espancado e um outro foi colocado num camburão — é motivo suficiente para que esqueçamos essa multidão que aí está à espera de providências para que esta Assembléia seja realmente livre e soberana? Sr. Presidente, temos de entrar em estado de alerta para saber que grupos estão constituídos atrás dessas manobras; a quem aproveita esse tipo de medida; a quem aproveita esse tipo de atitude. Que nós não somos livres e soberanos já sabemos, mas chegar a ponto de intimidar e espancar parlamentares, mandar matar, na Capital de São Paulo, à luz do dia, sob os refletores da televisão, humildes trabalhadores?! Onde vamos chegar? Temos de restabelecer a nossa dignidade e a nossa soberania. Já disse aqui que não existe meia soberania. Soberania é como dignidade: ou é inteira ou não é. Neste caso, não sei se a ordem para usar a força foi dada pelo Governador do Distrito Federal ou pelo próprio Presidente da República, que também não tem coragem de enfrentar as forças da reação, não tem coragem de enfrentar os grupos multinacionais, não tem coragem de enfrentar as manifestações de setores militares, que exigem um comportamento submisso desta Assembléia Nacional Constituinte, querendo agora demonstrar força nessa pirâmide de sacrifícios. Os oprimidos sempre pagam a conta. E agora aí estão os bancários. O curioso é que não se discute a justiça da reivindicação dos bancários. O que se questiona, através dos órgãos do Governo, através dos órgãos de repressão, é precisamente por que os bancários estão agindo desse modo e não, repito, se são justas suas reivindicações.

Fazemos um apelo às autoridades para que esta Assembléia recupere um mínimo da sua dignidade. Lembro que somos responsáveis pela ação dos policiais tanto quanto dos bancários, que estão sofrendo a repressão e a violência. Somos também responsáveis pelos Governadores ou pelos Presidentes que nunca foram urgidos pelo voto popular. Temos de nos considerar responsáveis, porque esta é a grande tragédia das democracias nunca nos consideramos responsáveis pelos que cometem a violência e pelos que sofrem seus efeitos.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, cada recuo da democracia é um avanço das forças ditatoriais. Recuar, agora, diante dessa manifestação, é exatamente tornar ainda mais débil e tênue o poder de uma Assembléia que já não é livre nem soberana. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Domingos Leonelli:

— Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage):

— Tem a palavra o nobre Deputado.

*O SR. DOMINGOS LEONELLI
PRONUNCIA DISCURSO QUE,
ENTREGUE A REVISÃO DO
ORADOR, SERÁ PUBLICADO
POSTERIORMENTE.*

O Sr. Constituinte Gerson Peres: — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. GERSON PERES (PDS – PA. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, ouvimos atentamente um eminente Deputado do PMDB reclamar contra violências que se perpetraram contra Parlamentares da Constituinte. O Problema é muito simples: quem administra o Distrito Federal é um Governador nomeado pelo Presidente da República e integrante dos quadros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; tem ele, pois, de dar explicações a esta Casa, ou à sua Maioria, ou esta terá de exigir do Presidente da República a sua exoneração. Porque a Polícia Militar do seu Governo espancar Parlamentares às portas do Palácio do Planalto é o que há de mais vergonhoso e o que não pode acontecer no momento em que estamos escrevendo a nova Constituição.

Ontem, era a ditadura Militar que imprimia violência. E agora? Será este o propósito daqueles que pregaram a liberdade, a restauração da democracia, a implantação da Assembléia Nacional Constituinte? Será este o objetivo dessa gente após a promulgação da nova Carta Política?

Sr. Presidente, o responsável por estes incidentes — está claro — é o Governador peemedebista do Distrito Federal. E quem deve cuidar para que isto não se repita é o partido que está no Governo, que pregou liberdade, democracia, respeito e garantias aos direitos dos Parlamentares e dos indivíduos. Presenciamos em pleno trabalho Constituinte ocorrências vergonhosas, em que companheiros nossos são espancados, empurrados, jogados na vala, numa franca demonstração de que não estão preparados para governar democraticamente este País. Censuraram tanto o passado, incriminaram tanto o Partido Democrático Social! ainda, hoje, por entre chavões diários, vemos nesta Assembléia, Parlamentares quererem recordar os períodos de violência, responsabilizando o PDS. E hoje? Quem espanca Deputado, quem espanca Senador? Será o PMDB? Seus responsáveis que respondam ante os fatos visíveis e incontestáveis que envergonham a Nação e esta Assembléia.

Estas considerações que faço para que os Anais desta Casa registrem estas verdades no momento em que se pretende implantar no Brasil a verdadeira democracia. (Palma)

O Sr. Constituinte Florestan

Fernandes: — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. FLORESTAN FERNANDES (PT – SP. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, não peço a palavra pela ordem, mas pela desordem que está sendo criada pelo Governo e que devemos combater com a maior energia. Não há cabimento no que está acontecendo no País. Somente aqueles interessados em restaurar o fascismo poderão estar satisfeitos com o que está aí.

Não venho aqui condenar o PMDB, embora o "Estado de S. Paulo" de hoje estampe, em toda uma página, que o PMDB defende o Presidente Sarney. Os responsáveis por tudo o que está acontecendo são, em primeiro lugar, o Governo e, — em segundo, esta Casa, que não soube defender as suas prerrogativas e afirmar-se, como deveria, no sentido de exercer uma soberania plena, capaz de deter as ambições de todos aqueles que sonharam com a ditadura no passado, que continuam a sonhar com a ditadura no presente e que continuarão a sonhar com a ditadura no futuro. Temos

de romper com essa situação histórica; temos de acabar com essa desordem, com essa violência provocada pelas forças que se dizem da ordem, mas matam em São Paulo, massacram trabalhadores em todo o País, violentam bancários apesar de os ministros militares afirmarem, da forma rebuscada, que as forças militares pretendem defender a democracia.

Que democracia é essa? A democracia a ser estabelecida no Brasil deverá ser definida por nosso trabalho, e, se não soubermos defender as prerrogativas do Congresso, da Assembléia Nacional Constituinte, não haverá democracia alguma no País. Não temos baionetas; não temos cavalos; não temos cães pastores; não temos tanques; mas temos do nosso lado a força da vontade popular.

É esta força que temos de usar, se não o fizermos, esta Assembléia Nacional Constituinte será engolida pela violência. As manifestações que estamos vendo podem ser o começo de uma tentativa de solapar as atividades da Assembléia Nacional Constituinte, e não podemos recuar diante de tarefa de afirmar e defender essa responsabilidade. Não podemos admitir que o método democrático de tratar trabalhadores, bancários, o setor pobre e oprimido da população, seja o da violência e da brutalidade. Não devemos, porém, ser mais sensíveis às violências sofridas pelos Parlamentares do que às experimentadas por aqueles que nos puseram aqui dentro e que esperam de nós a criação de uma nova sociedade democrática no Brasil para todos, e não apenas para aquela minoria que detém o poder e monopoliza a violência, que só conhece um método de preservar a ordem: soltar cães, atirar, reprimir, matar.

Minha advertência é a de que eu defendemos, com unhas e dentes, as prerrogativas, as responsabilidades e as funções da Assembléia Nacional Constituinte, ou contribuiremos para levar o Brasil a uma nova aventura ditatorial. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Adolpho Oliveira: — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADOLPHO OLIVEIRA (PL – RJ. Sem revisão do orador.): — Sr. Presidente, o Partido Liberal, como tem feito desde a primeira hora, invariavelmente, vem trazer sua palavra de protesto contra as violências e arbitrariedades praticadas pela Polícia do Distrito Federal. Não é possível que tenhamos na Capital da República uma polícia a serviço dos banqueiros miliardários, insensíveis ao sofrimento daqueles que são as suas maiores vítimas, os bancários, que vinham realizando uma greve pacífica e justa.

Ainda ontem, Sr. Presidente, declarava o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho que não havia acordo, porque urna das partes não admitia sequer negociação. Os banqueiros não negociam a perda de um centavo dos seus lucros astronômicos. Põem a polícia a seu serviço, e, quando protestamos contra a agressão a Parlamentares do porte do Senador Pompeu de Souza — uma legenda neste País — temos de fazer justiça, porque não estamos defendendo privilégios para aqueles que são Constituintes, Deputados ou Senadores. Somos representantes dos bancários, somos representantes da comunidade brasileira e, quando a violência se faz sentir, temos de responder à altura, para dizer a esses banqueiros todo — poderosos que a Assembléia Nacional Constituinte poderá cortar sua fonte de ganhos, através da estatização dos bancos, para que aca-

bem de uma vez com essa prepotência, que nos enche a todos de opróbrio neste País.

Sr. Presidente, fica a palavra do Partido Liberal, de solidariedade aos Constituintes agredidos e aos bancários, para que eles possam colocar na mesa de negociações que, se não forem atendidos, cada vez mais a Assembléia Nacional Constituinte estará sensível à tese de acabar com essa exploração cartorial, que é a concessão de bancos na ciranda financeira.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O Sr. Constituinte José Germino: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENÓINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estamos chegando da praça defronte ao Banco do Brasil. Lá estivemos com vários parlamentares, inclusive membros da bancada do PT, juntamente com seu Líder, Luiz Inácio Lula da Silva, Olívio Dutra, Luiz Gushiken e vários deputados do PMDB, do PDT, do PC do B, do PCB e do PFL

O que constatamos, Sr. Presidente – e este é um fato muito sério – é que comandos da Polícia Militar, principalmente a tropa de choque, agiam de maneira violenta contra os manifestantes e também contra os parlamentares, até no sentido de insultar, de impedir com empurrões que tivéssemos acesso à agência do Banco do Brasil. O mais grave é que o Presidente do Banco do Brasil nos afirmou que não chamou a Polícia. E o Governador do Distrito Federal disse que precisava fazer consultas superiores.

Sr. Presidente, uma coisa é óbvia: os banqueiros, os magnatas, os agiotas deste País estão em aliança com o aparelho militar para provocar uma repressão violenta contra os bancários, para justificar medidas de força. É exatamente a arrogância, a ganância dos banqueiros que faz com que estes se vinculem ao aparelho militar do Estado, para agir de maneira arbitrária contra os manifestantes e contra os parlamentares. Nas conversações que mantivemos com a tropa presente naquela praça de guerra, era nítida a diferença quando conversávamos com o comandante da tropa regular e quando conversávamos com o comandante da tropa de choque. Este se colocava claramente no sentido de bater, de jogar bomba, de criar uma situação contra os manifestantes e os parlamentares.

Sr. Presidente, acabamos de sair do Palácio do Buriti. Estamos chegando da manifestação, e as bombas continuam sendo jogadas. Quem for para lá agora terá de ir com um lenço molhado, precisará ter cuidado com as bombas. O Presidente do Banco do Brasil e o Governador do Distrito Federal nos afirmaram que iriam tomar algumas medidas, mas antes precisavam consultar os órgãos superiores. O que está acontecendo em relação aos bancários é que os banqueiros decidiram "baixar o pau" nos bancários, criando uma situação de conflito, inclusive contra os próprios constituintes. Os banqueiros são os responsáveis por essa situação. Eles estão criando esse tumulto. E o Governo do Distrito Federal está-se dobrando, não está tomando posição para resolver o problema, que é sério. A Constituinte terá de assumir uma decisão política. Por isso, os parlamentares que lá estiveram presentes já estão tomando a iniciativa de apresentar a esta Casa um projeto de decisão, sustentando essas medidas violentas contra os grevistas e os parlamentares, porque ferem o exercício da soberania do

mandato popular. O que está acontecendo com os bancários aqui em Brasília, o que aconteceu com a Assembléia Nacional Constituinte, o que aconteceu com os Senadores Pompeu de Souza e Maurício Corrêa e com o Deputado Augusto Carvalho, que foi jogado ao chão, empurrado pela tropa de choque, não pode repetir-se mais, Sr. Presidente, para que amanhã não tenhamos novos badernaços em Brasília. Não se sabe até agora onde foram parar os responsáveis. Não podemos admitir a repetição do que ocorreu no Leme, quando o inquérito concluiu que os parlamentares do PT eram inocentes, mas não prosseguiu até a apuração dos responsáveis da PM por aqueles tiros que mataram dois trabalhadores rurais, repressivo que se assanha, que toma a ofensiva para criar um fato consumado. É esse mesmo aparelho repressivo, em aliança direta com os capitalistas, principalmente com os grandes banqueiros, que vem criar uma situação para favorecer a repressão direta e aberta contra os trabalhadores e contra os constituintes. Aqueles que ousaram ir à praça – e deixo este exemplo àqueles que dizem que esta Casa não tem poder, que dizem que esta Casa não tem prestígio – quando chegaram lá, foram aplaudidos pelo povo. É que lá estávamos exercendo o nosso mandato. Os populares viram como os constituintes foram recebidos pela tropa de choque – inclusive o próprio Líder do Governo, o próprio Senador Fernando Henrique Cardoso, Primeiro Vice-Líder do PMDB – barrados de frente, todos, sem distinção. Esta é a situação de fato consumado que partiu do esquema repressivo que não foi desmontado pela Nova República. Esse aparelho militar está agindo no sentido de criar uma situação de fato consumado. A Constituinte não pode assistir a isso impassível como se fosse uma questão abstrata ou como se fosse uma questão que não diz respeito à sua soberania e ao exercício do mandato dos Srs. Constituintes.

Deixo aqui meu alerta, no sentido de que esta Casa tome uma decisão política corajosa a esse respeito.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Eduardo Jorge: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras e Srs. Constituintes, na semana passada, por duas vezes, eu trouxe a esta Assembléia Nacional Constituinte uma advertência acerca de fatos gravíssimos que estavam ocorrendo na cidade de São Paulo e que poderiam repetir-se, em termos de repressão, em todo o País. Em São Paulo – aliás, governado por um amigo do Governador de Brasília – cenas de violência foram vistas ontem por todos aqui, e hoje as mesmas cenas se estão repetindo nesta Capital.

A Guarda Metropolitana, criada por decreto – e o projeto não foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas estão tentando passá-lo por decurso de prazo – paga com verbas do antigo órgão que tratava da assistência aos favelados, entrou na invasão onde milhares e milhares de trabalhadores tentam sobreviver a esse desgoverno em que a Nova República jogou o País. Não se trata de uma minoria, mas de cem mil habitantes. Pois a Guarda Metropolitana entrou, derrubando as casas com os pés, jogando gasolina nos barracos – isso mesmo, tocando fogo nos barracos – agredindo mulheres e crianças. Agentes à paisana e armados, infiltrados no meio do povo, final-

mente fizeram um pelotão de fuzilaria. Quem se deu ao trabalho de ler o jornal "O Estado de São Paulo" pôde ver que aquilo era um pelotão de fuzilaria indo em direção ao povo, apontando e fuzilando, pois conseguiu matar um operário com um tiro na cabeça, e há os que se encontram feridos nos hospitais.

Sr. Presidente, fatos como os de Brasília e de São Paulo provam como foi grave a decisão da Constituinte de abdicar de sua soberania plena, de ser um órgão de opção de poder do País. Constatamos total descontrole, a nível municipal, estadual e federal, numa situação em que a Guarda Metropolitana estava sendo comandada, em São Paulo, por um Coronel do Exército, proveniente dos órgãos de repressão do DOI-CODI. Assim, quem se sente seguro na maior capital do País?

Minha questão de ordem, portanto, tem o seguinte teor: deve a Constituinte determinar que o Ministro do Desenvolvimento Urbano, que controla a liberação de verba para programas habitacionais, seja imediatamente acionado para solucionar, de forma efetiva, e não com a polícia, não com armas, o problema enfrentado pela população pobre de São Paulo, que permanece ao relento, agredida de forma animal por policiais.

Em primeiro lugar, S. Ex.^a deve tomar providências imediatas, com o objetivo de liberar verbas para os programas habitacionais. Em segundo lugar, é preciso que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ainda funcionando, independentes da Constituinte, relancem à discussão a lei do solo urbano, a fim de solucionarem a questão da reforma urbana imediatamente, e não no ano que vem, quando a Constituinte terminar seus trabalhos. A lei do solo urbano tem de ser trazida imediatamente à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Finalmente, Sr. Presidente, peço a Mesa da Constituinte que tome as devidas providências, tendo em vista que deputados do PT vão deslocar-se para a periferia de São Paulo, em solidariedade aos trabalhadores que estão sendo agredidos. Exigimos que seja dada total garantia contra esse tipo de agressão, tanto para nós, deputados, como para o povo que nos elegeu. Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Carlos Sant'Anna: – Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (PMDB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, atribuíram-me atitudes que não tomei e omitiram as que tomei. Foi dito há pouco, da tribuna, que, convidado a me dirigir, junto com outros companheiros, ao Palácio do Buriti, a fim de me encontrar como Sr. Governador do Distrito Federal, havia-me recusado a ir. Isto não é verdade. Não fui convidado nem tampouco tomei conhecimento de tal convite. Estava na reunião da Comissão Executiva Nacional, junto ao Senador Mauro Benevides, quando fui alertado, pelo Deputado Cid Carvalho – que se encontra atrás de V Ex.^a neste momento – para esses acontecimentos lamentáveis que estavam a ocorrer no setor bancário. S. Ex.^a solicitou que eu fizesse contatos imediatos para apurar o que estava acontecendo, a fim de que providências urgentes fossem tomadas. Aguardava o término das palavras do Presidente Ulysses Guimarães, para me retirar, quando entraram companheiros, tendo frente

o Senador Maurício Corrêa, que vinham noticiar exatamente o que o Deputado Cid Carvalho já me havia dito ter sabido por um contato telefônico. Naquele instante o Presidente Ulisses Guimarães designou o Senador Mauro Benevides como representante da Comissão Executiva na coiva que iria ao Palácio do Buriti. Saí, então, para me comunicar com o Ministro Marco Maciel, da Casa Civil, a fim de relatar os acontecimentos. S. Ex.^a já sabia e me garantiu que o Governo Federal iria tomar providências urgentes e imediatas para contornar o que estava acontecendo. Falei, também, com o Governador José Aparecido, que estava impressionado com o desenrolar dos fatos e, sobretudo, com a sua intensidade.

Deste modo, gostaria que se registrasse nos Anais da Assembléia Nacional que, ao contrário do que se disse, saí imediatamente para estabelecer os primeiros contatos. Lamento profundamente os acontecimentos ocorridos e me solidarizo com todos aqueles que querem vê-los solucionados.

Quero louvar, também, a atitude exemplar do Governo Federal ao procurar negociar as greves de maneira democrática e legal. Quanto à greve dos funcionários do Banco do Brasil, ela já estaria resolvida, através das negociações, não fosse a solidariedade aos bancários da rede privada. Mas o comportamento do Governo, apesar de toda a crise, tem sido no sentido da ordem legal e pacífica. Os incidentes, que foram lamentáveis, são episódios que devem ser contornados com serenidade e tranqüilidade, num País já tão conturbado pelas crises que o sacodem. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Fernando Santana:

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. FERNANDO SANTANA (PCB – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, prefiro falar na qualidade de Líder, substituindo o nosso Deputado Roberto Freire. Não vejo por que se está levantando aqui questão de ordem sobre um assunto que não diz nada com a ordem. Muito ao contrário, estamos aqui, na qualidade de Líder do Partido Comunista Brasileiro, para dizer que o que está ocorrendo no Brasil, hoje, é uma grande armação no sentido de desestabilizar o processo democrático e, conseqüentemente, o próprio Governo. Já temos assistido a cenas idênticas em outras épocas, Sr. Presidente, tal como disse há pouco um colega: "Os banqueiros mandam baixar o pau, mas não os juros". Esta é uma expressão do Deputado Cardoso Alves, que acho muito correta.

A resistência maior vem dos bancos particulares, porque da parte do Banco do Brasil houve negociação. Mas os banqueiros particulares, muitos deles já multinacionalizados, opõem a maior resistência a qualquer discussão que venha a beneficiar os salários desta grande parcela da população brasileira, que são os bancários. E aqui há um movimento para impedir qualquer solução pacífica, porque eles apenas aguardam que a Justiça declare a greve ilegal para iniciar as demissões em massa e, aí, impor a volta ao trabalho pela fome e pela miséria.

Ora, Sr. Presidente, o remédio para que possamos garantir, inclusive, o funcionamento desta Casa constituinte e elaborar o texto da futura Constituição, que abrirá novos horizontes a um país tão conturbado pelas crises internas, é a unidade de todos os partidos políticos, também ex-

tensiva ao povo brasileiro, no sentido de defender as nossas prerrogativas. Só assim, Sr. Presidente, impediremos o golpe que está em marcha. Que ninguém se iluda: nós estamos marchando para uma situação difícil. Não sei se o Governo se sente estável, porque não compartilho da intimidade do Palácio do Planalto. A verdade, Sr. Presidente, é que estão provocando uma instabilidade deliberada. Toda vez que o povo brasileiro quer tomar nas mãos a História do seu País e construí-la um pouco, as forças de reação se levantam para derrubá-lo. seja qual for o Governo, a fim de que seus privilégios e seus recursos possam ser esbanjados livremente, deixando para o povo brasileiro a fome, a ignorância e a miséria. Somos a oitava potência econômica do mundo e estamos situados quase no sexagésimo lugar do ponto de vista social. Para que tanto dinheiro na oitava potência econômica do mundo? Por que tanta miséria e falta de escolas, de hospitais etc.? Por que, Sr. Presidente? Porque o povo brasileiro continua sendo escravo das forças internacionais. São essas forças que levam daqui para fora o trabalho e o suor do nosso povo, através dos juros extorsivos da dívida externa, que nos arrancam um bilhão por mês, fora os juros que os banqueiros também levam e que chegam, aproximadamente, à ordem de 700 milhões de cruzados por mês. São mais ou menos 8 bilhões de dólares que os banqueiros estão comendo mensalmente do suor e do trabalho do povo brasileiro. De sorte que, sem a unidade da Nação e desta Casa, não venceremos as dificuldades que nos ameaçam, porque sem unidade seremos frágeis, enquanto que unidos jamais seremos vencidos, Sr. Presidente. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Paulo Macarini: –

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. PAULO MACARINI (PMDB – SC.

Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, os fatos narrados nesta tarde dos quais foi palco Brasília quando a manifestação dos bancários em greve, envolvendo Parlamentares de todos os partidos, está a merecer do PMDB toda a repulsa. Eis que nossa tradição de luta e de coragem, nos vinte anos de resistência, sempre abominou a violência, e não quer que a impunidade prossiga. Se, por um lado, devemos reconhecer o esforço que o Banco do Brasil, o Banco Nacional e o Banco do Nordeste Brasileiro desenvolvem para superar as dificuldades, a fim de atender às reivindicações dos bancários, notadamente a sua equiparação com o Banco Central do Brasil, por outro lado não podemos aceitar esses métodos, nem ser coniventes com os fatos que foram objetos de repulsa da Nação brasileira nesta tarde.

Por isso, Sr. Presidente, juntamente com este pequeno registro que fixa a posição do PMDB contra toda e qualquer sorte de violência, queremos formular um veemente apelo ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte para que, na sua autoridade, no exercício dos seus diretos e prerrogativas, gestione junto ao Governador José Aparecido Oliveira a fim de que todas as responsabilidades por esses lamentáveis fatos sejam efetivamente apuradas e que violências dessa natureza não se repitam mais em Brasília, ou em qualquer parte do território nacional. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Paulo Macarini, o Sr. Jorge Arbage – 1º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides – 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro

Benevides): – A Presidência comunica ao nobre Constituinte Valmir Campelo e aos outros Constituintes – que naturalmente desejam também reportar-se aos episódios lamentáveis da manhã de hoje – que se propõe a dar um esclarecimento a respeito desses fatos, como é do seu dever, já que recebi do Presidente Ulisses Guimarães delegação para tanto, na condição de 1º-Vice-Presidente desta Casa Incorporaram-se a esta Comissão os Líderes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique, e eu pediria então ao nobre orador e aos outros que pretendem ocupar a tribuna para discorrer sobre o mesmo assunto que aguardem a comunicação que irei fazer neste momento, cumprindo exatamente uma atribuição inerente ao desempenho de um cargo de direção na Mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

Srs. Constituintes, na manhã de hoje, o Presidente Ulisses Guimarães, que presidia a uma reunião da Comissão Executiva Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, foi cientificado, por uma comissão de parlamentares, à frente da qual se encontrava o Senador Maurício Corrêa, de que acontecimentos da maior gravidade se tinham registrado na praça fronteira ao edifício-sede do Banco do Brasil, e que essa gravidade era constatada também pela infringência ao Princípio da Imunidade Parlamentar, já que Senadores – no caso os Senadores Maurício Corrêa e Pompeu de Souza – e vários Srs. Deputados haviam sido tratados de forma desrespeitosa, alguns deles até com constrangimentos vexatórios, numa demonstração de que naquele momento não se cumpria, não se respeitava a inviolabilidade do mandato parlamentar. Ciente dessas ocorrências, o Presidente Ulisses Guimarães determinou, imediatamente, a mim, na condição de 1º-Vice-Presidente, que me deslocasse não apenas para um contato pessoal, direto e imediato, com o Governador do Distrito Federal, Dr. José Aparecido de Oliveira, mas que, igualmente, fosse, na companhia dos Líderes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique, ao próprio local das ocorrências, a fim de que pudéssemos recolher dados ainda mais elucidativos para o pleno conhecimento da Assembléia Nacional Constituinte e o encaminhamento de medidas recomendáveis, enérgicas mesmo, que resguardassem a dignidade do exercido do múnus parlamentar, integrantes que são Senadores e Deputados da Assembléia Nacional Constituinte. Nas proximidades do Banco do Brasil, entramos em contato com o comandante da tropa que para ali se deslocara e, logo em seguida, com o próprio presidente daquela instituição de crédito oficial, Dr. Camilo Calazans de Magalhães, da mesma forma como o fizemos com as lideranças sindicais, que transmitiram a mim e aos demais parlamentares presentes relatos dos fatos que passaram a se registrar desde as dez horas da manhã. A par desses fatos e argumentos expostos pelo Presidente Camilo Calazans e pelas lideranças sindicais e, sobretudo, com informes recolhidos dos Senadores e Deputados presentes, essa comissão se deslocou imediatamente para o Palácio Buriti, e ali, na presença de todos os parlamentares, e não apenas da comissão já mencionada, transmitimos ao chefe do Poder Executivo do Distrito Federal nossa preocupação de que o quadro registrado na praça nas imediações do Banco do Brasil era da maior seriedade, por-

que representava também um cerceamento à ação de Senadores e Deputados integrantes da Assembléia Nacional constituinte, ali presentes para buscar uma solução conciliatória que pusesse termo à greve dos bancários. E muito mais do que isso, apelamos para o Governador no **ilegível** urgência possível, a apuração das responsabilidades daqueles que, subestimando a soberania da própria Assembléia Nacional Constituinte, dificultaram a ação conciliadora dos Senadores e Deputados que se deslocaram para a praça aludida imbuídos de tão nobres propósitos.

Há poucos instantes, o Governador retomou contatos com os Líderes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique. Entendi ser do meu dever vir a esta cadeira para daqui transmitir informações que tranquilizem não apenas Senadores e Deputados, mas igualmente a opinião pública do País. Aqui estou neste momento, por delegação do Presidente Ulysses Guimarães, para dizer aos Srs. Constituintes que esperamos possa o Governador José Aparecido determinar a apuração das responsabilidades desses fatos ocorridos na manhã de hoje e, mais do que isso, para dizer que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, ciosa de suas responsabilidades e entendendo a grandeza da missão confiada a Senadores e Deputados integrantes desta Assembléia, jamais permitirá, aqui, em Brasília, ou em qualquer outro recanto do território nacional, que haja constrangimento ao exercício do mandato parlamentar daqueles que integram esta Assembléia.

Portanto, em nome da Mesa e de todos os seus integrantes, de forma particular o Presidente Ulysses Guimarães, faço agora esta comunicação, esclarecendo que, ainda na tarde de hoje, com a presença do titular desta Presidência, novas providências serão anunciadas para que os Srs. Constituintes fiquem absolutamente convictos de que não permitiremos, em hipótese alguma, qualquer restrição ao exercício legítimo de um mandato que a todos foi conferido pela manifestação do povo, nas urnas livres de 15 de novembro.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Augusto Carvalho: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PCB – DF. Sem Revisão do Orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero trazer o meu testemunho vivo, perante a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte e meus ilustres colegas Constituintes, da situação vivida por nós, funcionários do Banco do Brasil, na praça em frente à Agência Central daquele estabelecimento bancário na manhã de hoje.

Quero dizer a V. Ex.^a que vimos acompanhando desde o início as negociações entre bancários e banqueiros, como parlamentares comprometidos com a solução dos graves problemas que atravessa nossa categoria e principalmente os pequenos comerciantes e produtores rurais, que estão sendo aniquilados pelas taxas de juros extorsivas impostas à Nação por meia dúzia de conglomerados financeiros. Estivemos em audiência inclusive com o Presidente da República. Vários contatos foram feitos com integrantes do Governo, com o Ministro do Trabalho e com S. Ex.^a o Presidente do TST. Embora todos os esforços feitos no sentido de se chegar a uma solução negociada, esta foi negada hoje pela intervenção brutal, violenta e inusitada das forças de segu-

rança comandadas pelo Governo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, quero deixar aqui o testemunho vindo dessa agressão à soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Fomos literalmente pisoteados – para o que chamaria a atenção de V. Ex.^{as} – empurrados e cutucados com cassetetes. Vimos vários companheiros nossos sendo mordidos por cães raivosos, que foram atirados contra um grupo, não de marginais, mas de trabalhadores honestos como são os funcionários do Banco do Brasil, que têm dado a este País exemplo de dedicação na construção de uma sociedade soberana, livre e democrática.

Apesar de todos os esforços que fizemos, juntamente com os Senadores Maurício Corrêa e Pompeu de Souza, para encontrar com comando da tropa uma solução negociada evitando-se o emprego da violência, nossa imunidade parlamentar foi pura e simplesmente desprezada. Fomos escorraçados da praça do Banco do Brasil com bombas de gás lacrimogênio.

Sr. Presidente, gostaria de invocar aqui o 2º do art. 1º do Regimento da Assembléia Nacional Constituinte, no sentido de resguardar a nossa integridade física, que foi violada, e a nossa imunidade parlamentar. Assim, solicito à Mesa desta Assembléia a instauração de inquérito para apurar as responsabilidades daqueles que comandaram essa ação ensandecida contra parlamentares e funcionários do Banco do Brasil.

Como segunda providência, Sr. Presidente, gostaria que fosse convocado aqui o Sr. Governador José Aparecido, que tem explicações a dar a este Plenário. S. Ex.^a precisa esclarecer-nos se realmente esta ordem partiu do Governo do Distrito Federal, ou se viúvas da ditadura militar, que para comemorar a data fatídica de 31 de março, provocaram todo esse tumulto para debelar um movimento pacífico, e que tem sido até agora conduzido de forma ordeira pelas lideranças do movimento sindical.

Sr. Presidente, gostada de deixar aqui mais um protesto da nossa parte. Não integramos a comitiva de Parlamentares de diversos partidos que estiveram com o Sr. Governador do Distrito Federal. Embora tenha sido feito apelo veemente ao Sr. Governador no sentido de fazer evacuar a tropa de choque que está afrontando a consciência democrática, não apenas dos bancários de Brasília, mas de toda a Nação, até agora centenas de homens fortemente armados, continuam tomando de assalto as imediações do Banco do Brasil.

Nesse sentido, gostaríamos de registrar aqui o nosso apelo a V. Ex.^a para que, em contato com o Governador do Distrito Federal, fizesse voltar a paz ao movimento, que esperamos tenha um desfecho seguro e pacífico pela via negociada, e nunca pela violência. (Palmas)

O Sr. Constituinte Valmir Campelo: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VALMIR CAMPELO (PFL – DF. Sem Revisão do Orador.): – Sr. Presidente na qualidade de Vice-Líder do Partido da Frente liberal, desejo, antes de mais nada, enaltecer a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte pelas providências adotadas na oportunidade.

Queremos, ainda, na oportunidade repudiar os atos de violência praticados não só contra a comunidade do Distrito Federal, mas, também, e principalmente, contra nossos colegas Constituintes. A propósito, pedimos à Mesa que realmente

adote enérgicas medidas no sentido de, o mais rápido possível, serem esclarecidos os fatos que fizeram com que os dignos representantes do Distrito Federal, isto é, os Senadores Maurício Corrêa e Pompeu de Souza e o Deputado Augusto Carvalho, sofressem não só humilhações, mas também violência.

Esta, a reivindicação que fazemos à Mesa da Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

O Sr. Constituinte Maurício Corrêa: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT – DF. Sem Revisão do Orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, estou em Brasília desde 1961. vim para cá ainda jovem advogada Casei-me aqui. Hoje, tenho três filhas e um neto. Enfrentamos em 1964 os militares que assumiram o Poder, e desde esse tempo até a instalação da tão esperada Nova República do saudoso Presidente Tancredo Neves – que se consuma agora com os gestos e atitudes do Presidente José Sarney nunca vi tanta barbaridade, tanta injustiça, tanto massacre, tanta incorreção derrubando parlamentares, o povo, da maneira como foi jogado.

Quero referir-me a dois fatos, Sr. Presidente. O primeiro ocorreu no dia 27 de novembro, quando, pacificamente, a população se manifestava contra o Plano Cruzado II. As tropas do Governador José Aparecido foram contra o povo, para massacrá-lo. Instauraram uma Comissão de Sindicância. Houve até um conflito com a Polícia Federal. E deduziram – segundo as próprias conclusões da Polícia do Governador José Aparecido – que os responsáveis eram os militares da Polícia do Distrito Federal. Mas até hoje esses responsáveis não foram sequer levados à Justiça, nem sofreram qualquer tipo de inquérito em suas corporações. E quem comandou a operação no dia 27 foi o Coronel Almeida, da Polícia Militar, que, em outras palavras, se identifica em gênero número e grau com aquele terrorista que morreu, o famoso Delegado Fleury, de São Paulo. É ele o homem que comanda hoje, em Brasília, a repressão. Pois bem, esse mesmo Coronel Almeida encontrava-se hoje dirigindo as operações em frente ao Banco do Brasil.

Fui chamado cedo, Sr. Presidente, pela liderança do Sindicato, para estar lá, porque se ameaçava uma repressão contra o povo. E comparei ao local às 11 horas. O companheiro e Deputado Federal Augusto Carvalho encontrava-se em reunião com o Presidente do Sindicato e o Presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans. Fiquei aguardando que eles voltassem. Logo em seguida, cortaram o som. Tentei dialogar no sentido de que o som fosse restabelecido, mas me comunicaram que fora desligado por ordem expressa do Governador José Aparecido. Também fui informado de que a polícia ali comparecera por determinação expressa de S. Ex.^a. Quando chegaram, ocuparam a tribuna que estava à disposição da Assembléia e começaram a dar informações sobre as conversas que tiveram com o Presidente do Banco do Brasil. A assembléia já estava se convencendo, com as argumentações do Presidente, no sentido da interrupção da greve hoje, voltando os bancários a trabalhar, quando o Presidente encerrava a sua discussão, chegaram cerca de 500 policiais da tropa de choque, com cães, bombas de gás lacrimogênio e cassetetes investiram contra o povo, comprimindo-o.

Identificamo-nos perante as autoridades, mas mesmo assim nos detrataram, usaram de linguagem de baixo calão, e não permitiram que dialogássemos com os comandantes. A maior patente com a qual conversamos foi a de Capitão. Os Srs. Parlamentares nem podem imaginar como fomos maltratados.

Sr. Presidente, esta não é uma questão do Senador Maurício Corrêa ou do Deputado Augusto Carvalho, é uma questão de soberania da Constituinte no que tange à defesa parlamentar, à defesa das nossas imunidades. (Palmas.) Se, doravante, não tomarmos as providências devidas, qualquer Deputado ou Senador será achincalhado, detratado em lugares que se encontre na defesa de situações, em que se coloque a favor do povo ou de grupos que venha a defender. Portanto, temos de sair daqui com uma solução mais séria: sugerir ao Presidente da República a exoneração imediata do Governador José Aparecido, que tem demonstrado a sua incapacidade administrativa para com a população de Brasília.

Sr. Presidente, esse Governador fica mais fora de Brasília do que nesta cidade. É o Governador que deu mais medalhas, mais festas, o que mais se ausentou da Capital da República, numa atitude de irresponsabilidade e de incompetência contra o povo do Distrito Federal, que jamais elegeu o seu Governador. Desde a época de Castello Branco, nossa população apenas suporta que militares que mandaram na República, através de entendimentos de cúpula, coloquem aqui, como sátrapa, um governador escolhido, da amizade deles, para dirigir os destinos desta cidade. E o que acontece? Interesses só para o Plano Piloto, ou seja, defesa de Panteão, da Casa do Cantador – a ser construída – defesa de sambódromo que se pretende construir em Brasília, mas jamais obras sociais que digam respeito à miséria que circunda a Capital da República. Essa é a demonstração mais evidente da incompetência do nosso Governador. S. Ex.^a não tem dignidade sequer para explicar a esta Constituinte que é o único responsável no envio da polícia contra nós. Em Brasília, fui o único Senador eleito pela Oposição que combateu os desmandos da sua administração.

Em nome da dignidade, Sr. Presidente, dos Parlamentares, da nossa postura cívica, exigimos que a Mesa da Assembléia Nacional Constituinte responsabilize as autoridades militares que lá estavam. Cães arrastaram senhoras e crianças e partiram para cima de nós. Levamos cacetadas no corpo, e o companheiro Augusto de Carvalho está inclusive com suspeita de fratura de costela. Vou agora para o Departamento Médico do Senado. Esse fato não pode ficar incólume. Temos de defender a dignidade parlamentar de cada um dos representantes do povo que aqui estão. Confio, portanto, na atuação enérgica de V. Ex.^a, Sr. Presidente da Mesa e do eminente Presidente Ulysses Guimarães, em nome da liberdade e da democracia. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ MARIA EYMAEL: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, que tragédia! Já não bastasse abater-se sobre a Assembléia Nacional Constituinte o peso do desencanto e da desesperança da Nação brasileira, em face do imobilismo do Governo, agora recai também sobre nós parlamentares o peso da força mais grotesca. Nem em 1823, Sr. Presidente,

quando as baionetas das tropas imperiais cercavam a Assembléia Nacional Constituinte, os Constituintes foram tão grotescamente atingidos. Infelizmente, precisou ser esta, a de 1987, palco de tão dramáticos acontecimentos. Foi desrespeitado, em sua integridade total, o princípio da inviolabilidade dos constituintes. Hoje, ocorreu em Brasília, com três companheiros nossos. Amanhã, o que acontecerá, Sr. Presidente? Será apenas um golpe de cassetete, ou um tiro certeiro no coração de um constituinte de 87? A violência, quando começa, não tem limites. Se não for imediatamente sustada, não terá mais barreiras. Não pode esta Assembléia Nacional Constituinte quedar-se apenas nestas questões de ordem de protesto. É preciso que seja registrada perante a História uma posição mais firme. É preciso que no nascedouro se dê um basta à ameaça aos constituintes. Não pode terminar este dia sem que esta Assembléia Nacional Constituinte tome uma postura de maior relevo. Três constituintes foram hoje humilhados e, através deles, a Assembléia Nacional Constituinte.

Peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que, nos termos regimentais, convoque ainda para esta noite sessão extraordinária de desagravo, através da qual todas as lideranças partidárias, todos os Constituintes tomem as providências cabíveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palma.)

O SR. CONSTITUINTE HAROLDO LIMA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO BENEVIDES): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. HAROLDO LIMA (PC do B – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, é sabido que diversos setores desta Assembléia, desde a sua instalação, se têm batido denodadamente pela soberania da Constituinte. Entre esses setores está aquele representado nesta Casa pelo Partido Comunista do Brasil. Consideramos desde o início que a batalha pela soberania dizia respeito a uma questão de interesse nacional. Contra a soberania desta Casa estavam tramando diversos setores reacionários, à frente dos quais aqueles ligados ao grande capital estrangeiro e ao militarismo brasileiro. Esses setores sabiam que esta Casa armada de uma soberania efetiva, poderia opor-se aos seus desmandos e aos interesses contrários à nacionalidade. Contudo, não fomos vitoriosos em algumas das batalhas já travadas nesta Assembléia. Isso não significa que a batalha pela soberania da Constituinte deva ser considerada por nós como perdida. Pelo contrário, ainda que derrotas passageiras tenham ocorrido, estamos dispostos a unir-nos com vistas a resgatar a soberania desta Casa de cada golpe desferido contra ela.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que consideramos da maior importância o fato que se registra nesta tarde. Diversos Senadores e Deputados foram abertamente agredidos por órgãos ligados ao Poder Executivo. Este fato significa uma ingerência do Poder Executivo no Poder Legislativo e, mais do que isso, uma aberta ofensa ao Poder Legislativo, à soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Acreditamos que todos esses protestos agora feitos pelos nobres constituintes, que todos esses chamamentos e apelos à dignidade da Assembléia Nacional Constituinte ficarão como meros apelos se ela efetivamente não tomar uma medida ofensiva, digna, à altura da ofensa que recebeu. Na verdade, mais uma vez está em causa a questão da soberania da Constituinte. Esses militares, que estiveram de plantão durante 21 anos, agora, no dia em que o golpe militar

de 31 de março é comemorado, mais uma vez, num acinte à Nação, vêm dizer de público que aquela foi uma revolução vitoriosa e gloriosa. Quando o povo brasileiro consegue derrotar essa ditadura militar – ditadura de vendilhões da Pátria e liberticidas – os Ministros da Nova República, na primeira oportunidade que têm, vêm saudar esse golpe antipatriótico e antidemocrático. Nós seguramente, enquanto constituintes, estaremos passando recibo a esses setores reacionários se não tivermos agora uma voz alta contra esse fato. Na verdade, ultrajada e ofendida foi a soberania da Assembléia Nacional Constituinte.

Queremos registrar neste instante que acabamos de ouvir o nobre Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Carlos Sant'Anna, dizer que está ciente de que a orientação do Presidente da República, com relação às greves em curso, foi para agir, segundo suas palavras, de forma ordeira, pacífica e legal. Ora, Sr. Presidente, acaba de ser praticado um ato de verdadeira desordem e violência. Das duas, uma: ou Sr. Carlos Sant'Anna não está dizendo literalmente quais as ordens emanaram do Palácio do Planalto ou estas ordens não estão sendo cumpridas pelas autoridades militares e pelo Governador desta cidade. Consideramos isso grave, Sr. Presidente, ou seja, existe uma contradição flagrante entre a declaração do Líder do Governo sobre as ordens emanadas do Senhor Presidente da República e os atos praticados por aqueles que deveriam respeitar sua Ex.^a. Essa contradição tem de ser resolvida. Acreditamos que o Governador de Brasília deva ser exonerado **incontinenti** ou esta Assembléia terá sua soberania maculada. Pensamos que a batalha que está posta é nestes termos. Acharmos que no Brasil, neste instante, existe uma situação delicada, com riscos de ilegalidade e de perigos iminentes.

Lemos com assombro, no jornal "New York Times", por duas vezes consecutivas em 20 dias, artigo sobre um golpe militar no Brasil. Temos notícia de que a Holanda acaba de prender um navio brasileiro, porque a dívida externa não está sendo paga. Registramos que o Senador Jarbas Passarinho, muito ligado ao antigo regime, também fala em golpe militar. Pensamos, sim, que existe um processo de radicalização em curso e, diante disso, a questão básica é o respeito ao povo brasileiro, às atividades legais, ordeiras e pacíficas da nossa gente.

Por isso a Liderança do PC do B solidariza-se com todos aqueles Constituintes que, ainda nesta tarde, foram ultrajados, e conclama todos os Parlamentares a defenderem junto à Mesa, ao Presidente da Constituinte, a adoção de medidas enérgicas a fim de garantir a soberania da Constituinte e fazer com que os provocadores – o Governador José Aparecido, os militares de plantão que estão agora saudando o golpe fratricida de 1964 – não exorbitem de suas atividades, colocando-se como mandatários da Pátria brasileira. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE VICENTE BOGO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. VICENTE BOGO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, não posso deixar passar esta oportunidade sem me referir também às denúncias que aqui estão sendo formuladas. É deplorável o que tem acontecido. É preciso que se busquem as penalidades legais para os responsáveis.

Quero dizer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que no Rio Grande do Sul os trabalhadores rurais vêm

enfretando grandes dificuldades em razão de estarem sendo postos a leilão milhares de propriedades de pequenos e miniprodutores, em virtude da cobrança de correção monetária e de juros extorsivos. A voracidade dos banqueiros neste ponto é inquestionável. Essa situação provocou desde ontem no Rio Grande do Sul, um movimento de protesto generalizado, movimento que está mantendo bloqueadas as agências dos bancos e as rodovias do meu Estado. Em decorrência disso, nesta manhã ocorreu um fato lamentável: no Município de Sarandi, uma barreira feita pelos trabalhadores rurais, com o objetivo de pressionar o Governo no sentido do atendimento de algumas reivindicações, foi rompida por um caminhão, que atropelou três trabalhadores, matando-os instantaneamente. Este acidente provocou ainda graves ferimentos em outros vinte e quatro trabalhadores, segundo informações recebidas. O fato causou inquietações ao povo e aos Constituintes do Rio Grande do Sul. Agora não se sabe aonde vai desembocar a revolta generalizada que tomou conta dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul, dado o ocorrido na manhã de hoje.

Portanto, solicito a V. Ex.^a Sr. Presidente, que sugira ao Governo Federal a adoção de algumas providências com o objetivo de solucionar o impasse que envolve os trabalhadores rurais e pequenos produtores de cinco Estados brasileiros, especialmente os do Sul, Centro-Oeste e Centro-Sul do País, que neste momento estão mantendo bloqueadas agências de bancos e também muitas rodovias no Rio Grande do Sul.

Faço este registro para lamentar a ocorrência de mais este fato, nesta fase conturbada que vive o País. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ CARLOS MARTINEZ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ CARLOS MARTINEZ (PMDB – PR. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a gravidade do momento que vivemos é, sem dúvida, indiscutível. Hoje, a violência se alastra de Norte a Sul e, o que é pior e inegável, calcada exclusivamente nos problemas econômicos que passamos a viver, desde as eleições.

No Estado do Paraná, várias empresas, no decorrer deste mês, entraram em concordata. Os agricultores passam por grandes dificuldades, como é do conhecimento desta Casa e dos nossos poderes públicos. É da maior gravidade o quadro que vivemos. Com os juros que pagamos, da ordem de 30%, é impossível a sobrevivência das pequenas e médias empresas do País. Essa situação de violência que nossos companheiros viveram hoje, na tentativa de conciliar os grevistas, é parte do espírito que vive hoje a Nação brasileira.

Sr. Presidente, tão grave quanto este acontecimento de hoje parece-me o modo como esta Nação está-se conduzindo. No sábado, tivemos a resolução de um novo instituto, que não conhecia, um tal de CONCEX. Apesar de há pouco mais de sessenta dias termos sabido que a Polícia Federal tinha dado grande busca, tentando prender homens que, ilícitamente, tratam do câmbio negro, tomei conhecimento de que, a partir de sábado, será permitido às empresas que exportarem mais negociarem importações através do câmbio livre, ou seja, comprando dólares no câmbio

negro. Isso é uma barbaridade, uma imoralidade e é incrível que se viva assim.

Sr. Presidente, a violência aumenta, e a cada dia que passa vai agravar-se mais, porque não é possível sobreviver neste estado de coisas em que se encontra a economia brasileira. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE SÓLON BORGES DOS REIS: – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, às dez horas da manhã de hoje – pelo relato que aqui tivemos de pessoas que viveram esses momentos deploráveis – ocorreram fatos envolvendo parlamentares dignos da solidariedade de todas as bancadas com assento nesta Casa. São duas as características dos fatos que ocorreram nesta manhã em Brasília: a violência e o desrespeito ao Poder Constituinte. A violência em si mesma, como se revelou hoje, já reclama o repúdio desta Casa e de toda a opinião pública brasileira, porque, longe de contribuir para a solução da problemática social do País, agrava as dificuldades, principalmente daqueles que dependem do seu trabalho, e complica cada vez mais a situação social que esta Nação atravessa. Consignamos o nosso repúdio à violência hoje registrada na Capital federal e também ao desrespeito aos constituintes, que contam com a imunidade parlamentar. O prestígio do poder constituinte depende do próprio poder constituinte. Não podemos esperar que venha de fora e de outros poderes. A consagração da soberania da Constituinte depende da própria Constituinte.

Ainda agora ouvimos do nobre Senador Mauro Benevides um relato, em nome do Presidente Ulysses Guimarães e da Mesa da Casa, sobre a visita ao Governador do Distrito Federal. Por mais dignidade que tenha a Mesa da Constituinte, e a despeito do apreço e da solidariedade que desfruta, não houve, Sr. Presidente, Srs. constituintes, nenhum aplauso e nenhuma manifestação de fé e de esperança diante das providências que tomou. É que não se acredita no atendimento das providências solicitadas. Se nos conformarmos em esperar que venha uma resposta, porque o Governo do Distrito Federal diz que tomou conhecimento desses fatos e que nomearia, talvez, uma comissão, e que tomaria alguma providência, nunca modificaremos esse método de tratar o povo, e correremos o risco de agredir e insultar a própria Assembléia Nacional Constituinte.

Segundo uma lenda amazônica, Sr. Presidente, Srs. constituintes, os jurupixunas, macaquinhos de boca preta, sempre que se viam em perigo diante de um temporal, prometiam: "Amanhã construiremos a nossa casa". E quando o temporal passava, esqueciam-se de construir a própria casa. Não vamos comportar-nos, Sr. Presidente, na defesa da dignidade da Assembléia Nacional Constituinte e contra a violência, como os jurupixunas da lenda amazônica, que dizem: "Amanhã tomaremos providências". Ou a Mesa da Constituinte cobra do Governo federal e do Governador do Distrito Federal providências objetivas e concretas em tempo hábil, ou então protelaremos sempre, e o prestígio da Assembléia Nacional Constituinte – não o esqueçamos – depende da própria Assembléia Nacional Constituinte. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Sólton Borges dos Reis o Sr. Mauro Benevides – 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arnaldo Faria de Sá – 3º Secretário.

O SR. CONSTITUINTE EDIMILSON VALENTIM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EDIMILSON VALENTIM (PC DO B – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, também estive presente ao local onde ocorreram os fatos aqui relatados por diversos colegas Constituintes, que presenciavam a maneira como o nosso povo foi tratado.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, nossa presença na Constituinte se deve exatamente ao fato de o nosso povo ter ido às ruas e, por meio de memorável processo de luta, ter desencadeado a conquista da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, a fim de evitar que fatos como este, que marcaram a vida do povo brasileiro durante 21 anos, se repetissem. Novamente nesta data fatídica de 31 de março, quando os trabalhadores, pacificamente reunidos, discutiam justas reivindicações, são eles atacados pelas tropas policiais do Distrito Federal, não com o intuito de ajudar ou de proteger o patrimônio público – porque este estava muito bem protegido, como afirmou o próprio Presidente do Banco do Brasil, Sr. Camilo Calazans; não com o objetivo de proteger as pessoas ali presentes, eis que isto não era necessário, pois os trabalhadores realizavam naquele local sua 8ª assembléia; mas essas forças atacaram, sim, como objetivo de provocar tumulto, de contestar uma manifestação pacífica, justa, que retratava o sofrimento de uma das classes mais prejudicadas pela política econômica do Governo. O fato que aconteceu hoje faz-nos pensar sobre diversos assuntos, faz-nos lembrar a importância de diversos aspectos que hoje norteiam os debates na Assembléia Nacional Constituinte, faz-nos lembrar como é importante e legítimo o direito de greve, o direito de manifestação dos trabalhadores quando insatisfeitos com suas condições de trabalho, suas condições de vida. Faz-nos lembrar também como é digno e importante retomarmos a discussão sobre a soberania da Assembléia Nacional Constituinte, pois hoje o Poder Constituinte foi frontalmente atacado. Faz-nos lembrar ainda como é importante que a Assembléia Nacional Constituinte, de maneira clara e analítica, discuta o papel das Forças Armadas no Brasil, na sociedade e na vida política do nosso País.

Faz-nos lembrar todos esses fatos, porque nós, Constituintes, fomos eleitos para consolidar o avanço democrático da nossa sociedade, e se aqui estamos hoje, isso se deve a um processo de luta a sociedade, e fundamentalmente dos trabalhadores do nosso País. As mudanças até agora conseguidas pelos trabalhadores o foram à custa de muitas lutas, a duras penas. Essa luta, consagrada hoje com a Assembléia Nacional Constituinte, tem de refletir esses anseios, essa motivação, e consagrar a democracia e o avanço de nossa sociedade. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE ÉRICO PEGORARO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Faria de Sá): – tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ÉRICO PEGORARO (PFL – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Deputado Constituinte Arnaldo Faria de Sá, nenhuma das

medidas anunciadas pelo Presidente da República, na área da política agrícola, foram de fato cumpridas no Centro-Sul, no Oeste ou em qualquer parte do nosso País. Isso levou os pequenos agricultores do Rio Grande do Sul, em movimento sindical, a tomarem uma posição quase que radical no sentido da condução de suas reivindicações, colocando-se nas rodovias federais, estaduais e municipais, bem como junto às agências bancárias e estabelecimentos comerciais, para tentar dizer ao Governo Federal que o pequeno produtor está morrendo, expulso da sua área do meio rural. E neste fatídico dia de fim de março, em que na Capital Federal ocorre o espancamento de Constituintes do Senado e da Câmara, agricultores morrem na defesa dos seus lúdicos interesses. Em face do exposto, solicito à Mesa, respaldando-me no Regimento da Câmara Federal já que o Regimento da Constituinte é omissão – a formação de uma Comissão para ir ao Rio Grande do Sul, pois os produtores rurais, que vieram ao Banco Central, foram mal recebidos pela sua Diretoria; aliás, sequer foram recebidos pelo Ministro da Agricultura. Uma comissão de Parlamentares Constituintes iria negociar a retirada da correção monetária e a sua cobrança esdrúxula, que o Banco Central está permitindo, nos financiamentos ocorridos de 28 de fevereiro de 1986 a 28 de fevereiro de 1987. Solicito, assim, a formação dessa comissão, para poder apagar esse início de fogo e resolver esse problema que começa a recair sobre quem mais sofre com a política econômico-financeira comandada pelos bancos: os funcionários dessas instituições e os pequenos agricultores do Rio Grande do Sul.

O SR. CONSTITUINTE PAULO DELGADO: – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs. Constituintes, os episódios de hoje mostram claramente qual é e qual deve ser a ação de um Constituinte no atual momento político brasileiro. Não é daqui, deste plenário, que vai sair a soberania da Constituinte, mas, sim da presença de Constituintes soberanos no movimento social, trazendo para este plenário a pulsação, as pressões que existem hoje sobre a sociedade brasileira. Deste modo, Sr. Presidente, Srs. Constituintes, não podemos deixar de referir-nos aqui à atuação do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho que, há pelo menos três dias, vem antecipando a decisão que tornará amanhã, contribuindo, assim, para que a polícia se arme e reprima os grevistas e quem quer que se coloque entre estes e a polícia militar. O que, na verdade, começou a armar a polícia foi a atitude do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ao falar da ilegalidade da greve antes de aquela Corte instalar-se e decidir sobre o assunto.

Da mesma maneira, Sr. Presidente, é preciso ter claro que nossa soberania não será adquirida e conquistada exclusivamente com a nossa indignação aqui dentro, porque, infelizmente, para muitos de nós, sem a garantia de imunidade parlamentar e de inviolabilidade de nosso mandato, não temos como exercê-lo. Como este Congresso Constituinte reflete o conjunto das classes sociais do País – aliás, ele é a imagem invertida deste País, eis que, se lá fora impera a maioria do povo explorado, aqui, lamentavelmente, o que temos é uma pirâmide invertida, onde há mais privilegiados do que o conjunto da massa do povo – para nós, que representamos, a partir de nossas

agregações políticas, todos os setores, especialmente os oprimidos, é fundamental a inviolabilidade do mandato, senão não há como exercê-lo com dignidade.

Requeremos, pois, à Presidência da Assembléia que se instale uma comissão para apurar devidamente de onde partiram as ordens que levaram à violência contra grevistas e Parlamentares. Antes da decisão do Tribunal Superior do Trabalho – ainda que já antecipada por seu Ministro Presidente – não é possível que o Poder Executivo use de repressão para intimidar um movimento legítimo, que outra razão não tem senão a de reivindicar justiça contra a indignidade da estrutura do sistema de salários e das condições de trabalho deste País.

Sr. Presidente, temo que o que ocorreu hoje, em Brasília, seja um recado do Governador José Aparecido para os Governadores dos outros Estados, a fim de que, a partir de amanhã, quando for decretada a ilegalidade da greve, assumam eles o mesmo comportamento de S. Ex.^a. Espero, porém, que os demais governadores, que foram eleitos, ainda que nenhum seja do meu Partido – o Partido dos Trabalhadores – saibam responder aos anseios daqueles que os elegeram, já que só pode tomar medidas arbitrárias como as de hoje um governador biônico como José Aparecido, do Distrito Federal.

O SR. CONSTITUINTE OLÍVIO DUTRA: – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Araldo Faria de Sá): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. OLÍVIO DUTRA (PT – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, Srs e Srs. Constituintes, minha questão de ordem tem a finalidade de fazer um registro como Constituinte, como bancário e como militante sindical: há alguns dias, desta tribuna, o meu e outros partidos do campo progressista, com compromissos no movimento popular e no movimento sindical, advertimos a consciência democrática, representada nesta Casa, quando o Exército ocupou as refinarias sob a alegação de que os companheiros petroleiros ameaçavam fazer greve; quando os Fuzileiros Navais tomaram os portos e os navios prisões, em razão da greve dos companheiros marítimos.

Dizíamos, naquela ocasião, que esta Casa – a consciência democrática aqui representada – não poderia ficar omissa ou fazer-se surda haveria de tomar decisões concretas para obstar, impedir, interromper a escalada de setores que estavam a militarizar os espaços das relações trabalhistas em nosso País.

Ontem, foram os petroleiros, os trabalhadores marítimos; hoje, o espaço que vinha sendo ocupado normal, democrático e ordeiramente pelos bancários, em seu movimento por melhores salários e condições de trabalho, foi ocupado pela força de repressão do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal.

O Governo da Nova República tem responsabilidades pela omissão e lentidão com que vem tratando a campanha salarial de uma categoria das mais importantes do País – 700 mil bancários, cuja disposição para a negociação é reconhecida por todos. O apoio ao seu movimento legítimo e ordeiro ultrapassa as fronteiras de meia dúzia de categorias, atinge a consciência democrática dos setores indispostos com as políticas que estão aí, os desmandos dos políticos ou dos sem política deste Governo.

O Governo, via Ministério do Trabalho, foi lento, para não dizermos que foi omissivo; enquanto que, via Ministério da Fazenda e SNI, recebeu os banqueiros para tratar da campanha salarial – provavelmente para organizar a repressão que hoje se deflagrou contra os bancários, não apenas em Brasília, mas em vários pontos do País, conforme notícia que acabamos de receber. O Governo tem responsabilidade porque, primeiro, ameaçou os bancários que estavam ordeiramente realizando gestões, buscando, na mesa de negociações, resolver o seu conflito trabalhista; segundo, fez de tudo, e ainda agora está fazendo, para que os bancários voltem alquebrados e dobrados para o seu local de trabalho, sem ter uma proposta da Federação Nacional dos Bancos – FENABAN.

O Governo ou se mostrou sem autoridade para exigir dos banqueiros uma proposta ou foi conivente com eles, pois 40 dias tiveram os banqueiros – sem nenhuma greve dos bancários – para, dar resposta às suas reivindicações. Há seis dias os bancários estão em greve, de forma ordeira e pacífica. Agora, os banqueiros privados dizem que só negociam se eles voltarem ao trabalho. Quarenta dias tiveram para apresentar uma proposta. O Governo, nesses quarenta dias, não agiu de forma alguma para fazer com que os banqueiros, cuja atividade é concessão do Estado, se sentassem à mesa de negociação. No entanto, o Governo foi ágil, apressou-se, foi eficiente ao intimidar a categoria dos bancários.

Espero, Sr. Presidente, que não aconteça o que lamentavelmente aconteceu na greve anterior: militares ocuparem as refinarias, e a marinha, os portos brasileiros. Lembro-me bem de que, falando em nome do PMDB – o maior partido que apóia o Governo – o nobre companheiro Constituinte Ibsen Pinheiro veio a este microfone não apenas justificar, mas defender a presença dos militares nas relações trabalhistas, sob o argumento de que era para defender a ordem e os próprios da União. Este mesmo discurso faziam os ditadores de alguns anos atrás, e fazem todos aqueles que, na verdade, só têm o discurso de democracia, mas têm a prática do autoritarismo e da ditadura.

Espero que isto não volte a acontecer, Sr. Presidente, e aguardo, em nome do PT e – sei – em nome de outras forças progressistas aqui representadas, inclusive no próprio PMDB, que tenhamos a convocação de uma sessão extraordinária, já requerida aqui, e, mais do que isto, tenhamos a apuração efetiva dos fatos que aconteceram: da agressão ao movimento, à sociedade, e da agressão a esta Constituinte.

Sr. Presidente, também espero que esta Constituinte impeça que, daqui para diante, atos como os que aconteceram – Fuzileiros Navais nos portos; Exército nas refinarias, Polícia Militar nas portas dos bancos – não aconteçam mais, não apenas visando a defender a integridade da Constituinte, mas para possibilitar que a sociedade, o movimento popular e o movimento sindical tenham o seu espaço democrático para reivindicar seus direitos e para agir como sujeitos do processo constituinte. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Constituinte Olindo Dutra o Sr. Araldo Faria de Sá 3º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ulysses Guimarães, Presidente

A SRª CONSTITUINTE ROSE DE FREITAS: – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estamos realmente estarecidos. A Assembléia Nacional Constituinte foi ofendida. Os trabalhadores foram desrespeitados. A democracia foi arranhada. O que acontece neste País neste momento, Sr. Presidente? Nós, da classe política, não temos resposta a uma pergunta sequer sobre o que acontece neste País.

Vimos Senadores e Deputados Federais, sendo empurrados pela polícia quando defendiam trabalhadores que, pacificamente, organizavam seus movimentos e faziam suas assembleias. Vimos, Sr. Presidente, que a transição democrática, que com muito custo conseguimos construir, de nada nos serve agora e não tem servido sequer para dar satisfação a este País sobre os problemas econômicos que estamos vivendo. Os problemas políticos não são discutidos com a classe política. O PMDB, que significa dois pés do tripé político que mantém esta Nova República – e já não é tão nova – traz em seu bojo as mesmas atitudes e ações e o mesmo pensamento da Velha República. Não ouvimos nenhum ministro dizer o PMDB o que pretende fazer, o que foi feito ontem e o que fará no futuro. Somos meros espectadores de uma realidade por demais cruel, que atinge e esbofeteia a cada dia o povo brasileiro, este mesmo povo, Sr. Presidente, que V. Ex.^a, então na Oposição, teve a capacidade de acompanhar durante vinte anos na resistência democrática. V. Ex.^a, ao lado de muitos companheiros que hoje estão neste plenário, esteve de braços dados na construção da transição democrática; V. Ex.^a bradou alto a este País que a Nova República era uma realidade. E que estamos vendo? Vemos trabalhadores que, na hora de reivindicarem seus direitos, são achincalhados, violentados e desrespeitados; vemos Parlamentares que de nada servem, nem para serem ouvidos sobre o conflito que esta Pátria nos traz a cada instante: o caos político, o caos econômico e, a consequência mais grave, o caos social.

Sr. Presidente, estamos estarecidos, não apenas pelo que vimos hoje, mas pelo que estamos vendo todos os dias. Mas o que vimos hoje nos traz a lembrança de um passado muito recente: policiais a provocar trabalhadores e políticos para que tenham uma reação, e esta depois seja usada por aqueles que querem desestabilizar a democracia. Mas que democracia, Sr. Presidente? Onde está essa democracia, em que planos econômicos são traçados dentro do Palácio, sem sequer ser ouvida esta força política construída e forjada pela luta e não nos gabinetes e fóruns do PDS, ou no seio estrito da Arena. Os Parlamentares do PMDB conhecem a história política deste País. Vivemos no arcabouço das celas, porque fomos os porta-vozes dos trabalhadores, para que pudéssemos respirar este ar de liberdade. Este poder político alternativo que aí está não durará muito. O povo chegará brevemente às ruas para dizer que não acredita mais nesta transição, pedirá eleições diretas e o Sr. José Sarney, Presidente da República, não poderá queixar-se, porque a esperança e o voto a ele confiado está sendo rasgado e jogado na cara do povo. Queremos democracia, mas com respeito a todos aqueles que trabalham permanentemente na construção da Pátria. O que vimos hoje não condiz com a realidade, Srs. Constituintes, daquilo que trabalhamos para construir. Não queremos mais estar na frente de um Governador do PMDB que diz que para retirar as tropas policiais das ruas tem de consultar altas esferas

políticas, porque está numa República Federativa e dirige uma Unidade da Federação que decide entre Três Poderes. Brasília é uma capital política. Gostaria de saber se era este o discurso que o PMDB usava quando foi às praças públicas convencer o seu povo a apoiar a transição democrática através do Colégio Eleitoral. Este divórcio não pode existir mais. Quero alertar os Srs. Constituintes para que o fato a que assistimos hoje não seja objeto de discursos e retórica política amanhã. Quero ver documentados nesta Casa todos os fatos, inclusive com depoimento dos trabalhadores. Quero que o Senador e o Deputado atingidos frontalmente pela violência policial cobrem e estaremos solidários com eles – respostas e punições para os responsáveis. Só acredito nesta Nova República se houver ações imediatas que justifique, para nós, a permanência destes ministros que aí estão. Quero vê os ministros dizerem nesta Casa o que estão fazendo, por que estão ocupando os ministérios e qual a razão para sustentarem esta dita e famigerada Nova República. Não quem ver o sofrimento estampado no rosto do trabalhador brasileiro, que é o objeto da nossa luta e a razão de estarmos aqui. Ninguém serve a dois senhores, Sr. Presidente. Ou estamos do lado da transição e das mudanças ou estamos retrocedendo e fazendo vigorar neste País o mesmo sentimento da austeridade ignorada, vilipendiada, que nunca cessou na Velha República. Estamos vendo a corrupção novamente comprar neste País, estamos vendo a violência como marca constante nas respostas aos reclamos dos trabalhadores. Queremos que prevaleça nesta Casa e no País o sentimento de mudança, de democracia, de liberdade e, sobretudo, de justiça social, a palavra mais forte e a bandeira que veremos fincar no topo da democracia.

Muito obrigada. (Palmas nas galerias).

O SR. CONSTITUINTE JAIRO CARNEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. JAIRO CARNEIRO (PFL – BA. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, ilustres Constituintes, os grandes detentores do capital, os poderosos, resolvem suas pendências e satisfazem seus apetites refestelados em poltronas de suntuosos gabinetes ou participando de reuniões regadas a champanhe e uísque. Os trabalhadores, os assalariados, vivem o sofrimento do dia-a-dia, lutando com muita desesperança num país de graves injustiças. É este o quadro da nacionalidade e é neste quadro que os Constituintes, que amam a liberdade e defendem a justiça e a oportunidade para todos, foram pisoteados e maltratados, junto com os trabalhadores, pela Polícia. Trago-lhes a minha solidariedade. Quero fazer um registro, porque, entendo que a Polícia que bate é a mesma que defende, a que oprime é a mesma que liberta, porque a Polícia não tem interesses próprios. A Polícia age a serviço da manutenção da ordem ou em defesa dos interesses do poder constituído. Agindo em defesa da ordem, no estrito cumprimento do seu dever, a responsabilidade é da autoridade pública que lhe determina cumprir uma missão. E pelos depoimentos aqui expostos, pelos testemunhos de ilustres figuras desta Constituinte, de Senadores e Deputados, esta Polícia foi acionada por determinação da autoridade do Governador do Distrito Federal, funcionário que exerce um cargo de confiança e que deslustrou, que atingiu a honra e a dignidade da Assembléia Nacional Constituinte soberana. Ele deve ser chamado à responsabilidade, porque

merecem fé-pública o Senador Mauro Benevides e os Deputados que o acompanharam à sua presença. O Governador de Brasília, com sua postura, assumiu inconflavelmente a responsabilidade pelas ocorrências, pelos episódios tumultuosos ocorridos hoje na Capital da República.

Entendo pessoalmente que é mais do que um direito e prerrogativa desta Assembléia convocar esse funcionário do Governo para vir explicar-se perante a Assembléia. Entendo mesmo que a Assembléia deveria dirigir-se ao Presidente da República para pedir a imediata substituição desse funcionário nomeado, que exerce cargo de confiança no Distrito Federal. É um desrespeito à República, à soberania do povo representada nesta Assembléia, que tem V. Ex.^a, brasileiro que merece o respeito de todos, pontificando como o grande líder deste processo de libertação deste País que quer a liberdade e ama a democracia. Haveremos de construir um Brasil de civis e militares, porque os militares não têm partido. É preciso saber quem lidera, quem comanda o seu trabalho, se são tiranos ou líderes democráticos.

Sr. Presidente, confiamos em V. Ex.^a. Creio que a unanimidade desta Assembléia está desejando, e, mais do que isso, está exigindo um reparo à violência praticada contra as instituições da República, à violência praticada pela irresponsabilidade, a omissão ou convivência do Governador do Distrito Federal. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE PERCIVAL MUNIZ: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. PERCIVAL MUNIZ (PMDB – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, o § 2º do art 1º do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte estabelece que os Constituintes são invioláveis por suas opiniões, palavras, votos, integridade física etc.

Segundo o art 5º, item XVIII, cabe ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte "zelar pelo prestígio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas".

Sr. Presidente, esta é a teoria, é o papel, é o Regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte.

Hoje, Sr. Presidente, dois Senadores da República e alguns Deputados Federais foram espancados, desrespeitados e humilhados, quando tentavam negociar a questão da greve dos bancários em Brasília. V. Ex.^a, tornando conhecimento dessas atitudes, desses atos, designou uma comissão para ir à sede do Banco do Brasil e ali tomar algumas providências no sentido de que o pior não acontecesse. Esta comissão, composta pelos Senadores Mauro Benevides e Fernando Henrique Cardoso, pelo Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Henrique, e por vários Deputados, ao chegar à praça onde fica a sede do Banco do Brasil, deparou-se com uma barreira militar que proibia o acesso dos Constituintes ao Presidente do Banco do Brasil, que se encontrava na sede do Banco. Com o objetivo de cumprir nossa missão, forçamos a passagem pela barreira, oportunidade em que apanhamos, fomos humilhados, xingados, agredidos de todas as formas possíveis, inclusive ameaçados de ser mordidos por cães adestrados da Polícia Militar do Distrito Federal saindo dali, Sr. Presidente, depois de terem alguns Constituintes corrido até risco de vida, encaminhamo-nos à presença do Sr. Governador do Distrito Federal e lhe fizemos

algumas perguntas básicas, como, por exemplo, quem solicitou a presença da polícia na praça em frente ao Banco do Brasil. Respondeu-nos S. Ex.^a que não tinha conhecimento de quem havia convocado a segurança para aquele local. A essa altura, já tínhamos a confirmação do Presidente do Banco do Brasil de que não partira dele essa solicitação. Que medidas serão adotadas no sentido de apurar responsabilidades e punir os culpados pelas agressões aos Constituintes? Indagamos, ainda, do Sr. Governador. "Que segurança temos para exercer o mandato eletivo a nós conferido pelo povo brasileiro?" S. Ex.^a respondeu que nada poderia afirmar naquele momento, pois antes teria de ouvir forças superiores.

Sr. Presidente a Assembléia Nacional Constituinte está instalada na sede do Distrito Federal, na sede da República. Estamos funcionando sob as ordens e a segurança do Distrito Federal, coordenadas pelo seu Governador. Se S. Ex.^a não tem poderes para garantir a inviolabilidade de nossos mandatos, pergunto, Sr. Presidente: que segurança nos dá V. Ex.^a para podermos desempenhar nosso mandato? Que garantia nos oferece V. Ex.^a, como Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, de que amanhã não seremos metralhados pela Polícia Militar? O que fizeram comigo e com meus colegas Deputados João Herrmann e Augusto Carvalho e com os Senadores Maurício Corrêa e Pompeu de Sousa poderia ter sido muito pior se tivéssemos reagido na defesa das nossas prerrogativas. Pergunta que garantia V. Ex.^a nos dá, já que o Governador do Distrito Federal não soube oferecer nenhuma? É possível a Assembléia Nacional Constituinte funcionar num local onde o Governador não tem poderes para garantir a inviolabilidade dos mandatos dos Srs. Constituintes? É possível, Sr. Presidente? Ficam as indagações. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE ALDO ARANTES: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ALDO ARANTES (PMDB – GO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, durante os vários dias de discussão do Regimento Interno, debatemos profundamente acerca da soberania da Assembléia Nacional Constituinte. Discutimos o significado político da soberania e mostramos a necessidade de que esse princípio fosse introduzido de forma explícita no texto do Regimento Interno. Pois bem, os atos hoje praticados pela Polícia Militar do Distrito Federal colocam em risco a soberania desta Assembléia Nacional Constituinte. Ou esta Assembléia toma uma atitude capaz de afirmar os seus direitos ou estaremos de cócoras diante do poder militar, no momento em que discutimos a possibilidade de acontecerem eventos como estes.

Não estamos hoje discutindo hipóteses, mas agressões contra Senadores e Deputados. E se esta Assembléia Nacional Constituinte não tomar uma medida máscula, afirmativa, não adiantarão os discursos. É necessário que V. Ex.^a, Deputado Ulysses Guimarães, como Presidente desta Casa e em nosso nome, exija o afastamento do Governador do Distrito Federal e do Comandante da Polícia Militar. Se V. Ex.^a e esta Casa aceitarem a continuidade de atos como estes não saberemos o que sucederá no momento em que aqui estivermos discutindo o papel das Forças Armadas, do capital estrangeiro, enfim, cumprindo o nosso papel e manifestando nosso apoio aos trabalhadores. Hoje, Senadores e Deputados realizavam um ato de solidariedade a uma greve justa

e necessária, pois não podemos admitir nem aceitar que esta Assembléia Nacional Constituinte fique de braços cruzados.

Sr. Presidente, em meu nome e em nome do Partido Comunista do Brasil, exigimos de V. Ex.^a e desta Casa uma afirmação da soberania, uma tomada de posição, pedindo o afastamento do Governador do Distrito Federal e do Comandante da Polícia Militar, a fim de que, através de atos concretos, esta Constituinte mostre aos demais Poderes da República, sobretudo aos militares, que continuamos exercendo nosso mandato e exigimos respeito, para que possamos adotar as medidas de acordo com os interesses do nosso povo.

O SR. CONSTITUINTE LUIZ SALOMÃO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – R.J. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente (Ulysses Guimarães, Sr^s e Srs. Constituintes, também fui testemunha ocular do que se passou na porta do Banco do Brasil, mas não vou aqui revisar os lamentáveis episódios, as afrontas de que fomos vítimas. O Deputado José Maurício e eu fomos empurrados, obrigados a entrar num corpo a corpo com soldados da Polícia Militar de Brasília. Quero trazer aos Srs. Constituintes informações mais recentes sobre o que se está passando no Rio de Janeiro, onde os que fazem piquetes às portas dos bancos estão sendo agredidos pela Polícia Militar daquele Estado, no qual durante quatro anos essa polícia serviu para garantir os direitos dos grevistas. O que vimos hoje, neste Governo que se instalou em 15 de março, do Sr. Moreira Franco, são agressões aos trabalhadores, impedindo parlamentares de exercerem livremente o seu direito de luta por melhores salários e melhores condições de trabalho. Temos de denunciar essa escalada de violência da Polícia Militar, que, por coincidência, se verifica no dia de hoje, 31 de março. Estranha e lamentável coincidência, no dia do golpe militar. É possível que os saudosistas da senha revanchista, não conformados com a democracia, se tenham aproveitados desta data para botar suas maguinhas de fora e mostrar que estão a postos com a mesma violência.

Sr. Presidente, fomos humilhados pela polícia do Governador José Aparecido. Saímos do Banco do Brasil e estivemos no Gabinete de S. Ex.^a, o Governador, que, em meio a evasivas, recusou-se a determinar a imediata retirada da polícia militar daquele estabelecimento bancário. Neste momento, recebo informação do Deputado Noel Carvalho, que de lá regressou, no sentido de que a polícia militar teve seu contingente reforçado em frente ao Banco do Brasil, numa atitude de confronto e provocação aos grevistas que lá realizarão sua assembléia, às dezessete horas. Quero dizer-lhe, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, que, com base no art 2º do Regimento Interno, tem V. Ex.^a a responsabilidade de nos dar garantias para o exercício dos nossos mandatos. E eu, juntamente com outros Deputados, vamos dirigir-nos, agora, às portas do Banco do Brasil. (Palmas), a fim de garantir a realização da assembléia, pois esses funcionários têm o direito de realizá-la, porque as seis ou oito realizadas anteriormente o foram em clima pacífico, sem nenhum atentado ao patrimônio do banco. Esperamos que V. Ex.^a, com a autoridade moral incomparável que tem nesta República, determine o afastamento do contingente da polícia militar que lá está, a mais truculenta do Brasil, preparada para criar um clima

de confronto com a Assembléia Nacional Constituinte. Desejamos, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, que V. Ex.^a, com a sua autoridade, providencie a imediata retirada da polícia militar, para que possamos participar de um ato cívico na luta por melhores condições de vida e de trabalho dos bancários do Brasil Muito obrigado. (Palma)

O SR. CONSTITUINTE ANTERO DE BARROS: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Constituinte.

O SR. ANTERO DE BARROS (PMDB – MT. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, a situação que se registrou em Brasília não se verificou com maior violência nos outros Estados, apesar de as polícias militares lá estarem de prontidão.

Esta é, lamentavelmente, uma data maldita para o povo brasileiro, pois, enquanto os trabalhadores e os bancários se reúnem para encaminhar suas reivindicações, a polícia, para infelicidade nossa e da Nação, obedece ao recado do Presidente da República, divulgado pelos jornais, de que é necessário endurecer com os bancários.

Na verdade, não são eles, nunca o foram, os inimigos da Pátria. Ao contrário, os bancários constroem a riqueza do Brasil, e têm os seus direitos negados. É necessário, isto sim, endurecer com os banqueiros. Estes foram os inimigos do Plano Cruzador, foram e são os inimigos do sistema produtivo da Nação.

Hoje, no interior do meu Estado, Mato Grosso, a cidade de Quatro Marcos se encontra inteiramente ocupada pela polícia, cujas tropas tomaram a Câmara Municipal de Vereadores, a Prefeitura Municipal e as agências bancárias.

Os produtores estão protestando contra os juros que vão jogar por terra o sistema produtivo da Nação brasileira. Questões como essa afligem os produtores e têm de ser enfrentadas. Nosso partido, o PMDB, em consonância com o Presidente da República, diz que é contra a repressão. O Governo tem de mostrar força contra os banqueiros para baixar os juros; precisa agir contra aqueles que praticam agiotagem institucionalizada. (Palmas.)

Sr. Presidente, em nenhum momento os banqueiros se sentiram ameaçados. Porém os trabalhadores, os bancários do Banco do Brasil, que se orgulhavam de pertencer àquela instituição, hoje lamentavelmente recebem um salário de miséria.

Quero, Sr. Presidente, prestar minha solidariedade aos bancários, aos grevistas, e dizer-lhes que o erro teve aqui sua origem, quando fomos impedidos de aprovar a resolução que nos permitia votar o fim da Lei de Greve, que é facista e contrária aos interesses dos trabalhadores.

Neste momento, o que precisamos fazer é apoiar a medida histórica, a medida correta da decretação da moratória. Porém, não podemos entender, muito menos aceitar que, ao mesmo tempo em que o País enfrenta o sistema financeiro internacional, se permita, a nível interno, que os banqueiros continuem sendo os verdadeiros mandatários desta Nação. A classe trabalhadora unida poderá dar um basta a esse movimento. (Palmas.)

A SR^a CONSTITUINTE BETH AZIZE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra a nobre Deputada.

A SRA. BETH AZIZE (PSB – AM. Sem revisão da oradora): – Sr. Presidente, Srs. Consti-

tuintes, é com o espírito melancólico que faço a esta Assembléa uma comunicação de profundo pesar, e este espírito reflete também a mesma melancolia com que se inicia a história constitucional da Nova República. Quero participar a esta Assembléa o falecimento do ex-Deputado Federal ex-Senador da República e Presidente do Instituto Nacional da Previdência Social Dr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho. Ao mesmo tempo em que faço esta comunicação, quero propor a V. Ex.^a, que é também Presidente da Câmara dos Deputados, que na próxima reunião desta Casa se possa fazer uma homenagem **post mortem** ao ilustre brasileiro e talvez a maior reserva moral do Estado do Amazonas, Dr. Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex.^a que o Estado do Amazonas hoje se cobre de luto, porque Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, mesmo depois de ter cassado, seu mandato de Senador da República, e os seus direitos políticos, permaneceu na sua terra e participou de todas as campanhas do Movimento Democrático Brasileiro, e também do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Quero dizer a V. Ex.^a que, tanto quanto eu, o ex-Senador Arthur Virgílio Filho abandonou as fileiras do PMDB amargamente para não se agachar, para não se submeter à quadrilha do Sr. Gilberto Mestrinho, ex-Governador do Amazonas, que tomou de assalto a direção daquele partido.

Por todas estas razões, Sr. Presidente, quero pedir a V. Ex.^a, que, na primeira reunião ordinária da Câmara dos Deputados, seja prestada homenagem **post mortem** a esse ilustre brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa associa-se às palavras de homenagem à memória do grande Parlamentar que foi o Senador Artur Virgílio. É muito justa a homenagem que V. Ex.^a propõe. A Mesa roga a V. Ex.^a que formalize o pedido com um requerimento, a fim de que haja condições de que, em sessão da Câmara, se faça esta homenagem.

O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, em nome do PDT e também por especial pedido do Deputado Bocayuva Cunha, companheiro e colega, nesta Casa, do ilustre Senador Artur Virgílio Filho, quero associar-me às condolências prestadas pelo passamento desse grande brasileiro e ex-membro do PTB de cuja morte tivemos notícia agora.

Sr. Presidente, em nome do PDT e de um conjunto de Constituintes que já se expressaram nesta tarde sobre os acontecimentos lamentáveis ocorridos no Setor Bancário Sul, em Brasília, não quero estender mais. Fui chamado às pressas em minha residência para, junto a outros Parlamentares, tentar intermediar no choque que se dava entre a Polícia Militar e os trabalhadores bancários. Não vou falar do Governador José Aparecido, um desaparecido na história de Brasília, que só aparecerá quando se contar a história do movimento repressivo contra os trabalhadores. (Palmas.) Acho que temos de tomar medidas concretas. Não vou fazer discurso, analisando o que aconteceu. Penso que a Assembléa Nacional Constituinte tem de tomar posição, quando menos em defesa da imunidade, da honradez e defesa pessoal dos Parlamentares ali agredidos pela trucu-

lenta Polícia do Sr. José Aparecido. Por isso, trago requerimento, solicitando a V. Ex.^a mande instaurar comissão especial para apurar os fatos e sobre tudo os responsáveis pela agressão aos Constituintes. Valho-me do Regimento interno da Constituinte, subsidiando-me também no que tange ao Regimento da Câmara dos Deputados, a fim de que V. Ex.^a, que é a única autoridade que pode determinar a abertura desta comissão especial, o faça.

Acabo de passar em frente ao Setor Bancário Sul para onde alguns Parlamentares estão-se dirigindo, e, em nome da tranquilidade do povo brasileiro, em nome dos trabalhadores, em nome da honra da Assembléa Nacional Constituinte, apelo a V. Ex.^a no sentido de que encerre a sessão e se coloque à frente de todos, para lá intermediar, evitando que ocorra mais um massacre dos trabalhadores brasileiros.

Em nome da sua honra, em nome da sua personalidade, em nome do homem chamado o "Senhor da Diretas", convido V. Ex.^a para, junto com os Parlamentares, garantir aos trabalhadores brasileiros e aos bancários – já que o Governador José "Desaparecido" não se manifestou – a sua incolumidade. É o apelo que faço, e sei que V. Ex.^a o atenderá neste momento histórico da vida brasileira (Palmas!)

O SR. CONSTITUINTE OSVALDO LIMA FILHO: – O Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. OSVALDO LIMA FILHO (PMDB – PE. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, por delegação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, venho manifestar o nosso pesar e, mais do que isso, a nossa consternação pelo falecimento ocorrido, hoje, do ilustre Senador pelo Estado da Amazônia Arthur Virgílio do Carmo Filho. Antigo Parlamentar, ex-Deputado Federal, ex-Deputado do Partido Trabalhista Brasileiro na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, Arthur Virgílio Filho marcou sempre sua atuação pela fidelidade às causas populares, à luta pela justiça social, pela reforma agrária e pelas grandes bandeiras sob as quais ingressou na vida pública de seu Estado e se consagrou no Parlamento Nacional.

V. Ex.^a já se associou, em nome da Constituinte, às homenagens aqui propostas pela ilustre representante do Amazonas, e que são também do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. CONSTITUINTE UBIRATAN SPINELLI: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. UBIRATAN SPINELLI (PDS – MT. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, não somente aqui no Distrito Federal, mas em todo o Brasil, estamos vendo uma situação de caos e de calamidade. Diversas Prefeituras do meu Estado, o Mato Grosso, estão fechando suas portas por falta de recursos financeiros, por causa dessa política econômica que estamos vivendo nos dias de hoje. Recebi, inclusive, telefonemas de agricultores de Mirassol do Oeste e de São José dos Quatro Marcos, no Mato Grosso, manifestando sua preocupação com essa política que aí está, agrícola. Enquanto apodrecem nos campos o café e o arroz, por falta de armazéns e de caminhões para o transporte, sabemos que no Porto de Santos há toneladas de arroz para serem des-

carregadas. E esse absurdo que não podemos conceber.

O PMDB, que ganhou as eleições neste País todo, esse partido que se diz ser a esperança da Nação, o partido responsável pela política econômica, quer queira, quer não, é o co-responsável por essa deficiência por que a Nação brasileira passa nos dias de hoje. Não adianta dizer que não é. O PMDB tem de assumir a posição de maioria absoluta neste Parlamento e a responsabilidade de ir para as frentes, exatamente como disse o Líder do PDT agora mesmo, e ajudar a resolver essa difícil situação dos bancários, não só do Distrito Federal, mas de todo o Brasil.

Oxalá possamos resolver, porque ninguém agüenta mais ficar com essa Nação semiparalisada. É o banco, é a agricultura, é o comércio, é a indústria. O Brasil vive um momento pré-falimentar. Portanto, em nome do PDS de Mato Grosso, venho aqui, veementemente, deixar o meu protesto contra a crise por que passa o setor dos bancários em nossa terra. Muito obrigado. (Palmas!)

O SR. CONSTITUINTE LUIZ INACIO LULA DA SILVA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. LUIZ INACIO LULA DA SILVA (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr.

Presidente, gostaria de chamar a atenção dos companheiros constituintes, não só para a gravidade do que aconteceu hoje em Brasília, mas também para o que aconteceu ontem em São Paulo, quando uma polícia que sequer linha sido reconhecida ou aprovada ainda vitimou um companheiro, pai de seis filhos, na Zona Leste de São Paulo.

Mas muito mais grave do que o fato de a polícia estar na praça, e até mesmo agredir um Deputado, é o fato de que as questões sociais neste País, ao longo dos anos, continuam sendo tratadas como questão policial.

É importante ressaltar que a própria figura do Estado se tem tomado incompetente no tratamento das questões sociais. Uma coisa são os Deputados constituintes ou qualquer cidadão entender o comportamento de um empresário privado, outra coisa é entendermos o comportamento do Estado, que age como se fosse uma empresa privada, fazendo, às vezes, com que uma greve aconteça sem uma razão significante.

Se atentarmos para a realidade brasileira, hoje, vamos chegar à conclusão de que nunca, na História deste País, tantas categorias de trabalhadores fizeram greve, se manifestaram, e tantas vezes a polícia foi truculenta como está sendo hoje. Parece-me que a polícia está confundindo democracia com cacetada, democracia com truculência, está confundindo ordem, e quem sabe até preservação do patrimônio particular de uma empresa, com agressão à classe trabalhadora.

É importante, Dr. Ulysses Guimarães, que V. Ex.^a, como Presidente da Constituinte, leve em consideração duas coisas primeiro, poderíamos tentar fazer gestão junto aos banqueiros particulares – que foram os que ganharam dinheiro na História deste País, nos últimos vinte anos – para sentarem à mesa de negociações, como o fez o Banco do Brasil; segundo, para ponderar a todos os governos estaduais, especialmente ao Governo Federal e ao Governo do Distrito Federal, que tentem negociar os acordos coletivos com as categorias profissionais ligadas ao Governo, antes que aconteça a greve. E para negociar não é difícil; é preciso que o Governo tenha competência, tenha um orçamento transparente, que

chame a associação dos funcionários que estão reivindicando e mostre a essas pessoas a verdade do orçamento e por que o Governo está negando, coisa que nunca é feita em nenhum Estado, em nenhum Município neste País.

Queria apenas dizer ao Presidente Ulysses Guimarães e aos constituintes que hoje é um dia em que poderíamos dar provas de nossa soberania; acho que hoje é um dia em que se tenta fazer gestões de todas as formas, primeiro para haver negociação, segundo para tirar a polícia de lá, a fim de que os trabalhadores façam a assembleia, e parece-me que há resistência. Então, sugeriria que o Congresso constituinte, pelo menos temporariamente, por 45 minutos ou por uma hora, se transferisse concretamente para aquela praça (palmas), para que cada um de nós possa assistir ao que está acontecendo: qual é o comportamento dos bancários, dos banqueiros e das autoridades. Por isso, faço um convite aos constituintes: que fôssemos até àquela praça para testemunhar – não com discursos de um ou de outro Deputado – o comportamento da Polícia Militar do Distrito Federal.

Mas, muito mais importante, gostaria de reiterar a V. Ex.^a, Deputado Ulysses Guimarães, um pedido no sentido de que ponderasse aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal que tomem, uma atitude, pois não sei se é do conhecimento dos Deputados que, aqui em Brasília, para acontecer uma greve geral está faltando apenas parar o transporte e o comércio, porque quase todos os outros setores estão parados, e é bem possível que a polícia haja assim com todas as categorias em greve.

Como temos alguns constituintes com larga experiência de participação nesses movimentos, gostaria de convocar, a todos, sempre que possível, com a participação do Presidente da Constituinte, para interferirmos, não para evitar que a polícia bata, mas que procurássemos com antecedência um acordo, antes até de se chegar à greve. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE EDUARDO BONFIM: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. EDUARDO BONFIM (PC do B – AL Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, definitivamente, a escalada militarista da sociedade brasileira chega onde temíamos – e vários constituintes de diversos partidos inclusive já alertavam para o problema –, ao cerceamento, ao certo à Assembleia Nacional Constituinte, Sr. Presidente, não apenas Senadores e Deputados Constituintes foram agredidos física e moralmente. Mas, tenho uma denúncia a fazer, que me chega através do filho do ilustre Senador Teotônio Vilela, das Alagoas. O Senador Teotônio Vilela Filho, da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, ao tentar intermediar, junto à mais alta patente militar que comandava a brutal repressão contra os trabalhadores bancários, ouviu desta alta patente militar a seguinte resposta: "Pois saiba o senhor que agora Constituinte é na porrada".

Sr. Presidente, ou a Constituinte assume, neste momento, sua soberania, ou será achincalhada perante a História e perante o militarismo que toma conta da sociedade brasileira. (Palmas.) Associe-me, inteiramente, à proposta do PC do B, do qual faço parte, à proposta do Partido dos Trabalhadores, dos Deputados que, sem distinção de sigla partidária, pedem a V. Ex.^a – representante da luta democrática no País –, que neste momento reafirme a dignidade, a força, a sobe-

rania que o povo exige da Assembleia Nacional Constituinte. Não serão declarações de certos militares, de que a Constituinte será, daqui para frente, tratada na porrada, como ouviu o ilustre Senador Teotônio Vilela Filho, que nos irão intimidar. Vamos proteger a Constituinte e, com os Srs. Constituintes, dar nosso apoio e nossa solidariedade aos grevistas e, acima de tudo, à sociedade brasileira. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE BRANDÃO MONTEIRO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. BRANDÃO MONTEIRO – (PDT – RJ. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, gostaria de saber a resposta ao requerimento que fiz no sentido de, se encerrar a sessão, a fim de que nós, com V. Ex.^a à frente, fôssemos ao Setor Bancário Sul, para se evitarem maiores problemas e intermediarmos uma solução. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa a V. Ex.^a que, quanto a encerrar a sessão, enquanto houver oradores inscritos não há condições de fazê-lo.

Quanto às providências que a Mesa e a Presidência deviam tomar, logo no período da manhã, quando tivemos informações das ocorrências, foram designados o Vice-Presidente, Mauro Benevides, o Líder no Senado Federal, Fernando Henrique Cardoso, e o Líder Luiz Henrique, para irem ao local testemunhar as ocorrências e manter contatos com as autoridades – inclusive com o Governador do Distrito Federal. O Vice-Presidente já fez relato que é do conhecimento da Casa. A Presidência tem mantido contato com as autoridades, por isso demorou a chegar a este plenário. Manteve uma série de entendimentos, inclusive com o Sr. Ministro da Justiça. Estando S Ex.^a no Rio de Janeiro, disse-me que imediatamente iria deslocar-se para Brasília, a fim de ter um entendimento hoje, comigo e com outras autoridades.

Continua a dialogar, em nome da Mesa, a mesma Comissão, à qual quero agregar o Líder da Constituinte, Mário Covas. A Presidência, em face das graves denúncias aqui feitas – inclusive com relatos de Parlamentares atingidos e, mais do que eles, a própria Instituição, na sua imunidade – irá tomar as providências que lhe competem, no sentido do resguardo da soberania da Assembleia e, principalmente, da imunidade dos Parlamentares. (Palmas.)

O SR. CONSTITUINTE ADEMIR ANDRADE: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PMDB – PA Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estabelece o art. 75 do Regimento Interno a criação de órgão de divulgação das atividades da Assembleia Nacional Constituinte.

Determina o art. 76: "As emissoras de rádio e televisão cederão, diariamente, ao Serviço de Divulgação, para apresentação de programa informativo, contendo exposição de Constituintes e a síntese dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, dois horários..."

Mais adiante, o art. 77:

"A Presidência da Assembleia poderá requisitar, das cessionárias de rádio e televi-

ção, horário de no máximo sessenta minutos para a divulgação de fato relevante de interesse da Assembleia Nacional Constituinte."

Tratam ainda do mesmo tema os arts. 78, 79 e 80 do nosso Regimento.

Sr. Presidente, até o presente momento nada do que estabelece o Regimento foi cumprido. Talvez seja esta uma das razões de acontecimentos terríveis como os que ocorreram agora à tarde. Apelamos a V. Ex.^a para que determine os meios de se fazer cumprir o Regimento da Constituinte. Que as emissoras de rádio e televisão divulguem o que significa a Assembleia Nacional Constituinte, a sua soberania e a imunidade dos Parlamentares membros da Assembleia.

É preciso que o Governo, – que, isoladamente, tem tomado iniciativas, com uma política econômica, inclusive, que não se sabe se atende aos trabalhadores ou aos patrões, uma política dúbia, que desagrada a todos de uma maneira geral – chame a FEBRABAN e a coloque no seu devido lugar, para que negocie com os bancários o fim da greve, atendendo, naturalmente, às suas reivindicações. Não se pode exigir dos bancários do Banco do Brasil que não sejam solidários com seus colegas de outros bancos. A atitude dos funcionários do Banco do Brasil é digna, corajosa, e merece de todos nós apoio e solidariedade, porque se eles consideram, neste momento, resolvido, o seu problema, ainda permanecem na luta pela conquista dos direitos dos bancários de todo o País.

A FEBRABAN não pode manter-se em posição de intransigência, exigindo que o Governo exerça repressão sobre os trabalhadores. É preciso que o Presidente da República chame a atenção desses marginais da economia brasileira, verdadeiros usurpadores do dinheiro público, e os coloque no seu devido lugar, faça-os sentarem-se à mesa de negociações, para que tenhamos uma solução que atenda aos interesses de todos os brasileiros. O Governo precisa tomar decisão final de tabelar os juros, porque a Nação inteira levanta-se contra tal abuso. A recessão aí está, embora se diga que ela não exista. No entanto, o Governo não toma providências para tabelar os juros e os banqueiros ainda falam grosso, dizendo que não se sentam à mesa para negociar. Pois os bancários também não irão trabalhar enquanto eles não se decidirem a negociar. Sei que há a disposição nesse sentido e tenho certeza de que contam com a solidariedade da maioria dos componentes da Casa, que têm sensibilidade pública.

Portanto, Sr. Presidente, gostada que V. Ex.^a respondesse a minha Questão de Ordem. Espero que V. Ex.^a procure fazer com que, no período de sessenta minutos determinado no Regimento, seja dado ao conhecimento de toda a Nação o que aqui foi aprovado, a forma de funcionamento das Comissões e a possibilidade do povo participar do processo de elaboração da nova Constituição do Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – A Mesa informa a V. Ex.^a que já teve entendimento com o Ministério das Comunicações quanto aos assuntos que teriam de ser resolvidos pelo DENTEL. Também esteve com o Ministério do Interior para ceder uma ilha, a fim de possibilitar essa transmissão. Convocou aqui os representantes de rádios e televisões, para que se verificassem as condições da transmissão, se se faria em cadeia ou não, conforme razões técnicas. Foram requisitados funcionários da Câmara e do Senado para

a adoção de todas essas medidas – estão em cursos – a fim de que se possa fazer a divulgação, pelo rádio e televisão, dos trabalhos da Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE JOSÉ GENOINO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT – SP. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa, juntamente com as Lideranças do PDT, PSB, PC do B, PDC e vários companheiros Parlamentares do PMDB E PT, requerimento no seguinte teor:

"Tendo em vista os relatos e depoimentos prestados por diversos Constituintes nesta sessão acerca dos fatos que resultaram em agressões Físicas e constrangimento no exercício do mandato de Constituinte pela Polícia Militar do Distrito Federal, requerem a V. Ex.^a a convocação do Governador do Distrito Federal para prestar esclarecimentos no Plenário da Assembléia Nacional Constituinte sobre os fatos, para o conhecimento e deliberação desta mesma Assembléia."

Sr. Presidente, encaminho a V. Ex.^a este requerimento, assinado conforme os dispositivos do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. CONSTITUINTE ADYLSÓN MOTTA: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ADYLSÓN MOTTA (PDS – RS. Sem revisão do orador.): – Sr. Presidente, temos assistido aqui, durante esses dois meses de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, a alguns fatos que nos deixam realmente preocupados e que têm em vista exatamente esvaziar, desmoralizar o trabalho desta Casa. Há pouco tempo houve uma interferência direta do Palácio do Planalto nesta Assembléia. Funcionários, enviados pela Casa Civil, aqui vieram constranger Deputados a se retirarem do plenário a fim de que não houvesse **quorum** para a aprovação do artigo que tratava do projeto de decisão. Pois bem, Sr. Presidente, não houve uma palavra de V. Ex.^a em defesa desta Casa, no momento daquela interferência indevida, registrada e documentada pelos jornais. Mais uma vez, agora, a imagem desta Casa é posta em jogo, culminando com esse episódio extremamente grave e desagradável, quando Constituintes são, inclusive, agredidos fisicamente, desrespeitados e humilhados. Quero, como Parlamentar e como Constituinte, fazer um apelo a V. Ex.^a. Julgo que este assunto, Sr. Presidente, não pode ser tratado a nível de Governador nomeado ou a nível de Ministro da Justiça. Para que se restaure a dignidade desta Casa, que começa a se esvaír, deve ser tratado a nível de Chefe de Poder. Acho que V. Ex.^a, com uma comissão de Líderes de todos os Partidos, deve ir ao Presidente da República e exigir uma explicação para esses episódios que estão ocorrendo, que não são isolados. E digo ao Presidente da República, Sr. Presidente Ulysses Guimarães, porque o Governador do Distrito Federal é um funcionário comissionado do Presidente da República: é nomeado, designado, e poderá também ser destituído pelo Presidente da República. E se os fatos que estão sendo denunciados forem da gravidade

com que se estão apresentando, acho que V. Ex.^a deverá, com uma comissão de Deputados, pedir a demissão do Governador do Distrito Federal, que se tem revelado não apenas incompetente e insensível, mas, agora, se tem mostrado prepotente e autoritário.

Sr. Presidente, em nome da dignidade do Poder Constituinte que V. Ex.^a, pelo art. 5º, inciso XVIII do Regimento Interno, tem obrigação de zelar, faço esse apelo: não deixe ser tangida e maculada a nossa instituição. Lute em favor da nossa Assembléia Constituinte. Mas para isto só existe um caminho: é o de Chefe de Poder a Chefe de Poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas).

O SR. CONSTITUINTE ASSIS CANUTO: – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ASSIS CANUTO (PFL-RO. Sem revisão do orador): – Sr. Presidente, os acontecimentos amplamente divulgados e narrados desta tribuna não são isolados. Na realidade, hoje, se pudéssemos parar o Brasil e fazer uma radiografia dos fatos que se vêm sucedendo, dia a dia, ficaríamos até certo ponto estarecidos. Eles eclodem aqui e ali. Ontem, no Estado do Pará, a população revoltada depredou a delegada, o fórum e as casas dos policiais. Já na Bahia, na cidade de Guanambi, a população revoltada, insatisfeita, invade a delegacia e retira de lá um preso, agride-o, esquarteja-o e o queima, passeando pela cidade com seus restos mortais.

No Rio Grande do Sul, a maioria dos Municípios das áreas de agricultura mecanizada está paralisada e protesta contra a política agrícola do Governo. Protesta contra o equívoco da política econômica governamental.

No Estado de Goiás, na região produtora de grãos, também as manifestações evoluem. Enfim, as greves se sucedem em Brasília e no Brasil todo. Hoje, são os professores, amanhã, os para-médicos, depois de amanhã, os universitários. O Brasil está num estado de comoção, e é necessário que o Governo faça uma reflexão e tome providências que venham ao encontro dos anseios do povo brasileiro. Tudo isso é fruto do desânimo, do desespero das pessoas que viram frustrados os seus objetivos pelo Plano Cruzado e não encontram um caminho a seguir, um norte a divisar. Naturalmente, se providências imediatas não forem tomadas pelo Governo, dificilmente o brasileiro saberá o que será desta Pátria no amanhã. Queremos, portanto, solidarizar-nos com nossos companheiros, que foram agredidos e constrangidos no seu papel de constituintes, com esta Casa e com V. Ex.^a Sr. Presidente, parabenizando-o pelas providências tomadas, porém é preciso muito mais. É necessário sensibilizar o Governo para uma reflexão no sentido da adoção de alguma providência. Do contrário, o Brasil entrará por um plano inclinado de descontentamento, de revoltas e insatisfações que poderão gerar um clima de conseqüências imprevisíveis e sem controle. Mais uma vez, Sr. Presidente, queremos parabenizá-lo pelas medidas tomadas. Outrossim, queremos pedir que este Congresso constituinte permaneça em vigília, que cada Deputado e Senador, aqui, em sua casa ou em seu gabinete, permaneça em escuta, para garantir, no amanhã, condições de se viver neste Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães): – Indicação dos Senhores líderes para comporem

as Comissões da Assembléia Nacional Constituinte, nos termos do § 2º, art. 13, do Regimento Interno:

I – COMISSÃO DA SOBERANIA E DOS DIREITOS E GARANTIAS DO HOMEM E DA MULHER

TITULARES

PMDB

Abigail Feitosa
Aécio Neves
Aluizio Bezerra
Anna Maria Rattes
Antônio Câmara
Antônio Mariz
Djenal Gonçalves
Fábio Lucena
Geraldo Bulhões
Gonzaga Patriota
Humberto Lucena
João Herrmann Neto
João Rezek
Joaquim Haickel
José Mendonça de Moraes
José Paulo Bisol
José Viana
Luiz Viana Neto
Maguito Vilela
Manuel Vianna
Maurício Nasser
Maurílio Ferreira Lima
Mendes Canale
Milton Barbosa
Milton Lima
Paulo Almada
Paulo Macarini
Raul Belém
Samir Achôa
Lia Valadares
Vago
Vago
Vago

PFL

Alberico Cordeiro
Antônio Ferreira
Costa Ferreira
Sarney Filho
Homero Santos
Jairo Azi
Jessé Freire
João Menezes
Jonival Lucas
Lúcia Braga
Mário Assad
Odacir Soares
Orlando Pacheco
Motor Trovão
Vinícius Cansanção

PDS

Adauto Pereira
Darcy Pozza
Narciso Mendes
Ubiratan Spinelli

PDT

José Fernandes
Lysâneas Maciel
Roberto D'Ávila

	PTB	Manoel Castro Maria de Lourdes Abadia		SUPLENTE
Dirce Quadros Jaime Paliarin		Paulo Marques Rita Furtado		PMDB
	PT		PDS	11 vagas
João Paulo Pires Vago		Arnold Fioravante Artenir Werner Felipe Mendes Jarbas Passarinho		PFL
	PC do B			5 vagas
Vago			PDT	PDS
	PL	Airton Cordeiro Chico Humberto Vago		PDT
José Carlos Coutinho				Chico Humberto
	PDC		PTB	PTB
Vago		Farabulini Júnior José Egreja		Vago
	SUPLENTE		PT	PT
	PMDB	Vago Vago		Vago
Aloísio Vasconcelos Aloysio Teixeira Antônio de Jesus Arnaldo Moraes Benedicto Monteiro Borges da Silveira Cid Carvalho Cristina Tavares Eliel Rodrigues Fábio Feldmann Flávio Palmier da Veiga Francisco Kuster Francisco Rollemberg Hélio Duque Jorge Uequed José Ignácio Ferreira Leite Chaves Lúcia Vânia Luís Roberto Ponte Mansueto de Lavor Maria Lúcia Mário Lima Matheus Iensen Maurício Pádua Meira Filho Nyder Barbosa Osvaldo Macedo Paulo Zarzur Renan Calheiros Rita Camata Sérgio Spada Sigmaringa Seixas Sílvio Abreu Vingt Rosado		PC do B		PL
		Lídice da Mata		Álvaro Valle
			PL	b) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS, DOS DIREITOS COLETIVOS E GARANTIAS
		Álvaro Valle	PDC	TITULARES
		Vago		PMDB
		a) SUBCOMISSÃO DA NACIONALIDADE, DA SOBERANIA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS		12 vagas
			TITULARES	PFL
		12 vagas	PMDB	Albérico Cordeiro Costa Ferreira Homero Santos Jairo Azi Orlando Pacheco
		Antonio Ferreira Jonival Lucas Mário Assad Odacir Soares Victor Trovão		PDS
				Vago
				PDT
			PDS	Lysâneas Maciel
	PFL	Vago		PTB
Afonso Arinos Christóvam Chiaradia Dionísio Hage Edme Tavares Flávio Rocha Jairo Carneiro Jesusaldo Cavalcanti João Machado Rollemberg José Teixeira Lourival Baptista Maluly Neto			PDT	Vago
		Roberto D'Ávila		PT
			PTB	João Paulo Pires
		Vago		SUPLENTE
			PT	PMDB
		Vago		12 vagas

	PFL		PDT		PDS	
5 vagas		Airton Cordeiro		Davi Alves Silva Felipe Mendes Lavoisier Maia Melo Reis		
	PDS		PTB			
1 vaga		Vago				
	PDT		PT		PDT	
1 vaga		Vago		Carlos Cardinal Edéio Frias Moema São Tiago		
	PTB		PC do B			
1 vaga		Lídice da Mata			PTB	
	PT	II – COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO		Marluce Moreira Pinto Vago		
1 vaga			TITULARES		PT	
c) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS			PMDB	Vitor Buaiz Vago		
	TITULARES	Alexandre Puzyna Amilcar Moreira Chagas Rodrigues Del Bosco Amaral Denisar Arneiro Fernando Gomes Fernando Velasco Francisco Carneiro Geraldo Melo Hilário Braun Ivo Cersósimo José Dutra José Maranhão José Richa Luiz Alberto Rodrigues Luiz Freire Mário Bouchardet Maurício Fruet Mauro Miranda Meira Filho Messias Soares Nabor Júnior Nestor Duarte Paulo Mincarone Paulo Roberto Renato Bernardi Roberto Rollemberg Ronaldo Carvalho Ruben Figueiró Ruy Bacelar Sigmaringa Seixas Vilson Souza Wagner Lago Paes de Andrade			PC do B	
	PMDB			Vago		
11 vagas					PL	
	PFL			Vago		
Ézio Ferreira Jessé Freire Lúcia Braga Vínicius Cansanção João Menezes					PDC	
	PDS			Siqueira Campos		
Vago					SUPLENTE	
	PDT			Airton Sandoval Aluizio Campos Arnaldo Martins Asdrubal Bentes Carlos Vinagre Carrel Benevides Dirceu Carneiro Firmo de Castro Geraldo Campos Gidel Dantas Gonzaga Patriota Hélio Manhães Irajá Rodrigues José Carlos Vasconcelos José Serra José Viana Jutahy Júnior Lourenberg Nunes Rocha Márcia Kubitschek Milton Barbosa Naphatali Alves Nion Albernaz Olavo Pires Onofre Corrêa Osmundo Rebouças Paulo Silva Pompeu de Souza Raimundo Rezende Raul Ferraz Ronaldo Aragão Rosa Prata Rospide Netto Ubiratan Aguiar Vasco Alves		PMDB
José Fernandes						
	PTB					
Vago						
	PT					
Vago						
	PL					
José Carlos Coutinho			PFL			
	SUPLENTE	Aloysio Chaves Annibal Barcellos Chagas Duarte Elieser Moreira Eraldo Trindade Geovani Borges Guilherme Palmeira João Lôbo Jofran Frejat José Teixeira José Thomaz Nonô Mozarildo Cavalcanti Sérgio Brito Waldeck Ornelas Waldir Campelo				
	PMDB					
11 vagas						
	PFL					
5 vagas						
	PDS					
Vago						

				c) SUBCOMISSÃO DOS MUNICÍPIOS E REGIÕES
	PFL	Moema São Thiago	PDT	TITULARES PMDB
Arnaldo Prieto			PTB	
Benito Gama				12 vagas
Dionísio Dal-prá		Vago		
Divaldo Suruagy			PT	PFL
Humberto Souto				Anníbal Barcellos
Inocência Oliveira				Eraldo Trindade
Jacy Scanagatta		Vago		João Lôbo
José Agripino			SUPLENTES PMDB	Sérgio Brito
José Camargo				Waldeck Ornelas
José Moura				
José Santana		12 Vagas		PDS
Leur Lomanto			PFL	1 vaga
Mário Assad				
Mendes Thame		5 Vagas		PDT
Salatiel Carvalho			PDS	Edésio Frias
	PDS			PTB
		Vago		1 vaga
Aécio Borba			PDT	PT
César Cals Neto				
Gerson Pares		Maurício Correa		Vitor Buaiz
Narcisio Mendes			PTB	SUPLENTES PMDB
	PDT			
		Vago		12 vagas
Adroaldo Streck			PT	PFL
José Fernandes		Vago		5 vagas
Maurício Corrêa				
			b) SUBCOMISSÃO DOS ESTADOS	PDS
	PTB		TITULARES PMDB	1 vaga
Dirce Quadros				
Mendes Botelho		12 vagas		José Fernandes
			PFL	PTB
	PT			
		Chagas Duarte		1 vaga
		Eliezer Moreira		
Vago		Guilherme Palmeira		
		José Teixeira		1 vaga
		Valmir Campelo		
	PC do B			
			PDS	III – COMISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E SISTEMA DE GOVERNO
Vago		1 vaga		TITULARES PMDB
			PDT	
	PL			Acival Gomes
		Carlos Cardinal		Agassiz Almeida
Vago			PTB	Albérico Filho
				Aloysio Teixeira
		1 vaga		Alvaro Antônio
				Carlos Vinagre
	PDC			Dálmton Canabrava
			PT	Egídio Ferreira Lima
Vago		1 vaga		Expedito Machado
				Francisco Amaral
				Genebaldo Correia
				Hélio Manhães
			SUPLENTES PMDB	Henrique Eduardo Alves
a) SUBCOMISSÃO DA UNIÃO, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS				Jorge Hage
		12 vagas		José Costa
	TITULARES PMDB			José Fogaça
			PFL	Jutahy Júnior
		5 vagas		Leite Chaves
12 Vagas				Leopoldo Bessone
				Leopoldo Perez
				Luiz Henrique
			PDS	Luiz Viana
				Manoel Ribeiro
	PFL			Maurício Pádua
		1 vaga		Michel Temer
				Miro Teixeira
Aloysio Chaves			PDT	Moysés Pimentel
Geovani Borges				Nelson Wedekin
Jofran Frejat		Adroaldo Streck		Nilson Sguarezi
José Thomaz Nonô				Oswaldo Macedo
Mozarildo Cavalcanti			PTB	Plínio Martins
				Raul Ferraz
		1 vaga		Rubem Branquinho
				Silvio Abreu
	PDS			
			PT	PFL
Vago		1 vaga		Agripino Lima
				Alércio Dias

	SUPLENTE		PFL	Sergio Naya
		Ivan Bonato		Severo Gomes
	PMDB	Jesus Tajra		Valter Pereira
11 Vagas		João Machado Rollemberg		Vicente Bogó
	PFL	Messias Góis		Virgildásio de Senna
5 vagas		Pedro Ceolin		PFL
	PDS		PDS	Alysson Paulinelli
Vago		Vago		Antonio Ueno
	PDT		PDT	Assis Canuto
Noel de Carvalho		Adroaldo Streck		Edson Lobão
	PTB		PTB	Maluly Neto
Vago		Vago		Gilson Machado
	PT		PT	Jalles Fontoura
Vago		Luis Gushiken		Joaquim Francisco
				Jonas Pinheiro
	PC do B		SUPLENTE	José Lins
Edmilson Valentim				Lael Varella
			PMDB	Manoel Castro
		11 vagas		Raquel Cândido
			PFL	Rubem Medina
		5 vagas		Victor Fontana
			PDS	PDS
		Vago		Delfim Netto
	TITULARES		PDT	Myriam Portella
		Bocayuva Cunha		Roberto Campos
	PMDB		PTB	Virgílio Galassi
12 Vagas		Vago		PDT
	PFL		PT	Amaury Müller
Divaldo Suruagy		Vago		Luiz Salomão
Flávio Rocha			PL	Noel de Carvalho
Furtado Leite		Afif Domingos		PTB
João Alves				José Egreja
Luís Marques				Roberto Jefferson
	PDS			PT
Vago			TITULARES	Irma Passoni
	PDT			Vladimir Palmeira
Feres Nader			PMDB	PC do B
	PTB	Albano Franco		Aldo Arantes
Vago		Antônio Carlos Franco		PL
	PT	Benedito Monteiro		Afif Domingos
Vago		Cardoso Alves		PDC
		Dirceu Carneiro		Mauro Borges
		Expedito Júnior		
	SUPLENTE	Gabriel Guerreiro		SUPLENTE
		Gerson Marcondes		
	PMDB	Gidel Dantas		PMDB
12 Vagas		Gil César		Affonso Camargo
	PFL	Gustavo de Faria		Álvaro Antônio
5 Vagas		Hélio Duque		Antero de Barros
	PDS	Ismael Wanderley		Antônio Perosa
Vago		Ivo Mainardi		Bosco França
	PDT	Jorge Vianna		Dálmton Canabrava
Cesar Maia		José Ulisses de Oliveira		Darcy Deitos
	PTB	Lúcia Vânia		Denisar Arneiro
Vago		Luis Roberto Ponte		Fausto Fernandes
	PT	Márcio Lacerda		Fernando Velasco
Vago		Marcos Lima		Harlan Gadelha
		Nyder Barbosa		Henrique Eduardo Alves
		Osvaldo Lima Filho		Irapuã Costa Júnior
		Paulo Zarzur		João Cunha
		Percival Muniz		João Rezek
		Rachid Saldanha Derzi		Jorge Leite
	TITULARES	Raquel Capiberibe		José Mendonça de Moraes
		Renato Johnsson		Leopoldo Perez
	PMDB	Rosa Prata		Lezio Sathler
12 vagas		Santinho Furtado		Luiz Alberto Rodrigues

c) SUBCOMISSÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

SUPLENTE		PL
Bosco França		
Carlos Cotta		José Luiz de Sá
Carlos Mosconi	PMDB	PDC
Célio de Castro	Abigail Feitosa	Siqueira Campos
Domingos Leonelli	Ademir Andrade	
Doreto Campanari	Aécio Neves	a) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS
Edivaldo Motta	Albérico Filho	TITULARES
Eduardo Moreira	Amilcar Moreira	
Fábio Feldmann	Anna Maria Rattes	
Francisco Küster	Bezerra de Melo	
Francisco Rollemberg	Cássio Cunha Lima	
Geraldo Alckmin	Cid Sabóia de Carvalho	
Geraldo Campos	Fernando Cunha	
Hélio Costa	França Teixeira	PMDB
Ivo Lech	Francisco Amaral	11 vagas
Joaquim Sucena	Francisco Carneiro	PFL
Jorge Uequet	Herácino Fortes	Alceni Guerra
José Carlos Sabóia	Hilário Braun	Dionísio Dal-Prá
Júlio Costamilan	Iram Saraiva	Edme Tavares
Mansueto de Lavor	José Fogaça	Stélio Dias
Mário Lima	Koyu Iha	Levy Dias
Mattos Leão	Luiz Soyer	
Mauro Sampaio	Maurílio Ferreira Lima	PDS
Max Rosenmann	Milton Lima	
Raimundo Rezende	Nelson Aguiar	Vago
Renan Calheiros	Octávio Elísio	PDT
Ronaldo Aragão	Osmir Lima	Juarez Antunes
Ronan Tito	Paulo Macarini	PTB
Teotônio Vilela Filho	Plínio Martins	
Vasco Alves	Raimundo Bezerra	Vago
	Raquel Capiberibe	PT
	Renato Vianna	Paulo Paim
	Roberto Vital	PC do B
	Ronaldo Carvalho	Edmilson Valentim
	Ruy Nedel	
	Severo Gomes	SUPLENTE
	Wilson Martins	
		PMDB
		11 vagas
		PFL
		5 vagas
		PDS
		Vago
		PDT
		Floriceno Paixão
		PTB
		Vago
		PT
		Vago
		PL
		José Luiz de Sá
		b) SUBCOMISSÃO DE SAÚDE, SEGURIDADE E DO MEIO AMBIENTE
		TITULARES
		PMDB
		11 vagas
		PFL
		Francisco Coelho
		João da Mata

Francisco Coelho		PFL		PTB
Sadie Havache	5 Vagas		Vago	PT
Sandra Cavalcante		PDS	Vago	
Eraldo Trindade	1 Vaga			
Nivaldo Machado		PDT		c) SUBCOMISSÃO DA FAMÍLIA, DO MENOR E DO IDOSO
Vieira da Silva	1 Vaga			TITULARES
Mello Reis		PTB		
Wilma Maia	1 vaga		12 vagas	PMDB
Ruberval Pilloto		PT		PFL
			Eraldo Tinoco	
Roberto D'Avila	1 Vaga		Eunice Michiles	
Juarez Antunes		PL	José Queiroz	
Vago	José Carlos Coutinho		Paulo Marques	
			Rita Furtado	PDS
		PC do B	1 vaga	PDT
José Elias Murad	Eduardo Bonfim		João de Deus	PTB
Fábio Raunheitti				PT
			1 vaga	
Vago	b) SUBCOMISSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO		1 vaga	
Vago			1 vaga	
		TITULARES		SUPLENTES
Eduardo Bonfim				
		PMDB		PMDB
José Carlos Coutinho	12 Vagas		12 vagas	PFL
Vago		PFL	5 vagas	PDS
	Arolde de Oliveira		1 vaga	PDT
a) SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Átila Lira		Juarez Antunes	PTB
	José Moura		1 vaga	PT
	Cláudio Ávila		1 vaga	
	Iberê Ferreira		1 vaga	
		PDS		
11 Vagas	Vago			IX – COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO
				TITULARES
Ângelo Magalhães		PDT		
Fausto Rocha	Carlos Alberto Caó			PMDB
José Jorge		PTB	Ademir Andrade	
Marcondes Gadelha	Vago		Alfredo Campos	
Pedro Canedo		PT	Aluizio Campos	
			Bernardo Cabral	
1 Vaga	Olívio Dutra		Carlos Sant'Anna	
			Cid Carvalho	
			Fernando Henrique Cardoso	
Chico Humberto		SUPLENTES	Fernando Lyra	
			Francisco Pinto	
1 Vaga		PMDB	Haroldo Sabóia	
			Ibsen Pinheiro	
			2 vagas	
	12 Vagas		José Freire	
			José Geraldo	
Florestan Fernandes		PFL	José Ignácio Ferreira	
			Manoel Moreira	
Álvaro Valle	5 Vagas		Milton Reis	
			Nelson Carneiro	
		PDS	Nelson Jobim	
	Vago		Nilson Gibson	
			Pimenta da Veiga	
		PDT	Raimundo Bezerra	
10 Vagas	Roberto D'Ávila		Renato Vianna	

Rodrigues Palma
Wilson Martins

PFL

Afonso Arinos
Arnaldo Prieto
Carlos Chiarelli
Christóvam Chiaradia
Francisco Benjamin
Inocêncio Oliveira
José Santana
Luís Eduardo
Mendes Thame
Oswaldo Coelho
Paulo Pimentel
Sandra Cavalcanti

PDS

Antonio Carlos Konder Reis
Gerson Peres
Virgílio Távora

PDT

Brandão Monteiro
José Maurício

PTB

Gastone Righi
Joaquim Bevilacqua

PT

Luís Inácio Lula da Silva

PL

Adolfo de Oliveira

PDC

Roberto Balestra

PC do B

Haroldo Lima

PCB

Roberto Freire

PSB

Jamil Haddad

PMB

Antonio Farias

SUPLENTES

PMDB

Albano Franco
Chagas Rodrigues
Daso Coimbra
Euclides Scalco
Fábio Lucena
João Agripino
José Costa
José Maranhão
José Paulo Bisol
Luís Henrique
Manuel Viana
Marcos Lima
Michel Temer
Miro Teixeira
Nelson Wedekin
Prisco Viana
Roberto Brant
Ulurico Pinto
Wilson Souza
Ziza Valadares
6 vagas

PFL

Cleonânio Fonseca
Enoc Vieira
Francisco Dornelles
João Alves
João Menezes
Jonas Pinheiro

José Queiroz
José Tinoco
Lael Varella
Mozarildo Cavalcanti
Paes Landim
Ricardo Izar

PDS

Adilson Motta
Bonifácio de Andrada
Victor Faccioni

PDT

Bocayuva Cunha
Luiz Salomão

PTB

Ottomar Pinto
Sólon Borges dos Reis

PT

Vago

PL

Itamar Franco

PDC

Siqueira Campos

PC do B

Aldo Arantes

PCB

Fernando Santana

PSB

Beth Azize

PMB

Vago

O Sr. Ulysses Guimarães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Arbage, 2º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Os Srs. Constituintes que tenham sugestões a apresentar, queiram fazê-lo.

Apresentaram sugestões, os Senhores Constituintes:

José Fernandes, Valmir Campelo, Asdrúbal Bentes, Geovani Borges, Cláudio Ávila, Francisco Rollemberg, Adylson Motta, Nyder Barbosa, José Camargo, Nelson Carneiro, Joaquim Haickel, Sarney Filho, Agripino de Oliveira, Virgílio Távora, Milton Reis, Edme Tavares e Jofran Frejat.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:

Abigail Feitosa – PMDB; Airton Cordeiro – PDT; Airton Sandoval – PMDB; Alair Ferreira – PFL; Albano Franco – PMDB; Aloysio Teixeira – PMDB; Alysson Paulinelli – PFL; Antonio Ueno – PFL; Bezerra de Melo – PMDB; Carlos Alberto – PTB; Carlos Benevides – PMDB; Carlos Virgílio – PDS; Darcy Deitos – PMDB; Davi Alves Silva – PDS; Denisar Arneiro – PMDB; Dionísio Hage – PFL; Doreto Campanari – PMDB; Fábio Lucena – PMDB; Fernando Bezerra Coelho – PMDB; Floriceno Paixão – PDT; Francisco Coelho – PFL; Francisco Diógenes – PDS; Gandi Jamil – PFL; Genebaldo Correia – PMDB; Geraldo Bulhões – PMDB; Hélio Manhães – PMDB; Ivo Cersósimo – PMDB; Ivo Vanderlinde – PMDB; Jacy Scanagatta – PFL; Jairo Azi – PFL; Jessé Freire – PFL; João Carlos Bacelar – PMDB; João Paulo – PT; João Rezek – PMDB; José Camargo

– PFL; José Luiz Maia – PDS; José Mendonça de Morais – PMDB; José Richa – PMDB; Juarez Antunes – PDT; Júlio Campos – PFL; Leur Lomanto – PFL; Levy Dias – PFL; Lourival Baptista – PFL; Luís Eduardo – PFL; Luiz Soyer – PMDB; Luiz Viana – PMDB; Mário Bouchardet – PMDB; Mattos Leão – PMDB; Maurício Fruet – PMDB; Milton Lima – PMDB; Myrian Portella – PDS; Nilson Sguarez – PMDB; Osvaldo Coelho – PFL; Oswaldo Almeida – PL; Paulo Paim – PT; Paulo Roberto – PMDB; Pedro Ceolin – PFL; Ralph Biasi – PMDB; Ricardo Fiuza – PFL; Rita Furtado – PFL; Roberto Jefferson – PTB; Roberto Vital – PMDB; Ronaldo Carvalho – PMDB; Rubem Medina – PFL; Samir Achôa – PMDB; Santinho Furtado – PMDB; Sérgio Spada – PMDB; Sotero Cunha – PDC; Telmo Kirst – PDS; Victor Trovão – PFL; Vieira da Silva – PDS; Virgílio Guimarães – PT; Wagner Lago – PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Arbage): –

Levanto a sessão, designando para a ordinária de amanhã, a seguinte:

ORDEM DO DIA

V – Levanta-se a Sessão às 17 horas e 48 minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. OTTOMAR PINTO NA SESSÃO DE 26 DE MARÇO DE 1987.

O SR. OTTOMAR PINTO (PTB – RR): – Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Constituintes, sabemos que em época de inflação, em tempo de inflação, os bancos prosperam, os bancos crescem, os bancos se agigantam. Na inflação galopante que vive o Brasil, o problema se exponencializa e os banqueiros brasileiros dormem em cima de montanhas de outro, enquanto – a sociedade inteira sabe – a categoria dos bancários é uma das mais espoliadas no mosaico dos profissionais brasileiros.

Gostaria de registrar minha solidariedade aos bancários e de modo especial aos de Roraima, gostaria de registrar, repito, o fato que nos honra e que estimula, o de que naquele Território, graças ao vigor da liderança sindical dos bancários de Roraima, o grau de participação de categoria nesta greve alcança o índice de 100%.

Quero também deixar um registro a respeito da iniquidade salarial que alcança as atendentes hospitalares. Nós sabemos que as auxiliares de enfermagem suportam o peso do trabalho mais áspero nos hospitais, são elas que fazem o serviço duro, pesado, o serviço que muitas vezes requer um grau de paciência e um grau de tolerância sobre-humanos, e no entanto este grupo de servidores é justamente aquele que recebe menores salários nas organizações hospitalares. Podemos citar, aqui, centenas, milhares de casos de auxiliares de enfermagem, com vinte anos de serviço, em hospitais do Distrito Federal, inclusive, que não recebem mais do que Cz\$ 1.500,00 ou Cz\$ 1.800,00 mensais. É uma iniquidade que precisa ser corrigida. É preciso que, neste momento, se procure dar um apoio solidário a esta categoria que se encontra em greve, lutando para sair da penúria, para sair da espoliação a que vem sendo submetida há muitos anos.

A Nação está perplexa e angustiada nos dias de hoje, procurando rumos, à busca de caminhos por onde possa seguir, caminhos largos, espaçosos e sem obstáculos, que permitam ao povo

brasileiro encontrar os limites do progresso. Nós somos uma Nação sem gols. Não existem gols perseguidos pela sociedade brasileira, nos dias de hoje. Podemos até lembrar a época de Kubitscheck quando o povo brasileiro vivia empolgado por uma série de metas que o Governo procurava atingir, sem esmorecimentos. É preciso que se condensem os gols a atingir, para que a sociedade brasileira, em todos os seus estamentos, se sensibilize, se mobilize e procure alcançar esses objetivos que se confundem com os objetivos do progresso e do desenvolvimento de nossa terra.

Recentemente, tivemos o ensejo de vez uma resolução do Banco Central, que estabelece a partir de 1º de julho que os produtores agrícolas, os pequenos produtores terão necessariamente de pagar pelos financiamentos para pequenos investimentos, além de correção plena mais 3% ao ano; os médios, a mesma correção plena e um pouco mais. Nós sabemos que são o pequeno e o médio produtor agrícola que sustentam, alimentam o povo brasileiro e dão a contribuição maior ao produto agrícola brasileiro; é impossível admitir-se que nos níveis de juros que se pagam hoje o produtor agrícola, na ponta da produção, produzir, com este custo do dinheiro, e na outra ponta, a da venda ter os produtos agrícolas tabelados ou administrados com preços mínimos que tornam impossível e impraticável a produção agrícola. Por outro lado, também é outra injustiça a uniformidade de critérios de juros para um País extenso como o nosso. Sabemos que o produtor do Paraná ou do oeste de São Paulo trabalha em cima de terras roxas, com insumos mais baratos; trabalha com a certeza de uma variação mínima nos períodos de chuva e nos períodos de seca, enquanto, por exemplo, no Nordeste e na Amazônia, mais distantes, além das terras fracas e de baixa produtividade, existe o problema dos insumos agrícolas mais caros, contingenciados pelo ônus do transporte, devido às distâncias e aos custos adicionais envolvidos. Além do mais, há a incerteza com relação à estação das chuvas ou a estação das secas, tudo isso agravado ainda mais pelas pragas que atingem com maior intensidade e produção agrícola da região amazônica.

É preciso que se reflexione sobre esses aspectos, sobre esses problemas, para que não se faça injustiça a quem produz. A diferenciação nos critérios de juros é medida que se impõe, por dever de justiça e em nome da racionalidade técnica administrativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.